

UNIVERSIDADE ABERTA



**A gestão do *ethos* político: estudo das estratégias
argumentativas de descredibilização e persuasão
no *debate sobre o estado da Nação***

Ana Isabel Serra Gonçalves Viola

**Doutoramento em Estudos Portugueses
Especialidade em Linguística Portuguesa**

Tese de Doutoramento

orientada pela Professora Doutora Isabel Roboredo Seara
e coorientada pela Professora Doutora Veronica Manole

Lisboa | 2020

RESUMO

A presente tese contempla o estudo da gestão do *ethos* político através de uma análise retórico-pragmática das estratégias de descredibilização e persuasão no subgênero de discurso político parlamentar debate sobre o estado da Nação, numa perspectiva teórica da argumentação no discurso (Amossy, [2000]), integrada na Análise do Discurso. No primeiro capítulo da análise, centramo-nos no funcionamento das figuras do discurso identificadas no contradiscurso e sua refutação e evidenciamos o seu valor pragmático na conquista da adesão do auditório a uma imagem desvalorizadora do adversário, salientando o seu contributo para a gestão do *ethos* dos oradores. A identificação e análise das tipologias de argumentos utilizadas pelos oradores, realizada no segundo capítulo da análise, permite-nos categorizar as várias configurações argumentativas utilizadas no discurso parlamentar no gênero em estudo. No terceiro capítulo, estudamos os procedimentos retórico-discursivos adotados no contradiscurso e sua refutação, portanto, na sua dimensão polémica, procurando observar quais as estratégias mobilizadas pelos políticos para preservar e salvar a sua face, bem como para a construção ou afirmação de uma identidade política. Através do tipo de argumentação, bem como dos procedimentos retóricos mobilizados e da forma como se processa a interação agonial, reconstruímos os tipos de *ethè* (individuais e coletivos) discursivos dos oradores e procuramos mostrar que o *ethos* que os políticos desejam projetar (Charaudeau, [2005]) é inverso à imagem desvalorizadora que constroem do adversário. Concluimos que a construção e gestão do *ethos* político se configura como uma forma de legitimação política que revela não apenas conflitos ideológicos mas que denuncia, sobretudo, estratégias de posicionamento.

Palavras-Chave: argumentação, discurso político parlamentar, retórica, figuras, argumentos

ABSTRACT

The present PhD thesis covers the study of political *ethos* management through a rhetorical-pragmatic analysis of discredit and persuasion strategies in the parliamentary debate on the state of the Nation, in a theoretical perspective of argumentation in discourse (Amossy, [2000]), integrated into the Discourse Analysis. In the first chapter, we focus on the functioning of the discourse figures identified in the counter-discourse and on their refutation. We also bring attention to the pragmatic value of the discourse figures in winning the audience's support to a devaluing image of the opponent, thus highlighting their contribution to the management of the speakers' *ethos*. The identification and the analysis of the types of arguments used by the speakers carried out in the second chapter, allow us to categorize the various argumentative configurations used in the parliamentary political discourse in the genre under study. In the third chapter, we not only study the rhetorical-discursive procedures adopted in the counter-discourse and their refutation, that is, in their controversial dimension, but we also seek to observe which strategies are mobilized by politicians to preserve and save their face, as well as to carry out the construction or affirmation of an identity policy. Through the type of the argument, as well as the mobilized rhetorical procedures and the way agonial interaction is processed, we reconstruct the speakers' types of (individual and collective) discursive *ethè* and we attempt to demonstrate that the *ethos* politicians want to project (Charaudeau, [2005]) is contrary to the devaluing image they build of the opponent. We conclude by stating that the construction and management of the political *ethos* is shaped as a form of political legitimation that not only reveals ideological conflicts but, above all, discloses positioning strategies.

Keywords: argumentation, parliamentary political discourse, rhetoric, figures, argument

RÉSUMÉ

La présente thèse envisage l'étude de la gestion de l'*éthos* politique à travers une analyse rhétorico-pragmatique des stratégies de discrédit et de persuasion dans le sous-genre du débat politique parlementaire sur l'état de la Nation, selon une perspective théorique de l'argumentation dans le discours (Amossy, [2000]), intégrée dans l'Analyse du Discours. Dans le premier chapitre de l'analyse, nous nous concentrons sur le fonctionnement des figures du discours identifiées dans le contre-discours et leur réfutation et nous soulignons sa valeur pragmatique pour gagner l'adhésion du public à une image dévalorisante de l'adversaire, mettant en évidence leur contribution pour la gestion de l'*éthos* des locuteurs. L'identification et l'analyse des typologies d'arguments utilisées par les intervenants, réalisée dans le deuxième chapitre de l'analyse, nous permet de catégoriser les différentes configurations argumentatives utilisées dans le discours parlementaire dans le genre étudié. Dans le troisième chapitre, nous étudions les procédures rhétorico-discursives adoptées dans le contre-discours et sa réfutation, donc, dans sa dimension polémique, en cherchant à observer quelles stratégies sont mobilisées par les hommes politiques pour préserver et sauver leur face, ainsi que pour la construction ou l'affirmation d'une identité politique. À travers le type d'argumentation, ainsi que les procédés rhétoriques mobilisés et la manière dont l'interaction agonale est traitée, nous reconstruisons les types d'*éthè* (individuels et collectifs) discursifs des locuteurs et nous essayons de montrer que l'*éthos* que les politiciens veulent projeter (Charaudeau, [2005]) est contraire à l'image dévalorisante qu'ils font de l'adversaire. Nous en concluons que la construction et la gestion de l'*éthos* politique sont configurées comme une forme de légitimation politique qui révèle non seulement les conflits idéologiques mais qui dénonce, surtout, les stratégies de positionnement.

Mots-clés: argumentation, discours politique parlementaire, rhétorique, figures, arguments

À professora Isabel Roboredo Seara,
porque me mostrou a *Ler Devagar*

À professora Veronica Manole,
que tanto tempo esperou por este trabalho

Para os meus rapazes, Paulo, Dinis e Miguel,
a quem este trabalho tanto custou

Aos meus pais, Ana e Luís,
por todo o tempo que não estive com eles

A todos aqueles a quem o meu entusiasmo pela
retórica parlamentar tirou algum ou muito do seu
tempo: Ana Paula Silva, Maria da Luz Fernandes,
Paula Gouveia...

Aos meus amigos Graça Esteves e Vítor Marques,
por causa daquela passagem do ano

Aos meus amigos de sempre,
Alexandra Escarameia e Miguel Saldanha

Agradeço aos meus colegas

Luís Marinho, a quem roubei um ou outro intervalo

José Manuel Marques, a quem roubei mais do que um,

Filipa Costa, por me ter libertado de algumas tarefas

Patrícia Castela, Patrícia Mendes, Graça Luís, Margarida Marques, por terem sido excelentes ouvintes em momentos mais angustiantes

Deixo ainda uma palavra de agradecimento a Isabelle Simões Marques

E registo também o nome do Ricardo Moura, que me aturou a falar do discurso político naquela manhã em Algés

Nota prévia

A presente teste ultrapassa o número de páginas estipulado, dada a abrangência do *corpus* de análise referente a um género discursivo por estudar no panorama dos estudos discursivos em Portugal. Acresce a este facto o desafio que nos impusemos de abordar a generalidade dos procedimentos de descrédito que constroem o *ethos* político dos oradores, numa perspectiva retórico-argumentativa, não habitual em investigações portuguesas sobre o discurso político parlamentar. Se a parte teórica ocupa mais páginas do que o previsto, justificando-se o facto pela necessidade de deslindar múltiplos conceitos sob várias perspetivas teóricas e disciplinares, o espaço alargado da análise deve-se às respostas para as nossas questões investigativas que se impuseram ao logo do estudo, não sendo possível revelá-las nas páginas legalmente previstas. Pela infração decorrente nosso entusiasmo pela retórica parlamentar, pedimos ao leitor que aceite as nossas sinceras desculpas.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Área de investigação: delimitação do objeto de estudo	1
Objetivos da investigação	2
Organização da tese	5
PARTE I — A PALAVRA EM ANÁLISE: QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO	9
Capítulo 1 Perspetiva teórica e metodológica	11
1.1 Objeto de análise	11
1.2 Pressupostos teóricos	12
1.2.1 Metodologia e parâmetros de análise	15
1.2.2 Relevância do estudo a desenvolver	20
Capítulo 2 Enquadramento teórico	21
2.1 Da análise do discurso à pragmática	21
2.1.1 Da cortesia à descortesia	25
2.1.2 O implícito	31
2.2 Da retórica à argumentação	34
2.2.1 Teorias da argumentação contemporâneas	39
2.2.2 O <i>pathos</i> na argumentação	50
2.2.2.1 A argumentação das emoções	51
2.2.3 A polémica como modalidade argumentativa	54
2.2.4 Entre <i>logos</i> e <i>pathos</i> – procedimentos retórico-argumentativos	59
2.2.4.1 Figuras do discurso	59
2.2.4.2 Tipos de argumentos	66
Capítulo 3 <i>Ethos</i> – uma estratégia do discurso político	71
3.1 Definição de <i>ethos</i>	71
3.2 Génese – O <i>ethos</i> na retórica	71
3.3 Fundamentos teóricos da noção de <i>ethos</i>	73
3.3.1 A perspetiva das correntes interacionistas	73
3.3.2 O <i>ethos</i> na perspetiva da análise do discurso	74
3.3.3 O <i>ethos</i> na perspetiva da argumentação no discurso	77
3.3.3.1 O <i>ethos</i> coletivo	79
3.3.3.2 O <i>ethos</i> e a imagem do adversário	80

3.4	O <i>ethos</i> político	81
3.4.1	Categorias de <i>ethos</i> político	81
3.4.2	Procedimentos de construção do <i>ethos</i> político	88
3.4.3	Imagens versáteis do <i>ethos</i>	89
PARTE II — A PALAVRA EM DEBATE: O DISCURSO POLÍTICO PARLAMENTAR		91
Capítulo 1 Sobre o discurso político		93
1.1	Algumas noções	93
1.2	A retórica política	97
1.3	Os géneros do discurso	100
1.4	O discurso parlamentar – um discurso político em ação	101
1.5	O discurso político: estado da arte	103
1.5.1	Investigações sobre o discurso parlamentar	107
1.5.2	Abordagens do discurso político português	109
Capítulo 2 A arquitetura do debate parlamentar		111
2.1	O debate parlamentar – uma prática social	111
2.2.1	O subgénero debate parlamentar	112
Capítulo 3 O <i>debate sobre o estado da Nação</i>		115
3.1	O <i>corpus</i> de análise	115
3.1.1	Critérios de seleção do <i>corpus</i>	116
3.2	O debate sobre o estado da Nação – descrição do <i>corpus</i> de análise	117
3.2.1	A situação de comunicação	118
3.2.2	A estrutura convencional do debate	121
3.2.3	Características do debate	123
PARTE III — O PODER DA PALAVRA: ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>		125
Capítulo 1 A palavra persuasiva		127
1.1	Figuras do (contra)discurso	127
I	Figuras de palavras	130
II	Figuras de sentido	145
III	Figuras de construção	161
IV	Figuras de pensamento	185
1.2	Conclusões parciais	233

Capítulo 2 A retórica do conflito	241
2.1 Argumentos e estratégias argumentativas de descridibilização	241
I – Argumentação sobre a pessoa	242
II – Argumentos de causalidade e de sucessão	261
III – Argumentos por indução e analogia	274
IV – Argumentação com apelo à autoridade	286
V – Argumentos por definição e associação	295
VI – Argumentação por incompatibilidade e por dissociação	303
VII – Outras técnicas argumentativas	314
2.2 Conclusões parciais	322
Capítulo 3 A gestão do <i>ethos</i>	329
3.1 As imagens de si e do outro	329
3.2 A lógica argumentativa – ideologia vs razão instrumental	431
I – <i>Ethos</i> de credibilidade	432
II – <i>Ethos</i> de identificação	440
3.3 A construção identitária	513
3.4 Conclusões parciais	571
CONCLUSÃO	579
BIBLIOGRAFIA	I
APÊNDICES	XLI
Apêndice A – Quadro de figuras do discurso	XLIII
Apêndice B – Quadro de tipos de argumentos	LV
Apêndice C – Quadro-síntese dos partidos políticos	LXV

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

Índice de figuras

Figura 1 Script du registre polémique	58
Figura 2 Artigo 228.º do Regimento da Assembleia da República	117
Figura 3 Estrutura convencional do <i>debate sobre o estado da Nação</i>	122

Índice de quadros

Quadro 1 Governos constitucionais (1991-2019), partidos de oposição e número de debates sobre o estado da Nação (de 1993 a 2017)	119

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

AD | Análise do discurso

ACD | Análise crítica do discurso

ADL | *Argumentation dans la Langue*

BE | Bloco de Esquerda

CDS-PP | Centro Democrático Social – Partido Popular

FFA | *Face Flattering Act*

FTA | *Face Threatening Act*

PAN | Pessoas-Animais-Natureza

PEV | Partido Ecologista «Os Verdes»

PCP | Partido Comunista Português

PPD/PSD | Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata

PS | Partido Socialista

PSN | Partido da Solidariedade Nacional

TA | *Traité de l'argumentation*

Au football, on joue l'adversaire ou le ballon, parfois les deux. En argumentation, on se focalise sur l'objet du débat ou sur la relation aux opposants.

Cristian Plantin¹

Sr. Primeiro-Ministro, é de tal forma irrealista, é de tal forma fantasioso, que um dia até seremos capazes de o ouvir aqui dizer que Portugal ganhou o campeonato do mundo de futebol.

Paulo Portas²

¹ «Analogie et métaphore argumentatives» (2011b : 110).

² DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 24

INTRODUÇÃO

L'opposition, disait O. Barrot, est le condiment de la liberté. L'opposition, répondait Guizot, est la garantie de la constitution; l'opposition, ajouterai-je, est le premier de nos droits, le plus sain de nos devoirs.

Proudhon (1968:19)

Se a essência da política é o confronto, e o debate a sua estrutura prototípica (Trognon & Larrue, 1994), a arena parlamentar – lugar privilegiado da institucionalização da ação política (Brack & Weinblum, 2011: 20) –, é, por excelência, o lugar da oposição³ (cf. Giuj, 1981) e, conseqüentemente, do aprofundamento do dissenso. Pela função institucional que detém, legitimada pelo sufrágio universal, de acompanhamento, monitorização e crítica das orientações políticas do Governo, a oposição parlamentar⁴, ou «instância adversária», como a designa Charaudeau (2005/2014a), desempenha um papel crucial de equilíbrio (ou limitação) do poder num estado democrático.

Obedecendo, porém, a estratégias de posicionamento político variáveis⁵, a atitude das oposições não se caracteriza pelo consenso, visando sim sublinhar as diferenças e aprofundar o desacordo, sendo a instrumentalização da palavra um meio de influência, ou seja, uma forma de exercer a autoridade sobre as decisões tomadas pelos outros (Lamizet, 2011: 9). A polémica – elemento fundamental da estruturação e organização do espaço político, como demonstrou Amossy (2014),

³ Ainda que não seja o único lugar da oposição (como sabemos, há múltiplas formas de exercer a oposição política fora do parlamento), o parlamento permanece como o lugar primordial, o «mainstay» (Giulj, 1981: 493) da oposição: «In representative democracies, the parliamentary opposition holds a special place, if not always in empirical terms, certainly when looked at from a normative perspective.» (Helms, 2008: 6). No seu sentido restrito, a oposição é apercebida como a minoria parlamentar excluída do poder executivo (cf. Brack & Weinblum, 2011), e é sob esta concepção que a encaramos no presente estudo.

⁴ A oposição parlamentar é apresentada por Ionescu e De Madariaga (1968: 2) como a forma mais avançada e a mais institucionalizada do discurso político.

⁵ Sobre os diferentes tipos de oposição e estratégias de confronto com o executivo, vd. «L'opposition parlementaire en Italie et au Royaume-Uni: une opposition systémique ou axée sur les enjeux?» (De Giorgi, 2011).

inscreve-se então na retórica política, que confunde lógica subjetiva da sedução com a lógica propriamente política da argumentação (Lamizet, 2011: 43).

Considerando a «revalorização do dissenso» advogada por Amossy (2014), inspirados pelos trabalhos de Maria Aldina Marques⁶ sobre o discurso parlamentar (2008a), e seduzidos pela eloquência dos oradores que fazem da justa verbal uma arte da guerra, a palavra agonal em situação de debate parlamentar apresentou-se-nos como um objeto de estudo apelativo, ainda que complexo, enquadrando-se nas abordagens que colocam a retórica⁷ como quadro fundamental nas teorias da argumentação (Plantin, 1990, 1999), tomando-se em consideração a forma como o *logos* se alia ao *pathos* e ao *ethos* a fim de agir sobre o auditório (argumentação no discurso, Amossy [2000]/2018). A escolha do *corpus* de análise incidiu no *debate sobre o estado da Nação* – cuja estrutura e organização pretendemos descrever –, por ser representativo de um momento importante da vida política parlamentar e constituir uma oportunidade, de grande visibilidade, para a oposição para fiscalizar o Governo.

Estabelecemos como objetivo geral compreender de que forma a argumentação dos parlamentares governa as condições do exercício do confronto verbal, regulado por normas institucionais, pela observação do funcionamento do contradiscurso e da sua refutação. É, pois, nossa intenção proceder à análise das estratégias retórico-argumentativas que atualizam o descrédito com fins de deslegitimação e que se configuram, por outro lado, como um elemento persuasivo, que visa a adesão do auditório e a valorização da imagem de si.

Para o efeito, pretendemos examinar, numa perspetiva descritiva, os tipos de argumentos e estratégias argumentativas mobilizados no ataque político, não procedendo à sua avaliação crítica, antes tentando restituí-los à própria lógica dos posicionamentos argumentativos, procurando mostrar como se estruturam mutualmente na economia do debate e tentando torná-los inteligíveis. Tal como a concebemos, a conceção de argumentação baseada na noção de persuasão instaura uma

⁶ Especialmente pelo artigo «Quando a cortesia é agressiva. Expressão de cortesia e imagem do outro» (2008a), nos primórdios da nossa jornada académica.

⁷ Como adverte Meyer, se a retórica é geralmente definida como a «arte de bem falar, de mostrar eloquência diante um público para ganhar a sua causa», o carácter argumentativo está presente desde o início («justificamos uma tese com argumentos, mas o adversário faz o mesmo»), e, neste sentido, a retórica «não se distingue em nada da argumentação» (1998/2018: 17).

proximidade funcional entre procedimentos argumentativos e retóricos com vista à adesão do destinatário. Neste sentido, a dimensão ‘figural’⁸ do discurso não nos parece um aspeto de somenos⁹. Como refere Bonhomme,

en suivant les conceptions les plus dénotatives du langage, on pourrait envisager l'hypothèse d'un discours sans figures. Mais on verrait alors *a contrario* la perte irréparable que cela impliquerait pour communiquer toutes les nuances de la pensée. (2005/ 2014: 261)

Consideramos, pois, com Bonhomme que as figuras¹⁰ devem ser apercebidas «dans sa pleine extension et comme faits de langage à part entière» (2014: 7), não as compreendendo apenas como um ornamento do discurso. Neste sentido, perspetivando a ornamentação do discurso como um ato de fala consubstancial à dimensão retórica do discurso (Angenot, 1982: 236), reconhecemos-lhes um papel fundamental da argumentação, senão pela sua argumentatividade, pela sua força persuasiva: «les figures sont un constituant primordial du discours argumentatif» (2009: 12), menciona Plantin, lembrando o seu contexto retórico original. Atribuiremos, por conseguinte, uma particular atenção ao funcionamento discursivo das figuras, subtraindo-nos de fazer a distinção entre figuras de estilo, de retórica ou de argumentação. Privilegiaremos o seu estatuto pragmático, procurando examinar as suas motivações e capacidade de influência e, por outro lado, perceber de que forma contribuem para a valorização do *ethos* político do orador.

En abordant la question de la personne sous l'angle de sa capacité d'influence, la rhétorique se situe dans une perspective *offensive*; la production de l'*ethos* [sic] est une manœuvre stratégique par laquelle l'orateur jette sa personne dans la bataille. (Plantin, 2016: 445)

Na perspetiva da argumentação retórica, importa reconhecer o papel do orador no processo persuasivo e a imagem que constrói de si mesmo. Na nossa investigação o *ethos* constitui uma categoria de análise, já que é uma estratégia do discurso político, como sublinha Charaudeau (2014a: 87). Ora, a noção do *ethos* numa interação polémica entra numa problemática interativa de identidades, visto que a definição de imagem de si é correlativa da imagem do outro, em particular

⁸ Inserindo a nossa análise na perspetiva da argumentação no discurso (Amossy, [2000]), cremos que a «abordagem figural» do discurso é essencial para se apreender a intenção (e/ou a dimensão) persuasiva da argumentação. Abordagem essa que, segundo Amossy, retoma «uma reflexão secular sobre as figuras de estilo, vistas por meio da sua visada persuasiva» (2018: 41).

⁹ Como, aliás, mostraram Perelman e Olbrechts-Tyteca, no seu *Traité de l'argumentation – La nouvelle rhétorique* [1958] (*Tratado de Argumentação*, 2006, na sua tradução portuguesa [a edição brasileira data de 1996], recuperando o estatuto das figuras: «o efeito, ou um dos efeitos, de certas figuras é, na apresentação dos dados, impor ou sugerir uma escolha, aumentar a presença ou realizar a comunhão com o auditório» ([1958]/ 2006: 191).

¹⁰ «Une figure est une forme discursive marquée, libre et mesurable qui renforce le rendement des énoncés.» (Bonhomme, 1998:7).

do adversário (Doury, 2016: 128). É, pois, nossa intenção apreender a imagem de si, pela identificação dos tipos de *ethè* (individuais e coletivos) que constroem os oradores através de um discurso de descrédito. Para além da construção da sua identidade política, importa perceber como os oradores se preservam dos ataques do adversário e salvam a sua face, ou seja, como gerem a sua imagem política. A análise da gestão do *ethos* por meio das estratégias argumentativas de descrédibilização e persuasão é, por conseguinte, o objetivo central do nosso estudo.

Tomando como referência os estudos sobre o discurso parlamentar de Cornelia Ilie (2001, 2004a, 2004b, 2010a, 2010b) e, no espaço português, de Maria Aldina Marques (2000, 2008a), que guiaram nossas reflexões, equacionámos um conjunto de questões às quais gostaríamos de dar resposta através da nossa investigação:

- i) Que tipologias de argumentos são utilizadas no contradiscurso e sua refutação?
- ii) Para provocar a adesão ao discurso, são privilegiados argumentos da ordem do *pathos* ou do *logos*?
- iii) Quais as estratégias utilizadas mobilizadas para manter a face e legitimar a sua posição no confronto?
- iv) Na refutação dos ataques pessoais são preferencialmente mobilizados argumentos *ad rem* ou *ad hominem* e *ad personam*?
- v) Que tipo de estratégias são utilizadas para justificar ou legitimar as emoções manifestadas durante as intervenções?
- vi) Os tipos de argumentos mobilizados no contradiscurso variam preferencialmente em função do momento político, do adversário ou do assunto em questão?
- vii) Os tipos de argumentos e estratégias retórico-argumentativas mobilizadas na refutação dos ataques são selecionadas em função do partido político do adversário?
- viii) Quais as figuras do discurso mobilizadas para persuadir?
- ix) Qual a função das figuras do discurso mobilizadas na argumentação?
- x) Destacam-se estratégias singulares de ataque e de contra-ataque?
- xi) Verifica-se uma preferência partidária por determinados tipos de argumentos e/ou figuras do discurso?
- xii) Quais os mecanismos discursivos selecionados pelos deputados e membros do Governo que servem à construção do *ethos* (individual e coletivo) político?
- xiii) O confronto revela, sobretudo, estratégias de posicionamento ou conflitos ideológicos?
- xiv) A modalidade das estratégias utilizadas para descrédibilizar o adversário difere consoante se é o partido do Governo ou se pertence à oposição?
- xv) Existe uma diferença de género na manifestação do desacordo?

- xvi) Assinala-se alguma alteração na utilização dos mecanismos do dissenso ao longo das legislaturas?
- xvii) Regista-se uma evolução nas estratégias de construção do *ethos* político ao longo da cronologia?
- xviii) De que forma as estratégias retórico-pragmáticas contribuem para a valorização do *ethos* político dos oradores?

A nossa investigação integra-se no campo da análise do discurso (doravante AD), e é subsidiária de vários modelos teóricos numa perspetiva pragmático-retórica da análise do discurso político. As escolhas teóricas de diferentes perspetivas de análise foram selecionadas em função da complexidade do nosso objeto de investigação, que, na nossa opinião, só poderá ser cabalmente analisado pela articulação das diversas disciplinas, que daremos conta na primeira parte da nossa tese.

A presente tese encontra-se estruturada em três partes, contemplando cada uma três capítulos:

Parte I — *A palavra em análise: quadro teórico-metodológico*. No primeiro capítulo, *Perspetiva teórica e metodologia de análise*, apresentaremos o nosso objeto de estudo e abordaremos as opções metodológicas que guiaram a nossa análise, em consonância com os objetivos propostos, mencionando igualmente os parâmetros da análise. Referir-nos-emos, posteriormente, à relevância do estudo a desenvolver. No segundo capítulo, *Enquadramento teórico*, debruçar-nos-emos sobre os conceitos teóricos que subjazem à nossa análise e a sua conexão à AD, considerando a interdisciplinaridade teórica e metodológica entre a pragmática e a argumentação retórica, legitimada pelo seu objeto de investigação comum – a linguagem no seu uso –, mas também pela forma de o perspetivar, considerando-se a intenção do locutor/orador em produzir um determinado efeito no recetor/ auditório. Neste sentido, e após uma revisão das principais teorias e perspetivas no âmbito tanto da pragmática como da retórica e da argumentação, incluindo as atuais perspetivas da argumentação das emoções, debruçar-nos-emos sobre a dimensão polémica da argumentação, dado que é estruturadora do dissenso (Amossy, 2014). Concebendo a argumentação numa perspetiva de influência, torna-se igualmente pertinente referir os procedimentos utilizados para persuadir, ou seja, para conseguir a adesão do auditório, designadamente as figuras do discurso e os tipos de argumentos mobilizados na «apresentação das razões» dos oradores, que tanto podem ser

da ordem do *logos* (razão) ou do *pathos* (emoção). A apresentação de si no discurso será tratada no terceiro capítulo, *Ethos – uma estratégia do discurso político*, que incidirá sobre os fundamentos teóricos da noção desde a Antiguidade, no âmbito da retórica, até à sua abordagem nas perspetivas das correntes interacionistas, da AD e da argumentação. Por fim, abordaremos a noção de *ethos* político, centrando-nos no *ethos* de credibilidade e no *ethos* de identificação, segundo a proposta de Charaudeau (2014a), assim como nos procedimentos de construção do *ethos*.

Parte II — *A palavra em debate: o discurso político parlamentar* contemplará três capítulos. No primeiro capítulo, *Sobre o discurso político*, apresentaremos algumas definições operatórias sobre o conceito de discurso político e debruçar-nos-emos sobre os géneros do discurso, procedendo à caracterização do subgénero discurso político parlamentar. Seguir-se-á o estado da arte do discurso político, onde referiremos os principais contributos surgidos nos últimos anos na análise do discurso, designadamente sobre o discurso político e discurso parlamentar português. No segundo capítulo, *A arquitetura do debate parlamentar*, abordaremos o subgénero debate parlamentar; sendo o capítulo seguinte dedicado ao nosso objeto de estudo. Por conseguinte, no último capítulo da segunda parte, apresentaremos o *corpus* de análise, bem como os critérios que nortearam a sua escolha, e procederemos à descrição de *O debate sobre o estado da Nação*, pela referência à situação de comunicação e pela apresentação sua estrutura convencional, referindo ainda as suas principais características.

Parte III — *O poder da palavra: análise do corpus* será consagrada à análise das estratégias de persuasão e de descredibilização no debate sobre o estado da Nação, pela observação dos mecanismos que constroem o dissenso e, simultaneamente, uma imagem de si. O primeiro capítulo, *A palavra persuasiva*, será dedicado à identificação, inventariação e estudo pragmático das figuras utilizadas no contradiscurso que visam a persuasão do auditório para aderir ao seu ponto de vista, seguindo-se as conclusões da análise. Os tipos de argumentos que atualizam o desacordo e configuram o descrédito do adversário serão objeto de categorização e análise no segundo capítulo, *A retórica do conflito*, cujas conclusões se apresentam no final. No terceiro capítulo, *A gestão do ethos*, será feito o estudo das estratégias retórico-argumentativas utilizadas tanto no ataque como no contra-ataque ao adversário que constroem uma imagem de si (individual e coletiva) no discurso, que procuraremos descrever e categorizar segundo os tipos de *ethè* políticos identificados por

Charaudeau (2014a). Na secção *As imagens de si e do outro*, serão, sobretudo, analisadas as estratégias de refutação e contestação dos líderes do Governo aos ataques agressivos perpetrados pela oposição, ao longo de oito legislaturas¹¹ (de 1993 até 2017), com o propósito de verificar como gerem os oradores a imagem negativa construída pelos adversários e, por outro lado, como se processa a representação negativa do oponente. A análise dos argumentos, da ordem do *ethos*, do *pathos* ou do *logos*, bem como os procedimentos retóricos mobilizados pelos deputados nas suas intervenções, será efetuada na secção *A lógica argumentativa – ideologia vs razão instrumental*, onde procederemos à categorização dos tipos de *ethè*, de credibilidade e de identificação, revelados pelo discurso. *A construção identitária*, tema da última secção, incidirá sobre os valores e os «imaginários» comuns (cf. Charaudeau, 2014a: 158) veiculados pela argumentação que fundam a identidade política dos oradores e do respetivo partido. Nas conclusões parciais, em final de capítulo, procuraremos evidenciar quer as posições ideológicas quer as estratégias de posicionamento reveladas pela retórica do denegrir bem como os procedimentos argumentativos de reparação da imagem negativa de si construída pela argumentação do oponente. Procuraremos ainda mostrar de que forma o estilo discursivo contribui para a construção e valorização do *ethos* político do orador.

Os resultados da análise das estratégias argumentativas que procuram descredibilizar e deslegitimar a posição adversária, bem como os resultados da observação dos procedimentos retórico-pragmáticos que contribuem para a persuasão do auditório (não do adversário, advirta-se) e que constroem o *ethos* dos políticos no *debate sobre o estado da Nação*, serão apresentados na conclusão.

¹¹ Os deputados da Assembleia da República são eleitos por período de quatro anos (uma legislatura corresponde a esse período). Cada Legislatura é constituída por quatro sessões legislativas, que funcionam, de acordo com o art. N° 174° da Constituição da República Portuguesa.

PARTE I

A PALAVRA EM ANÁLISE: QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1 Objeto de análise

Tendo como base empírica o *debate sobre o estado da Nação*, constituímos como objeto da nossa análise o discurso de descrédito (e de desqualificação), ou, mais concretamente, o contradiscurso e a sua refutação. Neste caso, não se trata apenas de considerar os discursos de oposição, isto é, uma «oposição entre discursos» (Grácio, 2010: 9), decorrente de uma perspetiva divergente¹², mas de contemplar os discursos que revelam uma clara intenção de denegrir, ou, recuperando as palavras de Oléron, que visam «un adversaire qu'il s'agit d'abaisser, de diminuer, à la limite d'éjecter en dehors de la compétition» (1995:20).

Deste modo, o discurso é visto numa perspetiva de influência, sendo a argumentação associada à persuasão que visa a adesão do auditório (não do alvo da crítica) a uma tese ou simplesmente a um ponto de vista.

¹² Afastando-se «das visões proposicionalistas que tendem a reconduzir as questões de argumentação a questões de raciocínio e à avaliação racional de argumentos», Grácio considera que, «ao falar de oposição entre discurso e contradiscurso [...] o que se opõe são *perspetivas sobre assuntos*, não proposições ou encadeamento de enunciados.» (2010: 9). O autor sublinha que «nem todas as asserções assumem o estatuto de teses», fundamentando-se em Crosswhite: «as argumentações surgem quando 'o conflito entre uma e outra forma de ver as coisas é demasiado forte e se sobrepõe à deferência habitual que temos uns para com os outros'. Há, por conseguinte, coisas que não conseguimos 'deixar passar'» (2010: 10).

1.2 Pressupostos teóricos

A nossa abordagem insere-se no quadro teórico da AD (Maingueneau, 1991, 2002a; Charaudeau & Maingueneau, 2002), visando-se, portanto, a articulação da enunciação do discurso com um determinado lugar social, no nosso caso em particular, com o campo discursivo político, pelo que assumimos os contributos teóricos de Charaudeau (2014a), no que se refere em especial ao discurso político, e de Ilie (2001, 2003a, 2006, 2010a, 2010b, 2016b) e M. A. Marques (2000, 2007a, 2007b, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b, 2010c, 2011a, 2011b, 2012, 2015), no quadro da atividade parlamentar.

Partilhando do pressuposto de Amossy que a argumentação é indissociável do funcionamento geral do discurso, o estudo do discurso político parlamentar não difere do estudo da argumentação em geral¹³: «Estudar a argumentação no discurso é explorar a maneira pela qual a palavra oral e escrita age sobre o outro, ora levando-o tomar uma posição, ora orientando a sua visão do real» (2018: 273), pelo que o nosso estudo se enquadra, mais especificamente, na perspetiva da argumentação no discurso (Amossy, [2000] /2018) (cujos pressupostos teóricos aprofundaremos no Cap. 2), que se reclama da retórica¹⁴ (inseparável da pragmática) e remete para o dialogismo da linguagem¹⁵. Considerando que o *debate sobre o estado da Nação* é «uma prática argumentativa dialogal» (M. A. Marques, 2007b: 105) – a ligação entre o diálogo e a argumentação remonta aos tempos da argumentação dialética –, a nossa análise não poderia deixar de ser subsidiária das teorias interaccionais (Kerbrat-Orecchioni, 1980, 1990 /2010a, 1992, 2002, 2005) que integram a AD, no quadro das quais se procede à análise dos aspetos da organização das interações, também numa perspetiva sociodiscursiva e semântico-pragmática.

¹³ A análise argumentativa liga-se a um vasto *corpus* que vai da conversação quotidiana ao texto literário, passando pelo discurso político, pelos *media* e pela internet (Amossy, 2018: 41). Angenot, por seu turno, defende que a teoria da argumentação não pode subsistir isolada numa «autonomie heuristique absolue»: «l'analyse argumentative est d'abord inséparable de l'ensemble de faits de discursivité, comme elle est inséparable du dialogisme interdiscursif, de l'immersion des textes dans le discours social du temps et elle est de l'analyse herméneutique, c'est-à-dire celle de la constitution du texte comme stratification de niveaux de sens» (2008: 418).

¹⁴ Amossy refere que «as ciências da linguagem – procurando dar um lugar à retórica, considerada o manejo da palavra influente – propõe uma análise, e não uma prática, da eficácia discursiva. Elas reintegram, no campo das investigações sobre a linguagem, o exame daquilo que faz a sua força em situações precisas da comunicação» (2018: 31).

¹⁵ «De facto, haja vista que toda palavra surge no interior de um universo discursivo preexistente, ela responde necessariamente a indagações que perseguem o pensamento contemporâneo e torna-se objeto tanto de controvérsias em sua forma plena como de discussões atenuadas. Todo enunciado confirma, refuta, problematiza posições anteriores, quer tenham sido expressas de modo preciso por um dado interlocutor, ou de modo difuso no interdiscurso contemporâneo» (Amossy, 2018: 42).

Inscriver o nosso estudo na perspetiva da argumentação no discurso é subscrever uma abordagem da argumentação que vê na retórica o quadro fundamental¹⁶ «dans le quel il faut comprendre et insérer l'argumentation sous peine de la couper de son utilisation en situation, et donc de la vider de sa pertinence et de son sens» (Amossy & Koren, 2009: 8). Distanciando-se da perspetiva das análises da argumentação que insistem exclusivamente no raciocínio e na construção de argumentos válidos, a argumentação, perspetivada de uma forma retórica, tem em conta o quadro de comunicação, evidenciando-se o orador, que desenvolve a argumentação, e o auditório¹⁷ (os diversos tipos de auditório), que condiciona a construção do discurso; contempla-se, evidentemente, o discurso que se desenvolve sempre em determinado contexto (que é também criado pelo próprio discurso), considerando-se igualmente as circunstâncias em que ocorre (atendendo «a quem» e «quando» se dirige o discurso), bem como o interdiscurso e a *doxa* (trata-se de ter em conta o dialogismo inerente ao uso da linguagem) e o papel do *ethos* e do *pathos* na argumentação. Considerando que o discurso é visto como um processo de influência, é-lhe atribuída uma finalidade persuasiva. De mencionar que na conceção teórica de Amossy, é também importante ter em consideração a centralidade do funcionamento discursivo nos seus múltiplos aspetos, que consideraremos igualmente na nossa análise: o género discursivo, dispositivo enunciativo, os meios verbais como os conectores, as escolhas lexicais, bem como os elementos que revelam a *doxa* ou as figuras¹⁸ – que configuram um dos seis princípios da análise argumentativa do discurso¹⁹.

O reconhecimento figural do discurso supõe a sua pertinência comunicacional: «Produire des figures, c'est activer des schèmes discursifs qui modélisent certaines variations de la langue en vue d'augmenter la pertinence de la communication» (Bonhomme, 2005/2014: 41). Enquanto esquemas discursivos, as figuras assumem um papel de memória, de regulação e de sinalização, menciona o

¹⁶ Como ponto de partida para a sua reflexão sobre a ligação da argumentação à retórica, Amossy e Koren recuperam a definição de Ducrot «*argumentation rhétorique [...] par laquelle Ducrot désigne tout ce qui relève de l'art de raisonner et de persuader par la parole*» (2009: 02) – de referir que a argumentação no discurso parte de contributos teóricos pragmáticos e lógicos, para além da retórica. Sobre a importância da revalorização da retórica nos estudos da linguagem, recuperemos as palavras de Gardes-Tamine: «aujourd'hui que la linguistique [...] se dilue dans les interactions et les considérations pragmatiques, la rhétorique recouvre une place de choix, parce qu'elle a toujours affirmé l'importance de la parole visant un public bien particulier» (1996 :12).

¹⁷ Na linha de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]), Amossy sublinha a necessidade de o orador se adaptar ao auditório, «donc de se faire une image et corrélativement de construire une image fiable de sa propre personne en fonction des croyances et valeur qu'il prête à son auditoire» (1999 /2005a: 21).

¹⁸ «As figuras são formas verbais cujo valor argumentativo deve ser estudado em contexto» (Amossy, 2018: 224).

¹⁹ «Uma abordagem figural» (2018: 41). Os princípios da análise argumentativa proposta por Amossy são referidos na subsecção 2.2.1 da Parte I.

autor. Após a renovação do seu estatuto argumentativo com Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]), atualmente, as figuras são apercebidas como instrumentos de argumentação (operam como atos de linguagem persuasivos), que influenciam as opiniões dos recetores e estimulam a sua adesão ao discurso; convencem, porque jogam com o raciocínio, e chamam à atenção, porque jogam com os afetos. Concebemo-las com Robrieux «comme des composants à part entière de l’acte d’énonciation» (2005/2015: 48), pelo que as constituímos como uma categoria de análise. Para além do seu contributo para a força ilocutória dos enunciados; logo, para a sua eficácia argumentativa (*persuadir*) (Bonhomme, 1998: 87), as figuras do discurso são um instrumento que favorece a sedução (Molinié, 1992). Apresentam um papel que não é de negligenciar na construção do *ethos* do orador, elas fazem prova da sua eloquência (que não se reduz à mobilização das figuras, lembre-se), contribuem para o sucesso estilístico do discurso (*bem falar*) (Bonhomme, 1998: 87) e conferem poder ao orador: «Car l’art de la persuasion, manié avec prestige, c’est-à-dire avec autorité et brio, appuyé sur des connaissances techniques illuminés par le don propre et exercées par une solide pratique, confère à qui le possède un pouvoir considérable» (Molinié, 1992: 6).

A categoria do *ethos*, entendida como a imagem de si pelo discurso, será, sobretudo, tributária dos estudos de Maingueneau (2000, 2002b), Amossy (2010/2015) e Charaudeau (2005/2014a), no que se refere ao *ethos* de credibilidade e de identificação no discurso político.

Por fim, de referir que na conceção de argumentação de Amossy ([2000]) os argumentos são vistos como algo que concede força ao discurso (isto é, relevante, aceitável), podendo ser considerados como uma esquematização, no sentido de trazer ideias não antes consideradas. As estratégias argumentativas têm sobretudo que ver com a seleção dos recursos e dos esquemas argumentativos escolhidos para desenhar o discurso e lhe conferir credibilidade. Neste sentido, não se trata tanto de analisar esquemas de argumentação ou estruturas argumentativas consideradas *per se*²⁰ ou apreendidas isoladamente como uma determinada configuração, mas de perceber como o *logos* (o desenvolvimento dos argumentos em língua natural) se alia ao *ethos* (a imagem de si que o orador projeta no seu discurso) e ao *pathos* (apelos à emoção) no discurso de forma a revelar as atitudes e convicções do orador.

²⁰ Sublinha Amossy que a argumentatividade é uma característica inerente ao discurso, o que implica não impor uma ordem sequencial premissa-conclusão num texto oral e escrito (2018).

No âmbito do nosso estudo, torna-se pertinente contemplar a noção de tipo de argumento como categoria de análise, «dans la mesure où elle restitue la cohérence de la séquence argumentative, et éclaire la dynamique interactionnelle dans laquelle elle entre, en préfigurant les réactions critiques auxquelles elle va donner lieu.» (Doury & Plantin, 2015: 10).

1.2.1 Metodologia e parâmetros de análise

De acordo com a perspetiva da análise argumentativa do discurso (Plantin, 2010a, 2011, 2016; Amossy, [2000]; Doury, 2016), subscrevemos uma análise não normativa, que não esteja subordinada a destrinçar as argumentações racionais das falaciosas de acordo com critérios lógicos ou comunicacionais, ainda que se possa assinalar algum raciocínio dito falacioso²¹ nas interações de modo a evidenciar a posição do orador. Adotamos, portanto, um ponto de vista descritivo, procurando apenas descrever os funcionamentos argumentativos dos discursos. Trata-se de uma abordagem qualificativa²², pelos que os exemplos em análise visam, sobretudo, ilustrar as estratégias de descrédito utilizadas pelos oradores no subgénero discursivo em análise.

O quadro metodológico de análise tem em consideração a especificidade do subgénero *debate sobre o estado da Nação*, enquanto subgénero do discurso político e parlamentar, bem como a complexidade discursiva da manifestação do desacordo na situação de comunicação descrita. Por conseguinte, o presente estudo contemplará níveis macro e micro de análise e convocará ferramentas metodológicas de várias perspetivas da AD²³, bem como de outras áreas disciplinares, como sejam a sociolinguística, a sociologia, a psicologia cognitiva, as ciências da comunicação e a ciência política, que, de forma complementar, se constituem como um contributo para um estudo cabal dos procedimentos linguísticos e retórico-pragmáticos mobilizados (seja para denegrir a imagem do adversário seja para atenuar o desacordo) que constroem uma imagem de si.

²¹ «É em situação, em uma troca ocorrida em um dispositivo de enunciação particular, que a estrutura lógica do argumento subjacente ao texto ou a denúncia de sua validade lógica adquire a sua eficácia» (Amossy, 2018: 162).

²² De referir, como limitações ao nosso estudo, que os segmentos analisados não são representativos de todos os procedimentos de descrédito. Podem, inclusivamente, ter sido valorizadas estratégias argumentativas pontuais no debate em detrimento de outras que nele predominem, em virtude do seu interesse acrescido para o estudo da gestão do *ethos*.

²³ Como postulam Doury e Plantin, a análise clássica da argumentação retórica constitui uma forma de análise do discurso. Em função dos casos em consideração, poder-se-á adotar a perspetiva da AD ou da análise das interações (2015: 9).

A análise do nosso objeto de estudo, que ocupa a terceira parte da tese, será feita de acordo com os parâmetros que a seguir se apresentam.

No primeiro capítulo (*A palavra persuasiva*), e numa primeira etapa, procedemos à identificação das figuras do (contra)discurso, que surgem à superfície do discurso como variedades discursivas salientes, e à sua inventariação exaustiva, com base nas taxionomias de referência²⁴, apenas por uma questão de ordem prática, já que a abordagem das figuras será efetuada numa perspectiva discursiva, interessando-nos, sobretudo, observar a sua funcionalidade. De esclarecer que não adotamos a classificação de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]) (vd. Cap. 2 da Parte II), apesar de lhe reconhecermos a pertinência, pelo facto de os autores apenas abordarem as figuras designadamente argumentativas. É, pelo contrário, nossa intenção demonstrar que todas as figuras, em graus variáveis²⁵, são elementos constitutivos da argumentação, concedendo-lhes, porém, um tratamento diferenciado em função da sua expressividade no *corpus*. Com esse objetivo, centrar-nos-emos, num segundo nível, na análise dos fatores orientação e força, procurando verificar a forma como concorrem para o alcance ilocutório das figuras (Bonhomme, 2016: 155), ou seja, analisar o efeito produzido, na tentativa de verificar qual é o seu contributo para o enunciado e qual a sua capacidade de influência (*persuasão*).

A relação entre a argumentação e a persuasão que se estabelece no contradiscurso (e na refutação) será igualmente explorada no segundo capítulo (*A retórica do conflito*), através da análise dos esquemas argumentativos ou tipos de argumentos²⁶, bem como de outras técnicas argumentativas, utilizados no «ataque» e «contra-ataque» no *debate sobre o estado da Nação*, tendo em consideração o seu quadro específico de comunicação. O exame dos esquemas argumentativos²⁷ permitirá aproximar ou diferenciar os estilos argumentativos das várias forças partidárias ou campos

²⁴ Não sendo nossa intenção distinguir figuras de retórica, figuras de dialética, tropos e figuras de estilo, procedemos à sua classificação em *figuras de palavras*, *figuras de sentido*, *figuras de construção* e *figuras de pensamento*, por uma questão de facilidade de reconhecimento da sua tipologia, ainda que esta classificação não seja consensual entre os especialistas.

²⁵ Bonhomme distingue na função argumentativa das figuras uma versão fraca de uma versão forte (2014: 179, 181). As figuras de oposição (refutação), por exemplo, são por essência argumentativas.

²⁶ Os tipos de argumentos (ing. *arguments schemes*) são categorias que resultam de agrupamentos que têm como base a natureza da relação entre a premissa e a conclusão que os constituem (Doury, 2016: 30).

²⁷ Em razão da sua pouca pertinência em algumas sequências do *corpus*, nem sempre os esquemas argumentativos são formalmente descritos.

políticos, do Governo e da oposição, denunciar estratégias de posicionamento, mostrar singularidades de estilos, entre outros aspetos que possam surgir ao longo da análise.

Distinguem-se sete grandes grupos de esquemas argumentativos, que organizamos tendo em conta as várias tipologias que se nos afiguraram pertinentes para o estudo do nosso *corpus*. A seleção dos esquemas argumentativos incidiu, principalmente, na tipologia proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]), tendo sido contemplados alguns tipos de argumentos específicos do discurso político (Gauthier, 1990, 1995; Gauthier & Gosselin, 1997; Hirschman, 1991), que analisamos, de forma complementar, com os contributos metodológicos de várias perspetivas teóricas da argumentação (Plantin, 2016; Doury, 2016; Walton, Reed & Macagno, 2008; Breton 1996/2003), concedendo destaque aos argumento *ad hominem* e *ad personam*, pela sua relevância no *corpus*. Alguns esquemas são designados de argumentos, outros de ‘apelos’, e argumentação, de acordo com as propostas dos respetivos autores ou de acordo com a sua referência no *Dictionnaire de l'argumentation*, de Plantin (2016). O mesmo critério foi usado para a sua nomenclatura, tendo sido mantida a etiqueta em latim para os argumentos assim designados²⁸ na obra de referência de Plantin.

O estudo dos procedimentos que mostram a orientação de confronto no discurso e a constante adaptação ao interlocutor (e ao auditório) requer igualmente um nível micro de análise. No plano sociodiscursivo da interação verbal, proceder-se-á à descrição dos marcadores linguísticos do desacordo ao nível do léxico, dos atos de fala e dos enunciados no seio das intervenções. Por conseguinte, serão contemplados os atos de oposição (refutação, denegação), de condenação (censura e acusação, calúnia e insulto) e de pressão sobre o outro (ameaça, pedido), e serão observados os seus modos de realização através de atos diretos ou indiretos, pela análise das figuras do discurso, pela força ilocutória do ato e ainda pelo conteúdo dos atos ofensivos (insulto)²⁹. Deste modo e na ótica da seleção lexical, serão analisados tanto os procedimentos de designação (incluído o tratamento deíctico, num plano também semântico-pragmático) e de identificação do adversário,

²⁸ De advertir que essa designação pode estar apenas contemplada no verbete, e não na entrada dos argumentos no *Dictionnaire de l'argumentation*.

²⁹ O *insulto*, pertencente ao quadro da análise da *Violência Verbal* (Auger, Fracchiolla, Moïse, & Schultz-Romain, 2008, 2010), constitui uma categoria de análise pertinente no quadro da nossa análise argumentativa do discurso do confronto e do denegrir. Trata-se de um ataque *ad personam* (cf. Plantin, 1996), que pode tomar a configuração de um ato discursivo, reduzindo-se a algumas palavras ou apresentar uma forma elaborada que engloba o encadeamento de sequências.

ou do visado pela crítica, designadamente a nomeação, como as escolhas lexicais (de eventual valor polémico) e os processos de coesão lexical (eventualmente reveladores de posições ideológicas) que denunciam a orientação argumentativa do enunciado. Ainda no plano da enunciação, proceder-se-á à análise da modalidade e dos marcadores de heterogeneidade enunciativa (citação, referência, alusão), explícitos ou implícitos (o pressuposto, o subentendido), que assinalam o posicionamento do locutor face a outro discurso contestado (ou mesmo ignorado).

É igualmente nossa intenção avaliar o grau de manifestação da ironia nos enunciados polémicos bem como o seu papel na conquista da adesão do público e, simultaneamente, na sua função de descrédito do adversário. Por outro lado, importa examinar os recursos mobilizados pelos interlocutores que manifestam uma escalada de tensão emocional³⁰, originando enunciados polémicos. Com este propósito, proceder-se-á a uma análise retórica da argumentação pelo viés das emoções, convocando-se os contributos de Plantin (1998,1999, 2011a), Micheli (2008) e também de Charaudeau (2000). Pretende-se examinar se as estratégias argumentativas são da ordem do *pathos* ou do *logos*, e, conseqüentemente, de que forma elas estão ao serviço da construção e da gestão do *ethos*.

Visto o último capítulo do nosso estudo ser dedicado à gestão do *ethos* político, impõe-se um esclarecimento a propósito da gestão (e negociação) dos *ethè*:

L'essentiel dans l'interaction en face à face réside dans le fait que l'image projetée par chacun des partenaires fait l'objet d'une réaction immédiate de la part de l'interlocuteur [...] la confirmation ou la critique de l'autre fait [...] partie intégrante du processus de production, qui s'effectue souvent par une série de réajustements, de reprise, voire des corrections. [...] Dans les cas de divergence ou désaccord, le locuteur se doit de négocier son image [...] pris ici au sens métaphorique [...]. (Amossy, 2010/2015: 132)

Na primeira secção (*As imagens de si e do outro*), analisaremos algumas sequências ilustrativas de procedimentos agressivos de refutação dos líderes do Governo aos ataques da oposição, nos seus pedidos de esclarecimento ao executivo, procurando analisar como argumentam as suas emoções (Plantin, 2011a; Micheli, 2008) e quais os tipos de argumentos e estratégias que mobilizam, de modo a perceber com gerem o seu *ethos* político e que imagem dão de si e dos adversários.

³⁰ A subida de tensão (do quadro da violência verbal), de acordo com o modelo teórico de Moïse (2006, 2012) é característica do discurso de desqualificação e constitui um índice do seu carácter agressivo.

A análise das estratégias retórico-argumentativas mobilizadas no contradiscurso e na sua refutação (incluindo os procedimentos de atenuação e reparação), bem como os procedimentos enunciativos que colocam em cena o enunciador, permitirão construir uma imagem dos oradores, que procuraremos categorizar na segunda secção (*A lógica argumentativa – ideologia vs razão instrumental*), recorrendo à classificação dos *ethè* políticos proposta por Charaudeau ([2005]) e sugerindo outras classificações, mais adequadas aos tipos de *ethè* que se foram revelando. Pretendemos distinguir se os argumentos utilizados são do domínio *ad rem* ou *ad hominem* e verificar a existência de uma feição ideológica no contradiscurso, e, se possível, verificar as motivações que subjazem ao discurso. Privilegiamos os discursos de desvalorização e desclassificação dos deputados da oposição, ainda que sejam considerados discursos de apoiantes ou membros do Governo em virtude da singularidade da sua contra-argumentação.

De esclarecer que a nossa investigação não visa nenhuma tomada de posição (política ou ideológica) nem é nossa intenção proceder a uma análise política. Interessa-nos, sobretudo, observar a operacionalidade dos recursos utilizados (citações, *doxa*, conteúdos implícitos, atos de fala, figuras, seleção lexical) na transmissão de conteúdos ideológicos concretos, pelo que recorreremos também a alguns instrumentos da análise crítica do discurso [doravante ACD] (Fairclough, 1989; Fairclough & Wodak, 1997; van Dijk, 1997), que aliamos a uma análise pragmática, acreditando que só assim podemos analisar cabalmente as clivagens ideológicas se atualizam por meio do discurso e as estratégias partidárias de manipulação.

Em *A construção identitária*, última secção da análise, procuraremos evidenciar os procedimentos que, no discurso (de descrédito do adversário), contribuem para «fabricação de uma imagem» (Amossy, 2015) ou para a projeção de uma imagem identitária, de si e do seu partido (*ethos* coletivo), recuperando a categoria dos «imaginários sociodiscursivos» proposta por Charaudeau ([2005]).

Por fim, proceder-se-á a uma síntese dos principais resultados obtidos, estabelecendo-se uma ligação entre as diferentes dimensões da análise, com o intuito de caracterizar as estratégias retórico-pragmáticas de desvalorização e persuasão, bem como a estrutura argumentativa do subgénero parlamentar *debate sobre o estado da Nação*, procurando mostrar o estilo argumentativo dos atores que nele participam e os *ethè* que apresentam.

1.2.2 Relevância do estudo a desenvolver

Acreditamos que o nosso projeto representa um contributo para o estudo dos géneros parlamentares, na medida em que se procede à descrição das características de um subgénero discursivo por estudar – *debate sobre o estado da Nação* – constituindo-se, portanto, como um complemento às investigações já efetuadas sobre o discurso parlamentar português.

De referir igualmente a contribuição da nossa análise para o estudo das teorias da argumentação em língua portuguesa, assim como para a investigação dos atos discursivos de crítica e de ofensa em contexto institucional.

Sobretudo, cremos que a nossa tese é inovadora na medida em que se debruça sobre aspetos pragmático-retóricos não contemplados no panorama do estudo político parlamentar português (sendo poucos os estudos sob esta perspetiva teórica também a nível internacional) e que consideramos, com Herman (2008), serem emergentes nas análises do discurso político, designadamente no que respeita à centralidade da retórica na argumentação³¹. Referimo-nos não apenas aos tipos de argumentos do discurso político parlamentar que categorizamos mas especialmente à integração da componente figural dos discursos na análise. A originalidade nossa abordagem pretende-se, pois, com a atenção concedida, na análise da gestão do *ethos* político, ao papel das figuras do (contra)discurso na conquista da adesão ao discurso, aliadas aos esquemas argumentativos, que revelam a eloquência e estilo discursivo dos oradores.

Por fim, cremos que a nossa proposta de investigação responde aos atuais desafios que se colocam no seio das correntes interacionais da análise do discurso: aprofundar o estudo dos géneros como prática social também numa perspetiva do dissenso

³¹ Como observado por Herman (2008), a maior parte das análises do discurso político apenas fazem uso da tradição retórica para a questão do *ethos*, aspeto este que o autor observa também na obra de Charaudeau (*Le discours politique, Les masques du pouvoir*, [2005]).

2.1 Da análise do discurso à pragmática

«L'AD est sensible au politique», sublinha Mazière (2005/2015: 107), e é precisamente no campo da análise do discurso que se inscreve a nossa tese, cujos conceitos teórico-metodológicos lembramos, numa perspetiva retórico-pragmática da argumentação.

Paralelamente ao aparecimento das teorias pragmáticas, a análise do discurso³² emerge no seio das ciências da linguagem nos anos 1960, principalmente nos Estados Unidos, França e Inglaterra, e impõe-se, nos anos 80, como um vasto espaço de investigação em diversos países, integrando correntes teóricas diversas oriundas de várias disciplinas:

Or, les recherches sur le discours bénéficient (ou au contraire pâtissent, pour certains) d'un statut singulier qui les inscrivent dans les sciences du langage, tout en en faisant une zone carrefour pour l'ensemble des sciences humaines ou sociales, voire des « humanités ». On peut en effet aborder les recherches sur le discours aussi bien en partant de la linguistique qu'en partant de la psychologie, de la sociologie, de l'anthropologie, de la théorie littéraire, etc.. (Maingueneau, 2005: 64)

Compreendida como o estudo do discurso, a AD tem sido principalmente moldada por duas correntes, a de inspiração anglo-saxónica, e a Escola Francesa³³, que se articulou, em especial na época do seu aparecimento, à volta dos discursos políticos, numa perspetiva linguística estrutural. Desde o seu início que a AD se caracteriza pela pluridisciplinaridade, englobando investigadores das ciências da informação e da comunicação, ciências da linguagem e da educação, bem como da área da sociologia, ciências políticas e da filosofia.³⁴

³² O termo foi introduzido por Z.S. Harris, num artigo intitulado de «Discourse Analysis» (1952), no qual 'discourse' designava uma unidade linguística constituída por frases, ou seja, um texto. É também tomada como sinónimo de 'linguística textual' (cf. Mazière, 2015).

³³ De especial relevância, porque se constituiu o fundamento da Escola Francesa de Análise do discurso, a abordagem do filósofo Pêcheux, pela sua abordagem da análise automática do discurso (1969), através da qual pretendia estabelecer uma teoria científica do discurso, insistindo na necessidade de desenvolver um instrumento para criar resultados experimentais. Incontornáveis também as teorias da enunciação levadas a cabo por Benveniste (1966, 1974), Culioli (1990, 1999) e Kerbrat-Orecchioni ([1980] /2014b), bem como os estudos de Adam (1999a) sobre a linguística textual.

³⁴ A título ilustrativo, referimos alguns centros de referência de investigação em análise do discurso (da Escola Francesa): O

La démarche portée par l'analyse du discours consiste plutôt à produire un point de vue particulier sur le monde social, pour proposer, complémentirement à d'autres sciences humaines et sociales, des modes de compréhension du monde. (Krieg-Planque, 2012/2017: 37)

Assinale-se, contudo, a problemática por detrás da definição do domínio de análise, como reconhece, aliás, Schiffrin: «l'analyse du discours est une des zones les plus vastes et les moins définies de la linguistique.» (1994: 407). Se para uns a AD configura um espaço de reencontro das várias disciplinas das ciências humanas em torno da questão da linguagem; para outros, ela é considerada como uma disciplina de pleno direito, sublinha Maingueneau (2005: 64).

A AD tem como objeto de estudo a relação entre o texto e o seu contexto, bem como as condições sociohistóricas nas quais são produzidos os discursos, afastando-se, por conseguinte, dos domínios das ciências da linguagem que se interessam pelos enunciados descontextualizados. Para Maingueneau, que privilegia os géneros do discurso,

[l']intérêt qui gouverne l'analyse du discours, ce serait d'appréhender le discours comme intrication d'un texte et d'un lieu social, c'est-à-dire que son objet n'est ni l'organisation textuelle ni la situation de communication, mais ce qui les noue à travers un dispositif d'énonciation spécifique. Ce dispositif relève à la fois du verbal et de l'institutionnel: penser les lieux indépendamment des paroles qu'ils autorisent, ou penser les paroles indépendamment des lieux dont elles sont partie prenante, ce serait rester en deçà des exigences qui fondent l'analyse du discours. (2005: 66)

O objetivo da AD é, portanto, descrever e interpretar «des faits de langue» e propõe o estudo da realidade do discurso, observada no seu contexto e em situação (Krieg-Planque, 2012/ 2017). Como sublinha a autora, para a AD, o discurso constitui em si-mesmo uma realidade, não é reflexo de outra coisa: «le discours est, pour les sociétés humaines, à la fois l'instrument (il opère) et le lieu (il est là ou ça opère) de la division et du rassemblement. Il est un objet de conflictualité» (2017: 41).

CEDITEC (Centre d'étude des discours, images, textes, écrits, communications), dirigido por Simone Bonnafous, na Universidade de Paris XII (que tem desenvolvido pesquisas, sobretudo, em três áreas: «instruments pour une recherche interdisciplinaire», «communications et discours politique et social» e «la construction des savoirs: genres de discours et institutions» (cf. Mazière, 2015: 95); o CEDISCOR (Centre de recherches sur les discours ordinaires et spécialisés), projeto de Sophie Moirand, na Universidade de Paris III (Université de la Sorbonne Nouvelle), que desenvolve as suas investigações sobre «les occurrences de discours produits dans des espaces institutionnels et sur les concepts linguistiques, argumentatifs, rhétoriques pris comme outil d'analyse» (*id. ibid.*: 97-98); o CAD (Centre d'analyse du discours), fundado e dirigido por P. Charaudeau, na Universidade de Paris XIII, cujas investigações se relacionam com a análise semiótica de discursos sociais, sobretudo, através de suporte dos *media*, convocando as ciências da linguagem, as ciências da informação e da comunicação, bem como a psicossociologia; LE CEL | Centre d'Études Linguistiques – Corpus, Discours et Sociétés, situado em Lyon.

Da mesma forma, em que se opõe a uma conceção de transparência da linguagem, AD recusa a análise de conteúdo³⁵. Em lugar de questionar «de que é que se fala?», para a AD interessa a pergunta «Como é que é dito?», debruçando-se sobre as formulações linguísticas. Neste sentido, a AD não tem uma finalidade prescritiva, não lhe compete fixar regras ou fazer recomendações sobre a forma como os tipos de texto, enunciados ou formulações devem ser produzidos em determinadas circunstâncias:

S'il peut arriver à l'analyse du discours de s'interroger sur la question des «effets», ce n'est pas en termes d'influence (sur l'opinion) ou de réception (par des publics), autrement dit, dans une perspective psycho-sociale [...]. On peut alors s'intéresser aux effets d'un texte dans d'autres textes (à travers les notions d'«intertextualité» et d'«intertexte»), à la contribution de la parole à la construction de l'image de l'orateur (l'«ethos»), aux effets produits par un énoncé (valeur «perlocutoire»), aux effets de sens rendus possibles par la syntaxe («effet d'évidence», «effet d'antériorité», ou encore à la dimension dialogique de certains actes de langage»). (Krieg-Planque, 2017: 37)

Na atualidade, o campo da AD resulta da convergência de várias correntes de pesquisa de origens disciplinares diversas. De entre as várias correntes de análise, Maingueneau destaca quatro grandes polos: (1) os que inscrevem o discurso no quadro da interação social; (2) o estudo das situações de comunicação da linguagem e, portanto, o estudo dos géneros do discurso; (3) os estudos que articulam os funcionamentos discursivos sobre as condições de produção de conhecimento ou sobre posicionamentos ideológicos; (4) os trabalhos que privilegiam a organização textual ou o rastreamento das marcas de enunciação (2002a: 44).

A dimensão ideológica dos discursos perdeu a sua centralidade na AD francesa, sendo objeto de abordagens mais recentes como a ACD, de inspiração anglo-saxónica, fundada a partir dos trabalhos de Fairclough (1989). Abordando o discurso como uma «forma de prática social» (van Dijk, 1985, 1997; Fairclough & Wodak, 1997), a ACD tem como objetivo estudar criticamente as formas de poder que se estabelecem através dos discursos entre os sexos, raças, etnias, classes sociais.

Contudo, nos finais do séc. XX, deu-se uma renovação nos estudos de análise do discurso, a que não foi alheia a revalorização da retórica de Chaïm Perelman ([1958]), centrada na análise

³⁵ A análise de conteúdo consiste em aprender categorias temáticas de conjuntos de textos ou de enunciados, genericamente vastos (constituídos, em geral, por bases de dados, entrevistas, entre outros), isto é, consiste em identificar de que trata uma produção verbal identificada (Krieg-Planque, 2017: 42). Na sua obra sobre a análise de conteúdo, Bardin define-a como «une technique de recherche pour la description objective, systématique et quantitative du contenu manifeste de la communication» (1996: 21).

argumentativa, recuperando-se os conceitos de *ethos*, *pathos* e *logos*, tidos como fundamentais na persuasão do auditório.

Conquanto a pragmática³⁶ e a análise do discurso se tenham afastado uma da outra – lembre-se que nos seus primórdios a AD era indissociável de uma reflexão ideológica³⁷ –, a pragmática, que se interessa pelo uso dos enunciados em contexto e pela sua relação com a ação em situação³⁸, veio a tornar-se um contributo incontornável para a AD, principalmente para os investigadores dos *corpora* sociopolíticos.

La pragmatique c'est [...] l'usage que les communicateurs font des signes et en particulier des signes linguistiques. À cet égard, l'étude du discours politique appartient de plein droit à la pragmatique. (Trognon & Larrue, 1994: 11)

Efetivamente, a partir dos anos 80, deixando a centralidade da ideologia, a AD debruça-se sobre *corpora* restritos, nos quais analisa as materialidades linguísticas, as especificidades enunciativas ou os fenómenos de interdiscursividade e de polifonia, pelo que a teoria dos atos de linguagem³⁹ (Austin, 1962; Searle, 1969), assim como a Teoria de Cooperação de Grice (1975)⁴⁰ passam a ocupar um lugar de destaque nas investigações que aliam a AD à pragmática.

³⁶ Corrente disciplinar de inspiração anglo-saxónica desenvolvida pelo filósofo britânico Jonh Austin nos anos 1950. Teve como obra fundadora *How to do things with word* (1962).

³⁷ Os trabalhos científicos eram portadores de uma visão crítica dos textos e discursos numa perspetiva marxista (cf. Krieg-Planque, 2017: 49).

³⁸ No que se refere à pragmática linguística, conquanto haja uma vinculação da linguagem ao uso, é possível diferenciar duas orientações de pesquisa. A anglo-americana, cujo âmbito «se restringe ao estudo do significado que depende do uso da linguagem», definida como «the systematic study of meaning by virtue of, or dependent on, the use of language. The central topic of inquiry of pragmatics include implicature, presupposition, speech acts, and deixis» (Huang, 2007: 2); e a linha europeia continental, que é uma perspetiva, «geral e funcional (isto é, cognitiva, social e cultural) sobre os fenómenos linguísticos, relacionando-os sistematicamente com os seus usos» (cf. A. C. Lopes, 2018: 17). Como lembra a autora, esta perspetiva de análise afigura-se mais ampla, devendo a caracterização da estrutura da língua contemplar as funções que a língua desempenha no seu funcionamento discursivo, fazendo intervir disciplinas como a sociolinguística, a psicolinguística, a AD.

³⁹ Na sua obra *How to do things with Words* (1962), Austin introduz uma distinção entre os atos que ocorrem na realização completa de um ato de fala (atos realizados através do uso da linguagem) e que podem ser realizados tanto por um enunciado constativo como performativo: ato locutório, que é o simples ato de dizer alguma coisa; ato ilocutório, que designa o ato linguístico realizado pelo falante, quando se produz um enunciado; ato perlocutório, que é o ato constituído pelas consequências ou resultados que podem ter origem no ato de dizer alguma coisa. John Searle (1969) desenvolveu os trabalhos do filósofo britânico e inventariou os atos ilocutórios, tendo em consideração as suas variações ao nível do objetivo ilocutório (a intenção com que o enunciado é produzido), da força ilocutória (função que um enunciado assume em contexto), da condição de sinceridade, entre outras.

⁴⁰ Para que uma interação verbal seja bem-sucedida, é necessário que exista um mínimo de cooperação entre os sujeitos locutores, que obedeça aos princípios que regulam as trocas conversacionais. O *Princípio de Cooperação*, segundo a teoria de Grice (1975), desdobra-se em quatro máximas conversacionais: de qualidade ("Fala verdade"), de quantidade ("Dá toda a informação necessária"), de relação ("Sê relevante") e de modo, que não se refere ao que é dito, mas ao modo como o que é dito deve ser dito ("Diz as coisas de modo claro e breve, sem ambiguidades").

A teoria dos atos de fala (nascida no campo da filosofia) deixou de estar confinada a uma perspetiva monologal e a uma conceção demasiado unilateral da comunicação, tanto no campo da pragmática como da AD⁴¹, e passou a dar conta do uso da linguagem em comunicação. Ora, neste sentido, considerando-se o discurso como uma construção coletiva⁴², a abordagem interacional⁴³ de Catherine Kerbrat-Orecchioni ([1990] / 2010a, 1992, 1994) configurou-se também de particular relevância para os estudos pragmáticos pelo desenvolvimento de um modelo hierárquico de unidades estruturais e funcionais de análise da conversação, com destaque para o conceito de marcador linguístico e sua função discursiva⁴⁴.

2.1.1 Da cortesia à descortesia

Acompanhou o desenvolvimento da pragmática linguística o interesse dos investigadores pelo funcionamento da cortesia nas interações verbais. Na atualidade e no nosso país, mencione-se, a título exemplificativo, o volume *Cortesia: olhares e (re)invenções* (Seara, 2014).

Encarado como um «princípio regulador da dinâmica interpessoal» (A. C. Lopes, 2018: 199), o princípio da cortesia⁴⁵ resultou de várias investigações⁴⁶ que tiveram o seu início no final dos anos 70 do séc. XX, tendo sido preponderante a teoria de Brown e Levison (1987), assente na noção de *face*, no seguimento dos estudos de Goffman (1967).

⁴¹ Se na AD se tratava, geralmente, de descrever discursos produzidos por um único emissor, na linguística de enunciação, procedia-se, sobretudo, à identificação de traços enunciativos num enunciado. No que respeita à teoria dos atos de linguagem, tratava-se de fazer o inventário de atos isolado, a descrição e a sua taxinomia (cf. Kerbrat-Orecchioni, 1990/ 2010a: 10).

⁴² Para Kerbrat-Orecchioni, qualquer discurso é uma construção coletiva ou uma «réalisation interactive» (2010a: 13). Como postula a autora: «toute au long du déroulement d'un échange communicatif quelconque, les différents participants, que l'on dira des 'interactants', exercent les uns sur les autres un réseau d'influences mutuelles – parler, c'est échanger, et c'est échanger en échangeant» (*ibid.*: 17).

⁴³ De entre as diferentes correntes interacionistas, refiram-se os estudos das interações verbais desenvolvido no campo da sociologia por Sacks, Schegloff e Jefferson (1978), os fundadores da análise conversacional; as abordagens na perspetiva da etnografia da comunicação, de Gumperz e Hymes (1972), para referir os mais relevantes; o fundador do estudo das interações sociais, Goffman (1973, 1974, 1981). No campo da Escola francesa da AD, de mencionar também Vion (1992/2000).

⁴⁴ De acordo com Kerbrat-Orecchioni, os atos de fala devem ser considerados pelo papel que desempenham na relação interpessoal, na medida em que, tal como as formas de tratamento, instauram diferentes tipos de relação (designadamente uma relação horizontal, mais próxima ou distante, ou uma relação vertical, dissimétrica), e ainda pelos poderosos efeitos que são suscetíveis de produzir sobre as 'faces' dos interlocutores (2001/2014a: 80) visto que a maior parte dos atos de linguagem são ameaçadores da face (*id.*, 2011:95), não apenas os atos de desacordo.

⁴⁵ Compreendemos a noção de cortesia como sinónima de delicadeza.

⁴⁶ Designadamente a teoria de Leech (1983), que encarava a cortesia como um princípio conversacional, concebendo um conjunto de máximas que seriam observadas ou violadas.

Segundo o modelo de Brown e Levinson⁴⁷ (1987), cada indivíduo é dotado de uma ‘face positiva’ e ‘negativa’, correspondendo a primeira ao conjunto das imagens valorizadoras que os interlocutores constroem de si-mesmos e que tentam impor na interação (revelando, portanto, um desejo de aprovação); a segunda diz respeito ao domínio íntimo de cada um e correspondendo à necessidade de não se sentir coagido pelos outros na sua liberdade de ação. Neste sentido, é necessário proceder a um trabalho de figuração (*face-work*, Goffman, 1973) ou de gestão das faces, de modo a maximizar o acordo e, inversamente, a minimizar o desacordo, procurando, portanto, que os atos de linguagem não ameacem as faces do interlocutor. Os atos ameaçadores da face (*FTA – Face Threatening Act*) são classificados em quatro categorias: atos ameaçadores para a face negativa de quem os realiza (promessa, compromissos, ofertas, etc) e de quem os sofre (agressões visuais, olfativas ou sonoras; ofensas, interdições, conselhos, perguntas indiscretas, etc); atos ameaçadores para a face positiva de quem os realiza (confissões, autocrítica, desculpas, etc.) e de quem os sofre (censura, crítica, refutação, escárnio, insultos, etc.) (cf. Kerbrat-Orecchioni, 1996: 51).

A teoria da cortesia de Brown e Levinson é, posteriormente, reformulada por Kerbrat-Orecchioni,

la politesse étant redéfinie comme un ensemble de stratégies de ménagement mais aussi de valorisation des faces d'autrui (sans pour autant mettre excessivement en péril ses propres faces), afin de préserver l'ordre de l'interaction»⁴⁸. (2011: 96)

A investigadora introduz no seu modelo teórico os FFA (ou *Face Flattering Act*), atos valorizadores (ou lisonjeiros) da face, «pour désigner ces actes qui sont en quelque sorte le pendant positif des FTAs»⁴⁹ (2001/2014a: 74) e debruça-se sobre os procedimentos que visam a proteger a face (positiva ou negativa) dos interlocutores, como sejam a formulação indiretas dos atos de linguagem, bem como a escolha correta de formas de tratamento, entre outros dispositivos linguísticos.

⁴⁷ Retomando as investigações de Goffman (1967), Brown e Levinson (1987) desenvolveram a teoria da delicadeza, que assenta na ideia de que qualquer indivíduo é movido pelo desejo de preservar o seu ‘território’ (corporal, material, espacial ou mental), ou seja, deseja o reconhecimento dos outros, a aceitação e a estima na sua comunidade. Brown e Levinson substituíram a designação de ‘território’ de Goffman por ‘face negativa’.

⁴⁸ Corroborando a noção de delicadeza, que é «sobretudo marcada por linhas de entoação, por formas eufemísticas ou indiretas do dizer, por formas que se tornam difusas, que atenuam ideias expressas e que respondem a uma intenção do locutor: a de ser delicado, a de não ferir, a de não chocar» (1995:202), Maria Emília Marques assinala a diferença entre a delicadeza e a deferência, que se exprime «na opção por certas formas honoríficas e por determinados registos». Efetivamente, como lembra a investigadora, «pode-se ser delicado sem mostrar deferência: ou falar indelicadamente, mas com marcas exteriores de extrema referência» isto é, “porque comportamentos, falhos na mínima cortesia, podem ser igualmente deferentes».

⁴⁹ De advertir, no entanto, que os FFA podem ser realizados como forma de compensar uma potencial crítica ou, por outro lado, ter uma função reparadora.

A autora demonstra como vários enunciados que apresentam o estatuto explícito de agravadores da face (FTA) podem ser suavizados com recurso a atenuadores⁵⁰ (1996), demonstrando os interlocutores uma preocupação pelas normas de cortesia (1992), de forma a facilitar a interação (ou, mais do que minimizar o potencial conflito, demonstrando uma preocupação em respeitar, ou contornar, as rígidas normas do discurso institucional, no que se refere ao nosso *corpus*). Tal é o caso de procedimentos de substituição («substitutifs») como a formulação indireta de atos ameaçadores⁵¹ ou o emprego de desatualizadores modais, temporais ou pessoais⁵². De referir igualmente como procedimentos atenuadores de enunciados potencialmente ameaçadores o uso do eufemismo e o tropo comunicacional⁵³. Configuram igualmente a cortesia negativa⁵⁴ os procedimentos de acompanhamento⁵⁵ («accompagneurs») e os procedimentos que Kerbrat-Orecchioni designa por «amadeurs»⁵⁶ (1996: 57). A autora refere ainda os marcadores de hesitação («mas...», «eh..??») que podem funcionar como estratégias menos abruptas de preparar o interlocutor à receção de um FTA.

⁵⁰ *Softeners* (Brown e Levinson, 1978); *mitigators* (Fraser, 1980). Os atenuadores, que obedecem sobretudo a «une stratégie d'évitement», podem ser procedimentos «substitutifs» ou «accompagneurs». (Kerbrat-Orecchioni, 1996: 55).

⁵¹ Tais como colocar uma questão em lugar de efetuar uma ordem («Pode mostrar-me esse relatório?») ou uma crítica («Ainda não fez o relatório?»), ou ainda fazer uma sugestão («E se me mostrasse o relatório?»). Os enunciados potencialmente ameaçadores podem ser também atenuados pela confissão de incompreensão, com o valor de crítica («Não compreendo o que quer dizer»).

⁵² São exemplos de procedimentos substitutivos através do uso de desatualizadores temporais e modais a asserção que afirma de um desejo com recurso ao modo condicional («Eu *gostaria* de ver esse relatório») ou de obrigação («*É preciso* ver esse relatório»). Apagar a referência direta aos interlocutores pelo uso da passiva («o problema não ficou resolvido»), pelo emprego da frase impessoal («Aqui não se fuma») ou ainda proceder à substituição do pronome de segunda pessoa, pela utilização da estrutura impessoal («Não se resolveu o problema»), pela primeira pessoa do plural («Não resolvemos o problema») são exemplos de desatualizadores pessoais.

⁵³ «Nous parlerons de 'trope communicationnel' (portant sur le récepteur) chaque fois qui s'opère, sous la pression du contexte, un reversement de la hiérarchie des niveaux de destinataire; c'est-à-dire chaque fois que le destinataire qui en vertu des marqueurs d'allocution fait en principe figure de destinataire direct, ne constitue en fait qu'un destinataire secondaire, cependant que le véritable allocutaire, c'est en réalité celui qui a en apparence statut de destinataire indirect» (1998: 131).

⁵⁴ A cortesia pode ser negativa (*politesse négative*), caso consista em evitar produzir um FTA ou recorra a algum procedimento suavizador do mesmo; se, por outro lado, o trabalho de figuração consistir na valorização da face, isto é, na realização de um FFA, de preferência reforçado, a cortesia é considerada positiva (Kerbrat-Orecchioni, 1996).

⁵⁵ A autora dá como exemplo de procedimentos de acompanhamento as fórmulas que anunciam (ou mascaram) um FTA («Venho pedir-te que...»; «Se fizer o favor de...»); os preliminares, sob a forma de pedido («Tem um minuto?»), pergunta («Posso colocar-lhe uma questão?») ou convite («Estás livre amanhã na hora do almoço?»); os minimizadores, com recurso ao diminutivo e ao adjetivo, recorrentemente «pequeno(a)» («Permita-me uma *pequena* correção...») e aos advérbios («Gostaria *apenas* de...»); mas também os atos reparadores, minimizadores da ameaça, tais como as desculpas e as justificações («Mas não, não é possível, *desculpe de lhe dizer*, mas fez um erro»); os modalizadores de asserção («*Parece-me* que...»; «*Creio que talvez* possas...»); os atos «désarmeurs», quando se antecipa uma reação negativa que se quer neutralizar («*Espero que não me leve a mal*, mas... »).

⁵⁶ «sortes de "douceurs" visant à faire avaler la pipule sinon trop amère du FTA (2014a: 73), de que são exemplo os seguintes enunciados: «*Tu que sabes tudo*, diz-me lá...»; «*Traz-me um copo de água, meu anjo*».

Kerbrat-Orecchioni (2011) menciona igualmente o fenómeno inverso, ou seja, investiga enunciados, em aparência cortês (FFA), que, na realidade, dissimulam FTA⁵⁷. Trata-se de uma «cortesia agressiva», recuperando as palavras de M. A. Marques (2008a: 292), enformada, não raras vezes, pela antífrase e pela ironia⁵⁸, que foi objeto de vários estudos no campo do debate político⁵⁹. De advertir ainda, com Kerbrat-Orecchioni, que o contexto pode inverter o valor de um enunciado, podendo um FTA ser transformado num agradecimento ou um insulto em FFA, tratando-se nestes casos de valores derivados que produzem determinados efeitos particulares (2011: 98).

Ora, partindo da constatação que um mesmo enunciado pode ser apercebido como cortês ou não cortês, segundo o contexto em que surge, Fraser e Nolen (1981) propuseram uma definição alternativa de *politesse*, ignorando o conceito de face e perspetivando-a como um *conversational contract*. De acordo com a sua teoria, os participantes numa conversação estariam cientes dos seus direitos e deveres⁶⁰ e agiriam em conformidade com o que deles seriam esperado numa dada situação. Deste modo, seria julgado como polido um enunciado apropriado e não polido qualquer enunciado que não fosse apropriado. Portanto, a cortesia não seria uma propriedade das frases, mas apenas dos enunciados, não sendo possível classificá-lo fora do contexto. Ora, como sublinha Kerbrat-Orecchioni (2011: 98), para identificar um enunciado como cortês ou não cortês, importa ter em consideração tanto o conteúdo do enunciado e sua formulação como o seu contexto de atualização. Neste sentido, a investigadora sentiu necessidade de complementar a sua teoria, configurando um sistema de cinco categorias, onde a noção de «*impolitesse*»⁶¹ só ganha sentido em

⁵⁷ Este fenómeno foi também descrito por Schnurr, Marra e Holmes – «polite utterances with an impolite message» (2008:217) – e por Agha (1997: 463), que o designou de «tropic aggression»: «Cases of tropic aggression are cases where some effects of an utterance are reportable as ‘aggression’, but where other concurrent effects—potentially reportable as well, though not always easily from the same perspective—are inconsistent with this description. Some of the cases of ‘tropic aggression’ [...] are characterized by such extreme internal incongruity of pragmatic effects that the utterance is not explicitly reported as aggressive at all, even though it is treated implicitly by interlocutors as having aggressive effects».

⁵⁸ Relembra Kerbrat-Orecchioni (2011: 107) que a ironia, enquanto tropo, dissimula um valor negativo sob a aparência de um valor positivo, apresentando semelhanças a *polirudesse* (rudeza disfarçada sob um ato de aparente cortesia).

⁵⁹ Refira-se, a título de exemplo o artigo de Fracchiolla «L’attaque courtoise: de l’usage de la politesse comme stratégie d’agression dans le débat Royal-Sarkozy du 2 mai 2007» (2008).

⁶⁰ Prescritos pelas instituições sociais, determinadas pelos encontros prévios ou renegociadas na interação.

⁶¹ «(1) Politesse: existence dans l’énoncé d’un ou plusieurs marqueurs (adoucisseur de FTA en cas de politesse négative, FFA éventuellement renforcé en cas de politesse positive), dont la présence est plus ou moins attendue en vertu des normes en vigueur (Ex.: Je voudrais une baguette de pain.). Formulation routinière (au conditionnel). Énoncé à la fois poli et politique. (2) Hyperpolitesse: présence de marqueurs excessifs par rapport aux normes en vigueur (Ex.: Pourriez-vous avoir l’amabilité de me donner une baguette?). Énoncé poli, mais non politique. En cas d’intention manifestement ironique ou sarcastique, l’hyperpolitesse peut basculer dans l’impolitesse. (3) – Non-politesse (ou apolitesse): absence ‘normale’ de tout marqueur de politesse (Ex.: Une gauloise filtre!). Énoncé non poli mais politique. (4) Impolitesse: absence ‘anormale’ d’un marqueur de politesse

relação à noção de «*politesse*» e vice-versa: «*politesse*», «*hyperpolitesse*», «*non politesse*», «*impolitesse*», «*polirudesse*»⁶².

Os trabalhos recentes acerca deste domínio tendem a privilegiar a descortesia, isto é, «*the impoliteness*»⁶³ (Haugh & Culpeper, 2018; Terkourafi, 2008; Terkourafi & Kádár, 2017; Graham & Hardaker, 2017), em detrimento da cortesia. Segundo esta perspetiva teórica, *the impoliteness* não é considerada um desvio da cortesia, mas apercebida como um fenómeno linguístico nos seus próprios termos. Conquanto não haja um modelo estável de «*linguistic impoliteness*», podemos defini-la com Culpeper da seguinte forma:

[i]mpoliteness is a negative attitude towards specific behaviours occurring in specific contexts. It is sustained by expectations, desires and/or beliefs about social organisation, including, in particular, how one person's or a group's identities are mediated by others in interaction. *Situated behaviours are viewed negatively – considered "impolite" – when they conflict with how one expects them to be, how one wants them to be and/or how one thinks they ought to be.* Such behaviours always have or are presumed to have emotional consequences for at least one participant, that is, they cause or are presumed to cause offence. (2011: 23)

Efetivamente, tem-se registando nas últimas duas décadas, um crescente interesse quer por tipos de interações conflituosas⁶⁴ quer por abordagens que perspetivam o conceito de *descortesia* como prática social e que analisam os elementos que potenciam o conflito na vida quotidiana (transportes públicos, comércio, espaços urbanos), bem como os mecanismos que atualizam a violência verbal (cf. *Groupe de Recherches sur la Violence Verbale*, Moïse, Auger, Fracchiola & Schultz-Romain, 2008), com particular destaque para o insulto – «*acte pragmatique de dernier recours à la violence verbale.*» (Moïse *et al.*, 2008: 639), cujo efeito perlocutório se evidencia:

L'insulte est un acte de langage interlocutif; elle porte une force émotionnelle, voir pulsionnelle, et vit l'autre dans la volonté de le rabaisser et de le nier. Elle tient un rôle éminemment perlocutoire. Ce fonctionnement-là est rendu possible par des effets linguistiques. (Moïse *et al.*, 2008: 639).

(d'une salutation par exemple) en cas d'impolitesse négative; présence d'un marqueur d'impolitesse (comme une insulte) en cas d'impolitesse positive (Ex.: Je veux une baguette de pain.). Énoncé ni poli ni politique [no sentido de apropriado]» (2011: 98).

⁶² Categoria complexa que toma a forma de ataques grosseiros sob a aparência de cortesia (Kerbrat-Orecchioni, 2014c). Esta categoria fora previamente designada de «*tropic aggression*» por Agha (1997) (vd. nota 57).

⁶³ «I take impoliteness to be the broad opposite of politeness, in that, rather than seeking to mitigate face-threatening acts (FTAs), impoliteness constitutes the communication of intentionally gratuitous and conflictive verbal face-threatening acts (FTAs) which are purposefully delivered: i) Unmitigated, in contexts where mitigation is required, and / or, ii) With deliberate aggression, that is, with the face threat exacerbated, 'boosted', or maximised in some way to heighten the face damage inflicted» (Bousfield, 2008a: 72). Advirta-se que, quando não há intenção deliberada de praticar um ato de *impoliteness*, tanto Culpeper (1996, 2008, 2011) como Bousfield (2008b) optam pelo termo *rudeza*; curiosamente, Terkourafi (2008: 61-62) tem uma posição inversa e refere-se a *rudeza* quando há intenção de ser *impolite* e, quando, não se verifica essa intenção, a autora refere-se a *impoliteness*.

⁶⁴ A título de exemplo, refiram-se as investigações de Culpeper (1996, 2008), Culpeper, Bousfield e Wichman (2003), Bousfield e Locher (2008). Certas interações são inclusivamente caracterizadas por um alto nível de confronto (Bousfield, (2008b).

Para além do insulto, Culpeper menciona outros procedimentos que atualizam *the impoliteness* (*conventional direct linguistic impoliteness*)⁶⁵: «pointed criticisms / complaints, challenging or unpalatable questions and/ or presuppositions, condescension, message enforcers, dismissals, silencers, threats, curses and ill-wishes, and non-supportive intrusions (2011: 29). São igualmente marcadores de *impoliteness* a forma de tratamento menos deferente, a referência a terceiros de uma forma pouco respeitosa (nomeadamente através da utilização do pronome pessoal de terceira pessoa), e ainda o recurso ao registo familiar, como lembra Kerbrat-Orecchioni (2010b:42).

Os debates políticos, género conflituoso por definição, apresentam um interesse particular no domínio da *descortesia* (ou *impoliteness*), visto que os atos ofensivos, ameaçadores da face, revelam uma função estratégica no contexto de debate parlamentar. Se, por um lado o objetivo dos interlocutores é ganhar a justa verbal, por outro lado, as normas de interação estipuladas pelo Regimento da Assembleia da República e a difusão mediática constituem um desafio à comunicação, devendo os oradores adotar um comportamento político que capte a benevolência do auditório⁶⁶. Contudo, como observou Ilie (2001, 2004b) a propósito dos debates parlamentares no Reino Unido e na Suécia, o insulto é uma forma característica de realizar um FTA («Insults are one very characteristic form of face aggravation»), e o debate parlamentar português não é exceção.

⁶⁵ Culpeper considera dois tipos de estratégias que atualizam *the impoliteness: the conventionalised impoliteness formulae* e *non-conventionalised impoliteness (implicational impoliteness)*, sendo estas últimas divididas em três grupos: 1. Form-driven: the surface form or semantic context of a behavior is marked (insinuation, casting aspersions, snide remarks); 2. Convention-driven (sarcasm, teasing); 3. Context-driven: a – Unmarked behavior (an unmarked – with respect to surface form or semantic context- and unconventionalised behaviour mismatches the context); b- Absence of behaviour (the absence of a behaviour mismatches the context) (2011: 155)

⁶⁶ Como adverte Kerbrat-Orecchioni, «Dans le contexte des débats politiques, adopter un comportement « politique » c'est éviter aussi bien la politesse excessive que l'impolitesse ostensible, et les participants sont soumis à une sorte de double bind: s'ils sont trop polis ils risquent d'apparaître comme insuffisamment offensifs, mais s'ils sont trop offensifs ils risquent d'apparaître comme impolis.» (2011: 100).

2.1.2 O implícito

O ataque pessoal faz-se igualmente de forma implícita; procedimento este recorrente na modalidade polémica (vd. *infra*), também como forma de provocação. A gestão cooperativa dos conflitos, a dimensão cultural dos usos linguísticos e as relações interdiscursivas são razões de sobra para que a relação entre as formas e os comportamentos linguísticos não seja nem simples nem direta com o sentido (Vion, 1992/2000: 224). Afinal, como afirma Kerbrat-Orecchioni «on ne parle pas toujours directement» (1986/1998: 5). Com efeito, há nos enunciados uma parte que é dita (isto é, explícita) e uma parte que não é dita (implícita, portanto).

No prosseguimento da integração da pragmática à linguística, Oswald Ducrot desenvolveu uma crítica linguística do sujeito falante (*Logique, structure, énonciation*, 1989), no quadro do exame das ligações entre enunciação e polifonia⁶⁷, a partir das teorias de Bally e Bakhtine. Também no seguimento dos estudos de Benveniste, Ducrot formulou as linhas da designada pragmática integrada à semântica, no prolongamento da herança estruturalista, na qual reflete sobre a noção de ‘pressuposição’ entendida como um ato de fala fundamental (*Dire et ne pas dire*, [1972]). A partir do estudo dos mecanismos de construção do sentido na atividade dos locutores, o linguista mostra que «[o]n a bien fréquemment besoin, à la fois de dire certaines choses, et de pouvoir faire comme si on ne les avait pas dites, de les dire, mais de façon telle, qu’on puisse en refuser la responsabilité» (1972/1980:5). Deste modo, e atendendo quer a razões culturais (nem tudo pode ser dito) quer à dinâmica da interação, que seria travada se toda a informação fosse explicitada, o implícito pôde ser examinado do ponto de vista linguístico (Longhi & Sarfati, 2011: 79). Ducrot distingue então os conteúdos implícitos que decorrem necessariamente de um marcador linguístico presente no ato de fala, independentemente do seu contexto – a pressuposição⁶⁸ –, da informação implícita veiculada por um falante, cuja atualização depende da situação de comunicação – os subentendidos.

⁶⁷ A noção de polifonia é ligada às questões da enunciação. Ela permite descrever a pluralidade de vozes que se exprimem no interior de uma frase, permite estudar os enunciados sob o ângulo dos diferentes pontos de vista que nele se manifestam, e de apreender a questão da responsabilidade enunciativa. Para Bakhtine ([1975]), a noção de polifonia corresponde à ideia de que todo o discurso é atravessado por uma multitude de vozes. Trata-se de uma noção mais sociodiscursiva do que linguística, próxima da noção de dialogismo.

⁶⁸ Kerbrat-Orecchioni considera como pressuposições « toutes les informations qui, sans être ouvertement posées (i.e. sans constituer en principe le véritable objet du message à transmettre), sont cependant automatiquement entraînées par la formulation de l'énoncé, dans lequel elles se trouvent intrinsèquement inscrites, quelle que soit la spécificité du cadre énonciatif » (1998: 25). Diferentemente dos subentendidos, as pressuposições são, em princípio, independentes do contexto e podem ser de natureza variável, como demonstrou a investigadora, propondo uma tipologia segundo o eixo do «type de support signifiant

A literatura semântica e pragmática engloba outras variedades do implícito⁶⁹, como sejam a inferência⁷⁰ (correspondente, para Kerbrat-Orecchioni, às implicaturas de Grice), a alusão⁷¹, a insinuação⁷² e ainda a noção de «trope implicatif»⁷³, cujas diferentes perspetivas teóricas não aprofundaremos por extrapolarem o âmbito da presente investigação. De sublinhar, no entanto, a função do subentendido no debate político. Referimo-nos, em particular, aos casos em que os oradores não dispõem de provas suficientes que sustentem as suas acusações, pelo que

le recours fréquent au discours rapporté, à la dimension polyphonique des messages, aux diverses formes de «mise à distance» et de désengagement [...] permettent le jeu sur les sources énonciatives ainsi que certaines activités de modalisation et de modulation. (Vion, 2000: 234)

Importa lembrar que a modulação⁷⁴ diz respeito a todos os processos que tendem a diminuir a subjetividade e, portanto, o risco que cada um pode investir na interação, como sejam os procedimentos de atenuação, o eufemismo, os atos indiretos, as justificações e autocorreções, entre outros procedimentos. Inversamente, a tensão manifesta-se por um aumento do grau de autoimplicação do sujeito, perceptível através da hipérbole, dos atos diretos e do léxico marcado, a título de exemplo (Vion, 2000: 244).

responsable de l'existence du présupposé» e do eixo da «nature du contenu présupposé» (*id. ibid.*: 38-39).

⁶⁹ Vion, que prefere a noção de 'implícito' à de 'pressuposição' de Ducrot, e de 'implicitação' à de 'subentendido', decompõe o implícito em três tipos: a) implícitos discursivos (de frase ou enunciado, de origem lexical, sintática e prosódica; cotextuais; intertextuais; situacionais); b) implícitos culturais; c) implícitos ideais. (2000: 225-229).

⁷⁰ «Nous appellerons 'inférence' toute proposition implicite que l'on peut extraire d'un énoncé, et déduire de son contenu littéral en combinant des informations de statut variable (internes ou externes)» (Kerbrat-Orecchioni, 1998: 24).

⁷¹ A alusão tanto pode ser um conteúdo atrevido subentendido, como a alusão sexual (*id. ibid.*: 46); como pode ser um enunciado (ou vários) que faça uma referência implícita a factos conhecidos de alguns dos participantes de uma interação (apenas de alguns), estabelecendo uma certa convivência entre eles, que pode ser pacífica ou agressiva, acrescenta a especialista; ou, por outro lado, pode ser um tipo de alusão diferente – a alusão da retórica clássica – uma referência intertextual.

⁷² Para Kerbrat-Orecchioni, a insinuação não é mais do que um subentendido malicioso. Como refere a autora, para que estejamos em presença de uma insinuação, é preciso que um determinado conteúdo seja enunciado de modo implícito e que desqualifique o alocutário ou uma terceira pessoa (*ibid.*: 43-44).

⁷³ «[L]'orsqu'en contexte le contenu implicite l'emporte sur le contenu explicite» (*id. ibid.* : 116-122). A proposta de «trope implicatif» de Kerbrat-Orecchioni contempla o tropo «présuppositionnel» (pressuposto), logo que, em contexto, o conteúdo pressuposto se constitua como o verdadeiro objeto do dizer: «[i]l y a alors renversement de la hiérarchie usuelle des niveaux de contenu – le contenu implicite, normalement secondaire, devenant essentiel, et le contenu explicite, normalement essentiel, se trouvant marginalisé: trope donc» (*id. ibid.*:116); bem como o tropo que coloca em causa um subentendido, como exemplifica através do slogan publicitário «Sans beurre, la vie n'a pas de sel»: «on a là encore de bonnes raisons de supporter que c'est l'inférence sous-entendue qui s'y trouve constituer le véritable objet du message» (*id. ibid.*:121).

⁷⁴ De acordo com Vion, «les modulations peuvent être appréhendées comme le mode d'inscription des interactants dans leurs productions langagières. A ce titre, les modalités d'auto-implication, c'est-à-dire, la distance qu'entretient l'énonciateur vis-à-vis ce qu'il énonce, révèlent de la modulation, tout comme d'ailleurs les modes d'inscription du partenaire à travers notamment les modalités d'interpellation» (2000: 243).

Do mesmo modo, se reveste de particular importância para a nossa análise a modalização⁷⁵ – «la relation que le locuteur entretien avec ce qu'il dit» (Maingueneau, 1998/ 2016: 129) – já que pode veicular juízos de valor e dar indicações sobre o grau de adesão do locutor ao seu discurso.

Ora, no domínio político, as implicações⁷⁶ (assim denomina Vion o subentendido) correspondem a ataques, de certa forma prudentes, como forma de preservação das faces. Neste sentido,

il convient de verbaliser ses désirs, d'affirmer sa différence et de mettre en cause le partenaire dans des conditions permettant de ménager les faces en présence. Affirmer un point de vue différent revient à mettre implicitement en cause les propos et les conceptions du partenaire. Il s'agit d'une menace plus conséquent que les simples requêtes analysées par Goffman. (Vion, 2000: 234)

Por outro lado, o recurso ao implícito evita ataques demasiado diretos que tanto poderiam conduzir à desqualificação do próprio locutor como poderiam suscitar uma resposta violenta. Deste modo, para além da preservação das faces, a implicação permite aos parceiros da interação de renegociar, de uma forma metacomunicativa, a produção de sentido e da relação (Vion, 2000: 234).

Ora, foi o paradigma dos estudos com o foco na comunicabilidade que originou uma mudança na forma de estudar a argumentação, de que nos ocuparemos na próxima secção.

Dès l'émergence en Grèce d'une pensée linguistique, on a vu se manifester un grand intérêt pour ce qui touche à l'efficacité du discours en situation. La rhétorique, l'étude de la force persuasive du discours, s'inscrit pleinement. La rhétorique, l'étude de la force persuasive du discours, s'inscrit pleinement dans le domaine que balise à présent la pragmatique. (Maingueneau, 1990/1996: 1)

⁷⁵ Apfelbaum *et al.* compreendem a modalização como «um procès d'évaluation et de prise de distance par rapport aux énoncés et aux énonciations, produits conjointement par les partenaires de l'échange. Cette activité langagière nous semble toute aussi fondamentale que la référénciation ou la prédication. Elle s'inscrit dans l'énonciation des locuteurs, est porteuse d'effets pragmatiques et participe à l'espace interactif à les locuteurs s'inscrivent» (citado por Vion, 2000: 239). Vion, por sua vez, apresenta como dispositivo teórico do conceito «l'activité par laquelle les sujets inscrivent les contenus qu'ils construisent ensemble dans des "perspectives" particulières. Ces dernières concernent le possible, le souhaitable, le nécessaire, le facultatif, l'imaginaire, le certain, etc.» (*ibid.* : 241).

⁷⁶ «[L']a notion de signification non-naturelle prévoit que l'interprétation d'un énoncé ne se réduit pas toujours à la signification linguistique conventionnelle de la phrase correspondante. Il y a donc une différence entre ce qui est dit [...] et ce qui est transmit ou communiqué (l'interprétation de l'énoncé). [...] Si la signification est ce qui est dit, l'implicature est ce qui est communiqué, dans la mesure et à proportion de ce qui est transmit est différent de ce qui est dit» (Moescheler, 1998: 6). A noção de implicatura (ou implicação) conversacional está ligada ao Princípio de Cooperação de Grice (1975). Mais precisamente, sempre que um locutor infringir pelo menos uma das suas máximas (qualidade, quantidade, relação e modo), e o alocutário reconhecer que essa violação foi intencional (isto é, que infira que o locutor está a querer cooperar), dá-se uma implicatura conversacional. Ora, o trabalho interpretativo do alocutário consiste em combinar as informações do enunciado com certos dados contextuais, fazendo apelo às suas competências linguística, cultural (ou enciclopédica) e ideológica, lógica e retórica, para além do cálculo interpretativo, refere Kerbrat-Orecchioni (1998). A implicatura convencional é referente aos casos em que o enunciado contém um elemento que sinaliza a presença de uma implicação.

2.2 Da retórica à argumentação

Lembra Plantin que a argumentação retórica é um quadro teórico no qual o discurso político foi pensado há mais de dois milénios (2010a: 23). Tanto o discurso publicitário como o discurso dos *media* e discurso político (não referindo a filosofia, o direito e as conversas do quotidiano, entre outros domínios) revelam procedimentos conhecidos desde há séculos com o objetivo de persuadir e manipular. Desde a Antiguidade que a retórica⁷⁷ é a *ars bene dicendi* («arte de bem falar»)⁷⁸, mas era também o estudo do discurso ou das técnicas de persuasão⁷⁹.

Entendida por Aristóteles como «a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir» (*Retórica*, 1355b), a disciplina surge conceptualizada na sua *Retórica*⁸⁰ (Livro I), numa tripla dimensão; sendo, portanto, a necessidade de se adaptar ao auditório que confere traços específicos a cada género⁸¹ oratório – o género deliberativo (ou político), o género judiciário (discurso do tribunal) e o género epidíctico (relativo ao discurso da excelência e oratórios, segundo os antigos) –, conduzindo, assim, o orador a variar as técnicas de argumentação.

De acordo com as regras da arte oratória (*rhêtorikê tekhnê*), um discurso devia contemplar quatro partes, de modo a suscitar a adesão:

- a *invenção* (*heurêsis*, *inventio*), referente à procura dos argumentos e outros meios de persuasão que um orador empreenderia a propósito do tema do seu discurso;
- a *disposição* (*taxis*, *dispositio*), ou seja, a arte de ordenar os argumentos que resultaria na organização interna do discurso;

⁷⁷ Disciplina atribuída a Córax. Sobre as origens do termo *retórica*, vd. Reboul (2004) e Plantin (2010b).

⁷⁸ Arte oratória ou eloquência.

⁷⁹ Técnicas estas que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006: 5) compreendem como sendo o objeto de estudo da teoria da argumentação. Advirta-se que a definição de retórica como «arte de persuadir» e «arte de bem falar» não foi constante ao longo dos séculos, como veremos, nem é unânime nas abordagens atuais. Se, para uns, a retórica é entendida como as técnicas formais e estilísticas da expressão; para outros, a argumentação é objeto exclusivo dos estudos do discurso.

⁸⁰ Redigida entre 329 e 323 a. C., a *Ars Rhetorica*, de Aristóteles, é composta por três livros (I, 1354a-1377b; II -1377b-1403a; III : 1403a-1420a). No primeiro tomo, o autor trata dos três géneros retóricos: político ou deliberativo (que visa a persuasão ou a dissuasão); o judicial (que acusa ou defende) e o epidíctico (que elogia ou censura).

⁸¹ Assim como o discurso judiciário tem como auditório o tribunal; o deliberativo, a Assembleia, isto é, o senado; e o epidíctico, os espectadores que assistem aos discursos de aparato tais como panegíricos e orações fúnebres; também os atos de discurso são diferentes: enquanto o judiciário acusa ou defende (acusação ou defesa), o deliberativo aconselha ou desaconselha todas as questões relativas à cidade, o epidíctico louva um homem ou um grupo de homens (mas também a cidade e seres lendários) ou, pelo contrário, censura. (cf. Reboul, 2004: 45).

- a *elocução* (*lexis, elocutio*), correspondente ao conjunto das técnicas relativas à redação do texto e ao estilo do discurso (compreendendo o sua ornamentação e todos os procedimentos estéticos), onde se articulam o *ethos*, o *pathos* e o *logos*;
- a *ação* (*hupocrisis, actio*), correspondente à proferição do discurso (ao que designamos atualmente por «elocução») e contemplando o conjunto das técnicas do oral (a teatralidade do dizer; considerando-se os gestos, a voz e a mímica). (cf. Reboul, 2004; Robrieux, 2005)

Posteriormente, já na época dos romanos foi acrescentada a *memoria* (as técnicas de memorização dos argumentos).

No que respeita às técnicas da *invenção*, era necessário adequar a matéria do discurso ao auditório, como já foi referido, e proceder à escolha dos instrumentos de persuasão. Os tipos de argumentos (instrumentos de persuadir), segundo Aristóteles, são de ordem afetiva – *ethos* e *pathos* – ou racional – *logos*. O *ethos* relaciona-se com o orador e diz respeito ao carácter que este deve ter para inspirar confiança no auditório; o *pathos*, respeitante ao auditório, «é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com o seu discurso», de forma a obter a sua adesão; e o *logos*⁸² «diz respeito à argumentação propriamente dita do discurso» (Reboul, 1991/2004: 48), ou seja, é «aquilo que reenvia para a ordem das coisas, aquilo que corresponde aos referentes do discurso, aquilo que constitui os factos e as opiniões» em debate, «as teses que são objeto de discussão» (Meyer, 1998/ 2018: 29).

O orador procurava, então, por meio das provas oratórias (assim designadas por Aristóteles), produzir três tipos de «efeitos perlocutórios» no auditório (cf. Plantin, 2011a: 506): *delectare* (agradar pelo seu *ethos*); *movere* (persuadir e influenciar o auditório, pelo *pathos*) *docere* ([instruir] informar e convencer pelo *logos*, isto é, pela lógica do seu discurso e pela sua argumentação)⁸³. A articulação destas três dimensões argumentativas garantiria uma estratégia eficaz. Como refere Meyer, se a tónica for colocada no *pathos*, obter-se-á um efeito de manipulação do auditório; se a incidência se fizer sobre o *logos*, será predominante uma visão lógica e argumentativa (e mesmo linguística) da retórica, «independentemente dos efeitos de adesão do auditório e dos valores veiculados pelo orador», já o peso no *ethos* salienta o papel dos sujeitos e da sua «moral», assim como

⁸² Menciona Reboul que o termo *logos* não foi mencionado por Aristóteles, fazendo-se uso dele para simplificar (2004: 49).

⁸³ Lembra Plantin que, tradicionalmente, os atos que visam produzir os ditos efeitos se concentram na introdução (o orador apresenta-se), na narração (o orador informa e argumenta) e na conclusão (o orador comove), respetivamente (2011a).

acontece relativamente às suas intenções, inclusive, de manipulação (2018: 33). Relembre-se, contudo, que estas noções se confundem, e, como adverte Meyer, nem sempre se conseguem deslindar os argumentos com precisão⁸⁴.

Quanto às técnicas da *dispositio*, o discurso iniciava-se pelo *exórdio* (*prooimion*, *exordium*) – parte introdutória na qual o orador se esforçava por captar a atenção (*captatio benevolentiae*) e anunciar o seu plano; seguida da exposição dos factos – *narração* (*diégésis*, *narratio*); apresentando-se posteriormente as provas ou refutações – *confirmação* (*apodeixis* ou *pistis*, *confirmatio*); seguida, geralmente, da *digressão* (*parekbasis*, *digressio*) com recurso ao *pathos*, com o propósito de jogar com as emoções do auditório, quer divertindo quer suscitando a piedade ou a indignação; e da parte final que retomava os pontos essenciais da argumentação pela amplificação [dramatização] do discurso – *peroração* (*épilogos*, *peroratio*) ou *epílogo* (cf. Robrieux, 2015: 30-31).

Com Quintiliano (*Institutio Oratoria*), a conceção da retórica como «a arte de bem dizer», assimilada à eloquência, veio suplantar a conceção da retórica aristotélica como discurso que visava a persuasão, tendo sido posteriormente a Idade Média dominada pela tradição latina⁸⁵ (cf. Molinié, 1992). Na época clássica, com Pierre de la Ramée (*La Dialectique*, [1555]), dá-se um desmatelamento da retórica, sendo relegada para a dialética⁸⁶ tudo o que tem que ver com o raciocínio: os *topoi* (os lugares do raciocínio) e a *dispositio* (a organização que serve de base ao raciocínio). Com a divisão entre a *inventio* (questão de pensamento) e a *elocutio* (questão de linguagem), a retórica ficaria então reduzida à arte da ornamentação (cf. Amossy, 2016; Plantin, 2009).

Marcando então uma rutura com a conceção de argumentação que caracterizou os três séculos anteriores, a *Nova retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (*Traité de l'argumentation*, [1958]/2006,

⁸⁴ «Justificar-se implica argumentos (*logos*), mas também levar o outro em conta (*pathos*) para lhe agradarmos, para nos fazermos aceitar ou porque o queremos manipular (*ethos*)» (Meyer, 2018: 33).

⁸⁵ No período latino, para além da *Institutio Oratoria* (com data provável de 93 d. C.) surgira um outro grande tratado de retórica, *Do Orador* (55 a. C), completada por *O Orador* (46 a. C.), de Cícero (cf. Reboul, 2004).

⁸⁶ O raciocínio dialético é um termo tratado no âmbito da filosofia, na lógica. No seu sentido genérico, dialética é a arte de discutir, utilizando argumentos lógicos. A dialética aristotélica diz respeito ao raciocínio lógico que, embora coerente em seu encadeamento interno, está fundamentado em ideias apenas prováveis, e por esta razão pode ser de ser refutado. Nos estudos de argumentação, a dialética corresponde a uma forma de diálogo que obedece a um raciocínio, efetuado de acordo com regras precisas. Um proponente afronta um oponente perante um público, cujas reações arbitram o debate, as questões e respostas sucedem-se numa ordem restrita (Plantin, 1996: 7).

doravante TA), amplia a noção aristotélica da retórica⁸⁷, enquanto teoria do discurso persuasivo, recuperando a ideia de auditório da retórica tradicional, sendo, portanto, a argumentação encarada na sua dimensão comunicacional. Para os autores, o discurso é projetado em função do auditório, que é definido como «o conjunto daqueles sobre quem o orador quer influir através da sua argumentação» (2006: 27). A retórica como «arte de persuadir», no sentido aristotélico, é vista pelos autores como sinónima de argumentação⁸⁸.

Contudo, lembra Meyer que a retórica não se pode reduzir ao racional, cujo objetivo é persuadir, pois «a persuasão reenvia à adesão» dos espíritos e esse postulado convoca, geralmente, a resposta do auditório (2018: 17). E, como sabemos, o sentimento de adesão aos discursos tem mais que ver com as emoções do que com a própria razão, pelo que o ornamento do discurso não é um aspeto acessório.

As perspetivas atuais são variadas e apresentam, por vezes, visões complementares; contudo, a retórica constitui-se como um objeto das ciências da linguagem. Plantin, que a analisa, em particular, na sua relação com a pragmática (tal como Ducrot), define-a como uma ciência teórica, compreendendo-a como a aplicação «de l'exercice publique de la parole, prononcée face à un auditoire dubitatif, en présence d'un contradicteur. Par son discours, l'orateur s'efforce d'imposer ses représentations, ses formulations, et d'orienter une action» (2002: 505).

Se considerada no seu conjunto de procedimentos destinados a agradar e a comover⁸⁹ (retórica das figuras), a retórica é aposta à argumentação (já que pretende eliminar as questões pelo facto de propor as respostas); se perspectivada como disciplina, ela engloba a argumentação⁹⁰, reflete Meyer (2008:135).

⁸⁷ Conquanto os aspetos formais da retórica não tenham sido abordados em profundidade – trata-se de um estudo da argumentação, não da retórica, sublinhe-se.

⁸⁸ De referir que a argumentação se confunde com a retórica para a generalidade dos teóricos.

⁸⁹ Importa distinguir a retórica argumentativa, isto é, a «retórica dos conflitos», da «retórica das figuras» (Meyer, 2018: 49).

⁹⁰ Segundo Meyer, «l'argumentation prend les questions à bras-le-corps et envisage expressément le pour et le contre. La rhétorique fait l'économie d'un tel examen et laisse à l'auditoire le soin de compléter la réponse» (*ibid.*: 135). O filósofo concebe a argumentação como aquilo que permite observar uma questão a partir da oposição das respostas; por sua vez, a retórica é vista como a atitude que consiste em mascarar a questão como se ela já estivesse resolvida.

De acordo com a sua concepção problematológica⁹¹, o filósofo define a retórica como «a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão» (2018: 27):

La rhétorique, envisagée [...] comme discipline, réunit toujours un orateur [*ethos*] et son auditoire [*pathos*] sur une question donnée [*logos*] qu'ils négocient. A travers elle, c'est la distance, la différence entre eux, qu'ils mettent sur la table. Qu'est-ce qui est hors-question, qu'est-ce qui est en question, qu'est-ce qui, dans leurs positions respectives, est négociable ? Ce sont là les questions de base de la rhétorique (et de l'argumentation). (Meyer: 2009 :3)

Mostrando a sua apreensão sobre a definição tradicional da retórica como a «arte de persuadir pelo discurso», Marc Angenot objeta da seguinte forma:

les humains argumentent constamment, certes, et dans toutes les circonstances, mais à l'évidence ils se persuadent assez peu réciproquement, et rarement. Du débat politique à la querelle de ménage, en passant par la polémique philosophique, c'est en tout cas l'impression constante qu'on a [...]. Ceci pose une question dirimante à cette science séculaire qu'est la rhétorique : on ne peut construire une science en partant d'une efficace idéale, la persuasion, qui ne se présente qu'exceptionnellement. (2008: 8)

Deste modo, a clássica ligação que se estabelece entre argumentação e persuasão – sendo a argumentação, de modo simplificado, vista como um discurso que tem como objetivo a persuasão através da apresentação de boas razões para uma conclusão (Doury, 2016: 11) – parece não ser suficiente para dar conta das outras finalidades da argumentação (ela apresenta uma função cognitiva, relacional, identitária, pragmática).⁹²

Há, pois, uma tradição de estudos da argumentação que se desdobram em investigações retóricas, lógicas e dialéticas, cujos fundamentos se alicerçam nas obras de Aristóteles e de Cícero (Doury & Plantin, 2015).

[...] l'argumentation est une étrange activité rationnelle où le locuteur ne se contente pas d'affirmer de son mieux ce qui lui semble juste; il veut non seulement avoir raison tout court, mais par dessus le marché avoir raison de son adversaire, c'est-à-dire le contraindre. La caractérisation adéquate de cette contrainte est l'objectif majeur de toutes les théories de l'argumentation. (Plantin, 2011: 186-187)

⁹¹ A problematologia é o princípio unificador da obra filosófica de Meyer (2008), que coloca o questionamento no centro da sua teoria.

⁹² « – une fonction cognitive: elle aide les locuteurs à faire le tour de leurs opinions en les verbalisant, puis en les confrontant, *in praesentia* ou *in absentia*, à des contre discours; – une fonction relationnelle: en cas d'accord avec l'interlocuteur, elle permet au locuteur de renforcer une forme de connivence en permettant aux accords de s'exprimer et en rendant explicite la convergence des points de vue; en cas de désaccord avec l'interlocuteur, elle permet de se poser en s'opposant; – une fonction identitaire: elle permet au locuteur de construire une image de soi et de renforcer son sentiment d'appartenance à une communauté d'opinion; – enfin, une fonction "pragmatique", qui correspond à la visée persuasive classiquement envisagée, et qui permet au locuteur de gagner l'adhésion intellectuelle ou l'engagement dans l'action du destinataire de l'argumentation » (Doury, 2003 : 13).

2.2.1 Teorias da argumentação contemporâneas

A emergência de um «campo da argumentação» (autónomo da lógica e da retórica, portanto) data dos anos cinquenta, motivada pelo crescente interesse dos investigadores pelas técnicas de persuasão (a que não é alheia a propaganda política).

Do ponto de vista retórico, destaca-se a *La nouvelle rhétorique* ([1958]), de Perelman & Olbrechts-Tyteca. Através de uma abordagem estrutural e funcional da argumentação, os autores desenvolvem uma teoria da argumentação cujo objeto «é o estudo das técnicas discursivas permitindo provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento» (2006: 12), não fazendo, portanto, nenhuma distinção entre retórica e argumentação⁹³.

Como observa Plantin (1990), a sua definição da teoria da argumentação apresenta os mesmos fundamentos que a retórica argumentativa de Aristóteles, os *topoi*⁹⁴ («as técnicas discursivas») e a *persuasão* («a adesão dos espíritos»). A nova retórica apresenta-se, por conseguinte, como uma alternativa à lógica formal. Segundo Perelman, os argumentos dedutivos e indutivos, usados pela lógica tradicional não são suficientes para garantir a eficácia discursiva e conseguir a adesão do auditório, é necessário convocar como meios de prova argumentos da ordem da dialética ou da retórica, já que o discurso argumentativo da nova retórica obedece a «uma pragmática de valores», e não se encontra subordinado à noção de verdade proposicional⁹⁵. Perelman e Olbrechts-Tyteca concentram a sua análise nos modelos de pensamento que subjazem à argumentação, atendendo aos tipos de ligação que a articulam, fornecendo uma taxionomia⁹⁶ das principais técnicas argumentativas (vd. 2.4.2.2).

⁹³ Sobre a distinção entre retórica e argumentação, vd. o número 2 da revista *Argumentation et Analyse du Discours* (2009).

⁹⁴ Os *topoi* (lugares), assim designados por Aristóteles e Cícero nos tratados intitulados de *Tópicos* (cf. Robrieux, 2015) não são propriamente argumentos, e sim estruturas formais. Trata-se de modelos lógico-discursivos: «esquema[s] sem conteúdo determinado que modela[m] a argumentação, isto é, «moldes aos quais os numerosos enunciados podem conformar-se» (Amossy, 2018: 119). Por exemplo, Quintiliano distingue os lugares de pessoa (família, pátria, idade...) dos lugares de causa (lugar, tempo, maneira...). Na retórica antiga, havia os lugares-comuns (cujo sentido degenerou para *cliché*), que eram lugares específicos (*dóxicos*) referentes às opiniões validadas, tidas como dotadas de um grau máximo de generalidade; e os lugares especiais, respeitantes às opiniões validadas a um dos três domínios relativos à retórica: o judiciário, o deliberativo, o epidíctico (cf. Robrieux, 2015, Amossy, 2018). Sobre a noção de *topoi*, vd. também Plantin (1990) e Molinié (1992).

⁹⁵ O verdadeiro é o que é aceite pelo auditório: «O grau de adesão do auditório a uma tese é a norma da verdade dessa tese e da sua racionalidade» (Plantin, 1990:17, tradução nossa).

⁹⁶ A tipologia de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]) engloba as *argumentações quase-lógicas*; próximas dos raciocínios formais,

Amossy (2018:10) nota que a obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca não retoma a distinção feita por Aristóteles entre a dialética (como justa verbal contra um adversário escolhido⁹⁷) e a retórica, enquanto discurso dirigido a um público alargado na busca de um consenso orientado para uma finalidade prática. Plantin, por seu turno, observa o facto de a nova retórica se concentrar no *logos*, ignorando a dimensão das emoções (*pathos*) (cf. 2005). Outra das críticas à sua teoria é o facto de Perelman e Olbrechts-Tyteca não se terem debruçado sobre os processos da linguagem *per se*, o que não obsta ao seu inegável contributo para a AD, como observa Amossy:

ela oferece, contudo, à análise do discurso um quadro especial, na medida em que insiste sobre alguns constituintes essenciais: a importância do auditório, o carácter fundador das premissas e dos pontos de acordo na interação argumentativa e também os lugares comuns que balizam a argumentação. (2018: 23)

Igualmente dado à estampa em 1958, *The uses of argument*, do filósofo Stephen Toulmin, apresenta um modelo de argumentação⁹⁸ que permite tratar de forma global um certo número de elementos discursivos articulados entre si para formar uma «célula argumentativa» coerente, numa perspetiva da «lógica substancial» (cf. Doury & Plantin, 2015). A argumentação é, pois, considerada como estrutura, e tanto a dimensão pragmática como a dimensão contextual não são tidas em conta no modelo.

De mencionar, já nos anos 70, uma obra de referência, *Fallacies* (1970), de C. L. Humblin, que apresenta a primeira história sistemática e crítica da noção de argumento falacioso (cf. Plantin, 2010a). Desenvolvendo a argumentação como um estudo dialético, o modelo teórico tem como objeto de estudo diálogos efetuados de acordo com um conjunto de regras pré-estabelecidas, explícitas, respeitadas pelos participantes e suscetíveis de um estudo formal. A obra está na origem dos estudos da análise crítica da argumentação (J. Woods & D. Walton, 1992), segundo as correntes da Lógica Informal⁹⁹.

mas que não sendo constringentes, possibilitam a controvérsia; as *argumentações baseadas na estrutura do real*, que exploram uma relação conhecida existente entre duas coisas; e as *argumentações que fundam a estrutura do real*.

⁹⁷ Um diálogo cuja apresentação de teses em presença favoreça a busca da verdade.

⁹⁸ A passagem argumentativa é definida pela sua estrutura: o locutor avança uma tese ou conclusão (*claim*), apoiada em dados (*data*) e nas suas regras (*backing warrant*).

⁹⁹ Desenvolvida nos anos 70, designadamente no Canadá, em redor da revista *Informal Logic* (Blair, Johnson), a corrente da «lógica informal» propõe o desenvolvimento de instrumentos que permitem analisar e avaliar os argumentos. Este ramo da lógica interrogou-se principalmente sobre a natureza e estrutura do argumento, bem como sobre os critérios que garantiriam a sua validade; tendo-se também debruçado sobre as variedades dos paralogismos (cf. Plantin, 2010b; Amossy, 2018).

Nos finais do séc. XX, desenvolvem-se várias teorias, diferindo tanto nas definições do seu objeto de estudo, como nos métodos e objetivos da investigação (Plantin [1996] fala de encruzilhadas teóricas)¹⁰⁰. As problemáticas da lógica, da dialética, da retórica são então recuperadas e reelaboradas num quadro da lógica contemporânea, marcada pelo desenvolvimento da pragmática¹⁰¹, das teorias do discurso e da interação (*Pragma-dialectics*¹⁰², van Eemeren & Grootendorst 1984, 1992, 2004; *Informal Logic*, Johnson & Blair 1980, 1996; van Eemeren & Houtlosser 2002; Boyer & Vignaux¹⁰³ 1995, entre outros).

As teorias generalizadas da argumentação (*L'argumentation dans la langue*, Anscombre & Ducrot 1983; *Logique naturelle*, Grice, 1974) introduziram novas definições, alargadas, da argumentação, em rutura com as conceções clássicas e neoclássicas da argumentação. Grice desenvolve um modelo suscetível de colocar em prática a argumentação da língua natural. Para o investigador, a argumentação define-se como «l'ensemble des stratégies discursives d'un orateur A qui s'adresse à un auditeur B en vue de modifier, dans un sens donné, le jugement de B sur une situation S» (1971:3).

Se na perspetiva de Grice a argumentação é vista como um discurso que esquematiza um mundo, um ponto de vista¹⁰⁴ (qualquer enunciado ou sucessão coerente de enunciados constrói um ponto

¹⁰⁰ Plantin (2010b: 18-20) refere as oposições fundamentais entre as várias teorias da argumentação: 1- argumentação é uma atividade linguística, acompanhada por uma atividade de pensamento (ciências da linguagem); a argumentação é uma atividade de pensamento que se exprime, que deixa marcas no discurso (lógica formal ou informal; ciências cognitivas); 2- a língua é argumentativa; a argumentação é um facto de discurso e toda a fala é necessariamente argumentativa (psicolinguística e sociolinguística) ou apenas certos discursos são argumentativos (teóricos clássicos da argumentação retórica); 3. O objeto de estudo é o discurso monológico, para lhe evidenciar as estruturas; a situação dialógica (o debate, a conversação) constitui-se como objeto de estudo e mobiliza os instrumentos da análise das interações verbais; 5- o estudo da argumentação é normativo, e a norma argumentativa é a eficácia ou então a verdade (lógica informal); 6- A finalidade da atividade argumentativa é a construção de um consenso, a resolução das diferenças de opinião, sendo a dissonância falta de falta ou de erro (as teorias que têm o verdadeiro como norma: lógica não formal e pragma-dialética); a finalidade da atividade argumentativa é a ativação e aprofundamento do dissenso, sendo a dissonância vista como uma condição da renovação do pensamento (Willard [1989], por exemplo).

¹⁰¹ Conquanto tenham surgido nos países anglófonos, principalmente nos Estados Unidos, múltiplas abordagens teóricas e práticas da argumentação nos anos 70 (informal logic), foram os estudos no âmbito da pragmática (teoria dos atos de fala, de Austin [How to Do Things with Words, 1962], especialmente na versão de Searle [Speech acts: An essay in the philosophy of language, 1969]; Teoria da Conversação (Logic and conversation, Grice, 1975) que proporcionaram um ponto de viragem nos estudos da argumentação.

¹⁰² Tendo como figuras cimeiras F.H. Eemeren e R. Grootendorst, a pragma-dialética é a teoria da argumentação que o grupo de Amesterdão desenvolveu vista como um processo dialógico (normativo) de resolução de conflitos. Associa, portanto, a uma perspetiva funcional a normativa. Para van Eemeren, a argumentação surge como uma atividade verbal e social do raciocínio que visa aumentar ou diminuir a aceitação de uma posição controversa. Para esse efeito, apresenta um conjunto de proposições destinadas a justificar ou refutar essa posição perante um juiz racional (cf. van Eemeren & Grootendorst, 1984:53; 2004).

¹⁰³ Na perspetiva da lógica pragmática, desenvolvem-se investigações que procuram construir lógicas naturais, com base em investigações das ciências cognitivas (Vignaux, *Le discours acteur du monde*, 1988).

¹⁰⁴ «Telle que je l'entends, l'argumentation considère l'interlocuteur, non comme un objet à manipuler mais comme un alter ego

de vista ou uma «esquematização», cujo estudo constitui o objeto da lógica natural), já a teoria da argumentação na língua generaliza a argumentação com base nas características da linguagem, inscrevendo-se numa conceção argumentativa do sentido¹⁰⁵. Para Anscombe e Ducrot, a argumentação é compreendida como o estudo das orientações semânticas e do encadeamento dos enunciados (o encadeamento argumentativo não é visto como um mecanismo inferencial, e sim semântico) que conduzem a uma certa conclusão. A conclusão apenas revela um sentido já contido no argumento. Sob este ponto de vista, a própria linguagem é argumentativa, no sentido em que as palavras que constituem os enunciados determinam, pelo seu semantismo, a continuação possível. Tal como a retórica (entendida como sinónimo de pragmática, visto que designa o sentido de um enunciado em contexto), a argumentação não é compreendida, na teoria da argumentação na Língua (ADL) como um conjunto de estratégias que visam a persuasão (*L'argumentation dans la langue*, 1983). Como observa Amossy, conquanto a pragmática integrada faça um corte com a argumentação no seu sentido tradicional, ela permite, pelo menos, analisar a orientação argumentativa dos enunciados, os *topoi*¹⁰⁶ que asseguram implicitamente o seu encadeamento, bem como os conectores que permitem esses mesmos encadeamentos (2018: 37).

De entre as várias correntes contemporâneas que se ocupam da argumentação, importa referir as que situam a argumentação num quadro dialógico¹⁰⁷ numa perspetiva retórica (no sentido aristotélico), passando a argumentação a ser considerada como uma construção, isto é, como uma negociação entre interlocutores. A análise das conversações (*Argumentation et conversation*, 1985),

auquel il s'agira de faire partager sa vision. Agir sur lui, c'est chercher à modifier les diverses représentations qu'on lui prête, en mettant en évidence certains aspects de choses, en en occultant d'autres, en en proposant de nouvelles, et tout cela à l'aide d'une schématisation appropriée» (Grize, 1990: 40).

¹⁰⁵ Esta conceção argumentativa do sentido é «non-vériconditionnelle, ou ascriptiviste au sens de la théorie des actes de langage», «[s]elon cette conception, les propriétés sémantiques, conventionnelles, des phrases, consistent en un ensemble d'instructions réflexives ou autoréférentielles, la signification.» (Moeschler & Auchlin, 2009: 153). Os autores acrescentam que a «signification d'une phrase n'a pas une valeur de représentation, déterminant des conditions de vérité [...] relatives à l'extralinguistique, mais une valeur argumentative, qui détermine l'ensemble des enchaînements discursifs auxquels l'énonciation de la phrase peut donner lieu, et ceux qui sont exclus. C'est là le postulat du structuralisme du discours idéal, qui stipule que la valeur sémantique d'une entité linguistique réside dans les suites qu'elle prétend se donner, et doit être décrite en ces termes (Ducrot).».

¹⁰⁶ Os pragmáticos não encaram a noção de *topos* como forma vazia (vd. nota 94), e sim no sentido de opinião comum. Na concepção da pragmática integrada (desenvolvida por Anscombe e Ducrot), a argumentação é tida como um encadeamento de enunciados, e o *topos* é o elo que permite ligar dois enunciados ou conjuntos de enunciados a partir de uma ideia comumente admitida (Amossy, 2018:125-126). Para Anscombe, os *topoi* (pragmáticos) são «[p]rincipes généraux qui servent d'appui aux raisonnements mais ne sont pas de raisonnements» (1995: 39).

¹⁰⁷ A partir dos anos oitenta, as abordagens interacionistas do estudo da linguagem ganharam uma importância acrescida. No quadro das interações verbais, de referir as análises de Kerbrat-Orecchioni, que privilegia o estudo dos turnos de fala, dos rituais da interação, e o estudo da cortesia, como forma de preservação da harmonia da relação entre os locutores.

desenvolvida por Jacques Moeschler (sob influência de Eddy Roulet e do grupo de Genebra), propõe-se analisar a relação entre os factos argumentativos e os factos conversacionais¹⁰⁸ (Moeschler, 1985: 18); já Martel (1998, 2000) se interessa pela argumentação nos discursos orais informais e espontâneos.

Por seu turno, Charaudeau inscreve a sua análise da argumentação no quadro da AD, numa «problemática de influência»:

Toujours est-il que l'analyse du discours n'a pas à se donner pour objet la découverte de la Vérité, mais la découverte des jeux de mise en scène de la Vérité comme « croire » et « faire croire ». C'est ce que j'appelle une problématique de l'influence. (2008a: 3)

De modo a identificar os processos discursivos que participam nesse ato de influência, e considerando o ponto de vista do sujeito discursivo, basta considerar os problemas¹⁰⁹ que se apresentam quando o sujeito quer interagir em qualquer situação de comunicação. O autor esclarece que cada um desses processos (Regulação – contacto; Identificação – imagem; Dramatização – emoção; Racionalização – narração argumentação) é objeto de uma encenação que obedece a um determinado mecanismo e recorre a determinados procedimentos que podem ser descritos e categorizados: encenação e categorias de rituais para estabelecer contacto; encenação de categorias de *ethos*; procedimentos de estratégias do *pathos*, mecanismos e categorias de encenação narrativa e argumentativa (2008a: 3).

¹⁰⁸ Segundo Moeschler, «[a]rgumenter revient [...] à donner des raisons pour telle ou telle conclusion. Les raisons constituent, lorsqu'elles sont énoncées, autant d'arguments. Une argumentation consiste donc en une relation entre un ou des arguments et une conclusion. [...] Un argument définit toujours une classe de contre-arguments, comme une conclusion définit une conclusion inverse. Cette propriété qu'a l'argumentation d'être soumise à la réfutation me semble être une de ses caractéristiques fondamentales et la distingue nettement de la démonstration ou de la déduction, qui, à l'intérieur d'un système donnée, se présentent comme irréfutables.» (1985 :46-47).

¹⁰⁹ Charaudeau identifica quatro: (1) Como entrar em contacto com o outro, e a partir de que tipo de relação? (Trata-se aqui de questionar o processo de contato, sabendo que entrar em contato com o outro é, para o sujeito falante, um ato de imposição da sua presença ao outro e saber que estabelecer um qualquer estabelecimento instaura posições de superioridade / inferioridade); (2) Que posição de autoridade adotar em relação ao outro? Trata-se aqui de se perguntar sobre o processo de construção da imagem do sujeito falante (*ethos*), de modo a que o outro o considere credível ou chegue mesmo a identificar-se com ele; (3) Como tocar o outro? É necessário um questionamento sobre o processo de linguagem que permite garantir que o outro adira sem resistência do ponto de vista do sujeito, o que remete ao *pathos* (as emoções que podem levar o indivíduo a mover-se a se mover nessa ou naquela direção, as estratégias discursivas de dramatização, a fim de «aprisionar» o outro num universo afetivo, de forma a colocá-lo à mercê do sujeito falante); (4) Como organizar o discurso de forma a que fique ao serviço do processo de influência do sujeito? É, pois, necessário falar sobre o mundo e transmiti-lo ao outro de forma a que o outro o compreenda (*logos*) (trata-se de nos questionarmos sobre os modos de organização do discurso, segundo os quais se escolhe contar, de maneira descritiva ou narrativa, ou argumentar (2008a: 3).

Recusando estabelecer uma hierarquia entre os modos de raciocínio e os tipos de argumentos (procedimento habitual na retórica argumentativa), Charaudeau postula que o raciocínio argumentativo depende de determinadas considerações:

- tout acte de langage se produit dans une situation de communication qui donne des instructions de production et d'interprétation du sens aux partenaires de l'échange ; le sens résulte d'une co-construction et donc l'acte argumentatif, qui s'y trouve, tire sa validité (et non point sa valeur) des instructions de cette situation ;
- le processus de rationalisation argumentative obéit à certaines conditions de mise en scène discursive, faisant que la pertinence de l'argumentation ne peut être jugée que rapportée aux conditions de cette mise en scène ;
- le processus argumentatif tire sa force d'influence d'un certain type d'argument, à l'intérieur d'une certaine situation, et selon la fonction que remplit l'argument considéré au regard de la mise en scène discursive. (2008a: 4-5)

Charaudeau desenvolve a análise argumentativa em torno das noções de *problematização*, *posicionamento* e *prova*. Deste modo, o sujeito do discurso que quer argumentar (terá, portanto, em conta as instruções da situação de comunicação em que se encontra) deve fazer saber ao outro (interlocutor único ou auditório múltiplo): (1) do que se trata (impor um domínio temático), mas também o que é preciso pensar (um quadro de questionamento) – problematizar; (2) qual a posição que adota, ou seja, qual é o termo de oposição que quer defender (qual o seu ponto de vista relativamente às asserções em presença) – posicionar-se; (3) qual é a força da sua argumentação – provar (é, portanto, a atividade discursiva que justifica a escolha do posicionamento). Segundo Charaudeau, é através desta última atividade (tentando justificar o seu ponto de vista e de o fazer partilhar com o destinatário) que o sujeito revela o seu posicionamento relativamente ao sistema de valores que circulam na sociedade a que pertence (2008a: 4-8). De forma a especificar as estratégias de influência, o autor refere as estratégias argumentativas e os tipos de argumentos, que substitui pelos modos de raciocínio (por dedução, raciocínio por analogia, raciocínio por oposição e por cálculo). Por fim, o investigador articula os modos de raciocínio com os tipos de saber (os «*topoi*» ou «lugares-comuns», partilhados entre o locutor e o auditório) com a modalização enunciativa, de forma a avaliar a força de um argumento numa problemática de influência.

Concebendo igualmente a argumentação numa perspetiva de influência¹¹⁰, Amossy propõe uma teoria da argumentação no discurso ([2000]/ 2018), de inspiração retórica, interligando *ethos*, *pathos* e *logos*¹¹¹, sob a influência dos aspetos social e linguístico, considerando-a como um ramo da AD, «na medida em que deseja esclarecer os funcionamentos discursivos, explorando uma fala situada e, pelo menos, parcialmente sujeita a coerções» (2018: 11).

Para a investigadora, a argumentatividade é inerente ao discurso, visto que qualquer discurso transporta consigo um posicionamento e determinados valores axiológicos, como consequência da sua natureza dialógica (como mostrou Bakhtin, 1977), distanciando-se, assim, das conceções da argumentação que estabelecem como ponto de partida uma oposição entre um discurso e um contradiscurso (ponto de vista interacionista-dialogal de Plantin, *vd. infra*). Neste sentido, Amossy considera dois tipos de discurso argumentativo: os que têm realmente como objetivo modificar as opiniões do auditório¹¹², fruto de estratégias programadas para persuadir (ou manipular), – de finalidade ou orientação argumentativa¹¹³ («visée argumentative»); e os que apenas procuram alterar modos de ver, sentir e pensar, que pretendem agir sobre o outro¹¹⁴ – com uma dimensão argumentativa («dimension argumentative»), que são, naturalmente, em maior número (2016: 3-7).

My contention is not only that texts can have various degrees of argumentativity, going from overtly polemical to the apparently informative or descriptive, but also that argumentativity is closely linked to the genre of discourse in which a more or less strong attempt at persuasion occurs. [...] There can be an argumentative dimension in discourses not meant to persuade, and this argumentative dimension can be built by verbal means derived from generic constraints or stylistic innovations. (Amossy, 2005: 92, 97)

Seguimos, pois, o posicionamento de Amossy, segundo o qual todos os discursos são argumentativos, dado que tentam influenciar o outro¹¹⁵, mesmo que o objetivo não seja convencê-lo. A argumentação é encarada numa concepção modular, que supõe que os discursos apresentam

¹¹⁰ À semelhança de Perelman e Olbrechts-Tyteca, a investigadora encara a retórica como sinónima de argumentação, no sentido aristotélico de «arte de persuadir» (cf. Amossy, 2018:11)

¹¹¹ Na sua teoria, Amossy concede um lugar central ao *logos*, o raciocínio lógico (na sua relação com o *ethos* e o *pathos*), considerando os tópicos, os esquemas argumentativos e os tipos de argumentos convocados para justificar um ponto de vista e torná-lo aceitável aos olhos do interlocutor (cf. 2007).

¹¹² De que são exemplos os discursos eleitorais, a publicidade, o manifesto, o editorial (Amossy, 2018: 44).

¹¹³ Adotamos os termos «finalidade/orientação argumentativa», segundo a tradução portuguesa de Adriana Zavaglia, como consta no artigo de Amossy «O lugar da argumentação na argumentação: abordagens e desafios contemporâneos» (2007).

¹¹⁴ Designadamente o artigo informativo, a conversa coloquial ou o texto ficcional (cf. Amossy, 2018: 44).

¹¹⁵ De acordo com os seus pressupostos teóricos, o discurso eficaz não é apenas o que manipula o outro, mas também o que engloba o raciocínio e o questionamento, numa conceção retórica de influência.

diferentes possibilidades de modalidades argumentativas, de entre as quais a polémica¹¹⁶, que trataremos na subsecção 2.2.3, podendo revestir-se de aspetos variados (2018: 43-45).

Para Amossy, que reformula a definição de Perelman e Olbrechts-Tyteca, a argumentação é então constituída pelos

meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre os seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar as suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema. (2018: 47)

É, portanto, numa perspetiva retórica que a autora desenvolve a sua análise argumentativa do discurso, contemplando as emoções no discurso na sua relação com a *doxa*¹¹⁷ do auditório e com os argumentos racionais que visam suscitar a adesão. Amossy junta-se, assim, a Meyer (2000), que encara a correlação entre as três provas retóricas¹¹⁸ na relação retórico-argumentativa, conferindo, no entanto, um papel central aos valores¹¹⁹:

[c]e sont les valeurs de la société qui donnent du poids aux arguments. Du même coup, le pouvoir devient lui-même un argument, comme l'utilité ou le devoir. La problemacité de la question soulevée par l'orateur, son acception et sa reprise deviennent les moments-clés du pathos. La différence alimente la persuasion, la mobilise et s'en trouve valorisée par elle. (Meyer, 2008: 201)

Contemplando os contributos da retórica e da pragmática (e da lógica), bem como das abordagens interacionistas, Amossy (2018: 40-41) apresenta os princípios que norteiam a sua análise argumentativa no discurso, que adotamos igualmente na nossa análise:

1. Uma abordagem da argumentação na *língua natural* e na *materialidade do discurso*, como elemento integrante de um funcionamento discursivo global, contemplando escolhas lexicais, modalidades de enunciação, e encadeamentos dos enunciados (conectores, *topoi*, marcas do implícito), porque a argumentação não se reduz a uma série de operações lógicas e processos de raciocínio.

¹¹⁶ Para além da modalidade polémica, os discursos de orientação argumentativa podem apresentar as modalidades demonstrativa, patémica e negociada (sobre as modalidades argumentativas, vd. Amossy, 2005a, 2008).

¹¹⁷ Amossy adverte que definir «*doxa* como o saber compartilhado de uma comunidade em uma dada época é conceber os interactantes como tributários das representações coletivas e das evidências que subjazem aos seus discursos, é ver a sua palavra modelada pelo que se diz e se pensa em torno deles, pelo que eles absorvem, muitas vezes de modo inconsciente, pelo que consideram evidente sem darem conta disso» (2018: 112). Para a autora, a *doxa* é, pois, a base da construção retórica-argumentativa.

¹¹⁸ A técnica retórica explora três tipos de meios ou de instrumentos adequados para persuadir, designados de *provas (pistis)*, ou *técnicas* (em Aristóteles). Aristóteles (*Retórica*, I) distingue as provas técnicas (inerentes ao discurso) – *ethos*, o *logos* e o *pathos* – das provas não técnicas, que extrapolam o âmbito da retórica (o testemunho, a confissão) (Plantin, 2016: 474-478).

¹¹⁹ Para Meyer, «[l]a valeur est le dénominateur commun de l'échange, donc de la distance. Elle mesure la proximité comme l'éloignement, l'identité et la différence» (2008: 201).

2. Uma abordagem *comunicacional*, já que a argumentação visa um auditório e não pode ser compreendida fora de uma relação interlocutiva, devendo essa relação ser apreendida numa perspectiva argumentativa aliada à análise do discurso.
3. Uma abordagem *dialógica*, uma vez que a argumentação pretende agir sobre o auditório e, portanto, terá de se adaptar a ele. A argumentação é sempre tida num confronto de pontos de vista, ainda que não haja polémica aberta ou dissenso declarado.
4. Uma abordagem da argumentação indissociável de um *tipo* e de um *género de discurso*; já que o género determina os objetivos, os quadros de enunciação e a distribuição dos papéis prévios.
5. Uma abordagem *figural*, que contemple os efeitos de estilo e as figuras, visto estes terem um impacto sobre o alocutário, tomados na sua orientação persuasiva.
6. Uma abordagem *textual*, que integre tanto um estudo dos procedimentos de conexão que comandam o desenvolvimento de um texto, bem como os processos lógicos (silogismos e analogias, estratégias de associação e dissociação) que são explorados no quadro complexo do discurso em situação.

Notando a ausência da dimensão de confronto no estudo das interações argumentativas (sendo o desacordo praticamente analisado do ponto de vista da gestão das faces, através da noção de cortesia), Plantin (1995a) desenvolve um «modelo dialogal»¹²⁰ da argumentação, centrado nas interações conflituosas. Diferindo da posição de Amossy, que considera a argumentatividade uma dimensão constitutiva do discurso, Plantin defende que só se verifica uma interação argumentativa quando há um desacordo sobre uma posição: «la situation argumentative classique se définit par le développement et la confrontation de points de vue en contradiction en réponse à une même question» (2005:53). Partindo deste pressuposto, o autor ancora a prática argumentativa num tipo de situação particular problematizada através de uma questão que definirá os discursos em oposição e avança a seguinte definição de argumentação:

l'ensemble des activités verbales et sémiotiques produites dans une *situation argumentative*. **Une situation argumentative** est une situation discursive organisée par une question argumentative. **Une question argumentative** est une question à laquelle des locuteurs (les argumentateurs) donnent des *réponses contradictoires* (sensées, raisonnables, mais incompatibles), organisées dans un discours et un contre-discours. Ces **réponses** expriment les **conclusions** (les points de vue) des argumentateurs sur la question. Les éléments du discours et du contre-discours étayant ses conclusions ont le statut d'**argument** pour leurs conclusions respectives. Les situations argumentatives connaissent différents degrés et **types d'arguments** selon les modes de relation établis entre discours au contre-discours et les paramètres interactionnels et institutionnels cadrant la situation du discours. (2016: 76, destaque do autor)

¹²⁰ Segundo Plantin, dois monólogos justapostos, contraditórios, sem alusão um ao outro constituem um *díptico argumentativo*, a forma argumentativa de base, que pode progredir de diversas formas. A comunicação é plenamente argumentativa se essa diferença for problematizada numa *Questão* e se destacarem os três papéis fundamentais: o *Proponente*, o *Oponente* e um *Terceiro* (1995: 63).

Partilhamos com Plantin uma posição crítica quanto à questão da avaliação dos argumentos, que inspirou várias abordagens da argumentação. O autor propõe fundamentar a crítica da argumentação na noção de contradiscurso e, portanto, recusa considerar que há bons ou maus marcadores linguísticos do discurso, visto que este não será avaliado segundo a norma do verdadeiro¹²¹, e sim em função da sua eficácia; ou seja, argumentar é influenciar. Plantin postula, pois, com Doury, uma «abordagem compreensiva da argumentação»:

c'est-à-dire d'une approche qui prend en compte le sens que les interlocuteurs donnent à leurs activités argumentatives, les savoirs qu'ils construisent sur ces activités, et leurs intentions, telles qu'elles s'y manifestent. En particulier, nous prenons au sérieux et reconnaissons la valeur des évaluations réciproques qu'ils portent sur leurs activités argumentatives. (Doury & Plantin, 2015: 18)

Embora a generalidade das abordagens mais recentes contemplem como ponto de partida a argumentação como a «oposição de discursos»¹²², e não a apresentação de argumentos, numa perspetiva dialogal¹²³, há modelos teóricos que perspetivam a finalidade da argumentação como a ativação e aprofundamento do dissenso, o que, no caso concreto do nosso objeto de estudo, se revela pertinente mencionar.

Posicionando-se, pois, na perspetiva da argumentação que insiste no carácter central do confronto entre um discurso e um contradiscurso, Doury define a argumentação como «un mode de construction du discours visant à le rendre plus résistant à la contestation»¹²⁴ (2003: 13). Deste modo, o discurso argumentativo é caracterizado na sua dupla orientação de posicionamento (trata-se, pois, de afirmar uma tese, ou conclusão) e de justificação (pela apresentação de provas). Se bem que argumentação seja apercebida como um modo de gestão do desacordo, a investigadora adverte,

¹²¹«[N]ous sommes en désaccord avec une idée relevant de la doxa prévalant dans les *argumentation studies*, selon laquelle une théorie de l'argumentation serait nécessairement normative, ou que c'est en raison de son caractère normatif qu'une approche de l'argumentation est digne d'être dite « théorie » ; en d'autres termes, que la description des données devrait être orientée vers leur évaluation, et que le produit terminal de l'analyse devrait être un verdict « cette argumentation est / n'est pas valide » (Doury & Plantin, 2015 : 16).

¹²² Como referem Doury & Kerbrat-Orecchioni, «à la différence de l'accord, qui n'a pas en principe à être argumenté, le désaccord, correspondant à l'enchaînement 'marqué', appelle au contraire une argumentation et inversement, toute argumentation présuppose un désaccord, réel ou virtuel» (2011: 63).

¹²³ Entende-se, com Kerbrat-Orecchioni, o discurso 'dialogal' como o que é produzido por vários interlocutores, e 'dialógico' como aquele que é proferido por um só locutor e que convoca 'várias vozes' [polifonia] (2005:16).

¹²⁴ Rabatel não partilha deste posicionamento, defendendo que a argumentação é, pelo contrário, mais resistente à contestação quando não confronta explicitamente a tese oposta e apresenta o seu ponto de vista naturalmente, deixando o auditório chegar às conclusões. Isto mesmo o demonstrou na sua análise sobre «l'effacement énonciatif et argumentatif» em *Le mort qu'il faut*, de Semprum (vd. Rabatel, 2004), ao notar o valor argumentativo das descrições. O autor refere-se a tipos de argumentos através de factos e menciona que «ils n'ont pas l'air d'arguments, et, s'ils servent à l'argumentation, la charge en échoit au lecteur, qui n'est pas, de ce fait, institué en contradicteur explicite» (*id. ibid.* : 125).

no entanto, que esse confronto pode ser feito tanto de modo conflituoso como de forma cooperativa. Segundo Doury, argumentar um determinado ponto de vista não significa que se procure afastar da contradição, mas sim que se procure ver até onde é que uma posição pode resistir à contestação:

argumenter – même si ce n'est pas nécessairement l'objectif de tout locuteur développant un discours argumenté – permet de développer un point de vue au-delà de l'adhésion immédiate, d'en mesurer la cohérence, d'en tester la résistance, d'en expliciter les implications. (2016: 22)

Por conseguinte, é necessário analisar a construção do objeto da análise argumentativa de modo a apreender as posições que são mutualmente estruturadas. Como refere a linguista, certo tipo de interações, como os debates, são naturalmente fechadas e apresentam de forma inextrincável o confronto de um discurso e de um contradiscurso sobre uma dada questão. Na maior parte dos contextos onde se expressam opiniões, espera-se dos participantes que não se contentem em afirmar o seu ponto de vista, mas que o justifiquem. Ora, uma forma de exigência da argumentação estipula que cada um deva aceitar, sob certas condições, assumir o ónus da prova daquilo que avança (Doury, 2016: 22-24). Pode então acontecer que, a propósito de uma dada questão, uma das posições em presença possa apelar à *doxa* (o que é geralmente admitido, e que, portanto, não se prova) e que a outra, que conteste a *doxa*, suporte o ónus da prova¹²⁵.

Para Doury, a unidade de base da análise argumentativa é a sequência argumentativa, composta (pelo menos) por um enunciado-argumento e (pelo menos) por um enunciado-conclusão, sendo que a passagem de um ao outro se apoia sobre uma lei de passagem¹²⁶ ou *topos*. Como adverte a autora,

un énoncé n'est pas «en soi» un argument ou une conclusion; c'est à l'intérieur de la séquence qu'il acquiert une fonctionnalité argumentative, Un énoncé n'est un argument (ou une prémisse) qu'un tant qu'il est présenté comme renforçant un autre énoncé, qui aura par là même statut de conclusion (ou de thèse). Aussi l'argument n'est-il pas l'unité de base de l'argumentation, mais la séquence «argument-conclusion». (2016: 29)

¹²⁵ Segundo o princípio de atribuição do ónus da prova, «celui qui avance une proposition contre la doxa doit prouver cette proposition, et non inviter son adversaire à prouver qu'elle est fausse; il se rendrait alors coupable d'un argument *ad ignorantiam*» (Doury, 2016: 25).

¹²⁶ A lei de passagem tem como função transferir para a conclusão o acordo conferido ao a argumento.

2.2.2 O *pathos* na argumentação

Em estreita relação com o *ethos*, o conceito do *pathos*¹²⁷ torna-se indispensável na análise do discurso político, dado que a apresentação de si do locutor se elabora tanto no plano da razão (*logos*) como das emoções (*pathos*). Para além de um julgamento de valor fundado na razão, sabemos que a adesão do auditório se conquista por um sentimento de simpatia em relação à imagem do orador e que o apelo às emoções está ao serviço de uma estratégia de persuasão: «Se o *logos* diz respeito às estratégias discursivas e o *ethos* diz respeito à imagem do locutor, o *pathos* incide diretamente sobre o auditório.»¹²⁸ (Amossy, 2018: 195).

Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. (Aristóteles, *Retórica*, 1356a)

Considerando com os retóricos da Antiguidade (Aristóteles) que persuadir o auditório consiste em produzir nele sentimentos que o predisponham a aderir às ideias do orador, Charaudeau toma partido pela «retórica dos efeitos» (2007: 242) e concebe as emoções como representação social¹²⁹, lembrando que a emoção sentida pelo orador não é necessariamente aquela que é expressa:

[o]n peut décrire des scènes que l'on pense émouvantes et ne pas provoquer d'émotion, on peut décrire des scènes que l'on croit neutre d'un point de vue émotionnel et cependant provoquer chez le destinataire [...] un état d'émotion » (2000: 135).

Segundo o autor, as emoções revelam uma «racionalidade objetiva», visto que há da parte do sujeito uma intencionalidade e que as emoções são orientadas para um objeto «imaginado», porque esse objeto é resgatado da realidade de forma a tornar-se num significante «real». Ora a relação entre esse sujeito e o objeto é feito pela mediação de representações.

A piedade ou o ódio que se manifesta num sujeito não é o simples resultado de uma pulsão, nem se mede somente como uma sensação de excitação, como um aumento de adrenalina. A emoção pode ser percebida na representação de um objeto em direção ao qual o sujeito se dirige ou busca combater. E como estes conhecimentos são relativos ao sujeito, às informações que ele recebeu, às experiências que ele teve e aos valores que lhe são atribuídos, pode-se dizer que as emoções, ou os sentimentos estão ligados às crenças. (2007: 241, adaptado para português europeu)

¹²⁷ «O *pathos*, não nos esqueçamos, é o efeito emocional produzido no alocutário» (Amossy, 2018: 206). Advirta-se que, no discurso parlamentar, não é o alocutário (o adversário) que se pretende persuadir, mas um terceiro.

¹²⁸ Refere Meyer que o «*pathos* é precisamente a razão pela qual um indivíduo aceita ou recusa um argumento, uma ideia, uma mensagem» (2018: 144).

¹²⁹ «O sentimento não deve ser confundido com a sua expressão (mesmo se esta puder desempenhar um papel determinado), será sempre considerado como um efeito possível que poderá suscitar uma determinada ativação do discurso junto a um determinado público, em uma dada circunstância» (Charaudeau, 2007: 242).

Para Charaudeau as emoções estão ligadas às crenças, que, juntamente com o conhecimento, constroem as identidades coletivas, que, por sua vez, criam as diversas comunidades discursivas. Na perspetiva de uma problemática discursiva da emoção (2000), no quadro da AD, o autor propõe-se analisar «os efeitos patémicos», procurando identificar traços semiológicos das emoções¹³⁰ – que não são, contudo, fáceis de determinar, como adverte –, estabelecendo «categorias patémicas» ou tópicos do *pathos* (cf. 2007).

O discurso que apela às emoções apresenta um intuito estratégico – *movere* – e configura-se, simultaneamente, numa estratégia de apresentação de si. Como refere Plantin, «l'*ethos* se construit sur l'*émotion*, ce qui noue solidement le lien de l'*ethos* au *pathos*» (2011: 42).

2.2.2.1 A argumentação das emoções

Ultrapassada a visão das teorias da argumentação normativas-críticas que opõem a razão à emoção, as perspetivas atuais concebem que razão e emoção são inseparáveis. É neste ponto que insistem as investigações no âmbito das neurociências, como demonstrou António Damásio na sua obra *Erro de Descartes. Emoção, razão e Cérebro Humano* (1994), interessando-se pelos mecanismos neurológicos que sustentam o raciocínio.

Plantin (2003a) defende a ideia de que é possível argumentar emoções. A formulação de um enunciado de emoção considerará os tipos de razões que sustentam a intencionalidade do discurso construído pelas respostas que buscam legitimar uma emoção. No seu ponto de vista, são os *topoi* que asseguram a coerência do discurso «emocionado». No quadro de uma abordagem argumentativa das emoções¹³¹, na linha da tradição retórica, e considerando os contributos da análise do discurso e da psicologia, Plantin (1998) propõe um sistema tópico das emoções,¹³² pelo

¹³⁰ Tomando-se, naturalmente, em consideração o contexto, o contexto e a situação em que se inscrevem os termos discursivos, para além do emissor e do recetor.

¹³¹ Nos seus trabalhos, Plantin mostra que as emoções são inerentes ao discurso argumentativo: «Les points de vue sont inséparablement construits émotionnellement et cognitivement ; il y a un sens à parler aussi bien de l'argumentation dans l'*émotion*, que de l'argumentation des *émotions*, cas particulier de la construction discursive des *émotions*» (2009 : 11).

¹³² O sistema tópico, que assegura a coerência do discurso de emoção, recolhe informações sobre: «[les] types d'événement, [le] type des personnes affectés, [le] mode d'occurrence temporelle et spatiale, [la] distance au locuteur, [le] type de contrôle exercé sur l'événement dont il s'agit d'évaluer l'impact émotionnel, [la] classe d'événements comparables, [la] façon dont les normes sont affectées par l'événement.» (Plantin, 2003a: 128).

meio do qual se propõe identificar o efeito de *pathos* («l'effet pathémique»)¹³³ visado pelo locutor. Trata-se, no fundo, de observar as razões que sustentam/induzem uma determinada reação emocional (numa dada cultura e num dado quadro discursivo), já que, em situação de conflito, os locutores tendem a legitimar o seu estado emocional pela argumentação das emoções. Segundo o autor, argumentar uma emoção é argumentar para uma conclusão.

Nous analysons comme *arguments pour une émotion* les énoncés qui ne contiennent pas de termes d'émotion, mais sont orientés vers une émotion. Est considéré comme argument tout énoncé qui contient un ou plusieurs «traits argumentatifs». (Plantin, 1998: 13)

No seguimento dos trabalhos de Plantin – que em lugar de procurar critérios de avaliação para determinar a validade do apelo a determinado sentimento, tenta, pelo contrário, verificar como é que os locutores argumentam as suas emoções, no sentido de as justificar ou de as desacreditar – Micheli (2008) mostra a relação que se estabelece entre emoção e cognição, evidenciando que as emoções não têm apenas efeitos cognitivos, mas que elas estão enraizadas num conjunto de crenças e de julgamentos que as justificam¹³⁴ (origens cognitivas), influenciando, portanto, o julgamento do auditório. Dito de outro modo, o autor postula que as emoções são argumentáveis, na medida em que os locutores procuram justificar ou legitimar as suas emoções.

De modo a compreender como é que as emoções interferem no discurso de forma a orientá-lo em termos de argumentação, Micheli concebe um modelo de análise da «linguagem emocional», segundo uma tipologia dos modos de semiotização¹³⁵ da emoção nos discursos: «dire l'émotion», «montrer l'émotion» e «étayer l'émotion». A «emoção dita»¹³⁶ manifesta-se de forma explícita no enunciado através de um termo de emoção e apresenta uma ancoragem referencial, pela presença de uma segunda expressão que designa a entidade humana que experimenta a emoção e,

¹³³ Plantin designa por «panthèmes» os traços argumentativos emocionais (1998: 13).

¹³⁴ Neste aspeto, junta-se à posição Charaudeau, para quem as emoções se apoiam num julgamento de ordem moral (2000: 130).

¹³⁵ Esclarece Micheli que o verbo «semiotizar» (*sémiotiser*) é compreendido no sentido de manifestar qualquer coisa por meio de signos, sem pressupor que o sujeito experimenta, de facto, determinada emoção (mesmo se for o caso) (Micheli, 2014:18). De modo a evitar a adoção de uma perspetiva unicamente centrada no locutor, o autor renuncia aos termos «expressão» e «comunicação das emoções».

¹³⁶ Ao nível da interpretação, o processo de semiotização da emoção e a atribuição a um sujeito que supostamente a experimenta não requer nenhuma inferência particular por parte do alocutário (Micheli, 2014: 23). Advirta-se que a terminologia «*émotion dite*» et «*émotion montrée*» de Micheli corresponde à formulação «*émotion dénotée*» et «*émotion conotée*» de Kerbrat-Orecchioni (2000: 62). As emoções denotadas por qualquer «termo de sentimento» (*émotions dites*) são também designados por «*thématisations des émotions*» (Fiehler, citado por Micheli, 2013: parágrafo 11) et por «*émotions nommées*» (Danes, citado por Micheli, 2014:21).

eventualmente, através de uma terceira expressão que designa a causa da emoção. Já os enunciados que mostram a emoção («emoção mostrada») são passíveis de uma interpretação indicial¹³⁷ através de marcadores¹³⁸ de natureza lexical, sintática e transfrásico-textual. A «*émotion étayée*», que traduzimos por «emoção sustentada» («fundamentada»), pressupõe a existência de uma ligação entre a experiência emocional do sujeito e a sua avaliação de uma determinada situação¹³⁹.

Segundo as recentes correntes da linguística, que integram contributos da psicologia moderna, as emoções são, pois, perspectivadas como entidades ativas, na medida em que também elas participam na coconstrução dos atos de fala, ainda que não seja fácil delimitar as suas marcas. Desta forma, não são apenas os «termos de emoção» que conferem um tom emocional ao discurso, as emoções tornam-se elas próprias argumentos, na medida em que são fundamentadas e justificadas, em função das crenças e da *doxa* de uma mesma comunidade: «Au même titre que la raison, l'émotion est un produit du discours» (Plantin, 2011a: 2).

¹³⁷ «Lorsqu'une émotion est montrée, l'énoncé présente un ensemble de caractéristiques qui sont susceptibles de recevoir une interprétation indiciale: l'allocutaire infère que le locuteur éprouve une émotion sur la base d'une relation de cooccurrence, voire de causalité, entre l'énonciation d'un tel énoncé, d'une part, et le fait d'éprouver une émotion, d'autre part.» (Micheli, 2014: 119). «S'il y a énonciation d'un énoncé pourvu de telles caractéristiques, alors c'est probablement que le locuteur est sous le coup d'une émotion» (*id. ibid.*: 26).

¹³⁸ Para além dos marcadores lexicais (nomes, verbos, advérbios, etc) são característicos da mostraçã das emoções o uso das interjeições, os enunciados exclamativos e averbais, e as estruturas clivadas (marcadores sintáticos); que respeita aos marcadores transfrásico-textuais, são frequentes procedimentos retóricos que jogam com o ritmo dos enunciados e o recurso a figuras como o paralelismo (cf. Micheli, 2014).

¹³⁹ Neste caso, infere-se que uma emoção fundamenta um discurso pela representação («esquematização discursiva») da estrutura cognitiva de uma situação, atendendo às normas socioculturais e ao quadro discursivo da enunciação: «S'il y a une situation telle que le discours la schématise, alors il y a lieu de ressentir tel type d'émotion» (Micheli, 2014: 29). Com base na psicologia cognitiva (sobretudo na «Teoria da Avaliação», de Scherer [2004], citado por Micheli [2014]) e nos trabalhos de Plantin, Micheli apresenta os seguintes critérios de esquematização de uma situação potencialmente emotiva: (1) critério das pessoas implicadas (incluindo os papéis que lhes estão associados); (2) critério da distância no tempo e no espaço; (3) critério das consequências e do seu grau de probabilidade; (4) critério da atribuição causal e do agente; (5) critério do potencial de domínio [da situação]; (6) critério da semelhança (relação de analogia com outras situações pertinentes no plano emocional); (7) critério da significação normativa (verificação da compatibilidade ou incompatibilidade com os valores e normas relativamente ao grupo de referência do sujeito) (2014: 114-119). Ao contrário da «emoção mostrada», que apresenta um trajeto de «d'aval en amont» (Plantin, 2011: 144) – «on 'remonte' des effets de l'émotion, tels qu'ils se matérialisent dans l'énoncé, vers l'émotion supposément éprouvée par le locuteur» (Micheli, 2014: 120) –, na «emoção sustentada», «le trajet interprétatif va plutôt d'amont en aval: on 'descend' des causes de l'émotion (une situation schématisée, c'est-à-dire, présentée sur un certain jour) vers l'émotion elle-même (à savoir l'émotion qu'il y a lieu de ressentir face à cette situation)» (*id. ibid.*).

2.2.3 A polémica como modalidade argumentativa

O confronto de pontos de vista e a divergência de opiniões são a base da argumentação, mas igualmente da polémica (Plantin, 2003a). Sónia Valente Rodrigues, que a estudou no âmbito da sua tese de doutoramento¹⁴⁰, sublinha a abrangência do termo:

A polémica configura-se como um espaço discursivo originado por um ato verbal fundador de oposição/divergência: à palavra de alguém, um outro alguém diz não. O espaço discursivo fundado com esse ato de oposição/divergência abre-se à emergência de textos/discursos de vários formatos, marcados, implícita ou explicitamente, pela polemicidade. A polémica, no campo discursivo, toma a forma de diferentes corpos textuais/discursivos que vão desde as produções discursivas que integram uma macro-estrutura dialogal (troca verbal polémica) até às produções discursivas monologais (texto de opinião, crónica, carta aberta, folheto, livro), de acordo com o sentido estrito (SDR) ou amplo (SDA) que o termo assume. (2005: 863)

No quadro de uma retórica argumentativa, Angenot postula que a polémica supõe um contradiscurso antagonista, que visa uma dupla estratégia: por um lado, a demonstração da sua tese; por outro, a refutação, ou seja, a desqualificação da tese contrária (1982: 34). O antidiscurso mobiliza então uma série de procedimentos retórico-argumentativos¹⁴¹ que visam não só a destruição dos argumentos do adversário como também, frequentemente, o ataque à sua pessoa. Kerbrat-Orecchioni observa que os discursos polémicos mobilizam axiológicos negativos¹⁴² (como «demagógico» ou «irresponsável», no discurso político) com um propósito de desqualificação e descrédito (1999/2014b: 88). Na opinião da autora, é precisamente o descrédito do adversário que constitui o principal traço caracterizador da polémica.

Le discours polémique est un discours disqualifiant, c'est-à-dire qu'il attaque une cible [...] et qu'il met au service de cette visée pragmatique dominante – discréditer l'adversaire, et le discours qu'il est censé tenir — tout l'arsenal de ses procédés rhétoriques et argumentatifs. (1980: 7)

A polémica «s'inscrit dans un contexte de violence et passion» (Kerbrat-Orecchioni, 1980: 7). Se, por um lado, existe manipulação e astúcia, por outro, a polémica revela um envolvimento e espontaneidade, nota a autora. A paixão fornece um poderoso contributo na radicalização e exacerbação da expressão da oposição (e da rutura social) e, claro, para a desvalorização do

¹⁴⁰ A investigadora procedeu a uma abordagem descritiva da polemicidade em textos de Camilo Castelo Branco, identificando os índices de polemicidade em trocas polémicas. Vd. *Estrutura e funcionamento da interacção verbal polémica: contributo para o estudo da polemicidade em Camilo Castelo Branco* (2011).

¹⁴¹ De entre os quais: a negação, os jogos sistemáticos de oposição, a reformulação, o uso das citações, a ironia, a hipérbole (Amossy, 2017), e também os termos meta-argumentativos, as designações e as definições.

¹⁴² A «marcação axiológica» (cf. Amossy, 2017: 231) veicula uma avaliação em termos de bem/mal.

adversário, reconhece a Amossy (2014: 152), pelo que a apreensão das razões das emoções se configura de bastante interesse na análise discursiva e argumentativa do discurso polémico, acrescenta. Contudo, inspirada nos estudos de Dascal (1998), a autora defende que a polémica tem como base o conflito e as posições antagónicas – «Elle est affrontement, forte opposition de discours sur une question controversée.» (2014: 175) –, não necessariamente a paixão nem a violência verbal (2017), divergindo, neste aspeto, de Kerbrat-Orecchioni.

Na sua *Teoria das Controvérsias* (1998), Marcelo Dascal evidenciou o carácter da atividade crítica e a «fecundidade» das trocas polémicas. Segundo o autor, é necessário que as respostas opostas sejam apresentadas como duas opções antitéticas que se excluam mutuamente para que se verifique uma polémica. Deste modo, a polémica diferencia-se do debate contraditório, uma vez que as opções divergentes não são postas à prova na discussão. Como refere Amossy, a dicotomização tem um efeito sociodiscursivo, visto que acarreta uma polarização, «não como operação quase-lógica, mas como agrupamento em dois campos antagonistas que desenvolvem uma hostilidade mútua»¹⁴³ (2017: 232). Neste sentido, a dicotomização de posições tem efeitos identitários: posicionar-se é aliar-se a um grupo que constitui uma identidade ou reforçar uma identidade (2017: 232). A polarização não produz apenas um movimento de agrupamento pela identificação, a apresentação pejorativa dos outros visa também a consolidação da identidade do grupo, sendo este último aspeto observado por Orkibi (2008).

Para Amossy, que a compreende como uma modalidade argumentativa¹⁴⁴, a polémica é definida pela *dicotomização*, pela *polarização* e pelo *descrédito* lançado sobre o adversário. Partilhamos igualmente da visão da autora, quando afirma que a polémica cumpre funções importantes «qui vont de la possibilité de la confrontation publique au sein des tensions et des conflits insolubles, à la formation de communautés de protestation et d'action publique» (2014:13). Advogando uma apologia da polémica (2014), Amossy sublinha que o conflito é inevitável nas democracias pluralistas e que é gestão do dissenso, e não a busca pelo consenso, que constitui «le nerf de la démocratie»; sendo,

¹⁴³ Igualmente Burguer, Jacquin e Micheli abordam o confronto como «l'opposition d'au moins deux points de vue sans pour autant que les énonciateurs qui les prennent à leur charge ne s'orientent vers la possibilité d'un accord.» (2011: 13).

¹⁴⁴ A polémica constitui uma forma de comunicação disponível em situação argumentativa, situada no polo oposto aos discursos que revelam uma dimensão argumentativa, que influenciam formas de pensar, sem terem uma intenção explícita de persuadir (vd. subsecção 2.2.1 do presente capítulo).

portanto, necessário desenvolver uma retórica do dissenso, que valorize a polémica como um confronto verbal de opiniões antagonistas que não conduz a um «acordo utópico»¹⁴⁵ (2014: 38-39).

Segundo a autora,

la polémique, qui traite de questions d'intérêt public, est une gestion verbale du conflictuel caractérisé par une tendance à la dichotomisation que rend problématique la quête d'un accord. (2014: 58)

Amossy propõe, por conseguinte, uma análise do funcionamento verbal no discurso polémico, considerando as suas funções sociodiscursivas: «Em resumo, trata-se de definir a polémica como fenómeno verbal, de ver como ela funciona, e verificar que papéis é chamada a desempenhar no espaço público contemporâneo»¹⁴⁶ (2017: 228).

A polémica é, pois, característica dos debates, uma vez que os adversários «se trouvent en situation réactive les uns par rapport aux autres, chacun contredisant les arguments de son adversaire» (Charaudeau, 2014a: 109). Mas, como adverte o autor, a contradição não tem tanto que ver com a validade das declarações do outro, e sim com um propósito que visa colocar em causa a pessoa do adversário na sua moralidade, no seu carácter, ou no seu comportamento; estratégia essa que pode tornar-se «numa faca de dois gumes», dependendo dos limites do insulto e da valorização da polémica pelo grupo. Está, portanto, em causa a imagem de si que é construída no discurso (*ethos*).

Para Charaudeau (2014b), a polémica é uma estratégia discursiva que tem como propósito a destruição do discurso do adversário. Segundo o autor, manifesta-se quando, numa determinada situação interlocutiva, um sujeito tenta colocar em causa a legitimidade do discurso do interlocutor, seja pela denúncia da sua falta de estatuto (*ad hominem*), seja pelo ataque à sua posição pessoal (*ad personam*). Ou, por outro lado, quando um interlocutor questiona a legitimidade do argumento usado pelo locutor, acusando-o, por exemplo, de ter usado um argumento irrelevante, ou de ter ideias pré-concebidas; podendo até destruir o argumento do adversário pelo apelo ao ridículo, utilizando a ironia ou o sarcasmo:

Cela explique qu'une polémique soit peu argumentée, qu'elle ne cherche ni le consensus ni la vérité, parce qu'elle est moins centrée sur la problématisation de la question que sur le positionnement de l'autre. (2015: 55)

¹⁴⁵ De acordo com Amossy, «la polémique remplit des fonctions sociales importantes précisément en raison de ce qui lui est généralement reproché: une gestion verbale du conflit effectuée sur le mode du dissentiment» (2014:12).

¹⁴⁶ Alterámos a grafia de alguns termos para a variedade do português europeu.

Corroborando a noção de polémica como uma forma de comunicação disponível em situação argumentativa que consiste em argumentar quer pela desqualificação¹⁴⁷ quer pela descredibilização¹⁴⁸, de forma a que o ataque não passe despercebido¹⁴⁹, Jacquin (2011) apresenta uma síntese dos seus traços definidores, baseado nos trabalhos desenvolvidos em AD por Kerbrat-Orecchioni (1980), Garand (1998) e Amossy (2003):

1. Verbalidade e intertextualidade: ainda que se possa realizar de forma plurissemiótica, requer a inutilização de fontes verbais. Por outro lado, a polémica mobiliza sempre um outro discurso (por alusão, citação ou referência) e um posicionamento face a esse mesmo discurso.
2. Incorporação e nominação: os locutores surgem profundamente comprometidos com as suas posições, assumindo-as pelo discurso e fazendo uso de procedimentos de nominação.
3. Polarização, desqualificação e conflitualidade: em situação polémica os diferendos acentuam-se e são polarizados em situações antagonistas, fazendo-se acompanhar por procedimentos violentos de desqualificação relativamente às pessoas que encarnam determinada posição.
4. Público e espetacularização: antes de mais, a polémica constata-se; é realizada face a um público-testemunho que enfatiza a dimensão espetacular do confronto; sendo, nos dias de hoje, a espetacularização largamente mediatizada.

A polémica no debate parlamentar distingue-se das outras interações antagonistas pela intenção pragmática dos discursos e pela especificidade do seu quadro interlocutivo. Efetivamente, o discurso polémico, determinado pelas divergências ideológicas e confronto de visões políticas, apresenta um efeito perlocutório: o descrédito do adversário e, inversamente, a valorização de si (*ethos*) e do seu partido, bem como a persuasão do auditório (*pathos*) para aderir ao seu ponto de vista.

Ora, no que respeita aos mecanismos da persuasão, a argumentação convoca, entre outros procedimentos, as figuras do discurso. Bonhomme (2015), que reflete sobre a relação dos registos discursivos¹⁵⁰ com o figural, propõe, inclusive, um *Script du registre polémique* (Figura 1). Para além

¹⁴⁷ Ataque direto à pessoa, podendo assemelhar-se a um insulto – ataque *ad personam*.

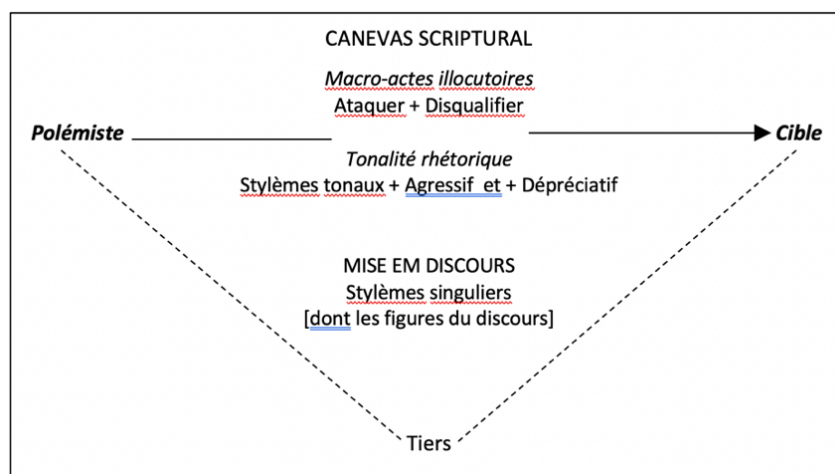
¹⁴⁸ Colocando-se em contradição o adversário face a um terceiro (*ad hominem*).

¹⁴⁹ Que la réaction soit (i) celle de la cible de l'attaque ou d'un témoin prenant sa défense (sanction), ou (ii) celle d'un tiers appréciant l'aspect spectaculaire de l'agression verbale (valorisation), la polémique d'un mouvement argumentatif est affaire d'évaluation située et rendue manifeste» (Jacquin, 2011: 48).

¹⁵⁰ A noção de registo «réaménage les concepts de « types de discours » (Bronckart, 1996) et de « ton » (Soler, 2001), tout en s'opposant aux genres» (Bonhomme, 2015: 1). O autor adverte, na linha de linguistas como Maingueneau (2008a), que o princípio definatório dos registos é, sobretudo, de ordem pragmática, «ceux-ci reposant sur des macro-actes qui régulent les productions

dos macroatos ilocutórios complementares, de ordem actancial (atacar) e axiológico (desqualificar), entre um polemista e o seu alvo (relativamente a um terceiro que se pretende persuadir¹⁵¹), o seu esquema comporta uma tonalidade retórica, que orienta a atualização discursiva do registro polêmico no quadro dos seus macroatos¹⁵².

Figura 1 | Script du registre polémique



Fonte: Bonhomme (2015: 3)

Partilhamos do ponto de vista do autor no que se refere à apreensão do valor ilocutório das figuras que atualizam a polémica – «Simplement, du fait de leur saillance et de leur densité informative, celles-ci donnent une portée accrue à la contextualisation du registre polémique» (2015: 3) –, reconhecendo igualmente o seu contributo para a singularidade do estilo discursivo dos locutores/oradores.

verbales, tout en orientant leur interprétation» (2015:2). Cada registo apresenta, portanto, uma tonalidade ilocutória específica («fazer rir x» para o cómico, «fazer saber x» para o didático) e repousa, segundo o autor, em atitudes afetivas: o trágico corresponde à angústia, o satírico à indignação, o polêmico à irritação.

¹⁵¹ No sentido de conseguir a adesão desse terceiro para a sua causa e, simultaneamente, para uma visão de descrédito do alvo.

¹⁵² Apreendidos em termos de «stylèmes tonaux», fondés sur les traits + Agressif et + Dépréciatif.» Esclarece Bonhomme que «la notion de stylème [Molinié, 1998] désigne toute unité de caractérisation stylistique» (2015 : 13).

2.2.4 Entre *logos* e *pathos* – procedimentos retórico-argumentativos

De acordo com as perspetivas da argumentação baseadas na noção de persuasão, verifica-se uma proximidade funcional entre os procedimentos argumentativos e os procedimentos retóricos – de entre os quais as figuras de estilo –, tendo como objetivo a adesão dos destinatários. Deste modo, não só os argumentos, que tradicionalmente visam mais convencer do que persuadir (procura-se a adesão por meio da razão), como as figuras do discurso, mais ligadas à sedução (ou à manipulação), contribuem para a construção do sentido do discurso argumentativo.

2.2.4.1 Figuras do discurso

Se na Antiguidade as figuras de retórica e as figuras de estilo¹⁵³ eram indissociáveis da persuasão, contribuindo para suscitar a adesão do auditório – como se mostrava na *Retórica a Herénio*¹⁵⁴ (séc. I. a.C.) e em *De Institutione Oratoria*¹⁵⁵ de Quintiliano (30-90 d.C.), – já na época Clássica¹⁵⁶ o seu papel se cingia a uma função estilística, ou seja, de ornamento do discurso, do ponto de vista das técnicas de expressão. As figuras eram, nos sécs. XVI-XIX, apenas encaradas como um fim em si mesmo¹⁵⁷ e um índice de literariedade, enquanto desvio da linguagem¹⁵⁸. Pascal dizia: «la vraie éloquence se moque de l'éloquence» (citado por Robrieux, 2015: 33), o que testemunha o declínio da retórica originado pelo racionalismo¹⁵⁹ (XVII), em nome da procura da verdade¹⁶⁰. A retórica estava então associada a uma teoria das figuras do discurso¹⁶¹, sendo César Dumarsais e Pierre Fontanier os seus

¹⁵³ Cícero designava de *ornamenta* o que chamamos atualmente de figuras de estilo. Foi Quintiliano quem primeiro aplicou o termo *figura*. A retórica antiga opunha as «figuras de palavras» (*figurae verborum*), que englobavam as figuras de dição, de construção e de sentido (ou tropos) às «figuras de pensamento» (*figurae sententiarum*), designadas posteriormente de «figuras de estilo» por Fontanier [1827]. De forma genérica, designam-se por *figuras de retórica* as figuras que funcionam ao nível da frase, e por *tropos* as que operam ao nível do significado (os tropos reenviam à mudança de significado, construindo assim um novo significado diferente do literal).

¹⁵⁴ Atribuída a Cícero.

¹⁵⁵ Quintiliano expunha na sua obra a arte de compor um discurso (exórdio, exposição, invenção, exemplos, peroração, etc.) e a arte de utilizar as figuras, com base nos retóricos gregos. (cf. Sumamy, 2016: 11). A obra de Cícero surge também com o título *Institutio Oratoria*, vd. a tradução portuguesa de António Marques e Rosalina Marques (2011).

¹⁵⁶ Os tratados do séc. XVI ocupavam-se da «arte poética», sendo negligenciada a argumentação.

¹⁵⁷ Sobretudo nos sécs. XVII-XIX (cf. Bonhomme, 1998).

¹⁵⁸ Amossy refere também a sua orientação patémica (2018: 224).

¹⁵⁹ Descartes anuncia primeira era científica com o seu *Discours de la méthode* [1637].

¹⁶⁰ O mesmo acontecia por parte dos empiristas anglo-saxónicos, John Locke (séc. XVII) encarava a retórica como uma técnica artificial da «palavra», uma mentira, que desviava o espírito da experiência (cf. Genette, 1977; Robrieux, 2015: 33).

¹⁶¹ Tratava-se de uma retórica restrita, relativa à classificação ou análise de figuras.

mais ilustres representantes, e restringida à «arte de bem falar». Refere Genette (1970) inbque a obra de Dumarsais, *Traité des tropes*¹⁶² (1730), cujo manifesto se expõe no subtítulo «...ou des différences sens dans lesquels on peut prendre un même mot dans un même langue», representa um primeiro passo na passagem da retórica clássica à nova retórica, pelo facto de colocar no centro do pensamento retórico a oposição entre sentido próprio e figurado e, consequentemente, a problemática da ‘figuração’. Dumarsais observou, inclusive, «qu’il se fait plus de figures en un seul jour de marché à la halle, qu’il ne s’en fait en plusieurs jours d’assemblées académiques» (citado por Suhamy, 1981/2016: 11). A designação de figuras do discurso surge apenas um século mais tarde com Pierre Fontanier (*Les Figures du discours*¹⁶³, 1830/1977), que as distinguia dos tropos – «O tropo é uma mudança mediante a qual transportamos uma palavra ou uma locução da sua significação própria para outra para lhe dar mais força», explicava Quintiliano (*De Institutione Oratoria*, VIII, Cap.VI) –, tendo estabelecido classes e subclasses de figuras segundo critérios explícitos.

Les figures du discours sont les traits, les formes ou les tours plus ou moins remarquables et d’un effet plus ou moins heureux, par lesquels le discours, dans l’expression des idées, des pensées ou des sentiments, s’éloigne plus ou moins de ce qu’en eût été l’expression simple et commune. (Fontanier, 1977: 64)

Só na segunda metade do séc. XX¹⁶⁴ a retórica seria revalorizada com Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]) e as figuras, deixando o seu papel exclusivo de ornamentação, seriam apercebidas como instrumentos para abordar especificamente «a semântica do discurso», surgindo como «une théorie de la structuration argumentative de la lexis», nas palavras de Plantin (2009:1). No TA, os autores evidenciam o papel determinante do contexto na classificação das figuras como ornamento ou como argumento, procurando mostrar que só pelo uso é que a figura adquire um valor argumentativo:

Formas que, à primeira vista, parecerão empregues de maneira inusitada, poderão, no entanto, parecer normais se esse emprego adquirir justificação através da totalidade do discurso. Consideramos uma figura como argumentativa se, arrastando uma mudança de perspectiva, o seu emprego parece normal em relação à nova situação sugerida. Se, pelo contrário, o discurso não arrasta a adesão do auditor a essa forma argumentativa, a figura será percebida como ornamento, como figura de estilo. Poderá suscitar admiração, mas no plano estético, ou como testemunho da originalidade do orador. (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 188)

¹⁶² No seu tratado, Dumarsais elabora uma lista de dezoito tropos (cf. Genette, 1977).

¹⁶³ Cujas obras se apresentavam como precursoras da estilística moderna, na medida em que se debruçavam sobre o conteúdo expressivo das figuras e apresentavam uma reflexão sobre o assunto, aliando a poética à retórica (cf. Suhamy, 2016).

¹⁶⁴ De mencionar duas obras de vulto de retórica moderna: *Elementer der literarischen Rhetorik* [1949], traduzida em português por *Elementos de retórica Literária* ([1966]/ 1993), de Heinrich Lausberg, e o *Dictionnaire de poétique et de rhétorique*, de Henri Morier ([1961]/1981).

Sensivelmente uma década após a publicação do TA, o Grupo μ ¹⁶⁵, de Liège, desenvolve uma abordagem estrutural das figuras, sob o título *Rhétorique générale* (1970), baseada nos avanços da linguística e da semiótica, segundo uma concepção restrita da retórica¹⁶⁶; portanto, isolada da argumentação (não são contemplados os meios de persuasão) e sem ter em conta a interação. A retórica é então centrada na *elocutio*, que privilegia a função estética do figural¹⁶⁷ (pertencente ao domínio da estilística). O grupo de Liège propõe uma classificação sistemática das figuras, segundo uma conceção de mecanismos de formação lógico-matemáticos: adjunção, supressão, permutação e comutação. A definição das figuras passa pela noção de desvio, a figura é um desvio relativamente a uma norma, o grau zero da expressão, obtida por uma operação lógica ou por uma combinação de operações.

Ora, na sua abordagem problematológica¹⁶⁸ (vd. secção 2.2), insistindo na estreita relação entre *ethos*, *logos* e *pathos*, Meyer revoluciona o campo dos estudos retóricos ao negar a existência de um sentido próprio e de um sentido figurado. O filósofo parte do princípio que o questionamento é incontornável em qualquer processo que envolva a mente e a linguagem, o par pergunta/resposta está subjacente à formação das figuras.

A primeira coisa a salientar é que a figura coloca uma questão. É certamente uma resposta, mas uma resposta que exige ser literalmente compreendida de um modo diferente do literal. Se existe figura, existe questão, resposta problematológica, uma resposta que interroga o auditório e o força a responder para esclarecer a questão. 'Ricardo é um leão' não é verdade literalmente falando. O que é que isto quer dizer?, perguntará o interlocutor [...]. (Meyer, 2018: 111)

Por conseguinte, a distinção entre sentido literal e figurado não é legítima, não há um significado primário, só o contexto pode determinar o que é figurativo do que não é. A figuralidade¹⁶⁹ não se baseia na noção de desvio. Meyer estabelece, portanto, uma ligação entre a figuralidade e o questionamento inicial; para o autor, as figuras funcionam como respostas a questões de crescente

¹⁶⁵ Collectif interdisciplinaire de l'Université de Liège, actif depuis 1967 en rhétorique, en sémiotique et en théorie de la communication linguistique ou visuelle. (<http://www.groupe-mu.ulg.ac.be/Groupe/Groupe.html>)

¹⁶⁶ A retórica restrita é relativa à classificação ou análise de figuras (cf. Genette, 1970; Amossy, 2018).

¹⁶⁷ Na linha de Jakobson, a retórica é abordada do ponto de vista da poética, «investigando os usos da língua que singularizam a literatura» (Amossy, 2018: 9), trata-se de explicar como a linguagem figurada produz efeitos de estilo.

¹⁶⁸ Segundo a qual a retórica é definida como «a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão» (2018: 27) (vd. secção 2.2 desta parte).

¹⁶⁹ Sobre a noção de figuralidade, Meyer esclarece: «quando dizemos que 'Victor Hugo é uma grande pena', desviamos a palavra pena do seu sentido habitual para a assimilar ao estilo do escritor. O sentido derivado é denominado sentido figurado; mas como ele se opõe aqui ao sentido literal através das figuras, falaremos antes de *figuralidade* ou sentido *figural*» (2018: 105).

importância. Um dos contributos a assinalar da teoria do filósofo belga é a relação de dependência que se desenvolve entre o estatuto da figura e a relação entre os interlocutores. As figuras atenuam o questionamento como se se procurasse anular o problema. Neste sentido, a figura atrai a atenção e propõe um desvio.

Le questionnement resurgit inévitablement si le contraste avec la littéralité qui unit l'orateur et son auditoire est ce qui est mis en question, problématisant du même coup le répondre de l'auditoire qui s'interroge sur les réponses proposées. (Meyer, 1999: 325)

Recuperado o seu estatuto argumentativo com Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958])¹⁷⁰, na atualidade, as figuras são consideradas pela sua relevância argumentação¹⁷¹ (Reboul, [1991]; Tindale, 2004, Plantin, 2009). Resta, contudo, em aberto a problemática da proximidade entre as figuras e os argumentos. Para Reboul, as figuras só são argumentativas se ligadas à persuasão¹⁷², opinião esta que vai angariando cada vez mais opositores (Tindale, 2004; Amossy, [2000]), que consideram não ser determinante a função persuasiva para a argumentatividade de uma figura; lembre-se, pois, o que escreve Meyer no seu prefácio ao TA: «L'effet argumentatif des figures est de créer la proximité, de mettre en évidence la force vive des valeurs qui unissent l'orateur et l'auditoire, de renforcer le sentiment de communauté qui peut exister entre eux» (Meyer, 2008: 126).

Para Bonhomme (2009), que as analisa numa perspetiva de análise pragmática do discurso, as figuras contribuem para a eficácia discursiva, não só pelas suas dimensões estética e de *pathos* – elas suscitam emoções e seduzem, facilitando, por conseguinte, a adesão do auditório – como suportam a argumentação.

Les figures s'avèrent constitutivement «de rhétorique », en ce qu'elles sont des structures saillantes et fonctionnelles qui modèlent une grande partie des productions verbales. Elles peuvent être contextuellement argumentatives, lorsqu'elles sont prises en charge dans des situations de communication visant à persuader leurs destinataires et, par là, à modifier leurs conduites. (Bonhomme, 2009 : 14)

¹⁷⁰ Os autores evidenciam o papel determinante do contexto na classificação das figuras como ornamento ou como argumento. Efetivamente, só pelo uso é que a figura adquire um valor argumentativo: «Formas que, à primeira vista, parecerão empregues de maneira inusitada, poderão, no entanto, parecer normais se esse emprego adquirir justificação através da totalidade do discurso. Consideramos uma figura como argumentativa se, arrastando uma mudança de perspetiva, o seu emprego parece normal em relação à nova situação sugerida. Se, pelo contrário, o discurso não arrasta a adesão do auditor a essa forma argumentativa, a figura será percebida como ornamento, como figura de estilo. Poderá suscitar admiração, mas no plano estético, ou como testemunho da originalidade do orador» (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 188).

¹⁷¹ De mencionar os estudos das figuras segundo uma abordagem polifónica (Rabatel, 2008; Calas *et al.*, 2012)

¹⁷² Ressalve-se que, para Reboul, a persuasão não está subordinada à razão pura, e emoção e o prazer contribuem para a sedução.

Na sua obra *Pragmatique des figures du discours* (2014), Bonhomme propõe uma nova abordagem das figuras, privilegiando o seu dinamismo e a sua multidimensionalidade. O autor destaca precisamente a sua dimensão funcional, ao referir que as figuras tornam as produções discursivas mais eficazes: «Cette fonctionnalité conférée aux figures est définie par l'influence qu'elles ont sur le déroulement de la communication et par des modifications qu'elles apportent aux relations interpersonnelles entre leur(s) producteur(s) et leur(s) récepteur(s)» (2014: 153).

Segundo o especialista, as figuras, encaradas numa ótica de capacidade de influência, apresentam fatores ilocutórios que contribuem, pela sua orientação¹⁷³ e força, para o seu alcance ilocutório¹⁷⁴ (2014: 155). Por outro lado, os fatores ilocutórios inerentes às figuras têm uma força (mais ou menos ativada), que é fonte de tensão ou relaxamento no discurso, decorrente de marcadores intrínsecos (no sentido de intensidade ou atenuação) e/ou co(n)textuais, como sejam os encadeamentos, as repetições, a ordem das «séquences figurales» (2014: 155). Para Bonhomme (2014), as figuras apresentam uma função estética¹⁷⁵ (evidenciada pela tradição retórica¹⁷⁶, como já foi referido); uma função fática¹⁷⁷; uma função patémica¹⁷⁸ (as figuras são apercebidas quer como sintomas da emotividade do locutor quer como agentes de emotividade do interlocutor/auditório); uma função cognitiva¹⁷⁹ (algumas estruturas discursivas encerram um potencial de ativação intelectual suscetível de melhorar e de alargar as nossas representações mentais ou enciclopédicas, como é o

¹⁷³ A orientação desses fatores é bastante variada: pode ser comunicativa (polarização do locutor relativamente alocutário), enunciativa (posicionamento discursivo adotado pelo locutor), semântica (hierarquização do conteúdo informativo das figuras), veridictória (estatuto factual/ contrafactual do universo discursivo construído pelas figuras) e afetiva (determinação da tonalidade das figuras no sentido da euforia ou disforia), entre outras possíveis (Bonhomme, 2014: 154).

¹⁷⁴ Bonhomme esclarece que o efeito perlocutório (o objetivo dos enunciados «figuraux» na perspetiva da sua receção) é difícil de avaliar, visto que é tributário de cada situação de comunicação, não estando diretamente inscrito no enunciado (*ibid.* 155).

¹⁷⁵ Para Bonhomme, a função estética das figuras assenta na sua distância («le plaisir esthétique qu'elles [les figures] procurent est d'autant plus grand qu'elles mettent en jeu des saillances discursives éloignées de nos attentes»); no seu imaginário («plus une figure active des représentations sensibles et plus elle stimule l'imagination des lecteurs, plus elle possède un rendement esthétique élevé»); na sua harmonia («[qui] se rapporte à l'équilibre compositionnel des figures»); na sua conveniência, que diz respeito à coorientação das figuras com o seu contexto («plus celles-ci sont employées à propos, plus elles sont source de beauté et de plaisir») (*ibid.* : 163-165).

¹⁷⁶ Para Aristóteles ou Cícero, a dimensão estética das figuras era um meio para promover a boa receção dos discursos.

¹⁷⁷ «La fonction phatique concerne la capacité des figures à intensifier la participation des sujets communicants au discours et à son univers.» (Bonhomme, 2014: 166) e relaciona-se com figuras que dinamizam o discurso (*interrogação oratória*), que contribuem para a regulação das relações sociais (cortesia) (*lítótes*) ou que consolidam a integração do locutor em volta de conhecimentos comuns (figuras de comunhão).

¹⁷⁸ Adjetivo formado a partir de *pathos*.

¹⁷⁹ Aspeto este evidenciado por vários autores, de entre os quais Gardes-Tamine: «Dans la fonction cognitive, les figures ont inévitablement un rôle important à jouer, quand elles illustrent une notion difficile à saisir ou qu'elles soulignent, par une répétition, un élément dont il faut se pénétrer» (2011 : 29).

caso da metáfora); uma função argumentativa, «en ce qu'elle est axée sur la finalité pratique du discours qui est d'agir non pas sur le seul psychisme ou sur le seul savoir des récepteurs, comme les fonctions pathémique ou cognitive, mais sur les capacités de décision en vue de modifier leurs comportements» (2014: 178).

Igualmente Doury considera que as figuras do discurso participam plenamente na argumentação, não tanto pela sua capacidade em gerar a persuasão, mas sobretudo pela sua contribuição semântica para o enunciado:

Les figures participent de la génération du sens du discours argumentatif, et demandent à être considérés comme moyens langagiers de construction de l'argumentation, au même titre que l'emploi d'un «pour preuve» comme introducteur de conclusion ou le choix du mot «résistant» plutôt que «terroriste» pour désigner un poseur de bombe. (2016: 31)

As figuras do discurso constituem-se como uma categoria de análise nosso estudo pelo seu poder persuasivo (Angenot, 1982), quer apresentem uma função argumentativa (Perelman & Olbrechts-Tyteca, [1958]; Plantin¹⁸⁰, 2016), seja ela forte ou fraca (Bonhomme [2005]); quer sejam auxiliares de um argumento (Reboul, [1991]); quer se constituam como um argumento (Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958]), ou apresentem uma função puramente estilística, entre outras possíveis (vd. Meyer, 2008; Amossy¹⁸¹, [2000]; Plantin, 2009; Fromilhague, 1995/2013; Robrieux,[2005]). Considerando o género discursivo da nossa análise e as circunstâncias em que são produzidas as figuras – visando a persuasão e a adesão do auditório –, encaramo-las também com Amossy ([2000]) na sua função estratégica de persuasão e de orientação argumentativa.

Não obstante as inúmeras tentativas de classificação das figuras ao longo do tempo, no âmbito da retórica, não há um consenso sobre a sua taxonomia¹⁸², até porque se reconhece uma interdependência dos seus vários níveis (semântico, lógico, pragmático, sintático).¹⁸³ Fromilhague refere esse mesmo aspeto, ao julgar como caduca a quadripartição clássica (2013: 21).

¹⁸⁰ Para Plantin, «les figures s'analysent comme une théorisation de la notion de stratégie discursive» (2009 : parágrafo 55).

¹⁸¹ Amossy (2016) adverte que as figuras concebidas na sua dimensão argumentativa tanto caracterizam um texto literário como um discurso político ou uma conversa normal.

¹⁸² Suhamy (2016) sugere a seguinte divisão: «tropes», «figures de répétition et d'amplification», «figures de construction», «figures de mise en valeur», «ellipses», «figures de pensée». Bacry, por seu turno, apresenta as figuras classificadas em «figures de la ressemblance», «figures du voisinage», «figures de l'ordre des mots», «figures de construction», «figures du lexique», «figures du contenu sémantique», «figures de l'organisation du discours» (1992/2017). Reboul (1991/2004) divide as figuras em figuras de palavras, de construção, de sentido e de pensamento.

¹⁸³ A heterogeneidade da classificação advém também dificuldade em classificar determinadas figuras: o *quiasmo*, por exemplo, é

Tradicionalmente, as figuras classificam-se em *tropos* ou *figuras de sentido*, *figuras de pensamento*, *figuras de dicção*, *de construção*; mas podem ser divididas noutras categorias. O Grupo μ classifica as figuras como metáboles, distinguindo-as conforme os seus domínios operatórios: em *metaplasmos*, em *metataxes*, em *metassemantemas* e em *metalogismos*, consoante as figuras operem ao nível morfológico, sintático, semântico ou lógico, respetivamente (1982). Molinié (1992), por seu turno, propõe uma distinção entre as figuras *microestruturais*, que podem ser isoladas num segmento do enunciado, tendo de ser situadas para que o enunciado seja admissível, e as *macroestruturais*, que se podem afetar o significado de todo um enunciado sem que se verifique alteração dos significados dos termos que a constituem; seguindo a bipartição entre figuras as *figurae verborum* e *figurae sententiarum* da antiga retórica (vd. nota 153).

Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]) justificam a importância das figuras pelas necessidades da argumentação e, coerentemente, classificam-nas tendo em conta o seu efeito argumentativo: impor ou sugerir uma escolha, aumentar a presença, realizar a comunhão com o auditório. Contam-se entre as *figuras da escolha* a definição oratória, a perífrase, a sinédoque, a metonímia, a antonomásia, mas também a prolepse (ou antecipação) e a correção (2006: 191-194). Já as *figuras da presença* têm como efeito tornar presente à consciência o objeto do discurso. São elas a onomatopeia, as figuras ligadas à repetição, a anáfora, a amplificação, a metábole. Por sua vez, as figuras que criam ou confirmam a comunhão com o auditório, geralmente, pelas referências a uma cultura, tradição ou passado comuns, são as *figuras de comunhão*, de entre as quais se registam a alusão e a citação (quando não configura um argumento de autoridade). Mas a comunhão com o auditório também se verifica quando este é solicitado a participar ativamente e, neste sentido, também a pergunta oratória e a apóstrofe são figuras de comunhão.

Pela nossa parte, consideramos com Plantin que «on n’a pas à donner de définition de ce qu’est une figure [...]: est figure ce que les traités de rhétorique appellent figure. Le but est précisément de les (ré)intégrer dans le cadre du discours argumentatif» (2009: 6) e, neste sentido, não nos ocupamos

uma figura de construção, mas também de pensamento. A classificação das figuras de oposição também está longe de reunir consenso. A *antítese* tanto pode ser considerada uma figura de construção como de pensamento: de construção, se colocarmos a tónica da figura na sua estrutura contrastiva; de pensamento, se privilegiarmos o conflito conceptual que manifesta (cf. Bonhomme, 1998). O mesmo acontece com o *oxímoro* e com o *paradoxo*. A *hipérbole* surge ora como figura de sentido ora como figura de pensamento. Os *tropos* surgem como categoria em alguns autores, integrando as figuras de sentido para outros. Como refere Bonhomme, «[o]n voit mal l’étendue de leurs manifestations et quels sont ses frontières» (2014: 258).

da problemática da classificação das figuras. Seguimos a proposta de classificação de *Rhétorique et Argumentation* [2005], de Robrieux, inspirada nos tratados clássicos, meramente por uma questão de ordem prática, já que a abordagem das figuras será efetuada numa perspetiva discursiva. Interessa-nos, sobretudo, apreender o alcance ilocutório das figuras (Bonhomme, 2014: 155) e as possibilidades argumentativas que oferecem num determinado discurso. De entre as várias figuras do discurso identificadas nas obras de retórica e argumentação, debruçamo-nos sobre as que se revelam especialmente pertinentes na nossa análise pela quer pela sua função ornamental e expressiva¹⁸⁴ quer pela sua argumentatividade¹⁸⁵ e valor heurístico¹⁸⁶.

Por uma questão de sistematização dos conceitos, elaboramos um quadro (Apêndice A), no qual definimos sumariamente as figuras do discurso que abordamos no nosso estudo, divididas nas quatro categorias clássicas – *figuras de palavras*, relativas ao ritmo e à sonoridade do discurso; *figuras de sentido*, que se relacionam com o significado das palavras; *figuras de construção*, que dizem respeito à frase; *figuras de pensamento*, que se aplicam ao conjunto do discurso e que englobam também as figuras de enunciação e dialética – recorrendo a exemplos ilustrativos.

2.2.4.2 Tipos de argumentos

Na perspetiva da argumentação retórica, a noção de argumento é compreendida como sendo um enunciado que legitima uma conclusão. As tipologias de argumentos, por sua vez, designam conjuntos de *topoi* que ligam o argumento à conclusão, segundo uma certa relação semântica (Plantin, 2016: 67).

De acordo com Doury, a noção de tipo de argumento reveste-se de um especial interesse também para os investigadores que analisam o discurso argumentativo numa perspetiva descritiva, visto que o seu objetivo é compreender a forma como os locutores se servem de determinado argumento para, face a uma contestação, defenderem o seu ponto de vista:

¹⁸⁴ Algumas figuras aparecem fundamentalmente como procedimentos expressivos que favorecem a comunicação dos argumentos e, neste sentido, têm um papel essencialmente persuasivo.

¹⁸⁵ De advertir que subsistem na atualidade as questões teóricas também no que respeita à validade das figuras como argumentos.

¹⁸⁶ Referimo-nos à sua função cognitiva, visto apelarem às capacidades interpretativas do auditório para reconstruir o sentido solicitado pelo locutor (cf. Fromilhague, 2013).

la constellation de questions critiques attachées à un type d'argument permet de comprendre la forme que prend une argumentation particulière, dont la configuration peut-être rendue intelligible si on y voit une anticipation sur des mises en doutes prévisibles. Elle permet d'ailleurs d'éclairer les réfutations auxquelles sera exposé un argument relevant d'un type donné. (Doury, 2016: 86)

As categorizações dos tipos de argumentos, à semelhança das figuras, não são unânimes, havendo ainda várias designações para o mesmo tipo de argumento, bem como diferenças subtis, na nossa opinião. A acrescentar que alguns especialistas consideram, pela sua dimensão argumentativa, determinadas figuras como argumentos, ou ainda movimentos argumentativos (concessão¹⁸⁷); outros encaram determinados argumentos como estratégias (como é o caso de Doury, que considera a retorsão uma estratégia argumentativa).

De entre as numerosas taxionomias de argumentos¹⁸⁸, importa destacar a de Perelman e Olbrechts-Tyteca, que no seu *TA* ([1958]) distinguem as técnicas argumentativas de associação – as que persuadem, estabelecendo um determinado tipo de ligação entre os elementos – das de dissociação – que distinguem o que poderia ser confundido ou associado. Relativamente à argumentação por associação, são propostas várias categorias maiores, no interior das quais se recenseiam diversas outras categorias que marcam a modalidade. Incluem-se nessas grandes categorias os ‘argumentos quase lógicos’, que estabelecem uma ligação entre os elementos, revelando semelhanças com os raciocínios formais, sendo, porém, diferentes porque podem ser controversos e não-constringentes, para além de pressuporem a adesão a teses de natureza não-formal¹⁸⁹; ‘os argumentos baseados na estrutura do real’, que se baseiam em associações entre elementos apercebidos como fazendo parte da realidade, e já admitidos pelo auditório (ligações de sucessão, ligações de coexistência, ligações simbólicas); ‘ligações que constituem a estrutura do real’, através das quais é construída, por associação, uma imagem da realidade, como na analogia¹⁹⁰.

¹⁸⁷ De acordo com Doury, os movimentos argumentativos apresentam uma configuração reconhecível e podem mobilizar diversos tipos de argumentos, como são o caso dos movimentos que realizam o contradiscurso: concessão, ocupação, objeção, refutação (2016). No presente trabalho, integramos a *concessão* nas figuras do discurso.

¹⁸⁸ «A classificação dos argumentos representa sempre uma abordagem formal, através da qual se procuram tipificar e caracterizar certas estruturas argumentativas» (Grácio, 2010: 87).

¹⁸⁹ Como a incompatibilidade derivada da não contradição; a identificação total ou parcial; a regra de justiça; a reciprocidade; a transitividade; a inclusão, a divisão, a comparação e a probabilidade não calculável.

¹⁹⁰ Trata-se de argumentos que criam ou completam a estrutura do real, tornando visíveis ligações que tinham estado até aí invisíveis; são argumentos que a partir de um caso conhecido permitem estabelecer um precedente, um modelo ou uma regra geral (o exemplo, a ilustração, o modelo, a analogia, a metáfora).

Breton ([1996]/2003), por seu turno, propõe quatro grandes famílias de argumentos: os argumentos de autoridade¹⁹¹; os de comunidade¹⁹², que fazem apelo às crenças ou valores partilhados pelo auditório; os de enquadramento¹⁹³ (a definição, a apresentação, a associação e a dissociação), que apresentam o real de um certo ponto de vista, ampliando alguns aspetos e limitando outros, de forma a reforçar a legitimidade de uma opinião¹⁹⁴; e os de analogia, que mobilizam as figuras clássicas da analogia (proporcional) e da metáfora (condensada), bem como do exemplo.

Pela nossa parte, reconhecemos a dificuldade em seguir uma determinada tipologia, dada a dificuldade em apresentar um inventário coerente (são numerosas e heterogéneas as tipologias de argumentos¹⁹⁵); em segundo lugar, porque encaramos os tipos de argumentos numa perspetiva funcional. De entre os argumentos que nos pareceram mais pertinentes para a análise do discurso parlamentar, optámos por privilegiar a argumentação sobre a pessoa, «periférica», como a designa Gauthier (1995): os argumentos *ad hominem*, que visam invalidar a argumentação do adversário pela desacreditação da pessoa, não pelos seus argumentos; o argumento da *girouette*, que pretende reprovar alguém por ter mudado de ideias; o argumento do tartufo (impostor), o argumento do espantalho e o argumento de culpabilidade por associação (vd. Apêndice B). Distinguimos também a variante injuriosa do *ad hominem*¹⁹⁶, o ataque *ad personam*, que consubstancia uma ofensa ao adversário. Selecionamos igualmente os argumentos de causalidade e sucessão, com particular

¹⁹¹ «La famille des arguments d'autorité recouvre tous les arguments qui consistent à mobiliser une autorité, positive ou négative, accepté par l'auditoire et qui défend l'opinion que l'on propose ou que l'on critique» (Breton, 1993/2003: 43).

¹⁹² O apelo a pressuposições comuns mobiliza um «efeito de comunidade» (*id. ibid.*: 69). Como observa Oléron, argumentar a partir de um valor contribui para o reforçar (1993: 79).

¹⁹³ Enquanto os argumentos de comunidade se baseiam em valores e em lugares, que reenviam a um mundo conhecido e que servem imediatamente de ideal de referência, os argumentos de enquadramento do real implicam um outro olhar, uma novidade, um deslocamento (Breton, 2003: 79).

¹⁹⁴ O argumento de enquadramento implica que o seu destinatário saiba que se trata de uma forma, entre outras possíveis de apresentar o real, ainda que o peso seja posto na referida forma (*id. ibid.*).

¹⁹⁵ Locke (*An essay concerning human understanding* ([1690] /1742), a quem se atribui a designação dos argumentos *ad.*, propôs uma tipologia de quatro elementos: argumento *ad verecundiam*; argumento *ad ignoratiam*; argumento *ad hominem*; argumento *ad judicium*. Na contemporaneidade, para além da tipologia de Perelman e Olbrechts-Tyteca [1958], de referir a proposta de Toulmin, Rieke e Janik (1978): argumentos *pela analogia*, *pela generalização*, *pelo signo pela causa*, *pela autoridade*, *pelo dilema*, *pela classificação*, *pelos opostos*, *pelo grau*).

¹⁹⁶ Refira-se também, por curiosidade, o argumento *ad mulierem*, proposto por Oger na sua investigação sobre formas de violência verbal sexista (2006), não se encontrando nenhum exemplo no nosso corpus: nous avons proposé de désigner ainsi la forme spécifiquement sexiste de l'argument *ad hominem*, qui s'articule généralement autour d'un déni de compétence adressé aux femmes politiques (plus particulièrement attachées à des domaines particuliers, comme l'agriculture ou les travaux publics, réputés masculins). Cette catégorie est la plus riche et la plus complexe en ce qu'elle convoque la question de l'*ethos*, de la construction de l'autorité» (2006: parágrafo 9).

destaque para a teoria das atribuições causais¹⁹⁷, segundo a tipologia de Gauthier e Gosselin (1997) e para os três argumentos de identificados por Hirschman na sua obra *The Rhetoric of Reaction* (1991): o argumento do efeito perverso (*Perversity*), o argumento do risco ou do perigo (*Jeopardi*) e o argumento da inanidade (*Futility*). A nossa análise integrará, naturalmente, os argumentos mais consensuais que constam nas várias teorias da argumentação e que se encontram referenciados no *Dictionnaire de l'argumentation* (Plantin, 2016), nomeadamente os argumentos por indução e analogia e com apelo à autoridade. De mencionar ainda alguns dos tipos de argumentos repertoriados no TA, como sejam os argumentos por definição e associação e a argumentação por incompatibilidade e dissociação, bem como outras técnicas argumentativas que fazem apelo ao *pathos* para melhor conquistar a adesão do auditório. Para uma clarificação dos apelos e esquemas argumentativos que, numa perspetiva ilustrativa, nos propomos abordar no discurso de descrédito, vd. Apêndice B.

De lembrar que a norma argumentativa da argumentação política é a eficácia, e que, do ponto de vista interacionista, que é o nosso, os argumentos falaciosos são apercebidos como uma forma de contradiscurso, não como argumentos não válidos.

¹⁹⁷ Como explicam Gauthier e Gosselin, a teoria das atribuições causais tem como objetivo debruçar-se sobre as condições que determinam a forma como os indivíduos explicam os sucessos e os fracassos das pessoas que eles avaliam positiva ou negativamente (compreendendo os próprios) e as ações bem-sucedidas ou falhadas daqueles que consideram negativamente (os seus adversários) (1997: 742).

Capítulo 3 | *Ethos* – uma estratégia do discurso político

3.1 Definição de *ethos*

L'*ethos* est affaire de croisements de regards : regard de l'autre sur celui qui parle, regard de celui qui parle sur la façon dont il pense que l'autre le voit. (Charaudeau, 2014a: 88)

O *ethos* é o termo que designa a imagem de si que o locutor constrói no seu discurso a fim de exercer uma influência sobre o destinatário (Amossy, 2002a: 238). Se a noção, na atualidade, é referente às modalidades de apresentação de si na interação verbal, já na retórica antiga, ela constituía um dos meios de prova, segundo a *retórica* de Aristóteles.

3.2 Gênese – O *ethos* na retórica

A necessidade de impressionar favoravelmente o auditório faz parte da tríade *logos*, *ethos* e *pathos*. Ora, para agir sobre o auditório não é apenas necessário mobilizar argumentos válidos (*logos* – referente ao discurso) e comover o auditório (*pathos* – relativo ao auditório), é imprescindível projetar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando assim a sua confiança. A este último polo, o do orador, Aristóteles designou de *ethos*, correspondente ao carácter do orador, que, segundo o seu ponto de vista, seria o principal meio de persuasão:

Persuade-se pelo carácter [= *ethos*] quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que essa confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás autores desta arte nos propõem, mas quase se poderia dizer que o carácter é o principal meio de persuasão. (*Retórica I*, 1356a)

Para Aristóteles, o *ethos*, tal como o *logos*, é um efeito do uso da palavra em situação (portanto, ligado à própria enunciação, e não um saber extradiscursivo). A noção de *ethos* aristotélica era, portanto, a

imagem que o orador dava de si, enquanto produtor do discurso (através da entoação, dos gestos, do comportamento adotado), de forma a garantir o sucesso do empreendimento oratório¹⁹⁸.

As provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: uma residem no carácter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte e outras, no próprio discurso¹⁹⁹ pelo que este demonstra ou parece demonstrar. (*Retórica I*, 1356a)

Portanto, na antiga retórica e segundo Aristóteles, cada orador deveria mostrar três qualidades²⁰⁰ – a prudência (*phoronesis*), a virtude (*arete*) e a benevolência (*eunoia*) – para tornar o seu discurso mais persuasivo. A estas três componentes tradicionais do *ethos*, a retórica clássica acrescentou a modéstia²⁰¹.

Para além das qualidades de ordem intelectual e moral do orador que devem suscitar a confiança do auditório e causar sua adesão ao discurso, é imperioso ter em conta o que Eggs (1999) designa por «aspeto processual» do *ethos*, ou seja, considerar os traços apropriados ao empreendimento da persuasão relativos ao género do discurso em questão.

¹⁹⁸ Já para os romanos (Quintiliano e Cícero) o *ethos* não seria um fingimento e estaria associado à moral do enunciador, correspondendo às suas reais qualidades de orador, e não apenas à imagem de si no discurso.

¹⁹⁹ «Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular» (Aristóteles, *Retórica*, 1356a).

²⁰⁰ Na contemporaneidade, os autores substituíram os termos de Aristóteles quer por «sensé, sincère, sympathique» (Reboul, 1991: 85); quer por «honnête, bien disposé, compétent» (Robrieux, 2015:27); quer por «compétent; vertueux, honnête, sincère, équitable; bienveillant, solidaire, généreux, obligeant, aimable» (Eggs, 1999). A prudência seria, pois relativa à sabedoria prática, à virtude, à honestidade e sinceridade; à benevolência, à amabilidade, à solidariedade.

²⁰¹ «Il est important que les auditeurs aient de l'estime pour celui qu'ils écoutent, et qu'il passa dans leur esprit pour une personne sage. Un orateur doit donner des témoignages d'amitié à ceux qu'il veut persuader, et faire paraître que c'est un zèle sincère de leur intérêt qui le fait parler. La modestie lui est nécessaire, la fierté et l'orgueil étant d'invincibles obstacles à la persuasion. Ainsi il faut qu'on remarque ces autres qualités dans la personne d'un orateur; de la probité, de la prudence, de la bienveillance, et de la modestie (Lamy [1742], citado por Doury, 2016: 127-128).

3.3 Fundamentos teóricos da noção de *ethos*

A noção de *ethos* apresenta, na segunda metade do séc. XX, um crescente interesse pelas abordagens que visam compreender as práticas sociais e refletir sobre a comunicação e a construção identitária.

3.3.1 A perspectiva das correntes interacionistas

A noção de *ethos* da retórica antiga é, alguns séculos depois, recuperada por Erving Goffman, sem qualquer menção à noção aristotélica. Para o sociólogo americano, a apresentação de si (termo que reenvia ao título da sua obra (*La mise en scène de la vie quotidienne. Présentation de soi*, 1973) surge, contudo, próxima do *ethos* de Aristóteles, como observa Amossy (2015).

Na perspectiva de Goffman, a identidade não é um facto pré-existente que se manifeste ou dissimule no desempenho face ao outro, e sim algo que se constrói na interação. Neste sentido, a identidade surge como um processo dinâmico que ocorre numa situação específica, não sendo, portanto, um conjunto fixo de atributos que caracterizam uma pessoa em si mesma (Prevos, citado por Amossy, 2015). Não se trata do que é o sujeito, isto é, da maneira como ele se vê a si mesmo (a sua identidade individual) ou de como é categorizado na sociedade (a sua identidade social), mas da imagem que projeta numa dada situação²⁰², seja de forma espontânea ou não (Amossy, 2015: 27). O autor fala, a este propósito, de representação, que entende como «la totalité de l'activité d'une personne donnée, dans une occasion donnée, pour influencer d'une certaine façon un des participants» (1973:23). Para Goffman,

ethos et identité sont liés dans la dynamique d'un échange en situation: l'identité se construit dans la mise en scène que l'individu fait de sa personne dans un cadre interactionnel. Dans la mesure où il ne s'agit pas de refléter fidèlement une identité préexistante, mais de la construire dans une interaction concrète [...]. (Amossy, 2015: 30).

A noção de *ethos* é posteriormente retomada por Kerbrat-Orecchioni nos seus trabalhos sobre a subjetividade na linguagem ([1980] /2014b) – as imagens que os interlocutores constroem de si e do outro ao longo da interação –, em estreita ligação com a noção de «apresentação de si» de Goffman.

²⁰² De advertir que longe de considerar a prática oratória, Goffman estuda o conjunto do comportamento social num dado contexto, traduzido no vestuário, nos gestos, na mímica e em tudo o que diga respeito à encenação da nossa própria pessoa fora do discurso (Cf. Amossy, 2015:26).

Kerbrat-Orecchioni insistiu nas diferenças entre a noção retórica de *ethos* e a de apresentação de si: enquanto a retórica encara o *ethos* como o que o enunciador mostra de si mesmo, a perspectiva interacionista sublinha o processo de ajustamento das imagens mútuas (2002: 187). Nesta perspectiva, é a noção de negociação que é privilegiada.

3.3.2 O *ethos* na perspectiva da análise do discurso

Conquanto o termo *ethos* tenha sido introduzido na linguística por Ducrot²⁰³ (1984), é Dominique Maingueneau que recupera a noção de *ethos* retórico na AD (1984, 1999, 2000, 2002b), atribuindo um corpo ao enunciador, e não apenas uma voz, ao enunciador. Desta forma, ao responsável pela enunciação do discurso confere-se um carácter, um conjunto de traços psicológicos, bem como uma corporalidade²⁰⁴ (Maingueneau, 1984: 100). Mas o autor explica que o *ethos* pode ir mais além disso:

Au-delà, l'ethos implique une manière de se mouvoir dans l'espace social, une discipline tacite du corps appréhendé à travers un comportement. Le destinataire l'identifie en s'appuyant sur un ensemble diffus de représentations sociales évaluées positivement ou négativement, de stéréotypes que l'énonciation contribue à conforter ou à transformer. (2002b: 61)

Segundo o analista do discurso, qualquer texto, oral ou escrito, pressupõe um certo *ethos*, na medida em que revela uma representação do enunciador, não sendo esta, porém, apercebida do mesmo modo por todos os destinatários. Para Maingueneau, o *ethos* é consubstancial à enunciação, não é uma imagem do locutor exterior à fala, mas sim uma noção discursiva que se constrói pelo discurso: «dans la conception de l'ethos que je défends [...] l'ethos est un ethos discursif²⁰⁵ construit par le destinataire à partir d'indices de divers ordres fournis par l'énonciation» (Maingueneau, Dhondt & Martens, 2012: 215).

Deste modo, ao longo do seu discurso, o enunciador, de forma consciente ou inconsciente, está a construir uma imagem de si, que, por sua vez, é indissociável da interação discursiva com o

²⁰³ No âmbito da pragmática, Ducrot reformula o conceito de *ethos* aristotélico no quadro de uma teoria da polifonia (1984). Associa a 'imagem de si' ao locutor, a personagem que fala, em oposição ao sujeito empírico não considerado na linguagem. Para o linguista, a enunciação apresenta-se como fundamental para a elaboração de uma imagem de si, dado que as modalidades do seu dizer revelam mais do que aquilo que o locutor poderia dizer sobre si mesmo.

²⁰⁴ Corporalidade essa que se traduz num conjunto de traços físicos e numa forma de vestir.

²⁰⁵ O *ethos* discursivo *mostra-se* no ato de enunciação, *não se diz* no enunciado; é, pois, apercebido, não é o objeto do discurso (Maingueneau, 2014: 34). O *ethos* discursivo engloba o *ethos* dito (criado através das referências diretas do enunciador) e o *ethos* mostrado (que não é explicitado, mas construído pelas pistas que o enunciador oferece ao coenunciador no momento discursivo).

enunciatário: «o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro» (Maingueneau, 2008b: 17). O enunciatário apreende, pelos vários indícios discursivos que constituem o seu modo de dizer, a construção da imagem de si do enunciador, que, por sua vez, se esforça para que a eficácia do seu discurso cause impacto e suscite a adesão do outro; neste sentido, há uma inter-relação entre os dois.

Ce que l'orateur prétend être, il le donne à entendre et à voir : il ne dit pas qu'il est simple et honnête, il le montre à travers sa manière de s'exprimer. L'*ethos* est ainsi attaché à l'exercice de la parole, au rôle qui correspond à son discours, et non à l'individu réel appréhendé indépendamment de sa prestation oratoire. (Maingueneau, 1993: 138)

Ao mesmo tempo que mostra certa maneira de dizer, o enunciador confere ao discurso uma posição institucional e marca a sua relação com um saber, conferindo a si mesmo, e também ao destinatário, certo estatuto para legitimar o seu dizer. Este opera uma escolha consoante o papel que tenciona representar em determinada cena de enunciação, de modo a exercer influência sobre o(s) alocutário(s): «[n]o discurso político, por exemplo, o candidato de um partido pode falar a seus eleitores como homem do povo, como homem experiente, como tecnocrata» (Amossy, 2005b: 16). O género de discurso determina, em parte, a imagem de si do locutor: um discurso político não terá a mesma enunciação de um discurso amoroso, ainda que seja o mesmo locutor. Assim, Maingueneau compreende o *ethos* como

uma noção fundamentalmente híbrida (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura socio-histórica. (2008b: 17)

De entre as dificuldades ligadas à noção²⁰⁶, Maingueneau refere o facto de o *ethos* remeter para coisas muito diferentes conforme seja considerado do ponto de vista do locutor ou do enunciador, lembrando que os casos de fracasso em matéria de *ethos* não são raros:

O *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido. Um professor que queira passar uma imagem de sério pode ser percebido como monótono; um político que queira suscitar a imagem de um indivíduo aberto e simpático pode ser percebido como demagogo. (2008b: 16)

²⁰⁶ «[...] há sempre elementos contingentes num ato de comunicação, em relação aos quais é difícil dizer se fazem ou não parte do discurso, mas que influenciam a construção do *ethos* pelo destinatário» (Maingueneau, 2008b: 16).

Auchelin (2000), por seu turno, assinala algumas zonas de variação a que a conceção está sujeita, assim o *ethos* pode ser:

- i) Mais ou menos concreto, carnal (vs abstrato), mais ou menos moral, psicológico.
- ii) Mais ou menos axiológico, isto é, moralizado.
- iii) Mais ou menos saliente, focal, manifesto, singular vs coletivo, partilhado, implícito e invisível.
- iv) Mais ou menos semiotizado – fixado – convencional vs emergente – singular.

Refletindo igualmente sobre alguns paradoxos do *ethos*²⁰⁷, ou seja, sobre algumas zonas conceptuais suscetíveis de produzir alguma perplexidade, o autor encara o *ethos* como uma noção essencialmente prática, e não como um conceito teórico claro:

l'ethos est un instrument de pilotage du dialogue au service de la prudence autoréflexive. Dans notre pratique ordinaire de la parole, l'ethos répond à des questions empiriques effectives qui ont comme particularité d'être plus ou moins coextensives à notre être même, relatives à une zone intime et peu explorée de notre rapport au langage, où notre identification est telle que se mettent en place des stratégies de protection. (2000: 90-91)

Posteriormente, Maingueneau (2014) sentiu necessidade de alargar a sua conceção de *ethos* baseada em três registos²⁰⁸, de modo a permitir um análise mais eficaz de todas as tipologias textuais. Foram introduzidas, por conseguinte, três dimensões que interagem umas com as outras:

²⁰⁷ Designadamente, o paradoxo interacional do *ethos* (as escolhas de figuração do sujeito falante são sujeitas à avaliação discricionária do destinatário, apenas relevante para o seu valor de interação, o que reside no facto de o interlocutor continuar a dar a sua atenção e a sua confiança); o paradoxo monogal do *ethos* (o sujeito falante pode realizar uma multiplicidade de *ethè*; por um lado, o seu inventário é limitado por meios linguísticos, pelo seu capital cultural, pelas predeterminações socioculturais relacionadas com a situação de comunicação, o género do discurso, entre outras; por outro, pelo seu imaginário e pela representação das expectativas do destinatário); o paradoxo ostensivo do *ethos* (trata-se do impacto do *ethos*: de mostrar sem mostrar que, de facto, se o faz; o *ethos* é relativo ao que é mostrado pela enunciação; no entanto, deve permanecer superveniente, não focal); paradoxo moral do *ethos* (os dados sensíveis à persuasão são mais suscetíveis de conduzir à persuasão do que os dados representados) (Auchelin, 2000: 89-90).

²⁰⁸ Afirma Maingueneau que «le destinataire y construit la figure d'un *garant* doué de propriétés physiques (*corporalité*) et psychologiques (*caractère*) en s'appuyant sur un ensemble diffus de représentations sociales évaluées positivement ou négativement, de stéréotypes que l'énonciation contribue à conforter ou à transformer. Le pouvoir de persuasion d'un discours tient pour une bonne part au fait qu'il amène le destinataire à s'identifier au mouvement d'un corps, fût-il très schématique, investi de valeurs historiquement spécifiées. Les « idées » suscitent l'adhésion du lecteur à travers une *manière de dire* qui est aussi une *manière d'être*. Cette conception de l'éthos est mise en évidence à travers le concept d'«incorporation», qui joue sur trois registres: – l'énonciation confère une corporalité au garant, elle lui *donne corps*; – le destinataire *incorpore*, assimile à travers l'énonciation un ensemble de schèmes qui correspondent à une manière spécifique de se rapporter au monde; – ces deux premières incorporations permettent la constitution d'un *corps*, de la communauté imaginaire de ceux qui adhèrent au même discours. Cette incorporation du destinataire implique un *monde éthique* (Maingueneau 2000) dont le garant participe. Ce monde éthique subsume un certain nombre de situations stéréotypiques associées à des comportements verbaux et non verbaux (le monde éthique du cadre dynamique, des snobs, des stars de cinéma, etc.)» (2014: 32).

- (1) la dimension «catégorielle» recouvre des choses très diverses. Il peut s'agir de rôles discursifs ou de statuts extradiscursifs. Les rôles discursifs sont ceux qui sont liés à l'activité de parole: animateur, conteur, prédicateur... Les statuts extradiscursifs peuvent être de natures très variées : père de famille, fonctionnaire, médecin, villageois, Américain, célibataire, etc. ;
- (2) la dimension «expérientielle» de l'éthos recouvre les caractérisations socio-psychologiques stéréotypiques, associées aux notions d'incorporation et de monde éthique : bon sens et lenteur du campagnard, dynamisme du jeune cadre... ;
- (3) la dimension « idéologique » renvoie à des positionnements dans un champ : féministe, de gauche, conservateur ou anticlérical... dans le champ politique, romantique ou naturaliste... dans le champ littéraire, etc.

3.3.3. O *ethos* na perspectiva da argumentação no discurso

Inscrevendo-se igualmente na perspectiva da AD, mas reclamando também a questão do *ethos* sob o prisma da análise da argumentação de inspiração retórica, Amossy postula uma noção de *ethos* que concilia o aspeto discursivo e extradiscursivo²⁰⁹ do mesmo. Por um lado, o *ethos* do locutor é construído na interação verbal, de modo a persuadir o seu interlocutor:

todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. (2005b: 9)

Por outro lado, baseando-se nos modelos de Perelman, Amossy apresenta uma conceção sociológica do *ethos* de ordem pré-discursiva, isto é, determinada por mecanismos sociais e institucionais situados fora do discurso (2005b: 25). O *ethos* prévio ou pré-discursivo – noção desenvolvida por Maingueneau (1999) – diz respeito à ideia que o auditório tem do locutor a partir do seu estatuto social ou da sua posição institucional e das representações sociais que circulam sobre a sua pessoa antes de esta iniciar a sua interação verbal. O *ethos* discursivo está assim em estreita relação com a com a imagem prévia que o auditório pode ter do orador ou, pelo menos, com a ideia que este faz do modo como os alocutários o percebem (Amossy, 2002a: 239), na medida em escolhe confirmar ou modificar a representação do locutor estabelecida pelo *ethos* prévio.

²⁰⁹ A designação de extra-discursivo é de Adam (1999b), que Amossy entende como pré-discursivo – noção desenvolvida por Amossy, Maingueneau e Haddad [1999] (cf. Amossy, 2016). O *ethos* pré-discursivo ou prévio («préalable») é a imagem que o auditório tem do orador antes da sua tomada de palavra, noção oposta ao *ethos* (ou *ethos* oratório, que é plenamente discursivo) (id. *ibid.* 94).

No que respeita à imagem de si do orador, importa, pois, examinar, ao nível pré-discursivo, o estatuto institucional do orador, bem como as funções ou a posição no campo que confere uma legitimidade ao seu discurso, e a imagem prévia que o auditório tem do orador antes da sua tomada de palavra. Quanto ao nível discursivo, deve examinar-se a imagem que advém da distribuição dos papéis inerente à cena genérica²¹⁰ e à escolha de uma cenografia²¹¹, ou seja, dos modelos inscritos no discurso, assim como a imagem que o locutor projeta de si mesmo no seu discurso, não apenas no enunciado mas através da sua enunciação, e a maneira como ele reconfigura os dados pré-discursivos (2016: 95-96).

De acordo com Amossy, a imagem prévia do locutor e a imagem de si construída no seu discurso não podem ser totalmente singulares, sob pena de não serem consideradas como legítimas; é necessário que sejam indexadas ao conjunto de crenças partilhadas pelos sujeitos participantes do discurso, o que conduz também à noção de *ethos* coletivo, ligado às representações e estereótipos²¹² relacionados com a categoria social a que pertence o locutor. O trabalho de refazer o *ethos* prévio pode ser exercido tanto sobre uma imagem coletiva como individual. Certo é que ele está sempre ligado a questões de luta pela legitimidade e a uma tentativa de posicionamento ou de conquista do poder, como sublinha Amossy (2015: 93).

Segundo a investigadora, é a materialidade linguística que estabelece a articulação entre a inscrição da subjetividade e a construção do *ethos*. Deste modo, os procedimentos linguísticos (deíticos, modalizadores, termos avaliativos e axiológicos, etc.) pelos quais o locutor imprime a sua marca no enunciado (Kerbrat-Orecchioni, 1980: 32) contribuem para a construção do *ethos*, já que projetam

²¹⁰ Segundo Maingueneau, a ‘cena englobante’ é o que atribui ao tipo de discurso (religioso, político, publicitário) um estatuto pragmático; já a ‘cena genérica’ é definida pelo género de discurso (cada género de discurso implica, efetivamente, uma cena específica: os papéis dos parceiros, as circunstâncias, um suporte material, um modo de circulação uma finalidade, entre outros aspetos (2002a: 516).

²¹¹ A ‘cenografia’ não é imposta pelo género ou tipo de discurso, mas sim instituída pelo discurso. «La scénographie est [...] à la fois ce dot vient le discours et ce qu’engendre ce discours; elle légitime un énoncé qui, en retour, doit la légitimer.[...] Outre une figure de l’énonciateur et une figure corrélatrice de coénonciateur, la scénographie implique une chronographie (un moment) et une topographie (un lieu) dont prétend surgir le discours» (*id. ibid.*: 516-517).

²¹² O estereótipo pode ser definido como uma representação ou uma imagem coletiva simplificada e cristalizada dos seres e das coisas que herdamos da nossa cultura e que determina as nossas atitudes e comportamentos (Amossy, 2016: 139). Como lembra a autora, o estereótipo, tal como o cliché, depende do cálculo interpretativo do alocutário, bem como do seu conhecimento enciclopédico. Para a AD, constitui, como o *topoi* ou lugares-comuns, uma das formas adotadas pela doxa ou conjunto de crenças e opiniões partilhadas que fundamentam a comunicação e autorizam a interação verbal (Amossy, 2002: 547).

necessariamente no seu discurso não só uma imagem da personalidade como também das competências e do sistema de valores do orador (Amossy, 2015: 109).

Tal como o *pathos* (emoção) e o *logos* (razão), o *ethos* é um recurso estratégico à disposição do sujeito enunciador (Plantin, 2011a). Na retórica argumentativa, o *ethos* torna-se uma categoria descritiva; se o locutor constrói uma identidade argumentativa pelo discurso, importa extrair do discurso um «retrato» do locutor. Segundo Plantin, a reconstrução do *ethos* do locutor faz-se pela exploração das inferências no suporte do discurso: «L'être de langage 'effet du discours même' est une reconstruction d'un implicite sur la base d'indices de tous niveaux, exploitant les savoirs langagiers comme les savoirs encyclopédiques» (2011a: 38). Cabe ao analista escolher os seus indícios, considerando que os indícios manifestam o *ethos* próprio do orador, mas também o *ethos* que ele deseja projetar.

3.3.3.1 O *ethos* coletivo

Considerando, com Charaudeau, que o *ethos* é fundamentalmente uma questão de perceção através de representações sociais que tendem a essencializar essa visão, a noção pode dizer respeito a indivíduos, mas igualmente a grupos (2014a: 90).

[I]l *ethos* collectif est l'image attachée à un certain groupe, que ce soit un parti politique, un mouvement social ou une catégorie sociale, dans la mesure où elle est produite dans l'interaction et y acquiert une fonction rhétorique. C'est dans ce discours que le locuteur projette une représentation collective du «nous» à laquelle le «tu» qu'il interpelle est censé d'identifier. (Amossy, 2015: 160)

Para além da projeção de uma imagem de si, o orador projeta igualmente uma imagem do grupo ao qual pertence e ao qual dá voz. Como refere Amossy, a relação do «eu» ao «nós» comporta importantes desafios sociais e políticos: «[e]lle marque la volonté du sujet parlant de se voir et de se montrer en membre d'un groupe qui fonde son identité propre» (2015: 156). Ora, a projeção de uma imagem individual deve estar em conformidade com a produção de uma imagem coletiva, pelo que se impõe uma renegociação constante entre a apresentação do coletivo e da pessoa singular, isto é, entre o que o discurso mostra do coletivo e a encenação que o orador faz de si próprio. Amossy examina, por conseguinte, como a enunciação projeta a imagem do grupo. O «eu» individual tanto pode amplificar um «nós» como a enunciação na primeira pessoal do plural, através de um «nós»

agregador, pode ser a voz de uma instância unificada no anonimato, onde se fundem todos os membros individuais. Refira-se, a este respeito, o caso dos partidos políticos, onde o «nós» é proferido por um locutor coletivo, delimitando um espaço discursivo no qual o grupo se pode unir e reconhecer (2015: 165).

A investigadora assinala, por outro lado, as relações complexas que se estabelecem entre o *ethos* coletivo e o *ethos* pessoal, como, aliás, verificaremos ao longo da nossa análise: «le «je» peut construire une image collective dans laquelle il se fonde pour satisfaire des besoins identitaires, ou au contraire se présenter comme membre d'une communauté pour mieux faire ressortir son *ethos* propre» (2015: 171).

Nesta perspetiva, o *ethos* coletivo relaciona-se sobretudo com as representações e estereótipos afetos à categoria social do locutor.

Les individus, du fait de leur appartenance à un groupe, partagent avec les autres membres du groupe des caractères similaires, ce qui donne l'impression, vu de l'extérieur, que ce groupe représente une entité homogène. Une fois de plus, il est essentialisé par un regard extérieur, ce qui engendre des stéréotypes [...] L'*ethos* collectif correspond à une vision globale, mais à la différence de l'*ethos* singulier, il n'est construit que par attribution apriorique, attribution d'une identité émanant d'une opinion collective vis-à-vis d'un groupe autre. (Charaudeau, 2014a: 90)

3.3.3.2 O *ethos* e a imagem do adversário

No que se refere à modalidade polémica, a noção de *ethos* entra numa problemática de construção interativa de identidades, já que a definição de uma imagem de si é correlativa da definição da imagem do outro, e em particular do adversário: «la construction de la preuve éthique se fait rarement indépendamment d'un travail rhétorique sur l'image du tenant du discours adverse» (Doury, 2016: 128-129).

3.4 *Ethos* político

L'ethos politique est le résultat d'une alchimie complexe faite de traits de caractères personnels, de corporalité, de comportements, de déclarations verbales, cela en rapport avec les attentes floues des citoyens via des imaginaires qui attribuent des valeurs positifs ou négatifs à ces manières d'être. (Charaudeau, 2014a: 105)

De acordo com os pressupostos de Charaudeau, a imagem de si no domínio político não é fácil de apreender, sobretudo, do ponto de vista da sua eficácia, já que está dependente tanto das circunstâncias como do tipo de público. Para o autor, a construção das imagens deve funcionar como suporte de identificação através de valores comuns desejados pelo público «l'ethos est comme un miroir dans lequel se reflètent les désirs des uns et des autres» (2014a: 66).

3.4.1 Categorias de *ethos* político

Lembra Charaudeau que não há marcas específicas de *ethos*, sendo que este transparece não só pelos diversos tipos de comportamento do sujeito (maneira de falar, gestos, tom de voz), como também pelo conteúdo das suas propostas. É, portanto, necessário que o orador seja credível e, simultaneamente, suporte de identificação da sua pessoa, pois, como sublinha o autor, não se adere às ideias de um político se não se aderir à sua pessoa (2014a: 90-91). Charaudeau propõe, por conseguinte, algumas figuras identitárias distribuídas em duas grandes categorias de *ethos*: o *ethos* de credibilidade e o *ethos* de identificação.

Ora, no discurso político, a credibilidade é fundamental, já que o desafio consiste em tentar persuadir um determinado público que se tem um determinado poder, sublinha o autor (2014a: 92). Dado que a credibilidade não é uma qualidade vinculada à identidade social do sujeito, e sim o resultado de uma construção operada também através da sua identidade discursiva, para que um político seja digno de crédito, é, pois, necessário que se verifique uma correspondência entre o que diz e o que pensa (condição de sinceridade ou transparência), que a pessoa tenha meios para colocar em prática o que anuncia ou promete (condição de performance), e que a aplicação dessas promessas produza efeitos (condição de eficácia), sob pena de ser desacreditado. A construção dos *ethè* de seriedade, de virtude e de competência visam, por conseguinte, dar resposta às condições anteriormente enunciadas.

O *ethos* de seriedade é construído através de variados indícios: indícios não verbais, comportamentais e mímicos (rigidez na postura e gestos comedidos), que revelam uma capacidade de autocontrole de si face às críticas, evitando, de forma tática, acessos de cólera face à adversidade; e também pela grande energia e capacidade de trabalho, estando, portanto, o sujeito onnipresente em todas as frentes da vida social e política, em particular, junto daqueles que sofrem, cuidando que os seus atos e discursos sejam objeto de cobertura mediática (evitando, por outro lado, as atividades frívolas e a maledicência, e tendo uma vida privada em consonância com os valores defendidos). Quanto aos indícios verbais, o político deve optar por um discurso convicto, recorrendo a um tom firme e comedido, sem grandes efeitos oratórios, de léxico adequado à situação e ao contexto de comunicação, e utilizando um débito de elocução que deixe transparecer serenidade. Charaudeau refere, no entanto, um limite à imagem de seriedade: para que esta não seja apercebida de forma negativa e perca o capital de simpatia dos cidadãos, o político sério não deve passar por uma pessoa demasiado austera nem demasiado distante. Por outro lado, o sujeito deve recusar o discurso demagógico, assim como deve ser capaz de ajustar os projetos aos meios disponíveis; sendo, enfim, dotado de um certo pragmatismo (2014a: 92-94).

Convém igualmente aos políticos construir um *ethos* de virtude, já que, como representantes do povo, devem dar o exemplo.

L'*ethos* de vertu est une réponse à l'attente fantasmatique de l'instance citoyenne, dans la mesure où celle-ci en déléguant un pouvoir cherche à se faire représenter par un homme ou une femme qui soit un modèle de droiture et d'honorabilité, du moins dans une vision noble de la politique. (Charaudeau, 2014a: 95)

A imagem de honestidade pessoal, construída ao longo do tempo, deve ser acompanhada de sinceridade e de fidelidade aos compromissos assumidos, seguindo-se uma mesma linha de pensamento e de ação. Importa também dar mostras de que o seu empenhamento político não é motivado por uma ambição pessoal e criar uma imagem de transparência, de respeito relativamente aos cidadãos.

Já o *ethos* de competência «exige de quelqu'un qu'il possède à la fois savoir et savoir-faire» (Charaudeau, 2014a: 96). O político não só deve ter um conhecimento aprofundado sobre o domínio particular da atividade que exerce como deve também provar que tem os meios, o poder e a experiência para realizar os seus objetivos com resultados positivos. Por outras palavras, deve saber

agir de forma eficaz. É, principalmente, o seu percurso político que permite avaliar a sua competência. Por vezes, é o próprio político que evidencia pelo seu próprio discurso, o seu percurso, construindo um *ethos* de competência pela menção aos estudos, às funções exercidas, à experiência adquirida.

Como forma de fazer face quer a críticas dos adversários, quer a acusações de culpabilidade ou responsabilidade, quer ainda a factos que contradizem as suas promessas, o político é conduzido a produzir discursos de justificação – «se justifier consiste alors à nier le caractère conscient et volontaire de l’acte et de récuser qu’il pût être malintentionné» (Charaudeau, 2014a: 98) –, de forma a salvaguardar a sua imagem de credibilidade ou a minimizar os efeitos dos ataques, pelo recurso a estratégias argumentativas de recusa²¹³, razão superior²¹⁴ ou não-intencionalidade²¹⁵. Constata-se, no entanto, que nem sempre os discursos de justificação conseguem reabilitar a imagem do político visado, podendo este cair no ridículo (2014a:96-105).

L’*ethos* de crédibilité est à la fois un construit et un attribué, ou plus précisément un construit sur un attribué. Un construit par la façon dont le sujet met en scène son identité discursive. Un attribué par l’identité sociale que possède le sujet et qui dépend à la fois de son statut et de la façon dont le perçoit le public. (Charaudeau, 2014a: 104)

Se o *ethos* de credibilidade é fundado num discurso de razão (*logos*), já o *ethos* de identificação é assente num discurso de afeto (*pathos*): «le citoyen, au travers d’un processus d’identification irrationnel, fonde son identité dans celle de l’homme politique» (Charaudeau, 2014a: 105).

Toute construction d’*ethos* se fait dans un rapport triangulaire entre soi, l’autre et un tiers absent porteur d’une image idéale de référence : le soi cherche à endosser cette image idéale, l’autre se laisse emporter par un mouvement d’adhésion à la personne qui s’adresse à lui par l’intermédiaire de cette même image idéale de référence. Dans le discours politique, les figures de l’*ethos* sont à la fois tournées vers soi-même, vers le citoyen et vers les valeurs de référence. (Charaudeau, 2014a: 105)

²¹³ « La récusation consiste à nier la mise en cause elle-même, à contester l’accusation et à la déclarer nulle et non avenue, ce qui entraîne le fait qu’il n’y a pas lieu de se justifier » (Charaudeau, 2014a: 98).

²¹⁴ « [La raison supérieure] consiste à répondre à la mise en accusation en disant au nom de quoi l’acte a été accompli. Cela peut-être au nom de la *raison d’État* [...] [,] au nom de la *loi* [...] [,] au non du *réalisme* » (id. *ibid.* : 99-100).

²¹⁵ « [...] une troisième stratégie consiste pour le sujet politique à plaider le caractère non intentionnel de l’acte, ce qui doit avoir pour effet de dégager son auteur de la posture d’accusé. [...] Celui qui se justifie peut le faire en arguant de son *innocence*, de l’*ignorance*, des *circonstances* ou de la *responsabilité collective*. » (id. *ibid.*: 101).

A polivalência de imagens que caracterizam os *ethè* de identificação dos políticos²¹⁶ denota as suas intenções de tocar um público o mais numeroso possível, sabendo que este é heterogéneo e difuso do ponto de vista dos seus imaginários.

De entre as imagens mais recorrentes, orientadas para si-mesmo – uma vez que é suposto refletirem traços que definem e essencializam os políticos enquanto pessoa (Charaudeau, 2014a: 106) –, registam-se o *ethos* de potência²¹⁷, o *ethos* de carácter, o *ethos* de inteligência e o *ethos* de humanidade.

O *ethos* de carácter diz respeito à força de espírito do orador. São vistos como políticos de forte personalidade os que mostram retidão e integridade de carácter tanto através do seu discurso como por meio das suas ações. Este tipo de *ethos* manifesta-se através de figuras como o vitupério²¹⁸ («vitupération»), que culpabiliza, critica e testemunha a indignação pessoal (mas de forma controlada), decorrente de um julgamento da mente que necessita de ser expresso vigorosamente. Como observa Charaudeau, estes tipos de reações decorrem na sequência de declarações, decisões ou comportamentos de forças políticas adversárias (2014a: 108). A provocação²¹⁹ e a polémica (característica dos debates) configuram outras formas enérgicas de expressar a indignação. Sem entrar na provocação direta, o político, dito de carácter, pode optar pela advertência (que pode até ter ares de ameaça).

Por outro lado, o *ethos* de carácter pode ser manifestado pela designada «força tranquila» (2014a: 109), referente a uma tenacidade combativa de quem nunca abandona os seus compromissos e

²¹⁶ Os políticos, inclusivamente, jogam em várias facções, que podem até contradizer-se. Tal é o caso de um político que deseje mostrar uma faceta de modernidade, mas por outro lado de tradição, ou, por outro lado, sincero, mas poderoso, sem descurar uma imagem de modéstia. Acrescente-se ainda o facto de os políticos projetarem imagens que ora reenviam à vida política ora reenviam à vida privada, havendo um cuidado entre os valores (políticos) coerência com a vida privada, observa Charaudeau (2014a: 105-106).

²¹⁷ O *ethos* de potência remete para a imagem de uma força da natureza (uma força telúrica) e pode expressar-se através de uma figura de virilidade sexual (ainda que não seja explicitamente declarada), pela exploração de proezas físicas, pelo recurso à violência verbal dirigida aos adversários políticos, mas também de forma mais atenuada, pela determinação no agir, ou mostrando que se é bastante ativo, que se está presente em todas as frentes (como nas campanhas eleitorais). Charaudeau adverte que a noção de potência ('puissance') é distinta de 'poder', resultando este último de uma ação coordenada que tem como objetivo a organização da vida coletiva, não sendo nunca uma propriedade individual (2014a).

²¹⁸ Como lembra Charaudeau, «pour vitupérer, pour pousser des coups de gueule – calculés – qui aient un effet politique, il faut se trouver dans une position qui les justifie.» (*ibid.*: 108).

²¹⁹ «La provocation est faite de déclarations qui ont pour but exclusif de faire réagir quelqu'un, au point que l'on ne sait jamais si les propos tenus doivent être considérés comme reflétant la pensée de celui qui les énonce» (*id. ibid.*).

determinação em vencer, demonstrando serenidade, persistência e confiança em si próprio nas apostas que traça para o futuro. Correlativa da força tranquila é o autocontrolo, que denota um carácter equilibrado de quem mantém a cabeça fria em todas as circunstâncias, de alguém que reflete nos prós e nos contras antes de agir. Igualmente a coragem – possuída pelos políticos que não cedem à demagogia e que afrontam a adversidade sem dar mostras de fraqueza – e o orgulho²²⁰, que denota uma determinação e uma ambição de fazer uma grande obra, também na sua versão atenuada de legítima satisfação («fierté»)²²¹, bem como a moderação, entendida como uma atitude de intermediação entre os parceiros em conflito (que pode ser manifestada por declarações que visam acalmar propósitos conducentes à polémica) são figuras que constroem um *ethos* de carácter.

O *ethos* de inteligência faz igualmente parte do *ethos* de identificação, na medida em que pode suscitar no auditório sentimentos de respeito e admiração, favorecendo a adesão à sua pessoa. No caso dos políticos, a inteligência não só é apercebida no domínio público, como também do que se depreende da sua vida privada. A figura do homem culto – «un homme de culture ne peut être qu'un homme de bien» (Charaudeau, 2014a: 112) –, dependente do capital cultural adquirido quer pela sua origem social quer por via da sua formação, deve ser confirmada²²² pelos seus atos públicos (escrita de livros, mas também participação em emissões televisivas, programas culturais e manifestações artísticas). Já a astúcia (ou malícia), outra das figuras pela qual se concretiza o *ethos* de inteligência, é mais subtil. Denota uma certa perícia entre o ser e o fazer, um saber dissimular determinadas intenções; é, portanto de um jogo de máscaras imprescindível à sobrevivência na atividade política. Essa astúcia pode ser apercebida de forma positiva (enquanto habilidade) ou de forma negativa, quando está ao serviço da dissimulação, permitindo o envolvimento do político em casos de corrupção ou a apropriação indevida de bens públicos, enquanto constrói uma imagem de virtude, chegando mesmo a insurgir-se contra aqueles que o fazem.

O *ethos* de humanidade configura-se, de igual forma, como um imaginário importante para a consolidação da imagem pública dos políticos. De facto, mostrar sentimentos de compaixão pelos

²²⁰ «Cette figure est nécessaire à l'homme politique parce qu'elle garantirait [...] son désir de défendre les valeurs et l'intégrité identitaire de son peuple, jusqu'au sacrifice» (Charaudeau, 2014a:110).

²²¹ «[L']ethos de caractère fort se caractérise alors par une attitude de revendication de l'action accomplie, en faisant preuve de fermeté énergique (qui n'est énervement, ni l'agressivité) et même de dureté inébranlable» (*id. ibid.*:111).

²²² Como lembra Charaudeau, a notoriedade pode ter sido adquirida previamente no mundo artístico e intelectual, ou pelos seus títulos académicos, ou por um estilo de escrita admirável.

que sofrem (junto de pessoas desfavorecidas e, especialmente, em situações de catástrofe) e, por outro lado, ser capaz de confessar as suas fraquezas, bem como de mostrar os seus gostos, inclusive, os mais íntimos, são meios pelos quais se prova que os políticos também são humanos – «Pour être un homme publique, on n'en est pas moins homme» (Charaudeau, 2014a: 114). Tanto a figura do sentimento como a da confissão são difíceis de manipular, já que em política é preciso controlar os seus sentimentos, e a figura da confissão (procedimento raro) pode ser igualmente uma marca de fraqueza²²³, adverte o autor. O gosto (em termos literários, musicais, gastronómicos, ou no domínio do lazer, do desporto, do vestuário, entre outros) é referente à vida privada e íntima dos políticos²²⁴, e deve ser revelado com uma certa parcimónia, sob pena de o político parecer frívolo ou demagógico. Nestes casos, verifica-se uma certa aliança entre os media e os políticos, sendo revelados alguns aspetos da vida privada em determinadas emissões criadas pelos meios de comunicação social.

Na relação de reciprocidade entre a instância política e a instância cidadã²²⁵, o *ethos* de solidariedade e o *ethos* de liderança («*ethos* de chef») são orientados para o cidadão (cf. Charaudeau, 2014a: 118).

Correspondente à construção de uma imagem de si próprio com vista a conquistar a adesão por meio da idealização, o *ethos* de liderança manifesta-se por meio das figuras do guia, do soberano, do comandante. A figura do guia supremo desdobra-se, por sua vez, em guia pastor (um ser unificador que reúne o rebanho e o conduz com uma perseverança tranquila) e guia profeta²²⁶ – trata-se de um ser visionário; alguém que é, ao mesmo tempo, garante do passado e voltado para o futuro, para um destino; distingue-se do guia pastor porque é «uma voz», e não um «ser de silêncio» (Charaudeau, 2014a: 119-120). Ligeiramente diferente da do guia, a figura de chefe soberano é relativa ao político que não só se posiciona como garante dos valores (democracia, soberania do povo, identidade

²²³ Charaudeau refere que a confissão surge nos casos em que os políticos pretendem desmontar as críticas dos adversários, reconhecendo que não fizeram coisas assim tão graves que permitissem desencadear uma crise política. No entanto, esta confissão deve ter a sua limitação: reconhecer que não se fez o suficiente relativamente ao que seria uma situação ideal. Deste modo, a eventual imagem de fraqueza seria contrabalançada pelo *ethos* de coragem e de sinceridade (2014a: 115).

²²⁴ Charaudeau faz ainda referência à figura da intimidade, construída com a cumplicidade dos jornalistas, que interrogam «l'entourage (y compris domestiques) des responsables politiques pour recueillir des «indiscrétions» (id. *ibid.*: 117).

²²⁵ «L'*ethos* politique qui est pris dans cette relation de réciprocité [entre instance politique et instance citoyenne] oriente plus franchement le miroir tantôt vers le sujet politique, tantôt vers le sujet citoyen» (id. *ibid.*: 118).

²²⁶ O guia-profeta constrói simultaneamente uma imagem de «pai» e de «inspirador de génio», que propõe ao povo uma possível redenção na condição de o seguirem (id. *ibid.*: 120).

nacional do povo) como também encarna esses valores; responde, pois, a imaginário coletivo. Como sublinha Charaudeau, a soberania é o que funda a legitimidade do político (2014a:120). Já a figura do comandante, participando das figuras anteriores, mas de forma mais agressiva, constrói uma imagem de chefe de guerra, tal é o caso dos líderes populistas.

A construção de um *ethos* de solidariedade implica não só que o sujeito esteja atento às necessidades de outrem como também que as partilhe e se torne responsável por elas. A solidariedade²²⁷ caracteriza-se

par la volonté d'être ensemble, de ne pas se distinguer des autres membres du groupe et surtout de faire corps avec eux dès l'instant que ceux-ci se trouvent menacés. Celui qui est solidaire n'est pas dans une position différent des autres; il partage les mêmes idées, les mêmes points de vue que ceux de son groupe, et ce à l'encontre des idées et des points de vue des autres groupes. (Charaudeau, 2014a: 125)

Como recorda o autor, no domínio político, a solidariedade constrói-se através da relação de reciprocidade entre atos e declarações. A solidariedade, não esqueçamos, passa por um processo de identificação a um grupo por meio de valores ou ideias. Charaudeau (2014a: 126) sublinha, por conseguinte, a importância de «escutar», «saber ouvir», «estar atento», o que denota uma atitude de consideração para com os outros. Ouvir o povo torna-se imprescindível para a construção de um *ethos* de solidariedade, pois é tendo conhecimento de causa, consultando a opinião pública, que se podem conduzir políticas adequadas em resposta às necessidades daqueles que os políticos representam.

De referir ainda, no domínio da vida política contemporânea, a construção de uma imagem de si em rutura, caracterizada pela diferença, pela novidade, pelo não conformismo (Krieg-Planque, 2019: 1-2). Segundo a investigadora, o *ethos* de rutura pode ser observado sob três aspetos distintos: «parecer em rutura»²²⁸, «dizer-se em rutura»²²⁹ e «expressar-se» em rutura».

²²⁷ Lembre-se que a solidariedade não é compaixão, pois esta caracteriza-se «par un mouvement assymétrique entre une personne qui souffre et une personne qui, ne souffrant pas, est cependant émue par la souffrance de l'autre, alors que celle-là se veut égalitaire et réciproque» (*id. ibid.*: 125).

²²⁸ «Il s'agit de sembler innover ou se différencier par une façon de s'habiller ou de se tenir (pour un homme, se présenter sans cravate à l'Assemblée nationale...), par une façon de parler [...], mais aussi, et surtout, s'agissant du domaine politique, par des idées et des contenus programmatiques originaux ou dissonants dans un contexte socio-historique donné (proposer de nationaliser les banques, de sortir de l'Union européenne, d'interdire les licenciements...)» (Krieg-Planque, 2019: 2).

²²⁹ «Il s'agit [...] de mettre explicitement en avant un changement personnel, de s'engager à incarner le pouvoir autrement ou encore de prétendre dépasser le "clivage droite-gauche" La prétention à la rupture est alors explicitée, mais elle porte sur l'être, et non pas sur le dire, comme c'est le cas ci-après dans la troisième forme» (*id. ibid.*).

3.4.2 Procedimentos de construção do *ethos* político

Os meios discursivos mobilizados pelos oradores para a construção do *ethos* são em grande número e apresentam grande variedade. De lembrar também que um mesmo procedimento pode ter vários efeitos: pretende-se conquistar o afeto do auditório pela construção de uma imagem positiva de si ou pela imagem negativa do adversário (Charaudeau, 2014a: 129). Ressalva o especialista que os procedimentos utilizados nem sempre resultam de uma atitude calculista do sujeito: «ceux-ci sont employés par le sujet parlant de manière plus ou moins consciente, et sont plus ou moins perçus et reconstruits par l’interlocuteur ou par le public» (2014a: 128). A sua eficácia, frequentemente apercebida posteriormente, depende do conjunto das circunstâncias, como sejam a situação de comunicação, os valores da época, a personalidade do orador, entre outros aspetos.

De acordo com Charaudeau, tanto os procedimentos expressivos (que caracterizam a enunciação na sua forma oral)²³⁰ como os procedimentos enunciativos são suscetíveis de produzir efeitos de *ethos*.

São característicos da enunciação elocutiva os pronomes pessoais de primeira pessoa, acompanhados de verbos de modalidade, de advérbios e de qualificativos, que não só revelam a implicação do sujeito no seu enunciado como também indicam o ponto de vista pessoal do locutor. A enunciação alocutiva exprime-se, por sua vez, pela utilização dos pronomes pessoais de segunda pessoa, acompanhados igualmente por verbos de modalidade, por qualificativos e por diversas denominações, que implicam o interlocutor no ato de linguagem e, ao mesmo tempo, revelam a relação que se instaura entre o locutor e o interlocutor. De destacar neste tipo de enunciação, e em particular na situação de debate político, as formas de tratamento (de interpelação) desvalorizantes, que podem surgir de forma atenuada e indireta ou de forma direta e agressiva; bem como a modalidade de solicitação, que surge, por vezes, sob a forma de interpelação retórica: «Un questionnement qui prend l’auditoire à témoin et qui permet soit de valoriser celui-ci, soit de critiquer l’adversaire, soit d’inciter le public à éveiller sa conscience» (Charaudeau, 2014a:137).

²³⁰ Charaudeau menciona o modo próprio de falar dos políticos, a *vocalidade dos políticos*, distinguindo-se o «falar bem», o «falar forte», o «falar tranquilo» e o «falar local» (2014a).

Recorrendo a formas impessoais (frases deficionais, frases infinitivas) a enunciação delocutiva apaga todos os vestígios dos interlocutores e apresenta o que é dito como se o conteúdo proposto não fosse da responsabilidade de nenhum dos interlocutores presentes e dependesse de um só ponto de vista: de uma terceira voz, a da verdade (Charaudeau, 2014a: 138).

L'énonciation délocutive fait entrer l'auditoire dans un monde d'évidence, et employée dans le discours politique, elle pare l'orateur d'une figure de souverain, parce que se mettant au-dessus de la mêlée il se fait le porteur d'une vérité établie. (Charaudeau, 2014a: 138)

3.4.3. Imagens versáteis do *ethos*

L'*ethos* est bien le résultat d'une mise en scène sociolinguistique qui dépend des jugements croisés que les individus d'un groupe social donné portent les uns sur les autres en tant qu'ils agissent et parlent. (Charaudeau, 2014a: 90)

Não obstante os *ethè* positivos que os políticos tentam construir, de forma a persuadir o auditório, a imagem de si que deixam transparecer nem sempre é positiva, e pode mesmo ter o efeito contrário, «L'*ethos* est une arme à double tranchant», lembra Charaudeau (2014a: 140). De facto, certas figuras mobilizadas pelos oradores podem produzir efeitos contraditórios, em determinadas circunstâncias políticas, e construir um *ethos* negativo. A figura de orgulho pode, por exemplo, oferecer uma imagem de vaidade, arrogância (vd. M. A. Marques, 2008b); assim como a figura de astúcia pode ser facilmente apercebida de forma maliciosa e criar uma imagem de hipocrisia ou de autoritarismo; como outras podem construir um *ethos* de frivolidade ou um *ethos* demagógico. Por outro lado, como menciona o especialista, surgem efeitos inesperados decorrentes de declarações embaraçosas ou de *gaffes*, por exemplo, que são apercebidas como marcas de sinceridade, simplicidade ou mesmo de honestidade, e constroem um *ethos* de humanidade.

Les *ethos* dépendent, pour leurs effets, de la rencontre entre les stratégies déployées par l'acteur politique et une certaine demande sociale (floue et inconsciente) d'*ethos*, de sorte que cette dernière puisse se reconnaître dans le miroir qui lui est tendu. (Charaudeau, 2014a: 142)

PARTE II

A PALAVRA EM DEBATE: O DISCURSO POLÍTICO PARLAMENTAR

*Le politique fait moins le discours
que le discours ne fait le politique.*

Le Bart (2010: 79)

1.1 Algumas noções

Qualquer intervenção verbal no campo da política deve ser considerada simultaneamente pelo que ela diz e pelo que não diz, adverte Charaudeau. A transparência não é um dos seus traços constitutivos, como se sabe: «Le discours politique est lieu par excellence d'un jeu de masques». O discurso político é antes o resultado de uma estratégia «dont l'énonciateur n'est pas toujours le maître» (Charaudeau, 2014a: 7).

Le Bart (1998) fala de improvisação tática e refere a dimensão dramatúrgica do ator político do (no sentido de Goffman, 1973), face à exigência de mostrar uma impressão idealizada. Para o politólogo, o estudo do discurso é o melhor meio para apreender essa tensão política, decorrente dos desafios que o locutor enfrenta na situação de comunicação e da sua capacidade em geri-la (1998.: 45).

Segundo Bayley, «there is no such thing as political language, but a wide and diverse set of discourses, or genres, or registers that can be classified as forms of political language» (2005: 3). Para o autor, existem formas do discurso político, como sejam os discursos ministeriais, as conferências de imprensa, os discursos parlamentares, os manifestos dos partidos, os discursos eleitorais, entre outras formas canónicas, que apresentam como característica comum o facto de serem proferidos (ou escritos) pelos (ou para) os atores políticos – membros do governo ou da oposição, membros do parlamento, líderes dos partidos ou candidatos. Bayley menciona ainda outras formas – intermediárias – do discurso político como os discursos dos *media*, da imprensa, de órgãos administrativos, de grupos de pressão e de interesses, e, num outro nível, as conversas e

discussões sobre política na esfera privada²³¹. Já Carlier, na introdução ao volume *Argumentation et discours politique* (Bonnafeux, Chiron, Ducard & Levi, 2003) defende que, desde que duas pessoas estejam juntas e falem de política, mantêm um discurso político. Reconhecendo a abrangência do domínio da política, o autor considera, enfim, que tudo o que envolve um julgamento sobre a organização da comunidade é político. Amossy e Koren, por seu turno, advogam que o discurso político «va ainsi de la parole professionnelle des politiciens à tous les discours qui traitent de la chose publique» (2010: 14). De mencionar que o próprio termo «discurso» é já de si ambíguo, lembra Maingueneau, tanto pode designar um sistema que permite produzir um conjunto de textos como esse mesmo conjunto, tal como o «discurso comunista» – que pode designar o conjunto de textos produzidos pelos comunistas assim como o sistema que permite a sua produção²³² (2016: 45).

Salientando a dimensão pragmática e a força performativa do discurso político (associando-o a um discurso de poder), Sălăvăstru²³³ propõe um sentido especial para este tipo de discurso:

le discours politique est une forme de discursivité par l'intermédiaire de laquelle un certain locuteur (individu, groupe, parti) poursuit l'obtention du pouvoir dans la lutte politique contre d'autres individus, groupes ou partis. (2004:175)

Pelo nosso lado e dado o propósito do nosso estudo, concebemos o discurso político na sua conceção restrita²³⁴ como sendo os discursos feitos pelos profissionais da política no exercício das suas funções, ainda que não sejam proferidos em lugares institucionais (Coulomb-Gully & Rennes²³⁵, 2010; Bayter²³⁶, 2014). Como observa Koren (2013), trata-se de manter o poder ou de o conquistar.

²³¹ Como refere Bayley, « political socialization takes place not just in the public sphere, but also in the private sphere; the home, the workplace and public meeting places are all sites at which political discourse may take place.» (2005 :3).

²³² Donde a importância dos géneros do discurso, já que a unidade «discurso comunista» é indissociável do género que mobiliza e da forma como o mobiliza (cf. Maingueneau, 2016: 56).

²³³ O autor propõe um «modelo triádico de análise da performance do discurso político», partindo do pressuposto que um discurso político eficaz integra três dimensões: racionalidade, problematicidade e expressividade (Sălăvăstru, 2004:178).

²³⁴ Em termos gerais, o discurso político seria compreendido como qualquer discurso que apresenta uma dimensão política, isto é, que apresenta como intuito a adoção de determinado ponto de vista, suscitando determinados comportamentos em conformidade com a visão que se deseja promover; pretende-se, portanto, modificar um estado de coisas existente, tentando agir sobre o outro. Por outro lado, pode também compreender-se o discurso político como aquele que trata de assuntos de interesse coletivo.

²³⁵ «Le discours politique, au sens restreint de discours porté par les professionnels de la politique (discours électoraux, discours gouvernementaux, discours des assemblées élues, etc.)» (Coulomb-Gully & Rennes, 2010: 176).

²³⁶ Para Henry Hernández Bayter, «le discours politique est tout discours prononcé dans un contexte politique (des discours parlementaires, conférences du parti politique [...]) par des hommes politiques dans le cadre de leurs fonctions» (2014: 253).

Le Bart opõe dois níveis no discurso político. Por lado, o discurso produzido numa lógica de posicionamento, caracterizado pela sua singularidade lexical e estilística, de forma a ficar presente nos espíritos (subtraindo-se, assim, à insignificância ou ao esquecimento). Nesta ótica, apresenta um efeito de influência e é compreendido como estratégia e tática. Enquanto género, o discurso é uma estrutura onde todos os discursos convergem e se adicionam:

ils activent des croyances fondamentales qui permettent au champ politique d'exister comme champ social autonome et légitime, ils contribuent même à la construction sociale de la réalité en faisant exister des groupes, des institutions, des représentations du monde social. (Le Bart, 1998: 45)

Efetivamente, como observa Charaudeau, o discurso político inscreve-se numa prática social e, por outro lado, circula num espaço público onde se instauram relações de poder (2014a: 119). De acordo como o autor, a cena política coloca em presença uma instância política (instância de decisão e ação política), uma instância mediática (intermediária entre a instância política e a cidadã) e uma instância cidadã (que está na origem das escolhas dos representantes do poder e que formula opiniões de acordo com a influência exercida pelas instâncias cidadã e mediática):

l'instance politique, en tant, qu'instance de décision, doit donc agir en fonction du possible, alors que l'instance citoyenne l'a élue pour réaliser le souhaitable. D'où l'exercice difficile du pouvoir politique qui consiste à dicter la loi et à sanctionner tout en assurant du consentement de l'instance citoyenne. (2014a: 14)

Em posição de conquista ou exercício do poder, a instância política tende a um «agir sobre o outro» procurando a adesão às suas promessas ou ação. O sujeito político vê-se então obrigado a mobilizar uma série de estratégias que construam uma imagem de si credível (*ethos* de credibilidade) aos olhos da instância cidadã e que seja atrativa (*ethos* de identificação), por outro lado, recorrendo à apresentação dos valores²³⁷, de forma a que o cidadão adira com entusiasmo (Charaudeau, 2014a).

Como discurso que se entrega à construção das imagens dos atores políticos (*ethos*) e a estratégias de persuasão e sedução, mobilizando procedimentos retóricos, o discurso político é visto por Charaudeau como «ato de comunicação»²³⁸. Trata-se de um processo de influência que se faz em

²³⁷ Segundo Charaudeau, os valores correspondem às ideias que se defendem no espaço de discussão (2014a:14). São apresentados de forma a tocar o afeto do auditório, pela sua dramatização, quer o objetivo seja a adesão à tese do orador, quer seja para a dissuasão relativamente a propostas dos adversários políticos.

²³⁸ Para Charaudeau, não existe um discurso político em si mesmo, é a situação de comunicação que o torna político (2014 a: 31) : «toute énoncé, aussi innocent soit-il, peut avoir un sens politique dès lors que la situation le justifie» (*ibid.*: 30). «Ce n'est pas le contenu du discours qui fait qu'un discours est politique, c'est la situation qui le politise» (*ibid.*). Para o autor, há sim lugares de fabricação do pensamento político: para além do «ato de comunicação» e do «sistema de pensamento», também o «comentário» é um lugar de fabricação do pensamento político, ainda que não tenha necessariamente um propósito político.

nome de um comportamento comum mais ou menos ritualizado. Mas o discurso político é, antes de mais, ideológico, o que nos remete para um outro lugar de fabricação do discurso,

le discours politique comme *système de pensée* est le résultat d'une activité discursive qui cherche à fonder une identité politique en fonction de certains principes qui doivent servir de référence à la construction des opinions et des positionnements (Charaudeau, 2014a: 30).

Acrescenta o autor que é em nome desses «sistemas de pensamento»²³⁹ que se identificam as afiliações ideológicas. Nesta perspetiva, a ideologia não seria entendida no sentido de van Dijk, no quadro da ACD, como a base das representações sociais partilhadas por um grupo (2005), e sim como um modo de articulação entre significação e poder, que apresenta como base:

une légitimation qui consiste à rationaliser sa propre légitimité pour se justifier et signifier sa position de domination; une dissimulation puisque cette activité de rationalisation a pour effet de masquer les rapports de domination; une fragmentation puisque cette dissimulation a pour effet d'opposer les groupes entre eux; une réification enfin, puisque cette rationalisation tend à naturaliser l'histoire comme si elle était atemporelle. (Charaudeau, 2014a: 149)

Como referem Trognon e Larrue, os indivíduos e os grupos reconhecem-se, distinguem-se e orientam as suas condutas através de representações políticas que resultam de entrecruzamentos de discursos. Aliás, um discurso político é sempre um interdiscurso, sublinham (1994: 11), e neste sentido, a essência do que é político é o confronto, constituindo o debate a sua forma prototípica (1994: 14). É, pois, através do discurso que os indivíduos constroem a sua imagem e a sua identidade social, e é através dos discursos que veiculam as suas ideias e a sua representação do mundo e, naturalmente, é pelo discurso que tentam agir sobre o outro. Mais do que representar o mundo, falar é uma forma de ação, lembra Maingueneau (2016: 69).

Le discours politique ne constitue pas un ornement de la conduite politique, mise en mots, expliquée ou commentée, habillée avec plus ou moins de bonheur, bref une superstructure. Le discours est constitutif du politique. (Trognon & Larrue, 1994: 10)

²³⁹ «Ce lieu est celui de l'organisation des savoirs dans lequel il s'agit de repérer les idées et les valeurs qu'ils mettent en exergue sans préjuger du système de pensée auquel ils pourraient correspondre» (2016:157). Charaudeau refere-se a «imaginários» quando os saberes, enquanto representações sociais, constroem o real num universo de significação; se esses imaginários forem identificados através de enunciados linguísticos, agrupáveis semanticamente, então serão «imaginários discursivos». O autor designa de «imaginários sociodiscursivos» as ideias e valores que circulam no interior de um grupo social e que se instituem como normas de referência para os seus membros» (*ibid.*).

1.2 A retórica política

Para os Gregos, a retórica era a arte da palavra política e tinha que ver com a relação dos homens entre eles²⁴⁰ (relações essas feitas de razão e de emoção). Não sendo uma arte especializada²⁴¹, era antes uma técnica de ordem geral que supunha um conhecimento dos mecanismos da razão e uma experiência dos homens e das relações humanas (Buffon, 2002: 59). Ora, a retórica,

ce n'est pas seulement la maîtrise du discours, c'est la maîtrise de la situation dans laquelle s'insère le discours. C'est tout à la fois un art de la parole et un art de la situation de la parole. Elle ne s'intéresse pas uniquement à la raison et à l'efficacité persuasive, elle a aussi égard au déploiement de la parole et à l'accomplissement de l'homme dans le langage. Elle a trait tout autant au discours qu'à ses conditions d'énonciation et de recueillement et elle cherche à se donner une unité à cet ensemble en faisant en sorte que l'orateur, l'auditoire, le contexte et la parole qui se déploie soient tout en harmonie les uns avec les autres. C'est en cela aussi, par cette finalité d'union et de concorde [...] que la rhétorique est fondamentalement un art politique. (Buffon, 2002: 60)

O sistema representativo concedeu um espaço e um papel à retórica através da instituição do Parlamento, ocupando a deliberação parlamentar um espaço determinante enquanto o Parlamento era autónomo²⁴². A persuasão dos parlamentares, livres nas suas opiniões, recorria à retórica, ou seja, aos seus talentos de oratória, não estando nada decidido antes do início dos debates. Com a racionalização dos procedimentos parlamentares nas democracias ocidentais, acompanhada, consequentemente, da racionalização da vida política, foi suprimido o risco que representava a palavra, tendo-lhe sido retirado o seu poder criativo e subversivo. A deliberação política passou a ser o resultado de relações de força que se estabeleciam entre as opiniões das formações partidárias. A arte do discurso foi então substituída pela lógica do número²⁴³. O desafio retórico deslocou-se: deixou de ocorrer tanto entre os representantes para passar a ocorrer dos representantes para os representados (cf. Buffon, 2002).

²⁴⁰ «L'homme est un être 'sociable', il vit spontanément en communauté. C'est un 'animal politique' [...] car il est doué de logos [...], c'est-à-dire tout à la fois de raison et de parole, l'une et l'autre par essences collectives. Contrairement à l'homme moderne qui s'accomplit en se retirant en lui-même, en s'adressant à lui-même, l'homme grec se réalise en s'adressant aux autres, en s'objectivant pour s'inscrire dans le Tout qui donne sens à son existence. Il se sent et se sait par nature destiné à une vie bonne et vertueuse, qu'il ne peut atteindre que dans et par la cité où il vit. *La rhétorique, art de la parole politique, lui est indispensable pour réaliser sa nature*» (Buffon, 2002: 55).

²⁴¹ Como a do médico, por exemplo.

²⁴² Quando a palavra dos parlamentares não estava subjugada à disciplina partidária ou aos seus eleitores.

²⁴³ «La parole dans les assemblées est devenue une sorte de calamité qui s'abat sur elles à chaque débat et dont chacun se protège comme il peut : soit par la désertion, quelle soit physique – voyez l'absentéisme parlementaire – ou intellectuelle – les présents s'immergeant dans la lecture des journaux, la réponse au courrier, etc. ; soit, si on est contraint de participer au débat, par la lutte organisée : une batterie de conseillers rédige les discours des intervenants, prend en note ce qui se dit et prépare des réponses sur mesure que le ministre ou le rapporteur n'a plus qu'à lire mécaniquement, sans même y penser. Un circuit rituel de la parole s'installe, étranger à l'être ; la machine marche tout seule» (Buffon, 2002: 70).

Numa época em que as ideologias perderam o seu vigor, a subjetividade surge em força revigorando a retórica:

La communication politique parlée, telle qu'elle est engagée par la rhétorique, se joue dans l'intersubjectivité en suscitant le désir de l'autre et en éveillant, entre lui et l'orateur, un lien qui ne saurait se réduire à une adhésion, mais qui, au contraire, s'inscrit aussi dans les dynamiques de l'émotion et du désir. L'intersubjectivité vient, en quelque sorte, doubler le fait politique. La communication politique ne consiste, ainsi, plus seulement dans la représentation de l'engagement politique de ses orateurs et de ses auditeurs : la subjectivité se voit reconnaître un statut dans la communication politique. (Lamizet, 2011: 43)

Ao nível das estratégias, o discurso político oscila entre fases argumentativas racionais e subjetivas (Bonhomme & Rossari, 2013: 2). Se nos momentos de demonstração e de deliberação se privilegia o rigor conceptual do *logos*, o *ethos* prevalece quando o orador pretende dar uma imagem positiva de si mesmo ou uma imagem degradada do adversário. No que respeita ao *pathos*, ocupa o primeiro lugar nas sequências de dramatização que fazem apelo às emoções; nos debates políticos os sentimentos surgem frequentemente racionalizados (as emoções são argumentadas, como postulam Micheli e Plantin, *vd.* Parte I, 2.2.2) e as imagens sedutoras dos candidatos aquando das eleições comportam igualmente marcas de emoção. O *logos*, o *ethos* e o *pathos* formam, portanto, dimensões integrais e inevitáveis da argumentação política e entrelaçam-se frequentemente no desígnio de conquistar a opinião pública. A retórica política confunde as lógicas subjetivas da sedução as lógicas propriamente políticas da argumentação, corrobora Lamizet (2011).

A retórica coloca a política em cena no espaço público, dito de outra forma, a retórica teatraliza a comunicação política (Lamizet, 2011: 40). Se, num primeiro tempo, a retórica é definida como a política do imediato²⁴⁴ (é no imediato que se dá o reencontro entre o orador e o seu auditório); num segundo tempo, o uso da retórica inscreve o discurso político nos lugares institucionais previstos para o efeito (por exemplo, no Parlamento, onde tem lugar uma retórica da decisão partilhada), fazendo da palavra uma modalidade do exercício do poder. A retórica da palavra (já que supõe a presença de auditores ou interlocutores) integra a estética do espaço de enunciação nas mediações simbólicas da palavra pública. Neste sentido, há como que uma dialética dos lugares²⁴⁵ e da palavra,

²⁴⁴ Como refere Lamizet, há uma relação entre a retórica e a temporalidade da comunicação: «comme l'impératif des verbes, la rhétorique est toujours dans le présent d'un moment de réel : nécessairement dans l'immédiat, elle est en dehors de la temporalité symbolique. Dans la rhétorique, le langage fait acte. C'est pourquoi on ne peut pleinement mesurer la consistance, ou la force rhétorique, d'un discours politique que dans le temps même de son énonciation» (2011: 42).

²⁴⁵ Les lieux de la rhétorique politique sont importants pour sa mise en scène, mais il faut noter qu'à l'heure de l'audiovisuelle et de la spectacularisation de la vie des institutions, n'importe quel lieu peut se transformer en un lieu de la rhétorique, dès lors que

refere Lamizet: «Selon les lieux, c'est une théâtralité particulière de la parole qui va s'exercer et des enjeux particulières de pouvoir qui vont se construire» (2011: 41.).

Segundo Lamizet, a retórica política consiste numa dinâmica política de desempenho e numa dialética de ação e representação (2011: 40), tendo-se em consideração, evidentemente, o tipo de auditório a que se destina²⁴⁶. Porém, mais do que ir ao reencontro do auditório, através de um discurso que o representa, dizendo-lhe o que espera da comunicação política, a retórica política seduz o auditório, articulando o significado político e a dimensão estética. Postula o autor que o público da retórica é também o ator coletivo garante da legitimidade da palavra que lhe é dirigida, remetendo, assim, para os atores a imagem da sociedade política a que pertencem. Ao declarar uma palavra, é reconhecido ao orador um estatuto no sistema político a que pertence. O sucesso de um orador deve-se, portanto, ao facto de aqueles que o ouvem encontrarem nas suas propostas algo da sua identidade coletiva; no que respeita aos oradores, a enunciação do seu discurso parece fundar o vínculo social que sustenta o seu estatuto perante o público reunido.

Pensar a comunicação política em termos de retórica, e não em termos de interpretação ou de avaliação, é procurar pensar no efeito real da palavra enunciada no próprio momento da enunciação:

La rhétorique introduit une dimension réelle de la langue, en inscrivant le discours dans l'action. En effet, la signification de la rhétorique n'est pas une affaire de désignation ni d'interprétation, mais, au contraire, elle articule la parole à l'acte: La rhétorique repose sur la recherche d'une action ou d'un engagement effectif dans la pratique. L'argumentation politique fondée sur la rhétorique est véritablement incitative: elle fait des sujets de la communications et de l'énonciation les acteurs effectifs de la sociabilité politique, en les faisant passer du symbolique au réel. (Lamizet, 2011: 25)

Caracterizado na sua dimensão retórico-argumentativa, o discurso político é um discurso de persuasão²⁴⁷ ou de sedução, ou mesmo de manipulação, como o compreende Charaudeau²⁴⁸ (2005). Considerando que não se pode dissociar a persuasão da razão, dizer que a retórica está associada ao discurso político é pouco; afirmamos, pois, com Herman (2008) que a retórica é parte integrante do discurso político.

sont présents les dispositifs de sa médiatisation.» (*id. ibid.*: 41).

²⁴⁶ A retórica política destina-se a dois tipos de auditório: de um lado, aos decisores e aos atores políticos; do outro, o grande público.

²⁴⁷ Há mais de duas décadas afirmavam Trognon e Larrue: «le discours politique est-il aujourd'hui sous l'empire du marketing politique» (1994: 13).

²⁴⁸ No que se refere especificamente ao discurso político, Charaudeau subestima a argumentação como troca racional ao substituí-la pela sedução ou manipulação (cf. Amossy, 2010).

1.3 Os géneros do discurso

Tal como os discursos e as instituições, também os géneros discursivos são mutualmente constitutivos e adquirem legitimidade numa comunidade de fala (cf. Ilie, 2006). Segundo Maingueneau, o discurso apenas acontece porque se manifesta através de instituições de fala que são os géneros do discurso²⁴⁹, pensados através de noções metafóricas como «contrato»²⁵⁰, «jogo»²⁵¹ e «papel»²⁵², que colocam em evidência, cada uma, um aspeto importante do género do discurso. A instituição política reconfigura-se constantemente pelos géneros do discurso que a tornam possível e que são configurados por ela. Entendido como género discursivo, o discurso político é um dispositivo de comunicação através do qual se articula legítima a fala política num lugar e num momento determinados (Maingueneau, 2010: 86). Por outro lado, o discurso político apresenta-se como um «campo discursivo»²⁵³, ou seja, «un lieu de confrontation entre des *positionnements* politiques qui investissent, selon leurs modes propres, des genres de discours» (2010: 88). Para além do fator de «economia cognitiva» dos géneros do discurso evidenciado por Bahktine²⁵⁴ (1992), a noção de género pode oferecer informações importantes sobre a natureza, os objetivos e as funções do discurso parlamentar (cf. Ilie, 2006).

²⁴⁹ Por géneros de discurso entende-se «des dispositifs de communication qui ne peuvent apparaître que si certaines conditions socio-historiques sont réunies» (Maingueneau, 2016: 55); apresentam, portanto, um carácter historicamente variável. Os géneros de discurso contrastam com as tipologias comunicacionais (por exemplo, talk-show é um género de discurso pertencente ao tipo de discurso televisivo, ou de forma mais lata, mediático).

²⁵⁰ Encarar um género de discurso como um contrato equivale a dizer que ele é profundamente cooperativo e regido por normas. Deste modo, qualquer género de discurso exige que os que nele participam aceitem um determinado número de regras mutualmente conhecidas, bem como as eventuais sanções em caso de transgressão (*id. ibid.*:66). Charaudeau adota a terminologia de «contrato de comunicação» e faz dele um conceito central, definindo-o como «l'ensemble des conditions dans lesquelles se réalise toute acte de communication (quelle que soit sa forme, orale, écrite, monolutive ou interlocutive) (2002: 140-141).

²⁵¹ Enquanto jogo, um género implica um certo número de regras pré-estabelecidas, que devem ser mutualmente reconhecidas e que têm como consequência a saída de um participante (ficará fora de jogo) em caso de transgressão (Maingueneau, 2016: 67).

²⁵² Ao falarmos de papel dos participantes na interação significa insistir sobre o facto de cada género discursivo implica os parceiros através de um estatuto determinados. De uma certa maneira, a nossa personalidade é tecida dos papeis que nos cabem, lembra Maingueneau (*ibid.*: 66-67).

²⁵³ «Le discours politique par nature vise à modifier la société dans son ensemble, mais pour le comprendre, il faut au premier chef le rapporter non à la société considérée dans sa globalité, mais à un secteur limité de cette société, à son “champ”, précisément, qui obéit à des règles spécifiques.» (*id.*, 2010: 87).

²⁵⁴ «[...] aprendemos a moldar a nossa fala às formas do género e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o género, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações» (1992: 302).

1.4 O discurso parlamentar – um discurso político em ação

*In the production of parliamentary discourse,
form is important, but performance is crucial.*

Chilton (2004:108)

O discurso parlamentar é um género particular de discurso político²⁵⁵, definido por Ilie como «a discourse in which institutional face work, political meaning negotiation and power management are being articulated and publicity displayed» (2006: 190).

Bayley lembra que o discurso parlamentar representa a variedade mais formal e institucionalizada da linguagem política (2004:1). De acordo com Ilie (2010a), exhibe características discursivas institucionalizadas específicas e estratégias de interação ritualizada, pelo que cumpre e/ ou contorna uma série de regras e restrições específicas. A interação discursiva dos parlamentares é constantemente marcada pelos seus compromissos institucionais baseados em papéis, pelo confronto institucional de formato dialógico e pela conscientização de agir diante e em nome de um auditório compósito. Acrescente-se que o género de discurso parlamentar exhibe vários subgéneros ajustados aos objetivos institucionais específicos²⁵⁶, como sejam as declarações ministeriais, os debates, os discursos, os questionamentos ao Governo, entre outros.

Se considerarmos o discurso parlamentar numa perspetiva retórica, pertence ao género deliberativo da retórica política²⁵⁷ (conquanto possa apresentar elementos do judicial e do

²⁵⁵ O discurso político parlamentar é específico enquanto subgénero do discurso político (cf. M. A. Marques, 2008a: 283).

²⁵⁶ «The various parliamentary sub-genres display particular institutionalised discursive features and ritualised interaction patterns. The discursive behaviour of MPs is explicitly or implicitly marked by dialogically shaped parliamentary confrontation, by the MPs' institutional role-based commitments, by their party affiliation, as well as by the MPs' awareness of acting in front and on behalf of a multi-layered audience. MPs are expected to achieve a number of institutionally specific purposes, namely position-claiming, negotiating, persuading, agenda-setting, and opinion building, usually along ideological or party lines. During their institutional interaction MPs can be seen to comply with, and sometimes to circumvent, a number of specific rules, norms and constraints» (Ilie, 2010a: 9).

²⁵⁷ Segundo a retórica antiga, há três géneros do discurso: o deliberativo, o judicial e o epidíctico. O género deliberativo é relativo às assembleias, local onde se tomam decisões, segundo as regras da democracia (é um género virado para o futuro, que aconselha ou desaconselha, em função dos valores do «útil» e do «prejudicial», do «melhor e do pior»). O género judicial diz respeito aos tribunais, fala-se (no passado) com vista à acusação ou à defesa, apelando-se aos valores de justiça. O epidíctico é o discurso de teor elogioso (ou crítico) sobre uma pessoa, uma comunidade, uma atividade ou sobre algo que se quer celebrar, que se pronuncia ante uma reunião solene (expressa, geralmente, no presente, utilizando-se os valores do «belo e do feio» (cf. Robrieux, 2015 [2005]: 25).

epidíctico), que é definido como um discurso oratório dirigido a um público ao qual é solicitado que tome uma decisão, avaliando as vantagens e desvantagens de um futuro curso de ação. Sublinha Ilie (2015a) que um dos grandes incentivos para participação ativa dos parlamentares nos debates é a constante necessidade de promover sua própria imagem numa interação institucional competitiva e orientada para o desempenho. Deste modo, o discurso dos parlamentares visa questionar a credibilidade dos adversários, enquanto procura construir uma imagem valorizadora de si mesmo.

No que respeita à especificidade do discurso parlamentar português, Maria Aldina Marques observa o seguinte:

O Parlamento aparece [...] como uma comunidade linguística com um tipo de discurso específico, que apresenta formulações interacionais fortemente ritualizadas. É um macrogrupo bastante homogeneizado, apesar das diferenças sociais, ideológicas, culturais e profissionais de cada elemento. Possuem uma "história discursiva" comum, que passa, em parte, pela história discursiva do grupo parlamentar, da própria Assembleia e da vida política governativa, em geral. Os objetivos comunicacionais gerais são acusar e refutar os interlocutores fisicamente presentes, mas também persuadir/dissuadir o povo português de quem se sentem porta-voz. (2000: 150-151)

1.5 O discurso político: estado da arte

No que concerne ao estado da arte do discurso político, de registar que, à exceção das pesquisas em «terras de sua majestade» (relembre-se que o Reino Unido foi o berço da primeira democracia parlamentar), só nos finais do séc. XX se registou um significativo interesse pelos discursos e práticas da política. A investigação tem sido efetivamente marcada por uma interdisciplinaridade²⁵⁸, fruto dos múltiplos estudos das várias áreas da linguística, nomeadamente, da semiótica, da etnometodologia, da análise crítica do discurso, da análise da conversação, da sociolinguística, da pragmática, da retórica e da linguística cognitiva, como são exemplo as obras de Carbo (1992), Palonen (2004, 2007), Wiesner (2014), Wodak & van Dijk (2000), Bayley (2004), Chilton (2004), Ionescu-Ruxăndoiu (2012), Murphy (2014), Christie (2002), Arroyo (2013), Truan (2016), para não sermos exaustivos.

Não obstante outras abordagens linguístico-discursivas provenientes da análise da conversação (AC), da análise sociolinguística e da etnometodologia, as pesquisas efetuadas sob o quadro teórico da ACD têm marcado os estudos sobre o discurso político, a nível internacional. Referimo-nos, principalmente, à *análise do discurso político* (ADP), que integra a análise da argumentação tanto na análise crítica do discurso como na análise do discurso político (Fairclough & Fairclough, 2013:34), e à *discourse-historical approach* (DHA)²⁵⁹.

Paul Chilton, por seu lado, agrega na sua investigação sobre discurso político a linguística cognitiva, a teoria da metáfora e a pragmática (2004). Do mesmo modo, van Dijk apresenta uma abordagem cognitiva no quadro teórico da ACD do discurso político, interessando-se pelos discursos racistas (2001, 2007) e analisando, sobretudo, as estratégias de legitimação e dominação que se inscrevem no abuso de poder, pela aplicação de uma variedade de métodos analíticos de diversas disciplinas

²⁵⁸ As atuais perspetivas de análise dos discursos institucionais parecem tender para uma cooperação dos vários campos das linguagens do social (antropologia, sociologia, ciência política, ciências da comunicação), integrando abordagens multidisciplinares dos fenómenos comunicacionais. De referir que, em Portugal, o discurso político tem sido objeto de várias investigações na área da sociologia e das ciências políticas.

²⁵⁹ «The DHA provides a vehicle for looking at latent power dynamics and the range of potential in agents, because it integrates and triangulates knowledge about historical, intertextual sources and the background of the social and political fields within which discursive events are embedded. Moreover, the DHA distinguishes between three dimensions that constitute textual meanings and structures: the topics that are spoken/written about; the discursive strategies employed; and the linguistic means that are drawn upon to realize both topics and strategies (e.g. argumentative strategies, *topoi*, presuppositions – see below for an extensive discussion)» (Wodak, 2013: 529).

(textual, pragmático, etnometodológico e cognitivo) (1996, 1997, 1999, 2000, 2002, 2003, 2008, 2010).

A complexidade do discurso político tem sido, pois, evidenciada através de uma pluralidade de abordagens (lexicométricas²⁶⁰, comunicacionais e semióticas²⁶¹) no domínio das ciências da linguagem, atestando o renovado interesse pelos géneros do discurso político, em especial na última década, onde os discursos mediáticos se impuseram. Em França, a revista *Mots. Les langages du politique* regista esta evolução, integrando inúmeros estudos de referência no âmbito da análise do discurso (Escola Francesa), área na qual se enquadra a nossa tese.

Se a questão da legitimidade das instituições pelo viés dos constrangimentos na enunciação tem sido um terreno preferencial na análise do discurso em França (cf. Krieg-Planque & Oger, 2010: 91), o discurso político ocupa um lugar de privilégio no que respeita ao funcionamento discursivo das ideologias²⁶² bem como nos estudos de género que abordam a exclusão das mulheres no poder (vd. *Trente ans d'étude des langages du politique (1980-2010)*, 1996)²⁶³.

E precisamente porque é sempre o poder que está em causa quando se fala de política, de referir as investigações de Charaudeau, de carácter interdisciplinar, no campo mediático e no campo da política (2005, 2007, 2008b, 2011, 2013, 2015). Na sua obra *Le discours politique: les masques du pouvoir* ([2005]), o linguista aborda a relação entre o discurso político, do ponto de vista da linguagem, e as condições sociais de comunicação e os imaginários sociais que o mesmo veicula. De reter a tese de Charaudeau de que o discurso político não é relativo nem a um género de discurso nem a um conteúdo ideológico específico: «ce n'est pas le contenu du discours qui fait qu'un discours est politique, c'est la situation [de communication] qui le politise» (2014a: 30). Já em *La conquête du pouvoir. Opinion, Persuasion, Valeurs, les discours d'une nouvelle donne politique* (2013), o autor mostra

²⁶⁰ Refira-se, a título de exemplo, os trabalhos de Pineira, Carmen e Maurice Tournier, «Ségolène Royal entre François Bayrou et Nicolas Sarkozy. Approche lexicométrique» (2009) e de Bayter: «Pour une approche phraséologique du discours politique, le cas du discours de l'ex-président colombien Alvaro Uribe Velez Hernández» (2014).

²⁶¹ De que é exemplo *Parler pour gagner. Sémiotique des discours de la campagne présidentielle de 2007* (Bertrand, Denis, Alexandre Dézé & Jean-Louis Missika, 2007).

²⁶² Discursos de extrema-direita, discursos xenófobos, discursos antirracistas, etc. . Como observam Coulomb-Gully e Rennes, é notória uma vontade militante de desmistificação dos discursos de poder por parte da análise do discurso francesa (2010: parágrafo 5).

²⁶³ Ainda no mesmo campo de análise, de mencionar que vários trabalhos sobre o *ethos* das mulheres no campo da política (Bonnafeous, 2003; Vassy, 2005) ou mesmo sobre a injúria sexista (Oger, 2006) têm sido desenvolvidos no quadro do CEDITEC.

como o poder se conquista através da palavra e como o combate político se efetiva no espaço social, em sociedades democráticas, precisemos: «Le pouvoir, avant de l'exercer, il faut le conquérir.».

L'argumentation est inhérente au langage politique, en ce qu'il se définit comme un discours de pouvoir et d'action visant à provoquer des conduites, des prises de décision et des partages de valeurs auprès des citoyens. En cela, il constitue un agir stratégique, mais aussi un agir dramaturgique en raison de sa spectacularisation dans les assemblées et les médias. Son argumentation repose entre autres sur des mécanismes pragmatiques : l'efficacité performative de ce type de discours mobilise conjointement ses phases locutoire (dire), illocutoire (faire en disant) et perlocutoire (susciter des réactions ou des croyances par le fait de dire). (Bonhomme & Rossari, 2013: 2)

No quadro teórico da AD em se inscreve a nossa análise, importa salientar os trabalhos que se focam num dos grandes desafios da linguagem política, a sua dimensão argumentativa.

Conquanto se tenham registado investigações relacionadas com a dimensão argumentativa, no que se refere, por exemplo, aos tipos de argumentos²⁶⁴, foram principalmente os trabalhos de Amossy ([2000]), Charaudeau ([2005]) e Plantin (2005), na sua conceção integrada à linguística, que vieram abrir novas perspetivas nas investigações sobre a dimensão argumentativa no discurso político. Para os autores, a argumentação política comporta três principais traços (tratados em diferentes graus por cada um deles): é discursiva e interdiscursiva²⁶⁵; é fortemente incorporada²⁶⁶ e é socializada, no sentido em que apresenta representações coletivas baseadas na *doxa*. Como referem Bonhomme e Rossari, «Il s'agit en effet d'une communication de masse visant à exercer une action dans l'espace public et à mobiliser l'opinion. Ce faisant, elle instaure des identités communautaires, tout en réfutant d'autres modèles sociaux» (2013: 2-3).

Se ao nível das estratégias, o discurso político é produzido por meio da razão e da emoção como já foi referido, os diferentes graus de argumentatividade são perceptíveis através dos seus efeitos, que alternam entre a convicção, a persuasão, a partilha de pontos de vista ou apenas a empatia, dependendo das circunstâncias e dos contextos em que são realizados os discursos políticos. A argumentação política, tal como a argumentação em geral, não visa, necessariamente, à adesão de

²⁶⁴ Vd. Gauthier (1995), a título de exemplo.

²⁶⁵ Se, por um lado, a argumentação se faz no discurso, e não tanto pelo discurso (pelas palavras, sintaxe, organização textual e construção da realidade), por outro, as suas fontes são interacionais (havendo proponentes, oponentes e terceiros, como sejam os jornalistas e comentadores), para além de convocar um interdiscurso. (cf. Bonhomme & Rossari, 2013: 2-3)

²⁶⁶ Não só os locutores encenam um determinada postura que legitime a conquista de autoridade e justifique a credibilidade, como o seu posicionamento enunciativo deve ser concretizado por uma encenação da sua pessoa de forma a conferir um peso ao seu discurso junto do público, o que contribui para a «subjectivação» da argumentação política de que fala Charaudeau (2005: 64), na qual a «técnica oratória» apresenta um importante papel.

uma tese através de conclusões evidentes, a sua ação pode simplesmente consistir em reforçar valores, esclarecer opiniões ou orientar escolhas da opinião pública (Bonhomme & Rossari, 2013: 4).

Várias pesquisas foram efetuadas nesta perspetiva da argumentação política. Considerando o papel dos registos do discurso, Franken e Dominicy (2001) mostraram como os atos expressivos se associam ao epidíctico; Herman (2008) demonstrou como os elogios, nos discursos do general de Gaulle, veiculam valores que incitam à ação e como, por outro lado, as amplificações concedem uma maior autoridade à demonstração dos seus argumentos. De mencionar igualmente os trabalhos referentes a subgéneros políticos, como o slogan²⁶⁷ (Amossy, [2000]), bem como as investigações que redefinem algumas estratégias argumentativas face ao seu quadro linguístico, como é o caso do estudo de Koren sobre a amálgama, apercebida, em discurso totalitários, como um processo argumentativo que se configura numa possível justificação implícita da violência (2012). Registam-se ainda trabalhos sobre a dimensão argumentativa da *elocutio*²⁶⁸, designadamente sobre a função (de desvalorização do adversário) da questão retórica nos debates parlamentares (Ducard, 2003). Por seu turno, Charaudeau (2005) evidenciou como os procedimentos expressivos favorecem o impacto do discurso político, consoante o auditório ao qual é dirigido.

Os recentes estudos sobre o *ethos* e o *pathos* na argumentação política deram um impulso considerável ao estudo da dimensão argumentativa no discurso político, abordada numa perspetiva retórica. Deste modo, surgiram vários trabalhos consagrados à construção discursiva do *ethos* com propósitos de credibilização ou de sedução, de que são exemplo as investigações de Casabino (2009), sobre três candidatos às eleições presidenciais francesas, e de Peñafiel (2011), sobre o presidente Venezuelano Hugo Chaves. Relativamente ao papel do *pathos* na argumentação, de destacar o estudo de Charaudeau (2007), sobre a função do *pathos* nos discursos populistas; de Bonhomme (2008), sobre as figuras do *pathos* nos panfletos; e a de Micheli (2010a), sobre a emoção argumentada nos debates parlamentares sobre a pena de morte²⁶⁹.

²⁶⁷ Amossy mostra como o papel da pressuposição e dos *topoi* que lhes subjazem contribuem para a sua força argumentativa oculta.

²⁶⁸ Vd. Capítulo 2, secção 2.2, da Parte I.

²⁶⁹ Micheli mostra como o *pathos* se configura em objeto de argumentação com o fim de suscitar discursos a seu favor, não sendo apenas uma técnica que intenta modificar as disposições do auditório.

As investigações na última década têm explorado a argumentação política em relação ao gênero a que pertence, bem como na sua ligação com os tipos de discurso que a modelam, quer sejam de natureza enunciativa, como os discursos de protesto; de natureza ideológica, como sejam os discursos totalitários; de natureza polémica; ou de natureza mediática. Pelo interesse crescente que têm despertado nos analistas do discurso os discursos políticos em contexto mediático e em ambiente digital, justifica-se uma menção aos investigadores que dão conta da argumentação política ao serviço da democracia representativa através de *corpora digitais*, como é o caso de Koren, que nota a criação de uma «nouvelle nouvelle rhétorique du politique mis au Net» (2013: 6) e propõe o alargamento da noção de argumentação política. Como refere Charaudeau, depois do sistema de pensamento ideológico e do ato de comunicação, o comentário é o terceiro lugar de fabricação do discurso político: «c'est un discours à propos du politique, sans enjeu politique» (2005: 30-31).

1.5.1 Investigações sobre o discurso parlamentar

Não obstante as referências já feitas aos estudos com base em *corpus* de debates parlamentares, dado o âmbito da nossa análise, impõe-se um destaque para um dos maiores subgêneros do discurso político, objeto de artigos de referência em vários jornais sobre o discurso político²⁷⁰. O discurso parlamentar apresentou um renovado interesse na análise do discurso, no virar do século (Ilie, 2006), sendo, principalmente, objeto de análises diacrónicas e comparativas (Bayley, 2004; Ilie, 2004b, 2012, 2013), nas quais as formas de tratamento apresentam um lugar de privilégio (Jaworski & Galasiński, 2000; Bull & Fetzer, 2006; Ilie, 2005, 2010c; etc.), como forma de observação dos sistemas de valor veiculados pelos discursos parlamentares na contemporaneidade²⁷¹ (cf. Truan, 2016).

²⁷⁰ Refira-se o prefácio de Paul Chilton, em *Journal of Language and Politics* 2003 (2), e a edição e prefácio de Ilie (2010b) «Pragmatic Perspectives on Parliamentary Discourse» no *Journal of Pragmatics* 2010 (42), bem como o estado da questão sobre as investigações do discurso parlamentar romeno «The Romanian Parliamentar Discourse: Tradition and Modernity» na *Revue Roumaine de Linguistique*, 2010 (LV, 4).

²⁷¹ As formas de tratamento foram, sobretudo, objeto de estudo nas análises que se interessaram pelo seu valor prototípico, não obstante as raras abordagens «quali-quantitativas», de que é exemplo a investigação de Truan (2016). A investigadora interessou-se pelas modalidades das formas de tratamento indiretas, que analisou a partir de um *corpus* de debates parlamentares alemães e ingleses.

O volume editado por Paul Bayley, *Cross-Cultural Perspectives on Parliamentary Discourse* (2004) tornou-se uma referência nos estudos do subgênero em questão, abrindo algumas perspectivas de tópicos e modelos teóricos de análise do debate parlamentar, numa perspectiva geral da linguística funcional. Atestando a diversidade de modelos teóricos e ferramentas de análise do discurso parlamentar, de registar o volume *European Parliaments under Scrutiny* ([2010]), editado por Cornelia Ilie, que espelha o estado das atuais investigações, integrando análises de diferentes subgêneros do discurso parlamentar e contemplando elementos relevantes provenientes da retórica e das teorias da argumentação. Justifica-se uma nota para Ilie, que se tem demarcado não só pelos seus projetos de investigação de âmbito internacional sobre o discurso parlamentar²⁷² assim como pela vasta e produtiva bibliografia que apresenta (2000, 2001, 2003a, 2003b, 2004a, 2004b, 2005, 2006, 2007, 2009, 2010a, 2010b, 2010c, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015a, 2015b, 2016a, 2016b), também em projetos de coautoria (Tracy, Ilie, & Sandel, 2015; Ilie, C., & Ștefănescu, 2016). Particularmente relevantes para o nosso projeto, e numa abordagem cognitiva e retórica, registam-se as pesquisas da investigadora sobre o insulto como prática (des)parlamentar (2001, 2004a, 2004b):

Parliamentary insults represent institutional instances of aggressive self-assertion, which imply both standing out from the group and arguing on behalf of the group. To sum up, parliamentary insulting strategies can be seen as subversive transgressions of the institutional boundaries of parliamentary language use and practices. (Ilie, 2001: 259)

De mencionar, igualmente, a preocupação em observar os papéis desempenhados por «the particular roles played by local social and historical factors, ideologies, collective mentalities, and social psychology in building up culture-specific traditions of political institutions.» (Ionescu-Ruxăndoiu, 2012: 1), através de um leque variado de perspectivas teóricas e metodológicas²⁷³, como atestam as obras que dão conta da diversidade de práticas parlamentares no tempo e no espaço (Ilie, 2010a; Ionescu-Ruxăndoiu, 2012; Ihalainen, Ilie, & Palonen, 2016).

²⁷² Designadamente GENPARDIS (Gender and Parliamentary Discourse Practices).

²⁷³ Refiram-se, por exemplo, a perspectiva da linguística funcional de Bayley (2004); a perspectiva pragmático-retórica; a perspectiva retórica e cognitiva (Ilie, 2010a) e também as abordagens de inspiração sociológica, que compreendem o parlamento como uma «community of practise» (Eckert & McConnell-Ginet, 1992), em ligação com a análise do fenómeno da *impoliteness* (Harris, 2001), e ainda o «contextualismo», oriundo da história moderna (cf. Ionescu-Ruxăndoiu, 2012).

1.5.2 Abordagens do discurso político português

No panorama nacional, o interesse pela análise do discurso político «acompanha a história da democracia portuguesa» (que teve o seu início com a Revolução de abril em 1974), nas palavras de M. A. Marques (2013: 6), tendo-se manifestado através estudos oriundos dos vários campos das ciências humanas e sociais.²⁷⁴

Os estudos do discurso político português foram inaugurados por Maria Emília Ricardo Marques, com a sua tese de doutoramento sobre o discurso parlamentar no fim da ditadura (1972-1974): *A complementação verbal. Estudo sociolinguístico* (1988). De mencionar igualmente os trabalhos de investigação de Maria Helena Saianda na década seguinte, designadamente a tese *Estudo contrastivo de associações lexicais no discurso comum e no discurso parlamentar* (1998). A sistematicidade da investigação e as diversas abordagens do discurso político *per se* surgem sensivelmente a partir de 2000, destacando-se Maria Aldina Marques como a principal referência no estudo deste género discursivo²⁷⁵ (2007a, 2010a, 2013, 2017a²⁷⁶; Braga & Marques, 2004), designadamente no estudo dos discursos presidenciais (2014, 2016, 2017b, 2018, 2019a), e do debate parlamentar (2001, 2005a, 2007b, 2010b), em particular. Para além da sua tese de doutoramento que aborda a organização enunciativa da interpelação ao governo, no âmbito do discurso parlamentar (2000), a investigadora analisa também os apartes (2005b: 193-216), o discurso relatado (2006), as estratégias de argumentação na polémica parlamentar (2007c: 99-124, 2011a: 133-146, 2015: 99-120), a cortesia linguística (2008a: 277-296), a arrogância e construção do *ethos* dos políticos (M. A. Marques 2008b: 1-10), as formas de tratamento (M. A. Marques 2010c: 79-108), o valor argumentativo das expressões idiomáticas (M. A. Marques 2011b: 263-273), a emoção e a argumentação (2012: 117-132), as estratégias de referenciação e conflito (a propósito da palavra «geringonça») (2019b: 55-65).

²⁷⁴ A título de exemplo, mencionem-se os estudos de Ramos, através de uma metodologia antropológica: «Discurso parlamentar português e construção da identidade política no contexto da integração europeia», e também «Vozes políticas no discurso mediático sobre o ambiente» (2011). No campo da sociologia política, de referir a título ilustrativo, os trabalhos que se interessam pelas ideologias (Freire, 2006); pelos escrutínios (Freire & Magalhães, 2002; Freire, Lobo & Magalhães, 2007); ou que focam os partidos políticos (F. F. Lopes, 2004; Jalali, 2007; Belchior, 2010; Lisi, 2011); sem, contudo, contemplar as práticas discursivas, à exceção de Filipe (*As Oposições Parlamentares em Portugal: práticas e intervenções, 1976-2000*, 2002).

²⁷⁵ Em coautoria com Bacot e Monte, prefaciou o número 101 da revista. É coautora do prefácio da revista *Mots. Les langages du Politique*, p. 5-11 (2013).

²⁷⁶ Em «Debate eleitoral português: presidencialização e estratégias de atenuação linguística em situação de confronto político» (2017), a investigadora mostra como a atenuação é uma característica do debate político eleitoral português.

Para além dos estudos referidos, registam-se vários trabalhos que focam o discurso parlamentar (Seara & Manole, 2016; Saianda, 2003; Saianda & Gonçalves, 2014; Viola, 2016, 2020; Fonseca & Ferreira, 2016²⁷⁷; Braz, 2017, 2018, 2019²⁷⁸; Gil, 2019; Seara & Viola, 2019), inclusive, numa perspetiva contrastiva/ comparativa (Manole, 2012a, 2012b, 2014a, 2014b, 2015, 2020). Igualmente de modo ilustrativo, de mencionar as investigações que têm como objeto de estudo outros subgéneros do discurso político, sob várias perspetivas de análise no âmbito das ciências da comunicação e da AD, como sejam as análises sobre os discursos de investidura dos Primeiros-Ministros (Monte, 2013), as análises comparativas de discursos de mensagens de final de ano (Pita, 2016; Pita & Pinto, 2017, 2018), ou sobre os discursos presidenciais (Espírito Santo, 2007; Teletin, 2013; Carreira, 2019; Aguiar, 2016; Seara, 2019; Vieira, 2018²⁷⁹), que têm sido objeto de um interesse acrescido em Portugal, bem como as análises de conteúdo sobre os slogans de campanhas presidenciais (Espírito Santo, 2006), ou as análises sobre os cartazes eleitorais (Pinto, 2005, 2013). À semelhança do que acontece a nível internacional, a última década tem sido mais prolífera em trabalhos no campo das atividades discursivas ligadas à política que se debruçam sobre os variados géneros, com especial relevo para a relação entre o discurso político e o mediático (Duarte, 2011; Salgado, 2010; Seara, 2020; Seara & Santos, 2019).

²⁷⁷ No quadro da ACD, os autores debruçam-se sobre as estratégias discursivas desenvolvidas por Paulo Portas entre 2012 e 2014 com vista à legitimação das políticas de austeridade em Portugal.

²⁷⁸ Os trabalhos de Braz focam-se no fenómeno da ironia em *corpus* de debates parlamentares.

²⁷⁹ Trata-se de uma análise de conteúdo que tem como principal objetivo analisar a construção do conceito de democracia nos discursos dos dois presidentes Portugueses, Ramalho Eanes e Mário Soares, entre 1975 e 1996, correspondendo aos primórdios da IIIª República.

2.1 O debate parlamentar – uma prática social

Inspirámo-nos no estudo de Manole (2020) para a designação do capítulo em que pretendemos lembrar a importância do debate parlamentar como um dos géneros mais nobres do discurso político.

O debate sobre questões políticas, sociais e económicas existe desde que o Homem se organizou politicamente, diferindo apenas na forma e no lugar institucional onde ocorre (Fernandes, 2015: 55). O debate parlamentar reveste-se, portanto, da maior importância nas democracias representativas; não que o propósito dos deputados seja a persuasão dos partidos adversários, já que a probabilidade de os demoverem é reduzida. Os debates servem, sobretudo, para marcar posições e para os partidos assumirem compromissos sobre as matérias políticas que interessam à sociedade e, por outro lado, para questionar o Governo sobre a sua ação governativa e assim diminuir a assimetria de informação entre o executivo e a oposição. Dito de outro modo, os debates parlamentares apresentam uma importante função de fiscalização política do Governo.

Conquanto o parlamento, local onde se esgrimem os argumentos, seja palco de estratégias de posicionamento, de referir que, em Portugal, a participação dos deputados está dependente dos partidos políticos (havendo uma forte disciplina partidária), como consta do Regimento da Assembleia da República, pelo que as intervenções ficam, geralmente, a cargo dos líderes parlamentares ou de deputados da sua confiança, ou ainda de deputados menos conhecidos, que possuam conhecimentos especializados sobre os temas em debate.

2.1.1 O subgénero debate parlamentar

O debate é genericamente descrito como uma discussão formal sobre um tópico particular, que se desenrola num quadro previamente fixado (que predetermina a duração do debate, o número de participantes e, eventualmente, a duração e a ordem das intervenções, assim como o tema das trocas), controlada por moderador, que tem a responsabilidade de garantir o bom desenrolar da interação. Relativamente ao debate parlamentar, observa Ilie que

parliamentary dialogue follows a number of basic rules and conventions that apply to casual dialogue in general, but also exhibits specific institutional features that are absent from casual dialogue. In parliamentary debates, the structuring and understanding of statements is conditioned by what the interlocutors assume about each other's mental representation of the world, such as cognitive structures, social constraints and political experience. (2010a: 13-14)

Com efeito, no quadro da interação verbal, os géneros²⁸⁰ e subgéneros discursivos instauram o seu próprio espaço de enunciação, sendo o debate político fundamentalmente agonal. Relativamente ao debate político institucional, a interação é, sobretudo, estratégica (cf. Trongon & Larrue, 1994: 62). Neste sentido, van Dijk define o debate parlamentar como

un género discursivo definido por un estilo específico, formas específicas de interacción verbal [...] bajo limitantes contextuales especiales de tiempo y de control de los hablantes, en el dominio de la política, en la institución del Parlamento, como parte del acto de la legislación total, desarrollado por los hablantes que son Congresistas, representantes de sus distritos electorales así como de los miembros de sus partidos políticos, con el objetivo (por ejemplo) de defender u oponerse a determinadas propuestas, con estilos formales en la dirección y en las estructuras argumentativas que sustentan un punto de vista político [...]. (2001: 196)

No que respeita, em particular, a Portugal, o debate parlamentar decorre num contexto institucional específico — a Assembleia da República²⁸¹ —, e apresenta um discurso com traços bastante específicos, designadamente no que se refere aos rituais de interação²⁸², regulados pelo Regimento da Assembleia da República. As sequências de abertura são, por conseguinte, fortemente

²⁸⁰ Van Dijk sublinha que um género «es un *tipo* de práctica social discursiva, definido generalmente por las estructuras específicas del discurso y las estructuras del contexto» (2009: 189).

²⁸¹ A designação do Parlamento como «Assembleia da República» está consagrada desde 1976 na Constituição da República Portuguesa.

²⁸² Quanto à sua estrutura conversacional, a interação apresenta uma arquitetura complexa e hierarquizada, constituída por unidades que se encaixam umas nas outras, segundo certas regras de organização: os atos de fala combinam-se de forma a constituir intervenções, que, por sua vez, se combinam de modo a formar as trocas (a menor unidade dialógica que compõe a interação, composta, no mínimo, por duas intervenções produzidas por dois locutores diferentes), que, por seu lado, se combinam para formar as sequências (blocos de trocas ligadas por um forte grau de coerência semântica e/ou pragmática), formando-se, em última instância, as interações (unidades com continuidade interna evidente). Não obstante a forma diferenciada da organização das suas sequências, a interação apresenta um esquema global próprio: sequência de abertura; corpo de interação (que pode englobar um número indeterminado de sequências); sequência de fecho.

ritualizadas, pela sua localização (1), tal como as sequências de fecho (2), sendo que a alteração de turno se faz pela atribuição da palavra pelo Presidente da Mesa (3)-(4)-(5), que regula também a duração das intervenções parlamentares, através de sinais verbais (6)-(7) (antecipando, assim, o próximo locutor), pelo que não deveria haver lugar a trocas espontâneas. No entanto, para além dos atos de fala expressivos que expressam a aprovação (8)-(9)-(10) ou objeção (11), não constituindo intervenções, registam-se no corpo de interação, intrusões (12) – apartes – que, ainda que não constituam uma tomada de vez, quando tidos em consideração, condicionam a argumentação discursiva, como observaremos na nossa análise.

- (1) O Sr. **Presidente** (Jorge Lacão):— Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, declaro aberta a sessão. Peço a todos o favor de ocuparem os lugares e aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as galerias. Vamos iniciar o debate sobre o estado da Nação. (DAR, I Série – 88, 2016/ 07/07, p. 3)
- (2) O Sr. **Presidente** (Jaime Gama):— Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, está concluído o debate do estado da Nação de 2010. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 71)
- (3) A Sr.^a **Presidente** (Maria da Assunção Esteves): — Vamos dar início ao debate sobre o estado da Nação. Pedia aos Srs. Deputados o favor de tomarem os vossos lugares e, sendo assim, para abrir o debate, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 3)
- (4) A Sr.^a **Presidente** (Maria da Assunção Esteves): — A próxima pergunta vai ser formulada pelo Sr. Deputado Hélder Amaral. Tem a palavra, Sr. Deputado. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 29)
- (5) A Sr.^a **Presidente** (Maria da Assunção Esteves): — Para responder, tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 24)
- (6) O Sr. **Presidente** (Jaime Gama): — Peço que conclua, Sr. Deputado. (DAR, I Série – 105, 2008/ 07/11/07, p. 17)
- (7) O Sr. **Presidente** (Jaime Gama): — Tem mesmo de concluir, Sr. Deputado. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, pp. 27)
- (8) O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Bem lembrado! (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 44)
- (9) O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente! (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 44)
- (10) **Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Muito bem! (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 62)
- (11) O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — É o contrário! (DAR, I Série – 109, 2015/07/09, p. 20)
- (12) O Sr. **João Oliveira** (PCP): — BCP, Banif... Isso não existe! (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 62)

O discurso parlamentar pauta-se pela norma culta, havendo uma formalidade nos títulos e nas formas de tratamento, de acordo com a natureza da relação institucionalizada entre os deputados, marcada pela distância social e pela dominância (cf. Ilie, 2006). Ainda que se verifique um confronto de opiniões, o seu quadro comunicativo faz com que a interação se desenrole de forma eficaz e disciplinada, respeitando-se, em princípio²⁸³, as regras da cooperação discursiva e da cortesia linguística (M. A. Marques, 2008a).

²⁸³ Caso um deputado ou membro do Governo se considere ofendido na sua honra ou queira requerer a defesa da consideração da sua bancada parlamentar pode apelar à figura regimental estipulada no Artigo 84.º Reação contra ofensas à honra ou

Por outro lado, a antecipação do tema a debater configura-o como um discurso de feição argumentativa, marcado pela oposição de interesses e, por conseguinte, por uma tentativa de adesão ao ponto de vista de cada interlocutor. Lembra van Dijk que a argumentação é estruturadora do debate parlamentar, visto ser um exemplo clássico do discurso persuasivo, no qual os vários grupos parlamentares não só tomam posições políticas, como expressam as suas opiniões e atacam as dos adversários (2009: 284). De facto, como subgénero do discurso político, os debates parlamentares têm como objetivo alcançar uma série de propósitos institucionalmente específicos: negociar, persuadir e reivindicar posições, tanto numa perspetiva ideológica como partidária (Ilie, 2001: 235), sendo que verdadeira relevância do parlamento na atualidade e a que lhe confere credibilidade é a sua função de orientação dos atos do Governo e da Administração.

Menciona van Dijk (2008) que os discursos parlamentares, mais do que quaisquer outros, estão concebidos para registo²⁸⁴ (inclusive as interrupções espontâneas são registadas e publicadas). No caso específico dos debates parlamentares portugueses, são objeto de divulgação eletrónica desde 2002²⁸⁵, sendo os debates transmitidos em direto pelo Canal Parlamento. Acresce ainda o facto de os debates serem difundidos pelos *media*, pelo que é uma preocupação dos políticos com assento na Assembleia da República produzir discursos que causem impacto no auditório, sendo esta uma forma de legitimar o seu poder. Observe-se, a este respeito, a intervenção irónica do Presidente da Mesa (13) ao ceder a palavra ao deputado Manuel Monteiro (CDS-PP):

- (13) O Sr. **Presidente** (Almeida Santos): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Monteiro. Tem 4 minutos e 30 segundos, o que é tempo de sobra para fazer um discurso que fique na história. (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 34)

Como subgéneros do debate parlamentar português, destacam-se o debate do Orçamento do Estado, o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, o debate com os ministros, o debate de atualidade, o debate de urgência, e o debate sobre o estado da Nação.

consideração.

²⁸⁴ As publicações podem ser objeto de correção pelos parlamentares (Artigo 115.º do Regimento da Assembleia da República).

²⁸⁵ Como disposto no Artigo 115.º do Regimento da Assembleia da República, «Todos os atos e documentos de publicação obrigatória em Diário, bem como todos os documentos cuja produção e transmissão seja imposta pelo Regimento, devem ser disponibilizados, em tempo real, no portal da Assembleia da Internet e intranet».

3.1 O *corpus* de análise

A análise empírica é feita a partir de um corpus de debates sobre o estado da Nação, constituído por vinte e dois debates compreendidos entre 1993 (data do seu início) até 2017, correspondendo ao período em que decorrem oito legislaturas (VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII). Os debates encontram-se registados na Série I286 do Diário da Assembleia da República (DAR) e estão disponíveis em formato eletrónico no website²⁸⁷ do Parlamento.

Por uma questão de coerência, os excertos em análise são precedidos do nome do orador²⁸⁸ e da designação do seu partido, indicando-se, para cada um, o sítio onde se encontra o registo da sessão (Diário da Assembleia da República), a referência à Série I, com menção do n.º do documento, a data em que foi publicada a reunião plenária e a(s) página(s) do Diário (DAR, I Série – 95, 1996/07/11, p. 34). De referir igualmente que todos os excertos transcritos obedecem ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Deliberação n.º 3/PL/2010, de 15 de dezembro), que só passou a ter efeitos para a I Série do Diário da Assembleia da República a partir de janeiro de 2012. Importa ainda mencionar que a nossa análise incide apenas sobre os mecanismos linguísticos, não obstante o interesse de uma análise integrada que incluísse os aspetos paraverbais.

Privilegiámos, na nossa análise, os enunciados polémicos que registam os momentos de controvérsia, de descredibilização e desclassificação do adversário, não sendo, portanto, objeto de

²⁸⁶ Na I Série do DAR, encontra-se o registo do «relato integral de cada sessão plenária», sendo que, por vezes, as interações verbais são adaptadas à escrita, não correspondendo fielmente ao discurso produzido, sem contudo, se registar, em princípio, alteração do seu conteúdo.

²⁸⁷ Embora a Série I do DAR esteja publicada desde setembro de 2003 em formato eletrónico, é possível consultar também o texto integral das sessões plenárias anteriores a 1996 no arquivo digital designado por Debates Parlamentares (<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01>). Os debates encontram-se também gravados em formato de vídeo desde 2002. De referir também que os debates da Assembleia da República são transmitidos em direto pelo canal Parlamento (ARTV).

²⁸⁸ A expressão «O Orador» só deixou de ser usada a partir de 2007 no registo do diário das sessões plenárias.

estudo os discursos de abertura e de encerramento de debate (da responsabilidade do Governo), *per se*. Não trataremos a organização interna dos discursos, detendo-nos preferencialmente em segmentos exemplificativos de tipos de argumentos e técnicas argumentativas e persuasivas. Pretende-se uma ilustração do tipo de procedimentos que realizam o descrédito e que constroem uma imagem de si e do outro (não obstante outros processos de projeção de um *ethos* político não referidos neste trabalho), através de uma abordagem qualitativa.

3.1.1 Critérios de seleção do *corpus*

Quando nos propusemos tratar a argumentação na sua modalidade polémica, o *corpus* de debates parlamentares afigurou-se-nos como uma escolha natural, inspirados no artigo de Maria Aldina Marques «Quando a cortesia é agressiva. Expressão de cortesia e imagem do outro» (2008a), no âmbito de trabalhos académicos anteriormente realizados. Por outro lado, a facilidade de acesso às transcrições das sessões dos debates foi determinante para a nossa decisão, considerando os constrangimentos temporais a que nos encontrávamos sujeitos, sobretudo por motivos profissionais.

A escolha pelo *debate sobre o estado da Nação* corresponde ao nosso objetivo de analisar o discurso parlamentar contemporâneo num *corpus* que nos pareceu de extrema relevância, por ser representativo de um momento importante da vida política parlamentar e por de tratar de um subgénero discurso ainda não analisado nos estudos do discurso em língua portuguesa. Acresce a esta razão a sua periodicidade anual, o que permite analisar um número razoável de debates durante um período considerável de tempo (ao longo de 24 anos). A heterogeneidade dos dados permitiria a identificação e descrição de fenómenos de grande regularidade e sistematicidade pelo estudo dos padrões discursivos, possibilitando obter uma representatividade dos procedimentos de descredibilização e persuasão ao longo da cronologia. A abrangência das datas do *corpus* prende-se com o facto de os debates selecionados atravessarem várias legislaturas, com alternância de Governos entre PSD (e de coligação com o CDS-PP) e PS, revestindo-se também de interesse os debates ocorridos no XXI Governo Constitucional (de António Costa), por contemplar uma solução inédita no panorama nacional, o compromisso da esquerda.

3.2 O debate sobre o estado da Nação – descrição do *corpus* de análise

O debate que é o objeto do nosso estudo encontra-se estipulado no Regimento da Assembleia da República²⁸⁹, ao abrigo do Artigo 228.º:

Figura 2 | Artigo 228.º do Regimento da Assembleia da República

Secção VI Debate sobre o estado da Nação Artigo 228.º Reunião para o debate sobre o estado da Nação 1 – Em cada sessão legislativa tem lugar, em data a fixar por acordo entre o Presidente da Assembleia e o Governo, numa das últimas 10 reuniões da sessão legislativa, um debate de política geral, iniciado com uma intervenção do Primeiro-Ministro sobre o estado da Nação, sujeito a perguntas dos grupos parlamentares, seguindo-se o debate generalizado que é encerrado pelo Governo. 2 – O debate é organizado pela Conferência de Líderes, nos termos do artigo 90.º

Fonte: Regimento da Assembleia da República, de 1 de setembro de 2007

Proposto pelo Primeiro-Ministro Cavaco Silva²⁹⁰, durante o seu governo de maioria absoluta (PSD) (1), com a justificação de permitir ao parlamento um maior escrutínio sobre a atividade do governo, o debate sobre o estado da Nação representa um dos momentos marcantes do ano parlamentar²⁹¹.

- (1) O Sr. **Duarte Lima** (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. as e Srs. Deputados: *Por iniciativa do grupo parlamentar do meu partido, foi legalmente instituído o debate parlamentar sobre o estado da Nação*, com a presença do Governo ao seu mais alto nível. Entendemos que a consagração deste debate é uma forma de dignificar a nossa instituição parlamentar que deve ser a sede da controvérsia política, a instituição na qual se confrontam os modelos governativos e de sociedade das diferentes forças político-partidárias. No fim de cada ano parlamentar, podemos passar a fazer a partir de agora, um balanço detalhado da situação global do País, proceder à respetiva crítica, adiantar alternativas ou sugestões adequadas. (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 3012)

²⁸⁹ Reportamo-nos ao Regimento que entrou em vigor a 1 de setembro de 2007 (posteriormente substituído pelo atual Regimento, que data de 31 de agosto de 2020), disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa//search/637190/details/normal?l=1>

²⁹⁰ Ao que parece, inspirado pelos discursos da União, feito pelo Presidente dos Estados Unidos da América. (cf. https://www.rtp.pt/noticias/politica/estado-da-nacao-como-funciona-o-debate_n1159478)

²⁹¹ De referir, no entanto, que, com as alterações de 2007 no Regimento da Assembleia da República, que passaram a consagrar os debates mensais e, posteriormente, os quinzenais, os partidos políticos vêm as suas funções de vigilância da ação governativa aumentadas, tendo mais oportunidades de confrontar o Primeiro-Ministro com temas da atualidade. Neste sentido, o debate sobre o estado da Nação parece ter perdido alguma da sua relevância inicial.

O primeiro debate sobre a política geral levada a cabo pelo Governo, isto é, sobre o estado da Nação, teve lugar em 1993²⁹², designando-se então por «debate sobre política geral» (2); a consagração do termo «debate sobre o estado da Nação» só se verificou em 1995 (3).

(2) O Sr. **Presidente** (Barbosa de Melo): — Srs. Deputados, o período da ordem do dia é hoje ocupado com *debate sobre política geral* que se realiza nos termos do n.º 2 do artigo 245.º do Regimento da Assembleia da República, e que conta com a presença do Sr. Primeiro-Ministro. Como sabem, é uma inovação do Regimento e vamos de imediato passar à abertura do debate, cabendo a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro. [...] (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 2979)

(3) O Sr. **Presidente** (Barbosa de Melo): — Srs. Deputados, a nossa reunião plenária de hoje tem por objeto o debate previsto no n.º 2 do artigo 245.º do Regimento, que versa *sobre o estado da Nação*. Nos termos acordados em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares e de acordo com a tradição deste debate, para a sua abertura e pelo tempo de 45 minutos, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro. (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3085)

3.2.1 A situação de comunicação

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (1996), as interações verbais desenrolam-se numa situação de comunicação (ou contexto) em função dos seguintes elementos: o quadro espaço-temporal (*setting*), o objetivo e os participantes (cujo nome e número constituem o quadro participativo). No que respeita ao debate sobre o estado da Nação, a interação decorre na Assembleia da República no final da sessão legislativa e tem como propósito fazer o balanço da ação da ação governativa (4), configurando-se, por outro lado, como mais uma oportunidade para a oposição fiscalizar o Governo.

(4) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. as e Srs. Deputados: O debate sobre o estado da Nação é um dos momentos mais exigentes da vida parlamentar. Nele, somos confrontados com a necessidade de *se apreciar o que foi a política do País, que respostas deu o Governo às suas dificuldades e como é que cada partido da oposição apresentou as suas alternativas*. Numa palavra, obrigamo-nos a responder se o País está melhor ou pior do que há um ano e quem ganhou e quem perdeu durante este tempo. (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 66)

Quanto ao seu quadro participativo²⁹³, é constituído tanto pelos participantes (*direct participants*) na interação (locutores e interlocutores) tanto pelos seus recetores. Para além do Primeiro-Ministro e do ministro que profere o discurso de encerramento do debate, por norma, participam ativamente na interação os líderes das diversas bancadas parlamentares – da «instância política» (Governo) e da

²⁹² Os primeiros debates sobre o estado da Nação estavam regidos pelo Artigo 245.º, 2 (SECÇÃO VI – Debates sobre assuntos relevantes de interesse Nacional): «Em cada sessão legislativa poderá ter lugar, data a fixar por acordo entre o Presidente da Assembleia da República e o Governo, numa das últimas 10 reuniões da sessão legislativa, um debate de política geral, iniciado com uma intervenção do Governo sobre o estado da Nação, sujeito a perguntas dos grupos parlamentares, seguindo-se o debate generalizado, que é encerrado pelo Governo.» (Resolução da Assembleia da República 4/93, que incluía alterações ao Regimento da Assembleia da República 626584).

²⁹³ Sobre os intervenientes em cada debate *vd.* Quadro 1.

«instância adversária» (Oposição), bem como os líderes dos partidos com assento parlamentar, podendo intervir igualmente qualquer outro deputado ou membro do Governo. De referir que os atores apresentam uma igualdade de estatuto, devendo manter uma relação de distância e um registo formal, bem como devem respeitar as normas de cortesia, de acordo com a situação de comunicação institucional regulada pelo Regimento da Assembleia da República. No debate há ainda que considerar um papel suplementar institucional, o do moderador, isto é, o do Presidente da Mesa (assumido pelo Presidente da Assembleia²⁹⁴), a quem os oradores se dirigem antes de iniciarem o turno (antes de tomarem a palavra) e que conduz as interações, concedendo ou retirando a palavra aos oradores, lembrando-os ainda do tempo estipulado para as intervenções. O auditório é constituído pelos deputados das várias bancadas parlamentares, oposição e membros do Governo (*side-participants*); por outras entidades semi-institucionais, como os repórteres parlamentares e jornalistas políticos e jornalistas, e por entidades não institucionais de que fazem parte os visitantes (*overhears*).

Apresentamos, seguidamente, a distribuição dos debates sobre o estado da Nação por legislatura e Governo, com indicação do número de deputados por grupo político. Sobre a orientação ideológica dos partidos políticos, *vd.* Apêndice C.

Quadro 1 | Governos constitucionais (1991-2019), partidos de oposição e número de debates sobre o estado da Nação (de 1993 a 2017)

Legislatura	Governos Constitucionais	Nº de Deputados	Apoio / Coligação	Oposição	Debate sobre o estado da Nação
VI (1991-95)	XII (Aníbal Cavaco Silva, PSD maioritário)	PSD:135 PS: 72 PCP: 13 CDS-PP:5 PEV:2 PSN:1		PS PCP CDS-PP PEV PSN	1º - 1993/07/01 2º - 1994/07/06 3º - 1995/06/22 ²⁹⁵
VII (1995-99)	XIII (António Guterres, PS maioritário)	PS:112 PSD: 87 CDS-PP:15 PCP: 13 PEV:2		PSD CDS-PP PCP PEV	4º - 1996/07/11 5º - 1998/06/30 6º - 1999/06/23

²⁹⁴ O papel do Presidente da Assembleia da República é legitimado pela Constituição, pela lei e pelo Regimento, que o colocam numa posição hierarquicamente superior: ocupa o segundo lugar nas Precedências do Protocolo do Estado Português.

²⁹⁵ Só a partir de 1995 se designa *debate sobre o Estado da Nação*.

Legislatura	Governos Constitucionais	Nº de Deputados	Apoio / Coligação	Oposição	Debate sobre o estado da Nação
VIII (1999-2002)	XIV (António Guterres, PS minoritário)	PS:115 PSD: 81 PCP: 15 CDS-PP:14 PEV:2 BE:2		PSD CDS-PP PCP BE PEV	7º - 2000/06/30 8º - 2001/06/28
IX (2002-05)	XV (Durão Barroso, coligação PSD/CDS-PP) XVI (Santana Lopes, coligação PSD/CDS-PP)	PSD: 135 PS: 72 PCP: 13 CDS-PP: 5 PEV:2 BE:2	Coligação CDS-PP (pós-eleitoral)	PS BE PCP PEV	9º - 2002/07/09 10º - 2003/07/03
X (2005-09)	XVII (José Sócrates, PS maioritário)	PS:121; PSD: 75 PCP: 12 CDS-PP:12 BE:8 PEV:2		PSD CDS-PP PCP BE PEV	11º - 2005/07/07 12º - 2006/07/12 13º - 2007/07/20 14º - 2008/07/10 15º - 2009/07/02
XI (2009-11)	XVIII (José Sócrates, PS minoritário)	PS:97 PSD: 81 CDS-PP:21 BE:16 PCP: 13 PEV:2		PSD CDS-PP BE PCP PEV	16º - 2010/07/15
XII (2011-15)	XIX (Pedro Passos Coelho, coligação PSD/CDS-PP)	PSD:108 PS: 74 CDS-PP: 24 PCP:14 BE:8 PEV:2	Coligação CDS-PP (pós-eleitoral)	PS BE PCP PEV	17º - 2012/07/11 18º - 2013/07/12 19º - 2014/07/02 20º - 2015/07/08
XIII (2015-2019)	XX ²⁹⁶ -2015 (Pedro Passos Coelho, coligação PSD/CDS-PP) XXI – 2015-2019 (António Costa)	PSD: 89 PS: 86 BE: 19 CDS-PP:18 PCP: 15 PEV:2 PAN:1	BE PCP PEV	PSD CDS-PP PAN	21º - 2016/07/07 22º - 2017/07/12

²⁹⁶ O XX Governo Constitucional de Portugal [30.10.2015- 26.11.2015], formado com base no resultado das eleições legislativas de 4 de outubro de 2015, no qual a coligação “Portugal à Frente” (PSD/CDS-PP) obteve maioria relativa, não obteve apoio parlamentar maioritário para entrar em funções. António Costa firmara acordos bilaterais com os três partidos da esquerda (PCP, PEV e BE) e, com o apoio de deputado do PAN (Pessoas- Animais-Natureza), fez aprovar na Assembleia da República uma moção de rejeição do Programa do XXI Governo Constitucional de Portugal. Perante a impossibilidade de convocar eleições antecipadas, o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, indigitou (a 24 de novembro de 2015) António Costa para formar um novo Executivo como Primeiro-Ministro.

3.2.2 A estrutura convencional do debate

O *debate sobre o estado da Nação* obedece a uma estrutura rígida, estipulada pelo Regimento da Assembleia da República:

- (5) O Sr. **Presidente** (Jaime Gama): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, da nossa ordem do dia de hoje consta o debate sobre o estado da Nação, que tem a sua configuração regimental e que, aliás, repetirá o figurino anterior. Em primeiro lugar, na fase de abertura, usará da palavra o Sr. Primeiro-Ministro, à qual se seguirá um período de perguntas de 5 minutos por cada grupo parlamentar e das respostas do Sr. Primeiro-Ministro por igual período de tempo. Depois, terá lugar um período de intervenções e, por fim, a intervenção de encerramento, também por parte do Governo. A abrir o debate, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro. (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.7)

O debate inicia-se pelo discurso do Primeiro-Ministro sobre o estado da Nação, que dispõe de 40 minutos para o fazer²⁹⁷, seguido dos pedidos de esclarecimento dos grupos parlamentares, por ordem de representatividade (6)-(7), não devendo exceder o tempo de cinco minutos. O Primeiro-Ministro responderá individualmente, e sem direito a réplica, a cada um dos pedidos de esclarecimentos, dispondo do mesmo tempo que os deputados para a resposta (8). Por norma, segue-se uma segunda ronda (chegando a haver uma terceira²⁹⁸) de pedidos de esclarecimento (9), que terá o tempo limite de dois (10) ou três (11) minutos por pergunta, dependendo da grelha de tempos estipulada para a Legislatura em questão²⁹⁹. O Primeiro-Ministro pode optar por responder individualmente ou em conjunto, aos deputados, sendo frequente este último procedimento (9)-(10)-11), também sem direito a réplica.

- (6) O Sr. **Presidente** (Almeida Santos): — Informo o Sr. Primeiro-Ministro que se inscreveram até ao momento 11 Srs. Deputados para formular pedidos de esclarecimento. A primeira ronda de esclarecimentos far-se-á pela ordem decrescente dos partidos, com duração excepcional de 5 minutos por cada pedido. Depois disso entrar-se-á no regime normal. (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p.9)
- (7) O Sr. **Presidente** (Mota Amaral): — Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, assinalo que se inscreveram 16 oradores para pedir esclarecimentos ao Sr. Primeiro-Ministro – esta informação é importante para a gestão do tempo por parte do próprio e do Governo em geral. Conforme está estabelecido, o primeiro pedido de esclarecimento cabe ao líder do primeiro partido da oposição. Assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues, que dispõe no máximo de 5 minutos. (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5884)
- (8) O Sr. **Presidente** (Jaime Gama): — Srs. Deputados, vamos dar início ao debate propriamente dito. O primeiro orador inscrito para fazer perguntas é o Sr. Deputado Luís Marques Mendes, que dispõe de 5 minutos. O Sr. Primeiro-Ministro responderá, na primeira ronda de perguntas, por tempo igual a cada um dos intervenientes. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 13)

²⁹⁷ Nos primeiros debates os tempos de intervenção eram ligeiramente diferentes, no debate de 1993, por exemplo, o tempo dedicado ao discurso de abertura era de 45 minutos e o tempo regimental para os pedidos de esclarecimento era de três minutos.

²⁹⁸ Cf. debate de 2013.

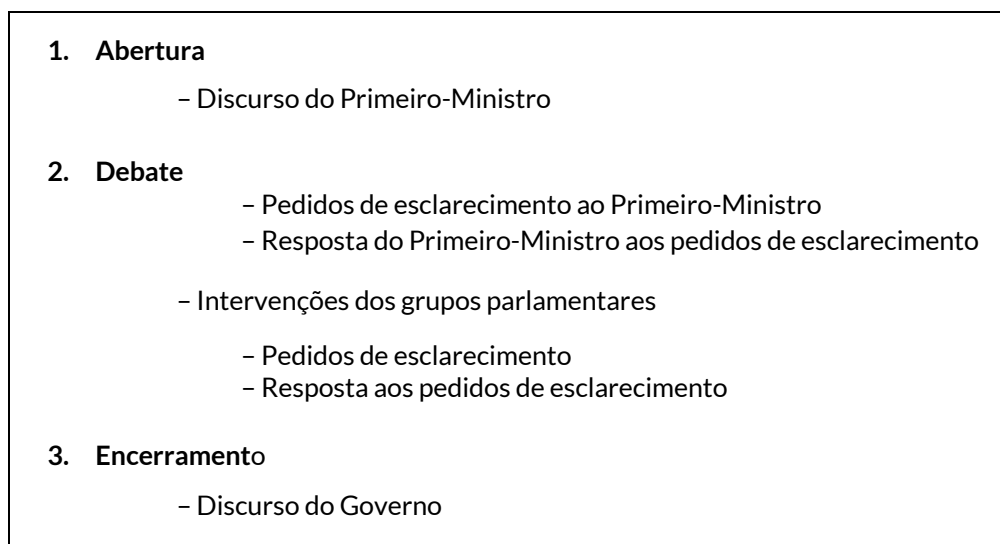
²⁹⁹ À exceção do primeiro pedido de esclarecimento de cada partido, todos os restantes terão a duração de tanto de três como de dois minutos.

- (9) O Sr. **Presidente** (Almeida Santos): — Informado de que o Sr. Primeiro-Ministro responde a séries de três perguntas, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Encarnação. (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 21)
- (10) O Sr. **Presidente** (Jaime Gama): — Srs. Deputados, vamos agora dar início ao segundo período de questões, no qual cada orador disporá de 3 minutos para fazer as suas perguntas. Há cinco oradores inscritos e o Sr. Primeiro-Ministro indicou que responderá em conjunto a todas as perguntas. Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 37)
- (11) O Sr. **Presidente** (Jaime Gama): — Inscreveram-se sete Srs. Deputados para pedir esclarecimentos ao Sr. Primeiro-Ministro. Informo que cada Sr. Deputado dispõe de 2 minutos e que o Sr. Primeiro-Ministro responde em conjunto a todos eles. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 41)

O debate prosseguirá com a intervenções de fundo dos grupos parlamentares, de acordo com a ordem decrescente de representatividade parlamentar dos partidos. O encerramento do debate generalizado será da responsabilidade de um membro do Governo e não deverá ultrapassar a duração de dez minutos. Os tempos de intervenção de cada partido estão regulamentados na grelha de tempos³⁰⁰ de cada Legislatura, que se encontra em anexo ao Regimento da Assembleia da República.

A estrutura convencional do *debate sobre o estado da Nação* pode ser esquematizada da seguinte forma:

Figura 3 | Estrutura convencional do *debate sobre o estado da Nação*



Fonte: Elaboração própria

³⁰⁰ Ouvida a Conferência de Líderes, o Presidente da Assembleia da República estabelece as grelhas de tempos para os debates que terão lugar na Legislatura. Relativamente à XIII Legislatura, vd. Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007.

3.2.3 Características do debate

Para além do facto de serem registadas, as intervenções dos deputados são objeto de atenção pelos *media*, como já foi mencionado, pelo que importa investir nos processos retóricos que valorizam o seu discurso, procurando inclusive expressões que mereçam a atenção dos jornalistas (*soundbites*), garantindo assim a sua difusão junto dos cidadãos. Deste modo, as intervenções, embora aparentemente espontâneas, são geralmente preparadas e, muitas vezes, os textos previamente redigidos são lidos em voz alta, não sendo apenas os discursos de abertura do debate por parte do Primeiro-Ministro. É, portanto, uma característica também *do debate sobre o estado da Nação* o carácter híbrido das intervenções, misto de preparação e de improvisação. Preparação nas anotações feitas ao longo do debate aquando das intervenções que serão posteriormente objeto de réplica, e preparação, sobretudo, nas intervenções de fundo dos deputados. Este aspeto é, não raras vezes, mencionado, com ironia, com um intuito de descredibilização do adversário, como ilustra o aparte do deputado do CDS-PP (12), face à crítica do Ministro dos Negócios Estrangeiros (Augusto Santos Silva) sobre a falta de ideias da oposição («Mas uma ideiazinha que fosse para a agenda económica do País procurar-se-á em vão, porque ela, simplesmente, não existe»):

(12) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Já tinha o discurso escrito, escreveu-o ontem à noite! (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 66)

Se, por um lado, prevalece a formalidade no discurso, por outro, verifica-se um carácter oralizante no debate, pretendendo-se uma identificação com o auditório compósito, as expressões coloquiais são usadas de forma estratégica, sendo raramente descurado o seu impacto. Certo é que não obstante as normas institucionais que regem a interação, o debate ultrapassa frequentemente os limites da discussão puramente argumentativa de ordem política e ideológica e revela estratégias de posicionamento, ou não fosse uma das funções do discurso político a legitimação da sua posição.

PARTE III

O PODER DA PALAVRA: ANÁLISE DO *CORPUS*

Capítulo 1 | A palavra persuasiva

Pour la rhétorique classique, les figures permettent à l'énoncé d'avoir belle figure. Pour la pragmatique contemporaine, elles permettent surtout aux énonciateurs de faire bonne figure.

Catherine Kerbrat-Orecchioni (1994:70)

1.1 Figuras do (contra)discurso

«A palavra persuasiva» que dá o nome ao capítulo pedimo-lo emprestada a Buffon (2002). O discurso implica a presença do outro. A palavra que se dirige ao outro exprime as suas razões e as suas paixões, e é persuasiva porque procura o assentimento do auditório para as suas proposições. As figuras quebram a monotonia do discurso – são elas o estímulo da atenção –, e frequentemente a sua função estética é acompanhada de uma função argumentativa, como sublinha Bonhomme: a sedução formal das figuras contribui para a sua força de persuasão (2014: 189); logo, para o sucesso do discurso. Porque a retórica faz da palavra não só uma matéria como uma modalidade do poder (Lamizet, 2011: 40), o domínio do discurso é determinante para a construção da imagem política do orador. Afinal, «L'élégance et l'ornement font valoir celui qui parle. [...] E ce même ornement du style ne contribuera pas médiocrement au succès de la cause» (Quintiliano, citado por Bonhomme, 2014: 189). Recuperamos, pois, as figuras (e tropos) do âmbito da retórica e procuramos revelar o seu papel no discurso de descrédito.

De acordo com a classificação adotada³⁰¹, as figuras apresentam-se divididas em figuras de palavras, figuras de sentido, figuras de construção e figuras de pensamento (vd. Apêndice A).

³⁰¹ Não nos debruçando sobre as subdivisões das figuras que ocuparam os retóricos ao longo dos tempos, adotamos a classificação corrente e mais consensual, segundo a proposta de Robrieux ([2005]), sabendo, no entanto, que as figuras apresentam um «continuum» que articula estruturas fonográficas, sintáticas semânticas e referenciais umas nas outras (cf. Fromilhague, 2013).

As *figuras de palavras*³⁰² são relativas ao ritmo³⁰³, à sonoridade do discurso, e integram, segundo alguns retóricos (Robrieux, 2015), as figuras referentes aos jogos de criação lexical, o que nos pareceu também pertinente.

Se as figuras de palavras se relacionam com os significantes, já as *figuras de sentido* dizem respeito aos seus significados³⁰⁴, sendo essencialmente tropos³⁰⁵. As figuras de sentido englobam também outras figuras que não tropos³⁰⁶ (noção que pressupõe um desvio de sentido), mas que contemplam a substituição de uma palavra ou grupos de palavras³⁰⁷ ou que relacionam duas realidades³⁰⁸. As figuras de sentido apresentam como característica o facto de serem redutoras (e, conseqüentemente, refutáveis), por valorizarem certo aspeto e, sobretudo, o valor do objeto que apontam em detrimento de outros³⁰⁹ (Reboul, [1991]).

³⁰² Distinguem-se tradicionalmente as *figuras de ritmo* das figuras que jogam com sonoridades e semelhanças - *figuras fónicas* -, que implicam fonemas (aliteração e assonância) e sílabas (homeoteleuto e homeoptoto; paronomásia). «As figuras de palavras instauram uma harmonia aparente, porém incisiva, sugerindo que, se os sons se assemelham, provavelmente não é por acaso. A harmonia é comprovada pelo prazer» (Reboul, 2004: 118).

³⁰³ São figuras de ritmo a *pariouse* – período composto por dois membros da mesma extensão (ex.: «Beber ou guiar, convém optar») e a *cláusula* – sequência rítmica que termina um período –, que criam um sentimento de evidência e apresentam grande importância no campo da persuasão, sendo facilitadoras da memorização (cf. Reboul, 2004). Estas figuras não serão objeto da nossa análise.

³⁰⁴ Figuras de nível semântico.

³⁰⁵ Os *tropos* são figuras em que há uma transferência do seu sentido próprio para um sentido figurado. Os principais tropos são a metáfora (fundada numa relação de analogia), a metonímia (numa relação de contiguidade) e a sinédoque (numa relação de inclusão). A inclusão dos tropos nas figuras de sentido não é consensual, visto que os tropos correspondem a uma apreensão subjetiva do universo referencial: «Quand il y a trope, il y a donc un délit référenciel», observa Fromilhague (2013: 57); «Bien davantage qu'une figure de l'analogie, la métaphore [...] exprime un point de vue sur le monde, ou mieux encore elle crée de toutes pièces une représentation linguistique à partir d'une perception personnelle, et qui, pour la métaphore vive, entre en tension avec la perception commune», nota Détrie (1999: 28). Efetivamente, a utilização dos tropos (e a metáfora, em particular) permite construir uma categorização do mundo sensível de acordo com a nossa própria percepção do acontecimento em questão no mundo (Kleiber, 1993), como demonstraram Lakoff e Johnson na sua obra seminal *Metaphors We Live By* (1980), deslocando para o plano do sistema conceptual a metáfora e a metonímia: «Metaphors as linguistic expressions are possible precisely because there are metaphors in a person's conceptual system.» (1980: 6). Para os autores, a essência de uma metáfora é que ela permite compreender (e experienciar) uma coisa em termos de outra coisa (já a metonímia tem, em primeiro lugar, uma função referencial, ou seja, permite usar uma entidade do lugar de outras).

³⁰⁶ Reboul inclui nas figuras de sentido a *hipálage* (deslocamento de atribuição: «fumar um pensativo cigarro»), a *enálage* (um deslocamento gramatical: «Compre português»), a *hipérbole* e o *oxímoro* (que nas palavras do autor «consiste em unir dois termos incompatíveis, fazendo de conta que não são: O sol negro» [2004: 125]), designando-as de tropos complexos. Buffon (2002) considera também como figuras de sentido as figuras de intensidade (*hipérbole, lítotes, perífrase, eufemismo*).

³⁰⁷ Perífrase, paráfrase, metalepse.

³⁰⁸ Comparação.

³⁰⁹ Efetivamente, o poder argumentativo destas figuras provém da denominação: «Elles servent à nommer les notions dont nous parlons dans un sens favorable à notre thèse. Elles présentent telle réalité, telle personnage sous un angle qui facilite et appui notre argumentation. Bref, elles orientent l'opinion de l'auditoire dans la direction que nous souhaitons» (Buffon, 2002: 224).

As *figuras de sintaxe* ou *construção* atuam sobre a ordem das palavras no discurso e alteram a estrutura habitual da frase no plano sintático e formal. Algumas procedem por repetição³¹⁰, acumulação ou amplificação³¹¹, outras por subtração³¹². Integram ainda este grupo as figuras de inversão e de simetria³¹³, de deslocamento³¹⁴ e de oposição³¹⁵.

As *figuras de pensamento*³¹⁶ são, em princípio, independentes do som, do sentido e da ordem das palavras. Não dizem respeito aos termos ou mesmo à frase, mas ao próprio discurso, ou, por outras palavras, «dizem respeito à relação do discurso com [o] seu sujeito (o orador) ou com [o] seu objeto» (Reboul, 2004: 115). Fundamentalmente, recrutam o significado global do enunciado. Incluem-se nesta categoria algumas figuras de oposição³¹⁷, as figuras de inversão do sentido e de subentendido³¹⁸, as figuras de intensidade³¹⁹, bem como as figuras de enunciação e de dialética³²⁰, que dizem respeito às diferentes formas de apresentação dos discursos e revelam intenções mais ou menos persuasivas ou manipuladoras³²¹.

³¹⁰ Anáfora, epanáfora, epífora, simploce, epanalepse, anadiplose, concatenação, epânodo.

³¹¹ Enumeração, gradação, metábole, conglobação, paralelismo, polissíndeto, ênfase e conglobação.

³¹² Elipse, zeugma, assíndeto.

³¹³ *Quiasmo* e *antimetábole* A integração destas figuras nas figuras de construção não é consensual, baseamo-nos na classificação de Robrieux (2015).

³¹⁴ Hipálage e enálage.

³¹⁵ A *antítese* tanto pode ser considerada uma figura de construção como de pensamento. De construção, se colocarmos a tónica da figura na sua estrutura contrastiva; de pensamento, se privilegiarmos o conflito conceptual que manifesta (cf. Bonhomme, 1998).

³¹⁶ Menciona Reboul que algumas figuras de pensamento, mais do que as outras, demonstram a «existências de laços íntimos» entre o estilo e a argumentação, tal é o caso da *prolepse* (oratória), que antecipa o argumento para voltá-lo contra ele; da *conglobação* (incluída por nós nas figuras de construção) que acumula argumentos para uma única conclusão; da *expolição*, que toma o mesmo argumento sob formas diferentes; da *pergunta retórica*, que apresenta o argumento em forma de interrogação; do *cleuismo*, figura que constrói o *ethos* e que pretende angariar a simpatia e a confiança do auditório pela depreciação de si próprio. (2004: 135).

³¹⁷ *Paradoxo* e *oxímoro*. O *oxímoro* é considerado por vários autores (Fromilhague, 2013; Buffon, 2002) como uma figura de construção. Por nossa parte, consideramo-la com Robrieux (2015) uma figura de pensamento.

³¹⁸ Antífrase, ironia, sarcasmo, cleuismo, contrafissão, alusão.

³¹⁹ Hipérbole, lítotes, eufemismo, disfemismo.

³²⁰ Apóstrofe, personificação, licença, precaução oratória, concessão, preterição, correção, apodioxé, parêmbolo (parêntese), dialogismo, subjeção, interrogação retórica, exclamação, e também as figuras que Reboul (2004) designa de argumento: *prolepse* oratória, *aposiopese* (ou *reticência*) e *cleuismo*.

³²¹ Como a *preterição*, que «[c]’est une manière astucieuse de persuader l’auditoire qu’il est déjà persuadé», lembra Buffon (2002: 261).

I – Figuras de palavras

Aliteração e assonância

Se o efeito expressivo da semelhança fónica da *aliteração* concede, geralmente, força aos argumentos (1); em (2), torna-se assaz persuasiva para fazer aderir à ideia de que o PCP abdicou dos seus princípios de luta pelas causas sociais devido ao seu apoio ao Governo de António Costa.

- (1) O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — [...] O CDS há muitos anos que abandonou a sua matriz democrata-cristã, praticamente desde o tempo em que o Professor Freitas do Amaral abandonou esse partido, e abraçou outras linhas de orientação política. É bem verdade que ainda haverá por lá alguns democratas-cristãos, certamente cada vez mais desiludidos com a orientação *puramente populista* do *Partido Popular...*! (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 53-54)
- (2) O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — [...] Acreditam que algum verdadeiro comunista aceita um despedimento coletivo, mais ou menos encapotado, ou a promoção de leis laborais seletivas? Acreditam que estas medidas, estes ministros, estas políticas justificam o natural e notório embaraço com que vivem todos os dias, de *rezingões* a *resignados*? (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 41)

Em (3)-(4), a aliteração produz, sobretudo, um efeito de insistência; efeito também conseguido pela *assonância*, pela reiteração da vogal /e/ nos dois últimos vocábulos (4).

- (3) O Sr. **António José Seguro** (PS): — [...] O País tem gravíssimos problemas [...]. Aquilo que poderíamos designar pelos três D: *desemprego, dívida e défice*. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 38)
- (4) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Temos um País *dependente, destruído, desigual*. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 47)

Parecendo uma estratégia concertada, tanto o líder do PS como o líder do PCP recorrem a uma estrutura ternária para desqualificar o governo de Passos Coelho no debate de 2013. Enquanto, em (3), os «gravíssimos problemas» de Portugal são destacados pela *aliteração* nos três nomes que os designam; em (4), a repetição dos fonemas consonânticos (e também vocálicos) na tripla adjetivação acentua o estado de degradação do país.

Homeoteleuto e homeoptoto

O *homeoteleuto* consiste na identidade fonética das terminações de palavras próximas umas das outras. O *homeoptoto* diferencia-se do homeoteleuto³²² na medida em que é referente à semelhança produzida pelas terminações das formas verbais (Robrieux, 2015: 82).

³²² Ainda que nem todos os autores façam esta distinção — como é o caso de Fromilhague: «On définit l'homéoptote [homeoptoto] comme un parallélisme de marqueurs morphologiques, que ce soit les terminaisons des formes verbales, nominales ou autres, les

Em (5) faz-se um jogo de palavras com os dois nomes usados em termos metafóricos, que apresentam uma gradação (note-se o valor conotativo de «chaga», como se o país tivesse uma ferida aberta). Já em (6), o *homeoteleuto* retoma, de forma estratégica, os adjetivos do poema «Esta gente», de Sofia de Mello Breyner, em resposta ao contra-ataque agressivo do Primeiro-Ministro a Jerónimo de Sousa³²³.

- (5) A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — [...] O seu Governo desistiu do emprego, desistiu dos estágios, desistiu dos direitos, desistiu dos jovens [...]. É por isso que temos hoje uma *vaga*, uma *chaga*, de exilados económicos em Portugal. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 36)
- (6) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não deixemos Sophia de fora deste debate, não deixemos o melhor que temos, os poetas que temos de fora deste debate, porque o que a direita quer fazer é, precisamente, essa desistência, essa desistência da aspiração máxima, desse «país liberto», dessa «vida limpa», desse «tempo justo» de que Sofia falava e para quem o Governo não tem resposta. É para esta gente *pisada*, *ignorada*, mais do que «*humilhada e calcada*» que queremos falar. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 21)

Utilizada pelo líder do PSD (7), a figura sublinha o conteúdo proposicional da enumeração – a situação dramática do país –, sendo assim justificada a falta de confiança e credibilidade do Governo vigente. O efeito de rima, por sua vez, acentua o dramatismo expresso pela gradação.

- (7) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, os portugueses já não acreditam neste governo. [...] A verdade é que, hoje, os portugueses não sabem para onde vão. O país vive numa situação preocupante, evidente no plano económico, que atinge o conjunto da sociedade e envenena a própria autoridade do Estado. Portugal é, hoje, um país *socialmente injusto, regionalmente desequilibrado, administrativamente desorganizado, politicamente desgovernado, economicamente endividado e moralmente desanimado*. (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3345)

marquers de la personne (pronoms), les déterminants du substantif, etc.» (2013: 28). Já Lausberg ([1967]/ 1993: 114) procede à sua distinção, referindo que o *homeoteleuto* «consiste na igualdade sónica dos fins (acentuados ou não) das últimas palavras (e muitas vezes, suplementares ainda de outras palavras) das partes do isocolo» («Quantas vezes mandou António ao fogo que não queimasse; ao vento que não assoprasse; à água que não molhasse» [Padre António Vieira, XI, 363]). Por sua vez, o *homeoptoto* «consiste na correspondência das formas de flexão (nominais ou não nominais), sobretudo no fim (mas, em princípio, também noutros lugares) das partes do isocolo, sem que por isso apareça sempre um homeoteleuto» (Que mataste, roubaste, torturaste, ganhastes? [Fernando Pessoa]; «Bramando, duro corre e os olhos cerra,/ Derriba, fere e mata e põe por terra» [Os *Lusíadas*, I, 88, 7-8]). Por nossa parte, consideramos, à semelhança de Robrieux (2015), a distinção entre as figuras como se define no Apêndice A. Considera Bacry que o homeoteleuto é a figura inversa do poliptoto, já que ao contrário desta, que aproxima raízes idênticas com terminações diferentes, aquela aproxima palavras diferentes com terminações idênticas (1992/2017).

³²³ «O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — A propósito, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me, tendo em conta a homenagem de hoje a Sophia de Mello Breyner, que lhe pergunte: que sincera homenagem pode este Governo fazer a esta figura ímpar, na medida em que este Governo trata a cultura como um encargo, como uma despesa, prejudicando a cultura, os seus criadores, os seus agentes?» (DAR; XII Legislatura, n.º 102, 12/07/2014, p. 18); «O Sr. **Primeiro-Ministro**: — [...] Por fim, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que quando cita Sophia de Mello Breyner percebo que queira ter uma grande preocupação. Há sempre uma certa preocupação em apropriarmo-nos daquilo que é de todos. Mas não tente essa apropriação, Sr. Deputado. Fica-lhe mal, ainda para mais no dia em que será feita a transladação de Sophia de Mello Breyner para o Panteão Nacional. [...] Sophia de Mello Breyner não é, Sr. Deputado, contra este Governo nem a favor do PCP. Deixe lá Sophia de Mello Breyner fora desta conversa! (DAR; XII Legislatura, n.º 102, 12/07/2014, p. 20)

A correspondência fonética das terminações de formas verbais próximas é frequentemente usada como reforço dos argumentos na peroração dos discursos. Utilizam o *homeoptoto* o líder parlamentar do PSD (8) e o Vice-Primeiro-Ministro (9), no encerramento do debate de 2014.

- (8) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — [...] com a coligação PSD/CDS o País muda, o País *reforma-se*, o País *transforma-se*, o País *renova-se*. Com a oposição e o Partido Socialista tudo se adia, hesita-se e desiste-se à primeira dificuldade. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 51)
- (9) O Sr. **Vice-Primeiro-Ministro** (Paulo Portas): — [...] Reconheçamos o óbvio: melhorámos enquanto economia, mas precisamos de melhorar mais se sonharmos com um Portugal que seja *visto, vivido e sentido* como uma sociedade de oportunidades [...]. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 65)

Paronomásia

Variedade de repetição, a *paronomásia*³²⁴ é uma figura de retórica³²⁵ cuja expressividade se extrai da combinação de palavras que apresentam semelhança fónica, mas sentidos diferentes, no mesmo segmento ou num espaço discursivo próximo. A paronomásia é apresentada como um argumento, como sublinha Fromilhague, «à des signifiants proches, signifiés équivalents (analogie imaginaire)» (2013 :25).

Observe-se, por conseguinte, o jogo de palavras do deputado do PSD (10).

- (10) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — [...] Sr.^{as} e Srs. Deputados, o falhanço dos governos anteriores foi, antes de mais, este mesmo: a dívida, o défice, as *faturas* que legou e as *farturas* que não controlou acarretaram a injustiça e a desigualdade. [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 41)

O recurso à paronomásia como argumento de desacreditação do Governo em funções é recorrente no discurso da oposição; a líder do CDS-PP utiliza-a para se distanciar do otimismo do Governo (11).

- (11) A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — [...] queria dizer-lhe que para alcançar bons resultados é preciso trabalhar muitíssimo e é preciso não confundir *otimismo* com *ilusionismo*. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 21)

³²⁴ Não deve ser confundida com a palavra *paranomásia*, referente à semelhança entre palavras de línguas diferentes (ex.: *sexto* [port.], *sixth* [ing.], *sesto* [ital.]) (Matoso, 2003: 208-209) A *paronomásia*, também designada por *agnominação*, apoia-se na paronímia (palavras quase homónimas) e na homofonia (sons idênticos). Quando a figura se relaciona com a homonímia é designada por *calembur* (fr. *calembour*: jogo de palavras, a partir de um equívoco fonético ou semântico, que permite explorar o duplo sentido de algumas palavras) ou *trocadilho* (jogo de palavras, que, em sentido restrito, é entendido como o aproveitamento do sentido duplo de uma palavra: «apanhado em flagrante *de litro*» [= apanhado a beber vinho], Fernando Pessoa (citado por Matoso, *ibid.*: 279-280). Pelo efeito de eco produzido, a mensagem retém-se mais facilmente, sendo, por isso, estas figuras frequentemente usadas nos slogans, provérbios e títulos de artigos.

³²⁵ Entende-se por *figura retórica* qualquer tipo de recurso ou manipulação da linguagem com fins persuasivos, expressivos ou estéticos com o objetivo de ampliar o significado ou a ênfase que o orador quer imprimir em seu discurso (Reboul, 2004: 113).

A figura é frequentemente usada como forma de reorientação argumentativa, suportada, em geral, pela repetição; sobretudo pelos deputados dos partidos mais à esquerda (12).

- (12) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Um ano depois, o Sr. Primeiro-Ministro concordou com o PSD no aumento dos impostos, o que significa, diga-se o que se disser sobre deduções, que aquilo que já hoje está em vigor, para quem tem 1000 € de salário por mês, no caso de um casal, é a imposição de pagar mais 300 €. Portanto, aumentou os impostos e reduziu a economia. E isto não foi por erro, foi por *convicção*! Este aumento de impostos é uma resposta de *convicção*, não é só *obstinação*. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 30)

Pelo efeito de eco produzido³²⁶, a mensagem retém-se mais facilmente (por isso é de uso frequente no texto publicitário). Utilizada pelo Secretário-geral do PS (13), a figura sublinha a denúncia das divergências internas no governo de Passos Coelho. Por sua vez, Marques Mendes procura descredibilizar o Governo evidenciado, com recurso à paronomásia, a desproporção de nomeações de carácter partidário face à tomada de decisões (14).

- (13) O Sr. **António José Seguro** (PS): — Está o Governo em *funções*, mas objetivamente sem *condições*. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 4)
- (14) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — [...] O *Diário da República* — basta consultá-lo — é pródigo em *nomeações*. Mas é muito, muito frugal na publicação de *decisões*. Com este Governo, chegou-se mesmo ao ponto de durante quase uma semana não se publicar a I Série do *Diário da República* porque não havia matéria para publicação. (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, pp. 27-28)

O lexema que dá o tema ao debate (Nação) é objeto de aproveitamento retórico em todos os debates sobre o estado da Nação. Utiliza-o Telmo Correia na acusação que faz ao Governo de não ter sido capaz de dar resposta aos incêndios que ocorreram em Pedrógão Grande, que culminaram em tragédia³²⁷, nem de resolver o caso do desaparecimento de armamento em Tancos³²⁸ (15).

- (15) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] A tragédia de Pedrógão Grande e a humilhação de Tancos podem não revelar muito sobre o estado da *Nação*, mas dizem tudo sobre o triste e lamentável estado da *governança*. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 47)

A figura é recorrentemente usada a fim de descredibilizar o Primeiro-Ministro pelo facto de não reconhecer o estado em que se encontra o país (16)-(17). Em (17), a paronomásia sublinha o aspeto ficcional do discurso, reforçado pela alusão a José Saramago³²⁹, que viria a ganhar o Prémio Nobel

³²⁶ De acordo com Reboul, a rima que retorna em sentido regular é uma paronomásia («Valéry au tri, Anémone au téléphone») (2004: 117).

³²⁷ O incêndio florestal de Pedrógão Grande, que deflagrou a 17 de junho de 2017, naquele concelho do distrito de Leiria, alastrou-se aos concelhos limítrofes e deu origem ao maior e mais mortífero incêndio de que há memória em Portugal (mais de 60 mortos).

³²⁸ Trata-se de um assalto ocorrido a 27 de junho de 2017 aos Paíóis Nacionais de Tancos, no qual foi furtado material de guerra do exército português.

³²⁹ Poderíamos até entender esta alusão como uma provocação do deputado do PS ao Primeiro-Ministro, que aprovara o veto do subsecretário de Estado da Cultura do seu Governo (Sousa Lara) à candidatura da obra de José Saramago *O Evangelho sobre Jesus*

da Literatura em 1998. A figura da derivação («concorrência *ficcionista*») (vd. *infra*) apresenta um efeito de insistência, sugerindo-se uma capacidade especial do Primeiro-Ministro para a criação imaginária.

- (16) O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Sr. Primeiro-Ministro, esta sua última intervenção demonstra bem que o senhor está no debate do estado da Nação mas não em regime de estado da Nação, está em regime de estado de *negação*. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 47)
- (17) O Sr. **Manuel Alegre** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, tinham-nos prometido o *discurso do estado da Nação*, mas o que tivemos foi um *discurso do Estado-ficção*! Se me chamasse José Saramago tinha ficado preocupado com a concorrência *ficcionista* do Sr. Primeiro-Ministro! (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 2995)

Já a paronomásia com recurso à palavra «oposição» (que rima com «Nação») é, naturalmente, mobilizada pelo lado do Governo (e seus apoiantes), tanto do PS (18), como do PSD (19); Durão Barroso usa-a para dar força à comparação, que inferioriza a oposição.

- (18) O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, o debate sobre o estado da Nação não é só sobre o estado da Nação, também é sobre o discurso da *oposição*. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 39)
- (19) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — [...] E desde já, há uma conclusão que posso tirar da sua primeira intervenção: é que o estado da *oposição* é bem pior que o estado da Nação! (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5886)

Neologismo

O termo *neologismo* é referente à criação (consciente) ou emprego de uma palavra nova que não se encontra dicionarizada, seja por derivação, por decalque de um empréstimo, ou pela atribuição de uma nova aceção a uma palavra já existente (neologismo semântico). O neologismo é apercebido como uma figura a partir do momento em que revela a intencionalidade do seu autor³³⁰. No discurso político tem uma função de amplificação retórica. Procura-se surpreender e impressionar pelo insólito, suscitar a admiração³³¹:

El neologismo léxico es una especie de pseudotecnicismo. Su objetivo es el mismo: se busca la ampuliosidad, la novedad, la distinción prestigiosa, la singularidad, la frase más sonora, o sea, busca darle al receptor la sensación de autoridad para que reaccione emotivamente, subjetivamente. (López Eire & Santiago Guervós, 2000: 126)

Cristo ao Prémio Literário Europeu (1992).

³³⁰ O neologismo surge enquanto figura «lorsqu'on sent une intention stylistique, par exemple quand Queneau invente l'*ontalgie* (la maladie de l'existence)» (Suhamy, 2016). As figuras inversas – *arcaísmos* e *etimologismos* –, que não abordaremos na nossa análise, incluem-se também nas figuras de palavras, assim como o *hipocorismo*, referente à criação de diminutivos, infantilismos, ou abreviaturas, utilizados na interpelação.

³³¹ O neologismo semântico apresenta uma vertente mais conflituosa, porque mais ideológica, e tem mais peso como estratégia política, já que se adequa o significado dos termos aos interesses de quem o usa (cf. López Eire & Santiago Guervós, 2000: 127).

A criação lexical no discurso político reflete, naturalmente, o contexto social e as circunstâncias políticas do momento. Neste sentido, o léxico tanto incorpora novos termos, novas aceções ou novos usos do vocabulário político já existente, como abandona outros; tendo a comunicação social um papel determinante da difusão dos neologismos. Ora um dos processos mais produtivos de criação de neologismos no léxico político é derivação por sufixação. No nosso *corpus*, marcam presença constante os neologismos com recurso ao sufixo - *ismo* de nominalização, que converte o seu significado original ('doutrina' ou 'sistema') num tipo de comportamento ou de atitude em doutrina.

Observe-se, por conseguinte, a criação do neologismo ofensivo (até pela sua associação fónica ao termo «autismo») (20) no discurso irónico de Otávio Teixeira (PCP), que visa criticar a postura argumentativa de António Guterres (PS) na intervenção precedente.

- (20) O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Guterres, julgo que o Sr. Deputado estará, neste momento, a sofrer uma nova doença. Ouvindo a sua intervenção, o seu discurso, estará, neste momento, a ser atacado por «*eutismo*». É que o seu discurso é tudo na primeira pessoa «eu», «eu», «eu», «eu»!... [...] (DAR, I Série - 91, 1995/06/23, p. 3115)

A aparição de neologismo formados a partir dos nomes (apelidos) dos políticos é comum para formar designações que reflitam pontos de interesse no momento político. Muitas destas formas são efémeras (desaparecem quando o termo de base perde a sua popularidade porque deixa de ser chave), outras acabam por se impor e consolidar. Se no debate de 2003, o termo «guterismo», de sentido pejorativo (já que denota uma doutrina ou sistema de pensamento a partir do nome da pessoa que o simboliza), ainda fazia eco nos discursos do PSD, lembrando a anterior governação do Primeiro-Ministro António Guterres (21), nos debates posteriores não há registo do termo.

- (21) O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — [...] Este último ano trouxe à evidência um PS que se assumiu sem fortes convicções, a ziguezaguear na efémera maré das sondagens e ainda anestesiado pela síndrome do *guterismo*». (DAR, I Série - 141, 2003/07/04, p. 5917)

O recurso da derivação é também uma manifestação do carácter polémico do discurso político no sentido em que a existência de afixos ou afixos distintos é explorada como uma arma política contra o adversário (Fernández Lagunilla, 1999/ 2014: 61). Veja-se o caso dos termos de nova criação atribuídos ao âmbito político - «seguidismo» e «continuismo» -, formados por sufixos deverbais com valor pejorativo, quando já havia palavras derivadas do adjetivo contínuo (*continuidade, continuação*) na língua comum. Não constituindo formas agramaticais, visam antes sublinhar um tipo de comportamento condenável: a atitude oportunista do PS (22), «contrária aos interesses do país», no

apoio aos partidos da oposição para «interromper o curso normal da legislatura» (22); o apoio incondicional às Instituições Europeias, e a consequente falta de solidariedade em relação à Grécia (23); a continuidade da política de austeridade levada a cabo pela instância política com consequências entendidas como desastrosas (24). O valor negativo dos termos advém do facto de se supor «erigir el defecto del adversario en doctrina; prueba de ello es que sólo los emplean los adversarios de aquéllos contra los que se dirigen», como assinala Fernández Lagunilla (2014: 38).

- (22) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Aníbal Cavaco Silva): — [...] Com manobras de rua, intrigas de bastidores, compadrios palacianos, manipulações da informação, tudo fizeram para por em causa a estabilidade do País, destruir a confiança dos agentes económicos e prejudicar a recuperação da economia. [...] Pode dizer-se que valeu tudo. Sempre com o beneplácito, com a concordância, com o *seguidismo* oportunista do maior partido oposição, cego pela ânsia da caça ao voto, pela sôfrega ilusão de chegar ao poder. [...] (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, pp. 3085-3086)
- (23) O Sr. **Ferro Rodrigues** (PS): — [...] Há um *seguidismo acéfalo* em relação ao Eurogrupo e ao Conselho naquilo que se passa com a Grécia. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, pp. 10-12)
- (24) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Portugal precisa de uma política patriótica e de esquerda que dê resposta aos problemas do País. [...] É em torno desta política alternativa, e não de *continuismo* da política de desastre, que se impõe a convergência de todos os democratas e patriotas, dos trabalhadores e do povo português. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 47-48)

A atestar a produtividade linguística do sufixo *-ismo* na formação de neologismos, encontram-se, entre outros, os termos «esquerdismo», utilizado no aparte do deputado do PS (25), em reação aos ataques da deputada do BE; e o termo «reboquismo», utilizado para criticar a ausência de propostas do PSD (26).

- (25) A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — [...] Cenas de opereta: numa hora, o canto melodramático da esquerda possibilista; na hora seguinte, PS e PSD caem nos braços um do outro para negociar o orçamento e, porventura, o PEC 3.
O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Opereta é o *esquerdismo* obsoleto! (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 56)
- (26) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — [...] De facto, o Sr. Ministro veio fazer uma manobra de diversão em relação ao amontoado de contradições que foram as propostas do PSD, que, verdadeiramente, não tem propostas, porque foi completamente «destrunfado» na concertação social e no «*reboquismo*» em que se encontra em relação às propostas do Governo. O que o PSD fez foi vir aqui mostrar uma pálida proposta de qualquer coisa, que foi, aliás, de uma falência evidente. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6728)

Um outro termo que capta a atenção do auditório, até pelo registo de língua utilizado, é aqui exemplificado nas suas variantes de nominalização (27) e adjetivalização – (utilizando-se a formação em *-ista*, que com o significado de ‘partidário’) (28), visando, nestes casos, a crítica à oposição pela falta de reconhecimento do trabalho do Governo, quer do PSD (27) quer do PS (28), sendo este um dos *topoi* de refutação do executivo.

- (27) A Sr.^a **Ana Manso** (PSD): — [...] E este Governo, com uma situação internacional adversa e uma oposição vazia de alternativas e que tem apostado no «*bota-abaixismo*», pôs em ação e conseguiu os melhores resultados não só na área económica, com a recuperação e o equilíbrio das contas públicas, mas também na área social. (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5895)
- (28) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): —[...] não acrescenta qualquer credibilidade à oposição ser militante do pessimismo ou ser, permanentemente, «*bota-abaixista*» nas suas crísticas. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6687)

Atente-se igualmente na adjunção do sufixo *-ismo* à forma de base «boy» (29) (produto de uma evolução semântica) que remete para a prática de patrocínio e clientelismo político³³² conduzida pelos dois maiores partidos que alternavam a Governação (PSD e PS), num fenómeno que ficou conhecido pela expressão «jobs for the boys»³³³. A utilização do termo «boysismo», caracterizado como «frenético», numa enunciação irónica com recurso à expressão «enorme energia daqueles afilhados», contrasta com a representação de imobilismo do Governo de Pedro Passos Coelho.

- (29) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Quando os portugueses olham para este Governo, o que eles veem é que, num ano, mais do que tudo, houve um «*boysismo*» frenético, uma enorme energia daqueles afilhados que quiseram a administração da Águas de Portugal, a administração da EDP, a administração da Caixa Geral de Depósitos, que paralisam uma empresa como o Metro do Porto por guerras intestinas do PSD. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 16-17)

De facto, a utilização do neologismo é um dos recursos mais recorrentes na denúncia das nomeações partidárias. Para além da derivação, que forma novos termos também pelo sufixo avaliativo negativo *-ite* (indicador de doença) (30), entre outros, verifica-se a criação de palavras que resultam da junção de duas (ou mais) unidades lexicais, como é o caso da *amálgame*³³⁴ utilizada em (31), em que se dá a junção do nome «laranja» (termo metonímico para designar o Partido Social Democrata) ao nome nomenclatura (lista de nomes). De mencionar igualmente certos procedimentos metafóricos que configuram neologismos semânticos³³⁵ (cf. Fernández Lagunilla, 2009), procedimento este de cariz

³³² Repare-se como o mesmo objeto nomeado (o clientelismo partidário) é atualizado em função do contexto situacional e comunicacional, com recurso a diferentes estratégias discursivas. «La possibilité de percevoir des 'voix' dans les mots tient à une mémoire discursive qui enregistre, en même temps que des points de vue, les positions interdiscursives de ceux qui les expriment. Au-delà d'un sens abstrait, logique, impersonnel, 'désincarné' enregistré par le dictionnaire, des éléments de l'énonciation et du contexte, liés à l'acte de parole que constitue la nomination sont mémorisés et sont susceptibles d'être réactivés lors de l'actualisation du terme. Aussi l'actualisation exprime-t-elle, outre les rapports à l'objet nommé, ceux entretenus avec les autres dénominations d'un paradigme désignationnel, avec d'autres points de vue sur l'objet et d'autres prises de positions des sujets» (Siblot, 2001: 205).

³³³ «Num quadro institucional marcado durante bastante tempo pelo rotativismo partidário do chamado 'bloco central' estabeleceu-se uma espécie de acordo tácito no que diz respeito à proteção dos interesses particulares dos dois maiores partidos (PS e PSD) e à distribuição das respetivas prebendas; promovendo-se, assim, a consequente sobreposição de critérios políticos em relação a critérios profissionais nos processos de nomeação de dirigentes de topo da administração pública (diretores-gerais, gestores públicos e cargos equiparados)» (C. P. Teixeira, 2018: 110).

³³⁴ Designada em francês por *mot-valise* (tradução livre do termo «portemanteau-word», criada por Lewis Carroll).

³³⁵ Atribui-se um significado novo (neste caso, dá-se uma nova aceção política) a uma unidade lexical já existente. Este processo não morfológico de formação de palavras é designado por *extensão semântica*.

humorístico utilizado pelo líder da oposição (32), como réplica a Francisco Assis (PS), que o desafiou a provar as acusações de clientelismo.

- (30) O Sr. **Carlos Carvalhas** (CDS-PP): — [...] Mas que quer o Governo que se diga quando se viu a nomeação dos *boys* do PS para os corpos do Estado, nomeações que são hoje de muitos e muitos milhares, com a família PS instalada no aparelho de Estado? [...] A isto não se chama «*partidarite*», nepotismo, clientelismo? [...] (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 40)
- (31) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] Até se pode admitir que o PSD tenha uma ambição para Portugal, mas trata-se de uma ambição tristemente medida, definida e desenhada pelo padrão das ambições egoístas, dos restritos interesses de classe que o PSD protagoniza no Governo e pela voracidade avassaladora das clientelas e da «*laranjaclatura*» que gerou, alimenta e reproduz. (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 3010)
- (32) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] Quanto à questão dos dados que me pediram, por exemplo os de «*colonização partidária*», meu Deus, nem todo o tempo de todos os discursos dava para vos fazer a lista das nomeações de carácter partidário! (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3349)

De referir ainda dois dos procedimentos que configuram a polémica: a designação e a denominação³³⁶, que revelam a «doxa d'un temps»³³⁷ (Angenot, 2012: 57). Ora, o neologismo mais produtivo na política portuguesa dos últimos anos foi o termo «geringonça»³³⁸ (33) (formado por extensão semântica), pelo qual ficou conhecido o Governo de maioria parlamentar de esquerda que tomou posse em 2015, que, por sua vez, deu origem ao verbo «geringonçar» (34), utilizado no *soundbite*³³⁹ da responsabilidade do líder parlamentar do PSD³⁴⁰.

³³⁶ Conceptualizada por Kleiber, a 'denominação' é definida como um ato que consiste «en l'institution entre un objet et un signe x d'une association référentielle durable» (1984: 80). Já a 'designação' pode ser compreendida como «le fait de créer une association occasionnelle entre une séquence linguistique et un élément de la réalité. Elle ne fait pas l'objet d'un acte préalable ni d'une habitude associative [...] elle n'est pas codée et n'a pas à être mémorisée» (Petit, 2002: 163).

³³⁷ «L'étude de la doxa d'un temps se met en quête de dénominations, de taxinomies, d'idées de cohésion et de co-intelligibilité, en quête de présupposés, de valeurs partagées et de «cadres» de la pensée, paradigmes élémentaires qui vont permettre de décrire une coexistence; elle cherchera à montrer, en dépit de leur autonomie apparente, l'appartenance des idées, des systèmes d'idées à leur époque, à l'époque qui les a vu «naître» et prospérer» (Angenot, 2012: 57).

³³⁸ *Geringonça* (que, literalmente, significa o que é malfeito, com estrutura frágil e funcionamento precário) foi o termo pejorativo usado por Vasco Pulido Valente e, posteriormente, por Paulo Portas para designar a coligação parlamentar de esquerda que assumiu o poder em 2015. O Governo do PS, liderado por António Costa, é sustentado em acordos com o Partido Comunista Português (PCP), o Bloco de Esquerda (BE) e o partido «Os Verdes» (PEV). Amplamente difundido pelos media, o próprio António Costa se apropriou do termo, respondendo, no debate quinzenal de 28 de abril de 2016, aos ataques da direita com a frase: «Sim, sim, é geringonça, mas funciona».

³³⁹ Entendido como «a snippet of film that catches the rhetorical highlight of a speech, a quotation that is bright, snappy and memorable, and never mind the boring profundity» (Safire, 1988: 27). Foi tratado na comunicação política portuguesa por Amorim, que o define «como uma frase curta ou expressão retirada de um discurso político e repetida nos meios de comunicação. Com efeito, é uma frase de fácil memorização, que invariavelmente não dura mais do que dez segundos; cheia de significado, porque visa sintetizar a essência de todo um discurso; e também cativante, ao ponto de atrair pelas sensações visuais ou auditivas o ouvinte ou leitor» (2016: 34). O fenómeno do *soundbite* [ou *soud bite*, como também é grafado], produzido em coenunciação, não remete para um nível lexical, mas para um nível proposicional (tratando-se já de unidades estabilizadas), como observa Krieg-Planque, lembrando que as fórmulas existem em função de certos usos sociais que os identificam como tais, repetindo-os e recopiando-os (2017: 104).

³⁴⁰ A frase proferida por Luís Montenegro integra um propósito que se destina ser notado pelos *media*, como, aliás, atestam os títulos de jornais relativas ao debate de 2016.

- (33) O Sr. **Pedro Passos Coelho** (PSD): — A «geringonça» [...] ainda não encontrou um caminho para responder aos anseios dos portugueses depois das tempestades das últimas semanas. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 39)
- (34) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — [...] Srs. Deputados, é que governar não é «geringonçar» (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 57)

No nosso *corpus* a criação lexical com recurso à verbalização (34)-(35) é, sobretudo, ilustrativa de um momento político específico. No mesmo debate de 2016, a forma verbal formada por um afixo denominial (-iz(ar)), a partir do nome Syriza³⁴¹, serviu de pretexto para uma tentativa de deslegitimação do Governo pela analogia com o Governo da Grécia (35).

- (35) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — [...] Portugal perdeu emprego; Portugal abrandou as exportações; Portugal está mais exposto aos riscos e às incertezas e Portugal tem uma circunstância política muito clara: o *Partido Socialista* «syrizou-se». [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 57)

Igualmente de intuito polémico, regista-se a nominação metafórica³⁴² (Hustan, 1980:94), neste caso específico, com seleção de empréstimos³⁴³ alusivas aos contratos *swap*³⁴⁴ utilizados pelo Governo.

- (36) O Sr. **João Semedo** (BE): —[...] O senhor pode mudar de modelo, pode trocar superministros por ministros «superbock» ou «superswap», pode fazer todas essas mudanças, mas o Governo, a sua política e o Sr. Primeiro-Ministro estão no centro da crise e, enquanto o País não se libertar desta política, deste Governo e deste Primeiro-Ministro, o País não tem solução para sair da crise. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 18-19)

Também a coordenadora do BE revela o desejo de inovar ao criticar o processo de privatizações, através de operações que favorecem os grandes grupos financeiros estrangeiros («compras low cost») (37), projetando o domínio conhecido das viagens, selecionando o empréstimo, noutra domínio novo (de notar também a designação sinónima de «venda de garagem»).

- (37) A Sr.ª **Catarina Martins** (BE): — [...] Mas, Sr. Primeiro-Ministro, no dia em que fazemos este debate talvez nada marque tanto o estado da Nação do que ter tornado Portugal no país das compras low cost...
O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Compras low cost?! É ridículo!
- A Sr.ª **Catarina Martins** (BE): — ... e dos negócios milionários para a finança internacional. As privatizações que o Tribunal de Contas já denunciou como lesivas do interesse público, com o exemplo da única auditoria até agora, são a imagem da gigantesca venda de garagem em que este Governo transformou o País. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, pp. 23-24)

³⁴¹ A abreviatura Syriza (*Synaspismós Rizospastikís Aristerás*) designa um partido político grego, fundado em 2004, como uma aliança eleitoral de 13 partidos e organizações de esquerda, que obteve uma vitória eleitoral em 2015 e formou um governo de coligação com uma força de direita, tendo como líder Alexis Tsipras. Uma das bandeiras do Syriza foi a oposição à austeridade. O partido defende o aumento dos impostos para os contribuintes com mais rendimentos, o adiamento ou anulação dos pagamentos da dívida, cortes nos gastos da defesa e um aumento do salário mínimo e das pensões.

³⁴² Trata-se de um dos quatro tipos de injúrias propostas por Nancy Huston (1980). A nominação metafórica é referente à evocação de objetos ou qualidades que, presumivelmente, tenham traços em comum com o adversário.

³⁴³ Processo que resulta da apropriação de uma unidade lexical de outra língua. Designam-se, porém, de *estrangeirismos*, os empréstimos que ainda não foram adaptados à língua que os incorpora.

³⁴⁴ Instrumento financeiro utilizado pelo Estado Português, que apresentou elevadas perdas.

Poliptoto e derivação

Refere Bonhomme que as figuras baseadas na repetição como o poliptoto participam da beleza e da exaltação da força do discurso, apoiando-se em Pseudo-Login [1993]: «Ce sont des figures qui animent tout à fait un débat [...] et produisent ornement et toute espèce de sublime et de passion» (2014: 188). Por seu turno, Amossy e Koren evidenciam o facto de o poliptoto pretender assinalar e amplificar as ligações e interações entre fenómenos aparentemente distintos³⁴⁵ (2009: 15).

No nosso *corpus*, é notório o emprego num mesmo enunciado de palavras flexionadas da mesma palavra³⁴⁶ – *poliptoto* –, bem como de palavras derivadas de um mesmo radical³⁴⁷ – *derivação*.

O poliptoto é utilizado pelo Governo como estratégia persuasiva, visando a construção de um *ethos* de competência. No seu discurso de abertura, José Sócrates valoriza a sua governação, por contraste com o Governo precedente, com recurso à implicatura convencional³⁴⁸ (pelo marcador de pressuposição «agora») de intenção polémica (38); e António Costa seleciona formas do verbo «agir», com valor de dinamismo (39), mostrando-se à altura do cargo.

(38) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] É por isso que quando se olha para o estado da Nação nestes primeiros 100 dias de Governo, há um dado absolutamente novo na situação do País: é que *agora*, em Portugal, *há um governo que governa*... (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1693)

(39) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — ... nós *agimos* perante os problemas, porque um governo existe para *agir* e é *agindo* que se governa. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 16)

Já do lado da oposição, as figuras intensificam a força semântica dos termos axiológicos negativos, naturalmente com um intuito de desvalorização. Na sua crítica à política económica vigente, que se

³⁴⁵ Como menciona Meyer, o poliptoto sublinha a questão que separa, dando como exemplo a diferença de ‘amor’ no enunciado «je vous *aime* plus que vous ne m’avez jamais *aimé*», assinalada pela repetição e pela assimetria que indicam os termos da alternativa (2008: 133).

³⁴⁶ Relativamente à distinção entre as duas figuras, Bacry esclarece que «dans le polyptote, un même mot [même sens donc chaque fois] est pourvu de désinences différentes; dans la dérivation, les mots différents [donc sens différents, et même parfois opposés] bien qu’ils soient formés sur une même racine» (2017: 283).

³⁴⁷ Tomada na sua aceção estilística, a *derivação* designa as variações morfolexicais de um radical comum para chamar a atenção do auditório para um *leitmotiv* (Ricalens-Pourchot, 1998/ 2016:49). De referir que a *derivação*, referida pelos autores franceses, não se encontra como figura na generalidade dos tratados de estilística e retórica portugueses. Encontramos, contudo, esta figura na tradução da obra de Reboul, *Introdução à retórica* (2004: 17). A figura da derivação é distinta do processo de formação de palavras pelo qual se originam vocábulos uns de outros, mediante a inserção ou extração de afixos.

³⁴⁸ As implicaturas (ou implicitações) convencionais (diferentes das conversacionais, produzidas no decorrer da interação) são determinadas por princípios de inferência que decorrem da própria estrutura do enunciado e do significado convencional das palavras.

tem destacado pelo despesismo e pelo aumento de impostos, o líder do PSD recorre quer ao poliptoto quer à derivação (40) como forma de acentuar o descontrolo das finanças públicas.

- (40) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): —[...] O país gasta mais do que pode e o Estado gasta muito mais do que deve! Em vez de atacar estruturalmente este problema, o Governo aumenta os impostos e mantém a despesa *descontrolada*. Deixou *descontrolar* a despesa em 2005 de uma forma brutal, e continua a não *controlar* o seu crescimento este ano. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6712)

Refere Plantin que

une famille d'argumentations exploite le sentiment d'évidence sémantique provenant de la similitude existant entre les mots appartenant à une même famille dérivationnelle. La réitération de la supposé racine sémantique produit un énoncé paraissant impossible à nier, car vrai en vertu de sa forme, 'A est A'. (2016: 205)

Ora, note-se a utilização do poliptoto em Telmo Correia (41) com sentimento de evidência, para criticar a desvalorização («que não é desvalorizável») do caso grave do «roubo de armamento de guerra» em Tancos, por parte por parte do Governo.

- (41) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): —[...] já não estamos a falar de ministros impreparados para situações difíceis; estamos a falar de um Primeiro-Ministro que regressou para *desvalorizar* o que não é *desvalorizável* — o roubo de armamento de guerra de enorme potencial letal —, estamos a falar de um Primeiro-Ministro que desapareceu em plena crise e regressou para, mais uma vez, fingir que não se passa nada. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 47)

Se em (42) o recurso ao *poliptoto* torna «presente à consciência o objeto do discurso» (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 194), incutindo-se a ideia de uma sociedade «precária» devida à implementação de políticas antissociais por parte do governo do Partido Socialista, já em (43) a derivação se configura como estratégia para a crítica do Secretário-Geral do PCP à governação (alternada) do designado Bloco Central, constituído pelos partidos de centro direita (PSD) e centro esquerda (PS), cujas políticas pouco se diferenciarão. Neste caso, a derivação cria uma aparente contradição lógica (*oxímoro*) para mostrar que tudo fica na mesma.

- (42) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Com o forte contributo da política do Governo, podemos dizer que vivemos numa sociedade cada vez mais *precária*. Uma sociedade com uma crescente *precariedade* dos rendimentos de quem trabalha ou vive da sua reforma, crescentemente diminuídos ou engolidos pelo galopante aumento do custo de vida. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6720)
- (43) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Uma política alternativa que exige um Governo que a concretize, um Governo capaz de romper com a lógica e o ciclo vicioso que se instalou no País do *sistema de alternância sem alternativa*. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 49)

O poliptoto é também utilizado como forma de inversão argumentativa, como se ilustra na conclusão de Francisco Louçã relativamente à Moção de Censura do CDS-PP no debate de 2000.

- (44) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] O Dr. Paulo Portas vem a este debate *censurar*, mas sai daqui *censurado*. (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3363)

Observam Amossy e Koren que o poliptoto e as figuras de ritmo ou de consonância, como a repetição, imediatamente perceptíveis na superfície discursiva, podem desempenhar uma função argumentativa tão válida e pertinente como as figuras de pensamento ou de construção (2009: 15).

Diáfora e antanáclase

A *diáfora*, também identificada por alguns linguistas com a *antanáclase* (que não veem necessidade de distinguir as figuras), não apresenta uma definição consensual. Se, para uns, associa duas aceções da mesma palavra (tratando-se, portanto, de palavras polissémicas), não devendo ser confundida com a homonímia (que vincula duas palavras diferentes) (Backry, [1992]; Ricalens-Pourchot, [1998]); para outros (Plantin, 2016), é referente à repetição de um termo polissémico ou homónimo³⁴⁹, posição que subscrevemos. A força da *diáfora* deve-se ao seu carácter falsamente repetitivo, já que há um confronto entre os dois significados do mesmo significante³⁵⁰.

- (45) O Sr. **Manuel Sérgio** (PSN): — Mais do que falar de «estado da Nação», vício que se pode tornar perigoso, melhor fora falar do *estado* a que o *Estado* chegou...» (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2869)

Pelo jogo de palavras que encerra a sua intervenção, o líder da oposição (46) vaticina a queda do Governo em funções e reforça a disponibilidade do seu partido em defesa do interesse nacional. Igualmente Ana Catarina Mendonça recorre à diáfora (47) para persuadir o auditório da necessidade de um Governo diferente, em ano de eleições. Por sua vez, a deputada do BE mobiliza-a no contradiscurso à oposição, aludindo às suas políticas neoliberais (48).

- (46) O Sr. **António José Seguro** (PS): — [...] Nós, tudo faremos para que a *agonia* do seu Governo não seja a *agonia* dos portugueses. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 9)
- (47) A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — [...] Precisamos, agora, de uma nova *maioria* de Governo que governe, de facto, para a *maioria* dos portugueses. Portugal não pode perder mais tempo... [...]. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 64)
- (48) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] A direita está sem *ideias* e nem a *ideia* de Estado mínimo lhe sobrou. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 17)

³⁴⁹ Plantin esclarece que, no caso de ser um termo homónimo, na segunda ocorrência, o termo apresenta um sentido e uma orientação diferentes que apresentou na primeira ocorrência. É, pois uma técnica de inversão, acrescenta o autor, que identifica a *diáfora* com a *antanáclase* (2016: 421).

³⁵⁰ Recorde-se, a título de exemplo, a diáfora celebrizada por Pascal: «O coração tem razões que a própria razão desconhece». A palavra repetida apresenta sentidos diferentes: «*razões*» [= motivações]; «*razão*» [faculdade de julgar].

Suportar-se numa palavra do adversário para lhe atribuir uma definição polémica é uma das astúcias do discurso antagonista, como ilustra a intervenção da deputada do BE (49), que emprega a *antanáclase* com o intuito de mostrar que as intenções do Presidente da República Cavaco Silva de formar um Governo de Salvação Nacional se deve a uma estratégia para poder dar continuidade ao programa de austeridade.

- (49) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] No desespero que se vive em Portugal, o «*entendam-se*» do Presidente pode até soar atrativo a alguns ouvidos. *Mas entendamo-nos: este «entendam-se» é uma forma de garantir que se cortará mais nos salários e pensões, de que se continuará a fragilizar mais os direitos do trabalho, a privatizar mais e a garantir mais rendas a privados, a cortar mais no Estado social e a continuar a financiar os bancos com o dinheiro dos cidadãos.* [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 49-51)

A diáfora dialética desorienta o discurso, refere Plantin. A antanáclase³⁵¹ «est une forme de rétorsion ironique échoïque et agressive», acrescenta (2016: 422). A antanáclase é uma retorsão (vd. Cap. 2) tipicamente retórica, já que parte das palavras do adversário e não do seu pensamento (como seria no caso da retorsão), mas que solicita o seu sentido, de forma a que signifiquem outra coisa (Dupriez, 1977: 46).

A antanáclase explora também a oposição de orientação argumentativa entre palavras que pertencem à mesma família derivacional (cf. Plantin, 2016). Tal é o caso da *derivação* (vd. *infra*) que integra o contradiscurso relativamente às palavras do Primeiro-Ministro, que evidenciou no seu discurso de abertura a «firme *determinação* de prosseguir o rumo traçado» (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 6):

- (50) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] O que marca o seu Governo, Sr. Primeiro-Ministro, é o *determinismo* e não a *determinação*, é o *economicismo* e não as medidas *económicas* necessárias. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 22)

³⁵¹ Embora a *diáfora* seja, geralmente, identificada com a *antanáclase*, Robrieux adverte que a antanáclase é uma figura de palavras, mas também de dialética, já que consiste em confrontar, dissociando-os, dois termos pronunciados por diferentes falantes (2015: 76), segundo a distinção de Fontanier (cf. 1977: 347-349). Para Lausberg a *antanáclase* consiste «no facto de cada um dos partidos, intervenientes no diálogo, dar ao mesmo corpo de palavra uma diferente significação, ditada pelo interesse do partido respetivo [...]». O segundo interveniente no diálogo 'falsifica o sentido da palavra' proferida pelo primeiro interveniente» (1993: 186). No seu *Dictionnaire de poétique* (1993), Aquien especifica a natureza dos termos empregues: «Emploi répété d'un même signifiant renvoyant à chaque fois à un signifié différent. Il peut s'agir soit du même mot répété avec exploitation de la polysémie, soit de deux mots différents mais homonymes et homographes et il y a alors ambivalence». Por sua vez, Molinié entende a figura no sentido de diáfora «[u]n terme apparaît deux fois dans un segment, avec deux sens différents», citando La Bruyère: *Tous méprisent le peuple, et ils sont peuple* (1992: 50). Já a diáfora, para o autor, se distingue pela particularidade de o jogo semântico se realizar no mesmo domínio: *On joue Racine au Racine* [Racine= as tragédias de Racine e no teatro que tem o nome Racine] (*ibid.*: 115).

Paradiástole

No monólogo, a *paradiástole* estabelece «un système de nuancements ou de distinctions précisantes en général développés sur des parallélisme de phrase» (Molinié, 1992 : 240). Contrastam-se duas expressões da mesma, de significado semelhante.

Numa tentativa de persuasão do auditório para a necessidade de compromisso entre as várias forças políticas, o Ministro Augusto Santos Silva mobiliza a *paradiástole* com recurso à derivação (entendendo-se o novo termo no sentido de «unanimidade») (51), construindo assim um *ethos* democrata. Carlos Abreu Amorim, por seu turno, corrige a palavra em aparte, refutando a proposição do oponente.

- (51) O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros** (Augusto Santos Silva): — [...] Portugal é hoje um dos países europeus com melhor clima social [...]. Enfrenta, decerto, muitas dificuldades, conjunturais e estruturais, e *precisa de estar unido face a elas. Unidade* não quer dizer, bem entendido, *unanimismo*.
O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Nem *unicidade*! (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 66)

Em dialética, a *paradiástole*³⁵² é uma figura de contradição; pode estar relacionada com a distinção entre duas palavras consideradas sinónimas (ou próximas) (52), pode servir de estratégia de mudança de orientação argumentativa, ou pode operar uma distinção entre dois discursos (Plantin, 2016: 423).

- (52) O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — [...] desde quando é que o antigo secretário de Estado foi *incriminado*?
O Sr. **Manuel dos Santos** (PS): - *Indiciado*! (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2858)

No exemplo em apreço (53), a inadequação de um termo à realidade descrita é contestada, de forma radical, pela oposição de outro termo. O coordenador do BE substitui o termo «probabilidade», utilizado pelo Primeiro-Ministro – procedendo à sua redefinição –, pela palavra «certeza», para melhor demonstrar a sua tese de que a política do Governo (designadamente, o aumento de impostos) irá, sem dúvida, conduzir o país a uma recessão.

- (53) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Reparei, Sr. Primeiro-Ministro, como reagiu às palavras do Banco de Portugal sobre o risco de recessão no próximo ano — *disse que é uma probabilidade*. Sr. Primeiro-Ministro, *entendamo-nos bem: uma probabilidade é pôr um polvo em cima de duas caixas, porque o coitado do bicho não sabe do jogo nem conhece o árbitro e, por isso, é uma questão de probabilidade ele ir para uma ou outra caixa*. Mas, se o senhor aumenta o ataque à economia, reduzindo-a com o aumento de impostos, *é uma certeza que vai haver aumento do desemprego, é uma certeza que vai haver mais pobreza*. [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 31)

³⁵² Nas palavras de Lausberg, «consiste no desmascarar e rejeitar uma *conciliatio* [...] proposta pelo partido contrário» (1993: 225). É também considerada uma figura de pensamento..

II – Figuras de sentido

Comparação e símile

Toute comparaison est un piège: elle est éminemment subjective, mais dans le discours politique elle est souvent “essentialisante”, c'est-à-dire porteuse d'un effet d'évidence. (Charaudeau, 2011 :7)

Através da *comparação*, aproximam-se dois termos (o tema e o foro)³⁵³ que se assemelham no todo ou em parte pelo meio de ligações explícitas³⁵⁴. Contudo, mais do que estabelecer uma relação de semelhança, é de uma avaliação de que se trata. De acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca, a comparação serve para confrontar vários objetos a fim de os avaliar, uns em relação aos outros (2006: 326).

Ora, a comparação com recurso ao adjetivo «bom», tanto no grau comparativo de superioridade (54) como no de inferioridade, é frequente quando se pretende diferenciar o Governo de legislaturas anteriores. De salientar que comparação confere uma maior eficácia à argumentação quando está ao serviço da polémica. Observe-se, por conseguinte, a comparação do líder do CDS-PP ao que poderíamos designar por um cronista de revistas «cor-de-rosa». A avaliação do traço transferido («papel que até lhe fica bem») (55) configura um FTA, sugerindo-se que as suas características pessoais se coadunam perfeitamente com essa função, tida como pouco digna de um papel político.

(54) O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (António Costa): [...] — O balanço está feito. Portugal não é, obviamente, um oásis, mas *Portugal é, em 1999, melhor do que era Portugal em 1995* (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 40)

(55) O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, continuem a contar com o nosso apoio crítico, que permite, às vezes – tantas vezes! – aos Deputados do Grupo Parlamentar do PS terem as posições que têm e que permite, depois, ao Dr. Paulo Portas, vir citá-los, descontextualizando completamente tudo. Aliás, o Dr. Paulo Portas *está a transformar-se numa espécie de cronista da vida do Grupo Parlamentar do PS*, papel que até lhe fica bem... (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 43)

Observe-se a força da comparação na argumentação ideológica de Carlos Carvalhas (56), que apela ao valor da soberania nacional.

³⁵³ Uma comparação compreende geralmente quatro elementos: 1. o tema (o comparado); 2. o foro (o suporte da comparação ou comparante); 3. o meio de comparação; 4. o ponto de comparação. A comparação simples é fundada num princípio de identidade, aproximando no mesmo plano duas realidades do mesmo domínio. Como explica Suhamy, a comparação sublinha as semelhanças entre as coisas, mas não modifica o sentido das palavras (2016).

³⁵⁴ São as ligações entre os dois termos (correlacionados gramaticalmente por uma conjunção, locução nominal, um verbo, um advérbio apropriados) que distinguem a comparação da metáfora, já que ambas as figuras são fundadas numa relação de analogia.

- (56) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — [...] E em vez da célebre Teresa Ter-Minasean, do FMI, dos tempos de Cavaco Silva, ouvimos agora a voz de um Comissário Europeu, Pedro Solbes, dando sentenças, *como se estivesse em sua casa*, sobre a economia portuguesa e sobre a excelência das medidas de contenção. (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 17)

Se o interesse da comparação para a retórica se deve à sua forte tensão (distância semântica que separa o foro do tema) (cf. Robrieux, 2015: 57), é, contudo, na sua aceção de *símile*³⁵⁵ (isto é, em termos heterogéneos, de isotopia), que a comparação se revela mais expressiva e acutilante. Repare-se no aparte de Ferro Rodrigues (57) que, aproveitando uma das justificações apresentadas pelo chefe do governo para a crise, retoma o termo «geada negra» para categorizar o governo como uma praga.

- (57) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — [...] Se às naturais dificuldades da adaptação acrescentarmos os efeitos dos maus anos agrícolas provocados pela seca e pela geada negra [...]
O Sr. **Ferro Rodrigues** (PS): — *Este governo é muito pior do que geada negra!* (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3092)

Já da parte do Governo, a figura é usada como estratégia de contra-ataque (58).

- (58) O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças** (Teixeira dos Santos): — [...] Há muito que rasgar para o PSD. O PSD quer rasgar as medidas adotadas por este Governo. Quer rasgar, rasgar, rasgar! *E, com tanta vontade de rasgar, o PSD mais parece uma trituradora de papel do que um partido com vocação de governo.* (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 77)

Tanto a comparação como a metáfora são amplamente mobilizadas no discurso político em virtude da sua eficácia. Ortega (2006) inclui-as nos «estímulos de la intuición»³⁵⁶.

Metáfora

Proveniente do grego *metaphorá*, que significa transporte, a *metáfora* é um tropo que consiste na transferência de sentido³⁵⁷ (de um termo concreto por um abstrato) por substituição analógica. Trata-se de uma figura que aproxima duas realidades distintas para realçar as suas semelhanças, em que uma substitui a outra. Bonhomme destaca o seu papel no discurso, lembrando a forma como

³⁵⁵ Figura que estabelece (também pelo meio de ligações explícitas) uma comparação entre dois termos, que são, porém, de domínios distintos. De referir que ambos os termos ambos estão obrigatoriamente presentes na frase e um deles, com sentido real, identifica-se com outro mais expressivo.

³⁵⁶ «Eficacia extraordinaria tiene un discurso cuando el orador acierta a exponer una idea o una verdad de tal manera que el público las perciba como si las tuviera a la vista. Con la intuición se obtiene una *visión inmediata de las cosas*» (Ortega, 2006: 85).

³⁵⁷ Esclarece Suhamy que a metáfora não se limita a procurar a concisão: a figura transfigura o sentido das palavras, dando uma ideia de transporte e de mutação, como deixa perceber a sua etimologia (2016). Desde Aristóteles que *metáfora* Aristóteles significa «mudança», «transposição de sentido» (Ricalens-Pourchot, 2016).

reorganiza a nossa visão do mundo³⁵⁸ «[en] créant des transferts sémantiques par ressemblance entre des différents domaines notionnels» (1998: 59).

Bien davantage qu'une figure de l'analogie, la métaphore [...] exprime un point de vue sur le monde, ou mieux encore elle crée de toutes pièces une représentation linguistique à partir d'une perception personnelle, et qui, pour la métaphore vive, entre en tension avec la perception commune. (Détrie, 1999: 28)

A metáfora tem um lugar de privilégio na retórica e, portanto, na argumentação, como evidenciam Perelman & Olbrechts-Tyteca, que a definem como «uma analogia condensada, resultante da fusão de um elemento do foro com um elemento do tema³⁵⁹» (2006: 438), cuja elucidação ficará a cargo do auditório. Enquanto a analogia (no sentido de comparação) confronta dois domínios distintos da realidade, a metáfora associa-os. Deste modo, a metáfora afirma a identidade do domínio investigado e do domínio fonte: «L'argumentation par la métaphore sert à fusionner des êtres ou des situations sous une même identité, elle produit littéralement un monde nouveau de correspondances» (Plantin, 2016: 388). Meyer sublinha exatamente este aspeto, ao afirmar que a metáfora visa instaurar uma identidade entre dois termos, «en télescopant dans l'implicite une tierce propriété commune qui justifie cette identité» (2008: 135). É por isso que o filósofo advoga que a metáfora «consacre une identité sur laquelle on ne souhaite pas argumenter» (2008: 137). A metáfora é considerada a figura mais poderosa de todas (e a mais perigosa, no discurso ideológico, sublinha Reboul [1980] /1986), o que justifica o destaque lhe conferimos na análise.

Métaphoriser, c'est non seulement activer des propriétés analogiques, mais c'est orienter qualitativement le discours, suggérer des évaluations et chercher à les imposer. La plupart du temps en effet, les recatégorisations sémantiques de la métaphore de doublent d'investissements appréciatifs qui créent des transvalorisations entre l'univers-phore et l'univers-thème de la figure. En cela, la métaphore informe le discours-thème par les représentations axiologiques associés au thème métaphorique et à son univers. (Bonhomme, 2014: 222)

Une bonne métaphore [...], c'une vision qui impose son point de vue en s'appuyant sur une image à laquelle on ne pense pas forcément et qui, subitement, éclaire la question (Meyer, 2008: 126)

³⁵⁸ No âmbito da linguística cognitiva, Augusto Soares Silva (1997) sublinha que a metáfora é um aspeto do uso da linguagem central, não periférico. A metáfora cognitiva permite compreender noções complexas ou abstratas através de analogias facilmente identificáveis (um domínio conhecido é metaforicamente projetado num domínio novo de que se pretende dar conta), pelo que suporta uma grande parte dos conceitos do mundo atual, designadamente na política – esclarece o autor. A título exemplificativo, lembramos as metáforas bélicas, as metáforas biológicas, da doença e da medicina, as metáforas físicas, as metáforas de ofícios e de objetos domésticos, as metáforas do edifício e da construção, as metáforas meteorológicas, climáticas ou geológicas, para não sermos exaustivos, identificadas pelos vários investigadores no discurso político e nos *media*. Relativamente às metáforas sobre a crise económica e sobre a austeridade, vd. Silva (2009, 2015).

³⁵⁹ O *tema* é o que é comparado; o *foro*, o suporte da comparação.

A metáfora ilustra o poder das palavras sobre o real; capta o acontecimento na sua essência e coloca-o em evidência (Buffon, 2002: 345).

- (59) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Num quadro de hostilização à Administração Pública e aos seus trabalhadores, atacando serviços públicos e reduzindo o papel do Estado nas suas obrigações sociais [...] o Governo do PS abriu a *caixa de Pandora*, numa ofensiva social sem precedentes [...]. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 22)

E porque as metáforas suscitam imagens mentais³⁶⁰, partilhadas pela experiência vivida pelos recetores, elas permitem fazer uma economia de sentido, colocando os acontecimentos políticos (cujo quadro de referência nem sempre é trivial) num quadro interpretativo relativamente familiar, pelo que a metáfora é o recurso privilegiado no discurso político.

Repare-se, a título exemplificativo, como o Secretário-Geral do PCP impõe a sua visão negativa das políticas de austeridade pela metáfora da «arreata» e da «mão de veludo» (60).

- (60) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — Num País que, de um dia para o outro, lhe foi dito que a despesa tinha de ser travada a quatro rodas, que vinha aí a austeridade, não *pela arreata do Fundo Monetário Internacional*, mas *pela «mão de veludo» do Pacto de Estabilidade e dos constrangimentos de Maastricht cozinhados e aceites pelo PSD e pelo PS*. (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 17)

Note-se também como a referência às medidas de contenção através do *topos* metafórico «apertar o cinto» (61)-(62) contribui para uma melhor perceção do que está em causa.

- (61) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Queremos também dizer-lhe, Sr. Primeiro- Ministro, que *não temos a visão otimista, quase de oásis*, que V. Ex.^a aqui manifestou, porque vem aí, como já vai sendo voz corrente dentro do Governo, ou um grande «aperto» na função pública ou *um grande «apertar de cinto» nas classes médias*, porque V. Ex.^a, para cumprir a convergência, vai ter de dificultar a vida às pessoas. (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, pp. 25-26)
- (62) O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — [...] o Partido Socialista pretende apresentar-se como um partido reformista e da mudança e, por isso, segue políticas extremamente inovadoras: *pede para os portugueses «apertarem o cinto»!* (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6725)

Efetivamente, no âmbito político, muitas das criações lexicais não estão determinadas pela aparição de algo novo na realidade, mas pela imaginação dos falantes, que, através de processos metafóricos, estabelecem analogias (59)-(60) ou constroem modelos conceptuais³⁶¹, que visam facilitar a compreensão de determinados conceitos.

³⁶⁰ Os tropos apresentam um efeito de presença, decorrente das imagens que suscitam (compreendendo-se o termo imagem como a capacidade de criar, através de termos concretos, imagens mentais partilhadas pela experiência vivida dos recetores), como assinalou Bonhomme: «Insérée dans des contextes argumentatifs, une telle imagerie diffuse des jugements de valeur qui s'imposent d'autant plus au public qu'ils se confondent avec l'évidence concrète de la figure» (2009: parágrafo 34). Refira-se que o efeito argumentativo da imagem está normalmente associado à metáfora.

³⁶¹ Tanto a metáfora como a metonímia são fenómenos conceptuais por natureza, visto serem processos e modelos cognitivos constitutivos do nosso sistema conceptual, modos de pensar e falar, quer na linguagem corrente quer no discurso científico,

Tal é o caso das metáforas do domínio da condução (63)-(64)-(65)-(66).

- (63) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] Os avanços que o País registou durante estes últimos anos não aconteceram graças ao Governo mas apesar do Governo. *Este não foi o acelerador mas o travão do desenvolvimento nacional.* (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 27)
- (64) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: Debater o estado da Nação pressupõe a análise da realidade concreta, saber onde estamos e para onde vamos, mas não é aceitável esta estratégia do PSD e do CDS de *tentar pôr o conta-quilómetros a zero* a partir de outubro do ano passado. Ouvindo o Sr. Deputado Passos Coelho, podíamos dizer *que não querem só pôr o conta-quilómetros a zero mas também pôr a mudança de marcha atrás.* [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 26)
- (65) O Sr. **Pedro Passos Coelho** (PSD): — [...] quando percebeu que a estratégia económica não tinha os resultados que esperava [...] mudou de Orçamento e *pôs em marcha um plano b*, que nunca teve a coragem de assumir e que até, repetidas vezes, negou: *travão a fundo na despesa prevista com recurso a cativações*, como não havia memória, nem mesmo quando não havia dinheiro; *travão a fundo no investimento público*, como não se viu nem mesmo nos tempos do resgate financeiro [...]. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 35)
- (66) O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — Os prazos dos pagamentos das dívidas, por parte do Estado, *voltaram a derrapar*; a devolução aos portugueses dos adiantamentos por estes efetuados por conta do IRS voltou a resvalar; a dívida pública acaba de atingir um novo máximo histórico e as taxas de juro pela dívida soberana, que prosseguiram, no nosso Governo, *uma rota consistente de redução*, voltam, agora, ao risco de aumento *fora do controlo*; o crescimento definha, bem longe do estimado pelo Governo, sempre *em rota de colisão* com o que todas as instituições, nacionais e internacionais, foram alertando e a realidade foi demonstrando. [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 43)

Observe-se como as metáforas utilizadas por Pedro Passos Coelho (65) oferecem um quadro interpretativo que conferem um sentido à censura da mudança de rumo do governo de António Costa (que alterou o Orçamento aprovado pelo parlamento) face à impossibilidade de cumprimento do objetivo do défice.

De bastante produtividade no nosso *corpus*, registam-se metáforas náuticas, que se baseiam na visão do Estado como um barco (67)-(68)-(69) (sendo os membros do Governo a sua tripulação), utilizadas, principalmente, pelos deputados da oposição (67)-(68).

- (67) O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — [...] A consolidação orçamental de que o senhor fala foi feita à custa da extorsão dos recursos dos portugueses, do aumento maior de sempre da carga fiscal, que levou o seu Ministro das Finanças a reconhecer a incapacidade para resolver os problemas do País *e a ser o primeiro a fugir do navio.* (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 48)

radicados na experiência humana e responsáveis pela estruturação do pensamento, da linguagem e da ação, assim como pela inovação conceptual (Silva, 2006). Segundo a perspetiva da Linguística Cognitiva, as *metáforas conceptuais* são esquemas do sistema conceptual (X É Y [metáfora], em que X é [um elemento de] o domínio-alvo e Y [um elemento de] o domínio-origem). Deste modo, «ideias indefensáveis», «atacar todos os pontos fracos», «destruir a sua argumentação» (expressões metafóricas e metonímicas), são diferentes realizações da metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA (*id. Ibid.*: 113). Enquanto a metáfora envolve domínios cognitivos (domínios da experiência) diferentes, com uma projeção da estrutura de um domínio-origem numa estrutura correspondente de um domínio-alvo, a metonímia realiza-se dentro de um mesmo domínio (X ESTÁ POR Y), «ativando e realçando uma categoria ou um subdomínio por referência a outra categoria ou a outros subdomínios do mesmo domínio» (*id.*, 1997: 12-13). Conquanto a metáfora conceptual seja de grande representatividade no nosso *corpus*, não analisaremos esta figura numa perspetiva cognitivista, dado não se coadunar com o enquadramento teórico-metodológico da nossa tese.

- (68) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] Há dias, o Sr. Primeiro-Ministro falava no excesso de carga da governação, no *excesso de carga do «barco» do seu governo*, Sr. Primeiro-Ministro, hoje o seu Governo não passa de *uma jangada de náufragos à deriva!* (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3331)

Também os deputados do partido do Governo empregam as metáforas marítimas, neste caso, para descredibilizar o antecessor executivo, com recurso ao *topos* metafórico da navegação à vista (69). Aludindo à atitude pouco colaborativa do PS com o Governo, o deputado do CDS-PP personifica o país, numa estratégia que visa facilitar a construção da imagem do Partido Socialista como um partido oportunista, em oposição aos interesses de Portugal (70). Pedro Passos Coelho mobiliza-as na sua intervenção de fundo (71), de forma a salientar a incompetência do Governo liderado por António Costa (selecionando o termo «geringonça»³⁶², de intuito polémico), face às dificuldades acrescidas dos últimos tempos, habituado que estava a governar em tempos de bonança.

- (69) O Sr. **Mota Andrade** (PS): — [...] Isto contrasta com o País de há 15 meses, que era uma amálgama sem projeto, sem rumo e de futuro incerto. [...] *navegava-se à vista*, escondiam-se os problemas com simulações de números, que omitiam a verdade das causas e das consequências. [...] (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6701)
- (70) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] É extraordinário que quem *deixou o País à beira de um naufrágio*, não tenha depois, durante todo este processo, ajudado em nada. *Nem um balde, nem uma boia, nada! Deixaram o País à beira do naufrágio*, não ajudaram em nada! [...] Agora, que *estamos capazes de navegar novamente*, o que é que dizem? «Agora, estamos aqui. Agora, estamos felizes. Não aconteceu nada, o Partido Socialista não tem nenhuma responsabilidade nesta matéria». (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 61)
- (71) O Sr. **Pedro Passos Coelho** (PSD): — A «geringonça», que se habituou *aos ventos favoráveis* e às boas notícias, ainda não encontrou um caminho para responder aos anseios dos portugueses depois das *tempestades* das últimas semanas. [...] *Parada nas águas mortas que se seguiram à tempestade, a «geringonça» espera por novos ventos favoráveis* que façam esquecer o que aconteceu e que possam devolver o encantamento anterior. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 39)

Um outro domínio semântico das metáforas notório é o do desporto. Durão Barroso recorre à metáfora do domínio do ciclismo (72) para proceder a um ataque pessoal. Também como estratégia de contra-ataque, o Ministro Augusto Santos Silva utiliza a metáfora da disputa do campeonato para descredibilizar o líder do CDS-PP (73). Por seu turno, recorrendo à modalidade avaliativa, Jerónimo de Sousa concede um valor antifrástico ao léxico da competição desportiva (74), conduzindo um feroz ataque ao executivo, pelas políticas de «direita» levadas a cabo por um governo que se intitula de socialista.

- (72) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Sócrates, V. Ex.^a parece estar a *querer ganhar a «camisola amarela» na volta política* à demagogia e à falta de honestidade intelectual. (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1222)

³⁶² *Geringonça* – designação pejorativa dada ao Governo do PS de António Costa, apoiado pelo PCP, PEV e BE, fazendo-se a analogia com algo que «é malfeito, com estrutura frágil e de funcionamento precário».

- (73) O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — O Sr. Deputado Paulo Portas tentou *disputar* o «campeonato» de quem faz melhor redações com trocadilhos, alguns mal-educados. Em relação a esse «campeonato», o Sr. Deputado Paulo Portas pode ficar descansado, pode ficar como o «rei dos trocadilhos». (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 63)
- (74) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] *Novo recorde de desemprego* com a elevadíssima taxa de 8,4%. Há muitos anos que o desemprego não atingia tal valor. [...] Ou seja, com o atual Governo, Portugal *consolida-se no pódio dos países da União Europeia com mais precariedade*. [...] Portugal, que já era o país da União Europeia com a maior desigualdade na distribuição do rendimento, com o atual Governo, *consolidou essa triste liderança*, com a redução dos salários reais, em 2006. *Batemos novo recorde* no endividamento das famílias [...] É este Governo que *rivaliza*, diz agora, sem complexos, na *conquista do título de campeão dos campeões da política de direita em Portugal*, ao perspetivar também um dos mais graves ataques de sempre aos direitos laborais dos trabalhadores com a chamada flexigurança. *Iníqua «medalha»* esta para o Partido Socialista! (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, pp. 53-54)

As metáforas do domínio futebolístico parecem ser as preferidas pelos oradores, como forma de agravar o confronto entre as partes; não só como ataque, mas também como estratégia de refutação. Mobilizando atos diretivos ameaçadores da face do Primeiro-Ministro (António Guterres) para aconselhar uma alteração de estratégia de jogo («mude de política») e, não apenas de imagem, numa alusão ao seu assessor de marketing político, o Secretário-Geral do PCP procede a uma analogia do governo com uma equipa de futebol prestes a perder o jogo (75), numa argumentação *ad consequentiam* (vd. Cap. 2). Já a avaliação das forças em presença (76) com a valorização da performance do «capitão de equipa» configura a estratégia do deputado do CDS-PP. Configurando, de facto, um elogio ao desempenho do Primeiro-Ministro Durão Barroso, Luís Duque insinua pela metáfora que a oposição tem sido anulada no debate pela argumentação da equipa adversária. Como estratégia de contra-ataque, não sem antes utilizar um atenuador («desculpará»), o Primeiro-Ministro mobiliza igualmente a metáfora futebolística (77) para criticar a ausência de propostas de Marques Mendes, líder do PSD. Por seu turno, lembrando a crise económica «sem solução à vista», Miguel Macedo faz um retrato negro do estado da Nação, e evidencia a distância de Portugal relativamente aos outros países europeus pela metáfora do campeonato de futebol (78). Aproveitando a boleia de Portugal se encontrar entre os finalistas do Campeonato Europeu de Futebol, Pedro Marques faz uma analogia com os adeptos da equipa portuguesa, lamentando o facto de a direita estar satisfeita pela possibilidade de sanções a Portugal (79).

- (75) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, não siga os conselhos do Sr. Seguéla, não mude só de imagem, mude de política, porque, se não houver mudança de política, creio que o País corre riscos e, certamente, o Governo, daqui a uns meses, *pode não ir a prolongamento, pode nem ir sequer a «penalties»*. (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3335)
- (76) O Sr. **Luís Duque** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, antes de mais, felicito-o *pela excelente performance* até agora apresentada neste debate. [...] Tem sido *de tal forma esmagador* que ficamos com a sensação de que *o adversário já perdeu por falta de comparência* ! (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5895)

- (77) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] O Sr. Deputado desculpará mas durante dois meses e meio esteve apenas «fora de jogo». Não disse nada sobre a segurança social, apesar das nossas insistências lembrando ao PSD a sua responsabilidade em apresentar qualquer proposta neste domínio tão importante. A *propósito da seleção nacional, Sr. Deputado, o que parece, neste últimos mês em particular, é que o senhor «jogou no banco»*. Portanto, seja bem-vindo ao terreno de jogo! (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6784)
- (78) O Sr. **Miguel Macedo** (PSD): — [...] há anos a fio que estamos a empobrecer, a endividar e a *baixar de divisão* na Europa [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 48-49)
- (79) O Sr. **Ministro do Planeamento e das Infraestruturas** (Pedro Jesus Marques): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Srs. Deputados: Nestes dias de exaltação nacional, é realmente lamentável que *alguns partidos tenham abandonado a claue nacional*, por puro interesse partidário. Foram longe demais. Quando se convenceram de que Portugal seria sancionado pelos desvios e erros da sua própria gestão, não tardaram a saltar a barreira, pararam de lutar e alinharam, de um modo oportunista, com os que cá e lá tentavam justificar as sanções com a atuação do atual Governo, que bem sabem que não teve responsabilidades nesse período em avaliação [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 49)

As metáforas do foro religioso são frequentemente associadas a questões ideológicas (80)-(81)-(82), também num registo humorístico, como forma de gestão da imagem política (81). Já no debate de 2015 (decorrido já em clima pré-eleitoral) revelaram, sobretudo, estratégias de posicionamento (84), tendo tido um especial destaque por parte do líder parlamentar socialista e por parte do Primeiro-Ministro. Aos «sete pecados capitais»³⁶³ referidos por Ferro Rodrigues, Pedro Passos Coelho responde com a imagem bíblica das «dez pragas da herança socialista» (84).

- (80) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Para o BE, acordos com o PS são *pecado*; isso é «*rasgar a Bíblia*»! (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 34)
- (81) O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — [...] para a história desde sempre radical do BE, e para a mais recente dos «*cristãos-novos*» do radicalismo do Partido Socialista, matérias de consciência e de respeito pelo sentido da expressão popular passaram a ser valores secundários e meramente instrumentais. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 40)
- (82) O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — [...] Enfim, trata-se do desmantelamento, a pouco e pouco, do sector público, sacrificando-o às privatizações, no «*altar*» do lucro, do capital anónimo e do mercado, e apresentando as vítimas de sempre, como os trabalhadores da General Motors, na Azambuja. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6726)
- (83) O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Neste debate antes das eleições, os portugueses esperavam mais do Partido Socialista, os portugueses esperavam que o Partido Socialista viesse hoje, aqui, *fazer um ato de contrição* pelo facto de terem trazido a troica para Portugal, em 2011. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 65)
- (84) O Sr. **Primeiro-Ministro**: — [...] Sr. Deputado Ferro Rodrigues, acho que o Partido Socialista, com *essa história dos sete pecados capitais*, perdeu uma boa oportunidade para, como se costuma dizer, mudar a agulha para outras conversas que não essas. *Mas deixe-me responder aos seus sete pecados capitais com outra imagem bíblica: com as 10 pragas que o Partido Socialista deixou a Portugal para que elas não caiam no esquecimento*. Em primeiro lugar, e já que estamos a falar das *10 pragas do Egito*, comecemos pelas obras faraónicas: as PPP, o TGV, todas aquelas obras extraordinárias que haveriam de produzir imensa riqueza no País, mas que só produziram responsabilidades. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 12)

³⁶³ Uma semana antes do Debate sobre o estado da Nação, António Costa, então Secretário-Geral do PS, referira-se aos vícios da governação da coligação PSD e CDS-PP como os sete «pecados capitais».

Por seu turno, o Secretário-Geral do PCP retoma a imagem das pragas com um intuito polémico e mobiliza a metáfora do «inseticida» para imputar também a responsabilidade do estado do país ao PSD (85).

- (85) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, antes de discutir a fundo o estado da Nação, queria perguntar-lhe, em relação à terrível lista de pragas que enumerou na sua resposta ao PS, qual é a posição do seu partido em relação a essas mesmas pragas. [...] ! É que não foi *inseticida*, foi parte integrante dessas pragas que se abateram sobre o povo português! (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 18)

Igualmente as metáforas da doença (86)-(87)-(88) e da morte (89)-(90) promovem uma melhor apreensão da situação política pelo auditório em geral, sendo de uso recorrente por Carlos Carvalhas (86)-(87). Fundamentando-se na *doxa*, Fernando Negrão, da oposição, denuncia persuasivamente a falta de ética dos políticos (note-se o poliptoto), utilizando também a metáfora da doença (88). Igualmente António Guterres emprega a metáfora da doença, utilizando a derivação adjetival a partir do nome próprio metonímico (cf. Lecolle, 2001), a fim de melhor persuadir o auditório do «contágio» do estilo do Governo de Alberto João Jardim ao continente (89). Frequentemente mobilizada nos anos de crise política pela esquerda (90)-(91), a metáfora da morte configura-se numa estratégia eficaz de desclassificação do executivo em funções no debate de 2013 (90), sendo o Governo encarado como uma pessoa.

- (86) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — Do que o País precisa é de outra política, que tenha a coragem de fazer a rutura com a política de direita, de um governo que tenha a coragem de enfrentar os grandes interesses e *que não se «constipe» mal aqueles comecem a «espirrar»*. (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 35)
- (87) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — É necessário que se tomem medidas efetivas de emprego e não meros paliativos [...]. (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5920)
- (88) O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — [...] Hoje, a maioria dos portugueses pensa que a classe política não serve mas está a servir-se. É esta a ideia que quebra o elo, a ligação à população, elo que tem, com urgência, de ser restaurado. *É essa a ferida que tem de ser sanada!* (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1748)
- (89) O Sr. **António Guterres**: — [...] É a nova lei do segredo de Estado, que dá ao Dr. Alberto João Jardim o direito de decidir o que passa a ser secreto na Região Autónoma da Madeira – porventura, virão a ser secretas as contas regionais, dada a sua evidente falsificação objetiva, que o Tribunal de Contas acaba de enunciar...[...] ... e, em matéria de contas, parece que a *doença madeirense* está rapidamente a contagiar o todo nacional...! (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 3004)
- (90) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Pode o Governo fazer arrumações de pastas entre ministros, anunciar um novo ciclo ou fazer conferências de propaganda diárias. *O Governo está morto* e foi a luta que o matou. *E tanto está morto* que até o Presidente da República já lhe passou a *certidão de óbito, mantendo-o, tão só, ligado à máquina*. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 48)
- (91) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — [...] Este foi o ano [...] em que este Governo se comprometeu com um Tratado Orçamental na Europa, um tratado *ad latere* em relação ao Tratado da União Europeia, *que mata o Estado social*. [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 53)

Menos criativas, determinadas metáforas do campo musical são um dos *topoi* da argumentação desde os primeiros debates – lembremos que a força das metáforas advém do seu carácter de novidade; a repetição enfraquece a figura, que se torna um lugar comum, deixando de ser uma «figura de escolha» para passar a ser uma «figura de comunhão» (na terminologia de Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006).

- (92) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres) : – [...] Defende o PCP a redução dos salários reais como forma de aumentar a competitividade da economia portuguesa?
 O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): – Não!
 O **Primeiro-Ministro**: – É o PCP a favor da diminuição do rendimento dos trabalhadores?
 O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): – Não!
 O **Primeiro-Ministro**: – Então, se não é, *mude de disco porque este, francamente, está riscado!* (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 18)

Regista-se o *cliché* do disco riscado, na contra-argumentação do Primeiro-Ministro a Carlos Carvalhas (92), e também a nominação metafórica que categoriza o discurso repetitivo do PCP como uma «cassete» (93) (tendo ficado conhecida a personagem «Cassete Carvalhas» no programa televisivo *Contra-Informação*), destinada a refutar o discurso prévio de Jerónimo de Sousa.

- (93) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): [...] mas se há monotonia, ela tem a ver com o discurso do Partido Comunista. [...] De facto, a «cassete» de que o Partido Socialista, apenas por ter políticas diferentes das do Partido Comunista, é um partido com políticas de direita não traduz qualquer contribuição para uma novidade neste debate. (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.31)

Ainda no âmbito da música, surge a imagem das «trompetas e fanfarras», que pretende censurar o regozijo do governo pela ligeira subida do PIB face à média europeia (94), bem como a metáfora da «música celestial» (95) que, estrategicamente, denuncia o discurso irrealista do Primeiro-Ministro sobre a escolaridade obrigatória.

- (94) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): – [...] Sinal destes tristes tempos é o facto exemplar de o Governo convocar *trompetas e fanfarras* porque o PIB está a crescer acima da média europeia, como era necessário, mas para festejar apenas a subida de umas periclitantes décimas, que ora sobem, ora descem. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6718)
 (95) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): [...] Em nenhum país do mundo existirá 100% de escolaridade aos 15 anos, só em Portugal! Sr. Primeiro-Ministro, *isso é música celestial*, não é a realidade do nosso país. (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 21)

Outra estratégia para salientar a distorção da realidade é o uso metafórico da adjetivação de cores na forma de grupo lexicalizado: «tons cor-de-rosa», «manchas negras» (96); «visão cor de rosa» (97).

- (96) Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): – O Sr. Primeiro-Ministro olhou para o país *com tons cor-de-rosa*, mas *esqueceu-se das manchas negras* que são determinantes [...] (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2840)

- (97) O Sr. **Otávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, para V. Ex^a tudo o que não seja olhar para o País com *uma visão cor de rosa* é derrotismo, é alarmismo, é pessimismo! O Sr. Primeiro-Ministro não quer convencer-se de que o *filtro laranja* distorce a realidade já que é bem diferente daquela que quis apresentar. (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 2990)

Ora, o uso metafórico da adjetivação de cor é particularmente expressivo quando o adjetivo é conotado negativamente com a cor emblemática de um partido³⁶⁴. A força argumentativa do atributo de cor, pelo seu poder de sugestão, é visível na metáfora do «filtro laranja» mobilizada pelo PCP, para mostrar que o discurso de Cavaco Silva não corresponde à realidade (97). De igual modo, no primeiro *debate sobre o estado da Nação*, o líder da oposição acusa o Governo do PSD de sistematicamente não facultar informações, através da expressão «tique laranja», o que na sua opinião configura um abuso de poder (98). Por sua vez, em 2009, o líder parlamentar do PSD confronta o Primeiro-Ministro José Sócrates (PS) com mais um dos seus anúncios sobre os «grandes investimentos públicos» (99), atribuindo, de forma irónica, uma qualificação metonímica à «autoestrada», pela cor que é símbolo do Partido Socialista.

- (98) O Sr. **António Guterres** (PS): — [...] A questão do segredo, como instrumento do abuso de poder pela maioria, é, porém uma questão muito mais geral. Constitui um verdadeiro *tique laranja*. [...] (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 3004)
- (99) O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): — [...] Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe se, da semana passada para esta semana, já desistiu da «autoestrada cor-de-rosa». (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 17)

Não sendo fruto de inovação estilística, lembramos, contudo, a importância das expressões lexicalizadas³⁶⁵ de valor metafórico, pelo que facilitam a rápida compreensão dos argumentos. Note-se, a título exemplificativo, a eficácia pragmática da expressão utilizada por Jerónimo de Sousa (100), contribuindo persuasivamente para a tese da manipulação dos números por parte do executivo.

- (100) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Mais uma vez, *veio aqui dar um «puxão de orelhas» à estatística do desemprego*. Por muita manipulação que faça, Sr. Primeiro-Ministro, a verdade é que se atingiu uma percentagem de desemprego só igual à de há 20 anos. [...] Manipulou também o relatório do próprio Banco de Portugal, quando disse que as famílias viram crescer o seu poder de compra [...] omitindo a segunda parte do relatório, que diz que os salários foram desvalorizados, tendo em conta a inflação. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 21)

³⁶⁴ Como se sabe, as cores são um elemento de identificação política, que permite reconhecer e distinguir os atores políticos. Sublinha Lamizet que as cores exprimem metaforicamente o conflito inerente à lógica da política, por isso ocupam um lugar importante no discurso político (e nos *media*). Ao designar alusiva e metaforicamente a cor do partido do adversário, o orador marca o seu distanciamento com a identidade política do outro. A forma como se designa uma cor pode ser um marcador importante das relações de poder (2002).

³⁶⁵ As expressões lexicalizadas, que resultam de rotinas discursivas, no seu grau máximo de cristalização, constituem as expressões idiomáticas.

Se bem que sejam de emprego recorrente por parte dos deputados do PCP, as expressões idiomáticas, de carácter coloquial, são utilizadas por oradores de todos os espectros políticos (101)-(102)-(103)-(104), destacando-se o uso convencional da expressão «sacudir a água do capote» (101) como forma de criticar a não assunção de responsabilidades por um estado de coisas negativo.

- (101) O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — [...] o PS, apesar de, enquanto Governo, ter negociado o Memorando de Entendimento e vinculado Portugal aos compromissos que dele decorrem, tem feito tudo para se demarcar das medidas de austeridade e *tem procurado «sacudir a água do capote»* que o Eng.º Sócrates, antes de partir para Paris, teve o cuidado de deixar ao seu sucessor, no Largo do Rato. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 41)
- (102) O Sr. **Pedro Passos Coelho** (PSD): — [...] Quando se vê o Estado falhar clamorosamente, como todos nós vimos, a autossuficiência e a arrogância estão mais deslocadas do que nunca e *«atirar areia para os olhos»* só agrava a situação. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 36)
- (103) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — [...] O PSD não tem emenda. [...] Tenta *«agradar a gregos e a troianos»*, neste caso, aos arautos do neoliberalismo e aos sindicalistas da função pública. [...] (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 11)
- (104) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Compreendo que, de vez em quando, os números vêm desmentir toda a nossa retórica e toda a nossa retórica *«vai por água abaixo»*, mas o que me impressiona é que o Sr. Deputado, em vez de ver a realidade dos números, se fixe na sua retórica. [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 19)

Metonímia

«A metonímia designa uma coisa pelo nome de outra que lhe está habitualmente associada» (Reboul, 2004: 121). Trata-se de um tropo pelo qual um termo se substitui a outro, existindo uma relação de contiguidade, coexistência ou dependência. Como refere Le Bart, no domínio político, o trabalho de explicação dos fenómenos sociais mobiliza tanto a personificação como a *metonímia* (através da qual ocorre um processo de deslocamento de referência³⁶⁶), que apresentam como benefício a forte legitimidade do senso comum e da análise científica.

Le discours politique néglige en effet souvent les processus sans sujet, les effets émergents, les structures: il se peuple de personnages, réduisant la vie sociale à des agissements simples. Par métonymie, une organisation se résume à son porte-parole officiel, un État à son chef, une ville à son maire. “Les États-Unis doivent comprendre que...”, “l’opinion publique ne toléra pas que...” [...] la société se psychologise et simplifie. (1998: 73-74)

Atente-se, pois, na estratégia argumentativa do líder do CDS-PP, que acusa o Governo de não ter tido consideração pelos idosos na sua fúria das grandes obras públicas (105). A oposição dos valores do Governo de José Sócrates (PS) é intensificada pelo recurso à metonímia (o «betão» pelas obras; o «coração» pela piedade), enformada persuasivamente pela paronomásia, num claro apelo ao *pathos*.

³⁶⁶ Tal como a metáfora, também a metonímia pode ser encarada como fenómeno conceptual, numa perspetiva cognitivista que não adotamos na nossa tese, reforçamos.

- (105) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, fica ainda para a história como o Primeiro-Ministro que não teve uma medida, até hoje, para apoiar aqueles que, nesta crise, sofrem mais: os idosos. O seu Governo desdobra-se em *betão*, mas é mais minguado quando se trata de ter *coração*. (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 61)
- (106) O Sr. **Durão Barroso**: — [...] E a alternativa socialista ao *betão* — que era a anuncia- da aposta no comboio e no crescimento ferroviário — saldou-se em mais um fracasso. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 26)

Observa Reboul que o poder argumentativo da metonímia é a denominação, sendo também uma forma de concentrar um julgamento de valor (2004: 121). Em (107), a metonímia (e a sinédoque) estão ao serviço da construção da indignação da líder do CDS-PP, face ao ultrajante caso de Tancos que afetou a Nação ao nível da sua soberania. Já na argumentação ideologicamente marcada da deputada do BE, o emprego metonímico da palavra «sangue» (108) pretende suscitar a indignação no auditório, dado o contraste «brutal» da falta de solidariedade do Governo para com o sufoco do povo grego e o tratamento indulgente dado à banca.

- (107) A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — [...] Duas semanas depois, o País ficou, de novo, perplexo com outro episódio que, mais uma vez, atingiu o *coração do Estado soberano*: o roubo das armas em Tancos. [...] (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 20)
- (108) A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — [...] O Governo, credor, aceitou reestruturar a dívida da banca por 20 anos! Já viu a brutalidade desta evidência?! Um Governo que exige ao povo grego pagar a dívida agora, custe o que custar, as vidas que custar, o *sangue que custar*, dá uma borla de 20 anos aos bancos, pelo empréstimo que lhes fez! [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, pp. 33-34)

A metonímia parece ser de uso recorrente por parte do BE, evidenciando-se a instituição (pela referência ao lugar onde está sediada) relativamente à pessoa que ocupa o cargo (o Presidente da República) (109). Em (110), configura a censura da influência do Presidente da República no Governo (e no processo eleitoral).

- (109) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — [...] Este foi o ano [...] em que este Governo se comprometeu com um Tratado Orçamental na Europa, um tratado *ad latere* em relação ao Tratado da União Europeia, que mata o Estado social. Conseguiu até um consenso semialargado para a sua aprovação. *A urgência dele manifesta-se pelo facto de estar a «dormir» nas gavetas de Belém* [...]. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 52-53)
- (110) O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): —[...] Depois de termos um Governo tutelado por *Belém*, Cavaco Silva quer condicionar as próximas eleições e o ciclo eleitoral [...]. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 50)

A metonímia é utilizada também na referência à Assembleia da República, com um valor emotivo (111).

- (111) A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — [...] o Governo não defendeu o interesse do País, ao aceitar acriticamente — e digo acriticamente, porque nunca, nem o Sr. Primeiro-Ministro, nem o Sr. Ministro das Finanças, tiveram a honestidade de explicá-lo *nesta Casa* e, portanto, aceitaram-no acriticamente — que a Comissão fixasse em 3,2% o défice de 2015. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 20)

De uso frequente, regista-se a menção a empresas (112) ou a entidades (neste caso, à entidade bancária estatal) (113) em lugar dos seus gestores ou responsáveis.

- (112) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] E, agora, veja bem: em Portugal, temos os impostos, *mas quero perguntar à Galp* porque é que, antes dos impostos, o preço do combustível, em Portugal, já é mais caro do que na Áustria, na Irlanda, na França, na Suécia, na Alemanha, na Dinamarca e na Finlândia. Chama-se especulação, e esta especulação é inaceitável! (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 38)
- (113) O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues** (PS): — [...] o Banco de Portugal [...] tem como objetivo essencial a luta pela estabilidade dos preços [...]. Portanto, o *Banco de Portugal* faz muito bem quando diz que apoia as medidas que se destinem a atingir esse objetivo. [...]. (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5914)

A força persuasiva da metonímia, lembra Reboul, provém do facto de se suportar na familiaridade entre significados, que se procura transformar em identidade (1986: 131).

Sinédoque

Considerada uma variedade da metonímia, já que corresponde ao mesmo esquema de transferência semântica, a *sinédoque* tem a particularidade de estabelecer uma relação de inclusão (ou de englobamento) entre os dois significados³⁶⁷. Neste sentido, a sinédoque é integradora, pois concentra-se em aspetos gerais dos indivíduos (Meyer, 2008: 128).

Observem-se, pois, os nomes singulares que denotam uma noção de coletividade, desde o designante coletivo mais neutro «país», em vez dos seus habitantes (114); à designação de «Governo», para referir os governantes, bem como à substituição do plural fragmentado (os portugueses) pelo nome do país, criador de unicidade (115); até ao vocábulo «Nação», que apresenta um valor emotivo positivo (116), criando-se assim uma ideia de unidade e de solidariedade em torno de um objetivo comum.

- (114) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Portas): —[...] Como acontece no resto da Europa, a cultura de compromisso não apouca ninguém, engrandece, aos olhos do *País*, quem o governa [...]. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 60)
- (115) O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, o que é que o *Governo* tem previsto, para o futuro, que possa dar alento *a Portugal* [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 29)
- (116) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] A *Nação*, essa, está, como sempre, resiliente e determinada [...]. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 47)

³⁶⁷ Reboul especifica que a sinédoque «designa uma coisa por meio de outra que tem com ela uma relação de necessidade, de tal modo que a primeira não existiria sem a segunda» (2004: 121). Como refere Ullman (citado por Matos, 1997: 638), «a diferença entre [entre a metonímia (sentido restrito) e a sinédoque] é puramente de ordem lógica: na metonímia, os dois sentidos estão coordenados, enquanto na sinédoque há subordinação entre eles.»

Antonomásia

A *antonomásia*, que surge frequentemente sob a forma de perífrase, tem essencialmente uma função caracterizadora: designa uma pessoa pelo nome de outra que é particularmente representativa de um carácter ou de um aspeto que se deseja sobressair na pessoa assim denominada, e neste sentido é também considerada um caso particular da metonímia³⁶⁸ (ou da sinédoque, para outros autores).

O deputado do PS recorre ao *cliché* da figura de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões (o Velho do Restelo), no plural (117), para criticar a atitude da oposição, sempre «do contra».

- (117) O Sr. **Afonso Candal** (PS): [...] Todos nós sabemos e conseguimos encontrar alguns nomes dos espíritos azedos de sempre [...] daqueles nossos concidadãos que corporizam tão bem aquilo que um dos nossos maiores génios eternizou e que estão sempre do outro lado, que são os «*velhos do Restelo*». (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, pp. 54-55)

Como mostrou Leroy (2001: 60), o semantismo da antonomásia repousa sobre uma dupla operação de categorização³⁶⁹ e de identificação, sendo que o insulto³⁷⁰ pode ser uma das suas modalidades de atualização mais produtivas.

Observe-se como Louçã recorre à figura do Presidente do Governo Regional da Madeira para a assimilar ao Primeiro-Ministro (118), caso mantenha a posição de desvalorizar a dívida do país, ridicularizando assim a sua postura.

- (118) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] É extraordinário, Sr. Primeiro-Ministro, que desvalorize este problema na sua intervenção com a justificação de que Portugal está para a Alemanha ou para a União como as ilhas portuguesas estão para Lisboa ou para Bruxelas. Admitindo, como admito, que o senhor não pretende transformar-se *no Alberto João Jardim da Europa*, saiba que as dívidas têm de ser sempre pagas. (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3362)

³⁶⁸ Meyer define-a como «une métonymie qui résume les propriétés essentielles par un personnage typique qui en est le support et les symbolise («C'est homme ne sera qu'un petit César») (2008: 130).

³⁶⁹ Consiste em poder dar forma, a partir de um nome próprio a uma classe de pessoas, uma categoria de indivíduos, à qual é associado um certo sentido.

³⁷⁰ Observam Rosier e Ernotte que a antonomásia (enquanto figura que designa um indivíduo pela personagem de que recorda o carácter típico) é explorada enquanto mecanismo de insulto e da denominação, já que oferece o benefício de um dupla identificação: «sémantiquement générique, elle prédique como toute insulte en incluant un individu dans une classe définie [...], mais elle est aussi référenciellement saturante en assimilant complètement au personnage la personne visée par l'insulte» (2000: 15).

Já em (119), o Primeiro-Ministro António Costa, que lidera um Governo apoiado pelas esquerdas, é associado ao Primeiro-Ministro Grego (líder da coligação de esquerda radical Syriza), generalizando-se assim características comuns.

- (119) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): —[...] em Portugal, temos um *Tsípras português* diferente do original, porque, ao contrário deste, nunca ganhou eleições legislativas e porque, ao contrário do original, que se aliou à extrema-direita, o *Tsípras português* aliou-se à extrema-esquerda. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 57)

Perífrase

Como observa Buffon, a perífrase «sert à exprimer les données dans un sens qui corrobore la thèse défendue, en mettant en valeur l’aspect de chacune d’elles qui milite en faveur de celle-ci» (2002: 233). A perífrase – figura que consiste em substituir uma palavra por uma série de outras – pode conter alusões, pode mobilizar a antonomásia ou o paradoxo.

Observe-se como Paulo Portas evita a nomeação do visado pela crítica, optando por uma expressão que estabelece uma convivência com o auditório (120). Já Carlos Carvalhas alude ao Ministro de Estado e da Defesa Nacional através de uma descrição sugestiva (121), marcada pela ironia.

- (120) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Depois, foi o que se passou numa empresa privada, quando *um socialista que todos conhecemos*, quanto à concessão de um bem público chamado «televisão», anunciou que lhe daria orientação ideológica. [...] (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 58)
- (121) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] E é também significativo que aquele «Moderno» ministro, o tal que no seu Jaguar, levantava a voz em defesa da lavoura, dos velhinhos... [...] da Europa das pátrias, esteja agora calado que nem um rato. [...] (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5920)

III – Figuras de construção

Anáfora (epanáfora), epífora e símploce

A repetição³⁷¹ nas palavras Molinié, «est [...] la figure qui conditionne tout le discours» (1992: 292), e é também a mais poderosa de todas, já que ultrapassa o seu nível microestrutural podendo eventualmente servir de base a figuras macroestruturais. No TA é referida como uma «figura de presença»³⁷²: «A repetição pode atuar diretamente, pode também acentuar o fracionamento de um acontecimento complexo em episódios detalhados, capaz, já o sabemos, de favorecer a presença» (2006: 194). Certo é que a *repetição* apresenta um poderoso efeito de insistência que favorece a memorização, e, conseqüentemente, a impregnação das ideias nos espíritos.

Refere Bonhomme que a interpretação de certas figuras passa «par l'activation d'une référence ostensive» (2014: 112), que é precisamente o que acontece com a *anáfora retórica*. Determinada pela sua posição no enunciado, é um caso particular de repetição referenciado desde a Antiguidade. Nos tratados de retórica, consideram-se as suas variantes *epanáfora* e *epífora* ou *epístrofe*³⁷³. Como todas as formas de repetição, apresenta um valor de amplificação e de realce. Bonhomme faz menção aos seus papéis arquitetural³⁷⁴, temático³⁷⁵ e rítmico³⁷⁶ (1998: 44-45). Por seu turno, Magri-Mourgues realça a participação da figura na estruturação sonora e rítmica dos discursos:

[I]es mots ou séquences martelés résonnent dans la tête des auditeurs, et entrent en concordance avec des formules figées qui préexistent dans leur esprit. Le pilonnage revêt un fort pouvoir de persuasion : aucune idée nouvelle n'est proposée mais l'auditeur trouve dans ce qu'il entend une espèce de confirmation de formules stéréotypées qui ont acquis le caractère inébranlable des lieux communs simplistes. (2015: parágrafo 39)

³⁷¹ Nos tratados de retórica a *repetição* é apresentada nas suas variedades, sendo que a sua categorização como figuras anafóricas ou de repetição não é consensual entre os autores, dado que a anáfora é um caso especial de repetição. Encontram-se entre as figuras de repetição a *epizeuxe* (palilogia ou reduplicação), a *diácope*, a *epanalepse*, a *anadiplose*, a *epanadiplose*. De mencionar que a *repetição* pode retomar o som (o fonema ou a sílaba), a palavra, e também a frase, o parágrafo ou o texto inteiro, e ainda a ideia (Molinié, 1992: 291-192).

³⁷² De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca, as figuras da presença têm o efeito de tornar presentes na consciência os objetos do discurso (2006: 194).

³⁷³ A *epanáfora* diz respeito à repetição do(s) termo(s) no início de vários enunciados ou segmentos sucessivos (A—/A—); a *epífora* (epístrofe) consiste na repetição do(s) mesmo(s) elemento(s) no final de várias unidades sintáticas (—B /—B).

³⁷⁴ No reforço da coesão formal do texto (Bonhomme, 1998: 44-45).

³⁷⁵ Destaca uma palavra-chave no texto (*id. ibid.*).

³⁷⁶ Dada a repetição do mesmo elemento em intervalos regulares no texto, fornece ao texto uma cadência que facilita a memorização (*id. ibid.*).

Lembrando a «multidimensionalidade constitutiva» das figuras apontada por Bonhomme (2014: 54), Prak-Derrington (2015) salienta a repetição, que implementa conjuntamente níveis fónicos, lexicais, sintáticos e enunciativos, possibilitando assim o co-surgimento figurativo da repetição. Tal é o caso da repetição reticular (Prak-Derrington, 2015), sob a forma de *epanáfora*, no discurso de contestação de Carlos Carvalho (122); utilizada também sob a forma de interrogação, insidiosa, a exigir esclarecimentos (123).

- (122) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — [...] *Contrariando e desmentindo* as ações populistas e demagógicas e as afirmações piedosas sobre o mundo do trabalho, o que a realidade mostra é o bloqueamento da contratação coletiva, a liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores, no quadro do reforço da sua exploração, o despedimento seletivo de trabalhadores [...]. *Contrariando e desmentindo* a manipulação de alguns indicadores [...] *a verdade é que* se acentuam as injustiças e desigualdades sociais [...]. *Contrariando e desmentindo* a exaltação do Primeiro-Ministro sobre a «estabilidade governativa» [...], *a verdade é que* o governo confunde *maioria absoluta* com *poder absoluto*, governamentaliza o Estado, foge ao controle democrático [...]. *Contrariando e desmentindo a ideia* [...] de que a segurança do País depende «em qualquer circunstância do próprio reforço da coesão nacional [...]», *a verdade é que* o Governo pôs em execução uma política de defesa militar *em violação da Constituição* [...]. *Contrariando e desmentido* ainda uma «imagem» laboriosamente encenada, de seriedade e devoção ao interesse nacional e não partidário, *a verdade é que* a governação do PSD está marcada pelo clientelismo [...]. (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 3009)
- (123) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, *o que é que se passa* com o investimento? *O que é que se passa* com a construção e obras públicas? *O que é que se passa* com o comércio, designadamente o comércio tradicional? *O que é que se passa* com as nossas pescas e com a nossa agricultura? [...] (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 17)

A *anáfora retórica*³⁷⁷ produz um forte efeito de insistência, sendo, portanto, amplamente mobilizada no ataque ao Governo. A repetição de termos no local mais visível dos enunciados revela-se um dos procedimentos mais eficazes para martelar uma ideia.

A *anáfora verbal* é um procedimento recorrente para evidenciar o que foi omitido ou não foi referido pelo Governo no seu balanço do estado da Nação, sendo uma das formas mais usuais a insistência regular de formas do verbo «esquecer» (124), que configura uma lítotes, registando-se também a repetição de formas do verbo «esperar» (125).

- (124) O Sr. **Ferro Rodrigues** (PS): — [...] Esperávamos um diagnóstico sério, mas voltou um registo burocrático, cinzento, assinalável, sobretudo, pelas omissões. Por exemplo, *esqueceu-se de falar* na vergonha que é hoje o atual abandono do interior [...]; *esqueceu-se de falar* na crise da indústria [...], *esqueceu-se de dar* a devida importância ao problema do desemprego [...]. (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2846)

³⁷⁷ A *anáfora retórica* é classificada como uma figura de construção [incide sobre a organização sintática do enunciado] do tipo macroestrutural, se bem que possa servir de base a figuras de amplificação, ao nível da estruturação textual, como lembra Molinié (1992: 292-293). A *anáfora retórica* distingue-se da *anáfora* enquanto processo linguístico de construção textual, que retoma o valor referencial do antecedente.

Repare-se como o líder da oposição mobiliza a *epífora* (125a) e, cumulativamente, a *epanáfora* e o *paralelismo*, de conteúdo gradativo (125b), procurando criar uma imagem de incompetência do Primeiro-Ministro.

(125) (a) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, este já era o Governo *da oportunidade perdida*, mas este foi o discurso *da oportunidade perdida*. [...]

(b) O País *esperava* do Primeiro-Ministro uma explicação. O País, que foi ainda recentemente confrontado com um programa de austeridade, porque é de austeridade que se trata, *esperava que o Primeiro-Ministro viesse aqui* explicar o que se passou, *esperava que o Primeiro-Ministro viesse aqui* reconhecer, eventualmente, onde é que errou, *esperava que o Primeiro-Ministro dissesse* alguma coisa acerca do futuro e de como poderia justificar a inversão de marcha a que procedeu... (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 12)

Já num discurso marcadamente ideológico, em que se abordam questões vinculadas à identidade política da esquerda, a deputada do PEV sustenta a sua argumentação na *epanáfora* e na enumeração (126), para lembrar temas sociais menosprezados pelo governo de Durão Barroso, bem como consequências negativas da sua política. Os argumentos são também reforçados pela sinonímia, seja na acumulação binária de termos sinónimos («exclusão e segregação»; «desequilíbrio e da destabilização»), que apela a sentimentos de injustiça e de impotência; seja na expressão lexicalizada «impávidos e serenos», que sublinha a indiferença de «alguns» face à «realidade cruel»; contradição esta que enforma igualmente um apelo ao *pathos*.

(126) A Sr. **Heloísa Apolónia** (Os Verdes) : — [...]Para falar sobre o estado da Nação, *podíamos falar* de como, neste país, alguns continuam a assistir, impávidos e serenos, à realidade cruel do aborto clandestino [...]. *Ou podíamos falar* da opção de exclusão e segregação, que se prossegue na política de imigração [...]. *Ou podíamos falar* do desequilíbrio e da destabilização de qualquer organização familiar [...]. *Ou podíamos falar* das assimetrias regionais deste país [...]. *Ou podíamos falar* de uma País cada vez mais dependente do exterior [...]. (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1245)

Regista-se também a *simploce* (associação da anáfora e da epífora), que, em (127), visa construir uma imagem de competência do partido do orador.

(127) O Sr. **Ferro Rodrigues** (PS): — [...] Apresentámos nesta Assembleia dezenas de iniciativas dirigidas para a competitividade, *para a reforma da Administração Pública, para a reforma da despesa pública*, para o incentivo à investigação. [...] (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5912)

Paralelismo

A retoma do mesmo padrão sintático³⁷⁸ (e semântico) é mobilizada *ad nauseam* no debate sobre o estado da Nação, com um efeito de insistência, dado que a repetição de uma ideia parece atribuir-lhe um carácter de verdade. Note-se, por conseguinte, a intervenção do deputado da oposição Marcos Perestelo (128), que através do *paralelismo anafórico* e *semântico* procura acentuar o *leitmotiv* do «fracasso» da governação de Passos Coelho.

- (128) O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): —[...] O Governo e a maioria podem procurar as justificações que quiserem para o seu fracasso, mas será sempre isso mesmo, a justificação de um fracasso. *Dizer que Portugal está no caminho certo é confundir realidade e ficção. Dizer que Portugal está no caminho certo é confundir realidade com mentira.* (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 48)

O paralelismo é também mobilizado na refutação do contradiscurso da oposição (129), visando o orador o descrédito do PS, enquanto partido fracassado, tanto no governo como na oposição, devido às suas preocupações eleitoralistas. As construções consecutivas conferem um valor de intensificação (cf. Romero, 2005). O efeito persuasivo do enunciado é conseguido pela harmonia da estrutura rítmica, para a qual contribui também a figura do homeoptoto, que valoriza o *ethos* político de Diogo Feio.

- (129) O Sr. **Diogo Feio** (CDS-PP) —[...] Será que definitivamente VV. Ex.^{as} pretendem ter um comportamento positivo como partido da oposição? É que se assim não for vamos chegar rapidamente a uma conclusão e será possível dizer o seguinte: o governo do PS, *que tanto se preocupou com as sondagens*, «afundou», a oposição do PS, *que tanto continua a preocupar-se com as sondagens*, definiu. (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1235)

Já numa argumentação de pendor ideológico, o deputado do Bloco de Esquerda constrói uma imagem de descrédito do Governo português, suportando na figura do paralelismo anafórico (130), com asserções de polaridade negativa e palavras do campo lexical da mendicidade: «mendigar», «voz do dono», «migalhas» (criando uma representação de Portugal-mendigo), que visam censurar a submissão de Portugal aos Estados Unidos.

- (130) O Sr. **João Teixeira-Lopes** (BE): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, *nenhum país se afirma internacionalmente como um país credível quando se limita a ser a correia de transmissão passiva da voz do dono. Nenhum país se se afirma internacionalmente como um país credível quando mendiga*, junto da Administração americana, umas migalhas na construção do Iraque. *Nenhum país se se afirma internacionalmente como um país credível quando falta à verdade aos seus concidadãos.* [...] (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5899)

³⁷⁸ O paralelismo tem um valor demonstrativo ou emotivo (fr. *hypozeuxe*). Trata-se, geralmente, de justapor dois membros de frases ou duas frases de comprimento aproximado, não sendo as palavras necessariamente idênticas.

O paralelismo é uma das figuras que desempenha um papel na construção de formas argumentativas (Plantin, 2016: 293). No debate, evidencia-se a sua importância também como marcador da antítese (131).

- (131) O Sr. **Carlos César** (PS): — [...] prometeram um défice e deixaram-nos à beira de sanções. Prometeram o crescimento e deixaram-nos a níveis de há décadas. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 13)

Epizeuxe e diácope

A mais elementar das figuras de repetição – a *epizeuxe* (ou *reduplicação*), que consiste na repetição imediata da(s) mesma(s) palavra(s) – produz um poderoso efeito de insistência e é frequentemente mobilizada com um intuito de descredibilização.

Em (132) apresenta um efeito de *pathos*, derivado do que se entende como uma infração à regra da justiça, enfatizando a acusação da deputada do BE, que pretende convencer o auditório da necessidade de reestruturação da dívida pública.

- (132) A Sr.ª **Ana Drago** (BE): — [...] Mas queria dizer-lhe uma coisa, Sr. Primeiro-Ministro: o seu amigo, o Banco Central Europeu, empresta à banca a 1%; empresta ao povo português a 4%. Deixe-me dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que o seu amigo é um ladrão, o seu amigo é um ladrão! [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 27)

Se em (133) é utilizada a acumulação ternária de nomes que visam desclassificar globalmente o discurso de abertura do Primeiro-Ministro como um simples discurso de conveniência (importa emitir repetidamente as palavras para persuadir o auditório); já em (134), a epizeuxe (também numa acumulação ternária, mas de formas verbais) é empregue como forma de criticar o Governo, desta vez, pela desconsideração das propostas apresentadas pelo PS. A epizeuxe é ainda utilizada pelo presidente do grupo parlamentar do PS (135), em 2015, para descredibilizar o Governo de coligação (PSD/CDS-PP).

- (133) O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — [...] Sr. Deputado Durão Barroso, se há coisa que ficou evidente perante todo o País, depois da intervenção que V. Ex.ª acabou de proferir, foi precisamente a sua impreparação para assumir responsabilidades na condução do governo de Portugal nos próximos anos. [...] Sr. Deputado, o seu discurso foi *retórica, retórica, retórica, generalidades, generalidades, generalidades*. (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 29)
- (134) O Sr. **Ferro Rodrigues** (PS): — [...] E qual foi a vossa resposta? *Chumbar, chumbar, chumbar!* (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5912)
- (135) O Sr. **Ferro Rodrigues** (PS): — [...] Estamos à espera do programa da coligação, que já devia ter sido apresentado há oito dias. E o que temos? *Zero! Zero!* (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 11)

O efeito de realce pode ser ainda reforçado por palavras intercaladas entre os vocábulos que se repetem (*diácope*³⁷⁹), como ilustram os exemplos, que apresentam funções de refutação (136) e de desvalorização (137), respetivamente. Em reação às constantes interrupções da deputada do PSD relativamente ao seu discurso, o Ministro da Saúde (PS) utiliza a repetição como forma de sublinhar a obra feita, reforçando o argumento pela forma verbal «repito» (136). Em (137), o recurso à polifonia, que reforça o argumento, contribui para a polemicidade do discurso e visa desvalorizar o Plano Tecnológico anunciado pelo Primeiro-Ministro, que se vê reduzido a «um power point». A crítica ao anúncio de projetos sem consistência é sublinhada pela repetição e destacada pela expressão «Veja bem» dirigida a José Sócrates.

- (136) O Sr. **Ministro da Saúde** (Adalberto Campos Fernandes): – [...] devo dizer que o INEM vai fechar este ano [...] com a renovação total da frota de VMER (viatura médica de emergência e reanimação) e,... já agora, Sr.^a Deputada Ângela Guerra, fique a saber, com uma ambulância PEM (posto de emergência médica) colocada, pela primeira vez, na nossa história, *em todos os concelhos do País*, repito, *em todos os concelhos do País*. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 57)
- (137) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): – [...] O seu ex-colega de governo, Augusto Mateus, veio dizer, há poucos dias, que o Plano Tecnológico não passa de um *Power Point*. Veja bem, um *Power Point*! (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6682)

Epanalepse e anadiplose

La répétition à intention argumentative porte sur une seule affirmation, présentée comme exprimant une évidence immédiate nécessairement vraie. Les arguments ne sont pas sous-entendus, mais soigneusement évités, et c'est ce qui fait la force spécifique de la répétition (Plantin, 2016: 50)

Ora uma das estratégias recorrentes de descredibilização do executivo pelos partidos da oposição é a repetição de termos-chave de valor axiológico negativo, selecionadas de acordo com o contexto sociopolítico do momento, que marcam negativamente a ação governativa, como faz prova a *epanalepse*³⁸⁰ mobilizada *ad nauseam* pelo deputado Adão Silva (138). Se a repetição do nome «desemprego» e do adjetivo «desempregado», nas suas variantes flexionadas, constitui um *topos* de

³⁷⁹ Embora identificada por vezes com a *tmese*, a *diácope* não deve ser confundida com aquela. A *tmese* é também relativa à colocação de uma palavra, dentro de outra, dividida ao meio: «Dir-te-ei.». «A *tmese*, usual na poesia, é um metaplasmo gramatical e consiste na separação de uma palavra composta por meio da interposição de outros membros da frase»: ‘Darteei, Senhor, ilustre relação’ [Os *Lusíadas*, I, 64, 3]; ‘E posto enfim que desde o mar de Atlante’ [Os *Lusíadas*, III, 73, 1] (Lausberg, 1993: 205).

³⁸⁰ A repetição adquire diferentes designações consoante o lugar que ocupa a retoma no discurso (anáfora e epífora; anadiplose e epanadiplose; concatenação, etc). Designa-se, geralmente, por *epanalepse* a repetição simples, sendo também assim considerada na presente tese. Outros autores consideram que a repetição em causa não obedece a qualquer critério de posição. De acordo com Maria Vitalina de Matos, são casos de epanalepse as figuras da anáfora, epífora, anadiplose, epanadiplose e quiasmo (1997: 291). Robrieux considera a epanalepse um caso de reduplicação de elementos sintáticos mais complexos. Para Suhamy (2016), a epanalepse consiste em dispor a mesma palavra no início e no final da frase ou verso, como em «O *homem* é o lobo do *homem*».

ataque à imagem de competência do Governo, juntamente com o argumento de autoridade (pela invocação dos números do desemprego), já a repetição das expressões alusivas ao conhecido título de Hemingway, *Por quem os sinos dobram* (1940) – que não chega a ser corretamente citado – visam a persuasão do auditório para uma imagem de decadência do Governo em funções; afinal, a repetição imprime a convicção. Repare-se como o orador passa estrategicamente da modalidade epistémica com valor de probabilidade («Deviam soar») para a modalidade com valor de certeza («por quem é que soam estes sinos?») para reforçar o seu ponto de vista.

- (138) O Sr. **Adão Silva** (PSD): — [...] Falemos, então, no *desemprego*. O *desemprego* hoje estará em cerca de 11% — 600 000 portugueses *desempregados*, 100 000 jovens *desempregados*, 300 000 pessoas *desempregadas* há mais de um ano. O Sr. Primeiro-Ministro gosta de falar do passado e eu também vou falar-lhe do passado. Em 2005, dizia V. Ex.^a que, com 7,1% de *desemprego*, já *deviam soar* as campainhas de alarme. E com 11%, Sr. Primeiro-Ministro, *devia soar* o quê? [...] *Deviam soar*, seguramente, os sinos. *Deviam soar* *dobres de finados dos nossos sinos*. Aliás, a pergunta que pode ser feita é: *por quem é que soam estes sinos? Por quem dobram estes sinos*, como diria Hemingway! Eu digo-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: por V. Ex.^a e pelo Governo, que não consegue combater as situações de *desemprego*. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 41)

Por seu turno, Luís Montenegro reage às palavras da oposição, martelando a ideia pela repetição do termo «falharam» (139), mobilizando também a anáfora retórica, com vista a tornar presente na consciência a competência do Governo vigente, contrariando as previsões da oposição.

- (139) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): —[...] E os partidos da oposição *falharam*, e *falharam* redondamente, todas as suas profecias para Portugal. [...] *Acaso não tivessem falhado*, talvez em Portugal, hoje, tivéssemos os bancos fechados; talvez em Portugal, hoje, tivéssemos as pessoas em fila, no Multibanco, para acederem às suas poupanças. *Acaso não tivessem falhado*, se calhar os pensionistas portugueses teriam dúvidas se iriam receber as suas pensões. Mas essa não é a realidade portuguesa. *Os senhores falharam*. A realidade portuguesa é bem diferente daquela que acabei de caracterizar. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 14)

A profusão da figura da repetição (vd. Apêndice A) nos discursos do debate parlamentar apresenta, sobretudo, uma função polémica, e marca não, raras vezes, o desacordo radical, como é o caso da intervenção veemente de Ana Drago (140). Num discurso *ad passionem*, acusa o governo do PS de não enfrentar os interesses instalados, exercendo, por outro lado, sobre os trabalhadores do Estado «o puro deslumbramento do poder». A bloquista procede a um ataque pessoal a José Sócrates, com recurso à amplificação, que mobiliza a anáfora e a *anadiplose*³⁸¹ («isso não é coragem! Não é coragem maltratar...»). A figura da *anadiplose* é igualmente utilizada por Mariana Mortágua (141), que, numa argumentação em que se distancia do discurso do Governo (PSD e CDC-PP), na sua «satisfação pela

³⁸¹ Figura que consiste na repetição da última palavra de um sintagma, frase ou verso, no início do período ou verso seguinte (—B / B —). Alguns autores reservam o termo *anadiplose* para a repetição que consideramos, com Vitalina Leal de Matos (1997), uma *epanadiplose*. Outros consideram a *anadiplose* uma figura de encadeamento (vd. Ricalens-Pourchot, 2016).

redução da taxa do desemprego», procura argumentar que essa diminuição não corresponde à realidade.

- (140) A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — [...] Mas há um sítio onde os senhores mostram *toda a vossa fúria reformista, toda a vossa vontade vingadora, é no [que] toca os trabalhadores do Estado, é no [que] toca aos serviços públicos*. E, Sr. Primeiro-Ministro, *isso não é coragem! Não é coragem* maltratar os trabalhadores que sustentam os serviços públicos em Portugal, *não é coragem meter-se com alguém* que é mais pequeno do que o senhor e *nunca se meter* com os interesses que são do tamanho e têm mais poder do que o Governo. [...]. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, pp. 6724-6725)
- (141) A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A realidade dos jovens que procuram emprego são *estágios, estágios* que reduzem a taxa de desemprego, mas não aumentam o emprego. A realidade dos jovens desempregados, estagiários, bolseiros, precários, que nunca passam dos 500 € por mês, é *emigração. Emigração* que reduz a taxa de desemprego, mas não aumenta o emprego. [...] o legado do seu Governo é, de facto, a desagregação de toda *uma geração, uma geração* que saiu e que terá os seus filhos fora de Portugal. [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 36)

A *repetição* intensifica o ataque ao(s) adversário(s), seja pela retoma de um elemento discursivo (141), do mesmo conteúdo proposicional (138) ou pela sua reformulação (cf. Barbeau, 2014). Em (142) evidencia o contraste entre o que era suposto ter sido feito e o que realmente aconteceu.

- (142) O Sr. **Narana Coissoró** (CDS-PP): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a era suposto fazer aqui *um discurso sobre estado da Nação*, mas afinal, o que V. Ex.^a fez foi *um discurso acerca do estado de espírito do Primeiro-Ministro sobre a Nação*, ... [...] (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3101)

Concatenação

A *concatenação* é referente a uma sucessão de anadiploses. Trata-se de uma figura (de rara utilização no corpus) que contribui para a valorização do *ethos* do orador, fazendo prova da sua eloquência.

É utilizada pelo Ministro de Estado e dos Negócios estrangeiros (143) no discurso de encerramento do debate de 2013, obedecendo a uma estratégia de persuasão que visa convencer o eleitorado da importância da manutenção do Governo em funções para a credibilidade de Portugal no estrangeiro. Repare-se nas palavras de conotação positiva, apresentadas sucessivamente em crescendo, até que o último termo repetido esclarece o sentido final «torna viável a criação de emprego», fazendo esquecer as medidas de austeridade implementadas.

- (143) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Portas): — [...] É urgente manter a credibilidade externa de Portugal e é essencial criar condições para uma *confiança* económica maior, porque o valor da *confiança* gera *investimento*, o *investimento* gera *crescimento* e o *crescimento* torna viável a criação de emprego. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 58)

Epânodo

O ataque ao Governo mobiliza frequentemente o *epânodo* (ou regressão), que consiste na retoma de dois ou mais termos anteriormente empregados juntos para os discriminar. Refere Molinié que o *epânodo* «est toujours surprenant et efficace» (1992: 137), em virtude de se apresentarem grupos de palavras que parecem funcionar por eles mesmos, quando, na realidade, servem apenas de *pivot* ao desenvolvimento que se segue.

Observe-se como Miguel Macedo executa o ataque ao Governo do PS, ao repetir discriminadamente os três termos que o desqualificam. De salientar a força persuasiva da anáfora e do paralelismo (144c), que, em (144d), marca a antítese, construindo uma imagem de descrédito do Ministro das Obras Públicas.

- (144) (a) O Sr. **Miguel Macedo** (PSD): — [...] Este é um *Governo ausente, esgotado e desorientado*.
 (b) *Em primeiro lugar, é um Governo ausente* [...] O Ministro da Justiça parece alheado dos graves problemas do sector; o Ministro da Economia, de economia só tem o nome; da Ministra do Ambiente não se lhe conhece rasto; e do Ministro do Emprego a história regista, não qualquer plano para revitalizar o emprego [...]
 (c) *Em segundo lugar, é um Governo esgotado*. A Ministra da Educação esgotou-se em desfazer [...]; a Ministra da Saúde esgotou-se na gestão mediática da gripe A [...].
 (d) *O exemplo maior do desnorte* é o do Ministro das Obras Públicas. Ora avança, ora recua. Ora anuncia, ora nega o que, antes, anunciara. Num dia há ponte sobre o Tejo, noutro dia deixa de haver ponte sobre o Tejo, para logo a seguir voltar a haver ponte sobre o Tejo. Num dia as obras públicas vão todas avançar, no dia seguinte as obras públicas são todas para refletir. [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 48-49)

Por seu turno, o Secretário-Geral do PCP confere mais força ao seu ponto de vista pelo epânodo que mobiliza a metáfora do domínio semântico da música (construindo um *ethos* culto), procedendo a uma caricatura do discurso do Primeiro-Ministro (145b) – através do argumento do espantalho (vd. Cap. 2).

- (145) (a) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] O Sr. Primeiro-Ministro fez uma intervenção, *poderíamos dizer, com três vertentes ou andamentos e uma conclusão*. O *primeiro andamento* foi o da desresponsabilização, da desculpabilização e da inversão das responsabilidades [...].
 (b) A *segunda vertente* foi o andamento do estadista e do autoelogio «Eu, Primeiro-Ministro, trato da Pátria, as oposições preocupam-se com o poder e tudo fazem para dizer mal, para criar um clima terra queimada».
 (c) A *terceira vertente* foi *discurso do paraíso*, «de tapar o sol com a peneira», um discurso autista [...] (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, pp. 3097-3098)

Já o coordenador do Bloco de Esquerda seleciona estrategicamente outra metáfora, associando as figuras da repetição, do homeoteleuto e da metábole (vd. *infra*) (...o Governo sofreu *três golpes mortais, três golpes fatais... ; segundo golpe fatal, o segundo golpe mortal...*) (146), a fim de captar a

atenção para a sua tese do Governo moribundo. Note-se também o recurso à anadiplose, na referência às figuras afetas ao governo ou ao PSD (...Vítor Gaspar. Vítor Gaspar...; ...o Dr. Paulo Portas. E o Dr. Paulo Portas...; ...Cavaco Silva. Cavaco Silva...), com o propósito de agravar a imagem de incompetência Passos Coelho na condução do Governo de coligação (PSD/ CDS-PP).

- (146) O Sr. **João Semedo** (BE): — [...] nos últimos 10 dias, o Governo sofreu *três golpes mortais, três golpes fatais* [...] Tudo começou com o *primeiro desses golpes*, a demissão de Vítor Gaspar. Vítor Gaspar quando se demitiu reconheceu os custos da política de austeridade, da política do Memorando, e reconheceu mais: reconheceu a falta de credibilidade e de confiança. O *segundo golpe fatal, o segundo golpe mortal* foi dado pela demissão do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, o Dr. Paulo Portas. E o Dr. Paulo Portas, nessa altura, condenou a condução política do Governo, criticou-o diretamente a si. Por último, como se já fosse pouco, o terceiro e mais *recente golpe mortal* no Governo foi dado pelo Presidente da República, Cavaco Silva. Cavaco Silva certificou a subalternidade, a menoridade, a incapacidade do seu Governo: recusou mudar o Governo [...] E mais, até chamou o PS para salvar o Governo, salvar a política de austeridade e salvar o Memorando. Veja bem, Sr. Primeiro-Ministro, como é que quer manter um Governo vivo, depois destes três golpes fatais! (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 18-19)

Assíndeto e enumeração

Nos exemplos apresentados (147)-(148), o *assíndeto*³⁸² está ao serviço da enumeração³⁸³ e produz um poderoso efeito de acumulação, quer no ataque (147) quer na refutação dos ataques (148). Note-se a força persuasiva conferida pelo ritmo da disposição simétrica dos grupos preposicionais em (148), que termina em estrutura binária.

- (147) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Contudo, o que é importante relevar é que, de facto, o estado do Governo é de derrota e de falhanço. Derrota e falhanço da política de direita, apesar de terem *um Governo, uma maioria, um Presidente da República, um capital amigo e incentivador, nacional e estrangeiro, os centros de decisão da União Europeia, uma comunicação social dominante também amiga, um exército de comentadores, de analistas*, que todos os dias procuravam formatar o pensamento dos portugueses. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 15)
- (148) O Sr. **Afonso Candal** (PS): — [...] Quando os impostos sobem, é uma desgraça; quando os impostos descem, não serviu para nada porque pouco se sentiu!! Mas nós já sabemos como é. Somos todos um pouco assim. Felizmente, somos cada vez menos, porque *ao amadorismo, ao desenrasque, ao jeito, à cunha, à esperteza saloia e ao comodismo*, têm vindo a ganhar terreno *a competência, o trabalho, a eficiência, a solidariedade e o cumprimento*. (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 55)

³⁸² Figura que consiste na omissão de estruturas de ligação (conjunções coordenativas entre palavras ou frases).

³⁸³ Também designada por *seriação* e *conglomerção*, a enumeração consiste na apresentação sucessiva e acumulativa de vários elementos (pertencentes, geralmente, à mesma classe gramatical) que mantêm entre si uma correlação lógica ou semântica.

Gradação

Uma outra forma de acumulação é a *gradação*, que representa uma sequência de elementos em progressão ascendente (clímax) ou descendente (anticlímax), «seja por extensão dos significantes, seja pela importância dos significados», recuperando as palavras de Reboul (2004: 248). A gradação «qui va du jeu sur les sons au trope correspond à une problématicité croissante, inscrit dans le discours même», observa Meyer (2008: 134).

Note-se em (149) a evolução da tonalidade afetiva disfórica conseguida pela gradação ascendente dos termos axiológicos negativos (intensificados pelo advérbio), associada à anáfora retórica. A função argumentativa da figura solicita a reprovação emotiva do auditório e, neste sentido, apresenta também uma função patémica (cf. Bonhomme, 2014).

- (149) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): [...] Ao ouvir o Sr. Primeiro-Ministro no início do mandato, quem diria que chegaríamos ao debate do estado da Nação de 2013 nas condições em que estamos hoje, *com níveis de desemprego absolutamente assustadores, com níveis de pobreza absolutamente hediondos, com um empobrecimento crescente no País, com níveis de recessão completamente devastadores* para o País? (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 21)

Já em (150) a tensão da gradação funciona como um argumento para a conclusão da «perda de autoridade» do Primeiro-Ministro, o que vem justificar a asserção perentória sobre a gravidade das consequências da «mentira».

- (150) O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — [...] Convenhamos, Sr. Primeiro-Ministro, que todas estas contradições começam a ser um bocadinho demais. *E até tememos* que, por este caminho, o seu destino comece a ficar traçado, *desde logo pela mentira, que tem "perna curta", tendo como efeito imediato a perda de credibilidade*. Depois, lá para outubro, porventura, *a derrota nas eleições autárquicas*; mais adiante, em Janeiro, quem sabe, *a derrota nas eleições presidenciais*; e, no final de tudo, *a falta de autoridade de que o País precisa*. É que, nesse momento, o Sr. Primeiro-Ministro poderá até exercer o poder, só que já lhe vai faltar autoridade, o que é muito grave para o País. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1709)

A gradação reforça o impacto do discurso (Bonhomme, 1998: 46), e a amplificação orientada do enunciado pelo procedimento da hipérbole configura uma estratégia eficaz de ataque político. Em (151) a dramatização do discurso acumula a figura da gradação em dois momentos, sendo que a gradação em (151b) suscita uma «pressão argumentativa» pela colocação do elemento axiológico negativo mais forte no final.

- (151) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Sr. Eng.º António Guterres, com respeito, saia, vá-se embora! É melhor para o País que o faça agora, porque o seu prolongamento no Governo é *uma agonia, é um empobrecimento, é a desorientação, é mais tempo sem rumo, é mais tempo sem sermos governados*, Sr. Primeiro-Ministro!

(b) Indo diretamente a este tema, Sr. Primeiro-Ministro, entendo que o senhor pode durar dois dias, pode cair amanhã – *o que era um alívio para o País!*; pode durar dois meses – *isso era uma agonia!*; pode durar dois anos – *isso é um pesadelo!* É por isso que entendo que quanto mais tarde o senhor sair, pior para o País! O senhor não tem uma ideia mobilizadora para Portugal, uma única, para apresentar! Esgotou, cansou, desorientou-se e desta vez perdeu mesmo a mão! (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 39)

Obedecendo igualmente a uma estratégia de posicionamento, o líder parlamentar do PSD mobiliza a gradação com recurso à metáfora do domínio da doença para estruturar o seu discurso (152). Note-se ainda como a citação de Shakespeare, no final da conglobação, para além de reforçar o ataque ao Governo de Sócrates (amplificado pela gradação final), contribui para a construção do seu *ethos* político.

- (152) O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): – [...] O adiamento do TGV e do aeroporto, nos termos oportunistas e eleitoralistas em que é feito, constitui *um mero sintoma* [do estado da Nação]; a contradição com o Ministro da Agricultura *é mais um sinal*; a queda de Carlos Guerra e a manutenção de Lopes da Mota *é outro sintoma*; a trapalhada da operação PT/TVI e a chamada a rebate dos mais altos quadros da PT para virem ajudar o Governo *tem já foros de doença*; a história tortuosa da Fundação e da fuga ao concurso público no caso dos *Magalhães* está *no perigoso patamar da epidemia*. Mas tudo isto são sinais do estado em que o Governo deixa o País. Um estado em que se sente *uma desagregação progressiva* e fulminante, um *desnorte*, uma *desorientação*, uma situação de *apodrecimento* político que tem de ser denunciada e combatida. De facto, *«há algo de podre no reino da Dinamarca»*. (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.52)

Em (153) a gradação é o recurso selecionado pelo Primeiro-Ministro para refutar os ataques de Marques Mendes (PSD). Ao recorrer a citações do adversário dispostas gradativamente em progressão descendente, o orador pretende demonstrar, ao contrário da visão que o oponente deseja impor, a melhoria económica do país.

- (153) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates) – [...] Aliás, uma boa forma de avaliarmos a evolução da economia é vermos a evolução do discurso da oposição. Em setembro, o que é que dizia o Sr. Deputado Luís Marques Mendes? Dizia assim: *«estamos praticamente em recessão»*. Depois, em março, evoluiu. E o que é que dizia, em Março? *«A economia estagnou»*. Portanto, já não era recessão, passou para estagnação. Finalmente, mais tarde, veio dizer que *«a economia não arranca»*, isto é, não tem um impulso, não sobe quanto devia. No fundo, esta evolução de recessão para estagnação, dizendo agora que *«a economia não arranca»* verdadeiramente só quer dizer uma coisa, que a economia melhorou nestes últimos meses. É isso que o Sr. Deputado não quer reconhecer. [...] (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6684)

Ainda que possa surgir por meio de estruturas argumentativas mais elaboradas (154), enquanto procedimento de refutação, a gradação cinge-se preferencialmente a um grupo de palavras. Um meio recorrente de refutar as acusações da oposição é o recurso ao quantificador universal, precedendo os nomes em progressão ascendente (154) ou descendente (155), para sublinhar a ausência de propostas, como se verifica nos exemplos em apreço, de estrutura ternária. Repare-se como em (155) a progressão descendente se encaminha para o anticlímax numa tonalidade

categórica, culminando no pronome indefinido («nada»), que recapitula o conjunto da sequência gradativa, de forma a evidenciar o contributo negativo da oposição. Note-se também a força persuasiva da hipérbole («falta de comparência») (155) na desqualificação dos adversários. Com o mesmo propósito, a gradação utilizada no contra-ataque ao deputado Marques Mendes (PSD) seleciona a preposição com valor de ausência («sem») anteposta ao nome (156). É igualmente notória a pressão argumentativa da figura, pelo comentário que interrompe a sequência («-pior-»), antecipando o elemento pejorativo mais forte em posição final.

(154) O Sr. **João Galamba** (PS): —[...] O Sr. Deputado, hoje, não tem para os portugueses *nenhuma ideia, nenhum projeto, nenhum objetivo* [...]. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 39)

(155) O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros** (Augusto Santos Silva): —[...] A oposição caracterizou-se pela falta de comparência: em quatro horas de debate, *nenhuma ideia* apresentou. [...] *Nenhuma proposta, nenhuma medida, nenhuma ideia! Nada!* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 65)

(156) O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — O Sr. Deputado fez um discurso *sem chama, sem ideias e – pior – sem propostas*. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 51)

Não raras vezes, a disposição de elementos da mesma natureza por ordem progressiva apresenta uma estrutura quaternária, como se ilustra em (157). A gradação visa censurar a postura sistematicamente contra da oposição, resumindo o orador o seu raciocínio pelo epifonema³⁸⁴, num tom sentencioso que constrói um *ethos* de autoridade.

(157) O Sr. **Carlos César** (PS): — [...] com apenas quatro meses de exercício orçamental, a direita só apregoa *descalabros, desgraças, incumprimentos e falhas* nas previsões do atual Governo. De onde a vergonha sai, nunca mais entra. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 13)

Metábole

Também designada por *acumulação*³⁸⁵, a *metábole* (ou *sinonímia*) é uma enumeração que cria um efeito de profusão. Consiste na justaposição de termos sinónimos (ou redundantes) (158), normalmente, com um efeito de gradação semântica (159)-(160).

Em (158), surge num ritmo binário, associada à anáfora, de forma a martelar o argumento do coordenador do Bloco de Esquerda.

³⁸⁴ Exclamação sentenciosa que resume ou encerra, com certa ênfase, um raciocínio, um discurso, uma frase.

³⁸⁵ Molinié, no seu *Dictionnaire de rhétorique*, designa-a por *expolition*: «il s'agit en effet d'une redondance dans le discours: une unique information est véhiculé tout au long d'un développement, au cours d'une phrase ou dans un enchaînement de phrases, par des groupes de mots qui en varient l'expression.» (1992: 148).

- (158) O Sr. **João Semedo** (BE): — [...] O Governo vem ao Parlamento não para discutir o estado da Nação, mas para fazer a sua prova de vida. O Governo acaba de fazer a sua prova de vida e o resultado está à vista: *o Governo morreu, o Governo acabou*. Este é o resultado do debate sobre o estado da Nação. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 18)

Mencionam Perelman e Olbrechts-Tyteca que «a repetição de uma mesma ideia com a ajuda de palavras diferentes [a metábole] utiliza, para dar presença, uma forma que sugere a correção progressiva» (2006:196). Na intervenção do líder parlamentar do PSD (159), acerca dos prognósticos falhados da oposição relativamente ao cumprimento das medidas impostas pela troika, são usados termos que parecem convir cada vez melhor, contribuindo também para a força expressiva da figura o homeoteleuto.

- (159) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — [...] A verdade é esta, Srs. Deputados: a situação continua a ser difícil, mas os portugueses venceram o *pessimismo*, o *derrotismo*, o *fatalismo* das palavras da oposição. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 9)

Já em (160), a acumulação ternária é duplamente empregue por Durão Barroso para construir uma imagem de inação do Governo e do seu líder, em contraponto com o que era esperado no início da sua legislatura. Repare-se como a metábole, pelo efeito de gradação ascendente – sobretudo nas formas verbais apresentadas em estrutura anafórica (160b) – suscita uma pressão argumentativa, surgindo o elemento mais persuasivo no final da sequência.

- (160) (a) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] São estes mesmos portugueses que há quatro anos viam no atual Primeiro-Ministro uma pessoa determinada e enérgica e que hoje, quatro anos depois, percebem no Primeiro-Ministro o chefe de um Governo *cansado, esgotado, sem energia*. [...]
(b) Há quatro anos, o diálogo foi apresentado como a imagem de marca de uma política alternativa. Hoje, já é claro que o diálogo foi utilizado como pretexto *para adiar, para não decidir, para não realizar*. [...] (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, pp. 24-25)

Amplificação

Refere Perelman que é necessário insistir bem em certos elementos que não oferecem dúvidas, prolongando, assim, a atenção que lhes é acordada, de forma a aumentar a sua presença na consciência do auditório³⁸⁶ (1997). Ora, «o desenvolvimento oratório de um assunto, independentemente do exagero que geralmente lhe está associado» (Perelman & Olbrechts-Tyteca,

³⁸⁶ Insistência essa que pode ser feita com recurso à repetição, à acumulação de detalhes, à acentuação de determinadas passagens, entre outras técnicas (Perelman, 1993).

2006: 195) toma o nome de *amplificação*³⁸⁷ (*amplificatio*). Amplificar é fazer entender mais do que se diz, lembra Quintiliano (cf. Meyer, 2008: 140).

A amplificação tem como propósito enfatizar a argumentação. No exemplo em apreço (161), pelo meio do seu aumento, o que na opinião de Lausberg é um meio de parcialidade (1993).

- (161) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Então, o que falhou? O que falhou, Sr. Primeiro-Ministro, foi que não contaram com os trabalhadores e com o povo português. [...] Quando nos debates quinzenais lhe falávamos dessa luta, desse descontentamento, dessa indignação, fazia um sorriso irónico. Compreendia-nos, mas não nos dava razão. E, afinal, *se quer uma explicação da sua derrota e da derrota do seu Governo, ela deveu-se, de facto, à luta, à ação e à intervenção dos portugueses*. Por isso, quando fala em coragem, Sr. Primeiro-Ministro, digo-lhe que coragem tiveram os trabalhadores e os portugueses que, *num quadro de chantagem e de pressão, num quadro de desemprego avassalador, num quadro de aumento da exploração e da pobreza*, quando foi desenvolvida uma saraivada ideológica, em nome das inevitabilidades, do «conformem-se», do «resignem-se», do «tem de ser assim», *este pacto de agressão tem de ser concretizado, esta política de direita tem de ser ir para a frente*, neste quadro de pressão, *foi a luta, foi a coragem dos portugueses que o levou à derrota e à falta de futuro que tem neste momento*. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 45-46)

No exemplo supracitado acumulam-se argumentos para defender a tese de que o Governo é um Governo derrotado. O orador utiliza a argumentação pela causa, mostrando que o estado de «falhanço» do governo se deve à «luta» do povo e dos trabalhadores, que não se resignaram ao discurso do sacrifício (persuasivamente apresentado com recurso às formas verbais sinónimas citadas). Na amplificação dos argumentos, o Secretário-Geral do PCP recorre às figuras da repetição (epanalepse, da anáfora e do paralelismo), bem como à enumeração, selecionando termos hiperbólicos de valor axiológico negativo hiperbólicos, e à antanáclase (vd. *infra*) («quando fala em coragem, Sr. Primeiro-Ministro, digo-lhe que coragem tiveram os trabalhadores e os portugueses»).

Conglobação

Num enunciado argumentativo, a *conglobação*³⁸⁸ acumula uma série de argumentos para uma única conclusão. De acordo com Fromilhague, o que faz a sua especificidade é o facto de a informação global ser diferida e apenas ser entregue no fim da acumulação (2013: 97), o que mostra a eficácia da figura em termos de manipulação.

³⁸⁷ A *amplificação* é entendida por Perelman & Olbrechts-Tyteca como uma figura de retórica que utiliza a divisão de um todo nas suas partes com o propósito de aumentar a presença, e, neste sentido, lembra uma argumentação quase lógica (2006: 195).

³⁸⁸ Reboul (2004) considera a *conglobação* uma figura de argumento, tal como a *prolepse*, a *apodioxé* e o *cleusmo*.

Ilustra a figura da conglobação o pedido de esclarecimento da deputada do BE ao Ministro da Economia (162), cujas provas acumuladas orientam o auditório para a proposição de que «a austeridade não é uma forma de tirar os países da crise».

- (162) A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): —[...] apesar das aparições, dos vários milagres, os dados mostram uma economia bem mais frágil do que aquela que aqui apresenta. [...] *Os dados do primeiro trimestre mostram que, ao contrário do que o Sr. Ministro diz, o PIB caiu em cadeia face ao trimestre anterior. [...] o INE diz que o que caiu foram as exportações. E a parte das exportações que caiu foram os combustíveis, combustíveis vêm da refinaria da Galp que parou dois meses, e é esta a razão pela qual as exportações caíram. Isto quer dizer que todo o milagre exportador da economia portuguesa vinha de uma única empresa, como, aliás, a oposição muitas vezes disse. O Sr. Ministro vem dizer também que a procura interna, por outro lado, aumentou e dá, até, um contributo positivo ao PIB. O que acontece é que como o aumento da procura interna não tem uma correspondência a mais produção, as importações aumentam, e como as importações aumentam o défice da balança comercial, que era o grande motivo de sucesso e de foguetes deste Governo, veio por aí abaixo. No fundo, temos uma falência do modelo de crescimento deste Governo. E há uma conclusão a tirar: tal como já foi dito muitas vezes, e por vários economistas, para além do bom senso político, a austeridade não é uma forma de tirar países da crise, a austeridade é um mecanismo para transferir recursos do trabalho do setor público para as empresas do setor financeiro que criaram a crise e perderam capital com ela.* (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 53)

Ênfase

De acordo com Molinié (1992), considera-se a ênfase como um meio de ornamento do estilo (*elocutio*³⁸⁹). É uma figura de amplificação que concede força à argumentação e que se manifesta por múltiplos meios³⁹⁰. Se relacionarmos a ênfase com a questão das paixões, ela apresenta um propósito de persuasão:

Il s'agit que ses paroles [celles de l'orateur] fassent entendre plus qu'elles-mêmes, que le discours déborde de sa signification simple, que tout ce qui est dit, par une portée supérieure, relève en outre la flamme qui anime celui qui parle. (Molinié, 1992:129)

Ora, é precisamente uma intenção persuasiva que subjaz à seleção do quiasmo (*vd. infra*) como força de realçar o conteúdo proposicional do enunciado, em resposta ao pedido de esclarecimento de Catarina Martins³⁹¹ (BE). Desta forma, o orador procura valorizar o seu *ethos* político, como patriota, e, inversamente, denegrir a imagem da oposição.

³⁸⁹ Parte da arte da oratória que corresponde à redação do discurso. As cinco partes da arte oratória são: a invenção (*inventio*), a elocução (*elocutio*), a disposição (*dispositio*), a memória (*memoria*) e a ação (*pronuntiatio*).

³⁹⁰ De entre os quais, a denominação, a gradação, a epanortose, a antítese, a hipérbole e o paralelismo.

³⁹¹ Que insinuou que «[naquele] campeonato, a direita [estava] a torcer pela Alemanha desde o primeiro minuto» (p. 17), referindo-se à possibilidade de sanções pelo incumprimento das metas do défice.

- (163) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Catarina Martins, creio que estamos de acordo e o surpreendente é o conjunto desta Assembleia não estar sempre de acordo sobre este ponto fundamental: quando é Portugal que está em causa, *só podemos torcer por Portugal. Portugal é a única coisa por que podemos torcer*. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 18)

Para além dos meios já analisados ao longo dos capítulos, um dos recursos enfáticos mais presentes no nosso *corpus* é a construção de clivagem. No contradiscurso, as asserções clivadas marcam a atitude discordante da oposição face ao discurso do Governo (164), mas é, sobretudo, como procedimento de refutação que a sua utilização é mais produtiva no *corpus* de análise, quando se pretende imputar a responsabilidade ao adversário pelo estado de coisas sobre as quais se é (implícita ou explicitamente) acusado. Tal é o caso do exemplo (165). O foco contrastivo³⁹² que introduz a oposição relativamente à asserção do adversário (Durão Barroso) pretende evidenciar a responsabilidade do Governo antecessor na criação de institutos públicos, dando assim origem a uma reorientação argumentativa.

- (164) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] Contrariando e desmentindo as ações populistas e demagógicas e as afirmações piedosas sobre o mundo do trabalho, *o que a realidade mostra* é o bloqueamento da contratação coletiva [...] [...] *a verdade é que* se acentuam as injustiças e desigualdades sociais [...]. (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 3009)
- (165) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — [...] Mas vamos à questão central do desmantelamento. Não me venha dizer que o vosso programa de desmantelamento tem em vista desmantelar os institutos públicos. *É que o PSD criou institutos públicos a um ritmo superior ao de qualquer um!* (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 14)

Igualmente em (166), o deputado do CDS-PP refuta as acusações da oposição, recorrendo ao advérbio reforçador da verdade da asserção («obviamente») no enunciado de polaridade negativa para lembrar, de forma implícita³⁹³, que foi o anterior executivo (PS) o responsável pelo estado de crise do país³⁹⁴.

³⁹² «A propriedade central de um foco contrastivo é a de adicionar ao valor denotativo básico da frase a expressão da atitude (discordante) do falante relativamente ao que sabe ou supõe serem as expectativas ou convicções do ouvinte» (Martins & Costa, 2016: 384).

³⁹³ Refere Ortega que «[s]e produce en el énfasis cuando a partir de una observación se obtiene un sentido oculto. El público ha de deducir o entender algo que no se dice en palabras expresas.» (2006: 88). O autor inclui a *ênfase* (tal como a citação, a exclamação, o polissíndeto, o quiasmo e a repetição) nas figuras de insistência – «Vale tanto como colocarse firme ante las cosas, para afirmar posiciones y destacar importancia que non se obtendría en un tono usual.» (*ibid.*: 87).

³⁹⁴ Face à crise económica e financeira do país, durante o executivo liderado por José Sócrates (PS), Portugal viu-se obrigado a pedir ajuda financeira externa, em abril de 2011, a fim de garantir condições de financiamento a Portugal e ao seu sistema financeiro, tendo sido o novo Governo (empossado em junho do mesmo ano) a implementar as medidas de austeridade recomendadas pela troika – triunvirato constituído por Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional. Em 2014, Portugal conseguiu deixar o programa de assistência financeira da troika. De referir que o XIX Governo Constitucional (junho de 2011 - 30 de outubro de 2015) foi formado pelo PSD (que ganhou as eleições de junho com maioria relativa) e pelo CDS-PP (após acordo com o PDS, para que este tivesse apoio parlamentar maioritário).

- (166) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): —[...] Sabemos, de resto, que se esta maioria não foge das suas responsabilidades, esta maioria não é *obviamente* responsabilizável nem pela acumulação de dívida e de défice que conduziram ao resgate [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 44)

Em (167), o recurso ao quantificador universal anteposto ao nome («*todo* um povo») apela ao *pathos*, visando chamar a atenção para a destruição dos direitos sociais em benefício dos «grandes grupos económicos», configurando um *topos* argumentativo do PCP. Note-se ainda o recurso ao quantificador («*toda* uma geração») na argumentação de Mariana Mortágua (168), como forma de chamar a atenção para a quantidade de jovens que se viu obrigada a emigrar devido à falta de emprego no país.

- (167) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Na opção e nas políticas do «quanto pior, melhor», [...] melhor para os grandes grupos económicos [...]... melhor para a sua estratégia em curso de dismantelamento e subversão das funções sociais do Estado e dos direitos *de todo* um povo. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 17)
- (168) A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — [...]o legado do seu Governo [de Passos Coelho] é, de facto, a desagregação *de toda uma* geração, uma geração que saiu e que terá os seus filhos fora de Portugal. [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 36)

Quiasmo

Nas palavras de Reboul, trata-se de uma «antítese em que os termos são postos em espelho» (2004: 251), e pode funcionar como uma oposição de termos, com o propósito de afastar um para promover o outro (Breton, 2003). O *quiasmo* (e a sua variante antimetábole, *vd. infra*) é indissociável de duas das partes da retórica: a *dispositio*, referente à construção do discurso, e a *elocutio*, o estilo (Bonhomme, 1998). Trata-se, portanto, de uma figura que contribui para a construção do *ethos* do orador – «Exige pensar agudo, ingenio, y tiene un gran poder para impresionar la mente y la sensibilidad. Con razón es tan adecuada para formulación de sentencias» (Ortega, 2006: 89) – e para a descredibilização do adversário, já que visa destabilizar o seu discurso.

A atestar o valor argumentativo do *quiasmo*, encontram-se as intervenções dos deputados do CDS-PP. Em (169), a figura reforça a antítese entre a «boa imprensa» do executivo – que deixa passar despercebidos os seus «insucessos» e amplifica os «sucessos» – e a «má imprensa» do Governo antecessor. Já em (170) é usada para reforçar a argumentação sobre a incompetência do Governo (face ao aumento do desemprego e ao aumento dos impostos), recorrendo o orador a uma citação para acentuar a diferença de perspetivas, estabelecendo, desta forma, uma comunhão com auditório.

- (169) O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP). : — [...] O que há dois meses atrás, era um grande anúncio na comunicação social, passou a nota de rodapé pouco tempo depois. Aí, vantagem para o Sr. Primeiro-Ministro que goza de uma tolerância nos insucessos, o que, infelizmente, não aconteceu com o anterior governo PSD/CDS-PP ! Na verdade, se, há pouco mais de dois anos atrás, acontecesse muito do que hoje se passa, pode crer que o que, atualmente, é *primeira página em relação ao Sr. Primeiro-Ministro teria sido nota de rodapé em relação ao nosso governo*, enquanto o que hoje é *nota de rodapé em relação ao Sr. Primeiro-Ministro certamente teria sido paragona de jornais naquela altura* — pode ter a certeza absoluta ! (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6722)
- (170) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, segundo o Governo, *sobra cada vez mais dinheiro no fim do mês*. Permito-me citar um célebre brasileiro: «*Sobra cada vez mais mês no fim do dinheiro*». (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 57)

A força do quiasmo no nosso *corpus* prende-se também com o facto de mobilizar fórmulas conhecidas. Os enunciados aforísticos que apresentam fórmulas deformadas ou adaptadas causam um forte impacto no auditório, pela novidade e estranheza que provocam no meio do discurso, sendo a memória ativada pelas palavras e sonoridade familiares. A adaptação de provérbios e máximas ao contexto constitui uma manifestação do carácter polémico do debate, como se ilustra pela figura que visa criar uma representação de incompetência (e de arrogância) do Ministro das Finanças, ao não ter em consideração os sinais económicos (171). De igual modo, a máxima de Lavoisier sofre uma adaptação por parte do líder do grupo parlamentar do PS com o intuito de salientar que o executivo não transformou nada estruturalmente na economia portuguesa (172).

- (171) O Sr. **António Guterres** (PS) : — À bazófia, permitam-me que o diga assim, do ministro das Finanças responde a desconfiança dos mercados. Quem quis ter «*sol na eira e chuva no nabal*» contra as evidências da ciência económica, acaba com «*chuva na eira e sol no nabal*». Aí estão a prová-lo [...] as taxas de juro com tendência para subir, penalizando de novo a economia e os cidadãos. (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2852)
- (172) O Sr. **Alberto Martins** (PS): — [...] Onde Lavoisier afirmava que «*na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*», com este Governo vigora a máxima «*muito se perde, quase nada se transforma*». (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 40)

Antimetábole

Como sublinha Plantin, a *antimetábole*³⁹⁵ visa essencialmente desorientar o discurso contrário (2016: 414).

Telmo Correia utiliza-a a fim criticar a governação de António Costa, recorrendo a uma argumentação pelas consequências, de grande efeito expressivo.

³⁹⁵ Como referido por Lausberg, a tradição retórica considerava esta figura um «quiasmo complicado». Esclarece o autor que nesta figura «os membros que, entre si, semanticamente, se correspondem, trocam reciprocamente as duas funções sintáticas» (1993: 234).

- (173) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] O que esta crise expôs, sobretudo, foi a incapacidade de decisão e de liderança de um Primeiro-Ministro que, quer queira quer não, terá de tomar decisões no futuro, porque já todos percebemos que a fragilidade deste Governo é absolutamente evidente. *Os senhores vão ter de mudar de rumo, ou o rumo dos acontecimentos tomará conta de vós.* Portugal, a Nação, merece muito melhor. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, pp. 48-49)

Hipérbato e anacoluto

A alteração da ordem normal das palavras nas frases, que configura um *hipérbato*, geralmente decorre da necessidade de impor uma chamada de atenção para um aspeto específico do tópico que se desenvolve ou para o conciliar com outro aspeto com ele relacionado, como se ilustra em (174).

- (174) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] aquilo que os números dizem, de facto, é que, em 2008, se reduziu o «risco de pobreza». [...] Dizem isso, mas, na mesma página, *e estamos a falar de pobreza*, dizem que a «intensidade da pobreza» aumentou — *o Sr. Primeiro-Ministro leu os números* —, e aumentou nos desempregados, nas crianças. [...] (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, pp. 30-31)

Já em (175) se dá a rutura abrupta da continuidade lógica do discurso – *anacoluto* –, enveredando o orador por outro caminho a fim de manifestar a sua opinião.

- (175) O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues** (PS): — [...] E quanto às reformas de fundo, Sr. Primeiro-Ministro, digo-lhe: «muita parra e pouca uva»! Muito papel e pouca mudança — e muito menos mudanças para pior! [...] *As reformas de fundo, os «amanhãs que cantam», o pior que já passou, daqui a um ano vamos ver... O que acho é que, daqui a um ano, tal como aconteceu agora em relação ao ano passado, como isto é ilusionismo, também não vamos ver nada, Sr. Primeiro-Ministro.* (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5885)

Elipse e zeugma

A *elipse*³⁹⁶ (procedimento por excelência do aforismo, da máxima e do provérbio) torna a frase mais cativante, pela supressão de «palavras necessárias à construção, mas não ao sentido» (Reboul, 2004:126).

Repare-se como a elipse utilizada na gradação (176), pela sua brevidade, concede força ao discurso do Ministro Vieira da Silva, tal como dá vivacidade ao discurso de António Guterres (177).

³⁹⁶ Diz Reboul que a *elipse*, mais do que uma figura é um meio de criar figuras, por meio de cortes na frase, produz metonímias, enálages («Pense [com vistas a uma coisa] grande»), oximoros («O sol [não impede que para mim tudo seja] negro»), metáforas («Sofia é [fria como] uma pedra de gelo.») (2004: 126).

- (176) O Sr. **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento** (Vieira da Silva): — [...] O líder do Grupo Parlamentar do PSD fez uma intervenção — uma verdadeira caricatura — da situação do País e quando pensávamos que ia começar a fazer a verdadeira intervenção, depois da tal introdução caricatural, saiu, desceu as escadas e sentou-se de novo. [...] *Ideias — zero! Propostas — zero! Alternativa — nula!* [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 69)
- (177) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — [...] A política salarial do PSD é bem conhecida: *em ano de eleições, 1991, «vacas gordas»; no período entre eleições, «vacas magras»*. A função pública já a conhece bem. (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 9)

Em (178), o *zeugma*³⁹⁷ é utilizado como estratégia de desclassificação da oposição. A supressão da forma verbal repetida «reforça o posto» (falta sobretudo a liderança) pelo Ministro Jaime Gama, após a enumeração progressiva ascendente das falhas da oposição. Por sua vez, em (179), a omissão da forma verbal nas duas últimas orações contribui para o ritmo da sequência, já de si persuasiva pela estrutura ternária.

- (178) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Jaime Gama): — Gostava, a finalizar, de dizer que este debate sobre o estado da Nação é muito um debate sobre o estado do Governo, mas também não pode deixar de constituir um debate sobre o estado da oposição,... [...] ... e nesta matéria ficou hoje, aqui, claro que *falta* o programa,... (...)... que *faltam* as alternativas de políticas sectoriais, que *falta* a equipa e, sobretudo, a liderança! (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, pp. 46-47)
- (179) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] Há quatro anos, o Governo elegeu como grande prioridade as pessoas, mas são essas mesmas pessoas que hoje se sentem desiludidas com este Governo, porque *a inflação está a subir, o poder de compra a baixar, o endividamento das famílias a aumentar*. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, pp. 24-25)

Hipálage

A figura de deslocamento³⁹⁸ enforma o expediente retórico utilizado pelo Presidente do Grupo parlamentar do PSD (180) para iniciar o seu ataque ao Governo. Por meio da *hipálage*, cria-se uma percepção global do comportamento da bancada do PS, associando-o aos dos comunistas (que batem palmas sincronizadas de apoio ao regime).

- (180) O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): — Compreendo, Sr. Presidente, a preocupação do PS. Aliás, basta olhar para *as palmas tipicamente soviéticas* que aqui foram dadas para perceber a preocupação do PS. [...] Quando se está tranquilo, não se precisa de fazer esse gesto de apoio artificial. (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.16)

³⁹⁷ O *zeugma* diferencia-se da *elipse*, dado que suprime um termo já apresentado que se deduz, ao contrário desta, que apresenta a omissão de palavras que se subentendem pelo contexto.

³⁹⁸ Por meio da *hipálage*, um determinante (artigo, adjetivo, complemento do nome) troca o lugar que logicamente ocuparia junto de um determinado (nome) para se associar a um outro.

Enálage

A *enálage* (de tempo verbal)³⁹⁹ regista-se na célebre a expressão «*amanhãs que cantam*»⁴⁰⁰ [= *cantarão*], alusiva a uma visão revolucionária conotada com a esquerda, conquanto seja atribuída (de forma abusiva) ao Governo do PSD por Ferro Rodrigues, que a mobiliza também no debate do ano seguinte (cf. 175), como forma sugerir a utopia das promessas do Governo, que, na sua opinião, não se concretizarão.

- (181) O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando as notícias sobre o presente não são boas, não há nada como prometer «*amanhãs que cantam*». Essa é uma prática normal em várias bancadas. (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1211)

Antítese

O tema do discurso e do contradiscurso mobiliza necessariamente figuras de contradição dialógica, de entre as quais as figuras de oposição, fundamentadas em contrastes entre dois polos simétricos, como a *antítese* – «Elle constitue une figure binaire qui rapproche pour mieux souligner une opposition»⁴⁰¹ (Bonhomme, 1998: 47). Ora, a *antítese* – que exprime e marca, por meio de expressões contrárias contíguas, as diferenças de ideias e opiniões –, configura-se, pelo seu valor argumentativo, uma figura-chave do contradiscurso e da refutação⁴⁰²: «[C]’est souvent la voix commune (doxa) qui est réfuté» (Fromilhague, 2013: 50).

Sendo uma figura de extensão variável, localmente, a *antítese* pode fundar-se na simples associação de antónimos lexicais (182) ou pode estabelecer uma oposição entre termos contraditórios (183)-(184)-(185).

³⁹⁹ Figura referente à transposição da função gramatical própria de um elemento linguístico. Emprega-se uma palavra num tempo, num modo, num género, ou num número, que não corresponde ao que o seu lugar sintático exigiria normalmente. Para Fontanier, a *enálage* afasta-se da linguagem normal e procede à mudança «d’un temps, d’un nombre, ou d’une personne, contre un autre temps, un autre nombre, ou une autre personne» (1977: 293).

⁴⁰⁰ Antes de ser fuzilado pelos Nazis, Gabriel Péri, jornalista e deputado do Partido Comunista francês, apelou para «Os *amanhãs que cantam*». A expressão ficou célebre e, conotada com uma visão utópica da revolução, foi adotada, em Portugal, pelos neorrealistas.

⁴⁰¹ Estabelece-se uma oposição entre duas ideias, sendo que uma coloca a outra em relevo. Reboul define-a como uma figura que «ressalta uma contradição colocando-a no interior de uma repetição: «A França perdeu uma batalha, mas a França não perdeu a guerra» (de Gaulle)» (2004: 242).

⁴⁰² Meyer nota que a *antítese* (tal como a concessão) revela «autant de la construction langagière que de la stratégie entre locuteurs dans la négociation de leur distance» (2008: 141).

- (182) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...]Haja vacas *gordas* ou vacas *magras*, as empresas, em oito anos sucessivos, contribuem menos, cada vez menos, para o pagamento dos impostos [...]. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1714)
- (183) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] tivemos um Primeiro-Ministro que foi *campeão de presenças* na Assembleia da República, mas também *um campeão na ausência* de respostas às bancadas da oposição. (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.61)
- (184) O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, este *foi um ano bom para o País, mas foi um ano mau para a oposição*. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 13)
- (185) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — [...] Sr.a Presidente, neste primeiro debate do Estado da nação pós-troica, é caso para concluir dizendo que País está melhor [...]as pessoas começam a sentir mais futuro e mais esperança, *a maioria e o Governo estão firmes e coesos e virados para o futuro. A oposição está frágil e cada um dos partidos, à sua maneira, cada vez mais virados para o passado*. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 12)

Frequentemente, a antítese joga com a repetição das locuções adverbiais («a mais» e «a menos»); em (186), por exemplo, para salientar a distância entre o que é dito pelo líder do Governo e a realidade do país. Em (187), a denominação «das políticas dos *jobs for the boys*» permite ao orador exprimir o seu ponto de vista negativo sobre a existência de clientelas partidárias⁴⁰³, contrapondo, através da antítese, «o partido a mais» ao «Estado a menos».

- (186) O Sr. **Miguel Macedo** (PSD): — [...] É por isso, Sr. Primeiro-Ministro, que esta minha intervenção é para o obrigar a pôr outra vez os pés no chão, a sair do país da fantasia e a encarar as dificuldades de frente. Porque o que temos hoje pela frente, Sr. Primeiro-Ministro, o que temos hoje no País é *impostos a mais, endividamento a mais e despesa pública a mais, e riqueza a menos, poder de compra a menos e dificuldades a mais para as famílias e para as empresas*. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 16-17)
- (187) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] Como já aqui afirmámos, *haverá seguramente «partido a mais», com as políticas dos jobs for the boys, agora em tons laranja, mas «Estado a menos» em várias funções do Estado, como o prova a falta, por exemplo, de médicos e enfermeiros na saúde*. (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5920)

Em (188) a antítese mobiliza não só as locuções prepositivas de sentido oposto («*pisca para um lado e vira para o outro*»), como a antonímia, que enformada pelo paralelismo sintático concede ritmo e vivacidade à sequência.

- (188) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Em matéria de transparência e de moralidade, o Governo *pisca para um lado e vira para o outro*. Promete uma coisa e faz outra. Advoga a justiça e pratica a injustiça. Apregoa a moral e pratica a imoralidade. Proclama a igualdade e fomenta a desigualdade. (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 28)

Note-se como a força da figura reside na expressão do contraste dos adjetivos antitéticos (vd. [182]-[184]), e também das formas verbais de sentido contrário (189); em (190), realçada pela estrutura

⁴⁰³ A denúncia das clientelas partidárias é um *topos* discursivo em todos os debates. Repare-se como o orador utiliza a pressuposição, suportada linguisticamente no enunciado pelo deíctico temporal («*agora em tons laranja*»), inferindo-se a mesma prática no Governo antecessor do Partido Socialista).

simétrica. A antítese é a figura mais utilizada como forma de opor o que é a realidade e o que era suposto ser, como ilustram a intervenções de Marques Mendes (188)-(190).

- (189) O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): —[...] Sr.^a Presidente, com este Governo *tudo o que é bom desceu e tudo o que é mau subiu*. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 48)
- (190) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — [...] A subida das despesas do Estado, só nos primeiros meses do ano, até Maio, já ultrapassou as previsões do próprio Governo. [...] Ou seja, *«emagreçam-se» os portugueses, com mais impostos, mas o Estado continua sempre a «engordar»*. [...] (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6682)

Para além da oposição entre sintagmas, a antítese pode verificar-se entre orações coordenadas copulativas (189); ou, de uso mais frequente, entre enunciados opostos através de um conector ou de uma conjunção adversativa (190); ou entre um enunciado de polaridade negativa, oposto a outro de polaridade afirmativa («as pessoas já *não* querem anúncios, querem resultados») (191), aqui realçado pelo advérbio de predicado com valor temporal; ou ainda pelo contraste marcado pela preposição com sentido de ausência, no segundo segmento («o Governo exibía uma aura de competência [...] os portugueses veem, hoje, um Governo já *sem* aura») (191), que coloca o seu conteúdo proposicional em relevo.

- (191) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — [...] parece que temos dois países: o País de que fala o Primeiro-Ministro e o País onde os portugueses vivem. *Para o Primeiro-Ministro só há coisas boas; os portugueses, ao contrário, sentem problemas e sentem dificuldades. Há dois anos, eram muitos os que elogiavam o espírito reformador do Governo; dois anos depois, já quase só o Governo se elogia a si próprio. Há dois anos, a expectativa era grande; hoje, a desilusão começa a ser cada vez maior. Há dois anos, o Governo prometia grandes mudanças; hoje, os resultados não aparecem e os portugueses creem num número cada vez maior, e o problema é que, ao fim de mais de dois anos, as pessoas já não querem anúncios, querem resultados. Há dois anos, o Governo exibía uma aura de competência e de capacidade de ação; os portugueses veem, hoje, um Governo já sem aura, sem alma, para dar a volta a um sofrido estado da Nação.* (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 51)

A antítese pode ultrapassar o quadro da simples figura de construção e estruturar todo um discurso. Desta forma, a antítese já não opõe termos isolados, mas um conjunto de termos que adquirem o valor de argumentos, como ilustra a intervenção do líder do PSD (191), fundada no contraste entre o passado («Há dois anos») e o presente («Hoje»), na oposição entre o que foi a esperança no Governo e a desilusão que provocou na altura (em 2007).

IV – Figuras de pensamento

Oxímoro e paradoxo

O *oxímoro* radicaliza o discurso. Trata-se de um figura de oposição baseada numa aparente contradição lógica⁴⁰⁴. Apresenta, ao nível do enunciado, uma aproximação sintática de dois elementos que formam uma contradição semântica.

Par l'oxymore, on délivre essentiellement, de la façon la plus dense possible, une information contrastive, et on développe une vision double, "binoculaire", de la réalité. (Fromilhague, 2013: 53)

O oxímoro pode ser suportado quer pela coordenação (192) quer por um atributo não pertinente a um nome (o procedimento mais frequente) ou a um grupo nominal (193), de entre outros possíveis. Enquanto manifestação de uma atitude provocadora, marca a argumentação polémica, como se verifica tanto no contradiscurso de descredibilização das intervenções do líder da oposição (Durão Barroso) (192) tanto na crítica do Secretário-Geral do Partido Comunista às condições laborais precárias promovidas pelo Governo (193).

(192) O Sr. **Manuel dos Santos** (PS): — Em relação ao PSD, já ouvimos o seu líder e, se tivermos um bocadinho de paciência, ouviremos a intervenção de fundo que irá proferir. No entanto, a conclusão é a de sempre: o PSD apresenta ao País *a luz e as trevas*, em suma, o PSD tem para oferecer ao País rigorosamente nada! (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3340)

(193) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] No nosso país, os trabalhadores com contratos não permanentes eram já, em 2005, 750 000, sendo apenas a realidade visível, porque hoje, para além da precariedade protegida pela lei, há um mundo infindável de abusos de figuras contratuais, de *trabalho temporário* de facto *permanente*, de trabalho a tempo parcial para esconder diminuições reais de salário, de trabalho ilegal e sem contrato. [...] (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6720)

A sua proximidade com a ironia tem que ver com o carácter de simulação da figura. Finge-se opor elementos que, na realidade, são compatíveis (Mercier-Leca, 2003: 51). Note-se, em (193), como associação dos antónimos («*temporário*» e «*permanente*») cria, indubitavelmente, uma realidade de precariedade, sendo o conteúdo da asserção reforçado pela modalidade epistémica com valor de certeza na locução adverbial («de facto»). O oxímoro pode ser considerado como a expressão condensada de um mal-estar, afirma Marc Angenot (1982: 245).

⁴⁰⁴ Perelman e Olbrechts-Tyteca consideram o *oxímoro* – «negar de uma coisa que ela seja o que é» (Vico, citado por Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 484) – como uma dissociação condensada.

Como indica o seu nome, o *paradoxo* estabelece relações lógicas que se opõem à lógica da *doxa*. Segundo Reboul, é opinião que contraria a opinião comum, ainda que isso não signifique contrariar a razão (2004:219). O paradoxo é uma espécie de antítese que alia palavras que parecem excluir-se mutuamente: salienta o contraste entre a aparência e a realidade, acrescenta o autor (1986: 139).

Após a apresentação dos seus argumentos com recurso à analogia da «representação teatral» (194), o coordenador do BE sublinha a incapacidade do Primeiro-Ministro em conseguir um Governo estável, recorrendo a associações inusitadas que causam surpresa.

- (194) O Sr. **João Semedo** (BE): — [...] Registo que o Sr. Primeiro-Ministro chega aqui, ao debate sobre o estado da Nação, acompanhado pelos seus 12 ministros sobreviventes, mas registo que, como se o debate sobre o estado da Nação fosse uma representação teatral, o senhor mexeu nas bailarinas, mexeu nos atores, mexeu nos cantores, os da esquerda passaram para a direita, os da direita passaram para a esquerda — deixe-me dizer, são todos de direita, mas percebe-se o que quero dizer —, para criar a ilusão de que este já é outro Governo. O Sr. Primeiro-Ministro pode procurar criar todas as ilusões, mas sabe o que é que se vê aqui, hoje, na bancada do Governo? São os ministros que já não estão: Miguel Relvas e Vítor Gaspar, esses são aqueles que se veem melhor! (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 18)

Ironia, antífrase e sarcasmo

*L'ironiste prend de l'altitude et se donne des panoramas d'aéronaute*⁴⁰⁵

Jankélévitch (1964:161)

A *ironia* é uma estratégia de destruição do discurso. A ironia «ridiculise un discours prétendant tenir la position haute, en s'appuyant sur une évidence contextuellement irréfutable» (Plantin, 2016: 333). Molinié define-a no *Dictionnaire* como uma figura «qui joue sur la caractérisation intensive de l'énoncé: comme chacun le sait, on dit le contraire de ce que l'on veut faire entendre.»⁴⁰⁶ (1992: 180) e sublinha o seu carácter macroestrutural:

un discours ironique se développe parfois sur un ensemble de phrases parmi lesquelles il est difficile d'isoler formellement des termes spécifiquement porteurs de l'ironie (mais en cas d'**antiphrase** est possible); d'autre part, c'est tout l'entourage du passage qui concourt à le faire interpréter ironiquement, l'ironie pouvant toujours n'être point perçue. (destaque do autor, 1992:180)

⁴⁰⁵ De acordo com Jankélévitch, a ironia é o poder de ver as coisas sobre um certo aspeto de generalidade, dito de outro modo: «le détail appelle l'ensemble d'où on l'a ironiquement extrait pour le montrer en épingle» ([1830]/1964:161).

⁴⁰⁶ Uma variedade de ironia é o *asteísmo*, que é um ato de subtilidade e delicadeza: trata-se de um elogio ou um louvor, sob a aparência de uma censura («Então trouxe-me uma caixa de bombons, mas isso é coisa que se faça?»).

Mercier-Leca reforça precisamente este último aspeto, ao afirmar que o único elemento que permite interpretar a ironia é o desvio entre o enunciado e o seu contexto enunciativo (2003: 114), e define-a como uma postura enunciativa⁴⁰⁷.

Para Eggs, a ironia apresenta-se «comme une insincérité pragmatique pour faire comprendre le sérieux qu'elle veut dire.» (2009: parágrafo 56). O investigador sublinha o caráter argumentativo da figura⁴⁰⁸ em virtude de ela se caracterizar por um certo grau de negatividade crítica. Segundo o autor, a especificidade da argumentação irónica reside, pois, numa (dis)simulação transparente (aspeto também referido por Mercier-Leca [2003], cf. nota 407), definida como um procedimento caracterizado por formas de encenar o contrário⁴⁰⁹ bem determinadas. O autor salienta que é a organização específica desses elementos [retóricos]⁴¹⁰ num argumento irónico que produz um efeito de persuasão:

Ces aspects incluent les formes d'enchâssement rhétorico-stylistiques des structures argumentatives (formes de réfutation, raisonnement par l'absurde etc.) et, surtout, les règles d'interprétation permettant de lire l'énonciation ironique comme une hypocrisie feinte. (2009: parágrafo 56)

O ataque ao adversário político no debate parlamentar português é frequentemente realizado através da *ironia* e apresenta, sobretudo, uma função depreciativa⁴¹¹, observa Braz na sua tese de doutoramento (2017)⁴¹².

Ora, como assinala Hutcheon ([1981], citado por Perrin, 1996: 98), a função pragmática da ironia consiste «en une signalisation d'évaluation, presque toujours péjorative». Certo é que «l'ironie comporte toujours en outre cette composante pragmatique⁴¹³ particulière: ironiser c'est toujours

⁴⁰⁷ Para Mercier-Leca, a ironia é caracterizada por sete traços constitutivos, de entre os quais se destacam: 1. «Une paradoxale «dissimulation transparente»: le locuteur va masquer sa pensée, mais s'arranger cependant pour qu'elle soit identifiée [...]. » ; 2. «Un écart [prise de distance, graduée de l'énonciateur vis-à-vis de son énoncé. Antiphrase, mention échoïque, polyphonie] pouvant aller jusqu'à une véritable hétérogénéité énonciative. » ; 3. La nécessité que cet écart soit constatable pour que le décodage ironique ait lieu. Le contexte énonciatif doit donc être lisible : une certaine connaissance du locuteur et du référent est nécessaire» (2003: 113-114).

⁴⁰⁸ O autor recorre à seguinte demonstração : «<x a accompli Z ; puisque Z représente quelque chose qui, d'après les normes que nous partageons dans notre savoir topique, n'aurait pas dû être accompli, x est à critiquer> » (Eggs, 2009 : parágrafo 56).

⁴⁰⁹ O autor compreende esse *contrarium* num sentido ético-estético, como a crítica de um comportamento, de uma opinião ou de um lugar comum (que pode apresentar vários graus de distanciamento, desde o lamento até à repreensão).

⁴¹⁰ Neste sentido, Eggs junta-se a Perrin (1996) que advogava a necessidade de situar a ironia no plano das estratégias discursivas do locutor, mais do que nas regras que presidiam à construção dos enunciados.

⁴¹¹ De referir também a sua função lúdica, que visa atenuar a desqualificação (cf. Braz, 2017).

⁴¹² L'ironie dans le discours parlementaire portugais : degrés d'implication, indices linguistiques et stratégies discursives.

⁴¹³ O valor pragmático foi também apontado por Jankélévitch (1964) como um dos quatro principais traços da ironia, sendo os

plus ou moins s'en prendre à une cible qu'il s'agit de disqualifier»⁴¹⁴ (Kerbrat-Orecchioni, 1986/1998: 102). Na sua forma antifrástica⁴¹⁵, a ironia implica necessariamente um alvo.

Na linha de Berrendonner (1981), Perrin observa que

l'antiphrase ne consiste jamais à inverser la signification d'un mot (ou d'une phrase) auquel le locuteur a recours pour exprimer sa pensée. Dans une conception de l'ironie comme figure de pensée plutôt que comme figure de mot, l'antiphrase consiste à réfuter implicitement certains effets constitutifs d'une pensée que le locuteur exprime, dans le but de communiquer une pensée opposée. (1996: 107)

Note-se, por conseguinte, como a *antífrase* refuta implicitamente o efeito da ideia que o locutor expressa, no sentido de comunicar o oposto (Perrin, 1996): que o deputado do CDS-PP não tem experiência política nem uma postura de compromisso e de diálogo, donde as suas propostas não são credíveis (195). Trata-se, portanto, de «envenenar o poço» (vd. Cap.2). A *antífrase* é também mobilizada pelo Secretário-Geral do PS (196) para descredibilizar o executivo, procurando-se criar uma imagem negativa do Governo por associação com o país antidemocrático referido.

(195) O Sr. **Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento** (Vieira da Silva): — [...] Depois, o Sr. *Deputado Paulo Portas*, um *Deputado com muito passado na vida política portuguesa*, veio apresentar-nos as suas soluções para a crise [...] Um *Deputado...*, um *Deputado que é conhecido de todo o País pela «consistência» que tem dado às alianças onde tem entrado...*! Tem sido um «grande» contributo para o reforço do espírito de diálogo e de concertação. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 70)

(196) O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues** (PS): — [...]. Não posso deixar de perguntar como é possível haver um Governo que envia o Ministro dos Negócios Estrangeiros a esse «paradigma democrático», a *Libia*, para ser recebido numa tenda por esse «respeitador dos direitos humanos», o Sr. *Khadafi*! Então não eram os senhores que estavam sempre ao lado da democracia? [...] (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5913)

Em geral, a *antífrase* é a transformação do mal em bem (Robrieux, 2015: 94); no plano *ad hominem*, o julgamento negativo sobre o adversário e/ ou sobre as suas atitudes (quer como *antífrase* quer

outros o seu carácter oblíquo, ou seja, uma estratégia de contornar o adversário; a sua dimensão pedagógica, na medida em que também é preciso «dar uma lição» ao visado pela crítica, e a sua ambiguidade.

⁴¹⁴ A autora desenvolveu o seu trabalho na perspetiva retórica (1976), encarado a ironia como tropo, isto é, como *antífrase* «comportant un décalage plus ou moins forte entre le sens littéral et dérivé» (Kerbrat-Orecchioni, 1998: 102). A ironia como tropo, focada numa palavra (ou expressão) é diferente da ironia encarada enquanto figura focada numa frase, ou num discurso. Kerbrat-Orecchioni distingue a ironia «citationnelle» (« se caractérise par l'existence de deux émetteurs distincts dont l'un reproduit ironiquement le propos de l'autre») da «non citationnelle» («est le fait d'un émetteur unique, mais dédoublé, mais clivé») (*ibid.*: 150).

⁴¹⁵ Berrendonner (1981) refere o valor argumentativo da *antífrase* – definida como o facto de se dizer o contrário do se quer dar a entender – , ao demonstrar que a ironia não reside especificamente na afirmação de um estado de coisas e do seu contrário, mas sim no facto de se introduzir um argumento e, simultaneamente, o argumento inverso; havendo, portanto, a copresença de dois sentidos. O autor postula que o funcionamento do paradoxo da ironia reside precisamente no «double jeu énonciatif». Como mostra Mercier-Leca: «l'ironie ne consiste pas à dire A pour faire entendre non-A, mais à commenter et à critiquer A, tout en disant A (2003:35). Dito de outra forma, a ironia consiste em fazer entender o contrário do que se diz no preciso momento e pelo mesmo ato de enunciação em que se o diz.

como ironia), no nosso *corpus*, transforma-se em elogio. Em (197)-(198) coloca-se em relevo a contradição das palavras do adversário com o resultado prognosticado, atribuindo-lhe uma imagem de «visionários», tanto pelo adjetivo de valor hiperbólico («*preclara visão*») (197), tanto pela nomenclatura antifrástica (198).

- (197) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): [...] Em novembro de 2007, Teixeira dos Santos reincide e leva com ele o Orçamento e o País, cito: «embora se espere que a conjuntura possa afetar o crescimento da economia europeia, ela não afetará a economia portuguesa». Foi V. Ex.^a, Sr. Ministro, que o disse num momento de *preclara visão*. [...] (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 58)
- (198) O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Contrariando uma previsão desse *mestre da prognose política* que o Dr. Durão Barroso revelou ser, aqui estamos nós cumprindo integralmente esta legislatura [...] (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 35)

A ironia é um processo complexo e ambíguo, já o dissemos. Para além da antífrase⁴¹⁶, ela pode realizar-se através de uma dissimulação global. É da essência da figura o desvio de sentido, por um lado, e a vontade de ridicularizar, por outro (Mercier-Leca, 2003); o que pressupõe um julgamento crítico para a sua descodificação.

L'ironie est fondée, par essence, sur l'implicite, puisqu'elle est détournement, «arabesque» et qu'il faut que les récepteurs se livrent à un travail de décodage pour trouver le sens en plus que celui est posé. (Mercier-Leca, 2003: 58)

Um dos meios de realização da ironia pelo implícito é a modalidade interrogativa, que na pergunta complexa (designada também por pergunta de pressuposição) atinge um elevado grau de agressividade. A deputada do PEV mobiliza-a na sua forma antifrástica (199), implicando como certas as medidas eleitoralistas do Governo. Procura-se mobilizar o auditório para aderir a uma imagem desvalorizante do Primeiro-Ministro, modelada pelo estereótipo.

- (199) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, quero hoje, em 2010, perguntar-lhe que medidas de campanha eleitoral traz aos portugueses desta vez. Sabe porquê? Em 2009, a sua lógica foi de anúncio de subsídios, anúncio, anúncio... Porquê? Estava uma campanha eleitoral à porta! Assim que chegou ao poder, qual foi a lógica? Cortar em todos os subsídios anunciados. Quais são as *boas novas* da próxima campanha eleitoral, Sr. Primeiro-Ministro? (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 40)

Segundo Mercier-Leca, a modalidade interrogativa apresenta vantagens para o ironista: «En effet, du point de vue argumentatif, elle est orientée vers le négatif, qui est privilégié par rapport au positif» (2003 : 61). Note-se, por conseguinte, o valor pragmático da ironia (agressiva) na pergunta

⁴¹⁶ Perrin, que estuda a ironia como tropo, distingue-a da figura da seguinte forma: «Non seulement l'ironie ne se réduit pas à une simple antiphrase, mais cette dernière ne consiste pas dans ce cas à inverser la signification d'un mot ou d'une phrase de la langue. L'antiphrase ironique porte alors sur ce qui est exprimé littéralement dans un énoncé à l'aide de mots et de phrases dont la signification demeure tout à fait inchangée. » (1996: 91).

de pressuposição formulada pela deputada do BE (200) para imputar também ao maior partido da oposição a responsabilidade nos cortes sociais, insinuando um acordo tácito entre os o PS e o PSD.

- (200) A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — [...] Tenho uma única pergunta para o Sr. Deputado Miguel Macedo: foi por modéstia ou por inteligência que o PSD não pediu um lugar na bancada do Governo para discutir, hoje, o estado da Nação? (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 51)

Já a intervenção do deputado do CDS-PP (201) corrobora uma das características da ironia avançada por Mercier-Leca: uma postura enunciativa caracterizada por um *ethos* específico, «fait de prise de distances par rapport à une certaine réalité et de manifestation de supériorité verbale» (2003:113). Neste caso, cumpre a função retórica de *delectare*. A estratégia de *captatio benevolentiae* sustenta-se numa argumentação com apelo ao ridículo, dada a transgressão da lei da informatividade⁴¹⁷ (Maingueneau, 2016). Para além do agradecimento pela presença pelo Primeiro-Ministro, a ironia realiza-se pelo implícito («conhecendo os usos da casa») e pelo uso do advérbio de frase «realmente», um dos indícios de ironia referidos por Kerbrat-Orecchini (1976).

- (201) O Sr. **Narana Coissoró** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, *devemos todos agradecer a presença de V. Ex.^a*, embora se trate do debate sobre o estado da Nação. O Sr. Presidente da Assembleia da República, *conhecendo os usos da casa*, pôs uma nota no Boletim Informativo, dizendo «Estará presente o Sr. Primeiro-Ministro». Isto significa como nós trabalhamos: a vossa vinda aqui é *realmente* um caso para ser citado no Boletim «Estará presente o Sr. Primeiro-Ministro». [...] (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3100)

A ironia e o humor configuram-se num dos principais recursos retóricos para captar a atenção e dispor o auditório a escutar, surgindo em força no exórdio⁴¹⁸ dos discursos dos deputados. A visão otimista do Governo sobre o estado da Nação no discurso inaugural do Primeiro-Ministro é o assunto em torno do qual se organiza o dissenso nos primeiros pedidos de esclarecimento, constituindo a distorção da realidade um *topos* de ataque em todos os debates. A atribuição do carácter ficcional ao país é um dos procedimentos utilizados nos primeiros debates (202)-(203)-(vd. também [17]).

- (202) O Sr. **António Guterres** (PS): — [...] O Primeiro-Ministro já não consegue disfarçar o estado da nação com a sua «*crónica de um país imaginário*». (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 3009)
- (203) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao ouvir o Sr. Primeiro-Ministro, *diríamos que estávamos no «país das maravilhas»*. [...] (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2840)

⁴¹⁷ A lei da informatividade relaciona-se com o conteúdo dos enunciados e estipula que os enunciados devem introduzir novas informações ao destinatário, ou seja, não se deve falar para não dizer nada (Maingueneau, 2016: 28). Para além da referida lei, as principais leis do discurso são a lei da pertinência; lei da sinceridade; lei da exaustividade; leis de modalidade.

⁴¹⁸ A primeira parte do discurso, segundo a retórica clássica.

Os termos alusivos à célebre «teoria do oásis»⁴¹⁹ de Braga de Macedo tornaram-se bastante produtivos no debate sobre o estado da Nação, inclusive nos apartes (204)-(205) dos deputados, seduzidos pelo pragmatismo da fórmula económica de um vocábulo que remete para uma situação do domínio comum (de compreensão imediata), e que encerra em si um valor de descrédito.

(204) A Sr.^a **Maria Julieta Sampaio** (PS): — São só maravilhas!

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — É o oásis! (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3091)

(205) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): —[...] mesmo com esses problemas todos, vamos crescer este ano mais do que a média europeia, mesmo nas previsões mais pessimistas que apontou.

O Sr. **Jorge Ferreira** (CDS-PP): — *Outra versão do oásis!* (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 16)

A alusão ao «oásis» configurou-se num lugar comum na argumentação dos políticos, particularmente em Carlos Carvalhas, como ilustram os exemplos infracitados. Em (207) o orador denomina o discurso do Primeiro-Ministro como uma faixa do «oásis», socorrendo-se da metáfora do domínio da música, e ridicularizando-o como sendo irrealisticamente otimista («discurso do Pangloss»⁴²⁰), atenuando o valor ilocutório da sua asserção, pela modalização epistémica com valor de possibilidade.

(206) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Um ano depois, temos mais 60 000 desempregados, mais 200 desempregados por dia — *não é um oásis*, Sr. Primeiro-Ministro! (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 30)

(207) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] o Sr. Primeiro-Ministro teve o cuidado de afirmar «O meu discurso não é o discurso do oásis». *O oásis é só uma faixa!*... Ouvindo-o *quase se poderia dizer* que é o *discurso do Pangloss*: vivemos no melhor dos mundos! (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 17)

(208) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — O Governo pode continuar a vender *a tese retocada do oásis*, [...] mas não altera a realidade [...]. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 38)

(209) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — «Mas o estado da Nação é também o estado da economia, e *na versão «oásis»* do Governo *parece que tudo vai bem.*» (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3351)

(210) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — «Sr. Primeiro-Ministro, ouvindo-o, *diríamos* que estávamos *num país virtual* ou que tínhamos regressado à *teoria do oásis*». (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5889)

O recurso à modalização, como forma de veicular a distância do locutor ao seu enunciado, é um dos sinais visíveis do procedimento da negatividade⁴²¹ veiculada pela ironia (cf. Mercier-Leca, 2003),

⁴¹⁹ A «teoria do oásis», como ficou conhecida, é referente ao otimismo exacerbado do Ministro das Finanças de Cavaco Silva, Braga de Macedo (1992/1993), que, face à acumulação de sinais negativos do desempenho da economia portuguesa (que acabou por cair em recessão), afirmava no parlamento, apoiado em projeções que estimavam o crescimento do PIB em 2% para 1993, que Portugal era um «oásis».

⁴²⁰ Alusão à personagem otimista de Voltaire (*Candide, ou l'Optimisme* [1759]). Pangloss era mestre em metafísica, teólogo, cosmolonigologia (...) e provava que este era o melhor dos mundos possíveis.

⁴²¹ Na senda de Hamon (1996), Mercier-Leca refere-se à modalidade, à lítotes e à preterição como procedimentos de negatividade – «le matériau [sic] privilégié de l'ironie» (Hamon, citado por Mercier-Leca, 2003: 44) – que consubstanciam a ironia.

utilizada também como uma menção «em eco» («Echoic Mention», Sperber & Wilson [1978])⁴²² (209); por outro lado, os elementos modalizadores dão um contributo considerável para instaurar a polémica no discurso.

No nosso *corpus*, são, sobretudo, utilizados como índices de ironia o modo condicional (203)-(210), associado também a verbos modais, alguns advérbios e expressões com valor adverbial («*quase se poderia dizer*» (207), e expressões modalizadoras («parece que») (209) (cf. Mercier-Leca, 2003); expressões estas privilegiadas por Heloísa Apolónia para veicular a ironia na sua argumentação (211). Note-se ainda o valor polémico do oxímoro («fiquei com a *nítida sensação*»).

- (211) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): – Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quando ouvi a sua intervenção inicial, *fiquei com a nítida sensação*, e depois o debate acabou por confirmá-lo, que o Sr. Primeiro-Ministro fala como se se tratasse de um vitorioso, o que me parece até, de certa forma, conflagrador face à situação que o País atravessa. [...] *Dá-me até ideia* que o Sr. Primeiro-Ministro tem tendência para desvalorizar o fenómeno da emigração! [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 23)

Observe-se, por outro lado, o valor pragmático da ironia na intervenção de Carlos Carvalhas (212), que não só refuta a censura de falta de reconhecimento do trabalho feito, como coloca a ridículo o executivo liderado por António Guterres com as suas ações de promoção do Governo, numa argumentação *ad absurdum* (vd. Cap. 2).

- (212) O Sr. **Carlos Carvalhas (PCP)**: – [...] algumas oposições, no seu permanente criticismo, até no seu «bota-baixismo», não têm em conta o afã do Sr. Primeiro-Ministro e os trabalhos que tem realizado, nomeadamente nestes últimos meses! [...] Nós reconhecemos! Reconhecemos quando o Sr. Primeiro-Ministro se desmultiplica em múltiplas inaugurações, micro, pequenas e grandes – algumas até já inauguradas, como a da Amadora, em que o Primeiro-Ministro não foi inaugurar estações mas os parques de estacionamento –, ou quando se desmultiplica em múltiplas declarações e entrevistas, ou quando, inclusivamente, se encosta aos êxitos da seleção. E não me estou a referir àquela do cachecol em Santa Maria da Feira mas àquela entrevista em que afirmou que o desbloqueamento da harmonização fiscal pela Áustria era comparável ao golo da Seleção contra a Roménia no último minuto de jogo. [...] Efetivamente, o Sr. Primeiro-Ministro tem feito esforços, contrariamente ao que dizem certas oposições. [...] (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3335)

O humor é uma componente importante da ironia e tem um papel fundamental na gestão das faces. Note-se, por conseguinte, o carácter humorístico das metáforas empregues por Adão e Silva (213), ao pretender significar que o Primeiro-Ministro se tem dedicado à defesa de uma doutrina, neste caso, do ideal do Estado social, qual apóstolo; atividade que tem desempenhado até com espírito de

⁴²² Segundo a *Teoria das menções*, de Dan Sperber e Deidre Wilson (1978), a ironia pode ser descrita como uma menção, geralmente implícita, de proposições interpretadas como o eco de um pensamento («Echoic Mention»), cuja falta de exatidão ou de pertinência o locutor pretende evidenciar. Quando o eco é distante e gago, a ironia não visa um alvo determinado. De forma mais frequente, o eco é próximo e preciso, tendo a ironia um indivíduo ou um grupo como alvo. O locutor também pode fazer eco a si mesmo (autoironia) e, no caso de ter como alvo o destinatário, a ironia dá lugar ao sarcasmo.

sacrifício, como sugerido também pela dupla correção do primeiro termo («apóstolo») – sendo a ironia veiculada pela modalização da forma verbal associada ao segundo termo («*diria acrisolado*») e pela intensificação do terceiro termo («*senão mesmo obstinado*»).

- (213) O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro- Ministro, nos últimos dias o Sr. Primeiro-Ministro tem-se revelado *um apóstolo, diria acrisolado, senão mesmo obstinado*, do Estado social. [...] *Tem feito juras de amor ao Estado social*, reclamando, aliás, ser o único que acredita nele e que o defende. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 41)

A apresentação gradativa dos termos metafóricos, que culmina na metáfora sentimental «juras de amor» (213) pretende criar uma caricatura⁴²³ do Primeiro-Ministro, ridicularizando-se o facto de este se apresentar como a única garantia do Estado social, o que exprime o desacordo do enunciador.

Como principal figura do exagero, a hipérbole – que em (214)-(215) se suporta na metáfora – é um dos sinais mais visíveis da ironia, revelada nos exemplos sob a forma de polifonia⁴²⁴, conferindo em (214) um valor de descrédito à proclamação do final da crise, especialmente no que se refere ao alívio da carga fiscal.

- (214) O Sr. **António Filipe** (PCP): — [...] O Governo e a maioria vêm aqui hoje proclamar o fim da crise. [...] Mas os portugueses, com tantas proclamações do fim da crise, de que a crise já passou, de que foram três anos de sacrifícios *mas que agora vem o Eldorado*, perguntar-se-ão: «Bom, então, que medidas é que estão ensejadas para que possa ser aliviada a carga de sacrifícios que foi imposta aos portugueses? [...]» (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 59)
- (215) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Mas quando se anunciava, *finalmente, «a terra do leite e do mel»*, o fim do ciclo das dificuldades [...] eis que surge a chamada crise internacional. [...] (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 31)

A ironia é ainda veiculada pela hipérbole na intervenção Francisco Louçã (216), sendo igualmente um meio de realização da figura as expressões avaliativas. Para além da modalidade apreciativa, os enunciados irónicos podem ser realizados pela modalidade epistémica com valor de dúvida (217) ou de certeza, como exemplifica a asserções categórica do Coordenador do BE em (218).

- (216) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] o *Financial Times* dizia que o senhor é um «otimista inveterado». *Modéstia!* No entanto ninguém podia esperar que nos trouxesse aqui não só um discurso de otimismo, *deslumbrado com a situação do País*, mas, sobretudo, o que é politicamente relevante, *um discurso eleitoral. Isto é que é novidade*. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 30-32)

⁴²³ «La caricature repose sur la déformation, dans le but de ridiculiser» (Mercier-Leca, 2003 : 50).

⁴²⁴ De acordo com Ducrot (1980), através da ironia, procura mostrar-se a falsidade de uma tese, utilizando-se a seu favor argumentos absurdos atribuídos aos defensores dessa tese. Ora, esta conceção polifónica remete para a *Teoria das menções* (Sperber & Wilson, 1978), que se suporta numa dissociação enunciativa.

- (217) O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues** (PS): — [...] não tem de ser o Banco de Portugal a definir a política económica e social, mas sim este Parlamento e este Governo. Para o PSD, quem é o Primeiro-Ministro em Portugal?! É o Dr. Vítor Constâncio ou o Dr. Durão Barroso?! *Agora fiquei na dúvida!* (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5913)
- (218) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Não é este Governo que constrói hospitais públicos para os entregar aos grupos privados?! Defende o Estado social, *mas tem dias!* [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 31)

No que se refere ao julgamento sobre o conteúdo proposicional dos enunciados, de mencionar também a ironia e do *sarcasmo*⁴²⁵ nos comentários metadiscursivos (que, em termos retóricos, se designam por *parêntese*, *vd. infra*), como ilustra a breve interrupção da deputada do PEV (219), que chama assim a atenção para um dos *topoi* discursivos da esquerda radical, as empresas beneficiadas pelo Estado em detrimento das pessoas. A ironia visa provocar a recusa de certos valores e a adesão a valores diferentes (Fromilhague, 2013).

- (219) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes) — [...] Ora bem, com que é que o País se vai confrontar? Só na área da agricultura, por ano, em taxa de recursos hídricos, vão pagar-se 45 milhões de euros. A EDP — «*coitadinha*»... —, em 44 anos, vai pagar 55 milhões de euros...! Estamos aqui a perceber bem quem é que o Governo beneficia e quem é que o Governo prejudica! (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.47)

De referir, por fim, que o fenómeno da ironia marca a sua presença constante nas intervenções não autorizadas, ou seja, nos apartes (*vd. supra*), que concedem vivacidade ao discurso e, constituem, pela sua brevidade, enunciados de grande valor pragmático (de contestação), como se ilustra também em (220).

- (220) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — [...] Quebra de confiança que não tem, muitas vezes, nada a ver com a situação em concreto de cada um, mas com um clima geral que se foi instalando na sociedade portuguesa e que, em qualquer caso, vai muito para além das razões objetivas que a poderiam causar. A situação económica não justifica a onda de pessimismo que alguns têm alimentado. Há problemas, já os referi, mas, em 2001, a economia continua a crescer, ainda que com algum abrandamento, continuamos próximos do pleno emprego e o rendimento disponível dos portugueses continua a aumentar, fruto não só dos aumentos salariais mas também da redução dos impostos.
- A Sr.^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — *Não há gratidão!* (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 11)

Como afirma Bonhomme, a ironia «masque une prise de position sur une réalité par un discours non assumé et discordant» (1998: 83) e conforma, no nosso *corpus*, uma estratégia ofensiva.

⁴²⁵ Compreendemos o sarcasmo como uma ironia agressiva, de intenção insultante. Sobre a diferença entre a ironia e o sarcasmo *vd. Braz* (2019).

Cleuasma

Uma forma que o orador tem de conquistar a simpatia do auditório (*captatio benevolentiae*) e de ganhar a sua confiança é pela sua própria depreciação. «Podemos desvalorizar-nos para atenuar a distância que é preciso negociar» (2018:132), lembra Meyer. O *cleuasma*⁴²⁶ é uma figura que constrói um *ethos* de modéstia.

Observe-se como a utilização metadiscursiva do cleuasma, na intervenção de Luís Fazenda (221), visa, pelo contrário, agravar o ataque ao Primeiro-Ministro e ao Ministro Vieira da Silva, pela acusação de falta de seriedade (ao não terem revelado na campanha eleitoral que iriam baixar o valor das pensões).

- (221) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — [...] estranho que o Ministro Vieira da Silva e o líder do Partido Socialista não tenham tido a honestidade de dizer (*talvez fosse muito naïf da minha parte esperá-lo*), na campanha eleitoral, já que esse acordo é assim tão bom e que essas medidas para o «mini Estado social» são assim tão boas — dentro da vossa filosofia, segundo a qual, se não podemos ter almoço, ao menos aguentemos o pequeno-almoço —, que iam baixar 20% do valor das pensões. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, pp. 6727-6728)

Contrafissão

Toma o nome de *contrafissão*⁴²⁷ a exclamação irónica, em forma de conselho, dirigida ao interlocutor⁴²⁸. Através desta figura de dissimulação, o orador aconselha o adversário a continuar pelo mesmo caminho («Siga tudo como está!») (222), a fim de reforçar o seu ponto de vista. Trata-se de uma forma de o Coordenador do Bloco de Esquerda contestar as severas políticas de austeridade, que, na sua opinião, não conduzem ao efeito esperado e só aprofundam a crise.

- (222) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Espanha tinha um *superavit*, os bancos falsificaram as contas e, agora, aumentam os impostos e os trabalhadores são despedidos, exatamente num filme que já vimos, e já o vimos aqui. E, perante isto, o Sr. Primeiro-Ministro acha que, em Portugal, devemos ser os idiotas da Europa, que não há nada a dizer na Europa. *Siga tudo como está!* Pois, digo-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que, daqui a um mês, o senhor estará a renegociar as condições e a estender a mão à troica, em vez de responder contra juro excessivos, em vez de recuperar a economia, em vez de defender esta gente que precisa e merece.. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 17)

⁴²⁶ Figura designada também por *queleuasma* ou *clenasmo* (cf. Matoso, 2003: 61) e *autocategorema*. Alguns autores especificam que a figura consiste em dirigir-se a si próprio censuras que se destinam a outrem («Porque hei de ser eu egoísta, maldoso e injusto?») (*ibid.*), ou, pelo contrário, atribuir aos outros as suas boas qualidades (Ceia, *E-Dicionário de Termos Literários*).

⁴²⁷ A *contrafissão* é, por vezes, confundida com a *építrope* (ou *permissão*), figura que consiste numa apóstrofe, através da qual se incita ironicamente o destinatário a prosseguir na sua torpitude (tem como propósito envergonhar o outro; dissuadi-lo, parecendo persuadi-lo) (Suhamy, 2016): ex. Isso, façam como se estivessem em vossa casa, ponham os pés no sofá!

⁴²⁸ O orador crê que o caminho escolhido por quem o ouve, contra o conselho do que fala, não conduzirá ao verdadeiro bem.

Alusão

A *alusão*, nas palavras de Reboul, é uma «figura que consiste em lembrar uma pessoa ou uma frase sem elucidar o seu nome» (2004:243). Trata-se, portanto, de uma referência implícita, que pode ser de variadas ordens⁴²⁹ ou que pode visar uma realidade conhecida dos interlocutores. Bonhomme observa que «l'*allusion* a pour effet perlocutoire de resserrer les liens entre ceux qui la comprennent, tout en augmentant le prestige du locuteur qui sait l'employer à bon escient» (2014: 169). É uma figura⁴³⁰ que constrói o *ethos* no debate, não só pela avaliação indireta de um facto ou dito de outros políticos (226)-(227), como também pelas alusões literárias; neste caso particular (223), aos versos de Luís de Camões, que cria um *ethos* culto.

- (223) O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues**: — [...] Sr. Primeiro-Ministro, não estamos satisfeitos com a situação no País, mas sabemos que Portugal tem recursos, tem as pessoas, tem as empresas, tem potencial para sair desta «*apagada e vil tristeza*». Podemos ter esperança, mas precisamos de ter outra política. [...] (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5913)

A *alusão* apresenta quase sempre um valor argumentativo porque é, na sua essência, elemento de acordo e de comunhão⁴³¹ (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006), tal é o caso dos expedientes usado no exórdio dos discursos para sublinhar a falta de reconhecimento do Primeiro-Ministro acerca da realidade do país, como a analogia com a lenda do Milagre das Rosas em (224).

- (224) O Sr. **Álvaro Saraiva** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na intervenção inicial que proferiu, o Sr. Primeiro-Ministro *recordou-me a Rainha Santa Isabel no milagre das rosas*. Para V. Ex.^a, durante este ano, «*tudo foram rosas, senhor*»! (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 61)

António Guterres usa a figura com humor (225), como contra-argumento às interrupções da bancada do PSD alusivas à sua *gaffe* sobre o PIB⁴³² (construindo um *ethos* de humanidade), e procede também à descredibilização de Cavaco Silva, não só por que não soube responder a um jornalista

⁴²⁹ A alusão pode ser de ordem intertextual, mitológica, histórica, literária, moral, entre outras.

⁴³⁰ Lausberg considera que a alusão corresponde a uma intenção lúdica que exige do ouvinte um raciocínio próprio: «ora serve para a obscuridade do *ornatus*, que provoca o estranhamento [...], ora para os gracejos.» (1993: 247). A alusão serve ainda para pôr à prova o ouvinte no que se refere à sua cultura, acrescenta o autor. De facto, esta figura exige ao ouvinte, que tendo em conta as circunstâncias discursivas, fala apelo à sua memória literária e cultural para poder identificar o «não dito».

⁴³¹ Segundo os autores, as figuras de comunhão são aquelas que criam ou confirmam a comunhão com o auditório, por meio de procedimentos literários (2006: 239). Mas a comunhão pode aumentar-se através de todos os procedimentos pelos quais o orador se esforça por fazer participar ativamente o auditório ao longo da sua exposição: atacando-o, solicitando a sua colaboração, assemelhando-se-lhe (*id. ibid.*).

⁴³² Em maio de 1995, quando questionado por um jornalista sobre o que significava 6% do PIB para a saúde, o secretário-geral do PS atrapalhou-se nas contas.

quantos cantos tinha *Os Lusíadas*, mas principalmente porque não «corrige os lapsos» (tratando-o, ofensivamente, de ignorante, não assumindo o ataque, pela enunciação delocutiva).

- (225) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres) : — [...] por simples efeito do crescimento económico [...] haverá [...] um aumento natural da despesa pública muitíssimo superior, mesmo reduzindo PIB em 2 ou 3 pontos, para ter em conta a convergência...

Vozes do PSD: — *Cá está o BIP!*

O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres) : — Srs. Deputados, não tenho qualquer problema por ter tido um lapso, mas devo dizer que a vossa sedução pelo PS é tal que, a partir do momento em que tive um lapso, «desataram» todos a ter lapsos [...] *O Ministro do Mar já não sabe nada e até o Sr. Primeiro-Ministro já não sabe quantos cantos tem Os Lusíadas!* [...], o PIB muda todos os anos e pode ser calculado vários modos. Agora, *Os Lusíadas* tem os mesmos 10 cantos desde o século XVI. [...] uma coisa é ter um lapso - quem tem um lapso corrige-o -, outra coisa é ser ignorante, pois quem é ignorante nunca corrige os lapsos! (DAR, I Série - 91, 1995/06/23, p. 3114)

Após o célebre discurso de Durão Barroso (em 2002), em que acusou o Governo antecessor (liderado por António Guterres) de ter deixado «Portugal de tanga», referindo-se à situação económica do país, as menções ao país «de tanga» foram recorrentes na IX Legislatura (Governo de coligação PSD / CDS-PP), tendo-se registado uma variedade de metáforas alusivas ao vestuário (226)-(227).

- (226) O Sr. **Francisco Louçã** (BE) : — [...] A verdade é que o País já conhece este Governo e ao fim de 100 dias bem sabemos que este Governo é ultraliberal em economia e ultraconservador em questões sociais. [...] Este Governo deixa uma mensagem ao País: *esteja de «tanga» ou de «fraque»*, salve-se quem puder. (DAR, I Série - 30, 2002/07/10, p. 1218)

Repare-se também na alusão bíblica de Carlos Carvalhas (227b), que recorre ao repertório da memória do povo para facilitar a compreensão do argumento.

- (227) (a) O Sr. **Diogo Feio** (CDS-PP) : — [...] Uma das afirmações do Primeiro-Ministro que a oposição mais quis comentar foi a referência ao «*país de tanga*». Pois hoje e devido à atitude reformista deste Governo, pode dizer-se que o nosso país já «*veste fato completo*». [...]
(b) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP) : — [...] Nem com artifícios, como o que foi referido aqui há pouco pelo CDS-PP, que, num *estilo de multiplicação dos pães*, transformou a «*tanga*» em «*fato completo*». — certamente entre a «*tanga*» e a «*parra*» há uma diferença... (DAR, I Série - 141, 2003/07/04, p. 5919)

De salientar a função lúdica da figura nas alusões irónicas e sarcásticas à decisão «irrevogável»⁴³³ do Ministro Paulo Portas, que se configurou num *topoi* de ataque das forças de esquerda, inclusive em debates posteriores a 2013 (228), bem como nos apartes, naturalmente (229).

⁴³³ A pós a demissão do Ministro das Finanças Vítor Gaspar, Paulo Portas, então Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, anunciou idêntica decisão a 2 de julho de 2013, afirmando que era «irrevogável». O pedido acabou por ser recusado pelo Primeiro-Ministro, e Portas permaneceu no Governo como Vice-Primeiro-Ministro, tendo sido atribuída a Maria Luís Albuquerque a pasta das Finanças. Estes acontecimentos despoletaram uma crise política, que foi aproveitada pela oposição no debate em análise. De referir que, dois dias antes do *debate sobre o estado da Nação*, o Presidente da República faz um apelo aos três partidos subscritores

- (228) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Afirmava o atual Vice-Primeiro-Ministro, Paulo Portas, num debate entre candidatos às legislativas de 2011, que, e passo a citar, «não é possível absolver um Primeiro-Ministro que levou a dívida pública a 170 000 milhões de euros». Então, e agora? Que fazer com um Primeiro-Ministro e com um Governo que levou a dívida para 220 000 milhões de euros? [...] *Sei que para o Sr. Vice-Primeiro-Ministro não há coisas irrevogáveis*, mas este era um esclarecimento que devia ser feito. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 19)
- (229) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — [...] Quando não era sequer militante do partido a que presido, retive de um líder político absolutamente invulgar, Francisco Sá Carneiro, uma grelha de avaliação para superar questões dilemáticas: primeiro, Portugal; depois, o partido; por fim, a circunstância pessoal de cada um de nós.
- O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Essa é uma citação «irrevogável»! (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 59)

Diferentemente do humor revelado nas intervenções precedentes, a alusão⁴³⁴ pode ser representar uma forma de derisão e ser extremamente agressiva, como se ilustra em (230).

- (230) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): —[...] O Bloco de Esquerda sempre defendeu que era necessária a reestruturação da dívida pública. O FMI vem agora reconhecer que seria necessário ter pensado, logo em 2011, se a reestruturação era mesmo necessária. Sr. Primeiro-Ministro, o que Portugal precisava agora era de um Governo que estivesse a lutar por essa reestruturação. *Infelizmente, quando olhamos para si sabemos que este Governo o que é capaz de fazer é ficar no camarote de Angela Merkel a bater palmas aos golos marcados na própria baliza*. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 22)

Hipérbole

Relativamente às figuras que permitem inferir a atitude enunciativa do seu produtor e o seu posicionamento⁴³⁵, destaca-se a *hipérbole*, que evidencia uma ideia através de uma expressão que a ultrapassa (Bonhomme, 2014). A hipérbole «augmente ou diminue les choses avec excès, et les présente bien au-dessous ou bien au-dessus de ce qu’elles sont» (Fontanier, 1977: 123)⁴³⁶. Através da hipérbole, exagera-se um propósito⁴³⁷, ultrapassando-se os limites da credibilidade, com a finalidade de produzir uma grande impressão ou de amplificar uma determinada realidade, seja de forma positiva ou negativa.

do acordo com a troika, um compromisso de salvação nacional, assente em eleições legislativas antecipadas em Junho de 2014, devendo os partidos apoiar o Governo em funções e o Governo de saísse das eleições antecipadas.

⁴³⁴ Trata-se neste caso da alusão ao Jogo do Mundial de Futebol entre Portugal e Alemanha, que ocorrera no dia 16 de junho, no Brasil, tendo a Alemanha vencido por 4 a 0.

⁴³⁵ O posicionamento do locutor comporta a *tensão enunciativa*; a *axiologia*, que revela um julgamento do locutor no seu discurso e um *compromisso enunciativo*, isto é, a sua maior ou menor adesão ao enunciado (Bonhomme, 2014: 103).

⁴³⁶ Charaudeau e Maingueneau precisam este mesmo aspeto, ao referir que a hipérbole pode «aumentar ou diminuir por excesso, e as representa bem acima ou bem abaixo daquilo que são, não com finalidade de enganar, mas de levar à própria verdade, e de fixar, pelo que é dito de inacreditável, aquilo que é preciso realmente crer» (2008: 262).

⁴³⁷ Quando a ampliação é em sentido positivo («esse gigante») denomina-se *auxese*, quando é em sentido depreciativo («esse anão»; «É um aborto da natureza!»), toma o nome de *tapinose*.

O recurso à comparação como procedimento hiperbólico surge, quer como estratégia de valorização do Governo, pela desvalorização do anterior (231), quer como forma de ataque ao executivo (232)-(233). Importa, pois, sublinhar na avaliação do estado da Nação o ataque às medidas sociais implementadas pelo governo socialista (liderado por José Sócrates), que surpreende, dados os seus valores ideológicos (232). Invocando a regra da justiça (vd. Cap. 2), o deputado da oposição chama a atenção para incumprimento do Estado no que se refere ao pagamento de dívidas, intensificando o seu argumento pela referência ao seu elevado número, através do cometário metadiscursivo com valor de censura (233).

- (231) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — [...] A rede nacional de leitura pública cobrirá todos os municípios até 2003. Na atual Legislatura foram já abertas 30 novas bibliotecas e lançados concursos para outras 62. Ao ritmo do anterior governo, *o mesmo objetivo demoraria cerca de 30 anos a atingir*. [...] (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 7)
- (232) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] *Ninguém foi tão longe*, como o foi o Governo português, no ataque às reformas e às pensões com a sua contrarreforma da segurança social. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 54)
- (233) O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — [...] Em segundo lugar, deduzo da sua resposta que V. Ex.^a considera um dever moral do estado submeter a chacota pública todos os contribuintes individuais e empresas que devem dinheiro ao Estado, ao fisco, mas que já não considera o mesmo princípio verdadeiro para as dívidas, que são muitas — *dão para preencher mais do que uma lista telefónica!* —, que o Estado tem para com as empresas e os contribuintes, ... [...] nomeadamente as empresas que, devido a essas dívidas, não conseguem pagar ao estado! (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6709)

A hipérbole «amplifica o argumento» (Reboul, 2004:124). Ora, uma das formas de amplificar o argumento da existência de desigualdades sociais é pelo recurso a procedimentos quantitativos (234)-(235), utilizados anaforicamente em (234). Invoca-se, portanto, o princípio do grau e do número⁴³⁸ (Ungerer, 1997), já que emoção varia de acordo com a quantidade de pessoas afetadas.

- (234) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — [...] para se ter uma noção real sobre o real estado da Nação, basta percorrer alguns centros de desemprego, olhar para o estado da nossa agricultura e das nossas pescas, para a desertificação e envelhecimento da generalidade do interior do país, para a grave situação dos reformados e para a dos *milhares e milhares de famílias* que se veem excluídas de um nível de vida digno e que não gozarão férias ou que nem sequer sairão de suas casas, ou ainda para os *milhares e milhares de jovens* a quem apenas se lhes oferece o desemprego, o trabalho precário ou a emigração. (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 38)

A hipérbole mobiliza também a figura da metáfora. O argumento do estado problemático em que se encontra o país sob a governação do PS é intensificado em (235) não só pelo recurso à metáfora do «exército», com indicação do elevado número de desempregados, como também pelas metáforas da

⁴³⁸ Trata-se de um dos seis princípios que governam a construção da dimensão emocional de um discurso (Ungerer, 1997).

asfixia e do estrangulamento, e ainda pela utilização do *homeoteleuto* («um País economicamente *estagnado*, um Estado financeiramente *estrangulado*»).

- (235) O Sr. **Miguel Macedo** (PSD): —[...] ao fim de 5 anos de Governo socialista o que temos é uma *classe média asfixiada* de impostos, *um exército de mais de 600 000 desempregados*, um País economicamente estagnado, um Estado financeiramente estrangulado e uma sociedade sem confiança em si própria e no seu futuro. [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 49)

A expressão do desacordo radical com o discurso do Governo faz-se, sobretudo, com recurso à hipérbole, que apela a princípios de inferência emocional, cumprindo-se a função retórica de *movere*. Trata-se de um procedimento recorrente no discurso comunista, assente na figura da metáfora («chagas») (236) («inferno»; «programa de terrorismo social»⁴³⁹) (237) e na utilização de um léxico intensivo, com termos do campo semântico da morte (236) – note-se o apelo ao «princípio de vida e de morte» (Ungerer, 1997) –, da violência («pacto de agressão», «massacre do povo») (238) e da exploração (termo associado à escravatura), bem como o recurso às expressões numéricas pelo *topos* dos «milhares» (236) e «milhões» (237), que configuram um apelo ao princípio nº3 de Ungerer (vd. *supra*). Neste sentido, a hipérbole, que imprime a dimensão do *pathos* no discurso, contribui para a afirmação da identidade do partido, na sua luta pelos direitos dos trabalhadores.

- (236) O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — [...] *a condenação de centenas de milhares de portugueses a uma morte antecipada por falta de acesso aos cuidados de saúde* [...], *a expulsão* das novas gerações do País por razões económicas [...] tais são algumas das *chagas* deste rumo que marca o presente de sofrimento e cada vez mais compromete o futuro. [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 50)
- (237) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Está a querer enganar quem, Sr. Primeiro-Ministro? [...] Independentemente desses episódios, consideramos que a causa funda da crise reside nesta política, neste *memorando de agressão* que transformou *a vida de milhões de portugueses num inferno*. [...] [...] Então, nós não sabemos aquilo que está indiciado nesse *programa de terrorismo social*, em que se querem sacar mais 4700 milhões de euros aos trabalhadores, aos seus direitos, às reformas e às pensões, aos serviços públicos da saúde e da educação [...]. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 16)
- (238) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Temos [...] um Presidente que quer perpetuar o *massacre do povo*... [...] Com o *pacto de agressão*, assinado e aceite pelo PSD, pelo PS e pelo CDS-PP, aprofundaram-se todas estas políticas e procurou-se caminhar mais rápido ainda no *empobrecimento e na exploração*. [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 47-48)

Como refere Bonhomme (2014), a tensão enunciativa manifestada pela *hipérbole* aumenta o pendor argumentativo do discurso; os argumentos exagerados reforçam as crenças; procura-se passar

⁴³⁹ No quadro das teorias cognitivas, Chilton lembra que: «‘terrorism’ is a metonymy for human actors who use violence, and who thus can fill slots in the conceptual frame for agents or victims of war.» (2008: 238). Advirta-se que a realidade a que o orador faz referência no exemplo (237) não corresponde de forma alguma à hostilidade e violência entre terroristas e as suas vítimas.

vigorosamente uma verdade ao recetor. No caso do debate em análise, a «verdade» é recorrentemente um estado de coisas negativo atribuído ao Governo.

A mobilização de léxico referente a acontecimentos desastrosos relacionados a fenómenos naturais, por natureza hiperbólicos, é uma constante nos partidos de direita, seja para avaliar o executivo (pela forma desastrosa como executou o «terceiro quadro comunitário de apoio») (239), seja como estratégia de refutação, para reforçar a herança negativa deixada pelo antecessor executivo (240).

(239) O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): — [...] E já não falo, Sr. Primeiro-Ministro, do encerramento do terceiro quadro comunitário de apoio, *porque isso é uma catástrofe!* (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.17)

(240) O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — [...] há um ano atrás, no debate de apresentação do Programa do Governo, a oposição, em clamor, afirmava aqui mesmo que o ano letivo estaria comprometido — uns, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista, porque vivem politicamente a instabilidade das escolas; outros, o Partido Socialista, porque sabiam muito bem o *estado calamitoso* em que deixaram a escola pública portuguesa. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 29)

E, claro, a crítica ao discurso de propaganda do executivo sobre os «grandes investimentos públicos» (tidos como dispensáveis), *topoi* de ataque da direita ao governo de Sócrates (PS), é feita também com recurso à hipérbole, visível em (241) pelo emprego do prefixo avaliativo *mega* («megaprojetos»), bem como pelo sufixo denominativo no adjetivo metafórico «faraónicos».

(241) O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): — [...] pergunto-lhe se está ou não disposto, de acordo com o argumento do escrúpulo democrático, a recuar no *dossier* da terceira autoestrada Lisboa-Porto. É que ainda agora o Governo veio dar um apoio financeiro de 50%, uma garantia financeira, que vai acelerar a construção do mais inacreditável dos *megaprojetos e das obras públicas «faraónicas»* a que se devota o seu Governo e o Sr. Primeiro-Ministro. (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.17)

Em (242) seleciona-se a forma adjetiva hiperbólica do nome ‘gigante’, como forma de condenar o processo de privatização de setores estratégicos conduzido pelo executivo.

(242) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] No entanto, se a sua estratégia de privatizações, *que é gigantesca* - 5000 milhões de euros -, atingir estes setores estratégicos, espero que em toda a esquerda e na sociedade portuguesa [...] digam que uma conceção moderna do estado é uma conceção que exige uma intervenção reguladora nesses mercados decisivos e que é a conceção liberal de direita que, pelo contrário, os destrói. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, pp. 1716-1717)

Como já foi anteriormente referido, a hipérbole constitui um dos sinais mais visíveis da ironia, e o procedimento da hipérbole citada em (243) configura-se num meio eficaz de ridicularizar, pelo exagero da realidade («toda a conspiração mundial»), as justificações do Governo face aos cortes nas medidas sociais.

- (243) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Em todas estas medidas, apresentámos a nossa alternativa e dela os portugueses podem avaliar, neste ano de tantas dificuldades, se responderam ou não às grandes questões da justiça social. Os mesmos critérios aplicarão à posição do Governo, que só nos apresenta como desculpa pelas dificuldades o exterior: a Europa, o Banco Central, os juros, as dificuldades, *toda a conspiração mundial* que impõe sacrifícios aos portugueses. (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 68)

Lítotes

A *lítotes*, associada à «cortesias negativa», é o procedimento de atenuação por excelência (Kerbrat-Orecchioni, 1994). A sua forma natural é a ironia afirma Jankélévitch, «c'est-à-dire que l'ironie opère, comme toute pensée parfaitement maîtrise d'elle-même, *a fortiori*» (1964 :80). Finge-se atenuar uma verdade que se afirma implicitamente com força (Fromilhague, 2013: 111): «On dit le moins pour le plus» (Morier, 1981: 232). Veja-se o exemplo (244).

A *lítotes* realiza-se ora pela asserção restritiva⁴⁴⁰ ora pela negação do contrário, de que constituem exemplos o segmento «creio que *não é bonito*» (244) e «essa conta *não é nada bonita*» (245). Como procedimento de falsa atenuação⁴⁴¹ (trata-se, pelo contrário, de um ataque mordaz), a *lítotes* veicula uma censura de Francisco Louçã à atitude (nada séria) do executivo de José Sócrates (244). Por seu turno, as razões dessa avaliação negativa são referidas com recurso ao eufemismo, que consubstancia a acusação de ludibriar (leia-se manipular) os números apresentados pelo Governo.

- (244) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] O Sr. Primeiro-Ministro citou agora os dados da pobreza de 2008 e, Sr. Primeiro-Ministro, creio que *não é bonito* que haja *uma confusão parlamentar acerca de um número ou de outro*, pois os números são o que são, e aquilo que os números dizem, de facto, é que, em 2008, se reduziu o «risco de pobreza». p.31>] [...] Dizem isso, mas, na mesma página, e estamos a falar de pobreza, dizem que a «intensidade da pobreza» aumentou — o Sr. Primeiro-Ministro leu os números —, e aumentou nos desempregados, nas crianças. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 30-31)
- (245) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] Quando se tornou evidente que o GES estava a arrastar o BES, o Governo foi dizendo que o problema era dos privados, que os privados iam resolver, que não havia dinheiro em causa, que os privados que se entendessem e que o Governo lavava as mãos. Ora, chegou a conta para os contribuintes e *essa conta não é nada bonita*, Sr. Primeiro-Ministro: 2000 milhões de euros que davam para garantir o apoio no desemprego, que é negado a centenas de milhares de portugueses. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, pp. 23-24)

⁴⁴⁰ Trata-se de uma asserção que contém advérbios contextualmente interpretados como sendo de sentido restritivo como «pouco», «não muito», «difícilmente» (ex. : Ele é *pouco* sério ! = Ele é um aldrabão). Fromilhague adverte que, quando o sentido próprio desses advérbios é negativo, estamos em presença de uma ironia (2013 :111).

⁴⁴¹ «Todas as técnicas de atenuação, dão uma impressão favorável de ponderação, de sinceridade, e contribuem para afastar a ideia de que a argumentação é um expediente, um artifício. Certas figuras, tais como a insinuação, a reticência, a *lítotes*, a diminuição, o eufemismo, são da esfera dessas técnicas de atenuação na medida em que esperamos vê-las interpretadas como expressão de uma vontade de moderação; têm sobre este aspeto uma função comum, ainda que, noutros casos, as suas funções possam ser muito diversas [...]» (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 508).

Podemos ainda afirmar com Fromilhague (2013) que a *lýtotes* apresenta a função de orientar o recetor para a sua interpretação, sem que esta seja imposta (contribuindo para a construção de um *ethos* de humildade, acrescente-se); o que, no caso da *lýtotes* de sentido negativo, parece ser um modo polémico de refutar implicitamente um enunciado positivo.

Eufemismo e disfemismo

Se a *lýtotes* exprime uma ideia forte por uma economia de meios, o *eufemismo*, por sua vez, visa suavizar o vigor de um propósito⁴⁴² (Robrieux, 2015: 104). Tratado sob a forma de vários procedimentos⁴⁴³, o eufemismo é recorrentemente utilizado na argumentação e, em especial no nosso *corpus*, quer como procedimento desvalorizante quer como forma de salvar a face (positiva ou negativa) do orador e de não comprometer o eleitorado⁴⁴⁴ (246)-(247)-(248), correspondendo ao que se designa por «politicamente correto». Certo é que o eufemismo se configura uma figura chave do discurso político: «[e]uphemism is by far the most widely used paraphrastic manipulation on the lexical level: Words are replace by other whose evaluative components are more agreeable» (Wodak, 1989: 105).

Tal é o caso dos eufemismos empregues pelo Primeiro-Ministro (246)-(247) para designar os cortes impostos pelas medidas de austeridade, ou do eufemismo que designa a dívida pública (247).

- (246) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — [...] Em primeiro lugar, *a agenda de transformação estrutural* é aquilo que mais defende, no médio e no longo prazo, a recuperação do País. [...] é com a determinação de quem sabe que, qualquer que fosse a solução a dar a esta crise, ela não podia deixar de passar por uma *agenda de reestruturação muito ampla* da nossa economia e por uma agenda de transformação estrutural. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 33)

⁴⁴² Sempre que seja oportuno encobrir ou disfarçar, por atenuação, uma realidade desagradável, dura ou inquietante, suscetível de provocar sentimentos de incómodo. Torna-se mais pequeno o que é considerável. É precisamente o contrário da amplificação (*auxese*).

⁴⁴³ Distingue-se da *extenuação* – que substitui a ideia por outra de menor importância («não me mata») ou, como refere Dupriez, que atenua a «la vérité même des choses» (1977: 48) –, visto aplicar-se a elementos chocantes, grosseiros ou penosos. Inversamente à *extenuação*, a *contra-lýtotes* (falsa hipérbole) é uma figura de amplificação aparente que, na realidade, visa atenuar uma ideia. Próxima do eufemismo, a *compensação* é um outro procedimento de atenuação, através do qual se neutraliza uma ideia forte por um termo ou um enunciado de sentido oposto (Ex. Este artista produziu com generosidade e abnegação uma obra medíocre.).

⁴⁴⁴ Como refere Robrieux, «Toute cette délicatesse verbale traduit parfois la volonté de respecter les faibles, mais on ne peut pas s'empêcher d'y voir crainte ou hypocrisie» (2015:107).

- (247) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — [...] Não vale a pena iludir o facto de que este ambiente internacional adverso desacelera a nossa recuperação. Mas esse facto incontornável não deve [...] fazer-nos remeter todas as nossas esperanças para acontecimentos mais ou menos miraculosos que porventura *nos aliviassem das nossas responsabilidades* e que fossem um substituto da mudança que é necessária. Por um lado, as mudanças são imprescindíveis, se queremos olhar para o futuro com confiança e com esperança. A agenda de reforma estrutural e a *democratização da nossa economia* desempenham um papel central, não só na preparação do crescimento e do emprego com bases sólidas e duradouras, mas também na edificação de um País mais justo, mais aberto, com oportunidades para todos. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 3)

Sabendo que a direita não é defensora do rendimento mínimo garantido (no debate de 2010), em especial o CDS-PP, note-se o eufemismo (248) utilizado pelo seu líder para se referir a esse corte na despesa do estado, evitando palavras drásticas, que poderiam ser mal recebidas.

- (248) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): —A minha obrigação, Sr. Primeiro-Ministro, é propor aqui um plano de redução de despesas que podem ser reduzidas que torna dispensável esse segundo aumento de impostos. [...] Proponho que *moralize o rendimento mínimo* e use metade para melhorar pensões e a outra metade para fazer consolidação orçamental — tem aqui 72 milhões de euros. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 26)

Como procedimento desvalorizante, o líder do PSD mobiliza o eufemismo (249), com recurso a uma metáfora de valor irónico, para reforçar a sua acusação ao Governo do PS de não resolver o problema estrutural do desemprego e, ainda por cima, de ludibriar o país com números forjados (aspeto este salientado também pelo poliptoto).

- (249) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — [...] E em matéria do desemprego? [...] A única reforma estrutural, por parte do Governo, que se conhece nesta matéria, a do emprego, é a «*limpeza*» *administrativa* dos ficheiros dos Centros de Emprego e Formação Profissional,... ou seja, para, na secretaria, tentar resolver *administrativamente* o problema do desemprego. Uma vergonha! (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6682)

O eufemismo pode reforçar o efeito sarcástico do enunciado, como se verifica na intervenção do líder do CDS-PP (250). Repare-se como Paulo Portas recorre estrategicamente aos procedimentos retóricos da antítese («passado» vs «futuro»), da preterição («Já não falo...») e da metáfora – que configura o eufemismo –, de forma a salientar as promessas não cumpridas pelo Primeiro-Ministro José Sócrates.

- (250) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — V. Ex.^a tinha um passado prometededor, mas penso que os portugueses têm um futuro inquietante. Já não falo dos cartazes famosos, *que empalideceram*, dos 150 000 postos de trabalho, de que não haveria aumento de impostos e dos 300 000 idosos fora da pobreza. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 56)

A figura é recorrentemente utilizada no debate como forma de respeitar as normas estipuladas no Regimento da Assembleia da República, selecionando-se expressões atenuadoras, de modo evitar atos verbais ofensivos. Tal é caso da expressão utilizada pelo deputado do PCP «faltou à verdade» (251), um dos *topoi* eufemísticos que enformam a acusação de mentir; bem como da expressão

«divergências com a realidade» (252), utilizada recorrentemente para referir a ocultação de dados ou a falta de reconhecimento dos problemas do país.

- (251) O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr.^a Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro escolheu para Ministra das Finanças uma pessoa profundamente envolvida e comprometida no escândalo dos *swaps*. A Sr.^a Ministra, enquanto Secretária de Estado do Tesouro, *faltou à verdade* perante a Comissão Parlamentar de Inquérito dos *swaps*. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 27)

Observe-se ainda a força persuasiva do eufemismo (irónico) que designa o programa da troika (252b), a que o país esteve submetido, apelando o orador a uma ideia de falta de soberania do país (que urge inverter), devida à má governação de José Sócrates. Trata-se de uma estratégia de apelo ao *pathos*, que tem como propósito a aceitação das medidas de austeridade.

- (252) (a) O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): [...] Programa de Ajustamento ficou, assim, fixado com base em pressupostos falsos [o governo anterior não teria reportado os números corretos da dívida e do défice], já que a situação era, de facto, bem mais grave. Não admira, pois, que, para superar *essas divergências com a realidade* [...] o atual Governo tenha sido obrigado [...] a ir mais longe, em matéria de medidas de austeridade.
- (b) Este debate do estado da Nação é uma excelente oportunidade para o Partido Socialista assumir aqui, perante os portugueses, uma atitude clara de demonstração de que está solidário com eles [...] para que Portugal se liberte, o mais rapidamente possível, *da situação de «protetorado»* em que o Governo de Sócrates o colocou. [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 40-41)

De referir também um outro procedimento, recorrente na argumentação bloquista e comunista – o julgamento de eufemização («jugement d’euphémisation»⁴⁴⁵, Krieg-Planque, 2004) –, isto é, a denúncia da utilização de um eufemismo por parte de um orador, manifestando-se uma posição crítica de contestação. Ilustram o procedimento as intervenções da coordenadora do BE, substituindo o termo «eufemismo» por «nome pomposo» (253), bem como a do Secretário-Geral do PCP (254), na sua denúncia do «avanço dos privados» nos setores estratégicos do país.

- (253) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): [...] a *tal reforma do Estado, nome pomposo* para descrever a diminuição das pensões, o despedimento de 30 000 funcionários públicos e o encerramento de serviços públicos [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 50)
- (254) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] É ver o avanço da mercantilização da água sob o *eufemismo da concessão da exploração*. [...] (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6720)

⁴⁴⁵ «Le jugement d’euphémisation, tel qu’on le trouve dans les discours de la gauche radicale, contribue à la représentation d’un espace public menacé par la monotonie de son vocabulaire et de ses points de vue, dominé sans qu’il y paraisse par le lexique patronal et des pouvoirs financiers. [...] Le fait que le jugement d’euphémisation accompagne des discours caractérisés par leur position éminemment critique dans l’espace public invite à voir ce type de commentaire métadiscursif comme étant – ou plutôt pouvant servir à – un acte d’engagement» (Krieg-Planque, 2004: parágrafos 50-51).

Contrariamente ao eufemismo, o emprego de palavras ou expressões depreciativas e sarcásticas, marcadamente agressivas, ou seja, *disfemismos*, surgem como forma de dramatização do discurso, sublinhando o desacordo polémico. O verbo «sacar», nas suas diversas formas, é de uso privilegiado na argumentação de Jerónimo de Sousa (255)-(256), como forma de evidenciar o «roubo» feito aos trabalhadores, por via dos impostos, fazendo-se, por norma, um apelo à regra da justiça.

- (255) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): —[...] Para onde foi o dinheiro que *sacaram* a quem trabalha ou a quem trabalhou? Quanto foi transferido para o capital financeiro? (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 18)
- (256) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): [...] Diga lá, Sr. Primeiro-Ministro — pode recorrer ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças para responder —, qual é a *fatia sacada* a quem vive dos rendimentos do seu trabalho e qual é a quantia facturada à banca, às mais-valias bolsistas, aos lucros acima de 50 milhões de euros, aos capitais que voam para os *offshore*. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 36)

Apóstrofe

Hermogène (1997) inclui a *apóstrofe* nas figuras da veemência. No *debate sobre o estado da Nação*, a apóstrofe é usada na refutação e veicula uma interpelação agressiva. Por norma, é seguida de atos ilocutórios diretivos (257) ou expressivos que constituem uma ameaça à face negativa do interlocutor, como ilustra também a réplica indignada de José Sócrates (258) (orador que mais emprega a figura no debate) ao deputado Luís Marques Mendes.

- (257) O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — [...] Ó Sr. *deputado Luís Marques Mendes*, vá reler o La Fontaine, aquela «historinha» da raposa que queria comer as uvas: as uvas estavam altas e a raposa não lhe conseguia chegar, pelo que a raposa, cabisbaixa, abandonou a ramada, rosnando «são verdes, estão verdes». [...] (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6734)
- (258) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Ó Sr. *Deputado*, que autoridade tem o senhor para falar em questões económicas, quando teve o maior falhanço de sempre nas questões económicas?! (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 17)

Personificação

Servimo-nos da personificação «sempre que desejamos tornar estáveis, concretos e presentes um grupo, uma essência», afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca. Esta «figura argumentativa permite estabilizar os contornos de um grupo, trazer à memória a coesão deste» (2006: 362).

A forma mais frequente de *personificação* no nosso *corpus* consiste em atribuir características humanas a entidades abstratas,⁴⁴⁶ designadamente a países (259)-(260) ou à Nação (261), a continentes, a organismos públicos e privados (262), e também aos mercados.

De notar em (259) a função argumentativa da figura que faz apelo à *doxa* («Portugal como bom aluno da União Europeia»).

- (259) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...]Portugal, o «*bom aluno*» governado pela direita — que, porém, falhou *cada* meta orçamental —, *é punido* no preciso momento em que a execução orçamental dá sinais positivos. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 38)

Telmo Correia (do Governo de coligação PSD/CDS-PP), por seu lado, retoma as palavras do deputado Ferro Rodrigues (que numa operação de desclassificação do executivo atribuiu termos de emoções negativas ao país), para proceder a um ataque ao seu partido (PS) (260), através do procedimento da retorsão (vd. Cap.2).

- (260) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Sr. Deputado, no meio desse seu desalento e desse seu catastrofismo, afirmou, logo no início da sua intervenção, que o *País está frustrado*, o *País está com receio*. O Sr. Deputado Ferro Rodrigues, não será que está a confundir o País com o seu próprio partido? (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5915)

Regista-se igualmente no *corpus* a personificação metafórica, referente a alguns domínios conceptuais, particularmente, ao da doença. A deputada do PSD (261) opta por fazer uma analogia do país com um doente a fim de evidenciar o estado lastimável do Serviço Nacional de Saúde sob a governação socialista.

- (261) A Sr.^a **Clara Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, *a Nação está doente e a doença está a tornar-se crónica*. *A Nação está em lista de espera*, tal como estão centenas de milhares de portugueses. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 45)

As empresas, instituições financeiras e a Associação Nacional de Farmácias são apresentadas como entidades teimosas e caprichosas («as empresas *insistem*»; «os bancos *insistem*»; «a Associação Nacional de Farmácias insistiu, teimou»), a quem o governo faz as vontades só para «não arranjar chatices» (262), dando forma uma estratégia persuasiva de deslegitimação do Governo. Este é representado como um indivíduo fraco, sem carácter, que, não tendo coragem para fazer frente aos

⁴⁴⁶ Segundo Lecolle (2001), no que diz respeito às entidades abstratas, a personificação, que poderia ser confundida com a metonímia, distingue-se desta por ter verbos de emoção (ex.: inquietar, confessar, recusar) e de contemplação (ex.: considerar, pensar, contemplar).

poderosos, aos interesses instalados (que é quem realmente governa a economia do país, segundo a oradora), exerce a sua autoridade sobre os mais fracos.

- (262) A Sr. **Ana Drago** (BE): — [...] tudo o que têm feito dá a clara impressão que o fazem com total impreparação neste domínio e com absoluta irresponsabilidade. O Sr. Primeiro-Ministro não tem coragem de enfrentar os interesses instalados que existem na sociedade portuguesa e, portanto, é sobre o Estado que os senhores exercem o puro deslumbramento do poder, já que as fábricas e as *empresas insistem* em fechar e em sair do País e o Governo não se quer meter nesses assuntos; já que as empresas de telecomunicações continuam a apostar no emprego maciço de trabalhadores precários, nos vínculos de trabalho precário, e o Governo não se quer meter nisso. [...] Já que os bancos *insistem* em pagar, em média, 13% de IRC e os senhores também não se querem meter com os bancos; *já que a Associação Nacional de Farmácias insistiu*, *teimou* que gostava de ter o monopólio das farmácias hospitalares nos hospitais públicos e os senhores não quiseram arranjar «chatices». Mas há um sítio onde os senhores mostram toda a vossa fúria reformista, toda a vossa vontade vingadora, é no que toca aos trabalhadores do Estado, é no que toca aos serviços públicos. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6725)

Obedecendo à dimensão polémica do debate, personificam-se os partidos políticos ou espectro político (263), bem como o Governo, evidentemente (264). Em (265) este é apresentado como um adolescente, como forma de evidenciar a sua falta de transparência

- (263) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] A falta de credibilidade está, pois, hoje, *na direita*. Não tem resposta para o País, para as pessoas, para a economia. Foi afastada do Governo pela vontade popular e *ficou rancorosa*. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 38)
- (264) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] Portanto, isto está tudo a dar um péssimo resultado mas, mesmo assim, o Governo *continua teimoso e obcecado*. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 23)
- (265) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...]o Governo *parece chegar à «idade do armário»*. Fez erros. Quais são? Segredo [...] (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.40)

Licença

Recuperando a breve definição de Suhamy, *licença* é a figura em que se diz sem restrição o que se tem no coração (2016); ou, por outro lado, é a licença que nos damos para usar, sem rodeios, palavras ofensivas. Conforma, portanto, a antecipação de um FTA. No debate sobre o estado da Nação, os oradores fazem uso dela, sobretudo, quando pretendem proceder a um ataque *ad hominem* (vd. Cap.2) (266)-(267).

- (266) O Sr. **António Guterres** (PS): —O Sr. Primeiro-Ministro, hoje, falou muito pouco da vida do País...e limitou-se, basicamente, a fazer um ataque de uma agressividade verbal imprópria, *permita-me que lhe diga*...de um verdadeiro homem de Estado... em relação a uma oposição leal, patriótica e séria. (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 3094)

O seu emprego supõe outros meios retóricos que convêm à atenuação do carácter ofensivo do enunciado, tal é o caso de Heloísa Apolónia (267), que recorre à perífrase na subsequente acusação de mentir feita ao Primeiro-Ministro.

- (267) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Depois, é extremamente preocupante a forma como o Sr. Primeiro-Ministro — e *desculpe-me a expressão que vou utilizar* — brinca com a realidade. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 49)

A fórmula mais frequente da licença mobiliza o ato de pedir desculpa (267)-(268), que surge com vários graus de formalidade. Na sua Monção de Censura ao Governo (PS), Paulo Portas utiliza a figura para prevenir o registo de língua inadequado à formalidade do debate («mas que treta é esta?»).

- (268) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] O Governo diz que o Serviço Nacional de Saúde é intocável e universal. *Desculpe o plebeísmo*, Sr. Primeiro-Ministro, mas universal onde? *Desculpe lá, Sr. Primeiro-Ministro*, mas que treta é esta? (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3357)

Confirmando o seu *ethos* prévio (de autenticidade), Carlos César atribui um outro registo de língua a uma velha máxima oriental (269), agravando desta forma o ataque a Pedro Passos Coelho e ao seu partido, não obstante os procedimentos de atenuação («não me leve a mal»; «recomendo-lhes amigavelmente»).

- (269) O Sr. **Carlos César** (PS): — [...] Depois de ouvir há pouco o Sr. Deputado Passos Coelho e, há dias, o já famoso exercício de ilimitada imodéstia da Sr.^a Deputada Maria Luís Albuquerque, *não me leve a mal, como costuma dizer-se*, Sr. *Deputado Passos Coelho*, mas recomendo-lhes amigavelmente a sabedoria de um velho provérbio indiano: «Quando falarem, cuidem para que as suas palavras sejam melhores do que o silêncio». Em açoriano: «Mais valia que estivessem calados!» (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 38)

Precaução oratória

Diferente da licença, a *precaução oratória*, também designada de *premonição*⁴⁴⁷, é uma forma de prudência que prepara o auditório para proposições surpreendentes ou chocantes (Robrieux, 2015: 116). Trata-se de uma figura de retórica argumentativa⁴⁴⁸ que recorre a diversos meios retóricos (hipérbole, lítotes, entre outros) com o propósito de justificar com força uma posição, ou, pelo

⁴⁴⁷ Lanham dá como exemplo de *premonição* («Defending yourself in anticipation of an attack») o discurso de Churchill proferido a 13 de maio de 1940 na *House of Commons*: «I would say to the House, as I said to those who have joined the Government: 'I have nothing to offer but blood, toil, tears and sweat.' We have before us an ordeal of the most grievous kind. We have before us many, many long months of struggle and suffering.» (1991: 117).

⁴⁴⁸ A *precaução oratória* intervém não apenas ao nível macrotextual, enquanto figura de pensamento, mas também ao nível microtextual enquanto figura de palavras (Steuckardt, 2015)

contrário, visando diminuir o seu carácter ofensivo ou chocante, com recurso a contra-lítopes ou extenuações.

Para além do recurso ao modo condicional e aos modalizadores — *vd. supra* (203) e (210) — e aos marcadores discursivos que integram a figura da correção (*vd. infra*), que Steuckardt (2015) designa por corretivos⁴⁴⁹, de referir ainda a figura da perífrase⁴⁵⁰.

Ilustra igualmente a precaução oratória o comentário metadiscursivo (270), focado no posicionamento do orador — *speaker-oriented metadiscourse* (Ilie, 2016b: 605). Telmo Correia mostra a preocupação em sublinhar que não está em causa a solução de governação, mostrando um *ethos* democrata, mas a ideologia dos parceiros que apoiam o Governo, para melhor atacar o PS.

(270) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Foi também o Partido Socialista que, para chegar ao poder, escolheu — *legitimamente, não ponho em causa* — construir uma solução e uma parceria com forças políticas que são hostis à iniciativa privada, não acreditam na Europa e querem até sair do euro. [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 47)

Prolepse oratória (e hipóbole)

A *prolepse oratória* (ou argumentativa)⁴⁵¹ é uma refutação antecipada (cf. Dupriez, 1977). Previnem-se eventuais objeções⁴⁵², integrando-as na própria enunciação, para, consequentemente, as destruir.

A *prolepse* representa o primeiro movimento de uma *anteocupação*⁴⁵³, onde se expõe a tese da refutação (contradiscurso). Ela constitui, portanto, a parte do discurso que avança a opinião do adversário ou do interlocutor. Como sublinha Plantin, o contradiscurso não é citado, mas

⁴⁴⁹ Como sejam « s'il faut ainsi dire, par manière de dire, pour ainsi dire et si je puis dire » (Steuckardt, 2015 : 14), entre outros.

⁴⁵⁰ A propósito do «politicamente correto», Delporte refere-se na sua obra *Une histoire de la langue de bois – De Lénine à Sarkozy* (2009) a uma língua diplomática renovada, ou seja, uma «langue de bois» que consiste numa forma de questionar e de abordar a realidade por meio de precauções oratórias alimentadas por perífrases, que não fazem mais do que esconder a realidade das coisas.

⁴⁵¹ Em estilística, a *prolepse* é uma forma de inversão por antecipação: *Ele declarou-se à mulher emocionada*. (cf. Ricalens-Pourchot, 2016:107). Em narratologia, a *prolepse* é a antecipação de um acontecimento na narração.

⁴⁵² «Le locuteur anticipe sur la parole d'un opposant qu'il met en scène polyphoniquement, ou évoque des objections qui lui ont été adressés par un opposant réel, en une autre occasion» (Plantin, 2016:487).

⁴⁵³ A estrutura refutativa é também designada por *ocupação* ou *antecipação*. Constrói-se através de uma argumentação mais ou menos estereotipada em dois tempos: a *prolepse* (que evoca a posição do oponente) e a *hipóbole* (que refuta essa posição).

reconstruindo pela argumentação: «La prolepse reformule le contre-discours, avec un degré indéterminé de distorsion» (2016: 487).

A eficácia argumentativa da figura advém do facto de o orador incluir na sua argumentação argumentos adversos à sua posição (de modo a prevenir eventuais intervenções desfavoráveis). Este procedimento concede um carácter de irrefutabilidade à argumentação, visto que o auditório é levado a pensar que se tem conta todas as possíveis objeções. Repare-se na estratégia de refutação do discurso do Ministro da Economia («ao contrário do que o Sr. Ministro diz») por Mariana Mortágua (271). Introduzindo, num primeiro momento, a *prolepse* (que antecipa a eventual objeção de Pires de Lima ao seu discurso), a deputada do BE recorre, num segundo momento, a uma argumentação anti-orientada pelo argumento de autoridade (*hipóbole*). Note-se a forte implicação enunciativa da oradora («mas eu digo-lhe que o INE diz que»), que imprime um valor de verdade ao seu discurso.

- (271) A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — [...] Os dados do primeiro trimestre mostram que, ao contrário do que o Sr. Ministro diz, o PIB caiu em cadeia face ao trimestre anterior. *O Sr. Ministro vai responder-me dizendo que é uma questão de sazonalidade*, é o turismo e é o setor agrícola, mas eu digo-lhe que o INE diz que o que caiu foram as exportações. [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 53)

A prolepse parece ser, aliás, uma estratégia recorrente do Bloco de Esquerda, como se ilustra também nos exemplos (272)-(273)-(274).

- (272) O Sr. **João Semedo** (BE): — [...] nos últimos 10 dias, o Governo sofreu três golpes mortais [...] *e não vale a pena insinuar* que foi apenas a demissão do Ministro Paulo Portas, que, agora, está sentado ao seu lado direito, que criou a crise e o imbróglio político em Portugal. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 18)
- (273) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] É que não há outros! *E não me responda que daqui a umas semanas vai discutir o assunto*, porque o Sr. Primeiro-Ministro já sabe e eu já sei. O que é importante é esclarecer claramente o País. Porque isto tem uma outra consequência, que é esta: há muitas empresas que se deslocalizam - a Yazaki, a Phillips, a Rhode, a Alcoa, a Benetton e, há pouco tempo, a Lear -, há 15% de desemprego no distrito de Braga. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1714)
- (274) A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quero convidá-lo a retornar à realidade. [...] E a realidade de que lhe quero falar tem alguns números, números oficiais do seu Governo: [...] mais de 49 000 pessoas, neste ano, perderam o rendimento social de inserção; mais de 38 000 idosos, só este ano, não os 50 000 desde que o senhor está no Governo, perderam o complemento solidário para idosos. Sr. Primeiro-Ministro, *antecipo-lhe já a sua resposta: não fale em rigor*. [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 30)

Note-se como a antecipação da refutação mobiliza, de forma recorrente, atos diretivos de polaridade negativa numa enunciação alocutiva (273)-(274), como se ilustra também em (275). Carlos Carvalhas acusa o Governo de ocultar a verdade e antecipa o teor da justificação do Primeiro-Ministro face à divergente interpretação dos números.

- (275) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] Como é que o Sr. Primeiro-Ministro pode continuar a ignorar que [...] nos afastámos da média comunitária, destes últimos crescimentos, mesmo face a este célebre relatório que o Sr. Primeiro-Ministro aqui mostrou à Câmara, em 1995 e nas previsões para 1996? *E não venha com as médias estatísticas!* Aliás, o meu camarada Otávio Teixeira, na última sessão, já teve oportunidade de explicar a um Deputado do PSD a «média económica das galinhas»! Há muito tempo que conhecemos isso tudo, que sabemos o que é alongar as médias para tirar conclusões. (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3098)

Já o sucessor de Carlos Carvalhas faz uso da prolepse como forma de antecipar o argumento-tipo do Governo face aos ataques comunistas (276), procedendo posteriormente a uma correção: «aliás, já o fez».

- (276) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] *E não vá o Sr. Primeiro-Ministro usar aqui o truque de que dizemos sempre a mesma coisa, aliás*, já o fez. Nós atualizamos os elementos de balanço e de análise, tendo em conta o ano político que passou e não aquilo que disse, ou que disse só, no seu discurso. [...] (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 22)

Concessão

Pela concessão, «[t]he speaker concedes a point, either to hurt the adversary directly or to prepare for a more important argument» (Lanham, 1968/ 1991:38). No seu *Dictionnaire* (1992), Molinié classifica a *concessão* (*építrope*) como uma figura macroestrutural de segundo nível, ou seja, um lugar do discurso⁴⁵⁴. Efetivamente, trata-se de uma unidade argumentativa complexa (constituída por dois momentos), utilizada na contra-argumentação. Parafraseando Plantin, em situações normais, refuta-se o que se pode e concede-se o resto (2016: 237).

Atente-se, por conseguinte, na intervenção do presidente do grupo parlamentar do PSD (partido do Governo), que, numa estratégia contra argumentativa, concede em reconhecer que o país está com dificuldades (277). Contudo, a coordenação dos elementos em progressão ascendente, pela mobilização da gradação («estado da Nação contém *dificuldades*, mas o estado do PS é *deplorável*»), coloca o ónus da crítica na segunda oração, acentuando, através da hipérbole, o estado «deplorável» do maior partido da oposição. Persuade-se o auditório a aderir a uma representação desvalorizante do Partido Socialista através da criação de uma imagem desvalorizante do seu Secretário Geral, pela destruição do seu dizer: «Depois destes 24 minutos de banalidades» (não se trata de refutar o dito, mas de destruir o discurso).⁴⁵⁵

⁴⁵⁴ Para outros autores (Doury, 2016), a *concessão* é definida como um procedimento ou movimento argumentativo, tal como a *ocupação* (vd. prolepse).

⁴⁵⁵ «Il est préférable pour un discours argumentatif d'être grammaticalement correct, clair et intéressant» (Plantin, 2016: 210).

- (277) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Depois destes 24 minutos de banalidades,...[...] *... não posso deixar de dizer que o estado da Nação contém dificuldades*, mas o estado do PS é deplorável. O Dr. António José Seguro perdeu uma nova oportunidade [...]. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 41)

De igual modo, a concessão⁴⁵⁶ («*É determinado, é certo*») dá origem a uma reorientação argumentativa em (278), não pelo marcador de oposição «mas», e sim pelo advérbio («sobreto») associado à figura do poliptoto («determinação»), apresentando o vocábulo o sentido de teimosia.

- (278) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Primeiro-Ministro, passou mais um ano. [...] *É determinado, é certo*, como lhe disse aqui uma vez, vai mostrando, sobreto, a sua determinação com a paciência com que mantém os ministros do seu Governo que já lá não deveriam estar. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 56)

A figura da concessão constrói um *ethos* positivo, já que é capaz de tomar em consideração a perspetiva do adversário (Ducrot, 1984). António Pires de Lima reconhece a validade do argumento do Governo, (279), atenuando, porém, essa cedência («algum»; «crescimento [...] *muito tímido*»), que se intensifica com a correção dos dados do adversário; pelo segundo movimento da concessão, o orador conclui a operação de descrédito, fortalecendo assim o seu ponto de vista.

- (279) O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — [...] Registamos algum crescimento económico, muito tímido, é certo, e houve não uma diminuição do desemprego mas um ligeiro acréscimo do desemprego [...]. Mas penso que o mais baixo crescimento económico de toda a economia europeia, com exceção de Itália, e um crescimento líquido do desemprego durante o último ano dificilmente justificam, a não ser que este Governo seja dotado de uma total falta de ambição, este foguetório que V. Ex.^a hoje aqui trouxe a esta assembleia. [...] (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, pp. 6702-6703)

Igualmente Telmo Correia (280) mostra um espírito de abertura, ao dar razão aos oponentes, ainda que a cedência seja um expediente para uma argumentação no plano *ad rem* no campo do adversário (280a), dando uma reorientação ao seu ponto de vista. De facto, a concessão resvala facilmente para a retorsão (vd. Cap. 2): em (280a) concede-se ao adversário a validade da sua perspetiva, para a virar contra ele. A segunda concessão faz-se num plano *ad hominem* (280b). Pese embora o reconhecimento do mérito ao Primeiro-Ministro (note-se o valor persuasivo da metáfora referente à coligação das esquerdas), o segundo movimento da concessão preserva a conclusão do orador.

- (280) (a) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Pergunto: quem vai investir num [País que muda tudo e põe todo o investimento em causa, de um momento para o outro, com base numa agenda ideológica? [...]] *E aí, faço justiça, o PCP teve sempre razão: de facto, como os senhores sempre disseram, o capital não tem pátria e instala-se onde for mais favorável*. Se as condições em Portugal são criadas como negativas, o capital desloca-se para outro lado, como é óbvio e evidente. [...]

⁴⁵⁶ Na linguagem corrente, são marcadores de concessão locuções adverbiais como «sem dúvida», ou expressões como «é certo», ou, mais frequentemente, a fórmula «sim, mas...».

(b) [...] *Reconheço, no entanto, ao atual Primeiro-Ministro, para ser justo, um mérito, do qual o senhor, de resto, dia sim, dia não, tem por hábito congratular-se: o mérito de, pese embora todos os solavancos, a geringonça ainda não ter partido. Esse mérito, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor tem-no. E fala muito dele. Mas governar, Sr. Primeiro-Ministro, não se esgota em equilibrar geringonças. Isso não só não resolve nenhum problema do País, como, bem pelo contrário, agrava os problemas do País.* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 47-48)

Preterição (ou paralipse)

Uma das astúcias do discurso polémico é a *preterição*⁴⁵⁷, que «consiste em dizer que não se vai falar de alguma coisa, para melhor falar dela» (Reboul, 2004: 133).

Refere Snoeck Henkemans que, nos casos em que o locutor anuncia que não vai dizer qualquer coisa,

il ne récuse pas alors le fait qu'il soit disposé à adhérer à la proposition, mais seulement qu'il soit prêt à parler de quelque chose (ou capable de la faire). Le fait qu'il souscrive à la ou aux propositions qu'il n'est pas disposé à exprimer reste alors implicite ou présenté comme évident. (2009: 4)

Geralmente, utiliza-se a negação que incide sobre o verbo declarativo. O complemento do verbo diz o que se finge omitir. Carlos Carvalhas, por exemplo, seleciona a fórmula («Não vou referir-me») (281)-(282).

(281) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] *Não vou referir-me* à ligeireza ou à irresponsabilidade, já aqui abordadas, do Sr. Ministro da Defesa Nacional e da subsequente revelação dos nomes dos agentes do SIS. Deixo essa querela de lado. [...] (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 21)

(282) Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] *Não me vou aqui referir* à cansativa telenovela da regionalização nem às perigosas e graves cedências e piruetas do Partido Socialista em relação a esta matéria. Deviam ter vergonha! (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 39)

Ao negar a sua proposta («Já não vou falar»), Heloísa Apolónia torna o conteúdo proposicional mais significativo (283). É, pois uma forma de salientar dados que poderiam estar esquecidos (ou que não vêm especialmente a propósito), denunciando-se assim o não cumprimento das medidas eleitorais do Governo de Pedro Passos Coelho (PSD). Por seu turno, o líder da oposição reforça, através da preterição, a crítica à forma pouco patriota (e incompetente) como o Governo de Cavaco Silva (PSD) tem gerido as privatizações (284), deixando ao auditório a avaliação desse comportamento.

⁴⁵⁷ Buffon refere que a figura de retórica é, na verdade, uma *petição de princípio*: «elle suggère un accord collectif qui, justement, demanderait à être prouvé» (2002: 261). Como adianta Usher ([1965], citado por Snoeck Henkmans, 2009: 6), a preterição «est utilisé comme un moyen de présenter une preuve de façon telle que celle-ci soit acceptée par l'auditoire même si sa véracité ou sa valeur sont douteuses».

- (283) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Primeiro-Ministro, a atitude do Governo é outro grande problema com o qual o País se confronta. *Já não vou falar daquelas coisas* que o Sr. Primeiro-Ministro, em campanha eleitoral, e depois no decurso do mandato, disse que não fazia e depois fez, *como a subida dos impostos, os cortes nos salários, os cortes nas pensões, etc.*, mas vou falar-lhe talvez daquilo que o Sr. Primeiro-Ministro, no início do ano, disse ao comprometer-se perante esta Câmara de que, em abril, apresentaria uma lista dos edifícios públicos com amianto para cumprir a Lei n.º 2/2011. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 24)
- (284) O Sr. **António Guterres** (PS): — [...] Já que estamos a falar de incompetência não esqueçamos o processo das privatizações. *Não vou repetir tudo o que aqui já disse*, por diversas vezes, *sobre essa prova de evidente abdicação do interesse nacional que foi a entrega, contra a lei, da maioria do Totta e do Crédito Predial Português ao «lupen» do sistema financeiro espanhol*. Mas que dizer desse melodrama em que se transformou a privatização da Petrogal, a maior empresa portuguesa em volume de vendas? [...] (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2852)

Pelo enunciado de polaridade negativa («a questão que vos trago não é tanto [...] nem mesmo»), Telmo Correia chama a atenção do auditório para a tragédia Pedrógão Grande (285), que revelou um executivo incapaz de dar resposta à situação, sendo, portanto, o motivo, por excelência, de ataque dos partidos de direita no debate de 2017. Uma outra forma de simular que não se faz um julgamento do estado das coisas para melhor o imprimir nos espíritos é a utilização da expressão «Deixo de lado» e suas variantes (281)-(286).

- (285) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Ao fim de 20 meses é claro e é uma evidência que o Governo falhou e está a falhar todos os dias sem apelo, nem agravo. Sejam os claros: *a questão que vos trago não é tanto da tragédia em si ou das suas causas, que a comissão independente averiguará, nem mesmo das falhas gritantes do sistema de proteção civil que o Governo, ao fim de quase dois anos de mandato, não reparou nem melhorou*; daquilo de que vos estou a falar é de um Governo, normalmente tão dado às questões de imagens, dar um espetáculo de total descoordenação [...]. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 46)
- (286) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): —[...] *Deixando de lado alguns aspetos mais picarescos deste debate, designadamente os arrufos com o PSD — arrufos próprios de uma união de facto orçamental e já moldada no Programa de Estabilidade e Crescimento — e outros, como esta recente e revolucionária descoberta do Deputado Paulo Portas, de que, afinal, para dançar o tango são precisos três [...]*... *deixando de lado todos esses aspetos mais picarescos*, gostaria de lhe dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que o debate do estado da Nação deste ano é o debate do desconforto e do mal-estar do Governo e do Partido Socialista. [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 65)

A preterição pode ainda realizar-se pelos verbos modalizadores da asserção, em construções condicionais. Note-se, por conseguinte, o emprego dos verbos de atitude (no conjuntivo e no condicional) por António Guterres (287), como forma de autovalorização, passando-se a informação sem dar a impressão de o fazer. Também em (288) Jerónimo de Sousa mobiliza as formas verbais (no pretérito imperfeito do indicativo e no condicional), de modo a estabelecer uma convivência com o auditório, lembrando (note-se a enumeração) o que não necessita de ser dito, porque é uma evidência. De salientar, por fim, a argúcia de Marques Mendes, ao referir a gravidade da matéria que afirma não desenvolver (289).

- (287) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — [...] *Se quisesse imitar o «discurso do oásis» poderia vir aqui vangloriar-me da redução dos índices de desemprego no segundo trimestre deste ano, revelados, quer pelo INE quer pelo Instituto de Emprego, desmentindo as previsões mais pessimistas. Não quero fazer demagogia...* [...] (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 7)
- (288) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): —[...] *podíamos ter a tentação de, hoje, discutirmos o estado do Governo, isolado do estado da Nação. É um elemento que, com os episódios recentes, pelas contradições internas, pelas demissões concretizadas, pelas tentativas de deserção, enfim, com certeza poderia ser interessante, mas que apenas acrescenta à crise política, económica, social e cultural, uma crise ética, tendo em conta o comportamento dos parceiros do Governo.* (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 15)
- (289) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Em matéria de segurança e de autoridade do Estado, o Primeiro-Ministro e o PS semearam ventos e não sabem agora lidar com as tempestades que criaram. *O que seria, para nós, motivo de singular combate político, se não fosse esta questão, ela própria, muito séria e muito grave.* (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 29)

Correção (epanortose)

A forma de correção mais suave designa-se por *epanortose*⁴⁵⁸ (cf. Robrieux, 2015) e consiste em corrigir ligeiramente uma formulação (geralmente, através de um advérbio ou locução adverbial), por fingido arrependimento, de forma a atenuar, ou, pelo contrário, a reforçá-la. A retificação do sentido pode ocorrer na oração ou período, ou na passagem de um período a outro.

São exemplos de *dicti correctio* – subtipo de correção que diz respeito a uma palavra⁴⁵⁹ (cf. Ilie, 2003c: 256) – os segmentos apresentados em (290) e (291). Ao emendar a expressão quantitativa proferida (290) – optando por outra mais precisa (e com um número maior), com o propósito de mostrar que está na posse dos números corretos –, a deputada do BE reforça a sua autoridade. Seleccionando e mesma locução («ou melhor»), Guterres retifica o termo anterior (291) de modo a evidenciar a acusação de «abuso de poder» do Primeiro-Ministro.

- (290) A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — [...] números oficiais do seu Governo: mais de 400 000 desempregados, *ou melhor*, 412 000, *para ser precisa* [...]. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 30)
- (291) Sr. **António Guterres**: — [...] o Sr. Primeiro-Ministro apresenta-se hoje no parlamento [...] derrotado, também, perante o País, por ter perdido durante o ano parlamentar que agora se encerra, as duas principais batalhas da vida portuguesa: a batalha económica e social do emprego e da transparência. *A transparência, ou melhor, a falta dela*, como símbolo evidente do abuso de poder [...] (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 3004)

⁴⁵⁸ Robrieux menciona também a designação de *palinodie* (port. palinódia) (2015 :119). A figura é igualmente conhecida por *retificação*. De referir que a *epanortose* é geralmente identificada com a *correção* (cf. Ilie, 2003c).

⁴⁵⁹ Um outro subtipo particular de correção é *sententiae correctio* referente a um pensamento (cf. Ilie, 2003c: 257).

A *correção* permite ao orador dizer o que quer dizer, conciliando-se, porém, com o auditório (o que testemunha a capacidade de julgamento do orador, que em toma em consideração a possível reação do auditório. Note-se a substituição do conceito de «privatização» por concessão» por Marques Mendes (292), motivada pelos protestos da deputada do PEV, como forma de evitar a forte contestação dos partidos da esquerda.

- (292) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — [...]E a verdade é que, só em 4 anos, de 2001 a 2004, a Carris, a Transtejo, o Metropolitano de Lisboa, a REFER e os STCP, no Porto, só estas empresas, deram origem a um resultado negativo acumulado de cerca de 2700 milhões de euros. Em quatro anos apenas. [...] Acresce que nada justifica que caiba nas funções do Estado ser dono e gestor da maior parte destas empresas de transportes, a não ser preconceitos ideológicos que estão obsoletos e ultrapassados, preconceitos que os portugueses pagam, e bem, com os seus impostos. A proposta que faço é no sentido da privatização...

Protestos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

...ou, pelo menos, da concessão da gestão à iniciativa privada daquelas empresas, em articulação com as autarquias envolvidas [...]. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6713)

A estratégia da *epanortose*⁴⁶⁰ parece ser de uso frequente em Carlos Carvalhas, que a emprega intencionalmente, com humor, fazendo prova de astúcia. Referindo-se à responsabilidade do governo na alienação dos «13% que o Estado detinha no Banco Totta & Açores», o Secretário-Geral do PCP acusa o governo de ter favorecido um conhecido banqueiro (e com isso ter deixado o banco vulnerável às mãos de um grupo estrangeiro), recorrendo à ironia através da metáfora das «juras de amor», fingindo retratar-se pelo pedido de desculpas («perdão, de confiança eterna») (293). A mesma fórmula é utilizada em (294), no equívoco intencional da designação de António Bagão Félix, numa clara estratégia de denúncia das suas ações de promoção ao governo. De salientar o carácter de artifício da figura fundado na aparência de uma improvisação.

- (293) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): —[...] Foi o Governo do Sr. Primeiro-Ministro que, por ajuste direto e no *meio de juras recíprocas de «amor eterno», perdão, de confiança eterna*, alienou a favor do Sr. Champalimaud as cerca de 200 000 ações de que o mesmo carecia para ficar detentor da maioria do capital social do Banco Totta & Açores, abrindo-lhe assim as portas para poder fazer aquilo que, efetivamente, fez. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 21)
- (294) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] É evidente que o *Sr. Ministro da propaganda..., perdão, o Sr. Ministro da Segurança Social*, que está ali sentado na bancada do Governo, disse logo, muito alto e bom som, que em Portugal quem manda são os portugueses. (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1217)

De mencionar também o procedimento da pseudocorreção como uma tática argumentativa de apoio ao Governo, como ilustra o pedido de esclarecimento de Telmo Correia ao Primeiro-Ministro (295). O orador não só corrobora como reforça a crítica feita por Durão Barroso (líder do Governo

⁴⁶⁰ Segundo Suhamy, a *retroação* ou *epanortose* é uma correção irónica que contradiz um primeiro enunciado (2016).

de coligação PSD/CDS-PP) ao Partido Socialista, o que se revela um procedimento polémico eficaz, como de verifica pela reação dos parlamentares da maioria. Note-se como a modalidade epistémica com valor de probabilidade, não assumindo o orador inteiramente a verdade ou falsidade do conteúdo proposicional dos seus enunciados, contribui para instaurar a polémica no debate.

- (295) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Quero registar, nesta primeira análise, que não sei se o Sr. Primeiro-Ministro não se terá equivocado. O Sr. Primeiro-Ministro disse que este Governo tinha tomado mais iniciativas em três meses do que em três anos de governo do PS. *Não sei se não se enganou, Sr. Primeiro-Ministro, penso que, se calhar, foi mesmo em seis anos de governo do PS.*

Vozes do CDS-PP: - Muito bem!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Provavelmente, este Governo já tomou mais iniciativas do que o governo do Partido Socialista em seis anos!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Então, já podem ir embora!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — É excitante essa perspetiva! (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, pp. 1214-1215)

Já a *correção*⁴⁶¹ ou *autocorreção* (se for o locutor corrigir o seu propósito) é mais radical, e o seu emprego visa substituir um termo julgado inadequado por outro. Note-se como o porta-voz do BE agrava o ataque ao Governo de José Sócrates (PS) e vaticina o seu fim (através da metáfora «a sua lápide») – por ter abdicado da defesa do Estado social, contrariamente à ideologia do seu partido –, pela reformulação das suas próprias palavras (296), o que pode ser entendido como um *antorismo*⁴⁶².

- (296) O Sr. **Luís Fazenda**: — [...] nós, à esquerda, com uma agenda de esquerda, queremos a reforma do Estado social, mas é para termos mais Estado social, não uma «operação de logro» para justificar uma agenda liberal. Ora, esta última é a sua filosofia — *direi até mais, a sua lápide!!* (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1723)

Para Lausberg, a *correção* (*correctio*)

é, por um lado, o repúdio de uma palavra (empregada pelo adversário) a qual não é apropriada [...] ao assunto, quanto ao interesse do partido a que o orador pertence; por outro lado, consiste na substituição dessa palavra por outra [...], que, no interesse do partido a que o orador pertence é apropriada ao assunto. A palavra apropriada e a palavra não apropriada são postas em confronto na antítese. (1993: 226)

Observe-se, neste sentido, o estratagema a que recorre o deputado João Amaral (297b) para proceder à correção das palavras do deputado Acácio Barreiros (297a), salientando-se a cooperação

⁴⁶¹ Robrieux (2015:120) refere ainda a *retroação* (que para outros autores é sinónima de *correção*), que consiste em negar de forma categórica o que foi anteriormente dito.

⁴⁶² Designa-se por *antorismo* a correção que é feita de forma agressiva («il faut vous oublier, ou plutôt, vous hair») (Robrieux, 2015 :120). «Contra a definição de um partido dá o partido contrário uma contra-definição» (Lausberg, 1993: 225).

interpartidária (297c) entre os dois partidos da esquerda (PS e PCP) com o intuito de deslegitimar Durão Barroso⁴⁶³.

(297) (a) O Sr. **Acácio Barreiros** (PS): — [...] Termino, Sr. Deputado Durão Barroso, dizendo-lhe o seguinte: assistimos aqui a um debate entre um Primeiro-Ministro, que pode, com orgulho, apresentar um trabalho dedicado de quatro anos e que pode, também com legitimidade, aspirar a continuar como Primeiro-Ministro, e um *líder da oposição, que se estreou com uma derrota e que, por este andar, dificilmente se manterá como líder da oposição*. [...]

(b) O Sr. **João Amaral** (PCP): — Sr. Presidente, se me permite, quero interpelar a Mesa, porque creio que é dever da Mesa conduzir os trabalhos com proficiência e esclarecer os Srs. Deputados. *Por isso, peço ao Sr. Presidente que esclareça o Sr. Deputado Acácio Barreiros, que é um digníssimo representante do Partido Socialista, que não há um líder da oposição e que, particularmente, o Sr. Deputado Durão Barroso não é líder da oposição, é líder do PSD, e veremos durante quanto tempo*. [...]

(c) O Sr. **Acácio Barreiros** (PS): — Sr. Presidente, quero interpelar a Mesa apenas para dizer ao Sr. Deputado João Amaral *que dou a mão à palmatória* e que, aliás, me parece que o discurso do Sr. Deputado Durão Barroso reforçou muito a sua posição. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, pp. 30-31)

Apodioxé

«Argumento que consiste em rejeitar qualquer argumento» (2004: 244), assim define Reboul a *apodioxé*⁴⁶⁴. É, portanto, uma atitude que consiste na recusa de argumentar por falta de seriedade (cf. Robrieux, 2015: 196).

(298) O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Primeiro-Ministro, queria [...] dizer-lhe o seguinte: não julgo o patriotismo de ninguém mas *não aceito que julguem o nosso*, muito menos quem, em vésperas de eleições na Grécia, estava a fazer campanha em Atenas e a defender o Syriza, que hoje assobia neste Parlamento. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 33)

A apodioxé é uma figura do contradiscurso. Trata-se de uma espécie de violência verbal, e configura, de certo modo, um argumento *ad hominem* (cf. Reboul, 2004), dado que ataca o interlocutor com o propósito de rejeitar qualquer debate (argumentação ou discussão), quer em nome da superioridade do orador («*não recebo lições [...] em matéria de política ambiental*») (299), quer em nome da inferioridade do interlocutor («*V. Ex.^a tem a desfaçatez e a falta de pudor de querer estar a dar lições de economia e de finanças à Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças*») (300).

⁴⁶³ Como adverte Surel, pertencer a um designado partido de governação não basta para fazer de um líder político chefe da oposição, é preciso que se identifique uma classe particular de liderança, ou seja, que tenha a capacidade de gerir de forma dinâmica as relações de poder dentro de um grupo. É necessário que tenha pelo menos uma das seguintes propriedades: « 1. c'est l'acteur qui dirige la principale force d'opposition et porte l'essentiel des critiques et propositions alternatives au pouvoir en place ; 2. c'est l'adversaire principal du titulaire de la fonction exécutive, soit l'un des candidats (déclarés ou non) à l'élection présidentielle, soit l'un des titulaires possibles du poste de chef de gouvernement suite à une élection législative » (2004: 64).

⁴⁶⁴ «Une apodioxé est une figure macrostructurale de second niveau, c'est-à-dire, un lieu. Elle consiste en ce que le locuteur évoque ou rapporte un argument de son interlocuteur, de son adversaire ou d'un tiers, pour le rejeter ensuite comme évidemment absurde ou quasiment nul» (Molinié, 1992 : 58).

- (299) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Sr.^a Deputada, quero dizer-lhe que fez a intervenção do costume sobre o ambiente. [...] A Sr.^a Deputada gosta de fazer as perguntas e de impor que eu responda de acordo com as suas palavras. Peço desculpa, mas tenho de responder segundo as minhas. O que lhe quero dizer, Sr.^a Deputada, *é que não recebo lições de determinação em matéria de política ambiental!* [...] Essa pretensão de superioridade ambiental com que a Sr.^a Deputada se refere a todos nesta Sala e ao Governo não tem razão de ser. [...] (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6700)
- (300) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — [...] Mas, o que mais me surpreende no seu discurso, Sr. Deputado [José Sócrates], é que V. Ex.^a *tem a desfaçatez e a falta de pudor de querer estar a dar lições de economia e de finanças à Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.* (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1223)

Quando mobilizada em nome da inferioridade do interlocutor (301), a apodioxé é, não raras vezes, associada a ataques *ad hominem* que se estendem ao partido do adversário, como é o caso do contradiscurso do Primeiro-Ministro, que recorre à figura da amplificação, em resposta às acusações do deputado do deputado António Filipe (PCP) acerca de perseguições e autoritarismo.

- (301) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): [...] Sr. Deputado, não queremos dar lições de liberdade a ninguém, mas o que não queremos é que nos deem lições de liberdade, muito menos a sua bancada. Não queremos lições de liberdade da sua bancada! [...] Ou quer que lhe lembre alguns episódios históricos, Sr. Deputado? Percebe o que quero dizer? É que, em termos de história da liberdade, nós não queremos receber lições de liberdade da vossa bancada. Não queremos dá-las a ninguém, mas não as admitimos, Sr. Deputado. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 43)

Aposiopese (ou reticência)

Representada graficamente pelas reticências, a *aposiopese* é um procedimento retórico que interrompe o discurso⁴⁶⁵, mas aumenta, por outro lado, a intensidade do enunciado. A sua força advém do que não é dito.

Em (302), a figura é mobilizada no contra-ataque do Primeiro-Ministro a António Campos, deixando-se ao auditório o cuidado de completar a ideia do orador⁴⁶⁶, que procura representar o adversário como um político irresponsável e sem escrúpulos, movido por interesses partidários. Como adianta Buffon, «[c]’est une ruse du *pathos*: on tait l’argument pour inciter l’interlocuteur à l’énoncer lui-même et à le reprendre à son compte» (2002: 236).

⁴⁶⁵ A interrupção intencional do enunciado pode ser ou não seguida de um anacoluto.

⁴⁶⁶ Ricalens-Pourchot distingue *aposiopese* da *reticência*: «[a]près le silence, le discours reprend avec un jugement ou une observation sur la situation, soit avec une conclusion, mais il n’y a pas de digression comme dans l’aposiopèse» (2016: 111). A *aposiopese* (que Reboul considera uma figura de construção) «interrompe a frase para passar ao auditório a tarefa de completá-la; figura, por excelência da insinuação, do despudor, da calúnia, mas também do pudor, da admiração [...], a sua força argumentativa advém do facto de retirar o argumento do debate para incitar outro a retomá-lo por sua conta, a preencher por sua conta os três pontos de suspensão.» (Reboul, 2004: 127).

- (302) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — [...] *Sinto-me chocado* com os métodos que o Sr. Deputado utiliza. Desculpe que lhe diga, *mas o senhor não olha a meios...*
Protestos do PS
Os interesses que o senhor diz defender nada, mas absolutamente nada têm a ver com os interesses dos agricultores. [...] (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 3000)

Parêmbolo (ou parêntese)

Designa-se por *parêmbolo* ou simplesmente por *parêntese*⁴⁶⁷ o enunciado que se insere como um aparte numa frase completa em si mesma (Lanham, 1991). Corresponde ao comentário meta-discursivo, que cumpre uma importante função na construção da identidade política, como assinala Ilie:

For MPs, parliamentary identity management involves discursive ability and rhetorical skills in order to deal with interpersonal and institutional positionings. Thus, parentheticals are used not only to comment on the ongoing discourse and on the current speaker's standpoint, but also to address the interlocutor, other fellow MPs, as well as a wider audience of overhearers. (2010a: 76)

Os oradores ajustam o seu discurso contínuo quer à situação quer aos seus interlocutores e ao auditório, que aos seus próprios objetivos finais. Deste modo, vão assumindo um papel de observadores e comentadores⁴⁶⁸ (Ilie, 2010a). De acordo com Ilie, «parliamentary parentheticals» (2003c) apresentam diversas formas e funções em consonância com os apelos retóricos⁴⁶⁹ do *ethos*, do *logos*⁴⁷⁰ e do *pathos*.

Nos exemplos que se seguem é o *ethos*⁴⁷¹ do outro que está em causa. Em (303), o orador procede à interpretação (justificação) do aspeto ficcional do discurso de abertura do debate, sendo o

⁴⁶⁷ «A *parenthesis* [port. *parêntese*] corresponde ao hipérbato [...] e consiste na intercalação, estranha à construção, de uma proposição (e, com isto, de um pensamento) dentro de uma frase» (Lausberg, 1993: 245). A construção inicial fica temporariamente suspensa, não constituindo o aparte nenhuma digressão. A expressão pode ser delimitada por duas pausas, representadas na escrita por duas vírgulas ou por travessões, para além dos parênteses.

⁴⁶⁸ De acordo com Ilie, «the parliamentary parentheticals [...] represent sentential and intersentential strategies of planning, signalling, explicating, justifying and/or evaluating the ongoing talk» (2003c: 253).

⁴⁶⁹ «The rhetorical appeals to logos are usually referred to as *rational appeals* (or *logical appeals*). The rhetorical appeals to ethos are usually referred to as *ethical appeals*. The rhetorical appeals to pathos are usually referred to as *emotional appeals* (or *pathetic appeals*)» (id. *ibid.*: 255).

⁴⁷⁰ Ilie especifica como funções referenciais do *parêntese* com apelo racional: «[the] *meta-terminological frames*, [the] *apposition frames*, or [the] *exemplification frames* (id. *ibid.*: 256).

⁴⁷¹ «The ethical appeals that occur as parentheticals in parliamentary debates tend to function as descriptive meta-comments, and sometimes as narrative meta-comments. Parliamentary parentheticals exhibit ethical appeals in the form of *self-presentation frames*, *other-presentation frames*, *relational frames*, or combinations of these.» (id. *ibid.*: 259).

comentário uma forma de explorar o seu ponto de vista. O deputado do CDS-PP usa a figura para censurar o autoritarismo do Primeiro-Ministro (304). Já em (305) se consubstancia como um meio de contra-ataque.

- (303) O Sr. **António Guterres** (PS): — [...] Mas havia sempre uma coisa que estes faziam sempre, para evitar o escândalo das beatas ou das religiosas mais fanáticas – *como compreendo que, hoje, tenha tido de fazer aqui o Sr. Primeiro-Ministro, para evitar que a linha mais «nogueirista» do seu partido ponha em causa a sua candidatura às presidenciais ...* na Páscoa, contrafeitos e contravontade, lá iam à confissão fazer a sua desobriga. [...] (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 3094)
- (304) O Sr. **Narana Coissoró** (CDS-PP): — [...] V. Ex.^a diz, a certa altura, que a expressão «forças de bloqueio» apareceu na nossa sociedade – *como se V. Ex.^a não fosse o autor dessa frase!* – apareceu no nosso país, concretizar como o Partido Socialista e os partidos da oposição bloquearem o Tribunal Constitucional, para pararem as reformas, para algumas pessoas – *e preferiu não dizer o nome* – travarem essas reformas da década. (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3100)
- (305) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — [...] Sr. Deputado António José Seguro, a destruição que isto representou para o nosso tecido económico, para as expetativas dos portugueses – *já para não falar do seu orgulho* – não creio que possa ser endossada a estes três anos de Governo. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 9)

Em (306), salienta-se a derisão na forma de parêmbolo, que é uma outra forma – mais agressiva – de lembrar o caso da demissão de Paulo Portas, já aqui referido.

- (306) A Sr.^a **Helóisa Apolónia** (Os Verdes): — [...] será que o Sr. Ministro de «não sei quê» – *não sei exatamente o que é, mas acho que ainda é Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros* –, o Sr. Ministro Paulo Portas, vai falar no decurso do debate [...]? (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 22)

As frases ou expressões interpostas no discurso realizam-se, por outro lado, no plano *ad rem*. Segundo Ilie, «In terms of logos, when a speaker provides compelling reasons, s/he intends to establish a common ground of shared assumptions and rhetorical topoi with the audience.» (2003c: 256). Em (307), recorre-se à *doxa* para sublinhar os elevados números, implicitando-se um valor superior.

- (307) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] Há atualmente, em Portugal, segundo as estatísticas oficiais – *e todos sabemos como este tipo de estatística peca, quando convém, por defeito e, quando convém, por excesso* – 89 383 pessoas que aguardam mais de dois anos por intervenções cirúrgicas. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, pp. 24-25)

Em (308), os comentários têm a função quer de reforço da valorização do antecessor Governo, por contraste com a governação socialista, pela adjunção de informação que visa chamar a atenção para o crescimento económico aquando da governação da coligação (PSD/CDS-PP) (308a); quer do reforço do fracasso do executivo em funções, pela representação de descrédito (308b), utilizando-se a repetição enfática (num apelo ao *pathos*).

- (308) (a) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Quanto ao crescimento económico, Portugal estava, no ano passado, a crescer 1,71% — *mais do que a média da zona euro* — e, hoje, Portugal regrediu para 0,9%, ou seja, abaixo da média europeia.
- (b) [...] E, Sr. Primeiro-Ministro, até o investimento público — *o investimento público, que era a panaceia que todos os senhores diziam que iria resolver os problemas do País* — caiu 28%. É extraordinário! [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 47)

É precisamente no plano do *pathos* que a figura da parêmbola é mais produtiva no nosso *corpus*. Os apelos dos oradores destinam-se a envolver emocionalmente o auditório, apelando a valores que sejam relevantes para os tópicos que desenvolvem, como a justiça, a integridade ou a honestidade (309).

- (309) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] É também esta conta do «deixa andar» do Governo, atirando tudo para um Governador do Banco de Portugal — *que não fez nada* —, que o Sr. Primeiro-Ministro tem hoje de explicar. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 24)

Os apelos são feitos sob a forma de quadros de atribuição⁴⁷² (306), bem como de avaliação⁴⁷³ (206). Em (310), sob as duas formas, utilizando-se a figura da anáfora, no quadro de atribuição da compreensão ou do conhecimento, e a asserção categórica de polaridade negativa («e já não é fraude»), que evidencia (e condena) a inversão de valores. Note-se ainda em (308) o comentário avaliativo sarcástico: «(boa pessoa...)». O quadro de avaliação é também visível em (311), visando-se garantir a percepção do auditório para um Governo que não age com transparência.

- (310) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Soubemos hoje que houve uma fraude de alguém que garantia 36% de juro por mês e que roubou o dinheiro — *e o Banco de Portugal nada viu, nada!...* Há bancos — *e já não é fraude!...* — que propunham 28% de juro ao contrato de crédito ao consumo — *e o Banco de Portugal nada viu, nada!...* A supervisão pode estar a 10 cm de «bater na montanha» e nada vê, nada!... Dias Loureiro (*boa pessoa...*) só ontem percebeu o que era o negócio de Porto Rico — *e nada viu, nada!...* [...] (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.40)
- (311) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Hoje sabemos um pouco mais do que sabíamos ontem, porque o Governo, até agora, nunca nos disse uma palavra — há, sobre isso, no Governo, *um segredo obscuro* — sobre as privatizações, que valem 400 milhões este ano e 5000 milhões em quatro anos. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1714)

De igual modo, em (312), o parêntese ajuda à construção do *ethos* político da oradora, no seu papel de vigilante da ação governativa. Pelo enunciado sarcástico que expressa uma avaliação negativa, predispõe-se o auditório a aderir ao seu ponto de vista, colocando-se a ridículo a argumentação do

⁴⁷² «as attribution frames are used to attribute belief, understanding or knowledge to the audience as a whole [...], or the addressed interlocutor only» (Ilie, 2003c: 261).

⁴⁷³ «Parentheticals that constitute evaluation frames are specifically meant to modulate the emotional intensity of the speaker's message. Since MPs address a multiple audience, the evaluation may concern the whole audience of MPs, onlookers and TV-viewers, [...] or it may concern only their fellow MPs [...]. In the former case, the evaluation frame concerns the multiple audience as a whole and, as in big theatre performances, it maximizes the emotional intensity of commonly held values» (*id. ibid.*).

Ministro da Ciência (pela utilização da hipérbole, acusando-o de demagógico, o *topos* por excelência do ataque político). Já em (313) a figura cumpre a função retórica de ilustração, mobilizando-se a comparação.

- (312) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] Agora, até temos uma novidade em Portugal, que é — *se não fosse tão sério, era para dar gargalhadas!* — o Sr. Ministro da Ciência a dizer que quem recebe bolsas, no ensino superior, são estudantes riquíssimos, são estudantes que têm um vastíssimo património, que têm contas bancárias chorudas... Ora, isto tem que acabar. A demagogia não pode chegar a tanto, Sr. Primeiro-Ministro. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 39)
- (313) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, creio que é revelador das condições políticas deste debate (*parecendo um pouco aqueles clubes de futebol que todos os anos perdem os campeonatos*) vir aqui dizer «para o ano é que é!». Diga-me quais são os economistas sérios que garantem, preto no branco, essa retoma! (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5892)

De evidenciar a utilização da parêmbola como forma de cativar a atenção e simpatia da audiência. Em (314) o Secretário-Geral do PCP reforça seu argumento através da ironia utilizada no comentário avaliativo. Note-se como a atenuação da força ilocutória da asserção («talvez») – que teria como objetivo marcar o distanciamento do locutor relativamente ao conteúdo posto – é anulada pela posposição do advérbio «mesmo» reforçador do conteúdo da asserção, o que revela o carácter de dissimulação do enunciado.

- (314) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — [...] Mas como de promessas e visões cor-de rosa está o povo farto, *sendo talvez mesmo a produção mais excedentária do País*, o que se esperaria é que o Sr. Primeiro- Ministro descesse à Terra e aqui apresentasse medidas urgentes e calendarizadas para tirar o aparelho produtivo do atoleiro em que se encontra, dar resposta às situações sociais mais dramáticas e perspetivar os caminhos do futuro [...]. (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, pp. 3008-3009)

Já em (315) a parêmbola enforma um enunciado irónico num quadro de avaliação que adquire uma orientação polarizada. A estratégia de avaliação pretende reforçar a interpretação que o Governo de coligação de direita (PSD/CDS-PP) executou as medidas do pacto de estabilidade («pacto de agressão», como o denomina o PCP) de forma implacável.

- (315) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] A Comissão Europeia declarou há pouco que o esforço orçamental entre 2013 e 2015 ficou aquém do recomendado. *Podíamos referir que o que daqui releva é a ingratidão — mal-agradecidos por tudo aquilo que o PSD e que o CDS fizeram no seu Governo.* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 26)

Dialogismo

A representação do adversário a falar consigo próprio é um forte meio de persuasão:

- (316) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] O Sr. *Deputado orienta-se apenas pela tática, pelo calculismo*: «Como é que vou fazer para atacar melhor o PS?» [...]. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 35)

O *dialogismo*⁴⁷⁴ (ou *comunicação*) pode ser também a reprodução de um pensamento ou diálogo entre interlocutores fictícios, como exemplificado no enunciado do coordenador do Bloco de Esquerda, que o usa como forma de ilustrar o seu argumento (317).

- (317) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Robin dos Bosques não se juntava com os ladrões dos castelos para dividir com eles — «100 milhões para mim, 300 milhões para ti» — aquilo que eles tinham tirado à população mais pobre. [...] (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 38)

Referindo-se às sucessivas remodelações no Governo de António Guterres, o deputado do CDS-PP recorre ao dialogismo (318), que simula o pensamento do Presidente da República, como forma de persuasão para uma imagem de descrédito do Primeiro-Ministro.

- (318) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): —[...] Até me parece que o Sr. Presidente da República já tem medo de lhe atender o telefone, pensando: «É mais uma remodelação, é mais um Ministro a cair; lá vem ele outra vez, não sabe o que quer!». (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 37)

Interrogação retórica

A *interrogação (questão) retórica* é uma figura de manipulação da enunciação. De facto, na *interrogação oratória* (como é designada nos tratados de retórica), o argumento é apresentado sobre a forma interrogativa, já que o raciocínio está contido nas premissas⁴⁷⁵ (ainda que não formule uma resposta), conduzindo-se o auditório a pensar de determinada forma:

L'interrogation consiste à prendre le tour interrogatif non pas pour marquer un doute et provoquer une réponse mais pour indiquer, au contraire, la plus grande persuasion, et défier ceux à qui l'on parle de pouvoir nier ou même répondre. (Fontanier, 1977: 368)

⁴⁷⁴ A aceção retórica de *dialogismo* não deve ser confundida com a definição de Bakhtine, quase sinónima de intertextualidade.

⁴⁷⁵ Neste sentido, a figura é uma falácia, como observa López Aire: «a través de una aparente pregunta, busca ante todo lograr el acuerdo del hablante con sus oyentes sobre hechos que el primero considera ya tan suficientemente demostrados, que, dando él mismo por supuesto que así lo entienden también sus oyentes, hacen innecesaria, a juicio de todos, hablante y oyentes, la contestación a la cuestión planteada.» (2005 :215).

Através da interrogação retórica, o locutor «prend la position de celui qui sait et enferme la réponse dans sa question» (Plantin, 2016: 496). Como observa Bonhomme, esta figura simula uma troca verbal com o interlocutor, visto que, na realidade, há apenas uma enunciação monológica que não necessita de resposta (2014: 167). Hermogène aponta-a como uma figura que não se pode contradizer⁴⁷⁶ (1997), e Ducard sublinha o seu valor assertivo (positivo ou negativo), lembrando que a forma interrogativa na questão retórica está dependente de uma relação intersubjetiva, tendo uma intenção persuasiva ou argumentativa (2003: parágrafo 4). Ilie⁴⁷⁷, através de uma definição pragmática, oferece uma explicação concisa da sua natureza e funcionamento:

A rhetorical question is a question used as a challenging statement to convey the addresser's commitment to its implicit answer in order to induce the addressee's mental recognition of its obviousness and the acceptance, verbalized or nonverbalized, of its validity. (1994: 128)

Prova disto mesmo é a declaração que encerra o (suposto) pedido de esclarecimento do líder do Partido Socialista ao Primeiro-Ministro (319), após a apresentação dos seus argumentos (sob a forma de interrogação retórica), que o coloca numa posição de dominância.

- (319) O Sr. **António José Seguro** (PS): — [...] Para quem disse aqui, várias vezes, que não se poderia somar uma crise política à crise económica e à crise social do País, *como é que o Primeiro-Ministro consegue, pela primeira vez depois destas ocorrências, vir a este Parlamento e não ter uma justificação perante os Deputados dos quais depende?* [...] Um Ministro dos Negócios Estrangeiros que diz [...] que a sua decisão é irrevogável, é irreversível e que, passados dois dias, sem uma explicação ao País, aceita, aparentemente, ser ministro de outra pasta. *Qual é a credibilidade que o seu Governo pode ter quando representa Portugal nas instituições europeias ou em negociação com os nossos credores? Qual é a confiança que os investidores, as empresas portuguesas, podem ter no seu Governo? Qual é a confiança que os portugueses podem ter no seu Governo quando os principais líderes do Governo se comportam desta maneira? E quando os seus dois principais ministros, o Dr. Vítor Gaspar e o Dr. Paulo Portas, o tratam em público desta maneira e com esta clareza?* Sr. Primeiro-Ministro, hoje não tenho nenhuma pergunta para lhe fazer. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 6)

Observa Thierry Guilbert que a interrogação retórica é «un moyen de produire une opinion désobjectivée, c'est un coup de force argumentatif, un effet d'évidence puissant par co-responsabilisation du destinataire » (2008: 39). Observe-se, pois, o valor impositivo da prática do clientelismo, em razão da sua evidência, das interrogações retóricas mobilizadas pelo líder da oposição (320) (na apresentação das suas propostas para «combater os enormes desperdícios» que

⁴⁷⁶ Segundo Hermogène, ela toma três formas: se dirigida ao auditório, ela tem a função de incriminar; quando é dirigida aos adversários, é refutativa; se é dirigida a si próprio, apresenta duas funções: por um lado, ela é escutada atentivamente, por outro, ela previne a desconfiança, suprimindo-a, e cria a confiança (1997: 523).

⁴⁷⁷ A investigadora sublinha uma propriedade essencial das interrogações retóricas: «they constitute a particular use, not a particular category of questions.» (Ilie, 2015b: 4).

se verificam no sector da saúde»). Evidenciando também o despesismo do Governo, recorre ao mesmo procedimento o líder da oposição (321).

- (320) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] Uma medida simples e eficaz é a de retirar alguns dos *aparatchick* do PS que estão a desgobernar os hospitais portugueses! [...] Se, em vez de nomeações partidárias, tivessem sido escolhidos gestores competentes, *quanto dinheiro teria sido poupado aos utentes? Quanto dinheiro teria sido poupado aos contribuintes portugueses?* (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 28)
- (321) O Sr. **António Guterres** (PS): — [...] Porque tem o Orçamento do Estado mais de 60 milhões de contos para gabinetes ministeriais? *Seria bom* que o Ministério das Finanças, em vez de produzir falsos e fantasiosos relatórios sobre o que não existe, calculasse os custos das promessas e do despesismo do Governo a que pertence. [...] (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3109)

Para além de comprometedora, a interrogação retórica é assaz persuasiva. Ainda sobre o caso polémico da demissão dos dois ministros (*vd. supra*), mas recorrendo a uma estratégia diferente para denegrir o Governo, a coordenadora do Bloco de Esquerda (322), utiliza a interrogação num apelo ao absurdo («*Acaso estavam cansados de tanto sucesso?*»). Catarina Martins coloca assim em contradição o sucesso das medidas do executivo chefiado por Passos Coelho e constrói a representação de um Governo desgastado pelas suas questões internas, principalmente pelos diferendos entre os dois partidos da coligação (PSD/CDS-PP).

- (322) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] Se tudo está a correr tão bem, como garante o Primeiro Ministro a prazo, como explicar a demissão sucessiva de Vítor Gaspar e Paulo Portas? *Acaso estavam cansados de tanto sucesso? Sejamos sérios.* (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 50)

A interrogação retórica é também emotiva. No debate, surge frequentemente quer na forma anafórica (324) quer numa estrutura paralelística (323). São exemplificativos da sua utilização os discursos dos partidos ecologistas, veiculando a interrogação retórica uma crítica aos governos, em (320), de Durão Barroso (PSD); em (324), de António Costa (PS), por não contemplarem (323) ou não darem prioridade (324) às medidas de proteção ambiental nas suas políticas governativas.

- (323) A Sr.^a **Isabel Castro** (Os Verdes): — [...] Que futuro se pode esperar de um País que não tem medidas para combater o fenómeno das alterações climáticas [...]?! Que futuro se pode esperar de um País que não cuida dos seus recursos hídricos [...]?! Que futuro pode ter um País que, em relação ao bem estratégico como é a água, não foi ainda capaz de ter o seu plano nacional [...]?! Que futuro se pode esperar de um País que não cuida daquilo que é essencial: um desenvolvimento com sustentabilidade?! (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5921)
- (324) O Sr. **André Silva** (PAN): — [...] Falar do estado da Nação é falar também no estado dos ecossistemas. De que vale o aumento das exportações e do turismo, a reposição de rendimentos e o crescimento económico, se não somos capazes de perceber que o ambiente tem que ser uma prioridade? De que vale debatermos os gráficos e as trajetórias da economia, se não acautelarmos o equilíbrio dos ecossistemas, o nosso bem-estar e, em última análise, a nossa própria sobrevivência enquanto espécie? Veja-se o exemplo das florestas. Sr. Primeiro-Ministro, sabe por que é que as nossas florestas ardem? A resposta é simples: porque a floresta não é uma prioridade. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 27)

Subjeção

Pela figura da *subjeção*⁴⁷⁸ (lat. *subjectio*) há um simulacro de diálogo, que é inteiramente da responsabilidade do enunciador (Robrieux, 2015: 124): o orador interroga o adversário e emite, de imediato, a réplica, pressupondo a resposta. Observa Lanham que a figura é utilizada, por vezes, como forma de desarmar o(s) adversário(s) com antecedência (1991:145).

- (325) O Sr. **André Silva** (PAN): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, *sabe por que é que as nossas florestas ardem?* A resposta é simples: *porque a floresta não é uma prioridade.* (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 27)

O procedimento pseudopolifónico (Robrieux, 2015) instaura um retardamento na informação fornecida, funcionando como um fator ilocutório da dinamização interlocutiva do discurso (Bonhomme, 2014: 167):

- (326) O Sr. **António José Seguro** (PS): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, este é o resultado da sua política e um falhanço do seu Governo. Atingimos o maior número de desempregados dos últimos 38 anos. *E vai melhorar? – perguntam os portugueses. Não, o desemprego vai ultrapassar os 16%. De acordo com o Banco de Portugal, neste ano e em 2013, o País perderá, no seu conjunto, cerca de 217 000 postos de trabalho [...].* (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 37)

O reforço da comunicação pela subjeção é perceptível tanto na avaliação do papel da oposição, por Telmo Correia (327), como na avaliação da atuação do Governo (328)-(329), pela líder do seu partido.

- (327) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Perante as dificuldades, perante as exigências, perante os sacrifícios, *como é que se comportou a oposição? Comportou-se fazendo sempre a mesma coisa*, isto é, procurando criar mais dificuldades, procurando pôr paus na engrenagem, apelando à rua, apelando à contestação, apelando ao não cumprimento dos objetivos e das metas. [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, pp. 60-61)
- (328) A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — [...] o Governo, nos vários ministérios, nos vários ministros, nas várias secretarias de Estado, simplesmente não assume com transparência esses cortes. [...] *E porquê? Porque isso é incompatível*, porque o discurso oficial do Governo, depois, não cola com a realidade, não cola com a ação. [...] o inimaginável aconteceu com a tragédia dos incêndios [...] A confiança quebrou-se e era urgente repará-la de imediato. *E o que é que nós vimos? Uma total descoordenação: um Governo inapto para lidar com uma crise [...].* (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 18)
- (329) A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — [...] *Sabe a que é que isto cheira, Sr. Primeiro-Ministro? Cheira a mascarar as contas*, uma coisa em relação à qual os socialistas são muitíssimo hábeis. [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 23)

Na avaliação do estado da Nação, as questões alternativas de Heloísa Apolónia conferem um particular dinamismo discurso (330)-(331)-(332). Aliás, é um procedimento recorrente no discurso

⁴⁷⁸ «Figure qui consiste à interroger et à se répondre soi-même. On s'en sert aussi pour prévenir les fausses raisons que l'on peut objecter et à les réfuter» (Macé, 2002: 148). O autor adverte que nem sempre é fácil distinguir a *subjeção* da figura da comunicação (lat. *dubitatio*), que introduz a falar consigo próprio qualquer interlocutor.

da deputada e uma marca do seu estilo agressivo a transformação de asserções em pseudodiálogos minimais. A interrogação, em (332a), que nega o conteúdo proposicional dos discursos prévios do Primeiro-Ministro é um dos procedimentos para introduzir a polémica (quando explicitado, é frequentemente introduzido pela conjunção adversativa); em (332b), a polémica agrava-se pela mobilização da pergunta-tag, à qual a própria oradora responde mobilizando a epizeuxe. Este tipo de pergunta orienta uma simulação de um pedido de validação (Ducard, 2003).

- (330) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] Como é que estão as pessoas, neste momento? Melhor ou pior? Com melhores condições na sua vida ou com piores condições na sua vida? Definitivamente, a resposta, que, julgo, é mesmo unânime, é esta: com melhores condições na sua vida. E essa é que é a verdadeira avaliação que temos de fazer. É suficiente o que está feito? Claro que não! Os Verdes gostariam que o Governo acelerasse o ritmo relativamente a algumas matérias? É óbvio que sim [...] (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 26)
- (331) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] Em 2009, a sua lógica foi de anúncio de subsídios, anúncio, anúncio... *Porquê? Estava uma campanha eleitoral à porta!* [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 40)
- (332) (a) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não são esses mesmos inquéritos do INE que falam de uma maior intensidade da pobreza? Não são esses mesmos inquéritos do INE que dizem que o fosso entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres, ou seja, entre os extremos, aumentou?
(b) *Não é, Sr. Primeiro-Ministro? É! É!* [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 39-40)

Igualmente em (333), o orador mobiliza a epizeuxe na resposta à sua pergunta. Neste caso, a subjeção que revela a indignação de Francisco Louçã apresenta um forte valor persuasivo, impondo ao auditório a ideia da premência de reverter uma situação considerada inaceitável (fazendo jus a uma das «bandeiras» do seu partido – o ataque ao sistema financeiro).

- (333) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] A Caixa Geral de Depósitos quer cobrar empréstimos até ao limite de 80 anos de idade, por um período que pode chegar a 50 anos. Gostava de dizer aos portugueses que, hoje, um empréstimo de 100 000 €, ao melhor juro possível, pagará 160 000 €, em 20 anos; pagará 200 000 €, em 30 anos; mas pagará três ou mais do que três vezes, nos 50 anos em que querem acorrentar uma pessoa a pagar os seus juros a um banco até ter 80 anos de idade. *Pode-se corrigir isto? Tem de se corrigir! Tem de se corrigir!* (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 67)

Para além de propor um papel de tematização na organização do discurso (cf. Ducard, 2003), anunciando a proposta a desenvolver («é disso que temos de falar aqui hoje»), a subjeção configura no nosso *corpus* um procedimento de ataque, que pode até apresentar um certo grau de perversidade; em (334), em virtude do retardamento informativo que contraria o posto nas respostas.

- (334) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] Há um ajustamento no País? Sim! Há reformas estruturais feitas por este Governo no País? Sim! *Quais são? É a reconfiguração do País pela destruição dos direitos sociais e laborais, e é disso que temos de falar aqui hoje.* [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 21)

Exclamação

Observa Montero que a *exclamação*

contribuye a tomar distancia, descalificar o generar adhesión con respecto a los discursos evocados. Esto permite configurar espacios discursivos de adhesión con el auditorio y diferenciación de los adversarios políticos, en los que se definen los roles discursivos y se conforma la figura del enunciador. (2009: 345-346)

Para além de ser um recurso por excelência de mostraçã das emoções do orador (e de construção do *ethos*), a exclamação⁴⁷⁹ tanto pode converter-se numa estratégia de valorização de si e do seu partido (336), como se configura numa modalidade que configura o descrédito do adversário (335).

- (335) O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quem ouviu o seu discurso só tem um título para lhe dar: «*Sócrates no país das maravilhas*»! Não há outro. (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.15)

A exclamação intensifica o sentido do conteúdo proposicional, conferindo mais força ao que poderia ser apenas afirmado. No debate de 2009, o líder parlamentar do PSD procede a uma avaliação negativa do discurso de abertura de José Sócrates pela asserção irónica exclamativa que parodia o título da conhecida obra de Lewis Carrol (335), distanciando-se, assim, da visão otimista do Primeiro-Ministro sobre o estado da Nação. Como se dissesse ao auditório o que pensar («quem ouviu o seu discurso»), o orador engloba-o na sua visão de que o país não está nada bem, valendo-se de uma *doxa*, conferindo assim mais força ao seu argumento.

Já em (336) o Primeiro-Ministro recorre a um enunciado exclamativo no discurso de abertura do debate (1999), mostrando o seu regozijo pela obra feita. A ilustração da asserção faz-se por contraponto ao governo cessante, com recurso à enumeração e a expressões quantitativas, visando-se construir uma representação de competência do governo do PS e, inversamente, uma imagem de incompetência da anterior legislatura.

- (336) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — [...] Sr. Presidente, Sr. S^{as} e Srs. Deputados: A coesão nacional tem como pilares a solidariedade e a segurança. Segurança esta, que depende, em primeira linha, da atuação das forças policiais. *Que diferença entre as forças policiais de hoje e de há quatro anos!* [...] Formámos 8100 agentes, contra 4000 na anterior Legislatura [...]. Temos 60 obras em instalações a decorrer; encontrámos 5 em 1995 [...]. Estão em preparação 85 projetos; encontrámos 7 em 1995. Adquirimos 4000 viaturas, quase quatro vezes mais do que na anterior Legislatura. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 7)

⁴⁷⁹ Relembre-se com Montero que a modalidade exclamativa é uma das principais vias de acesso à subjetividade do locutor, «en la medida en que, mediante esta modalidad, el locutor no sólo habla del mundo y atribuye propiedades a los objetos del discurso, sino que se muestra a sí mismo y califica su enunciación» (2009: 341).

Visto revelar a subjetividade do enunciador, a exclamação surge, evidentemente, nos enunciados de emoção que selecionam atos expressivos de modalidade avaliativa (337).

- (337) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — [...] A única reforma estrutural, por parte do Governo, que se conhece nesta matéria, a do emprego, é a «limpeza» administrativa dos ficheiros dos Centros de Emprego e Formação Profissional, [...] ... ou seja, para, na secretaria, tentar resolver administrativamente o problema do desemprego. *Uma vergonha!* (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6682)

A exclamação é uma figura do *pathos*, e, como se sabe, está ao serviço da indignação (vd. [333]). Em (338), o enunciado irónico de Francisco Louçã enforma a acusação feita ao Governo de José Sócrates de privilegiar o investimento no setor financeiro em detrimento da economia do país. A repetição na modalidade exclamativa sublinha a contradição entre (o que devia ser) o investimento público e o (que foi o) investimento no setor financeiro, tal como as asserções categóricas de polaridade negativa exclamativas mobilizadas na subjeção salientam a ausência de benefícios do dito «investimento». Note-se, por fim, o alto grau de asserção e responsabilização sobre o dito⁴⁸⁰ na modalidade exclamativa da asserção final que introduz a grave acusação da influência do setor financeiro nas políticas do estado.

- (338) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, com o seu Governo, o maior investimento público que se fez em Portugal, no século XXI, foi no Banco Português de Negócios! O maior investimento público! Criou emprego? Não criou emprego! Ajudou a economia? Não ajudou a economia! Mas estas empresas têm uma golden share sobre o Estado! (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 31)

A exclamação cumpre também uma função refutativa, como se ilustra na resposta indignada do Primeiro-Ministro às acusações de Francisco Louçã, acerca do conluio do executivo com o Presidente da Iberdrola (Pina Moura) no concurso lançado pelo Governo para a utilização do domínio hídrico (339). De notar o ato expressivo de valor refutativo «por amor de Deus!», característico do estilo de José Sócrates.

- (339) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] *Um concurso com completa transparência!* E o Sr. Deputado vem dizer que o entregamos ao Dr. Pina Moura, que estamos conluídos com o Dr. Pina Moura?! Ó Sr. Deputado, *por amor de Deus!* O Sr. Deputado tenha um pouco de tento na língua! (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 39)

⁴⁸⁰ «[L']a exclamación, [es uno] mecanismo polifónico y performativo que implica un grado alto de aserción y responsabilización sobre lo dicho, es una estrategia para representar la palabra ajena y la propia enunciación» (Montero, 2009: 345).

Do mesmo modo, a indignação é mostrada, em (340), pelos enunciados interrogativos e exclamativo. De mencionar a exclamação no enunciado de modalidade delocutiva, que constrói um *ethos* de carácter, insurgindo-se o orador contra o que considera ser uma contraverdade e criando, por outro lado, uma imagem negativa da adversária.

- (340) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): [...] Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, deixe-me responder que só pode haver uma grande confusão em relação ao seguinte: como é possível dizer que as alterações ao Código do Trabalho conduziram a mais desemprego, se a legislação ainda vai entrar em vigor? *Sr.^a Deputada, haja o mínimo de decoro!* (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 33)

1.2 Conclusões parciais

Se, por um lado, as figuras dizem respeito à *elocutio*, isto é, ao estilo do orador, elas integram também a construção do discurso, a *dispositio*. A seleção das figuras revela o estilo do orador, bem como as suas intenções. Neste sentido, as figuras do (contra)discurso não têm apenas um papel de ornamentação, valorizador do discurso e do *ethos* do orador, mas apresentam uma função pragmática: a desvalorização do adversário e a conquista do auditório para o seu ponto de vista.

As figuras de palavras apresentam-se persuasivas em virtude da semelhança de sonoridades e dos jogos de palavras que contribuem para a persuasão. As figuras de som apresentam um efeito de insistência não negligenciável, sobretudo, quando empregues numa estrutura ternária ou quaternária, como acontece frequentemente com a aliteração na tripla adjetivação ou na acumulação de nomes. Tanto o homeoteleuto como o homeoptoto contribuem para reforçar o conteúdo proposicional dos enunciados, apresentando uma função patémica pelo dramatismo que conferem às sequências nos exemplos apresentados, destacando-se o seu emprego na peroração dos discursos. Pelo efeito de eco produzido que facilita a memorização, a paronomásia é uma poderosa «figura de presença» e pode configurar-se como um argumento. É vulgarmente utilizada pela instância adversária como forma de proceder a um *distinguo* (vd. Cap. 2), sendo também empregue na reorientação dos argumentos, sustentada na repetição. Surge, principalmente, associada ao vocábulo «Nação» e constitui-se um marcador de oposição entre o que é a ação governativa e o que deveria ser. Já do lado do(s) partido(s) do Governo, joga-se com a palavra «oposição» para desvalorizar o seu discurso, figurando a paronomásia também em argumentos de comparação. De particular interesse pela intenção polémica que denota, o neologismo lexical e semântico, que testemunha um determinado momento político, amplifica o ataque ao adversário e contribui para valorizar o *ethos* político do orador, dando frequentemente origem ao fenómeno do *soundbite*. Para além das formas criativas derivadas do neologismo (por extensão semântica) do termo «geringonça», nos debates mais recentes, de mencionar a figura como uma das formas de criticar as clientelas partidárias e o oportunismo político, sobretudo por parte da esquerda parlamentar. A criação lexical formada por verbalização a partir de nomes de políticos ou de partidos políticos é, nos exemplos analisados, da responsabilidade do PSD, destacando-se Luís Montenegro como o orador que mais a utiliza como forma de deslegitimação do Governo. Tanto o poliptoto como

a derivação – figuras de eleição de Jerónimo de Sousa (PCP) –, são de emprego frequente nos discursos, em particular, da instância adversária, como um valor de intensificação da força semântica dos termos axiológicos negativos, apresentando um efeito de evidência; de notar a função do poliptoto também como marcador de inversão argumentativa. A derivação integra ainda a figura do oxímoro, que salienta os sentidos opostos dos termos semelhantes, nos contantes apelos do PCP a uma mudança de paradigma de governação. O seu emprego é particularmente expressivo na antanáclase (de emprego frequente em Catarina Martins), variante dialética da diáfora, que desorienta o discurso, pela retorsão do sentido dos termos empregues pelo adversário; e na paradiástole, que inverte a orientação argumentativa pela substituição de um termo ou da descrição da realidade. De salientar a força argumentativa das figuras que confrontam dois significados do mesmo significante, conferindo uma orientação diferente ao segundo termo empregue, atestando a astúcia do discurso antagonista.

No respeito às figuras de sentido, de mencionar a comparação ao serviço da polémica, estabelecendo-se a diferença com a legislatura precedente, por parte dos apoiantes do Governo. Reveladora de tensão, especialmente na sua aceção de símile, a comparação mostra-se acutilante na avaliação da ação governativa, bem como na apreciação da postura dos governantes, surgindo inclusive com uma função de categorização. Sugerindo uma avaliação e impondo uma visão ao auditório, a metáfora orienta qualificativamente o discurso, desempenhando um papel fulcral na veiculação de ideologias, donde o seu lugar de privilégio no discurso político. Pela ativação de propriedades analógicas, a metáfora clarifica conceitos e permite fornecer uma visão imediata do assunto em questão, sendo utilizada como arma de ataque por todas as forças políticas. No nosso *corpus*, destacam-se as metáforas do domínio semântico da condução (referentes à dívida pública e à falta de investimento, em particular), empregues, sobretudo, pelos deputados do PSD e também por Jerónimo de Sousa (PCP); e as metáforas náuticas, utilizadas pelos deputados do PS, PSD e CDS-PP, que apresentam persuasivamente o Estado ou o país como uma embarcação, sendo os tripulantes os membros do Governo, com recurso ao *topos* metafórico da navegação à vista, como forma de impor uma imagem de passividade e incompetência da instância política. Como *topos* de ataque (à exceção do PEV), sobretudo no plano do *ethos* (individual e coletivo), registam-se as metáforas desportivas, do ciclismo e da disputa de campeonatos, e, naturalmente, do âmbito futebolístico (o desporto-rei do nosso país), geralmente com a função retórica de *delectare*,

estabelecendo-se, assim, uma convivência com o auditório. Já as metáforas do foro religioso se prendem fundamentalmente com questões ideológicas. A apreensão da situação política é igualmente feita, preferencialmente pelo PCP e BE, pelas metáforas da doença e da morte. São também mobilizadas as metáforas do âmbito da música, mormente na forma de *cliché*, que avaliam negativamente a atitude dos adversários, bem como expressões lexicalizadas de valor metafórico, de grande eficácia pragmática pelo seu papel facilitador da compreensão dos argumentos. A metonímia concentra um julgamento de valor e apresenta um forte valor argumentativo na oposição de valores entre o Governo e a oposição, em enunciados que apelam ao *pathos*. A sinédoque, por seu turno, revela-se expressiva no *corpus* em razão do seu valor de agregação, substituindo-se ao plural fragmentado. Já a antonomásia, frequentemente utilizada numa forma perifrástica, contribui para a dimensão polémica, pela sua função caracterizadora ou de categorização.

As figuras de construção, enquanto formas de tornar presentes na consciência o objeto do discurso, contribuem fortemente para a adesão de uma imagem de descrédito da instância política, particularmente a amplificação e as figuras de repetição, no domínio do *pathos*, que martelam termos-chave de valor axiológico negativo, substituindo-se, por vezes, à apresentação de outros argumentos, como acontece com a epanalepse, frequentemente. Do mesmo modo a anadiplose amplifica o conteúdo semântico dos discursos, sendo de uso particularmente agressivo a epizeuxe, que revela, sobretudo, a indignação dos oradores; regista-se a sua recorrente utilização na refutação do contradiscurso, como forma de mostrar a ausência de alternativas por parte da oposição. Para além do forte efeito de insistência, a repetição apresenta um papel essencial no debate em razão do seu papel na estruturação dos discursos. Tal é o caso da anáfora retórica, na sua variante de epanáfora, que associada à enumeração surge como um dos principais recursos de ataque do PCP e do PEV, seja na forma declarativa ou interrogativa, a exigir esclarecimentos. De mencionar também a anáfora como procedimento habitual da oposição para evidenciar os aspetos não referidos pelo Primeiro-Ministro no discurso de abertura do debate. Com um forte valor argumentativo, de mencionar a simploce que evidencia o contraste entre o que aconteceu e o que era suposto ter acontecido, não apenas no que se refere aos discursos do Governo, como também na ação governativa. Acresce ao valor emotivo e persuasivo do paralelismo, pelo ritmo que confere ao enunciado, o seu valor demonstrativo, designadamente nas orações consecutivas, que refutam o contradiscurso, desempenhando também um importante papel como marcador da antítese. Ainda

que raramente utilizada (mobilizada por Paulo Portas), a concatenação apresenta um forte efeito de persuasão e valoriza o *ethos* do orador, revelando-se igualmente de grande eficácia o epânodo, que contribui para a valorização dos discursos. Produzindo um efeito de acumulação que concede ritmo aos discursos, o assíndeto, associado à enumeração, constitui-se também como um elemento criador de persuasão. O mesmo acontece com a elipse e o zeugma, cujo ritmo conseguido pela supressão de elementos confere força e vivacidade ao discurso. De salientar, no *corpus* de análise, como figura persuasiva que veicula o descrédito, a gradação (de termos axiológicos negativos) que, por norma, apresenta uma função de *pathos*, obedecendo a uma estratégia de dramatização do discurso, requerendo a reprovação emocional do auditório. Como foi demonstrado, a força da gradação (que convoca figuras como a hipérbole e a metáfora) advém da tensão argumentativa criada, surgindo o termo axiológico negativo mais forte no final da sequência ou do discurso. Uma outra figura que dá origem a uma pressão argumentativa é a metábole, que cria um efeito de profusão pela disposição de termos sinónimos geralmente numa acumulação ternária, com efeitos gradativos, e que, nos exemplos, é empregue como figura de ataque ao *ethos*. De grande eficácia em termos de manipulação e atestando a habilidade argumentativa do orador, de mencionar a conglobação, figura do *logos* que orienta o auditório em direção à sua conclusão, mobilizada por Mariana Mortágua (BE). Se esta última figura não parece ter grande representatividade no *corpus*, o mesmo já não acontece com a ênfase, figura de amplificação recorrentemente mobilizada na refutação dos ataques do Governo, denegando-se com força a responsabilidade por um determinado estado de coisas negativo através da construção de clivagem ou do advérbio reforçador da asserção. Uma das figuras mais eficazes da retórica é o quiasmo, que no *corpus* sublinha a diferença de perspetivas entre Governo e o partido do orador e evidencia a diferença de valores quando associado à antítese. Conferem um especial efeito persuasivo à figura as fórmulas conhecidas invertidas, que estabelecem uma comunhão com o auditório. Veem o seu *ethos* valorizado pelo emprego do quiasmo os deputados do CDS-PP (Paulo Portas e Nuno Melo) e do PS (António Guterres e Alberto Martins). Já o quiasmo complicado (antimetábole) desorienta o discurso e, no exemplo analisado, consubstancia-se no argumento pragmático (vd. Cap. 2), procurando Telmo Correia vaticinar as consequências da incapacidade de decisão do Primeiro-Ministro. De mencionar ainda como figuras de deslocamento a hipálage e a enálage que nos exemplos analisados se relacionam com o *ethos* do adversário. Relativamente às figuras de oposição, a antítese apresenta um papel fulcral no debate, materializando discursivamente a contradição entre as partes, através de uma configuração

variável, apresentando inclusive uma importante função de estruturação dos discursos. Também enquanto figuras de oposição, o oxímoro e o paradoxo, recorrentemente mobilizados pelos partidos do espectro da esquerda, atestam a dimensão polêmica do debate sendo a manifestação de uma atitude de inconformismo e provocação.

Em estreita relação com a argumentação, as figuras de pensamento revelam igualmente o estilo do autor. Como estratégia de destruição do discurso, evidencia-se a ironia, não só pelo seu valor pragmático como pela sua representatividade no *corpus*. Na sua versão antifrástica, revela um julgamento negativo do adversário e realiza-se, frequentemente, através da encenação de um contrário pelo elogio, o que configura um ataque pessoal. A ironia mobiliza diversas figuras retóricas (de entre as quais a hipérbole) e participa de uma estratégia ofensiva, apresentando um papel de desqualificação do adversário, frequentemente com apelo ao ridículo, que visa colocar em causa os valores do outro, pelo apelo à evidência. De salientar a sua ocorrência nos enunciados interrogativos de pressuposição (utilizados, sobretudo, pelas deputadas do PEV e do BE), que revelam a agressividade e uma postura combativa dos oradores, sendo o implícito um dos seus meios de realização. Não obstante ser mobilizada em todas as partes dos discursos, cumprindo a função retórica de *delectare*, configura-se como uma estratégia preferencial de *captatio benevolentiae* no exórdio. De mencionar ainda a importância da ironia e do humor na gestão do *ethos* político, sendo também uma forma de atenuar as críticas e de ganhar a simpatia do auditório. Ora, uma figura que se define como uma autoironia é o cleuasmo, que constrói um *ethos* de modéstia, não apresentando grande representatividade no *corpus*, tal como a contrafissão, figura de dissimulação que se revela, contudo, pertinente na análise, em virtude da clivagem ideológica que revela, com manifestação de uma forte convicção por parte do orador. Por outro lado, a alusão, argumentativa na sua essência, é recorrente nas intervenções dos deputados, que estabelecem através dela uma comunhão com o auditório pelo conhecimento comum, sendo também uma forma de construir um *ethos* de inteligência pela figura do homem culto (cf. Charaudeau, 2014a), no caso das alusões literárias, filosóficas ou outras. Mais vulgarmente, as alusões são relativas a situações célebres do âmbito da política e apresentam, neste caso, uma função lúdica, para além da função de desvalorização; pese embora um ou outro exemplo representativo de derisão, eminentemente polêmico (normalmente da responsabilidade da coordenadora do BE). Constroem a polémica no discurso as figuras de intensificação. Os procedimentos de incrementação pela positiva visam construir, naturalmente,

uma imagem valorizadora da sua imagem e do seu partido. Contudo, no nosso *corpus*, a hipérbole está, sobretudo, ao serviço da retórica do denegrir. Trata-se de construir uma representação o mais negativa possível do outro, quer pela avaliação de um estado de coisas negativo pelo qual ele é responsável, quer pelas suas atitudes ou ações. Os argumentos são amplificados pelos procedimentos quantitativos, fazendo-se apelo aos princípios de inferência emocional, com mobilização de léxico intensivo metafórico, em particular pelo PCP, que invariavelmente recorre à hipérbole na dramatização dos seus discursos, imprimindo-lhe uma forte dimensão patémica. Por parte dos partidos da direita, de mencionar o uso hiperbólico de metáforas e termos metafóricos relacionados com fenómenos naturais, imputando-se o «estado de calamidade» do país aos governos socialistas. A hipérbole, como foi referido, é também mobilizada como meio de veicular a ironia, procedimento este utilizado pelos deputados do PSD nos ataques ao Governo do PS e por Francisco Louçã (BE), mormente numa redução ao absurdo. A lítotes revela igualmente a ironia do BE na censura ao Governo, o que poderia ser entendido como um meio de atenuação da crítica. Um dos procedimentos de gestão das faces é o eufemismo que vigora no discurso político e tecnocrata. Nos exemplos analisados, é utilizado pelos partidos de direita como forma de não comprometer o eleitorado, através da utilização de termos menos drásticos. Já os partidos da extrema esquerda denunciam os eufemismos da direita através do procedimento de julgamento de eufemização. O eufemismo é também utilizado de forma irónica e sarcástica pelo PSD e CDS-PP, respetivamente, nos ataques ao executivo socialista. De mencionar ainda o eufemismo como forma de respeitar as normas regimentais, pela atenuação de atos verbais ofensivos. Inverso ao eufemismo, o disfemismo contribui para a intensificação do descordo e é de uso frequente pelo PCP. A personificação, por seu lado, apresenta um forte valor argumentativo ao impor uma visão de entidades e organismos oficiais como seres caprichosos, como sugere o BE, ou, mais vulgarmente, tomando-se o país, o Governo e os partidos, como pessoas, para lhe atribuir características essencialistas negativas.

Considerando o objetivo da nossa análise, revelam-se de particular interesse as designadas figuras de enunciação e de dialética, que negociam a distância com o interlocutor e constroem o *ethos* dos oradores. De mencionar, na refutação (especialmente do Governo), a interpelação agressiva realizada pela apóstrofe, que se faz acompanhar por FTA, em reação aos ataques de que se é alvo; bem como a apodioxé, figura agressiva que constrói um *ethos* de arrogância, visando a desclassificação do adversário e/ou do seu partido. Como forma de gestão da sua imagem, os

parlamentares recorrem à figura da licença, realizada de forma explícita, por norma, pelo ato de pedir desculpa, como prevenção do ato ofensivo subsequente. Pela precaução oratória, os oradores procuram igualmente salvar antecipadamente a sua face, em virtude das proposições chocantes que possam vir a fazer e que serão objeto de contestação; no *corpus*, destaca-se o uso da figura para construir um *ethos* democrata antecipando a tentativa de deslegitimação dos partidos no poder. Uma das estratégias do discurso antagonista é a prolepse oratória, que refuta antecipadamente o discurso do oponente, de uso frequente pelos deputados do BE e também do PCP. Já a concessão que constrói um *ethos* de moderação, é, sobretudo, mobilizada pelos deputados do PDS e CDS-PP, que, frequentemente, de forma hábil, invertem a orientação do argumento, através da técnica da retorsão, para proceder à desclassificação do adversário. Reveladora do espírito de astúcia dos oradores é igualmente a preterição (uma das figuras de eleição do deputado Carlos Carvalhas), utilizada pela generalidade dos partidos como forma de salientar dados que poderiam estar esquecidos e que, geralmente, não se relacionam diretamente com o assunto em questão, mas que se revelam de grande pertinência para a descredibilização do adversário. De igual modo, a correção se revela uma estratégia recorrente de agravar a crítica ao adversário, pela reformulação do dito, podendo apresentar variados graus de agressividade. É valorizadora do *ethos* quando utilizada num registo humorístico (epanortose), estratégia recorrente em Carlos Carvalhas. Por outro lado, a autocorreção é utilizada como forma de reparação da imagem de si, se utilizada de forma a atenuar a formulação anterior. De mencionar também a força argumentativa da aposiopese pela insinuação na desclassificação do adversário, dispensando o orador de concluir o raciocínio que será completado pelo auditório. Ora, uma das figuras que mais contribuem para a construção do *ethos* político é a parêmbale (correspondente ao hipérbato) que revela o julgamento e o ponto de vista do orador através dos seus comentários meta-discursivos.

Ainda que se verifiquem apelos retóricos ao *ethos* e ao *logos*, é, sobretudo, no plano do *pathos* (pelos quadros de atribuição e de avaliação) que a parêmbale é mais produtiva no nosso *corpus*. De salientar a sua função de *captatio benevolentiae*, consubstanciando-se numa das formas preferenciais de realizar a ironia. Um outro procedimento assaz persuasivo é o dialogismo, que pretende clarificar posição do oponente e, mais frequentemente, ridicularizá-lo (como faz eficazmente o deputado Paulo Portas). Com mais representatividade no *corpus*, de assinalar a subjeção como procedimento de ataque (que veicula uma avaliação ou um julgamento negativo por parte da instância adversária),

sendo de uso sistemático por parte das deputadas Heloísa Apolónia (PEV) e Assunção Cristas (CDS-PP). Para além do seu papel de tematização, a figura reveste-se de pertinência pela vivacidade que confere ao discurso, cortando com a monotonia do monólogo e estabelecendo uma certa convivência com o auditório. De forte intenção persuasiva e, sobretudo, argumentativa registam-se os argumentos apresentados na sua forma interrogativa que orientam o pensamento do auditório, apresentando um valor impositivo. Constitutiva da forma de questionamento do debate parlamentar (Ducard, 2003), a interrogação retórica é de uso recorrente por parte da instância adversária e reveste-se fundamentalmente de uma função incriminadora. De referir, por fim, uma das figuras do *pathos* que revela a subjetividade do orador e que intensifica o sentido do conteúdo das asserções. A exclamação é particularmente expressiva no *corpus* quando está ao serviço da dramatização dos discursos, surgindo como marcador da indignação, e apresenta uma função refutativa (para além de valorizadora da ação política) quando utilizada pelos membros do Governo.

As figuras utilizadas pelos oradores configuram uma componente do seu estilo oratório e valorizam o seu *ethos* político, não podendo ser reduzidas, como observámos, a uma função estética. Certo é que o aspeto figural do discurso apresenta um forte valor ilocutório para a eficácia da comunicação e se revela indispensável para conseguir a adesão a um ponto de vista, ou seja, para persuadir.

A Política é a continuação da guerra por outros meios

Michel Meyer (2018: 152)⁴⁸¹

2.1 Argumentos e técnicas argumentativas de descredibilização

No combate político são mobilizados múltiplos procedimentos pragmático-retóricos que visam a legitimação do seu papel político e a deslegitimação do adversário. Os parlamentares não só defendem um ponto de vista divergente, ou criticam a posição defendida pelo oponente, como justificam as suas teses (apresentam razões) pelos argumentos que utilizam, na tentativa de derrotar o adversário.

Para além de procedimentos retóricos, como as figuras discursivas que contribuem para a persuasão do discurso, os oradores recorrem às provas retóricas para conquistar a adesão do auditório. Pela prova ética (*ethos*), o orador constrói uma imagem suscetível de reforçar a aceitabilidade da tese que defende. Contudo, se os argumentos (*logos*) são dirigidos à razão (as ‘boas razões’ correspondem à prova lógica), a persuasão do auditório requer outras estratégias, que disponham emocionalmente o auditório a aderir ao seu ponto de vista, o apelo às paixões (*pathos*). A eficácia da sua argumentação é, pois, determinante para a adesão do auditório às suas razões.

A questão da argumentação, na nossa perspetiva, não se relaciona com o *logos*, não se trata de uma questão de razoabilidade ou de razão, mas da imagem que é construída de si (*ethos*) pela argumentação. Eis porque todos os procedimentos argumentativos são pertinentes para denegrir o adversário, não sendo considerada a noção de falácia⁴⁸² – sendo antes vista como uma forma de

⁴⁸¹ Michel Meyer inverte, assim, a fórmula de Clausewitz («A guerra é a continuação da política por outros meios») e acrescenta «ela [a política] encarna a diferença no seio do grupo de modo a exprimir ou impor uma identidade, frequentemente a sua».

⁴⁸² A noção de *falácia* é referente ao enunciado ou raciocínio falso que simula uma verdade. Designa-se por *sofisma* o argumento ou raciocínio concebido com o objetivo de produzir a ilusão da verdade, que, embora simule um acordo com as regras da lógica,

contradiscurso, considerando-se as perspectivas de cada indivíduo e a seleção dos argumentos que cada parlamentar considera ser apropriada à circunstância de interlocução.

I – Argumentação sobre a pessoa

Argumento *ad hominem*

No plano do *ethos*, argumentação faz-se sobretudo pelos argumentos *ad hominem* e ataques *ad personam*⁴⁸³. O argumento *ad hominem* (também considerado *ad hominem* circunstancial⁴⁸⁴) é uma estratégia do contradiscurso que visa invalidar a argumentação do adversário, tomando o discurso nos seus próprios termos. Por outras palavras, procura-se mostrar a sua incoerência ou incompatibilidade: «trata-se de argumentar no sistema de crenças e valores do adversário para, a partir daí, destacar uma contradição» (2010b: 87), esclarece Plantin na esteira de Locke ([1690]). Gauthier refere a argumentação *ad hominem* como uma argumentação periférica, na medida em que este tipo de argumentação é de ordem estratégica. Trata-se de «arguments qui ne soutiennent pas leur [des hommes politiques] vision du monde mais se rapportent au cadre oppositionnel du politique», «ne portent pas sur les enjeux idéologiques de la politique» (1995:170).

O líder do CDS-PP mobiliza o argumento *ad hominem* para atacar o Primeiro-Ministro António Guterres, como forma de mostrar a perda de identidade do Partido Socialista (1).

apresenta, na realidade, uma estrutura interna inconsistente, incorreta e deliberadamente enganosa. A argumentação que aparenta verosimilhança ou veracidade, mas que comete involuntariamente incorreções lógicas é designada de *paralogismo*.

⁴⁸³ Na presente tese, distinguimos, na linha de Plantin ([1996]) o argumento *ad hominem* do ataque *ad personam*.

⁴⁸⁴ Conquanto se considere, de forma clássica, três variantes do argumento *ad hominem* a sua definição não é consensual. Gauthier (1995) propõe uma distinção entre o argumento *ad hominem* lógico, o circunstancial e o pessoal. O argumento *ad hominem* lógico (*ad hominem* para Perelman e Olbrechts-Tyteca [1958]) coloca em causa, por via de uma incompatibilidade formal, a posição do adversário (uma ideia, um ponto de vista), evidenciando a contradição entre duas posições que ele pretende sustentar). Trata-se, portanto, de uma contradição entre um «dizer» e outro «dizer». A contradição entre um «dizer» e um «fazer» é referente ao argumento *ad hominem* circunstancial (assim considerado também por uma grande parte dos investigadores), correspondente ao argumento *ad personam* para Perelman e Olbrechts-Tyteca, e identificado também com o argumento *tu quoque*. Gauthier refere que o *ad hominem* circunstancial apresenta um lado mais pragmático, visto que coloca em causa uma contradição entre uma assunção e um comportamento, atitude ou traço da pessoa que mostra esta posição. Na sua obra *Ad hominem arguments*, Douglas Walton define-o da seguinte forma: «The circumstantial is characterized primarily as an allegation of pragmatic inconsistency between the arguer's personal circumstances and his arguments» (1998: 211). Na presente tese, não fazemos a distinção entre os argumentos *ad hominem* lógico (correspondentes, geralmente, ao *ad hominem*) e circunstancial, elencando, contudo, algumas variantes do argumento *ad hominem* (designadamente, argumento da *girouette*, argumento do *tartufo*, argumento *da culpa por associação* e argumento do *dever*) na esteira de Gauthier (1995), bem como consideramos a variedade do argumento *tu quoque*.

- (1) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...]Lembro-me que, quando discutimos a reforma da segurança social, o senhor dizia «os senhores estão com as seguradoras..., os senhores querem enriquecer as seguradoras...», só porque nós defendíamos a liberdade de os mais novos programarem a sua velhice como entendessem, no público, no privado ou em lugar nenhum. Pelo contrário, agora, o senhor encomenda um orçamento retificativo a pedir mais deduções fiscais para os PPR, mais deduções fiscais para as PPA, mais deduções fiscais para os PPE. O senhor, agora, quer enriquecer as seguradoras, Sr. Primeiro-Ministro! O senhor agora é que quer dar deduções fiscais para os cidadãos irem fazer planos de poupança para as seguradoras. Quando eu dizia o que dizia, era advogado das seguradoras. E o senhor, agora, o que é?! (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 38)

Como procedimento de refutação, é de utilização frequente, evitando-se assim responder às acusações de que se é alvo⁴⁸⁵. Afinal, é mais eficaz desacreditar o autor do que refutar o seu ponto de vista: «aquele que quiser atacar um testemunho ou uma apreciação, procurará, pelo contrário, estabelecer uma solidariedade entre o agente e os seus atos, desqualificando aquele de quem emanam» (Perelman, 1993: 111). Dada a sua onnipresença no discurso político, consideramos com Gauthier (1995) diferentes tipologias do argumento *ad hominem*.

Argumento da *girouette*

Recorrentemente usado no discurso político, o argumento da *girouette*⁴⁸⁶ consiste em censurar alguém pelo facto de ter mudado de ideias, não só que se refere à mudança de um ponto de vista ou tipo de ação, mas também de partido ou de política (Gauthier, 1995:176). Advirta-se, contudo, que a falta de coerência pode ser repelida em nome do tempo que passou e da mudança de circunstâncias.

Ora, o caso do anúncio da demissão de Paulo Portas, cuja decisão era «irrevogável», foi objeto de derisão da parte dos partidos da esquerda, que fizeram uso de alguma criatividade nas alusões ao caso. A deputada do PS, por exemplo, atribui um epíteto ao Vice-Primeiro-Ministro (2), reforçando ainda a incoerência da sua posição pela mobilização da figura da derivação.

⁴⁸⁵ McMurtry (1986) identificou um outro tipo de argumentação, falaciosa («a kind of *ignoratio elenchi*»), que desvia o argumento para uma premissa irrelevante, reencaminhando a discussão para o alegado comportamento ou propriedade de um adversário comum: o *argumentum ad adversarium*. O autor dá como exemplo o apelo consistente *ad adversarium* da administração Reagan dos Estados Unidos em resposta às críticas internas às suas políticas, bem como às críticas aliadas em vários países do terceiro mundo, desviando regularmente o argumento para denúncia da União Soviética, um adversário comum, tanto para os americanos como para os outros países do mundo (*id. ibid.*: 27-28). «What makes this move of argument a fallacy is that it does not address the question at hand, but evades it by digression onto another topic. What allows it to succeed in this digression is that it strikes at a ready-made adversary whom the audience has a current disposition to attack.», esclarece o autor (*ibid.*: 27).

⁴⁸⁶ O argumento da *girouette*, que poderíamos traduzir à letra por *catavento*, ou mais propriamente por *vira-casacas*, não se encontra com esta designação na lista dos argumentos apresentada por Plantin no seu *Dictionnaire de l'argumentation* (2016) – tal como o argumento do *tartuffe* –, embora tenha sido considerada por Woods e Walton (1982) e Gauthier (1990).

- (2) A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): – [...] E se a palavra deste Primeiro-Ministro mostrou nada valer ao longo dos tempos, a da seu parceiro, Vice-Primeiro- Ministro, o «*irrevogável*», também não lhe ficou em nada atrás. É que dizer que se ficasse no Governo era um ato de *dissimulação*, então, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, terá oportunidade de vir aqui encerrar este debate *dissimulado*, pois claro, porque ficou no Governo. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 64)

Lembrando a subida do IVA no anterior Governo de coligação PSD/CDS-PP, o Primeiro-Ministro confronta Nuno Melo (CDS-PP) com a sua mudança de posição relativamente ao aumento de impostos, avançando com uma justificação que coloca em causa a sua credibilidade política (3). Mais tarde, nesse mesmo debate (2005), Pires de Lima refuta a acusação (4), mobilizando a figura da apodioxo, e retorque pelo mesmo argumento da *girouette*.

- (3) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): – [...] Sr. Deputado, há um ponto sobre o qual tem de dar uma explicação: por que é que considerava, há três anos, que tendo um défice de 4,2% precisava de aumentar o IVA e agora, que temos um défice de 6,83%, já considera que não é preciso aumentar impostos nenhuns? Vou dizer-lhe porquê: o senhor agora está na oposição e, portanto, isso deve-se apenas a um comportamento de oportunismo político absolutamente evidente e que se impõe com clareza a qualquer pessoa. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1710)
- (4) (a) O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): – [...] Sr. Primeiro-Ministro, *deixe-me dizer-lhe, com toda a calma, que V. Ex.^a não está em condições de dar lições de coerência ao Grupo Parlamentar do CDS*. É um facto [...] que o CDS está de acordo com algumas das medidas que este Governo tem implementado no sentido de moralizar e equiparar as regras na área da segurança social, no sentido de controlar a despesa corrente, por exemplo, [...].
- (b) *O que é novo, neste caso, é a sua posição: é porque, enquanto foi líder da oposição ou mero Deputado do Partido Socialista, V. Ex.^a sempre se opôs aos esforços do nosso governo no sentido de introduzir essas regras e essas equiparações.* [...] (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1721)

Argumento do tartufo

O argumento do tartufo (impostor) deve o seu nome à personagem Tartuffe, de Molière. Trata-se de um argumento (circunstancial) que evidencia a contradição entre um «dizer» e um «fazer» (1995:176). Consiste, portanto, em salientar a incompatibilidade entre a conduta de um adversário e o discurso que ele sustenta (Gauthier, 1995).

A acusação de satisfazer as clientelas partidárias (5)-(6), *topos* discursivo em todas as legislaturas, é feita com recurso ao *argumento do tartufo*, sustentado em (5) pela citação, que coloca em contradição as palavras e as ações de António Guterres.

- (5) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): [...] Há anos, alguém dizia: «As duas principais razões que levaram à derrota do PSD foram a arrogância e o clientelismo. Dois pecados que o PS não pode repetir. *No jobs for the boys*», assim dizia o Primeiro-Ministro, Eng.º António Guterres, em 15 de Outubro de 1995. Passados quase quatro anos, já é claro quanto valeram também estas promessas do Partido Socialista. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 40)

- (6) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — [...] *Ou seja, a habilidade jurídica, para quem prometeu ser diferente — e é isso que está em causa —, é óbvia, mas a hipocrisia política é total. O Primeiro-Ministro prometeu, mas não cumpre. O Primeiro-Ministro apresenta uma proposta de lei «para português ver» e, no entanto, sem lei e sem vontade política de a aprovar, vai satisfazendo, «sem rei nem roque», as clientelas partidárias, que, no passado, tanto recriminou.* (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 28)

Igualmente em (7), o Secretário Geral do PCP acusa António Guterres de ter mudado de opinião já no seu papel de Primeiro-Ministro. Note-se a indignação do orador, pelo ataque incisivo com recurso à pergunta acumulativa que intensifica a acusação de contradição. Em intervenção posterior (8), Carlos Carvalhas reforça a acusação, amplificando o argumento pela representação das palavras de António Guterres enquanto deputado da oposição, condenado a sua atitude pela ironia no enunciado de modalidade avaliativa («*Bonitas palavras!*»).

- (7) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] A pergunta que gostaria de lhe colocar é a seguinte: o que é que o Sr. Primeiro-Ministro responderia ao Deputado na oposição, Eng. Guterres, quando este dizia que estava chocado com o aumento do desemprego? Ou quando protestava por o governo do PSD aumentar a idade de reforma das mulheres dos 62 para os 65 anos? [...] O que é que responde hoje, Sr. Primeiro-Ministro? Ou quando, numa tirada inflamada, dizia que «o PS nunca admitirá que sejam os trabalhadores, os únicos, quase em exclusivo, a pagar os impostos». Onde está a mudança, Sr. Primeiro-Ministro? Será este o tal rigor económico com consciência social? (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 17)
- (8) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] Que dirá hoje o Primeiro-Ministro ao Secretário-Geral do Partido Socialista que, no último debate sobre o estado da Nação, em Junho de 1995, aqui afirmava solenemente: «*Nós, o PS, não nos resignamos a que sejam os trabalhadores por conta de outrem a suportar a quase totalidade dos impostos diretos em Portugal nem nos resignamos com o laxismo face às fraudes e à evasão fiscal*». *Bonitas palavras! Bem pregava Frei Tomás...*! (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 38)

A expressão proverbial⁴⁸⁷ («Bem pregava Frei Tomás») (8) apresenta-se como um suporte para referir uma situação particular (neste caso a contradição de António Guterres), deixando ao coenunciador (o destinatário/ o auditório) a determinação da ligação entre os dois (Maingueneau, 2016: 195), já que para «para bom entendedor, meia palavra basta». Usa-a na versão completa o deputado do CDS-PP (9) para descredibilizar o Primeiro-Ministro José Sócrates. O tom sentencioso constrói um *ethos* específico que marca o desfasamento entre o enunciador e o responsável pela asserção, a sabedoria popular. Guilherme Silva apela também à autoridade do povo, estabelecendo assim uma convivência com o auditório, e utiliza-a na forma de paráfrase (10) para denunciar a hipocrisia de António José Seguro, acusando-o não ter intenção de cumprir o Memorando de Entendimento com a troika, assinado pelo PS.

⁴⁸⁷ «L'énonciation proverbiale est foncièrement polyphonique» (Maingueneau, 2016: 195), já que se trata de recuperar pela enunciação um número ilimitado de enunciações anteriores (de todos aqueles que já proferiram o provérbio). A voz do enunciador dá voz a outras vozes, à sabedoria do povo, a quem, de facto, se atribui a responsabilidade do enunciado.

- (9) O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): - [...] ao nível dos privilégios dos políticos e na Administração Pública, deixe-me dizer-lhe que, na sua linguagem, estão misturadas algumas regras de elementar justiça mas também um populismo absolutamente desagradável, lamentável e inaceitável. [...] Ora, o que verificamos é que o Governo faz uma parte do discurso mas não a outra. Ainda por cima, V. Ex.^a *não dá qualquer exemplo de coerência porque veio a esta Câmara, de uma forma algo populista, considerar completamente inqualificáveis e injustificadas as pensões dos Deputados quando V. Ex.^a revela que não está em condições de abdicar da reforma que lhe corresponde. É caso para dizer: "Bem prega Frei Tomás. Fazei o que ele diz mas não o que ele faz"!* (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, pp. 1721-1722)
- (10) O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — [...] O Secretário-Geral do Partido Socialista transformou-se num verdadeiro Frei Tomás. Diz uma coisa e faz outra! Como seria descaramento a mais assumir que, pura e simplesmente, não respeitava o Memorando, que o PS negociou e assinou com a troica, vai apregoando, embora cada vez menos, que honrará tais compromissos. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 41)

A incapacidade em manter as promessas eleitorais é um *topoi* de ataque *ad hominem* no debate (e no discurso político em geral), como se pode observar pela intervenção de Carlos Carvalhas (11). Repare-se como a operação de descridibilização do Primeiro-Ministro é reforçada pela figura da anáfora («cumprindo as promessas»), configurando-se o caso particular da Casa do Douro numa prova da falta de palavra de Durão Barroso («eles acreditaram nas suas palavras»). Note-se também a estratégia persuasiva da referência à «pipa de vinho», como forma de imprimir nos espíritos a tese veiculada pelo orador. O carácter polémico da intervenção é ainda visível pela mobilização de atos diretivos nas orações coordenadas disjuntivas, bem como pelo predicador adjetival de natureza avaliativa no ato ilocutório expressivo («porque o que o senhor fez é inaceitável»).

- (11) (a) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — Sr. Ministro, é necessário que a democracia cresça e se aprofunde, mas que cresça e se aprofunde, *cumprindo as promessas*. [...] *Cumprindo as promessas* em relação aos impostos, *cumprindo as promessas* que o senhor fez em relação aos deficientes, designadamente, dizendo que ia atualizar as tabelas de indemnizações. Só que estamos em julho e o senhor não fez absolutamente nada! *Também prometeu* aos agricultores durienses que ia resolver o problema das dívidas da Casa do Douro, eles acreditaram nas suas palavras e até lhe deram uma pipa de vinho.

Neste momento, o orador exibiu uma imagem de jornal onde se via o Sr. Primeiro-Ministro junto a uma pipa de vinho.

- (b) Sr. Primeiro-Ministro, ou cumpre as promessas ou, então, devolva a pipa, porque o que o senhor fez é inaceitável! (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5890)

Face à vaga ou ambígua promessa de não aumentar os impostos, a deputada de Os Verdes pressiona o Primeiro-Ministro José Sócrates a comprometer-se com o anteriormente dito (12), justificando a desconfiança pelo conhecimento doxal veiculado pelo provérbio – também considerado como um argumento pelo indício⁴⁸⁸ – que configura um ataque *ad hominem*.

⁴⁸⁸ Trata-se de um tipo de argumento presuntivo. Tome-se, a título exemplificativo, a inferência de que há fogo, em virtude do princípio de que «não há fumo sem fogo».

- (12) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (PEV)— [...] Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de saber se consegue transformar essa sua afirmação [«não está previsto mais aumento de impostos»], que já aqui proferiu diversas vezes hoje, em «Durante esta Legislatura, não vai haver mais aumentos de impostos». Gostaria de lembrar ainda que o Sr. Ministro das Finanças, mal tivemos conhecimento de que ia ocupar esse cargo, referiu que havia uma probabilidade de aumentar os impostos. O Sr. Primeiro-Ministro veio logo a seguir dizer que não estava previsto qualquer aumento. Afinal, os impostos aumentaram. Sr. Primeiro-Ministro, como «gato escaldado de água fria tem medo», temos de nos habituar a tomar muita atenção àquilo que os Srs. Ministros deste Governo vão dizer. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1718)

Recorrendo igualmente ao carácter imemorial do provérbio⁴⁸⁹, o deputado do CDS-PP adota outra estratégia para descredibilizar o Primeiro-Ministro pelo mesmo motivo (no mesmo debate): mostra-se cortês no ataque (13), pela modalização epistémica. Como procedimentos de mitigação, António Pires de Lima mobiliza a concessão e a licença, contruindo deste modo um *ethos* positivo, de moderação.

- (13) O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP):— [...] Sr. Primeiro-Ministro, no que diz respeito aos impostos, sei que V. Ex.^a não previa aumentar os impostos, mas aumentou. Sei que o Partido Socialista e o seu Governo estão cheios de boas intenções, mas perdoe-me que lhe diga que «de boas intenções está o inferno cheio!» (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1722)

A citação das palavras do adversário é um procedimento eficaz para desmascarar a sua contradição. Note-se a estratégia de descredibilização do Primeiro-Ministro conduzida pelo líder do grupo parlamentar do CDS-PP de atribuir a autoria das citações no final, de forma a captar a atenção (14a). Repare-se também na qualificação antitética de Sócrates «bonzinho» (e na ironia conseguida pelo sufixo) / «zangado com os portugueses» (14b), ameaçadora da sua face. Destaca-se um aspeto da sua personalidade para mostrar como o «País» foi enganado pelo Sócrates que agora governa, designadamente no que respeita ao aumento dos impostos, à venda de património e às nomeações partidárias (14c). De salientar a oposição dinâmica pela utilização da estrutura paralelística (14c), que cria um forte efeito persuasivo.

- (14) (a) O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: 10 de Julho de 2002 - esta data diz-lhe certamente qualquer coisa. Vou dar-lhe uma ajuda, Sr. Primeiro-Ministro. Nesse dia, aqui no Parlamento, dizia um Deputado da oposição o seguinte: "Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, nada minou mais a confiança dos portugueses na sua economia e nas suas instituições políticas do que a fraude nacional cometida pelo seu Governo!". [...] E continuava: "Nada alterou mais a relação de confiança do que um governo que prometeu baixar os impostos e os aumentou!". [...] E dizia ainda: "Isso contribuiu para deprimir o País, para afastar os portugueses da sua relação de confiança e de otimismo de um Governo que entrava em funções e foi fatídico para atingir os indicadores de confiança nos seus corações." Sabe quem dizia isto, Sr. Primeiro-Ministro? O Eng.º José Sócrates, Deputado socialista, então na oposição.

⁴⁸⁹ O provérbio caracteriza-se pela sua indexação à sabedoria popular (tem, portanto, um carácter imemorial) e pela sua forma fixa: é um enunciado curto, estruturado geralmente de forma binária e recorre frequentemente à rima, estabelecendo também simetrias sintáticas e semânticas, de forma a facilitar a sua memorização.

(b) E sabe em que debate, Sr. Primeiro-Ministro? Exatamente no debate sobre o estado da Nação, que teve lugar três meses depois da tomada de posse do governo da maioria PSD/CDS-PP. É extraordinário, não é?! Dificilmente encontraríamos agora melhores palavras para descrever o que o País sente perante o seu desempenho e o do seu Governo, passados pouco mais de três meses de ter entrado em funções, do que as suas próprias palavras de há três anos. *Digamos que o tempo tem revelado duas personalidades distintas na mesma pessoa: a personalidade do Eng.º Sócrates, bonzinho, na oposição; e a personalidade do Eng.º Sócrates Primeiro-Ministro, zangado com os portugueses, na governação. O que é grave é que a personalidade do Primeiro-Ministro zangado se tem revelado a personalidade dominante.* Acontece que o País votou maioritariamente no outro Eng.º José Sócrates, no Deputado socialista na oposição, Secretário-Geral do PS,... [...] não no Primeiro-Ministro *que, ganho o poder, se lhes tem revelado, todos os dias, uma pessoa diferente.*

(c) Os portugueses votaram num político que os convenceu dizendo-lhes que não ia aumentar impostos, não no político que, de uma assentada, aumentou o IVA, o IRS, o imposto sobre os produtos petrolíferos e o imposto sobre o tabaco. [...] Os portugueses votaram no político que [...] se insurgia contra a venda de edifícios do Estado [...], não votaram no político que, agora, já considera a venda de património do Estado, em concreto de edifícios, também a coisa mais normal do mundo. Os portugueses acreditaram no político que lhes garantiu que não faria nomeações para a função pública antes de aprovada uma lei, na Assembleia da República, que definisse os respetivos critérios; não votaram no político que quando veio discutir essa lei já tinha feito o essencial dessas nomeações. [...] (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1708)

Argumento de culpabilidade por associação

O argumento de culpabilidade por associação⁴⁹⁰ tem como objetivo lançar o descrédito sobre o adversário, tornando-o, de alguma forma, responsável por uma ação supostamente repreensível de uma pessoa ligada à formação partidária à qual pertence (15)-(16), a uma doutrina ou formações impopulares (pretende-se valer o provérbio «Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és»).

Observe-se, por conseguinte, como o Primeiro-Ministro refuta as acusações de «claustrofobia democrática» lançadas por Luís Marques Mendes (PSD), mobilizando um argumento de culpabilidade por associação (15), na variedade *tu quoque* (vd. *infra*). Argumento mobilizado igualmente por António Vitorino na sua réplica indignada ao líder do PSD (16).

- (15) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Sr. Deputado Marques Mendes, em primeiro lugar, gostaria de saber onde está a sua autoridade moral para falar disso. Lembro-me que foi com um governo de que o senhor fez parte que o Nobel Saramago foi censurado, num livro, e impedido de concorrer a um prémio internacional. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 18)

⁴⁹⁰ Trata-se de um argumento *ad hominem* circunstancial (fr. *de culpabilité par association*; ing. *guilt by association*), estudado por Toulmin, Riecke e Janik (1978), Engel (1980), Kahane (1971/1988) e Gauthier (1990). Este tipo de argumento é designado genericamente por *ad hominem*. Gauthier define-o como o argumento que «tente de faire rejallir sur un opposant l'opprobre qui pese au premier chef sur un tiers auquel on cherche de façon injustifiée à l'associer» (1995:178-179). Neste argumento «the arguer is attacked on bases of some group he belongs to or is associated with» (Walton, 1998: 237). Segundo o autor, é um tipo de argumento *ad hominem* «in a broader way that discredits an argument by arguing that the arguer belongs to a group whose views are 'not worth listening to as serious arguments'» (*ibid.* 238-239).

- (16) O Sr. **António Vitorino** (PS): — [...] É um pouco chocante ouvir o Sr. Deputado Marques Mendes fazer o epitáfio do sistema público de segurança social, *embora reconheça que, sobre esta matéria, sabe do que fala. Digo-o porque durante 10 anos o governo de que fez parte não cumpriu a Lei de Bases da Segurança Social, não fez as transferências necessárias do Orçamento do Estado para o orçamento da segurança social e, portanto, naturalmente, criou as dificuldades financeiras que são conhecidas.* [...] Devo dizer-lhe [ao Sr. Deputado Marques Mendes] ainda que é preciso ter algum topete para vir fazer agora a apologia das contribuições individuais e da responsabilidade individual para com a segurança social quando foi o governo do PSD e do CDS que decidiu acabar com os benefícios fiscais aos planos poupança reforma, provavelmente uma das maiores machadadas na credibilidade desse modelo. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, pp. 6727-6728)

É um lugar comum a redução do Partido Comunista Português a uma correia de transmissão do comunismo soviético (18)-(19), pelo que argumento de culpabilidade por associação é, sobretudo, mobilizado como estratégia de contra-ataque àquele partido (17)-(18)-(19), principalmente nos primeiros debates sobre o estado da Nação; pese embora o seu uso pelo Ministro-José Sócrates, já na década seguinte (19). Em muitas ocasiões, este tipo de argumento é acompanhado da figura da apodioxé (17a)-(19b), construindo um *ethos* de superioridade e de arrogância, como atesta a intervenção de José Sócrates, recusando argumentar as acusações de «autoritarismo» e de abuso de poder.

- (17) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — [...] Sr. Deputado Lino de Carvalho, *nós não aceitamos lições de quem dirigiu o desvario da reforma agrária.*
O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Não vá para a cassete! Não faça *faena*!
(b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — A verdade não é uma cassete! O senhor foi violento! Poi isso, *permita-me recordar-lhe o contributo que o senhor e o seu partido deram para a degradação das condições de vida dos alentejanos.* (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 3002)
- (18) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — O Sr. Deputado acha que o nosso país é um país em que a liberdade de imprensa está em causa!? O Sr. Deputado consegue explicar essa sua opinião de forma objetiva, no país e fora do país?
O Sr. **João Amaral** (PCP): — Consigo!
O Sr. **Carlos Coelho** (PSD): — Não, não consegue!
O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — *Ainda por cima vindo de si!! Vindo do seu partido!!...* [...] Penso que o Sr. Deputado ainda terá alguns fantasmas na cabeça! (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 3001)
- (19) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Deputado, estou muito familiarizado com os vossos métodos. Durante muitos anos, o seu programa *político era a ditadura do proletariado!*
O Sr. **Jerónimo Sousa** (PCP): — Já nem o CDS usa esse argumento!
Risos do PSD e do CDS-PP.
(b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Deputado, nunca achei que essa fosse a solução. [...] *O que é espantoso é que quem tenha defendido a ditadura do proletariado durante a democracia, em Portugal, venha agora dar ao PS lições de democracia e de liberdade! É por isso que nós não as aceitamos, Sr. Deputado.* (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 45)

Diferente estratégia argumentativa é utilizado por Rui Rio no primeiro debate sobre o estado da Nação (20). O orador não só procura desvalorizar a intervenção do Secretário-Geral (referindo o carácter habitual do discurso do PCP: um discurso «miserabilista») como aproveita, através de uma manobra de dispersão, para invalidar qualquer argumento que pudesse ser proferido pelo adversário, mobilizando o argumento designado por envenenamento do poço⁴⁹¹ (vd. *infra*).

- (20) O Sr. **Rui Rio** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, é um pouco difícil colocar questões sobre o discurso que V. Ex.^a acabou de proferir, na medida em que *praticamente nada trouxe de novo*. [...] *Não se referiu V. Ex.^a às privatizações*, mas a verdade é que o Partido Comunista tem aludido demais às privatizações e até tem pedido instauração de inquéritos sobre essa matéria. Ora, *escândalos nas privatizações não há, escândalo foram as nacionalizações feitas do dia para a noite* [...]. A pergunta concreta que lhe deixo é a seguinte: tem críticas a fazer em matérias de privatizações? Qual é, afinal, o modelo que VV. Ex.^{as} defendem para as privatizações? O modelo bolchevista? O modelo de 1975? Ou terão «na manga» outro modelo, que aqui nos irão apresentar hoje? (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 3011)

De igual forma, o deputado do CDS-PP recorre à estratégia de envenenar o poço, evidenciando as alianças nefastas do PS com os partidos ditos de esquerda radical (21).

- (21) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Foi também o Partido Socialista que, para chegar ao poder, escolheu [...] construir uma solução e uma parceria *com forças políticas que são hostis à iniciativa privada, não acreditam na Europa e querem até sair do euro*. Srs. Deputados, as opções têm consequências. Foi o PS que escolheu para parceiros *alguns daqueles que andaram por essa Europa fora de braço dado com tudo o que era força radical e extremista* [...] Sr. Primeiro-Ministro, acha que os nossos parceiros europeus não os ouvem? Que não ouvem o que os senhores aqui dizem? *Acha que os nossos parceiros europeus não tomam conhecimento dos seus pactos com a esquerda radical?* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 47)

É também frequente o recurso ao argumento de culpabilidade por associação, de forma a mitigar o valor político indiscutível de um adversário, concentrando a atenção no partido, mais crítico à qual ele pertence. Por outro lado, é um *topoi* de ataque o argumento que imputa a responsabilidade ao Primeiro-Ministro dos erros cometidos pelo seu antecessor (vd. *infra*).

⁴⁹¹ Um outro subtipo de culpabilidade por associação referido por Walton é *poisoning the well by alleging group bias*: «Person *a* has argued for thesis *A*. But *a* belongs to or is affiliated with group *G*. It is known that group *G* is a special-interest partisan group that takes up a biased (dogmatic, prejudiced, fanatical) quarreling attitude in pushing exclusively for its point of view. Therefore, one cannot engage in open-minded critical discussion of issue with any members of *G*, and hence the arguments of *a* for *A* are not worth listening to or paying serious attention to in a critical discussion» (1998: 239).

Argumento do envenenamento do poço

Considerado um caso especial de *argumentum ad hominem*, o *envenenamento do poço*⁴⁹² configura uma argumentação que não é necessariamente dirigida a ninguém em particular, mas a qualquer potencial adversário. Consiste na desqualificação antecipada dos argumentos do oponente, utilizando-se «uma linguagem tendenciosa» (Weston, 1996: 71), de forma a ridicularizar ou desacreditar as intervenções que essa pessoa venha a fazer.

Ora, no segundo *debate sobre o estado da Nação*, Pacheco Pereira começa por desclassificar António Guterres pelo procedimento que Ilie (2004b) designa como «estratégia de transferência de atribuição»⁴⁹³. Mobiliza o axiológico negativo «demagogia», como qualificação essencialista do seu discurso, agravando ainda a ofensa pela acusação de irresponsabilidade (22). O argumento do envenenamento do poço («Ninguém que pretenda apresentar-se como um candidato credível ao cargo de Primeiro-Ministro fala de matérias delicadas tais como os direitos dos cidadãos e a justiça com a irresponsabilidade com que o Sr. Deputado António Guterres o faz e com a *cobardia ...*») reforça a operação de descrédito do líder da oposição.

(22) O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Guterres, tinha a intenção de falar sobre a principal estrutura de todos os seus discurso, *a demagogia*. Mas devo dizer-lhe que as suas últimas declarações mostram que *por trás da demagogia há pura irresponsabilidade. Ninguém que pretenda apresentar-se como um candidato credível ao cargo de Primeiro-Ministro fala de matérias delicadas tais como os direitos dos cidadãos e a justiça com a irresponsabilidade com que o Sr. Deputado António Guterres o faz e com a cobardia ...*

O Sr. **José Magalhães** (PS): - Cobardia?!... (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2858)

Numa intervenção de contradiscurso, o Ministro dos Assuntos Parlamentares desacredita o líder do PSD pela denúncia da estratégia do poço envenenado. A fim de evitar a eleição de um Governo socialista, Durão Barroso não evitou esforços para desacreditar o adversário, pelo apelo ao medo,

⁴⁹² Ing. *Poisoning the well*. Segundo Walton, «The bias subtype of ad hominem is addressed to a single argument *a* and has the conclusion that *a* is not acceptable (or is less credible) because the proponent *a* of *a* is biased. The poisoning the well subtype is an extension of the bias ad hominem that puts forward the stronger conclusion that every argument advanced by *a* in the critical discussion is not acceptable. The reason given is that *a* has fixed bias, so whenever any argument comes up, she always advocates a particular point of view and is never really open to the arguments on both sides. » (1998: 230). O esquema argumentativo será, portanto: 1. For every argument *a* in a dialogue *D*, person *a* is biased. 2. Person *a*'s bias is a failure to take part honestly in a type of dialogue *D*, that *a* is part of. 3. Therefore *a* is a bad person. 4. Therefore *a* should not be given as much credibility as it would have without the bias. » (*id.*, 1992a: 231).

⁴⁹³ «[*Attribution transfer strategy*] consists in the speaker's making use of indirect attribution strategies in order to avoid taking direct responsibility for using derogatory qualifiers to characterize someone. Thus, instead of directly applying a negative qualifier to the target him/herself, the insulting MP applies it (by transfer) instead to one of the targeted person's acts or statements» (Ilie, 2004b: 59).

como postulado pelo orador (23). Repare-se como o comentário metadiscursivo do Ministro dos Assuntos Parlamentares categoriza os Comunistas pela «encenação de um *contrarium*»⁴⁹⁴ (cf. Eggs, 2009), sublinhando deste modo o preconceito do PSD, e em especial do seu líder.

- (23) O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (António Costa) – o Dr. Durão Barroso, em Agosto de 1995, dizia: «É um perigo para o País ter um governo do PS, que será necessariamente fraco, dependendo do apoio parlamentar dos comunistas (...)» – criaturas sinistras... – «(...)», com um Primeiro-Ministro que não tem experiência da governação e muito menos das questões europeias. Faz promessas, que implicam um aumento na despesa, absolutamente incontroláveis. Por exemplo, desde o rendimento mínimo garantido aos aumentos incontroláveis com a educação e com a saúde». [...] Mas, para que não restassem dúvidas do «horror» que iam ser quatro anos de Governo do PS, o então candidato Durão Barroso escreveu uma carta aos seus eleitores de Lisboa e explicou quais eram as consequências das «promessas irresponsáveis do PS»: aumento de impostos, subida do custo de vida, subida das taxas de juro, aumento do desemprego, degradação dos salários, degradação das pensões. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 46)

Argumento *tu quoque*

Variante do argumento *ad hominem*, o argumento *tu quoque*⁴⁹⁵ («olha quem fala»), remete para o provérbio «Quem tem telhados de vidro não atira pedras». Visa, portanto, desqualificar a argumentação do outro, por considerá-lo hipócrita, ou seja, por não praticar o que defende. Consiste em rebater uma crítica com um ataque ao oponente, em que se assinala uma inconsistência entre as suas afirmações feitas em épocas diversas, entre as suas ideias e as suas ações no passado ou no presente.

Ora, atente-se na intervenção do deputado do PSD (24), que rebate o argumento do Primeiro-Ministro com outra acusação, desviando assim a atenção do mérito do argumento e focando-a no adversário.

- (24) O Sr. **Carlos Encarnação** (PSD): – [...] Gostaria de comentar, interrogando, cinco pontos relativos ao comportamento do Sr. Primeiro-Ministro. [...] *a sua tendência para a amnésia*. V. Ex.^a *esquece muito facilmente aquilo que dizia há algum tempo atrás*. E, concretamente, *esquece que há oito meses acusava o PSD de, antes de conhecer o Orçamento do Estado, denunciar como iria votar. Agora quer V. Ex.^a que façamos o mesmo, que façamos a declaração de voto em relação ao Orçamento do Estado sem sequer o conhecermos e sem sabermos como V. Ex.^a vai utilizar o dinheiro dos impostos!* (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 20)

⁴⁹⁴ Seguindo a teoria tradicional, Eggs postula que a ironia é uma espécie de eco de um comportamento social sujeito a crítica porque devia (e poderia) ser de outra forma (Eggs, 2009: parágrafo 45).

⁴⁹⁵ A variedade *ad hominem tu quoque* denuncia as inconsequências lógicas (nas opiniões) ou pragmáticas (entre as palavras e os atos, entre o dizer e o fazer) – neste último caso, corresponde ao argumento do Tartufo identificado por Gauthier –, e é semelhante à autofagia (Buffon, 2002: 294). Entendendo-se por *autofagia* a incompatibilidade de um discurso com as suas condições de enunciação, as suas consequências ou as suas condições de aplicação. Etimologicamente, a ideia «come-se ela própria», isto é, autodestrói-se, já que faz surgir a incoerência de um propósito, expondo, por vezes, o seu enunciador ao ridículo (Robrieux, 2015).

De forma estratégica, Paulo Portas evita uma eventual refutação do argumento que denuncia a inconsequência pragmática (argumento *tu quoque*) do Primeiro-Ministro ao convocar a autoridade de um especialista da confiança do Partido Socialista (o Governador do Banco de Portugal⁴⁹⁶).

- (25) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): —[...] Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a diz «não faço truques orçamentais», acusando sempre outros de os fazerem. Não há dúvida nenhuma! *Ora, a transformação da Estradas de Portugal em sociedade anónima é exatamente o exemplo do que é um truque orçamental!* [...] Aliás, não sou eu que o digo, Sr. Primeiro-Ministro. Quem o diz é o Prof. «Vitor Inconstância»! *Só que, na altura do anterior governo, a Estradas de Portugal não podia sair do défice, segundo o «relatório Constância»; agora, não se sabe o que pensa o Dr. Vitor Constância sobre o facto de ser não apenas uma EPE como uma sociedade anónima.* [...] (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 56)

Argumento do dever

Um outro tipo particular de argumento *ad hominem* referido por Gauthier (1995) é o designado *argumento do dever*, que consiste em afirmar que um adversário não adotou, em determinadas circunstâncias, a conduta apropriada.

Tal é o caso polémico da manutenção das regalias «injustificadas» do Governador do Banco de Portugal (26), que apela também à regra da justiça (*vd. infra*); e das «delações» constantes sob a governação de Sócrates (27), que contrariam o que é suposto ser um estado democrático. Note-se a gravidade da ofensa ao Primeiro-Ministro, não só pela acusação de arrogância como pela atribuição da expressão «clonagem de Sócratinhos» [*sic*] (27), sugerindo-se uma proliferação de socialistas que demonstram um comportamento de autoritarismo semelhante ao do seu líder.

- (26) O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — [...] Se estiver errado, corrija-me, se faz favor! Mas das suas respostas deduzo que o Dr. Vitor Constância vai manter todas as regalias injustificadas que V. Ex.^a denunciou aqui há pouco tempo. [...] V. Ex.^a fala de regalias injustificadas, mas, claro, elas não se aplicam aos atuais detentores de cargos públicos, nomeadamente se eles são socialistas! [...] (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6709)
- (27) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] O segundo ponto de que lhe quero falar é o da arrogância, Sr. Primeiro-Ministro, que não lhe fica bem. Tudo começou pelo «SISSI» ou pelo SISI (Sistema Integrado de Segurança Interna), onde V. Ex.^a demonstrou uma vontade de concentração do poder que não se lhe conhecia. Depois, foi o que se passou numa empresa privada, quando um socialista que todos conhecemos, quanto à concessão de um bem público chamado «televisão», anunciou que lhe daria orientação ideológica. Depois, foi o processo disciplinar a um professor. Depois, foi aquilo a que costumo chamar uma «clonagem de Sócratinhos» [*sic*], Sr. Primeiro-Ministro. *O problema é que, na Administração Pública, como o senhor não matou, no «ovo», aquilo que era, obviamente, uma delação, agora multiplicam-se os exemplos dos que ouvem, dos que veem, dos que querem tirar fotografias, dos que querem delatar. Isto é inaceitável em democracia e fica-lhe muito mal tolerar que isto aconteça, Sr. Primeiro-Ministro!* (DAR; X Legislatura, n.º109, 20/07/2007, p. 59)

⁴⁹⁶ Vitor Constância foi Secretário-geral do PS de 1986 a 1989 e deputado.

Ataque *ad personam*

Uma das estratégias de ataque mais mobilizadas no discurso político e, naturalmente, no *debate sobre o estado da Nação* é o argumento que visa invalidar a argumentação do adversário pela desacreditação da pessoa⁴⁹⁷. Também designado por abusivo *ad hominem*⁴⁹⁸, o ataque à pessoa do adversário, não ao(s) seu(s) argumento(s), visa desclassificar o seu discurso pela desqualificação do seu carácter ou dos seus atos.

A representação do discurso do adversário, ou de personalidades ligadas ao seu partido, apresentadas como um antimodelo (numa encenação contrária), revela-se eficaz como procedimento de ataque. Em (28) o deputado da oposição mobiliza uma autoridade negativa (cf. Breton, 2003: 43) com o propósito de deslegitimar o Primeiro-Ministro pelo seu taticismo político. Coloca-se em causa o interesse dos motivos do adversário ao agir de determinada maneira.

- (28) O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, agora, o seu Governo transformou-se num governo de políticas especiais é uma espécie de «Governo especial» cheio de ideias gerais! Apresentou um programa especial de obras públicas, uma ação especial de combate à fraude e evasões fiscais. Antes convinha que cumprissem o que estava aprovado, tanto do lado do investimento público como do lado do combate à fraude e evasões fiscais. *Isso seria bastante melhor do que essas operações «especiais» que são meras mistificações!* [...] «Mais rentável para os políticos é a apresentação de novos projetos e o lançamento de grandes obras públicas, o que, certamente, é publicitado pelos meios de comunicação social, do que promover a execução e a administração eficientes de programas públicos, o que não atrai a atenção de jornalistas». *Quem o disse, e muito bem, foi o Prof. Cavaco Silva. E, como se está a demonstrar, o «aluno» seguiu o «mestre»!* (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1212)

⁴⁹⁷ De relembrar que Perelman e Olbrechts-Tyteca designam também o argumento ofensivo sobre a pessoa como argumento *ad personam*: «Não se deve confundir o argumento *ad hominem* com o argumento *ad personam*, quer dizer com um ataque à pessoa do adversário e que visa, essencialmente, desqualificar este último» (2006: 124).

⁴⁹⁸ O argumento *ad hominem* pessoal, também designado por abusivo *ad hominem*, corresponde ao ataque *ad personam*, «ne cherche pas à discrediter une idée en faisant valoir un aspect négatif ou péjoratif de la personne qui la formule mais à s'en prendre directement à cette personne» (Gauthier, 1995: 176). Walton classifica-o como *direct ad hominem*: «The direct form characteristically is a direct attack on the person's character, and the focus of the attack on the person's honesty and trustworthiness as a reliable and collaborative participant in a dialogue exchange of arguments» (1998: 211). «Generally, the abuse *ad hominem* arguments is fairly easy to recognize as an arguments because of two requirements. First, there must be an attack on a person's character. Second, the attack on character must be used to criticize some particular argument that the person has advocate» (*id. ibid.*: 217). Walton refere ainda *the bias arguments*: «The bias criticism also questions veracity as trustworthiness, by the particular means of suggesting that the arguer criticized is secretly engaged in advocacy dialogue or even interest-based negotiation rather than truth-direct persuasion dialogue» (*id. ibid.*: 211). O autor propõe cinco subtipos de argumentos abusivos *ad hominem*: que correspondem aos seguintes esquemas: 1. *Veracity ad hominem* – «a has bad character for veracity. Therefore, a's argument should not be accepted»; 2. *Prudence ad hominem* – «a has bad character for prudence judgment. Therefore a's argument should not be accepted»; 3. *Perception ad hominem* – «a has bad character for realistic perception of his situation. Therefore, a's argument should not be accepted»; 4. *Cognition ad hominem* – «a has bad character for logic reasoning. Therefore, a's argument should not be accepted»; 5. *Morals ad hominem* – «a has bad character for personal moral standards. Therefore a's argument should not be accepted» (*id. ibid.*: 215).

Pelo argumento *ad personam*⁴⁹⁹ acusa-se o adversário de ser movido não pela razão ou pelo bom senso, mas por motivos estratégicos ou de interesse pessoal (28). No ataque frontal, não se evoca, propriamente, nenhuma inconsistência formal ou praxiológica no discurso do adversário (Gauthier, 1998): «l'attaque de la personne est un moyen employé dans la poursuite de la finalité de discréditer une position», «[...] l'attaque de la personne est une fin en elle-même» (Gauthier, 1995: 176). Como a entende Plantin (2010b), esta variante da argumentação sobre a pessoa consiste num ataque pessoal, com infração às normas de cortesia. Ou seja, trata-se de um insulto. Ironizar com o adversário fora de propósito ou fazer-lhe alusão em termos negativos pode contribuir para que ele perca a postura e levá-lo a colocá-lo em terreno pessoal.

Em consonância com o seu *ethos* prévio de polemista, Heloísa Apolónia não só utiliza o argumento *ad hominem* para colocar em contradição o Primeiro-Ministro, pela prática que não corresponde ao discurso, como mobiliza um ato agressivo ameaçador da sua face negativa (29b), através do enunciado deonticamente modalizado, culminando a ofensa no ataque *ad personam* (29c), pela referência à falta de educação.

- (29) (a) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] vou falar-lhe talvez daquilo que o Sr. Primeiro-Ministro, no início do ano, disse ao comprometer-se perante esta Câmara de que, em abril, apresentaria uma lista dos edifícios públicos com amianto para cumprir a Lei n.º 2/2011.
 (b) *Deveria ter chegado aqui e ter dito*: «Olhem, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não consegui cumprir aquilo a que me comprometi convosco e, de facto, essa lista não vai ser apresentada em abril, mas, sim, em junho».
 (c) Bom, não disse assim, *não foi educado dessa forma, disse de outra maneira, fez de conta que não tinha dito que era em abril e passou para junho, como se ninguém se lembrasse de nada*. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, pp. 23-24)

O ataque sobre a pessoa decorre frequentemente de uma reação a um ataque prévio realizado pelo adversário, seja ao próprio (31) seja a alguém do mesmo partido (30). Note-se, no duelo argumentativo entre Pacheco Pereira e António Guterres (31), a injúria ao líder do PS – efetuada pelos atos diretivos (ameaçadores da face na sua essência) que o descredibilizam, colocando-se o orador numa posição de superioridade – e a réplica ofensiva de Guterres, quer pela menção ao estado psicológico do adversário quer pela subtração de autoridade através de uma imagem de ignorância.

⁴⁹⁹ Se o argumento *ad hominem* coloca em causa o discurso do adversário (contradição no discurso, distância entre o discurso e as práticas), já o ataque pessoal («*ad hominem* pessoal», Gauthier, 1995) – que designamos *ad personam*, na linha de Plantin – coloca em causa a sua pessoa, pela sua imoralidade, desonestidade, incompetência, ligações (afetivas ou outras) duvidosas (Gauthier, 1995).

- (30) O Sr. **António Costa** (PS): — [...] O Sr. Ministro Marques Mendes pode fazer os exercícios que quiser sobre hipocrisia e tentar insultar o Sr. Deputado Ferro Rodrigues, mas há de perceber *que tem ainda de comer alguns bifes para conseguir fazê-lo...!* (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1251)
- (31) (a) O Sr. **Pacheco Pereira** (PSD): — [...] Primeiro: desde quando a atuação do Sr. Procurador-Geral da República pode ser descrita como uma «rede»? Segundo: desde quando é que o antigo secretário de Estado foi incriminado? O Sr. Deputado António Guterres não pode refugiar-se em acusações dessa gravidade, numa fuga em frente meramente vocabular. Aqui, Sr. Deputado António Guterres, os adjetivos do seu discurso não o salvam. *Faça o favor de comportar-se com a dignidade de um candidato a primeiro-ministro e diga aqui, com clareza, no que é que se fundamenta para proferir essas acusações, senão essas acusações hão de persegui-lo na sua credibilidade.* [...]
- (b) O Sr. **António Guterres** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pacheco Pereira, *o seu desespero...*
Protestos do PDS
...é o de quem sabe que perdeu um debate e quer inventar o incidente para salvar o debate perdido. [...] Deixe que lhe diga, Sr. Deputado, que se a utilização da palavra «rede» lhe causa confusão *é por falta de cultura geral.* (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2858)

O ataque pessoal é, efetivamente, «une stratégie de contournement métonymique des positions de l’adversaire»; para eliminar o que é dito, desqualifica-se o locutor (Plantin, 2016: 104). Observe-se, por conseguinte, como António Costa desvia a atenção das críticas efetuadas por Marques Mendes pela ridicularização da sua pessoa (32).

- (32) Sr. **Ministro de Estado e da Administração Interna** (António Costa): —Sr. Deputado Luís Marques Mendes, nos últimos 20 anos, V. Ex.^a tem dedicado ao País grande parte e a melhor parte da sua vida: foi durante 10 anos consecutivos membro de um governo; fez uma curta interrupção, de passagem pela oposição, e lá regressou, durante mais três anos, para ser membro de um governo. *Como é que quem exerceu tão altas funções, durante tanto tempo e em tantos governos, pode falar hoje do País e do estado em que o mesmo se encontra com um à-vontade como se tivesse desembarcado aqui ontem depois de ter vivido 20 anos na Lapónia?* (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, pp. 1750-1751)

Em (33), a desqualificação do adversário pela falta de reconhecimento do real estado do país faz-se, de forma persuasiva, com apelo ao absurdo (vd. *infra*), no contradiscurso. O ataque *ad personam* surge, evidentemente, como um procedimento de refutação em Paulo Portas, que, enquanto deputado da oposição, assume uma atitude de confronto em todos os debates, como se ilustra na contra-argumentação às acusações proferidas pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade (Ferro Rodrigues) (34).

- (33) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, qualquer português que o ouça fazer essa descrição de Portugal há-de perguntar-se a si próprio em que país é que o Primeiro-Ministro vive, por que país é que o Primeiro-Ministro anda, com que portugueses é que o Primeiro-Ministro fala, que Portugal é que o Primeiro-Ministro vê. *Sr. Primeiro-Ministro, é de tal forma irrealista, é de tal forma fantasioso, que um dia até seremos capazes de o ouvir aqui dizer que Portugal ganhou o campeonato do mundo de futebol.* [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 24)
- (34) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro Ferro Rodrigues quis fazer um juízo de valor sobre o comportamento do CDS-PP na Comissão. Não nos admira o facto de, para o Sr. Ministro Ferro Rodrigues, qualquer opinião sobre a segurança social que não seja a dele representar sempre o cúmulo dos piores defeitos que existem no mundo, *porque ele é tão vaidoso, tão vaidoso, tão vaidoso, que não consegue ver mais ninguém senão a si próprio.* (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3361)

Se as promessas não cumpridas são um dos principais motivos de ataque à credibilidade do adversário, como já foi referido (cf. argumento *ad hominem*), a acusação de dissimulação («fingidor»⁵⁰⁰) e de arrogância (cf. 27) constitui uma ofensa pessoal, agravada pela nomeação «picareta arrogante» (35), inspirada num epíteto atribuído a António Guterres. De igual modo, em (36), o ataque *ad personam* é realizado através do epíteto «Primeiro-Ministro dos anúncios!», como forma de denunciar os habituais anúncios do Primeiro-Ministro em épocas eleitoralistas, que, na opinião do orador, não serão, evidentemente, para cumprir. O facto de se apresentar «o fazer anúncios» como uma característica essencialista⁵⁰¹ (argumento pela essência, *vd. infra*), e não fruto de uma circunstância, constrói uma imagem de repúdio do adversário.

(35) O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — [...] este foi um ano em que os portugueses perceberam melhor o Primeiro-Ministro que tinham. V. Ex.^a *finge mais do que faz, promete mais do que cumpre, controla cada vez mais e tolera cada vez menos*. [...] Para muitos portugueses, há um ano, o Sr. Primeiro-Ministro era um reformador. Para uma parte deles, o Sr. Primeiro-Ministro, hoje, é um fingidor. Tempos houve em que um primeiro-ministro de Portugal ficou conhecido como «picareta falante». V. Ex.^a, *um dia destes, fica conhecido como «picareta arrogante»*. [...] (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 56)

(36) O Sr. Paulo Rangel (PSD):— Mas, Sr. Primeiro-Ministro, também não resistiu, mais uma vez, ao que sempre vem cá fazer: fez dois anúncios, ainda que escondidos no próprio comprimento e duração do discurso. Sr. Primeiro-Ministro, *a sua especialidade é fazer anúncios, mas não é cumpri-los*. [...] É natural que, *a dois meses de eleições, venha aqui fazer anúncios de milhões e milhões, porque todos sabem que não os pode cumprir. Está na sua natureza, Sr. Primeiro-Ministro, ser o Primeiro-Ministro dos anúncios!* Aliás, vou dizer-lhe o seguinte: se o Primeiro-Ministro Guterres ficou conhecido como o Primeiro-Ministro do diálogo, o Sr. Primeiro-Ministro *vai ser conhecido como o Primeiro-Ministro dos anúncios! É isso que vai acontecer, porque só faz anúncios que não cumpre!* (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 17)

A mesma acusação ao Primeiro-Ministro é feita com humor por Marques Mendes, que se apresenta cortês no ataque – veja-se o ato ilocutório expressivo de congratulação pela recuperação do Primeiro-Ministro (que configura uma ironia) (37b) –, que cumpre a função retórica de *delectare* e constrói um *ethos* positivo. Como estratégia de descredibilização de José Sócrates, o orador recorre ao argumento da ilustração, mobilizando recursos retóricos de grande eficácia persuasiva: a repetição (37a), a metáfora (37c), a antítese (37c) e a hipérbole (37a)-(37c), como procedimento de intensificação. O ataque *ad personam* é efetuado pela analogia lógica 36(d), que deslegitima o adversário pela sua representação depreciativa.

⁵⁰⁰ Poder-se-á entender a palavra «fingidor» como uma alusão ao verso «O poeta é um fingidor...» do poema «Autopsicografia», de Fernando Pessoa, já que não se trata de um vocábulo usual em português.

⁵⁰¹ Igualmente se pode vislumbrar uma alusão na asserção de Paulo Rangel, desta vez à fábula do escorpião de La Fontaine («é da sua natureza»).

- (37) (a) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — [...] Quanto à *catadupa de anúncios*, há meses atrás, em matéria de investimentos, eram *milhões para cá, milhões para lá, milhões para tudo*. A este propósito, vou dar-lhe dois exemplos. O primeiro, o da instalação do IKEA em Ponte de Lima. O Sr. Primeiro-Ministro considerou-o tão importante que, *embora andasse com muletas na altura, deslocou-se a Ponte de Lima para anunciar «vem para aqui o IKEA»*. [...]
 (b) Felizmente, agora, o Sr. Primeiro-Ministro está bom, mas o IKEA, em Ponte de Lima é que nem vê-lo!...
Risos do PSD
 (c) E a refinaria em Sines? Era a «joia da Coroa», o maior investimento de sempre, maior que a Autoeuropa. Foi o fiasco monumental que se vê!
 (d) Sr. Primeiro-Ministro, em matéria de anúncios, *faz-me lembrar aquele português que está a ver televisão e faz zapping à procura do programa que mais lhe interessa e para fugir à publicidade*. O senhor parece o homem do Zapping ao contrário: *anda sempre a saltar de anúncio em anúncio, sem nunca se fixar no programa, na obra e nos resultados concretos que tem de apresentar aos portugueses*. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, pp. 6682-6683)

A provocação pela ofensa pessoal parece demonstrar a contestação do poder do Primeiro-Ministro, configurando estratégias de posicionamento político. Em (38) sublinha-se a crítica ao Primeiro-Ministro José Sócrates, desta vez, por não assumir responsabilidades pelo estado da Nação, através de um ataque *ad personam* também com recurso à analogia lógica.

- (38) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, já era expectável que viesse à Assembleia da República, na sua intervenção inicial, com o ar mais cândido possível, *armar-se em vítima* perante a situação muito difícil que hoje se vive no País, referindo que a responsabilidade é toda da crise internacional. *Faz lembrar aqueles meninos que fazem asneiras e que depois apontam para algures e dizem: «Não tenho culpa, a culpa é dele!»* — o «ele» do Sr. Primeiro-Ministro é a crise internacional. (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.73)

Uma outra forma de efetuar um ataque *ad personam* é pela destruição do discurso do adversário⁵⁰²

(39). Observe-se como o ato de felicitação que enforma um FFA (*Face Flattering Act*) (39b) é anulado pelo novo ato discursivo (de deplorar), que agrava a ofensa (FTA).

- (39) (a) O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Rangel, eu não o posso felicitar pela sua intervenção [...] porque V. Ex.^a fez um discurso que não passou de uma *redação pretensiosa*,
Protestos do PSD
 mas que, exprimida, dá zero. [...] Foi um discurso abstrato, um discurso, aliás, próprio, sim de quem é oposição, mas de quem não é alternativa. Porque propostas, «zero» !
Aplausos do PS
 (b) Felicito-o por uma frase dita na sua primeira intervenção feita hoje aqui, no início da tarde: a de que estes debates devem ser úteis e esclarecedores para o País. Pena é que V. Ex.^o, da tribuna, tenha feito exatamente o contrário. (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 51)

⁵⁰² «Dans une situation de confrontation en face à face, le discours de l'un peut prendre en compte le discours de l'autre pour le détruire par des manœuvres protoargumentatives servant non à *réfuter* mais à *détruire* le discours argumentatif. [...] La rhétorique ancienne énumère une trinité de qualités majeures du discours, *qualité* de la langue; *clarté* et *vivacité* de l'expression (respectivement *latinitas*, *perspicuitas* et *ornatus*). Un défaut sur chacun de ces points peut servir une stratégie de destruction» (Plantin, 2016: 210).

Refira-se que, ao contrário do argumento *ad hominem*, que não tem nada de emocional, o argumento *ad personam* é acompanhado de uma descarga de emoção (cf. Plantin, 2016: 38). Repare-se como, em (40), o ataque *ad personam* denuncia também o estado emocional do Primeiro-Ministro (note-se a apóstrofe como índice de emoção), que, em resposta às provocações do líder do CDS-PP, num discurso *ad passiones*, opta pela referência ao descontrolo emocional do adversário em lugar de mobilizar argumentos pertinentes relacionados com o assunto em questão.

- (40) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Ó Sr. Deputado, isso não ajuda à sua imagem pública. Esse ar descomposto...
 O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — De agricultura «não pesca nada»!
 O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — ... não ajuda em nada à sua imagem junto da lavoura...
Risos do Primeiro-Ministro e aplausos e risos do PS.
Vê-lo assim descomposto, até a roçar um pouco a histeria, descontrolado... Atenção à sua imagem junto da lavoura...! (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.39)

Veja-se ainda o ataque *ad personam* numa outra situação interlocutiva:

- (41) O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues** (PS): — [...] É verdade que o Sr. Primeiro-Ministro tinha condições muito positivas para a governação: pela primeira vez, em muitos anos, uma maioria clara nesta Câmara, uma indiscutível lealdade e colaboração institucional do Sr. Presidente da República, uma postura construtiva do maior partido da oposição...
Risos do PSD e do CDS-PP.
 O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — *Não seja ridículo!* (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1231)

Os atos diretivos produzidos pelos apartes dos deputados não são caracterizados pela ironia como a generalidade dos assertivos. São diretos e podem ser, aliás, bastante agressivos, chegando mesmo a ser insultuosos, como faz prova o enunciado do deputado do CDS-PP (41), distanciando-se do que é dito pelo deputado da oposição.

Argumento do espantalho

O *argumento do espantalho* ⁵⁰³ (ing. *straw man* ⁵⁰⁴) ou estratégia do homem de palha (Plantin, 2016; Doury, 2016) corresponde a uma reformulação tendenciosa e deturpada do discurso do oponente – a uma caricatura da sua posição –, com o propósito facilitar a sua contestação. Uma forma de o fazer é descontextualizar as suas afirmações, quando se recorre à citação literal.

⁵⁰³ Gauthier (1998: 81) classifica o *argumento do homem de palha* como sendo um tipo de argumento *ad hominem* circunstancial.

⁵⁰⁴ Trata-se de uma falácia recenseada pelos investigadores da Lógica Informal. Segundo Johnson e Blair (1983: 71), a falácia do homem de palha é cometida «when you misrepresent your opponent's position, attribute to that person a point of view with a set-up implausibility that you can easily demolish, then proceed to argue against the set-up version as though it were your opponent's». Como observaram van Eemeren e Grootendorst (1992) o ponto de vista do partido atacado é frequentemente «absolutizado», fazendo com que pareça mais extremo e simplista do que realmente é.

Mariana Mortágua impõe pela metáfora (e pela sinonímia) uma outra interpretação do discurso do Governo (42a), apoiada pelos dados. De notar o reforço do descrédito do executivo pela ironia pelo recurso à hipérbole, num apelo ao ridículo (42b).

- (42) (a) A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro, *apesar das aparições, dos vários milagres*, os dados mostram uma economia bem mais frágil do que aquela que aqui apresenta.
(b) Aliás, quem não conhecer os dados pensa que *Portugal é uma economia em expansão, a par do Brasil, da Índia e de outros grandes gigantes económicos*. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 53)

Quer a contra-argumentação do Primeiro-Ministro ao Secretário-Geral do PCP (43) quer a intervenção de Paulo Portas (45b) ilustram a distorção de uma opinião pelo argumento do espantalho. Repare-se como o argumento é categoricamente contestado pelo deputado Bernardino Soares (43), do mesmo modo que o Primeiro-Ministro contesta o argumento do líder do CDS-PP (45b).

- (43) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] O Sr. Deputado entende e quer convencer os portugueses de que a crise internacional é resultado da política do Governo.
O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — *Não! Ninguém disse isso!*
O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Se não disse que é resultado da política do Governo, *acha que o Governo também é conivente*.
Protestos do PCP.
Os senhores reduzem essa ideia ao seguinte: o Governo é neoliberal e, portanto, está de acordo com a política internacional.
O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Seja sério! [...] (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 34)
- (44) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Sr. Deputado, quero recordar que se há liberdade, em Portugal, é porque houve gente, antes, [...] que correu riscos e lutou por ela. Sucede que, na bancada do Governo e na bancada do Partido Socialista, há quem saiba o que é a liberdade. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, pp. 17-18)
- (45) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Diz V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, que o Partido Socialista lutou pela liberdade antes do 25 de abril e, por isso, pode dar lições de democracia.
(b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — *Não foi isso que eu disse!*
O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — *Pedia-lhe que não esquecesse aqueles que lutaram pela liberdade antes do 25 de abril e depois do 25 de abril, porque houve muitos e não devem ser esquecidos—e muitos estão nestas bancadas.* [...] (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, pp. 56-57)

Por seu turno, o deputado do CDS-PP recorre ao argumento do espantalho para caricaturar a posição dos partidos da esquerda (PCP, PEV e BE), que apoiam o governo do PS («conivência silenciosa»), apesar de não estarem de acordo com as medidas tomadas (46).

- (46) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Os senhores eram o Governo que vinha para repor investimento público e não só falharam como têm o investimento público mais baixo de sempre! [...] Tudo isto passa-se, obviamente, com a conivência silenciosa dos partidos à esquerda que apoiam o Governo. As cativações, quase 1000 milhões de euros, são o dobro das do Governo anterior. E o que fazem o PCP e o Bloco? Aprovam em novembro, denunciam em julho. *Mais: numa semana, à segunda queixam-se ao eleitorado, à quarta já estão mais calados, e à sexta votam tudo o que lhes puserem à frente para votar sem discutirem nem quererem saber do gosto ou do sabor.* (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 47)

II – Argumentos de causalidade e de sucessão

Argumentação causal

Este tipo de argumentação tem como finalidade estabelecer a existência de uma relação causal entre dois acontecimentos. Geralmente, procura-se estabelecer um julgamento de valor, mostrar o valor do efeito a partir do valor da causa, ou inversamente.

Os *argumentos de causalidade*⁵⁰⁵ são de emprego constante pelos políticos, tomando frequentemente a forma de paralogismos da falsa causa⁵⁰⁶ (cf. Buffon, 2002: 338). O orador atribui todo o sucesso a si e ao seu Governo (ao seu partido) e os fracassos a causa exteriores; procede de forma inversa relativamente ao seu adversário. Advirta-se, porém, que esta «atitude sofística» pode resultar apenas de diferentes pontos de vista entre o orador e auditório.

Segundo a tipologia proposta por Gauthier e Gosselin (1997)⁵⁰⁷, existem quatro argumentos de causalidade de emprego recorrente pelos políticos: o *argumento de mérito* e o *argumento de justificação consistente*, que estabelecem uma ligação entre o autor e a situação; simétricos aos precedentes, o *argumento de responsabilidade* e o *argumento de sorte* são argumentos de dissociação. Os referidos argumentos apresentam um propósito ofensivo, já que visam atacar ou colocar em causa o adversário, e, nesta medida, revelam-se pertinentes para a análise do discurso parlamentar.

O argumento de mérito

O *argumento de mérito* consiste na atribuição a si próprio dos créditos de um estado de coisas considerado como positivo, graças ao seu pragmatismo, ao seu dinamismo, à sua competência, à sua honestidade. É de utilização estratégica, visa a valorização e a defesa de uma ideia ou de uma ação.

⁵⁰⁵ Os argumentos de causalidade são relativos a um estado de coisas que existem e que os atores procuram explicar (cf. Gauthier & Gosselin, 1997).

⁵⁰⁶ *Non causa pro causa* corresponde à confusão entre causa e sucessão (*post hoc, ergo propter hoc*) e outros paralogismos semelhantes, que extrapolam o âmbito da nossa tese.

⁵⁰⁷ Inspirada nos estudos desenvolvidos pelos psicossociológicos cognitivistas, a teoria das atribuições causais tem como objetivo debruçar-se sobre as condições que determinam a forma como os indivíduos explicam os sucessos e os fracassos das pessoas que eles avaliam positiva ou negativamente (compreendendo os próprios) e as ações bem-sucedidas ou falhadas daqueles que consideram negativamente (os seus adversários) (cf. Gauthier & Gosselin, 1997).

Este argumento é usado na refutação pelos líderes do Governo do PS (47) e PSD (48); sendo também utilizado pelo deputado do CDS-PP, que enaltece a determinação e coragem do anterior executivo, face «herança» que lhe coube (49).

- (47) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres) : —[...] nós temos problemas, mas o que é notável é que tenhamos conseguido enfrentá-los, com mais êxito e com menos custos este ano, ao contrário do que acontecia no passado, do que os países mais ricos da Europa. Por isso, mesmo com esses problemas todos, vamos crescer este ano mais do que a média europeia, mesmo nas previsões mais pessimistas que apontou. (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 16)
- (48) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Quando só temos um envelope financeiro para gastar e não podemos ultrapassar o dinheiro que nos dão daquela mesada, seja trimestral ou não, quando não há outro dinheiro senão aquele que nos dão para gastar e se nós, *ainda assim, conseguimos cumprir todas as nossas obrigações* gastando mais em subsídios de desemprego, porque houve mais desempregados, e transferindo mais apoios sociais para as instituições que prestam um papel relevante de apoio social a quem mais precisa — tal foi feito além do envelope financeiro que nos estava destinado —, *isso deveu-se ao crescente mercado de confiança que fomos suscitando do lado dos investidores e deveu-se também ao facto de termos conseguido concretizar um programa de privatizações com um encaixe financeiro muito superior. Quer dizer, conseguimos financiar a despesa pública que era necessária, nomeadamente a despesa social, pela maneira como governámos.* (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 21)
- (49) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Nós, o centro-direita, temos as costas largas, mas não tanto. Já agora, temos as costas largas mas temos também a cabeça erguida, *porque a verdade é que só com enorme determinação e coragem política foi possível ultrapassar os anos de chumbo do resgate que herdámos do Partido Socialista.* A herança que recebemos foi a dos 11% de deficit, que eram a conta das estradas sem carros e dos aeroportos sem aviões. Foi essa a herança que recebemos. [...] *A herança que deixámos foi a economia a crescer e o desemprego a descer sustentadamente.* [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 47)

O argumento de justificação consistente

O argumento de *justificação consistente* (50)-(51) consiste na atribuição ao contexto ou a fatores próximos um estado de coisas negativo que poderiam ser associadas tanto às ações como às decisões do próprio orador (vd. *infra*, argumento *pelo peso das coisas*).

- (50) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — [...] Acresce que os nossos problemas são o resultado de uma combinação particularmente perniciosa de desequilíbrios orçamentais, desequilíbrios externos e bloqueios estruturais. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 3)
- (51) O Sr. **Afonso Candal** (PS): — É uma crítica à capacidade dos portugueses que estão em dificuldades, uma crítica aos trabalhadores portugueses, como se fossem incapazes, porque, perante um pequeno abalo de terras, tudo começa a perigar, e, acima de tudo — e esta vem da direita —, é uma crítica feroz à capacidade de iniciativa privada e aos empresários portugueses, *porque estão a atravessar dificuldades não fruto de qualquer problema criado pelo Governo, não fruto de um abalo de terras, não fruto da sua incompetência e incapacidade, mas fruto da mais grave crise internacional financeira e, hoje, económica de que todos nós temos memória.* (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.59)

Do lado da oposição, é também um dos *topoi* de ataque a não assunção das responsabilidades pelo atual estado do país, através da denúncia do *argumento da justificação consistente*, mormente utilizado numa redução ao absurdo, como se exemplifica em (52).

- (52) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] O mesmo critério aplicação à posição do Governo, que só nos apresenta como desculpa pelas dificuldades o exterior: *a Europa, o Banco Central, os juros, as dificuldades, toda a conspiração mundial que impõe sacrifícios aos portugueses*. (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 67)

O argumento de responsabilidade

De destacar no *corpus* de análise o *argumento de responsabilidade*, que consiste em atribuir a responsabilidade ao adversário por um estado de coisas considerado negativo, isto é, pretende-se mostrar que o adversário está na origem desse estado de coisas, devido ao seu dogmatismo, aos seus interesses, à sua desonestidade ou má-fé, à sua incompetência ou à sua inação (sendo também acusado de culpabilidade por associação), e que deve prestar contas aos cidadãos ou explicar-se.

Ora, uma das estratégias de refutação do Governo é a imputação da responsabilidade ao antecessor por um estado negativo de coisas (é a «velha tática da herança»), utilizada quer pelo PS (53) quer pela maioria de direita (PSD/CDS-PP) (54).

- (53) O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues** (PS): — O que se passou ao longo destes três meses faz com que o País, que tinha efetivamente dificuldades e uma crise orçamental, *esteja à beira de uma crise económica, de que os senhores são os principais responsáveis* [...]. (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1212)

O argumento de responsabilidade constitui não só um dos principais argumentos de ataque ao executivo (54), como nos anos de implementação das medidas impostas pela troika foi um dos argumentos de refutação (55) mais usados pela coligação do Governo face aos violentos ataques da esquerda parlamentar.

- (54) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Vivemos um momento em que os principais indicadores, em relação a Portugal, são negativos, em que a incerteza se instala e em que Portugal está, novamente, no radar da desconfiança. É por isso tempo de o Partido Socialista parar de passar culpas e *de assumir as suas responsabilidades e as consequências das suas opções, o PS que, até hoje, não assumiu sequer o facto de, na sua última governação, ter conduzido o País à pré-bancarota*, com tudo o que isso implicou e com essa responsabilidade de tantos e tantos sacrifícios para tantos portugueses. [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 46-47)
- (55) O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — [...] Qual o posicionamento do Partido Socialista, nos últimos dois anos, relativamente a todas estas questões, exigidas pelo Memorando de Entendimento? Ao maior partido da oposição, alternativa de Governo, exige-se clareza e a assunção, sem hesitações, das suas responsabilidades. Infelizmente, temos assistido, por parte do Partido Socialista, *apesar de responsável pela grave degradação financeira do País, por via de uma governação perdulária e de um colossal endividamento, a um tacticismo partidário e eleitoralista*, que não honra o PS, como partido fundador da nossa democracia. *Foi esta postura, de subordinar os interesses do País a uma visão meramente partidária em função das eleições mais próximas, que levou o País à grave situação financeira em que se encontra*. [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 41)

O argumento de sorte

Já a recusa da atribuição do mérito ao Governo liderado por Passos Coelho pelo crescimento das exportações parece configurar o *argumento de sorte* (56), que consiste na recusa da atribuição do mérito ao adversário por um estado de coisas positivo, pretendendo que ele teria apenas beneficiado de circunstâncias favoráveis. No exemplo em apreço, o deputado do PS reivindica o mérito de um estado de coisas positivo.

- (56) O Sr. **Alberto Martins** (PS): —[...] Governo não só não ajudou a transformar estruturalmente nada, *como continua, isso sim, a beneficiar das transformações realizadas no passado*. Quando o Governo elogia as exportações de hoje, *está simplesmente a colher os louros do trabalho realizado ao longo de outras governações*, ... as mesmas governações que acusa de terem reduzido a competitividade da economia portuguesa. [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 40)

Argumentação que explora uma relação causal

Distinta da argumentação que estabelece uma relação causal, a argumentação pela causa (o seu protótipo) explora uma relação causal⁵⁰⁸ pressuposta⁵⁰⁹ (e não posta) pela argumentação (Plantin, 2010: 40).

Argumentação pela causa

Este modo de argumentação conclui pela existência de um efeito derivado de uma causa e é frequentemente desenvolvido no debate em função das ideologias dos partidos e dos seus interesses partidários.

- (57) A Sr.ª **Catarina Martins** (BE): — [...] A Comissão Europeia quer punir um povo por ter sido vítima da política que a própria Comissão impôs. Portugal, o «bom aluno» governado pela direita — que, porém, falhou cada meta orçamental —, é punido no preciso momento em que a execução orçamental dá sinais positivos. A posição da direita, neste cenário, tem sido do mais desbragado e irresponsável oportunismo. PSD e CDS- PP começaram por criticar as sanções, que condenaram em voto parlamentar, mas depressa se adaptaram e se desdobraram em explicações fora do Plenário sobre a desconfiança europeia quanto às alterações políticas pós-legislativas. *PSD e CDS-PP são hoje os explicadores internos da chantagem externa contra Portugal, porque essa é a sua única estratégia para o regresso ao poder*. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 38)

⁵⁰⁸ Para além da argumentação *pela causa*, integram-se nas argumentações que exploram uma relação causal a argumentação *pelo efeito* e argumentação *pelas consequências* (*argumento pragmático*). Plantin refere ainda as argumentações ligadas à argumentação pela causa (*o peso das coisas*, *o declive escorregadio* e *a argumentação pelo indício*) (2010b).

⁵⁰⁹ Este tipo de argumento é orientado para o futuro. A dedução causal é inseparável da predição (Plantin, 2016: 134).

Acusando o Presidente da República (Cavaco Silva) de não convocar eleições (não vá «o povo [...] escolher outro caminho») e de propor uma situação de compromisso inaceitável, o Secretário-Geral do PCP recorre à argumentação pela causa (58) — reforçada pela paronomásia («continuação da destruição») e pelo poliptoto («não para a *salvação* [...], mas para *salvar* a política de direita») — para sustentar o seu ponto de vista.

- (58) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): —Para o Presidente da República ou não há eleições ou, quando as houver, elas não podem mudar nada no rumo do País. O Presidente da República rejeita a convocação de eleições *porque teme que o povo possa escolher outro caminho*, porque sente que cada vez mais portugueses percebem que é preciso alterar a correlação de forças entre os partidos da política de direita e os setores e forças políticas e sociais que, lado a lado, com tantos democratas e patriotas, exigem a rutura com esta política, e que a alteração dessa correlação de forças torna mais difícil a continuação da mesma política e abre a esperança a uma verdadeira mudança. Essa é a clarificação que o Presidente da República não quer. [...] É por isso que o Presidente da República propõe este compromisso, *não para a salvação, mas para a continuação da destruição nacional, para salvar a política de direita*. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 47-49)

Também a deputada do Bloco de Esquerda recorre à argumentação pela causa para contestar o modelo de crescimento do Governo de Pedro Passos Coelho (59).

- (59) A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): —[...] E há uma conclusão a tirar: tal como já foi dito muitas vezes, e por vários economistas, para além do bom senso político, a austeridade não é uma forma de tirar países da crise, a austeridade é um mecanismo para transferir recursos do trabalho do setor público para as empresas do setor financeiro que criaram a crise e perderam capital com ela. *É este o verdadeiro motivo da austeridade: transferir recursos, dando ao mercado, através da privatização, setores que eram públicos, cortando nos salários para pagar juros aos bancos internacionais que especularam contra a dívida pública, oferecendo às grandes empresas leis do trabalho mais precárias e com menos salários. É disto que se trata*. [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 53)

Uma das acusações dos partidos do espectro mais à esquerda (BE e PCP) incide sobre a cumplicidade do Governo com o patronato e o facto de estar ao serviço de interesses financeiros (60). Deprecia-se não raras vezes a finalidade de uma ação (60a), reduzindo-a a um simples meio⁵¹⁰.

- (60) (a) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] Assente na ditadura da sua maioria, o Governo apresenta todas as suas contrarreformas em nome da produtividade, da eficiência, da modernidade e do povo português.
(b) *Mas a verdade é outra: a satisfação das reivindicações dos grandes senhores do dinheiro a desresponsabilização das funções do Estado e a entrega das áreas mais lucrativas aos grandes interesses [...]* (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5920)

⁵¹⁰ No verbete do *Dictionnaire* de Plantin, o argumento é designado como «argumentation para la force, le poids ou la nature des choses, ou par les contraintes extérieures» (2016: 299).

Argumentação pelo peso das coisas

Trata-se de um caso limite da argumentação pela causa, argumenta-se pelo *peso das coisas*⁵¹¹, isto é, pelos constrangimentos exteriores, para justificar uma decisão⁵¹². «Esta argumentação remete para a indeterminação do mundo político para as determinações do mundo físico» (Plantin, 2010: 45).

- (61) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — [...] quando chegámos ao Governo, não sabíamos que o défice deste ano, do ano de 2002, seria, *se nada fizéssemos em contrário*, cerca de 4,5%. *Confesso que, de facto, não o antecipávamos; não o prevíamos, nem nós nem o Banco de Portugal*. EVV. Ex.^{as} também nunca disseram que era dessa ordem a pesada herança que deixavam ao novo governo. *Esta é a única razão pela qual tivemos que rever determinadas opções. Esta é a verdadeira razão*. (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1223)

Igualmente, no discurso de Pedro Passos Coelho se apresenta como constrangedor da decisão da «transformação estrutural» (62) o peso das circunstâncias. É um argumento recorrente por parte do Governo aquando da justificação das medidas de austeridade impostas pelo Memorando de Entendimento⁵¹³.

- (62) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho) : [...] nós temos bloqueios estruturais. [...] Em primeiro lugar, a agenda de transformação estrutural é aquilo que mais defende, no médio e no longo prazo, a recuperação do País. E temos de a cumprir em qualquer circunstância, porque um país não pode disfarçar indefinidamente a sua falta de competitividade [...]. A nossa persistência não se deve, pois, confundir nem com obstinação nem com teimosia; é com a determinação de quem sabe que, qualquer que fosse a solução a dar a esta crise, ela não podia deixar de passar por uma agenda de reestruturação muito ampla da nossa economia e por uma agenda de transformação estrutural. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 33)

Argumentação pelo efeito

Inversamente à argumentação pela causa, é a afirmação da consequência⁵¹⁴ que permite afirmar a realidade da causa (vai do efeito à causa). Corresponde à argumentação *a posteriori* (cf. Plantin, 2016).

Ora, atente-se no excerto do discurso de encerramento do debate de 2012 (63). A conclusão afirma a existência de uma causa («política de gastar acima do que podemos e endividar acima do que

⁵¹¹ À argumentação pelo peso das coisas, opõe-se a argumentação voluntarista, que nega precisamente esse determinismo (*Onde há uma vontade, há um caminho*), e dá lugar à figura do «homem da situação», ao «homem providencial» (Plantin, 2010: 45).

⁵¹² Refira-se a este respeito, a falácia «the end justifies the means» (falácia de confusão) identificada por Bentham ([1824]).

⁵¹³ *Memorando de Entendimento, Memorando de Políticas Económicas e Financeiras* ou *Plano da troika* (ou tróica) designa o acordo celebrado em maio de 2011 entre o Estado Português e o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, que visava o equilíbrio das contas públicas e o aumento da competitividade em Portugal.

⁵¹⁴ A argumentação pelas consequências (argumentação pelo efeito) vai das consequências à causa. Não se trata, portanto, da argumentação dita *ad consequentiam* (argumento pragmático), que consiste em avaliar algo em função das suas consequências.

devemos»), apoiando-se na existência de um facto («Portugal foi, como Estado, incapaz de garantir a sua solvência»), e de uma relação causal entre esse facto e a causa («É o que acontece quando..»).

- (63) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Portas): — [...] *Portugal foi, como Estado, incapaz de garantir a sua solvência* e, ainda no quadro do anterior governo, teve de pedir assistência externa, assinou um conjunto de compromissos e perdeu, transitoriamente, uma parte da sua soberania. *É o que acontece quando a prudência na gestão das contas públicas é substituída pela política de gastar acima do que podemos e endividar acima do que devemos.* (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 62)

Igualmente Telmo Correia, do mesmo partido, recorre à argumentação pelas consequências para criar uma imagem de incompetência do Governo, em oposição à da anterior legislatura (64), imputando-lhe a responsabilidade dos resultados negativos.

- (64) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Quanto ao crescimento económico, [...] o investimento, que estava a crescer nos últimos trimestres do anterior Governo, caiu em cadeia 2,6%, enquanto na zona euro continua a crescer. Portanto, aí, não é problema da crise internacional; as exportações, que tinham aumentado 5,6%, caíram 2%. Quanto à criação de emprego, comparando precisamente com há um ano, Portugal tem, hoje, praticamente menos 14 000 pessoas empregadas. Ou seja, o País perdeu empregos, invertendo um ciclo consistente de criação de emprego. A dívida não desce dos 130% e a produção industrial caiu 2%. *Estes são factos e números preocupantes.* [...] *Estes resultados são a consequência das vossas opções e dos vossos erros de governação.* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 47)

A argumentação pelo efeito é igualmente recorrente no polo oposto do espectro partidário, afirmando-se as consequências da ação governativa pelo procedimento de listagem, que cria um efeito de profusão (65)-(66).

- (65) O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — [...] o estado da Nação é de profunda degradação económica, social, nacional. Exploração, empobrecimento, injustiças e desigualdades sociais, desemprego, recessão, afundamento e desastre nacional, para benefício do capital monopolista e do continuado saque aos recursos nacionais, tais são as consequências deste ano da ação deste Governo. [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 49)
- (66) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] *O saldo das políticas de austeridade e de concentração de riqueza é avassalador: desemprego brutal, recessão agravada, destruição de milhares de empresas, uma dívida esmagadora, aumento da exploração do trabalho, aumento dos impostos, corte dos salários, reformas e prestações sociais, degradação dos serviços públicos.* [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 47)

Argumentação *ad consequentiam*

O apelo às consequências⁵¹⁵, também conhecido por *argumento pragmático*, pressupõe igualmente a existência de uma relação de causalidade. Segundo o TA, é o argumento que permite defender uma dada ação ou acontecimento em função das suas consequências favoráveis ou desfavoráveis (2006:

⁵¹⁵ A argumentação pelas consequências não deve ser confundida com a argumentação diagnóstica, que reconstrói uma causa a partir de uma consequência, adverte Plantin (2016: 463). O que está em causa nesta argumentação não é a causa, mas a avaliação da causa que é reconstruída a partir da avaliação da consequência.

292). Não se trata *a priori* de contestar um efeito ou uma causa, mas sim de transferir a avaliação (positiva ou negativa) da causa sobre o efeito e *vice-versa*.

- (67) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, [...] se o senhor cortar na despesa do Estado que pode ser cortada, *faz bem às finanças públicas e não faz mal nenhum à economia*; se o senhor aumentar impostos para toda a sociedade portuguesa, em especial para a classe média, *obviamente faz mal à economia e não é garantido que faça bem às finanças públicas, porque a atividade económica cai e a receita também*. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 26)

No campo da política, para além dos argumentos que se interessam pelas causas, registam-se tipos de argumentos também relativos aos efeitos, isto é, argumentos de consequência.

Argumento do perigo iminente

Trata-se de um argumento a favor da ação. Invoca-se um perigo iminente contra o qual é necessário precaver-se através de uma ação energética. O verdadeiro perigo será o imobilismo (Buffon, 2002).

No discurso de encerramento do debate de 2012, o Ministro Paulo Portas sublinha a inevitabilidade («um esforço que não pode fracassar») do cumprimento rigoroso do programa imposto pela troika⁵¹⁶ – note-se o emprego do vocábulo de valor positivo «esforço», que induz à ação –, sob pena de se hipotecar o futuro do país («é a viabilidade financeira e, portanto, a viabilidade económica e, portanto, a viabilidade social de Portugal que estão em causa») (68b). Invoca-se, pois, o argumento do perigo iminente (e também o do falso dilema [68a], *vd. infra*).

- (68) (a) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Portas): —[...] A nossa história prova, abundantemente, duas coisas: a dependência do financiamento externo por incapacidade própria *ou é superada com rigor e nos serve de emenda ou ameaça os bens mais preciosos da nossa liberdade como Nação e da nossa viabilidade como País*. [...]
- (b) Os portugueses sabem que foi o Estado que criou este problema. Os portugueses também sabem que a *nossa dignidade depende de um esforço que não pode fracassar* e em que ganhamos ou perdemos todos, pela simples razão de que *é a viabilidade financeira e, portanto, a viabilidade económica e, portanto, a viabilidade social de Portugal que estão em causa*. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 62-65)

Argumento do efeito nefasto

O *argumento do efeito nefasto* é simplesmente o argumento pelas consequências negativas; afirma-se que a iniciativa do oponente é inadequada ou inapropriada porque resultará em resultados

⁵¹⁶ Designação atribuída à equipa composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia.

infelizes (1997, Gauthier & Gosselin). Trata-se, portanto, de convencer que algo deve ser feito (note-se de novo a inevitabilidade das políticas, veiculada pela asserção deonticamente modalizada) considerando os efeitos nefastos de não o fazer (*argumento do efeito nefasto*⁵¹⁷), «sob pena de voltar a acontecer o que aconteceu há um ano atrás», refere o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho (69), recorrendo à argumentação pelo exemplo para reforçar o seu ponto de vista.

- (69) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — [...]a agenda de transformação estrutural é aquilo que mais defende, no médio e no longo prazo, a recuperação do País. *E temos de a cumprir em qualquer circunstância*, porque um país não pode disfarçar indefinidamente a sua falta de competitividade, *sob pena de voltar a acontecer o que aconteceu há um ano atrás*. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 32-33)

Já a esquerda, que tem um ponto de vista diferente, recorre a outro subtipo de argumento pelas consequências negativas para contestar as políticas de austeridade.

Argumento do efeito perverso

Nas palavras de Hirschman, «The perverse effect is a special and extreme case of the unintended consequence» (1988: 9). Estipula o *argumento do efeito perverso*⁵¹⁸ (*perversity thesis*) que qualquer ação intencional que tenha como propósito melhorar ou corrigir a situação política, social ou económica tem como resultado um aumento ou agravamento do que se deseja corrigir; resultará num movimento, mas na direção oposta (Hirschman, 1991).

Tanto Francisco Louçã (70), economista, como Heloísa Apolónia (71) se opõem veementemente às medidas tomadas pelo Governo e procuram argumentar sobre os efeitos da austeridade, que, contrariamente aos objetivos esperados, agravam a crise económica e social, conduzindo à pobreza: «a austeridade não resulta»; «Nenhum sacrifício vale a pena — mais dívida!» (70b). Uma das críticas do BE é a retoma da economia à custa das reduções dos salários. Repare-se, por conseguinte, na força persuasiva da analogia com o tempo de Salazar (70a) e na manipulação, pela interpretação abusiva

⁵¹⁷ Os autores consideram seis outros argumentos de consequência construídos a partir do argumento do efeito nefasto: «les arguments d'inanité, d'effet pervers, de mise en péril, d'engagement fatal, de prédiction autocréatrice et d'excès de volonté.» (1997: 744). Os três primeiros correspondem ao tríptico argumentativo identificado por Hirschman (*The Rhetoric of Reaction – Perversity, Futility, Jeopardy* [1991]), que faria parte dos ataques dos conservadores contra os agentes do progresso. O argumento de «l'engagement fatal» é correspondente ao argumento do declive escorregadio. O argumento da «prédiction autocréatrice», nas palavras dos autores, é «consistant à signifier à l'adversaire que ses croyances erronées peuvent créer leur propre réalité» ; o argumento do voluntarismo ou «d'excès de volonté» «consiste à dire que l'adversaire cherche à obtenir volontairement ce qui ne peut résulter que d'une action spontanée» (*id. Ibid.*).

⁵¹⁸ Cuja tradução nos parece ser mais adequada do que «tese da perversidade» (Albert Hirschman, *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*, 1992).

das palavras do Primeiro-Ministro: «o que está a dizer é que o empobrecimento está a resultar?». Por seu turno, a deputada do PEV apela à autoridade do próprio Governo para reforçar o seu ponto de vista, justificando o desastre das medidas de austeridade igualmente pelo argumento do efeito perverso: *«estas políticas que o Governo tem vindo a implementar geram, elas próprias, uma crise económica e social estrutural»* (71).

- (70) (a) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] O Sr. Primeiro-Ministro reparou que, ao anunciar que talvez em 2013 se tenha uma balança comercial equilibrada, *como no tempo de Salazar, em 1943*, o que está a dizer é *que o empobrecimento está a resultar?* Para o Sr. Primeiro-Ministro, *reduzir as pensões diminuiu as importações. Mas é que diminui mesmo!* Mais 200 000 desempregados este ano, consigo, Sr. Primeiro-Ministro, faz bem à balança comercial *mas não faz bem à economia, não faz bem às pessoas.* (b) É claro que, no entanto — e o senhor sabe —, houve dinheiro. Onde é que estão os 6000 milhões dos fundos de pensões? Num ano só, o Governo recebeu 58 000 milhões da troica, *mas nada resultou, porque a austeridade não resulta. O senhor criou um buraco gigantesco que cria mais buraco e cria mais dívida. Nenhum sacrifício vale a pena — mais dívida!* [...] *Siga tudo como está!* Pois, digo-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que, *daqui a um mês, o senhor estará a renegociar as condições e a estender a mão à troica*, em vez de responder contra juros excessivos, em vez de recuperar a economia, em vez de defender esta gente que precisa e merece.. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 16-17)
- (71) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] É o próprio Governo que perspetiva uma recessão de 2,3% para 2013 e, agora, há de ser para 2014, para 2015, e nunca mais chega! Porquê, Sr. Primeiro-Ministro? *Porque estas políticas que o Governo tem vindo a implementar geram, elas próprias, uma crise económica e social estrutural, Sr. Primeiro-Ministro.* [...] Sr. Primeiro-Ministro, de facto, neste momento, *isto não tem solução, e não tem solução por via da continuidade da implementação de políticas que geram estes resultados. A solução é a inversão completa destas políticas, mas os senhores assumem que não querem fazê-la e, portanto, não obterão resultados sustentáveis visíveis, Sr. Primeiro-Ministro.* (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 21)

Argumento do risco

O argumento do risco ou da ameaça («*jeopardy*») é o terceiro argumento das consequências referido por Hirschman (1991): «a aplicação de reformas, por muito desejáveis que pareçam ser, põe em perigo as liberdades e direitos já existentes, trocando as vantagens limitadas e incertas resultantes das novas transformações pelas vantagens certas da situação anterior» (Reis & Nunes, 1993).

As diferenças ideológicas são, naturalmente, objeto de argumentação pelas consequências negativas, como se ilustra em (72).

- (72) O Sr. **Francisco de Assis** (PS): [...] Não vou falar da vulgata neoliberal. Não é isso que está aqui em causa. [...] O que está aqui em causa são propostas concretas do PSD, que, em nome da liberdade de escolha, a serem aplicadas, *teriam como consequência pôr em causa, no dia-a-dia, a liberdade de milhões de portugueses, porque os condenariam a uma situação indigna que questionaria a sua capacidade de, no dia-a-dia, fazerem as opções livres que devem fazer nas mais diversas áreas da sua vida.* [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 22)

No nosso *corpus*, o argumento do risco faz apelo ao *pathos*. Apresentado em (73b) de forma persuasiva – com recurso ao paralelismo estrutural e à gradação –, este tipo de argumento pelas consequências negativas é frequentemente associado ao argumento do declive escorregadio (73c) (vd. *infra*).

(73) (a) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Portas): — [...] Essa questão, que sempre lhes parece um detalhe — mas onde iria Portugal buscar o dinheiro para pagar salários e pensões caso não nos prestassem o dinheiro que, levianamente, o Estado consumiu e exauriu? [...]

(b) *Que ganhávamos nós, Portugal, em acrescentar aventuras ao que já é difícil, riscos ao que já é problemático, incertezas ao que já é doloroso?*

(c) *Ir por esse caminho é, simplesmente, abrir o fosso da autarcia em plena globalização, do caos institucional em plena carência de estabilidade na moeda e da miséria, uma miséria que levaria décadas a corrigir.* Uma coisa é fazer sacrifícios para recuperar Portugal, outra seria isolar Portugal dos seus credores, do euro e das soluções para toda a União Europeia. ... (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 62)

Argumentos de sucessão

Fundados numa ligação de sucessão, registam-se os argumentos de direção⁵¹⁹ e do desperdício.

Argumento do declive escorregadio

O argumento do *declive escorregadio* (ing. *Slippery slope argument*), também conhecido por *argumento de direção*⁵²⁰, é um argumento de refutação. Trata-se de

a kind of argument that warns you if you take a first step, you will find yourself involved in a sticky sequence of consequences from which you will be unable to extricate yourself and eventually you will wind up speeding faster and faster towards some disastrous outcome (Walton, 1992b:1)

⁵¹⁹ Contrário ao *argumento de direção*, ainda que também voltado para o futuro, é o *argumento da superação*, também traduzido por *argumento da ultrapassagem* (fr. *argument du dépassement*), que, nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca, «[insiste] na possibilidade de ir sempre mais longe num certo sentido, sem que se entreveja um limite nessa direção, e isso com um acréscimo contínuo de valor» (2006: 316).

⁵²⁰ Para além de argumento de direção, o argumento do declive escorregadio (fr. *argument de la direction* ou *argument de la pente glissante*), é também conhecido por argumento da derrapagem, argumento do dedo na engrenagem – «cria o temor de que uma ação nos insira numa engrenagem cujo fim se receia» (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 316) – e argumento da bola de neve. Para os autores, o argumento «consiste, essencialmente, na advertência contra o uso do procedimento por etapas: se cedermos desta vez, teremos de ceder um pouco mais da próxima vez, e sabe Deus onde iremos parar» (*ibid.*: 310). Gauthier e Gosselin denominam-no de *argument d'engagement fatal*: «consiste à attaquer une politique de l'adversaire sous prétexte que celle-ci ouvre la porte à une deuxième action nettement moins désirable, qui entraîne elle-même une troisième action encore moins souhaitable, et ainsi de suite dans une spirale où il est difficile de deviner la conclusion finale» (1997: 742-743).

Em (74), Pedro Passos Coelho associa ao argumento do efeito perverso (74a) o *argumento do declive escorregadio* (74b) para contestar as reivindicações do BE sobre a reestruturação da dívida.

- (74) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Passos Coelho): —[...] as políticas que o Bloco de Esquerda tem vindo a defender, nomeadamente a da reestruturação da dívida, *é contrária aos interesses dos portugueses*.
 b) E é contrária aos interesses dos portugueses porque no que respeita à dívida oficial ela *representaria a saída de Portugal do euro e da União Europeia e no que respeita à dívida privada ela significaria rapidamente o isolamento de financiamento para o País e para os portugueses, e isso seria um desastre*. [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 21)

Também do lado da oposição, o argumento de direção se apresenta eficaz como procedimento de descrédito, como se verifica na intervenção de Durão Barroso (75), que acusa o governo de António Guterres (PS) de ser responsável pela perda de competitividade de país, referindo o carácter de urgência da inversão da situação (argumento do perigo iminente). Observe-se a tensão discursiva, pelo aumento do grau de implicação do locutor no seu discurso. A enunciação elocutiva («aquilo que mais me preocupa») contribui também para a construção de um *ethos* de liderança.

- (75) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — Hoje, Portugal já está a perder o «campeonato» com os atuais países do chamado grupo da coesão, com a Irlanda, com a Grécia, com a Espanha, e já existe até a ameaça de Portugal vir a perder a competição com os países da Europa Central e do Leste, países que produzem a custos muito mais baixos, neste momento [...]. Portanto, há aqui um problema de competitividade e *um problema de corrida* contra o tempo e aquilo que mais me preocupa é *que se Portugal não tomar as medidas a tempo, pode perder a batalha da competitividade e caminhar progressivamente para uma situação de marginalidade ou de periferia económica e também para uma situação de progressiva irrelevância política*. (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 29)

Revelando a sua indignação pela possibilidade de sanções a Portugal (pelo incumprimento das regras do défice em 2015), que sente como uma humilhação ao país, a líder do Bloco de Esquerda procura persuadir o Governo (e o auditório) para a prioridade do impedimento do processo. Para o efeito, argumenta pela tautologia aparente⁵²¹ («Sanções são sanções») (76), lembrando, assim, o significado negativo do termo, e mobiliza o argumento do declive escorregadio para evidenciar as consequências nefastas da sua aplicação.

- (76) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] Não podemos ter sanções. Não nos digam que as sanções talvez sejam só simbólicas ou que podem ser pequeninas. Sanções são sanções. *Sanções atacam a reputação do País e com isso o financiamento da República e toda a economia*. Sanções são uma humilhação ao nosso País, sanções são um ataque à nossa soberania democrática. Não as podemos aceitar. [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 16)

⁵²¹ A tautologia é considerada uma figura (cf. Suhamy, 2016) e enquanto *tautologia aparente* é considerada um argumento quase lógico, fundado no princípio da identidade (cf. Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006).

Este tipo de argumento «comporte en effet souvent une prédiction d'accélération incontrôlable, de spirale» (Angenot, 2008: 92), apresentando uma direção cumulativa como se ilustra em (77).

- (77) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — [...] Com um governo socialista, a economia dinamiza-se com rendimento ilusório, com despesa pública e endividamento e com mais Estado nos negócios, *um caminho para, aí sim, atingirmos uma longa e penosa espiral de recessão e de austeridade futuras*. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 50)

Argumento do desperdício

O argumento do desperdício⁵²² «consiste em dizer que, dado que já se começou uma obra, que já se aceitaram sacrifícios que seriam perdidos em caso de renúncia ao empreendimento, é preciso prosseguir na mesma direção» (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 307).

Este tipo de argumento «lembra o do sacrífico inútil», sendo o sacrifício «a medida do valor que o determina»⁵²³ (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 308). Nos anos de crise financeira e aumento do défice do Estado, a valorização do esforço, dos sacrifícios que os portugueses já tinham despendido configura-se como uma estratégia de justificação ao prosseguimento das medidas de austeridade (78)-(79), argumento este sintetizado na expressão «morrer na praia», utilizada hipoteticamente (no pretérito imperfeito do conjuntivo) pelo Primeiro-Ministro (78). Observe-se em (79) como o conteúdo proposicional do argumento é reforçado pela estrutura paralelística.

- (78) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Muito já foi feito e muito já foi conquistado, mas todos sabem que ainda há muito por fazer. *Portugal não pode parar agora. Seria incompreensível se este caminho de esforço e de luta dos portugueses ficasse a meio ou morresse na praia*. [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 5)
- (79) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] temos um objetivo, que é o de recuperar a liberdade e a soberania plena de Portugal. O nosso objetivo é o de não desperdiçarmos o esforço e o sacrifício que tantos portugueses têm feito! O nosso objetivo é o de não desperdiçarmos o empenhamento de tantas empresas e de tantos empresários! [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 46)

O argumento do desperdício, associado ao argumento da ameaça (ou risco), é também mobilizado pelo Governo e pelos partidos da coligação (PSD/CDS-PP) no mesmo debate (2013) como apelo à

⁵²² Fr. Argument du gaspillage ; ing. Argument from wast.

⁵²³ Ao argumento do desperdício pode ser associada a preferência dada ao que é decisivo, como no caso do voto útil: «[s]omos tentados a dar o nosso voto a um candidato se acreditarmos que essa votação vai ganhar» (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 309). Em sentido inverso, desvalorizamos uma ação pela insistência no seu carácter supérfluo. «Enquanto o argumento do desperdício incita a prosseguir a ação começada até ao sucesso final, o do supérfluo incita a abastecer-se dado que um decréscimo de ação terá um efeito nulo» (*id. ibid.*). Deste modo, o argumento do desperdício seria oposto ao argumento da inanidade («futility», Hirschman, 1988).

manutenção do executivo em funções (80)-(81), lembrando que o esforço já despendido pelos portugueses pode ser inútil face a uma mudança de governo, pelos riscos que daí adviriam («*seria um erro que abundaria em prejuízos e não alteraria, provavelmente senão para pior, a dependência externa*») (80).

- (80) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Portas): — [...] Ora, os portugueses já fizeram um caminho repleto de sacrifícios para voltar a ser cidadãos de um País, de um Portugal que controle essencialmente as suas decisões. Por isso, a precipitação de eleições quando a Legislatura ainda não chegou a meio, mas o Programa de Assistência já está mais perto da casa de chegada do que da casa de partida, *seria um erro que abundaria em prejuízos e não alteraria, provavelmente senão para pior, a dependência externa*. [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 58)
- (81) O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Este debate ocorre, não há que negá-lo, numa altura em que há uma iniciativa do Sr. Presidente da República no sentido de promover o que denominou como um «acordo de salvação nacional», que também não deixou de identificar, de forma muito clara e exata, embora isto pareça não ser relevante para alguns grupos parlamentares aqui representados, *os riscos que eleições antecipadas trariam ao nosso País e ao esforço a que os portugueses têm sido sujeitos nos últimos anos*, sublinhando, nomeadamente, a necessidade de compromisso e diálogo, que é uma exigência de todos, que a todos responsabiliza e que por isso todos devem ser avaliados. [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 13)

III – Argumentos por indução e analogia

Argumento pelo exemplo

Na argumentação pelo exemplo⁵²⁴, parte-se de casos concretos (ou da probabilidade de repetição de casos idênticos) para proceder a generalizações⁵²⁵: «argumentar pelo exemplo é pressupor a existência de certas regularidades cujos exemplos fornecerão uma concretização» (Perelman, 1993: 119).

Qualquer que seja a maneira como o exemplo é apresentado, seja qual for o domínio em que se desenrola a argumentação, o exemplo invocado deverá, para ser tomado como tal, desfrutar do estatuto de facto, pelo menos provisoriamente; a grande vantagem da sua utilização é chamar a atenção para esse estatuto. (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 388)

⁵²⁴ Na tipologia de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]), a argumentação pelo exemplo integra os *Argumentos que fundam a estrutura do real*. Contrariamente aos *Argumentos baseados na estrutura do real*, estes argumentos não se apoiam em relações entre acontecimentos do real (como os argumentos de direção, do declive escorregadio ou de causa), mas criam o real através desses acontecimentos. Recriam a forma de o auditório compreender determinados assuntos, ao tornarem notórios ou visíveis os aspetos que até aí permaneciam ocultos ou despercebidos.

⁵²⁵ A argumentação pelo exemplo nem sempre pretende fundar uma regra, pode passar de um caso particular para outro caso particular (cf. Perelman, 1993: 120).

Como refere Meyer: «on prend un cas particulier pour argument d'une conclusion générale» (2008: 88). A eficácia⁵²⁶ da argumentação pelo exemplo é visível no discurso de Paulo Portas, que recorre não só ao exemplo de falência do Estado na Grécia como também ao que aconteceu na Argentina e no Brasil (82), para conjecturar acerca da possibilidade de essa situação de caos poder acontecer em Portugal, conferindo assim força ao argumento *at metum* (vd. *infra*). Também Telmo Correia recorre ao exemplo, neste caso, para reforçar o seu ponto de vista de que o Governo está a começar a ficar refém da esquerda (83).

(82) O Sr. **Vice-Primeiro-Ministro** (Paulo Portas): — [...] Todos queremos, para bem da Europa, das suas economias e dos seus cidadãos, que a situação grega termine com um acordo viável e aceitável por todos,... [...] mas, atenção, é simplesmente um pavor imaginar que em Portugal pudesse, sequer, acontecer o que está a suceder com os gregos, com multibancos sem dinheiro, com um sistema financeiro exangue e uma economia paralisada. [...] Lembra, de facto, o que aconteceu na Argentina e no Brasil. E nós sempre alertámos para o risco em que a demagogia põe as nações, que, depois, são sujeitas ao corralito ou ao mero confisco. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 70)

(83) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] que emprego é que os senhores esperam criar, quando já provaram estar nas mãos de uma corrente sindical que tem por objetivo fechar tudo, fechar o acesso ao emprego e impedir, assim, que as novas gerações acedam ao emprego? *Veja-se o que aconteceu nos portos, ou na educação, onde os senhores cederam completamente a essa corrente sindical.* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 48)

Fornecer um exemplo para sustentar uma opinião é argumentar a identidade de situações para justificar a identidade das consequências (Buffon, 2002). Deste modo, sugere-se que o que aconteceu no exemplo provavelmente acontecerá no caso em questão. Em (84) recorre-se à figura da amplificação e argumenta-se pelo exemplo para criar uma imagem de descrédito do Primeiro-Ministro.

(84) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — [...] aqui chegando, vê-se claramente, todos os portugueses percebem que o senhor é excelente na propaganda, excelente a anunciar! Todos o reconhecem e eu próprio também. E, Sr. Primeiro-Ministro, a propaganda, num primeiro momento, até garante bons níveis de popularidade — é verdade! O problema é quando, depois, não tem adesão à realidade, não há factos, não há resultados. *Já há anos aconteceu assim, com o Eng.º António Guterres: também havia muita propaganda, bons níveis de popularidade, até que depois veio o pântano e os portugueses pagaram a fatura.* Sr. Primeiro-Ministro, ainda está a tempo de arrepiar caminho, porque o importante é, de facto, desenvolver Portugal: menos anúncios, mais obra e mais realização. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6683)

O exemplo pode ser igualmente visto como uma forma de comparação ou de analogia⁵²⁷. Em (85) a analogia com a história infantil de Pedro e do Lobo dá lugar a um raciocínio pelo exemplo (85a) – de

⁵²⁶ «Même imparfait ou discutable, l'exemple, parce qu'il est représentatif, permet de résorber des difficultés de compréhension ou de passer sous silence des cas moins nets ou plus complexes. En ce sens, parce que l'exemple est l'arbre cachant la forêt, l'heuristique de disponibilité est saturé par lui : l'exemple acquiert dès lors un statut d'évidence» (Herman, 2011: 98).

⁵²⁷ «L'exemple peut également être envisagé comme une forme de comparaison ou d'analogie (*parabolè, conlatio, similitudo*): dans ce cas, on passe du semblable au semblable, du particulier au particulier sans énoncer de règle, pour établir un rapport de similitude ou de proportion» (Sans, 2011: 144).

lembrar que as histórias conhecidas criam uma forte comunhão com o auditório, sendo o protagonista reconhecido como um antimodelo (vd. *infra*). Note-se como a atribuição da etiqueta de mentiroso (a qualificação evoca a essência) ao Primeiro-Ministro é intensificada pelo argumento da direção (85b).

(85) (a) Antigamente, contava-se às crianças, até por razões pedagógicas, a história do pastor que, por brincadeira, inventando a presença de um lobo, gritava por socorro na aldeia - a história "Pedro e o lobo". Até ao dia em que o lobo veio mesmo e a população, farta de ser enganada, não o socorreu. Parece-me óbvio que o Sr. Primeiro-Ministro nunca ouviu esta história, porque, caso contrário, teria dela retirado ensinamentos. Ora a moral desta história é a de que mentir não compensa.

(b) *Isto significa que até pode vir o dia em que o Sr. Primeiro-Ministro cumpra exatamente aquilo que prometeu, só que nessa altura já poderá ser tarde, já serão poucos os que vão acreditar em si e, porventura, já não vão socorrer-lhe [sic].* (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, pp. 1708-1709)

Porém, como refere Reboul, nem sempre é de fácil distinção entre exemplo, ilustração e analogia⁵²⁸ (2004: 182). Em (86), a estrutura comum do mesmo domínio do foro e do tema parece configurar também uma argumentação pelo exemplo. Com o intuito de se distanciar da visão otimista do Primeiro-Ministro sobre o estado da Nação, a deputada do Bloco de Esquerda ridiculariza-o pela sua associação ao caso particular de Salazar. A realidade do que é invocado serve de fundamento à conclusão: o Primeiro-Ministro não tem consciência da realidade do país.

(86) A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — [...] Consta que quando Salazar já estava bastante envelhecido, depois de ter abandonado o poder, lhe escreviam jornais cheios de notícias edificantes sobre o regime. Depois deste debate, questiono-me sobre os seus serviços de assessoria de imprensa, se vivemos no mesmo País, se o Sr. Primeiro-Ministro lê os mesmos jornais que todos nós, se vê os mesmos telejornais. O Sr. Primeiro-Ministro não sabia sequer que o PS tinha perdido 17 000 votos nas eleições para a Câmara de Lisboa. Confundiu-se, com certeza, com os cidadãos que o PS trouxe de Cabeceiras de Basto e de Famalicão para celebrar a vitória do partido. [...] (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 59)

Como observa Doury, algumas figuras discursivas parecem apresentar uma estreita ligação com determinado tipo de argumentos, constituindo-se como uma forma condensada desses mesmos argumentos, o que é o caso de numerosas figuras de sentido e tipos de argumentos fundados numa relação de analogia (2016: 31).

⁵²⁸ Perelman e Olbrechts-Tyteca esclarecem que tema e foro devem pertencer a domínios diferentes para que haja analogia; já «quando duas relações que confrontamos pertencem a um mesmo domínio e podem ser subsumidas sob uma estrutura comum, a analogia dá lugar a um raciocínio pelo exemplo ou pela ilustração, fornecendo o tema e o foro dois casos particulares da mesma regra» (2006: 410).

Argumento pela ilustração

No caso do argumento da ilustração⁵²⁹, trata-se de usar um caso particular para suportar um padrão já estabelecido (uma regra já admitida). Neste caso, o exemplo vem corroborar o que já é reconhecido por todos. Enquanto na argumentação pelo exemplo se pretende fazer uma previsão ou estabelecer uma regra, sendo o exemplo incontestável, já o exemplo ilustrativo (que pode ser fictício) não se destina à comprovação⁵³⁰; tem como propósito reforçar a adesão a uma regra conhecida (a uma regularidade estabelecida) e aceite, pela apresentação de casos particulares que esclareçam o enunciado geral, devendo, assim, impressionar o auditório, como explicam Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006): «a ilustração deve impressionar sobretudo a imaginação» (Perelman, 1993: 121).

Em (87) ilustra-se o fracasso do Governo pela apresentação de projetos não realizados.

- (87) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] E a alternativa socialista ao betão — que era a anunciada aposta no comboio e no crescimento ferroviário — saldou-se em mais um fracasso. Quatro anos depois, *nem um único metro de caminho-de-ferro foi construído; a modernização da Linha do Norte está vários anos atrasada e até o comboio na ponte, obra projetada, adjudicada e iniciada pelo governo anterior, foi adiado para, só agora, convenientemente, em calendário eleitoral, estar em fase de inauguração* (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, pp. 26-27)

Por sua vez, Carlos Carvalhas ilustra a «atitude de vassalagem ao império», ou seja, critica a atitude de subserviência de Portugal aos Estados Unidos, e condena simultaneamente a «ocupação do Iraque», dando um exemplo negativo de como os dinheiros públicos são gastos (na compra de material bélico destinado à contribuição de Portugal na «ocupação do Iraque») (88). Também em (89), a argumentação é, sobretudo, ideológica. O orador recorre ao argumento da ilustração, pelo procedimento da listagem (mobilizando a anáfora como recurso de presença) a fim de persuadir o auditório da «má fé» do Governo, pelas políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores.

⁵²⁹ Tal como o *exemplo* é, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006), um dos argumentos que fundamentam a estrutura do real, isto é, criam o real através da apresentação de acontecimentos. Incluem-se também nesta designação o modelo, o antimodelo, a analogia e a metáfora.

⁵³⁰ Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, importa distinguir a argumentação pelo exemplo, que deve fundar a regra, da argumentação pela ilustração, que deve reforçar a adesão a uma regra conhecida e já admitida, «fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral, mostram o interesse deste pela variedade das aplicações possíveis, aumentam a sua presença na consciência. Se há situações em que se pode hesitar quanto à função que desempenha um dado caso particular introduzido numa argumentação, a distinção proposta parece-nos no entanto importante e significativa, porque, sendo o papel da ilustração diferente do papel do exemplo, a sua escolha será submetida a outros critérios. Enquanto o exemplo deve ser incontestável, a ilustração, da qual não depende a adesão à regra, pode ser mais duvidosa, mas deve impressionar vivamente a imaginação para se impor à atenção» (2006: 393). Esclarece Toma que a exemplificação é argumentativa «quand l'exemple est relié à l'assertion de l'exemplifié, se constituant comme une sorte de justification»; a exemplificação é ilustrativa «quand l'exemple est relié au contenu propositionnel de l'assertion (c'est le cas des définitions, donc le cas le plus fréquent pour le langage mathématique)» (2011: 77).

- (88) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — [...] Agora, depois de Berlusconi ter recusado o aluguer, o Governo vai comprar uns blindados de infantaria — para isso já há dinheiro — para enviar forças da GNR na ocupação do Iraque e numa altura em que cada vez mais sobe de tom a rejeição do povo iraquiano, que afirma bem alto «nem a tirania de Sadam, nem a tirania de Bush». É mais uma atitude de vassalagem ao Império. [...] (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5920)
- (89) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — [...] o Governo, onde pôde decidir sobre os direitos e os salários, assumiu opções e políticas quase sempre contrárias aos interesses e aspirações dos trabalhadores. *Fê-lo quando tentou concretizar o núcleo duro das propostas de legislação laboral, visando desregulamentar e abalar importantes pilares do direito do trabalho. Fê-lo quando impôs a contenção salarial através da «força do exemplo» dos aumentos da função pública, defraudando expectativas quanto à evolução de carreiras. Fê-lo quando a Assembleia da República clarificou o direito dos trabalhadores às pausas e o Ministro da Solidariedade despachou dando razão às confederações patronais [...]*. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 39)

A argumentação por ilustração mobiliza frequentemente os provérbios⁵³¹, que permitem estabelecer uma comunhão com o auditório, revelando-se de grande eficácia na compreensão dos argumentos. O Secretário-Geral do Partido Socialista utiliza um dos provérbios mais glosados «muita parra, pouca uva» para desvalorizar as reformas ou medidas do Governo (90); e em (91) o Secretário-Geral do Partido Comunista recorre à autoridade da sabedoria popular para ilustrar a (in)ação do Governo.

- (90) O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues** (PS): — [...] E quanto às reformas de fundo, Sr. Primeiro-Ministro, digo-lhe: «muita parra e pouca uva»! Muito papel e pouca mudança — e muito menos mudanças para pior! [...] (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5885)
- (91) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — [...] Fazendo uma avaliação global, aqui como noutras áreas, «foram mais as vozes do que as nozes», foi mais a propaganda do que a ação, foram mais as promessas do que as realizações. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 40)

Um das críticas recorrentes do Governo (e seus apoiantes) é a oposição sistemática da instância adversária às reformas anunciadas pelo executivo, sem apresentação de alternativas válidas, correspondente a uma das falácias do debate político identificadas por Bentham (1824): «rejection instead of amendment» (cf. Plantin, 2016: 595). Na refutação do contradiscurso da oposição, o deputado do PS ilustra a postura contra (neste caso, do PSD), evocando o célebre slogan anarquista (92).

- (92) O Sr. **António Vitorino** (PS): — [...] Os imobilistas [...] [p]referem normalmente adotar aquela célebre frase dos anarquistas latino-americanos segundo a qual «hay gobierno, soy contra!», entricheirando-se numa postura assim resumida: «há reforma, sou contra». (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, pp. 6727-6728)

⁵³¹ A força argumentativa dos provérbios é referida por Anscombe, ao lembrar que o provérbio não se destina a fornecer uma informação por si-mesma: «Le type d'inférence qu'autorise un proverbe est une inférence de nature purement discursive, que ce soit de façon explicite ou non. En d'autres termes [...], un proverbe recouvre un principe général de raisonnement. Très précisément, il dénote un *topos*, c'est-à-dire le garant d'un raisonnement qui fait passer, dans un raisonnement, du chaînon P au chaînon Q» (1994: 106).

A analogia é igualmente utilizada por Francisco Louçã, de forma a concretizar o elevado montante da dívida externa do país (86) (e, consequentemente, a reforçar a imagem de incompetência do Governo).

- (93) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] O segundo sinal é o endividamento. Hoje em dia, o Produto está comprometido em mais do que um ano da atividade dos portugueses em dívida externa. *Trabalhassem todos os portugueses todo o ano, sem nunca comer um pequeno-almoço, e isso não seria suficiente para pagar a dívida que hoje nos responsabiliza.* (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 76)

Argumento do modelo e antimitelo

A argumentação pelo modelo serve-se de um exemplo forte, já que se propõe como uma norma que deve ser imitada. E, como referem Perelman e Olbrechts-Tyteca, «serve também de caução de uma conduta adotada» (2006: 400).

Podem servir de modelo pessoas ou grupos cujo prestígio valorize os atos. O valor da pessoa, reconhecido previamente, constitui a premissa de onde se tirará uma conclusão preconizando um comportamento particular. (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 399)

Pela citação que lhe serve de caução, Paulo Portas propõe o prestigiado líder do PSD, Francisco Sá Carneiro, como suporte de identificação (94). Pela subscrição do ponto de vista enunciado, constrói um *ethos* de virtude e legitima o seu cargo político.

- (94) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Portas): — [...] Quando não era sequer militante do partido a que presido, *retive de um líder político absolutamente invulgar, Francisco Sá Carneiro, uma grelha de avaliação para superar questões dilemáticas: primeiro, Portugal; depois, o partido; por fim, a circunstância pessoal de cada um de nós.* [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 59)

A argumentação pelo modelo configura-se, por outro lado, numa estratégia de deslegitimação, do adversário, naturalmente. Fazendo prova de argúcia argumentativa, Aguiar Branco argumenta no campo do oponente (PCP) – note-se a apropriação do léxico comunista, que agudiza a crítica: «camarada», «burguesas», «grande capital») (95) – e reforça a sua tese de traição aos valores do comunismo (argumento da incompatibilidade, *vd. infra*), pelo argumento do modelo, invocando o peso da autoridade da figura histórica do Partido Comunista Português.

- (95) O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — [...] *Sou do tempo em que, para o PCP, as rescisões amigáveis eram despedimentos encapotados, [...] em que ter a TAP na mão dos privados era criminoso.* Assim, sem medo nas palavras, sem qualquer omissão. [...] *Sou do tempo em que PCP nunca admitiria uma intervenção do Governo na Caixa Geral de Depósitos, iniciada com o aumento do salário dos seus gestores e que vai ser concluída com o despedimento de 2500 trabalhadores.* [...] *O que pensaria o Dr. Álvaro Cunhal destas medidas?... O que diria dos seus próprios camaradas que, com o seu silêncio, com justificações burguesas ou ao serviço do grande capital, permitem uma coisa destas?*

Protestos da Deputada do PCP Rita Rato.

Foi o próprio Dr. Álvaro Cunhal que um dia disse que ser comunista é estar sempre atento a todas as grandes desigualdades, injustiças e discriminações sociais e lutar e organizar a luta para que sejam corrigidas e para lhes pôr termo. [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 40-44)

Já o *antimodelo* é uma autoridade negativa, que representa tudo o que não se deve fazer. O *antimodelo* provoca repulsa (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006). Trata-se, frequentemente, de um adversário a combater ou a abater⁵³² (vd. [28]) ou pode, por outro lado, a introdução do *antimodelo* «servir como ponto de partida para uma argumentação *a fortiori*»⁵³³ (2006: 404).

Em (96) o argumento do *antimodelo* obedece a uma estratégia de envenenamento do poço, de forma a prevenir um eventual Governo de esquerda (a sucessão de interrogações encerram o argumento de que um possível Governo do PS, aliado com o PCP, constituiria um perigo para a democracia portuguesa e colocaria mesmo em causa a sua integração na União Europeia). A interrogação retórica configura uma argumentação *ad metum* (*vide infra*), com apelo ao *pathos* jogando com as emoções e os preconceitos do auditório, substituindo o *pathos* ao *logos* (Plantin, 1998: 5), de intenção manipuladora. A representação antidemocrática do Partido Comunista (e de valores opostos, inclusive, aos Partido Socialista, designadamente a sua posição antieuropeísta) é suportada pelas sucessivas interrogações que vinculam uma *doxa*, culminando a tensão argumentativa na mobilização do *antimodelo* («Que têm o ditador Fidel Castro como referência?»). Procura-se, deste modo, suscitar um sentimento de aversão.

- (96) O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Srs. Deputados, a dúvida vai subsistindo: estará este PS a caminhar para alianças com partidos que discordam da nossa integração na União Europeia? Com partidos cuja democraticidade interna todos sempre contestámos e cujos aliados sempre estiveram do outro lado da «cortina de ferro», acorrentados ao bloco soviético? É este o PS que se aproxima de partidos que não admitem a votação secreta nas suas eleições internas? Que têm dúvidas sobre a ausência de democracia na Coreia do Norte? *Que têm o ditador Fidel Castro como referência?* (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5917)

⁵³² «Sabe-se que a competição desenvolve as parecenças entre antagonistas que, com o tempo, lançam mão de todos os procedimentos eficazes: é porque são as do adversário que certas técnicas poderão ser preconizadas. Todavia, quando este é também o *antimodelo*, ter-se-á o cuidado de separar meios e fins ou ainda de distinguir temporário e permanente, indispensável e supérfluo, lícito e ilícito» (Perelman & Olbrechts-Tyteca., 2006: 402).

⁵³³ Neste caso, o *antimodelo* representa «um mínimo abaixo do qual é indecente descer» (*id. ibid.*: 402). O argumento *a fortiori* (= *por causa de uma razão mais forte*) pode ser um *argumentum a minore ad maius* (=do maior para o menor) ou *argumentum a maiore ad minus* (=do maior para o menor).

Argumento *a simili*

Ainda que se verifique uma proximidade com o argumento comparativo, o argumento *a simili* (por analogia⁵³⁴) não é fundado no princípio da identidade, e sim baseado na experiência. A inferência por analogia⁵³⁵ decorre do estabelecimento de uma relação entre o que se pretende argumentar e um aspeto que se vai procurar a outro elemento do real⁵³⁶ (aspeto este que deve ter a aceitação do auditório, ou seja, é necessário que haja um acordo prévio a seu respeito).

Repare-se, por conseguinte, como Carlos Carvalhas estabelece uma relação de similitude entre o Estado e as «*famílias aristocráticas arruinadas*» (97), pelo procedimento da analogia lógica, concluindo da inaceitabilidade da venda do património, apelando aos valores.

(97) O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — [...] Este Governo faz-nos lembrar aquelas famílias aristocráticas arruinadas que vão vendendo o património que resta, as pratas e a mobília, desbaratando em fausto esses réditos mas sacrificando as gerações futuras e delapidam o riquíssimo património que é público e não do Partido Socialista. (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 38)

Por seu turno, em (98), o líder da oposição recorre ao procedimento da narração, também com efeito de presença, estabelecendo um paralelo entre a situação narrada e o comportamento do Primeiro-Ministro, para melhor desvalorizar a sua intervenção. Pela analogia, o orador conduz o auditório a concluir, como ele, que o Primeiro-Ministro (Cavaco Silva) se limitou a fazer o discurso da «desobriga» na abertura do debate. De igual forma, o deputado Raúl Castro (99) procura descredibilizar o Primeiro-Ministro (e construir um *ethos* de cultura pela citação), neste caso, pelo recurso à analogia do seu discurso com a história «*ad usum Delphini*», referida por Balzac.

⁵³⁴ Plantin refere uma das formas de identificar analogias serão as marcas predicativas (« certains prédicats doivent être considérés comme des connecteurs d'analogie »): « X a des rapports avec, ressemble à, rappelle, fait penser à, correspond à...Y »; « A est à B ce que C est à D »; « X est comme, du même genre que, le même que, pareil à...Y ». O sentido do predicado pode ser fornecido por um nome da classe sinónima de analogia ou pelo adjetivo correspondente: « X est en concordance, harmonie, a des rapports... avec Y »; « X est comparable, analogue, semblable, similaire, identique, parallèle, équivalent, homologue... à Y ». (2011b: 113-114).

⁵³⁵ De referir igualmente a *falsa analogia*: « L'analogie est dite fautive si on peut montrer que le domaine Ressource présente des différences profondes avec le domaine Cible, ce qui interdit de tirer à partir de l'un des leçons ou des explications, des inférences...applicables à l'autre. Par exemple, la comparaison de la crise de 2008 avec la crise de 1929 est mise en échec par le fait que, dans le paysage européen actuel, on ne trouve rien à mettre en correspondance avec Hitler et la situation de l'Allemagne. On ne peut donc pas en déduire que nous sommes sur la voie d'une troisième guerre mondiale. C'est une réfutation sur le fond » (Plantin, 2011b: 126-127).

⁵³⁶ A analogia lida com realidade heterogéneas (isotopias diferentes) (Reboul, 2004:186).

- (98) O Sr. **António Guterres** (PS): —[...] Sr. Primeiro-Ministro: Estava à espera de ouvi-lo, hoje, fazer aqui o discurso sobre o estado da Nação, *mas vi-o fazer aquilo a que eu chamaria o discurso da desobriga*. Na aldeia onde passei parte da minha infância, as mulheres eram muito religiosas: iam à missa, onde chegavam cedo e enchiam a igreja de cânticos. Os homens eram no menos: chegavam tarde, saíam cedo, participavam mais nas festas pagãs do que nas religiosas. Mas havia sempre uma coisa que estes faziam sempre, para evitar o escândalo das beatas ou das religiosas mais fanáticas [...] ... na Páscoa, contrafeitos e contravontade, lá iam à confissão fazer a sua desobriga. [...] Ora, essa foi a desobriga que aqui tivemos. E, curiosamente, *tal como os homens de então, que me diziam que faziam uma confissão pró-falso, pois o padre não tinha nada que saber o que era a vida deles, também o Sr. Primeiro-Ministro, hoje, falou muito pouco da vida do País...* [...] (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 3094)
- (99) O Sr. **Raúl Castro** (Indep): — [...] Dizia Balzac que há duas histórias, uma verdadeira, outra *ad usum Delphini*, e o discurso de V. Ex.^a sobre o estado da Nação é naturalmente uma história *ad usum Delphini*. Em vésperas de eleições o Governo sempre anunciou medidas para combater o desemprego [...]. Contudo, o desemprego não tem parado de crescer. Aquando das 40 medidas, era de 355 000 o número de desempregados [...], em Fevereiro deste ano, já estamos nos 430 000 desempregados. [...] O retrato verdadeiro e não *ad usum Delphini* do país é este. [...] (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3105)

Já a analogia⁵³⁷ proporcional (analogia em *stricto sensu*) é compreendida como uma comparação a quatro termos⁵³⁸ ($A/B=C/D$): a relação que se estabelece entre A e B (tema) é a mesma que estabelecem C e D (foro); a relação entre C e D é supostamente admitida pelo auditório, enquanto a relação entre A e B é o que o auditório deve estabelecer. A força da analogia reside no facto de se partir de uma relação geralmente conhecida⁵³⁹ e admitida para assimilá-la a outra que se pode revelar distante. Aplicam-se, portanto, por transferência, os critérios de clareza da situação que é familiar a outra que seria mais estranha⁵⁴⁰. A analogia apresenta uma orientação argumentativa quando se parte de um foro admitido para fazer admitir uma relação possivelmente contestada pelo auditório (cf. Doury, 2016: 95).

Tal é o caso da analogia do Primeiro-Ministro com os atores do cinema mudo (100). Note-se como o argumento de que José Sócrates que já não é necessário ao país é reforçado pela gradação na estrutura de paralelismo anafórico.

- (100) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): O Sr. Primeiro-Ministro está para a crise como aqueles atores do cinema mudo que perderam os seus papéis quando chegou o sonoro. O senhor já não é ouvido. O senhor já não é confiado. O senhor já não é temido. (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 57)

⁵³⁷ Como esclarece Ceia no *E-Dicionário de Termos Literários*, a analogia «procede sempre por identificação das semelhanças entre dois objetos genericamente diferentes; por isto se distingue da comparação, que pode estabelecer quer uma relação de semelhança quer uma relação de dissemelhança entre dois objetos.»

⁵³⁸ Ressalve-se, porém, que a analogia pode estar reduzida a três termos: B é a A o que C é a B.

⁵³⁹ Relembre-se com Doury (2016: 126) que a analogia proporcional só é inteligível se o foro for conhecido pelo auditório, sendo assim o objeto de uma avaliação partilhada.

⁵⁴⁰ Neste sentido, a analogia aponta uma função didática (Doury, 2016).

A analogia «a tout a gagner à frapper l’imagination, à provoquer un effet de surprise, vecteur qui permet d’emporter la conviction» (Breton, 2003: 103). Também Ferro Rodrigues recorre à analogia proporcional, neste caso, para ilustrar a atitude de conformismo e inação do Governo (101), um dos *topoi* argumentativos da oposição na generalidade dos debates.

- (101) O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues (PS)**: — [...] Este é o estado da Nação, e a resposta do Governo é «esperemos pela boleia do crescimento europeu». Mas o vosso papel é governar, não é esperar. Esperar é o maior conformismo, mas é a vossa única estratégia. *Este Governo está como que «à espera do comboio na paragem do autocarro»*. Portugal tem fundos comunitários exatamente para convergir com a Europa e não para divergir da Europa, como está, neste momento, a acontecer. (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5911)

A analogia é, por outro lado, um procedimento de refutação, neste caso concreto, à intervenção do líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel (que abordou criticamente os problemas do país e acusou o Governo de incompetência) (102); devendo o interlocutor e o auditório estabelecer a relação analógica implícita entre a nau e a robustez do Governo.

- (102) O Sr. **Afonso Candal (PS)**: — [...] A crítica com o sentido autocrítico [...] tem sido complementado e, por isso, estamos melhores. *E a solidez de uma nau e a correção do seu rumo não se medem pelo facto de o mar estar chão ou cavado. A solidez de uma nau mede-se por si só e é tão importante quanto mais revoltado estiver o mar. O rumo aponta o destino e é, desde logo, a razão de ser da partida [...]* (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 55)

Na retórica, a *metáfora*⁵⁴¹ é vista como uma analogia condensada⁵⁴², «resultante da fusão de um elemento do foro com um elemento do tema» (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 438), e também neste caso se solicita a cooperação do interlocutor para decifrar o seu significado.

Repare-se, por conseguinte, como o deputado do PAN sintetiza na metáfora (que oferece uma imagem idealizada, curiosamente, relacionada com o seu partido [Partido dos Animais e da Natureza]) (103), a visão da direita acerca do país sob a sua governação. Pela supressão de um dos termos da analogia, fundem-se foro e tema, o que permite apresentar a analogia como um dado, e já não como uma sugestão de comparação, como em (101) – «La métaphore est une analogie qui s’ignore» (Buffon, 2002: 207).

⁵⁴¹ Ainda que nem todas as analogias sejam argumentos – adverte Breton –, visto que nem todas estão ao serviço da defesa de uma tese ou de um ponto de vista, a metáfora, enquanto «eclipse de analogia» é considerada um argumento quando serve para convencer (2003: 100).

⁵⁴² L’analogie-comparaison confronte deux domaines bien distincts de réalité, elle les associe, elle ne les confond pas. La métaphore affirme l’identité du domaine investigué et du domaine Ressource. Elle fusionne les domaines. [...] L’argumentation par la métaphore sert à fusionner des êtres ou des situations sous une même identité, elle produit littéralement un monde nouveau de correspondances.» (Plantin, 2011b: 124).

- (103) O Sr. **André Silva** (PAN): — [...] Passaremos a tarde de hoje a ouvir a esquerda dizer que os problemas do País são consequência das políticas da direita e a direita responderá que, até outubro de 2015, Portugal *era um agradável jardim*. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 27)

Argumento *a pari* (regra da justiça)

Contrário à lógica do privilégio, o argumento *a pari* é fundado no princípio da regra da justiça, que estipula equidade de tratamento para casos similares.⁵⁴³ Constitui, por isso, um apelo à coerência, como faz prova a intervenção de Heloísa Apolónia (104).

- (104) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] Dizia eu, como é que as pessoas de determinados núcleos históricos no Algarve conseguem compreender que as suas habitações sejam deitadas abaixo quando, na praia da Galé, está para ser construída uma moradia de luxo em cima de dunas, dunas estas que merecem tanta preservação que até foram construídos passadiços para criar corredores para as pessoas passarem e não as destruírem? E agora vão construir aí uma moradia de luxo?! Sr. Primeiro-Ministro, peço-lhe, por favor, que reverta esta decisão e que pense, seriamente, nesta contradição. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 64)

Também Pires de Lima apela aos valores de justiça do Governo, no tratamento dado aos «contribuintes individuais e empresas que devem dinheiro ao Estado» (105). Convocando igualmente o argumento do dever (*vd. supra*), o deputado critica o tratamento de exceção concedido «aos atuais detentores de cargos públicos, nomeadamente se eles são socialistas!» relativamente à manutenção de regalias injustificadas.

- (105) O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — [...] deduzo da sua resposta que V. Ex.^a considera um dever moral do Estado submeter a chacota pública todos os contribuintes individuais e empresas que devem dinheiro ao Estado, ao fisco, *mas que já não considera o mesmo princípio verdadeiro para as dívidas* [...], que o Estado tem para com as empresas e os contribuintes, [...] nomeadamente as empresas que, devido a essas dívidas, não conseguem pagar ao estado! [...] Trata-se, portanto, de um Estado majestático, autoritário, autocrático, *que impõe uma moral aos cidadãos que o financiam, mas que se exime à mesma moral no que diz respeito às suas dívidas!* [...] E é essa reciprocidade que retira credibilidade às medidas que V. Ex.^a anuncia! V. Ex.^a *fala de regalias injustificadas, mas, claro, elas não se aplicam aos atuais detentores de cargos públicos, nomeadamente se eles são socialistas!* V. Ex.^a *fala de deveres dos contribuintes para com o estado, mas, claro, o mesmo princípio não se aplica ao Estado nas suas obrigações para com os cidadãos e as empresas que o financiam!* (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, pp. 6709-6710)

De igual modo, o Secretário-Geral do PCP se serve da amplificação para salientar a desigualdade de meios entre os agricultores portugueses e outros do espaço da União Europeia (106), ilustrando o seu argumento com recurso a duas analogias. Como é recorrente na sua argumentação (*vd.* [91]),

⁵⁴³ «A regra da justiça exige a aplicação de um tratamento idêntico aos seres ou às situações que integramos numa mesma categoria» (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 240). Inverso do argumento *a pari*, o argumento *a contrario* apela para o facto de que, se uma situação é vista de determinada maneira, a situação oposta deve ser considerada de maneira diversa.

Carlos Carvalhas estabelece uma comunhão com o auditório, desta vez, pela alusão à conhecida fábula de La Fontaine («é combater uma panela de ferro com uma de barro»).

- (106) Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): —Como é que o agricultor português pode competir com o espanhol ou o francês, quando tem o crédito bancário, os custos e os fatores de produção muito mais elevados e não tem apoio técnico nem de comercialização? *Isto é mandar os agricultores combaterem com físgas quando os parceiros do lado têm foguetões, Sr. Primeiro-Ministro! É combater uma panela de ferro com uma de barro* (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2840)

Argumento pelo precedente

A argumentação pelo precedente⁵⁴⁴, que constitui um tipo de argumentação comparativa, estabelece um paralelo entre duas situações distanciadas no tempo (Doury, 2016: 96). Argumenta-se, então, que uma situação deve ser tratada como a outra, já que se supõe a identidade entre as duas situações.

Este tipo de argumento é utilizado pelo deputado do Partido Comunista, como forma de justificar a proposta das esquerdas (PCP, PEV e BE) de reduzir os juros do pagamento da dívida pública, contrariando o estipulado no Programa de Assistência Económica e Financeira da troika, de forma a «libertar os recursos necessários ao crescimento económico» do país (107). Também o líder da oposição o mobiliza no debate de 2012, denunciando o apelo ao medo na argumentação do Governo (108).

- (107) O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — É indispensável garantir que, no pagamento da dívida legítima, entre juros e amortizações, não se ultrapasse o valor de uma determinada percentagem das exportações — *um critério idêntico ao garantido à Alemanha após a II Guerra Mundial. Já foi feito, já foi praticado, deve ser assumido nas condições de hoje*. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 50)
- (108) O Sr. **António José Seguro** (PS): — [...] É preciso mais tempo para o processo de consolidação orçamental. *E não venha assustar os portugueses, Sr. Primeiro-Ministro, porque já houve outros países que o conseguiram* e isso significa aliviar os sacrifícios às famílias e às empresas. [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 41)

⁵⁴⁴ «A regra da justiça fornecerá o fundamento que permitirá passar dos casos anteriores aos casos futuros, é ela que permitirá apresentar o uso do precedente sob a forma de argumentação quase lógica» (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 241).

IV – Argumentação com apelo à autoridade

Argumento de autoridade (*ad verecundiam*)

Especificamente, uma argumentação é um discurso em que um enunciado – o argumento –suporta outro enunciado, a conclusão (Plantin, 2016). Ora, o argumento que procura legitimar uma afirmação emanando de uma autoridade não corresponde, num primeiro plano, a esta visão clássica da argumentação, como lembra Herman⁵⁴⁵ (2014). A opinião proposta é aceitável por um auditório porque é suportada numa autoridade, e essa autoridade (incontestável ou legítima) é bem aceite pelo auditório⁵⁴⁶.

Uma forma de invocar a autoridade é pela citação. Observe-se, por conseguinte, o peso conferido à autoridade do Reitor da Universidade de Coimbra (109) pelo orador para fundamentar sua tese.

- (109) O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, o Reitor da Universidade de Coimbra, referindo-se à política educativa deste Governo e dos partidos que o apoiam, afirmava que são os autores do mais grave atentado contra a escola pública. Portanto, os senhores, estes partidos, na avaliação do Reitor da Universidade de Coimbra, são os autores do mais grave atentado à escola pública. [...] (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 55)

A autoridade citada suporta-se, pois, no seguinte esquema argumentativo: *A é uma autoridade, A afirma que P; logo, P é verdadeiro*. Ou: *A afirma que P*, quando o contexto esclarece que A é uma autoridade e que, por outro lado, L defende P, ou uma posição coorientada com P⁵⁴⁷ (cf. Plantin, 2016: 110).

⁵⁴⁵ Como refere Herman, «alors que l'argumentation, selon une définition classique, met en scène une mécanique qui est constituée d'une conclusion justifiée par une prémisses, l'argumentation par l'autorité soutient le plus souvent une prémisses d'une de ces argumentations en laissant largement implicite tout le raisonnement qui légitime la dite autorité » (2014: 167): «[i]mplicitement, l'argumentation implique une prémisses selon laquelle la source en question est une autorité au sujet de P.» (*ibid.*: 153). O seu esquema argumentativo é, portanto: «*Alguém* [ou alguma fonte] diz P. Logo P é verdade» (Tindale, 2007: 131, tradução nossa) ou, segundo a variante, «*a afirma que P é verdade (falso)*. [Logo] P é verdade (falso)» (tradução nossa, Walton *et al.* 2008: 310).

⁵⁴⁶ De relembrar a importância da noção de acordo prévio como ponto de partida para a argumentação: argumentar não consiste apenas em formular uma opinião no molde de um argumento, mas sobretudo em apoiar esse argumento sobre um elemento previamente aceite pelo auditório; a procura de um acordo prévio requer a identificação de um 'ponto de apoio', baseado num tema já aceite pelo auditório (Breton, 2003: 53). Contudo, como adverte o autor, permanecer no acordo prévio sem introduzir elementos novos, é uma das forças da demagogia, que consiste em fazer o auditório acreditar que pensamos como ele e que incorporamos os seus valores (*id. ibid.*).

⁵⁴⁷ Trata-se do princípio do *magister dixit* (porque o mestre disse), que é tido como uma falácia do ponto de vista lógico, já que não permite estabelecer a verdade ou falsidade de uma proposição.

O argumento de autoridade, identificado frequentemente com o argumento da modéstia ou *ad verecundiam*⁵⁴⁸ (cf. Plantin, 2016: 398), é o «argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado [...], que utiliza atos e juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova em favor de uma tese» (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 335). Philippe Breton ([1993]), por exemplo, inclui o argumento de autoridade numa das quatro grandes famílias de argumentos (vd. Parte I, Cap.2). De acordo com a sua proposta de tipologia, distinguem-se três tipos de raciocínio de autoridade: *pela competência* (científica, técnica, moral ou profissional); *pela experiência*⁵⁴⁹ e *pelo testemunho*⁵⁵⁰.

A autoridade citada⁵⁵¹ tem o mesmo valor de uma prova empírica para justificar a tese proposta, pelo que se torna difícil contradizer um homem dito de carácter (ou o locutor que apoia o seu dizer numa autoridade de prestígio). Porque se configura como uma estratégia de credibilização do discurso, é uma argumentação que constrói o *ethos*⁵⁵². O argumento *ad verecundiam* suporta-se no mecanismo da citação, como já foi referido. Em (110) a representação das palavras de uma personalidade mítica do campo da filosofia política⁵⁵³ visam legitimar o próprio discurso. Quanto mais credível for a autoridade invocada, maior é o poder de persuasão do orador.

⁵⁴⁸ «L'argument de la modestie est invoqué par celui qui s'incline devant l'autorité et le prestige de quelqu'un qu'il estime lui être supérieur ; c'est typiquement une démarche de soumission à l'ethos. Il est donc le symétrique de l'argument d'autorité, raison pour laquelle on traduit parfois argument *ad verecundiam* par argument d'autorité [...]. L'ethos fonctionnalise la personne et ses émotions. Pour le locuteur argumentant, il ne s'agit pas de partager avec les autres une forme de jouissance de soi [...], mais de tenir les autres sous son emprise afin de les orienter vers une décision» (Plantin, 2016: 398). Como refere o autor, o argumento da modéstia é criticado por Locke, já que se trata de citar as opiniões de alguém («par leur esprit, par leur savoir, par l'éminence de leur rang, par leur puissance, ou par quelque autre raison, se sont fait un nom et ont rétabli leur réputation sur l'estime commune avec une espèce d'autorité»), que não devem ser objeto de contradição por uma questão de modéstia – enquanto a autoridade está relacionada com a valorização de um dizer, a modéstia diz respeito à dificuldade em contradizer (*id.*, 2010: 92). Se uma pessoa não der mostras de submissão e respeito face a essa autoridade de prestígio, será censurada como uma pessoa extremamente vaidosa. Como adverte Plantin, não se trata de colocar em causa a citação de autoridade, mas a possibilidade de contradizer a autoridade (2016: 398): «uma vez que quem cala consente, as afirmações não contraditas são válidas por defeito» (*id.* 2010: 92).

⁵⁴⁹ «L'argument de l'expérience s'appuie moins sur une compétence, toujours suspecte d'être théorique, que sur une pratique effective dans le domaine où l'orateur s'exprime 'Moi-même, j'ai été mis sur écoute', dit M^e Vergès [...] pour défendre quelqu'un qui pose, justement, des dispositifs d'écoute téléphonique. Il a donc l'expérience des écoutes (mais pas la compétence) et peut arguer d'un réel sur lequel il a une sorte d'autorité» (Breton, 2003: 65-66).

⁵⁵⁰ «Le fait d'avoir été présent à une manifestation, un événement, confère une autorité certaine, qui fonde l'argument du témoignage. Le témoin d'un fait divers aura plus de poids pour en proposer le cadrage dans une perspective argumentative. Quelle différence y a-t-il entre l'expérience et le témoignage ? Tous deux font appel à une pratique concrète, mais l'expérience implique une durée et une accumulation là où le témoignage est ponctuel » (*id. ibid.*: 66).

⁵⁵¹ Plantin refere o testemunho, o acesso privilegiado à informação, a autoridade de direito (ex. «A sessão está aberta») e a autoridade puramente linguística, correspondente a um enunciado performativo («Prometo vir»), como formas de autoridade citada («citar de forma exata o locutor é remeter para o verdadeiro») (2010: 92-93).

⁵⁵² Refere Plantin que «exclure l'argumentum *ad verecundiam*, c'est annuler le poids de l'*éthos* dans l'argumentation» (1998: 5).

⁵⁵³ A citação é de Mao Zedong (Mao Tse-tung), filósofo político marxista e líder da Revolução Chinesa.

- (110) O Sr. **Alberto Martins** (PS): [...]a argumentação discursiva com excessos retóricos só pode ter a resposta da prática. *Para citar um autor conhecido e de referência singular, «é da prática que vêm as ideias justas»* e, neste caso, elas não vieram da prática do PSD. (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 22)

A invocação das palavras dos políticos do partido adversário, ou de fontes próximas, têm uma clara função argumentativa: tornam o discurso mais credível, sendo difícil subtrair o valor das provas ou razões invocadas contra o oponente. Tal é o caso da representação das palavras de António Pires de Lima (Vice-Presidente do CDS-PP) (111) no contradiscurso do Primeiro-Ministro que visa comprovar a imagem de descrédito e de «falhanço» do anterior executivo (de coligação PSD/CDS). Jerónimo de Sousa, por seu turno, recorre a uma personalidade da confiança do PSD para sustentar a sua tese de que a «dívida foi apenas o pretexto para impor a política de exploração e de empobrecimento que sempre quiseram fazer» (112).

- (111) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] O Orçamento do estado para 2005 é a grande mentira dita aos portugueses. [...] *É por isso que o Sr. Deputado António Pires de Lima [...] ainda ontem disse que, infelizmente, a direita foi para o poder e, ao fim de três anos, não foi capaz de deixar uma marca na governação.* (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1710)
- (112) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Disseram aos portugueses que os sacrifícios iam valer a pena, mas, afinal, o País está mais endividado do que nunca. [...] A dívida foi apenas o pretexto para impor a política de exploração e de empobrecimento que sempre quiseram fazer. Aliás, *uma figura insuspeita, o Sr. Philippe Legrain, conselheiro económico do Dr. Durão Barroso, disse o seguinte: «Portugal está mais endividado do que antes do Programa e a dívida privada não caiu. Portugal está mesmo em pior estado do que estava no início do Programa».* Sr. Primeiro-Ministro, não venha dizer que a figura é suspeita. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, pp. 19-20)

Observe-se ainda o apelo à autoridade citada de uma das personalidades do campo do adversário menos dadas à «langue de bois» (portanto, credível), como se infere pela designação atribuída a Jaime Gama («um dos mais esfíngicos cardeais da política socialista») (113), como forma persuasiva de envenenar o poço.

- (113) O Sr. **Duarte Lima** (PSD): — [...] É igualmente adequado falar na função de Primeiro-Ministro, na pessoa que a exerce e na pessoa que legitimamente ambiciona exercê-la. Por isso se justifica que, *para aferir da credibilidade do desígnio do Secretário-Geral do PS, de ser Primeiro-Ministro, ainda neste ano relembremos as palavras, cujo eco não se apagou, de um dos mais esfíngicos cardeais da política socialista, que hoje, curiosamente, não está aqui presente, o Dr. Jaime Gama... quando perguntado sobre o que achava da eventualidade de o engenheiro António Guterres ser Primeiro-Ministro: «um frenesim, um frenesim...»* (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2862)

Para além do apelo à autoridade de pessoas⁵⁵⁴, o nosso *corpus* convoca a autoridade de instituições (114)-(108) ou organismos (117)-(118), cuja credibilidade é reconhecida no campo da especialidade

⁵⁵⁴ O argumento de autoridade – suportado na avaliação positiva de um enunciador para reforçar uma proposição – pode ser visto como inverso do argumento *ad hominem*, que propõe a rejeição de uma proposição com base nas características negativas do enunciador. Por outro lado, o argumento pode ser utilizado *a contrario* e, neste caso, convoca-se uma autoridade negativa para desqualificar uma opinião. Reboul refere a variedade limite: «Era o que dizia Hitler !» (2004: 178).

em questão, o que basta para funcionar como justificação. Em (114) a argumentação da deputada do PS sustenta-se no argumento da autoridade, pela invocação da auditoria do Tribunal de Contas. Já a citação a que recorre Alberto Martins (115), também deputado da oposição, não se apresenta tanto como suporte da tese proposta, visando-se apenas o reforço da sua argumentação sobre o «custo» das políticas de austeridade.

(114) A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — [...] Este Governo pode fazer dissimulações, vender ilusões, continuar a acreditar num País que não conhece, mas este Governo vendeu o País ao desbarato, sem cuidar convenientemente do interesse nacional. *Não é o PS que o diz*, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, é o Tribunal de Contas, numa auditoria recentemente conhecida. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 65)

(115) O Sr. **Alberto Martins** (PS): — [...] Na sua miopia de austeridade, juntaram à crise financeira, a crise económica, a crise social, a degradação da democracia. Não perceberam que não há legitimidade democrática sem justiça social. [...] *Como nos disse, ontem mesmo, a Cáritas Internacional, sobre o custo humano da austeridade, «as pessoas pobres pagam para uma crise que não causaram e de que não são responsáveis»*. [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 43)

Advirta-se, no entanto, que a eficácia desta técnica argumentativa depende do reconhecimento da autoridade (enquanto entidade qualificada) pelo auditório. O argumento pode não ser considerado aceitável⁵⁵⁵ (para não utilizar a designação de falacioso⁵⁵⁶) se a referência à autoridade não for suficientemente precisa, o que acontece com alguma frequência nos debates. Em 2006, Luís Marques Mendes, deputado da oposição, socorre-se de «relatórios oficiais» (fazendo apelo a uma autoridade anónima) para corroborar o seu ponto de vista de que o Governo é incompetente (116). Já em (117) recorre a um organismo oficial, reforçando-o pelo comentário meta-discursivo, como forma de invalidar uma possível contestação à visão negativa da «política de saúde» conduzida pelo executivo.

⁵⁵⁵ Woods e Walton propõem cinco condições para aferir a validade do argumento de autoridade: a autoridade deve ser corretamente citada; a autoridade deve ter uma competência específica no domínio em questão; o julgamento do especialista deve enquadrar-se na sua própria área de competência; a autoridade deve apoiar o seu julgamento numa prova autêntica, pertinente e objetiva acerca do domínio em questão; é conveniente haver uma técnica consensual a fim de arbitrar desacordos entre autoridades com as mesmas qualificações (1992: 41-46).

⁵⁵⁶ No âmbito da pragma-dialética, van Eemeren esclarece que na atualidade o termo (*ad verecundiam*) é frequentemente usado para se referir a uma falácia que envolve um apelo incorreto a uma autoridade: «The *argumentum ad verecundiam* is generally described as a misplaced appeal to authority. This does not quite conform to the literal meaning of *verecuniam* ("diffidence, awe, shanle, embarrassment, modesty"), though it appears to be in line with what Locke intended. With Locke, the *argumentum ad verecundiam* refers to cases in which it is suggested or stated that it would be arrogant of listeners to set themselves up in opposition to the authority to which the speaker appeals in the argument. » (2001: 143). Por sua vez, Tindale (2007) distingue duas subclasses de autoridade, a autoridade detida em função do seu estatuto social, ou devido à posição que detém na sociedade, e a designada «autoridade cognitiva», como especialista no assunto em questão. Na tradição normativa da lógica informal (Walton, 1997; Tindale, 2007, por exemplo) o apelo à autoridade é considerado um sofisma.

- (116) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — [...] A continuarmos desta forma não chegaremos a lado nenhum ou, pior, continuaremos todos os anos a divergir da Europa e a cavar o nosso empobrecimento. *Há mesmo relatórios oficiais que apontam para Portugal, continuadamente, divergir da Europa até ao final da década.* [...] (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6714)
- (117) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — [...] A política de saúde, por exemplo, é a face mais desumana desta postura do Governo, uma política que se estrutura em torno de dois vetores: reduzir custos e limitar o acesso a cuidados básicos. Criam-se novas taxas moderadoras no internamento e nas cirurgias sem ambulatório. Um qualquer cidadão parte uma perna, é internado numa unidade hospitalar e é sujeito a uma cirurgia, não tem alternativa, mas é obrigado a pagar a taxa moderadora correspondente. *Sem surpresa, Srs. Deputados (os senhores que gostam tanto de citar organismos oficiais), o Observatório Português dos Sistemas de Saúde, no seu relatório da Primavera, considerou estas taxas socialmente injustas.* (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 50)

O argumento de autoridade é, por outro lado, mobilizado pelos deputados do partido do Governo como forma de invalidar a contestação às políticas conduzidas pelo executivo, como exemplifica a intervenção do Vice-Presidente do Grupo parlamentar do PSD (118).

- (118) Sr. **Jorge Neto** (PSD) — [...] Será V. Ex.^a tem alguma estratégia alternativa relativamente a esta política? Se tem, diga em concreto quais são as medidas que apresenta em termos de alternativa de política económica e social a esta política económica do Governo, *que é sufragada, sem nenhuma discrepância, pelo Banco de Portugal.* [...] (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5913)

Grande parte da discussão no debate é orientada para o reforço da credibilidade através de abordagens discursivas que enfatizam a objetividade, pelo que os números (divulgados pelas entidades competentes) representam o primeiro meio para a apresentar de forma convincente. Como notou Breton, trata-se de um duplo argumento de autoridade: uma constatação de facto das estatísticas e um apelo à sua autoridade (da instituição) (2003: 65).

Jerónimo de Sousa, por exemplo, recorre aos números do Banco de Portugal e da OCDE⁵⁵⁷ para sustentar a acusação «do ataque às reformas e às pensões» (119), que visa ilustrar a tese da «contrarreforma» da Segurança Social conduzida pelo Governo.

- (119) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Ninguém foi tão longe, como o foi o Governo português, no ataque às reformas e às pensões com a sua contrarreforma da segurança social. Os trabalhadores vão ter de trabalhar mais tempo e receber uma reforma mais pequena — a prazo, *receberão menos 20% segundo o Banco de Portugal e menos 30% segundo a OCDE.* [...] (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 53)

Observe-se, em (120), como o apelo à autoridade institucional suporta a tese de Francisco Louçã de que o Governo em funções (PS) não se rege por uma política de justiça e transparência. O argumento é reforçado pelo uso da sinédoque associada à repetição («diz o tribunal de contas») (120a), numa estratégia que visa suscitar emoções da ordem da indignação pelo «escandaloso» estado das coisas.

⁵⁵⁷ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

O líder do BE apresenta igualmente como prova periférica do escandaloso aumento dos gestores de empresas que deram prejuízo a autoridade da «Comissão que regula a bolsa» (120b).

- (120) (a) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] utilizarmos, Sr.^{as} Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, os *critérios do Tribunal de Contas*, presidido por um ex-ministro de um governo do Partido Socialista, vemos quem ganhou realmente nestes anos. A Águas de Portugal, com um prejuízo de 75 milhões de euros, gastou, no entanto, 2,5 milhões de euros em viaturas e combustível e outras mordomias dos administradores — *diz o Tribunal de Contas*. *Diz o Tribunal de Contas*: metade das empresas municipais — metade! — paga aos seus administradores acima do salário da lei. *Diz o Tribunal de Contas*: nas adjudicações de obras públicas, em 2005 e 2006, verificadas 25 empresas, só duas cumpriram a lei.
- (b) E sabemos nós agora que, com 75 milhões de euros de prejuízo, com o maior prejuízo dos últimos 15 anos, a TAP pode, no entanto, quadruplicar o salário do seu Presidente. Pode-se ainda duplicar o salário do Presidente da Estradas de Portugal. *E diz a Comissão que regula a Bolsa* que, verificando as administrações das empresas cotadas, foram duplicados os salários dos administradores [...]. (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, pp. 66-67)

A autoridade, por outro lado pode ser mostrada, isto é, manifestada diretamente pelo locutor (cf. Plantin, [1996]), como se ilustra em (121), numa argumentação com apelo *ad passiones* que visa a persuasão para a continuidade das políticas conduzidas pelo Governo. Igualmente Durão Barroso procura construir um *ethos* de competência pela alusão à sua experiência governativa⁵⁵⁸ (122), procurando legitimar um *ethos* de liderança. Relembremos que, em situação argumentativa, os oradores valorizam sistematicamente a sua pessoa, bem como os seus atos a fim de se legitimarem (Plantin, 2008: 246).

- (121) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Portas): [...] Esclarecida a questão prévia — Portugal sempre teria de fazer um ajustamento na sua economia —, cumpre perguntar e responder, *atrevido-me a sugerir, apenas, que a experiência de um ano nos Negócios Estrangeiros possa subsidiar, quanto mais não seja pelo testemunho, esta reflexão necessária*. Primeira pergunta: um ano depois, está Portugal mais longe ou mais perto de uma declaração de insolvência que nos conduziria à cessação de pagamentos e ao desmoronar do sistema financeiro? Sem ignorar as dificuldades, é muito clara a resposta: Portugal está bem mais longe desse precipício, e é notável o esforço que os portugueses fazem para conseguir esse progresso e garantir que esse mal maior não lhes acontecerá. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 62-63)
- (122) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] Sabe, Sr. Primeiro-Ministro, como é que, em muitos casos iguais a estes, de raptos, que aconteceram anteriormente, *quando eu próprio estava no governo*, eram resolvidos estes assuntos? Em grande parte, graças a algo que V. Ex.^a e o seu Governo destruíram: o serviço de informações militares! [...] (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 13)

⁵⁵⁸ Na sua noção de *ethos* (integrada à teoria da polifonia enunciativa), Ducrot menciona também o elemento intradiscursivo: «Ce que l'orateur pourrait dire de lui-même en tant qu'objet de l'énonciation» (1984: 201).

Apelo *ad populum*

Variante da argumentação com apelo à autoridade, a argumentação *ad populum*⁵⁵⁹ corresponde ao discurso demagógico (cf. Plantin, 2016:42-43). O argumento *ad populum* é geralmente definido como um argumento que apela às crenças do auditório⁵⁶⁰, fundando-se, portanto, na *doxa*. A autoridade, neste caso, é o povo, ou a maioria (justifica-se uma opinião com a afirmação que toda a gente ou a maioria tem essa opinião, ou que muitas pessoas têm essa opinião⁵⁶¹). Neste sentido, o argumento visa a adesão, não propriamente a verdade. Por outro lado, é também visto como um apelo às emoções⁵⁶² do auditório: «Qu'il s'agisse d'appel aux croyances ou aux émotions, on reproche à l'orateur de s'aligner sur l'auditoire; c'est l'auditoire qui conduit l'orateur, et non pas la vérité» (Plantin, 2016: 43).

Repare-se como o apelo às crenças «dos portugueses que trabalham/ que sofrem/ que estão a passar mal» (123) apresenta um intuito de manipulação que visa a aceitação das duras medidas de resolução do défice.

- (123) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Portas): —[...] Os portugueses que trabalham e os portugueses que empregam, os portugueses que sofrem e os portugueses que estão a passar mal são os mais realistas de todos. Querem que este período difícil termine antes e não depois e que o Portugal pós-crise seja um país com oportunidades, portanto, muito mais moderno, competitivo, atraente e solvente. Não acreditam, certamente, que excesso de défice se corrija com mais défice ou que excesso de dívida se resolva com mais dívida. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 62)

⁵⁵⁹ «An argument *ad populum* is an argument that appeals to popular sentiment, or «to the people», to support its conclusion. It is also called 'appeal to the gallery', or 'mob appeal' (Walton, 1992a: 2). Citando Engel, Walton refere que «such 'mob appeals' invite 'people's unthinking acceptance of ideas which are presented in a strong, theatrical manner' and 'appeal to our lowest instincts. [...] such arguments are fallacious because they 'steer us toward a conclusion by means of passion rather than reason» (*ibid.*: 3).

⁵⁶⁰ O argumento *ad populum* genericamente constitui um argumento de autoridade, já que consiste na referência a um grupo reconhecido para justificar uma ação. Walton distingue onze tipos de argumentos *ad populum* em função do grupo de referência, de entre os quais referimos os principais: 1/ um grupo de pessoas em posição de saber; 2/ um grupo de especialistas; 3/ um grupo de pessoas que deliberou bem acerca do assunto; 4/ um grupo cuja ação é julgada como sendo boa; 5/ uma elite admirada pela maior parte das pessoas; 6/ um grupo ao qual se é valorizado de pertencer e de onde se é excluído caso não se adote os seus princípios; 7/ o povo, ao qual se pretende uma identificação com fins eleitorais ou ao qual se faz referência a um dos membros para fazer aceitar o que ele diz a alguém que também pertence ao grupo; 8/ o povo a quem se excitam as paixões para o fazer aceitar qualquer coisa (1999).

⁵⁶¹ Neste sentido, o argumento é tido como um paralogismo (toda a gente acredita que *p*, então *p* é verdade) e designa-se como *apelo ao povo*.

⁵⁶² Adverte Plantin que, para além de suscitar o entusiasmo do auditório, o argumento *ad populum* pode estar ligado a sentimentos negativos da ordem ódio ou do fanatismo: «il est pris dans la condamnation générale des passions, sans tenir compte du fait que de bonnes et mauvaises argumentations peuvent soulever des émotions fortes, et que ces émotions peuvent être ou non justifiées» (2016: 43).

Nos exemplos que se seguem, apela-se ao povo como autoridade (com recurso a verbos que exprimem conhecimento e crença) —«os portugueses sabem» (124); «Já toda a gente percebeu» (125); «ninguém acredita» (126) —, seja com o propósito de fazer aderir o auditório à conclusão do orador («estamos pior») (124), com base na (suposta) opinião dos «portugueses», criando-se um efeito de evidência; seja para reforçar a tese de que o Governo apoia as medidas impostas à Grécia para justificar a implementação de medidas de austeridade em Portugal (125); ou ainda para lançar o descrédito sobre as promessas do Primeiro-Ministro, através de um ataque *ad hominem* (126). Em (127), o orador recorre à polifonia, delegando assim a responsabilidade do dito em «cada português e cada portuguesa».

- (124) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] *Os portugueses sabem bem* que não estamos melhor, estamos pior. Sabem que a sua vida está feita num inferno pelos modelos económicos pseudocientíficos, construídos para servir os grandes interesses [...]. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 47)
- (125) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — *Já toda a gente percebeu* que o Governo português prefere alinhar com a União Europeia na chantagem contra o povo grego, porque as medidas que hoje estão a tentar impor à Grécia são as mesmas que PSD e CDS gostariam de continuar a impor cá. E também *já toda a gente percebeu* que esse alinhamento é a única forma de o PSD e o CDS salvarem o seu discurso dos «eternos sacrifícios». (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 20)
- (126) O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, *ninguém acredita* no que o Sr. Primeiro-Ministro acaba de dizer, porque, durante quatro anos, não fez outra coisa senão enganar os portugueses. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 32)
- (127) O Sr. **António José Seguro** (PS): —[...] *Cada português e cada portuguesa perguntam-se, legitimamente*: foi para isto que o Primeiro-Ministro me exigiu tantos sacrifícios? Pagamos mais caro a luz, o gás, os transportes, a saúde, os impostos, ganhamos menos ou estamos desempregados e, afinal, a meta do défice deste ano, provavelmente, nem sequer vai ser atingida! (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 39)

Argumento *ad numerum*

Também relacionado com o argumento *ad populum*, o argumento do número postula a veracidade de uma proposição em função da grande adesão que obtém. O facto de Miguel Macedo recorrer à expressão quantitativa, em enunciados paralelísticos de polaridade negativa («ao fim de 5 anos, *não há um* [reformado/ jovem/ professor/ empresário] que sinta...»), pretende validar a proposição de que as reformas alardeadas pelo Governo foram inexistentes ou ineficazes (128).

- (128) O Sr. **Miguel Macedo** (PSD): — [...] *ao fim de 5 anos de Governo socialista não há um pensionista ou um reformado* que sinta que a sua vida melhorou; *ao fim de 5 anos de Governo socialista não há um jovem que sinta mais oportunidades na sua vida pessoal e profissional*; *ao fim de 5 anos de Governo socialista não há um professor* que sinta que a sua carreira foi melhorada e o seu estatuto revalorizado; *ao fim de 5 anos de Governo socialista não há um funcionário público que se sinta mais motivado e mais prestigiado*; *ao fim de 5 anos de Governo socialista não há um empresário, pequeno ou médio, que sinta melhores condições para investir ou que não se sinta financeiramente com a corda na garganta* [...]. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 49)

Se as provas para sustentar a sua afirmação não se apresentam muito credíveis, até pelo uso da hipérbole num apelo *ad populum* (« não há um ») (128), o mesmo não acontece na intervenção de Telmo Correia, deputado de um dos partidos da coligação governativa, que apela à autoridade (ainda que a fonte não seja especificada) para suportar o argumento de que a oposição não tem a confiança dos portugueses (129). A grande quantidade de pessoas que pensa que «o Governo está a fazer bem» («cerca de 60% dos portugueses») aumenta a probabilidade de a afirmação ser correta (uma opinião partilhada é uma verdade, subentende-se). O argumento *ad numerum* é mobilizado como procedimento de legitimação do Governo e, inversamente, como forma de descredibilizar os partidos da oposição.

- (129) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Segundo um estudo divulgado hoje, *cerca de 60% dos portugueses pensam que o Governo está a fazer bem* e apenas 21% acreditam que a oposição alguma vez faria melhor. [...] (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5888)

Em (130), a descredibilização do executivo liderado por António Guterres faz-se através de uma argumentação pelo eixo temporal, num apelo *ad populum* com recurso ao *topos* numérico dos «milhares».

- (130) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): —[...] tem-se hoje a sensação, quatro anos depois, de que este é e ficará na história como o governo da oportunidade perdida. [...] Se, no início, alimentou muitas expectativas, acaba o seu mandato gerando muito mais frustrações. Foram *milhares* os portugueses, muitos dos quais não socialistas, que há quatro anos depositaram a sua confiança neste Governo. Quatro anos depois, *são também milhares os portugueses, incluindo muitos eleitores socialistas, que acham que este foi um Executivo virtual, que ocupou o poder, mas não deixou a sua impressão digital na história contemporânea portuguesa.* [...] (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 24)

V – Argumentos por definição e associação

Argumento pela definição

Qualquer definição é um argumento no sentido em que se impõe um sentido em detrimento de outro⁵⁶³ a fim de preparar o auditório a aceitar a tese que lhe é submetida. Como mencionado no TA, apesar de ter a estrutura da definição, a *definição oratória* não desempenha o papel habitual da definição⁵⁶⁴, já que o efeito que produz é semelhante ao do epíteto ou da qualificação (2006: 192).

Tal é o caso da definição apresentada pela coordenadora do BE (131), que seleciona como «escolha»⁵⁶⁵ a expressão «cortina de fumo» para impor o seu ponto de vista (reforçado pelo apelo à autoridade do Ministro de Estado e das Finanças demissionário): a crise política que se instalou no Governo, não é «o resultado de uma birra» (nominação pejorativa, que configura também «uma escolha»), é devida ao «falhanço da política», isto é, das políticas de austeridade.

- (131) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...]Explicar, portanto, a atual crise como sendo resultado de uma birra é interessante, e os seus protagonistas até deram boas razões para acreditar nessa tese, mas não nos diz nada sobre o momento que estamos a viver. O problema é a política, o falhanço da política. O que sobressaltou Cavaco Silva foi a evidência do esgotamento do programa de ajustamento. *Todas as birras são a cortina de fundo que escondem o essencial*: a austeridade falhou, como o reconheceu o seu arauto máximo, Vítor Gaspar. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 50)

Nas controvérsias, as definições são usadas quer para legitimar ou para refutar argumentos; nas disputas políticas, «the acte of defining contributes to further polarisation between adversarial positions and can therefore become rhetorically persuasive ou dissuasive»⁵⁶⁶ (Ilie, 2009: 35).

⁵⁶³ A definição argumentativa é distinta da definição normativa (que diz como se deve usar um termo ou uma noção) ou descritiva, «qui suppose une identité contrôlable entre le défini et le définissant» (Breton, 2003: 82). Como adverte o sociólogo, na definição argumentativa trata-se de «présenter le défini sous un jour propice à l'argumentation, sans pour autant leurrer l'auditoire» (*ibid.*). Lembra Breton que uma definição argumentativa apresentada como uma definição normativa ou descritiva faz crer que assim é, tratando-se de manipulação. O autor enquadra a *definição* na família de argumentos de enquadramento, ou seja, que implicam uma construção do real.

⁵⁶⁴ No caso da *definição oratória* (ou retórica), trata-se de uma apresentação expressiva de um termo, e não de uma verdadeira definição, já que os seus termos não são reversíveis, esclarece Buffon, apoiando-se na citação de Chateaubriand: «La presse, c'est la parole à l'état de foudre» (2002: 163).

⁵⁶⁵ Perelman e Olbrechts-Tyteca incluem a *definição oratória* nas figuras de escolha, «porque utiliza a estrutura da definição, não para fornecer o sentido de uma palavra, mas para pôr em primeiro plano certos aspetos de uma realidade que se arriscaria a ficar num plano de fundo da consciência» (2003: 192).

⁵⁶⁶ Nota Ilie (2009: 34-35) que são particularmente persuasivas as definições que pretendem revelar preconceitos (e estereótipos) do adversário e, assim, fragilizar a sua argumentação.

Em (132) o uso da definição (no discurso de encerramento debate) contribui para construção de um *ethos* democrata, imprescindível para quem deseja convencer o auditório da importância de uma atitude de compromisso por parte de todas as forças políticas para a recuperação económica do país.

- (132) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Portas): — [...] Respeitando todas *as diferenças ideológicas, que são o cimento da liberdade*, e até a necessidade de cada qual ter a sua identidade estratégica, que não está em causa, apelo a um módico de bom senso. [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 63)

A definição é também um instrumento de dissociação de noções (cf. Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 484-485). Em (133) Francisco Louçã rejeita a conceção de «probabilidade» de José Sócrates e procede à sua definição pela exemplificação, de forma a fornecer o seu sentido verdadeiro e mostrar, assim, a sua inadequação à realidade. O orador procede então a um *distinguo* (vd. *infra*), substituído o termo «probabilidade» por «certeza» para concluir que a política do Governo (designadamente, o aumento de impostos) irá, sem dúvida, conduzir o país a uma recessão.

- (133) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Reparei, Sr. Primeiro-Ministro, como reagiu às palavras do Banco de Portugal sobre o risco de recessão no próximo ano — disse que é uma probabilidade. Sr. Primeiro-Ministro, *entendamo-nos bem: uma probabilidade é pôr um polvo em cima de duas caixas, porque o coitado do bicho não sabe do jogo nem conhece o árbitro e, por isso, é uma questão de probabilidade ele ir para uma ou outra caixa. Mas, se o senhor aumenta o ataque à economia, reduzindo-a com o aumento de impostos, é uma certeza que vai haver aumento do desemprego, é uma certeza que vai haver mais pobreza.* [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 30-31)

Tautologia

A tautologia⁵⁶⁷ é uma repetição fundada no princípio da identidade. Porém, como refere Robrieux (2015: 171), o princípio da identidade ($A=A$) não tem grande interesse, dado que não acrescenta nenhuma informação. Já quando a tautologia conforma uma identidade aparente – não remetendo sujeito e predicado para o mesmo referente, uma vez que sujeito e predicado não têm o mesmo significado – é precisamente um modo de chamar a atenção para uma verdade «qui parfois ne va pas de soi». Nas palavras de Reboul, a tautologia⁵⁶⁸ aparente é o argumento «que consiste em repetir uma palavra com dois sentidos um pouco diferentes, como se isso não ocorresse» (2004: 252).

⁵⁶⁷ Referindo-se à tautologia enquanto figura, Suhamy adverte que as tautologias (ex.: «Un sou est un sou») «ne sont pas toujours aussi sottes qu’elles paraissent, car en plus de leur énergie affirmative, elles visent à retrouver une précision réputée perdue, et elles tiennent parfois de l’antanaclase [diáfora]: un sou est une petite somme, mais ce n’est pas une raison pour la gaspiller.» (2016).

⁵⁶⁸ A tautologia é um argumento quase lógico, segundo a tipologia de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]). Trata-se de um argumento fundado no princípio da identidade ($A=A$), tal como o argumento *a pari* (regra da justiça), que estipula tratar da mesma maneira os seres da mesma categoria; o argumento pelo precedente, cuja admissão de um ato autoriza a cometer atos semelhantes ou a reciprocidade, fundamentada na lei do Talião (*Olho por olho, dente por dente*).

Embora pareça assentar no princípio da identidade, a tautologia argumentativa é, portanto, uma falsa ou pseudotautologia.

Ilustra o argumento a intervenção indignada da coordenadora do Bloco de Esquerda (134)-(vd. [76]) face à possibilidade de o nosso país ser sancionado, fundamentando-se no princípio da justiça (que estipula tratamento igual para seres da mesma categoria).

- (134) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] Mais, em todos estes anos, com estas regras, só houve um país cumpridor, o Luxemburgo, e é cumpridor porque é um *offshore*, ou seja, cumpre à custa das receitas fiscais que tira aos outros países. Sobre isto a Comissão Europeia não faz nada e vem agora iniciar um processo de sanções contra Portugal e Espanha. «*França é França*», diz o Presidente da Comissão Europeia e não pode ter sanções. *Então e Portugal não é Portugal?* A duplicidade de critérios diz tudo sobre este processo iniciado pela Comissão Europeia. É um ataque ao nosso País. Meço bem as minhas palavras: é um ataque. [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 16)

Ainda referente ao tema das sanções, o deputado do CDS-PP surge em apoio à líder do seu partido e emprega a pseudotautologia nos dois movimentos da concessão, utilizando-a no segundo momento («a política também é política») num argumento do dever para atacar o Primeiro-Ministro, por não ter efetivado esforços para impedir as sanções.

- (135) Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Disse o Sr. Primeiro-Ministro, em relação às sanções, que *dados são dados*. É verdade, Sr. Primeiro-Ministro, mas se *dados são dados*, a *política também é política*, e bastava que o senhor usasse da voz grossa que prometia na oposição para que dissesse à Comissão que nós não aceitamos outro tipo de método que não aquele que era fixado [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 33)

Argumento pela essência

Como lembra Plantin, a argumentação pode desenvolver-se a partir de alguns traços definitórios das pessoas ou dos objetos, assim como de algumas características que lhes são regularmente associadas (1991: 311). Através do argumento *pela essência*⁵⁶⁹ mostra-se que é da natureza de um ser agir de determinada maneira (vd. também [36] e [85]).

Francisco Louçã procura criar uma representação negativa da identidade política da direita com base em valores ideológicos, e, inversamente, uma apresentação positiva do espectro político oposto (136). Através de um enunciado polémico, com recurso a um registo discursivo condescendente («e com toda a simpatia, digo...») e sarcástico («com toda a candura»), o líder do Bloco de Esquerda comenta a moção de censura de Paulo Portas ao governo do PS, recorrendo à

⁵⁶⁹ Referido por Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958]), por Toulmin ([1958]) e por Plantin (1990).

analogia com a conhecida fábula de *La Fontaine* para concluir, de forma abusiva, das «condenáveis» motivações da direita.

- (136) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] E, com toda a simpatia, digo ao PP que me faz lembrar aquela fábula do escorpião que pede ao sapo para o levar às cavalitas para atravessar o rio e que, depois, lhe ferra o veneno. O PP repete-nos, com toda a candura, aquilo que já sabemos «é a minha natureza». É da natureza deste debate que a esquerda defende os interesses dos reformados e que a direita, que mergulhou a segurança social na crise mais profunda, defende os interesses das companhias seguradoras. [...] (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3363)

Argumento *a comparatione*

O argumento pela comparação⁵⁷⁰, perceptível pela presença explícita de conectores discursivos, consiste em estabelecer um paralelo entre o tema (o que se está a falar) e o foro (outro objeto ou situação) numa base de semelhança entre os dois, admitindo-se que o foro e o tema partilham uma ou mais propriedades⁵⁷¹. Através deste argumento, confrontam-se «vários objetos para os avaliar uns por referência aos outros»⁵⁷² (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 265).

Tal é o caso do argumento a que recorre o líder do Bloco de Esquerda para reforçar a incompetência do Governo vigente, face ao anterior, que já era mau (note-se o vocabulário axiológico negativo na comparação hiperbólica). No limite, qualquer comparação é desqualificante para o termo comparado, lembra Buffon (2002: 176).

- (137) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Nenhuma manigância com os números permite, em nenhum caso, justificar que o critério que os candidatos a este Governo, agora governantes, propuseram em 2005 não se lhes aplique como era aplicado àqueles que combatiam e que estavam então no governo. E o critério é que 7% de desemprego é uma tragédia nacional; e 8% é ainda pior catástrofe do que aquilo que foi herdado do período passado. [...] (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 66)

⁵⁷⁰ Dado que as construções subordinadas comparativas cobrem relações que vão da comparação à analogia, esclarece Plantin que quando a construção «met en jeu un terme comparé X et un terme comparant Y, X et Y étant susceptibles de recevoir le même prédicat gradable M, on a une analogie de comparaison: 'X est aussi M que Y : Pierre est aussi beau que Paul.' » A construção dita comparativa pode corresponder a uma analogia estrutural (« P° comme, ainsi (que), de même que, plus / moins / aussi que, de la même façon que, comme,... P1 ») e um enunciado marcado por um advérbio pode ser colocado em relação de analogia com o anterior (D° De même, même chose, également, pareil, idem pour... P») (2011b: 114).

⁵⁷¹ «Si X et Y sont similaires sous les rapports W, X, Y, alors ils doivent aussi être similaires sur le rapport Z» (Doury, 2016: 92).

⁵⁷² Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958]) integram a comparação nos argumentos que configuram a estrutura do real, diferentemente da analogia ou do exemplo, ligações que fundam a estrutura do real. Seguindo uma lógica semelhante, na sua proposta, Breton ([1996]) insere o argumento por comparação nos argumentos de enquadrar o real numa determinada maneira (argumentos de enquadramento).

O argumento *a comparatione* pode ser bastante eficaz como procedimento polémico e, dependendo da retenção dos critérios de semelhança em detrimento dos critérios de dissemelhança, pode apresentar um carácter simplificativo ou mesmo abusivo, podendo ainda apresentar um carácter lúdico. Ainda que seja mobilizado no campo *ad rem*, o seu contributo para a polémica é, sobretudo, perceptível no campo do *ethos*. Observe-se, pois, a força argumentativa da comparação a que recorre Paulo Portas, como forma de construir uma imagem de incompetência de António Guterres (138a), apresentando, persuasivamente, as consequências negativas da inação do Primeiro-Ministro através da metáfora (138b), mobilizando ainda a figura da metábole num registo de ironia agressiva (138c).

- (138) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, a sua determinação para resolver os problemas do País é igual a um círculo: redondinha, volta sempre ao mesmo lugar, ou seja, igual a nada, igual a zero!
- (b) E a consequência disso para o País é que V. Ex.^a tem uma linha recta na vertical, sempre a cair, a cair, e a levá-lo para o fundo! [...]
- (c) É aquilo a que o Sr. Primeiro-Ministro chamaria uma queda estável, consistente, regular e sustentada. [...] (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 19)

De advertir que «o argumento só é rigoroso se comparar realidades do mesmo género» (Reboul, 2004:183). Contudo, como adverte Gauthier, distanciando-se, neste ponto de Perelman e Olbrechts-Tyteca, a semelhança entre dois termos, ainda que procedendo de uma certa modalidade de medida, não é suficiente para que a comparação seja um argumento⁵⁷³. A comparação só configura um argumento caso os dois termos que a constituem exerçam as funções de proposição e justificação (2015: 3)⁵⁷⁴.

L'argumentation de comparaison ne peut être produite que si le comparé et le comparant sont distincts sous un certain aspect. Il ne ferait pas sens de faire valoir un point de vue en invoquant le même ou l'identique. La différence est aussi nécessaire à l'argument de comparaison que la ressemblance : la première établit la visée argumentative que vient étayer la seconde. (Gauthier, 2015: 3)

Em (139), as distintas posições políticas entre o comparado (o Primeiro-Ministro José Sócrates do PS) e o comparante (Marques Mendes do PSD) revelam-se essenciais para a argumentatividade da comparação. A mobilização do argumento *a comparatione* obedece à estratégia argumentativa do BE

⁵⁷³ Há comparações que apenas representam um estado de coisas, uma constatação, e não uma proposição: «A terra é redonda como uma laranja» ou «Paris tem três vezes mais habitantes do que Bruxelas» (Gauthier: 2015: 4).

⁵⁷⁴ Neste sentido, «[u]n argument de comparaison n'est [...] jamais à l'abri de la contradiction. La prééminence de la similitude entre comparé et comparant sur leur dissemblance peut à tout moment être mise en cause», acrescenta Gauthier (2015: 3).

de condenação do processo de privatizações e visa reforçar a tese do orador acerca da falta de transparência do Governo.

- (139) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): - [...] Quanto ao problema das privatizações que lhe levantei, bem sei que nunca nos vai responder - *é mais fácil ver o Sr. Deputado Marques Mendes a defender a Ota do que o Sr. Primeiro-Ministro a dizer as privatizações que vai fazer*. Já sei como as coisas são!...[...] (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, pp. 1716-1717)

Na sequência da censura ao posicionamento de Portugal face ao Iraque, em «obediência aos Estados Unidos» (cf. Cap. 1 [130]), o deputado do BE intensifica o ataque ao Primeiro-Ministro Durão Barroso (140) pela referência à situação análoga protagonizada pelo presidente dos Estados Unidos e pelo Primeiro-Ministro britânico.

- (140) O Sr. **João Teixeira-Lopes** (BE): – [...] E o Sr. Primeiro-Ministro *faltou à verdade aos portugueses* – tal como Bush e Blair *faltaram à verdade aos seus compatriotas!* – quando afirmou que a principal razão do Iraque era a existência de armas de destruição massiva. (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5899)

Em (141) o deputado do PS cita as palavras do adversário, Ministro da Economia (António Pires de Lima), para as utilizar contra o próprio, tornando assim mais concretas as razões que sustentam o seu ponto de vista. Observe-se também o movimento argumentativo da concessão («*E eu faço-lhe a justiça de referir que o senhor também é simpático e até tem boas ideias*»), minimizador do ataque, que parece apresentar, porém, uma função sarcástica. Já em (142) o líder da bancada parlamentar do PSD procura deslegitimar António Seguro pela sua associação ao líder do Governo antecessor, José Sócrates, aludido pelo recurso à perífrase de intuito polémico. Note-se a força persuasiva da anáfora retórica que enforma a gradação para a construção do descrédito (142b).

- (141) O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): – [...] o Sr. Ministro dizia que o anterior Ministro da Economia era simpático, tinha boas ideias, mas não tinha força política porque não conseguia fazer vingar nenhuma das suas ideias em Conselho de Ministros. *O Sr. Ministro é a mesma coisa, pois tem boas ideias*, mas o que nós temos é aumento de impostos em vez de descida de impostos. *E eu faço-lhe a justiça de referir que o senhor também é simpático e até tem boas ideias, mas, de facto, não as consegue implementar*. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, pp. 54-55)
- (142) (a) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): – O Sr. Deputado está muito igual àquele primeiro-ministro que, em maio de 2010, afirmou que Portugal era o campeão do crescimento económico da Europa e que, 15 dias depois, dizia que o mundo tinha mudado e que eram precisas medidas de austeridade.
- (b) Sr. Deputado, o país precisa de saber se Seguro e Sócrates são, afinal, duas faces da mesma moeda, da mesma receita, da mesma doutrina, da mesma ilusão! [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 44)

Em (143) o orador aproveita-se da semelhança de sonoridades entre «troica» e «Trotsky» para utilizar devolver a acusação ao PS, tirando vantagem do argumento de comparação recorrentemente usado por aquele partido. As comparações hiperbólicas expressam a indignação de Telmo Correia pelo facto de o Secretário-Geral do Partido Socialista (do partido responsável pelo

resgate) vir dizer que não assinava o Memorando de Entendimento. Repare-se como as comparações com Trotsky⁵⁷⁵ visam construir uma imagem do PS como um partido de esquerda radical (situando-o mais esquerda do que o Bloco de Esquerda), o que poderia causar, inclusive, algum desconforto ao seu eleitorado (de esquerda moderada).

- (143) (a) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Sr. Deputado António Braga, já ouvi várias vezes o Partido Socialista dizer ao Governo e à maioria que este Governo *é mais troiquista do que a troica* — é uma expressão vossa. [...] Sabe o que é que acontece? É que de cada vez que há uma turbulência no Partido Socialista *os senhores não ficam mais troiquista do que a troica* mas, isso sim, *mais trotskistas do que o Trotsky!* Os senhores ficam mais trotskistas que o Bloco de Esquerda! E só o facto de os senhores ficarem mais trotskistas que o Trotsky é que pode explicar que o Secretário-Geral do Partido Socialista diga agora que, se fosse ele, não assinava o Memorando.
- (b) Como é que é possível?! Os senhores, que deixaram o País à beira da bancarrota, dizem, agora, que não teriam assinado o Memorando?! (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 61)

De evidenciar, por fim, a argumentação com apelo ao *pathos* do Ministro Paulo Portas em (144), com recurso ao valor da soberania nacional. De forma a persuadir o auditório de que eleições antecipadas seriam prejudiciais ao país e significariam um retrocesso no caminho já percorrido com «com tanto sacrifício», o Ministro Paulo Portas apoia a sua argumentação no lugar do preferível, mobilizando para tal o argumento comparativo.

- (144) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Portas): —[...] É mais importante concentrarmo-nos *todos na reconquista da independência do que perdermo-nos todos na disputa sobre quem gere a dependência*. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 58)

Argumento do sacrifício

Um dos argumentos de comparação mais utilizados estipula que o valor de um objeto é proporcional aos sacrifícios⁵⁷⁶ que se fazem para a sua obtenção (Reboul, 2004: 184).

Observe-se, por conseguinte, a argumentação do deputado do PS (145), que recorre à citação de um camarada do partido para lembrar a razão pela qual o esforço vale a pena, configurando-se numa estratégia de valorização do Governo.

⁵⁷⁵ Leon Trotsky (1879-1940), político e revolucionário ucraniano que formulou uma teoria política e ideológica (*trotskismo*, uma corrente do marxismo) em oposição ao *estalinismo* (opõe-se à «construção do socialismo num só país» em nome da «revolução permanente»), foi um dos companheiros de Lenin, na liderança da Revolução Russa (1917).

⁵⁷⁶ Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, o argumento do sacrifício «é o que tem em conta o sacrifício que estamos dispostos a fazer para obter um certo resultado.» (2006: 272).

- (145) O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Concluo, Sr. Presidente, deixando uma nota: *ninguém disse que era fácil, ninguém disse que tudo melhora de um dia para o outro, só quem acredita na autoridade redentora é que pode acreditar num conto de fadas como este. O trabalho é árduo, o caminho vai ser duro, mas estamos disponíveis para o fazer, porque, citando Manuel Alegre, «É possível andar sem olhar para o chão/ é possível viver sem que seja de rastros. (...) É possível viver de outro modo./ (...) É possível viver de pé.»* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 64)

O argumento do sacrifício foi, sobretudo, empregue pelo Governo de coligação PSD/CDS-PP que governava o país (146b) aquando da sujeição do país às medidas de austeridade impostas pela troika, aliado a argumentos das consequências negativas e ao argumento do desperdício (146a).

- (146) (a) O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — [...] Da nossa parte, tudo faremos para que Portugal continue a cumprir os compromissos assumidos e *não consentiremos que se ponham em causa os resultados já alcançados*. Tudo faremos para garantir a coesão social e prosseguir o esforço coletivo que todos estamos a fazer, com vista à consolidação orçamental e ao saneamento das contas públicas.
- (b) É uma certeza e uma esperança que queremos partilhar com todos os portugueses, em especial com os mais desfavorecidos, os desempregados, os jovens que procuram desesperadamente colocação, os que suportam maiores privações e a *quem temos obrigação de garantir que os sacrifícios, que, de todo, não desejámos e lhes têm sido impostos, vão valer a pena*. Que cada um assuma as suas responsabilidades, na certeza de que, em conjunturas tão graves como a que estamos a viver, a História julgar-nos-á a todos. Da nossa parte, cientes de que, em condições particularmente adversas, temos, como é nossa obrigação, feito tudo por Portugal e pelos portugueses, fiéis ao mandato que deles recebemos, não receamos o julgamento da História (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 43)

Inversamente, surgem argumentações que denunciam o «discurso do sacrífico» (geralmente do BE, do PEV e do PCP) como ilustra o excerto da intervenção de Jerónimo de Sousa (147), referindo-se a José Sócrates.

- (147) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Passado um ano, exercitou a propaganda em torno de anúncios de grandes projetos, planos, programas, o *apelo aos sacrifícios dos portugueses em nome de um amanhã promissor e de um pragmatismo do possível e do inevitável*. [...] (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 22)

VI – Argumentação por incompatibilidade e por dissociação

Argumentação pela incompatibilidade

Trata-se de um tipo de argumentação mencionada por Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]) referente a uma incompatibilidade de posições, que é sempre relativa a circunstâncias contingentes⁵⁷⁷. A incompatibilidade manifesta-se entre duas asserções que não podem coexistir no mesmo sistema, sem se negar *ipso facto* mutuamente⁵⁷⁸.

No campo da política, é essencial definir uma posição clara, sob pena de o eleitorado não conseguir uma identificação com o político ou com o partido. Configura um dos *topoi* das acusações feitas ao Partido Socialista pelos partidos de esquerda o facto de este governar à direita enquanto Governo, o que coloca em causa os seus princípios identitários. Em (148), a crítica foca a incompatibilidade da postura dupla do Primeiro-Ministro. O deputado do BE coloca José Sócrates em face das suas próprias contradições, ou melhor, da sua volubilidade (148a), o que configura também um argumento *ad hominem* na variante *girouette*: «O Sr. Primeiro-Ministro não pode ter uma tática pendular, saltando para um lado ou para o outro». Por outro lado, é usado o argumento que revela a inconsequência de quem não tem uma linha política precisa, admitindo claramente o orador que só existem duas (a esquerda ou a direita), ou seja, que não existe nenhum lugar para uma posição intermediária entre dois polos definidos como incompatíveis («Não há políticas de esquerda e políticas de direita ao mesmo tempo»), o que constitui o argumento do terceiro excluído (*vd. infra*). Argumento este particularmente evidente no último enunciado, em que o orador concebe «uma estratégia de resposta à modernização e ao combate ao atraso» apenas por via de uma política de esquerda.

⁵⁷⁷ A incompatibilidade não tem tanto que ver com a natureza das declarações, e sim com as circunstâncias que lhes são exteriores.

⁵⁷⁸ Perelman e Olbrechts-Tyteca distinguem a incompatibilidade (ex.: «um cristão não pode ser materialista») da argumentação contraditória, que opõe uma ideia à sua negação pura e simples («este objeto existe e não existe»), configurando esta última uma proposição inadmissível.

- (148) (a) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): - [...] O Sr. Primeiro-Ministro usa uma estratégia nestes debates, pois, a certa altura, vira-se para a direita e diz "vejam lá como estou a fazer o que gostavam de fazer" e, na intervenção seguinte, vira-se para a esquerda e diz "vejam lá como sou de esquerda." O Sr. Primeiro-Ministro não pode ter uma tática pendular, saltando para um lado ou para o outro. Tem de ser coerente consigo próprio. [...]
- (b) Não pode contentar a esquerda e contentar a direita. Não há políticas de esquerda e políticas de direita ao mesmo tempo: ou há uma estratégia de resposta à modernização e ao combate ao atraso - sim, senhor - ou, então, capitula sobre isso. [...] (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1716)

No nosso *corpus*, a argumentação por incompatibilidade verifica-se, sobretudo, nos planos intra e interdiscursivos, tendo-se revelado um dos principais procedimentos de ataque ao BE e ao PCP, principalmente, nos debates de 2016 e 2017 (vd. [95] e Cap. 3). Obedecendo a uma estratégia de deslegitimação dos partidos do espectro político mais à esquerda, Telmo Correia recorre a uma argumentação que evidencia o conflito entre a ideologia e a posição dos referidos partidos, mobilizando argumentos pela ilustração (149b)-(149d) e pelo exemplo (149c), de forma a concluir sobre a perda de identidade política do PCP e do BE, em razão do seu apoio ao Governo de António Costa (PS): «geringonça oblige» (149a); «É o preço da geringonça.» (149d).

- (149) (a) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — O Sr. Primeiro-Ministro conseguiu também que a esquerda mais radical já não seja o que era antes — «geringonça oblige», diria eu — e está até bastante silenciosa.
O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Já não é radical!
- (b) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Vou dar um exemplo: no momento em que se anuncia o despedimento de 2500 trabalhadores na Caixa Geral de Depósitos, *alguém ouviu a indignação com o drama das pessoas, de que o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa tanto falava? Nem PCP, nem BE* — «moita»! «Moita», Srs. Deputados! Não se ouviu absolutamente nada! [...]
- (c) Lembram-se, Srs. Deputados, da gritaria que foi, da gritaria que aqui ouvimos, quando o anterior Primeiro-Ministro falou em oportunidades no exterior para os nossos jovens e até para os nossos professores? *Pois bem, hoje em dia, o atual Primeiro-Ministro recomenda aos professores a emigração e nem PCP, nem BE... Um «tweetzinho», e nada mais — assunto acabado!* [...]
- (d) Mais ainda, o então líder da oposição, António Costa, dizia: «É um erro colossal apostar em mão-de-obra barata» — quantas vezes ouvimos isto aqui, Srs. Deputados! *Pois bem, o atual Ministro das Finanças vai a Nova Iorque e apresenta como vantagem: «Os portugueses trabalham muito e são baratos». Ouviram a indignação da esquerda? Zero! Nada! Estão incapazes de se indignar! É o preço da geringonça.* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 48-49)

Argumentação *ad absurdum* (*reductio ad absurdum*)

A argumentação *ad absurdum*⁵⁷⁹, designada também por argumentação *ad ridiculum*⁵⁸⁰, assenta na contradição. Visa essencialmente neutralizar um argumento ou uma tese avançada pelo adversário e, por conseguinte, destruir o contradiscurso. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca,

a argumentação pelo ridículo mais característica consistirá em admitir momentaneamente uma tese oposta à que se quer defender, desenvolver as suas consequências, mostrar a incompatibilidade destas com o que se acredita por outra razão, e pretender passar daí para a verdade da tese que se sustenta. (2006: 228)

A argumentação pelo absurdo é associada a uma determinada configuração discursiva (cf. Doury, 2016: 162-165) e recorre ao registo da ironia.

Atente-se, por conseguinte, na estratégia de Ana Drago (150), que recorre a uma argumentação *ad ridiculum* como apoio do argumento da demissão⁵⁸¹, em resposta ao repto do Primeiro-Ministro (José Sócrates) para que se fizesse a avaliação do «rumo» seguido pelo Governo do Partido Socialista ao longo dos últimos 15 meses.

- (150) A Sr.^a **Ana Drago**: — [...] É verdade que o Governo tem tido uma estratégia muito clara, muito rigorosa, que tem seguido de uma forma absolutamente consistente, que tem sido «assobiar para o ar» e esperar que o tempo passe, e nada mais do que isto. Esperar que o tempo mude na economia internacional e que possa arrastar a economia portuguesa, esperar que o sol possa brilhar e de alguma forma aquecer aquilo que é o crescimento económico, esperar que o mercado possa resolver aquilo que são as debilidades da economia portuguesa. Portanto, em matéria de economia há uma lógica profunda que enforma toda a ação do Governo e que é a mais rigorosa abstinência. Cada vez que o ministro tem uma qualquer vontade de regular um mercado, de tomar qualquer medida no âmbito da governação económica, os ideólogos do Governo dizem de uma forma muito clara: «Sr. Ministro, sente-se, respire fundo e espere que essa vontade passe». [...] Ora, esta é a «lógica da batata», Sr. primeiro-Ministro e não convence absolutamente ninguém! (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6724)

O primeiro movimento da argumentação consiste em adotar a perspectiva do Governo (« É verdade que o Governo tem tido uma estratégia muito clara, muito rigorosa, que tem seguido de uma forma absolutamente consistente»), para, seguidamente, introduzir a estratégia (de inação) do Governo

⁵⁷⁹ Segundo Dupriez, o argumento *ab absurdo* é um «type de raisonnement [qui] consiste à prendre la position de l'adversaire comme une supposition dont on va tirer, par déduction logique, des conséquences aussi ridicules que possibles» (1977 : 46).

⁵⁸⁰ Mencionam Perelman e Olbrechts-Tyteca que o «ridículo é a arma poderosa de que o orador dispõe contra os que criam o risco de abalar a sua argumentação, recusando, sem razão, aderir a uma ou outra premissa do seu discurso. É também essa arma que se deve utilizar contra os que decidissem aderir, ou prolongar a sua adesão a duas teses julgadas incompatíveis, sem se esforçarem por desfazer essa incompatibilidade: o ridículo não toca o que se deixa apanhar nas malhas do sistema forjado pelo adversário» (2006: 227).

⁵⁸¹ Através do argumento da demissão, censura-se ao adversário o facto de abandonar ou de abdicar do problema em causa (Buffon, 2002).

através de uma afirmação ridícula⁵⁸² («que tem sido ‘assobiar para o ar’ e esperar que o tempo passe»). Estratégia essa que passa a discriminar, recorrendo a uma acumulação que produz um radical efeito de desqualificação. A oradora prossegue a sua argumentação, solidarizando-se novamente com a perspectiva do Primeiro-Ministro (apresentada no discurso de abertura) quando conclui «a lógica profunda que enforma toda a ação do Governo», que conduz, já sem surpresa, a uma representação absurda do mesmo («e que é a mais rigorosa abstinência»). A ridicularização do executivo culmina na representação fictícia das palavras dos seus «ideólogos» (termo irónico pela encenação de um contrário). O enunciado final funciona como marcador da demonstração pelo absurdo («Ora, esta é a «lógica da batata») e expressa a posição da deputada do BE relativamente ao «rumo» tomado pelo Governo. Opinião esta consensual, como se deseja persuadir através do apelo *ad populum* que encerra a intervenção.

Um outro marcador da argumentação pelo absurdo é a expressão «só faltou /falta...», que permite prolongar a proposição avançada pelo adversário, apresentando-a como uma proposição (consensualmente) inaceitável (151). Referindo-se ainda ao caso do roubo do armamento em Tancos (vd. nota 328), explorado pela direita ao longo do debate de 2017, Telmo Correia coloca em causa as justificações do Primeiro-Ministro (António Costa), apresentando-as como ridículas pela asserção epistemicamente modalizada: «*De facto, só faltou agradecer por nos terem livrado desta sucata inútil.*» (151). O enunciado subsequente («Quando aqui chegamos») visa apelar para o absurdo das afirmações do adversário, tidas consensualmente como inaceitáveis. Esta argumentação apresenta uma certa semelhança ao argumento *ad personam*, já que também se trata de um ataque pessoal. A formulação «só faltou», marcador do argumento *ad ridiculum*, é também mobilizada pelo mesmo deputado (enquanto membro de um partido de coligação no Governo, em 2012) no contradiscurso ao líder do Partido Socialista (António José Seguro) (152), a fim de demonstrar que o discurso do PS não é coerente com a sua responsabilidade pelo estado da Nação. Refira-se a este respeito a analogia de Reboul: «O ridículo está para a argumentação assim como o absurdo está para a demonstração: é preciso ressaltar uma incompatibilidade, e a ironia é a figura que condensa esse argumento pelo riso» (2004: 169).

⁵⁸² «Uma afirmação é ridícula a partir do momento em que entra em conflito, sem justificação, com uma opinião aceite» (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 226).

- (151) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] ficámos também a saber que este armamento de guerra não tem a perigosidade que se pensava, pois estaria para abate e até seria relativamente barato. *De facto, só faltou agradecer por nos terem livrado desta sucata inútil.* Quando aqui chegamos já não estamos a falar de ministros imprevistos para situações difíceis; estamos a falar de um Primeiro-Ministro que regressou para desvalorizar o que não é desvalorizável — o roubo de armamento de guerra de enorme potencial letal [...] (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 47)
- (152) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): —[...] Num país em que o descontentamento foi sempre relevante e justificado, [...] num País em que o descontentamento é ainda mais compreensível pelas dificuldades que atravessamos, o PS constituiu-se como uma espécie de caixa-de-ressonância, de caixa postal ou até mesmo de «posta-restante» de todos os descontentamentos. É curto, é fácil, sobretudo para quem tem tantas responsabilidades no nosso passado recente! [...]. Hoje, *só faltou dizer que tínhamos recebido uma herança milionária e que a tínhamos desperdiçado.* Pouco faltou dizer ao Sr. Deputado António José Seguro! (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 48)

A argumentação *ad absurdum* difere da *reductio ad absurdum*. Enquanto na argumentação pelo absurdo se toma como hipótese uma tese divergente da que se defende, mostrando-se que esta conduz a consequências absurdas (sem sentido ou mesmo impossíveis), ou seja, incompatíveis com o pressuposto na tese inicial⁵⁸³ (150); a segunda não parte de um contraditório, extrapola a proposta para levar o raciocínio até ao absurdo (cf. Buffon, 2002).

Tal é o caso da intervenção de Francisco Louçã, que assenta na ironia (note-se o efeito humorístico de «mafarricos»). O orador recorre à estratégia de parodiar o discurso do Primeiro-Ministro, utilizando a hipérbole numa *reductio ad absurdum* (153).

- (153) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o País aguardava com ansiedade este dia porque hoje vai revelar-se um mistério: por que é que o Governo está tão contente consigo próprio? É claro que o Sr. Primeiro-Ministro nos explicou aqui que, apesar de termos chegado ao «paraíso»... «Tudo vai bem, tudo corre bem e fazemos o que é necessário... *Há é uns mafarricos que querem prejudicar o País*»... — e esses são o resto do mundo inteiro, que se porta mal, e a maioria dos portugueses que não vota no Governo. (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 39)

Dissociação e *distinguo*

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca, a *dissociação* é definida como a cisão de uma noção elementar⁵⁸⁴, operada pela pessoa que argumenta, de modo a eliminar uma contradição ou incompatibilidade (2006: 452-484). Esclarece Plantin que a técnica de dissociação é uma estratégia

⁵⁸³ Esta argumentação pode, no entanto, ser sofisticada: da falsidade de uma tese nem sempre decorre da verosimilhança da tese adversa. Neste caso, temos o paralogismo dito *ad ignorantiam* (cf. Buffon, 2002: 158).

⁵⁸⁴ Se os argumentos de associação aproximam elementos inicialmente separados, a argumentação pode, inversamente, consistir em separar elementos indevidamente associados (direita e conservadorismo, por exemplo) – neste caso, Perelman e Olbrechts-Tyteca falam de *ruptura de ligações* – ou pode, por outro lado, proceder à cisão de uma unidade estabelecida em dois ou vários elementos, tratando-se, neste caso de uma *dissociação de noções* (2006: 451-452).

específica de redefinição de termos; não é fundada na estrutura <argumento → conclusão>, como os outros argumentos (2016: 696).

La dissociation des notions est une méthode de cadrage⁵⁸⁵ du réel qui, à partir d'une notion qui renvoie habituellement à un seul et même univers, permet de le 'casser' et de générer deux univers distincts. Là où, dans un premier temps, l'opinion proposée ne pouvait pas trouver de place, après l'opération de dissociation, l'opinion s'accordera avec l'une des visions du monde obtenue, ce qui est le but recherché. (Breton, 2003 : 92)

A problemática da dissociação está estreitamente relacionada com a problemática dos valores : «La dissociation est une opération de valorisation / dévalorisation, scindant tout énoncé en deux énoncés, l'un est valorisé positivement (à l'orientation positive) et l'autre négativement (à l'orientation négative)» (Plantin, 2016: 6060).

Em (154) o orador faz uma dissociação entre a aparência e a realidade, dando assim o mote para proceder à refutação do contradiscurso, pelas dificuldades «surreais» (marcador linguístico da dissociação) criadas pela oposição.

(154) O Sr. **Afonso Candal** (PS): [...] Mas há dificuldades. Há dificuldades *reais* e há dificuldades *surreais*. [...] (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 54)

De forma a expor uma inadequação, os parlamentares recorrem também ao *distinguo*⁵⁸⁶, que se trata, no fundo, de uma comparação negativa⁵⁸⁷ (Robrieux, 2015). Esclarece Plantin que, em argumentação⁵⁸⁸, o *distinguo*⁵⁸⁹ é uma estratégia de réplica que tem em consideração o discurso a refutar (2016: 219).

Observe-se, por conseguinte, a estratégia de refutação de Ricardo Rodrigues relativamente à intervenção precedente de Marques Mendes (155). O deputado do PS rejeita o ponto de vista do oponente, apresentado pelo expediente do símile («acusam-nos de maioria absoluta como «*rol*

⁵⁸⁵ Breton (2002) inclui a *dissociação* na família de argumentos de enquadramento.

⁵⁸⁶ Utilizado também como sinónimo de *paradiástole*.

⁵⁸⁷ É uma maneira de definir, utilizando, para o rejeitar, um comparante inferior ou inadequado.

⁵⁸⁸ Contrariamente à dissociação, proceder a um *distinguo*, na linguagem corrente, é definir um par de noções em que nenhuma é valorizada (Plantin, 2016: 219).

⁵⁸⁹ Associadas ao *distinguo* encontram-se as figuras da antítese e da preterição (cf. Robrieux, 2015). Segundo o autor, o *distinguo* é expresso frequentemente com auxílio da figura da correção (ou autocorreção): «Exécuter, Majesté, non pas assassiner. J'obéissais aux ordres. J'étais un simple instrument, un exécutant plutôt qu'un exécuter, et je le faisais euthanasiquement» (Ionesco, *Le roi se meurt*, 1962) (2015 :164). De acordo com Dupriez (1977: 42), a forma mais elementar de proceder a um *distinguo* é a simples coordenação que implica uma diáfora (ex.: «Oh, il y a mensonge et mensonge...»). O autor refere também a oposição entre dois termos distintos («Ele queria saber tudo, mas não conheceu nada»).

compressor»), recorrendo ao argumento de autoridade, pela apresentação das provas pelos números, para melhor demonstrar a sua tese de que o Governo é bastante democrático, contrariamente ao que afirma o adversário. A distinção, que visa desmontar o ponto de vista do PSD, recorre, por fim, ao *cliché* da metáfora da «árvore» e da «floresta».

- (155) O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Vamos, então, ao estado da nossa sessão legislativa, pois quero compará-la com a qualidade da democracia. Podemos constatar que, nesta sessão legislativa, aprovámos 75 diplomas, dos quais só 13% foram aprovados com os votos do PS; 17% foram-no com a unanimidade de todos os grupos parlamentares e 83% foram aprovados com o voto favorável da oposição. Ou seja, *os senhores acusam-nos de maioria absoluta como «rolo compressor», mas os números desmentem-no. [...] E desmentem-no não pela «árvore» mas, naturalmente, pela «floresta». Os senhores comparam a qualidade da democracia pela «árvore», nós queremos ver a «floresta». É preciso distinguir!* (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 57)

De referir que o argumento inverso ao *distinguo* é a *amalgama* ou *assimilação*⁵⁹⁰, tida como uma falácia, que aproveita uma aproximação ocasional ou uma semelhança superficial entre duas coisas para concluir acerca de uma identidade entre elas (Buffon, 2002: 297). Note-se em (156), o *distinguo* como «instrumento de luta contra a ambiguidade» (Plantin, 2016: 219), recusando a associação do PSD ao PS.

- (156) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, o Sr. Deputado gosta de meter tudo no mesmo saco, mas, na verdade, *não somos todos «farinha do mesmo saco»*. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 20)

Retorsio argumenti

O argumento que consiste em evidenciar a autofagia⁵⁹¹ é designado de retorsão ou de *retorsio argumenti*. Mostra-se que o adversário não aplica os seus próprios princípios⁵⁹² ou demonstra-se que a lógica do adversário não se mantém, o que o faz entrar em total contradição (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006). Schopenhauer ([1864] / 2009) considera-o um «golpe brilhante», já que o argumento que é utilizado pelo adversário é mais bem aproveitado se utilizado contra ele: «Il semble

⁵⁹⁰ Nas palavras de Dupriez, a *amalgama* consiste «à mettre ‘dans le même sac’ des choses différentes», dando como exemplo uma passagem de *Les chien de Garde*, de Nizan: «Ces matraqueurs casqués aux joues rouges font le même travail que les purs et vénérables penseurs auprès de qui nous avons grandi» (1977 : 48).

⁵⁹¹ Incompatibilidade de um princípio com as suas condições de enunciação, consequências ou condições de aplicação. Etimologicamente a ideia «come-se ela mesma», ou seja, autodestrói-se, na medida em que faz surgir a incoerência de uma proposição, expondo-se, assim, frequentemente o enunciador ao ridículo. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca, a *retorsão* «constitui o uso mais célebre da autofagia: é o argumento que tende a mostrar que o ato pelo qual uma regra é atacada é incompatível com o princípio que sustenta esse ataque» (2006: 224).

⁵⁹² Dupriez (1977: 46) exemplifica o procedimento através da citação de Aron: «Il se réclame d'un idéal humanitaire pour mépriser les hommes vivants».

efficace [...] de partir de l'argument même de l'adversaire et de retourner celui-ci contre lui.» corrobora Dupriez (1977: 45).

Ora, uma das medidas anunciadas na X Legislatura foi o combate «privilégios de titulares de cargos políticos na Administração pública», cuja aplicação suscitou polémica tanto nos partidos da direita como da esquerda. Se a esquerda se congratula com a medida, já que deste modo «os sacrifícios [serão] para todos», a falta de equidade na aplicação das ditas medidas (entendida como uma violação da regra da justiça) é vista como escandalosa, como se constata na crítica contundente de António Filipe (157). Pelo procedimento da retorsão, retoma-se o tema dos «privilégios» referido pelo adversário, sob outro ângulo, assinalado pela asserção «Vamos, então falar de privilégios.».

- (157) O Sr. **António Filipe** (PCP) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, vou retomar um tema da sua intervenção que é, *precisamente, o dos privilégios. Vamos, então falar de privilégios.* Uma das suas «cruzadas» tem sido, alegadamente, a do combate aos privilégios na Administração Pública. [...] No entanto, para poder dizer que, desta vez, os sacrifícios são para todos, o Governo propõe-se eliminar alguns privilégios de titulares de cargos políticos. Quanto a isso, estamos inteiramente de acordo [...] *Só que as propostas até agora apresentadas pelo Governo nesse domínio não tocam nos privilégios mais escandalosos que existem em Portugal, na Administração Pública e em entidades empresariais do sector público ou sob nomeação pública.* [...] O Sr. Primeiro-Ministro não ignora, seguramente, que tais privilégios não são os salários auferidos pela generalidade dos trabalhadores dos vários sectores da Administração Pública, sabem muito bem que os privilégios escandalosos são os salários e as mordomias de uma elite de gestores nomeados pelo Estado para diversas entidades. [...] (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1720)

A retorsão do argumento é procedimento de refutação que

suppose la mise en place d'une «bascule» énonciative, puisqu'on reprend un élément du discours de l'interlocuteur, e assumé par lui, pour l'intégrer à son propre discours en le mettant au service d'une nouvelle orientation argumentative, assumée cette fois par le locuteur. (Doury, 2016: 61)

Usam-no como procedimento de refutação os deputados do partido do Governo (158)-(159). Note-se a reorientação do argumento por parte do deputado do PS, em (158), devolvendo-se, veementemente, pela figura da ênfase (procedimento do foco contrastivo), a acusação de «branqueamento político» ao PSD.

- (158) O Sr. **João Paulo Correia** (PS): —[...] ouvimos há pouco o líder parlamentar do PSD a acusar as bancadas da esquerda de branqueamento político no caso da Caixa Geral de Depósitos. Convém confrontar o líder parlamentar do PSD com a memória. *Branqueamento político foi o que o vosso Governo fez no caso do BANIF.* Estavam instigados pela Comissão Europeia para intervir no BANIF e não o fizeram por razões de agenda eleitoral. E esta fatura foi paga pelos contribuintes. [...] *Branqueamento político foi o que os senhores fizeram no caso da Caixa Geral de Depósitos, que capitalizaram pelos mínimos em 2012.* Sabiam que a Caixa precisava de novo capital e deixaram arrastar a situação porque os senhores queriam privatizar a Caixa Geral de Depósitos, não houvesse uma mudança de Governo. [...] *Branqueamento político, Sr. Deputado, foi o que o seu Governo fez no caso das offshore,....* [...].. porque houve um membro do seu Governo que decidiu não publicar a estatística relativa à transferência de 10 000 milhões de euros para offshore durante o período do seu Governo. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 13)

- (159) O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Durão Barroso, V. Ex.^a tentou fazer aqui, contra todas as evidências, *um retrato negro do estado da educação, em Portugal*. Quero dizer-lhe que não conseguiu. Aquilo que conseguiu fazer, quanto muito, foi um retrato cinzento, não por aquilo que descreveu, mas, sim, pela forma como o fez. *E quero dizer-lhe que, ao ouvi-lo, por vezes, tive dúvidas se não havia um erro de referência e se V. Ex.^a não estava a fazer o retrato do estado da educação, em Portugal, em 1995, no final dos 16 anos em que VV. Ex.^{as} tiveram responsabilidades à frente do Ministério da Educação. [...] É que, em Portugal, em 1995, a taxa de analfabetismo era de 15,3% e, em 1999, é de 10%.* (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3349)

Se dirigido contra o adversário que se combate, o procedimento da retorsão toma a forma de um argumento *ad hominem tu quoque* (cf. Dupriez, 1977). A técnica de empregar o argumento do interlocutor contra ele mesmo é, naturalmente, também mobilizada pelos deputados da oposição:

- (160) O Sr. **António Guterres** (PS): — [...] Pois, Sr. Deputado Pacheco Pereira, em referência às questões internas do PS...[...] *Quem são os senhores para falar de questões internas no PS? Os senhores não leram a entrevista do vosso militante João Salgueiro, acusando o Governo de corrupção? Os senhores não têm lido e ouvido repetidas vezes o que diz o Engenheiro Eurico de Melo, uma das figuras históricas marcantes do vosso partido? Os senhores não ouviram o que disse ao vosso grupo parlamentar o Dr. Cadilhe, nas últimas jornadas parlamentares do PSD? Então, e depois agitam o facto de, no Partido Socialista, haver opiniões diversas ou entrevistas ou opiniões diferentes? O senhor já se esqueceu do que foi o drama do conflito entre si e o seu líder parlamentar? [...] Então os senhores não sabem que o Sr. Ministro Fernando Nogueira e o Sr. Ministro Dias Loureiro conduzem uma guerra surda pela ocupação de posições no aparelho de estado regional? Posso contar-vos o exemplo do meu distrito, Castelo Branco [...]. Os senhores, que têm este exemplo de guerra surda, permanentemente, entre tudo e todos [...] ainda se atrevem a vir falar neste Parlamento dos problemas e das divisões dos outros partidos parlamentares. [...]* (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 3007)

De destacar a retorsão (161c) como forma de refutação do argumento *ad hominem* (na variante *girouette*) (161a) por parte do líder da oposição, que sustenta a sua argumentação não só autoridade dos números como nas opiniões dos partidos que apoiam o Governo (161b).

- (161) (a) O Sr. **João Galamba** (PS): — O Sr. Deputado veio criticar áreas que sempre combateu, e dou um exemplo: os salários não crescem o suficiente, o salário médio baixa. [...] O Sr. Deputado quer mudar de discurso? Quer defender uma subida de salário mínimo? *Então defenda-a, mas tenha a coragem de o fazer e não aponte, apenas, indicadores que, se o senhor estivesse no Governo, seriam muito piores!* [...] Na educação, será que com o dinheiro nas escolas privadas retiravam recursos à escola pública? [...] E sem os professores que o atual Governo contratou, a escola pública estava melhor ou estava pior? [...] E o Sr. Deputado o que é que tinha proposto? *Era isto? Não, era o seu contrário, puro oportunismo.* Sr. Deputado, todos os portugueses, inclusive o Sr. Deputado, se lembram daquilo que fez, daquilo que defendeu e daquilo que propôs [...] *Tem aqui, também, a oportunidade de dizer que se converteu e que agora defende aumentos da despesa pública, mas diga isso claramente, Sr. Deputado. Diga que defende aumentos ainda maiores na despesa em saúde, na educação e em todas as áreas, que aumentaram em relação ao seu Governo, porque aquilo que as cativações fizeram, Sr. Deputado, não foi nenhum corte! [...] Não, não foi nenhum corte! A despesa aumentou e as cativações o que fizeram foi regular o crescimento da despesa, Sr. Deputado, repito, o crescimento, não os cortes na despesa que não existiram. Se é isso que o Sr. Deputado agora defende, diga, não há nenhum problema em mudar de posição. O Sr. Deputado tem de fazer aqui uma coisa que ainda não fez, que é reconhecer que, de facto, mudou de posição, que estava errado e que agora defende uma política que nunca defendeu. [...]*
- (b) O Sr. **Pedro Passos Coelho** (PSD): —[...] Sr. Deputado João Galamba, eu tenho tido uma intervenção muito coerente e a sua diatribe oratória revela apenas que ou não se lembra ou não leu a minha intervenção no debate sobre o estado da Nação em 2016. Se tivesse ouvido a minha intervenção, se se recordasse, ou se a tivesse lido, perceberia que ela está exatamente de acordo com aquilo que hoje referi.. [...] Agora que dispomos dos números — e não são opiniões — podemos ir factualmente ver os números que resultaram da execução orçamental do Governo e que podemos, portanto, desapassionadamente, olhar para eles, *acho que quem fica um pouco embaraçado é o Sr. Deputado. O Sr. Deputado aprovou o orçamento que prometia reconciliar os objetivos orçamentais com o aumento da despesa.*

O Sr. João Galamba (PS): — Foi isso que aconteceu!

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Deputado, não foi isso que aconteceu, foi o contrário! [...] Repare: até o Partido Comunista Português deu conta disso, até o Bloco de Esquerda deu conta disso e creio que até o Partido Ecologista «Os Verdes» deu conta disso. E o Sr. Deputado ainda não viu os números?! Vá vê-os, Sr. Deputado! [...]

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Na ciência e no ensino superior há nominalmente menos despesa do que no ano anterior [...] verificamos que o aumento que houve de 0,3% desapareceu com a inflação. Quer dizer, em termos reais — imagine o Sr. Deputado —, ficou menos, mas, se descontarmos os salários, porque eles aumentaram, então não há dúvida: sabemos que o dinheiro que ficou lá não dava para o petróleo!...

(c) [...] O Sr. Deputado é que devia estar a defender o Governo e a explicar que, afinal, o Governo teve de dar a pirueta que nunca admitiu dar, corrigindo a sua estratégia, para cumprir com as metas em Bruxelas. Sr. Deputado, até o Deputado Jerónimo de Sousa pediu para se olhar menos para Bruxelas e mais para Portugal. Não fui eu quem mudei de posição, foi o senhor e os Deputados do Partido Comunista, do Bloco de Esquerda e de Os Verdes. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, pp. 41-42)

Uma das formas de realização da retorsão é pelo procedimento da concessão, como se ilustra em (162): concede-se a validade do argumento do adversário (pelos marcadores da concessão «reconheço», «De facto») para lhe atribuir uma reorientação argumentativa (o termo «campeão», associado aos impostos, adquire um sentido pejorativo), voltando-o contra si mesmo; o quiasmo reforça o dito.

- (162) O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — [...] *Num único ponto reconheço* — provavelmente, o único de que não falou — *que pode apresentar-se como um campeão: no domínio dos impostos*. De facto, no domínio dos impostos o Governo é um campeão. É o maior criador e cobrador de impostos dos últimos anos, em Portugal. Não há, com este Governo, imposto que não aumente. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 13)

Argumento do falso dilema

Se o *dilema*⁵⁹³ é uma alternativa que conduz a optar pelo mal menor, provando que cada uma delas conduz à mesma consequência negativa, já o *falso dilema* consiste, geralmente, em qualificar à partida uma das proposições como falsa ou indesejável, não deixando espaço para uma posição intermédia (para outras alternativas) entre dois polos definidos como incompatíveis (cf. Robrieux, 2015). No discurso político, até pela clivagem entre esquerda e direita, o argumento do *falso dilema* (ou falsa dicotomia) é frequente mobilizado: serve para desacreditar o adversário e a valorizar o seu próprio campo. É também de uso recorrente para forçar os indecisos ou indiferentes a tomar partido num conflito (163).

⁵⁹³ O *dilema* tem como base o argumento de divisão, trata-se de «uma forma de argumento em que se examinam duas hipóteses para concluir que, seja qual for a escolhida, se chega a uma opinião, a uma conduta, de alcance idêntico, e isto por uma das razões seguintes: ou cada uma delas conduz a um mesmo resultado, ou conduzem a resultados do mesmo valor (em geral dois acontecimentos temidos), ou implicam, em cada caso, uma incompatibilidade com uma regra a que nos tínhamos vinculado» (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 259).

- (163) O Sr. **António José Seguro** (PS): — [...] Há outro caminho alternativo para Portugal e há uma alternativa séria a este Governo; *só com a liderança do PS essa alternativa é possível*. Estamos a construí-la com os portugueses, rumo a um novo futuro para Portugal! (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 41)

O argumento do *terceiro excluído*, como também é conhecido, surge geralmente no *debate sobre o estado da Nação* aquando do apelo ao voto, reduzindo-se as opções possíveis a duas (Argumento: Ou A ou B. Não é A, Logo B). No debate de 2015, enquanto Ana Catarina Mendonça, da oposição, insiste que só há duas opções mutuamente exclusivas: o voto do PS ou «*o Governo dos sacrifícios injusto*», com a maioria de direita (164); Telmo Correia, do Governo de coligação, apela ao Governo de continuidade, argumentando igualmente pelas consequências negativas e ignorando outras alternativas (165).

- (164) A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — [...] Precisamos, agora, de uma nova maioria de Governo que governe, de facto, para a maioria dos portugueses. Portugal não pode perder mais tempo,... [...] os portugueses têm uma escolha clara a fazer: *ou o Governo dos sacrifícios injustos e inúteis ou o regresso ao crescimento, com o PS*. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 64)
- (165) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Chegamos ao fim da Legislatura melhor do que estávamos há quatro anos e é por isso que podemos pedir confiança para continuar [...] para garantir estabilidade, em vez de instabilidade. *A escolha, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é entre andar para a frente ou voltar para trás*. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, pp. 52-55)

O falso dilema, por vezes, parece encerrar o adversário num círculo vicioso (Robrieux, 2015). Na refutação das acusações de Jerónimo de Sousa (PCP), o Primeiro-Ministro mobiliza a prolepse («E não vale a pena vir com a velha história...») a fim de antecipar o «argumento do pessimismo» (cf. Robrieux, 2015), apresentando-o na forma de falso dilema.

- (166) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — E não vale a pena, Sr. Deputado, vir com a velha história de que *quando o desemprego sobe é porque há despedimentos e política antissocial e quando o desemprego baixa é por causa da emigração*. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 19)

A denúncia da utilização do argumento do terceiro excluído pelo Governo surge frequentemente nos partidos de esquerda radical, em virtude do seu posicionamento ideológico contrário às políticas «neoliberais» (e europeístas, sobretudo nos primeiros debates) conduzidas pelo executivo. Em (167) o Secretário-Geral do PCP denuncia o argumento de forma radical pela caricatura do discurso do Primeiro-Ministro.

- (167) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] O Sr. Primeiro-Ministro fez uma intervenção [...] com três vertentes ou andamentos e uma conclusão. [...] *A terceira vertente foi discurso do paraíso [...] para depois concluir que ou se continua com as políticas do PSD, de Maastricht e neoliberais ou então temos o caos, isto é, o eu ou o caos, o eu ou a destabilização*. [...] (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, pp. 3097-3098)

VII – Outras técnicas argumentativas

Argumento do excesso

Quase oposto ao argumento *do precedente* (vd. *supra*), o argumento *do excesso* visa exagerar retoricamente uma verdade com a finalidade de o levar à aceitação. Apoia-se em figuras de intensidade com a hipérbole e emprega frequentemente os advérbios de predicado «nunca» e «sempre» (168).

- (168) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro tem consciência, ao longo destes dois anos, de quantas vezes já anunciou aqui alguns sinais que considerava extraordinariamente positivos e que a breve prazo que viria a recuperação? O Sr. Primeiro-Ministro tem consciência de quantas vezes fez o papel que está a fazer neste preciso debate? É sempre a mesma coisa, Sr. Primeiro-Ministro! A história repete-se permanentemente com este Governo e com este Primeiro-Ministro. Ou seja, faz sempre o anúncio, no meio de uma tempestade, de que a luz ao fundo do túnel está para breve, e o certo é que essa luz ao fundo do túnel não chega, a perspectiva de mudança não chega, Sr. Primeiro-Ministro. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 21)

Em (169) o argumento do excesso visa censurar a postura pouco colaborativa do Partido Socialista, numa altura em que seria necessário um compromisso entre as forças políticas que subscreveram o Memorando para garantir a estabilidade do país. Note-se o procedimento da amplificação suportada na anáfora, sob a forma de gradação («É importante...»; «É muito importante...»; «*também é importante...*»), e na repetição («*não aceitamos também a ideia*»; «*Não aceitamos essa ideia!*») como forma de tornar presente na consciência a importância de um acordo entre as partes. Observe-se também a tensão revelada pela passagem da enunciação delocutiva à enunciação elocutiva, que revela a forte implicação do orador.

- (169) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): —[...]É importante construirmos, se não uma solução de governo conjunto, pelo menos um acordo em relação ao essencial... em relação àquilo que ultrapassará o quadro, obviamente, de uma legislatura. É muito importante que o consigamos, mas, para isso, *também é importante que o Partido Socialista não esteja sempre numa posição de queixa* ou, então, por alternativa, *respondendo a tudo com eleições antecipadas*. Não é possível que assim seja: o compromisso implica dois e implica, obviamente, acordos concretos, soluções concretas para a estabilidade do País. [...] Termino, Sr.^a Presidente, dizendo que *não aceitamos também a ideia de que, em Portugal, de cada vez que governa o centro-direita, têm de se pedir eleições antecipadas todos os dias, todas as semanas*. Não aceitamos essa ideia! (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 45-46)

Argumento *ad nauseam*

Considera Plantin que a argumentação *ad nauseam*⁵⁹⁴, tomada no seu sentido restrito, é um discurso que repete a sua conclusão (2011a:65). Trata-se de um argumento que consiste em afirmar a mesma coisa repetidamente (*diz-lhe o que vais dizer, diz-lhes; e diz-lhes o que acabaste de dizer*), na crença que quanto mais for ouvida, mais provável é que seja aceite como verdadeira.

O apelo à prova por repetição é utilizado por todas as forças políticas do *debate sobre o estado da Nação*. Usa-o Telmo Correia na peroração⁵⁹⁵ do seu discurso, mobilizando as palavras-chave «confiança» e «estabilidade», de modo a ficarem associadas ao «bom» governo da coligação (PSD/CDS-PP) – o único que garantirá a «estabilidade», infere-se – insistindo ainda na ideia pela figura do poliptoto («crescer»; «crescimento») (170).

- (170) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Chegamos ao fim da Legislatura melhor do que estávamos há quatro anos e é por isso que podemos pedir *confiança* para continuar, *confiança* para cumprir os nossos objetivos, *garantir estabilidade*, manter a economia a *crescer* atingindo um *crescimento estável* de 2 ou 3% nos próximos anos, *confiança* para manter o défice controlado e Portugal dentro das regras europeias, *confiança* para continuar a decida sustentada do desemprego, *confiança para garantir estabilidade*, em vez de instabilidade. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 55)

Da parte da oposição, a argumentação *ad nauseam* mobiliza repetição de outras palavras-chave, como sejam o «desemprego» e o «despedimento», e suas variantes – de salientar a inversão da estrutura sintática sem alteração do conteúdo semântico («*facilitou os despedimentos*»; «*despedimentos que o senhor facilitou*»)⁵⁹⁶ (171).

- (171) Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — [...] O senhor alterou o Código do Trabalho, *facilitou os despedimentos* e, com isso, *criou mais desemprego*, numa situação em que temos o *maior desemprego de sempre*. Mais *desemprego*, Sr. Primeiro-Ministro! [...] O senhor tem de ter uma palavra a *dizer às pessoas que vão ser despedidas na Delphi, às pessoas que foram despedidas nos centros da segurança social, aos trabalhadores cujos despedimentos se preveem em muitos setores e em muitas empresas deste País*, que vão receber menos, *despedimentos que o senhor facilitou*. Mais *desemprego*, Sr. Primeiro-Ministro! [...] Não pode, Sr. Primeiro-Ministro, arrogar-se o direito de sair daqui sem dizer uma palavra aos portugueses e portuguesas, sem dizer se *vai continuar a facilitar os despedimentos, se vai embaratecer os despedimentos*, fazendo, por isso, também um «frete» ao patronato. [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 29)

⁵⁹⁴ O argumento *ad nauseam* foi referido por Hamblin (*Fallacies*, 1979).

⁵⁹⁵ A peroração é, segundo a retórica, uma das cinco partes canónicas do discurso (exórdio, narração, confirmação, refutação e peroração). Sendo a parte que conclui o discurso, é, segundo Molinié «le couronnement. C'est dire l'importance de ce moment ultime, qui est le dernier feu de l'orateur, et doit de ce fait produire l'impression décisive pour emporter la conviction des auditeurs. Pour cette conclusion, on indique traditionnellement qu'il y en a deux sortes: l'une consiste en choses, l'autre en sentiments [qui s'appuie sur les passions]» (1992: 267-268).

⁵⁹⁶ O ataque ao Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho decorre, no debate de 2012, em período de plena crise económica e financeira.

É igualmente recorrente, por parte de alguns deputados, o ataque pessoal que coloca em causa a competência do líder do Governo pela argumentação *ad nauseam*, com recurso a formas verbais de sentido pejorativo como «falhou» e «acabou» (172). A repetição do argumento, nas suas variadas formas, incluindo atos diretivos, reforça a probabilidade de a tese ser tomada como verdadeira.

- (172) A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — [...] Ó Sr. Primeiro-Ministro, o normal em democracia é olhar de frente a realidade e reconhecer quando se falhou. [...] E o senhor falhou! A síntese da sua governação é só uma palavra: *falhanço*! E só há uma possibilidade de mudança, só há uma, que é *dar a voz ao povo*. É *dar a palavra ao povo*! É isso que é preciso fazer! [...] Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que lhe diga: *tem de interiorizar esta questão! Já acabou!* Sr. Primeiro-Ministro, *já acabou! Interiorize! Habitue-se à ideia* e vamos fazer com que o País possa avançar. Só o senhor é que não vê, Sr. Primeiro-Ministro! (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 35)

Apelo *ad misericordiam*

Na argumentação *ad misericordiam*⁵⁹⁷ apela-se a motivos em vez de razões para se conduzir o destinatário a adotar uma determinada linha de ação. Este tipo de argumento é manipulador no sentido em que se esquiva de questões substanciais, diluindo-as (Robrieux, 2015). Verifica-se, portanto, um deslocamento do campo argumentativo para o campo afetivo, do *pathos*. Trata-se de uma forma de conquistar a adesão do auditório pelo apelo à piedade ou compaixão⁵⁹⁸.

O exemplo em apreço não constitui um exemplo de uma forma proposicional nem apresenta a configuração de um argumento, antes visa ilustrar uma argumentação que procura persuadir no terreno dos valores⁵⁹⁹, fornecendo «boas razões» (Plantin, 20119) para produzir no auditório sentimentos que o levem a aderir ao ponto de vista do orador. Em (173), a enumeração de três casos particulares chocantes destina-se a ilustrar a tese da deputada do Bloco de Esquerda de que as políticas do Governo têm tido não só um impacto negativo na vida das pessoas como têm sido funestas. Contrariamente ao seu *ethos* prévio, Ana Drago não faz mostra de emoções violentas nem mostra traços de agressividade no seu discurso. A dramatização do discurso não recorre aos procedimentos retóricos habituais (tal como a exclamação, a interrogação, a repetição, a

⁵⁹⁷ «An argument *ad misericordiam* is an argument that appeals to pity to support its conclusion» (Walton, 1992a: 2). Citando Michalos, o autor refere que é um tipo de falácia cometida «when one tries to persuade someone to accept a particular view by arousing his sympathy or compassion» (*ibid.*: 3).

⁵⁹⁸ Adverte Plantin que a noção de argumento evoca uma forma proposicional ou um segmento de discurso bem delimitado. Ora, considerando que a emoção tende a difundir-se em todo o discurso, será mais apropriado falar de apelo a uma emoção (apelo à piedade / misericórdia, por exemplo) do que utilizar a designação de «argumento + (nome de emoção)» (2016: 439).

⁵⁹⁹ Valores são lugares éticos. Neste exemplo, em particular, trata-se da dignidade da vida humana.

amplificação); neste caso, o efeito de *pathos* (Charaudeau, 2007) que se deseja produzir não é coincidente com a sua expressão. A enunciação da descrição das situações patéticas faz apelo ao que Ungerer designou como «princípios de inferência emocional»⁶⁰⁰ (1997). A construção emocional do discurso recorre, portanto, ao princípio da proximidade («proximidade social»: as vítimas podiam ser pessoas que conhecemos, ou qualquer um de nós); ao princípio da intensidade da apresentação, pela individualização dos casos, com a indicação detalhada da proveniência (173c)-(173d), do nome (173b), da idade (173b), da profissão e a menção à doença do foro oncológico de que sofrem ou sofreram as vítimas, fazendo-se apelo ao princípio da vida e morte (*principle of animacy*). A conclusão⁶⁰¹ convoca a *doxa* (173c), pelo apelo *ad populum*, numa enunciação delocutiva que visa reforçar a adesão a uma representação de insensibilidade, e mesmo de crueldade do Governo, em nome de um pragmatismo injustificável.

(173) (a) A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — [...] Mas este debate [...] deve exatamente servir para refletirmos e avaliarmos qual é a situação, o estado real do País, para avaliarmos o impacto das políticas que têm sido seguidas pelo Governo, para avaliar a vida dos portugueses. E para avaliar a vida dos portugueses, no meio de muita abstração, há, por vezes, histórias, os chamados casos, que são exemplares.

(b) A Maria do Carmo Rocha, auxiliar de ação educativa, foram-lhe diagnosticados quatro tumores cancerígenos e foi enviada para o trabalho 15 dias depois de ter sido operada à medula para extrair um tumor.

(c) Um professor de Braga com 30 anos de serviço, já sem laringe, foi enviado para trabalhar e, aliás, trabalhou até morrer sem que lhe tenha sido atribuída uma reforma antecipada.

(d) Junta-se ao caso de uma professora de filosofia de Aveiro, que tinha leucemia e que também faleceu sem que lhe tenha sido concedida a reforma antecipada. Todos estes casos aconteceram — e é um facto — no Ministério da Educação, e, com certeza, não é coincidência. Quando a Sr.^a Ministra da Educação disse que era necessário que todos os professores estivessem na escola nunca ninguém pensou que chegasse a esta situação. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 59)

O conceito de *pathos* aproxima-se neste discurso da sua definição da retórica clássica, trata-se de suscitar emoções no auditório, neste caso, o sentimento de indignação através de uma argumentação com apelo *ad misericordiam*. Na indignação, a piedade é reorientada, a atenção desloca-se «de la considération déprimante d'un malheureux et de ses souffrances pour aller chercher un persécuteur et ce centrer sur lui» (Boltanski, citado por Micheli, 2014: 127).

⁶⁰⁰ Baseado nas suas pesquisas no texto jornalístico, Ungerer (1997) identificou seis princípios fundamentais que governam a construção da dimensão emocional de um discurso: 1. *Principles of emotional relevance*: - *Principle of proximity*, - *Principle of animacy*, - *Principle of rank and number*; 2. *Principle of emotional evaluation*; 3. *Principle of intensity of presentation*; 4. *Principle of emotional content*.

⁶⁰¹ Por outro lado, a argumentação pode vista como uma falácia: indução defeituosa (que consiste em induzir uma regra a partir de um número demasiado fraco ou de uma variedade insuficiente de exemplos).

Argumento *ad metum*

Trata-se de uma estratégia que apela a motivos incitando ao medo⁶⁰². Efetivamente, neste tipo de argumento⁶⁰³ suscita-se, de forma exagerada ou injustificada, o sentimento de medo ou receio no auditório, por meio da referência a consequências negativas, para conduzir a uma linha de ação. É o que Walton designa por «argument from fear appeal», distinto do «argument from threat» (*ad baculum*⁶⁰⁴), que emprega a ameaça:

the appeal to fear type of *ad baculum* argument does not involve a threat, but instead has only the form of a warning that some bad or scary outcome will occur if the respondent does not carry out a recommended action (1996: 302).

No discurso de encerramento do debate de 2015, o Vice-Primeiro-Ministro Paulo Portas mobiliza uma argumentação complexa (174) para convencer os portugueses dos graves prejuízos que adviriam para o país (argumento do efeito nefasto) (174a), caso uma outra formação partidária (a esquerda) assumisse o poder (argumento da ameaça) (174b), reforçando o papel imprescindível do Governo em funções como garantia de «Portugal a salvo» da bancarrota (174) (estratégia de legitimação). O *apelo ao medo* faz-se com recurso à nominalização, pelos termos negativos de emoção («é simplesmente um pavor») (174a), associado ao argumento do efeito nefasto, pela analogia com o estado da Grécia. Note-se o emprego do futuro hipotético como procedimento de deslegitimação.

- (174) (a) O Sr. **Vice-Primeiro-Ministro** (Paulo Portas): — [...] Todos queremos, para bem da Europa, das suas economias e dos seus cidadãos, que a situação grega termine com um acordo viável e aceitável por todos,... [...] mas, atenção, *é simplesmente um pavor imaginar que em Portugal pudesse, sequer, acontecer o que está a suceder com os gregos, com multibancos sem dinheiro, com um sistema financeiro exangue e uma economia paralisada.* [...]
- (b) Também nesse sentido, o maior partido da oposição não é mudança, *é apenas o risco de um regresso, e isso transporta-nos para um passado que não é aconselhável visitar.* (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, pp. 70-71)

⁶⁰² O *apelo ao medo* inclui-se nas *falácias alarmistas*, que reprimem a discussão pelo discurso do medo: «fallacies of *danger* (including vituperative personalities); the subject matter of which is the suggestion of danger in various shapes, and the object, to repress altogether, on the ground of such danger, the discussion proposed to be entered on» (Bentham, 1843:11). Trata-se de falácias que Jeremy Bentham identificou como específicas do debate político ([1824] *The book of fallacies*).

⁶⁰³ Este argumento é habitualmente referido como *apelo ao medo*. No seu *Dictionnaire* (2016: 383), Plantin adota a designação de *argument de menace* como equivalente de *argumentum at metum* e identifica quatro tipos de argumentos: «du bâton», que configura o que normalmente se designa por argumento *ad baculum*; «de la prison»; «de la foudre»; «du portefeuille».

⁶⁰⁴ O argumento *ad baculum* («pelo bastão»), considerado uma falácia pelas teorias da lógica, é apercebido de vários modos: se, para alguns autores, é um argumento de ameaça (pelo recurso à coerção, sob ameaça de represálias ou de sanções), para outros, constitui um argumento de ameaça pela uso da força (apela a represálias no sentido físico). Há, no entanto, autores que o consideram como uma forma de argumento pela intimidação, como é o caso de Douay, para quem o argumento *ad baculum* «relève d'une stratégie d'intimidation, et joue sur la peur d'une conséquence néfaste pour faire admettre une conclusion ou ligne d'action» (2016: 141), equivalendo, portanto, ao argumento *at metum*.

A mesma estratégia é empregue pelo líder parlamentar do PSD no debate de 2014 (175), que estrutura o seu discurso nos argumentos direção (175a) e de ameaça (175b), alertando o auditório para «o terror social» (apelo ao medo) que seria se o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista conseguissem implementar as suas políticas de combate à austeridade no país, recorrendo ao condicional com valor epistémico de probabilidade. Note-se, porém, a intensificação da asserção pela locução adverbial («de facto») na oração subordinada adverbial causal.

(175) (a) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — [...] O PCP e o Bloco de Esquerda, desfasados no tempo, propõem-se reestruturar a dívida, sair do euro e, porventura, sair da União Europeia. Nunca disseram como financiavam o Estado e a economia sem mercados e sem parceiros europeus.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Não era com cortes nos salários e nas pensões.

(b) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — [...] E nunca disseram quanta austeridade era preciso para que fosse possível reestruturar a dívida. [...] Essa é a resposta que o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda nunca deram ao País. Por isso, podemos concluir que esta solução do PCP e do Bloco de esquerda significaria o terror social, porque traria, de facto, muito mais austeridade a Portugal. [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 11)

Argumento *ad lapidem*

Diferentemente das formas standard de refutação dos discursos, que se baseiam na examinação do discurso rejeitado, ou em considerações com a pessoa que o detém (*ad hominem* ou *ad personam*), o argumento do desprezo, «*ad lapidem*»⁶⁰⁵, refuta radicalmente o discurso do outro, sem que se recorra à discussão. Aplica-se «le coup du mépris» (Plantin, 2016: 384), que, na retórica, é designado como *apodioxe* (cf. Cap.1). A má argumentação, por ser absurda, é declarada como evidente.

Trata-se, pois, de uma forma particularmente polémica da argumentação, como se ilustra na resposta de Cavaco Silva ao deputado Raúl Castro (176). A utilização do argumento constrói um *ethos* de arrogância do orador. Para além do desprezo, a mobilização do argumento faz normalmente mostra de emoções da ordem da indignação, podendo revelar o estado de impaciência do orador.

(176) (a) O Sr. **Raúl Castro** (Indep): — [...] Portugal, desde 1989, tem recebido 1 milhão de contos por dia e, nove anos depois da adesão, no que se refere ao Produto Interno Bruto per capita, mantém em relação aos países da OCDE o mesmo lugar que ocupava em 1970, ou seja, o vigésimo segundo. São estes os números que deixo para vossa excelência comentar. [...]

(b) O Sr. **Primeiro-Ministro**: — [...] O Sr. Deputado fez o seu pedido de esclarecimentos, a que não vou responder pela simples razão de que ele desconhece o número de desempregados, e há pouco eu já tinha falado nele, na resposta dada ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas. (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, pp. 3105-3106)

⁶⁰⁵ A etiqueta mobiliza uma metáfora: «*ad lapidem*», proveniente do latim *lápís* (pedra) (ing. *argument by dismissal*) (Plantin, 2016).

Argumento *ad ignorantiam*

Entendida por Locke como uma das quatro formas fundamentais da argumentação, o argumento *ad ignorantiam*⁶⁰⁶ (declarado falacioso pelo autor), «c'est exiger de l'adversaire qu'il admet la preuve qu'ils mettent en avant, ou qu'ils en assigne une meilleure» ([1690] / 1742: 573).

No nosso *corpus*, este tipo de argumento surge, por norma, nas intervenções de apoio ao Governo. Em (177), o foco contrastivo no enunciado assinala a indignação de Telmo Correia (note-se também a dupla interrogação) pelo facto de o PS, partido do governo responsável pelo pedido de regaste à troika, ter apelado ao Tribunal Constitucional para que não houvesse mais cortes na despesa pública, não tendo apresentado nenhuma solução alternativa para resolver o problema do défice. Igualmente, em (178), se mobiliza o argumento *ad ignorantiam*, sendo o conteúdo proposicional enfatizado pela repetição de asserções categóricas de polaridade negativa.

(177) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Ora, se os senhores querem mais despesa, se não permitem e apelam a que não haja cortes, como é que vão resolver o problema? Como é que vão resolver o problema? *É que não apresentam nenhuma solução.* [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 61)

(178) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — [...] O PCP e o Bloco de Esquerda, desfasados no tempo, propõem-se reestruturar a dívida, sair do euro e, porventura, sair da União Europeia. *Nunca disseram como financiavam o Estado e a economia sem mercados e sem parceiros europeus.* [...] Vou repetir: *nunca disseram como financiavam o Estado e a economia sem mercados e sem parceiros europeus!* [...] E *nunca disseram quanta austeridade era preciso para que fosse possível reestruturar a dívida.* [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 11)

Questões múltiplas

Entende-se por paralogismo das *questões múltiplas*⁶⁰⁷ (cf. Plantin, 2010a) a questão que contém a afirmação pressuposta, apresentada como fora de dúvida, designada também de *questão de pressuposição* por esse motivo. Procura-se, por esta via, colocar o interlocutor numa situação embaraçosa.

Note-se, por conseguinte, como a questão da deputada do BE (179) contém uma afirmação dada como evidente («há maldades nas leis laborais»), podendo acumular-se vários níveis de

⁶⁰⁶ Na sequência do recurso ao argumento do falso dilema, Perelman e Olbrechts-Tyteca mencionam o argumento *ad ignorantiam*: por vezes, «dirigimo-nos aos auditores, perguntando-lhes se têm uma solução melhor para apresentar» (2006: 262).

⁶⁰⁷ Esta técnica foi denunciada por Aristóteles: apesar de se exprimir o pressuposto, obriga o interlocutor a responder de uma mesma maneira ao conjunto de questões. A técnica pode também ser designada por *pergunta complexa*.

pressuposições. Igualmente, em (180), o orador defende um ponto de vista (que houve «derrapagem orçamental» e um «desvio colossal») através de uma premissa que pressupõe esse mesmo ponto de vista.

(179) A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): —[...] Por isso, tem toda a obrigação de dizer aqui, hoje, *se já chega de maldades às leis laborais ou se está na calha mais alguma negociação*, porque isto é o debate do estado da Nação concreta... (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 29)

(180) O Sr. **António José Seguro** (PS): — [...] Sr. Primeiro-Ministro: que medidas adicionais vai tomar este ano para corrigir a sua *derrapagem orçamental*, o seu *desvio colossal*? (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 6-7)

Petição de princípio

Também designada por círculo vicioso⁶⁰⁸, a *petição de princípio*⁶⁰⁹ é um raciocínio que pretende provar uma coisa por ela mesma, dando como argumento para uma conclusão essa mesma coisa. Trata-se, portanto, de uma falácia⁶¹⁰.

Mobilizando a figura retórica da subjeção, a deputada de «Os Verdes» introduz o tema polémico dos institutos criados pelo Governo, para atender às clientelas partidárias, e denuncia a criação de mais uma fundação através de uma pergunta dita falaciosa, que incorre numa petição de princípio: usa implicitamente a conclusão («para compensar um boy») como premissa.

(181) A Sr.^a **Isabel Castro** (Os Verdes): — [...]É importante acabar com a duplicação de serviços? É evidente que sim, há imensos institutos que têm de desaparecer. Mas a pergunta que lhe faço é *por que motivo os Ministérios do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Ciência e da Tecnologia, há bem poucos meses, tiveram a necessidade de, só para as salinas do Samouco, criar uma fundação, para compensar um boy*. (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 23)

⁶⁰⁸ A sua forma esquemática dá a imagem de um círculo (vicioso), parte-se do ponto onde se quer chegar: A, visto que A. A, portanto A.

⁶⁰⁹ lat. *Petitio principii*, sendo que *principii* significa pedido. A *petição de princípio* «é muitas vezes considerada como um erro na técnica de demonstração», mencionam Perelman e Olbrechts-Tyteca, recorrendo a Aristóteles (*Primeiros Analíticos*, livro III): «consistiria o erro no facto de postular aquilo que se quer demonstrar» (2006: 125). Igualmente Plantin menciona no seu *Dictionnaire* que a *petição de princípio* foi referida por Aristóteles, desta vez nos *Tópicos*, através das palavras de Tricot: «la version pétition de principe que nous ne pouvons qu'adopter est d'ailleurs vicieuse: ce qu'on demande d'accorder, n'est non pas un principe mais la conclusion à prouver» (2016: 135).

⁶¹⁰ Advertem Perelman e Olbrechts-Tyteca que a petição de princípio não diz respeito à verdade (como é apercebida no plano da lógica informal), mas sim à adesão dos interlocutores [auditório] às premissas que se pressupõem; logo, não se trata de um erro de lógica, mas de retórica, por referência à técnica argumentativa, e não à demonstração: a «petição de princípio consistiria num uso do argumento *ad hominem* em casos em que ele não é utilizável, porque supõe que o interlocutor já aderiu a uma tese que nos esforçamos, justamente por fazer-lha admitir» (2006: 125).

2.2 Conclusões parciais

Como principal estratégia de desacreditização, destaca-se a argumentação que desvia o foco dos argumentos invocados para se centrar na pessoa que os sustenta, procurando-se estabelecer uma dissonância entre suas crenças e valores e os seus atos e palavras. O argumento *tu quoque* apresenta afinidades com a estratégia argumentativa de retorsão e é especialmente mobilizado como meio de refutação das críticas, acusando-se o oponente de praticar ou ter praticado o que censura, evidenciando-se o seu oportunismo político. Regista-se também como variedade do argumento *ad hominem*, a *girouette*, que, em razão das circunstâncias de um determinado momento político, é de emprego recorrente, num registo irónico, pelas bancadas da esquerda como forma de desacreditizar o Ministro Paulo Portas pela reversão da sua posição, após o anúncio categórico da sua demissão. Mais frequentemente, o argumento é utilizado para referir a alteração de posições dos membros do Governo acerca do aumento dos impostos, que condenavam enquanto oposição. A questão da subida dos impostos é particularmente sensível, sendo o principal tema de ataque ao executivo, através do argumento do tartufo, que evidencia uma inconsistência entre as promessas e as práticas, fundamentando-se, não raras vezes, a argumentação na representação das palavras do visado, que, deste modo, dificilmente se subtrairá às críticas pela evidência das provas. O argumento é também recorrente como forma de censura à distribuição de cargos e manutenção de privilégios na Administração pública, condenada pelos responsáveis partidários antes de chegarem ao poder, sendo também tema do argumento do dever. Configura um dos *topoi* de refutação o argumento de culpabilidade por associação, imputando-se a responsabilidade dos fracassos das políticas ou medidas e ações impopulares ao partido dos adversários ou aos anteriores líderes do Governo, sendo de especial emprego como argumento de contra-ataque ao Partido Comunista, associando-o ao radicalismo e ao comunismo soviético. De modo semelhante, se utiliza o argumento do envenenamento do poço, como forma de invalidar por antecipação a argumentação de oradores associados a doutrinas impopulares ou a amizades políticas duvidosas, procurando-se igualmente desqualificar potenciais adversários com pretensões ao poder pela qualificação pejorativa das suas propostas ou evidenciado traços de carácter negativos. O ataque *ad personam* destina-se a desclassificar o adversário pelas suas características negativas e pelos seus atos condenáveis, quer tenham ou não uma ligação com a questão em debate. Por parte da instância adversária,

desclassificam-se os representantes do Governo, pela falta de seriedade política, através de enunciados ofensivos pela referência a características essencialistas de pendor ético e moral apresentadas através de asserções categóricas, ou, mais recorrentemente, através da ironia e da derisão, sendo particularmente alvo dos ataques da direita o Primeiro-Ministro José Sócrates pelos «anúncios» dos projetos que não se concretizam. A desacreditação da posição do oponente recorre à agressividade, que se manifesta através de variados graus, culminado no insulto. Já a refutação dos ataques revela o envolvimento emocional dos oradores, que em situação reativa contra-atacam, através de atos ilocutórios diretivos que visam humilhar o adversário, fazendo também menção às emoções do oponente, como forma de o desestabilizar. A qualificação pejorativa alude à ignorância e falta de cultura do oponente, bem como à destruição do seu discurso, pela falta de qualidades oratórias. A ridicularização do adversário, através de enunciados irónicos e sarcásticos, consubstancia-se, porém, na forma mais frequente de proceder a ataques pessoais, cumprindo-se a função retórica de *delectare*. Função esta revelada igualmente revelada num dos argumentos mais mobilizados tanto por parte da instância política como por parte da instância adversária, a deformação das declarações prévias do adversário, isto é, a caricatura da sua posição, de forma a facilitar a sua contestação através do argumento do espantalho, associado, frequentemente, ao absurdo.

Num lugar de proeminência no debate surgem os argumentos de causalidade. Configuram, pois, *topoi* argumentativos de refutação do executivo em funções os argumentos de imputação, reivindicando-se, pelo argumento do mérito, o sucesso das políticas implementadas, com recurso aos argumentos de comparação (relativamente ao executivo precedente) e de autoridade, pela referência aos números. Atribuem-se a causas exteriores os insucessos, pelos argumentos da justificação consistente e do peso das circunstâncias, em especial nos anos de crise, e imputam-se aos antecessores governos um estado de coisas considerado negativo, através do argumento da responsabilidade (com recurso a uma argumentação veemente da ordem do *pathos*), sendo este argumento de utilização exaustiva no *debate sobre o estado da Nação*, e não apenas na XII legislatura (sob o programa da troika). Já por parte da oposição se verifica a recusa em admitir o mérito do executivo por qualquer situação vantajosa, pretendendo-se que teria apenas beneficiado de circunstâncias favoráveis, como sugerido pelo argumento da sorte. Assaz representativa no *corpus*, a argumentação pela causa é de uso recorrente pela instância adversária, designadamente pelos

partidos do espectro político mais à esquerda, que, em consonância com a sua ideologia, pressupõem relações causais entre as medidas do Governo (e do Presidente da República, Cavaco Silva, no debate de 2013) e os seus interesses pessoais e partidários, mobilizando, para tal, diversas figuras do *pathos*. Ora, o argumento, por excelência, que cria uma imagem de incompetência do Governo é o argumento que evidencia os resultados negativos da ação política, sustentado frequentemente nos números; nos anos em que Portugal esteve sob intervenção e monitorização da *troika* (2012-2013⁶¹¹), o argumento pelo efeito mostra as consequências tidas como inadmissíveis das medidas de austeridade conduzidas pelo Governo, que criam igualmente uma imagem de descrédito, em razão da sua obstinação pela persistência das políticas, como insistem os partidos da esquerda. Pelo lado da instância política, o argumento reforça o descrédito do anterior executivo, atribuindo-se-lhe uma imagem de gestor perdulário. Aquando do cumprimento do Memorando, para além do argumento do sacrifício, a argumentação *ad consequentiam* constitui-se como uma das principais tipologias utilizadas pela coligação PSD/CDS-PP a fim de convencer os portugueses da necessidade de implementação das medidas de austeridade. Empregam-se, por conseguinte, como argumentos que visam a persuasão pelo *pathos* o argumento do perigo iminente, salientando-se o perigo do imobilismo, bem como os argumentos do efeito nefasto e do risco, avaliando-se os perigos de não reverter a situação de incumprimento. A tese do Governo é reforçada pelos argumentos do exemplo e do medo. Do mesmo modo, se associa o plano *ad rem* ao plano do *pathos* na argumentação de sucessão pela qual o Governo refuta os argumentos da oposição. Contestam-se as pretensões da esquerda em renegociar a dívida pública através do argumento do declive escorregadio (argumento este utilizado também para mostrar como estaria o país liderado por um governo socialista) e procura-se a adesão ao prosseguimento das políticas de austeridade pelo argumento do desperdício, lembrando ser em vão todo o esforço despendido para colocar em ordem as contas públicas. A oposição, por seu turno, recorre ao argumento do efeito perverso para defender a tese de que as políticas de austeridade não só não resultam como produzem o efeito contrário, agravando a crise económica e social.

⁶¹¹ O programa de ajustamento terminou a 17 de maio de 2014.

Para além dos casos concretos de falência do Estado que chamam a atenção para a probabilidade de acontecer o mesmo em Portugal, recorrem aos argumentos pelo exemplo os deputados da oposição que pretendem estabelecer uma identidade de situações entre um exemplo negativo e a conduta dos líderes do Governo, designadamente na não assunção da realidade do país. O exemplo pela ilustração é de uso recorrente e pretende reforçar a adesão a uma regularidade, como é o caso da obra anunciada e não realizada; pelos partidos de esquerda, principalmente pelo PCP, a ilustração pelo procedimento de listagem pretende mostrar as políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores. O argumento de ilustração revela-se, sobretudo, eficaz quando recorre à analogia, que impressiona o auditório e aumenta a presença do argumento na consciência. Do lado da instância política, o argumento de ilustração salienta, pelo contrário, a obra feita, quantificando-se o sucesso da governação. A analogia lógica, que estabelece uma similitude entre duas situações, é o procedimento mais utilizado no argumento *a simili*, configurando uma das formas de ataque *ad personam* (generalizando-se o ataque ao Governo), sendo também utilizada no argumento do antimitelo. Veiculando igualmente um julgamento de valor, a analogia proporcional é, sobretudo, mobilizada pela oposição (destacando-se Paulo Portas pela criatividade), apresentando um forte valor argumentativo, contribuindo para a convicção, até pelo seu efeito de surpresa. Trata-se de um dos procedimentos mais eficazes para a construção de uma imagem desvalorizadora, e mesmo degradante, da instância política. Já no plano *ad rem*, o argumento *a pari*, relacionado com o *logos*, consubstancia-se como o principal meio de argumentação de apelo à coerência, sustentado no valor universal da justiça. É um argumento caro aos partidos da esquerda, sendo, naturalmente, utilizado também pelos outros partidos do espectro político, como é o caso do CDS-PP, que condena a aplicação de «dois pesos e duas medidas» na questão das dívidas do Estado aos particulares e às empresas. Regista-se ainda o argumento pelo precedente, utilizado pelos partidos da oposição, que estabelece uma identidade entre a situação de dívida pública e outras precedentes, como forma de justificar a redução dos juros da dívida.

A argumentação com apelo à autoridade constitui o meio de prova mais frequente dos parlamentares e contribui de sobremaneira para a legitimação dos discursos. Justificam-se as afirmações pelo valor do seu autor, pelo que as citações das palavras de personalidades idóneas do campo adversário, sendo de difícil contestação, se revelam de grande eficácia como meio de descredibilização. Principalmente, importa apresentar os números do sucesso ou do insucesso, por

parte dos partidos do Governo e por parte da oposição, respetivamente, com base na autoridade de instâncias credíveis, ou não fossem os tempos vigentes de quantificação da ação política. O argumento *ad verecundiam* é ainda utilizado com valor de caução político-ideológica com recurso à citação de autor (geralmente do âmbito da política) – argumentando-se também pelo modelo – registando-se igualmente citações literárias que constroem um *ethos* de inteligência pela figura do homem de cultura. À exceção de Durão Barroso, que valoriza o seu *ethos* político pela experiência governativa, não se registam atos valorizadores da imagem de si, tomando-se a pessoa como objeto da enunciação. No que respeita à argumentação de autoridade, de referir ainda uma variante frequentemente usada nos estados democráticos, o argumento *ad populum*, mobilizado, principalmente, pelos extremos do espectro político que apelam, assim, aos sentimentos e ao entusiasmo popular, ou às suas crenças, a fim de conseguir o assentimento do auditório para uma conclusão que não é sustentada por nenhuma prova conveniente. Do mesmo modo, se recorre ao argumento do número como forma de deslegitimação do Governo.

De grande valor argumentativo, inclusive com uma função de manipulação, a definição (oratória) impõe um determinado ponto de vista favorecendo a aceitação da tese do orador, sendo particularmente usada por Paulo Portas (que a mobiliza também como citação de autor) e pelos deputados do BE, sendo que Francisco Louçã a emprega como suporte do argumento de dissociação. No que respeita aos argumentos por definição e associação, de mencionar igualmente a tautologia argumentativa, que estipula o mesmo tratamento para os seres da mesma categoria, como defende Catarina Martins (BE), que recorre ao argumento para sublinhar a duplicidade de critérios da Comissão Europeia relativamente à aplicação de sanções. Já o argumento pela essência cria uma representação negativa dos objetos de discurso e é utilizado pelo líder do BE para condenar os valores da direita e os seus interesses contrários aos cidadãos. Quanto ao argumento *a comparatione*, consubstancia um dos procedimentos polémicos dos discursos, utilizando frequentemente com carácter lúdico, sendo de emprego exaustivo nos debates por parte de todas as forças políticas. Se serve de valorização ao Governo vigente pelo contraste com o executivo precedente, já por parte da oposição é utilizado como forma de desclassificação, sobretudo, pela menção a situações análogas reprováveis. De referir, contudo, a utilização do argumento pela comparação nos discursos que fazem apelo à hierarquia de valores.

Reveste-se de particular pertinência a argumentação pela incompatibilidade (também evidenciada na argumentação *ad hominem*), dado que a identificação com os valores ideológicos dos partidos é essencial para a sua identidade. A incompatibilidade de posições políticas com os seus valores de esquerda, sobretudo, de defesa do Estado social e dos trabalhadores, configurou a principal argumentação de descrédito do PSD e CDS-PP relativamente ao Partido Comunista, em virtude do seu apoio ao Governo do PS, liderado por António Costa. Ora, a incompatibilidade serve frequentemente de base à argumentação *ad absurdum*, que, sustentada na ironia, destrói o contradiscurso; mais vulgarmente, os deputados recorrem à *reductio ad absurdum*, extrapolando as propostas do adversário até ao absurdo, com utilização da hipérbole. Utilizam recorrentemente o ridículo como arma política o CDS-PP e o BE, e também Carlos Carvalhas do PCP, mostrando a insustentabilidade das teses e pontos de vista do Governo. Numa ótica de problemática dos valores, os parlamentares recorrem à dissociação de noções e ao *distinguo*, que constituem uma forma de objeção à argumentação da instância adversária. Contudo, a forma mais eficaz de refutar o discurso do adversário e de o descredibilizar é através da reorientação do argumento do adversário contra ele próprio, já que o *retorsio argumenti* mostra a incompatibilidade do discurso do adversário com os princípios que sustenta. Um outro tipo de argumento utilizado pelos parlamentares é o argumento do terceiro excluído, de intuito manipulatório, como forma de impor o ponto de vista que só o seu partido dará garantias de um futuro ao país, desvalorizando-se o maior partido da oposição e ignorando-se os outros partidos. O argumento do falso dilema é também mobilizado pela instância política como forma de refutar o ponto de vista da oposição (principalmente do PCP), que atribui sempre as mesmas causas aos eventos, recusando a atribuição do mérito das medidas bem-sucedidas ao Governo.

De referir, por fim, outras técnicas argumentativas observadas que visam a descredibilização do adversário, como sejam o argumento do excesso, mobilizado tanto por parte da oposição, quanto por parte dos apoiantes do Governo, e o argumento *ad nauseam*, recurso de presença e de amplificação, que se suporta na figura da repetição. Igualmente no plano do *pathos*, de bastante expressividade no *corpus*, regista-se o apelo *ad misericordiam*, que constrói um *ethos* solidário e, inversamente, uma imagem de insensibilidade do Governo. Já o argumento *ad lapidem* constrói uma imagem de arrogância do orador e visa a humilhação; logo, a desclassificação do adversário, pela inconveniência do seu discurso. O argumento *ad ignorantiam* é utilizado pela instância política e seus

apoiantes como forma de contra-argumentação, exigindo-se propostas alternativas válidas às apresentadas pelo Governo, descredibilizando-se, assim, a oposição. Com um intuito de provocação e desestabilização, atestando o quadro conflituoso do debate, registam-se as questões múltiplas, com a pressuposição implícita que denigre o interlocutor, de emprego frequente pelos deputados do BE e pela deputada Heloísa Apolónia do PEV, sendo também utilizada pelo líder da oposição José António Seguro. A denúncia dos estratagemas do Governo é ainda feita com recurso à petição de princípio, que, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006: 125), incorre num erro de técnica argumentativa, já que se se postula (nas premissas) o que se pretende demonstrar (na conclusão).

Obedecendo, portanto, a uma lógica de destruição da posição adversária, a argumentação revela-se menos ideológica e mais política, deixando transparecer estratégias de posicionamento, sobretudo nos discursos dos oradores que integram o espectro político do centro e direita.

Au bout du compte, la politique sera le discours des hommes politiques, et tout le poids sera sur l'ethos, la personnalisation, du politique.

Michel Meyer (2008:263)

3.1 As imagens de si e do outro

Tal como na comunicação política em geral, o debate parlamentar, em particular, dada a sua natureza polémica, desenvolve-se através do eixo do ataque e da defesa. No confronto político, os atores não só procuram demonstrar o seu próprio valor como intentam desacreditar os seus adversários, movendo estratégias ofensivas com o desígnio de os colocar fora de combate. A produção do *ethos* é uma manobra estratégica pela qual o orador se lança na batalha (Plantin, 2016). A imagem de si revela a construção de uma identidade política, mas também projeta uma imagem que nem sempre é a que o orador deseja mostrar, decorrente da forma como se preserva dos ataques e salva a sua face. Qual a forma de oposição ou problematização do discurso que é proposto? Como é caracterizada a refutação do contradiscurso?

Na presente secção, verificamos quais as estratégias mobilizadas pela instância política para gerir a sua imagem face aos ataques da instância adversária. A análise incidirá nas respostas dos líderes do Governo aos pedidos de esclarecimento dos deputados da oposição, selecionando-se, de forma ilustrativa, exemplos de cada uma das legislaturas abrangidas pelo espaço temporal do *corpus*, apresentados pela sua ordem cronológica.

VI Legislatura (1993-1995) | Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva) — Srs. Deputados, não aprofundem a vossa ignorância, porque sobre esta matéria não sabem nada! (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 2997)

O primeiro *debate sobre o estado da Nação* (1993) ocorreu na maioria legislativa de Cavaco Silva (PSD). Se em 1993 o Governo foi alvo de violentos ataques por parte das bancadas da oposição, tendo sido uma das críticas apontadas os «tiques de autoritarismo da maioria laranja», no debate de 1994, ocorrido em plena época de contestação ao Governo por parte da população portuguesa, as críticas adensaram-se. Já o último debate da legislatura (1995) ocorreu numa altura em que o Governo apresentava sinais de desgaste (1995).

O principal argumento de descredibilização invocado pelos parlamentares no início do debate (comum a todos os debates sobre o estado da Nação) é o teor fantasioso do discurso de abertura do Primeiro-Ministro, que representa um país que não corresponde à realidade. No primeiro pedido de esclarecimento feito ao líder do Governo, o Presidente do Grupo Parlamentar do PS recorre estrategicamente a um enunciado de emoção, (mostra-se dececionado) (1a) para destruir o seu longo discurso («se a crise que assola o país fosse de palavras, teria morrido neste preciso momento»), acusando-o de não admitir o real estado do país, mobilizando inclusive um ataque *ad hominem*, por ter mudado de opinião («Já admitiu que existe há uns dias, mas agora voltou a deixar de admitir»). O ataque pessoal é realizado pela qualificação do pejorativa do discurso, utilizando-se o procedimento da estratégia de transferência de atribuição (Ilie, 2004b: 59): «discurso [...] panglossiano, irresponsavelmente oportunista»). A intervenção do Primeiro-Ministro é ainda ridicularizada pela enumeração de lugares de ficção (1b), recorrendo-se à modalidade epistémica com valor de possibilidade, marcando a modalidade com valor de certeza, na última asserção, a distância do enunciador relativamente à visão otimista do país do chefe do Governo. O enunciador coloca-se numa posição de superioridade, tanto pela utilização dos atos diretivos (*Peço-lhe que não volte a ser deselegante*), como pela mobilização da lítotes («*Não é bonito da parte de um Primeiro-Ministro!*»), através dos quais censura a postura do Primeiro-Ministro (1c) e procede à destruição do seu discurso, aludindo à sua falta de eloquência e substância («Frase banal, como é óbvio»). A

descortesia constrói um *ethos* de arrogância⁶¹². Em reação ao ataque implícito a algumas figuras do PS por parte do Primeiro-Ministro⁶¹³, Almeida Santos devolve a acusação, invertendo a orientação argumentativa do enunciado de Cavaco Silva («Andamos em busca do tempo perdido, mas do que foi perdido por V. Ex.^a e pelos seus governos...») (1d), e intensifica o ataque pela acusação de incompetência: não preparou o país para «resistir às competições a que agora está sujeito», o que justifica o vazio de ideias e propostas, por sua vez, salientado pela sinonímia («as opções vazias e nulas») (1e). Com o propósito de persuadir o auditório para a sua tese (de que o Governo não tem opções para o país), o orador recorre à paráfrase das palavras do Primeiro-Ministro e apresenta o seu ponto de vista, mobilizando a antífrase (1e).

- (1) (a) O Sr. **Almeida Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a acabou de nos ler um discurso cujo tamanho só é ultrapassado pela decepção. Diria que, se a crise que assola o país fosse de palavras, teria morrido neste preciso momento. [...] o Sr. Primeiro-Ministro falou de um país que não é o nosso... [...] e de uma crise que não é a nossa, porque nem sequer admitiu que ela existe. Já admitiu que existe há uns dias, mas agora voltou a deixar de admitir.
- (b) O discurso é novamente panglossiano, irresponsavelmente oportunista. Provavelmente, inspirou-se num país de ficção: talvez na Disneylandia, talvez na Negrícia, talvez na Ilha dos Pinguins, não sei! Em Portugal não foi com certeza. [...]
- (c) *Peço-lhe que não volte a ser deselegante* ao ponto de admitindo nós — porque temos de admitir — a confiança do Sr. Primeiro-Ministro nos portugueses, pôr em causa a nossa confiança neles. *Não é bonito da parte de um Primeiro-Ministro!* [...]
- (d) Disse também V. Ex.^a que Portugal é um grande país. *Frase banal, como é óbvio!* Claro que Portugal é um grande país, não precisava de dizê-lo. Todos temos orgulho no nosso país, no seu passado, no seu presente. O que queremos é continuar a ter orgulho no seu futuro, e V. Ex.^a comprometeu esse futuro! *Quando nos acusou de andarmos em busca do tempo perdido, falou verdade. Andamos em busca do tempo perdido, mas do que foi perdido por V. Ex.^a e pelos seus governos...* [...] ... durante os últimos sete anos, em que teve meios excecionais para preparar o País para poder resistir às competições a que está agora sujeito, e não o preparou.
- (e) Por isso, compreendo agora as *opções vazias e nulas* que nos mandou para aqui e que *provam a total ausência de ideias* e a que ponto este Governo e V. Ex.^a se encontram *pobres de iniciativas e de ideias*: «preparar Portugal para o novo contexto europeu», «preparar Portugal para a competição numa economia global», «preparar Portugal para uma vida de mais qualidade». *Aqui estão as originais opções deste governo.* (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 2989)

No contra-ataque (2), o Primeiro-Ministro mostra-se cortês («é com muito gosto que vou responder-lhe») e, reconhecendo, de forma sarcástica, a superioridade retórica do adversário⁶¹⁴, procede a um

⁶¹² Sobre *ethos* de arrogância, vd. «Arrogância e construção do *ethos* no discurso político português», de Maria Aldina Marques (2008b).

⁶¹³ «O pessimismo decadentista de alguns políticos com responsabilidades, que mais parecem andar em busca do tempo perdido, mostra bem que os adversários do progresso de Portugal não são apenas o atraso de desenvolvimento e as carências que ainda atingem uma parte da população» (p. 2980).

⁶¹⁴ Em sintonia com os pressupostos da retórica clássica de Cícero, Perelman e Olbrechts-Tyteca mencionam «É bom, não somente elogiar com palavras a eloquência do adversário, mas ainda nunca refutar os seus argumentos de maneira tal que ele pareça um advogado medíocre» (2006: 495).

ataque *ad personam*⁶¹⁵. A acusação de manipulação é reforçada pela figura da derivação («manipulação»; «manipular») e pela repetição do enunciado «*Presto-lhe aqui a minha homenagem*».

- (2) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Almeida Santos, é com muito gosto que vou responder-lhe. No entanto, começo por dizer que em matéria de palavras e de uso das palavras, o senhor bate-me sempre incontestavelmente. [...] *Ninguém consegue ser, talvez, nesta Casa, superior ao Sr. Deputado Almeida Santos em termos de manipulação das palavras. Presto-lhe aqui a minha homenagem por aquilo que consegue fazer ao manipular essas palavras e tentar enganar, às vezes, a audiência. Presto-lhe a minha homenagem.* (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 2990)

Também relativamente ao pedido de esclarecimento de Ferro Rodrigues (3), o Primeiro-Ministro recorre ao humor agressivo como forma de conquistar o auditório (estratégia que revelou eficaz, como se comprova pelos risos da sua bancada) (4).

- (3) O Sr. **Ferro Rodrigues** (PS): —[...] O Sr. Primeiro-Ministro veio aqui insistir numa *tónica administrativa e irrealista*. Desculpe, mas estive a ouvi-lo e pareceu-me que *fez o relatório de qualquer burocrata num conselho de administração...*! Os portugueses, certamente, esperariam hoje um debate sobre factos concretos e para isso vou tentar contribuir com alguns exemplos, que gostava de ver comentados pelo Sr. Primeiro-Ministro [...]. (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 2993)
- (4) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — Sr. Deputado Ferro Rodrigues, o senhor trouxe um discurso escrito! Não sei porquê?! Será que teve receio de subir a esta tribuna para o fazer e quis aproveitar a figura de pedidos de esclarecimento ao Primeiro-Ministro para fazer o seu discurso?!..

Risos do PSD

Bom, mas esses são problemas em que não me devo nem quero meter! (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 3001)

A desclassificação do discurso de Cavaco Silva (3) não se faz apenas pelo seu carácter irrealista, sendo evidenciada igualmente a sua falta de eloquência, como se de um relatório de um «burocrata» se tratasse, aspeto este referido também no debate do ano seguinte (5). Para além do verbo modalizador, atenuador da força ilocutória da asserção («pareceu-me»), observe-se em (3) a figura da licença («Desculpe»), que, geralmente, antecipa um ataque *ad hominem*. Numa tentativa de reparar a sua imagem, o Primeiro-Ministro constrói uma imagem desvalorizante do deputado do PS, como um político inseguro, pela mobilização da interrogação retórica com referência a um termo de emoção («Será que teve receio [...]?» (4), o que constitui um ataque *ad personam*. Ferro Rodrigues não se esqueceu das palavras do Primeiro-Ministro e, no debate do ano seguinte, preocupou-se em reparar a sua imagem (5a).

⁶¹⁵ De acordo com Plantin, cuja posição partilhamos, no ataque *ad personam*, faz-se apelo às características negativas da pessoa, seja na própria situação de comunicação, ou em geral, quer essas características tenham ou não que ver com a questão em debate (2016: 446).

(5) (a) O Sr. **Ferro Rodrigues** (PS): —Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, devo dizer-lhe que, a exemplo do que fiz no debate realizado no ano passado, tenho umas notas escritas que fui tomando à medida que o senhor falou. E digo-lhe isto para evitar os comentários que o senhor me fez nessa altura.

(b) [...] Esperávamos um diagnóstico sério, mas voltou *um registo burocrático, cinzento*, assinalável, sobretudo, pelas omissões [...]. (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2846)

Ora, o recurso ao humor é uma estratégia utilizada com alguma frequência pelo Primeiro-Ministro para ridicularizar os seus adversários e deslegitimar o seu papel político, como se ilustra na resposta a António Campos (7), que abordou, entre outros, o assunto sensível das «vacas loucas»⁶¹⁶, tendo acusado o Governo de ocultação de informações e denunciado os conluios que se estabelecem na governação de Cavaco Silva (6).

(6) (a) O Sr. **António Campos** (PS): - [...] todos os investigadores que em Portugal se especializaram na BSE confirmam que há encefalopatias em Portugal. O Sr. Ministro da Agricultura, durante três anos, *escondeu essa situação, mentindo aos portugueses*. [...]

(b) [...] o Estado paga o abate dos animais doentes. Justo! Mas tem *de* procurar o preço justo. Então, *como é possível* o Governo pagar os animais doentes por um preço três vezes superior aos dos animais que têm saúde? Olhe, Sr. Primeiro-Ministro, aqui está uma boa medida para impor o tal economicismo ao Sr. Ministro da Agricultura. [...] *Como é possível alterar esses valores por mero compadrio, Sr. Primeiro-Ministro?*

(c) *Vozes do PSD*: - Prove!

O Sr. **António Campos** (PS): *Posso prová-lo, Srs. Deputados! Posso provar que é por mero compadrio!*

Vozes do PSD: - Então, prove!

O Sr. **António Campos** (PS): - À custa *desse despacho*, 600 000 contos voaram do erário público. Sr. Primeiro-Ministro, que pensa V. Ex.^a *de* um ministério tão irresponsável? V. Ex.^a cobre esta atuação ou está disposto a *demitir* o Sr. Ministro da Agricultura? (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 2998)

O contra-ataque faz-se, também neste caso, pela referência às emoções do adversário (7). Repare-se como a advertência do orador «eu vou medir as palavras», que teria uma função atenuadora, se configura num procedimento agravador da face do oponente, pela oração final que lhe completa o sentido: «para que o senhor não tenha intenções de se descompor...» (7a). A função retórica de *delectare* cumpre-se pela estratégia da falsa cortesia. O Primeiro-Ministro mostra-se receoso da imagem pública do adversário, argumentando a sua emoção de forma a construir uma imagem de António Campos pouco abonatória de um político que não consegue controlar as suas emoções – recorre, inclusive, aos termos «*degradação da sua imagem*» –, o que constitui um ataque *ad personam*. O humor hostil dá lugar ao ataque direto. A emoção autoatribuída, evidenciada pela anáfora («sinto-me chocado»), apresenta uma outra função de descrédito: contribui para a representação de António Campos como um político irresponsável, sem escrúpulos, movido por interesses

⁶¹⁶ Trata-se de uma doença neurodegenerativa (BSE-*bovine spongiform encephalopathy*) que afeta o gado bovino doméstico.

partidários, como se evidencia pela figura da aposiopese («*mas o senhor não olha a meios...*») (7b). Com o propósito de conseguir a adesão do auditório para a sua tese, o orador faz uso de alguns procedimentos retóricos, de que é exemplo a anáfora, que reforça o conteúdo negativo do termo «irresponsabilidade» (7b). Repare-se também na mobilização da figura da repetição na asserção epistemicamente modalizada («Os interesses que o senhor diz defender *nada*, mas *absolutamente nada* têm a ver com os interesses»), agravadora do ataque, bem como no reparo, que constitui um FTA, feito pelo comentário metadiscursivo (7c). Como estratégia reparadora da sua imagem, o Primeiro-Ministro constrói um *ethos* de competência (7d), contrapondo a sua ação política e os interesses do país às motivações do adversário. A expressão das emoções (de «chocado» o orador passa a «indignado») constrói também *ethos* de carácter pela modalidade de rejeição, mostrando-se assertivo. Repare-se ainda no reforço do *ethos* de liderança («Para mim, o que interessa é a saúde pública»).

- (7) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — Sr. Deputado António Campos, eu vou medir as palavras para que o senhor não tenha intenções de se descompor...

Risos do PS

... e eu receio pela sua imagem. É, que, por vezes, tenho ficado perplexo com algumas imagens suas que aparecem na televisão. Por isso peço-lhe uma certa compreensão, porque não quero, de forma nenhuma, ficar associado à degradação da sua imagem.

Risos do PSD

- (b) [...] Sr. Deputado António Campos, *sinto-me chocado* com as atitudes que o senhor tem tomado e *que refletem uma total irresponsabilidade*, tanto dos interesses do país como dos agricultores.

Aplausos do PSD

Protestos de alguns Deputados do PS, batendo com as mãos nas bancadas.

Sinto-me chocado com os métodos que o Sr. Deputado utiliza. Desculpe que lhe diga, *mas o senhor não olha a meios...*

Protestos do PS

- (c) Os interesses que o senhor diz defender nada, mas absolutamente nada têm a ver com os interesses dos agricultores. as atitudes que o senhor tem tomado e *que refletem uma total irresponsabilidade*, tanto contra os interesses do país como dos agricultores. [...] O senhor sabe – e se não sabe devia saber – que na Europa Comunitária começou a falar-se dessa doença [das vacas loucas] como um método de concorrência pouco leal em relação a outros países? [...]

- d) O que interessa aqui saber é se o Governo procedeu ou não de acordo com as instruções comunitárias, face à informação científica que tinha [...]. *Para mim, o que interessa é a saúde pública. Mas o que interessa ao deputado são a chincana e o combate político-partidário que não respondem aos interesses de Portugal.* (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, pp. 2999-3000)

A desqualificação do adversário surge como ato reativo aos ataques de que se é alvo e resvala facilmente para o plano pessoal na argumentação de Cavaco Silva. Já face à acusação polémica de Manuel Alegre (8), que coloca em causa o valor da democracia por parte do Governo, o Primeiro-Ministro refuta as assunções de princípio do adversário, recorrendo igualmente ao ataque pessoal,

que é implicitado logo no início da resposta pela figura da licença (através do ato de pedir desculpa) (9). A contra-argumentação recai sobre as lutas partidárias, persuadindo-se o auditório pelo argumento do espantalho (9b), e particulariza-se com a censura ao adversário, com recurso ao verbo de atitude proposicional («Penso que») e ao auxiliar modal («sua conceção de democracia *devia* ser um pouco mais ampla»), que consubstanciam uma ameaça à face negativa do deputado do PS (9c). Note-se como a referência ao passado do adversário concede força à argumentação do orador. O ataque é intensificado pelo enunciado descortês de estrutura anafórica (atribuindo-se um sentido inverso ao adjetivo «bom») na modalidade alocutiva, construindo-se uma representação negativa do político Manuel Alegre, que apresenta as mesmas características negativas atribuídas pela *doxa* aos políticos. A passagem para a enunciação delocutiva pretende instituir a opinião comum do que é ser um bom político, para melhor persuadir o auditório do que falta ao adversário em termos de ideias e projetos.

(8) O Sr. **Manuel Alegre** (PS): — O Sr. *Primeiro-Ministro coloca-se acima da política e dos políticos*; o Sr. *Primeiro-Ministro acusa, ou permite que acusem, outros órgãos constitucionais de forças de bloqueio; sobrepõe, ou permite que sobreponham, uma só legitimidade, que é a do seu Governo, a outras legitimidades e a outros órgãos de soberania. Isso contraria mecanismos essenciais do Estado Democrático.* [...] (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, pp. 2995-2996)

(9) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): [...] Sr. Deputado Manuel Alegre, tenho de responder-lhe, e desde já lhe peço desculpa antecipada para o caso de eventualmente, considerar que sou menos democrático na resposta.

(b) O senhor coloca-se sempre nessa posição interessante: os não democratas são aqueles que criticam O Partido Socialista, os seus membros ou os seus anteriores membros; e os democratas são os que atacam fortemente o Governo e o partido que apoia o Governo! [...] É normalmente assim!

(c) Penso que para um combatente da liberdade em Portugal e no estrangeiro, incluindo na Argélia, a sua conceção de democracia devia ser um pouco mais ampla. [...]

(d) *Posso dizer que é bom na crítica, posso dizer que é bom na distorção, posso dizer que é bom no ataque!* Mas isto não basta para fazer política nos dias de hoje. É preciso ser capaz de apresentar uma política global, coerente e que possa ser considerada como alternativa à que o governo conduz! (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 2997)

Para além da imagem de incompetência, os partidos com assento parlamentar procuram criar uma imagem de descrédito do executivo de Cavaco Silva, sucedendo-se acusações de autoritarismo e abuso de poder, a acrescentar ao incumprimento das promessas. Os ataques situam-se no plano *ad hominem*⁶¹⁷:

⁶¹⁷ «L'argumentation *ad hominem* permet au locuteur d'intervenir sur un discours sur le mode du tiers, sans s'engager sur le fond, en se présentant non pas comme un opposant mais comme un simple demandeur de clarification» (Plantin, 2016: 39).

No seu pedido de esclarecimento, o líder da oposição, António Guterres (PS), alude ao estado emocional de Cavaco Silva, com um intuito desestabilizador, e cria uma representação de incoerência da sua pessoa, aludindo aos recentes acontecimentos de contestação popular (10). O Primeiro-Ministro reage ao ataque, argumentando igualmente no plano do *ethos* pela alusão à in experiência governativa do deputado com pretensões a Primeiro-Ministro (11). O orador desvia-se, assim, das acusações que lhe são feitas e constrói um *ethos* de autoridade.

(10) O Sr. **António Guterres** (PS): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, sinceramente, *ficou-me a dúvida se a intervenção crispada que produziu... era do Primeiro-Ministro ou do cidadão Aníbal Cavaco Silva*. É que sabemos agora que se trata de duas entidades diferentes e, muitas vezes, com opiniões diversas sobre questões de Estado em Portugal. *Recordo-lhe que, ainda há muito pouco tempo, o cidadão Aníbal Cavaco Silva achava justo buzinar na ponte, ... considerando injusta a política do Governo, mas o Primeiro-Ministro não deixou de mandar multar os que buzinassem e de mandar a maioria impedir aqui que essas multas fossem levantadas.* [...] (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2841)

(11) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — [...] Sr. Deputado António Guterres, quanto à introdução imaginativa...

O Sr. **António Guterres** (PS): — E real!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — ... ao pedido de esclarecimentos que o Sr. Deputado me quis dirigir, serei muito breve, porque vou aconselhá-lo apenas a pedir a gravação completa das declarações que fiz. Estou certo de que, sendo uma pessoa inteligente, depois de escutar essa declaração na íntegra, *não ficará por observações que apenas resultam dos títulos das notícias dos jornais aquilo que v. Ex.^a gostosamente gosta de fazer todos os dias*. Quanto ao debate sobre o estado da Nação, *a minha surpresa é enorme ao verificar que o líder do Partido Socialista também desvaloriza a Assembleia da República!* Registamos essa circunstância e não acrescentamos qualquer comentário! [...] E deixe-me terminar desta forma: *começo a pensar que há uma coisa que nunca acontecerá no nosso país, isto é, a possibilidade de o cidadão António Guterres fazer perguntas ao Primeiro-Ministro António Guterres. Quanto às políticas que tem vindo a propor, e que estão subjacentes à sua análise sobre o estado da Nação, estou convencido de que se o Sr. Deputado tivesse experiência governativa... [...] faria uma ideia do que é governar [...] Portugal nos tempos de hoje [...] Se conhecesse... [...] a experiência da negociação no quadro internacional, e, em particular, no quadro europeu, o Sr. Deputado, como pessoa inteligente, nunca faria essas propostas.* [...] (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2841)

Apresentando um *ethos* de autoridade, numa posição de superioridade legitimada pelo poder que detém, inclusive pelo seu saber de *expert* que os outros não terão (11), o Primeiro-Ministro opta por uma postura arrogante e confirma uma imagem de autoritarismo que lhe é atribuída pela oposição. A este respeito, lembre-se Meyer: “L’*ethos* est donc principe d’*autorité*, une *autorité* bienveillante ou brutale, “*éthique*”, institutionnelle, voire neutre, dont l’orateur dois faire la démonstration s’il veut convaincre» (2008: 152).

Em resposta às acusações proferidas pelo deputado independente Mário Tomé (12), num discurso ideologicamente marcado, Cavaco Silva mobiliza um ataque *ad personam*, recorrendo a uma ironia agressiva. Repare-se como o contra-ataque é agravado pela estratégia ofensiva da falsa cortesia (13), revelando o orador espírito de astúcia.

- (12) O Sr. **Mário Tomé** (Indep): — [...] V. Ex.^a Ex.^a e a sua política são os primeiros responsáveis pelo aparecimento organizado e violento do neofascismo e do sei filho dileto, o racismo, na medida em que tiveram um discurso xenófobo [...], em que foram concedidas pensões aos PIDE, em que foi branqueada a guerra colonial, nomeadamente por V. Ex.^a e na medida em que agravaram a crise estrutural e as suas consequências, escondendo as suas reais causas, que são as das ordens dos ricos, que é a ordem do crime impune para os financeiros, os corruptos e os traficantes e a ordem do castigo para o povo. [...] Para terminar, pode dizer o Sr. Primeiro-Ministro quantos elementos do SIS estiveram ligados aos serviços de informações do regime anterior, nomeadamente à ex-PIDE? (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3105)
- (13) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — [...] O Sr. Deputado Mário Tomé, sabe perfeitamente a consideração que tenho por si e aproveito esta ocasião para o cumprimentar – aliás, como Primeiro-Ministro com certeza que é a última vez que o faço. Sr. Deputado Mário Tomé, dei-lhe uma grande oportunidade, a de o senhor poder falar para as câmaras da televisão. *Sabe que só disse absurdos, mas o absurdo também passa na televisão, por essa razão, acho que, de alguma forma, o senhor tem de agradecer-me por lhe ter dado a oportunidade de dizer um conjunto de absurdos que passam nos meios de comunicação social e penso que, por isso, também mereço consideração da sua parte.* [...] (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3106)

Igualmente na resposta ao pedido de esclarecimento de Otávio Teixeira (PCP), Cavaco Silva procede à descredibilização do adversário. Recuperando ironicamente a metáfora no âmbito do ciclismo utilizada pelo Primeiro-Ministro («o que significa chegar “a meio do pelotão” no ano de 2050!»), o deputado do PCP evidencia o fracasso do líder do Governo relativamente aos seus planos de colocar o país «na cabeça do pelotão europeu», apesar da estabilidade política que o país lhe concedera (14). O Primeiro-Ministro, por seu turno, apresenta uma outra perspetiva do assunto em questão, de modo a valorizar a sua governação, e descredibiliza o adversário pela referência aos conhecimentos de economia de Otávio Teixeira, economista de formação (15). Repare-se nas estratégias de figuração (face-work) do orador: o ritual da ofensa mobiliza o ato de pedir desculpa, como forma de proteção da face, e o cometário metadiscursivo apresenta uma função atenuadora do ataque.

- (14) O Sr. **Otávio Teixeira** (PCP): — [...] o Sr. Primeiro-Ministro, na campanha eleitoral de 1991, pedia aos portugueses mais meia dúzia de anos de estabilidade e, em troca, dar-lhe-ia um País «na cabeça do pelotão europeu». Agora, no seu PDR, oferece apenas um crescimento diferencial de 1%, o que significa chegar «a meio do pelotão» no ano de 2050! (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 2996)
- (15) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — [...] O Sr. Deputado sabe quantos países conseguem ultrapassar outros, neste caminho para o desenvolvimento? Um número reduzidíssimo! E Portugal conseguiu: foi dos poucos países da Europa Comunitária que, estando, no último lugar da escala, conseguiu passar para o antepenúltimo. [...] o êxito de uma política mede-se pela subida de patamares; não é olhando ao estado – neste momento- que se deve fazer o julgamento. Por isso, Sr. Deputado, *desculpe que lhe diga, mas desta vez não fez apelo aos seus conhecimentos – sei que tem bastantes – de economia para fazer esta crítica.* (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, p. 2997)

Configura-se como um procedimento usual de descredibilização do Partido Comunista, sobretudo nas réplicas ao seu Secretário-Geral, o implícito argumentativo de que o seu discurso é sempre o mesmo (16a), bem como a mobilização do argumento de culpabilidade por associação (16b). No plano *ad rem*, o Primeiro-Ministro refuta as acusações de aumento do desemprego, mobilizando o

argumento de autoridade, pela apresentação dos números do INE (16c) e constrói um *ethos* de competência. A valorização do seu *ethos* político vai de par com a apresentação pejorativa do adversário, inclusive com referência ao seu estado de espírito (16c), que não é capaz de reconhecer o esforço do Governo, sendo referido, através da enunciação delocutiva (com valor de evidência), o seu carácter de desonestidade (16d).

- (16) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — [...] Sr. Deputado Carlos Carvalhas, *como as questões que formulou são exatamente as mesmas que me tem colocado em debates anteriores*, vou ser sintético nas respostas [...] (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2840)
- (b) [...] Repito aquilo que já lhe disse várias vezes: o desemprego não se combate de forma artificial, como os senhores tentaram fazer no passado e segundo um modelo que a queda do «Muro de Berlim» pôs a nu e que foi um autêntico falhanço. [...]
- (c) [...] o Sr. Deputado antecipou por esta altura uma taxa de desemprego para Portugal superior a 10% [...]. E, hoje, *note na sua cara algum incómodo por verificar que o Instituto Nacional de Estatística apresenta uma taxa de desemprego para Portugal de 6,7% e, que no último trimestre, contrariamente àquilo que o Sr. Deputado afirmou recentemente, se verificou uma diminuição no desemprego e um aumento de 1% no emprego*. [...]
- (d) [...] Para terminar, lembrava ao Sr. Deputado, que se esquece da convergência, que em Portugal, de 1985 a 1993 – portanto, contando com o mau ano de 1993 –, teve uma taxa de crescimento média de 3,4%, o que é superior a 1,1% em relação à média comunitária. Se isso não é convergência [...]. O Sr. deputado pode estar insatisfeito, eu até posso estar insatisfeito, *mas é desonesto não reconhecer esta realidade!* (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, pp. 2840-2841)

As inevitáveis clivagens ideológicas entre o PSD e o PCP constituem um outro argumento de refutação, e em (18) apresentam-se como justificação para a recusa do Primeiro-Ministro em contra-argumentar, denegando, no entanto, as acusações proferidas acerca do «discurso do paraíso» (17). A figura da apodioxé (18a), recorrentemente utilizada por Cavaco Silva, contribui para a construção de *ethos* de arrogância. De igual modo, a figura da correção, que descredibiliza o adversário, coloca o orador numa posição superior. Como reforço da sua autoridade, Cavaco Silva mobiliza o argumento *ad verecundiam* (18b) para corrigir o valor apresentado por Carlos Carvalhas (17), tendo a preocupação de referir o número exato de desempregados, reforçando-o pela repetição.

- (17) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] Mas como é que o Sr. Primeiro-Ministro vem aqui fazer *um discurso autista, o discurso do paraíso, ignorando que há quase meio milhão de desempregados*, aumento do trabalho precário, que se continuam a liquidar empresas, que há salários em atraso, trabalho infantil? [...] (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3098)
- (18) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, há uma diferença de base entre o meu pensamento e o seu. E nem vale a pena estarmos agora a discutir com base nas diferenças ideológicas que cada um de nós partilha. Contudo, quero dizer-lhe que não fiz o discurso do paraíso. De facto, referi as grandes dificuldades que tivemos de enfrentar em resultado da crise económica internacional [...].
- (b) No entanto, quero corrigir alguns pontos que o senhor referiu. Primeiro, o número de desempregados é de 388000. [...] E como o senhor é economista, se quiser, dou-lhe uma fotocópia do INE, no fim da sessão. São exatamente 388000. (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3099)

Já na resposta a Manuel Queiró (CDS-PP), que se mostrou preocupado com o «continuado e preocupante crescimento do défice da balança comercial, que teria atingindo, no ano económico de 1993, a cifra de 1800 milhões de contos, qualquer coisa como 15% do nosso PIB», o Primeiro-Ministro aproveita para reforçar o seu *ethos* de competência, apresentando um estilo assertivo (na enunciação de polaridade negativa). Mostra-se cortês e, sumariamente, refuta a acusação de forma paternalista, o que constitui uma ameaça à face do adversário, pela acusação de desconhecer os números corretos (19).

- (19) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — [...] Sr. Deputado Manuel Queiró, agradeço-lhe a pergunta, mas queria descansá-lo. *A sua informação não está correta*, e mesmo que estivesse não devia estar preocupado porque a nossa balança de pagamentos está equilibrada. (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2847)

Ora, na réplica à provocação de Narana Coissoró (CDS-PP), que mencionou na sua intervenção o «estado de espírito de azedume» do Primeiro-Ministro, que os «[d]esencantou [...] a todos com 60 minutos de prosa chata»⁶¹⁸ (20), e se referiu de forma sarcástica à forma como o Primeiro-Ministro encara qualquer tipo de oposição, considerando-as «forças de bloqueio» (vd. secção 3.2), o Primeiro-Ministro devolve o ataque, fazendo uso de uma cortesia agressiva (21).

- (20) O Sr. **Narana Coissoró** (CDS-PP): — [...] E este estado de espírito do Primeiro-Ministro em funções sobre o estado da Nação é *um estado de espírito de azedume*, é um estado de espírito de quem se vai embora com ligeireza, deixando aos outros, os que hão-de ficar que façam melhor do que eu. [...] Fui estudante de Coimbra e lá costumamos dizer que "Coimbra tem mais encanto na hora da despedida", por isso gostaria que, na hora da despedida, V. Ex.^a *tivesse tido um pouco de encanto naquele discurso que fez. Desencantou-nos a todos com 60 minutos de uma prosa chata, que o País ouviu*. (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, pp. 3100-3101)

Como forma de gestão do *ethos*, Cavaco Silva denuncia as motivações do adversário e adota uma postura de condescendência, que o coloca numa posição de dominância. O contra-ataque inicia-se pela acusação de oportunismo político, fazendo-se uso da concessão, que reforça a crítica pelo contraste (21a). Mostrando falsa cortesia, o orador mostra-se condescendente («Até lhe vou responder com todo o respeito, fazendo um esforço para o ajudar a perceber melhor as questões.»), o que configura um FTA, agravado pela avaliação da prestação do adversário (21a). A ofensa intensifica-se em (21b) tanto pela referência ao estado emocional do adversário como pelo discurso complacente, que cumpre a função retórica de divertir a audiência. A estocada final dá-se com a demonstração de ignorância do adversário, pela falta de rigor nos termos usados, agravada pela

⁶¹⁸ «Dans une situation de confrontation face à face, le discours peut être détruit par des manœuvres portant non plus sur le dit mais sur le dire, sur la façon dont il est exprimé» (Plantin, 2016: 209).

referência à formação académica de Narana Coissoró (21d). Reparando a imagem negativa que lhe foi atribuída, o Primeiro-Ministro mostra um *ethos* orgulhoso e constrói um *ethos* de competência, convocando para tal autoridade dos líderes dos países lusófonos (21c).

- (21) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): — [...] Sr. Deputado Narana Coissoró, tivemos agora aqui um bom exemplo do que pode fazer a proximidade de um acto eleitoral. [...] Tivemos aqui o exemplo do que pode ser a descaracterização da pessoa que nós conhecemos do debate normal, aqui, na Assembleia da República, só na tentativa de conseguir agarrar mais um voto. [...] Principalmente quando se entusiasma, *porque até começou bem! Começou bem, mas depois é que as coisas se complicaram!* Mas eu não vou por aí! *Até lhe vou responder com todo o respeito, fazendo um esforço para o ajudar a perceber melhor as questões.* [...] Primeiro, o Sr. Deputado, apesar do esforço que fiz no meu discurso, *não entendeu a importância estratégica para a cultura e para a língua portuguesa que representa a RTP Internacional...* ... que hoje é uma das 12 televisões do mundo com cobertura total e a única em...

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS-PP): - Aplaudimo-la!

- (b) O **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): - Ó, Sr. Deputado, porque é que se incomoda com as verdades?! *Porque é que perde o controlo?! Sr. Deputado, não perca o controlo, porque eu não o vou agredir, vou tratá-lo com simpatia! Porque, esquecendo o seu comportamento de hoje até é uma pessoa simpática...*

Risos

... e, por isso, *acho que merece que eu tenha para consigo uma benevolência especial.*

- (c) [...] Mas agora falou de lusofonia! Ó Sr. Deputado, recorda-se da tensão que existia, no campo político, entre Portugal e os países de língua oficial portuguesa por volta de 1985/1986? *Tenho um grande orgulho* – e isso é dito e reafirmado pelos líderes dos países africanos que falam português – *de ter contribuído para a normalização total das relações com esses países, no respeito mútuo e numa cooperação verdadeiramente fraterna.* [...]

- (d) E o Sr. Deputado, por uma pequena frase, manifestou que nem sabe o que foi o acordo de Lusaca. É que não se chama acordo, chama-se protocolo! E chama-se protocolo porque, nos seus termos, repõe-se em vigor o Acordo de Bicesse! [...] O Sr. Deputado, pela sua formação, talvez devesse estar um pouco mais informado nesta matéria. [...] (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, pp. 3101-3102)

VII Legislatura (1995-1999) – Primeiro-Ministro: António Guterres

O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres) — Sr. Presidente, Sr. Deputado [...] quero dizer-lhe que nada do que o PSD possa fazer me irrita, embora haja coisas que o PSD faz que me magoam [...]. (DAR, I Série – 87, 1998/07/01, p. 3037)

O XIV Governo de maioria relativa do Partido Socialista foi liderado por António Guterres, tendo sido alvo de ataque por parte de todos os quadrantes políticos.

Ora, no debate de 1996, o primeiro pedido de esclarecimento fica a cargo do líder parlamentar do PSD, que opta estrategicamente pela palavra-chave «desilusão» para caracterizar tanto a governação socialista quanto o discurso do Primeiro-Ministro (22a). A tentativa de destruição da imagem de António Guterres mobiliza um ataque *ad hominem* (22b), colocando-se em contradição as suas palavras enquanto líder da oposição (em 1994) com o dito no seu discurso inaugural: contrariamente ao que advogava, o líder do executivo atribui um estado de coisas negativo ao Governo precedente («É a velha técnica da herança»), à semelhança dos anteriores líderes do Governo.

(22) (a) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: É nossa convicção que o seu discurso de agora é sensivelmente semelhante ao sentimento que ao fim de oito meses os portugueses começam a ter da sua governação, ou seja, *desilusão*.

(b) E a primeira razão para esta desilusão é esta: quem tem de passar boa parte do tempo a encontrar desculpas e justificações, a criticar e a atacar o passado, vê-se que não está seguro e não tem a consciência tranquila. [...] É a velha técnica da herança que nos últimos tempos o senhor, o seu governo e o seu partido muito invocam. Vou ler uma pequenina passagem de 1994 que diz o seguinte: «As famílias podem receber heranças a benefício de inventário, os partidos vencedores de eleições não. Não podem nem devem. Nós não o faremos e não fugiremos às nossas responsabilidades». *Quem disse isto a dizer que não invocava as heranças foi V. Ex.^a e que nunca o faria como desculpa ou como alibi! Ora bem, sendo assim, convidava o Sr. Primeiro-Ministro, António Guterres, a ser coerente com aquilo que dizia o líder da oposição, António Guterres. [...]*

(c) Aceita ou não várias propostas feitas publicamente pelo líder do PSD? Aceita, designadamente, aprovar, em conjunto com os partidos da oposição, os sindicatos e empresários, um programa de emergência para combater o desemprego? [...] Em matéria de impostos há sinais contraditórios da parte do Governo e a pergunta direta e muito simples é a seguinte: vai ou não haver aumentos de impostos no próximo ano? [...] (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, pp. 9-10)

Como forma de reparação da sua imagem, o Primeiro-Ministro inicia o seu discurso pela reorientação argumentativa da noção de «desilusão», apresentada num enunciado marcado pela subjetividade do orador de modalidade epistémica, atribuindo-se uma outra causa à desilusão do adversário (23). A resposta ao ataque *ad hominem* toma a forma de um ataque *ad personam*, pela

«lição» de direito do engenheiro António Guterres ao «jurista aprendiz» Marques Mendes (advogado), sinalizando-se a ofensa pela mobilização da figura da licença («se *permite o jurista Marques Mendes*»). A acusação de má fé («O Sr. Deputado troca as coisas como lhe convém») é justificada pela confusão (intencional) do adversário sobre a prioridade do Governo («Esqueceu-se, baralhou, não tem importância!»), que cria, por outro lado, uma imagem de incompetência (23b). O Primeiro-Ministro valoriza ainda a atitude «responsável» do executivo em contraste com a atitude «demagógica» o anterior governo, face ao anúncio da «ligeira melhoria do desemprego», mobilizando o argumento *ad hominem*⁶¹⁹, e constrói um *ethos* voluntarioso («mas não é suficiente e temos de intensificar os nossos esforços») para além do *ethos* de competência.

(23) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres) – Sr. Deputado Marques Mendes; *acredito sinceramente que esteja profundamente desiludido com este debate e, sobretudo com a minha intervenção, porque, ao contrário das expectativas que lançou para a imprensa durante uma semana, este Governo está a governar e quem não governava era o Governo a que o Sr. Dr. Marques Mendes pertencia. [...] E falei, sobretudo, do futuro, pouco falei do passado. Mas, se permite o jurista Marques Mendes, uma pequena lição de direito do engenheiro António Guterres, receber herança a benefício de inventário não quer dizer que não se revele o inventário. [...] A diferença, Sr. Jurista aprendiz, é que os particulares podem, lido o inventário, recusar a herança, enquanto os governos não podem recusar uma herança a benefício de inventário. [...]*

(b) O Sr. *Deputado troca as coisas como lhe convém*. O desemprego é para nós uma grande prioridade mas nós sempre dissemos que a prioridade fundamental deste Governo era a educação. *Esqueceu-se, baralhou, não tem importância!* O desemprego é para nós uma prioridade e não temos sobre isso dúvida. E, olhe, *aquilo que o seu governo fez há um ano quando aconteceu exatamente o mesmo que agora, isto é, quando houve uma ligeira melhoria do desemprego, foi embandeirar em arco e dizer que aí estava a reforma consolidada*. No entanto, *aquilo que nós fazemos, em vez do que fez o seu governo há um ano com pura demagogia, é dizer que há uma ligeira melhoria mas não é suficiente*. É normal que o desemprego melhore no segundo trimestre, *mas não é suficiente e temos de intensificar os nossos esforços* e temos de o fazer em todos os domínios de que falei. (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, pp. 10-11)

Por sua vez, invocando o direito regimental de defesa da honra da bancada, pela falta de resposta às suas questões, designadamente à pergunta incómoda sobre o aumento de impostos (vd. [22c]), Marques Mendes aproveita para devolver o ataque *ad personam*, utilizando a estratégia da falsa cortesia para acusar o adversário de fazer discursos manipuladores que não correspondem à realidade (24). Rejeitando explicitamente a questão, o Primeiro-Ministro utiliza a estratégia da retorsão e formula uma questão capciosa que visa, também ela, mostrar a incoerência do maior partido da oposição (25), fazendo prova de espírito de argúcia e construindo um *ethos* de inteligência.

⁶¹⁹ «La proposition contradictoire qui est produite peut avoir pour source non seulement le discours de l'opposant, ce qu'il a plus ou moins réellement dit avant, mais aussi celui de tous les gens qu'il ne peut pas désavouer, la famille de co-énonciateurs ou la communauté discursive partie prenante de ce discours: gens de son parti [...]» (Plantin, 2016: 39).

- (24) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — [...] este é o seu verdadeiro problema, confunde discursar com governar. *Aliás, cumprimento-o por isso, porque é habilidoso, o mais possível, a manejar a palavra. [...] Cumprimento-o não pela habilidade jurídica, porque não revelou muita, mas pela habilidade a manejar a palavra. [...]* (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 12)
- (25) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres) — [...] a política deste Governo é a de não aumentar os impostos [...] os senhores já disseram que estavam dispostos a votar o Orçamento em qualquer caso, já disseram que não sabiam o que iam fazer e já disseram que votariam o Orçamento se este não contivesse aumento de impostos [...]. Ora, os portugueses têm de saber com o que contam, não apenas da parte do Governo, mas também da oposição e, por isso, pergunto-lhe com clareza: *pode ou não o Governo contar com o voto da bancada parlamentar do PSD, no caso de o próximo Orçamento de Estado não conter aumento de impostos?* (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 14)

Relativamente à intervenção desestabilizadora do líder do CDS-PP (26) – que, num apelo ao absurdo, menciona os três temas discutidos pelo Governo ao longo de «8 meses», repetidos na sua estrutura inversa, de modo a criar um efeito de presença – o Primeiro-Ministro limita-se a desvalorizar a acusação (27), justificando o debate desses temas acessórios por proposta das oposições. Ressalte-se a estratégia (manobra de diversão) de Paulo Portas de reduzir a dois fatores ridículos a explicação para esses temas não terem sido objeto de discussão no debate, confirmando o seu *ethos* prévio de demagógico.

- (26) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, sou dos que pensam que nos últimos 8 meses, V. Ex.^a *dedicou mais tempo ao acessório do que coragem ao essencial e a verdade é que o seu discurso o confirma*. Por vontade do Governo, o País passou 8 meses a discutir a amnistia da FP-25, a regionalização e o «totonegocio». Curiosamente, V. Ex.^a veio aqui fazer um discurso sobre o estado da Nação em que não dedicou uma linha à a amnistia da FP-25, à regionalização ou ao «totonegocio». Ora, isso significa que, de duas, uma: ou V. Ex.^a *se arrependeu do que fez, ou veio aqui falar de um Governo que nunca existiu*. Se não se importa o Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de regressar ao essencial, que é a convergência, a política europeia e o desequilíbrio social que ela provoca. (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 25)
- (27) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres) — [...] *Nunca discutimos por nossa vontade os três temas citados pelo Sr. Deputado Paulo Portas mas, sim, por vontade das oposições*. O que queríamos discutir é o que discutimos hoje. [...] (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 26)

Face às acusações de demagogia e de fracasso das políticas de desemprego por parte do Secretário-Geral do PCP (28), o Primeiro-Ministro recorre ao argumento pela ilustração, enumerando as várias medidas de âmbito social do seu Governo (referido pela sinédoque, que transmite uma ideia de coesão), em consonância com os valores ideológicos da esquerda. Note-se como a anáfora retórica («Estava à espera que o Sr. Deputado Carlos Carvalhas aqui viesse felicitar o Governo») patente ao longo do discurso contribui para a construção de um *ethos* de competência, associada às expressões valorativas da ação governativa («ter tido a coragem»; «ter tido a capacidade»). Na sua contra-argumentação, António Guterres fundamenta-se ainda nas palavras do adversário, ao referir, que apesar do cumprimento das normas «do monetarismo mais fundamentalista» (29a), os salários

subiram. Deste modo, o orador conclui que o discurso do PCP é sempre o mesmo («É um dogma de fé»), acusação semelhante à do PSD, em debates dos anos anteriores.

- (28) (a) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): [...]E, quanto ao desemprego e à baixa sazonal, *não sei o que é que será mais demagógico*: se uns, que diziam que quando havia esta diminuição sazonal já havia recuperação, ou outros, que, com um pouco mais de modéstia, dizem agora que já há uma melhoria, embora ainda não seja suficiente. No fim do ano, infelizmente, a prosseguir esta política, Sr. Primeiro-Ministro, vamos ter mais desemprego e mais trabalho precário. [...] (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 17)
- (29) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — [...] Esperava que o Sr. Deputado Carlos Carvalhas viesse aqui felicitar o *Governo em matéria de emprego e de precaridade por ter tido a coragem de enfrentar o problema dos recibos verdes na função pública e de acabar com eles*. Verifico, da sua parte, completo silêncio *em relação ao facto de o Governo ter tido a capacidade de, num ano em que houve uma forte redução do défice orçamental* e em que, segundo o Sr. Deputado, estamos a cumprir normas do monetarismo mais fundamentalista, *os salários reais dos trabalhadores portugueses terem subido e, em particular, os da função pública, com o apoio de todos os sindicatos*. Estava à espera que o Sr. Deputado Carlos Carvalhas aqui viesse felicitar o Governo por este aspeto.
- (b) Estava à espera que o Sr. Deputado Carlos Carvalhas aqui viesse felicitar o Governo por, numa situação económica difícil, ter introduzido o rendimento mínimo familiar como forma de combater a pobreza e a exclusão, mas, também em relação a isso, o Sr. Deputado Carlos Carvalhas nada disse.
- (c) Estava à espera de ver o Sr. Deputado Carlos Carvalhas vir referir as medidas recentemente tomadas para melhorar o subsídio social de desemprego, para corrigir distorções ao nível dos mercados de trabalho, em defesa dos direitos dos trabalhadores também nada disse. O que o Sr. Deputado Carlos Carvalhas diz é sempre o mesmo. *É um dogma de fé!* E, nestas matérias da economia e da sociedade, os dogmas de fé, normalmente, não conduzem a nada. (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 18)

Já no que respeita aos diferendos ideológicos a respeito da União Económica e Monetária Europeia, o Primeiro-Ministro rejeita a visão do Partido Comunista e apresenta uma outra forma de perspetivar o assunto em questão (31), mostrando como a argumentação do adversário é incompatível com os seus próprios princípios.

- (30) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] E o que é que ganha o País em continuar com a marcha forçada para a moeda única? Os tais 200 milhões de contos? [...] A pergunta que lhe faço e ao Sr. Ministro das Finanças é a seguinte: se Portugal entrasse para a moeda única no tal pelotão da frente, o que é sucederia às nossas exportações quando a nossa moeda, seguindo o marco, se valorizasse em relação ao dólar, em relação ao iene, em relação às moedas da América Latina, da África e dos outros países asiáticos? O que é que aconteceria? O que é que faria então, Sr. Primeiro-Ministro? Pode responder-nos? (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 17)
- (31) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres):— É um efeito automático! Porventura, atingirá mesmo os 300 milhões de contos ao fim de um ano ou dois de integração na moeda única. E, em matéria de desvalorização competitiva, que é a política que o Sr. Deputado aqui defende obstinadamente, pergunto-lhe: V. Ex.^a tem consciência de que as desvalorizações competitivas têm, como única consequência prática, em matéria económica, no interior de uma economia, a redução dos salários reais? Defende o PCP a redução dos salários reais como forma de aumentar a competitividade da economia portuguesa?
- O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Não!
- O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — É o PCP a favor da diminuição do rendimento dos trabalhadores?
- O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Não!
- O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — Então, *se não é, mude de disco porque este, francamente, está riscado!* (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 18)

Estratégia diferente é empreendida pelo Primeiro-Ministro relativamente ao discurso de Octávio Teixeira (PCP), ao rejeitar as acusações de que é alvo pela denúncia do argumento do espantinho (32). Face à acusação de subserviência do Governo aos Estados Unidos, António Guterres recorre ao argumento de culpabilidade por associação, demarcando-se da ideologia do PCP.

- (32) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres) — O Sr. Deputado Octávio Teixeira *faz-me citações que eu não digo. É uma técnica excelente! Põe-me na boca o que eu não digo para dizer o que eu disse está errado. [...] V. Ex.^a falou sobre a subserviência em relação aos Estados Unidos da América. Felizmente que já não há a União Soviética para que nenhum partido possa ser subserviente em relação àquele país!* [...] (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, pp. 22-23)

No último debate da legislatura, o Primeiro-Ministro é alvo de contundentes ataques por parte do recente líder da oposição⁶²⁰. Através de uma estratégia de apelo ao *pathos* (procurando construir um *ethos* de solidariedade), Durão Barroso pretende criar uma imagem de insensibilidade do executivo em funções (33a), referindo inclusive o aproveitamento político da situação de refugiados (33c). O orador apresenta um *ethos* de autoridade pela alusão à sua experiência governativa (33b), construindo simultaneamente um *ethos* de competência. Relembre-se que, em situação argumentativa, os oradores valorizam sistematicamente a sua pessoa, bem como os seus atos a fim de se legitimarem (Plantin, 2008: 246).

- (33) (a) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — Ainda ontem fui contactado por duas famílias que, provavelmente, se encontram aqui hoje, na Assembleia. Trata-se das famílias dos cidadãos portugueses António José Dias Bettencourt, de 50 anos, técnico de eletrotécnica, e José Raul Neves Pereira, de 56 anos, técnico industrial, que estão desde 10 de Março em cativeiro algures nas matas de Cabinda. As famílias mandaram-me dois faxes a dizer que, até ao momento, apesar das suas insistências, o Governo não demonstrou o mínimo interesse sobre este assunto, refletido na passividade e indiferença que manifesta perante este problema. [...]
- (b) Sabe, Sr. Primeiro-Ministro, como é que, em muitos casos iguais a estes, de raptos, que aconteceram anteriormente, *quando eu próprio estava no governo*, eram resolvidos estes assuntos? Em grande parte, graças a algo que V. Ex.^a e o seu Governo destruíram: o serviço de informações militares! Isso deve pesar-lhe na consciência! [...]
- (c) Quando se trata de ir tirar fotografias *para aparecer na primeira página ao lado dos refugiados bósnios ou kosovares*, o Governo vai a correr — *e bem!* —, porque é a tensão da comunicação social... *Vai a correr para receber os nossos amigos...* (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 13)

O Primeiro-Ministro, por seu turno, mostra-se chocado com a estratégia da instrumentalização do «*drama de dois cidadãos portugueses*» por parte do líder do PSD, demarcando-se dessa forma de combate político e denega as acusações de aproveitamento político que lhe foram imputadas, contruindo um *ethos* de humanidade, solidariedade e de virtude. Por outro lado, pela coragem

⁶²⁰ Durão Barroso foi eleito líder do PSD em maio de 1999.

afirmada, o orador constrói um *ethos* de carácter pela figura da «força tranquila» (Charaudeau, 2014a: 110).

(34) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Durão Barroso, referiu aqui várias questões. *Uma delas, no entanto, revela uma forma de fazer política...*

O Sr. **José Magalhães** (PS): — *Detestável!*

O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres):: — ... *que eu jamais seria capaz de utilizar! Jamais! [...]*

Devo dizer-lhe que, em todas as circunstâncias em que estive ao meu alcance, e em que tive a possibilidade de atuar na defesa dos portugueses, *não hesitei em tomar todos os riscos, incluindo os mais sérios riscos pessoais para os defender.* (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 13)

VIII Legislatura (1999-2002) | Primeiro-Ministro: António Guterres

Na VIII Legislatura, o Governo liderado por António Guterres⁶²¹ apresenta o mesmo número deputados da legislatura anterior, tendo apenas faltado um deputado para conseguir a maioria absoluta. De referir que o debate de 2000 ficou marcado por violentas críticas de Paulo Portas, que deu conta da apresentação, pelo seu partido (CDS), de uma moção de censura ao Governo.

No debate de 2000, o primeiro pedido de esclarecimento ficou a cargo de Durão Barroso (que perdera as eleições legislativas em 1999 para António Guterres). O líder da oposição referiu-se à «realidade virtual» apresentada pelo Primeiro-Ministro, como forma de não reconhecer o real estado em que deixa o País, bem como ao incumprimento das promessas (facto salientado pela epizeuxe) (35), como é apanágio das primeiras intervenções da oposição de todos os quadrantes políticos. De salientar os procedimentos retóricos do orador que contribuem subjetivamente para adesão ao seu discurso (e valorizam o seu *ethos* político): a diáfora, que confronta os dois significados da palavra «estado» («o estado da Nação [...] o estado em que o seu Governo deixa a Nação») e a antítese, que mobiliza a derivação (respeitante à variação de palavras que contêm radicais comuns aos vocábulos «real» e «fugir»), para além da tripla repetição já referida. Replicando no plano do *ethos*, o Primeiro-Ministro utiliza um enunciado de modalidade avaliativa que visa desclassificar o adversário (36), e mobiliza o argumento do terceiro excluído para criar a representação de uma oposição irresponsável, porque obstrucionista, configurando o procedimento um dos *topoi* de refutação do Governo.

⁶²¹ O Governo termina com o pedido de demissão do Primeiro-Ministro.

- (35) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — Julgávamos que estávamos aqui hoje para discutir o estado da Nação, mas o Sr. Primeiro-Ministro quis desviar as atenções do estado em que o seu Governo deixa a Nação. Já sabíamos que o Sr. Primeiro-Ministro gostava de fugir do País real, refugiando-se na realidade virtual. Hoje, ficámos a saber que o Sr. Primeiro-Ministro, incapaz de enfrentar o presente, foge para o futuro, foge para promessas, mais promessas, mais promessas em que verdadeiramente já ninguém acredita! (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3330)
- (36) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — Sr. Presidente, Sr. Deputado durão Barroso, *o que é trágico* na sua intervenção é que ela revela que hoje o Sr. Deputado Durão Barroso nada tem para dizer ao país! [...] E nada tem a dizer ao País porque o PSD só tem dois discursos: *quando está no Governo, o do oásis; quando está na oposição, o do caos!* (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3331)

Já no debate de 2001, a operação de descredibilização do Primeiro-Ministro faz-se com recurso ao absurdo pela utilização da hipérbole. A teoria da conspiração evidenciada com recurso ao argumento do homem de palha ridiculariza as justificações invocadas pelo Primeiro-Ministro para a dificuldade em governar (37a), sendo igualmente mobilizado o argumento *ad hominem* na apresentação do ponto de vista do orador relativamente ao insucesso da governação. A reprodução da tautologia proferida por António Guterres («o mundo é como é») aliada à figura da lição⁶²² («mas a nossa responsabilidade é mudá-lo para melhor») de Durão Barroso intensificam a ofensa, sendo o Primeiro-Ministro representado como um político incapaz. O orador, por outro lado, constrói um *ethos* de liderança, deixando a ideia que terá as qualidades que subtrai ao adversário.

- (37) (a) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] O Sr. *Primeiro-Ministro acredita que há um complot, uma conspiração do mundo, da realidade e da economia contra si?! O Sr. Primeiro-Ministro não é capaz de reconhecer que o problema e a responsabilidade está na sua falta de coerência, na sua inconsistência e na falta de rumo que tem para propor ao País?!*
- (b) [...] E, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que conclua, dizendo-lhe o seguinte: numa certa fase do seu discurso, resolveu resumir a sua filosofia, dizendo, textualmente, que «O mundo é como é (...)». Sr. Primeiro-Ministro, é verdade que o mundo é como é, *mas a nossa responsabilidade de políticos é mudá-lo para melhor e, quando já não temos energia ou força para isso, o melhor é dar lugar a outros.* (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, pp. 12-13)

O visado, por seu turno, reage à ofensa mobilizando o argumento da retorsão («esta foi, de facto, uma oportunidade perdida, mas mais uma oportunidade perdida para si.»), e denega a acusação pela epífora («um discurso que eu não fiz... ») (38a). Note-se ainda a desclassificação do adversário e do seu partido na refutação do argumento da conspiração (39c). Para além da acusação de demagogia, o Primeiro-Ministro recorre ao ataque *ad hominem*, denunciando as manobras de posicionamento do PSD (38b). Valoriza, por outro lado, o seu partido, contrastando-o com a falta de rumo do adversário.

⁶²² Trata-se de uma figura pela qual se dá uma lição no meio do discurso, incluindo a si próprio, utilizando-se o pronome pessoal «nós», de forma a fazer uma crítica aos outros. Constrói-se, desta forma, um *ethos* de pseudo-humildade.

- (38) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Durão Barroso, esta foi, de facto, *uma oportunidade perdida, mas mais uma oportunidade perdida para si.* [...] E por uma razão simples: o Sr. Deputado preparou-se, com uma cartilha, para um discurso que eu não fiz... [...] e referiu um discurso que eu não fiz! [...] E, como referiu um discurso que eu não fiz, as suas palavras ficam como que suspensas no ar, sem qualquer sentido. Sr. Deputado, não estou aqui para me confrontar com a realidade, estou aqui para me confrontar com a demagogia, a começar pela sua. [...]
- (b) É que o PSD [...] em relação a todas as matérias, diz sempre uma coisa e o seu contrário. [...] O que não deixa de ser curioso é que os Srs. Deputados do PSD, o Sr. Deputado Durão Barroso em particular, e as vozes do PSD... [...] ... dizem sempre o contrário daquilo que o Governo faz, consoante vos convém. Andaram meses a reclamar a diminuição da despesa pública... [...] e, no momento em que isso ganha credibilidade pelo País, o vosso principal arauto, o vosso líder-sombra vem dizer rigorosamente o contrário. [...] Andaram meses a reclamar contenção salarial na função pública, agora bramam o contrário. [...] Os senhores dizem sempre o contrário daquilo que se faz, porque não têm uma estratégia, têm, se quiserem, uma lógica de s. [...] Nós temos uma linha, mas, como os senhores não têm linha... [...]. Como os senhores não têm linha, é evidente que vão dizendo, em cada momento, aquilo que pensam que agrada à opinião pública.
- (c) [...] E nem sequer me referi a uma conspiração. Os Srs. Deputados não são capazes de conspirar, porque nunca se entendem em relação a coisa nenhuma! (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, pp. 14-15)

Já relativamente às críticas do Secretário-geral do PCP (39), António Guterres procura legitimar o seu papel pela autoridade que lhe foi concedida pelo sufrágio universal, fazendo uso do argumento *ad populum* (40a). Seguidamente, recorre à estratégia de contra-questionar o adversário, mobilizando uma cascata de perguntas informativas que culminam na questão múltipla, com o intuito persuasivo de sugerir que a posição do PCP de oposição ao Governo se deve a taticismo político, e não a questões ideológicas.

- (39) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): Sr. Primeiro-Ministro, *esta situação de estarmos na cauda da Europa* em relação aos salários, em relação às reformas, em relação aos cuidados da saúde, em relação ao ensino leva-nos a pensar que é necessário mudar de política. (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3335)
- (40) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — Sr. Presidente, gostaria de tentar perceber se a última intervenção do Sr. Deputado Carlos Carvalho prenuncia a vontade do Partido Comunista Português de derrubar o Governo rapidamente. Gostaria de saber se é esse o seu objetivo. Se é, penso que comete um grave erro político, porque os portugueses querem estabilidade. [...] Mesmos aqueles portugueses que podem, hoje, discordar de um governo, querem estabilidade.
- O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Querem estabilidade quando o governo é bom!
- (b) [...] Sr. Deputado Carlos Carvalho, a questão central deste debate, que é também um momento de verdade para o PCP, é a seguinte: estamos a entrar numa fase decisiva da reforma fiscal, fase essa que impõe opções que não são fáceis e é preciso ter coragem na adoção de novos métodos capazes de combater a fraude e também no desagravamento fiscal, sobretudo, das famílias que vivem de rendimentos por conta de outrem. O PCP concorda ou não com esta estratégia? [...] Está ou não o PCP disposto a apoiá-la, nomeadamente nos momentos em que ela se concretiza, e ela terá um momento essencial de concretização nos Orçamentos do Estado? Quer ou não o PCP que a ação política se traduza em benefícios para as pessoas que necessitam e no combate aos que fogem aos impostos ou quer apenas provocar crises governativas no nosso país? Esta é a questão com a qual o PCP está confrontado e, que, a partir de hoje, é incontornável no debate político em Portugal. [...] As medidas que propomos vão ou não ter o apoio do PCP? Ou prefere o PCP que elas não sejam tomadas, só para poder ter uma crise política que, eventualmente, sirva aos seus interesses partidários? (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3335)

Fazendo prova de uma cooperação estratégica no ataque ao Governo, o líder do CDS-PP retoma um tema do discurso prévio de deputado Carlos Carvalhas⁶²³, obedecendo à função de *delectare* (41a), antes de proceder ao violento ataque ao executivo, designadamente ao Ministro da Administração Interna, Fernando Gomes (41b). De notar a função persuasiva na peroração do discurso pela sedução do ritmo do paralelismo, bem como das figuras de som (aliteração e homeoptoto) (41c).

- (41) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, de tudo o que o Sr. Eng.º António Guterres fez nos últimos meses *eu só ficava com o cachecol!*

Risos do CDS-PP.

(b) [...] Há depois um outro tema que o Sr. Primeiro-Ministro quase não abordou, que se prende com o estado da segurança. Não abordou e sabe porquê? A prova do vosso policiamento de proximidade é a ausência, neste debate, do Sr. Ministro da Administração interna. [...] Devo dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que tem muitas razões para demitir o Dr. Fernando Gomes. Primeira: falhou na perceção da realidade [...] Em segundo lugar, falhou na estratégia. [...]

(c) Terceira razão: falharam na previsão da política de segurança e douos dois exemplos. Foram necessários 160 assaltos a gasolinhas e uma morte para que percebessem que havia um problema com as gasolinhas e o Sr. Ministro viesse anunciar a vigilância por vídeo. Foi necessário um assalto na linha de Cascais, frequentada por 150 000 utentes, para que o País ficasse a saber que, para os proteger, havia 60 agentes da PSP! [...] *Vocês não previnem, só reagem! Vocês não preveem, só remedeiam!* [...] (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3336)

Como forma de minimizar os danos à sua imagem, o Primeiro-Ministro deplora a estratégia de Paulo Portas pela falta de seriedade e denuncia o seu discurso de conveniência (42a). Revela, por um lado, um *ethos* consciente («sei que há problemas») e de virtude, pela assunção das suas responsabilidades (reiterando o dito pela diácope) (42b). O orador constrói igualmente um *ethos* de liderança e de competência («temos uma estratégia para os combater»), recorrendo ao argumento pela ilustração (42c), de forma a contestar as críticas do adversário.

- (42) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): —[...] Sr. Deputado Paulo Portas, é fácil fazer política assim! Muito fácil! [...] Não se toca o conjunto de problemas que é discutido, ... [...]...ignoram-se as questões essenciais de uma intervenção e fazem-se dois ataques destinados a duas boas frases televisivas.

(b) [...] Mas vamos ser claros, Sr. Deputado, a responsabilidade da política de segurança do Governo não é do Ministro da Administração Interna,... [...] Quero dizer isto com toda a clareza, *porque não fujo às responsabilidades! Repito: não fujo às responsabilidades! Sei que há problemas de insegurança na sociedade portuguesa e, por isso, temos uma estratégia para os combater.*

(c) E, ao contrário do que disse, essa estratégia não vai apenas no sentido de reagir mas de prevenir... [...] ... e de reagir, porque as duas coisas têm de ser feitas. *Só que prevenimos como no Programa escola Segura*, e não vai negar a importância que esse programa tem hoje na sociedade portuguesa.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — *Funciona muito bem! Pergunte aos professores!...* (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3337)

⁶²³ «[...] Reconhecemos [...] quando se desmultiplica em múltiplas declarações e entrevistas, ou quando, inclusivamente, se encosta aos êxitos da Seleção... [...] *E não me estou a referir àquela do cachecol em Santa Maria da Feira [...]*» (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3335)

A argumentação joga-se no campo do *ethos* também no debate do ano seguinte. O líder do CDS-PP procede a uma manobra de descrédito do Primeiro-Ministro (43), mobilizando o ataque *ad personam* pelo mecanismo da citação. O aproveitamento do enunciado de registo de língua inapropriado ao formalismo do discurso parlamentar («às fuças») constrói uma representação do primeiro-Ministro como homem violento que não controla os seus impulsos, contrária ao seu *ethos* prévio. A provocação cumpre a função de *delectare* (note-se o riso da sua bancada) e procura minar a autoridade do Primeiro-Ministro. A censura em forma de pergunta (de provocação) procura desencadear uma reação emocional no adversário e fazê-lo perder a calma.

- (43) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): —[...] quero dizer-lhe que julguei que o seu discurso era, finalmente, a concretização do que terá dito numa reunião do seu partido. Li, e não vi desmentido, se calhar porque demasiada gente ouviu, que V. Ex.a terá afirmado «eu vou às fuças da direita!». Ora, Sr. Primeiro-Ministro, a direita, nesta Casa, sou eu ! [...] Ó Sr. Primeiro-Ministro, esse não é o tom que lhe conhecíamos! Mas vou citar-lhe três ou quatro opiniões que lhe gerarão exatamente o mesmo impulso. Já conhecíamos a «doutrina Coelho» — quem se mete connosco leva! —, *mas agora temos a pragmática Guterres: vamos às fuças da direita!*

Risos do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, considera que essa perda de rigor, de educação e de comportamento cívico é algo que beneficie a nossa democracia? Sr. Primeiro-Ministro, é só isto que quero perguntar-lhe. (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, pp. 18-20)

Por seu turno, o Primeiro-Ministro não acusa um aumento de tensão emocional, antes deplora a falta de seriedade do líder do CDS-PP, pela denúncia da manobra de diversão efetuada (44a)-(44d). Contudo, entra em diálogo direto com o adversário, que, fazendo mostras de um *ethos* insolente, interrompe obstinadamente o discurso de António Guterres, pelas asserções categóricas, após uma primeira pergunta de controlo (44b). O Primeiro-Ministro retorque com um ataque *ad personam*, construindo, simultaneamente, um *ethos* de humanidade pela admissão implícita («o Sr. Deputado Paulo Portas não tem o monopólio do disparate!») (44c). O orador rejeita ainda a acusação de que é alvo e devolve o ataque, denunciando as intenções do adversário (44e). Constrói também um *ethos* de seriedade («sejamos também rigorosos») e de liderança, pela figura da cooperação com o partido do adversário (44f). Por fim, refuta o argumento *tu quoque* proferido em aparte (44g), ao mobilizar um ato diretivo com referência ao domínio da religião católica (44h) apelando, assim, ironicamente aos valores do partido do adversário.

- (44) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, verifico que está pouco preocupado com o estado da Nação. [...] *Mas quero tranquilizá-lo de um modo formal e absoluto: nunca me passou sequer pela cabeça, alguma vez, atentar contra a sua compleição.*
 (b) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Mas disse, ou não, aquilo?
 O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — Sendo o Sr. Deputado Paulo Portas o representante da direita, o que estou a dizer-lhe é suficiente para que as minhas intenções sejam compreendidas.
 O Sr. **Sílvio Rui Cervan** (CDS-PP): — Mas disse!

(c) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — Já agora, gostaria de dizer-lhe o seguinte, e faço esta observação em abstrato: o Sr. Deputado Paulo Portas não tem o monopólio do disparate! Pode haver dispartes em toda a parte, não é isso o que está em causa!

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Incluindo o seu!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — Até eu posso dizer dispartes! Mas não é isso o que está em causa! O que está em causa é que o Sr. Deputado Paulo Portas, face a uma intervenção que tem que ver com as questões essenciais do País e dos portugueses, no momento crucial do debate,...

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Para si!

(d) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — ... *limita-se a fazer algum tipo de graça parlamentar sem qualquer fundamento ou interesse*. [...] Em segundo lugar, quem disse que ia haver salários congelados não fui eu mas, sim, o Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Está no Plano de Redução das Despesas!

(e) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — Portanto, se quer hoje anunciar ao País que os salários da Função Pública serão congelados, anuncie-o por sua conta e risco. *Ficamos a saber qual a sua verdadeira intenção!* Que o Sr. Deputado gostaria de congelar os salários da Função Pública, isso já eu sei há muito tempo, e hoje teve aqui o ato falhado de o revelar!

Aplausos do PS.

(f) *Sejamos também rigorosos*. No próximo mês de Julho, haverá dois tipos de aumentos extraordinários.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Há, sim senhor.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — *Um deles resultou, de facto, de uma convergência de esforços do CDS-PP e do Governo*, tendo que ver com as pensões dos rurais, que, aliás, o CDS-PP tentou monopolizar só para si durante imenso tempo.

(g) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Tanto como o Sr. Primeiro-Ministro!

(h) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — *Se hoje tenta lançar-me essa acusação, deveria ir confessar-se imediatamente, antes de correr o risco de ficar em pecado grave*. [...] (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, pp. 20-21)

Diferentemente do registo dos deputados anteriores, o Secretário-Geral do PCP centra a sua argumentação no plano *ad rem*, isto é, sobre o estado da Nação propriamente dito, passando posteriormente ao plano *ad hominem*. As interrogações anafóricas de valor demonstrativo, mas também emotivo («Como é que explica...?»), marcam o distanciamento do orador relativamente à visão otimista do Governo, que teima em não reconhecer o estado de «catástrofe» do País e a sua recusa em aceitar «a onda do pessimismo» (45a). A estratégia da anteocupação expressa pela figura da interrogação («É a situação internacional? Mas, então, a situação internacional explica isto e não explica o que se passa noutros países?») previne o contradiscurso e reforça o seu ponto de vista pessimista. O orador contesta o discurso do Governo, procurando demonstrar a sua inconsistência (45b). Note-se também a expressão da indignação no enunciado de modalidade avaliativa exclamativo («Sr. Primeiro-Ministro, é inaceitável!»), que condena a postura do Governo. De mencionar, por fim, o ataque *ad hominem* final, com o ato expressivo de lamento da política de direita levada a cabo por um governo dito de esquerda, *topos* argumentativo do Partido Comunista à governação socialista.

- (45) (a) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, disse que recusa a lógica da catástrofe, a onda do pessimismo. Então, *diga-me como é que explica as 50 medidas draconianas de corte de despesas. Como é que explica que o Sr. Ministro das Finanças se reúna com ex-ministros*

das finanças para debater grandes problemas da economia e das finanças? Como é que explica a apresentação do Orçamento retificativo, quando ainda há pouco tempo dizia que não era necessário – aliás, uma ministra até disse que poria a cabeça no cadafalso se esse Orçamento retificativo fosse apresentado à Assembleia da República? É a situação internacional? Mas, então, a situação internacional explica isto e não explica o que se passa noutros países?

(b) Contrariamente ao que foi aqui dito, o problema da recuperação da economia não é em «U», nem em «V», nem em curva, porque as curvas, ou seja, os ss, ainda são redondas e nem sempre dão origem a abismos mas, sim, a derrapagens. O pior é que, na sua política, sobretudo nas palavras e nos atos, o que há é um ziguezague: numa semana tudo está bem, dizem que vão apresentar programas e projetos mirabolantes, megalómanos, e, na semana seguinte, falam de contenção da despesa e de medidas draconianas. Sr. Primeiro-Ministro, é inaceitável! O senhor fez aqui um discurso tentando demarcar-se das palavras da direita, mas, infelizmente, as palavras não correspondem aos atos! (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 17)

Por seu turno, revelando um *ethos* de moderação e de inteligência, o Primeiro-Ministro mobiliza a figura da licença pela qual evidencia a exaltação de Carlos Carvalhas e responde, com humor, à interrupção de Paulo Portas (46b), não se deixando perturbar pelo ataque de que é alvo. A emoção dita («fiquei sinceramente surpreendido») introduz o argumento de justificação pelo enunciado sarcástico disjuntivo (argumento do falso dilema), sugerindo-se que a bancada da esquerda apresenta semelhante estratégia de ataque do PSD, partido da direita (46c). A função de *delectare* mobiliza o elogio do adversário («Sr. Deputado Carlos Carvalhas, que é um homem inteligente...») reconhecendo-lhe espírito de argúcia. Numa manobra de diversão, o orador retoma a palavra onomatopaica «ziguezaguear» utilizada no ataque ao seu Governo, encontrando semelhanças entre a forma da palavra e o comportamento do PCP. Repare-se na expressão «aqui entre nós», criadora de cumplicidade. A contestação à crítica de Carlos Carvalhas faz-se, posteriormente, no plano do *ethos* («há uma questão que o Sr. Deputado Carlos Carvalhas não compreende») e no plano *ad rem*, através da argumentação causal.

(46) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, se me permite um momento menos crispado, gostaria de lhe dizer o seguinte: fiquei muito...

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — São as fuças da esquerda. Não são as fuças da direita!

(b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — Sr. Deputado Paulo Portas, tenha calma. Nunca na minha vida pensaria em atentar contra a sua compleição.

Risos do PS e do PCP.

(c) Ora bem, vamos ao que interessa. Fiquei sinceramente surpreendido por, 15 minutos depois de o Sr. Deputado Durão Barroso intervir, o Sr. Deputado vir utilizar o s. Isto quer dizer que de duas, uma: ou andaram os dois na escola,...

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Ou, então, no sótão!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — ... ou, então, têm a mesma estratégia. Mas o Sr. Deputado Carlos Carvalhas, que é um homem inteligente, viu logo que isso era um risco e, então, passou do s para o z, de ziguezague. Porque, aqui entre nós, o PCP tem de ser um bocadinho mais esquinado,...

Risos do PS.

... um bocadinho menos redondo na formulação das suas posições.

(d) Agora, há uma questão que o Sr. Deputado Carlos Carvalhas não compreende e que é essencial. Nós estamos na zona euro, e é o facto de estarmos na zona euro que nos permite ter uma margem de manobra para evitar exatamente a política que descreveu e que caracterizou como a política do FMI. (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 18)

IX Legislatura (2002-2005) | Primeiro-Ministro: José Manuel Durão Barroso

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — [...] V. Ex.^a parece estar a querer ganhar a «camisola amarela» na volta política à demagogia e à falta de honestidade intelectual. (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1222)

O XV governo constitucional, liderado por Durão Barroso⁶²⁴, caracterizou-se por políticas económicas de austeridade e consolidação orçamental, que, naturalmente, foram contestadas pela esquerda parlamentar.

Na intervenção de abertura do debate de 2002, o Primeiro-Ministro valoriza o seu Governo por contraste com o anterior executivo, apresentando um *ethos* de orgulho e uma forte determinação que contribui para a consolidação de seu *ethos* de líder (note-se a enunciação elocutiva na primeira pessoa do singular).

- (47) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — [...] o balanço é inequívoco – *em três meses, foram aprovadas mais reformas do que nos últimos três anos*. É o sinal da nova atitude reformadora que cultivamos. [...]
(b) [...] Em três meses, o País já compreendeu que este novo Governo tem uma nova atitude política [...]. É um Governo com desígnios, com estratégia e com vontade. Um Governo que substituiu o adiamento pela cultura da decisão. [...]
(c) [...] Deixem-me dizer-vos, Srs. Deputados, num registo pessoal, que cada crítica justa ou injusta, só me estimula, cada dificuldade só me anima, e que a vossa oposição me dá cada vez mais força para levar a cabo o nosso programa. (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, pp. 1207-1211)

Ora, as «reformas» referidas pelo Primeiro-Ministro são objeto de uma nova orientação argumentativa pelo Secretário-Geral do Partido Socialista, que não só acusa o executivo de as aprovar à revelia da Assembleia da República, denunciando o abuso de poder do novo executivo, como constrói uma representação de um Governo pouco democrata, pelo seu desprezo pela instituição parlamentar e pela Constituição (48a).

- (48) (a) O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues** (PS): — [...] Esta intervenção do Sr. Primeiro-Ministro tem vários erros de facto sobre o passado, na medida em que veio aqui dizer-nos que *já fizeram várias reformas de fundo, a maior parte das quais, porém, não foi sequer discutida, na especialidade, na Assembleia da República, nem alvo de qualquer votação*. É assim que se vê a consideração que o Governo tem pela Assembleia da República... [...] Sr. Primeiro-Ministro, há uma coisa em que lhe dou toda a razão: *em três meses, o Sr. Primeiro-Ministro e o seu governo fizeram mais do que nós fizemos em três anos. Fez mais trapalhadas, fez mais inconstitucionalidades e fez mais processos políticos de desprezo pelo papel dos Deputados e da Assembleia da República*. Sobre isso, não há dúvidas! [...]

⁶²⁴ O XV Governo, liderado por Durão Barroso, foi formado por um acordo de incidência parlamentar entre o PSD e o CDS-PP, tendo Paulo Portas ocupado o cargo de ministro da Defesa. A legislatura não foi concluída em razão da demissão do Primeiro-Ministro que, entretanto, foi indigitado como Presidente da Comissão Europeia.

(b) O que se passou ao longo destes três meses faz com que o País, que tinha efetivamente dificuldades e uma crise orçamental, esteja à beira de uma crise económica, de que os senhores são os principais responsáveis [...] (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1211)

A imputação da responsabilidade do Governo de Durão Barroso pelo estado do País «à beira de uma crise económica», devido à sua má governação durante três meses (48b), é a causa da indignação do Primeiro-Ministro (49), que a entende como uma afronta. O orador procura então reparar a sua imagem, colocando a tónica no adversário. A veemente contestação mobiliza uma sucessão de interrogações que visam atribuir a responsabilidade da derrapagem das contas públicas ao antecessor executivo e ao seu líder, principalmente. Para além dos enunciados interrogativos e exclamativos, a indignação é «mostrada» (Micheli, 2008, 2010b) pela modalização bem como pela repetição, apresentando-se um *ethos* de carácter.

- (49) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, *de facto, é extraordinário! Direi que há aqui uma grande desfaçatez da sua parte, Sr. Deputado...* [...] Como é possível vir agora, ainda o atual Governo não tem três meses sobre a data em que foi investido por esta Assembleia, procurar atirar para cima dele a responsabilidade por todos os últimos desenvolvimentos?! *Como é possível, Sr. Deputado?! Sempre que enfrentavam uma dificuldade, VV. Ex.^{as} andaram, durante seis anos, a atirar as culpas para os governos de Cavaco Silva e, em três meses, já se esqueceram do governo do Engenheiro Guterres?*

Aplausos do PSD e do CDS-PP

V. Ex.^a, com certeza, ainda não se esqueceu do Engenheiro Guterres?!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Já, Já!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — *O seu partido não se esqueceu do governo do Engenheiro António Guterres?*

Protestos do PS

O seu partido lembra-se que havia um Governo chefiado pelo Engenheiro António Guterres, no qual estava o Ministro Ferro Rodrigues?! (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1212)

Igualmente em (51) Durão Barroso recorre à rejeição global das assunções de princípio do Secretário-Geral do PCP (50) pela indignação, fazendo apelo ao argumento da responsabilidade, construindo assim um *ethos* de carácter.

- (50) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, afirmou que quando chegou ao Governo havia em Portugal um clima de pessimismo. *Hoje o clima é de otimismo, de confiança, de felicidade... Aliás, os trabalhadores das OGMA, que estiveram agora à sua porta, traduziram isso mesmo: confiança, felicidade, estado de grande satisfação por terem os salários em atraso...* (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1217)

- (51) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — [...] Sr. Deputado Carlos Carvalho, *se os problemas dos trabalhadores portugueses, por exemplo os problemas dos trabalhadores da OGMA, se resolvessem com ideologia, V. Ex.^a já os teria resolvido com certeza há muito tempo*

O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — Com o aumento dos salários!

(b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — No caso da OGMA, *a responsabilidade é do meu Governo?! [...] É do meu Governo essa responsabilidade?! Passo a referir a verdade sobre a situação que herdámos do anterior governo: de 1996 a 2000, houve prejuízos na OGMA de 6 milhões de contos; em 2001, houve prejuízos no valor de 8 milhões de contos [...]. Pergunto: A responsabilidade é minha?! Estou disponível para assumir todas as responsabilidades, mas penso que não é justo atribuírem-me uma responsabilidade como esta.*

(c) *Digo-vos que estamos a tentar encontrar uma solução [...] Estamos a trabalhar com a banca, estamos à procura de encontrar uma solução, porque verdadeiramente nos interessa o futuro dos trabalhadores.*

(d) *Mas não é com ideologia nem com declarações como as do Sr. Deputado Carlos Carvalhas que se resolve qualquer problema dos trabalhadores. [...] O Sr. Deputado critica o atual modelo de economia prevalecente no nosso país. Fala, aliás, de algumas crises no atual sistema capitalista. Mas esqueceu-se de referir a crise mais profunda que atingiu o ex-sistema comunista ou socialista...[...] Mas qual é o seu modelo, Sr. Deputado? A questão é esta: qual é a alternativa? Qual é o seu modelo? (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1218)*

Note-se a amplificação quer pela ênfase mobilizada no quiasmo («a responsabilidade é do meu Governo?! [...] É do meu Governo *essa responsabilidade?!*»), quer pela repetição, quer ainda pelas interrogações, de forma a tornar presente na consciência a incompetência do anterior executivo. De referir o enfático uso da *deixis* («a responsabilidade é do *meu* Governo?!») como marcador da autoridade do orador, afirmando-se em permanência um *ethos* de liderança. A imagem do líder é também revelada pela figura do compromisso (51c) e pela vontade expressa de solucionar os problemas, mostrando-se, por um lado, um *ethos* de agente e, por outro, um *ethos* solidário. Repare-se igualmente na afirmação de um *ethos* identitário, por contraste com a perspetiva ideológica do adversário, que é objeto de aproveitamento polémico, não apenas no primeiro enunciado (51a) como também nas perguntas de assalto finais. A técnica de contra-ataque mobiliza ainda o envenenamento do poço pelo argumento de culpabilidade por associação (51d), que marca a clivagem ideológica entre o Governo social-democrata e o Partido Comunista.

Semelhante técnica refutativa é mobilizada na reação à provocação da deputada Elisa Ferreira, que num veemente ataque ao *ethos* de Durão Barroso faz da «falta de credibilidade» do líder do Governo um tópico de ataque (52) – note-se em (52a) a questão desestabilizadora, como estratégia de posicionamento. Sustentando o seu ponto de vista em argumentos de autoridade (a autoridade da oradora é também legitimada pela sua especialização no âmbito do tema tratado)⁶²⁵, com recurso a valores quantitativos (52b)-(52c), a deputada evidencia a situação económica desfavorável do país, contrastando-a com as palavras otimistas do Primeiro-Ministro no ano anterior e com ineficácia dos projetos e medidas implementadas (52b).

(52) (a) A Sr.^a **Elisa Guimarães Ferreira** (PS): —[...] Sr. Primeiro-Ministro, se, de facto, não houve qualquer controlo efetivo na despesa - e isso também é atestado neste relatório -, *não serão quase caricatos os autoelogios que proferiu aqui em Dezembro*, quando disse que "este resultado dá-nos credibilidade e confiança", "esta é uma vitória da vontade, da coragem e da determinação" ou ainda "é uma vitória da capacidade de agir, da firmeza de tomar decisões, da coragem de definir objetivos ambiciosos"?! Sr. Primeiro-Ministro, isto não o *descredibiliza*? Penso que sim!

⁶²⁵ A sua formação académica é na área da economia.

(b) [...] Segunda questão: o seu segundo objetivo foi apostar no crescimento da produtividade e no crescimento da economia [...]. Mas o Relatório Anual 2002, do Banco de Portugal (pág. 8), diz que a queda do investimento foi de 5,4%. Desculpe-me, mas o investimento desceu mais em Portugal do que em todos os outros países da União Europeia! [...]

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): - Está a ler o relatório ou a inventar?!

A Sr.^a **Elisa Guimarães Ferreira** (PS): [...] não estará V. Ex.^a neste momento arrependido do discurso arrasador e não perceberá que, perante a avalanche desse radicalismo autoflagelador, os programas e os discursos alternativos são totalmente impotentes, são letra morta?!

(c) [...] Há, realmente, uma crise internacional, mas, consultando o EUROSTAT, é preciso ponderar o valor dessa crise. A União Europeia cresceu 1,1%, enquanto Portugal estagnou e vai decrescer, a Irlanda cresceu 6%, a Espanha 2% e a Grécia 4%. Em relação aos países do alargamento, parecidos connosco, Chipre cresceu 2%, a República Checa 2% e a Eslovénia 3%. Mais uma promessa frustrada! Sr. Primeiro-Ministro, *porque será que todas as suas promessas, compromissos e designios de há um ano falharam!*

(d) [...] Sr. Primeiro-Ministro, para além de a economia estar, neste momento, nas ruas da amargura, *não acha que a sua credibilidade está profundamente afetada?* No discurso do ano passado, o Sr. Primeiro-Ministro disse: «Credibilidade é a palavra-chave do nosso sucesso». O País está de rastos e a *sua credibilidade e a do seu Governo penso que também!* (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, pp. 5899-5900)

O Primeiro-Ministro, por seu turno, contesta as acusações, apresentando uma outra forma de perspetivar o assunto em questão (53a), e cria uma representação tanto de incompetência (pelo estado das contas públicas) como de descrédito (pela dissimulação do défice) do Governo precedente. De notar as interrupções⁶²⁶ que provocam o orador e, que, por outro lado, pretendem reforçar o estatuto do Partido Socialista. Procurando reparar a sua imagem, Durão Barroso denuncia a herança catastrófica deixada pelo Governo precedente através do argumento da responsabilidade e sublinha, num discurso indignado, a grave dissimulação nas contas públicas pela amplificação. O apelo ao *pathos* faz-se por meio de múltiplos procedimentos retóricos, de que são exemplo a ênfase e a metábole («A questão era que VV. Ex.^{as} queriam manter a dissimulação, a mentira, o artifício.»), também utilizada em breves enunciados de polaridade negativa dispostos em paralelismo anafórico (53c), conferindo, assim, ritmo à sequência (fator que ajuda à persuasão). No seu discurso de justificação, as «medidas extraordinárias» são logicamente atribuídas a circunstâncias exteriores à ação governativa (o aumento do défice), invocando-se o argumento da justificação consistente (53d). Tal como em (51), a polémica intensifica-se no encerramento do discurso pela sucessão de perguntas na modalidade alocutiva, de forma a aniquilar o adversário, não pela sua perspetiva ideológica, mas pelas inconsequências lógicas do seu discurso (53d).

⁶²⁶ As interrupções que são uma marca de desacordo constituem também elas um tipo de violência secundária (Bouchet & Vigreux, 2012: 29).

A agressividade do contra-ataque é igualmente perceptível em (53e) pela tentativa de manipulação do ponto de vista do auditório, o que atesta o forte conflito entre o Governo do PSD e o PS.

(53) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — [...] O que é, de facto, extraordinário na questão do pessimismo é que VV. Ex.^{as} *não abandonaram ainda essa ideia de que a crise foi provocada por se ter conhecido a dimensão do défice. De facto, é verdade!*

O Sr. **António Costa** (PS): - Foi criada por si!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — Mas a responsabilidade...

O Sr. **António Costa** (PS): - É sua!

(b) Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — Queremos ou não saber a verdade? VV. Ex.^{as}, *então, queriam que se continuasse a esconder?!*

O Sr. **António Costa** (PS): - Vocês empolaram!

Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — Quando o Banco de Portugal refere que VV. Ex.^{as} diziam que o défice, na última versão, era de 2,2% e veio a descobrir-se que era de 4,2% do PIB,...

Vozes do PS: - É o seu!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — ... acham que isto tem um efeito altamente mobilizador para a nossa economia? É óbvio que o choque brusco com a realidade tem um efeito negativo. É óbvio que sim! A questão era que VV. Ex.^{as} queriam manter a dissimulação, a mentira, o artifício.

A Sr.^a **Elisa Guimarães Ferreira** (PS): - O défice desceu 0%! Hoje é de 4,2%!

(c) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — [...] VV. Ex.^{as} dizem que foi o novo Governo, ao chamar a atenção para a situação do País, que criou a crise. *É uma coisa extraordinária!* Não compreendem a diferença entre a análise objetiva de uma situação e a atitude perante a situação. *Perante a realidade só há uma solução, é conhecê-la! Não é distorcê-la! Não é moldá-la! Não é alterá-la! Não é viciá-la! Não é mentir*, com VV. Ex.^{as} andaram a fazer, à Comissão Europeia e ao povo portugueses!

(d) É óbvio que, para corrigir a situação nos sete ou oito meses que tivemos em 2002, tivemos de recorrer a medidas extraordinárias. *Que medidas é que V. Ex.^a queria que tomássemos?!* *Queria que aumentássemos mais os impostos? Não foram VV. Ex.^{as} que criticaram a própria subida do IVA? Queriam que despedíssemos o pessoal da função pública? Diga-me lá V. Ex.^a qual era a solução que tinha para corrigir o défice em 2002! Ou a solução era continuar? [...]*

(e) Por isso a lição a tirar do relatório do Banco de Portugal é esta:... [...] O dado mais importante é este: se tivesse continuado a política desastrosa do anterior governo, nem em 2005 nem em 2010 Portugal, alguma vez, teria hipótese de recuperação!

Aplausos do PSD e do CDS-PP. (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, pp. 5900-5901)

Face à «alusão que foi feita de que o PS mentiu e quer continuar a mentir», Elisa Ferreira invoca a figura regimental de defesa da honra de bancada, o que teve como consequência o agravamento da ofensa, transferindo-se o ataque para o plano pessoal. O Primeiro-Ministro recorre a um contra-argumento de desqualificação (54a), colocando em causa não os argumentos, e sim a pessoa em questão, e apresenta um *ethos* demagogo, como assinalado pelo aparte da deputada. Em contrapartida, o orador mobiliza o argumento do mérito como forma de legitimação do seu Governo (54c), construindo, deste modo, um *ethos* de competência.

(54) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): —Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Elisa Guimarães Ferreira, o seu sectarismo político... [...] ultrapassa tudo o que já ouvi. V. Ex.^a *ainda não conseguiu digerir a derrota nas últimas eleições!*

Aplausos do PSD e do CDS-PP

Risos do PS

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): —V- Ex.^a chegou ao ponto de dizer: o «seu» défice!

Vozes do PS: —Não, não é...

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — O "seu"?! Se fosse o "meu", não havia problema para o País. Não me importava que fosse só "meu"!

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): - Não seja demagogo!

(b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — Infelizmente, não é o "meu", é o nosso, *é aquele que os senhores nos deixaram. O problema é esse, é o défice que os senhores nos deixaram.* [...] Mas, mais uma vez, os senhores é que estão obcecados com o passado. [...] Não apresentaram uma alternativa à política económica do Governo.

(c) Os senhores dizem que medidas extraordinárias não vale. Não é coragem, Sr.^a Deputada Elisa Guimarães Ferreira? [...] *Com certeza que foi com medidas extraordinárias, e este ano também teremos de recorrer a medidas extraordinárias...* [...] ... porque não queremos impor medidas de maior sacrifício aos portugueses. Mas, desde logo, há uma consequência que V. Ex.^a devia conhecer e que só por cegueira política não conhece. *É que, graças às nossas medidas extraordinárias, Portugal não teve um processo de sanções e continua, hoje, a receber os fundos estruturais.* (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5902)

Já o argumento da imputabilidade ao anterior executivo se configura na principal estratégia de refutação de Durão Barroso nos debates de 2002 e 2003 (54)-(55), aliado ao da justificação consistente e ao do peso das circunstâncias (54c). Para além da reparação, o Primeiro-Ministro valoriza a sua imagem pela construção de um *ethos* consciente e de agente através da determinação (55b), em consonância com a posição institucional que ocupa.

(55) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso) — [...] O Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho considera que as projeções feitas, em matéria de desemprego, são algo pessimistas, e eu também o considero. Isto não significa que o desemprego não venha a aumentar, porque, conforme diz o Banco de Portugal, e eu também o subscrevo, *o desemprego teria sempre de aumentar depois dos erros da política económica do governo anterior. A verdade é esta!* [...]

(b) Mas todos os economistas, em Portugal, sabiam - todos o sabiam, não o souberam agora! -, desde há dois anos, que haveria uma fase recessiva e que o desemprego iria aumentar. Toda a gente sabia isto!

O Sr. **João Cravinho** (PS): - Menos aqueles que fizeram o programa do PSD! Esses não sabiam!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso) — Não é surpresa para ninguém! Só é surpresa para os autores da crise, só é surpresa para aqueles que, com a sua política errada, levaram o País para essa situação! E não só levaram o país para um beco como querem, agora, recusar que haja uma saída desse beco. Pela minha parte, digo: estamos numa situação difícil mas vamos sair dessa situação! [...] (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5907)

Para além da denúncia de estratégias de posicionamento (57d), a representação do adversário como demagógico é um dos *topoi* de refutação dos ataques políticos também utilizado por Durão Barroso, na sua réplica a José Sócrates. Em (57), o Primeiro-Ministro denega a responsabilidade do estado da Nação, invocando implicitamente os factos que levaram ao não cumprimento da anterior legislatura, construindo uma imagem de descrédito do Partido Socialista, isto é, do anterior Governo, pela prática da dissimulação, como evidenciam as interrogações de estrutura paralelística em (57b). A descredibilização do adversário é feita através de um ataque *ad personam* pela acusação de demagogia («mas tem de haver um mínimo de racionalidade no debate, um mínimo de honestidade intelectual»), reforçada pela comparação negativa implícita com o Ex-Primeiro-Ministro António

Guterres, a quem concede um certo carácter de honestidade (57c). Saliente-se a técnica de envenenar o poço pela referência às motivações pessoais do deputado do PS (57d). De relembrar também um dos *topoi* linguísticos que configuram o contra-ataque ao adversário por parte de Durão Barroso: a expressão de um julgamento negativo pelo uso da oração condicional («Sr. Deputado, se a questão fosse os discursos, VV. Ex.^{as} ainda não tinham saído do Governo!») (57a), também registada em (51a).

- (56) O Sr. **José Sócrates** (PS): — [...] nada *minou mais a confiança* por portugueses na sua economia e nas suas instituições políticas do que a *fraude eleitoral* cometida pelo seu Governo [...]. Nada alterou mais a relação de confiança do que um governo que prometeu baixar os impostos e os aumentou! [...] Mas não apenas isso! Nada afetou mais a confiança dos portugueses do que o *discurso negativista, pessimista e deprimente* feito pelo Sr: Primeiro-Ministro quando apresentou, aqui, o seu Programa do Governo. [...] (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1221)
- (57) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): —Sr. Presidente, Sr. Deputado José Sócrates, V. Ex.^a *parece estar a querer ganhar a «camisola amarela» na volta política à demagogia e à falta de honestidade intelectual.* [...] O seu discurso, Sr. Deputado, é marcado apenas pelo ressentimento e pelo mau perder. [...] Não há da sua parte qualquer esforço, por mínimo que seja, de objetividade, de racionalidade e de atenção aos dados, à memória, aos factos. V. Ex.^a começa por dizer que a responsabilidade da atual situação é minha, por causa dos meus discursos. [...]
- (b) Sr. Deputado, *se a questão fosse os discursos, VV. Ex.^{as} ainda não tinham saído do Governo! Sr. Deputado, se a situação estava boa, por que razão é que se foram embora? Se a situação era assim tão excelente, por que razão é que o ex-primeiro-ministro fugiu e não cumpriu a legislatura até ao fim?* [...] (c) Sr. Deputado, *uma coisa é a luta política, a natural divergência, mas tem de haver um mínimo de racionalidade no debate, um mínimo de honestidade intelectual, porque, senão, perde-se completamente o sentido do equilíbrio e da proporção!*
- (d) É por isso que *vejo constantemente o seu discurso como um discurso marcado pelo ressentimento e, se calhar, pela ambição, que é legítima, mas digo-lhe, Sr. Deputado, que não é assim que constrói a sua própria credibilidade.* [...]
- (e) E, já agora, lembro-lhe também, por uma questão de rigor, o que disse o ex-primeiro-ministro, o ex-líder do seu partido, no debate sobre o estado da Nação há um ano, em junho de 2001, porque honra-lhe seja [feita], apesar de tudo *era intelectualmente mais honesto do que alguns Srs. Deputados* [...] (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1222)

Sentindo-se lesado, José Sócrates pede a palavra para defesa da honra da bancada, de modo a poder contestar as acusações de desonestidade (58a), e, inversamente, de forma a tentar minar a credibilidade do Primeiro-Ministro. O estado emotivo de irritação é, desde logo, revelado pelo ataque *ad personam* inicial, com a acusação de perder a face, pela referência ao tom de voz e às emoções do Primeiro-Ministro, de intenção desestabilizadora, bem como à pergunta-tag («O Sr. Primeiro-Ministro não gostou de ouvir, pois não?»), claramente ameaçadora da face do interlocutor.

Seguidamente, o deputado do PS procede a um ataque *ad hominem* (na sua variedade do tartufo), e, como forma de reparar a sua imagem, denega as acusações, demarcando-se da atitude de Durão Barroso, construindo, conseqüentemente, um *ethos* de seriedade. O orador reforça a acusação pelo argumento da definição («*Ter honestidade política é sermos fiéis à nossa palavra*»), o que lhe confere

uma imagem de arrogância, juntamente com a mobilização da figura da apodioxé («E, quanto à honestidade, estamos conversados.»).

- (58) (a) O Sr. **José Sócrates** (PS): —Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro referiu-se à falta de honestidade com que nos portámos no anterior governo e insistiu neste facto. [...]
 (b) [...] Sr. Primeiro-Ministro, *içar a voz crispado e zangado é próprio de quem não tem razão e, pior, de quem está a perder o debate*. [...] O Sr. Primeiro-Ministro não gostou de ouvir, pois não? Mas sabe, Sr. Primeiro-Ministro, *quanto a honestidade, entre mim e si há uma diferença, é que eu nunca prometi em campanha eleitoral uma coisa e, depois de estar em funções executivas, fiz outra*. Isso eu nunca fiz! O Sr. Primeiro-Ministro não pode dizer o mesmo. *Ter honestidade política é sermos fiéis à nossa palavra*. O Sr. Primeiro-Ministro, infelizmente, em matéria de impostos, não pode dizer isso. E, *quanto à honestidade, estamos conversados*. (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, pp. 1222-1223)

Na sua resposta, o Primeiro-Ministro reforça o ataque pessoal pela idêntica alusão ao tom de voz do adversário, desmascarando, deste modo, a estratégia de posicionamento de José Sócrates relativamente ao seu próprio partido (59). A argumentação pelo peso das circunstâncias, com referência aos números ocultados pelo anterior Governo, é utilizada como justificação para o aumento de impostos. O aumento de tensão discursiva decorre da indignação expressa através da figura da apodioxé («V. Ex.^a tem a desfaçatez e a falta de pudor de querer estar a dar lições de economia e de finanças à Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças»), que constrói um *ethos* de potência, e da mobilização do argumento da responsabilidade (imputada ao governo cessante do partido de José Sócrates) com a repetição dos números do défice, o que confere ao orador um *ethos* de carácter. A emoção dita («ter um défice que é quatro vezes superior e que nos *envergonha* perante a Europa e perante nós próprios.») obedece à estratégia global de representação de uma imagem de incompetência do Governo cessante, inversamente proporcional à imagem positiva do Governo em funções que se pretende criar.

- (59) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — [...] Sr. Deputado José Sócrates, *compreendo que V. Ex.^a queira falar bem alto, por razões que têm a ver com o seu próprio partido*, mas deixe-me dizer-lhe o seguinte: quando chegámos ao Governo, não sabíamos que o défice deste ano, do ano de 2002, seria, se nada fizéssemos em contrário, cerca de 4,5%. Confesso que, de facto, não o antecipávamos; não o prevíamos, nem nós nem o Banco de Portugal. EVV. Ex.^{as} também nunca disseram que era dessa ordem a pesada herança que deixavam ao novo governo. *Esta é a única razão pela qual tivemos que rever determinadas opções. Esta é a verdadeira razão*. Mas o que mais me surpreende no seu discurso, Sr. Deputado, é que V. Ex.^a *tem a desfaçatez e a falta de pudor de querer estar a dar lições de economia e de finanças à Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças...* [...] *quando VV. Ex.^{as} são responsáveis por um défice que é cerca de quatro vezes superior àquele que tinham apresentado*. Como é possível os senhores querem apagar completamente o passado tão recente? [...] de ter um défice que é quatro vezes superior e que nos *envergonha* perante a Europa e perante nós próprios. A questão é esta, Sr. Deputado! (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1223)

Como forma de gerir o seu *ethos*, Durão Barroso evidencia uma preocupação em criar uma imagem de democrata, construindo um *ethos* de moderação, pelo respeito pelas diferentes perspetivas ideológicas («continuamos a discordar das políticas, o que é normal») (62), (cf. 57c), previamente ao

contra-ataque, que, não raras vezes, se desvia dos argumentos do adversário para se centrar na própria pessoa do adversário e nas suas motivações, como já foi observado.

- (60) O Sr. **João Cravinho** (PS): [...] Relativamente a questões em que o Sr. Primeiro-Ministro vem aqui não como «Governo em ação» mas como Governo em propaganda, *dizendo-nos números que não são verdadeiros sobre o investimento, queria referir que Portugal teve uma queda de 11% quando nenhum outro país da Europa se lhe aproximou* [...]
- (61) O Sr. **Manuel Maria Carrilho** (PS): [...] O Sr. Primeiro-Ministro sabe, e gostava que o explicasse aqui ao Parlamento e aos portugueses, que isso [saltar para o top 10 mundial, devido ao projeto de dinamização do turismo] significa passarmos de 12 milhões de turistas para 40 milhões de turistas?! [...]
- (62) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — [...] «Srs. Deputados João Cravinhos e Manuel Maria Carrilho, *continuamos a discordar das políticas, o que é normal, o que não esperava era que discordássemos dos números, o que é grave.* [...] VV. Ex.^{as} continuam a recusar a evidência dos números e da situação a que levaram o País! *Nós baseamos em números das instâncias nacionais credíveis.* [...] O Sr. Deputado Manuel Maria Carrilho *está muito zangado ou muito incomodado pelo facto de eu apresentar um objetivo que ele considera demasiado ambicioso para o turismo.* [...] (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5907)

Note-se como a referência às emoções de Manuel Maria Carrilho (62) se configura numa estratégia de desvio, sugerindo-se a sua insatisfação por motivos políticos. De facto, a avaliação negativa do argumentário do oponente configura-se um dos principais procedimentos de descrédito («o que não esperava era que discordássemos dos números, o que é grave») – repare-se como a enunciação delocutiva com valor de evidência reforça a crítica. Por outro lado, o argumento de autoridade afigura-se como um dos principais meios de credibilização do discurso de Durão Barroso, como se ilustra na referência a «instâncias credíveis», apresentada de forma categórica, o que constrói também um *ethos* de carácter.

Numa interpelação atípica, o deputado João Cravinho pede então que seja distribuído um documento (63), para que se possa confirmar a veracidade das suas afirmações, revelando uma preocupação em preservar o seu *ethos* prévio de seriedade – repare-se no minimizador, que atenua o ataque à credibilidade do Primeiro-Ministro («*não por que tivesse querido faltar a ela, com certeza, mas porque não conhece os números*»), bem como no eufemismo utilizado para designar o verbo mentir, de modo a evitar polemizar.

- (63) O Sr. **João Cravinho** (PS): — ... venho interpelar a mesa para que seja distribuído a todos os Srs. Deputados, através das suas bancadas, e, em particular, ao Sr. Primeiro-Ministro, um documento onde constam *os números que provam que eu disse a verdade e que o Sr. Primeiro-Ministro, por acaso, não terá dito a verdade, não por que tivesse querido faltar a ela, com certeza, mas porque não conhece os números.* (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5907)

Por sua vez, o Primeiro-Ministro não contesta os novos dados, optando estrategicamente por denunciar o expediente do Partido Socialista (64), como forma de desviar o assunto.

- (64) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Deputado João Cravinho, sistematicamente, ao longo dos últimos debates, o PS, se os perde, arranja um incidente de natureza processual. [...]VV. Ex.^{as} têm dificuldades em cumprir regras, seja nas finanças públicas seja no debate parlamentar! [...] VV. Ex.^{as} não aceitam as regras e sistematicamente, quando não conseguem, ao longo do debate, fazer valer os vossos argumentos, arranjam uma interpelação à Mesa ou uma defesa da honra que todos veem que não é nenhuma interpelação ou defesa de honra mas, sim, uma habilidade, uma brincadeira processual, uma bagatela processual. [...]Normalmente, quem tem essa tarefa é o Sr. Deputado António Costa, mas fez escola. Agora, já teve Deputados a fazê-lo, como o Sr. Deputado José Sócrates. Hoje até o Sr. Deputado João Cravinho, pessoa normalmente mais sensata, recorre a esse expediente. (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5909)

Já a reação ao violento ataque do Coordenador do BE (65) se pauta por uma outra estratégia de refutação.

- (65) (a) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, escolheu entreter o debate com algumas banalidades sobre confiança, logo reforçadas por graças cadavéricas de uma das bancadas que o apoiam, anunciando algumas decisões requentadas e tentando polvilhar tudo isto com anúncios espampanantes.
- (b) A verdade é que o País já conhece este Governo e ao fim de 100 dias bem sabemos que este Governo *é ultraliberal em economia e ultraconservador em questões sociais*. [...] Este Governo deixa uma mensagem ao País: *esteja de «tanga» ou de «fraque», salve-se quem puder*. Fala-nos de credibilidade — é a palavra-chave, diz-nos que o Governo é de decidir. Este Governo decidiu, mas fê-lo mal. *Queria baixar os impostos, mas aumentou-os — decidiu mal ; queria melhorar os serviços de saúde, mas temos as portas abertas para o Grupo Mello e outros interessados na privatização de 35 hospitais — decidiu mal* [...]. Dizem-se, sempre com demagogia, contra os salários opulentos na RTP, mas, naturalmente, desde que não seja de um deputado do PSD. [...] O Governo tenta usar a política de assustar o País para assim governar. *Diziam que iam pôr em causa 50 000 postos na função pública, depois eram 10 000..., não, afinal já diz que são 5600 !... Não se sabe !* A Ministra das Finanças logo decidirá, escolhendo a próxima vítima. Em todas estas matérias *não podemos acusar o Governo de não ter decidido, acusamo-lo de ter decidido mal, de estar mal preparado, de não saber o que quer, de não saber o que faz e de não saber o que vem a seguir*.
- (c) Sr. Primeiro-Ministro, não nos pode falar de credibilidade quando os seus ministros, um após outro, *demonstram uma total falta de preparação*. O Sr. Ministro da Saúde vem ao Parlamento declarar-se *aborrecido, enfastiado com aquele princípio de «a trabalho igual salário igual» — não leu a Constituição !* [...] A Sr.^a Secretária de Estado da Educação dizia que, porventura, enfim, Salazar não teria tido razão ao não consagrar um princípio de religião oficial de Estado — *não leu a Constituição !* [...] É nestas quatro matérias — emprego, serviços públicos, reforma fiscal e Europa — que se tem de constituir um bom governo. E o seu, *que é o pior dos governos que esta Assembleia da República tem vindo a discutir e a analisar ao longo dos últimos muitos anos*, não tem respostas em nenhuma destas matérias. Agrava os problemas, oculta-os, pensa que o tempo passa e entretém-nos, mas 2004 está à nossa frente. (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, pp. 1218-1219)

No exórdio do seu discurso, Francisco Louçã faz uso de diversas estratégias pragmático-retóricas que constroem uma representação demolidora da imagem do Primeiro-Ministro. A polémica é, desde logo, instaurada pela mobilização da forma verbal «entretener» (65a), que atribui ao discurso uma característica de falta de profundidade e de seriedade (implicando-se uma falta de consideração pelo debate em questão), assim como pela utilização do nome de conotação pejorativa «banalidades» e de adjetivos axiológicos (cf. Kerbrat-Orecchioni, 2014b: 83) desvalorizantes («decisões requentadas»), estendendo-se a crítica ao CDS-PP («graças cadavéricas»), evidenciando-se assim a falta de rasgo reformador do Governo pela ausência de medidas novas (ou reapropriação de medidas governativas). A forma verbal de emprego metafórico («tentando polvilhar tudo isto com

anúncios espampanantes») que precede a qualificação pejorativa (através da hipérbole) das medidas anunciadas pelo Governo («anúncios *espampanantes*») reforça a avaliação do discurso do Primeiro-Ministro como sendo um discurso para «inglês ver». A representação de incompetência do Governo é também associada às opções ideológicas do executivo de Durão Barroso, como revelado na asserção com valor de evidência em (65b), tanto pela enunciação delocutiva na primeira oração como pela utilização da sinédoque («A verdade é que o País já conhece este Governo»), e ainda pelo recurso à forma verbal na primeira pessoa do plural antecedido do advérbio reforçador da verdade da asserção («bem sabemos que este Governo é *ultraliberal em economia e ultraconservador em questões sociais*.»). De notar a desclassificação do Governo através do argumento do espantalho, que recorre ao implícito, pela alusão ao discurso de Durão Barroso aquando da tomada de posse («o País está de tanga»)⁶²⁷. A estratégia da concessão, pelo reconhecimento de, que efetivamente, o Governo «é de decidir» (contrariamente à governação de António Guterres, segundo a *doxa*), torna-se um pretexto para o orador proceder à operação de descrédito do executivo. Note-se a reorientação argumentativa através do marcador de oposição («Este Governo *decidiu, mas fê-lo mal*.») e a amplificação dos argumentos que visam mostrar a incoerência entre as intenções do Governo (com representação das suas palavras) e as suas ações, reforçada pela epífora («Queria baixar os impostos, mas aumentou-os — decidiu mal»). A diabolização do executivo é feita através da denúncia do argumento *ad baculum* – «O Governo tenta usar a política de assustar o País para assim governar» – construindo-se uma imagem desvalorizante da Ministra Manuela Ferreira Leite («A Ministra das Finanças logo decidirá, *escolhendo a próxima vítima*.»). A imagem de incompetência do executivo é ainda construída por uma argumentação que visa ridicularizar a ideologia de direita – com referência a conceitos e valores anacrónicos, que contrariam o disposto na Constituição Portuguesa (criando-se um *ethos* de arrogância), como é salientado pela epífora que enforma a asserção de modalidade epistémica («*não leu a Constituição !*»), claramente ameaçadora da face dos visados, pela insinuação de falta de valores democráticos – e reforçada pela avaliação da governação com recurso ao argumento de comparação («*é o pior dos governos que esta Assembleia da República tem vindo a discutir e a analisar ao longo dos últimos muitos anos*»). De referir que a argumentação

⁶²⁷ A 17 de abril de 2002, Durão Barroso, então recém-eleito Primeiro-Ministro, proclamou para o líder do PS (Ferro Rodrigues): «Os senhores deixaram o país de tanga». Expressão que configurou um dos *soundbites* do ano.

virulenta de Francisco Louçã, que constrói um *ethos* combativo, obedece aos propósitos do BE, que se apresenta como um partido de contrapoder, sendo o seu discurso uma forma de se legitimar.

Ao violento ataque, Durão Barroso responde num tom condescendente (66), o que configura um ato de *descortesia*. Procura-se retirar eficácia à argumentação do deputado do Bloco de Esquerda através de uma operação de deslegitimação. À pretensa superioridade moral do adversário, o Primeiro-Ministro responde em posição alta, decorrente do poder político que detém não apenas enquanto líder do Governo, mas também legitimado pelo número de votos que obteve nas eleições. Logo, apresentando igualmente um *ethos* de arrogância, o líder do Governo revela a sua pouca consideração por um partido de pouca representatividade parlamentar, não reconhecendo grande autoridade ao adversário, em razão da sua falta de estatuto.

(66) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, trazia o número já preparado. Na realidade, não se colocam verdadeiras questões nem interpelações à nossa política. *Só queria dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado: não seja tão categórico, tão definitivo! Eu também era assim quando era novo! [Risos] Não seja! Não seja! V. Ex.^a faz juízos definitivos, categóricos, de que este é o pior Governo, que o Governo não está preparado... Bom, o País ficaria tranquilo se fosse o Sr. Deputado Francisco Louçã a governar e a tomar conta das finanças públicas e dos nossos impostos?*

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): Não me compare consigo!

(b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — Sr. Deputado, tenho uma certa simpatia por si. Identifico-me! É uma imagem da minha juventude! [Risos] Mas não deve ser assim tão categórico e tão definitivo! De resto, o que nos afasta, do ponto de vista das ideias, fica demonstrado quando V. Ex.^a nos critica. Cada crítica que faz, por mais dura e severa que seja, é a confirmação de que, provavelmente, estamos no caminho certo, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): —É verdade!

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): —*Que belo argumento!*

(c) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — *Eu não espero o apoio do vosso respeitável grupo parlamentar. Aliás, devo dizer que até acharia estranho se o vosso grupo parlamentar apoiasse a nossa orientação em matéria de política económica, em matéria de política fiscal, em matéria de política europeia, em matéria de sinais de estímulo e crescimento para a nossa economia. Só que não somos tão categóricos e tão definitivos e tão arrogantes no julgamento das pessoas!*

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): —Não são arrogantes?

(d) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — Nós não dizemos, como VV. Ex.^{as} às vezes dizem, e como disse há pouco o Sr. Deputado Carlos Carvalhas, que estamos ao serviço de interesses. *Mas desculpo-vos isso!*

Vozes do PCP: —Ah !

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Não tem poder para nos desculpar!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — Desculpo, *porque os senhores estão cegos pela vossa posição ideológica. Mas só por isso é que posso desculpar uma acusação que não é séria e que, caso VV. Ex.^{as} quisessem, de facto, significar isso, atingiria a honra das pessoas que fazem parte deste Governo, que têm uma ideologia própria, ideias e valores próprios, mas, apenas, ao serviço de Portugal!* (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, pp. 1219-1220)

O Primeiro-Ministro opta por ridicularizar Francisco Louçã e o partido que representa, sem contestar verdadeiramente os argumentos ou o ponto de vista do adversário (aspeto denunciado pelo aparte irónico de João Teixeira Lopes), recorrendo ao ataque *ad personam*, ou seja, ao insulto

(66). A utilização do ato de fala diretivo impositivo marca a assimetria entre os interlocutores, agravada pela asserção de pretensa identificação do orador com o interlocutor, com recurso ao advérbio de inclusão («Eu *também* era assim quando era novo»), numa estratégia de persuasão do auditório para aderir a uma imagem de inexperiência de Louçã decorrente da sua juventude – note-se a amplificação: «tenho uma certa simpatia por si. Identifico-me! É uma imagem da minha juventude !» –, contrária à imagem política do orador. Note-se o *ethos* de autoridade, legitimado pelo lugar que ocupa no parlamento (líder do Governo). A interrogação retórica coloca a ridículo a acusação de incompetência ao Governo feita pelo Coordenador do BE, bem como as hipotéticas pretensões de Louçã e do seu partido em formarem Governo. Não só pela inexperiência que não deixaria o «país tranquilo», argumento este que serve de contraponto à acusação de que «o Governo não está preparado», mas principalmente pela ideologia de extremista de esquerda, contrária aos desejos da maioria da população portuguesa – subentende-se pela utilização da sinédoque. Note-se a intensificação da descortesia na seleção do adjetivo axiológico que qualifica os deputados do BE, utilizado pejorativamente com valor antifrástico («Eu não espero o apoio do vosso *respeitável* grupo parlamentar.»), criando-se uma imagem de irrelevância do Bloco de Esquerda, enquanto partido com assento no parlamento (partido apenas com dois deputados, tendo tido a sua estreia na legislatura anterior). O marcador retificativo «Aliás» introduz uma justificação do conteúdo afirmado na asserção anterior e introduz ainda a amplificação da ideia que o orador deseja passar – a demarcação do seu Governo da ideologia da esquerda «radical» – selecionando-se a repetição anafórica, de modo a relembrar ao auditório as matérias em que divergem Governo e BE. Repare-se como a oscilação entre enunciação na primeira pessoa do singular e a primeira do plural apresentam *ethos* diferentes que se complementam. A utilização do «eu» («*tenho* uma certa simpatia por si»; «*Eu não espero...*»), que enforma *ethos* individual, marca a subjetividade do orador, do ponto de vista pessoal e constrói um *ethos* paternalista. Por sua vez, o «nós» («*Nós não dizemos...*»; «a *nossa* orientação») configura um *ethos* coletivo e contribui para a consolidação da identidade do partido a que pertence, assumindo também Durão Barroso a sua autoridade e o seu *ethos* de liderança, legitimado pelo seu papel institucional. Ainda no que concerne à *deixis* pessoal, de observar que pela seleção do possessivo, em «crescimento para a *nossa* economia», o orador apresenta-se não só no papel de Primeiro-Ministro, de quem detém a responsabilidade pelo crescimento económico do país e o poder de decisão (*ethos* de liderança), como se pretende uma identificação com todos portugueses (*ethos* de identificação), o que remete para a asserção final, na qual se procede à

construção de uma imagem valorizadora do Governo, de espírito quase «messiânico» «ao serviço de Portugal» (note-se o valor agregador da sinédoque). Afirmar-se, portanto, na peroração do discurso um *ethos* de liderança. Na refutação estratégica da acusação de o Governo estar «ao serviço de interesses», Durão Barroso recupera o tom condescendente, revelador de arrogância, pelo ato de desculpar «uma acusação que não é séria» (*ethos* de autoridade). De mencionar ainda, numa estratégia de apelo ao *pathos*, o uso da figura da preterição, predispondo o auditório a aderir à ideia da ofensa feita ao Governo, refazendo, deste modo, o *ethos* de virtude.

Refutando posteriormente o contra-ataque de Luís Fazenda (BE), que fez um pedido de esclarecimento de forma a reparar a ofensa (vd. secção 3.2.), o Primeiro-Ministro procede, também ele, à recuperação da sua credibilidade, construindo um *ethos* de seriedade e reafirmando uma postura de determinação, mostrando um *ethos* de potência. De mencionar, como procedimentos retórico-pragmáticos, a reorientação argumentativa pelo uso da paradiástole, introduzida pela figura da correção, que se configura como uma estratégia de valorização do Governo, sugerindo-se a sua postura dinâmica pela anáfora (67a). A contestação das acusações passa também pela vitimização⁶²⁸, com referência aos «movimentos de contrarreforma», mobilizando-se a metábole («*com os argumentos mais diversos, com as desculpas mais díspares*») como recurso de presença. Com o propósito de reparar a imagem de arrogância hétero-atribuída, Durão Barroso mobiliza o argumento comparativo, construindo um *ethos* de virtude, e procede a um *distinguo* (67b), que constrói um *ethos* de carácter e procura afirmar um *ethos* de liderança.

(67) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — [...] V. Ex.^a disse que este é um Governo de confronto. *Eu até preferia que dissesse mesmo que é um Governo de combate.* [...] Somos um Governo *de combate às dificuldades, de combate aos bloqueios, de combate aos interesses instalados!* Sabemos que quando se procura fazer reformas num país *há sempre movimentos de contra-reforma*, e VV. Ex.^{as} estão do lado da contrarreforma, estão do lado daqueles que não querem as reformas que podem bulir contra fatores de rigidez no tecido económico, contra algumas corporações instaladas. *Sempre que há vontade reformadora no País surgem, com os argumentos mais diversos, com as desculpas mais díspares*, aqueles que querem, a todo o custo, opor-se à reforma, sobretudo quando esta toca em determinados interesses instalados e procura reduzir a despesa pública. *Somos, pois, um Governo de combate às dificuldades, ao atraso, à miséria no nosso país!*

(b) *Mas não confunda a nossa firmeza e a nossa convicção, a firmeza e a convicção do Governo e da maioria que o apoia, com arrogância ou falta de respeito institucional!* Pelo contrário, e já aqui o demonstrámos, somos o Governo que tem mostrado mais respeito por esta Assembleia da República, que tem feito tudo para assegurar uma boa cooperação institucional com a Assembleia da República, com o Presidente da República e com todos os outros órgãos de soberania! VV. Ex.^{as} pensam que isto nos levaria ter menor firmeza e determinação no nosso combate, e não é este o caso. (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1229)

⁶²⁸ «En se posant en victime, il transforme l'accusateur en persécuteur et l'accusé, lui-même, en persécuté, ce qui l'exempt de toute justification» (Charaudeau, 2014a: 98).

X Legislatura (2005-2009) | Primeiro-Ministro: José Sócrates

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Deputado, eu não tenho culpa da sua ignorância. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, pp. 35-36)

José Sócrates lidera, na X legislatura, a primeira maioria absoluta dos socialistas e, no *debate sobre o estado da Nação*, é dos líderes mais reativos aos ataques, protagonizando alguns dos episódios argumentativos de maior agressividade, como se ilustra em epígrafe.

Omnipresente nos debates, o argumento que coloca em causa a pessoa, e não os seus argumentos, configura-se no principal procedimento de descrédito do Primeiro-Ministro, tanto pelas bancadas à direita como à esquerda, sendo a representação do seu discurso um dos procedimentos usados para o fazer. Em (68), as palavras de José Sócrates, enquanto deputado do PS no debate de 2002, são recuperadas pelo líder da oposição no argumento *ad hominem*, agora ao Primeiro-Ministro José Sócrates, na variante do Tartufo (note-se como a citação literária de Camões, que apresenta um efeito de evidência, reforça a diferente atuação de José Sócrates enquanto detentor do poder).

- (68) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): —Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quanto à honestidade, entre mim e si há uma diferença: é que eu nunca prometi em campanha eleitoral uma coisa e, depois de estar em funções executivas, fiz outra. Isso nunca fiz!

Protestos do PS.

Aplausos do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro não pode dizer o mesmo! Ter honestidade política é sermos fiéis à nossa palavra. O Sr. Primeiro-Ministro, infelizmente, em matéria de impostos, não pode dizer isso. E *quanto a honestidade, estamos conversados!* Como imagina, Sr. Primeiro-Ministro, estas frases não são minhas. Estas frases que acabei de citar são suas, e foram proferidas, aqui, há três anos, no debate do estado da Nação, quando o senhor era deputado.

Aplausos do PSD.

Como se vê, Sr. Primeiro-Ministro, «*mudam-se os tempos e mudam-se as vontades*». É assim que se perde a coerência e se perde a credibilidade política. É assim que se explica que em 40 minutos de discurso o senhor não tenha tido uma única palavra sobre esta momentânea questão: os impostos e a falta à sua promessa eleitoral. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, pp. 1693-1694)

O Primeiro-Ministro, por seu turno, refuta a acusação da subida de impostos e desmascara a estratégia do adversário («O Sr. Deputado é hábil e continua com os truques de sempre») (69), fazendo um juízo de valor sobre a sua prestação, descredibilizando-o enquanto deputado da oposição.

- (69) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): —Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, começo pelo ponto dos impostos. Fico com a sensação de que o Sr. Deputado não tinha assunto nem agenda e, portanto, inventou um assunto. [...] ... no Programa de Estabilidade e Crescimento não está prevista nova subida de impostos. [...] *Por isso, Sr. Deputado, lamento, mas continua sem assunto e sem agenda!* O Sr. Deputado é hábil e continua com os truques de sempre. Já no Orçamento retificativo quis lateralizar a questão, dado o embaraço que tinha em discutir o Orçamento retificativo, e, então, *inventou essa espécie de conspiração secreta para o aumento dos impostos.* (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, pp. 1695-1696)

Luís Marques Mendes invoca a figura regimental de defesa da consideração da sua bancada e reforça a sua tese, argumentando pela atribuição das emoções da ordem da irritação (70), chamando, assim, a atenção para o descontrolo emocional do Primeiro-Ministro, acusando-o ainda de arrogância (70c). Note-se, porém, o procedimento de atenuação pelo uso do quantificador existencial («torna um *pouco* arrogante *nalguns* momentos, com *algumas* críticas») (70c). De forma hábil, o orador procede à reorientação do termo de emoção (utilizando a modalidade deôntica com valor de probabilidade, como forma de proteger a sua face) pela anadiplose, e amplifica a acusação pelo argumento *ad hominem* (70b). De mencionar a construção de um *ethos* de autoridade pela utilização dos atos diretivos, que constituem FTA, como é o caso do enunciado recuperado de Almeida Santos (PS), que toma então um novo alvo (70c). A réplica do Primeiro-Ministro mobiliza um ataque *ad personam* (71), pelo qual constrói um *ethos* autoritário e arrogante.

- (70) (a) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): —Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: V. Ex.^a *irritou-se há instantes com as minhas palavras.*
 (b) [...] Não precisa de ficar *irritado*. *Irritados, irritados sobretudo* com a questão dos impostos, devem estar os portugueses por verem que o senhor faltou ao seu compromisso eleitoral [...]
 (c) *E também escusa de ficar irritado, o que o torna um pouco arrogante nalguns momentos, com algumas críticas.* Eu, já que hoje estou em maré de citações, citando um colega seu, diria «Vá-se habituando, porque isto ainda agora começou e é normal no debate democrático e aplausos e críticas.» (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1697)
- (71) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — *Não invente um problema!* O que o Sr. Deputado quer é fixar uma manobra de diversão, mas isso não tem sucesso, *é apenas ridículo*, é apenas uma encenação. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, pp. 1697)

Também em (72), a argumentação do líder do PSD se concentra no plano *ad hominem*, evidenciando o orador o distanciamento entre a realidade (pela metáfora do campeonato desportivo) e a visão otimista do Governo. Note-se o comentário avaliativo em (72c), através do qual o orador coloca em causa a identidade do Partido Socialista, censurando a traição aos seus valores ideológicos.

- (72) (a) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, *acabou o seu número de propaganda.* [...] Vamos, agora, à realidade dos factos. [...] Durante mais de 30 minutos, o Sr. Primeiro-Ministro *fez o seu autoelogio e o elogio da sua governação.* No entanto, *não foi capaz, durante mais de meia hora, de reconhecer um problema, uma dificuldade, uma situação difícil que os portugueses vivem.*

(b) [...] todos os anos baixamos de «divisão», todos os anos há mais um país da Europa que nos ultrapassa. Já estamos em 19.o lugar e, no próximo ano, baixaremos para 20.o lugar. [...]

(c) O resultado social desta política é termos uma nação mais injusta. *Pela mão de um Governo socialista aumentam as desigualdades sociais em Portugal. Quem diria?! O fosso entre os mais ricos e os mais pobres agrava-se.* (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 13)

O *ad hominem tu quoque* é, por seu turno, mobilizado na refutação das acusações (73), construindo-se um *ethos* de potência. O Primeiro-Ministro contesta também a avaliação negativa do estado do país pelo argumento do mérito (73a) (note-se o *ethos orgulhoso*), construindo um *ethos* de competência.

(73) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Sr. Deputado Luís Marques Mendes, qualquer que seja o ângulo pelo qual analisemos a situação da economia portuguesa essa observação só pode conduzir a uma leitura positiva. Há dois anos, nenhum economista e nenhuma instituição previam a situação em que estamos hoje, com um crescimento económico, que vamos ter este ano (previsto por todos), próximo dos 2% e com o défice orçamental, finalmente, muito próximo de cumprir os objetivos previstos no Pacto de Estabilidade e Crescimento. *Ninguém diria que conseguiríamos, em apenas dois anos, estes resultados!* Esta é a única leitura honesta e objetiva da situação económica.

(b) O que é absolutamente lamentável é que o partido responsável pelo maior falhanço económico dos últimos 30 anos, [...] venha agora queixar-se que nós não resolvemos suficientemente depressa os problemas que eles deixaram em Portugal! [...] Sr. Deputado Marques Mendes, que eu sabia, empobrecer significa produzir menos num ano do que no ano anterior. [...] Nunca aconteceu com este Governo, Sr. Deputado, mas aconteceu no tempo do seu governo, em que houve uma recessão! E não houve apenas uma recessão, pois deixou o País à beira de outra! Ó Sr. Deputado, que autoridade tem o senhor para falar em questões económicas, quando teve o maior falhanço de sempre nas questões económicas?! (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, pp. 16-17)

Um dos ataques da esquerda é, naturalmente, a governação à direita (77); um dos *topoi* refutativos do Governo socialista é a denegação das políticas de direita. Recorre-se geralmente ao argumento por ilustração para relembrar a obra feita (74) ou ao argumento de autoridade, que em (75) é usado para refutar as acusações de manipulação dos números. Note-se a tensão emocional do discurso, sendo mobilizados o paralelismo anafórico (75a) e a repetição (75b) – como forma de tornar presente na consciência os efeitos positivos das medidas sociais implementadas pelo Governo –, bem como o ataque *ad personam* («E o Sr. Deputado não percebeu que o rendimento»), construindo-se um *ethos* de carácter (pela veemente contra-argumentação). O estado de irritação do orador acusa a perturbação causada pelas interrupções constantes do PCP, utilizando-se apóstrofes e atos diretivos impositivos (75b), reveladores de um *ethos* emocional e agressivo. O Primeiro-Ministro tenta reparar a imagem negativa criada pelo PCP através da construção de um *ethos* de credibilidade e competência, pelo que recorre ao argumento de causalidade (note-se o rigor numérico) (75c) e salienta o argumento de autoridade pela metonímia e pela ênfase.

- (74) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, a questão é, muito simplesmente, esta: diz que a sua bancada falará, mas a «cegueira» do Partido Comunista com o Partido Socialista, quando este está no Governo, é tanta que é incapaz de reconhecer o que, nestes últimos dois anos, o Partido Socialista fez na área social. [...] Sr. Deputado, não me lembro de um governo que, em dois anos, tivesse lançado medidas sociais de tamanho alcance — *de redução da pobreza, de apoio à natalidade e de modernidade social* —, como fez este Governo, e é «cegueira» da esquerda não querer reconhecer isso! (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, pp. 24-25)
- (75) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Diz o Sr. Deputado: «O Sr. Primeiro-Ministro está a manipular os números do desemprego». Sr. Deputado, *dizer que o saldo líquido da criação de emprego, desde que chegámos ao Governo, é de 41 000 não é manipular, é citar! Dizer que o aumento do rendimento das famílias no ano de 2006 é de 3,9% não é manipular, é citar! E o Sr. Deputado não percebeu que o rendimento*
- O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Baixaram o salário real!
- (b) O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Oiça, Sr. Deputado! Tenha calma, não se enerve!
- O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Mas baixaram o salário real!
- (c) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — O rendimento das famílias subiu 3,9% por causa das prestações sociais. Ouvia, Sr. Deputado? Prestações sociais! É o que diz o Banco de Portugal. Quer dizer que as prestações sociais, em Portugal, corrigiram a injustiça. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 24)

Em (76)-(78c), o Primeiro-Ministro refuta as críticas dos partidos de esquerda através de um outro tipo de argumento: invoca legitimidade do poder que lhe foi concedido pela maioria dos portugueses (lugar da quantidade⁶²⁹) para prosseguir o tipo de políticas que tem conduzido, construindo assim um *ethos* de autoridade e de liderança. Note-se ainda em (78a) a figura da apodioxé, precedida de uma estratégia atenuadora do FTA («com toda a simpatia»), que constrói um *ethos* de potência.

- (76) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Sr. Deputado, olho para todas as bancadas e *onde sinto realmente apoio é na bancada do Partido Socialista e não preciso de mais apoios nem de mais ninguém!*
- O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Mas que novidade! Mal de si!...
- O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — *Porque o povo português quis ter um Governo com maioria absoluta para conduzir uma política com o programa do Partido Socialista! Não com o seu programa,...[...] ... não com o programa do Partido Comunista, nem com o programa da direita. Aqui diferimos: há uma esquerda muito plural. [...]* (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1717)
- (77) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de colocar-lhe uma outra pergunta em relação à segurança social. *Ouvi-o falar com entusiasmo dessa reforma, mas nós entendemos que é uma contrarreforma.* [...] Explique aos portugueses aqui, neste debate, como é possível deixar intocáveis as empresas, não lhes pedindo um esforço mínimo, em particular àquelas que têm grandes lucros, quando as suas medidas preveem o aumento da idade da reforma e a desvalorização das pensões. [...] *Estas medidas não são de um governo de esquerda, não são de um governo que quer resolver os problemas sociais!* (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, pp. 6689-6690)
- (78) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, *deixe-me dizer-lhe para começar, com toda a simpatia, que não é o Sr. Deputado que passa atestados a quem é ou não é de esquerda.* [...]
- (b) *Há 30 anos que ouço essa conversa, Sr. Deputado. [...] Há 30 anos que o Partido Comunista, cada vez que o Partido Socialista está no governo (e bastam seis meses!), vem dizer que as políticas do PS são de direita.* [...]
- (c) Sr. Deputado, não confunda o nosso projeto com o seu projeto. Os portugueses votaram no nosso projeto não no seu projeto. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6690)

⁶²⁹ A argumentação pelo *lugar da quantidade* estabelece que uma coisa é melhor por razões quantitativas. Frequentemente utilizado, é um dos fundamentos da democracia, que pressupõe a superioridade do que é admitido pela maioria.

Se *topos* de refutação aos parlamentares comunistas é o argumento do excesso, referindo-se o discurso repetitivo (78b)-(79)-(80), as réplicas de José Sócrates em acusam uma certa impaciência e revelam-se ofensivas, pela referência ao domínio do intelecto (79b). Observe-se em (80b) a asserção categórica de polaridade negativa epistemicamente modalizada, profundamente ameaçadora da imagem do partido, sendo o conteúdo amplificado pelas lítotes. O insulto ao partido é ainda efetuado pela estratégia de transferência de atribuição (note-se a preocupação em mitigar a ofensa pela atribuição do adjetivo «irresponsável» à perspetiva, e não à pessoa), procurando criar-se uma imagem de irresponsabilidade do PCP. A arrogância do Primeiro-Ministro evidencia-se também no enunciado com intuito provocatório «*Nem sempre com prazer, é certo, mas com atenção*» (80d).

- (79) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Insistir em ver o País carregado dessas tintas negras, como o Sr. Deputado apresenta sempre a situação. Aliás, *não é apenas o Sr. Deputado, o Partido Comunista sempre apresentou assim o País, quer haja recessão quer não haja*. Estou há tempo suficiente nesta Assembleia para saber isso. [...] *Haja o que houver, o Sr. Deputado diz sempre «há 500 000 desempregados, há não sei quantos milhões de pobres»*. [...]
- (b) Por isso, Sr. Deputado, a caracterização que faz leva-me, muitas vezes, a dizer que o Partido Comunista diz sempre a mesma coisa, que não tem a mínima capacidade para ver para além do slogan! Sr. Deputado, lamento, mas considero que isso não é positivo! (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 24)
- (80) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, «*todos diferentes, todos iguais*». Sabe o Sr. Deputado que também sou Deputado desta casa há muitos anos. E, *infelizmente, ouço, há 30 anos, o Partido Comunista dizer sempre a mesma coisa...[...] ...que o Partido Socialista é igual à direita. Há 30 anos que vos ouço dizer isto!* Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que já não acho estranho.
- (b) [...] Nos momentos críticos da governação, *a verdade é que o Partido Comunista esteve sempre igual a si próprio. E não aprende nada! Para o Partido Comunista — é preciso dizê-lo — a matéria da renovação não é, verdadeiramente, o seu forte*.
- (c) [...] *Considero absolutamente irresponsável a perspetiva de quem olha para o problema e entende que não há problema algum e que tudo devia continuar como sempre*. [...]
- Vozes do PCP**: — O problema existe! A vossa solução é que não serve!
- (d) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — *Calma, Srs. Deputados! Eu também vos ouço com serenidade e com atenção! Nem sempre com prazer, é certo, mas com atenção*. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1705)

Face à argumentação do Secretário-Geral do PCP, que evidencia a responsabilidade do Governo na crise social do país, sublinhando a sua incompetência, isto é, o não saber fazer («manque de *savoir-faire*», Charaudeau, 2014a: 97), ao não ter previsto a crise que se anunciava (81) (note-se, inversamente a valorização do seu partido por tê-la previsto), José Sócrates mobiliza uma contra-argumentação contundente da ordem do *pathos*, construindo um *ethos* de carácter. Visando reparar a sua imagem pela construção de um *ethos* de competência, o orador seleciona o argumento pela ilustração (82a), recorrendo a uma série de perguntas anafóricas que visam também censurar a postura permanentemente contra do PCP, centrando-se a crítica no adversário. O Primeiro-Ministro recorre à figura da subjeção para introduzir o argumento causal, estabelecendo um

juízo acerca das motivações do Partido Comunista (82b). A amplificação do discurso bem como a mobilização do argumento do espantalho, com utilização da hipérbole, contribuem para adesão do auditório ao seu ponto de vista.

- (81) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] *Mas quando se anunciava, finalmente, «a terra do leite e do mel», o fim do ciclo das dificuldades, parafraseando o Sr. Primeiro-Ministro, eis que surge a chamada crise internacional. Sr. Primeiro-Ministro, sem desconhecer os seus efeitos, não considera um erro datar as nossas dificuldades, os nossos problemas, precisamente com o anúncio dessa crise internacional?* [...] É que isso era negado. O Sr. Ministro das Finanças, aqui mesmo, num debate, dizia: «Lá está o PCP com o seu discurso tremendista. Nós estamos preparados, enfim, para os efeitos dessa possível crise». [...] E, de repente, eis que se reconhece não só a crise como ate, surpreendentemente — quantas vezes nos acusou de estarmos a ser exagerados, pessimistas! — o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros diz que estamos perante a maior crise internacional desde a 2.^a Guerra Mundial! [...]. (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 31)
- (82) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] E por que é que o Sr. Deputado, num debate sobre o estado da Nação e num momento em que o País e as famílias enfrentam dificuldades, ignora olímpicamente aquilo que anunciamos, fizemos e decidimos no que diz respeito a aliviar as famílias nas despesas de habitação e nas despesas de educação? Por que é que o Sr. Deputado não se refere à majoração das deduções de IRS, que beneficiam um milhão de famílias?! Por que é que o Sr. Deputado ignora a baixa do IMI?!
- (b) Sabe porquê, Sr. Deputado? Eu vou responder-lhe: é por puro sectarismo político! O Sr. Deputado só tem na cabeça o seguinte: «tudo o que vier daquele Governo deve ser combatido por nós!» A única coisa em que o Sr. Deputado pensa é na possibilidade de ganhar votos à custa do Partido Socialista, portanto faz aquilo que há 30 anos o seu partido faz: dizer que tudo o que vem do Partido Socialista é mau! [...] E, pior, ao fim de três meses de Governo, já diz que tudo é de direita, por mais justa e por mais social que seja uma medida! (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 33)

Torna-se um padrão na argumentação de José Sócrates o ataque ao Partido Comunista pelo argumento do espantalho, tanto pela caricatura como pela deturpação do seu discurso (83), como é, aliás, denunciado pelos apartes da bancada comunista e pelo seu Secretário-Geral (84b), que, de forma inusitada – como assinalado pelo Presidente da Mesa (84a) –, recorre a um expediente⁶³⁰ para reparar a sua imagem (84), mostrando um *ethos* de carácter.

- (83) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] O Sr. Deputado entende e quer convencer os portugueses de que a crise internacional é resultado da política do Governo.
- O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — *Não! Ninguém disse isso!*
- O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Se não disse que é resultado da política do Governo, acha que o Governo também é conivente.
- Protestos do PCP.*
- Os senhores reduzem essa ideia ao seguinte: o Governo é neoliberal e, portanto, está de acordo com a política internacional.
- O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *Seja sério!*
- O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — *Ó Sr. Deputado, isso é que não é sério do ponto de vista político!* (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 34)

⁶³⁰ Uma das estratégias que revelam a habilidade política dos deputados são as interpelações à mesa, de modo a conseguir comentar os esclarecimentos dados, quando o tempo regulamentar está esgotado. Neste caso usa-se a figura regimental não para fazer uma interpelação, mas para fazer outra intervenção.

- (84) (a) O Sr. **Presidente**: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa. *Da parte de V. Ex.^a a Mesa nem duvida que seja uma verdadeira interpelação.*
- (b) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — É claro que é uma interpelação, Sr. Presidente, no sentido de saber se os serviços técnicos da Assembleia podem garantir que não há, aqui, um problema de comunicação. É que falei na questão da desvalorização dos salários e o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu nada em relação a esta matéria de fundo, que tem a ver com 4 milhões de portugueses.
- (b) Reconheci que a crise internacional tem impacto no nosso País, só que acusei o Governo quanto às suas próprias responsabilidades. O Sr. *Primeiro-Ministro fez uma diatribe política, dizendo que eu considerava que a crise internacional não tinha nenhum impacto.* Em síntese, Sr. Presidente, era bom saber, junto dos serviços, se o meu microfone está a funcionar bem. (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 35)

O Secretário-Geral do PCP utiliza um caso particular de funcionamento do implícito, o tropo comunicacional (Kerbrat-Orecchioni, 1998), estipulando o Presidente da Mesa como alocutário (destinatário direto), enquanto o verdadeiro alocutário (o destinatário principal) é o Primeiro-Ministro. Sendo-lhe também concedida a palavra para responder a Jerónimo de Sousa, José Sócrates seleciona a paradiástole a fim de se demarcar da perspetiva ideológica da esquerda comunista. Note-se o contra-ataque pela falácia de pressuposição (*«Nós não estamos presos a uma ideologia imobilista e fixista, nós queremos soluções responsáveis para as pessoas»*).

- (85) O Sr. **Primeiro-Ministro**: —[...] não, não houve nenhum problema de comunicação, Sr. Deputado,
- O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Então, é mesmo auditivo!
- O Sr. **Primeiro-Ministro**: — *nem há entre o Partido Socialista e o Partido Comunista qualquer problema de comunicação; há, sim, um problema de visão política. Nós não estamos presos a uma ideologia imobilista e fixista, Protestos do PCP.*
- nós queremos soluções responsáveis para as pessoas.*
- O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Vem aí o comício, outra vez?!
- O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Srs. Deputados, *acalmem-se um pouco!* (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 35)

Para além dos constantes apelos à prossecução do seu discurso sem interrupções (80d)-(85), que denunciam a perturbação do orador, o contradiscurso do líder do executivo é atravessado por emoções da ordem da indignação e da irritação, como já foi observado, fazendo mostras de um *ethos* profundamente emotivo. Na sua resposta ao pedido de esclarecimento do deputado Francisco Madeira Lopes, do Partido Ecologista «Os Verdes», o Primeiro-Ministro justifica sua indignação pelo facto de o Partido Comunista e de o PEV não reconhecerem («não encontro explicação») as políticas de combate às alterações climáticas na agenda do Governo (86). A refutação das críticas acusa a impaciência de José Sócrates, que recorre à modalidade polémica para desclassificar os adversários, pela sua atitude de permanente combate político. A emoção é mostrada pela seleção de léxico pejorativo em enunciados exclamativos. Note-se a intensificação da emoção através das asserções

epistemicamente modalizadas: primeiro, o orador apresenta um menor grau de certeza relativamente ao conteúdo expresso («*Penso que vai nisso uma cegueira sectária [...]*»)(85c); no enunciado subsequente, o orador assume claramente o seu conteúdo proposicional através do uso da locução adverbial reforçadora da verdade da asserção («*De facto, essa postura transforma e obnubila o vosso pensamento!*»)(86e). O aumento de tensão emocional decorre da provocação dos deputados do PCP (partido que integra a coligação CDU com o PEV), que, em sucessivas intervenções não autorizadas (86), conseguem desestabilizar e destruir o seu discurso. Note-se, na primeira interrupção do deputado João Oliveira (86d), a alusão irónica à «cassete» (denominação recorrentemente utilizada pelo PS para qualificar o discurso repetitivo do PCP), como réplica à expressão «*cegueira sectária*», solidarizando-se, assim, de forma irónica, o deputado do PCP com o Primeiro-Ministro.

- (86) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, há 30 anos que o Partido Comunista e que Os Verdes
- (b) O Sr. **António Filipe** (PCP): — Há 30 anos Os Verdes ainda não existiam!
- (c) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates):— acusam o Partido Socialista, quando está no Governo, de ser de direita e de desenvolver políticas de direita. Penso que vai nisso *uma cegueira sectária* para a qual, por vezes, *não encontro explicação!*
- (d) O Sr. **João Oliveira** (PCP): — *É sempre a mesma «cassete»!*
- (e) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates):— *De facto, essa postura transforma e obnubila o vosso pensamento!* No meu discurso, falei [...] na prioridade que a Presidência portuguesa sempre atribuiu ao plano tecnológico para a energia e o Sr. Deputado devia saber que, hoje, a palavra-chave para inovação, tecnologia e energia é a das alterações climáticas, que sempre estiveram no programa da Presidência.
- (f) O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Alterações climáticas são duas palavras e não uma palavra-chave!
- O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — E o que é que os senhores estão a fazer? Nada!
- (g) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates):— Sr. Deputado, *não faça acusações ridículas!* Isso é *uma acusação ridícula, porque toda a gente sabe* que para a Presidência portuguesa e para toda a Europa é absolutamente indispensável manter o tópico das alterações climáticas no topo da agenda. Porquê? Porque Portugal é um dos países que mais pode mostrar serviço nesse domínio.
- (h) O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Pudera! Era o que estava mais atrasado!
- (i) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Deputado, *eu não tenho culpa da sua ignorância!* (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, pp. 35-36)

A atitude provocatória dos deputados da CDU converte-se em estímulo de um outro estado emocional mais intenso. A indignação do Primeiro-Ministro dá lugar à irritação⁶³¹, o que o faz entrar em diálogo direto com o deputado do PEV e mobilizar um ataque pessoal (86g). O orador utiliza como procedimento de mitigação a estratégia de transferência de atribuição (Ilie, 2004b) –

⁶³¹ Definida como «exaltação facilmente provocável, estado de nervosismo ou cólera contida; [...] exacerbação, exasperação» (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*).

«acusações ridículas» – não obstante o ato diretivo de polaridade negativa ameaçador da face. A justificação da qualificação pejorativa dos argumentos do adversário faz-se pela sua repetição, recorrendo-se, porém, à enunciação delocutiva, com valor de evidência. Repare-se como o argumento causal contempla um apelo *ad populum* («toda a gente sabe»), fazendo-se uso da *doxa*, com o propósito de reforçar a justeza da crítica feita ao adversário. A interrupção do deputado do PEV, que implícita a acusação de incompetência do Governo, provoca um aumento de tensão emocional que culmina no insulto⁶³² proferido pelo orador: «Sr. Deputado, eu não tenho culpa da *sua ignorância*» (86i).

A dimensão de confronto é intensificada pela coconstrução da agressividade na interação⁶³³, que se manifesta pelo aumento de tensão emocional do orador, em reação às constantes provocações dos adversários, apresentando, por conseguinte, um *ethos* fortemente emocional que favorece a mobilização de ataques *ad personam* (de lembrar que as emoções violentas contribuem quer para radicalizar a expressão da oposição quer para desvalorizar o adversário [cf. Amossy, 2014]). O insulto configura-se numa estratégia de contra-ataque e apresenta, essencialmente, uma função refutativa. Para além do *ethos* agressivo, o insulto constrói um *ethos* de arrogância.

Especialmente polémicas são as réplicas às críticas incisivas e acusações contundentes do Bloco de Esquerda, cujos deputados apresentam invariavelmente, um *ethos* agressivo de combate, construindo também um *ethos* de competência pelo domínio dos temas em debate e um *ethos* de carácter pela não conformação com atual estado das coisas.

As clivagens ideológicas são, naturalmente, um dos principais motivos de conflito entre o Governo e o Bloco de Esquerda, mas também as acusações de conluio, corrupção (ou de inação), de autoritarismo e de abuso de poder (87), que suscitam reactivamente ataques *ad personam*, como é o caso da acusação de demagogia em (88a). A expressão da indignação configura-se na estratégia refutativa, por excelência, de José Sócrates, que constrói um *ethos* de carácter, através dos

⁶³² «L'insulte est un acte de langage interlocutif; elle porte une force émotionnelle, voir pulsionnelle, et vit l'autre dans la volonté de le rabaisser et de le nier. Elle tient un rôle éminemment perlocutoire («Parce que je te traite de gros lard, tu vas te sentir comme ça»). Ce fonctionnement-là est rendu possible par des effets linguistiques» (Auger *et al.*, 2008: 639).

⁶³³ «Besides that, the deepening of disagreement, also envisaged by the debates, enables an aggressive interpersonal relation and, as a consequence, the manifestation of another type of emotion, irritation. In fact, these are regulated and controlled emotions that are part of political game» (M. A. Marques, 2012: 121).

enunciados interrogativos que denegam a responsabilidade dos casos apresentados – em (87a) –, e dos comentários avaliativos na modalidade delocutiva (88c), procurando neutralizar a tese do adversário também pela *reductio ad absurdum* em (88b).

(87) (a) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): – [...] Sr. Primeiro-Ministro, certamente tem conhecimento de que, há poucas horas, quatro associações patronais, registando o seu espírito sobre o estado da Nação, propuseram ao seu Governo, e disseram ao País, que queriam alterar o artigo 53.o da *Constituição para que passe a ser possível o despedimento por razões políticas e ideológicas* – exatamente assim. [...] A elite económica deste país entende, portanto, que é condição, para poder ter emprego, ter o cartão do PSD ou do PS. [...]

(b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): – Agora a culpa é do Governo?!

(c) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): – A culpa do Governo é exatamente esta, Sr. Primeiro-Ministro: onde o Governo manda, manda o pior autoritarismo. [...] O Sr. Primeiro-Ministro já se referiu aqui ao exemplo da empresa Metropolitano de Lisboa, EP, cuja nota de culpa foi distribuída ontem. Tenho-a comigo, aqui, pois o Sr. Primeiro-Ministro parece não a conhecer. A nota de culpa [...] que tem como responsável o Ministro da tutela [...] diz exatamente o seguinte: houve um advogado que contactou cada trabalhador para lhe dizer, em nome da empresa, que há direito de greve, não pode é haver grevistas; pode-se fazer greve, mas ninguém pode fazer esta greve [...]! (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 30)

(88) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): – [...] Sr. Deputado Francisco Louçã, o senhor começou a sua intervenção no seu melhor estilo, *usando o seu mais radical estilo demagógico*. Vejamos o que é que o Sr. Deputado começou por dizer: «Hoje, quatro associações patronais reuniram-se»! [...] Segundo facto: essas quatro associações patronais propuseram, se bem entendi, que eu nem quero acreditar, [...] que deveria poder ser possível

Protestos do BE.

(b) Oiçam por favor! Calma! Como dizia, propuseram que deveria ser possível o despedimento com base em razões políticas e ideológicas. Certo? [...] Terceiro, disse o Sr. Deputado: «Tudo isso acontece, por culpa do Governo. Tudo isto é resultado da acção do Governo». *Só falta dizer, Sr. Deputado, que o Governo os instigou!* [...]

(c) *Olhe, Sr. Deputado, isso é uma vergonha*

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): – Vergonha é o que se faz na Metropolitano! Isso é o que é uma vergonha! É isso que o Governo instiga!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): – *É uma vergonha essa insinuação* (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, pp. 31-32)

Ora, um dos momentos mais polémicos que marcaram o debate de 2008 foi protagonizado pelo coordenador do Bloco de Esquerda, que insinuou que o Governo andava de conluio com «ladrões». O comentário avaliativo, marcado pela ironia, antecipa a crítica à taxa «Robin dos Bosques»⁶³⁴ e aos lucros especulativos das petrolíferas (89a). Ao ilustrar o seu raciocínio pelo dialogismo (na parêmbola), o deputado clarifica o seu ponto de vista e torna presente o que, de facto, está em causa, conduzindo o auditório a pensar como ele e suscitando a indignação, tal como é expresso nos atos expressivos delocutivos repetidos (89b). Francisco Louçã condena ainda os «grandes negócios» das parcerias público-privadas nas barragens (89c), denunciando a conivência dos partidos que

⁶³⁴ Taxa de valor muito reduzido sobre as transações financeiras, que deve o seu nome à figura lendária inglesa que roubava aos ricos para dar aos pobres. Foi James Tobin (Prémio Nobel da Economia) quem propôs uma taxa de 0,5% sobre todas as transações cambiais, de forma a financiar o Estado. Em Portugal, a taxa foi proposta por José Sócrates, que permitiria subir os impostos às petrolíferas e converter as verbas obtidas em apoio social.

partilham alternadamente a governação (note-se o sarcasmo na expressão «sociedade anónima PS/PSD») e antecipa as consequências negativas de tais negócios, suportando-se no argumento pelo exemplo (89d). De notar o recurso ao argumento *ad populum* (89d), como forma de provocar mais facilmente a adesão ao seu ponto de vista. Refira-se a construção de um *ethos* de competência também pela apresentação do raciocínio com recurso a dados quantitativos («E, mais uma vez, fiz as contas»).

(89) (a) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Propôs-nos hoje a taxa «Robin dos Bosques», mas verificou-se aqui uma operação mágica que é espantosa. É que o Robin dos Bosques não se juntava com os ladrões dos castelos para dividir com eles — «100 milhões para mim, 300 milhões para ti» — aquilo que eles tinham tirado à população mais pobre. [...] O Sr. Primeiro-Ministro quer cobrar um quarto do lucro especulativo, mas pagando esse quarto, a Galp, a Repsol e a BP podem ficar com três quartos do lucro especulativo, ou seja, «um para mim, três para ti».

(b) Isto é inaceitável! Não tem qualquer efeito nos preços que as pessoas pagam! [...] Chama-se especulação, e esta especulação é inaceitável!

(c) [...] Este Governo faz concursos, entregando barragens à Iberdrola, de Pina Moura, durante 65 anos, ou à EDP, de António Mexia, por 75 anos de concessão. [...] Por outro lado, nas parcerias público-privadas nas grandes obras, há um acordo de consórcio, *da sociedade anónima PS/PSD, pois estão de acordo que elas sejam pagas a juro beneficiando às grandes empresas privadas. E, mais uma vez fiz as contas: as parcerias público-privado de todas as obras que estão em causam implicam que cada contribuinte, Sr. Primeiro-Ministro, cada pessoa, pague 2000€ de imposto para financiar essas empresas.* [...]

(d) Aliás, os portugueses já sabem que estas obras têm sempre uma conta secreta, que é a da derrapagem, e que vamos pagar derrapagens como as de 97 milhões na Casa da Música, de 235 milhões no aeroporto do Porto, de 31 milhões no túnel do Rossio. [...] (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 38)

O ataque à credibilidade de José Sócrates justifica a sua indignação, pelo que interpela diretamente Francisco Louçã, utilizando uma enunciação alocutiva, e censura o seu comportamento insultuoso pelas interrogações culpabilizadoras (90a). Ao denegar as acusações pela figura da apodioxé (90b), o orador mostra um *ethos* de carácter, tentando inverter uma imagem de desonestidade, e coloca-se numa posição de autoridade. Contudo, em reação ao ato diretivo, proferido em aparte por Francisco Louçã (90c), alusivo ao seu descontrolo emocional (e que mina a sua autoridade), verifica-se uma subida de tensão emocional que solicita da parte do orador atos diretivos com um maior «grau de impositividade» (cf. A. C. Lopes, 2018: 170), pese embora a tentativa de proteção da face pelos atos atenuadores de pedir desculpa.

(90) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, desculpe, mas começo por lhe fazer a seguinte pergunta: *considera razoável, num debate sobre o estado da Nação, chamar ladrões a empresários?!*

O Sr. **Carlos Lopes** (PS): — Inaceitável!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — O senhor é que chamou «Robin dos Bosques»!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — *O senhor considera correto dirigir-se dessa forma aos outros?! O senhor considera que é razoável, no debate político, termos um comportamento tão faccioso, tão sectário, tão baseado no ódio,*

que insultemos os outros, Sr. Deputado?! Parece-lhe que, agora, as empresas, apenas por serem privadas, não têm direito ao bom nome?!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — São 400 milhões de especulação e o Sr. Primeiro-Ministro considera que são boas pessoas?!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — O Sr. Deputado pensa que pode insultar toda a gente e que isso lhe fica bem?! O Sr. Deputado pensa que é razoável insultar todo o mundo?! Desculpe, Sr. Deputado, mas não põe a mão na consciência para se perguntar se esses termos são próprios?!

(b) E desculpe, Sr. Deputado, mas notei bem o que quis dizer: o senhor chamou ladrões aos outros e também insinuou que o Governo anda de mão dada com eles. Ó Sr. Deputado, não lhe admito isto! Este é um Governo honesto e, portanto, não lhe admito isto! Já lhe disse isto várias vezes!

(c) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Controle-se!

(d) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Deputado, tenha contenção, tento na língua, não insulte os outros! Não é preciso recorrer ao insulto para ganhar um debate! O Sr. Deputado, para desenvolver um argumento, não precisa de insultar! E o que tenho notado, nos últimos tempos, é que o Sr. Deputado já se dispensa de argumentar, o Sr. Deputado só insinua, só ataca, só acusa e só insulta! Sr. Deputado, desculpe, mas contenha-se! Peço desculpa por lhe dizer isto, Sr. Deputado, mas já é a terceira vez que tenho de lhe chamar a atenção para os termos que usa! Não pode chamar ladrões a pessoas! As pessoas têm direito ao seu bom nome! (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 38)

A polémica é marcada pelo *pathos*. Como forma de desclassificar o adversário, o Primeiro-Ministro mobiliza repetidamente asserções categóricas que aludem ao desconhecimento do que está em causa, sendo selecionada a figura da correção (91a). A indignação, que em (91b) contribui para a construção de um *ethos* de virtude (e de carácter), é mostrada quer pelo enunciado exclamativo que denega a acusação de conluio; quer pela interjeição de valor refutativo («Por amor de Deus!»), característica do discurso de José Sócrates; quer pelo ato diretivo impositivo, que descredibiliza o adversário. Como referido por Plantin (2016: 38), os ataques *ad personam* são acompanhados de uma descarga emocional. Ora, tomando em consideração as interrupções do adversário, o orador reage, construindo um *ethos* de arrogância não só pela repreensão ao adversário («Peço desculpa, isso não é forma de se referir nem ao Governo nem ao Dr. Pina Moura!») como pelos insultos («Desculpe, isso pode ser uma doença infantil que lhe vem de há muito tempo»; «Isto não é uma RGA (reunião geral de alunos) dos anos 70!»), que deslegitimam a posição do adversário. De mencionar ainda a estratégia refutativa da retorsão pela figura da antanáclase, num enunciado igualmente marcado pelo *pathos* (91d).

- (91) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Depois, Sr. Deputado, também não sabe do que fala! Quando falou de barragens, percebi que não sabe do que fala. Em primeiro lugar, Sr. Deputado, as barragens e o plano de barragens não são parcerias público-privadas. O Sr. Deputado está enganado. O Estado lança um concurso para a utilização do domínio hídrico.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Para quantos anos?

(b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Um concurso com completa transparência! E o Sr. Deputado vem dizer que o entregamos ao Dr. Pina Moura, que estamos conluídos com o Dr. Pina Moura?! Ó Sr. Deputado, por amor de Deus! O Sr. Deputado tenha um pouco de tento na língua!

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Quem é que dirige a Iberdrola?

(c) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Peço desculpa, isso não é forma de se referir nem ao Governo nem ao Dr. Pina Moura! Num debate político sério, com o mínimo de respeito, o Sr. *Deputado não tem esse direito! Não tem o direito de recorrer ao insulto! Desculpe, isso pode ser uma doença infantil que lhe vem de há muito tempo, mas não lhe admito isso, Sr. Deputado!* [...] Não gosto de ser insultado, nem de ouvir insultos, Sr. Deputado! [...] *Estamos na Assembleia da República! Isto não é uma RGA (reunião geral de alunos) dos anos 70! [...] Não tem o direito!*

(d) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Que vergonha!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — *Vergonha?! Vergonha é a forma como o senhor se dirige ao Governo e às outras pessoas! Isso é que é uma vergonha!* (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, pp. 38-40)

Em (92), o Primeiro-Ministro deplora a interpelação de Francisco Louçã e mobiliza outras estratégias de descredibilização do adversário, de forma a recuperar a sua autoridade: a dissociação («Não confundo a liberdade com a liberdade de insultar») e o argumento pela definição.

(92) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, lamento muito que o Sr. Deputado Francisco Louçã tenha pedido a palavra para fazer uma interpelação apenas para defender o seu direito a insultar seja quem for. Lamento muito, Sr. Deputado. *Não confundo a liberdade com a liberdade de insultar.* [...] Desculpe, Sr. Deputado, o insulto não tem que ver com a liberdade de expressão. O insulto é a arma dos fracos e o que o Sr. Deputado mostrou é que é um fraco na argumentação quando recorre ao insulto! (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 41)

Em (93) são contornadas as normas do Regimento pela veemente denegação das acusações com recurso ao verbo mentir, denunciando o Primeiro-Ministro o argumento do espantalho (93b). O orador procura reparar a sua imagem pela construção de um *ethos* consciente (93c) e, recorrendo ao *distinguo* (93d), constrói um *ethos* de liderança («O meu dever é enfrentar as dificuldades!»).

(93) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, começemos pelo rigor, vejamos o rigor das suas palavras, o rigor das suas afirmações. Disse o Sr. Deputado que, durante esta Legislatura, aumentou a pobreza, disse até que consolidámos em pobreza. Sr. Deputado, o que disse é mentira! Ouvia bem, Sr. Deputado? Não corresponde nada à verdade! [...]

(b) E lamento muito, porque o Sr. Deputado quis aqui fazer uma caricatura. Disse o Sr. Deputado: «o Governo apresenta-se aqui satisfeito consigo próprio e satisfeito com o País».

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — «Contente» foi a sua expressão!

(c) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Como é possível que se possa afirmar isso, se começo o meu discurso justamente pelas dificuldades e por aquilo que o mundo está a viver?! Comecei o meu discurso assim — ouçam bem, Srs. Deputados: «O Parlamento é chamado a debater o estado da Nação numa altura em que o mundo vive a maior crise económica desde a II Guerra Mundial.».

(d) O Sr. Deputado Francisco Louçã acha que eu estou contente!... Não, Sr. Deputado, não estou contente, estou confiante! Tenho confiança em mim e nas políticas do Governo! O meu dever é enfrentar as dificuldades! (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, pp.41-42)

Fazendo mostras de um *ethos* de carácter, o Coordenador do Bloco de Esquerda sente-se lesado com as acusações de «mentira» e «desonestidade», pelo que faz uso da figura regimental de defesa da honra de bancada (94), deplorando os termos usados pelo Primeiro-Ministro, e construindo, por outro lado, um *ethos* de virtude.

- (94) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — *Sr. Presidente, creio que as expressões que o Sr. Primeiro-Ministro utilizou, de «mentira» e «desonestidade», são tristíssimas. O Sr. Primeiro-Ministro terá a impressão pessoal que quiser sobre cada um dos seus adversários, tem o direito de a ter, e respeito a sua raiva contra quem o critica, mas é sempre uma baixeza neste debate... [...] Repito-o para si e para que cada Deputado e Deputada do Partido Socialista ouça: é uma baixeza neste debate tentar circunscrever a divergência política que nos separa, e que é tão importante, à categoria da mentira e da desonestidade. Nunca nenhuma das divergências que eu e a minha bancada temos com este Governo me permitiriam utilizar essa expressão! [...] E o Sr. Primeiro-Ministro faz mal, porque se diminui, do ponto de vista da democracia.* (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.44)

Por seu turno, o Primeiro-Ministro reforça a crítica, pela desclassificação do adversário. Recorre à figura da antanáclase (95a) a fim de proceder a uma retorsão do argumento e executa um ataque *ad personam* («Isto é que é falta de nível, Sr. Deputado!»). Denegando qualquer responsabilidade nas «fraudes bancárias» (o que é contestado em aparte por Francisco Louçã), o líder do executivo acusa o BE de não ser sério no combate político e denuncia um dos seus *topoi* de ataque, referido através da nominação por antonomásia (Hustan, 1980) («truque trotskista») (95b). Note-se a gestão do *ethos* pela veemência da denegação (95c), que constrói um *ethos* de carácter e de potência, procurando o Primeiro-Ministro restabelecer a credibilidade pela construção de uma imagem de seriedade.

- (95) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — *Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, quem revela baixeza é quem, conhecendo os números, os utiliza enviesadamente, [...] ... apenas para atacar um adversário político. Isto é que é baixeza, Sr. Deputado! [...] Isto é que é falta de nível, Sr. Deputado! Isto é que não contribui para dignificar a nossa democracia! O Sr. Deputado desculpará mas quem baixou aqui o nível, ao longo destes últimos quatro anos, foi sempre o senhor,...*
O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — *Vai sempre mais baixo!*
(b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — *... com os ataques pessoais, com os casos. Repare que o Sr. Deputado até invocou fraudes bancárias, insinuando que a culpa era do Governo.*
O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — *Não as viu!*
O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — *Percebi-o bem, Sr. Deputado! O Sr. Deputado utiliza esses truques há 30 anos! É um pequeno truque trotskista: há um problema num banco? A culpa é do Governo! Como se nós fôssemos responsáveis por isso!*
O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — *Não quer ver o País...!*
(c) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — *... Ó Sr. Deputado, isto é apenas um pequeno truque para dar a entender às pessoas que o Governo faz favores. Não, Sr. Deputado, este é um Governo honesto e que não lhe aceita isso, como não lhe aceita que deturpe os números! [...] (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 44)*

Num outro registo menos indignado, José Sócrates tenta inverter uma imagem de insensibilidade pela construção de um *ethos* solidário e de virtude, denegando a acusação de aproveitamento político por parte do BE.

- (96) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates) : — [...] o Sr. Deputado pode utilizar os exemplos que quiser, apenas em seu proveito e pretendendo acusar o Governo de insensibilidade, mas, no caso das minas de Aljustrel, aquelas pessoas sabem que demos o nosso melhor para que a mina não fechasse,... [...] ... para manter o emprego e para que, mantendo o emprego, pudéssemos dar mais esperança àquelas pessoas. Nós não fazemos disso «carne para canhão» no discurso político! Nós não aproveitamos aquelas pessoas para vir ao Parlamento ganhar debates, Sr. Deputado! Não, Sr. Deputado! O emprego e o futuro daquelas pessoas são importantes demais para os usarmos apenas como arma de arremesso político. [...] (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.43)

As acusações do líder do PSD no debate de 2007 incidiram no abuso de poder do executivo, em particular, na Administração Pública, tendo sido aludidas as nomeações políticas (97).

- (97) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD):— E, finalmente, quando não há resultados, aperta-se o poder e abusa-se do poder. É um poder mais intolerante este que temos, hoje, em Portugal. [...] Vive-se, hoje, em particular na Administração Pública, um clima de perseguição, de intimidação e de intolerância. [...] Esta é que é a realidade. São muitos os exemplos: são perseguições a servidores do Estado por delitos de opinião, [...] são intimidações e saneamentos, porque o Governo convive mal com a crítica e com o protesto, e até se chega ao supremo disparate de haver um membro do Governo que explica aos portugueses onde é que se pode criticar o Governo. [...] Segundo ele, só em casa ou na esquina da própria casa.
- O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — É falso!
- O **Luís Marques Mendes** (PSD): — É o supremo disparate.
- O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Uma vergonha!
- O **Luís Marques Mendes** (PSD): — E, pior: na pior tradição autoritária, há sempre, normalmente, um delator de serviço, que o partido do Governo fomenta e que o Governo logo a seguir apadrinha! [...] Há 30 anos que não se via este clima, esta atmosfera, em Portugal, mesmo com governos socialistas, no passado. [...] É a marca mais impressiva e mais preocupante deste ano de governo. Por isso, lhe digo, Sr. Primeiro-Ministro: assim a Nação não vai bem. E sabe porquê? Porque a Nação não vai bem quando a liberdade vai mal. Esta é que é a verdade. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, pp. 14-15)

O Primeiro-Ministro contra-argumenta a denominada «tese da claustrofobia democrática», não pela rejeição dos casos referidos, antes lembrando a luta de membros do Partido Socialista contra a falta de liberdade (no período da ditadura, infere-se) (98b), construindo um *ethos* de arrogância pela figura da apodioxé (98c). O contra-ataque coloca em contradição o discurso e as ações do adversário, mais concretamente as ações do antecessor executivo (PSD), através de argumentos *ad hominem* (98e) e *tu quoque*, sendo inclusive o último reforçado pela prova material apresentada (98d). A denegação das críticas consubstancia-se, por outro lado, numa forma de valorização do *ethos* político do orador (98e), pela menção à experiência, à resiliência e superação das dificuldades, construindo o orador um *ethos* de liderança e, simultaneamente, um *ethos* de *virtude*, pela atitude democrática mostrada.

- (98) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates):— [...] Finalmente, a tese que o Sr. Deputado, ou a sua liderança, anda, pelo menos, há um ano e meio, a lançar: a tese da claustrofobia democrática.
- O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Não é uma tese, são factos!
- O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É a realidade!

(b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates):— Sr. Deputado, quero recordar que se há liberdade, em Portugal, é porque houve gente, antes, [...] *que correu riscos e lutou por ela. Sucede que, na bancada do Governo e na bancada do Partido Socialista, há quem saiba o que é a liberdade.* [...]

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — E nesta bancada!

(c) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates):— Nessa bancada também há — eu sei! —, mas eu não dou lições de liberdade, não admito é que mas dêem, Sr. Deputado! Está bem?! Não admito isso! Está bem?! [...]

(d) Sr. Deputado, *quero recordar que, quando os senhores estiveram no Governo, acabaram com os concursos para as chefias intermédias [...] e foi este Governo que os repôs.* [...] Os Srs. Deputados, quando estiveram no governo, fizeram nomeações políticas. Já agora, a propósito de nomeações, gostaria também de lhe recordar um fax, que tenho aqui comigo. Não sei se se lembra deste fax?! Bom, este é um fax do Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Foi há poucos anos! E sabem o que aconteceu? *Foi o momento em que o Governo decidiu despedir todos os diretores distritais da segurança social por fax!*

(e) Agora, choram «lágrimas de crocodilo»! [...]

(f) Sr. Deputado, *há uma coisa que nunca fiz, e já há três anos que sou líder do meu partido: nunca me queixei das críticas internas e muito menos as apelidei de guerrilha interna, porque aguento bem a crítica. Já disputei muitas eleições internas, mas sempre com a grandeza de quem percebe que, também no partido, é preciso que haja vozes dissonantes. E nunca apelidei os que me criticam de «guerrilheiros ao serviço do inimigo»!* [...] Não! Isso nunca fiz, Sr. Deputado! (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, pp. 17-19)

No debate de 2009, a dois meses das eleições legislativas, o líder da bancada parlamentar do PSD ataca José Sócrates pela menção aos projetos megalómanos e promessas que dificilmente serão cumpridas (99), atribuindo-lhe o epíteto de «Primeiro-Ministro dos anúncios», sendo omissos quanto aos «três dd» (desemprego, défice das contas públicas e dívida externa).

(99) (a) O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): — [...] Repare, o Sr. Primeiro-Ministro consegue vir a este Parlamento fazer um discurso sobre o estado da Nação sem falar nos três principais problemas que afetam Portugal, neste momento. [...] Refiro-me aos três dd. Não falou do desemprego! [...] Não falou da dívida externa! [...] Não falou do défice! [...]

(b) [...] Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe se, da semana passada para esta semana, já desistiu da «autoestrada cor-de-rosa». [...] Como agora estamos habituados a que, de semana para semana, desista dos grandes investimentos públicos [...] pergunto-lhe se está ou não disposto, de acordo com o argumento do escrúpulo democrático, a recuar no *dossier* da terceira autoestrada Lisboa-Porto. É que ainda agora o Governo veio dar um apoio financeiro de 50%, uma garantia financeira, que vai acelerar a construção do mais inacreditável dos megaprojetos e das obras públicas «faraónicas» a que se devota o seu Governo e o Sr. Primeiro-Ministro. (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, pp.15-18)

O Primeiro-Ministro contra-ataca, colocando em causa a competência da oposição pela falta de ideias (note-se a gradação) (100) e denega a crítica de irrealismo pela autocitação, devolvendo-a ao adversário pelo procedimento da retorsão (100b). A acusação de incompetência é rebatida pelo argumento do mérito, amplificado pela repetição («Nós pusemos» / «termos posto» «as contas públicas em ordem») (100b). Relativamente ao orçamento de Estado, o chefe do Governo seleciona a preterição, para lembrar o que poderia estar esquecido: o orçamento de Estado da responsabilidade do antecessor executivo, com recurso à nominação metafórica («orçamento das trancinhas»). O argumento é amplificado com recurso ao subentendido – José Sócrates remata com

uma referência a Paulo Rangel, que iniciou a sua intervenção pela asserção categórica «quem ouviu o seu discurso só tem um título para lhe dar: «Sócrates no país das maravilhas»! Não há outro.» (p. 15) –, procedendo-se à sua retorsão.

- (100) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Julgo que o dever da oposição era também, no mínimo, ao longo destes últimos quatro anos, o de explicitar uma linha política, uma orientação, um conjunto de propostas. [...] O que fica claro por parte do PSD é que, ao longo destes quatro anos, apesar de tantos debates quinzenais, de tantos debates sobre o estado da Nação, nunca foi capaz de apresentar uma proposta alternativa, nem uma proposta, [...] nem uma medida, nem uma ideia.
- (b) Sr. *Deputado*, eu falei da situação do País com realismo. E falei com um realismo tal que comecei o meu discurso — quero lembrar —, dizendo: «O mundo vive a maior crise económica desde a II Guerra Mundial». E descrevi o que significa essa crise. [...] *Mas igual realismo não é seguido pelo PSD quando, com o intuito de apenas assacar responsabilidades ao Governo, classifica a atual crise mundial como «um abalozinho de terras», dizendo que o Governo tinha a obrigação de responder a ela num ápice.*
- (c) O Sr. *Deputado* fala de défice?! [...] Ó Sr. *Deputado*, este Governo teve, em 2007 e em 2008, os menores défices orçamentais da democracia portuguesa! [...] Nós pusemos as contas públicas em ordem. E é por causa de termos feito esse esforço de consolidação orçamental que respondemos agora à crise económica. [...] Sr. *Deputado*, quero lembrar-lhe que é um verdadeiro embuste político pretender fazer um debate sobre o estado da Nação e sobre esta Legislatura pretendendo esconder aquela que foi, sem dúvida, uma das acções mais meritórias do Governo: a de, durante dois anos, ter posto as contas públicas em ordem.
- (d) [...] Quanto ao Orçamento, Sr. *Deputado*, não me puxe pela língua, [...] ... senão serei obrigado a lembrar-lhe o Orçamento do Estado para 2005 que o seu governo apresentou e o que fizeram quando o apresentaram.
- (e) Lembra-se? O senhor já esteve no governo. Nessa altura apresentaram um Orçamento, que era o «orçamento das trancinhas», onde faltavam mais de 1000 milhões de euros para a saúde, ... [...] onde faltava o aumento dos funcionários públicos. Esse, sim, era um orçamento fantasia, verdadeiramente o «orçamento da Alice no País das Maravilhas!» (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, pp. 18-20)

Já face ao tom sarcástico de Paulo Portas, que o ataca pessoalmente, seleccionando um diminutivo que cria uma nota humorística («papelinho») (101), José Sócrates faz referência ao estilo argumentativo do adversário e procede a um ataque *ad personam* (102b). Procede, por outro lado, à valorização da sua governação, procurando mostrar um *ethos* de competência através de um discurso de justificação em nome do realismo (102c). Pelo argumento pragmático, o orador relembra as limitações à ação política, construindo, deste modo, um *ethos* consciente e responsável.

- (101) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Sr. **Primeiro-Ministro**, considere engraçado, em todo o caso, que, ao fim de tantos debates, *sendo especialista em não responder às perguntas que lhe fazem, quisesse, hoje responder a uma pergunta minha antes de eu a ter feito, de uma maneira muito engraçada: começou a ler um papelinho sobre agricultura e, como é evidente, quem está a ler um papelinho, ou não decorou ou não conhecia e, portanto, precisa de ler. Decerto, deve ser o mesmo papelinho que tem o Ministro da Agricultura, não vá ele lá fora dizer uma coisa diferente daquela que o Sr. Primeiro-Ministro aqui diz...* [...] (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 33)
- (102) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Depois, quanto à agricultura, mais uma vez — *aliás, o Sr. Deputado convida muito a Câmara a pequenas graçolas* —, o Sr. *Deputado* disse: «Estava a ler um papel!», como se isso fosse estranhíssimo...
- O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Estava, estava!
- (b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Olhe, Sr. *Deputado*, o que lhe recomendo é que, antes de fazer perguntas, leia os papelinhos! É porque, se lesse os papelinhos, não dizia as asneiras que tem dito sobre agricultura. [...]

(c) Certamente, Sr. Deputado, não poderemos dar tudo, com certeza que não — e as empresas compreendem isso. Nós só podemos dar o que podemos. *Não podemos pôr agora em causa o equilíbrio orçamental, não podemos ultrapassar os nossos limites, em termos de dívida e de défice, porque isso ameaçaria a economia portuguesa.* É claro que para os partidos da oposição é sempre fácil, neste momento, dizer: «Dêem isto a este, dêem aquilo ao outro, dêem tudo a todos». *Mas isso é irresponsável! É por isso que, quando se dá alguma coisa, é preciso ler uns papelinhos e fazer umas continhas, Sr. Deputado.* Ora, é exatamente isso que estamos a fazer no que diz respeito ao turismo, Sr. Deputado! (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, pp.35-36)

De referir, por fim, que o debate de 2009 ficou marcado pelo insulto não verbal feito pelo Ministro da Economia⁶³⁵ a Bernardino Soares, o que suscitou a indignação e uma vaga de condenação por parte das bancadas da oposição, vendo-se obrigado o Primeiro-Ministro a gerir o seu *ethos* através de um pedido de desculpas (103).

- (103) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, fui informado, durante o debate, do que tinha acontecido e do incidente que envolveu o Sr. Ministro da Economia. Julgo ser meu dever, em nome do Governo, apresentar um pedido de desculpas a todos os grupos parlamentares, aos Srs. Deputados e ao Sr. Presidente. O que aconteceu é injustificável. Bem sei que o Sr. Ministro já declarou que estava arrependido e tenho a certeza de que partilha este nosso pedido de desculpas, mas nada do que tivesse sido dito, por qualquer bancada ou por qualquer Deputado, justifica o ato do Ministro. Por isso, quero, em nome do Governo, pedir desculpa ao Parlamento. (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 71)

XI Legislatura (2009-2011) | Primeiro-Ministro: José Sócrates

Na XI Legislatura o Partido Socialista volta constituir Governo, então com maioria relativa, tendo o Primeiro-Ministro apresentado a sua demissão a 23 de março de 2011⁶³⁶, em razão da rejeição do novo Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC). Foi da sua responsabilidade a negociação com a troika do pedido de ajuda financeira internacional. O único debate da legislatura ficou marcado pela sugestão de Paulo Portas de se constituir um Governo formado por uma coligação entre PS/PSD/ CDS-PP, mas sem José Sócrates (vd. Cap. 2).

O contraste entre o estado da Nação e o otimismo do Primeiro-Ministro consubstancia as críticas de todas as bancadas parlamentares, intensificando-se no presente debate as acusações de incompetência do Governo, dado o aumento das situações de desemprego e de pobreza.

⁶³⁵ A meio da intervenção de Francisco Louçã, que abordava a situação dos trabalhadores das minas de Aljustrel, Bernardino Soares (líder parlamentar do PCP) dirigiu-se a Manuel Pinho (Ministro da Economia), referindo que este se deslocara a Aljustrel para «passar um cheque» a uma equipa de futebol. Em reação ao dito, o Ministro fez um gesto ofensivo (simulando um par de chifres). O anúncio da demissão do Ministro foi feito pelo chefe do Governo à saída da plenário.

⁶³⁶ O Governo de gestão manteve-se em funções até 21 de junho de 2011.

- (104) (a) O Sr. **Miguel Macedo** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Uma primeira nota para dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que se o País que somos hoje fosse aquele que o senhor descreveu do alto do tribuna, *não percebo porque é que, por ano, mais de 100 000 portugueses abandonam o País, porque não têm condições de vida, porque não têm esperança e porque não encontram em Portugal um presente, e sobretudo não vislumbram um futuro!?*... Já agora, Sr. Primeiro-Ministro, *é preciso «ter muita lata» para vir aqui citar um estudo do Instituto Nacional de Estatística, de 2009, feito com base nos rendimentos de 2008!* [...]
- (b) Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, a situação do País que o senhor dali descreveu nada tem a ver com o País de 2010! Repito: nada tem a ver com o País de 2010! [...]
- (c) O Sr. Primeiro-Ministro não fez aqui um discurso de realismo, fez um discurso — deixe-me dizer-lhe — de *insensibilidade social e de autismo político* em relação àquilo que temos em Portugal! [...] Segunda linha: o *desemprego*. Uma vez mais volto a falar no *desemprego*, Sr. Primeiro-Ministro. *Existem 600 000 desempregados em Portugal, que é a mais alta taxa de desemprego da nossa democracia. Existem famílias inteiras cada vez mais desprotegidas do ponto de vista social.* E o Sr. Primeiro-Ministro, quando faz o discurso que fez do alto daquela tribuna, com esta situação social dramática que temos em Portugal, desculpe que lhe diga, *está a insultar a dificuldade de 600 000 portugueses que estão no desemprego!!* (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 16-17)

O líder parlamentar do PSD mobiliza dados quantitativos para sustentar a sua argumentação e salienta a falta de seriedade do Primeiro-Ministro, inclusive pela mobilização de uma expressão de registo de língua popular (104a), amplificando as acusações pela diáfora (104b) e pela repetição (note-se o *leitmotiv* do desemprego). A fim de contestar as críticas, José Sócrates procede a uma correção e utiliza dados numéricos, recorrendo ao argumento de autoridade. De notar a irritação, pelos protestos no ato diretivo impositivo (105b), bem como nas apóstrofes ao adversário, mobilizando o orador o argumento da responsabilidade. Observe-se em (105d) novamente um ato diretivo, com um menor grau de impositividade, mas acompanhado de um comentário descortês.

- (105) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Macedo, eu citei hoje — foram hoje publicados — os números não de um estudo do INE... [...] ... mas, sim, de um inquérito. São factos, são números objetivos. Aliás, o único estudo... ou, melhor, o único inquérito sobre a pobreza e as desigualdades é este. Não há outro. Não sei se o PSD tem outro estudo do seu gabinete de estudos, mas este é o único oficial e, portanto, este é que conta. Eu disse no meu discurso que estes são os últimos números relativos...
Protestos do Deputado do PSD Miguel Macedo.
- (b) Ó Sr. Deputado, escute-me com o mesmo respeito com que eu o escutei.
O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — É para o PS que está a falar!
- (c) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Mas, ó Sr. Deputado, *sabe quanto era em 2004?* Quanto era a taxa de pobreza em 2004? Era de 20,4%, Sr. Deputado! É claro que os Srs. Deputados gostam muito de falar nos últimos 15 anos, mas, Sr. Deputado, nestes 15 anos, houve três que foram da vossa responsabilidade. E nesses três anos foi o único momento em que aumentou a pobreza no nosso país. [...] *Protestos do PSD.*
- (d) Desculpem, Srs. Deputados, peço um pouco de respeito quanto estou a falar, porque também vos ouço com respeito..., nem sempre com agrado, mas com respeito. [...] Disse o líder do PSD: «Portugal tem vindo a exibir uma pobreza endémica. Hoje temos mais cerca de três vezes em excesso os pobres que existiam há 15 anos atrás». Em que é que o seu líder se baseia para fazer uma afirmação destas?! [...] Eu vou recordar-lhe os números, Sr. Deputado: em 1995, a taxa de pobreza, medida por inquérito do INE, era de 23%, Sr. Deputado; hoje sabe-se que em 2009, com os números de 2008, é de 17,9%. Este foi um dos maiores progressos feitos em qualquer país da Europa! [...] Compreendo que, de vez em quando, os números vêm desmentir toda a nossa retórica e toda a nossa retórica «vai por água abaixo», mas o que me impressiona é que o Sr. Deputado, em vez de ver a realidade dos números, se fixe na sua retórica. [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 18-19)

Sem surpresa, o ataque polémico de Francisco Louçã, realizado por argumentos *ad hominem* (106a), suscita um contra-ataque violento *ad personam*, desviando-se a argumentação de José Sócrates do plano *ad rem* para o plano do *ethos* com mobilização do *pathos*. No seu discurso, o deputado do BE aborda a questão dos impostos, fazendo um juízo de valor que coloca em causa as boas intenções do Governo (106a), e comenta a «confusão» acerca dos números (*vd. supra*), mostrando a falta de seriedade do Primeiro-Ministro. De referir ainda a especulação acerca de uma suposta aliança entre PS e PSD na subida dos impostos e na subtração dos apoios sociais (106c), inferindo-se a traição do Partido Socialista aos seus valores ideológicos.

(106) (a) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): —[...] E isto não foi por erro, foi por convicção! Este aumento de impostos é uma resposta de convicção, não é só obstinação.

(b) O Sr. Primeiro-Ministro citou agora os dados da pobreza de 2008 e, Sr. Primeiro-Ministro, creio que não é bonito que haja uma confusão parlamentar acerca de um número ou de outro, pois os números são o que são, e aquilo que os números dizem, de facto, é que, em 2008, se reduziu o «risco de pobreza».

[...] Dizem isso, mas, na mesma página, e estamos a falar de pobreza, dizem que a «intensidade da pobreza» aumentou — o Sr. Primeiro-Ministro leu os números —, e aumentou nos desempregados, nas crianças. [...]

(c) É claro, Sr. Primeiro-Ministro, que a conclusão política deste debate, até agora, apesar de tudo,...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — ... e concluo, Sr. Presidente, é notável: *estamos perante não só Estado a menos mas, com estas políticas que conduzem à recessão, perante um pântano político.* [...] Ó Sr. Primeiro-Ministro, o senhor juntou-se a *Passos Coelho* para reduzir o subsídio de desemprego. *Francamente! Não brinque com coisas sérias!* [...] Com quem é que o senhor aumentou os impostos? Sabe que, daqui a uma semana, *os portugueses vão ver, na sua folhinha de salário, que o imposto aumentou, porque o IRS vai «comer-lhes» uma parte do ordenado. Foi o senhor! Não diga que foi Passos Coelho! Olhe, foram os dois! Olhe, estão de acordo sobre o Estado a menos, estão de acordo sobre a política social a menos e tudo isto conduz à recessão.* (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 30-32)

Em (107a), o ato de deplorar introduz um discurso de valorização pela argumentação causal, construindo José Sócrates um *ethos* de guia-pastor (Charaudeau, 2014a). Por outro lado, o orador procede habilmente à retorsão do argumento da aliança partidária⁶³⁷ (107b) e recorre à estratégia da vitimização, mobilizando o argumento por ilustração (107c) para provar a sua tese de perseguição ao Partido Socialista. O contra-ataque de cariz insultuoso mobiliza o ato de nomeação «sectarismo infantil de esquerda» (107d), por transferência de atribuição, sendo o Coordenador do Bloco acusado de oportunismo político (saliente-se a força persuasiva do dialogismo), o que contraria o seu *ethos* prévio.

(107) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Deputado, lamento muito, mas não o acompanho no *glamour* do pessimismo, porque aquilo de que o País necessita é de um discurso de orientação para fazer face às dificuldades, para acompanhar os portugueses no ânimo de que precisam para fazer face às dificuldades. [...]

⁶³⁷ José Sócrates faz referência à comissão de inquérito ao negócio PT/TVI.

(b) O Sr. Deputado fala de alianças. Sabe, Sr. Deputado, uma coisa que nunca farei é uma aliança com qualquer outro partido para constituir uma comissão de inquérito que se destine apenas a atacar um adversário político. [...] Foi essa santa aliança que fizeram! E sabe o que isso mostra, Sr. Deputado? Mostra o vosso sectarismo, a sua orientação permanente de só ter um desígnio no seu discurso: atacar o PS, atacar o Governo, de qualquer forma, como se viu em vários momentos ao longo dos últimos cinco anos.

(c) Isso marcou várias campanhas eleitorais e marcou também a última campanha para as eleições autárquicas. O exemplo de Lisboa foi paradigmático: se há um vereador do BE que quer fazer um acordo com o PS, o que é que acontece? Tem de sair do Bloco de Esquerda!

Vozes do BE: — Já não era do Bloco de Esquerda!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Para o BE, acordos com o PS são pecado; isso é «rasgar a Bíblia»!

(d) [...] O Sr. Deputado fala em eleições?! Quem pensa em eleições, quem está apenas mortinho para fazer o jeito à direita e para que haja uma crise política em Portugal é o Bloco de Esquerda, que só quer uma coisa: tirar do Governo o Partido Socialista! *A isto chama-se o sectarismo infantil da esquerda.* Sr. Deputado, na sua tradição, *não está em revolução permanente, está, sim, em campanha permanente.* O Sr. Deputado *orienta-se apenas pela tática, pelo calculismo:* «Como é que vou fazer para atacar melhor o PS?». Lamento muito, Sr. Deputado, mas isso não serve o País e não serve nada a esquerda. Não teve nem uma palavra a propósito do Estado social. Nem uma palavra! *Apenas ataques ao Partido Socialista.* (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 33-35)

Relativamente ao ataque do Partido Comunista, mais moderado no discurso (108), a refutação mantém-se no registo da polémica, mas o discurso já não é atravessado pela emoção. O padrão discursivo retoma o argumento dos debates anteriores: o discurso repetitivo do PCP (109a). O *ethos* de competência é afirmado com recurso ao argumento de autoridade pelos números, convocando-se o argumento do mérito. A descredibilização do adversário é introduzida pelo ato de lamentar, afirmando-se a atitude pouco colaborativa do PCP em prol dos interesses dos portugueses por razões partidárias.

(108) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Não se queixe da direita, Sr. Primeiro-Ministro. É uma direita política e económica que tem a consciência de que não teria força nem base social bastantes para executar as medidas económicas e sociais que estão a fazer o País a andar para trás, cobrando a factura dolorosa aos trabalhadores e à população; direita política e económica que, com tacticismo pensado, quer que *o PS alise o terreno, que sangre em vida...* [...] *para salvar a política de direita a garantir os interesses e privilégios dos poderosos, a concentração e a centralização da riqueza à custa do empobrecimento do País e da maioria dos portugueses.* (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 35)

(109) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, desculpe, mas o senhor repete um discurso que tem vindo a fazer ao longo dos últimos anos relativamente à pobreza e às desigualdades.

(b) [...] Acontece que esse discurso é desmentido pelos factos. Facto: a taxa de pobreza caiu de 20,4%, em 2004, para 17,9%, em 2009. Facto: a desigualdade entre os mais ricos e os 20% mais pobres caiu de 6,9 para 6. [...] *estes números mostram como o seu discurso e o discurso do Bloco de Esquerda durante anos a fio, nesta Assembleia, foi apenas um embuste,* porque as desigualdades desceram entre 2005 e 2009, como desceu também o nível de pobreza. E desceram em virtude de medidas concretas adotadas pelo PS. *Lamento muito que o Partido Comunista, tão preocupado com as desigualdades e com a pobreza, não tenha apoiado nenhuma dessas medidas e as tivesse sempre desconsiderado ao longo dos últimos tempos.* [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 36-37)

Já no contra-ataque ao Partido Ecologista «Os Verdes», o Primeiro-Ministro revela a sua impaciência – acusa a oposição de recorrer permanentemente ao argumento do efeito perverso ou

da inanidade (Hirschman, 1991) e constrói um *ethos* de arrogância pela figura da apodioxé (111a)-(111d), que se apresenta como humilhante para a adversária. A estratégia refutativa coloca em causa a autoridade da deputada do PEV e procura deslegitimar o seu partido, ridicularizando as suas pretensões (111c) – de notar a figura da antanáclase como forma de reorientar o argumento (111b). Note-se a posição de superioridade pela legítima autoridade que possui (tendo sido eleito pela maioria dos portugueses).

- (110) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] O Sr. Primeiro-Ministro não vive neste País. *Criou um país ilusório, um país virtual, que não corresponde, de facto, ao País real que temos.* É por isso que estou em crer que a generalidade das pessoas que estão a assistir a este debate não se consegue rever no discurso que o Sr. Primeiro-Ministro fez. Sabe qual é, talvez, um dos maiores problemas que os portugueses enfrentam hoje em dia? É o de terem o Governo que têm,...[...] Sr. Primeiro-Ministro, o grande problema do País é ter um Governo que, em vez de resolver os problemas, causa mais problemas. Os senhores não confiam nos portugueses. Os senhores não conseguem nem querem pôr os portugueses como agentes dinamizadores da economia, como geradores dessa dinâmica económica. Não querem! E por isso, fazem os cortes que fazem, e isso é absolutamente inaceitável. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 38-39)
- (111) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Mas a Sr.^a Deputada não vê mérito em lado nenhum e *eu não tenho também tempo para discutir isso consigo.* Lamento que não veja a questão de outra forma.
 (b) [...] os Srs. Deputados não querem ouvir nada, o que querem é manter tudo como está. *Qualquer reforma que venha do Partido Socialista é sempre mal vinda e qualquer iniciativa não vem no sentido correto. O que eu acho é que a Sr.^a Deputada é que vive num país virtual,...*
 A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Acha?!
 (c) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — ... *que é o país que considera a sua ideia — a de um país que segue agora o que dizem Os Verdes e que está ansioso por um governo de Os Verdes,...*
 A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Se calhar, está!
 O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — ... *governo, esse, aliás, que resolveria todos os problemas do País!!*
 (d) Lamento, Sr.^a Deputada, *mas isso é que me parece uma realidade demasiado virtual para podermos discuti-la num debate sério sobre política.* (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 39-40)

Num registo diferente, José Sócrates reage ao questionário de provocação de Clara Carneiro e apresenta um *ethos* agressivo pela mobilização do argumento de culpabilidade por associação e *tu quoque*, deplorando a estratégia, que avalia como demagógica, da deputada social-democrata. Observe-se, como padrão discursivo da realização do insulto, a transferência de atribuição na expressão de foco contrastivo: «mas os seus argumentos é que são rasteiros e demagógicos!». De salientar ainda a crítica violenta veiculada pela antífrase «[...] que fez isso, *com sucesso?* Isso resultou em *melhorias na mortalidade infantil*» (113).

- (112) (a) Sr.^a **Clara Carneiro** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, lembra-se do filme que passou há uns tempos em Portugal e que se chamava *Este país não é para velhos?* Pois, digo-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que este País não é para cardíacos, nem para acidentados, nem para as pessoas do nosso interior desertificado!
 (b) V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, e o seu Governo protagonizaram o maior recuo territorial do Serviço Nacional de Saúde! [...]

(c) O Sr. Primeiro-Ministro sente-se sozinho a puxar pelas energias do País, como há pouco tempo disse. Não calcula como nós, PSD, memorizámos esse seu desabafo. Só lhe pergunto: de quem é a culpa? Por que é que o Sr. Primeiro-Ministro pensa que os portugueses o deixaram sozinho? Por que é que o Sr. Primeiro-Ministro pensa que os portugueses já não confiam em si? (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 45-46)

- (113) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates):— Sr. Presidente, em permite, vou tomar mais 30 segundos para responder à Sr.^a Deputada Clara Carneiro para lhe dizer, a propósito de saúde, *que sou do tempo em que uma Ministra da Saúde do PSD teve a coragem de encerrar 150 blocos de partos em nome da eficiência na saúde.* [...] Sr.^a Deputada, lembra-se do exemplo de uma Ministra que se chama Leonor Beleza, que fez isso, com sucesso? *Isso resultou em melhorias na mortalidade infantil, no sistema de saúde, e os argumentos que foram usados contra ela foram exatamente os que a Sr.^a Deputada agora usou. Isto não está à altura da história do PSD! Lamento, Sr.^a Deputada, mas os seus argumentos é que são rasteiros e demagógicos!* (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 48)

A relação interpessoal com Paulo Portas é manifestamente mais tensa. A argumentação do líder centrista revela normalmente a função retórica de *delectare*, sendo particularmente eficaz, como processo de descredibilização, o apelo ao absurdo evidenciado no ataque pessoal (114a).

- (114) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, qualquer português que o ouça fazer essa descrição de Portugal há-de perguntar-se a si próprio em que país é que o Primeiro-Ministro vive, por que país é que o Primeiro-Ministro anda, com que portugueses é que o Primeiro-Ministro fala, que Portugal é que o Primeiro-Ministro vê. Sr. Primeiro-Ministro, é de tal forma irrealista, é de tal forma fantasioso, que um dia até seremos capazes de o ouvir aqui dizer que Portugal ganhou o campeonato do mundo de futebol.
- (b) Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de lhe dizer [...] que em relação à questão da taxa de pobreza [...] *o senhor voltou a fazer um truque que lhe fica mal.* [...] O senhor sabe que os relatórios são relativos aos rendimentos do ano anterior. De facto, o senhor pode dizer que a taxa de pobreza desceu de 18% para 17,9%...
- O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Não, não! Está enganado!
- (c) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — O senhor pode dizer que baixou 0,1% e considerar isso uma proeza nos quatro anos da sua governação sobre os quais existem relatórios, mas o que o senhor não pode dizer, em circunstância alguma, é que quando o CDS influenciou a política social a taxa de pobreza não desceu 2%. *O relatório de 2005 é relativo aos rendimentos de 2004, o relatório de 2004 é relativo aos rendimentos de 2003.* Se o Sr. Primeiro-Ministro os consultar e ler a ficha técnica perceberá que a taxa de pobreza nesses dois anos, que não são da sua governação, baixou 2% e que isso teve a ver com a política de convergência de pensões. Se o senhor acha que é uma proeza a taxa de pobreza descer 0,1% em quatro anos essa é a sua estimativa otimista sobre o seu próprio trabalho. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 24-25)

Por seu lado, o Primeiro-Ministro denuncia as manobras de Paulo Portas («deixemo-nos de piadinhas») e mostrando um *ethos* de seriedade contra-argumenta sobre o assunto em questão. O orador denega as acusações – é acusado de fazer «um truque» relativamente à taxa de pobreza (114b) –, procurando mostrar como a argumentação do adversário é falaciosa, e devolve o ataque pelo argumento de retorsão («Sr. Deputado usa, isso sim, um truque») (115a). O Primeiro-Ministro apresenta uma outra perspetiva relativamente à visão do CDS-PP sobre a medida de «fixar tetos nas deduções fiscais» (115b), afirmando que se trata de uma medida de justiça social e não de um aumento de impostos, como tenta demonstrar na sua argumentação (115f). Procura, por outro lado, a adesão do auditório à tese de que a direita, em consonância com a sua ideologia, defende os

interesses dos «ricos» (de salientar o uso do termo marcado «ricos», como forma de chamar a atenção do auditório), como revelado pelas perguntas de assalto ao adversário (115c). Interrompido por Paulo Portas que pede a palavra, o orador mobiliza um FTA, aludindo às emoções do adversário, e coloca-se numa posição de superioridade pelos atos impositivos diretivos (115d); seleciona então a argumentação pela causa a fim de denunciar as intenções do CDS (115e). A gestão do seu *ethos* faz-se ainda pela criação de uma imagem do adversário como um político pouco sério, pela denúncia de uma das falácias do discurso político identificadas por Bentham: «Le faux par omission» (1840: 473) (115i). De relembrar que o espírito de argúcia revelado pela estratégia argumentativa (neste caso, apercebido de forma negativa) de Paulo Portas é uma das figuras que constrói um *ethos* de inteligência, de acordo com Charaudeau (2014a).

- (115) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, *deixemo-nos de piadinhas* no debate parlamentar e passemos diretamente às questões que coloca, e em particular a uma em que o Sr. Deputado usa, isso sim, um truque.
- (b) O Sr. Deputado refere-se à nossa proposta, que está no nosso Programa de Governo, que está no nosso programa eleitoral e que consta do nosso Programa de Estabilidade e Crescimento, *de intenção de fixar tetos nas deduções fiscais como sendo um aumento dos impostos. Ora, eu recuso essa visão. A isso chama-se reduzir a despesa fiscal. E fazemo-lo por uma razão de justiça.* O Sr. Deputado sabe como estão as coisas. Estão assim: quem mais ganha mais deduz, o que quer dizer que os impostos são progressivos, que quem ganha mais paga mais para o Estado — toda a gente sabe o que é que isso quer dizer. *Mas, em termos de deduções fiscais, é exatamente o contrário: é regressivo, isto é, quem mais ganha mais deduz, mais despesa fiscal consome.*
- (c) Acham isto justo, Srs. Deputados do CDS? É isto que querem manter? É isto que o Sr. Deputado quer manter? Quer ajudar os ricos, Sr. Deputado?
- O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.
- (d) O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, *não se excite, ouça os meus argumentos*, porque eu acho que na sua intervenção não vai tanto um realismo da situação vai, isso sim, ideologia.
- (e) O que o Sr. Deputado quer é que aqueles que mais rendimentos têm possam pôr os seus filhos no ensino privado, possam ir aos hospitais privados, para poderem descontar e não pagar para o Serviço Nacional de Saúde e para o sistema de educação. [...]
- (f) Sr. Deputado, *esta situação é injusta!* E é injusta pelo seguinte: no 7.º escalão, aqueles que mais têm descontam quatro vezes mais do que a média e a nossa proposta é a de estabelecer um tecto. [...]
- (g) *Portanto, quem utiliza o truque é o Sr. Deputado, não sou eu.* É, aliás, um truque conhecido — o senhor sabe que isto está no Programa de Estabilidade e Crescimento, que aqui votámos, e que contou com a abstenção do PSD. O Sr. Deputado, *é certo, votou contra, mas vem agora apresentar isso como uma novidade. Mas não é!* [...] E quando se fala em reduzir as deduções fiscais, o Sr. Deputado fica a saber que os dois primeiros escalões do IRS...
- (h) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Esses estão isentos!
- (i) O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ah, diz agora que estão isentos! Mas o Sr. Deputado não o disse no seu discurso! O Sr. Deputado diz na televisão «todos os portugueses» justamente para dar a ideia de que estão incluídos, mas eu é que tenho de falar nisso, senão o Sr. Deputado nem falaria. Eu bem o percebo, Sr. Deputado! (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 26-27)

XII Legislatura (2011-2015) | Primeiro-Ministro: Pedro Passos Coelho

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — E o País que quer mudar, Sr. Deputado, não está preocupado com as suas considerações [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 20)

O Governo de direita (PSD/CDS-PP), liderado por Pedro Passos Coelho⁶³⁸, correspondente ao período de resgate financeiro e à intervenção da troika (2011-2014), foi caracterizado por medidas de austeridade severas⁶³⁹, que se traduziram, sobretudo, nos cortes salariais e benefícios sociais e no aumento da carga fiscal⁶⁴⁰, o que motivou uma violenta contestação dos partidos do espectro da esquerda parlamentar. Sustentando a sua argumentação nos efeitos das medidas implementadas, os partidos da esquerda moveram virulentos ataques ao executivo, evidenciando-se a clivagem ideológica entre esquerda e direita, tendo sido também um dos *topoi* de ataque, no debate de 2013, a instabilidade do executivo em funções, pelas demissões e contradições internas, designadamente entre PSD e CDS-PP.

O primeiro pedido de esclarecimento a Pedro Passos Coelho fica à responsabilidade do Secretário-Geral do PS, que seleciona a figura da anáfora retórica («estamos no bom caminho») como recurso de presença. A censura ao ponto de vista irrealista do líder do executivo corresponde ao padrão de abertura dos pedidos de esclarecimento da oposição ao Primeiro-Ministro (116a), construindo o orador um *ethos* de arrogância pelo ato diretivo impositivo que enforma o *cliché* («Desça à terra»). O orador recorre à antítese para estruturar o seu discurso, contrapondo a visão otimista do líder do Governo (imposta pela anáfora) aos dados apresentados, através do argumento pela ilustração, com recurso a dados quantitativos (que visam também suscitar a emoção do auditório pelo elevado

⁶³⁸ Nas eleições de junho de 2011 o PSD é o partido com melhor resultado eleitoral, e o Presidente da República Aníbal Cavaco Silva convida Passos Coelho a formar Governo com «apoio parlamentar maioritário». O PSD estabelece então um acordo de governação com o CDP-PP, liderado por Paulo Portas.

⁶³⁹ A estagnação do crescimento económico de Portugal, principalmente revelado partir da entrada do país na moeda única (2000), é intensificada com a crise económica e financeira internacional do final de 2008, bem como pela «posterior crise das dívidas soberanas da zona euro a partir de 2010 – fatores, estes, que agravaram bastante os problemas do país e as condições políticas e financeiras para a sua resolução» (C.P. Teixeira, 2018: 76-77).

⁶⁴⁰ Cujos efeitos foram persentidos como «profundamente recessivos» pela população portuguesa, o que contribuiu para a forte impopularidade do Governo de Pedro Passos Coelho. Segundo o estudo da autora, à exceção dos cidadãos que se identificam com o CDS-PP, a opinião pública em geral defende que «a situação de emergência económica e financeira do país não justifica a violação dos compromissos eleitorais dos partidos no governo», que «o governo [...] não foi mandatado para quebrar as suas promessas eleitorais», isto é, «para ir além da troika» (*id. ibid.*: 75-76).

número de pessoas afetadas). Para além da imagem de incompetência que se pretende criar («nem sequer o objetivo do défice o senhor consegue alcançar!») (116d), o orador procura o descrédito do Governo pela denúncia dos cargos nas empresas estatais (pressupondo-se a garantia dos interesses dos privados nas empresas públicas) (116c). Repare-se em (116d) como o orador se apresenta como porta-voz dos portugueses, recorrendo a um argumento *ad populum*, apelando ao *pathos* pelos termos selecionados na interrogação paralelística («*Sacrifícios* exagerados, para quê? Tanta *dor*, para quê [...]?»). De referir ainda a utilização do procedimento entendido por falácia *secundum quid*⁶⁴¹, pressupondo-se que «todos os portugueses» se questionam sobre os referidos sacrifícios, pelo uso do quantificador que precede o nome «português» («*cada português pergunta-se*»). O orador constrói um *ethos* de autoridade também pelos atos diretivos impositivos em (116e). Repare-se ainda na pergunta múltipla (116e) que contém nas premissas o argumento defendido pelo orador.

- (116) (a) O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor não falou sobre o estado do País. O discurso que acabámos de ouvir foi um discurso de autoavaliação, de autossatisfação e de autoelogio. Quem o ouviu, parece que tudo vai bem, mas, infelizmente para Portugal, Sr. Primeiro-Ministro, o País vai mal — vai mal e vai de mal a pior! [...] Este foi um ano em que o País andou para trás. E aquele discurso que o senhor aqui fez mostra quanto o senhor continua desligado da realidade. Já estava desligado da realidade quando equiparou o desemprego a uma oportunidade; continua desligado da realidade com o discurso que acabámos de ouvir. «Desça à terra», Sr. Primeiro-Ministro, e fale do nosso País e da vida real dos portugueses! [...]
- (b) O Sr. Primeiro-Ministro disse que o seu Governo fez um balanço. *Principal conclusão desse balanço: estamos no bom caminho*. Estamos no bom caminho, Sr. Primeiro-Ministro?! Há 823 000 desempregados, *mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho*... Há 160 000 jovens desempregados, *mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho*... Há 116 000 jovens licenciados no desemprego, *mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho*... Há 300 000 desempregados sem subsídio de desemprego, *mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho*... Há mais de 70 000 portugueses a emigrar por ano, *mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho*... Há 3490 empresas falidas, *mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho*... Há 6228 famílias insolventes (só no primeiro trimestre), *mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho*... Há 2300 famílias que entregaram casas nos primeiros três meses deste ano, *mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho*... Há mais de 18 000 novos pedidos de rendimento social de inserção, *mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho*... Houve 11 000 jovens que ficaram sem bolsas no ensino superior, *mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho*... Houve menos 342 000 consultas nos cuidados primários, *mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho*... Houve menos receitas e mais despesas na segurança social, *mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho*... Há milhares de pequenas e médias empresas sem financiamento, *mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho*... Isto chega para o senhor perceber que não estamos no bom caminho, Sr. Primeiro-Ministro?! [...]
- (c) [...] *No bom caminho, podem ir alguns dos seus companheiros de partido, que, depois das privatizações, foram para a EDP e para a REN. [...] No bom caminho, podem ir as pessoas que o senhor nomeou para a Águas de Portugal ou para a Caixa Geral de Depósitos. Mas no bom caminho não vão os portugueses, nem vai Portugal.*
- (d) *Mas há três perguntas que os portugueses lhe querem fazer, Sr. Primeiro-Ministro. Sacrifícios exagerados, para quê? Tanta dor, para quê, quando até o défice deste ano está em perigo? Os portugueses pagam mais caro a luz, o gás, os transportes, as consultas médicas, pagamos mais impostos, mais 100 000 portugueses perderam o emprego e nem sequer o objetivo do défice o senhor consegue alcançar!*

⁶⁴¹ A fórmula latina respeitante à falácia é: *A dicto secundum quid ad dictum simpliciter* («O que devia ser dito sob um determinado aspeto é dito de maneira absoluta»). Trata-se, portanto, de uma generalização induzida.

(e) Por todas estas razões *cada português pergunta-se* para que valem os sacrifícios que estão a fazer. Responda-lhes, Sr. Primeiro-Ministro! [...] Responda, com clareza, Sr. Primeiro-Ministro: *que medidas adicionais vai tomar este ano para corrigir a sua derrapagem orçamental, o seu desvio colossal?* (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 6-8)

Como estratégia de contra-ataque, o Primeiro-Ministro argumenta no plano *ad hominem* e descredibiliza António José Seguro pela denegação da visão otimista que lhe foi atribuída (note-se o aparte de apoio a Pedro Passos Coelho, que sugere a falta de capacidade argumentativa do oponente para adequar o discurso à situação), apresentando um *ethos* consciente. Imputa, por outro lado, a responsabilidade do desemprego ao antecessor executivo. Apela ainda à responsabilidade do adversário, censurando o aproveitamento político da situação em que o país vive.

(117) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, o Sr. Deputado não ouviu, com certeza, a intervenção que eu fiz. [...] O Sr. Deputado quis ouvir algumas coisas que eu não disse, mas que suporia talvez que eu tivesse dito.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — *Já trazia escrito!*

Protestos do PS.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — *Sr. Deputado, a única coisa que não fiz foi traçar um cenário idílico para os tempos que estamos a viver.* [...] Sr. Deputado, fazer a descrição do desemprego não é fazer a avaliação do estado da Nação.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Não?!

O Sr. Deputado sabe que entre 2008 e 2010, numa altura em que, julgo, não me responsabilizaria por esse resultado, o País perdeu mais emprego do que neste período! [...] Deixe-me dizer-lhe isto: eu preferiria — e tenho a certeza de que os portugueses também — *que o Sr. Deputado deixasse o taticismo político e olhasse para o interesse do País...* [...]

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... e que, em vez de ficar à espera que alguma coisa corra mal, escolhesse, e espero que escolha, *a determinação em ajudar a criar condições de confiança para que aquilo que foi negociado se cumpra e de acordo com as metas que foram fixadas.* (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 8-9)

O Secretário-Geral do PCP, por sua vez, denuncia o argumento de responsabilidade recorrente por parte do Governo (118a) e acusa-o de conduzir políticas contrárias aos interesses da população, intencionalmente («com espírito de cruzada»), não por incompetência (118c), mas ao serviço do grande capital, configurando este último um *topos* argumentativo do PCP.

(118) (a) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Obviamente que pode invocar o passado recente e as culpas próprias do governo anterior, mas já agora faria bem lembrar outros governos, designadamente aqueles da responsabilidade do PSD, que nos fizeram chegar a este estado de coisas. Não «limpe as mãos à parede»! Foi o PSD, naturalmente, com o PS e com ou sem o CDS que nos levaram a esta situação. [...] (b) Passado um ano, há mais injustiças e exploração, há mais desemprego, há mais pobreza, há mais recessão económica, há menos soberania, estamos mais endividados e mais dependentes. [...]

(c) *Há quem afirme que o estado da Nação é de um País em direção a um falhanço colossal em resultado da incompetência de um Governo e de uma falta de conhecimento da realidade do País. Não acompanhemos essa ideia, não lhe passo um estatuto de incompetente, porque isso seria subestimar e escamotear a questão essencial: faz assim, pratica a política que pratica por opção, traduzida na sua expressão «custe o que custar».* [...] Na opção de fundo pelo aprofundamento de um modelo de desenvolvimento assente nos baixos salários, na degradação brutal do valor dos rendimentos do trabalho [...] Na opção e nas políticas do «quanto pior, melhor», quanto pior para os trabalhadores [...], *melhor para*

os grandes grupos económicos e para os senhores do dinheiro,... [...]... melhor para a sua estratégia em curso de desmantelamento e subversão das funções sociais do Estado e dos direitos de todo um povo. [...] E o que é dramático nesta caminhada para o desastre do retrocesso social e declínio nacional é o facto de o Governo persistir, persistir e persistir neste rumo, a pensar onde é que pode impor mais sacrifícios aos mais sacrificados, com espírito de cruzada, não para resolver os problemas nacionais mas para acelerar a transferência de património e verbas colossais para os intocáveis, para o grande capital financeiro, para os grupos económicos. [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 16-18)

Pedro Passos Coelho gere o seu *ethos* pela cortesia, seleccionando FFA na contestação do discurso de Jerónimo Martins. Constrói um *ethos* de moderação, ao reconhecer a validade das críticas do adversário por motivos ideológicos que não partilha (119a)-(119c), e censura, por outro lado, o ataque *ad personam*⁶⁴² de que foi alvo, ao atribuir-lhe intenções outras, que não as de resolver os problemas nacionais (119b). Note-se a enunciação delocutiva que «adorna» o orador de uma figura de soberano (119b), já que, colocando-se num plano superior, apresenta-se como a voz da razão, portador de uma verdade estabelecida (Charaudeau, 2014a). Pela «figura da força tranquila» (2014a: 138), o orador constrói um *ethos* de carácter e de liderança.

- (119) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, muito obrigado. Não sei se o surpreende que lhe diga que encontrei a sua intervenção mais serena e objetiva do que algumas outras que aqui ouvi, o que não era tão habitual. Quero cumprimentá-lo, por isso, Sr. Deputado. Podemos ter divergências políticas sérias, e é manifesto que temos, podemos ter concepções inteiramente diferentes, e temos.
- (b) No entanto, o jogo de lançar intenções ou suspeitas de intenção uns sobre os outros não dignifica o debate parlamentar.
- (c) Admito que o Sr. Deputado esteja convencido que a alternativa que o Partido Comunista Português tem defendido seja melhor para Portugal, mas não o acompanho nessa ideia e vou justamente dizer que também estou interessado em não negar às novas gerações o seu direito de construir um futuro mais livre.[...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 18)

À semelhança do líder do PCP –porém, fazendo uso de um registo mais agressivo –, Heloísa Apolónia argumenta pela tese da austeridade por convicção, não por necessidade, procedendo a um *distinguo* pela figura da paradiástole (120a). A oradora procura criar uma imagem de incompetência do Governo, sendo o seu principal argumento do efeito perverso (120b). Por outro lado, procura desacreditá-lo pela falta de clareza, isto é, pela falta de transparência, como reforçado pela metábole no ato diretivo (120d), que constrói um *ethos* de arrogância. No seu pedido de esclarecimento, deputada do PEV recorre ao artifício de simular a ignorância (120c) a fim de insinuar o agravamento da austeridade com a «ajuda» da troika.

⁶⁴² Este tipo de argumento, que coloca em dúvida a honestidade ou as competências do adversário, pela denúncia do seu carácter ou da sua ideologia, é considerado uma variante injuriosa do argumento *ad hominem*. É, portanto, designado *ad hominem* ou ataque *ad personam* consoante os autores.

- (120) (a) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] Aquilo a que o Sr. Primeiro-Ministro chamou, na sua intervenção, de determinação, não é determinação, Sr. Primeiro-Ministro, é teimosia e obsessão com esta austeridade.
- (b) Mas, depois, vamos avaliar os resultados e percebemos que nem para aquilo que o Governo prometeu, que era o combate ao défice e a diminuição da dívida, *nem para isso está a resultar. Nada! Esses objetivos não estão a ser cumpridos! O desemprego galopa e galopa, são pessoas concretas que estão em causa e a recessão elevada é garantida.* [...]
- (c) [...] Ora, nós, no Grupo Parlamentar Os Verdes, quase adivinhamos que vem aí mais austeridade e, depois, ouvimos falar nisto de facilitar e melhorar! *Mas eis que o Sr. Ministro de Estado e das Finanças é confrontado com a necessidade de clarificação: o que é que significa facilitar e melhorar? E aí que o Sr. Ministro de Estado e das Finanças não clarifica! Mas o Sr. Primeiro-Ministro vai clarificar, certo? O Sr. Primeiro-Ministro vai dizer ao País o que é isto de a troica facilitar e melhorar, porque não conseguimos compreender.*
- (d) Sr. Primeiro-Ministro, não estamos *em tempo de segredos, de meias palavras e de palavrinhas escondidas*. Não, Sr. Primeiro-Ministro, precisamos de coisas claras, precisamos que o Governo dialogue com os portugueses e lhes «abra o jogo». Viver nesta miséria em que o País está a viver com joguetes por trás, isso é que não, Sr. Primeiro-Ministro! *Isso é absolutamente intolerável! Portanto, vamos abrir o jogo, vamos abrir ideologias e vamos abrir vontades políticas, mas de uma forma absolutamente clara.* (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 23)

No contradiscurso, o Primeiro-Ministro reforça o seu poder político (de Governo sobre a oposição), legitimando a sua posição pelo suporte político decorrente do sufrágio universal, apresentando, portanto, um *ethos* de autoridade. Pelo procedimento da amplificação (121a), Passos Coelho opõe o ideal democrata ao ponto de vista da adversária (note-se a descredibilização da deputada do PEV através do ato diretivo impositivo) e afirma um *ethos* institucional (e democrata), sublinhando a importância da instituição parlamentar como o lugar onde se avalia a ação política. De mencionar a estratégia da concessão (121b) que concede mais força ao enunciado irónico subsequente: «*É uma coisa que, de resto, se encontra com facilidade nos dicionários de sinónimos: facilitar e melhorar são sinónimos de austeridade!*» (121c). A refutação pelo absurdo destrói, assim, a manobra argumentativa da adversária. Note-se, por outro lado, no apelo ao *ethos* («the ethical appeal», Ilie, 2003c: 259), de apresentação de si, patente na parêmbola («*porque não fujo das questões*») (121c), que constrói um *ethos* de virtude e de competência. Afinal, independentemente do seu teor, é importante que o político responda à acusação de culpa ou de responsabilidade, se quiser escapar ileso (Charaudeau, 2014a: 98). Pela vontade de honrar os seus compromissos, o Primeiro-Ministro constrói um *ethos* de seriedade, procurando, assim, inverter a imagem negativa criada. O seu discurso de rejeição constrói, por outro lado, um *ethos* de carácter ao repudiar a proposta de renegociação dos juros da dívida, argumentando pelo argumento pragmático (das consequências negativas) (121d). O orador revela igualmente um *ethos* consciente (121e) pela assunção dos riscos das políticas conduzidas e constrói um *ethos* de humanidade, pelo reconhecimento de eventuais falhas no processo. Face às

dificuldades referidas, o orador mostra-se determinado a superá-las, construindo um *ethos* de liderança e de competência («há surpresas que são negativas, e temos de ter flexibilidade para elas»).

- (121) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — O estado da Nação avalia-se no Parlamento, o que, de resto, corresponde ao exercício democrático das democracias representativas. Portanto, Sr.^a Deputada, a avaliação não está lá fora, está no Parlamento, e cada português, cada cidadão, cada movimento cívico, cada partido tem a obrigação de a fazer também, quer esteja no Parlamento quer não. Sr.^a Deputada, não se precipite, pois a avaliação do Estado da Nação não está lá fora, ela é para fazer desde logo no Parlamento, como estamos a fazer.
O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Por isso é que foge das pessoas, lá fora!
- (b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Desse ponto da vista, *quero dizer que percebo que a Sr.^a Deputada, quando do Ministro de Estado e das Finanças fala em facilitar e melhorar, leia austeridade.*
- O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É o hábito, Sr. Primeiro-Ministro!
- (c) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — *É uma coisa que, de resto, se encontra com facilidade nos dicionários de sinónimos: facilitar e melhorar são sinónimos de austeridade!* Não fiz essa associação de ideias e não espero essa associação de ideias relativamente às palavras melhorar e facilitar.
- (d) *Mas quero dizer à Sr.^a Deputada, porque não fujo das questões, que não é nenhuma teimosia ou obsessão querer cumprir obrigações externas do Estado português. Antes pelo contrário, a ideia que perpassa em alguns setores de que podemos obter condições mais favoráveis no futuro não cumprindo e dizendo que não vemos realismo nas condições que o próprio País negociou, conduz inevitavelmente ao agravamento da desconfiança e das condições da suposta renegociação que é tomada como sinónimo de alternativa ao cumprimento.* Portanto, Sr.^a Deputada, queremos cumprir.
- (e) Nunca disse a ninguém em Portugal — referi-o há pouco e insisto — que seria fácil e não teria riscos. Pelo contrário, Sr.^a Deputada! Portanto, não posso ser mais direto e objetivo: tem riscos.
Não tenho uma «bola de cristal», pelo que não direi a ninguém que não haverá um desvio mínimo, que tudo o que está previsto será milimetricamente executado! Se o fizesse, não estaria no mundo dos homens, não estaria no mundo da política, não estaria no mundo em que vivemos. Ai, sim, teria descolado da realidade. Claro que há surpresas! Há surpresas que são positivas e há surpresas que são negativas, e temos de ter flexibilidade para elas. [...]
- (f) Posso dizer-lhe que, no curto prazo, há aspetos que são emergentes dos pontos de vista social e financeiro. *É essa a razão pela qual o Governo concentrará as suas atenções mais próximas na criação de melhores condições de financiamento para as empresas portuguesas e reforçará os meios das políticas ativas de emprego que deverão favorecer os portugueses nas suas qualificações, nos estágios que possam fazer, para estarem em melhores condições de regressar ao mercado de trabalho assim que a economia puder gerar emprego. Os portugueses percebem isto muito bem. Não é o Estado que cria esse emprego e não é verdade que o Estado esteja massivamente a despedir seja quem for.* (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 24)

O Primeiro-Ministro contesta ainda as acusações de despedimentos massivos no Estado, reforçando, porém, no seu discurso, a política neoliberal conduzida pelo Governo, pela prioridade no apoio às empresas (e à qualificação), ao deixar presente que não «é o Estado que cria esse emprego» (121f). Repare-se no apelo *ad populum* («os portugueses sabem bem») como tática discursiva. Os políticos têm tendência a assimilar o seu próprio ponto de vista ao da maioria, como mencionado por Le Bart: «En prenant fréquemment leurs désirs pour réalités [...], ils cherchent à imposer des modèles de comportement ou d'opinions qui, par une sorte de bluff parfois très audacieux, peuvent acquérir le statut d'évidences» (1998: 46).

Já o discurso demolidor do Coordenador do BE, que procura a adesão do auditório para a sua tese de «claustrofobia social» (122g), requer outro tipo de estratégia argumentativa. Numa tentativa de descredibilização do Governo, Francisco Louçã alude no seu discurso aos problemas internos do PSD («guerras intestinas»), denuncia o clientelismo partidário, recorrendo ao argumento *ad populum* e acusa inclusivamente o Governo de proceder a ameaças e de ser antidemocrata (122b). A representação de incompetência é feita com recurso a léxico axiológico negativo – destacando-se a repetição do termo «falhar» (122c) e seus derivados –, intensificado pela hipérbole («falhou estrondosamente») (122e)-(122g), e pela seleção dos argumentos do efeito perverso (122d) e do declive escorregadio («O senhor criou um buraco gigantesco que cria mais buraco e cria mais dívida»). O orador reforça a sua argumentação pelo argumento *ad verecundiam*, suportando-se na autoridade do Tribunal Constitucional (122d). O argumento do dever (122f) é ainda mobilizado como forma de evidenciar a tese de claustrofobia social. Por fim, o orador justifica a necessidade da saída do Governo com recurso ao argumento causal, impondo ao auditório a sua visão de incompetência do executivo.

- (122) (a) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] no início da sua intervenção disse que vivíamos um momento clarificador. Claro que alguns dos seus apoiantes poderiam pensar que seria, então, *o momento de anunciar uma remodelação governamental, visto que tem um Governo, um ano depois, paralisado pelas suas intrigas internas*. Quando os portugueses olham para este Governo, o que eles veem é que, num ano, mais do que tudo, *houve um «boysmo» frenético, uma enorme energia daqueles afilhados que quiseram a administração da Águas de Portugal, a administração da EDP, a administração da Caixa Geral de Depósitos, que paralisam uma empresa como o Metro do Porto por guerras intestinas do PSD*.
- (b) Percebemos que o Governo está parado e, pior do que isso, Sr. Primeiro-Ministro, *a claustrofobia social* que esta atitude gera, com pressões sobre a imprensa, frenesim para a venda da RTP, *dissolução de freguesias sem consulta às populações* [...]
- (c) Chegamos ao ponto de o Sr. Primeiro-Ministro poder dirigir-se a este Parlamento e dizer, como se ficasse ofendido, «falar de desemprego não é o estado da Nação». Pois não é outra coisa, Sr. Primeiro-Ministro! *Um Governo que não responde às dificuldades das pessoas, quando têm essa obrigação, é um Governo que falha ao País e falha estrondosamente*. [...]
- (d) Mais 200 000 desempregados este ano, consigo, Sr. Primeiro-Ministro, faz bem à balança comercial mas não faz bem à economia, não faz bem às pessoas. É claro que, no entanto — e o senhor sabe —, houve dinheiro. Onde é que estão os 6000 milhões dos fundos de pensões? Num ano só, o Governo recebeu 58 000 milhões da troica, *mas nada resultou, porque a austeridade não resulta. O senhor criou um buraco gigantesco que cria mais buraco e cria mais dívida. Nenhum sacrifício vale a pena — mais dívida!* [...] *É por isso que a decisão do Tribunal Constitucional é importante, porque ela anulou um calote e porque o Tribunal Constitucional, como é natural, não diz uma palavra a favor do corte dos salários. Não está lá! Na véspera da decisão do Tribunal Constitucional havia uma derrapagem de 2000 milhões e essa derrapagem foi feita pelo Governo, porque a austeridade não resulta, os impostos não resultam, cortar salários não resulta*.
- (e) O Sr. Primeiro-Ministro, veio discutir o estado da Nação e acha que pode sair daqui, porta fora, sem dizer a todo o País o que é que vai fazer na política orçamental?! Vai cortar nos impostos? Vai aumentar o IVA? Vai aumentar o IRS? *Vai prejudicar, outra vez, a economia mais degradada? E acha que isso é um segredinho do Governo?! Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, em todas as matérias, o Governo, ao não dizer o que quer, ao mostrar aqui este silêncio*

envergonhado sobre a sua política orçamental, está a dizer que o estado da Nação é de um Governo que falhou estrondosamente... [...]

(f) Sempre que dói a quem manda neste País, o Governo nada faz. Em março, tinha de fazer um relatório sobre as parcerias público-privadas — nada! Em junho, tinha de apresentar um relatório — nada! [...] O Governo não toca, nunca, naquilo que são privilégios, naquilo que são vantagens e naquilo que são mordomias, numa diferenciação que tem destruído a nossa economia e acentuado a claustrofobia social que estamos a viver.

(g) Sr. Primeiro-Ministro, em nome do Bloco de Esquerda, digo-lhe o que os portugueses já sabem: o Governo falhou estrondosamente, não é capaz de responder às dificuldades das pessoas e, por isso, era altura de se ir embora. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 16-17)

Na sua réplica, Passos Coelho demarca-se da visão pessimista do líder do BE, refutando as acusações de «intriga palaciana», e contesta a «tese do segredo» relativamente à política orçamental, construindo um *ethos* de competência pela referência às «avaliações trimestrais positivas». De notar a forma como o Primeiro-Ministro gere o seu *ethos* quer através dos comentários subjetivos que sugerem o oportunismo político («O Sr. Deputado poderia gostar que existisse») quer através dos comentários avaliativos da prestação de Francisco Louçã «*Há outra coisa com que o Sr. Deputado faz alguma graça*», desvalorizando assim as acusações. Note-se a habilidade argumentativa do orador, que se desvia do assunto em debate para retomar uma citação anterior do adversário mais fácil de atacar (123b). A descredibilização do adversário faz-se pela ridicularização da sua tese (a redução dos juros da dívida), ironicamente designada de «teoria Louçã» e ilustrada persuasivamente com recurso ao dialogismo. Pela ironia veiculada no enunciado de fecho da intervenção, o orador reforça a operação de deslegitimação do BE, contruindo um *ethos* de arrogância.

(123) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): —[...] não, Sr. Deputado, não o acompanho nessa visão um tanto sórdida de que está tudo mal, de que há um ambiente inquinado, uma intriga palaciana, um Governo paralisado. Não, Sr. Deputado! Nada disso existe, Sr. Deputado! O Sr. Deputado poderia gostar que existisse, mas não existe. [...] *Há outra coisa com que o Sr. Deputado faz alguma graça*, mas em que também o não acompanho, que tem a ver com a política orçamental. Diz o Sr. Deputado: «o Governo pensa que pode manter um segredinho quanto à maneira como vai cumprir?». Ó Sr. Deputado, temos tido, até hoje, no que respeita ao Programa de Ajustamento, avaliações trimestrais positivas. [...]

(b) Mas o Sr. Deputado fez uma outra coisa que acho espantosa. Não o fez aqui, é verdade, não teve a coragem de o fazer aqui [...] Então, diz o Sr. Deputado: «Tem é de se cortar nos juros. Cortem nos juros!». [...] Vamos, então, traduzir para os portugueses a «teoria Louçã». A «teoria Louçã» é assim: *estou falido e não tenho maneira de pagar os meus compromissos, mas tenho um amigo meu que, apesar de não ter dinheiro, tem crédito, que é uma coisa que não tenho. Então, digo assim ao meu amigo: «Olha, vais ali ao banco, se faz favor, porque tu tens crédito, pedes um empréstimo, pagas os juros desse empréstimo e dás-me o dinheiro, porque, quando puder, hei de pagar-te mas não te pago os juros»*. É esta a «teoria Louçã» para que Portugal possa cumprir as suas metas! [...] *Acho que está tudo dito, Sr. Deputado, quanto ao grande contributo positivo do Bloco de Esquerda para a atual situação.* (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 20-22)

De notar como o orador gere o seu *ethos* político pela construção de um *ethos* de carácter (através da figura da «força tranquila» [Charaudeau, 2014a: 110]), mostrando um controlo das emoções, face

aos contundentes ataques da colega de bancada de Louçã, a quem atribui, implicitamente, uma imagem de ignorância pela explicação (pressupostamente óbvia) sobre os juros (125e). Observe-se a ironia no título que precede o nome de Francisco Louçã (125b), se atendermos à intervenção prévia de Passos Coelho sobre a «teoria Louçã» (123b). Mencione-se, na intervenção não autorizada de Ana Drago que expressa o desacordo relativamente ao enunciado prévio do Primeiro-Ministro, a alusão («Olhe que não»), que estabelece uma comunhão com o auditório⁶⁴³ (125c).

(124) A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — [...] Mas queria dizer-lhe uma coisa, Sr. Primeiro-Ministro: o seu amigo, o Banco Central Europeu, empresta à banca a 1%; empresta ao povo português a 4%. Deixe-me dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que o seu amigo é um ladrão, o seu amigo é um ladrão! [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 27-28)

(125) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — [...] quanto a um aspeto que tem constituído *equivoco*, pelos vistos, já não apenas do Partido Socialista mas também do Bloco de Esquerda, devo dizer, Sr.^a Deputada, que BCE não empresta aos bancos a 1%.

Protestos do BE.

Não, Sr.^a Deputada! *Não leve a mal e deixe-me dizer-lhe*, Sr.^a Deputada, que o Banco Central Europeu cede liquidez aos bancos,...[...] não faz com eles contratos de crédito, Sr.^a Deputada! [...]

(b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — É verdade! *Mas aqui o Sr. Professor Louçã é capaz de lhe dar essa explicação.* É muito diferente, Sr.^a Deputada!

(c) A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — *Olhe que não!*...

(d) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Aquilo que o BCE faz relativamente ao sistema financeiro é ceder liquidez a prazo de uma semana, a prazo de um ano, a prazo de três anos, e exige, em contrapartida, colaterais aos bancos, que é como quem diz garantias reais, para garantir que essa cedência de liquidez é feita em condições fiduciárias mínimas.

(e) Sr.^a Deputada, *pode não gostar de ouvir* mas esta é a explicação que *qualquer pessoa da área financeira lhe poderá dar, com um mínimo de proficiência.* (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 32)

De notar também a utilização da precaução oratória («Sr.^a Deputada, *pode não gostar de ouvir*») (125e) e, em especial, a mobilização da figura da licença («*Não leve a mal e deixe-me dizer-lhe*») (125a), como procedimentos preliminares de proteção da face. Em termos pragmáticos, e de acordo com a teoria da cortesia de Kerbrat-Orecchioni (1996), os procedimentos de acompanhamento são manifestações da cortesia negativa⁶⁴⁴ e têm como função diluir os FTAs produzidos durante a interação. Como já foi observado, na refutação, o procedimento por excelência de atenuação de FTA é o pedido de desculpas antecipado («*perdoem-me* todos os Srs. Deputados») (126b).

⁶⁴³ «Olhe que não, doutor, olhe que não» foi uma frase que marcou o histórico debate televisivo (a 6 de novembro de 1975) entre as duas personalidades políticas do pós-25 de abril, Álvaro Cunhal (PCP) e Mário Soares (PS). O enunciado constituiu a réplica de Álvaro Cunhal à acusação feita pelo adversário de tencionar instaurar em Portugal uma ditadura de esquerda.

⁶⁴⁴ Consiste quer em evitar de produzir FTA quer em atenuá-lo, independentemente do FTA ser relativo à face negativa (ex. ordem) ou à face positiva (ex. crítica) do destinatário (Kerbrat-Orecchioni, 1996: 54).

Uma outra estratégia do contradiscurso evidenciada por Pedro Passos Coelho é a atenuação das críticas e do conflito através da atribuição do termo «equivoco» (125a). Do mesmo modo, a interpretação da acusação da deputada Mariana Aiveca (BE) como uma «confusão» (126a) – podendo o vocábulo ser entendido como um eufemismo –, serve como argumento de refutação e constrói, por outro lado, uma imagem de incompetência do adversária.

- (126) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Finalmente, Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, deixe-me responder que *só pode haver uma grande confusão* em relação ao seguinte: *como é possível dizer que as alterações ao Código do Trabalho conduziram a mais desemprego, se a legislação ainda vai entrar em vigor? Sr.^a Deputada, haja o mínimo de decoro! Não venha explicar o desemprego por causa das alterações ao código laboral.*
- (b) Finalmente, *perdoem-me todos os Srs. Deputados que eu diga o seguinte: nós temos bloqueios estruturais.* [...] Em primeiro lugar, *a agenda de transformação estrutural é aquilo que mais defende, no médio e no longo prazo, a recuperação do País.*
- (c) *E temos de a cumprir em qualquer circunstância, porque um país não pode disfarçar indefinidamente a sua falta de competitividade, sob pena de voltar a acontecer o que aconteceu há um ano atrás.*
- (d) A nossa *persistência* não se deve, pois, confundir nem com obstinação nem com teimosia; é com a *determinação* de quem sabe que, *qualquer que fosse a solução a dar a esta crise, ela não podia deixar de passar por uma agenda de reestruturação muito ampla da nossa economia e por uma agenda de transformação estrutural.* (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 32-33)

Em (126a), o Primeiro-Ministro mostra-se indignado face ao que considera ser contraverdade e constrói um *ethos* combativo. Por outro lado, procura mostrar a verdade dos factos, isto é, procura a adesão para o seu ponto de vista, tentando construir um *ethos* de competência. Como já foi observado no capítulo precedente, configuram lugares discursivos da argumentação (de justificação das políticas de austeridade implementadas) de Passos Coelho, os argumentos do peso das circunstâncias e da justificação consistente (126b)-(126d), bem como o argumento do efeito nefasto (mobilizando-se também o argumento pelo exemplo) (126c). A valorização do seu *ethos* político faz-se também pela mobilização da figura da paradiástole, que impõe uma imagem de persistência determinação do Governo (126d).

Já no debate de 2013, no primeiro pedido de esclarecimento ao Primeiro-Ministro, o líder da oposição (127) procura desacreditar o Governo, focando a crise política no seio do executivo (note-se a metáfora hiperbólica «*Governo em estado de decomposição*»); cria, por outro lado, uma imagem de incompetência pelos termos axiológicos negativos sinónimos «falhanço» e «fracasso» (127c), colocando-se numa posição de dominância. De mencionar um dos sofismas políticos a que Jeremy

Bentham chama de «petição de princípio escondida numa palavra»⁶⁴⁵, que consiste na evocação de uma situação (ou de uma pessoa)⁶⁴⁶, atribuindo-lhe desde o início uma qualificação que se exigiria ser provada. Tal é o caso da ideia do Governo «a prazo» (127a) imposta pelo deputado do PS.

- (127) (a) O Sr. **António José Seguro** (PS): — [...] este é um momento insólito na vida do nosso País e na vida do nosso Parlamento: debatemos o Estado da Nação com um Governo *em estado de decomposição, de desagregação e a prazo*. [...] Um Ministro dos Negócios Estrangeiros que diz — e é líder do segundo partido da coligação — que a sua decisão é irrevogável, é irreversível e que, passados dois dias, sem uma explicação ao País, aceita, aparentemente, ser ministro de outra pasta. Qual é a credibilidade que o seu Governo pode ter quando representa Portugal nas instituições europeias ou em negociação com os nossos credores? [...]
- (b) Mas quero terminar dizendo, com muita clareza, *que nem o senhor nem ninguém nesta Câmara tem o monopólio da defesa do interesse nacional* [...]
- (c) O senhor não tem o direito de fazer nenhum revisionismo histórico, *tem é a obrigação de pedir desculpa aos portugueses pelo falhanço e pelo fracasso da sua política*. [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 7)

Apresentando um *ethos* de moderação pelos procedimentos de atenuação («permita-me esta crítica»; «podia ter utilizado»), o Primeiro-Ministro procede, porém, a um contra-ataque no plano *ad hominem*, referindo o discurso de conveniência do adversário e a sua razão instrumental. Como procedimentos polémicos, o orador recorre ao reforçador da asserção «com certeza», sugerindo uma preferência do adversário pelo o que os franceses designam como «*langue de bois*». Na mesma linha de ataque, o orador recorre à pressuposição, selecionando o advérbio «*realmente*», contrariando a ideia que o adversário quis imprimir de «defesa do interesse nacional», e reforça, numa enunciação delocutiva que constrói um *ethos* de liderança, a importância de o PS (como implícito) assumir uma postura de compromisso. A dissociação (128e) consubstancia-se no principal argumento de refutação das assunções do adversário de que a crise decorre do pedido de demissão do Ministro Paulo Portas, imputando implicitamente a responsabilidade aos precedentes governos socialistas.

- (128) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — [...] o Sr. Deputado António José Seguro gastou mais de metade do tempo que eu usei a falar daquilo que considerou importante, com certeza, mas, Sr. Deputado, permita-me esta crítica: podia ter utilizado melhor o seu tempo a falar daquilo que consideraria importante e não daquilo que era acessório. [...]
- (b) O Sr. Deputado teve hoje uma grande oportunidade de mostrar aos portugueses que estava *realmente* preocupado com o futuro do País.
Aplausos do PSD e do CDS-PP.
- (c) *Mas, Sr. Deputado, a dimensão da sua preocupação não passou da trica política.*
Protestos do PS.

⁶⁴⁵ «pétition de principe cachée dans un seul mot» (Bentham, 1840: 481).

⁶⁴⁶ Através do termo que a designa, um adjetivo (epíteto) ou um advérbio.

(d) Portanto, digo ao Sr. Deputado que *é importante que o País saiba em que termos é que os partidos podem, de facto, criar um entendimento.* [...]

(e) Esse entendimento não pode, evidentemente, alhear-se da crise que vivemos. *Mas a crise que vivemos, como referi da tribuna, é uma crise funda e antiga e não é a crise que foi aberta pelo pedido de demissão do Sr. Ministro Paulo Portas.* [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 7-8)

Na refutação das acusações do deputado do PCP relativamente à culpabilidade da Ministra das Finanças no «escândalo dos swaps» – note-se a repetição da expressão eufemística «faltou à verdade» que configura o descrédito, bem como a mobilização do argumento do dever (129b) – o Primeiro-Ministro recorre a uma expressão lexicalizada de valor metafórico («ainda a procissão vai no adro da Comissão Parlamentar de Inquérito»), de forma a facilitar a compreensão do seu argumento de que a Ministra não fora, efetivamente, condenada (130a); colocando, por outro lado, o ónus da crítica no adversário pela metáfora («quis vestir a toga do julgador»). Em (130b), o chefe do executivo denega veementemente a responsabilidade que lhe é imputada e constrói um *ethos* de agente.

(129) (a) O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — [...] o Sr. Primeiro-Ministro escolheu para Ministra das Finanças uma pessoa profundamente envolvida e comprometida no escândalo dos *swaps*. A Sr.^a Ministra, enquanto Secretária de Estado do Tesouro, *faltou à verdade* perante a Comissão Parlamentar de Inquérito dos *swaps*. Afirmou taxativamente que na transição de pastas entre os Governos, o anterior e o atual, nada havia sido referido a respeito dos *swaps*. Sabemos hoje que isto não é verdade. [...] *Faltou ainda à verdade* quando disse na Comissão de Inquérito que, desde a tomada de posse do Governo, se tinha procedido à recolha de informação sobre os *swaps* das empresas públicas. *Isto foi desmentido categoricamente pelo Presidente do IGCP* [...]

(b) Tantas inverdades, Sr. Primeiro-Ministro. Tantas inverdades! Mas há mais: a Sr.^a Ministra das Finanças, enquanto Secretária de Estado do Tesouro, *esteve sentada em cima do dossier dos swaps durante um ano, sem nada fazer, com elevados custos para o erário público.* [...] Quando o Governo tomou posse, em junho de 2011, o valor de mercado negativo da carteira de swaps das empresas públicas era de 1600 milhões de euros. Um ano depois já tinha duplicado, passando para 3200 milhões de euros. [...]isso custou 4 milhões de euros, por dia, em perdas potenciais.

(c) [...] Como explica, Sr. Primeiro-Ministro, esta decisão de promover a Secretária de Estado do Tesouro a Ministra das Finanças, sabendo do seu profundo envolvimento e comprometimento no escândalo dos *swaps*? *Que credibilidade é que o Sr. Primeiro-Ministro tem quando toma decisões desta natureza?* (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 27-29)

(130) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — [...] O Sr. Deputado Paulo Sá fez uma intervenção em torno da posição da Sr.^a Ministra das Finanças de tal forma segura, [...]... que quis *até concluir o que a Comissão de Inquérito ainda não concluiu.* [...] O Sr. Deputado quis *vestir a toga do julgador, do juiz e, ainda a procissão vai no adro da Comissão Parlamentar de Inquérito e já o Sr. Deputado quer condenar e dizer: «A Sr.^a Ministra das Finanças mentiu».* [...]a Sr.^a Ministra das Finanças não mentiu. [...]

(b) A Sr.^a Ministra das Finanças, enquanto Secretária de Estado do Tesouro, procurou corrigir uma situação que este Governo não criou. [...] *Não foi este Governo que fez os contratos swap, não foi este Governo que mandou, à pressa, estudar o que se passava com contratos que foram feitos durante mais de seis anos, mas é este Governo que está empenhado em conseguir renegociar esses contratos, fechar essas posições e evitar que perdas potenciais importantes se venham a materializar. É isto que estamos a fazer, Sr. Deputado.* (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 31-32)

Já relativamente ao pedido de esclarecimento do Secretário-Geral do PCP (131), o líder do Governo procede a um FFA («cumprimento-o pela sua frontalidade») (132a), como forma de gerir a sua imagem, agredida pelas veementes críticas às políticas de austeridade, e contesta as acusações pelas diferentes formas de perspetivar o assunto em questão (132b). A estratégia argumentativa mobiliza o *distinguo*, recusando a imputação da responsabilidade sobre a crise vigente. O orador coloca-se numa posição de autoridade pela figura da lição (132b) e *constrói* um *ethos* de virtude. De notar também a crítica implícita aos modelos políticos económicos nos quais o Estado está demasiado presente.

- (131) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] o Sr. Primeiro-Ministro voltou a falar do novo ciclo, sem usar a palavra, sem usar o termo, mas usou outra vez aquele discurso dos sinais, de que o pior já passou... *Está a querer enganar quem, Sr. Primeiro-Ministro?* [...] Então, nós não sabemos aquilo que está indiciado nesse *programa de terrorismo social*, em que se querem sacar mais 4700 milhões de euros aos trabalhadores, aos seus direitos, às reformas e às pensões, aos serviços públicos da saúde e da educação; então, nós não sabemos que vai apresentar um Orçamento duríssimo contra os portugueses, e vem dizer que o pior já passou?! *Vale por este tempo, mas a verdade é que é por estas e por outras que os senhores não têm um futuro, são um Governo derrotado e ultrapassado.* (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 15-16)
- (132) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, *cumprimento-o pela sua frontalidade.*
- (b) *Não estamos, de facto, a ver a situação da mesma maneira, porque o Sr. Deputado entende que, nestas circunstâncias, a causa profunda da crise que vivemos resulta da execução do Memorando de Entendimento, o Programa de Assistência Económica e Financeira, e eu, Sr. Deputado, estou convencido — e não estou sozinho, não é uma obstinação minha — de que as causas profundas desta situação não estão no Memorando, estão no que obrigou Portugal a ter Memorando. E o que obrigou Portugal a ter Memorando está bem espelhado no facto histórico de, na nossa democracia, termos precisado ciclicamente de pedir ajuda externa por não nos sabermos governar. É exatamente assim, Sr. Deputado!*
- (c) [...] *Estivemos vezes de mais a fazer batota, a utilizar os instrumentos que tínhamos, o instrumento monetário e cambial, para fazer de conta que éramos competitivos, a proteger grupos económicos...*
- Risos de Deputados do PCP.*
- Vozes do PCP:** — E agora, não!...
- O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — ... *que não teriam sobrevivência se não estivessem na pendência do Estado.* (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 17)

Por sua vez, o coordenador⁶⁴⁷ do Bloco de Esquerda seleciona como palavras-chave do contradiscurso os termos «fracasso» e seus derivados, bem como a forma verbal «acabou» associada ao Governo. A argumentação mobiliza a figura do epânodo, atribuindo o orador a causa do «fracasso» às políticas de austeridade (133b) (à semelhança dos outros partidos do espectro político mais à esquerda), apresentando como provas dadas quantitativos, e, cumulativamente, à falta

⁶⁴⁷ João Semedo dividiu a coordenação do Bloco de Esquerda com Catarina Martins de 2012 a 2014.

confiança no executivo, por razões de credibilidade. O ataque é feito à pessoa do Primeiro-Ministro através do argumento *ad hominem*, sustentado na citação (133c).

- (133) (a) O Sr. **João Semedo** (BE): — [...] O Sr. Primeiro-Ministro ainda não percebeu que o Governo acabou. Mas, mais grave do que não ter percebido que o Governo acabou, é ainda não ter percebido por que é que o Governo acabou. Eu dar-lhe-ei uma explicação. O Governo fracassou por duas razões principais: a primeira, pela política de austeridade; a segunda, pelos governantes que não respeitam a sua própria palavra.
- (b) Em primeiro lugar, a política de austeridade não resolveu um único dos problemas do País, agravou-os a todos e, pior do que isso, criou novos problemas. [...] A riqueza do País — o PIB — baixou de 168 000 milhões de euros para 162 000 milhões de euros e o desemprego que há um ano, no debate sobre o estado da Nação, era de 14,9%, um ano depois é de 17,6%. *Estes são os resultados, a imagem do fracasso da política de austeridade, e foi a política de austeridade a principal responsável pela derrota do Governo.*
- (c) Em segundo lugar, *os governantes não respeitam a sua própria palavra.* E, Sr. Primeiro-Ministro descanse, porque não estou a falar do Ministro Paulo Portas nem das suas promessas eleitorais, *estou a falar de si mesmo, Sr. Primeiro-Ministro, e da forma como o senhor não respeita a sua própria palavra.* Quero lembrar-lhe o que disse aqui, há um ano, no debate sobre o estado da Nação, vamos ouvir Pedro Passos Coelho há um ano: «*Quero reafirmar o que já disse, o Governo não está a preparar qualquer aumento de impostos ou qualquer outra medida dessa natureza*». *São as suas palavras de há um ano; três meses depois, o seu Governo aprovava o maior aumento de impostos que alguma vez a democracia portuguesa viu!* (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 19)

Diferentemente da estratégia utilizada na refutação do contradiscurso do partido histórico da esquerda, o chefe do Governo procura deslegitimar o recente partido da esquerda radical (com pouca representatividade parlamentar) pela técnica de envenenamento do poço, representando-o como um partido pouco credível, até pela sua posição político-ideológica relativamente à Europa. O argumento do espantalho impõe a visão de um partido que não é confiável, interpretando-se a sua proposta de renegociação dos juros da dívida como falta de vontade em honrar os compromissos (134a), como é, aliás, reforçado pela parêmbola que consubstancia um argumento *ad populum* fundamentado numa *doxa*. O «quadro negro» apresentado pelo adversário é refutado com base nos argumentos de autoridade (134b), que constroem um *ethos* de competência. Repare-se, na peroração do discurso, como o apelo *ad populum* (134c) reforça, por um lado, a estratégia de deslegitimação do BE iniciada no exórdio – procurando-se a adesão para uma ideia de irrelevância do partido (e de insignificância das perspetivas e ideias dos seus dirigentes)–, pela utilização da sinédoque («*o País que quer mudar* não está preocupado com as suas considerações»); por outro lado, contribui para a legitimação da continuidade das políticas conduzidas («está preocupado com estes sinais que lhe dão um estímulo importante para acreditar que nós vamos vencer esta crise»). De sublinhar a técnica argumentativa utilizada: dá-se falsamente uma premissa por evidente, pelo emprego da perífrase «O País que quer mudar», de modo a sugerir que existe um acordo sobre esse ponto de vista, enquanto, na verdade, ele exigiria ser provado. Note-se ainda a passagem da

enunciação na primeira pessoa do singular, que revela o ponto de vista pessoal («tenho dificuldade em compreender») de Pedro Passos Coelho, para a primeira pessoa do plural («*nós* vamos vencer esta crise»), que engloba os portugueses, construindo o orador, pela modalidade de convicção, um *ethos* de guia supremo (cf. Charaudeau, 2014a: 135).

- (134) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — [...] quando escuto a intervenção do Sr. Deputado João Semedo tenho dificuldade em compreender por que há partidos que entendem que para conseguir fechar o Programa de Assistência Económica e Financeira com êxito se deve falar também com o Bloco de Esquerda. Tenho dificuldade em compreender, porque o Bloco de Esquerda, Sr. Deputado — sabe-o o País inteiro —, não quer que Portugal honre os seus compromissos,...[...] ... não quer que Portugal cumpra o Programa de Assistência e não quer, não vive bem dentro do euro e dentro do Tratado Orçamental que existe na Europa.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Falso!

(b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Esta é a verdade, Sr. Deputado. [...] O Sr. Deputado quis trazer um quadro negro para o País — está no seu direito. Quero apenas dizer ao Sr. Deputado que, a propósito dos tais sinais que referiu [...]. *Ainda hoje, foi divulgado pelo Eurostat que Portugal foi o País com o terceiro maior crescimento homólogo na produção industrial na União Europeia.* E se olharmos, então, para o mês de maio, *foi mesmo o País que registou o maior crescimento de produção industrial.* [...] a verdade é que estamos a conseguir, há mais de três meses, mostrar sinais de retoma da nossa produção industrial, pondo fim, portanto, a um ciclo muito antigo, em que a produção industrial caía consecutivamente. Agora é ao contrário, Sr. Deputado. Cada um valoriza o que quer. Eu valorizo os sinais positivos que temos. E quando os valorizo não digo, sequer, que eles se devem estritamente à ação do Governo. Tenho dito, muitas vezes, que não é um governo que muda tudo, um País só muda se quiser mudar.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — O País quer é mudar de Governo!

(c) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — E o País que quer mudar, Sr. Deputado, não está preocupado com as suas considerações, está preocupado com estes sinais que lhe dão um estímulo importante para acreditar que nós vamos vencer esta crise.) (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 20)

Vendo a sua imagem política enfraquecida também no discurso da deputada da mesma bancada (135), Passos Coelho legitima a sua posição política, invocando o valor da democracia, supostamente partilhado por todos, lembrando igualmente (vd. [121a]) à deputada do BE o princípio do sufrágio universal (136).

- (135) A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — [...] A crise que apodreceu o Governo por dentro é a crise do resultado da austeridade. E Pior: no meio das dificuldades do País e no meio das dificuldades que temos, o Sr. Primeiro-Ministro nada diz sobre o futuro a não ser que vai continuar a aplicar a austeridade. Vem camuflar o seu falhanço e dizer que continua a marchar em frente! Ora, no momento que estamos a viver, isso é insuficiente. Mas é mais do que isso: é falhar ao País, é falhar às nossas dificuldades, é falhar às expetativas de mudança de todos os portugueses. É porque o senhor falhou, de forma colossal e sucessivamente, que tem de sair, o mais rapidamente possível! (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 31-32)

- (136) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — [...] Sr.^a Deputada Ana Drago que falhámos de uma forma colossal, que eu falhei de uma forma colossal e que tenho de sair. Sr.^a Deputada, *os portugueses julgarão os meus falhanços e os meus sucessos!*

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — É isso mesmo!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Mas, Sr.^a Deputada, os portugueses hão de fazê-lo, *como é normal em democracia, quando o meu mandato tiver terminado.* (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 32)

Um dos *topoi* de refutação do Governo também utilizado por Pedro Passos Coelho é a oposição sistemática dos partidos da oposição, sem que sejam apresentadas alternativas (vd. [140b]) – correspondente a uma das falácias de confusão do discurso político (Bentham, 1840). É também um lugar-comum da refutação do contradiscurso a falta de reconhecimento do resultado positivo da ação governativa por razões partidárias, como evidenciado na réplica do Primeiro-Ministro à deputada do PEV (138), com recurso ao argumento do excesso (138b) (observe-se a seleção de vocábulos de registo informal, como forma de clarificar o seu julgamento da oposição). De evidenciar ainda a construção de um *ethos* de competência pela mobilização do argumento do mérito (138c), contestando, deste modo, o ponto de vista da adversária (note-se a utilização da diácope como recurso de presença) (138a).

(137) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] É sempre a mesma coisa, Sr. Primeiro-Ministro! A história repete-se permanentemente com este Governo e com este Primeiro-Ministro. Ou seja, faz sempre o anúncio, no meio de uma tempestade, de que a luz ao fundo do túnel está para breve, e o certo é que essa luz ao fundo do túnel não chega, a perspectiva de mudança não chega, Sr. Primeiro-Ministro. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 21)

(138) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — [...] Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, *a história não é sempre a mesma. De facto, não é sempre a mesma.* O Primeiro-Ministro tem a responsabilidade de não afundar expectativas no País quando não tem razões para isso. Portanto, como Primeiro-Ministro, mesmo correndo alguns riscos, não posso deixar de incentivar o País para as coisas positivas e para os sinais positivos que temos no nosso horizonte. Julgo que é essa a minha obrigação, até porque a obrigação de todos nós é valorizar o que de positivo conseguimos no País. Não é desvalorizar ou relativizar ou amesquinhar, é valorizar o que temos de positivo.

(b) *Criou-se este vício, o de tradicionalmente os Governos valorizarem os aspetos positivos e a oposição destacar o que é negativo.* Mas não tem de ser sempre assim. A Sr.^a Deputada poderia quebrar um pouco este enguiço e, de vez em quando, contrariar esta pecha — e isso, sim, os portugueses valorizariam — *que temos na nossa democracia, que é a de ter a oposição sempre a dizer mal de tudo.*

(c) Assim, a Sr.^a Deputada, hoje, no debate sobre o estado da Nação, também teria uma boa oportunidade de poder dizer bem de alguma coisa. O sinal que eu hoje quis aqui valorizar é um sinal positivo. Mas há um aspeto que é relevante, *e é por isso que devemos valorizar os sinais positivos: é que eles são obtidos em contexto desfavorável.* Repare, Sr.^a Deputada, que, há dois anos, a perspectiva não era a de ter, no contexto europeu, um ambiente recessivo. Portanto, era natural que houvesse a expectativa de que o motor das exportações pudesse ter, num País que exporta maioritariamente para a Europa, um crescimento, induzido pela procura externa, mais forte, que nos pudesse ajudar a amortecer mais o efeito da política restritiva que temos de realizar no plano interno. Mas o contexto europeu não evolui apenas de acordo com a nossa vontade. Foi adverso. *E conseguimos estes resultados, apesar dessas adversidades, dá mais valor a esses resultados, Sr.^a Deputada — e é isso que tenho de enfatizar.* (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 22)

As políticas sociais conduzidas pela instância política foram objeto de violenta contestação por parte dos partidos da esquerda. No debate de 2014, deputada do BE acusa o Governo de ter alterado as regras, designadamente, no que se refere ao complemento solidário para idosos, apelando aos princípios do número e relevância emocional e recorrendo à comparação (139) para evidenciar o aumento da pobreza no país. O julgamento de valor é feito com recurso ao argumento que estabelece uma relação de causa entre as políticas do Governo e o «empobrecimento», repetindo-

se a expressão numérica com um efeito de *pathos*. Repare-se ainda na função pragmática da expressão idiomática de uso coloquial «aos quais o seu Governo *voltou as costas*» na intensificação da imagem negativa do executivo de Passos Coelho.

- (139) A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — [...] mais de 38 000 idosos, só este ano, não os 50 000 desde que o senhor está no Governo, perderam o complemento solidário para idosos. [...] Os senhores alteraram as regras e, sendo assim, com a alteração das regras, prejudicaram milhares de pessoas. Veja bem o caso dos idosos: o valor de referência para ter acesso à prestação foi alterado; aumentaram a idade para 66 anos em vez dos 65 anos, e de uma forma praticamente administrativa empurraram milhares de idosos para uma situação de pobreza ainda maior do que aquela em que viviam. Sr. Primeiro-Ministro, poderia dar uma resposta sobre este aspeto? [...] Este é o retrato do País do empobrecimento, é o resultado das suas políticas, estes são milhares e milhares de cidadãos, aos quais o seu Governo *voltou as costas*. [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, pp. 30-31)

O Primeiro-Ministro, por seu turno, refuta as acusações (140) e refaz o seu *ethos* de solidariedade construindo, simultaneamente, um *ethos* de competência (note-se o recurso ao léxico valorativo pela forma verbal ‘conseguir’). Sem revelar um *ethos* agressivo, o Primeiro-Ministro contra-ataca, construindo, por sua vez, uma representação de incompetência da deputada do BE (140b).

- (140) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Finalmente, Sr.^a Presidente, gostaria de dizer à Sr.^a Deputada Helena Pinto que o facto de as regras relativas ao complemento solidário para idosos terem sido alteradas, como foram alteradas as regras relativas ao rendimento social de inserção e, em muitas outras circunstâncias, a outras prestações, não impediu o Estado, através do Governo, de ter uma despesa com prestações sociais mais elevada do que antes da crise. Isto significa, Sr.^a Deputada, que *conseguimos canalizar, através do Programa de Emergência Social, um volume financeiro maior destinado justamente a impedir que as pessoas pudessem ficar para trás*. Portanto, Sr.^a Deputada, não, nós não virámos as costas a quem tem dificuldades, não, nós não podemos colocar o Estado a financiar todos aqueles que têm dificuldades e dívidas, não, Sr.^a Deputada, não o podemos fazer, mas podemos fazer cumprir regras. [...] *E a regra é que as penhoras não podem ir além do salário mínimo nacional, considerado o mínimo para se poder viver com dignidade*.
- (b) [...] Portanto, ficou registada a sua pergunta sobre as dificuldades que os portugueses estão a passar, *mas não a solução que a Sr.^a Deputada defende para que essas dificuldades possam ser superadas*. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, pp. 31-34)

No debate do 2015, o contradiscurso do líder da oposição tem como *topos* discursivo a «pobreza». António José Seguro mobiliza a anáfora, como recurso de presença (141b) e refere hiperbolicamente a destruição de «três gerações de portugueses», apoiando-se na figura do epânodo, como recurso de explicitação (141a). Note-se a seleção de «destruição» (e suas variantes), como palavra-chave. O «grave» estado da Nação é imputado ao Primeiro-Ministro e às suas «políticas de empobrecimento», mencionando-se, num apelo ao *pathos*, os elevados números da imigração e dos portugueses em situação de pobreza.

- (141) (a) O Sr. **António José Seguro** (PS): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, o seu Governo tomou posse há três anos e, nestes três anos, *o senhor destruiu três gerações de portugueses: a geração dos avós, a geração dos pais e a geração dos filhos*. *A geração dos avós*, à qual o senhor cortou nas pensões e nas reformas [...]; *a geração dos pais*, à qual o senhor

provocou o maior aumento de impostos [...] ; e a geração dos filhos, à qual a única mensagem que o senhor soube enviar foi: «emigrem porque neste País os filhos, os jovens não têm qualquer oportunidade».

(b) [...] O senhor cometeu um grave erro – e aí tem razão, foi há três anos, em 21 de junho, que tudo começou. Tudo começou na destruição do País. O senhor, deliberadamente, empobreceu o País, e o País, hoje, está mais pobre e os portugueses, infelizmente, vivem pior do que há três anos. O País está pior porque a nossa dívida pública aumentou [...]. O País está mais pobre porque temos menos ativos. O País está mais pobre porque houve privatizações que nunca deveriam ter sido feitas [...] O País está mais pobre porque a nossa economia está, infelizmente, nos mesmos níveis do início do século, isto é, recuámos 13 anos, no que diz respeito à economia. [...]

(c) *Fruto da sua política de empobrecimento, Sr. Primeiro-Ministro, Portugal conheceu a terceira vaga de emigração – e são mais de 200 000 portugueses, portugueses altamente qualificados, que saíram do nosso País, não por opção, pois isso seria mobilidade, mas por necessidade, fruto da sua política de empobrecimento. [...] Temos mais de 2 milhões de portugueses em situação de pobreza – mais de 2 milhões! [...]*

(d) [...] apresento aqui cinco propostas concretas [...] e contribuem para a recuperação do rendimento dos portugueses e para o crescimento da nossa economia. [...] A segunda é a de acabar com a contribuição extraordinária de solidariedade para repor as reformas aos idosos, corte que os idosos nunca deveriam ter sentido nas suas reformas e nas suas pensões. [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, pp. 6-7)

A refutação do contradiscurso do líder da oposição é centrada no argumento *ad hominem*. O Primeiro-Ministro procura desacreditar a opinião de António José Seguro através da denúncia da contradição entre o seu discurso no debate e um discurso prévio (142a), no qual reconhecia que o estado do País era o resultado de anos de políticas erradas, imputando assim o orador a responsabilidade aos antecessores Governos (socialistas) (142b)-(142c). Note-se a técnica argumentativa de generalizar, de forma camuflada, o julgamento aos portugueses (*secundum quid*), como se todos os portugueses pensassem dessa forma (142b). O descrédito do adversário faz-se também pelo argumento da *girouette*, criticando-se a alteração de postura relativamente à medidas impostas no Memorando (142d), bem como pelo argumento da responsabilidade (note-se o FTA na parêntese) (142d). O orador cria igualmente uma imagem negativa do líder do PS pela censura à sua postura pouco colaborativa na implementação das medidas negociadas também pelo Partido Socialista, por questões de oportunismo político, infere-se («apostou logo desde 2011 no falhanço da execução do Memorando de Entendimento»). O Primeiro-Ministro descredibiliza ainda o oponente pela menção à sua proposta de «acabar com contribuição extraordinária de solidariedade», não só porque tardia, mas porque a sua implementação se deve ao executivo socialista, o que motiva o comentário avaliativo irónico do orador.

- (142) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): – [...] Sr. Deputado António José Seguro, estranho bastante que o Sr. Deputado venha dizer que tudo começou em 21 de junho de 2011, porque, nas últimas semanas, tenho ouvido o Sr. Deputado explicar que tudo começou exatamente muito antes, e tenho concordado com as suas observações. De facto, tudo começou muito antes, Sr. Deputado.

(b) *Mas mesmo que o Sr. Deputado tivesse precisado de tanto tempo para o reconhecer, os portugueses nunca precisaram de tanto tempo para isso.*

(c) *É patente que o que se passou em Portugal nestes três anos é consequência de políticas deslocadas, anacrónicas e erradas, que foram prosseguidas durante muitos anos, Sr. Deputado. [...] se tivéssemos de escolher um ano de referência para o aumento do desemprego estrutural e o aumento sensível da dívida pública do Estado, teríamos de escolher o ano de 2007 para 2008, portanto, antes da crise financeira global e da crise económica. [...]*

(d) *As políticas que foram prosseguidas desde então até ao dia em que o Governo (que, na altura, era do Partido Socialista) teve de recorrer ao apoio externo — e o Sr. Deputado, agora, esclareceu o País que não teria assinado e negociado naqueles termos — fizeram parte de um caminho que não deu outra alternativa ao País senão ter mesmo de recorrer a essa situação extrema de pedir um empréstimo vultoso aos nossos parceiros e ao Fundo Monetário Internacional para evitar a bancarrota.*

(d) *Sr. Deputado António José Seguro, a destruição que isto representou para o nosso tecido económico, para as expectativas dos portugueses — já para não falar do seu orgulho — não creio que possa ser endossada a estes três anos de Governo. É exatamente ao contrário, Sr. Deputado!*

(e) *Ao longo destes três anos, o Sr. Deputado, que apostou logo desde 2011 no falhanço da execução do Memorando de Entendimento e por isso falou logo na sua renegociação, sempre conseguiu descartar qualquer apoio a medidas importantes contidas nesse Memorando.*

(f) *A propósito das suas novas, ou antigas, propostas, lembro uma em que o senhor disse que se devia acabar com a contribuição extraordinária de solidariedade e que estas contribuições nunca deviam ter existido. Porém, foi o Governo do seu partido que incluiu no Memorando de Entendimento, Sr. Deputado uma contribuição de sustentabilidade a aplicar aos pensionistas com pensões a partir de pensões de 1500 € [...] Quer dizer que a contribuição extraordinária de solidariedade, que soma justamente à que vinha do Governo que o senhor apoiou e àquela que constava do Memorando e que foi negociada pelo Governo que o senhor apoiou, é a que o senhor acha que temos de acabar rapidamente, porque nunca devia ter existido! Que coisa extraordinária, Sr. Deputado! Que coisa extraordinária! [...] O Sr. Deputado vem tarde, porque o Governo já disse que, em 2015, a contribuição extraordinária de solidariedade será removida no que respeita às reduções de pensões normais [...] Portanto, o Sr. Deputado vem tarde. [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, pp. 9-10)*

Já o Secretário-Geral do PCP acusa o Primeiro-Ministro de não reconhecer «o verdadeiro estado da Nação», utilizando um ato diretivo impositivo, atenuado pela utilização da primeira pessoa do plural («situemo-nos na realidade»). A estruturação do discurso pela pergunta anafórica de controlo cria uma tensão argumentativa (143a), que se intensifica pelo ato diretivo impositivo que visa acusar a instância política de estar ao serviço do «capital financeiro». A imagem de descrédito do Governo é ainda criada pela acusação de manipulação das estatísticas, como se exemplifica pela diferente interpretação dos números («Primeiro-Ministro, a redução da taxa de desemprego não é sinal de recuperação, é sinal de emigração») (143a). Por sua vez a pergunta, em (143b), visa introduzir um outro tópico argumentativo, mobilizando o orador a figura da antecipação, como forma de refutar antecipadamente os argumentos do sacrifício e da responsabilidade (143c). Pela acumulação de interrogações, impõe a ideia de que a austeridade não tem fim à vista e que os portugueses não estão melhor, contrariamente aos índices de confiança apresentados pelo Primeiro-Ministro. Na peroração do seu discurso, o orador reforça a tese de que as políticas conduzidas têm um propósito: «aumentar a exploração e o empobrecimento dos portugueses».

- (143) (a) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, situemo-nos na realidade e discutamos o verdadeiro estado da Nação, da situação do País, do povo português, com base, como disse, em factos e consequentes questionamentos. Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: é ou não verdade que, com o seu Governo, se acentuou o fosso entre ricos e pobres na razão direta em que aumentou e concentrou a fortuna nas mãos de alguns poucos e aumentou a pobreza para muitos? É ou não verdade que os problemas da dívida e do défice [...] não foram resolvidos e que, no caso da dívida, foram mesmo agravados? É ou não verdade que temos de recuar ao tempo da 2.ª Guerra Mundial para comparar o nível acumulado de 6% de recessão económica em três anos? É ou não verdade que o desemprego é hoje estruturante e que só a emigração em massa e os desencorajados que perderam o subsídio de desemprego ou que não encontram trabalho permitem leituras distorcidas da estatística? Sr. Primeiro-Ministro, a redução da taxa de desemprego não é sinal de recuperação, é sinal de emigração como se tem verificado.[...] É ou não verdade que os cortes nos salários, nas pensões, nas reformas, a carga brutal de impostos, o congelamento e a desvalorização do salário mínimo nacional empurraram centenas de milhares de trabalhadores, reformados e pensionistas para o limiar da pobreza ou mesmo para a pobreza? Para onde foi o dinheiro que sacaram a quem trabalha ou a quem trabalhou? Quanto foi transferido para o capital financeiro? Diga, para vermos o estado da Nação!
- (b) [...] A propósito, Sr. Primeiro-Ministro, *permita-me, tendo em conta a homenagem de hoje a Sophia de Mello Breyner, que lhe pergunte: que sincera homenagem pode este Governo fazer a esta figura ímpar, na medida em que este Governo trata a cultura como um encargo, como uma despesa, prejudicando a cultura, os seus criadores, os seus agentes?*
- (c) *Dir-me-á, Sr. Primeiro-Ministro, que tivemos de ficar pior para ficar melhor. Apontará, como já o fez, o dedo à bancada do PS ou até a Governos anteriores do seu partido. Alguma razão terá! Mas estamos melhor? Ficámos melhor? Como assim, Sr. Primeiro-Ministro?! Como assim?! É capaz de voltar a afirmar que tivemos uma saída limpa, que nos libertámos da troica e das amarras externas e das políticas de austeridade? Acha, Sr. Primeiro-Ministro, que o Banco de Portugal está errado quando afirma que até 2019 é preciso mais austeridade de 7000 milhões de euros? Acha que está certo o exercício do Presidente da República quando profetiza a austeridade até, pelo menos, 2030?*
- (d) [...] A traço rude, eis, Sr. Primeiro-Ministro, o estado da Nação. *Sabemos que o Sr. Primeiro-Ministro lida mal com os factos ou procura distorcê-los. Queria terminar com esta ideia: há quem considere que este Governo é incompetente. Nós consideramos que não. Não é uma questão de incompetência, é uma questão de opção. [...]* Desde o princípio do seu Governo que, mais do que a exploração e o empobrecimento dos portugueses, que são uma consequência da vossa política, foi sempre, desde a primeira hora, um objetivo central deste Governo aumentar a exploração e o empobrecimento dos portugueses. Por isso, os senhores têm menos vida do que pensam e estão derrotados, tendo em conta o vosso isolamento social, o vosso isolamento político e até o vosso isolamento eleitoral. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, pp. 17-18)

O discurso de justificação do Primeiro-Ministro é feito em nome do realismo, que, por essência, é inverso ao discurso dos princípios; o realismo exclui, portanto, qualquer posição extremista e radical (cf. Charaudeau, 2014a: 101). Na refutação do contradiscurso do Secretário-Geral do PCP, o Primeiro-Ministro retoma as palavras utilizadas pelo adversário para proceder a uma orientação argumentativa da noção de «realidade». Por conseguinte, mobiliza o argumento da justificação consistente e do peso das circunstâncias (144a), como forma de conseguir a adesão uma imagem de competência do Governo numa época caracterizada pela adversidade. Critica a falta de reconhecimento dos índices positivos (sendo «confiança» a palavra-chave utilizada pelo Governo) por parte do PCP, justificando a postura contra do adversário por uma questão de oportunismo político (144b); note-se, por exemplo, a denúncia do argumento do terceiro excluído como técnica recorrente (144c). No contra-ataque, o Primeiro-Ministro recorre a atos diretivos impositivos, censurando, de forma agressiva, a menção a Sofia de Mello Breyner feita por Jerónimo de Sousa,

considerando-a (de forma abusiva) como uma «apropriação» de um símbolo nacional (144d). O discurso de desclassificação do adversário mobiliza ainda o argumento do espantalho («O Sr. Deputado acha que o défice é virtuoso») (144e), sendo feito um julgamento negativo da política defendida pelos Comunistas, o que contribui para a valorização do Governo, por contraste. Note-se o apelo *ad populum* final, ainda que a responsabilidade da enunciação seja atenuada pelo procedimento de modalização («julgo, não tem a adesão dos portugueses»). De referir também a construção de um *ethos* de liderança pela enunciação na primeira pessoa do plural.

(144) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): —[...] Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, acho bom situarmos na realidade, porque ela ajuda-nos a poder concluir algumas coisas, sendo a primeira a de que, em 2011, o País não tinha forma de fazer face às suas responsabilidades de curtíssimo prazo, seja no pagamento de pensões e de salários, seja de amortização de responsabilidades externas. [...] O País não tinha forma de fazer face a responsabilidades importantes perante os portugueses e perante aqueles que eram os seus credores. Nesta altura, o País vive uma situação de confiança, que lhe permite, apesar de qualquer volatilidade que possa existir nos mercados, viver durante quase um ano sem pôr em causa essas políticas.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — E o drama das pessoas?!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Ora, o Sr. Deputado há de convir...

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — E o drama das pessoas?!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — *Eu sei que quando a parte da realidade que eu cito não é do seu agrado o Sr. Deputado acha que isso não faz parte da realidade. Mas foi o senhor que me convidou a olhar para a realidade. Olhe também para esta, se fizer favor.*

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — A realidade não é o drama dos mercados, é o drama das pessoas!

(b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — *O Partido Comunista está habituado a capitalizar o descontentamento das pessoas sempre que as políticas são impopulares e causam dor social. Nós, em Portugal, nestes três anos, fomos forçados a prosseguir um caminho de ajustamento que trouxe dor e sacrifício à generalidade dos portugueses e o Partido Comunista, agora que esse processo está invertido, deve estar a ficar preocupado,... [...] porque já só depende de alguma desorientação do Partido Socialista para poder crescer no futuro mais imediato, uma vez que a economia do País está a recuperar e o desemprego está a baixar. [...]*

(c) *E não vale a pena, Sr. Deputado, vir com a velha história de que quando o desemprego sobe é porque há despedimentos e política antissocial e quando o desemprego baixa é por causa da emigração. [...]*

(d) *Por fim, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que quando cita Sophia de Mello Breyner percebo que queira ter uma grande preocupação. Há sempre uma certa preocupação em apropriarmo-nos daquilo que é de todos. Mas não tente essa apropriação, Sr. Deputado. Fica-lhe mal, ainda para mais no dia em que será feita a transladação de Sophia de Mello Breyner para o Panteão Nacional. [...] Sophia de Mello Breyner não é, Sr. Deputado, contra este Governo nem a favor do PCP. Deixe lá Sophia de Mello Breyner fora desta conversa! [...]*

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Não foi isso que eu disse!

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Isso é de muito mau gosto!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Mas, Sr. Deputado, há uma coisa que quero garantir-lhe: é que os cortes na cultura aconteceram como aconteceram em todas as áreas da governação. Em todas as áreas da governação!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Na do capital financeiro também?!

(e) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — E tiveram um propósito, Sr. Deputado: garantir que conseguiríamos atingir os nossos objetivos de défice orçamental. Quando o Sr. Deputado cita o Governador do Banco de Portugal, cita bem, pois o Governador do Banco de Portugal lembrou quanto é que ainda há de défice para que o País chegue a um orçamento equilibrado. Mas o Sr. Deputado, citando o Governador do Banco de Portugal, poderia dizer que não concorda com ele, *porque o Sr. Deputado acha que deve haver défice. O Sr. Deputado acha que o défice é virtuoso*, mas, Sr. Deputado, o défice trouxe o País ao endividamento e à ruína financeira! É por

isso que a política facilitista e populista que o Governo combate e que o Partido Comunista Português defende é uma política errada que não será prosseguida por nós e que, julgo, não tem a adesão dos portugueses. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, pp. 19-21)

O *ethos* de competência é igualmente construído na resposta ao discurso polémico de Heloísa Apolónia, pelo argumento do mérito, distanciando-se o líder do Governo na visão pessimista da deputada – note-se o ataque pessoal como forma de refutação (146b). Pedro Passos Coelho constrói igualmente um *ethos* patriota, democrata e de virtude, pela coragem de implementar medidas impopulares, de modo a não sacrificar o futuro.

(145) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quando ouvi a sua intervenção inicial, fiquei com a nítida sensação, e depois o debate acabou por confirmá-lo, que o Sr. Primeiro-Ministro fala como se se tratasse de um vitorioso, o que me parece até, de certa forma, confrangedor face à situação que o País atravessa. [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 23)

(146) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, diz que falo como se fosse um vitorioso. Sr.^a Deputada, não sei como observa a minha forma de intervir, mas posso dizer-lhe como me sinto. *E não me sinto um derrotado, Sr.^a Deputada. Não me posso sentir um derrotado, porque, em bom rigor, cumpri aquilo que era importante para os portugueses, que era fechar o período de assistência económica e financeira e trazer o País para um nível de confiança capaz de atrair investimento externo, financiar o Estado e a economia e, a partir daí, poder tratar das feridas que foram abertas durante todo o processo de ajustamento e recuperar o País. Portanto, Sr.^a Deputada, não posso considerar isso uma derrota. Não posso!*

(b) Termino, Sr.^a Deputada, dizendo o seguinte: nós não estamos a caminhar para um estado de subdesenvolvimento. *É preciso conhecer muito pouco do mundo para fazer uma observação dessas, Sr.^a Deputada.* Nós não caminhamos para um estado de subdesenvolvimento. Mas quero dizer-lhe que estávamos a caminhar, galopantemente, para um Estado de segunda categoria, que não tinha condições para cumprir e honrar os seus compromissos e que não tinha acesso a financiamento. Ai do Estado que não tem acesso a financiamento, Sr.^a Deputada! *Não desejaria, nunca, para o meu País, um estado de autarcia em que, por uma questão de orgulho ou de outra natureza, tivéssemos de impor aos portugueses sacrifícios que não fossem admissíveis numa sociedade moderna.* Mas uma sociedade moderna tem de ter regras, e essas regras não são apenas aquelas que nos impelem a ganhar votos nas eleições, são também aquelas que estão disponíveis para conquistar o futuro, mesmo que seja à custa de políticas que possam não ser populares. Mas serão os eleitores a julgar-nos por isso! (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, pp. 24-26)

O debate de 2015 ficou marcado pelo combate «bíblico» entre o líder parlamentar do PS e Pedro Passos Coelho, acompanhado por protestos das várias bancadas. Ferro Rodrigues começa por utilizar formas lexicais prototípicas de desvalorização do discurso do Primeiro-Ministro («irrealista», «propaganda»), denunciando uma argumentação que se poderá designar *at metum*, pela ameaça de um eventual «regresso ao passado» (147a), caso o PS viesse a formar Governo. Confronta, seguidamente, o adversário com um estado desolador da Nação «de regresso ao passado», através da técnica de inversão argumentativa, mobilizando persuasivamente a figura do paralelismo (147b). A expressão que reenvia metonimicamente aos partidos da coligação («imagem cor de laranja e azul») reforça o carácter irrealista dos seus discursos, que contrastam com a realidade, apresentada pelas citações dos títulos de jornais (argumento de autoridade que concede

força à argumentação) (147c). Recuperando a metáfora do foro religioso utilizada pelo líder do seu partido, o orador menciona os «sete pecados capitais» do Governo, procedendo a uma série enumerativa como mecanismo de intensificação do ataque, construindo, assim um *ethos* combativo e de carácter, pelo inconformismo com o estado do País. A dramatização do discurso mobiliza argumentos de comparação (note-se a metáfora hiperbólica «a maior sangria fiscal») e múltiplos processos retóricos, como sejam os termos metafóricos, a hipérbole, a enumeração, a acumulação («no saber, no conhecimento, na ciência, na tecnologia, na cultura») (147d), a diáfora («também temos o *estado do Estado*») (147d), o paralelismo anafórico (147d) e a utilização de axiológicos negativos, característicos do discurso polémico (cf. Kerbrat-Orecchioni, 2014b) (note-se o valor de intensificação da crítica concedido pelo prefixo ‘des’ nos vocábulos «desinvestimento» e «desmantelamento») (147d), tais como o nome «*escândalos*» (147d) e os adjetivos avaliativos («ataque *feroz*»). Repare-se no apelo à autoridade da *doxa* («e aquilo que é dito sobre a farsa»), que conduz à convicção. O apelo ao *pathos* é também conseguindo também pelos enunciados de emoção (da ordem da indignação) que expressam a avaliação do orador sobre o estado da Nação: «*níveis completamente inaceitáveis para todos nós*» (repare-se no pronome pessoal englobador, que dá a ideia de um sentimento generalizado) (147c); «*o que é uma coisa vergonhosa*» (147d); «*É dramático*». De referir igualmente a argumentação com apelo a valores de democracia e «soberania» (vocábulo que surge repetido), imputando-se ao executivo a responsabilidade pela «perda de confiança» dos portugueses no Estado, de forma a minar a credibilidade do Governo.

- (147) (a) O Sr. **Ferro Rodrigues** (PS): — [...] Sr. Primeiro-Ministro tinha posto a hipótese de este debate não ser um *déjà vu*, mas, pela sua intervenção, começa com um *déjà vu*: propaganda feita numa base totalmente irrealista, sobretudo quando fala da economia e do emprego, e *brandindo as ameaças de regresso ao passado*.
- (b) [...] Acontece que, no *regresso ao passado*, são os senhores os *especialistas*,... [...] visto que, neste momento, Portugal tem uma taxa de pobreza como tinha há 15 anos, uma situação no emprego como tinha há 20 anos, uma situação no investimento como tinha há 30 anos e uma situação na emigração como tinha há 50 anos!
- (c) *E essa imagem cor de laranja e azul* que os senhores ensaiaram nos últimos dois dias é uma imagem que é totalmente desmentida nas últimas 24 horas. [...] Repare: «Défice da balança comercial aumentou em 2014» — *Lusa*; «Despesas de saúde privada em Portugal e Grécia com o maior crescimento da OCDE» — *Observador*; «Malparado das famílias e das empresas volta a subir em maio» — *Lusa*; «Crédito malparado equivale a quase um quarto dos empréstimos da troica» — *Público*; «Dívida à segurança social disparou 60% durante a crise» — *Jornal de Negócios*; «Portugal tem a taxa de população emigrada mais alta da União Europeia» — *Lusa*; «Nível de vida das famílias portuguesas regrediu em 2013 para níveis de 1990». [...] Esta é a realidade das últimas 24 horas, que esbarra no vosso *irrealismo* e na vossa *propaganda*. A Nação, Sr. Primeiro-Ministro, está empobrecida, o povo português está enfraquecido.
- (d) Como é que o senhor responde às acusações que o Secretário-Geral do PS, António Costa, fez na semana passada, em que chamou a atenção para *vários vícios*, *aquilo a que ele chamou «pecados capitais»*? Em primeiro lugar, as eleições que ganharam baseados na mistificação e na mentira política. [...] Em segundo lugar, uma situação de evolução do desemprego, da emigração e dos problemas da precariedade *como nunca tinha havido em Portugal*. Em terceiro lugar, a pobreza e a desigualdade a *níveis completamente inaceitáveis para todos nós*. [...] Em quarto

lugar, um ataque feroz à classe média, através da maior sangria fiscal que alguma vez houve neste País. Em quinto lugar, o desmantelamento de serviços públicos fundamentais em várias áreas, nomeadamente em áreas sociais. Em sexto lugar, o desinvestimento nos setores estratégicos fundamentais: no saber, no conhecimento, na ciência, na tecnologia, na cultura. [...] Em sétimo lugar, a queda do investimento público e do investimento privado que, comparados com os dos anos anteriores à sua governação, estão muito abaixo, Sr. Primeiro-Ministro. E ainda se poderia falar dos escândalos que estão aí a aparecer nas privatizações [...] Basta ler nos relatórios do Tribunal de Contas aquilo que se diz sobre a REN... [...] e aquilo que é dito sobre a farsa que foi a encomenda da CP à EMEF antes de um processo de privatização, quando ele se estava a desenvolver, o que é uma coisa vergonhosa [...]

(e) [...] Para além destes problemas [...] também temos o estado do Estado. E o Estado português está hoje muito diminuído. O Estado português está diminuído pela perda de confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, e o senhor tem aí a sua responsabilidade. [...] O Estado português está diminuído pela perda de confiança que os próprios agentes que trabalham nas funções de soberania têm no seu próprio papel. É dramático aquilo que se passa na Administração Interna, na Defesa, nos Negócios Estrangeiros, nas áreas fundamentais da soberania portuguesa. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, pp. 10-11)

Passos Coelho gere o seu *ethos* político pelo contra-ataque ao Partido Socialista. No início da sua intervenção, seleciona estrategicamente uma expressão coloquial («incompreensível *azia...*») para atacar o partido do adversário (148a) e rejeita as acusações, opondo o estado (positivo) do país ao estado (negativo) do mesmo, aquando da governação de José Sócrates, pelo mecanismo da amplificação. Aos «sete pecados capitais», o Primeiro-Ministro contrapõe uma outra imagem bíblica, as «dez pragas da governação socialista» (148b), valorizando, assim, o seu *ethos* pela figura da astúcia argumentativa revelada no contra-ataque. Para além das antíteses referidas nas duas primeiras «pragas», que reforçam a imagem de incompetência do PS pela utilização da figura da ênfase na construção de clivagem (*mas que só produziram responsabilidades*) (148b) – de notar o eufemismo –, a desclassificação do anterior executivo mobiliza processos de intensificação, tais como a hipérbole, utilizada na qualificação das obras propostas por José Sócrates «*obras faraónicas*» (148b); a metáfora cognitiva («endividamento *galopante*») (148c); a amplificação com recurso à comparação («em Portugal verificava-se uma das maiores desigualdades que existia em toda a União Europeia. Em 2011, Portugal era um dos países mais desiguais da União Europeia.») (148c); o léxico axiológico negativo, sobretudo na seleção de adjetivos depreciativos: «os programas de estabilidade e crescimento, *de má memória*», «défices orçamentais *volumosos e ruinosos*»; e a menção aos números (argumento de autoridade). Já a reparação da imagem do Governo em funções é feita pela mobilização de termos axiológicos valorativos («medidas corajosas») (148d), em contraste com os termos depreciativos associados Governo cessante, contruindo Passos Coelho um *ethos* de competência, também pela referência ao «sucesso» das privatizações (148e).

- (148) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, sabemos que o *Partido Socialista tem reagido com muita e incompreensível azia...* [...] aos resultados que vão sendo divulgados sobre o desempenho económico em Portugal. É verdade! Quando o Partido Socialista deixou o Governo, em 2011, o desemprego aumentava, a economia contraía... [...] Quando o Partido Socialista saiu do Governo, em 2011, o desemprego aumentava, a dívida tinha vindo a aumentar, a economia a estagnar e a contrair — é verdade! —, o que é exatamente o oposto daquilo que se está a passar. O desequilíbrio externo tinha sido prolongado e bastante profundo, e hoje é exatamente ao contrário.
- (b) Por isso é que, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, acho que o Partido Socialista, com essa história dos sete pecados capitais, *perdeu uma boa oportunidade* para, como se costuma dizer, *mudar a agulha para outras conversas que não essas*. Mas deixe-me responder aos seus sete pecados capitais com outra imagem bíblica: com as 10 pragas que o Partido Socialista deixou a Portugal para que elas não caiam no esquecimento. Em primeiro lugar, e já que estamos a falar das 10 pragas do Egito, *começemos pelas obras faraónicas*: as PPP, o TGV, *todas aquelas obras extraordinárias que haveriam de produzir imensa riqueza no País, mas que só produziram responsabilidades*. Em segundo lugar, os programas de estabilidade e crescimento, *de má memória, que não resolveram nada ao País, mas que trouxeram aumento de impostos e cortes de salários na função pública*.
- (c) Terceira praga: em Portugal verificava-se *uma das maiores desigualdades que existia em toda a União Europeia*. Em 2011, Portugal era um dos países mais desiguais da União Europeia. Quarta praga: défices orçamentais volumosos e ruinosos — quase 10% em 2009, mais de 10% em 2011. Quinta praga: défices externos preocupantes, que rondaram cerca de 10%, em média, na última década, até 2011. Sexta praga: o *completo desgoverno* do setor empresarial do Estado, que acumulava dívida operacional e dívida financeira. Sétima praga socialista, Sr. Deputado: a nacionalização do BPN. [...]
- (d) Oitava praga socialista: o défice tarifário na eletricidade que, *se não tivesse tido resposta do lado deste Governo com medidas corajosas*, hoje estaria a implicar aumentos da tarifa, em termos reais, na casa dos dois dígitos, acima de 10%. Nona praga socialista: o *endividamento galopante* — mais de 20 pontos percentuais, quase tanto quanto no tempo da assistência financeira externa —, durante sete anos de Governos socialistas,... [...] culminando com a expulsão de Portugal dos mercados financeiros e o pedido de assistência externa e, portanto, com o pedido de vinda da tróica. Décima praga que o Partido Socialista, no Governo, nos deixou: um desemprego estrutural acima de 10% [...]
- (e) [...]mas há duas coisas que o Sr. Deputado também deve ter em atenção. Em primeiro lugar, que aquilo a que chamou a vergonha das privatizações *representou para o Estado português o dobro do encaixe financeiro que o Partido Socialista tinha prometido a Portugal*, que era vender pela metade *aquilo que conseguimos vender a bom preço*. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, pp. 12-13)

Relativamente ao pedido de esclarecimento do Secretário-Geral do PCP (149), o Primeiro-Ministro demarca-se das políticas socialistas pela técnica do *distinguo* (150a) e, argumentando pelo poder do sufrágio universal, deslegitima o adversário pela pouca representatividade política, lembrando a sua inexperience em termos de governação (150b). De notar o enunciado modalizado na parêmbola, que expressa o seu julgamento sobre as consequências negativas que adviriam de um governo comunista (ou de coligação com o PCP).

- (149) (a) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, antes de discutir a fundo o estado da Nação, queria perguntar-lhe, em relação à terrível lista de pragas que enumerou na sua resposta ao PS, *qual é a posição do seu partido em relação a essas mesmas pragas*. [...] É que não foi inseticida, foi parte integrante dessas pragas que se abateram sobre o povo português! [...] Sr. Primeiro-Ministro, numa síntese rigorosa que *não se compadece com a vossa propaganda da retoma e do bom caminho*, o estado da Nação é o de um País mais endividado, mais dependente, com mais desemprego, com mais emigração, com mais pobreza e com mais injustiça. *O senhor e o seu Governo governaram contra os portugueses e contra o País, mas também contra as próprias promessas que tinham feito*. [...]

(b) Por isso, pergunto: onde é que estão as promessas de uma vida melhor? Mas não menor é o embuste acerca da dívida. Anunciaram que todos os sacrifícios pedidos aos portugueses serviriam para pagar as dívidas, para resolver os problemas do endividamento do País. Cortaram nos rendimentos, cortaram nos medicamentos, cortaram nas cirurgias, cortaram nos subsídios de desemprego, cortaram no transporte de doentes, cortaram no complemento para idosos [...]. Fizeram tudo isto em nome da dívida e do seu pagamento. *E qual foi o resultado? A dívida cresceu 50 000 milhões de euros!* Temos, hoje, uma das dívidas maiores do mundo em percentagem do produto interno bruto. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, pp. 18-20)

(150) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, o Sr. Deputado gosta de meter tudo no mesmo saco, mas, na verdade, *não somos todos «farinha do mesmo saco»*. [...]

(b) Sr. Deputado, o Partido Comunista Português — direi, felizmente para Portugal —, que não teve responsabilidades governativas desde 1975 até hoje,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Graças a Deus!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Por isso é que o País está como está!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — ... *gosta de considerar que tudo o que aconteceu em Portugal ao longo destes anos foi mau porque não houve o contributo governativo do Partido Comunista Português*. Sr. Deputado, *essa contrariedade tem de a resolver com os cidadãos e com os eleitores portugueses, não é comigo*. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 20)

XIII Legislatura (2015-2019) | Primeiro-Ministro: António Costa

O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — [...] Sr. Deputado [...], recomendo-lhe que não tome como suas as dores do PSD, porque ele é suficientemente grandinho para ter as suas dores próprias. Não se preocupe com eles. Vá-se libertando dessa companhia, porque faz bem. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 33)

Com os resultados das eleições legislativas de outubro de 2015 deu-se uma alteração no panorama político português, até então caracterizado pela alternância entre os dois maiores partidos (PSD e PS) no Governo⁶⁴⁸. A configuração parlamentar altera-se pela primeira vez com a solução governativa encontrada: o Partido Socialista (minoritário) firma três acordos com os outros três partidos da esquerda (PCP, BE e PEV⁶⁴⁹), sendo António Costa (PS) o líder do executivo⁶⁵⁰. Os ataques contundentes ao Governo surgem, portanto, das bancadas centrista e social-democrata.

O primeiro pedido de esclarecimento a António Costa é da responsabilidade do ex-Primeiro-Ministro, que, construindo um *ethos* positivo, felicita o executivo pelo seu funcionamento coeso. Como forma de negociar a distância com o adversário (cf. Meyer, 2008), Pedro Passos Coelho utiliza a concessão, procedendo ao ataque no segundo movimento: argumenta pela definição, insinuando que a maioria governativa não é mais que um instrumento para pôr em prática «determinadas políticas» de ideologia de esquerda (infere-se) (151a), e censura a falta de visão estratégica do Governo (151b) pela reversão das políticas do anterior executivo («os grandes objetivos deviam ser razoavelmente inquestionáveis») (151c), designadamente no que respeita à sua obsessão com a inversão das políticas de austeridade (151d). A opção por políticas contrárias às conduzidas pelo seu Governo não produzem o efeito desejado, argumenta o orador, apoiando-se na autoridade dos dados estatísticos («últimos dados mostram um endividamento crescente do Estado») (151d) de forma a criar uma imagem de incompetência do Governo liderado por António Costa, e também de descrédito, pela referência às medidas eleitoralistas («se continuar a fazer de conta que vivemos em campanha eleitoral») (151e). Inversamente, o orador constrói um *ethos* de competência, pela

⁶⁴⁸ Estando o PSD coligado com o CDS-PP entre 2002 e 2005 e entre 2011 e 2015.

⁶⁴⁹ Esta configuração política ficou conhecida como «geringonça», como já foi referido.

⁶⁵⁰ No primeiro *debate sobre o estado da Nação* da legislatura pairavam sobre o executivo ameaças de sanções da Comissão Europeia por serem consideradas insuficientes as medidas para reduzir o défice, o que acabou por não se concretizar.

valorização de si e do seu Governo, reclamando, pelos argumentos do mérito (151c) (note-se a repetição da forma verbal «conseguimos»), a responsabilidade na inversão do estado calamitoso do país, contestando, deste modo, o discurso de abertura de António Costa – registre-se a preocupação pela atenuação da dimensão polémica na mobilização do eufemismo (151b). De referir, como apelo ao *pathos*, a deploração dos sacrifícios feitos em vão (sendo o argumento do sacrifício um dos mais mobilizados no período pré-eleitoral), antecipando-se um futuro negro para o país (151e).

(151) (a) O Sr. **Pedro Passos Coelho** (PSD): – [...] este é o primeiro debate do Estado da Nação da nova maioria. Julgo que é justo começar por cumprimentar o Governo e o Primeiro-Ministro por ter tido, até hoje, uma maioria que, no essencial, *se tem mostrado coesa e operativa, a funcionar, como disse e muito bem*. Tem sido, segundo o Sr. Primeiro-Ministro, coerente. *Também é verdade*. Veremos quais são as consequências para o País dessa coerência. *Mas, as maiorias são, no essencial, instrumentos. Elas são instrumentais para prosseguir determinadas políticas*.

(b) O Sr. Primeiro-Ministro procurou aqui traçar como ponto de partida uma reinterpretação da história, virando os factos do avesso. Talvez por essa razão seja importante que este debate se comece reposicionando aquilo que é o ponto de partida. Na verdade é muito importante, para todos os portugueses, que os políticos saibam olhar não apenas para a espuma dos dias, para cada par de meses, mas, estrategicamente, para a Legislatura e para o futuro.

(c) [...] Quanto ao ponto de partida, [...] o País chegou ao início desta Legislatura confiante de ter encerrado um dos períodos mais difíceis de emergência económica, financeira e social, envolvendo uma situação de pré-bancarrota e invertendo as principais tendências que conduziram o País a essa situação, em particular procurando evidenciar, ano após ano, um equilíbrio externo muito assente num crescimento extraordinário das nossas exportações e uma moderação das importações, uma consolidação acompanhada de transparência orçamental. De facto, conseguimos fazer uma correção das contas públicas que, julgo, é notável. Conseguimos recuperar economicamente a situação do País, que estava, pelo segundo ano consecutivo, a crescer e, sobretudo, a crescer de uma forma saudável, na medida em que, apesar de ter uma dinamização do consumo, estava a exibir níveis de investimento e, portanto, de criação de emprego que eram importantes para a recuperação de desequilíbrios acumulados. [...] E lançou-se um conjunto de reformas estruturais importantes para que o País ganhasse competitividade e pudesse sustentar o crescimento para futuro. Claro que a situação comportava, também, desequilíbrios e riscos importantes. Sabemos que tínhamos e temos ainda um desemprego demasiado elevado, que temos níveis de dívida pública e privada significativos – e isso deixa-nos sempre menos margem para cometer erros e, infelizmente, menos margem do que precisamos para investir no futuro –, o que significa, portanto, que, numa visão de médio e de longo prazo e olhando para a situação macroeconómica do País, os grandes objetivos deviam ser razoavelmente inquestionáveis. O País devia seguir uma via de desendividamento,...

(d) O que é que, no entanto, esta maioria, que tem sido coerente e estável, tem feito? E quais são os resultados que podemos observar? Em vez de se focar nos objetivos de longo prazo, estratégicos, o Governo e a sua maioria fixaram-se, nesta Legislatura, no curto prazo e, sim, na retórica da inversão da austeridade. Prometeram também um modelo de crescimento económico que era dinamizado [...] pelo consumo e que permitiria [...] um crescimento económico assente também no investimento público que geraria uma economia mais pujante e mais criação de emprego. Hoje olhamos para os resultados e sabemos que o desendividamento não chegou a acontecer – os últimos dados mostram um endividamento crescente do Estado. As reformas estruturais importantes e para as quais era preciso tanta paciência para se observarem resultados, umas têm sido revertidas e, em relação a outras, há promessas de reversão. O investimento tem caído a pique... [...] e o emprego ou estagna ou destrói-se.

(e) [...] Em conclusão, não vale a pena estar com desculpas esfarrapadas, nem vale a pena estar a ensaiar, mais uma vez, a rescisão da História. Sr. Primeiro-Ministro, os responsáveis por esta maioria carregarão o fardo de terem desperdiçado a oportunidade histórica que o País tinha de recuperar de uma situação muito difícil, que mais de uma década de políticas erradas nos ia conduzindo à insolvência, [...] ... tendo desbaratado condições para forjar um crescimento sustentável e atirado pela janela aquilo que, a muito custo, os portugueses... [...] Como eu estava a dizer, esta maioria atirou pela janela aquilo que, a muito custo e com sacrifícios, os portugueses fizeram para mostrar a sua marca de credibilidade e de determinação para vencer no futuro. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, espero que a sua

maioria, para além de coesa, coerente e operativa, se *venha a revelar, também, estável e duradoura*. Mas, sendo estável e duradoura, coisa que só está nas vossas próprias mãos, *não conduzirá o País a uma situação melhor se continuar a fazer de conta que vivemos em campanha eleitoral*. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 7-9)

Na sua réplica a Pedro Passos Coelho, António Costa constrói igualmente um *ethos* de moderação pelo ato de agradecimento, para, logo de seguida, relembrar a responsabilidade do adversário acerca do «défice excessivo de Portugal» em 2015, dada a ameaça de sanções feita pela Comissão Europeia, introduzindo um tema (mais facilmente atacável) não abordado pelo adversário (152a). O orador apela ao balanço do ano da legislatura em questão (em reação ao relato que Pedro Passos Coelho fizera do estado do país quando largara a governação), mobilizando uma «figura de comunhão» («Tempo não volta para trás») e, relevando espírito de argúcia, aborda o tema do «investimento privado», não mencionado pelo adversário (152d), bem como o a «descida do desemprego», como procedimento de valorização. Note-se como o orador reage de forma assertiva, através de um FTA, às palavras do adversário em intervenção não autorizada (152e). O Primeiro-Ministro recorre ainda ao *topos* discursivo da «falta de atenção ao seu discurso» para salientar a imagem de incompetência do Governo antecessor, reforçando o ataque pelo implícito no enunciado subsequente; por outro lado, o orador constrói um *ethos* de agente, revelando uma postura de coragem e determinação (de mencionar o valor de insistência do poliptoto), reforçando uma imagem de liderança.

- (152) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — [...] Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, quero agradecer-lhe as suas palavras e os seus votos de bom sucesso para esta Legislatura. Quero dizer-lhe que me surpreendeu, porque não começou por fazer nenhuma pergunta sobre a posição agora anunciada da Comissão Europeia acerca da avaliação do procedimento de déficit excessivo de Portugal. E surpreendeu-me porque depois de durante os últimos dias ter ouvido tantos dirigentes do PSD tão apouquentados por saberem se o que estava em causa era a execução de 2016 ou a execução de 2015, vejo que não foi preciso mais do que é comunicado para perceber que a única coisa que estava em causa era mesmo a execução, pelo seu Governo, do Orçamento do Estado para 2015.
- (b) E a surpresa é um bom sinal para o País, é um sinal de que, efetivamente, *estamos a virar a página, de que, não obstante a dose massiva de austeridade* com quis *fustigar* os portugueses durante quatro anos, o resultado que alcançou foi falhar o objetivo e que em 2016 todos concordamos que, pela primeira vez, iremos sair do procedimento de déficit excessivo. É uma boa notícia para o País e devemos congratularmo-nos com ela.
- (c) Como o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho sabe, eu não fui Deputado na anterior Legislatura e, portanto, não vou aqui fazer, no debate sobre o estado da Nação em 2016, o debate do estado da Nação que o Sr. Deputado aqui repetiu relativamente a 2015. [...] Mas insisto em recordar-lhe uma velha canção portuguesa: *o tempo não volta para trás e desista de se manter em 2015 porque todo o mundo já está em 2016*. [...]
- (d) E é por isso que, em abril deste ano e *pela primeira vez, desde há um ano, temos uma inversão do aumento do investimento*. E é por isso, Sr. Deputado, que se olhar para os números do investimento verifica que aquilo que está a baixar é o investimento público, o que é explicado pela transição de fundos comunitários,... [...] mas o investimento privado subiu neste primeiro trimestre, relativamente ao ano passado, 13%, [...]
- O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... o que significa que o investimento privado está a aumentar. [...]
- O Sr. **Pedro Passos Coelho** (PSD): — Eu não me referi ao investimento privado!

(e) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — Sr. Deputado, eu sei que não referiu porque não está nas suas prioridades. Também não referiu o desemprego, que está igualmente a baixar. [...] Como estava a dizer, em outubro de 2015 o desemprego era de 12,4% e está agora em 11,6%. Mas o Sr. Deputado não deve ter dado a devida atenção ao meu discurso. Nós não precisamos de chegar ao Governo para saber o estado em que os senhores deixaram o País,...

O Sr. **António Costa Silva** (PSD): — Que graça!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — ... nós estamos no Governo precisamente para enfrentar e para resolver os problemas que os senhores deixaram para nós resolvermos. É isso que faremos e fá-lo-emos com grande orgulho. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 9-11)

Ora, num registo diferente, o discurso da líder centrista⁶⁵¹ caracteriza-se pela sua feição polémica (note-se o exórdio) e agressiva, construindo um *ethos* combativo (de referir a importância de afirmar uma posição não só enquanto líder do CDS-PP mas também como eventual líder da oposição). De salientar a acusação feita ao Primeiro-Ministro de «falta de sentido de Estado», mobilizando a oradora o argumento do dever («O senhor e o seu Governo não «mexeram uma palha» para defender o défice de 2015») (153a). O ataque contundente à atuação do executivo é ilustrado pelos números (que constam dos sete cartazes que a deputada vai mostrando), concluindo-se acerca do mau estado da Nação («Isto não vai nada bem»). A oradora constrói o seu *ethos* político também pelos comentários avaliativos negativos que realiza: mobilizando a figura da subjeção, a deputada alarga a crítica ao Partido Socialista, pela acusação de ludibriar os números (153d), concedendo-lhe um carácter essencialista: («À boa maneira socialista, *escondem debaixo do tapete*») (153d) – note-se o recurso à expressão cristalizada como forma de facilitar a compreensão do argumento. Mencione-se igualmente o *soundbite* «austeridade à la esquerda», como forma de provocação, na referência aos vários indicadores sobre confiança e investimentos (153c). A oradora procura também construir um *ethos* coletivo positivo e de competência, afirmando uma postura dialogante do partido (153b). De notar como a oradora utiliza a primeira do plural (apresentando-se como porta-voz do partido) na construção de um *ethos* de liderança. Ainda a este respeito, de referir o *ethos* de autoridade, colocando-se a oradora numa posição de superioridade (153b) («Sobre esta matéria, queria dizer-lhe que para alcançar bons resultados é preciso trabalhar muitíssimo e é preciso não confundir otimismo com ilusionismo»).

- (153) (a) A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer que, hoje, creio que o estado da Nação é de felicidade, é genericamente de felicidade. Mas essa felicidade, da qual partilho, não tem nada a ver com a sua política, tem a ver simplesmente com a enorme alegria que, ontem, a Seleção Nacional nos deu. [...] Dito isto, acabaram as boas notícias, em matéria de estado da Nação. [...] Neste ponto das sanções, queria dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que [...] o Governo não defendeu o interesse do País, ao aceitar acriticamente —

⁶⁵¹ Assunção Cristas estreia-se no debate de 2016 enquanto líder do CDS-PP.

e digo acriticamente, porque nunca, nem o Sr. Primeiro-Ministro, nem o Sr. Ministro das Finanças, tiveram a honestidade de explicá-lo nesta Casa e, portanto, aceitaram-no acriticamente — que a Comissão fixasse em 3,2% o défice de 2015. Na nossa perspetiva, isso não corresponde à realidade, não corresponde ao vosso dever e não corresponde àquilo que deveriam ter feito para salvaguardar o interesse do País. [...] Portanto, os senhores aceitaram, simplesmente e acriticamente, esse valor, dava jeito. [...] O senhor e o seu Governo não «mexeram uma palha» para defender o défice de 2015. [...] Deixe-me dizer-lhe outra coisa: a decisão não vai ser da Comissão; a decisão vai ser do Conselho. Portanto, no Ecofin, onde há uma maioria de governos socialistas, espero que o senhor se entenda com as suas amizades políticas e que defenda aí também o interesse de Portugal.

(b) Quanto àquilo que nos ocupa, sobre o estado da Nação, queria dizer-lhe que não vou discutir o passado, nem as eleições do ano passado. [...] *Interessa-me, sim, discutir o presente e interessa-me discutir o futuro, com um espírito crítico e construtivo, que é aquilo que o CDS tem tido sempre, procurando diálogo e consensos, coisas que os senhores não querem e nas quais não estão minimamente interessados.* [...] Quanto a isso, Sr. Primeiro-Ministro, acho que tenho de o ajudar a ver a realidade, porque o estado do País e o estado da sua governação não se mede por sorrisos, não se mede por ter o Bloco de Esquerda e o PCP muito satisfeitos, mede-se pela vida das pessoas e pelos indicadores de crescimento. Sobre esta matéria, queria dizer-lhe que para alcançar bons resultados é preciso trabalhar muitíssimo e *é preciso não confundir otimismo com ilusionismo.*

(c) A realidade é esta. Sr. Primeiro-Ministro, trouxe uns auxílios, em forma de cartaz, para que todos possam ver muito bem qual é a nossa realidade: no primeiro pode ver-se que a população empregada baixou em 17 000 pessoas e o desemprego tarda em não descer de forma significativa; no segundo pode ver-se que o investimento, no primeiro trimestre, reduziu-se em 2,6% em cadeia e reduziu-se 1% quando comparado com o período homólogo; no terceiro pode ver-se que o investimento público, que tanto os senhores apregoam, reduziu-se 28% no primeiro trimestre. [...] No quarto cartaz pode ver-se que o investimento estrangeiro, no nosso País, reduziu-se significativamente, 800 milhões de euros [...]; no quinto pode ver-se que as exportações estavam a crescer 4% e passaram para 2,2%, portanto, houve uma redução significativa no primeiro trimestre; no sexto pode ver-se que o indicador de confiança dos consumidores [...] está em queda [...] No sétimo cartaz pode ver-se a austeridade à la esquerda, em que há um aumento de impostos, a arrecadação da receita fiscal cresceu 3%, e isto à custa, nomeadamente, da taxa sobre os combustíveis. Portanto, é a austeridade à la esquerda. [...]

(d) *Sabe a que é que isto cheira, Sr. Primeiro-Ministro? Cheira a mascarar as contas, uma coisa em relação à qual os socialistas são muitíssimo hábeis.* [...]

(e) Sr. Primeiro-Ministro — e para terminar —, ouço-o dizer, todas as semanas, que isto está a correr muito bem e que o País está bem e está forte. *Pois bem, Sr. Primeiro-Ministro, prometeu emprego, mas não está a ser criado; prometeu confiança e investimento, mas está em queda; prometeu contenção nas contas, mas os pagamentos em atraso aumentam e as dívidas crescem. À boa maneira socialista, escondem debaixo do tapete.* Para além disso, os impostos aumentam *na austeridade à la esquerda* e as pessoas desesperam à espera da devolução do seu IRS, as empresas esperam a devolução do IVA e agora até os pensionistas têm as pensões em atraso. [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 21-23)

O Primeiro-Ministro gere o ataque à sua imagem com recurso ao humor (154a) e, num tom de provocação, reage à interrupção da deputada Isabel Galriça Neto, procedendo também a um ataque ao PSD com recurso ao implícito (154b). Contesta os números de Assunção Cristas pelo argumento de autoridade (INE) (154c) e mantém-se num registo cortês aquando da interrupção da líder centrista (que mobiliza um ataque *ad personam*), descredibilizando-a, em seguida, pelo enunciado de modalidade deôntica que consubstancia um FTA (154d). Acusando-a de fazer «*cherry-picking* das estatísticas» (expressão esta que configura outro dos *soundbites* do debate), o líder do executivo procura desclassificar Assunção Cristas pelo oportunismo político (154e), contrastando as duas reações face às estatísticas. Simultaneamente, constrói um *ethos* de agente com recurso à

enumeração (154f). A refutação do contradiscurso mobiliza ainda argumentos de comparação e contra-questões (154g), através das quais o orador constrói um *ethos* de competência.

- (154) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Assunção Cristas, nunca me ocorreu, por um segundo, que não partilhássemos uma alegria por uma vitória de Portugal, *porque não tenho a menor dúvida que a Sr.^a Deputada é uma patriota, como todos nós somos.*

Protestos da Deputada do CDS-PP Isabel Galriça Neto.

- (b) A Sr.^a Deputada Isabel Galriça Neto é médica, pelo que não pode exercer a advocacia para defender o PPD/PSD. Não tem habilitações. Mas eles também não necessitam, deixe estar!...[...]

Aplausos do PS. Protestos do CDS-PP.

- (c) Sr.^a Deputada Assunção Cristas, os défices nacionais são apurados pelo Eurostat. Quem estabelece o diálogo com o Eurostat é a autoridade de estatística nacional, que é o Instituto Nacional de Estatística. *Presumo que a Sr.^a Deputada não ponha em causa a probidade técnica, a competência do Instituto Nacional de Estatística (INE). Se puser em causa, temos aqui um problema.*

A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — O INE, por acaso, tinha outros valores!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — *Eu não ponho em causa e, por isso, não me passa sequer pela cabeça que o Instituto Nacional de Estatística não tenha produzido a melhor informação e não tenha procedido com o Eurostat para que fosse feita a mais correta avaliação dessa informação, e os números são os números. Mas há uma coisa que é certa, Sr.^a Deputada: se esses números estavam errados, os números que exibiu melhores não serão, porque a fonte é exatamente a mesma. Portanto, o que a Sr.^a Deputada não pode é pretender...*

- (d) A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — O senhor não está preparado para exercer esse cargo! Não sabe como as coisas funcionam!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — Sr.^a Deputada, dá licença que continue a responder-lhe? Prometo não lhe ocupar muito tempo. Deixe-me só tentar responder às suas perguntas. Não compete ao Governo discutir com o Eurostat. Os dados são os dados. O que a senhora tem de perceber — e como jurista tem a obrigação de perceber melhor do que ninguém — é que é preciso construir a nossa defesa com base no artigo 126.o do Tratado, e deste artigo não resulta, em circunstância alguma, que haja lugar a um automatismo da aplicação de sanções.

- (e) [...] A Sr.^a Deputada vai fazendo cherry-picking das estatísticas. Há uma diferença fundamental entre a forma como a Sr.^a Deputada olha para as estatísticas e a forma como eu olho para as estatísticas. [...] A Sr.^a Deputada olha para as estatísticas e procura um bom número para atacar o Governo... [...] ... e eu olho para as estatísticas e procuro um mau número que exija a ação do Governo para que o número possa melhorar. [...] Quando a Sr.^a Deputada festeja um mau nível de investimento ...

A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — Não festejo!

- (f) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — ... eu vejo a necessidade de adotar o programa Capitalizar, para que as empresas tenham melhores condições financeiras para poderem investir; vejo que tenho de lançar o programa Startup Portugal, para incentivar o empreendedorismo; vejo a necessidade de criar o Fundo Azul, para haver investimentos na economia do mar; vejo a necessidade de criar o fundo de reabilitação urbana para reanimar o setor da construção; vejo a necessidade de retirar dos limites de endividamento das câmaras a comparticipação nacional para o investimento comunitário, para aumentar o investimento das câmaras; e vejo, sobretudo, a aceleração dos fundos comunitários como essencial para podermos aumentar o investimento. Está a ver qual é a diferença, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — A diferença é que o CDS é oposição!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — Não, Sr. Deputada! A diferença é que a senhora festeja os maus números e eu, perante os maus números, ajo para os corrigir, com boas políticas e para termos bons resultados. [...]

- (g) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — [...] Certamente que é má informação da Sr.^a Deputada a questão sobre adiamentos de reembolsos. Quanto ao IRS, até maio, reembolsámos mais 23,2 milhões de euros do que no ano passado... [...] e, também em maio, em IVA, devolvemos mais 227 milhões de euros do que no ano passado. [...] Portanto, Sr.^a Deputada, há dois pequenos dados importantes para a sua equação. Indo tão mal a economia, como é que a receita fiscal sobe tanto? [...] E como é que nós, tendo aumentado os reembolsos, estamos a adiar os reembolsos para disfarçar as contas? (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 23-26)

O tom humorístico e sarcástico domina a refutação do contradiscurso, como se observa tanto na réplica a Nuno Magalhães (155) (que reforça o discurso de Assunção Cristas, pela refutação das responsabilidades do anterior executivo na questão das sanções), tanto da resposta a Pedro Passos Coelho (156). Observe-se, em (155b), a afirmação de um *ethos* de competência pelo argumento do mérito. De salientar a construção de um *ethos* de carácter também pela forma assertiva com que o Primeiro-Ministro reivindica o mérito da baixa dos impostos, recorrendo ao paralelismo anafórico com valor de presença.

- (155) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Magalhães, recomendo-lhe que não tome como suas as dores do PSD, porque ele é suficientemente grandinho para ter as suas dores próprias. Não se preocupe com eles. Vá-se libertando dessa companhia, porque faz bem.
- (b) No entanto, há uma coisa que eu sei: *quem baixou a sobretaxa do IRS foi esta maioria. Quem baixou a taxa máxima do IMI foi esta maioria. Quem reintroduziu a cláusula de salvaguarda do IMI foi esta maioria. Quem baixou o IVA da restauração foi esta maioria. Quem baixou impostos foi esta maioria. [...] Quem subiu impostos foi a sua maioria. É muito simples!* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 33)
- (156) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — [...] Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, vejo que sentiu a necessidade de voltar a vir a jogo. Mas, Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, e bem pode irritar-se com o que quiser, há uma coisa que o Sr. Deputado não tirará da visão de todos os portugueses: *a sua vice-presidente Maria Luís Albuquerque, no sábado passado, permitiu-se quebrar o consenso nacional que tinha sido estabelecido entre Governo, Presidente da República e Assembleia da República na defesa conjunta de Portugal e dos interesses de Portugal por mera e pura mesquinhez partidária. Esta é a realidade e foi obra sua.* [...]
- (b) *Agradeço-lhe a generosidade de querer compartilhar com o atual Governo a governação de 2015, mas, apesar da sua generosidade, por nossa conta ficam 30 dias e o restante ficará por sua conta.*
- (c) Já agora, *porque também já percebi bem qual é a próxima campanha que vão fazer, quero dizer o seguinte: a conta do BANIF não é deste Governo; a conta do BANIF é a que os senhores esconderam porque não tiveram coragem de a assumir e resolver.* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 33-34)

A réplica ao ex-Ministro (156) constrói um *ethos* de inteligência pela figura da astúcia. Não só o orador mobiliza um humor agressivo, procedendo a um argumento de culpabilidade por associação, como imputa ainda a responsabilidade ao adversário (156a). A gestão eficaz do seu *ethos* político faz-se ainda pela cortesia agressiva, que mobiliza o ato de agradecimento, bem como pela refutação por antecipação, imputando a responsabilidade da «conta do BANIF» ao oponente (156b).

Pela primeira vez, no contexto do *debate sobre o estado da Nação*, o PCP é apoiante do Governo socialista, pelo que na sua argumentação critica fundamentalmente o antecessor executivo (de direita), referindo os efeitos nefastos da «execução implacável» do «pacto de agressão» (157a).

- (157) (a) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] não é aceitável esta estratégia do PSD e do CDS de tentar pôr o conta-quilómetros a zero a partir de outubro do ano passado [...] tentar varrer da nossa memória coletiva o que significou a aplicação do pacto de agressão e particularmente a sua execução implacável pelo Governo PSD/CDS, arrasando direitos, rendimentos e serviços públicos, arrasando vidas às pessoas que perderam o seu emprego, as suas casas, a sua pequena empresa, a sua pequena exploração familiar, atirando para a pobreza centenas de

milhares de portugueses e outros tantos para a emigração, enquanto o sistema financeiro se afundava num lodaçal de especulação e de escândalos a serem pagos pelos portugueses. [...]

(b) Mas a questão mais relevante é a natureza e os objetivos desta União Europeia, que insiste na exploração e no empobrecimento dos povos. Aí estão a discutir já os novos prazos para que o País se mantenha sujeito à ameaça permanente, permanente em relação à questão das sanções. Temos de as combater e rejeitar com clareza, com determinação, não com verbalismo mas, com certeza, com coragem, com muita coragem em defesa do interesse nacional e da nossa soberania. [...] Sr. Primeiro-Ministro, embora com a consciência da complexidade da situação, devemos ou não percorrer o caminho encetado nesta nova fase da vida nacional? Se confrontados com os constrangimentos externos que nos sufocam, nos submetem e amarram, devemos ou não afirmar a nossa soberania e a vontade de nos libertarmos desses constrangimentos? É nisso que estaremos empenhados nesta Assembleia da República e no País. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 26-27)

O Secretário-Geral do PCP procede ainda ao julgamento dos objetivos da União Europeia, apercebidos subjetivamente de forma negativa (157b), tendo o Primeiro-Ministro respondido a Jerónimo de Sousa sem ironia, com base nas diferentes perspetivas sobre a União Europeia e sobre o euro (158), sublinhando, contudo, a convergência no que respeita às preocupações sociais. A resposta às questões colocadas por Jerónimo de Sousa permite-lhe desenvolver uma argumentação que constrói *ethos* de competência («temos conduzido ir conduzindo este processo da forma menos danosa possível para o País») e de liderança («E temos de estar na União Europeia batendo-nos com inteireza, com lealdade, com frontalidade na defesa dos nossos interesses»), pela determinação em defender os interesses de Portugal. Note-se, em (158b), a construção de um *ethos* de carácter e de agente («mas recuso-me a aceitar que não seja possível fazer»).

(158) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, muito obrigado pelas suas questões. *Não temos a mesma visão sobre o nosso processo de integração europeia. Considero ser importante participarmos na integração europeia; mesmo com todas as dificuldades que isso comporta, considero que fora da União Europeia teríamos sempre mais dificuldades do que as que temos dentro da União Europeia.*

(b) Mas há formas e formas de estar na União Europeia. E temos de estar na União Europeia batendo-nos com inteireza, com lealdade, com frontalidade na defesa dos nossos interesses. E isso é possível fazer. Nem sempre se consegue, mas recuso-me a aceitar que não seja possível fazer. Mesmo este processo das sanções tem sido muito difícil, porque muitas vezes temos encontrado minas e armadilhas de onde era menos legítimo elas virem, mas a verdade é que temos conseguido ir conduzindo este processo da forma menos danosa possível para o País. Não sei se será possível que assim seja até à última deliberação do Conselho, mas sei que, apesar de tudo, o facto de hoje a Comissão não ter tomado a iniciativa de propor a aplicação de qualquer sanção é já um dado importante que não desvalorizo, pelo contrário, considero da maior relevância. Espero que no Conselho também seja possível avançar neste sentido, sendo igualmente neste sentido que temos de continuar a trabalhar, para defender o interesse nacional e os nossos interesses coletivos, no quadro da União Europeia. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 26-27)

Da mesma forma, o pedido de esclarecimento de Carlos César, em apoio do Governo (159), permite a António Costa construir um *ethos* positivo de patriotismo na réplica (160). O orador valoriza o seu *ethos* pela desvalorização do Governo antecessor e constrói um *ethos* de seriedade pela estratégia de negar com força uma posição condenável (deixando supor que o adversário, o anterior executivo,

terá tido essa posição) (160c). A utilização do ato compromissivo (160b) contribui para a construção de *ethos* de liderança, pela defesa dos interesses de Portugal. No último enunciado (160d), António Costa recupera a palavra-chave do debate de 2016 («agir»), sob a figura do poliptoto, procurando a adesão do auditório para uma imagem de dinamismo e competência.

- (159) O Sr. **Carlos César** (PS): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, como pôde o interesse público ser defendido nestes últimos quatro anos de forma melhor, se tudo foi adiado até à véspera do colapso, como acontece com os bancos, com a maior das irresponsabilidades? Que Governo foi esse? E agora, Sr. Primeiro-Ministro, que Governo temos de ser? (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 11)
- (160) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — [...] É absolutamente lamentável que nos últimos dias a Direção do PPD/PSD não tenha resistido à tentação da mesquinhez partidária de procurar atacar a execução de 2016 para encobrir o fracasso da execução de 2015.
- (b) Há uma coisa, Sr. Deputado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que quero aqui garantir: *o XXI Governo é o Governo de Portugal e bater-se-á, em todas as instâncias, pelo interesse nacional, sem qualquer distinção de qual é o nosso passado, que cumpre defender, porque será sempre o passado da nossa Pátria e esse é o passado de todos nós e que a todos nos cabe sempre defender.* [...]
- (c) São duas grandes diferenças: *a mim, nunca ninguém me ouvirá ir para o Conselho dizer mal do anterior Governo,[...] mas também nunca ninguém me verá em Bruxelas a prometer os cortes das pensões que em Portugal digo que não vou fazer ou a dizer que o corte nos vencimentos dos funcionários públicos é definitivo, quando em Portugal ando a dizer que é provisório. Não, não tenho duas caras, não tenho duas palavras, digo o mesmo cá que digo lá.* [...] Sr. Deputado Carlos César, *este é um Governo que não esconde nem disfarça os problemas que existem no País.* [...]
- (d) *Não, não fugimos dos problemas, nós agimos perante os problemas, porque um governo existe para agir e é agindo que se governa.* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 15-16)

Igualmente no *debate do estado da Nação* de 2017, o Primeiro-Ministro contou com o apoio da esquerda parlamentar (já que os deputados da esquerda privilegiaram os ataques à oposição de direita), referindo, naturalmente, os «bons resultados do país», pelo que os grandes desafios se colocaram relativamente à direita. Os temas particularmente difíceis que alimentaram os ataques do PSD e CDS-PP foram o caso roubo do armamento de Tancos e os incêndios de Pedrógão Grande, para além da «crise do Governo e da falência do Estado» referida pelo líder parlamentar do PSD (161). Fernando Negrão evidencia o «processo de degradação» do Governo e o «Estado à beira do colapso» (sendo o termo «colapso» a palavra-chave do discurso) devido à falta de autoridade e de liderança do Governo e de Portugal. Se a crítica à falta de liderança é atenuada pela autocorreção («ou, no mínimo, tem uma liderança muito frágil»), é posteriormente intensificada pelo apelo *ad populum* e pela tentativa de deslegitimação da solução governativa vigente («Este Governo teve sempre um Primeiro-Ministro frágil por falta de votos dos eleitores»), bem como pelo *topos* de acusação de imobilismo, que é amplificado no discurso (161a). A dramatização do discurso apela ao *pathos*, mobilizando-se as metáforas do domínio da doença («o Estado está a ser ferido») e da construção («atingido nos seus pilares fundamentais») (161b). Ainda de intuito provocador, de

referir a designação do Ministro dos Negócios Estrangeiros (Augusto Santos Silva) como «bombeiro de serviço», criticando-se a forma como o executivo lidou com o roubo do armamento de Tancos (161d), criando-se uma imagem de incompetência e irresponsabilidade do executivo. Entre outros aspetos, de mencionar ainda o *topos* de ataque a todos os Governos, a acusação de clientelismo e corrupção (161e).

- (161) (a) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — [...] o Governo chega a este debate num *processo de degradação indistigável*. [...] O Governo *está a colapsar*. O Governo *perde autoridade todos os dias*. [...] O País já percebeu que, nos momentos difíceis, nas contrariedades, o Governo *não tem liderança ou, no mínimo, tem uma liderança muito frágil*. [...] Este Governo *teve sempre um Primeiro-Ministro frágil por falta de votos dos eleitores*,... [...] mas agora este Governo tem também um *Primeiro-Ministro frágil por incapacidade, por passividade, por falta de liderança*. [...] Sr. Primeiro-Ministro, o senhor *nunca teve autoridade eleitoral* mas chega a este debate com a sua autoridade política muito diminuída.
- (b) [...] Portugal é que está a perder tempo com este Governo, Portugal é que está a perder oportunidades com este Governo, e o Estado *está a ser ferido, atingido nos seus pilares fundamentais: no pilar da segurança, da proteção e da defesa das pessoas e dos bens, e no pilar social, na saúde, na educação e nos transportes*.
- (c) [...] quando organismos públicos [...] se contradizem em público, quando o Estado, através do Governo, e depois até de uma proposta do PSD, não cria um mecanismo indemnizatório expedito ao serviço das vítimas e, sobretudo, quando o Estado não conseguiu objetivamente, como o Sr. Primeiro-Ministro ali reconheceu, salvar aqueles que fugiam do perigo, o Estado *colapsou*. Sr. Primeiro-Ministro, quando o seu sistema SIRESP [...] que o senhor criou, que o senhor decidiu, de que o senhor é autor, *falhou no exato momento em que não podia falhar, o Estado colapsou*. [...]
- (d) [...] Quando há um *roubo de armamento militar* que ninguém consegue perceber nem explicar, mesmo quando o Governo, *pela voz do seu regressado «bombeiro de serviço»*, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros — que já tinha desempenhado essa função de bombeiro nos governos de José Sócrates e readquiriu agora essa função no Governo de António Costa —, logo disse uma coisa e o seu contrário,... [...] Sr. Primeiro-Ministro, *a sua cobertura política a esta confusão e o seu patrocínio à desresponsabilização também contribuem para o colapso do Estado*.
- (e) *Quando a cultura de mérito e de transparência nas nomeações para cargos públicos é substituída pelo amiguismo, por consultores e escritórios que intervêm nos mesmos processos em lados opostos, é o sentido de Estado que está a colapsar*, Sr. Primeiro-Ministro. [...] (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, pp. 7-8)

O Primeiro-Ministro procede a um contra-ataque no domínio pessoal, que poderíamos dizer circular, já que se inicia com uma preterição alusiva à liderança cessante do adversário (162a) e termina com similar referência à liderança parlamentar de Luís Montenegro, num registo de pseudo-cortesia (162f). O orador devolve o ataque pela figura da antanáclase («aquilo a que aqui assistimos não foi a uma descrição do colapso do Estado, foi ao colapso do sentido de Estado do PPD/PSD.»), sublinhando o carácter oportunista do deputado pelo facto de se centrar nos recentes acontecimentos (162b), não considerando o ano na sua totalidade, e refuta as acusações com recurso aos dados estatísticos (162e). De salientar o *ethos* de autoridade do orador pela referência à sua experiência política em vários domínios, opondo-a à inexperiência do adversário, que se resume à atividade parlamentar (162d), colocando-se, portanto, numa posição de dominância.

- (162) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Montenegro, creio que este é o último debate em que dialogaremos na sua qualidade de líder parlamentar e, *por isso, poupo-o a evocar a solidez da sua liderança que está a cessar*.
- (b) Concentro-me, por isso, nas suas questões e o que verifico é que, sobre o estado da Nação, a sua visão se resume aos últimos 15 dias. E resume-se aos últimos 15 dias para, *na sofreguidão de querer atacar o Governo*, [...] atacar o sistema de proteção civil e atacar as próprias Forças Armadas. [...] Sr. Deputado, aquilo a que aqui assistimos não foi a uma descrição do colapso do Estado, foi ao colapso do sentido de Estado do PPD/PSD.
- (c) Mas, Sr. Deputado, a política não é só para os dias fáceis. [...] Portanto, nos dias difíceis, devemos saber resistir à tentação de, [...] *... à força de não querermos que a culpa morra solteira, arranjar um casamento de conveniência para a culpa que ainda não arranhou o marido adequado*. [...] *É isso que é fazer política com seriedade*, Sr. Deputado. Surpreende-me, aliás, que o líder da bancada parlamentar que teve a iniciativa de propor a constituição de uma comissão técnica independente, em vez de aguardar pelos resultados da comissão técnica independente, tenha já tantas certezas que lhe permitam condenar tudo e todos, desde o cabo da GNR que estava de serviço na estrada à Sr.^a Ministra ou ao próprio Primeiro-Ministro.
- (d) Sei que o Sr. Deputado tem esgotado a sua atividade política na atividade discursiva parlamentar. Eu, ao longo da minha vida política, tenho assumido várias responsabilidades executivas e sempre dei a cara pelas responsabilidades que assumi.
- (e) Agora, Sr. Deputado, entendamo-nos: herança?! A herança, em 2015, era a de que a economia estava em desaceleração e foi necessário este Governo mudar de política para que, em 2016, a economia voltasse a acelerar e, em 2017, tivesse tido o maior crescimento de sempre. [...] Conjuntura?! Então, nós, pela primeira vez desde há muitos anos, estamos a crescer mais que a média europeia e estamos a andar à boleia de quem cresce menos do que nós?! Não estamos nós a crescer mais do que aqueles com quem nos comparamos?! [...]
- (f) Sr. Deputado, foi com enorme prazer que, ao longo deste ano e meio, o tive aqui como interlocutor. Não sei se no próximo ano o voltarei a ter como interlocutor noutra qualidade, [...] *... mas desejo-lhe, em qualquer caso, as maiores felicidades e solidez na sua atual ou futura liderança*. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, pp. 11-12)

Relativamente aos ataques polémicos, de referir, por fim, o discurso num tom assertivo da líder do CDS-PP, que, à semelhança do ano anterior, não só se debruçou sobre o estado da Nação como concentrou as críticas no plano do *ethos*, minando a credibilidade do Primeiro-Ministro (163c) e desafiando a sua autoridade, inclusive pelos FTA diretos e agressivos. No seu discurso, Assunção Cristas evidenciou a falta de transparência do Governo, amplificando a acusação pela comparação, bem como os efeitos da austeridade «das esquerdas unidas», mencionando o estado negativo das áreas caras à esquerda (educação e saúde) – note-se o eufemismo e o comentário avaliativo sobre os cursos de formação profissional (163a). Naturalmente, tanto os incêndios de Pedrógão (163b) como o caso do roubo do armamento se tornaram armas de ataque (163c), sendo o Primeiro-Ministro alvo de descrédito pela fuga às suas responsabilidades, como se clarifica através das metáforas marítimas em (163c).

- (163) (a) A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — [...] Neste ano, bateu-se o recorde na arrecadação de impostos por cada português. Foi também o ano da maior falta de transparência na gestão da despesa do Estado de que há memória: 1000 milhões de euros cativados em definitivo, ou seja, cortes cegos que passaram da ameaça a verdadeira existência. Este foi o ano da austeridade das esquerdas unidas que atingiu escolas — que fecharam por não terem funcionários —, hospitais — onde cirurgias e consultas foram adiadas —, saúde — onde as dívidas aumentaram e onde os protestos dos profissionais sobem de tom em cada dia que passa. Foi o ano do desinvestimento instalado um pouco por todo o lado, dos transportes ao emagrecimento dos cursos de formação profissional — a tal área da

formação que o Governo tanto gosta, mas em que, de norte a sul do País, as queixas da indústria aos centros são enormes. [...] Mais ainda do que o inédito volume das cativações, o seu maior problema não é o facto de existirem [...] o problema é que, depois, no concreto, o Governo, nos vários ministérios, nos vários ministros, nas várias secretarias de Estado, simplesmente não assume com transparência esses cortes. E porquê? Porque isso é incompatível, porque o discurso oficial do Governo, depois, não cola com a realidade, não cola com a ação. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, faria bem se, neste momento de balanço, nos dissesse, por uma vez, onde e como está a cortar. Pergunto: é este o fim da austeridade, da sua austeridade? Não

(b) [...] nas últimas semanas, o País viu-se confrontado com o falhanço mais básico do Estado, aquilo que justifica a sua própria existência: o exercício das funções de soberania, onde cabem a segurança e a proteção dos cidadãos. Isto porque o inimaginável aconteceu com a tragédia dos incêndios, com as perdas humanas que a todos uniu na dor e que pôs a nu uma falha gravíssima do Estado na proteção dos cidadãos. A confiança quebrou-se e era urgente repará-la de imediato. E o que é que nós vimos? Uma total descoordenação: um Governo inapto para lidar com uma crise; uma Ministra absolutamente incapaz de afirmar comando, autoridade, de gerar confiança e segurança; um Primeiro-Ministro a desautorizar a sua Ministra, a mesma em quem diz manter a confiança política, um Primeiro-Ministro preocupado com estudos de popularidade. [...]

(c)[...] É isto — pergunto — o exercício da autoridade básica do Estado na sua função de proteger as pessoas? Não se vê como! Duas semanas depois, o País ficou, de novo, perplexo com outro episódio que, mais uma vez, atingiu o coração do Estado soberano: o roubo das armas em Tancos. Assistimos lívidos à inação e à ligeireza do Ministro da Defesa Nacional e testemunhámos a ausência política do Sr. Primeiro-Ministro. E percebemos a sua tática. Vimo-la no último Orçamento do Estado, vimo-la, de novo, na semana passada: *quando a conversa não interessa, pura e simplesmente, o senhor desaparece de circulação. Não usa a palavra, não dá a cara!* [...] *Acha que basta mergulhar e esperar que a onda má passe, de forma a, depois, poder voltar a surfar uma qualquer onda boa para a qual pouco ou nada contribuiu.*

(d) [...] Quando o País mais precisava de autoridade, o senhor saiu de cena e deixou que a instituição militar fosse diminuída e a imagem de Portugal afetada. Sr. Primeiro-Ministro, o senhor não tem um Governo, tem uma sucessão de casos de Ministros que o senhor desconsidera e ultrapassa num dia, mas segura no outro; tem Secretários de Estado que se demitem oportunamente, com um ano de atraso; tem uma Administração com degradação dos serviços públicos — da educação à saúde, aos transportes — e tem o Governo da austeridade dissimulada.

(e) Diga-nos hoje, Sr. Primeiro-Ministro, finalmente, cara a cara: vai ou não demitir a sua Ministra da Administração Interna? [...] Vai ou não demitir o seu Ministro da Defesa Nacional? [...] (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, pp. 17-20)

Face às perguntas feitas pela líder do CDS-PP, o Primeiro-Ministro mostra uma posição de autoridade através da sua resposta categórica, mobilizando um enunciado de paralelismo anafórico com recurso ao advérbio reforçador da verdade da asserção (164a). Igualmente num tom assertivo, constrói um *ethos* de liderança e de carácter pela assunção das responsabilidades do seu Governo, reparando, assim a imagem de descrédito atribuída pela adversária, e constrói um *ethos* de competência pela referência ao sucesso da sua governação, que desmente as previsões pessimistas referidas pela deputada no debate do ano anterior. António Costa descredibiliza ainda a adversária pela invalidação do seu discurso, no que diz respeito às cativações, e mostra-se ironicamente surpreendido pela «defesa do investimento público» (note-se a ironia na seleção do termo «campeã») por parte de uma deputada de um partido que defende o Estado mínimo⁶⁵² (164d). Num

⁶⁵² Segundo uma conceção do Estado mínimo (Robert Nozick, *Anarquia, Estado e Utopia*, 1974), o papel do Estado é de garantir os direitos individuais de cada um, ou seja, apenas fornece aos cidadãos serviços de proteção contra a violência, o roubo e a fraude e

tom humorístico, refere mesmo «... assim uma espécie de keynesianismo⁶⁵³ radical de que já tínhamos algumas saudades nesta Assembleia da República», como forma de ridicularizar a adversária, atribuindo-lhe, portanto, uma posição ideológica oposta à sua. A descredibilização da líder do CDS-PP é reforçada pelo recurso ao argumento *tu quoque* (ou culpabilidade por associação), refutando o orador a quebra do investimento na educação e na saúde, com recurso aos dados percentuais. O Primeiro-Ministro sublinha também a redução da despesa com o sector da defesa do anterior executivo, contrapondo-a ao aumento com o seu Governo. Por fim, colocando-se numa posição de dominância, desvia-se das acusações sobre a forma como o Governo lidou com o caso do armamento de Tancos e recorre aos valores, sublinhando a importância das Forças Armadas (164e). Condena o aproveitamento político do caso em questão e reforça a confiança na intuição. De mencionar o apelo ao *pathos* na peroração do seu discurso pelo imaginário da tradição e da soberania nacional, construindo um *ethos* patriota.

(164) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — Sr. Presidente, Sr.a Deputada Assunção Cristas, vamos começar pelo mais simples: *obviamente não demito nenhum Ministro, obviamente não demito a Ministra da Administração Interna, obviamente não demito o Ministro da Defesa Nacional*. [...] Deixe-me dizer-lhe, mesmo, outra coisa ainda mais fácil: tudo aquilo que qualquer uma das minhas Ministras ou dos meus Ministros fizer será sempre responsabilidade minha.

(b) Eu tinha a esperança de que a Sr.^a Deputada, para credibilizar esta sua intervenção no debate, começasse por trazer aqui, outra vez, os sete cartazes que trouxe para ilustrar a sua intervenção de há um ano. Não sei se se recorda, mas eram sete cartazes muito elucidativos de como o emprego estava a baixar, o investimento estava a baixar, o investimento estrangeiro tinha desaparecido, as exportações estavam a cair, a confiança dos consumidores tinha-se esfumado e o aumento dos impostos era brutal. *Lembra-se de algum desses cartazes? Não se lembra. Sabe porquê? Porque a realidade do dia a dia desmentiu cada um dos cartazes que a senhora aqui apresentou*. [...] Sr.^a Deputada, se eu a avaliasse só pelos cartazes, a conversa estaria encerrada, porque quem falhou tanto há um ano não teria hoje credibilidade para dizer o que quer que fosse.

(c) Mas eu não avalio com essa ligeireza. Por isso, em primeiro lugar, queria dizer-lhe que quando falamos em cativações não estamos a falar em falta de transparência. As cativações estão previstas na Lei do Orçamento do Estado, estão previstas no Decreto-Lei de Execução Orçamental. A senhora fala das cativações que não excedem 1% da despesa [...]. É disto que estamos a falar. [...] Sr.^a Deputada, *ao contrário do que pensa e diz, a Lei de Programação Militar não era objeto de cativações, o investimento público não era objeto de cativações, as escolas não são objeto de cativações, o Serviço Nacional de Saúde não é objeto de cativações*. Por isso, *cada um dos exemplos que deu é tão bom, tão bom, tão bom porque nenhum deles é objeto de cativações*. [...] São mesmo ótimos os seus exemplos!

(d) Mas o que é absolutamente extraordinário — além de ver a Sr.a Deputada agora como a campeã da defesa do investimento público,...[...] — ... assim uma espécie de keynesianismo radical de que já tínhamos algumas saudades nesta Assembleia da República — é que a Sr.^a Deputada integrou o Governo que cortou 17% da despesa em educação e em saúde e está agora a falar de um Orçamento do Estado onde a despesa com a saúde aumentou 3% e a do investimento em educação aumentou 4,5%. É isso que a Sr.^a Deputada está a querer comparar? Chamo a sua atenção para o seguinte: em matéria de soberania, o exercício do Governo de que V. Ex.^a foi um membro destacado representou uma quebra de 46% na despesa com a defesa, uma redução de 4% com a segurança e ordem pública e uma quebra de 31% na

garante a execução de contratos.

⁶⁵³ O *Keynesianismo*, em oposição ao liberalismo, é uma doutrina político-económica desenvolvida pelo economista John Keynes (*General theory of employment, interest and Money*, 1936) que se fundamenta numa conceção do Estado como agente ativo contra a recessão e alta no desemprego, isto é, atribuindo-lhe um papel indispensável de controlo da economia.

despesa com a proteção civil. Esse é o balaço da sua governação; o nosso balanço é o de inversão destes cortes na proteção civil, na segurança interna e na defesa.

(e) Mas, Sr.^a Deputada, queria dizer-lhe, com toda a franqueza, o seguinte: o Estado e o respeito pelas instituições têm de existir para além do debate político. *As Forças Armadas são um tema sério, que não pode servir de arremesso político. [...] A palavra do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas é para mim uma palavra sagrada e não a ponho em causa. [...] Mais: é muito triste ver uma oposição que nada tem a dizer sobre a ação do Governo nem sobre os resultados do sucesso da ação do Governo descer ao nível de pôr em causa os agentes da Proteção Civil e os elementos das Forças Armadas. [...] Sr.^a Deputada, ninguém sabe qual é o contributo que qualquer um de nós dará ao nosso País, mas há uma coisa que sabemos: as nossas Forças Armadas asseguram a independência e a integridade nacionais há mais de oito séculos.* (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, pp. 21-23)

3.2 A lógica argumentativa – ideologia *vs* razão instrumental

Numa perspetiva retórica⁶⁵⁴ o *ethos* é abordado numa ótica de capacidade de influência e, na nossa análise, privilegiamos a construção do *ethos* pela prestação oratória – «L'*ethos*, c'est l'homme – et l'homme, c'est le style» (Plantin, 2009:189) –, concedendo especial atenção aos procedimentos retóricos (e pragmáticos) utilizados pelos oradores, reconhecendo-lhes uma particular importância na construção da imagem de si. Ainda no que se refere à persuasão, importa observar como o *logos* se associa ao *ethos* (credibilidade) e ao *pathos*⁶⁵⁵ (emoção) para fazer aderir o auditório às suas razões (e do seu partido) e à sua pessoa, visto a razoabilidade de uma tese ou ponto de vista, como sabemos, não ser suficiente para conquistar a adesão. Neste sentido, procuraremos perceber se as motivações que subjazem ao seu discurso são de ordem ideológica ou procedem de uma razão instrumental.

Por outro lado, sabendo que os oradores estão condicionados pelo papel que lhes é atribuído na interação, bem como pela lógica partidária e pelo campo político em que se inserem, como constroem os oradores um *ethos* singular pelo discurso? Como valorizam o seu *ethos* político? Que tipos de *ethè* apresentam? Que tipos de *ethè* desejam projetar?

Como adverte Charaudeau, a descrição e classificação dos tipos de imagens de *ethos* «est une affaire délicate» (2014a: 105), dados os valores em jogo, muitas vezes contraditórios, sendo construídas diferentes figuras de *ethos* em consonância com as circunstâncias do momento político. Na presente secção procuramos observar como parlamentares e membros do Governo procuram reparar uma imagem negativa ou construir uma imagem valorizadora de si e do seu partido pela desvalorização e desclassificação dos oponentes. Os diferentes *ethè* políticos serão sobretudo ilustrados a partir de segmentos de intervenções de fundo dos parlamentares, de pedidos de esclarecimento ao executivo e de alguns excertos de discursos de encerramento, da responsabilidade do Governo⁶⁵⁶.

De mencionar que os tipos de *ethè* apresentados têm um carácter meramente ilustrativo, tendo sido seleccionados determinados excertos pela sua singularidade discursiva, não obstante outras

⁶⁵⁴ Numa perspetiva estritamente argumentativa, o *ethos* é abordado do ponto de vista da autoridade no discurso.

⁶⁵⁵ De advertir que a conceção de *pathos* redimensionada por Amossy não é apenas referente à tentativa de suscitar emoções no auditório, pode também revelar a forte implicação do orador na sua proposta, pela manifestação veemente de um sentimento (2014: 143).

⁶⁵⁶ Na presente secção não serão analisados discursos dos líderes do Governo.

intervenções no debate que apresentem semelhantes tipos de imagens políticas, podendo os oradores mostrar, logicamente, outras figuras de *ethos* ao longo do debate.

I – *Ethos* de credibilidade

De acordo com Charaudeau ([2005]), o *ethos* de credibilidade é fundado num discurso de razão. Com um intuito de legitimação, aos políticos importa apresentar uma imagem de seriedade, honestidade, racionalidade, e, claro, de competência.

Ethos de seriedade

No corpus de análise, o *ethos* de seriedade⁶⁵⁷ é construído, sobretudo, pelas afirmações e declarações dos deputados que acusam a falta de seriedade no debate, sendo muitas vezes alvo de ataques através de argumentos periféricos aos temas em discussão, recusando-se a contra-argumentar no plano pessoal.

Constrói um *ethos* de seriedade Carlos Carvalhas na sua resposta a Rui Rio (1), ao censurar a atitude pouco séria do adversário no debate, que mobiliza na sua contra-argumentação um argumento de culpabilidade por associação: «Qual é, afinal, o modelo que VV. Ex.^{as} defendem para as privatizações? O modelo bolchevista?» (vd. Cap. 2, [19]), desviando-se dos argumentos do Secretário-Geral do PCP. O orador recupera a expressão utilizada pelo Primeiro-Ministro «entrar em chincana» que lhe é várias vezes atribuída, contestando a acusação, pelas diferentes perspetivas ideológicas, que, na sua opinião, deveriam ser tidas em consideração, construindo também um *ethos* de carácter.

- (1) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, hesitei em responder-lhe porque penso que este é um debate sério, no qual com seriedade, deveriam ouvir-se as diversas visões – naturalmente temos visões diferentes- e não entrar em chincana, atitude esta de que o próprio SR. Primeiro-Ministro acusou algumas intervenções, quanto a mim sem razão. Portanto, repito que gostaria que V. Ex.^a ou qualquer outro deputado da sua bancada me tivesse colocado questões com seriedade. No entanto, vejo que foi decidido que o Sr. Deputado Interviesse e não colocou quaisquer questões fundamentais, tendo falado nas privatizações. [...] Para terminar, dir-lhe-ei, Sr. Deputado, que a figura que fez lhe fica mal. (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, pp. 3011-3012)

⁶⁵⁷ Como adverte Charaudeau, a imagem de seriedade não deve ser confundida com austeridade sob pena de ser percebida de maneira negativa e de se perder o capital de simpatia, principalmente no que se refere ao eleitorado (2014a).

Também a líder bloquista constrói um *ethos* de seriedade ao afirmar a sua recusa em entrar num debate demagógico (2), mobilizando, geralmente, uma argumentação centrada no assunto em questão, sem recorrer a manobras de diversão.

(2) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, lamento, mas não vou entrar no debate bíblico nem sequer vou falar de 2008, de 2009, de 2010, pois esse Governo já foi a votos e já foi julgado. Acho que era bom falarmos do estado da Nação, mas não resisto a começar pelo estado da governação [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 23)

Para além da recusa em ser demagógico, constroem um *ethos* de seriedade os parlamentares que mantêm o autocontrole face às críticas, sem terem explosões emocionais (vd. secção 3.1). De igual forma, a imagem dotada de espírito pragmático, contrária a projetos irrealizáveis ou utópicos, ou a uma postura de imobilismo dão a imagem de políticos sérios. Por outro lado, constroem pelo discurso um *ethos* de seriedade os líderes que afirmam que as promessas serão cumpridas.

Mais frequentemente, a imagem de seriedade é construída por contraste com os adversários que criticam, recorrendo-se à pressuposição. Note-se, em (3), a indignação da deputada do PEV, que mobiliza a anáfora e a epífora numa enunciação delocutiva deonticamente modalizada, de forma a sublinhar a falta de seriedade na política, subentendendo-se uma atitude contrária da parte da deputada e do seu partido.

(3) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] O Sr. Primeiro-Ministro chegou ao Governo mentido — tem consciência disso? —, disse que ia fazer coisas que não fez e também disse que não ia fazer coisas que fez. *Não é assim que se pode estar na política. A palavra dada aos portugueses tem de valer alguma coisa, a palavra das pessoas que estão na política em representação dos portugueses tem de valer alguma coisa.* (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 21-22)

***Ethos* de virtude**

Mostrar uma imagem de virtude é crucial para a credibilidade política, visto que, como representantes dos cidadãos, é suposto os políticos darem o exemplo. O *ethos* de virtude constrói-se através de uma imagem de honestidade pessoal, fazendo prova de sinceridade e fidelidade aos seus compromissos (Charaudeau, 2014a: 94). Lembre-se, mais uma vez, que, na nossa análise, o *ethos* de virtude (tal como o *ethos* de seriedade) corresponde exclusivamente à imagem que os oradores desejam transmitir pelo seu discurso.

A afirmação da identidade do Bloco de Esquerda faz-se permanentemente pela construção de um *ethos* de virtude, quer pela declaração de uma postura de honestidade pessoal⁶⁵⁸ («com a franqueza de sempre») (4) quer pela distinção com a postura calculista dos adversários (5).

(4) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, permita-lhe dizer, *com a franqueza de sempre*, que não há debate do estado da Nação a não ser que seja um debate sobre as *condições económicas e sociais* do atraso, ou seja, do desemprego e da pobreza em Portugal. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1717)

(5) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — [...] Nós não condenamos ninguém antecipadamente, ...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Fazem muito bem!

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — ... mas ficamos preocupados. E nós, *que não gerimos as nossas preocupações em função de ciclos eleitorais, como os senhores fazem*, temos consciência de que os cidadãos têm preocupações justas em relação à sua segurança. (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1228)

A construção de um *ethos* de virtude configura uma das estratégias de gestão da imagem do Governo degradada pela oposição, apresentando-se a equipa governamental como um instrumento ao serviço do país. Imbuído de um papel institucional, o líder parlamentar do PSD constrói um *ethos* coletivo de virtude, ao evidenciar que nem a maioria governativa nem a bancada do PSD se movem por ambições de poder. De assinalar como procedimento de persuasão a utilização da diáfora (6).

(6) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): [...] Para aqueles que ainda não perceberam, *nenhum de nós, no Governo e nas bancadas da maioria, está preocupado com o seu futuro político*. O que nos mobiliza é dar futuro àqueles que virão a seguir a nós. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 41)

***Ethos* de competência**

O *ethos* de competência diz respeito à eficácia da ação dos políticos bem como à demonstração de conhecimentos sobre o que move a política (8)-(9)-(10). Os políticos devem, portanto, fazer prova do seu saber e do seu saber-fazer (Charaudeau, 2014a: 96).

A nível individual, evidenciam no seu discurso os estudos, e, principalmente, as funções exercidas e a experiência adquirida, como ilustra o líder da oposição no ataque ao Governo de António Guterres (7), mobilizando um argumento de autoridade pela experiência (cf. Breton, 2003).

⁶⁵⁸ «D'une manière générale, l'ethos de vertu s'accompagne d'une marque de respect vis-à-vis du citoyen : celui de l'homme politique se doit être transparent, de ne pas user de tromperie, d'être direct. [...] 'Moi, je ne manie pas la langue de bois'» (Charaudeau, 2014a: 95).

- (7) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] Sabe, Sr. Primeiro-Ministro, como é que, em muitos casos iguais a estes, de raptos, que aconteceram anteriormente, *quando eu próprio estava no governo*, eram resolvidos estes assuntos? Em grande parte, graças a algo que V. Ex.^a e o seu Governo destruíram: o serviço de informações militares! [...] (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 13)

Para além da experiência governativa, o profundo conhecimento dos dossiers, frequentemente pelas comissões de que se fez parte, atesta a competência (profissional) dos deputados na sua vigilância da ação do executivo. Constroem igualmente um *ethos* de autoridade os deputados que fazem prova no seu discurso de conhecimentos técnicos e científicos, apresentando-se como especialistas em determinado domínio, sobretudo pela sua formação na área. É o caso de Francisco Louçã – no âmbito económico, em particular –, cuja argumentação racional que privilegia o *logos* (pelo recurso aos números) cria uma imagem de credibilidade (8). De advertir que a função retórica do *pathos* se encontra também presente no segmento de discurso (note-se o emprego metafórico da forma verbal «acorrentar»). Observe-se igualmente a construção do *ethos* de competência em (9), na denúncia permanente dos favores do Governo às «grandes empresas privadas».

- (8) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] A Caixa Geral de Depósitos quer cobrar empréstimos até ao limite de 80 anos de idade, por um período que pode chegar a 50 anos. Gostava de dizer aos portugueses que, hoje, um empréstimo de 100 000 €, ao melhor juro possível, pagará 160 000 €, em 20 anos; pagará 200 000 €, em 30 anos; mas pagará três ou mais do que três vezes, nos 50 anos em que querem acorrentar uma pessoa a pagar os seus juros a um banco até ter 80 anos de idade. [...] (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 67)
- (9) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] E, *mais uma vez fiz as contas*: as parcerias público-privado de todas as obras que estão em causam implicam que cada contribuinte, Sr. Primeiro-Ministro, cada pessoa, pague 2000€ de imposto para financiar essas empresas. [...] (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 38)

Igualmente num discurso ideológico centrado no *logos*, a deputada do BE, Mariana Mortágua, constrói um *ethos* de competência pela forma como contesta o discurso do Governo, quer através dos argumentos que estabelecem uma relação de causalidade (10a) – de notar os seus marcadores: «e é esta a razão pela qual as exportações caíram»; «Isto quer dizer que»; «O que acontece é que» –; quer através do argumento pela causa («É este o verdadeiro motivo da austeridade...»); quer da definição (10b), que impõe um sentido distinto para a noção de «austeridade», preparado o auditório para a aceitação da sua tese e que, por outro lado, cria uma imagem de *expert* no seu domínio de especialidade (economia). A oradora faz prova de argúcia (constrói um *ethos* de inteligência) pela técnica argumentativa que emprega: antecipa uma eventual objeção do adversário pela prolepse e mobiliza, pela hipóbole, um anti-argumento *ad verecundiam*, com recurso à autoridade do INE (10a), que reforça a sua tese de «falência do modelo de crescimento» do Governo, também apoiada pela autoridade competente de «vários economistas». Cria igualmente uma imagem de *expert* pelos

conhecimentos que revela na solução que defende para resolver os problemas sociais e do défice, em particular, revelando um *ethos* pragmático (10c).

- (10) (a) A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): —[...] Os dados do primeiro trimestre mostram que, ao contrário do que o Sr. Ministro diz, o PIB caiu em cadeia face ao trimestre anterior. O Sr. Ministro vai responder-me dizendo que é uma questão de sazonalidade, é o turismo e é o setor agrícola, mas eu vou digo-lhe que o INE diz que o que caiu foram as exportações. E a parte das exportações que caiu foram os combustíveis, combustíveis vêm da refinaria da Galp que parou dois meses, e é esta a razão pela qual as exportações caíram. Isto quer dizer que todo o milagre exportador da economia portuguesa vinha de uma única empresa, como, aliás, a oposição muitas vezes disse. O Sr. Ministro vem dizer também que a procura interna, por outro lado, aumentou e dá, até, um contributo positivo ao PIB. O que acontece é que como o aumento da procura interna não tem uma correspondência a mais produção, as importações aumentam, e como as importações aumentam o défice da balança comercial [...] veio por aí abaixo. No fundo, temos uma fêlência do modelo de crescimento deste Governo.
- (b) E há uma conclusão a tirar: tal como já foi dito muitas vezes, e por vários economistas, para além do bom senso político, a austeridade não é uma forma de tirar países da crise, a austeridade é um mecanismo para transferir recursos do trabalho do setor público para as empresas do setor financeiro que criaram a crise e perderam capital com ela. É este o verdadeiro motivo da austeridade: transferir recursos, dando ao mercado, através da privatização, setores que eram públicos, cortando nos salários para pagar juros aos bancos internacionais que especularam contra a dívida pública, oferecendo às grandes empresas leis do trabalho mais precárias e com menos salários. É disto que se trata.
- (c) [...] A melhor forma de consolidar contas públicas no longo prazo é pagar salários e descer impostos — a longo prazo, o crescimento consolida as contas públicas —, não é cumprir ao milímetro aquilo que o tratado diz, porque a obediência cega nunca fez o melhor por um país, Sr. Primeiro-Ministro. O Sr. Primeiro-Ministro tem de olhar para a sua economia e ver o que é que faz sentido ajustar nas contas públicas sem destruir a economia. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 53)

No debate sobre o estado de Nação, até pelas suas características específicas (apenas permitindo a intervenção de deputados da confiança dos partidos), revela-se, sobretudo, uma preocupação na construção de um *ethos* competência coletivo, seja da parte do Governo ou dos partidos da oposição (vd. secção 3.3.).

Um dos procedimentos mais frequentes por parte dos deputados da oposição é a lembrança de prognósticos realizados anteriormente, salientando-se a capacidade de antecipação de eventuais problemas no país ou a previsão dos resultados nefastos das políticas conduzidas pelo Governo (11). Em (12), o líder do CDS-PP sublinha o facto de ter advertido o Governo para a anti-constitucionalidade da subida dos impostos.

- (11) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] Dissemos sempre que só com crescimento económico há consolidação orçamental e provou-se que assim é. [...] Não iniciámos agora o debate sobre o que o Estado não investiu e podia investir, já o dissemos há muitos meses: 1600 milhões de euros de diferença entre o défice necessário para sair do procedimento de défice excessivo e o défice registado efetivamente. [...] (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, pp. 43-44)
- (12) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — O senhor subiu todos os impostos e até queria cobrar impostos, apesar da lei ou contra a lei. O CDS fez a denúncia, o Provedor fez a denúncia. O CDS tinha razão, Sr. Primeiro-Ministro! (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 65)

Constroem um *ethos* de competência todos os líderes dos partidos da oposição, pela apresentação de propostas concretas que constituem uma alternativa ao modelo de governação, procurando criar uma imagem de dinamismo e reverter assim uma imagem negativa construída pelo Governo, de oposição «destrutiva», ou procurando desfazer a ideia de partido sem projetos (sendo também uma das críticas aos partidos da esquerda radical as propostas não praticáveis ou «utópicas»), como se exemplifica em (13).

- (13) O Sr. **António José Seguro** (PS): — O senhor nunca quis aceitar as propostas do Partido Socialista. Pois bem, compete ao Partido Socialista, como partido responsável na oposição, não dizer apenas o que está mal no nosso País — essa é uma condição para um debate sério e franco, no dia do debate do estado da Nação. Assim sendo, apresento aqui cinco propostas concretas, algumas das quais são do seu conhecimento e contribuem para a recuperação do rendimento dos portugueses e para o crescimento da nossa economia. A primeira é a do aumento do salário mínimo nacional. [...] A segunda é a de acabar com a contribuição extraordinária de solidariedade para repor as reformas aos idosos [...] A terceira é a de pagar todas as dívidas do Estado. [...] A quarta proposta é a de reduzir o IVA da restauração para a taxa intermédia dos 13%, e a quinta e última proposta é a de dinamizar a economia através de investimento público. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 8)

A líder bloquista enfatiza o contributo do Bloco de Esquerda pela referência à antecipação do partido na apresentação de medidas concretas sobre o assunto em questão (14).

- (14) A Sr.ª **Catarina Martins** (BE): — [...] O Bloco não chegou agora ao debate da floresta; *somos até o único partido que apresentou propostas próprias [...]*. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 45)

De modo frequente, evidencia-se o contributo do seu partido para a resolução dos problemas do país através da crítica à falta de consideração das suas propostas pelo executivo (15), como sublinha a líder do CDS-PP.

- (15) A Sr.ª **Assunção Cristas** (CDS-PP): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, que fique muito claro que, para o CDS, as pessoas estão no centro das nossas políticas. [...] *Aqui trouxemos a natalidade, o envelhecimento ativo, a proteção dos idosos, a reforma do sistema de pensões* — tudo chumbado pelas esquerdas unidas, e bem unidas! (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 23)

Um outro procedimento usual de construção de um *ethos* (coletivo) de competência é a reivindicação da paternidade de algumas medidas apresentadas como suas pelo Governo, evidenciada, em (16), pela ironia.

- (16) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): [...] gostaria de suscitar uma questão que tem que ver com o facto de o Sr. Primeiro-Ministro vir anunciar a importante alteração da Lei da Nacionalidade. *Está a ver que, afinal, vale a pena lutar sempre?! Essa é uma das propostas mais antigas do PCP e, finalmente, tivemos o reconhecimento do Governo...*
Risos do PS
Os senhores sabem que é verdade! *Na Legislatura anterior e na presente apresentámos uma proposta que, no fundo, corresponde a esta grande novidade aqui apresentada pelo Sr. Primeiro-Ministro.* (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1704)

A demonstração da autoridade pela apresentação dos números, constante no discurso político, constrói um *ethos* de competência, sendo este também o principal recurso utilizado pelos parlamentares (vd. [8]-[9]). Afinal, a argumentação pelos dados quantitativos apresenta a vantagem de condensar três tipos de argumentos, o da ilustração, da prova e da autoridade (cf. Bonhomme 2013). Tal é também o caso da refutação do discurso de Mariana Mortágua (vd. [10]) pelo Ministro da Economia (17), que reforça a imagem de competência pela ostentação de um *ethos* orgulhoso.

- (17) O Sr. **Ministro da Economia** (António Pires de Lima): –[...] Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, é óbvio que a austeridade nunca foi um objetivo económico em si mesmo, foi sempre uma necessidade para repor o equilíbrio das nossas contas públicas, para corrigir défices acumulados durante anos [...]. Sr.^a Deputada, também não é verdade que as nossas exportações tenham caído nos primeiros quatro meses do ano; bem pelo contrário, elas cresceram 2% apesar do setor dos combustíveis, pontualmente, ter tido uma queda, que não foi uma queda módica, de 38%. Porque acho *profundamente injusta essa qualificação* que faz das nossas exportações e porque está a desqualificar muitos empresários e muitos setores da nossa economia, gostaria de lhe dar alguns exemplos: as viagens e o turismo cresceram, no primeiro quadrimestre, 9%; os transportes, 4%; os veículos, 8%; o plástico e as borrachas, 11%; o vestuário, 13%; os produtos agrícolas, 9%; os minerais e metálicos, 4%; os materiais têxteis, 8%; o calçado, 11%; a cortiça e a madeira, 5%; os produtos de ótica e precisão, 16%; os serviços de informação, 11%; os serviços financeiros, 25%; e os seguros, 16%. *Que orgulho eu tenho na economia portuguesa!* [...] *Tenho pena que esse orgulho não seja partilhado pelos partidos da oposição.* (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 56)

Como refere Charaudeau (2014a), é pelo discurso de justificação (dos seus atos ou declarações) que os atores políticos reparam uma imagem negativa produzida pelas críticas e acusações do adversário. Ora, no caso do Governo e deputados do partido do Governo é, sobretudo, pelo discurso de justificação ou de refutação que se constrói um *ethos* coletivo de competência, evidenciando-se a coragem e a determinação do executivo na liderança, cuja eficácia é, invariavelmente, posta em contraste com a incompetência do governo precedente.

Atente-se, por conseguinte, no contradiscurso veemente⁶⁵⁹ do Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP em reação às acusações do líder da oposição António José Seguro (PS), cujos procedimentos retóricos contribuem para a eficácia da argumentação, designadamente a anáfora e a repetição (18a), bem como o paralelismo anafórico (18b).

⁶⁵⁹ Como menciona Molinié no seu *Dictionnaire*, a *veemência* é uma das qualidades do estilo e um dos principais meios de ornamentação do discurso: «Elle designe la force qui émane du discours, créant l'impression de l'énergie, et destinée à toucher les auditeurs». O autor adverte, porém, que se torna ineficaz, até mesmo ridícula, quando a sua presença se faz sentir em todas as partes do discurso (1992: 333).

- (18) (a) O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, três anos depois do Programa de Assistência Económica e Financeira, *que não foi esta maioria que pediu, que não foi esta maioria que negociou,...* [...] *mas foi esta maioria que teve de ter a coragem de enfrentar e de executar* [...] conseguimos recuperar a *nossa autonomia plena, a nossa capacidade plena* de decidir e, a *nossa soberania plena*. Um País que devíamos todos reconhecer, trabalhadores e empresários, *que pagou com esforço*, mas *que pagou o que devia*, que *honrou*, com *certeza com sacrifício*, a palavra dada e recuperou — *com sofrimento*, é verdade! — a sua *soberania plena*. Isto devia ter sido reconhecido.
- (b) Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não devemos estranhar que a oposição não o reconheça. Durante estes três anos, a oposição passou todo o tempo a dizer: «nós, Portugal, portugueses, empresários, trabalhadores, *não vamos conseguir*». Primeiro, *diziam que não íamos conseguir cumprir* com o Programa de Assistência Económica e Financeira — *enganaram-se!* Depois, *diziam que íamos pedir* um segundo resgate — *enganaram-se!* Por fim, *diziam que íamos sair* com um programa cautelar e Portugal teve uma saída limpa, à irlandesa, como sempre dissemos — *enganaram-se* outra vez! *Enganaram-se* sempre, *tiveram [sic] sempre do lado errado da história!* (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 14)

As asserções negativas apresentam um foco contrastivo reforçado pelo paralelismo («que não foi esta maioria que pediu, que não foi esta maioria que negociou»), que implica a responsabilidade do governo cessante (PS) na sujeição de Portugal ao programa de Assistência Económica e Financeira. A orientação argumentativa é retificada pelo operador argumentativo «mas», que introduz a asserção de construção clivada agora de polaridade afirmativa («... mas foi esta maioria que teve de ter a coragem de enfrentar e de executar»), numa construção anafórica que visa construir uma imagem positiva do executivo em funções, por contraste com a governação do Partido Socialista. A representação da «maioria» como um governo credível e competente (e de exceção, quase heroico) é feita, inclusive, com recurso ao verbo de modalidade deôntica («teve de») que precede a expressão «coragem de enfrentar e de executar» (18a). A argumentação faz-se, pois, no plano do *pathos*. A distância é negociada pela qualificação positiva não só do Governo como também dos portugueses, referidos pela sinédoque «País», que cria um sentimento de agregação entre «trabalhadores e empresários» (leia-se, esquerda e direita, se atendermos à *doxa*). A argumentação com apelo às emoções obedece a uma estratégia de identificação com o eleitorado e visa, fundamentalmente, o reconhecimento da ação governativa. Por conseguinte, o orador mobiliza a repetição («*que pagou com esforço*, mas *que pagou o que devia*»), que apresenta um efeito de insistência, sublinhado o cumprimento dos compromissos assumidos, bem como a acumulação de termos lexicais do campo semântico da honra «pagou o que devia»; «honrou [...] a palavra dada») e do sacrífico, apresentados sob a forma de gradação («com esforço»; «com sacrifício»; «com sofrimento»). O comentário metadiscursivo, de modalidade epistémica, reforça a construção da identidade nacional, pela reconquista, «com sacrifício» da «soberania plena». O valor da soberania nacional, evidenciado pela repetição, constrói (consolida) também a identidade partidária do CDS-PP. A estratégia de

descredibilização estende-se não só ao partido responsável pelo Memorando (PS), mas a toda a oposição, pela falta de reconhecimento dos esforços efetuados pela «maioria». A representação do discurso pessimista da oposição («*diziam que não íamos conseguir*»), suportada na figura do paralelismo, é desmentida pela realidade dos factos, como se subentende pela asserção categórica com valor de descrédito enformada pela epístrofe («— *enganaram-se!*»), também combinada com a epanáfora. O recurso à polifonia, que acentua a distância entre o orador e o conteúdo proposicional das palavras da oposição, contribui, de forma significativa, para a persuasão do auditório a aderir a uma imagem de descrédito da oposição, imagem essa sublinhada pela asserção final.

I – *Ethos* de identificação

Apresentar-se como poderoso, corajoso, humano, solidário ou inteligente permite ao cidadão fundir a sua identidade com a do político, através de um processo de identificação irracional, (Charaudeau, 2014a: 105). O *ethos* de identificação é, pois, fundado nos afetos.

Ethos de inteligência

Fundamentalmente ligado ao estilo empregue no discurso, o *ethos* de inteligência fornece uma imagem culta do orador, que se supõe detentor de um elevado grau de formação académica. Integra o *ethos* de identificação, já que suscita no outro sentimentos de admiração e respeito, podendo provocar a adesão à sua pessoa.

Não sendo de fácil perceção, como adverte Charaudeau (2014a), o *ethos* de inteligência pode ser apreendido através de várias figuras⁶⁶⁰ (vd. Parte I, Cap. 3), sendo a astúcia, a mais subtil e difícil de determinar. Encontra-se representada em todos as forças políticas, já que é indispensável ter capacidade de jogar o jogo de máscaras para vencer no confronto político, dito de outra forma, é necessário ter habilidade e espírito de dissimulação.

⁶⁶⁰ A figura do *homem de cultura*, o *espírito de astúcia* ou *perícia* (Charaudeau, 2014a). Conquanto o autor não defina formalmente a noção de figura de *ethos*, compreendem-se as figuras como as imagens concretas adotadas pelo orador que manifestam o *ethos* que ele pretendem demonstrar, figuras essas relacionadas com as representações sociais.

As táticas argumentativas são utilizadas com fins estratégicos são inumeráveis no debate, pelo que selecionamos apenas alguns exemplos a título ilustrativo.

Um dos deputados que faz prova de sagacidade na sua argumentação é o antecessor de Jerónimo de Sousa, na constante denúncia da falta de transparência da ação do Governo bem como na denúncia das práticas de clientelismo e também de conluios políticos. Para além do procedimento da ironia e do recurso ao implícito que caracterizam a sua argumentação, Carlos Carvalhas tem uma preferência por duas figuras de retórica: a epanortose (19) e a preterição. Referindo-se à responsabilidade do Governo na alienação dos «13% que o Estado detinha no Banco Totta & Açores», acusa-o de ter favorecido um conhecido banqueiro (e com isso ter deixado o banco vulnerável às mãos de um grupo estrangeiro), recorrendo à ironia através da metáfora das «juras de amor», fingindo retratar-se pelo pedido de desculpas («perdão, de confiança eterna») (19).

- (19) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): —[...] Foi o Governo do Sr. Primeiro-Ministro que, por ajuste direto e no *meio de juras recíprocas de «amor eterno», «perdão, de confiança eterna»,* alienou a favor do Sr. Champalimaud as cerca de 200 000 ações de que o mesmo carecia para ficar detentor da maioria do capital social do Banco Totta & Açores, abrindo-lhe assim as portas para poder fazer aquilo que, efetivamente, fez. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 21)

A sua habilidade retórica é também visível na réplica ao líder do CDS-PP, que interpela a Mesa, de modo a defender-se das recorrentes as acusações de conivência com o Governo feitas pelo Secretário-geral do PCP, mobilizando o argumento *tu quoque* (20a). Na sua réplica, Carlos Carvalhas não se subtrai à polémica. Recorre à ironia («Ficamos mais descansados») e ao sarcasmo nos pressupostos argumentativos (através das implicaturas convencionais⁶⁶¹), culminando na pergunta capciosa ou de pressuposição (20c). Atente-se, principalmente, no sentido de oportunidade da utilização da preterição (20b), que, de forma, ofensiva, procura deslegitimar o papel de Manuel Monteiro, enquanto líder do seu partido.

- (20) (a) O Sr. **Manuel Monteiro** (CDS-PP): —[...] Sr. Presidente, através da Mesa, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas uma coisa muito simples e definitiva. É que ele passa a vida a olhar para o meu partido e para a minha bancada, dizendo que «estou feito» com o PS. Mas de uma coisa o Sr. Deputado Carlos Carvalhas pode ter a certeza. *É que eu não farei coligações com o Partido Socialista em nenhuma câmara municipal para as próximas eleições autárquicas e quero ver se o Partido Comunista, atendendo ao que acaba de dizer, tem ou não a coragem de também não fazer qualquer coligação com o PS nas próximas eleições autárquicas e, nomeadamente, no caso da Câmara Municipal de Lisboa.*
O Sr. **João Amaral** (PCP): — Garante que ainda está à frente do seu partido nessa altura?
O Sr. **Manuel Monteiro** (CDS-PP): — Não garanto porque vai haver eleições no meu partido! [...]
(b) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — Sr. Presidente, *utilizando a mesma fórmula e sem ter a deselegância de perguntar ao Sr. Deputado Manuel Monteiro se o Deputado Paulo Portas está de acordo...*

⁶⁶¹ São marcadores de pressuposição os segmentos «mais um encontro» e «por mais um ou outro grande capitalista».

Risos.

(c) *Ficamos mais descansados, até porque também já o ouvimos dizer em voz perentória, tal como dizia no ano passado, que não votarão favoravelmente o próximo Orçamento do Estado se houver aumento de impostos. Sr. Primeiro-Ministro, esteja descansado porque mais um encontro com o Sr. Deputado Manuel Monteiro numa suite de hotel, acompanhado por mais um ou outro grande capitalista, e as coisas ficam resolvidas.*

Aplausos do PCP.

A propósito, Sr. Deputado Manuel Monteiro, já devolveu o cheque ao Sr. António Champalimaud? (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 41)

Ora, um dos traços que faz prova de inteligência do orador é o *humor*, que o aproxima do seu auditório. Não só é um excelente procedimento de refutação como se trata de uma estratégia frequente de *captatio benevolentiae* no exórdio dos discursos (21).

(21) (a) O Sr. **Adriano Moreira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, devo dizer que estava um pouco frustrado, mas felizmente que há perguntas porque agora é que o Sr. Primeiro- Ministro começou a fazer o discurso do estado da Nação.

(b) E tenho a certeza que vai levá-lo até ao fim, *porque desta vez ninguém vai pedir a interrupção no período das perguntas, evitando a resposta. [...]*

(c) Em primeiro lugar, considero que esta inovação na vida parlamentar era necessária, importante, e foi inaugurada com um discurso que é realmente um discurso de estado. [...] *Mas suponho que ainda não é o discurso do estado da Nação, porque foi principalmente o discurso do estado e da ação do Governo, e não é isso que se espera num discurso do estado da Nação. [...]*

(d) Por outro lado, concordo com o apelo que faz às necessidades de reformar as mentalidades. Tenho esperança nisso. *O País vai conseguir, sobretudo porque não há nenhum ministro encarregado de gerir esse setor.*

Risos do PS e do PCP (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, pp. 2991-2992)

Se a autoridade do deputado Adriano Moreira advém da sua experiência política⁶⁶², sendo uma eminente personalidade do CDS-PP, assenta igualmente no prestígio que detém enquanto advogado, constitucionalista e professor universitário⁶⁶³. O seu *ethos* prévio é confirmado pelos dotes de orador, percetíveis na persuasão do exórdio do seu discurso (21). O discurso proferido situa-se no plano do *ethos*, valorizando o deputado do CDS-PP o seu *ethos* político pela argúcia argumentativa revelada na desvalorização do Primeiro-Ministro e do Governo. O orador recorre, ironicamente, a um enunciado de emoção «dita» (Micheli, 2008) («estava um pouco frustrado») e ao ato ilocutório expressivo que mobiliza o advérbio avaliativo («felizmente»), de forma a reforçar o seu argumento de que o discurso inaugural do Primeiro-Ministro não corresponde ao que seria expectável (21a), como sugerido pela pressuposição («porque agora é que o Sr. Primeiro-Ministro

⁶⁶² Adriano Moreira foi Ministro do Ultramar (1961-1963) no Estado Novo, Presidente do CDS (1986-1988), Vice-Presidente da Assembleia da República (1991-1995) e deputado do CDS-PP (1979-1981).

⁶⁶³ Professor Universitário de Ciência Política e Relações Internacionais no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.

começou a fazer o discurso do estado da Nação»). De mencionar que o enunciado que comporta um pressuposto é de difícil contestação, já que apresenta um efeito de evidência (Krieg-Planque, 2017: 132). No enunciado subsequente (21b), visa censurar a estratégia habitual do Governo de se subtrair às perguntas da oposição. O orador constrói um *ethos* de moderação pelo procedimento da concessão, que se afigura, contudo, na principal estratégia de descrédito do adversário (21c)-(21d). No primeiro momento da concessão, a utilização do advérbio reforçador da verdade da asserção («realmente») (21c) indicia a ironia subjacente ao enunciado, confirmada no segundo momento da concessão. Note-se, no enunciado subsequente, como o verbo de valor modal («Suponho») surge como marcador discursivo de atenuação da asserção introduzida pelo operador argumentativo (neste caso, de retificação) «mas», que opõe o valor argumentativo das proposições. O jogo de palavras com utilização da diáfora («discurso do estado da Nação ... o discurso do estado e da ação do Governo») apresenta-se como um recurso persuasivo para criticar o pendor laudatório do discurso do Primeiro-Ministro (21c). A (aparente) concordância com o apelo do Primeiro-Ministro (21d), com expressão de marcas de acordo («concordo»), cria uma imagem favorável ao orador, associando-lhe traços de abertura de espírito, assim como um espírito positivo, manifestado pela asserção de modalidade epistémica «Tenho esperança nisso». O humor é construído pelo argumento anti-orientado no segundo momento da concessão, inferindo-se, na justificativa da asserção anterior (repare-se na utilização do advérbio «sobretudo»), a incompetência dos ministros do Governo. A estratégia argumentativa de desvalorização do Primeiro-Ministro e do seu Governo cumpre a função retórica de *delectare*, criando-se, inclusive, uma certa conivência entre os partidos da oposição de campos opostos (repare-se na reação do PS e do PCP).

Igualmente em (22) o líder parlamentar do CDS-PP recorre ao humor e à ironia como estratégia de captação da simpatia do auditório. Nuno Melo invoca um argumento de autoridade (anónima) («os portugueses são o povo mais deprimido da Europa») para suportar a sua tese, que é contrariada pelo discurso otimista do Primeiro-Ministro («ouvimo-lo hoje falar no «País das maravilhas»). Sem colocar (aparentemente) em dúvida a palavra do chefe do Governo, o orador invoca a perplexidade do auditório («quem o oiça não percebe porquê») e apresenta uma possível justificação para o estado de depressão dos portugueses: «a causa só pode ser genética». O apelo ao absurdo visa ridicularizar José Sócrates, configurando-se a estratégia utilizada uma forma eficaz de lançar o descrédito sobre a sua pessoa, valorizando-se, por outro lado, o *ethos* discursivo do orador. Repare-se a habilidade

política do orador na utilização da precaução oratória, de modo a desclassificar o discurso prévio do Primeiro-Ministro.

- (22) O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, de acordo com um estudo recente, os portugueses são o povo mais deprimido da Europa. Devo dizer, contudo, que quem o oiça não percebe porquê. Em bom rigor, deverá pensar que a causa só pode ser genética, porque, de facto, ouvimo-lo hoje falar no «País das maravilhas». *Peço desculpa por falar de um ou de outro tema um pouco mais mundanos, mas que, ainda assim, pressupõem a sua atenção.* Um destes temas está relacionado com a toxicodependência. [...] (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 37)

É também pelo humor que o líder da oposição (e do Partido Socialista) valoriza o seu *ethos* político na peroração do seu discurso (23), pela estratégia de retorsão do argumento de Cavaco Silva, que repetidamente acusou a oposição de irresponsabilidade⁶⁶⁴. De lembrar, através do presente exemplo, como, de facto, a argumentação se dirige não ao interlocutor, mas a um terceiro, o auditório (que inclui os portugueses, na generalidade).

- (23) O Sr. **António Guterres** (PS): — Ninguém, em seu juízo, admitiria dar uma maioria absoluta a um grupo de *irresponsáveis*. Estando, seguramente, o Primeiro-Ministro no seu juízo, é ele próprio quem deita por terra todos os ataques do PSD ao PS.
Aplausos do PS
 Sr. Primeiro-Ministro, *estou convencido que, com a liberdade de espírito que vai passar a ter, depois de tudo o que me ouviu, ficou severamente abalado...*
Risos do PSD
... e, porventura, poderei contar com o seu voto, ...
Vozes do PSD: — Está-se mesmo a ver!
 O **António Guterres** (PS): — *...em mim e no PS, para bem de Portugal!* (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3112)

O recurso ao humor constrói, pela função retórica de *delectare*, um *ethos* de inteligência, fazendo-se prova de uma efetiva capacidade de argumentação, requerida no combate político. O facto de se mostrar benevolente e divertido face aos ataques de que se é alvo, faz prova de inteligência. Contudo, o ataque ao adversário mobiliza tanto a ironia como o sarcasmo e o apelo ao absurdo (que revelam também criatividade e talento), procedimentos que, não raras vezes, fazem prova de agressividade verbal. A valorização do *ethos* discursivo do orador pode fazer-se pela desvalorização do adversário, apresentando-se um *ethos* de moderação, ou pela sua desclassificação, construindo-se um *ethos* agressivo e polémico.

⁶⁶⁴ O Sr. **Primeiro-Ministro** (Cavaco Silva): [...] O isolamento, o subdesenvolvimento, [...] impedem-me sequer de contemplar a *irresponsabilidade* de quem nunca para para medir as consequências da sua verborreia demagógica [...] quando os resultados da nossa linha de rumo já são claras... [...] quando a nossa recusa das suas propostas *irresponsáveis* começou a dar os seus frutos, mudaram de opinião [...] Apesar das dificuldades *irresponsavelmente* criadas [...]. (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, pp. 3090-3092)

Obedecendo, pois, à função de *delectare*, intervenção de fundo de Aguiar e Branco (24), uma das figuras proeminentes do Partido Social-Democrata⁶⁶⁵, marcou o debate de 2016, tendo sido objeto de uma larga difusão mediática. Mobilizando humor, a ironia e o sarcasmo, o orador resumiu a visão dos partidos do espectro da direita acerca do momento político da governação do país pela «gerinçonga» (designação de que se apropriou a direita para designar o Governo de António Costa com o apoio parlamentar do PCP, PEV e BE).

(24) (a) O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — [...] O PSD é hoje, por vontade popular, o maior partido no Parlamento. Não governamos mas aceitamos, com o cívico sentido de serviço pela causa pública, esse papel de ser o maior partido no Parlamento. Aceitamos os deveres e as inerentes responsabilidades de partido que, neste Parlamento, representa o maior número de portugueses. *Trata-se de uma representação efetiva e não de ilusão proclamatória, como a de outros que se conjugaram para o mero exercício do poder.*

(b) Mas, todos nós aqui sentados, independentemente dos partidos que representamos, das nossas filiações ideológicas, temos deveres e responsabilidades para com os que confiaram em nós e para com a nossa própria consciência. E é exatamente sobre isso que vos quero falar, *com o realismo de quem sabe que para a história desde sempre radical do BE, e para a mais recente dos «cristãos-novos» do radicalismo do Partido Socialista, matérias de consciência e de respeito pelo sentido da expressão popular passaram a ser valores secundários e meramente instrumentais.* [...]

(c) Como crente na democracia parlamentar, como disse, não me custa reconhecer o importante papel que o Partido Comunista Português tem tido na construção e na consolidação da democracia. Durante anos, o PCP foi a voz crítica dos governos, de todos os governos, mais de direita ou mais de esquerda, emanados do Parlamento ou de iniciativa presidencial. Durante 40 anos o PCP quis incarnar-se como uma espécie de bússola moral ou de consciência desta Assembleia e, em muitos aspetos, com razão — e digo-o sem ponta de ironia —, por exemplo, ser a expressão da coerência intransigente, mesmo quando isso parecia prejudicar os seus próprios interesses, mesmo quando isso prejudicava objetivamente os seus próprios interesses. Custasse o que custasse, com o PCP não havia meias palavras, interpretações coloridas ou zonas cinzentas.

(d) Foi esta *retidão* que aprendemos a apreciar no PCP, *esta austeridade retórica*,...

Protestos da Deputada do PCP Rita Rato.

... e até uma genética incapacidade para promover a demagogia que muitos teimavam em confundir com falta de jeito para a política.

(e) O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — Sou do tempo em que, *para o PCP, as rescisões amigáveis eram despedimentos encapotados*,... [...] *em que ter a TAP na mão dos privados era criminoso.* Assim, sem medo nas palavras, sem qualquer omissão. Sou do tempo em que as leis laborais eram iguais para todos os trabalhadores, fossem boas ou más, de 35 ou de 40 horas de trabalho, mas para todos, por igual — socialismo, diziam! *Sou do tempo que o PCP nunca permitiria que se reduzisse o IVA da restauração para beneficiar os industriais do setor, que o Estado abdicasse de receita que faz falta a muitos, em benefício de uns poucos.*

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — *Não vale inventar!*

O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — *Sou do tempo* em que o PCP era contra a NATO e em que não esperava pela conversa do Primeiro-Ministro com o Sr. Shàuble para saber o que pensar ou o que dizer sobre um determinado assunto. [...] *Sou do tempo* em que PCP nunca admitiria uma intervenção do Governo na Caixa Geral de Depósitos, *iniciada com o aumento do salário dos seus gestores* e que vai ser concluída com o despedimento de 2500 trabalhadores.

(f) [...] *O que pensaria o Dr. Álvaro Cunhal destas medidas?*...

Aplausos de Deputados do PSD.

⁶⁶⁵ Ministro da Justiça do XVI Governo Constitucional (liderado por Santana Lopes). Foi Ministro da Defesa Nacional nos dois governos (XIX e XX) de Pedro Passos Coelho. Foi líder parlamentar do seu partido (2009-2010), depois de Paulo Rangel. Aguiar e Branco perdeu as eleições para a liderança do PSD em 2010.

O que diria dos seus próprios camaradas que, com o seu silêncio, com justificações burguesas ou ao serviço do grande capital, permitem uma coisa destas?

Protestos da Deputada do PCP Rita Rato.

Foi o próprio Dr. Álvaro Cunhal que um dia disse que ser comunista é estar sempre atento a todas as grandes desigualdades, injustiças e discriminações sociais e lutar e organizar a luta para que sejam corrigidas e para lhes pôr termo.

(g) Pergunto: para o PCP, nada disto é uma injustiça? Uma inaceitável desigualdade? Onde estão os comunistas? Devolvam o PCP ao Parlamento!

Protestos da Deputada do PCP Rita Rato.

(h) [...] Eu sou do tempo em que o PCP nunca abdicaria de 40 anos de história para serem tratados como se fossem mais um no palco da política, diria, mais um Bloco de Esquerda! Ou seja, não mais do que uma circunstância que serve apenas de muleta para a mera satisfação do exercício do poder pelo poder, ainda que com o sacrifício do desenvolvimento, do bem-estar e do futuro dos portugueses. [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 40-41)

Como estratégia de *captatio benevolentiae*, Aguiar Branco inicia o exórdio do seu discurso pela construção de um *ethos* democrático, que reafirma ao longo do discurso («Como crente na democracia parlamentar»), e, não escondendo o seu desagrado pela situação inédita de o PCP e o BE serem parceiros de coligação do governo PS, procura deslegitimar a solução governativa encontrada, evidenciando os objetivos estratégicos dos partidos de esquerda («ilusão proclamatória»; «como a de outros que se conjugaram para o mero exercício do poder»). Em contraponto, o deputado invoca o argumento do sufrágio universal («O PSD é hoje, por vontade popular, o maior partido no Parlamento») como estratégia de legitimação do seu partido e constrói um *ethos* coletivo democrático e patriota, pelos valores de missão e serviço à causa pública, em consonância com a responsabilidade que detém pelo poder conferido pelos seus eleitores (24a). A estratégia argumentativa do deputado social-democrata faz-se pelo descrédito dos parceiros da coligação. O orador tenta demonstrar o conflito de interesses entre a esquerda moderada (PS) (cuja imagem ideológica se tenta aproximar dos partidos mais à esquerda, pelo procedimento da designação: «cristãos-novos» do radicalismo do Partido Socialista») (24b) e os partidos da esquerda radical, em particular no PCP – as poucas menções ao BE parecem fazer parte de uma estratégia concertada da direita para minimizar a importância do partido, não lhe sendo reconhecida representatividade. À semelhança de um género epidíctico, o discurso faz o aparente elogio do histórico Partido Comunista (em oposição ao BE, não mencionado), procedendo-se a um julgamento negativo dissimulado, na maior parte das vezes, de enunciados valorizantes, pela ironia e sarcasmo. Desta forma, reconhece-se a imagem de seriedade e de retidão do partido através comparação metafórica «uma espécie de bússola moral» e critica-se, de forma velada, a ideologia obsoleta do PCP («coerência intransigente»), que não parece acompanhar a evolução dos tempos nem adaptar-

se aos desafios da modernidade, subentende-se também pelo enunciado subsequente (24c). De salientar a ofensa veiculada pelo eufemismo («austeridade retórica»), agravada pelo enunciado final, que destrói o discurso do Partido Comunista pelo conteúdo («sempre os mesmos temas», infere-se) e pela forma, isto é, pelo estilo («sem brilho», como subentendido) (24d). Note-se como o orador implica a «falta de jeito para a política» do PCP, pela ausência de demagogia, construindo o próprio orador um *ethos* demagógico. Aguiar Branco procede seguidamente à apresentação das provas da sua tese – a incoerência do Partido Comunista, pela renúncia aos seus valores identitários – que se fundamenta no princípio da não contradição, ou melhor, da incompatibilidade (vd. Parte III, Cap. 1). Recorre, portanto, ao argumento da ilustração pela enumeração de casos concretos que se revelam incompatíveis com os valores ideológicos comunistas (24e), recorrendo, inclusive, ao argumento do espantalho, como denunciado pelo deputado João Oliveira. Não descurando o estilo (*elocutio*) como elemento de persuasão, o orador recorre à anáfora retórica para estruturar o seu discurso («Sou do tempo»), contrapondo a postura ideológica do PCP no passado (pelas asserções de polaridade negativa associadas ao uso do condicional), à sua incoerência no presente – note-se o reforço da tese pelo recurso à autoridade incontestável de Álvaro Cunhal –, conivente com as ações do governo, segundo uma lógica instrumental. A tensão argumentativa perceptível nos enunciados interrogativos culmina no *soundbite*, que eficazmente sintetiza a essência de todo o discurso de Aguiar Branco: «Devolvam o PCP ao Parlamento». A provocação tem o efeito de divertir o auditório (faz-se apelo ao *pathos*), contribuindo assim para a valorização do *ethos* político do orador. O *ethos* polemista e provocador acentua-se na agressiva operação de deslegitimação do Bloco de Esquerda (24h), relativamente à importância concedida ao PCP, legitimada pela sua história consolidada, consistente («40 anos de história»). Os procedimentos argumentativos de Aguiar Silva projetam uma imagem identificável pelos *media*, relativamente a outros deputados do PSD e, neste sentido, o seu discurso configura-se também numa estratégia de legitimação dentro do próprio partido.

O humor revela-se igualmente uma estratégia de contra-ataque do executivo em funções, como se ilustra na réplica do Governo aos violentos ataques da oposição durante o debate de 2006.

- (25) (a) O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — [...] *A mais pura das verdades é que nesta sessão legislativa o que ouvimos ao PSD foram três propostas políticas. Foram essas três propostas políticas que marcaram a atuação do PSD, principal líder da oposição, durante esta sessão legislativa: uma, a de desmantelar o Estado; outra, a de flexibilizar os despedimentos; terceira, a de se instituir o dia nacional do cão.*
Risos e aplausos do PS

(b) Desde já, confesso que, das três, é a última que me desperta menor antipatia. Mas noto este singular sentido de prioridades políticas que leva o maior partido da oposição a propor que, doravante, em cada 6 de junho, a lembrança do desembarque aliado na Normandia passe a ombrear com a celebração nacional dos canídeos.

Risos do PS

(c) E mais: lembrando-me das sábias palavras do Presidente do CDS, que a 3 de maio preveniu que «os partidos não podem ser sacos de gatos», noto na direita portuguesa uma súbita vocação para encontrar no mundo animal fonte de inspiração e metáfora política. [...]

(d) [...] Como bem disse o próprio La Fontaine, «a fábula é uma pintura em que podemos encontrar o nosso retrato». E nada melhor do que uma curta viagem a esse tempo em que os animais falavam para compreender cabalmente as encruzilhadas presentes na nossa oposição.

(e) De facto, uns olham para o Estado social como se fosse a galinha dos ovos de ouro, ansiando, como na fábula, por abri-la (à galinha) para ver se esconde mais tesouros, sem perceberem, ou fingindo não perceber, que a sofreguidão por mais e mais ovos de ouro só tem por resultado matar quem os produz, ou seja, tornar insustentável o Estado social.

(f) Quase todos os que acham que fazem oposição a este Governo seguem, na prática, o enredo da história de «o velho, o rapaz e o burro», cuja moral é, como sabem, a de que qualquer que seja a decisão há sempre alguém que a conteste. [...] Se o velho vai em cima do burro, vem um que o acusa de insensibilidade perante o rapaz — e a oposição aplaude. Se vai o rapaz em cima do burro, outro denuncia o desrespeito pela velhice — e a oposição aplaude. Se deixam o burro ir sem carga, que desperdício — e a oposição aplaude. Sendo a linha de conduta da oposição a de pôr-se, imediata e artisticamente, ao lado de qualquer contestação — é esta a sua linha de conduta — a oposição não pode, depois, queixar-se de que a opinião pública não a compreende.

(g) [...] O PSD apresentou hoje, finalmente, as suas ideias sobre a segurança social. Só palpites! Esperemos que as ideias se convertam em propostas. Mesmo assim, sejam bem-vindos! Mas ó que «lebres»! Quando o Primeiro-Ministro apresentou, qui, no debate mensal de 27 de abril, a sua proposta para a reforma da segurança social, o Dr. Marques Mendes fez como a lebre: despachou o assunto com um «bem, logo veremos» e abalou caminho fora, em grande velocidade. [...] Deve ter parado nalguma sombra, e adormecido, porque ninguém lhe ouviu uma palavra sobre o assunto durante abril, maio, junho e o início de julho.

(h) Entretanto, a «tartaruga» (todos nós) foi-se movendo pacientemente, com passos seguros: a proposta de reforma foi apresentada aos parceiros sociais, Governo, centrais sindicais e centrais patronais foram trocando argumentos e contrapropostas, a oposição pronunciou-se, os especialistas falaram, e ao fim de muito trabalho e não menos empenho Governo e parceiros sociais chegaram a um acordo estratégico, que representa um momento refundador do sistema público de segurança social em Portugal. Chegaram anteontem a esse acordo. Hoje, Marques Mendes, a «lebre», acordou enfim: correu para a meta com umas tantas ideias, também quer discutir. [...]

(i) Internamente dividido e desorientado, o PSD não sabe tomar partido certo e constante entre «o velho, o rapaz e o burro», perdendo, portanto, cada vez que oscila, credibilidade. Feito «lebre fidalga», acha que o País espera por ele entre súbitas reclamações de pactos de regime e longas sonolências. Resta-lhe, pois, como ainda hoje tentou fazer, o truque da propaganda, dizendo que isto seria propaganda, só «aparar a sebe», «muita parra e pouca uva». Ó Sr. deputado Luís Marques Mendes, vá reler o La Fontaine, aquela «historinha» da raposa que queria comer as uvas: as uvas estavam altas e a raposa não lhe conseguia chegar, pelo que a raposa, cabisbaixa, abandonou a ramada, rosnando «são verdes, estão verdes». Não, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não são as «uvas» que estão verdes, são as «raposas» que lhes não chegam. Não vale a pena, pois, disfarçar a realidade. [...]

(j) O estado da Nação está hoje bem melhor do que estava em fevereiro de 2005! O que está pior é o estado da oposição. [...] Mas, como não há democracia sem oposição ativa [...] e respeitada, todos fazemos votos para que a oposição aproveite as férias e melhore. O Governo, esse, continuará o seu trabalho. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, pp. 6733-6735)

A desqualificação do maior partido da oposição inicia-se, no segmento apresentado, pela asserção categórica (que poderíamos classificar de demagógica pela superlativação do adjetivo: «A mais pura das verdades»), que, através da hipérbole, reduz a três as suas propostas políticas (durante toda uma sessão legislativa) (25a) – argumento este realçado pela figura da repetição –, seguindo-se a

deturpação das ditas propostas pelo argumento do espantalho. Pelo efeito de surpresa, a referência ao «dia nacional do cão» revela-se um procedimento eficaz de captar a atenção (notem-se os risos e aplausos da bancada socialista) e dá o mote para a estratégia argumentativa de ridicularização do adversário. Note-se a construção do *ethos* discursivo pelo humor («Desde já, confesso que, das três, é a última que me desperta menor antipatia.») e pela ironia («Noto este *singular* sentido de prioridades políticas») (25b), também utilizada na qualificação pejorativa de Paulo Portas (25c), alargando-se o ataque aos dois partidos da direita. Na demonstração dos seus argumentos, o Ministro mobiliza a autoridade de la Fontaine (25d), de modo a legitimar⁶⁶⁶ a sua argumentação pela analogia⁶⁶⁷, e cria um elo com o auditório pelo apela à tradição literária do domínio comum: a analogia da «galinha dos ovos de ouro» com o Estado social (25e); a analogia das pessoas da história do velho, do rapaz e do burro com a oposição, que se apresenta contestatária de toda e qualquer medida apresentada pelo Governo (25f). Os argumentos são, portanto, apresentados sob a forma de um ensinamento, de acordo com a moralidade da fábula ou história que lhes serviu de inspiração («a sofreguidão por mais e mais ovos de ouro só tem por resultado matar que os produz, ou seja, tornar insustentável o Estado social») (25e), o que contribui para transmitir a convicção. Em (25g), o ataque particulariza-se com a associação do líder do PSD à lebre da conhecida fábula da «lebre e da tartaruga» (25h), criando-se uma imagem de descrédito e incompetência de Marques Mendes, pela ausência de propostas na reforma da Segurança Social e pelo seu atraso na apresentação de medidas (25h). A estratégia de contra-ataque às intervenções agressivas do líder do PSD durante o debate mobiliza a representação do seu discurso através da citação. Repare-se como as palavras de Marques Mendes são engenhosamente recuperadas através do processo de coesão lexical (25i), na fábula da «raposa e das uvas», inserindo-se, de forma coerente, no todo do discurso que se sustenta na analogia com as fábulas, sendo a analogia do PSD com a raposa feita por inferência. Note-se o FTA veiculado pela apóstrofe nominal e pelo subsequente ato diretivo impositivo (observe-se também a ironia veiculada pelo diminutivo «historinha»), apercebido como uma provocação. O orador constrói, portanto, um *ethos* de autoridade e de arrogância, colocando-se numa posição de

⁶⁶⁶ No que se refere à noção de legitimidade, distinta da noção de credibilidade, lembre-se que «la première détermine un “droit du sujet à dire ou faire”, la seconde une “capacité du sujet à dire ou à faire” (Charaudeau, 2014a : 52). Do mesmo modo, a legitimidade, que diz respeito a um direito adquirido, não se confunde com a autoridade, que, por sua vez, está intrinsecamente ligada ao processo de submissão do outro: «Elle place le sujet dans une position qui lui permet d’obtenir des autres un comportement (faire faire) ou des conceptions (faire penser et faire dire) qu’ils n’auraient pas sans son intervention.» (id. *ibid.*).

⁶⁶⁷ Como refere Breton, «il s’agit d’un raisonnement qui lie deux zones du réel. L’une fait l’objet d’un accord préalable, l’autre est formée par l’opinion que l’on propose à l’adhésion. Ici, on suppose, voire on invente un lieu entre deux zones» (2003: 98).

superioridade. A oposição, referida ao longo do seu discurso, é ainda o objeto da peroração, contrapondo-se, pela antítese, o estado da Nação ao da oposição, que é apresentado de forma negativa pela comparação e salientado pela construção de clivagem (e pela diáfora). Em (25j), o Ministro reforça a imagem positiva do Governo, tanto pela construção de um *ethos* coletivo (institucional) de competência (pelo argumento *a comparatione*) como de um *ethos* democrata (25j).

A preocupação pela construção imagem de um Governo democrata, com respeito por uma oposição «ativa» revela-se uma constante nos discursos de Augusto Santos Silva, como se observa também na peroração do discurso de encerramento do debate de 2017 (26b), através do jogo de palavras com o vocábulo «viva». Referindo-se à obsessão da oposição pelas cativações⁶⁶⁸, o orador recorre estrategicamente a uma analogia com os célebres versos de Camões, utilizando a figura da derivação (26a), o que poderia ser entendido como o paralogismo da homonímia, um dos paralogismos ligados ao discurso, segundo Aristóteles⁶⁶⁹.

- (26) (a) O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros** (Augusto Santos Silva): — [...]Dizia, criticar a política de gestão orçamental é, sobretudo, demonstrar, mais uma vez, que o programa da atual oposição na oposição é o mesmíssimo programa que fez seu quando esteve no Governo: cortar rendimentos, agravar impostos, fechar serviços. [...] A fixação nas *cativações* não me parece, pois, ser boa conselheira. Correrá até o risco, *quem se deixar prender por essa fixação nas cativações*, de ter de dizer, como Camões, nas suas célebres *Endechas*: «*Aquela cativa / que me tem cativo / porque nela vivo / já não quer que viva*».

Aplausos do PS.

Protestos do CDS-PP.

- (b) Ora, o País precisaria de uma oposição *viva*. Nós queremos esta oposição e esta liderança da oposição *bem viva* e de boa saúde. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 69)

Os procedimentos retóricos contribuem para a valorização do *ethos* político de Augusto Santos Silva, e a citação dos versos de Camões constrói um *ethos* culto. As citações literárias, que apresentam um valor de caução, são a forma mais usual de demonstrar o *ethos* discursivo de cultura⁶⁷⁰. Ainda que sejam mobilizadas em todos as partes do discurso, surgem, sobretudo, como

⁶⁶⁸ Instrumento de controlo orçamental: retenção de parte das verbas orçamentadas para despesas, com consequente redução do orçamento disponível para determinados serviços ou organismos (*Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*).

⁶⁶⁹ Sobre os seis paralogismos ligados ao discurso vd. Plantin (2016: 286-287). A falácia da homonímia é uma falácia de ambiguidade ligada ao discurso: «D'une façon générale, on a affaire à une question d'homonymie lorsqu'un terme a changé de sens d'une étape à l'autre du raisonnement, et, plus largement, de la discussion, quelle que soit la forme de ce changement de sens, par homonymie ou parce qu'il est pris dans son sens propre puis dans un sens figuré» (Plantin, 2016: 308).

⁶⁷⁰ A figura do homem de cultura não é apreensível no *debate sobre o estado da Nação*, a não ser, logicamente, pelo seu discurso. Refira-se que há parlamentares que podem ter uma certa notoriedade nos meios intelectuais e artísticos, sendo conhecidos como autores ou pela sua participação em emissões culturais e frequência de eventos artísticos.

elemento de persuasão na peroração⁶⁷¹, através de autores consagrados da literatura portuguesa, como se ilustra no discurso de encerramento do debate de 2009 (27), pretendendo-se valorizar o seu *ethos* com recurso ao *pathos*.

- (27) O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças** (Teixeira dos Santos): — [...] *Termino com uma citação de Fernando Pessoa, se me permite, Sr. Presidente. Fernando Pessoa, num notável poema, relata-nos a cena do mostrengo que rodopiava em torno do marinheiro agarrado ao leme da sua nau, ameaçando-o e assustando-o quanto aos perigos em que ele se iria meter se ousasse prosseguir a sua rota. Tal como esse marinheiro não podemos ter medo. Todos e cada um de nós temos que ter a força, a coragem e a ousadia de, como ele, dizer: «Aqui ao leme sou mais do que eu: / sou um povo que quer o mar que é teu»!* (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 77)

A figura do homem de cultura, referida por Charaudeau (2014a: 112), constrói o *ethos* de inteligência. O capital cultural do orador, adquirido quer por via da sua formação quer pela origem social, confere um certo estatuto ao político e contribui para a construção de um *ethos* de autoridade.

O argumento da autoridade citada tem o papel de reforçar ou apoiar a argumentação de legitimação do discurso do orador, já o sabemos; em (28), a sua profusão visa também impressionar o auditório e construir um *ethos* discursivo de cultura e erudição.

- (28) (a) O Sr. **Duarte Lima** (PSD): — [...] De facto, Deus nos livre, em certas ocasiões, dos «santos da casa». Há muitas maneiras de fazer mal ao País, e tanto mal pode trazer uma política incorretamente conduzida pelo Governo, como afirmações irresponsáveis e alarmistas de um partido sobretudo se ele é o maior da Oposição. O professor Agostinho da Silva escreveu que «limitamos Deus, atribuindo todos os males ao Diabo». Salvaguardadas as devidas distâncias, não devemos também aqui limitar a oposição atribuindo todos os males ao governo.
- (b) O quarto problema não resolvido com que se confronta hoje a sociedade portuguesa [...] é o problema da governabilidade, entendida esta no sentido que há alguns anos lhe foi atribuída por Noberto Bobbio, como a capacidade de os sistemas políticos darem satisfação e respostas adequadas às solicitações que provêm cada vez em maior número da sociedade civil.
- (c) [...] Uma atitude política responsável obriga-nos à humildade de reconhecer que não descobrimos ainda a fórmula mágica de garantir que será possível fazer tudo quanto é necessário. Tal como Sísifo, castigado por Zeus, se viu forçado a carregar eternamente a rocha pela vertente da montanha, e invariavelmente caía sob o próprio peso sempre que atingia o cume, repetindo o trabalho numa condenação incessante, assim os estados parecem condenados a descobrir duas necessidades novas, por cada necessidade que resolvem.
- (d) [...] vale a pena ter presente o velho e sábio conselho dos livros santos, neste caso do livro dos Provérbios, como estrela polar que deve conduzir a ação dos homens políticos: «livra-me da miséria e da riqueza, mas dá-me o necessário para a vida».
- (e) [...] Como escreveu um dos mais eminentes parlamentares desta Casa, o Deputado Adriano Moreira, «um País não é como um pai que se esgota na realização dos filhos e morre em paz, tem uma vida institucional que continua, ou acaba, não pelo que já fez, mas porque lhe falta o que fazer no mundo a que pertence.» Se em alguma coisa estamos em dívida para com os portugueses é na obrigação de institucionalizarmos essas condições que garantem a estabilidade política. A revisão constitucional do ano que vem é a principal oportunidade que teremos para o fazer.

⁶⁷¹ Segundo Breton (2003: 64) o argumento de autoridade não é periférico à argumentação e concentra-se no exórdio ou na peroração – «morceau de bravoure final où l'orateur mise sur le passionnel» (Robrieux, 2015: 31) –, destinado a preparar o auditório mais do que a raciocinar, utilizando o prestígio real ou suposto do orador e da autoridade convocada.

(f) Estranhámos por isso que ao maior partido da oposição tenha faltado até agora o *golpe de asa* para ousar encarar sem complexos este problema. Parece mesmo marcado pela *angústia e pela árida solidão* do seu Secretário-Geral, expressa há uns dias atrás da frase lapidar «se continuamos por este caminho, não chegaremos ao poder».

(g) [...] Como escreveu Pascal, «há luz suficiente para aqueles que querem ver, mas também há escuridão suficiente para os que não querem ver». Nós, como os restantes portugueses, fazemos votos para que a escuridão não seja o estado de espírito do maior partido da oposição no início da próxima sessão legislativa. (DAR, I Série – 91, 1993/07/02, pp. 3013-3014)

No primeiro *debate sobre o estado da Nação*, citação é copiosamente mobilizada pelo líder parlamentar do PSD, de forma a restaurar a imagem de credibilidade e competência do Governo. Se a convocação da autoridade do reputado pensador e filósofo português (28a) serve o propósito de persuasão para o auditório aderir a uma atitude «irresponsável e alarmista» do PS («o maior partido da Oposição»), já as palavras Norberto Bobbio⁶⁷² (28b) servem de caução aos valores de democracia defendidos pelo orador, que serão partilhados igualmente pela oposição, e justificam a incapacidade do Governo de dar resposta a todos os problemas de governação que se apresentam («que não descobrimos ainda a fórmula mágica»). O orador apresenta, pois, um *ethos* coletivo de humildade (28c), e constrói, simultaneamente, um *ethos* de credibilidade e de seriedade («atitude política responsável»), pela consciência das dificuldades de governação. Note-se em (28a) o ato ilocutório expressivo que incorpora a expressão coloquial «Deus nos livre», reveladora de uma identidade política com valores cristãos, bem como a expressão «santos da casa», «figura de comunhão» que facilita a rápida compreensão do argumento pela alusão ao provérbio «Santos da casa não fazem milagres». O discurso de justificação das opções do executivo é reforçado por dois recursos de presença: a analogia com o mito de Sísifo (28c), que constrói um *ethos* individual culto, e a menção ao provérbio⁶⁷³ (28d) cujo conteúdo se apresenta como norteador da ação política, que deve ser conduzida com realismo, e que constrói, por outro lado, um *ethos* demagógico. O orador coloca-se numa posição de autoridade, pelos conselhos ou advertências à oposição (28a), mostrando-se convicto das políticas que devem ser seguidas pelos políticos. A estratégia de valorização da ação governativa recorre ainda à autoridade de «dos mais eminentes parlamentares» da Assembleia da República (note-se a metonímia «desta casa» [28e], como fator de conivência com o auditório), que dá o mote à apresentação de uma das medidas anunciadas pelo executivo, construindo-se um *ethos*

⁶⁷² Tido como dos grandes pensadores do séc. XX, Norberto Bobbio (1909-2004), formado em Filosofia e em Direito, fez parte do movimento da Resistência, que combateu a ditadura do fascismo de Mussolini em Itália. Na sua obra *O Futuro da democracia* ([1984]/1986) expõe a sua noção de democracia, formada por um conjunto de regras, defendendo a regra da maioria e a representatividade do poder (sendo que os representantes eleitos não devem exercer mandatos imperativos).

⁶⁷³ «Le proverbe est une assertion sur la manière dont va le monde, il prétend dire le vrai.» (Maingueneau 2016: 197).

de competência do Governo, inverso à imagem negativa do maior partido da oposição, evidenciada pela citação das palavras do seu líder (28f). Observe-se ainda em (28f) a descrédibilização da oposição com recurso à expressão culta «golpe de asa», que poderíamos compreender como uma alusão ao poema «Quasi»⁶⁷⁴, de Mário de Sá Carneiro, configurando, portanto, um *ethos* culto. *Ethos* discursivo este de que o orador faz prova ao longo da sua intervenção, e, naturalmente, na peroração do seu discurso (28g), pela citação de Pascal mobilizada para reforçar a operação de descrédito do Partido Socialista, utilizando-se também o argumento *ad populum* com o mesmo propósito. O discurso prolixo de Duarte Lima desenvolve-se através de um estilo elevado, diríamos mesmo pretensioso, já em desuso na atualidade⁶⁷⁵, onde a eficácia comunicativa requer outras técnicas oratórias⁶⁷⁶ e é mormente assegurada pelas pequenas fórmulas, difundidas pelos *media* (*soundbite*).

Para além das palavras de autor, tornam o discurso mais convincente as paráfrases a títulos de filmes, títulos de obras de ficção e canções, que reativam a memória do auditório e captam a sua atenção para os argumentos apresentados. Carlos Carvalhas valoriza o seu *ethos* político pela figura do homem de cultura ao ajustar o título da última obra de Steinbeck (*O inverno do nosso descontentamento*, 1961), que aborda de forma crítica temas sociais, à situação social vivida no país (29).

- (29) O Sr. Carlos Carvalhas (CDS-PP): — Na verdade, este parece ser, de facto, o *Verão do nosso descontentamento*. Ou será que o Governo não houve os protestos dos trabalhadores, dos estudantes, dos professores, dos magistrados, dos militares, dos bombeiros, dos guardas florestais, dos reformados?! (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3350)

***Ethos* de solidariedade**

Mostrar-se sensível à situação do outro e assumir uma postura que vá no sentido de agir, de modo a ajudá-lo, faz prova de um *ethos* solidário. Ora, o apelo ao *pathos* é indissociável da construção do *ethos* de solidariedade. Lembrando Aristóteles, persuade-se o auditório produzindo emoções que o predisponham a partilhar o ponto de vista do orador; a emoção é o que desencadeia a ação. A exploração argumentativa das emoções faz-se essencialmente por duas vias: o orador expressa

⁶⁷⁴ «[...] Um pouco mais de sol – eu era brasa,/ Um pouco mais de azul – eu era além. /Para atingir, faltou-me um golpe d’asa... / Se ao menos eu permanecesse aquém... » (Sá-Carneiro, 2010: 28-29).

⁶⁷⁵ O discurso analisado consubstancia-se como memória de uma época.

⁶⁷⁶ Relembre-se que os primeiros debates não tinham a difusão mediática dos dias de hoje.

verbalmente a sua emoção através de léxico emocional («emoção dita») ou sugere por indícios as suas emoções («emoção mostrada»), segundo o princípio «para comover, mostra-te comovido»; ou, por outro lado, apresenta uma situação ou um acontecimento que possa suscitar emoções (de entre as quais a indignação e a piedade), fazendo apelo a «princípios de inferência emocional» (Ungerer, 1997).

Jerónimo de Sousa é um político que faz prova de um sentimento de solidariedade em todos os seus discursos. Em (30), mostra uma simpatia pela situação dramática das pessoas (encarando as pessoas como indivíduos, e não como números, como faz questão de referir), que supõe uma relação de igualdade com o outro. O orador imprime uma função patémica ao seu discurso não só pela seleção lexical utilizada na enumeração das «vítimas» («desempregados»; «pobres»; «trabalhadores precários») – inclusive de avaliativos axiológicos de índole metafórico («arruinados», «asfixiados») (30) – como pelo apelo ao princípio da posição e do número de relevância emocional (privilegia-se o que diz respeito a um grande número de pessoas). Note-se o recurso a procedimentos quantitativos (de entre os quais se destaca o *topos* dos «milhares») e a utilização da hipérbole. A divergência com a perspetiva otimista do Governo é reforçada pelo procedimento da ironia («sentirão que talvez sejam eles que têm azar»), sobretudo nas expressões subjetivas avaliativas, com recurso à hipérbole («discurso *triumfal*»; «medidas *espantosas*»).

- (30) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, estava aqui a ouvir o seu discurso proclamatório e *imaginei o que sentirão*, com certeza, aquele meio milhão de desempregados, tomados individualmente, esses dois milhões de pobres que constam das estatísticas, esses 1,2 milhões de trabalhadores precários, esses milhares de pequenos e médios empresários, agricultores e comerciantes *arruinados* e *asfixiados* por dívidas ao ouvir esse *discurso triunfal* sobre um País que não existe. Essas pessoas, individualmente, com certeza, *sentirão que talvez sejam eles que têm azar*, que não são beneficiários do progresso, destas *medidas espantosas* que o Governo do Partido Socialista tem vindo a praticar. Só que a realidade não é essa: o País real é diferente daquele que foi aqui apresentado pelo Governo. [...] (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 22)

O *ethos* solidário requer o apelo ao *pathos* (de notar o superlativo nas comparações) (31) e constrói-se também no plano *ad rem*, como ilustra a argumentação de Catarina Martins (31b).

- (31) (a) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] Com a maior crise de sempre, o Governo cortou nos apoios a quem mais precisa e os mais frágeis foram abandonados e ainda hoje não mereceram aqui uma única palavra do Sr. Primeiro-Ministro.
(b) Dou-lhe um exemplo: os cortes no complemento solidário para idosos é talvez uma das mais violentas expressões da política deste Governo. *Menos 50 000 idosos com complemento solidário para idosos não significa menos idosos pobres em Portugal, o que significa é que são os mesmos idosos pobres, ou mais, sem apoio em Portugal, mais pobres ainda, porque alteraram os montantes, porque alteraram a idade, porque fizeram alterações administrativas para expulsar pessoas penalizando sempre os mais pobres*. É pela exclusão e pela fragilização que este Governo tem ido quer no complemento solidário para idosos, quer noutras prestações sociais. [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, pp. 21-22)

A identificação com o outro transparece nos discursos da esquerda dita radical (PCP e BE), que, tradicionalmente, defende os interesses dos cidadãos mais desfavorecidos e luta pelos seus interesses, designadamente pelos direitos dos trabalhadores (PCP). A construção de um *ethos* solidário faz-se, sobretudo, pela dramatização do discurso, que toma várias formas. A emoção mostrada (princípio do conteúdo emocional), da ordem da indignação⁶⁷⁷ (30)-(32), configura-se numa das suas estratégias mais frequentes, utilizando-se a modalidade avaliativa (30)-(32)-(33) (princípio da avaliação emocional) – em (32a) o deputado do PCP utiliza também a gradação –, bem como a amplificação pelas figuras da repetição (32)-(33), da anáfora retórica, do paralelismo anafórico (32) e, claro, da enumeração, que cria um efeito de profusão (32).

(32) (a) O Sr. **António Filipe** (PCP): — [...] A sua intervenção foi *inacreditável* e não foi sobre o estado da Nação, mas sobre uma Nação que só existe no seu discurso. [...] O Sr. Primeiro-Ministro *não teve uma palavra para com as pessoas que hoje sofrem as dificuldades do tempo por que passamos, que sofrem as consequências da sua política. E para essas pessoas que passam por dificuldades, o seu discurso, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que lhe diga, foi insultuoso,...* [...]

(b)... porque *não houve uma palavra* para os desempregados que não têm meios de subsistência, no momento em que vemos os responsáveis das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) a dizer que nunca *tantas* pessoas lhes pediram apoio; *não houve uma palavra* para quem empobrece a trabalhar com os cortes salariais que se têm verificado;... [...] *não houve uma palavra* para os pequenos empresários que vêem os seus pequenos negócios a falir em cada dia que passa; *não houve uma palavra* para as *dezenas de milhares* de licenciados que ou estão no desemprego ou estão a trabalhar em empregos que nada têm a ver com as qualificações que obtiveram;... *não houve uma palavra* para os idosos que vão à farmácia e não têm dinheiro para comprar os medicamentos;... [...] ... *não houve uma palavra* para os *milhares de portugueses* que não têm médico de família! (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 45-46)

(33) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — [...] Mas, para se ter uma noção real sobre o real estado da Nação, basta [...] olhar para [...] a *grave* situação dos reformados e para a *dos milhares e milhares* de famílias que se veem excluídas de um nível de vida digno e que não gozarão férias ou que nem sequer sairão de suas casas, ou ainda para *os milhares e milhares de jovens a quem apenas se lhes oferece o desemprego, o trabalho precário ou a emigração*. (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 38)

O princípio da posição e do número rege a construção da generalidade dos discursos de dimensão emotiva (30)-(31)-(32)-(33)-(34)-(36)-(38). Se o rigor numérico apresenta um efeito persuasivo (34), os procedimentos quantitativos apresentados com recurso ao argumento de autoridade conferem credibilidade ao enunciador e constroem também um *ethos* de competência (35). Nos anos da troika, a argumentação pelos efeitos negativos das medidas implementadas (36), com apelo ao *pathos*, configurou-se numa das principais estratégias para suscitar a aversão ao Governo liderado por Pedro Passos Coelho, em razão das suas políticas de austeridade severa. A deputada do PCP

⁶⁷⁷ Segundo Ambroise-Rendu e Delporte (citados por Micheli, 2014: 128), a indignação não coloca em jogo «la seule conscience individuelle, mais bien des valeurs et repères collectifs [...]». Elle a donc une valeur normative, en ce qu'il n'y a pas d'indignation sans affirmation explicite ou implicite d'une norme du tolérable, du juste».

constrói um *ethos* de solidariedade (e de arrogância) através de um registo emotivo agressivo (34). Recorrendo a uma enunciação alocutiva, de modalidade deôntica, procede a um ataque *ad personam* pelo ato diretivo que contém um termo de emoção. Considerando que a emoção varia com o tipo de pessoas afetadas e varia, por outro lado, de acordo com o sistema de valores da pessoa que é suposto sentir a emoção (Plantin, 2011), a menção às crianças (como vítimas de uma situação dramáticas: de fome) configura-se num dos tópicos emocionais, por excelência (34)-(35)-(37), dado o seu valor socialmente partilhado (Charaudeau, 2007) – é incumbência do Estado e dos seus representantes proteger os mais fracos, de entre os quais as crianças – , o que origina também um julgamento de ordem moral relativamente a quem se mostra insensível ao seu drama.

- (34) A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — [...] E o Sr. Primeiro-Ministro devia corar de vergonha quando é Primeiro-Ministro num País onde uma em cada 10 crianças está numa taxa de privação material severa e onde a única refeição quente que fazem mais de 13 000 crianças é na escola. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 34)

Note-se o aumento de tensão na argumentação de Ana Catarina Mendonça (PS) pela referência ao drama das mães, apresentando também um *ethos* maternal (35b). Reforçando a identidade do seu partido, a deputada do PS constrói um *ethos* coletivo de solidariedade e de competência (35), inverso à imagem de insensibilidade do Primeiro-Ministro, sugerida pelo argumento do espantalho (35a). A amplificação do discurso mobiliza a anáfora e o paralelismo sintático que ajudam à persuasão.

- (35) (a) A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — [...] Às perguntas da bancada do Partido Socialista, que trouxe os problemas do País, das pessoas, das famílias, das empresas, o Sr. Primeiro-Ministro diz: «não tenho tempo para responder e sou um Primeiro-Ministro».
- (b) [...] Este é o Governo que nos faz agora crer que a sua atuação de quatro anos foi, afinal, um mito urbano. Mas não foi, Srs. Deputados, não foi um mito urbano, antes tivesse sido um mito urbano. *Que o digam* os desempregados, os desempregados de longa duração que não têm nenhuma expectativa, nem nenhuma proteção social; *que o digam* os jovens que tiveram de emigrar, que tiveram que abandonar o ensino superior; *que o digam* as mães e pais deste País que não têm dinheiro para dar comida aos seus filhos todos os dias! [...] Não, não é um mito urbano [...]. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 65)

Por sua vez, a situação dramática das famílias é amplificada e «quantificada» no discurso indignado da deputada do BE (como mostram os índices de emoção: enunciados exclamativos e interrogativos, a repetição no comentário metadiscursivo, as expressões coloquiais lexicalizadas) (36), que suporta a sua argumentação no argumento de autoridade, apelando aos valores («E aqui falamos de direitos humanos básicos»). Procura-se criar uma imagem de insensibilidade (e incompetência) do Governo, tal como em (37).

- (36) A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): —[...] Mas os números continuam: 181 000 reformas penhoradas, mais de 0,5 milhão de salários penhorados, 6485 contas bancárias penhoradas por *mês* — *sublinho, por mês!* —, 150 000 famílias deixaram de conseguir pagar a casa no ano passado, segundo o Banco de Portugal, o fisco penhora 189 casas, por dia — dados da Autoridade Tributária. E se tudo isso não bastasse, Sr. Primeiro-Ministro, ainda temos os cortes no fornecimento de água e luz às *famílias pobres*. E aqui falamos de direitos humanos básicos. A EDP cortou a luz a 300 000 famílias! Só a EPAL cortou a água a 12 000 famílias! É o este o estado da Nação de que o Sr. Primeiro-Ministro falou?! Este é o retrato do País do empobrecimento, é o resultado das suas políticas, estes são milhares e milhares de cidadãos, aos quais o seu Governo voltou as costas. Mas quero pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: que resposta dá a estes milhares de portugueses e portuguesas — *homens, mulheres, crianças, velhos*? Tem resposta para eles? Ou simplesmente fecha a porta? (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 31)
- (37) O Sr. **António José Seguro** (PS): — [...] o Governo cortou os apoios sociais aos mais pobres entre os pobres, as famílias com crianças beneficiárias do rendimento social de inserção (RSI). O Governo cortou quase 40 € por mês a cada criança e igual montante às suas mães. Uma família com dois filhos pode perder até 114 € por mês. É esta a consciência social deste Governo? É este o «visto familiar» das suas políticas? É neste País que quer viver, um País que trata assim as crianças mais pobres, Sr. Primeiro-Ministro? (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 37)

A construção de um *ethos* solidário visa aproximar o orador com a sua audiência (neste caso, eleitorado), e é um dos principais objetivos dos políticos. O líder da oposição, António Seguro (PS), procura construir um *ethos* empático através de uma das suas figuras fundamentais do *ethos* solidário – a escuta⁶⁷⁸ –, apresentando-se como testemunha («Enviou-me um e-mail»; «encontrei um casal de idosos que me contaram») (38) e porta-voz dos que vivem numa situação de angústia (semelhante procedimento foi utilizado por Durão Barroso no debate de 1999, vd. secção 3.1.).

- (38) (a) O Sr. **António José Seguro** (PS): — [...] João é um jovem de 24 anos. Enviou-me um e-mail para me contar o seu drama e o seu desespero por não conseguir encontrar trabalho. Está desiludido e sem horizontes. O João escreveu o seguinte: «Tenho à minha frente um muro enorme e escuro que me rouba o futuro. Não é justo. Sinto uma grande revolta dentro de mim».
- Risos do PSD.*
- Srs. Deputados, não se riam, porque isto não é para brincar.
- (b) [...] *Como o João, há 160 000 jovens que estão desempregados.* O desemprego entre os jovens aumentou, durante a sua governação, passando de 27% para 36%. Durante o seu Governo, o número de jovens [p.37] desempregados aumentou mais 36 000. *Estes são os resultados da sua política de austeridade a qualquer preço.* [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 36)
- (c) A Maria reside em Braga...
- Risos do PSD e do CDS-PP.*
- ... e tem 51 anos. Está desempregada. Não sabe o que há de fazer* — «sou muito nova para me reformar e muito velha para trabalhar», *dizem-me.* Neste ano que passou, o número de pessoas com mais de 45 anos que se encontram desempregadas aumentou 19%. Estes são os resultados da sua política de austeridade, custe o que custar e a qualquer preço. A Maria e o João são dois portugueses, mas, como eles, há 823 000 que, neste momento, estão desempregados, em Portugal. [...]

⁶⁷⁸ «'Écouter', 'savoir écouter', 'être à l'écoute' sont des expressions qui dénotent une attitude de prise en considération des autres, de leurs problèmes, de leurs souffrances mais également de leurs demandes» (Charaudeau, 2014a: 127).

(d) No distrito de Bragança, encontrei um casal de idosos que me contaram que pediram ao médico para adiar a consulta para o mês seguinte, pois não tinham dinheiro para pagar as taxas moderadoras e os transportes. Como este casal de idosos, há milhares de portugueses que estão a ser atirados para fora dos cuidados de saúde por não terem o dinheiro necessário para pagar as taxas moderadoras e os transportes. Os dados falam por si, Sr. Primeiro-Ministro. Durante os primeiros quatro meses deste ano, e comparando com igual período do ano passado, registaram-se menos 220 000 episódios de urgências nos hospitais. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 34-37)

O procedimento do relato, com apelo ao *pathos*, pretende ilustrar o argumento de que as políticas de austeridade têm um impacto extraordinariamente negativo na vida das pessoas, recorrendo-se estrategicamente a exemplos de três gerações. Apresentam-se, por conseguinte, as situações particulares de um jovem («o João») (38a), de uma mulher desempregada («a Maria») (38d) e de um casal de idosos (38e), fazendo-se apelo aos princípios de inferência emocional. Identificam-se, portanto, o princípio da proximidade (são pessoas em situação idêntica à nossa ou à de pessoas que conhecemos); o princípio de avaliação emocional («o seu drama e o seu desespero») (38a), que convida à comoção do auditório; o princípio da intensidade da apresentação, pela individualização da situação das vítimas, com referência ao nome próprio (38a)-(38d) e à idade, pelo recurso ao discurso direto (38a)-(38d), pelo dramatismo da situação («pois não tinham dinheiro para pagar») (38e); o princípio do conteúdo emocional, pelos termos de emoção («desespero»; «desiludido, sem horizontes») (38a), com o intuito de suscitar, em primeiro lugar, sentimentos de compaixão e, conseqüentemente, de suscitar a indignação do auditório face às situações descritas. Como procedimento de intensificação, o orador recorre ao argumento da comparação, fazendo apelo ao princípio da posição e do número, pela indicação precisa dos dados quantitativos (que configura um argumento de autoridade) (38c)-(38d)-(38e). António José Seguro procura, deste modo, a adesão do auditório para uma avaliação negativa das políticas de austeridade e, conseqüentemente, para uma imagem de insensibilidade e incompetência do Governo. Note-se a reação dos deputados do PSD e do CDS à estratégia argumentativa (relato) do líder da oposição (38b)-(38d), o que nos faz pensar que o efeito produzido não teria sido o efeito visado pelo orador; afinal, «um discurso que visa produzir uma emoção é, por si só, refutável» (Charaudeau, 2007: 242).

Pedindo emprestada uma célebre expressão do âmbito da política, a esquerda não tem, contudo, o «o monopólio do coração»⁶⁷⁹, como ilustra o enunciado do líder do CDS-PP (39), que seleciona, de forma assaz persuasiva, a paronomásia e a metonímia para fazer aderir o auditório a uma imagem do Governo opostas aos valores solidárias que supostamente deveria defender.

- (39) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, fica ainda para a história como o Primeiro-Ministro que não teve uma medida, até hoje, para apoiar aqueles que, nesta crise, sofrem mais: os idosos. *O seu Governo desdobra-se em betão, mas é mais minguido quando se trata de ter coração.* (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 61)

De facto, tanto os deputados do PSD como do CDS-PP recorrem ao *pathos* para construir um *ethos* de solidariedade. Obedecendo também a um propósito de denegrir o Governo (neste caso do PS), o líder da oposição, Durão Barroso (PSD), ilustra o estado da saúde, apelando naturalmente a princípios de relevância emocional («milhares de portugueses que esperam e desesperam»), com recurso a argumentos de autoridade («segundo as estatísticas oficiais [...] 89 383 pessoas que aguardam»; «Mais de 700 000 portugueses esperam»). Para além de expressões que descrevem as emoções («esperam e desesperam»; «angustiadas»), Durão Barroso recorre a procedimentos avaliativos («*drama preocupante*») que convidam o auditório a partilhar as suas emoções (princípio de avaliação emocional). Para a dramatização do discurso, contribui ainda a «emoção dita» (Micheli, 2008), autoatribuída (privilegiando-se o verbo «chocar»), num enunciado enfático de estrutura pseudo-clivada (40b), que pretende mostrar um *ethos* sensível.

- (40) (a) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] É ir aos centros de saúde de madrugada, não apenas quando vão as televisões, às primeiras horas da manhã e ver as *pessoas angustiadas* com as consultas médicas que não conseguem marcar. [...]— É visitar os hospitais e *assistir ao drama preocupante* de *milhares de portugueses* que *esperam e desesperam* meses e anos por uma operação que necessitam de fazer — porque com este Governo as listas de espera não diminuiram; pelo contrário, aumentaram substancialmente. [...] Há atualmente, em Portugal, *segundo as estatísticas oficiais* [...] *89 383 pessoas que aguardam mais de dois anos por intervenções cirúrgicas*. [...] *Mais de 700 000 portugueses esperam que lhes seja atribuído um médico de família*. O compromisso de baixar, ou mesmo tornar gratuitos, os medicamentos para idosos não foi honrado. Os hospitais a construir ficaram no papel.
- (b) [...] *E o que realmente me choca é que tudo isto afeta, sobretudo, os mais fracos*, os que não têm dinheiro para recorrer a uma clínica privada, em Portugal ou no estrangeiro.
- (c) [...] Este é o Governo que se reclama da consciência social, mas que não tem escrúpulos em agir, na prática, com a maior insensibilidade e injustiça social. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, pp. 24-25)

⁶⁷⁹ «Tout d'abord je trouve toujours choquant et blessant de s'arroger le monopole du cœur. Vous n'avez pas Monsieur Mitterrand, le monopole du cœur ! Vous ne l'avez pas... J'ai un cœur comme le vôtre qui bat à sa cadence et qui est le mien. Vous n'avez pas le monopole du cœur». Trata-se de uma réplica célebre de Valéry Giscard d'Estaing a François Mitterrand no debate televisivo para as eleições presidenciais francesas de 1974.

Ethos de humanidade

Faz prova de humanidade⁶⁸⁰ quem apresenta um sentimento de bondade e benevolência relativamente aos seus semelhantes, ou de compaixão e piedade relativamente aos desfavorecidos e aos que sofrem; e, neste sentido, apresenta-se um *ethos* que poderá também ser considerado de solidariedade. Cremos, contudo, que a argumentação pelos valores socialmente partilhados da vida e da dignidade humana constroem mais especificamente um *ethos* de humanidade.

Tal é o caso de António Guterres, ao mostrar-se sensível face à situação indigna de muitos cidadãos («imagens que pensava só possíveis no Terceiro Mundo»), incluindo as crianças com fome (princípio da posição e do número, que diz respeito ao tipo de pessoas afetadas e ao número, pelo quantificador «tantas crianças») (41b). O *pathos* veiculado pela argumentação é reforçado pela figura da anáfora, que, por sua vez, constrói a imagem de insensibilidade (incompetência) do Governo.

(41) (a) O Sr. **António Guterres** (PS): — [...] Sr. Presidente, Srs. Deputados: incompetente a gerir a economia e, por isso, fator de aprofundamento da crise económica e *insensível se mostra este Governo face às consequências sociais daquela*. [...]

(b) Este discurso sobre o estado da Nação perde todo o significado face a *imagens que pensava só possíveis no Terceiro Mundo*. O *Primeiro-Ministro fala como se não existisse o testemunho dos professores* — de tantos professores — sob a forma como as crianças — *tantas crianças* — chegam enfraquecidas às aulas, sem nada terem comido nesse dia. O *Primeiro-Ministro fala como se não víssemos, mesmo aqui em Lisboa, crescer o número de mendigos e dos sem abrigo*. Como se fosse hoje possível arrumar um carro ao pé de um cinema ou de um centro comercial, sem que vários jovens se atropelam por uma simples gorjeta. O *Primeiro-Ministro fala como se não soubéssemos como está a crescer entre nós a prostituição infantil, a mais ignóbil forma de exploração da pessoa humana*. [...] (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2853)

Também o líder do BE revela um *ethos* de humanidade ao mostrar-se sensível e magoado com as palavras jocosas de «um candidato» do PS relativamente ao drama dos mineiros («a expressão é esta e olhe que ela magoa!») (42).

(42) (a) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Foi prometido, numa cerimónia a que me referi, que teve lugar no dia 23 de Dezembro, que as minas de Aljustrel reabririam. Em Junho, em campanha eleitoral, não foi o Ministro do Trabalho — que, por acaso, era o diretor da campanha... — *que falou disso, foi um candidato que veio dizer — a expressão é esta e olhe que ela magoa! — que, segunda-feira, haveria mais 100, 200, 300 trabalhadores mineiros — «é para o menino e para a menina»... — naquela mina!* A mina não abriu nem na segunda-feira de manhã, nem na segunda-feira à tarde, nem no dia seguinte, nem na semana seguinte, nem no mês seguinte...! Não há mina a trabalhar!!

(b) [...] .. com 600 000 desempregados, em números reais, o Sr. *Primeiro-Ministro não sente a pobreza?! Não ouve o que diz a AMI?! Não ouve o que dizem os bancos alimentares, onde vão cada vez mais pessoas, que nunca tiveram tanta gente?!* [...] (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 44)

⁶⁸⁰ Segundo Charaudeau (2014a), o *ethos* de humanidade apresenta o orador como alguém que é capaz de mostrar os seus gostos, sentimentos ou mesmo as suas fraquezas. Mostra alguém dotado de sensibilidade, capaz de reconhecer os seus erros. Este tipo de *ethos* é exemplificado por António Guterres na secção precedente, bem como no primeiro capítulo da análise (vd. Alusão).

***Ethos* de potência**

De acordo com Charaudeau, o *ethos* de potência exprime-se, sobretudo, através de comportamentos ligados à força física⁶⁸¹, havendo, no entanto, outras figuras mais suaves deste tipo de *ethos*, que mostram a sua determinação em agir, mostrando-se os políticos como homem de atos, e não apenas de palavras.

A violência verbal face aos seus adversários políticos (insultos, ameaças e bravatas) marca um *ethos* de «puissance» (cf. Charaudeau, 2014a). Ora, através de uma argumentação periférica ao tema do debate, Paulo Portas manifesta uma atitude de desafio face ao Primeiro-Ministro, pela figura da provocação (realizada pelo ato diretivo, pela enunciação alocutiva e pela apóstrofe). O ataque *ad personam* mostra um imaginário de força e constrói um *ethos* de potência, que parece contribuir para o carisma do orador.

- (43) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] quero dizer-lhe que julguei que o seu discurso era, finalmente, a concretização do que terá dito numa reunião do seu partido. Li, e não vi desmentido, se calhar porque demasiada gente ouviu, que V. Ex.^a terá afirmado «eu vou às fuças da direita!». Ora, Sr. Primeiro-Ministro, *a direita, nesta Casa, sou eu!*

Risos.

Sr. Primeiro-Ministro, o termo «fuças», de acordo com o novo dicionário, quer dizer o seguinte: «substantivo, provavelmente com origem em focinho;...

Risos.

... cara em versão grosseira; ventas. Também ver ir às fuças, levar nas fuças».

- (b) Sr. Primeiro-Ministro, *tem aqui a cara da direita. Se quer bater em alguém, se isso resolve o seu problema, venha cá bater, Sr. Primeiro-Ministro!*

Aplausos do CDS-PP. (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 19)

De igual forma, em (44), o orador revela uma estratégia de posicionamento, pela construção de um *ethos* de potência. Note-se a enunciação elocutiva, assumindo claramente o orador a responsabilidade sobre o enunciado, reforçando-se a imagem de força e (pretensa) coragem pela expressão «cara a cara»:

- (44) Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a é o principal foco de instabilidade em Portugal, e é por isso que lhe quero dizer, *cara a cara o seguinte: Sr. Primeiro-Ministro, vá-se embora, porque isso é o melhor para o país.* (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 37)

⁶⁸¹ «L'ethos de 'puissance' est vu comme une énergie physique qui s'exprime des profondeurs terrestres, anime et propulse le corps dans l'action. Il nous renvoie l'image d'une 'force de la nature', force tellurique contre laquelle on ne peut pas grand-chose» (Charaudeau, 2014a: 106).

Ethos de carácter

O *ethos* de carácter participa de um imaginário de força de espírito⁶⁸² e constrói-se pelas figuras da provocação, da polémica, e, inclusive, do vitupério, que testemunham a forte personalidade dos oradores⁶⁸³.

Ilustra este tipo de *ethos* o exemplo (45). Em reação ao ataque de que é alvo (note-se a utilização pouco deferente da *deixis* pessoal «Ela» na referência à deputada do PSD), Manuel Ferreira Leite entra em diálogo direto com o orador para refutar de forma direta e agressiva as suas afirmações (45). A sua presença de espírito revela-se no primeiro aparte, devolvendo o ataque pela figura da concessão, que dá origem a uma reorientação argumentativa, mostrando uma postura combativa durante a interação. Colocando os seus princípios à frente do partido e mostrando uma imagem de convicção, Manuela Ferreira Leite sustenta coerentemente a sua posição contra o rendimento mínimo garantido e constrói um *ethos* de carácter.

(45) O Sr. **Manuel dos Santos** (PS): — [...] Quanto à questão das previsões, devo dizer que o Sr. Deputado António Capucho não se devia querer referir a mim, mas à Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite! *Ela é que faz, sistematicamente, previsões que a realidade não confirma!* [...]

A Sr^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — *Tem toda a razão! As minhas previsões pecam por defeito!*

O Sr. **Manuel dos Santos** (PS): — A Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite começou por ser contra o rendimento mínimo garantido.

A Sr^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — *E sou!*

O Sr. **Manuel dos Santos** (PS): — *Ai já é outra vez?*

A Sr^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — *Nunca me ouviu dizer o contrário!*

O Sr. **Manuel dos Santos** (PS): — Quando verificou que o rendimento mínimo garantido tinha a aceitação generalizada da população portuguesa, passou a apoiar o rendimento mínimo garantido! Agora, porque não quer perder o «comboio» da proposta de eliminação do rendimento mínimo garantido, feita pelo PP, a Sr^a Deputada já é outra vez contra o rendimento mínimo garantido!

A Sr^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — *É mentira!*

O Sr. **Manuel dos Santos** (PS): — *É mentira?*

A Sr^a **Manuela Ferreira Leite** (PSD): — *Onde é que me ouviu defender o rendimento mínimo garantido?* (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3341)

Também o deputado do CDS-PP faz prova de carácter ao sentir-se lesado pelas acusações de antipatriotismo do Primeiro-Ministro (46) ao seu partido. Refuta, portanto, as acusações de forma assertiva – de evidenciar o enunciado categórico de modalidade elocutiva expresso na forma

⁶⁸² Distingue-se do *ethos* de potência, referente à energia física, expresso por comportamentos ligados à virilidade.

⁶⁸³ Por outro lado, constroem também o *ethos de carácter* as figuras da força tranquila, do autocontrolo, bem como da coragem, do orgulho e da moderação.

negativa («não admitimos que fale da falta de patriotismo») – e reverte a acusação para o adversário (46b), colocando-se numa posição de dominância pelo julgamento feito na enunciação delocutiva («Quando assim não é, é mau sinal, é sinal de que vivemos em ditadura e é sinal de que quem não está connosco está contra o País.»). Nuno Magalhães critica o facto de o líder do Governo considerar a «oposição» antipatriótica porque cumpre o seu papel («não é antipatriótico, é um dever da oposição»), e lembra as alianças nefastas (aludindo ao BE), não reconhecendo, portanto, autoridade ao adversário para ser alvo da acusação.

(46) (a) Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): – [...] em qualquer caso, o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo – porque as sanções não são contra o seu Governo são contra Portugal e os portugueses – *contará sempre com o CDS para combater qualquer intenção de sancionar Portugal e os portugueses, venha de onde vier.*

(b) Sr. Primeiro-Ministro, queria ainda dizer-lhe o seguinte: *não julgo o patriotismo de ninguém mas não aceito que julguem o nosso, muito menos quem, em vésperas de eleições na Grécia, estava a fazer campanha em Atenas e a defender o Syriza, que hoje assobia neste Parlamento.* [...] Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, *queria dizer que os dados económicos são maus e estamos preocupados com os dados económicos, como a Presidente do meu partido disse, não é antipatriótico, é um dever da oposição. Quando assim não é, é mau sinal, é sinal de que vivemos em ditadura e é sinal de que quem não está connosco está contra o País. De onde é que esses regimes são, Sr. Primeiro-Ministro? Por isso, não admitimos que fale da falta de patriotismo.* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 33-34)

De modo semelhante, o deputado do BE utiliza um pedido de esclarecimento ao Primeiro-Ministro, em defesa do seu líder, não com o propósito de refutar as acusações, mas para condenar o teor do ataque. Como reação ao tom condescendente usado pelo Primeiro-Ministro relativamente ao líder do Bloco de Esquerda) (vd. Parte III, secção 3.1.), Luís Fazenda recorre à enunciação alocutiva para desqualificar o adversário pelos seus valores morais e pela atitude «de confronto», que, na sua opinião caracteriza o Governo. Assumindo claramente o dito através do verbo volitivo («quero dizer-lhe») (47b), o deputado do BE constrói um *ethos* de carácter e também de arrogância pela apodioxé (47b)-(47c). Mobilizada repetidamente, a figura de dialética pretende dar resposta à operação de deslegitimação do seu partido (47b), e, em segundo lugar, marcar uma posição de superioridade face ao adversário, procurando deslegitimá-lo pelo seu «não saber fazer» (a acusação de inexperiência pretende ser um contra-ataque à prévia acusação de inexperiência feita a Francisco Louçã). O orador instaura, portanto, uma relação entre a presença de autoridade (resultante do cargo institucional de Primeiro-Ministro) e uma ausência de poder (pela incompetência do Primeiro-Ministro)⁶⁸⁴, ou seja, coloca em causa a sua credibilidade: «c'est mettre

⁶⁸⁴ cf. Sălăvăstru, 2004.

en cause la personne en qu'elle ne donne pas la preuve de son pouvoir de dire ou de faire» (Charaudeau, 2014a: 52).

- (47) (a) O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, reparei na forma como se dirigiu às várias bancadas da oposição: umas vezes, *com ameaças veladas*; ...outras vezes, *com sobrançeria*; ...
Risos do PSD e do CDS-PP.
...outras, ainda, com uma pseudocondescendência. [...] Vi, até, como, a partir deste Parlamento, fez também ameaças veladas...
Risos do PSD e do CDS-PP.
...e isto permite-me identificar alguns traços da sua conduta e do seu governo.
O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — Agora é psicanalista!
(b) O Sr. Luís Fazenda (BE): — Em primeiro lugar, *um Governo de confronto, que sempre assumiu e para o qual estávamos preparados. Mantém-se nesse designio, de um Governo de confronto!* Em segundo lugar, quero dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, no que à minha bancada concerne, *que não tem nem estatura moral*, ...
Protestos do PSD.
...nem estatura política, nem percurso coerente, para nos deixar lições sobre a nossa atividade política.
(c) E muito menos, e esta talvez seja uma terceira condição - e talvez não a dissesse se não fosse o seu estilo do debate... Nos últimos dias, o Sr. Primeiro-Ministro fez uma *confissão, que raramente um político faz e que, seguramente, um político com experiência não deveria fazer*, a de que não sabe explicar as medidas que toma. [...] *Esta é, de facto, uma confissão extraordinária.* E vem o Sr. Primeiro-Ministro, aqui, procurar dar algumas explicações... Sr. Primeiro-Ministro, *não aceitamos explicações do explicador que, reconhecidamente, falhou na explicação das suas medidas.* (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, pp. 1227-1228)

***Ethos* de arrogância**

Considerando a relação interpessoal marcada pela simetria, a agressividade é característica do debate parlamentar, adotando frequentemente os deputados uma postura de prepotência ou revelando desprezo pelo adversário, fazendo inclusive demonstração de uma atitude desrespeitosa e ofensiva, como mobilização de ataques *ad personam*. Como lembra M. A. Marques (2008b), o *ethos* arrogante deriva de uma pretensa superioridade moral (ou de comportamento), intelectual, social; e, nos deputados da oposição, relaciona-se com a sua função, que exige ao Governo que preste contas das suas ações.

Note-se, pois, a ofensa pessoal, em (48), pela referência à falta capacidades intelectuais do adversário, agravada pela asserção na enunciação alocutiva, que constrói um *ethos* de arrogância.

- (48) A Sr.ª Ana Drago (BE): — [...] Ora, quem compreende o que são políticas sociais compreende que é exatamente nos momentos de crise social que os direitos e as políticas sociais são fundamentais. [...] É assim, é da vida! Foi para isso mesmo que elas foram criadas. *Não compreender isto significa que o senhor não percebe qual é o papel histórico do Estado providência.* (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 60)

Para além do julgamento, os atos diretivos e os enunciados de modalidade deontica (49) são um dos procedimentos mais frequentes de construção deste tipo de *ethos*. Mariana Aiveca recorre também à designada pergunta de pressuposição.

- (49) A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): —[...] Por isso, *tem toda a obrigação de dizer aqui, hoje, se já chega de maldades às leis laborais ou se está na calha mais alguma negociação*, porque isto é o debate do estado da Nação concreta. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 29)

Em situação reativa, o Governo e seus apoiantes refutam as acusações, concentrando o ataque no adversário, fazendo uso de argumentos ditos periféricos (Gauthier, 1995). Tal é o caso do deputado do CDS-PP, que, numa enunciação alocutiva, direta e agressiva, mobiliza um argumento da culpabilidade de associação⁶⁸⁵ (50), *topos* de ataque da direita, como resposta a um dos lugares de argumentação do PCP (e do BE), a especulação e a fraude bancária.

- (50) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, sobre a banca, digo-lhe o seguinte: o senhor faz bem, e nós somos insuspeitos, pois sempre apelámos à supervisão sobre a banca. Agora, Sr. Deputado, *não basta uma crise numa instituição bancária para o senhor pensar que está em 1975 e no 11 de março*. [...]
O Sr. **João Oliveira** (PCP): — BCP, Banif... Isso não existe!
O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — *Os senhores não vão entrar pela banca adentro, os senhores não vão nacionalizar,...* [...] *... os senhores não vão ocupar herdades, os senhores não vão sanear gestores de empresas*.
Protestos do PCP e do BE.
Nós não estamos em 1975, nem no PREC. Nós estamos em Portugal em 2014, na Europa, no euro, onde queremos continuar. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 62)

O *ethos* de arrogância pode ser revelado, por outro lado, através da falsa cortesia⁶⁸⁶ (ou através de uma cortesia agressiva). Observe-se, por conseguinte, a contra-argumentação de Álvaro Barreto (PSD) à intervenção de fundo de António Guterres no último debate da VI Legislatura (51), que concentra o ataque nas características particulares do adversário em detrimento dos seus argumentos, realizando, portanto, um ataque *ad hominem*. Numa estratégia de *divertir* a audiência, o orador atribui um epíteto ao líder do PS e mostra-se cortês, procedendo à avaliação elogiosa do seu discurso. A concessão, que constrói um *ethos* positivo de moderação, dá lugar a uma reorientação argumentativa, suportada na expressão lexicalizada «Onde a 'porca torce o rabo'», que pretende concluir acerca da impraticabilidade das propostas feitas por um candidato a Primeiro-Ministro. Para além da descredibilização do oponente pelo julgamento das suas propostas «incoerentes entre

⁶⁸⁵ Logo após a Revolução do 25 de Abril de 1974, o PCP esteve associado aos processos de nacionalização e defesa da Reforma Agrária.

⁶⁸⁶ O locutor procede a um elogio (FFA) para logo em seguida o anular através de um novo ato discursivo ameaçador da face (FTA).

si» (note-se, contudo, o atenuador pelo quantificador existencial «muitas»), o orador procura deslegitimar o adversário pela sua inexperiência, de forma a persuadir o auditório que de que o líder da oposição não seria o melhor líder para governar o país.

(51) O Sr. **Álvaro Barreto** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. António Guterres, Sr. *Líder da antiga e da nova minoria*...

Aplausos do PSD

... ouvi com a toda a atenção a sua intervenção, como, aliás, é meu hábito. [...] *Sabe a elevada consideração pessoal que tenho por si e não posso deixar de reconhecer que o seu discurso é bem estruturado, na medida em que apresenta um conjunto de boas intenções, intenções essas que qualquer partido político nesta Casa poderia subscrever.*

Protestos do PS

V. Ex.^a propõe melhor nível de vida para os portugueses, melhor educação, melhor saúde... *É verdade que o faz, mas diria que a parte mais difícil da vida de um político é prometer generalidades e boas intenções. Onde a «porca torce o rabo», como diz o povo, é quando passamos às propostas concretas e, na realidade, muitas das propostas que V. Ex.^a faz são incoerentes entre si. [...] Estou convencido que v. Ex.^a não irá ser primeiro-ministro, mas se por acaso o País tivesse essa pouca sorte [...]... diria que seria a primeira vez que, dentro da estabilidade constitucional, haveria um primeiro-ministro sem qualquer experiência governativa...[...]* (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3113)

***Ethos* de denúncia**

O que designamos por *ethos* de denúncia está relacionado com o papel que desempenham os deputados da oposição, pelo exercício diligente da sua função de vigilância da ação governativa. Procura-se a descredibilização do adversário através de uma argumentação pelos valores, lugares éticos, denunciando-se os estratagemas do Governo, a falta de transparência, a ocultação de informação, a corrupção. O orador coloca-se num lugar de superioridade ética e constrói um *ethos* de virtude.

Tal é o caso do líder da oposição, cujo julgamento depreciativo veiculado pelo ato expressivo sublinha o carácter pouco sério do Governo de José Sócrates (52).

(52) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD) — [...] Foi durante o seu Governo que, em matéria de taxa de desemprego, Portugal atingiu o pior resultado dos últimos 19 anos. *A única reforma estrutural, por parte do Governo, que se conhece nesta matéria, a do emprego, é a «limpeza» administrativa dos ficheiros dos Centros de Emprego e Formação Profissional,...*

Aplausos do PSD.

... ou seja, para, na secretaria, *tentar resolver administrativamente o problema do desemprego. Uma vergonha!* (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6782)

Carlos Carvalhas, em jeito de cronista⁶⁸⁷, enumera as ações do executivo (53) para ilustrar o seu argumento da ocultação dos números e desmascarar a «propaganda» levada a cabo pelo Governo, sob sugestão da Ministra das Finanças, segundo afirma, valendo-se do argumento de autoridade citada. Como recurso intensificador da polémica, regista-se o epíteto de «Ministro da Propaganda» atribuído ao Ministro da Segurança Social (Bagão Félix).

- (53) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — A Dr.^a Ferreira Leite (que está sentada ao seu lado) já tinha «levantado o véu» ao afirmar : « É preciso premir o gatilho psicológico». Isto é, é preciso uma dose de propaganda, dizendo que a situação vai melhorar, mesmo que não melhore. E o Dr. Durão Barroso veio à Assembleia da República dizer que o pior já passou. O PSD resolveu, de imediato — a 30 de Setembro—avançar com uma iniciativa económica na véspera da apresentação do Orçamento do Estado. E o «ministro da propaganda» (que também está aí escondido), de imediato, resolveu começar, atarefadamente, a limpeza dos ficheiros do desemprego!... Também creio que o Deputado Tavares Moreira já tem vários discursos preparados em relação aos sinais positivos!... (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5889)

A credibilidade assenta na honestidade. Os provérbios e as máximas exprimem valores universais, e em (54) a sabedoria do povo é usada como argumento de autoridade (ainda que seja o mais fraco) para apoiar o julgamento negativo do orador sobre a atuação do Governo, fazendo-se a denúncia de corrupção e clientelismo.

- (54) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — Tal como à mulher de César, é essencial não apenas ser sério como parecê-lo. E que quer o Governo do PS que se diga sobre os casos dos grupos económicos, quando vem a público que o PS fez o favor ao grupo económico de Champalimaud ao rejeitar um relatório condenatório proposto no inquérito parlamentar, rejeição que essencialmente é feita com base num acordo realizado com esse grupo económico? (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 40)

Heloísa Apolónia (PEV) é uma das deputadas que mais contribui para dar a conhecer as manobras da instância política, em particular, no que respeita às políticas ambientais. Em (55), a deputada constrói um *ethos* vigilante e de carácter, sendo o objetivo da indignação «dita» a descredibilização da deputada Assunção Cristas, com recurso ao argumento pela ilustração. A causa da estupefação autoatribuída é a aparente contradição do discurso prévio da deputada, que pede assunção de responsabilidades de medidas governativas, quando ela própria «ao que parece» – repare-se como a locutora marca o distanciamento no seu enunciado, rejeitando a responsabilidade do que é dito pela modalização epistémica –, teve responsabilidades na resolução do BES, cujo caso não teve o melhor desfecho, infere-se. A utilização do argumento *tu quoque*⁶⁸⁸ sublinha a contradição entre as

⁶⁸⁷ Compreendendo-se como a pessoa que está encarregada de fazer a narração de factos (ficcionais ou verídicos) políticos do quotidiano (compreendendo-se a crónica como pequenas narrativas ou conjunto de boatos, rumores, notícias a respeito de algo ou de alguém).

⁶⁸⁸ O argumento *tu quoque* (tu também) evidencia a existência de uma contradição entre a tese defendida pelo adversário, seja de

palavras da deputada do CDS-PP e a sua responsabilidade na resolução do caso do Banco Espírito Santo⁶⁸⁹ (55a). O ataque à líder centrista é intensificado pela acusação de mentir no exemplo seguinte (55b).

(55) (a) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, um primeiro aparte para *lhe dizer que não deixo de ficar perplexa* quando oiço a Sr.^a Deputada Assunção Cristas manifestar grandes preocupações sobre quem é que assume as responsabilidades sobre o quê no Governo. Isto porque, *ao que parece* e segundo veio a público *pela voz da própria Sr.^a Deputada*, quando se deu a resolução do BES, assinou de cruz qualquer decisão tomada pelo Governo anterior,... [...]

(b)... ou, segundo me lembro, quando veio à Assembleia da República — ainda detinha a pasta do Ambiente — *assegurou aos Deputados que o paredão da barragem do Tua estava construído, quando, na verdade, não estava construído* e esta era a fórmula, *a mentira para assegurar que a barragem seria construída*, ou quando, por exemplo, foi a própria a responsável pela aprovação da lei da liberalização do eucalipto. Nós, Os Verdes, não nos vamos esquecer de quem é que tomou essa iniciativa e quem é que avançou para que o eucalipto proliferasse mais pelo País. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 25)

De registar também a grave acusação do líder do BE (56) realizada pelo ato diretivo indireto e com recurso à perífrase, de intuito polémico (porque não revelando a identidade do ministro, as informações dadas permitem a sua identificação), que revela o zelo do orador na sua função de vigilância do executivo.

(56) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] eu gostava de saber se foi o senhor ou um ministro que esteve sentado ao seu lado que encarregou o líder de um dos partidos do Governo, aqui, no Parlamento, de ameaçar os juizes do Tribunal Constitucional, a propósito da decisão que eles tomaram acerca do calote aos funcionários públicos e aos reformados. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 16)

De igual modo, Catarina Martins constrói um *ethos* vigilante na constante denúncia dos esquemas do executivo. Ora, sendo uma das bandeiras do BE a defesa dos setores estratégicos no Estado, a denúncia das privatizações e do modo como são realizadas (sendo oferecidas aos privados muito abaixo do seu valor), consubstanciando ótimos negócios para os privados (e, inversamente, péssimos negócios para o Estado Português) é um *topos* discursivo do partido, fazendo-se uso do argumento de autoridade (Tribunal de Contas) como suporte da argumentação (57). De referir, como recursos persuasivos, o sarcasmo («*Imagem bonita que vimos...!*»), que caracteriza todos os seus discursos, e a metáfora («gigantesca venda de garagem»), que apresenta um forte valor pragmático como forma de incutir no auditório a ideia de privatizações a «preço de saldo».

um discurso anterior seja de uma ação pela qual ele é responsável (cf. Doury 2016: 51).

⁶⁸⁹ «Há argumentação sobre a pessoa (dita argumentação *ad hominem*) sempre que está em causa a verdade de uma asserção ou a legitimidade de uma conduta e, para as refutar, se faz referência a características particulares da pessoas que as sustenta. Conduzimos assim a discussão da **questão** à discussão do **argumentador**» (Plantin, 2010a: 87, destaque do autor).

- (57) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — ... e dos negócios milionários para a finança internacional. As privatizações que o Tribunal de Contas já denunciou como lesivas do interesse público, com o exemplo da única auditoria até agora, são a imagem da gigantesca venda de garagem em que este Governo transformou o País. A EDP e a REN foram vendidas muito abaixo do seu valor. E não é o Bloco de Esquerda que o diz, é o Tribunal de Contas! O BESI, de José Maria Ricciardi, serviu de avaliador para o Estado, assessorou os privados no contrato e, depois, lá foram todos ao lançamento do livro de Miguel Relvas. Imagem bonita que vimos...! A Parvalorem contratou irregularmente uma empresa. Nenhuma regra de transparência foi cumprida neste processo. [...] . E tantos outros exemplos há deste assalto das privatizações: a Tranquilidade — vendida aos chineses da Fosun, porque estaria exposta demais à Caixa Geral de Depósitos; a Fosun comprou a Tranquilidade por 1000 milhões de euros e logo a seguir foi lá tirar 1300 milhões de euros para colocar na própria Fosun,... [...] ... a mesma Fosun dependente do mercado bolsista chinês que está em implosão e que se perfila agora como uma muito provável dona do Novo Banco. Sr. Primeiro-Ministro, um debate inteiro não daria para cada um destes negócios mal explicados, a começar pelo da TAP onde o investidor português aparece como o testa de ferro de um investidor estrangeiro para contornar propositadamente as regras europeias. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, pp. 23-24)

***Ethos*combativo**

A reapropriação do domínio do combate, inclusivamente com recurso ao léxico do campo da «luta» e da «guerra» corresponde ao imaginário da política de esquerda (58)-(59), na sua constante pretensão de rutura com as políticas «antissociais» de direita, conquanto a construção de um *ethos* combativo não seja exclusivo de um campo ideológico-partidário (*vd. infra*). Ressalve-se, no entanto, que os parlamentares dos partidos de direita não fazem uso dos mesmos verbos, nem dos mesmos termos, nem constroem um *ethos* de luta.

- (58) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — [...] Pode dizer-se que três meses é pouco na vida de um governo e muito menos na vida de um país. Mas os golpes que já foram feitos aos interesses dos portugueses e aquilo que foi anunciado *colocam na ordem do dia uma resistência para a qual convidamos todas as forças de esquerda. Connosco pode contar, essa resistência tê-la-á todos os dias!* (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1227)
- (59) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] Sabemos que o País está melhor, porque as pessoas estão melhor, mas *não nos resignamos* aos hábitos de política velha que persistem, *não deixamos de lutar pelo que falta fazer* – e falta quase tudo –, nem passamos cheques em branco. [...] Sem novidade, este debate sobre o estado da Nação confirmou também que *a exigência e a alternativa políticas, a luta pelos de baixo, no Parlamento como no País, estão, e como sempre estiveram, à esquerda.* (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, pp. 43-45)

De mencionar, nos exemplos acima transcritos (58)-(59), a enunciação elocutiva, na primeira pessoa do plural (58)-(59), que revela um *ethos* institucional, apresentando-se os oradores como porta-vozes do seu partido. O mesmo acontece em (60), sublinhando-se a postura combativa e, portanto, dinâmica do Partido.

Também os partidos da direita – no exemplo em apreço (60), do centro-direita – constroem um *ethos* combativo pelo facto de mostrarem de forma assertiva que não se conformam com o atual estado das coisas, como revelado em (60b) pela enunciação expressa, de forma categórica, na forma

negativa. A deslegitimação do Governo faz-se pela representação de uma imagem de descrédito e incompetência, mas também de resignação e apatia, de forma a evidenciar, por contraste, a postura dinâmica do partido a que pertence o orador (PSD). Constrói-se, pois, um *ethos* coletivo de determinação, propondo-se uma outra forma de governar (note-se o *topos* metafórico do «rumo» e do «caminho» para sugerir uma solução salvadora), expressando-se o orador em «rutura» (60b). A modalidade de rejeição e inconformismo com o atual estado de coisas, constrói, por um lado, um *ethos* de seriedade («preferimos o realismo e a verdade») e de carácter.

(60) O Sr. **Miguel Macedo** (PSD): — [...] Os portugueses já perceberam: os governos do Partido Socialista gostam de andar em campanha eleitoral, mas são incapazes de governar bem o País. [...] Em tempos de aparente bonança, gostam de fazer a festa, mas quando os tempos são difíceis, fogem à realidade, escondem as suas responsabilidades e conformam-se com o fracasso das suas políticas. Por tudo isto, o País precisa de mudar de rumbo.

(b) *Pela nossa parte, no PSD, temos uma atitude diferente e um novo caminho para propor: preferimos o realismo e a verdade. Mas — que fique claro — não nos conformamos com o atual estado da Nação. [...]* (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 50)

Situando-se num registo polémico, o *ethos* combativo fundamenta-se na defesa dos valores da democracia, da justiça social, da transparência⁶⁹⁰, e eleva-se contra o que se considera ser «contraverdades» (Charaudeau, 2014a: 138). Uma das suas figuras é a postura reivindicativa. Suporta-se, frequentemente, numa base emocional e constrói-se pela desqualificação sistemática do adversário.

Ilustram, em particular, um *ethos* combativo as intervenções dos deputados do Bloco de Esquerda, pela fundamentação, no plano *ad rem*, das razões das suas emoções. Emoções estas mormente da ordem da indignação, já que é um sentimento moral por excelência que junta o afeto e o julgamento – «Elle naît de la conscience d’une transgression à la règle de la justice: l’émotion est liée à une évaluation de la situation em termes cognitifs et éthiques.» (Amossy, 2014: 156).

(61) (a) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Atualmente, as pensões são determinadas pelos 10 melhores anos dos últimos 15 sobre a carreira contributiva, mas acontece Sr. Primeiro-Ministro — eu conheço e talvez o Sr. Primeiro-Ministro também conheça —, *que há trabalhadores que levam 50 anos e mais de trabalho. Estive na Fábrica da Mortensen (antiga fábrica Escola irmãos Stephens) com vidreiros que começaram a trabalhar aos 11 anos e que, ao fim de 54 anos, atingem a idade da reforma.* Esta, sim, seria a forma justa: fazer com que a carreira contributiva tivesse uma duração limitada e definida para todos. Mas não é isto o que o Governo propõe.

(b) O Governo propõe-se alterar a regra da determinação dos salários sem considerar aquilo que as pessoas trouxeram com a sua formação e aprendizagem e, portanto, tem como consequência reduzir as pensões em 20%. *É uma maldade! É um erro! E, sobretudo, retira o princípio da justiça, que é indispensável, em que as pensões ajudam a combater a pobreza e a criar uma situação de direitos comparados.*

⁶⁹⁰ Não o entendemos como uma postura revolucionária contra o sistema.

(c) *Não me argumentem a este respeito* que há também pensões muito altas, pois não as haveria se caíssemos na situação irregular em que nos institutos públicos e em empresas são os próprios administradores que fixam o seu salário. Se cada um fixasse o seu salário livremente, isto, sim, seria um problema no País! [...] *Mas há só uma camada, em Portugal, que tem este direito*, os administradores de empresas, institutos públicos e empresas privadas e, em consequência, têm os benefícios que daí decorre. (d) *Esta situação é errada, mas é profundamente errado*, e este debate deve esclarecê-lo — e o Bloco de esquerda fá-lo desde já —, *que a grande contrarreforma social que está a começar a ser anunciada pelo Governo é errada, terá a nossa oposição e vai no sentido do atraso, não no da modernidade*. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, pp. 1744-1745)

Face à alteração das regras do regime de pensões, subjetivamente avaliadas como injustas, Francisco Louçã experimenta um sentimento de indignação («emoção mostrada»), manifestado pelos atos ilocutórios expressivos em asserções de modalidade apreciativa («É uma maldade! É um erro!») (61b), bem como pela figura da repetição, com utilização do advérbio reforçador da verdade da asserção («Esta situação é errada, mas é *profundamente* errado») (61d). Note-se a enunciação delocutiva com valor de evidência. A avaliação da situação (princípio da avaliação emocional) em termos de injustiça orienta o auditório para emoções da ordem da indignação e constrói um *ethos* solidário. A argumentação apela ao *pathos* (pretende-se *movere*). O recurso ao princípio da intensidade da apresentação visa criar um sentimento de simpatia com as «vítimas», que levaram uma vida inteira de trabalho – note-se a referência ao trabalho infantil («com vidreiros que começaram a trabalhar aos 11 anos») (61a) –, favorecendo-se a comoção, pelo princípio da proximidade («eu conheço e talvez o Sr. Primeiro-Ministro também conheça»), e, por outro lado, a comunhão com o auditório. Francisco Louçã não só mostra emoções negativas, como fornece uma descrição suscetível de as justificar. As razões da indignação são argumentadas através da esquematização cognitiva da «emoção sustentada»⁶⁹¹ (Micheli, 2014), que explora os seguintes critérios: 1) as pessoas implicadas («trabalhadores que levaram uma vida de trabalho», que apresentam o papel de pacientes / vítimas); 2) a distância no tempo e no espaço («trabalhadores que levam 50 anos de trabalho» veem *agora* alteradas as regras das suas pensões); 3) as consequências e o seu grau de probabilidade, isto é, a antecipação das consequências negativas («tem como consequência reduzir as pensões em 20%»); 4) atribuição causal e o agente («O Governo propõe-se alterar a regra de determinação dos salários»); 5) potencial de domínio e controlo da dimensão («a grande contrarreforma social que está a começar a ser anunciada pelo Governo é errada, terá a nossa

⁶⁹¹ «émotion étayée». Na argumentação em análise não se verifica o critério n.º 6 da semelhança, analogia com outras situações, segundo a proposta de Micheli (2014).

oposição»; enfatiza-se o grau de incontrollabilidade de forma a suscitar o medo; o agente, isto é, o Governo tem o poder de reverter a situação); 7) a significação normativa semelhança, ligada à percepção de que o agente não atua segundo as normas esperadas («retira o princípio da justiça»). O coordenador do BE faz ainda prova de argúcia pela figura retórica da prolepse («Não me argumentem a este respeito que há também pensões muito altas»), antecipando o contradiscurso que refuta, apelando à regra da justiça (61c). Observa Plantin que «les émotions sont fondamentalement marquées par la division des valeurs et des intérêts» (2011a: 181). Em consonância com os valores ideológicos do seu partido, Francisco Louçã revela uma atitude combativa face ao que considera ser um retrocesso em termos de justiça social (61d), construindo, por conseguinte, um *ethos* justo⁶⁹².

Por seu turno, denunciando as intenções do Presidente da República (note-se a falta de deferência pela forma de tratamento sem o título) para salvar o programa de ajustamento⁶⁹³ (62a) – ou interpretando subjetivamente essas intenções –, Catarina Martins contesta a negociação de um segundo resgate sem convocação de eleições, argumentando pelo ataque à democracia. Note-se como a oradora dá uma aceção diferente ao vocábulo «salvação» empregue por Cavaco Silva pela figura retórica da antanáclase (62a) para melhor persuadir o auditório do seu ponto de vista; utiliza também o paradoxo (62b), que estabelece uma tensão comunicativa, construindo um *ethos* polémico. Do mesmo modo, se faz uso da aliteração para evidenciar a solução pretendida pelo Presidente da República, incutindo-se sentimento de aversão pelo adjetivo «podre» (62b). Os procedimentos retóricos da repetição dos termos «desmoronamento» (62a) e «crise» (62d) criam a convicção do declínio da democracia, sendo esta apresentada como uma vítima pela personificação («democracia refém») (62a). Argumenta-se pela definição – mobilizando-se a célebre expressão de Abraham Lincoln, que estipula que o poder deriva do povo, pertence ao povo e deve ser exercido pelo povo (62c) –, de forma a suscitar a indignação, pelo contraste entre o que se entende por democracia e a sua subversão, mobilizando-se a figura da repetição e o vocábulo axiológico negativo («chantagem»). A anáfora («com eleições») apresenta uma força persuasiva destinada a convencer o auditório da necessidade de eleições (repare-se na utilização do vocábulo «povo», ideologicamente

⁶⁹² Sobre *ethos* justo, vide *Ethos* textual em intervenções políticas: estudo contrastivo de mensagem de final de ano portugueses e brasileiras, de Sara Pita (2016).

⁶⁹³ Imposto pelo Memorando acordado com a troika.

marcado, que antecede a forma do verbo escolher, remetendo para a essência da democracia), para o que contribui também a figura da paronomásia («legitimidade»/«estabilidade») (62d). A persuasão recorre também à argumentação pelas consequências negativas, com recurso à gradação (note-se a metáfora do «pântano» a impor uma visão da realidade), na referência a um cenário sem eleições. Igualmente a argumentação pelo exemplo (62e) reforça a reivindicação de eleições imediatas. A enunciação expressa na forma negativa (62e) e os atos ilocutórios diretivos («Chega de dissimulação. Eleições já!») constroem um *ethos* combativo e reivindicativo. Repare-se no enunciado final de carácter polémico, que cria uma comunhão com o auditório, pela alusão à decisão «irrevogável» do Ministro demissionário Paulo Portas.

- (62) (a) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] O que *Cavaco Silva* procura não é uma solução de salvação nacional, mas a salvação do programa de ajustamento. Se a austeridade falhou e se continuar a espiral recessiva em que se está a afundar o País, a solução do Presidente da República é resgatar o Programa de Ajustamento num acordo que, com a eventual presença do Partido Socialista, garanta que, aconteça o que acontecer, a austeridade continuará o seu caminho. Ao desmoronamento da direita e do programa político da direita o Presidente da República responde com o desmoronamento da democracia. [...] Para que o Programa de Ajustamento não seja avaliado, faz a democracia refém. [...]
- (b) [...] *Cavaco Silva* só aceita a escolha do povo quando tiver garantias de que não existirá escolha, quando todos oferecerem o mesmo programa — o da troica, o da austeridade permanente — e a escolha do povo não seja mais do que a podre alternância de protagonistas.[...]
- (c) O Presidente da República tenta cavalgar o populismo, atribuindo-se poderes que não tem no nosso quadro institucional e democrático, substituindo-se aos partidos e aos representantes eleitos na pluralidade e no confronto em que se desenha a democracia. A base das democracias modernas define-se como um «governo do povo, pelo povo, para o povo». [...] Está a ser subvertida pela direita para um «governo dos mercados, pelos mercados, para os mercados». É nesta oposição, entre a democracia e a chantagem, que se joga o futuro do País. [...]
- (d) Face ao fim de um ciclo, ao falhanço do Programa de Ajustamento e à falência da coligação, a única solução responsável é a das eleições. Com eleições, o povo escolhe o caminho e os protagonistas; com eleições, há uma data clara para a definição de um novo quadro político; com eleições, há uma nova legitimidade que permite uma nova estabilidade. Sem eleições, o pântano agrava-se e eterniza-se; sem eleições, a crise política passa a crise de regime democrático.
- (e) [...] Não aceitamos o ataque à democracia, não aceitamos a imposição de um governo não eleito, num modelo Monti italiano, chantagem grega ou outro qualquer. A história prova à exaustão que esse é sempre o pior dos caminhos. O caminho da responsabilidade, o que responde às exigências sérias do atual estado da Nação, é a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições. Chega de dissimulação. Eleições já! Essa, sim, é uma decisão irrevogável para acabar com a dissimulação. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 50-51)

Ethospolemista

O contradiscurso é, por natureza, polémico, já que cada facção em debate luta por ter razão. A dicotomização no debate (entre Governo e oposição) mobiliza, não raras vezes, uma argumentação agressiva, que denota o envolvimento passional dos oradores⁶⁹⁴. As emoções violentas radicalizam a expressão da oposição e, conseqüentemente, acentuam a desvalorização do adversário (Amossy, 2014).

Ora, a dimensão polémica com apelo ao *pathos* atravessa o discurso da deputada Heloísa Apolónia. Nas suas intervenções, a deputada de Os Verdes recorre, invariavelmente, a procedimentos avaliativos (por norma, com recurso à hipérbole) que orientam o auditório em direção à indignação (64)-(65)-(66). De salientar, na dramatização do discurso, em (64), a enunciação delocutiva (na qualificação de «escândalo» e no enunciado final), com valor de evidência, procurando-se facilitar a adesão do auditório para a condenação do Governo.

(64) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] Mas uma coisa é certa: os grandes grupos económicos, esses, *continuam de vento em popa, com lucros astronómicos, mesmo com a meta do défice, mesmo com crises internacionais!* E em Portugal continuam a praticar-se *escandalosos brutais salários* a uma pequena minoria privilegiada, que contrastam claramente com um dos mais baixos salários médios europeus e com um objetivo de 500 € de salário mínimo nacional para 2011! *Isto é um escândalo social*, porque *demonstra uma injustiça social permanente* que o Governo insiste em não resolver, *porque não tem como objetivo uma justa repartição da riqueza*. [...] os níveis de desemprego estão hoje mais altos do que quando o Governo tomou posse e a camada trabalhadora engrossa em Portugal a bolsa de pobreza. *Isto é extraordinariamente preocupante!* (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 67)

(65) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] *acho inacreditável* [...] que o Governo não apresente nenhuma medida para o combate ao desemprego, *mas é ainda mais inacreditável que o Governo, com a sua própria mão, ao contrário daquilo que o Sr. Primeiro-Ministro diz, venha contribuir diretamente para o desemprego*. [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 54)

(66) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] Portanto, isto está tudo a dar um péssimo resultado mas, mesmo assim, o Governo continua teimoso e obcecado. *Por exemplo, em relação à matéria do desemprego, outra coisa não poderia ser, e poderiam inventar outra desculpa qualquer mas inventaram esta: «Ah, por acaso foi um número em que nos enganámos», «Ah, enganámo-nos nas nossas previsões relativamente ao desemprego»*. Como se não fosse sequer adivinhável este galope, este número absurdo de desemprego, tal não é o estado lastimável da nossa economia! O Governo anda a enganar-se demais em coisas demasiado sérias, Sr. Primeiro-Ministro! Mas, então, face a isto, pergunto-lhe, num debate sobre o estado da Nação, como é que o Sr. Primeiro-Ministro tem o desplante de fazer uma intervenção inicial onde não dá soluções para a questão do desemprego. Como? Se este é o maior flagelo com que o País se confronta, *como é possível o Governo continuar cego e não ser sério*, no sentido de apresentar medidas concretas para diminuir urgentemente este flagelo, que passa, necessariamente, pela redinamização do nosso mercado interno que os senhores insistem, permanentemente, em matar?! (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 23)

⁶⁹⁴ Plantin considera que um debate pode ser legitimamente considerado uma polémica se forem perceptíveis emoções da ordem da raiva e da indignação, ressalvando que a violência e a paixão não são traços definidores da polémica, já que se encontram também noutro tipo de discursos (2003b).

Note-se, em (66), o procedimento do dialogismo, no argumento do espantalho, como forma de criar uma imagem de descrédito do executivo. De referir também a ironia e o sarcasmo como procedimentos que evidenciam a modalidade polémica, ilustrada em (67) no quadro avaliativo da parêmbola.

- (67) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] (c) Depois, Sr. Primeiro-Ministro, *há coisas com as quais não nos podemos confrontar*. O Sr. Primeiro-Ministro veio aqui dizer que o País precisa de clarificações, precisa de clareza. Certo! Dito assim, absolutamente certo! Mas, Sr. Primeiro-Ministro, faça favor de dar o exemplo e clarificar alguma coisa, porque isto de o Sr. Ministro das Finanças ter vindo dizer publicamente que a troica — *os nossos «amiguinhos» da tróica, que nos cobram 35 000 milhões de euros de juros, que esmagam a nossa economia e fazem galopar o desemprego juntamente com o Governo* —, os amiguinhos do Governo, iriam facilitar e melhorar, levou-nos todos a pensar: «são verbos jeitosos e bem precisávamos deles»! [...]. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 23)

Qualquer que seja a variedade discursiva da polémica, certo é que se trata de uma forma de comunicação que se constitui como um espetáculo (cf. Amossy & Burguer, 2011: 14). Neste ponto de vista, consideramos como especialmente polémicas as imagens que os parlamentares constroem de si através de um discurso contundente, com exacerbação das suas posições, mobilizando uma argumentação periférica, com o propósito de colocar em causa a legitimidade do discurso do oponente, seja pela deslegitimação do seu estatuto (*ad hominem*) seja pelo ataque pessoal (*ad personam*), ou pela destruição dos seus argumentos através da sua ridicularização. Lembre-se que o objetivo do polemizador não é convencer o outro, e sim conseguir a adesão de um terceiro pela dicotomização deliberada das posições (cf. Amossy & Burguer, 2011: 14).

Do mesmo modo, apresenta um *ethos* polémico a líder do CDS-PP, não apenas em (68), mas em todas as suas intervenções, à semelhança do seu antecessor Paulo Portas (vd. infra), obedecendo a uma estratégia de posicionamento (de lembrar que a deputada concorre com o PSD na liderança da oposição, em resultado do seu bom resultado eleitoral).

- (68) A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — [...] Pois bem, Sr. Primeiro-Ministro, prometeu emprego, mas não está a ser criado; prometeu confiança e investimento, mas está em queda; prometeu contenção nas contas, mas os pagamentos em atraso aumentam e as dívidas crescem. *À boa maneira socialista, escondem debaixo do tapete*. Para além disso, os impostos aumentam na austeridade *à la esquerda* e as pessoas desesperam à espera da devolução do seu IRS, as empresas esperam a devolução do IVA e agora até os pensionistas têm as pensões em atraso. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 23)

A atitude polémica dos parlamentares coloca em causa certos valores defendidos pelo adversário. Trata-se, sobretudo de o destruir, colocando em causa não só as suas ideias, como também a sua pessoa, se necessário.

As intervenções de Telmo Correia, do mesmo partido, caracterizam-se pela acutilância dos seus contra-ataques, sendo frequentemente utilizada a figura do vitupério, que culpa, critica e condena os adversários, num registo indignado, construindo, também, um *ethos* de carácter. Igualmente os mecanismos retóricos e as estratégias utilizados para a persuasão projetam um *ethos* provocador e polémico, conferindo-lhe, por outro lado, uma singularidade discursiva.

No contradiscurso relativamente à intervenção anterior do líder da oposição António José Seguro (PS), Telmo Correia imputa a responsabilidade do estado do País ao Partido Socialista (69) – sendo este o argumento de refutação por excelência da coligação governativa (liderada por Pedro Passos Coelho) no debate de 2012. O deputado começa por apresentar, persuasivamente, um *ethos* democrata (69a), pela valorização do papel da oposição, para melhor desvalorizar a atuação do Partido Socialista (Governo antecessor) pelo facto de não apresentar uma postura «construtiva» que se coadune com a sua responsabilidade no difícil estado da Nação («negociou e assinou o pedido de ajuda»). De forma estratégica, o orador faz uma aproximação ideológica ao PS, acentuando a clivagem ideológica com os outros partidos da esquerda pelo termo pejorativo «radicalismo». De salientar a força persuasiva do paradoxo na construção da imagem de incoerência dos Partidos «mais à esquerda» do PS, na sua recusa (coerente) do Pacto de estabilidade «*quando disso dependia o salário de tantos funcionários públicos*» (69a). O contra-ataque ao PS intensifica-se, no plano do *ethos* (coletivo), pelo uso da comparação (69c) e da derivação («O PS é, hoje, mais um partido *reclamante*. E *reclamar* [...] é muito fácil») (69c), que cria um efeito de presença. A refutação do discurso de Seguro é ainda feita pela analogia lógica (cf. Doury, 2016: 157), que ressalta o carácter absurdo dos seus argumentos (69d). No plano *ad rem*, procede-se à contra-argumentação pelas consequências (69e). Telmo Correia mobiliza o argumento da inanidade⁶⁹⁵ (*Futility*, Hirschman, 1991), que dispõe que o alargamento do prazo não alterará o atual estado de coisas (69e), e reforça o seu ponto de vista pelo argumento de autoridade («o BCE diz o contrário»), recorrendo também ao argumento pelo exemplo («e *vejam o caso da Irlanda*»). O deputado constrói um *ethos* de carácter, através da indignação mostrada pela sucessão de interrogações sucessivas, que pretendem evidenciar a incompetência do Governo cessante. Note-se, a este respeito, o aumento de tensão revelado também na última interrogação, retórica, de efeito antifrástico (69e).

⁶⁹⁵ Fr. *Inanité*. Também traduzido em português por argumento da futilidade.

- (69) (a) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] *Em democracia, um bom Governo precisa sempre de uma boa e leal oposição. Desse ponto de vista, devo confessar que não temos grande expectativa em relação aos partidos mais à esquerda da nossa esquerda. Coerentemente, começaram por recusar-se a falar com a troica, quando disso dependia o salário de tantos funcionários públicos.* [...]
- (b) Se pouco esperávamos dos sectores mais à esquerda, o mesmo não diria, no entanto, do Partido Socialista. Desde logo, pela responsabilidade que o PS tem na situação atual: foi ele que negociou e assinou o pedido de ajuda. [...] *Muito nos aproxima ou devia aproximar do maior partido da oposição. Ainda que com sensibilidades diferentes, partilhamos a mesma visão europeia, partilhamos a mesma visão democrática e, sobretudo, recusamos, ambos, o radicalismo.*
- (c) No entanto, o PS parece não conseguir demarcar-se do passado e assumir uma posição que seja construtiva ou de iniciativa. O PS constituiu-se como *uma espécie de caixa-de-ressonância, de caixa postal ou até mesmo de «posta-restante» de todos os descontentamentos.* É curto, é fácil, sobretudo para quem tem tantas responsabilidades no nosso passado recente!
- (d) Hoje, *só faltou dizer que tínhamos recebido uma herança milionária e que a tínhamos desperdiçado.* Pouco faltou dizer ao Sr. Deputado António José Seguro!
- (e) O PS é, hoje, mais um *partido reclamante. E reclamar* [...] é muito fácil. O difícil é propor, ter iniciativas e, *sobretudo, realizar e cumprir.* A única alternativa que nos apresentam é pedir mais um ano, é pedir mais um ano à troica. Não só não é claro que seja útil — o BCE diz o contrário, e vejam o caso da Irlanda —, como é, sobretudo, muito curto. Apetece-nos perguntar: onde estavam? Quem é que negociou o prazo? Não foi exatamente este Partido Socialista que negociou o prazo? *Onde estava a austeridade inteligente, nessa altura?* (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 47-48)

Ethos provocador

Variante do *ethos* polemista, já que se trata de conduzir uma estratégia de destruição verbal do adversário pela encenação de uma determinada postura que tem como objetivo assegurar a eficácia do seu discurso – neste caso, procurar que ele não passe despercebido (considerando a mediatização do debate) –, este tipo de *ethos* realiza-se pela mobilização da figura da provocação, que revela uma atitude de desafio e configura uma ofensa. Tal é o caso das perguntas ao Primeiro-Ministro pelo deputado do CDS-PP (70).

- (70) O Sr. **Narana Coissoró** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, como não estive presente no ano passado, tive o cuidado de ler com muita atenção o seu discurso sobre o estado da Nação proferido no Parlamento a 7 de julho de 1993. Pode verificar [...] as principais medidas que iria tomar no ano que passou. Hoje registo, *não sem surpresa*, que V. Ex.^a evitou por completo fazer uma abordagem, sector por sector, embora tenha lançado algumas luzes, digamos assim, das medidas que vão ser tomadas. *E tem razão para não o fazer na medida em que, em 1994, nada do que nos tinha prometido no ano passado se cumpriu.* [...] Assim, pergunto a V. Ex.^a se estes debates sobre o estado da Nação se lhe destinam [ao País] ou se apenas servem para exercitar o entusiasmo que evidencia ao fazer grandes discurso económicos sobre índices macroeconómicos e confiança. *Destinam-se a ser cumpridos para que o povo tenha confiança na política, no Governo e no seu Primeiro-Ministro?* (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2843)

Lembre-se com Manole que «os oradores usam as perguntas não para pedir e obter informações, mas sim para uma *mise en scène* da disputa política, com o objetivo de ganhar prestígio junto de públicos diferentes» (2020: 151).

De salientar, em (71), a provocação com recurso à ironia agressiva («porque V. Ex.^a é, em si mesmo, uma reforma estrutural no País!») (71b), que obedece à função retórica de *delectare* (de referir a sua eficácia, como revelado pelos aplausos inclusive da bancada socialista), contribuindo para a adesão do auditório a uma imagem antidemocrata de Cavaco Silva. Note-se também utilização da anáfora retórica que precede a ironia, em (71c), como reforço do seu ponto de vista.

- (71) (a) O Sr. **Narana Coissoró** (CDS-PP): — [...] E este estado de espírito do Primeiro-Ministro em funções sobre o estado da Nação é *um estado de espírito de azedume*, é um estado de espírito de quem se vai embora com ligeireza, deixando aos outros, os que hão de ficar que façam melhor do que eu. [...]
- (b) Devo dizer a V. Ex.^a o seguinte: naquela vulgata, do tipo sebenta - aliás, bem feita pelos seus assessores -, que V. Ex.^a *publicou com o nome de As Reformas da Década, há um último capítulo a que não atribuiu o número e que devia ter o n.º 14, porque V. Ex.^a é, em si mesmo, uma reforma estrutural no País!* Porque a maneira como concebe a democracia, e como efetivamente se desviou do que deve ser um primeiro-ministro, do que deve ser uma visão sobre o País, e a forma como trata o regime, a sua invectivação sobre as oposições e os contrapoderes ou sobre os poderes equilibrantes da nossa sociedade, é uma reforma estrutural.
- (c) V. Ex.^a diz, a certa altura, que a expressão "forças de bloqueio" apareceu na nossa sociedade - como se V. Ex.^a não fosse o autor dessa frase! -, apareceu no nosso país, concretizar como o Partido Socialista e os partidos da oposição bloquearem o Tribunal Constitucional, para pararem as reformas, para algumas pessoas - e preferiu não dizer o nome - *travarem essas reformas da década*.
- (d) Quer dizer, V. (c) Ex.^a é o tipo de pessoa que pensa que, com a maioria absoluta - *que efetivamente deve ser um rolo compressor* -, não precisa de diálogo, não precisa das oposições, as oposições são sempre más, as oposições são uma pecha que não devia existir, as oposições são sempre bloqueadoras, as oposições são excrescências do passado, as oposições são coisas que o Parlamento pode dispensar...[...] e *bastava o Primeiro-Ministro e a sua maioria para levar o País aos grandes triunfos*.
- Aplausos do CDS-PP e do PS (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3100)

Ora, ilustra um *ethos* provocador a deputada Ana Drago, pela tentativa de desacreditar o Governo através da criação de uma imagem de irresponsabilidade com recurso à derisão. Procede-se à operação de listagem das medidas «levianamente» tomadas (72b) – cujos efeitos negativos são inferidos, de forma persuasiva, pelo argumento *ad populum* –, sem que este tenha apresentado os resultados de nenhuma auditoria (note-se a amplificação com recurso à repetição) (72a). A asserção de modalidade epistémica que veicula o sarcasmo, pela hipérbole (72c), introduz uma alteração no tom discursivo, procedendo-se à desclassificação do Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças pela comparação. A sua ridicularização é feita pela amplificação, recorrendo-se à acumulação de expressões idiomáticas sinónimas, que cria uma proximidade com o eleitorado.

- (72) (a) A Sr.^a **Ana Drago** (BE): —[...] Em maio do ano passado, o Sr. Primeiro-Ministro esteve aqui com a sua habitual arrogância e disse-nos que de três em três meses dois ministérios iriam entrar em processo de auditoria, que iríamos ficar a conhecer quais são as suas funções, os *seus serviços, as suas debilidades, as suas capacidades*. Até hoje, Sr. Primeiro-Ministro, *não divulgou um único estudo, uma única avaliação* sobre um determinado serviço, *uma única recomendação* que tenha vindo desse processo de auditoria.

(b) E, contudo, avançou com a reorganização dos serviços centrais do Estado, avançou com o fecho das urgências em centros de saúde, com o fecho de maternidades, com o fecho de escolas, com o fecho de postos da GNR, e os portugueses sabem qual é o efeito dessas medidas.

(c) Mas é preciso também saber que o Sr. Primeiro-Ministro é, de facto, um homem absolutamente extraordinário. Para quê, para que é que seriam necessários os estudos?! O Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças são como uma espécie de médicos que fazem o diagnóstico a «olho», conseguem perceber mais ou menos o que é que se passa no estado, «cheira-lhes» a qualquer coisa, têm um «dedinho que adivinha» o que é que é necessário fazer e o «dedinho» diz coisas muito claras: é preciso despedir funcionários públicos, apesar de não sabermos quantos funcionários públicos temos; é preciso fechar serviços, apesar de não termos os resultados dessas auditorias do Ministério. E esta é a sua forma de governar. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, pp. 6624-6725)

Por sua vez, a deputada Clara Carneiro mostra-se indignada (73) – os enunciados clivados são marcadores da «emoção mostrada» (cf. Micheli, 2014) – e constrói um *ethos* agressivo (pelas perguntas, sem vocativo, que configuram FTAs) e de combatividade, mobilizando a citação do deputado europeu (cabeça de lista pelo PS), como argumento de autoridade, e a hipérbole, como procedimento de intensificação. Enfrentar o adversário de forma pugnaz não só mostra força de carácter, pela defesa dos seus argumentos (a deputada é especialista na área da saúde), como é também um eficiente meio de construir um *ethos* político no seio do partido. A provocação, efetuada pelo epíteto atribuído ao Primeiro-Ministro, cumpre também essa função.

(73) A Sr.^a Clara Carneiro (PSD): — O que se passa é que os hospitais, sobretudo os hospitais EPE, estão numa espiral de dívida crescente. Sr. Primeiro-Ministro, «as noções de ganhos de eficiência e de rigor financeiro abandonaram o discurso político da saúde». Sabe quem disse esta frase? Vital Moreira. Sabe quem é? O que se passa é que a Nação assistiu à maior onda de encerramento de serviços de proximidade de que há memória em Portugal. V. Ex.^a ficará para a história conhecido como o *Despovoador*. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 44-46)

Do Partido Socialista, destaca-se Afonso Candal pelos enunciados provocadores de retaliação. No contradiscurso relativamente à intervenção do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, o deputado do partido do Governo faz uso de um dos atos específicos de negociação do desacordo, a designação («os profetas do dia seguinte»), a fim de desvalorizar a intervenção de Paulo Rangel, que, segundo ele, se limita a referir os problemas do domínio comum, sem os conseguir antecipar (74a). A perspetiva do oponente é apresentada, de forma deturpada, pelo argumento do espantalho (74b) – assinalado pelo aparte de Rangel, que denega as acusações (74c) –, configurando a pergunta acumulativa, precedida da apóstrofe, uma ameaça à face negativa do interlocutor, agravada pela qualificação pejorativa («perspetiva tacanha»). A tensão enunciativa atinge o seu ponto máximo no enunciado final (74d), pelo ato ofensivo que desqualifica do Presidente do Grupo Parlamentar. Para além de criar uma imagem negativa do adversário, a descortesia visa demonstrar uma posição de domínio na interação.

- (74) (a) O Sr. **Afonso Candal** (PS): [...] É verdade que as taxas de juro e o preço do petróleo têm criado alguma desestabilização — muita, diga-se! — e alguma preocupação. Os «*profetas do dia seguinte*» dizem que já se sabia. *Pois eu desafio-os a dizer, hoje, não quais são os problemas que temos mas, já agora, aqueles que vamos ter no futuro e que hoje não passam pela cabeça de ninguém.* [...]
- (b) [...] Porque Portugal não é um país rico, é um país periférico, tem uma dependência energética e tem um baixo nível tecnológico e de qualificações, a questão é a de saber o que fazer. O Sr. Deputado Paulo Rangel diz-nos: «*Para Espanha, não! Para o Brasil? Nem pensar!*».
- (c) O Sr. **Paulo Rangel** (PSD): — *Eu não disse isso!*
- (d) O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Ó, Sr. Deputado, então para onde? Para onde? Essa perspectiva é absolutamente tacanha. Nós temos mais é que ir para Espanha [...] Nós devemos olhar para os países africanos de língua oficial portuguesa como nosso parceiros, devemos olhar para o Brasil como nosso parceiro, devemos olhar para todo o espaço ibero-americano como nosso parceiro, devemos olhar para o norte de África como nosso parceiro. *Nós não devemos é ficar a olhar para o «umbigo» do Sr. Deputado Paulo Rangel!* (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, pp. 56-57)

De particular relevância na comunicação política, e, por conseguinte, também no *debate sobre o estado da Nação*, é o uso de expressões ou frases curtas que se prestam à repetição e que surgem de modo marcante no meio da retórica elaborada dos discursos⁶⁹⁶. Krieg-Planque classifica o fenómeno do *soundbite* como «des formules souvent assassines, résumant le contexte politiques» (2011: 39). Constituindo-se num meio de atingir visibilidade, a sua força argumentativa associa-se à construção do *ethos* político. Enquanto fórmulas de desqualificação do adversário político, pela inclusão de termos pejorativos, as pequenas frases desenharam as fronteiras da adversidade e regulam as relações entre as várias categorias de atores discursivos, bem como os seus diferentes posicionamentos (Krieg-Planque, 2011: 40). Obedecendo, pois, a uma estratégia de posicionamento político, o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD utiliza algumas fórmulas que fazem a delícia dos *media* em 2016 (75), recuperando a expressão utilizada por António Costa quando pediu a maioria absoluta⁶⁹⁷ para constituir governo em 2015.

- (75) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — [...] É que o sucesso de um País e de uma governação, Sr.^{as} e Srs. Deputados, são as decisões que se tomam, não são os pressupostos da governação, são as decisões e o efeito que elas têm, e o problema, Srs. Deputados, é que *governar não é «geringonçar»*. *Isso é pouquinho!* Governar não é sobreviver. *Isso é pouquinho!* Governar é alterar a situação do País e levar um efeito positivo à vida das pessoas, das famílias e das empresas. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 57)

⁶⁹⁶ «Du côté des politiques, la production de « petites phrases » témoigne de l'acquisition d'une compétence communicationnelle, autrement dit d'une professionnalisation des politiques dans leurs fonctions communicationnelles.» (Krieg-Planque, 2011: 33-34).

⁶⁹⁷ «Para que haja estabilidade é necessário que não ganhem por pouquinho. Quem ganha por pouquinho só pode fazer pouquinho», disse o Secretário-geral no «Almoço do Diálogo Social», em Odivelas, a 19 de setembro de 2015 (<https://www.dn.pt/politica/quem-ganha-por-pouquinho-so-pode-fazer-pouquinho-costa-pede-vitoria-clara-4787297.html>)

De referir, por fim, uma das personalidades políticas que melhor ilustram o *ethos* provocador, Paulo Portas, pelas suas afirmações polémicas de modalidade apreciativa, pela derisão (76), pelas perguntas de provocação, pelos sistemáticos ataques *ad personam* (vd. Cap. 2), que pretendem desorientar o discurso e desestabilizar o adversário.

- (76) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quero fazer duas notas prévias sobre a sua intervenção. Em primeiro lugar, quero notar que, *à falta de quem o elogie, o Sr. Primeiro-Ministro, agora, elogia-se a si próprio*. [...] Sr. Primeiro-Ministro, a sua determinação para resolver os problemas do País é igual a um círculo: redondinha, volta sempre ao mesmo lugar, ou seja, igual a nada, igual a zero! *E a consequência disso para o País é que V. Ex.^a tem uma linha reta na vertical, sempre a cair, a cair, e a levá-lo para o fundo!* [...] É aquilo a que o Sr. Primeiro-Ministro chamaria uma *queda estável, consistente, regular e sustentada*. [...] (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 18)

***Ethos* demagógico**

O *ethos* demagógico recorre, por norma, à retórica populista⁶⁹⁸, mobilizando-se uma «argumentação periférica» com um intuito de manipular as paixões e os sentimentos do auditório.

De modo a fazer acreditar o auditório que a coligação⁶⁹⁹ que governa o país (PSD/CDS-PP) é o melhor (ou o único) Governo que consegue garantir a estabilidade do mesmo, o orador utiliza diversas estratégias para fazer crer ao auditório que deve pensar como ele (cf. Breton, 1997). Ao especular,⁷⁰⁰ através da argumentação pelas consequências (sem apresentar o ónus da prova), como estaria o país sob a governação socialista desde 2011, o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

⁶⁹⁸ Segundo Plantin, o discurso populista é uma etiqueta descritiva e avaliativa: «En parlant de *discours populiste*, on stigmatise un discours dont on affirme qu'il fait des promesses inconsidérées; qu'il laisse croire que les solutions qu'il propose sont les seuls possibles et faciles à mettre en œuvre, qu'elles feront des miracles, et qu'elles n'auront aucune conséquence négative. On qualifie également de *populistes* et *démagogues* les politiciens qui tiennent ce discours, et les soupçonne de défendre, en vue d'un pur bénéfice électoral, un discours dont au fond ils savent eux-mêmes qu'il est intenable » (2016: 42). De advertir que, no exemplo, em apreço não se toma o conceito de 'demagogia' na sua aceção de manipulação do eleitorado com vista à conquista fácil do poder político (cf. 'demagogia' no *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*).

⁶⁹⁹ O Governo de coligação PSD/CDS é liderado por Pedro Passos Coelho, que teve a tarefa de governar o país no difícil período de medidas impostas pela troika.

⁷⁰⁰ «Speculational argumentation is argumentation with hypothetical information for some constructive problem analysis. This is information that could be described as speculative. At one extreme, it could be information that is reasonable to believe, but at the present time it cannot be confirmed to be true. At the other extreme, it could be information that is quite unreasonable to believe but that would be useful or interesting to use as assumptions for argumentation in order to consider some of the consequences of the assumptions» (Besnard & Hunter, 2008: 87).

constrói um *ethos* demagógico⁷⁰¹ (e falacioso⁷⁰²). A petição de princípio fornece o argumento para uma conclusão e essa mesma conclusão, isto é, postula-se o resultado que se pretende demonstrar (77a). Apela-se ao *pathos* sob a forma das questões oratórias, que visam suscitar o medo («Qual seria o custo de termos pedido mais tempo e mais dinheiro?») (77b), assim como ao procedimento do envenenamento do poço ao argumento do declive escorregadio (77d), que configuram uma estratégia clara de manipulação pela diabolização do PS. A antítese é estruturadora do discurso e obedece a uma estratégia de polarização, opondo o presente de estabilidade com a coligação PSD/CDS-PP – construindo-se um *ethos* de competência através do procedimento de listagem – a um futuro hipotético de instabilidade (com utilização do modo condicional), caso o PS ainda se mantivesse em funções (77c) (o que configura uma especulação, um dos procedimentos de manipulação). A sedução faz-se também pelo estilo. Os períodos compostos de membros de semelhante comprimento concedem uma harmonia ao discurso, facilitando a memorização; também o paralelismo sintático, que funciona como marcador da antítese, concede ritmo ao discurso e cria a persuasão («com a coligação PSD/CDS-PP evita-se a espiral recessiva e a riqueza cria-se com base na competitividade da economia e com os seus resultados intrínsecos. Com um governo socialista, a economia dinamiza-se com rendimento ilusório, com despesa pública e endividamento e com mais Estado nos negócios [...]») (77d). A repetição imprime a convicção, e a anáfora martela a ideia com efeito de evidência; observe-se, por exemplo, o segmento: «País muda, o País reforma-se, o País transforma-se, o País renova-se» (77e), utilizando-se verbos de ação, num ritmo quaternário sedutor. A sinédoque agregadora parece consolidar a identidade dos portugueses, unidos pelo propósito de «salvar» Portugal («E novamente o País deve questionar») (77c). O discurso de Luís Montenegro corresponde, pois, ao que designa de discurso populista⁷⁰³ (cf. Charaudeau, 2011). Dramatiza-se uma situação hipoteticamente desastrosa, que tem como vítima o «País», causada por uma eventual governação socialista (a fonte do mal), de forma a suscitar o medo, e apresenta-se a

⁷⁰¹ «Utilizar um argumento muito distante da opinião que se defende é o principal recurso da demagogia, que visa, para garantir a popularidade de uma política, [acreditar-lhe] virtudes, eventualmente contraditórias entre si, que satisfazem a diferentes auditórios, que são tomados, assim, uns e outros, para serem agradados. A argumentação pressupõe uma diferença entre a opinião do orador e a do público e, por isso, constitui-se profundamente como um ato de comunicação.» (Breton, 2012: 127)

⁷⁰² Trata-se de uma falácia (*Fallacia* [latim]: engano, artifício, estratagema, intriga, maquinação), visto que se violam as regras da discussão ideal e heurística.

⁷⁰³ Segundo Charaudeau, o discurso populista é apresentado através de um cenário triádico, composto por três momentos discursivos: 1) provar que a sociedade se encontra numa situação social julgada desastrosa, e que o cidadão é a primeira vítima disso; 2) determinar a fonte do mal e seu responsável – o adversário; 3) anunciar a solução encontrada e que pode ser o se portador (2011: 105).

solução e o seu portador. O apelo às emoções é um fator determinante na manipulação do auditório para o fazer aderir ao projeto que se defende (a manutenção do Governo nas eleições que se aproximam) ou dissuadi-lo de seguir um projeto adverso (votar no Partido Socialista). O argumento do falso dilema (77f) exclui qualquer outra hipótese de Governo, dado por admitido o princípio de que não existem outras opções.

(77) (a) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, debater o estado da Nação em julho de 2015, no final da quarta e última sessão legislativa desta Legislatura, é responder a uma pergunta simples: *como está Portugal hoje e como estaria se a oposição e o Partido Socialista tivessem governado o País desde 2011? Hoje, por isso, é preciso perguntar: e se o País tivesse mergulhado, nestes anos, na instabilidade política? E se tivéssemos tido em Portugal eleições antecipadas, como a oposição reclamou desde o primeiro dia e o Partido Socialista sempre quis até ao último dia? E se tivesse sido o PS a vencer as eleições legislativas de 2011, teria garantido esta estabilidade? Com o apoio parlamentar de quem? Do PCP? Do Bloco de Esquerda? Alguma outra coligação em Portugal poderia — ou poderá no futuro, diga-se de passagem — garantir a estabilidade que o País precisou para sair do resgate? Por isso, formulamos a primeira conclusão: com o PSD e o CDS a Nação teve estabilidade; com a oposição e o PS a Nação teria tido instabilidade.*

(b) Ao nível da situação financeira, a coligação PSD/CDS cumpriu as metas orçamentais [...]; obteve 12 avaliações positivas do Programa de Assistência Económica e Financeira; saiu do programa sem recurso a mais resgates ou condições cautelares; regressou aos mercados, onde hoje se financia às mais baixas taxas de juro de sempre; o País amortiza antecipadamente os empréstimos mais onerosos [...]; acumulámos reservas para enfrentar eventuais situações de turbulência; o défice será, em 2015, o mais baixo desde o 25 de Abril; o Estado devolve rendimento aos seus funcionários e aos pensionistas. *Mais uma vez, cumpre perguntar: e se tivesse sido a oposição e o Partido Socialista a governar durante estes anos? Qual seria o custo de termos pedido mais tempo e mais dinheiro? Quantas medidas de austeridade seriam necessárias para financiar o défice e os investimentos públicos? E quem pagava, e quando, o custo do financiamento e do endividamento dessa estratégia?*

(c) [...] Segunda conclusão: com a coligação PSD/CDS, a Nação tem menos défice, tem mais saúde financeira, está a remover a austeridade e prescindiu da troica. *Com um governo socialista, a troica ainda cá estaria, os pacotes de austeridade viriam a cada trimestre ou semestre e as faturas continuavam a acumular-se para serem pagas por quem viesse a seguir.*

[...] E novamente o País deve questionar: e se tivesse sido a oposição e o PS a governar? Ter-se-ia insuflado a economia com rendimentos artificiais, ter-se-iam acumulado os pagamentos em atraso, interromper-se-ia a reforma do IRC, apostar-se-ia no investimento público megalómano, obter-se-ia mais liquidez na economia por via do crédito — e com contas públicas desequilibradas este seria, inevitavelmente, mais caro — e, claro, renegar-se-ia o plano de privatizações negociado e anteriormente apoiado.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — É um Zandinga!

(d) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Terceira conclusão: com a coligação PSD/CDS evita-se a espiral recessiva e a riqueza cria-se com base na competitividade da economia e com os seus resultados intrínsecos. Com um governo socialista, a economia dinamiza-se com rendimento ilusório, com despesa pública e endividamento e com mais Estado nos negócios, um caminho para, aí sim, atingirmos uma longa e penosa espiral de recessão e de austeridade futuras. [...]

(e) Quarta conclusão: com a coligação PSD/CDS o País muda, o País reforma-se, o País transforma-se, o País renova-se. Com a oposição e o Partido Socialista tudo se adia, hesita-se e desiste-se à primeira dificuldade. [...]

(f) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, nesta altura não duvido que muitos terão a tentação de dizer que estou a falar exclusivamente do passado. Estão enganados. É verdade que o País já experimentou estes dois modelos e a dicotomia destas seis conclusões. Mas o que vos disse traduz não só o que trouxe a Nação até aqui, *como identifica, de forma cristalina, os dois caminhos que a Nação pode percorrer no futuro.* (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, pp. 48-51)

Ethos de patriotismo

A devoção à pátria é denotada, sobretudo, nos discursos que apelam ao imaginário da soberania popular, como é o caso do discurso comunista (78), que integra inclusivamente o slogan da «política patriótica e de esquerda» (79).

- (78) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Mas a questão mais relevante é a natureza e os objetivos desta União Europeia, que insiste na exploração e no empobrecimento dos povos. Aí estão a discutir já os novos prazos para que o País se mantenha sujeito à ameaça permanente, permanente em relação à questão das sanções. *Temos de as combater e rejeitar com clareza, com determinação, não com verbalismo mas, com certeza, com coragem, com muita coragem em defesa do interesse nacional e da nossa soberania.* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 26)
- (79) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Por isso, o estado da Nação é hoje também o de um País que vê ainda mais ameaçado o indeclinável direito a decidir sobre o seu próprio futuro; um País que precisa de fazer grandes e urgentes opções para assegurar os interesses do povo português, o seu desenvolvimento, a *soberania e a independência nacionais* [...]. Portugal precisa de abrir um novo caminho, *precisa de uma política patriótica e de esquerda...* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 46)

Para além de estigmatizar o adversário (vd. [77]), a retórica de manipulação de Luís Montenegro explora a temática da Nação, colocando em evidência o fundamento da identidade coletiva, à semelhança do discurso do Partido Popular (vd. *infra*), como forma de persuasão para a manutenção da coligação (PSD/CDS-PP, liderada por Pedro Passos Coelho) no poder. A dramaturgia política exalta, portanto, os valores da Nação («Como há 500 anos»; «Como sempre fizemos nos momentos mais difíceis dos nossos nove séculos de história»), construindo-se um *ethos* coletivo de determinação (80b) e de virtude (80c), pelo espírito de missão. O orador apresenta também um *ethos* institucional na construção de um *ethos* coletivo de liderança (80a), criando a imagem de um governo providencial, pela seleção lexical («missão histórica e geracional», «salvar»). Suscita-se a paixão e o entusiasmo, que conduzem à adesão.

- (80) (a) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): [...] É bem verdade, Sr.^a Presidente e Sr. Primeiro-Ministro, que este Governo e esta maioria parlamentar ficaram com múltiplas «batatas quentes» nas mãos. Só que, ao contrário do Partido Socialista, não as largámos na primeira oportunidade, assumimos que temos *como missão histórica e geracional transformar e salvar Portugal*.
- (b) Por mais dura que seja essa tarefa, não a delegamos em ninguém. Por mais desgaste e incompreensão que ela traga, não abdicamos de a cumprir.
- (c) Para aqueles que ainda não perceberam, nenhum de nós, no Governo e nas bancadas da maioria, está preocupado com o seu futuro político. O que nos mobiliza é dar futuro àqueles que virão a seguir a nós. (d) [...] O povo falou com muita clareza há um ano. O País não quer a intolerância, o irrealismo e o radicalismo da esquerda; o País quis mudar e nós queremos cumprir a mudança com o País. *Nós acreditamos na capacidade dos portugueses! Nós acreditamos em Portugal! Como há 500 anos, seremos imunes ao pessimismo e à descrença dos «velhos do Restelo». Como sempre fizemos nos momentos mais difíceis dos nossos nove séculos de história, estamos proibidos de deixar de acreditar!* [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 41-45)

***Ethos* democrático**

A defesa da democracia⁷⁰⁴, enquanto sistema de representação política assente na escolha de representantes dos cidadãos através de eleições, é, naturalmente, indissociável do papel para o qual foram eleitos os deputados da Assembleia da República; sendo, portanto, a democracia um valor universal.

A denúncia de comportamentos antidemocráticos, pelas acusações de abuso de poder (82), autoritarismo, falta de transparência, ou mesmo falta de liberdade de expressão, entre outros aspetos, como as «amizades nefastas» referidas em (81), constitui uma grave ofensa à imagem do grupo visado pela crítica, que se vê obrigado a proceder a estratégias de reparação, retorquindo frequentemente através de argumentos *ad hominem*, como foi observado nos capítulos anteriores. Por outro lado, essa denúncia pressupõe a defesa dos valores em falta ao adversário, como depreendido pelas palavras de ordem (83) do Secretário-Geral do PCP.

- (81) O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues** (PS): — [...]. Não posso deixar de perguntar como é possível haver um Governo que envia o Ministro dos Negócios Estrangeiros a esse «*paradigma democrático*», a *Líbia*, para ser recebido numa tenda por esse «*respeitador dos direitos humanos*», o Sr. *Khadafi*! Então não eram os senhores que estavam sempre ao lado da democracia? [...] (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5913)
- (82) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Mas este é também o Governo que ao mesmo tempo, e tal como os anteriores, «coloniza» a Administração Pública a partir do seu aparelho partidário, mantendo a nomeação como regra e o concurso como exceção. [...] É por ter uma política de direita e antissocial que o Governo lança mão de inaceitáveis meios e instrumentos para condicionar quem se opõe, quem protesta e quem luta contra as suas medidas. *Atacada a democracia social, económica e cultural, fácil e perigosamente se passa ao ataque da democracia política.* [...] *Temos hoje um País mais injusto, menos seguro e menos democrático.* E, ao contrário do que o Sr. Primeiro-Ministro pensa, inquieta-nos que seja um Governo do PS a fazê-lo. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 55)
- (83) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Portugal precisa de *uma política patriótica e de esquerda* que dê resposta aos problemas do País. [...] É em torno desta política alternativa, e não de *continuismo* da política de desastre, que se impõe a convergência de *todos os democratas e patriotas*, dos trabalhadores e do povo português. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 49)

A construção de um *ethos* democrático faz-se essencialmente por três vias no debate. A mais comum é a defesa convicta dos ideais da democracia, geralmente, em oposição à postura antidemocrática do adversário, como ilustra também a intervenção da Coordenadora do BE.

⁷⁰⁴ Atualmente, a noção de democracia distancia-se do seu sentido etimológico (de *governo pelo povo*), entendida enquanto governo exercido pelos eleitos do povo em nome do povo, isto é, enquanto democracia representativa de massas (cf. C.P. Teixeira, 2018: 32). De acordo com o cientista político norte-americano Robert Dahl (*Poliarquia: participação e oposição* [1972] /1997), é necessário que existam determinadas condições institucionais para se garantir um efetivo regime democrático que dê resposta às limitações e possibilidades do mundo real. Deste modo, um regime democrático moderno ou uma «democracia poliárquica» deve ter dirigentes eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes alternativas de informação; liberdade de associação; cidadania inclusiva (*id. ibid.*: 39).

- (84) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] Ao desmoronamento da direita e do programa político da direita o Presidente da República responde com o desmoronamento da democracia. [...] Para que o Programa de Ajustamento não seja avaliado, faz a democracia refém. [...] *Não aceitamos o ataque à democracia*, não aceitamos a imposição de um governo não eleito, num modelo Monti italiano, chantagem grega ou outro qualquer. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 50-51)

Por outro lado, fazem prova de um *ethos* democrático os parlamentares, em geral, membros do Governo que tentam estabelecer uma postura de compromisso⁷⁰⁵ – não de consenso, advirta-se (85) – face aos desacordos e conflitos vigentes entre as partes em conflito, bem como os que valorizam o papel da oposição no seu discurso (vd. [69]), como é o caso de Augusto Santos Silva, anteriormente referido (vd. [26]).

- (85) O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros** (Augusto Santos Silva): — [...] Portugal é hoje um dos países europeus com melhor clima social, maior estabilidade política e melhor cooperação entre todos os órgãos de soberania. Superou o Estado de exceção e regressou à normalidade constitucional. Enfrenta, decerto, muitas dificuldades, conjunturais e estruturais, e *precisa de estar unido face a elas*. *Unidade* não quer dizer, bem entendido, *unanimismo*.
O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Nem *unicidade* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 66)

Registam-se, por outro lado, estratégias de prevenção de uma eventual imagem negativa criada pela argumentação, através das quais se procura mostrar uma imagem de democrata. Tal é o caso do deputado do PSD (86), cujos argumentos subsequentes obedecem a uma operação de deslegitimação do Governo vigente (vd. *supra* [24]).

- (86) O Sr. **José Pedro Aguiar Branco** (PSD): — [...] Sou dos que acreditam na instituição Parlamento, no seu valor representativo, na sua diversidade, na sua pluralidade e na responsabilidade, individual e coletiva que é inerente ao mandato de Deputado. Acredito que as diferenças aqui existentes enriquecem o País, sendo a expressão maior de uma democracia madura. Como crente, de modo genuíno e não por conveniência, na democracia parlamentar, sou dos que acreditam que não são só os governos que devem responder pelo estado da Nação, também os partidos o devem. Todos os partidos com assento parlamentar devem responder, mesmo os que — ou mais ainda — se assumem como híbridos, ora na oposição, ora apoiando o Governo, não obstante serem os únicos responsáveis pela existência deste. [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 40)

***Ethos* de liderança**

Enquanto deputados da oposição, os líderes dos seus partidos constroem um *ethos* de liderança de forma a legitimar as suas pretensões ao poder, pelo que no seu contradiscurso insistem nas oportunidades de ação, colocando em evidência a inabilidade, a incompetência do adversário, e fazem prova de um intenso voluntarismo, criando uma imagem de dinamismo.

⁷⁰⁵ Entende-se a ‘democracia’ como um regime do compromisso, não do consenso. A unanimidade suprime o desacordo e o conflito, vistos como essenciais num regime democrático, de acordo com Mill (cf. Ankersmit, 2002).

En situation de concurrence, les hommes politiques cherchent à montrer que l'adversaire n'a pas suffisamment de «hauteur de vue» pour prétendre diriger la nation, et rivalisent de stratégies tendant à montrer que eux, se situent au-dessus des contingences politiciennes. (Charaudeau, 2014a: 121)

No seu pedido de esclarecimento ao Primeiro-Ministro, no debate de 2013 (em plena crise económica e financeira), o líder da oposição mostra-se autoritário (de notar o FTA pela utilização dos atos ilocutórios diretivos) (87), obedecendo a uma clara estratégia de posicionamento. A construção de um *ethos* de liderança mobiliza, por outro lado, atos categóricos que visam criar uma imagem virtuosa do seu partido («nem ninguém nesta Câmara tem o monopólio da defesa do interesse nacional»), afirmando-se uma postura colaborativa.

(87) (a) O Sr. **António José Seguro** (PS): — [...] Mas quero terminar dizendo, com muita clareza, *que nem o senhor nem ninguém nesta Câmara tem o monopólio da defesa do interesse nacional* e que *o Partido Socialista, desde o início, mantém disponibilidade para contribuir para as soluções do nosso País, contributos que sempre tiveram da sua parte uma recusa*. E a recusa não foi apenas em relação aos contributos do PS, foi em relação aos dos outros partidos, dos parceiros sociais e, inclusive, do seu parceiro de coligação.

(b) *O senhor não tem o direito de fazer nenhum revisionismo histórico, tem é a obrigação de pedir desculpa aos portugueses pelo falhanço e pelo fracasso da sua política.* [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 7)

Em (88), o líder da oposição cria uma imagem de incompetência do Governo de Pedro Passos Coelho, imputando-lhe a responsabilidade do agravamento a crise. No plano *ad rem*, a argumentação mobiliza um *distinguo*, mostrando o orador um *ethos* consciente, ao procurar a adesão para a tese (comum aos outros partidos da esquerda), da necessidade de renegociação da dívida. Já em (88b) procura denegrir o Governo, criando uma imagem de resignação e constrói, inversamente, um *ethos* de liderança pelo procedimento enunciativo da delocução («é necessário renegociar as condições do nosso ajustamento»). Os procedimentos linguísticos de modalização utilizados reforçam uma imagem de líder. Note-se a assunção da total responsabilidade do conteúdo asseverado pela enunciação elocutiva («aquilo que noto»), permitindo ao orador expressar a sua individualidade. De sublinhar a utilização dos verbos de atitude no presente («quero dizer-lhe») que marcam uma «determinação volitiva» e «até agressividade» (M. A. Marques, 2000: 234) do orador, cultivando uma «vertente de superioridade relativamente ao seu alocutário» (2000: 232).

(88) (a) O Sr. **António José Seguro** (PS): — [...] O País tem gravíssimos problemas, é notório que há uma profunda divergência quanto à sua origem, à sua prioridade e, consequentemente, às responsabilidades. Mas há uma unanimidade nesta Câmara de que esses problemas não são destes dois anos, mas que são — aí já não há unanimidade, *há um posicionamento claro — agravados perante a governação destes dois anos*. Há três problemas essenciais: o desemprego, a dívida pública e o défice orçamental.

(b) [...] é necessário abandonarmos a política de austeridade. Gostava de voltar a dizer ao Primeiro-Ministro que *não está em causa a austeridade ou o princípio do rigor e da disciplina nas contas públicas. Nós temos de ter rigor, temos de ter disciplina nas contas públicas. Coisa completamente diferente é ter uma política de cortes cegos que não resolvem nenhum problema e*, como se viu nestes dois últimos anos, agravaram os nossos problemas. Segundo, é necessário renegociar as condições do nosso ajustamento. (c) Muitas vezes, ouço o Primeiro- Ministro e *aquilo que noto é um Primeiro-Ministro resignado, é um Primeiro-Ministro que diz: «Mas isso não é possível». Quero dizer ao Primeiro-Ministro que chegou a hora de fazermos aquilo que é necessário e não apenas aquilo que é possível.* [...] quero dizer-lhe que é completamente diferente haver uma flexibilização nas metas porque o País não atingiu os seus objetivos, isto é, por arrastamento, do que, desde início, termos a capacidade de olhar a realidade, dizer: «Isto vai dar mau resultado» e, perante o primeiro falhanço (o que já ocorreu há algum tempo), ter a frontalidade de dizer que é necessário elaborar um programa realista, credível, que necessita de mais tempo. [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 38)

Em (89), o Governo é igualmente representado através de uma imagem de passividade, acentuada pela contraposição entre a resignação de Portugal e o dinamismo de «governos de países por essa Europa fora» (89c). A modalidade apreciativa – que exprime um juízo valorativo negativo acerca da governação, com apelo ao *pathos*, também pelo eixo temporal – obedece, pois, à estratégia de construção de um *ethos* de liderança.

(89) (a) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] Isto são factos. Os mesmos que não deixam margem para dúvidas quanto — *não hesito na palavra, peso bem a palavra* — ao caos em que este governo deixou o sector das obras públicas! [...] *É confrangedora* a incapacidade do Governo neste domínio. *Acho mesmo que se alguém tentasse fazer pior, dificilmente o conseguiria!*

(b) *Mas aquilo que mais nos preocupa é a ausência, em toda esta política, de uma ideia estratégica para Portugal. [...] A sensação que nos fica é a de que deixámos fugir um tempo que não se repete e que não se aproveitaram todas as oportunidades oferecidas por um ciclo que era, de facto, favorável. Durante estes anos, não se vislumbrou uma visão de conjunto, uma estratégia determinada, um objetivo mobilizador.*

(c) [...] *É estranho* quando vemos em governos de países por essa Europa fora, com muito mais potencial, muito mais desenvolvidos e com uma muito maior agressividade na economia do que o nosso, os primeiros-ministros e chefes de governo preocupados, dando às sociedades respetivas um sinal de mobilização; *pelo contrário, em Portugal, temos este sinal de conformismo, de resignação, de autoconvencimento, de completa e mais ilusória absoluta demissão!* (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, pp. 26-27)

Pela enunciação com recurso ao nós político (que reflete a «identidade política ideológica», Manole, 2020: 239), Durão Barroso assume-se como porta-voz do seu partido, mostrando a sua «preocupação» pelo estado da Nação (89b). Já no enunciado subsequente o deíctico nos «cria uma imagem coletiva que engloba todos os cidadãos» (2020: 246) com o intuito de promover a adesão do auditório a uma representação de incompetência do executivo. O orador faz também uso de uma enunciação elocutiva na primeira pessoa do singular («não hesito na palavra, peso bem a palavra») (89a), que «personaliza o conflito» (M. A. Marques, 2000: 242).

Em (90), pelo uso da mesma pessoa gramatical, o orador assume a sua posição no enunciado e argumenta no plano do *ethos*. A descortesia, com mobilização do insulto nas suas formas de injúria

ou de ultraje⁷⁰⁶, contribui tanto para a desacreditar o adversário como para construir um *ethos* de liderança, mostrando-se um carácter forte. Note-se, pois, a reação do líder da oposição ao argumento do espantalho utilizado pelo Primeiro-Ministro, seleccionando um ataque *ad personam*.

- (90) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] não posso deixar de protestar contra a desonestidade intelectual do Sr. Primeiro-Ministro quando, na sua intervenção inicial, pretendeu atribuir ao PSD, primeiro partido em Portugal a lutar pelo euro, vontade de abandonar a moeda única. O Sr. Primeiro-Ministro sabe muito bem aquilo que foi dito por um alto responsável do meu partido — *com quem V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, deveria aprender alguma coisa de Finanças,*

Protestos do PS

Aplausos do PSD

... assim evitando os erros de previsão quando, há algum tempo atrás, disse que não haveria mais aumento de taxas de juro durante este ano e se *sujeitou, depois, à ridícula posição* de vir criticar, sem qualquer consequência, o Banco Central Europeu—, aquilo que foi dito por um alto responsável do meu partido, repito, foi que, a continuar esta política irresponsável e despesista do atual Governo, essa hipótese poderia vir a colocar-se. [...] (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3343)

Para além da modalidade apreciativa («ridícula posição») (90), a modalidade deôntica com valor de obrigação configura-se num dos principais recursos para construir uma posição de domínio (vd. [84b]), essencial à construção de um *ethos* de liderança. Em (91), o valor da democracia dá o mote para a desclassificação do Governo de António Guterres. A enunciação delocutiva com recurso à definição constrói um *ethos* de autoridade, reforçado pela modalidade deôntica («aquilo que um governo tem de fazer») e pela enunciação na forma negativa (91b), que colocam o orador numa posição de controlo. Da mesma forma, os atos ilocutórios diretivos (ameaçadores da face negativa do adversário) revelam uma estratégia de posicionamento (91c). De referir também a seleção das figuras de retórica como fator de valorização do *ethos* político, designadamente a comparação («é sempre mais fácil gerir ilusões do que conferir resultados») (91b) e o paralelismo estrutural (91c). Note-se ainda a antítese mobilizada na sentença, que coloca o orador numa posição de superioridade (91d).

- (91) (a) O Sr. **Durão Barroso**: — [...] É da essência da democracia os mandatos temporários e renováveis, *aquilo que um governo tem de fazer*, no fim de uma legislatura, *é apresentar o balanço, apresentar o resultado da sua atividade*, pois *não é aceitável vir aqui fazer um comício eleitoral ou fazer quaisquer Estados-Gerais*.

(b) Também *não é aceitável*, nem é politicamente *nem, sequer, intelectualmente honesto*, apresentar estatísticas do que se fez com aquilo que se vai fazer misturando os anos, seleccionando os períodos temporais. *Isto não é honesto do ponto de vista intelectual e tem de ser denunciado aqui*. [...] Um Governo que, *por falta de coragem para fazer um balanço realista da sua atividade*, vem aqui hoje, como vimos, refugiar-se em novas promessas, *pois é sempre mais fácil gerir ilusões do que conferir resultados*.

(c) Da próxima vez, Sr. Primeiro-Ministro, seja em que condição política for que nos encontremos, *dou-lhe um conselho*: divida a sua intervenção em capítulos, uma de balanço, outra de projeto. *Não misture projetos com balanços, não confunda realidade com ilusões* [...].

⁷⁰⁶ Compreendido como uma desonra, pelo atentado à dignidade do outro.

(d) [...] *Só anuncia para o futuro quem não soube fazer no passado.* [...] Este Governo faz hoje muitos anúncios porque a realidade é que não tem obra para apresentar. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, pp. 24-26)

Contudo, é sobretudo enquanto sujeito ativo, destacando-se do grupo partidário (como expresso pela enunciação elocutiva com recurso à primeira pessoa do singular), que os oradores reforçam o seu *ethos* de liderança (92)-(93)-(94). O líder do PSD mostra com força o seu ponto de vista pessoal, rejeitando de um certo estado de coisas (mais precisamente o estado da justiça) (92) pela «modalização do dizer» (M. A. Marques, 2000: 233), construindo um *ethos* combativo. Para além do protesto veemente que mostra um *ethos* de carácter, de mencionar a intenção de deixar uma imagem de virtude no auditório, por contraste.

(92) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — Os cidadãos acreditam cada vez menos na justiça e o Governo assiste, impávido e impotente, a esta degradação que atinge a essência do Estado de direito democrático, que mina a confiança das pessoas nas instituições [...] Esta situação, hoje em dia, é um verdadeiro escândalo nacional e *quero dizer-vos que não me conformo com ela*. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 29)

A oposição entre passividade e dinamismo (impulso de vontade), interesse partidário e interesse nacional, dissimulação e transparência, conforma o padrão da argumentação dos líderes da oposição candidatos ao poder. Argumenta-se pela mudança de paradigma governativo, reivindicando-se de forma veemente uma posição oposta à que é feita implicitamente do executivo vigente, sobretudo pelas asserções de polaridade negativa (93b)-(93c)-(93d)-(94). António Guterres mobiliza atos de pendor compromissivo com recurso a formas verbais no futuro do indicativo («o futuro primeiro-ministro não *usará*»; «não se *repetirá*»), ostentando uma imagem de convicção pela modalidade de rejeição que constrói um *ethos* de líder soberano, em particular, pela figura da honestidade (Charaudeau, 2014a: 118). Pela utilização das formas dos verbos ‘substituir’ e ‘preferir’ (93a), o líder da oposição contrapõe ao executivo de Cavaco Silva um Governo norteado por valores democráticos e pela honestidade. De referir o *ethos* de autoridade, pela referência a discursos prévios (cuja frequência é sublinhada no comentário no parêntese) que visam construir não só uma imagem de competência como um *ethos* de humanidade e solidariedade (93c). Como procedimentos retóricos de persuasão, de mencionar o zeugma, que concede ritmo ao enunciado pela supressão da forma verbal na terceira oração, e o paralelismo sintático em (93a). Note-se a argumentação que explora uma relação causal, pela mobilização da paráfrase que deturpa o provérbio («quem semeia ventos colhe tempestades») (93c), como forma de salientar a insensibilidade do Governo e, por outro lado, de valorização de si, pelas preocupações de índole social, que constroem um *ethos* solidário e

empático. Em (93c), o orador constrói um *ethos* consciente através da concessão («sabemos que ir mais longe ou menos longe depende dos recursos disponíveis e dos limites impostos pela economia») e, pela asserção deonticamente modalizada que mobiliza numa enunciação delocutiva («O que não pode é haver limites à vontade firme de combater injustiças e a tragédia humana de tantos portugueses e portuguesas»), reforça o *ethos* de humanidade que pretende projetar e constrói um *ethos* de liderança, criando uma imagem de voluntarismo. O discurso de legitimação da sua pessoa cria uma imagem de político sério e virtuoso, garante da justiça e dos direitos humanos, com capacidades de liderança para constituir um outro tipo de Governo.

- (93) (a) O Sr. **António Guterres** (PS): — [...] Em primeiro lugar, *quero* um poder político que *substitua* a arrogância pela convicção, o autoritarismo pela firmeza e pela persuasão. [...] *Quero* um governo que cumpra a lei e respeite a independência das magistraturas, que *prefira* o princípio das carreiras e dos concursos públicos baseados na competência à lógica partidária e clientelar das nomeações por confiança política.
- (b) [...] *O futuro primeiro-ministro não usará o segredo e a dissimulação para tentar transformar em falsas vitórias o que se passa secretamente em Bruxelas ou em Madrid.* [...]
- (c) [...] Mas a indiferença geral é mais grave: várias vezes – *e recorde, desde logo, uma intervenção minha em Outubro de 1992, outras anteriores e outras posteriores* – aqui alertei o Governo para as consequências da ausência, que persiste, de uma política de integração harmoniosa das comunidades de imigrantes africanos em Portugal [...] ausência que, na altura, referi ser potencialmente geradora de racismo e conflitos étnicos. [...] *A indiferença que semeou ventos, colhe tempestades.* É uma indiferença que foi fatal, que é fatal e *que não se repetirá.* Em política social, mudaremos as prioridades, estratégias e orientações, mas sabemos que ir mais longe ou menos longe depende dos recursos disponíveis e dos limites impostos pela economia. *O que não pode é haver limites à vontade firme de combater injustiças e a tragédia humana de tantos portugueses e portuguesas.* (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, p. 3109)
- (d) O Sr. **António Guterres** (PS): — [...] *Não quero ministros e secretários de Estado que nunca sabem nada, que nunca se responsabilizam por nada e que utilizam a maioria parlamentar para impor o segredo e ocultar a verdade* [...]. (DAR, I Série – 91, 1995/06/23, pp. 3107-3110)

Como procedimento de construção de uma imagem de líder, sublinhe-se o recurso à anáfora verbal, tanto pelo recurso ao verbo volitivo, por António Guterres («quero») (93a), como por Durão Barroso, pela utilização do verbo de atitude proposicional («Acredito..») (94b), que imprime a ideia de convicção e pretende construir um *ethos* carismático. Em (94), como estratégia de persuasão para uma mudança de governo (sendo a liderança de António Guterres posta em causa pela modalidade apreciativa), o líder do PSD convoca a retórica da urgência (94a) – de mencionar, mais uma vez, a importância do procedimento da modalidade deontica, através da qual o orador procura agir sobre o auditório, expressa também pelo advérbio «verdadeiramente» – e argumenta com apelo ao *pathos*. Como *topos* discursivo de criação de uma imagem forte de convicção e de liderança (*ethos* de líder soberano), note-se a clara adesão do orador ao conteúdo proposicional da sua asserção («E por isso não hesito em dizer»), também evidenciada em (94a) («*não hesito na palavra, peso bem a palavra*»). A imagem de um governo de alternativa é persuasivamente apresentada através da anáfora (note-se

também a anáfora nominal: «um governo que») e da antítese (94c), criando-se uma imagem de dinamismo (*ethos* de agente) – de sublinhar o ataque ao adversário pela pressuposição veiculada na asserção categórica («*Os meus ministros terão muito mais que fazer!*») –, de determinação e coragem, que contrasta, como já foi referido, com a representação negativa da atitude do executivo de António Guterres. Durão Barroso constrói um *ethos* de rutura (Krieg-Planque, 2019), pela pretensão em governar de forma diferente de António Guterres.

- (94) (a) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): – [...] Hoje, este Governo não é fator de solução; é, cada vez mais, uma fonte de problemas. *E por isso não hesito em dizer: o que se torna verdadeiramente necessário é mudar, e mudar já, o Governo de Portugal.*
- (b) [...] *Acredito que é possível fazer diferente e fazer melhor. Acredito que Portugal não está condenado a ser um país de segunda. Acredito que os portugueses são tão capazes como os outros.*
- (c) [...] *O problema não está na capacidade, na mobilidade, na flexibilidade, na vitalidade da sociedade portuguesa; o problema tem estado, isso sim, na incapacidade deste nosso triste Governo.*
- (d) [...] *O governo que quero constituir será um governo diferente, um governo que decida com coragem, que olhe para o futuro com esperança e não com resignação; [...] ... um governo em que se assumirão sempre as responsabilidades da governação, porque não quero um governo em que o Primeiro-Ministro se exiba diante das facilidades e se esconda sempre perante a adversidade. Porque também não haverá no meu governo ministros destacados só para atacarem o líder da oposição. [...] Os meus ministros terão muito mais que fazer!* (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 27)

***Ethos* carismático**

Não sendo de fácil determinação, o conceito de carisma⁷⁰⁷ – «ce surplus d’ethos qui s’incarne dans une personne, avec sa part d’ombre et de lumière» (Charaudeau, 2015: 5) –, como sublinha o especialista em análise do discurso, é uma condição da liderança política⁷⁰⁸. Segundo Charaudeau, o fenómeno de construção de uma imagem carismática está associado ao processo de legitimação⁷⁰⁹ (pelo qual um sujeito está autorizado a tomar palavra), bem como ao processo de credibilização⁷¹⁰

⁷⁰⁷ O fundador da sociologia Max Weber (1965) definiu três tipos de carisma: o *carisma profético* (pessoal), referente às qualidades extraordinárias de uma personalidade dotada de forças e de qualidades sobre-humanas ou sobrenaturais, ou, pelo menos, não acessíveis a todos, como se tratado de um enviado por Deus, e, por esta razão, seria designado como líder; o *carisma de função* (institucional), ligado à função exercida, detendo-se um poder julgado excecional pela aura que envolve a sua função, como é o caso da rainha de Inglaterra; e o *carisma específico*, ligado à pessoa, que não implica uma vontade de dominação nem a presença de um carácter excecional, reenviando a uma definição mais humana e lata do carisma, referente a uma qualidade ou capacidade particular de um determinado indivíduo, a saber: o carisma da bondade, o carisma da virtude, o carisma do espírito e do gosto, o saber estar.

⁷⁰⁸ «Quoi qu’il en soit, lorsque c’est une personne (et non un système) qui exerce un leadership, s’il est préférable que celle-ci possède les qualités d’un leader fort, doté d’une image de puissance qui donne à sa personnalité une force symbolique hors du commun. [...] C’est une *position attribuée* par un système d’organisation sociale qui est reconnu par tous les membres de la société. La légitimité se soutient donc d’une reconnaissance et d’une croyance collective» (Charaudeau, 2015: 2).

⁷⁰⁹ «D’une façon générale, le mécanisme par lequel on est légitimé est un mécanisme de *reconnaissance*, par le corps social, du droit à agir au nom d’une valeur qui est acceptée par tous.» (*id. ibid.* :3).

⁷¹⁰ «La crédibilité est avant tout une question d’image, d’image du sujet parlant. Il n’y a pas d’acte de langage qui ne passe par la construction d’une image de soi, que le sujet en question cherche à la construire ou qu’il s’en trouve affublée sans qu’il en ait

pelo qual o orador constrói o seu *ethos*⁷¹¹. De sublinhar que ao *ethos* carismático presidem três condições: a sua fonte⁷¹²; a sua manifestação, pelo fascínio⁷¹³ da sua personalidade; e a sua interação⁷¹⁴, já que o carisma deve corresponder às necessidades de identificação dos cidadãos que sintam, de alguma forma, um vazio identitário ou que sofram de «decadência social». Desta forma, o líder carismático tornar-se-ia um suporte de identificação na ilusão de alcançar um ideal, postula Charaudeau (2015: 7). Contudo, na política, o carisma é de uma outra natureza e oscila entre dois tipos de discurso:

discours à forte teneur symbolique et discours de fermeté pragmatique. Il faut que le discours du politique soit porteur de *valeurs* pour que le peuple puisse se voir dans le miroir d'une idéalité de « bien vivre ensemble », mais il faut aussi qu'il manifeste une force hors de l'ordinaire de celui qui l'exprime afin de donner l'impression que lui seul est en mesure d'atteindre cette idéalité. Encore faut-il que le leader soit entouré d'une nébuleuse, qu'il soit défini dans un flou qui permette de «possibles identifications», car le propre du processus d'identification est que celui dans lequel on se projette laisse de la place à ceux qui veulent entrer en lui. (Charaudeau, 2015: 7)

Charaudeau (2015) identifica vários tipos de carisma político: o carisma messiânico, o carisma cesarista, o carisma enigmático⁷¹⁵, o carisma do Sábio⁷¹⁶, o carisma *alma mater*⁷¹⁷. De advertir, com o autor, que o carisma é uma construção constante, tomando diferentes figuras de *ethos* consoante o teor dos discursos e o auditório ao qual se dirige, ao quais acrescentamos as circunstâncias dos mesmos e o papel institucional do orador.

véritablement conscience» (*id. ibid.*: 4).

⁷¹¹ Recorde-se com Charaudeau que *ethos* e carisma (categorias distintas da legitimidade) dependem das circunstâncias sociais de comunicação (2015: 2).

⁷¹² «Il est vrai que le charisme s'attache à des personnalités exceptionnelles qui, initiées d'une façon ou d'une autre, prennent figure de prophètes, lesquels profèrent des annonces apocalyptiques ou épiphaniques, et qui se présentent comme des sauveurs venus d'un ailleurs, pour apporter le salut sur la Terre. [...] Il y a donc, de toute façon, dans le charisme, quelque chose de *mystérieux*, de magique, qui provient d'une source invisible» (*id. ibid.* : 5-6).

⁷¹³ «Il faut donc que le leader charismatique par son propre corps soit porteur de cette force de fascination qui doit renvoyer à un au-delà. Le charisme vient du corps. Le charisme est « présentiel » par un processus d'incarnation d'une énergie, d'une densité, d'un prestige qui habite un corps d'où rayonne un indéfinissable qui attire, voire hypnotise» (*id. ibid.* : 6).

⁷¹⁴ «Il faut que la personne charismatique se présente comme un *miroir-médiateur* de cet au-delà, de sorte que le public soit attiré dans un mouvement d'identification, et en même temps mesure que derrière le miroir il y a un idéal, une pureté, un absolu, inatteignable, une sorte de 'désir inessentiel'» (*id. ibid.*).

⁷¹⁵ Como personalidade representativa do carisma enigmático, Charaudeau indica o político François Mitterrand: «('le madré, le rusé, rendant ses intentions insaisissables derrière un regard interrogateur, accompagné parfois d'un sourire indéchiffrable'; 'l'homme de lettres cultivé, à la plume élégante et acerbe')». Face à brutalidade do carisma cesarista, encontra-se a figura «*trouble du séducteur*. Le charisme qui naît du *mystère* d'une personnalité dû à un mélange subtil d'ombre et de lumière» (*id. ibid.* : 10).

⁷¹⁶ Segundo Charaudeau, trata-se de uma personalidade «au-dessus des contingences politicardes». «Le vrai sage est en dehors du champ du pouvoir, il n'a pas d'autre horizon que l'idéal humain et se situe par-dessus les contradictions humaines. Il est empreint de compassion humaine sans émotion, car c'est en toute intelligence qu'il pense pour le peuple. Il se sent en empathie avec lui, il cherche à le sauver, non pour des raisons électoralistes comme les leaders populistes, mais parce que c'est là sa raison d'être» (*id. ibid.*).

⁷¹⁷ Diz respeito a mulheres carismáticas, sendo representativa deste carisma Eva Péron.

De relembrar que a nossa análise se circunscreve ao *ethos* revelado através dos discursos, não se pretendendo analisar a efetiva capacidade de influência do orador enquanto político (nem fazer juízos de valor sobre a sua conduta ética ou moral), mas sim destacar a construção de uma imagem de carisma exclusivamente pelo discurso. Neste sentido, privilegiámos a dimensão oratória do discurso e atribuímos um destaque ao líder do CDS-PP, Paulo Portas, reconhecendo-lhe, no âmbito do nosso *corpus*, um particular talento na «arte de argumentar».

Se a questão da identidade do enunciador está diretamente ligada à credibilidade e à autoridade do seu discurso (à probabilidade de o orador dizer a verdade), a eloquência do orador não é um fator de somenos na construção do seu *ethos* político, reforçamos. Ora, as intervenções de Paulo Portas, quer enquanto deputado da oposição quer enquanto Ministro⁷¹⁸, fazem prova de uma notável capacidade oratória, sendo mobilizadas uma panóplia de recursos retóricos que cumprem os objetivos de *delectare* – agradar ao auditório e mesmo deslumbrá-lo com as suas palavras e o seu raciocínio – bem como de *movere*, pela tentativa de persuadir e influenciar o auditório para aderir ao seu ponto de vista.

A ornamentação do discurso é, pois, uma característica do orador e contribui de sobremaneira para a eficácia do seu discurso. Se, por lado, resgatam o auditório à monotonia; por outro, as figuras concedem força aos seus argumentos, quando não se configuram elas próprias como argumentos. Observe-se, por conseguinte, o ataque ao Ministro José Sócrates:

- (95) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] o Sr. Primeiro-Ministro diz que *quer fazer uma «coligação com os portugueses»*. De acordo com as últimas notícias, o que me parece é *que os portugueses não querem fazer uma coligação consigo...!* (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 33)

As figuras de construção são frequentemente mobilizadas, sendo os enunciados apresentados em antimetábole (96) ou em jeito antimetábole (95)-(97) dos que mais impacto causam.

- (96) O Sr. **Ministro de Estado e da Defesa Nacional** (Paulo Portas): — [...] Não só este governo tem um rumo, o que é duvidoso que sucedesse no *consulado anterior*, como, curiosamente, *este é um Governo composto por dois partidos que funciona como uma equipa só. O anterior governo era composto por um só partido e nunca conseguiu superar a imagem de que era uma mera soma de fações.* (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5921)

⁷¹⁸ Ministro de Estado e da Defesa Nacional (2002-2004), do XV Governo Constitucional; Ministro dos Negócios Estrangeiros (2011-2013) e Vice Primeiro-Ministro (2013-2015), do XIX Governo Constitucional; Vice Primeiro-Ministro (2015) do XX Governo Constitucional.

- (97) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): [...] Como sabe, *há quem diga que é possível enganar muita gente pouco tempo ou enganar pouca gente muito tempo. O senhor foi mais longe e quis enganar toda a gente ao mesmo tempo. É por isso que hoje, em Portugal, os satisfeitos são poucos e os desiludidos são imensos.* São os jovens, cada vez mais desamparados quando procuram um emprego; são os casais desempregados, a quem aceitou dar, e logo retirou, um apoio melhor; são os idosos, a quem penalizou na pensão e vai penalizar nos remédios; são os doentes, a quem prometeu uma unidose que nunca chegou; são as Misericórdias, com quem nem negociou nem assinou o contrato que anunciou; são as PME, sufocadas entre o crédito que já não há e os impostos e contribuições que vão chegar; são os aforradores, a quem aumenta impostos e muda regras; são os contribuintes, a quem vai aumentar impostos duas vezes em seis meses; *são os agricultores, que desprezou, empobreceu e levou ao desespero;...* [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 57-60)

Repare-se, em (97), nos procedimentos retórico-argumentativos utilizados para referir as consequências da atitude do Primeiro-Ministro: mobiliza-se a argumentação pela causa com recurso à antítese («É por isso que hoje, em Portugal, *os satisfeitos são poucos e os desiludidos são imensos.*»); faz-se uso da argumentação pela ilustração, suportada na anáfora, com enumeração dos exemplos; retoma-se o argumento da causa no final, com recurso à gradação, que se configura como um procedimento agravador do descrédito do Primeiro-Ministro. Note-se, por outro lado, como a figura utilizada em (96) constrói um *ethos* de competência, inversamente proporcional à imagem construída do adversário (note-se o termo sarcástico «consulado»), sendo que a argumentação em (97) se configura valorizadora do orador, que, deste modo, constrói um *ethos* de solidariedade. Observe-se, por curiosidade, como a antimetábole utilizada no ataque contra José Sócrates em 2010 (97) é semelhante à figura mobilizada pelo orador no seu ataque contra António Guterres em 2001 (98). Como procedimento de atenuação do valor ilocutório das asserções precedentes (98a), de mencionar a figura da concessão no argumento justificativo («Porque errar é humano!») (98b), visando-se ganhar a simpatia do auditório. Contudo, o advérbio de predicado («agora») funciona como marcador de uma nova orientação argumentativa, agravando-se a crítica tanto pela modalização deôntica tanto pela figura da repetição.

- (98) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): [...] Depois, Sr. Eng.º António Guterres, *aconteceu-lhe perder completamente a credibilidade. Perdeu a credibilidade económica!*
 (b) Porque é humano, o Sr. Primeiro-Ministro pode cometer *alguns erros em muito tempo* ou *muitos erros em pouco tempo (de preferência!)*, agora *não pode é cometer todos os erros todo o tempo! Não pode só cometer erros todo o tempo*, que é o que está a acontecer! (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, pp. 36-37)

A figura do poliptoto, referente ao emprego de palavras flexionada do vocábulo «determinação» é de uso recorrente, sobretudo, nos seus ataques ao Primeiro-Ministro José Sócrates, não só no debate de 2007 (99) como também no de 2010 (100). O deputado integra uma das palavras-chave

do discurso de abertura do Primeiro-Ministro⁷¹⁹ para melhor refutar a sua argumentação; em (99), pela concessão, em (100), pela antanáclase.

(99) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] *É determinado, é certo*, como lhe disse aqui uma vez, vai mostrando, sobretudo, a sua *determinação* com a paciência com que mantém os ministros do seu Governo que já lá não deveriam estar. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 56)

(100) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Perceba isto, Sr. Primeiro-Ministro: a sua maior qualidade, que é a *determinação*, deixou de prestar qualquer serviço ao País. É impossível não concluir, ouvindo o seu discurso, que o senhor é determinado no erro, na ilusão e na fantasia. (DAR; X Legislatura, nº 81, 15/07/2010, p.58)

Para a construção de um *ethos* carismático contribuem também as figuras que estabelecem uma convivência com o auditório e que o encantam pela surpresa (ressalve-se, naturalmente, o grupo visado pela crítica). Como manifestação da modalidade polémica que caracteriza o contradiscurso de Paulo Portas, regista-se a reapropriação de expressões lexicalizadas (101) [estar entre a espada e a parede], bem como a paródia a provérbios (102)⁷²⁰ [os cães ladram e as caravanas passam], que ativam a memória, em razão da familiaridade das palavras e das suas sonoridades. Pela novidade e estranheza que provocam, as fórmulas deturpadas ou adaptadas configuram-se como meios eficazes de captar a atenção e favorecer a persuasão⁷²¹.

O orador faz também prova de um *ethos* de inteligência pela habilidade argumentativa que demonstra em (101)⁷²²: opõe, causando surpresa, o vocábulo de conotação positiva «futuro» ao binómio direita/ esquerda, impondo a visão de que a esquerda é passado; logo, negativo. Reforça ainda o seu argumento pela desclassificação do partido do espectro mais à esquerda, pela seleção do adjetivo de conotação pejorativa, intensificado pelo advérbio reforçador da asserção («profundamente arcaico»).

⁷¹⁹ «O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Mas estou aqui [...] com a consciência [...] de que ainda há caminho a percorrer para que todos os nossos objetivos sejam cumpridos e com a firme *determinação* de prosseguir o rumo traçado.» (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 6)

«O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] reconhecemos as dificuldades, mas encaramo-las com *determinação* e com confiança.» (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 14)

⁷²⁰ Paulo Portas faz alusão a um incidente entre os peixeiros e o Ministro da Administração Interna passado na lota de Matosinhos.

⁷²¹ Refere Krieg-Planque que «les défigements, en dépit de leurs allures parfois ludiques ou amusantes, sont à même de participer aux dynamiques politiques et sociales qui s’effectuent par le discours. En revivifiant des énoncés antérieurs qu’ils contribuent ainsi à faire circuler, ces défigements impriment les marques de positions nouvelles ou sont des vecteurs de jugements sur les locuteurs dont ils reprennent la parole» (2017: 197).

⁷²² Trata-se de um segmento do discurso da moção de censura do CDS-PP ao Governo de António Guterres (PS).

- (101) O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) : — [...] E depois há esta coisa extraordinária, para tentar agradar ao PCP [...] V. Ex.^a não escolheu *a parede, nem a espada. Escolheu virar à esquerda. Eu estou virado para o futuro* e quero lá chegar primeiro, quero lá chegar mais depressa. Não chego lá, com certeza, com um partido que ainda é, nas questões económicas e sociais, *profundamente arcaico*, como é o caso do Partido Comunista. (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3355)
- (102) O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) : — [...] E diga-lhe [ao Ministro da Administração Interna] uma coisa, Sr. Primeiro-Ministro, é que os *Ministros passam e os peixeiros ficam!* (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3336)

Observe-se igualmente o descrédito do adversário em (103) pela analogia que recorre à expressões bíblica «É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico no Reino dos Céus» (Mt 19:22-24). De relembrar a rentabilidade da analogia como forma de dedução de significados, considerando as imagens prévias que o auditório já tem consolidadas.

- (103) O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, vou dizer-lhe uma coisa: é mais fácil um cidadão da Estónia aprender o dialeto barranquenho do que um cidadão português compreender o que o Ministro da Administração interna quer para Barrancos! (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3356)

O apelo ao absurdo é uma constante no seu discurso e apresenta um intuito de provocação, como se ilustra em (104), relativamente ao pedido de demissão do Ministro da Administração Interna do Governo de Guterres. Note-se também o agravamento da imagem de incompetência do Ministro pela utilização do jogo de palavras entre «Ministro da Segurança» e o vocábulo homónimo «segurança»⁷²³ e a antonímia conseguida pela figura da derivação: «segurança» / «insegurança».

- (104) O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, convença-o a fazer o que deve ! «Remodele-o», que é o melhor! *Coloque-o em ministro do futebol*, se quiser, porém da *segurança* não, porque ele deixa um estado de *insegurança* generalizado em Portugal! (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3356)

Já enquanto Vice-Primeiro-Ministro do Governo de Passos Coelho, Paulo Portas procede à caricatura da postura da oposição, que persiste em negar «os factos do crescimento», através argumento do terceiro excluído, cujo efeito persuasivo é conseguido pela disposição em paralelismo dos enunciados antitéticos que se iniciam pela oração subordinada adverbial condicional. Note-se também o contributo persuasivo do homeoteleuto («se o desemprego *desce*, é a emigração que *floresce*»). A invalidação da perspetiva da instância adversária é feita no enunciado final, pelo apelo ao ridículo (note-se o marcador «Só falta dizer que») que visa persuadir o auditório para a tese da «teoria conspirativa» (105).

⁷²³ Segundo Aristóteles, a homonímia constitui um dos paralogismos ligados ao discurso [*in dictione*] (cf. Plantin, 2016: 287).

- (105) O Sr. **Vice-Primeiro-Ministro** (Paulo Portas): — [...] Se o desemprego sobe, é o patrão que despede, mas, se o desemprego desce, é a emigração que floresce; se os juros descem, a virtude é da Europa, mas, se os juros sobem, a culpa é do Governo; se a economia retrocede são as reformas que não resultam, mas, se a economia anima, a proeza é da Constituição; se as exportações pulam, são os combustíveis, mas se contraem é porque atingiram o seu limite. Nesta parafernália argumentativa, algo deslocada da mais sucinta consistência, só falta dizer que os turistas que maciçamente escolhem Portugal como destino vêm para cá porque vêm manifestar-se contra o Governo. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 65)

Tanto a derisão como a ironia agressiva e o humor são característicos do estilo argumentativo de Paulo Portas (também enquanto ministro) e constituem uma das componentes do seu *ethos* carismático. No seu discurso de encerramento, o Ministro de Estado e da Defesa Nacional descredibiliza o deputado José Sócrates (PS) através de um enunciado humorístico com ecos de história infantil (criando assim uma comunhão com o auditório) que simula (parodia) a sua atitude irresponsável pela figura do dialogismo (106b), denunciando a sua estratégia de posicionamento no seu próprio partido. Repare-se novamente na estrutura paralelística dos enunciados (106a)-(106b), que confere ritmo ao discurso e cria um efeito de persuasão. De salientar igualmente a seleção das formas verbais «salta» (106a) e «agita» (106b), precedida do advérbio modal com valor de tempo para sugerir dinamismo persistente de José Sócrates em condicionar a liderança do PS.

- (106) (a) O Sr. **Ministro de Estado e da Defesa Nacional** (Paulo Portas): — [...] Se o líder do PS, legitimamente, ainda hesita quanto a questões fundamentais, *logo salta o Eng.º José Sócrates para o amarrar ao caminho errado, sabe Deus porquê!*
 (b) Se o líder do PS tem de decidir, com a responsabilidade que essas decisões encerram, o posicionamento do partido relativamente a leis que aferem a credibilidade externa do estado português *logo se agita o Eng.º José Sócrates como quem diz: «Líder, se líder queres continuar a ser, faz o que as sondagens mandam, não faças o que o País precisa!»* (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1260)

Profusamente utilizadas por Paulo Portas, a anáfora e a repetição amplificam o conteúdo dos seus discursos, já que, a amplificação, como observa Meyer, «brosse un spectacle de ce qui se passerait si un certain état de choses prévalait, ce qui éveille l'indignation, la honte ou l'attirance» (2008: 176). As paixões são alimentadas pela amplificação dos contrários, pelo que a antítese – que revela «autant de la construction languagière que de la stratégie des interlocuteurs de négocier la distance» (Meyer, 2008: 140-141) – é de utilização exaustiva no discurso de Paulo Portas, não só como forma de marcar o distanciamento do orador com a perspetiva do Governo, mas, sobretudo, de mostrar o distanciamento do Governo com a realidade, para além de se configurar uma estratégia eficaz para colocar em contradição o adversário, contrapondo um dizer a outro dizer ou um dizer a um fazer (ataque *ad hominem*).

Repare-se no efeito perlocutório da antítese em (107), que pretende suscitar o receio de um país governado por José Sócrates.

- (107) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — V. Ex.^a tinha um passado prometedor, mas penso que os portugueses têm um futuro inquietante. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 56)

Em (108), Paulo Portas estabelece o contraste entre a sua perspetiva negativa acerca do estado do país e a visão otimista do Primeiro-Ministro, apresentada pelo argumento do espantalho. O efeito de presença é conseguido pela estrutura anafórica dos enunciados que concede força à enumeração, selecionando-se o *topos* metafórico do âmbito desportivo («campeão»), amplificador das perspetivas apresentadas (hipérbole), com o propósito de salientar a incompetência do adversário e o incumprimento das suas promessas. De notar ainda o efeito persuasivo da utilização da sinédoque («Portugal»), que «traduz o todo por uma parte encarada como essencial» (Meyer, 2018: 109).

- (108) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): —[...] O Sr. Primeiro-Ministro já disse que *Portugal é campeão* na retoma, que *Portugal é campeão* na saída da recessão, que *Portugal é campeão* no crescimento e que *Portugal é campeão* nas reformas. [...] *Se as reformas estivessem feitas, Portugal não seria, como é hoje, campeão no desemprego, campeão no endividamento, campeão na despesa, campeão no desperdício, campeão nas falências, campeão no facilitismo e campeão na injustiça social.* (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 58)

Igualmente em (109) se evidencia a discrepância entre a realidade e o discurso (do ano anterior) de José Sócrates. De forma a melhor conduzir o auditório à aceitação da sua «verdade», o orador recorre ao argumento do excesso – note-se a orientação veridictória e a força ilocutória (Bonhomme, 2014: 154) da hipóbole e da comparação, que desmentem com força o discurso de José Sócrates – e mobiliza a citação, repetida, das palavras do adversário⁷²⁴. Note-se ainda o eufemismo no enunciado final que reforça o discurso inverosímil do Primeiro-Ministro no balanço sobre o estado da Nação; parecendo mais preciso do que a qualificação de «mentiroso» pelo tipo de formulação, transpõe um juízo de valor para um juízo de facto (cf. Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 200).

- (109) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): —[...] «Sim, pusemos as contas públicas em ordem! Mas fizemos mais: restaurámos a credibilidade do Estado português». Esta frase de José Sócrates foi dita no debate do Estado da Nação, precisamente há um ano. *Um ano depois, Portugal tem o maior endividamento de sempre, a maior carga fiscal de sempre, a maior despesa pública de sempre, o maior desemprego de sempre.* [...] — «as contas estão em ordem! Restaurámos a credibilidade de Portugal» — é apenas um expressivo exemplo de como o Sr. Primeiro-Ministro tem contactos curtos e intermitentes com a realidade. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 57)

⁷²⁴ Citar o discurso do adversário «c'est pour en faire le négatif de son propre discours et rarement pour le saisir dans la régulation qui lui est propre», lembra Maingueneau (1991: 138).

De mencionar também em (110) a força persuasiva dos procedimentos selecionados na argumentação *ad hominem*. O orador coloca-se numa posição de domínio pela modalização deôntica («alguém tem de lhe dizer») e procede a um ataque à imagem do Primeiro-Ministro pela oração completiva que integra duas expressões nominais – cada uma seguida de um adjetivo axiológico negativo («que o senhor é o *político errado* para esta *hora difícil*») – que, sendo associadas, tornam evidente a tese de que o país «está em maus lençóis» com José Sócrates no comando. De forma a validar o seu ponto de vista, o orador invoca o conhecimento doxal (da incapacidade do Primeiro-Ministro em manter as promessas) fazendo apelo *ad populum* («os portugueses sabem») e recorre à paráfrase de uma frase conhecida (110a) para conceder força ao seu argumento, já que é um elemento de comunhão. É também uma estratégia de aproximação com o auditório (alargado) a seleção do vocábulo de registo popular «pantominou» (110b), que causa um efeito de surpresa pela informalidade no meio do discurso. De salientar, como procedimentos criadores de persuasão no argumento de ilustração da sua tese, a sinonímia das formas verbais do campo lexical do engano e da mentira, bem como a utilização da figura do homeoptoto, que produzem um efeito de profusão e concedem um particular ritmo à enumeração.

(110) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): —[...] Sr. Primeiro-Ministro, *alguém tem de lhe dizer que o senhor é o político errado para esta hora difícil. Os portugueses sabem que qualquer semelhança* entre o que o Primeiro-Ministro disse, antes das eleições, e o que o Primeiro-Ministro faz, depois das eleições, *é uma mera coincidência*.

(b) Na verdade, o senhor *mentiu* sobre o valor do défice; *subestimou* a questão do endividamento; *ludibriou* quanto aos impostos; *iludiu* sobre o TGV, as autoestradas e o aeroporto; *pantominou* sobre os fundos comunitários na agricultura; errou na avaliação dos professores; *facilitou* no Estatuto do Aluno; *enganou* nas leis penais; *incumpriu* quanto ao reforço da polícia; *negou* o que dissera nas prestações sociais, e, como todo o País sabe, *fantasiou* nas SCUT. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 57)

Como afirma Meyer,

Un bon rhéteur sait transformer une valeur, plus objective, plus extérieure, donc plus distante en passion. D'où l'idée de peindre, de raconter, de rendre vivantes et proches des valeurs qu'il s'agit de mettre en scène, pour obtenir la faveur (ou l'acquiescement) ou la condamnation des individus. (2008: 176)

Ora, em (111), são precisamente os valores, ou, mais precisamente, a diferença de valores que é objeto da argumentação. O discurso é estruturado pela anáfora («no país de Sócrates»), seguida das asserções antitéticas, opostas pelo operador argumentativo. Note-se como a segunda asserção apresenta uma força maior do que a primeira asserção, com um valor de restrição. A enumeração de exemplos concretos, para além de conferir uma maior clareza à argumentação, visa persuadir para o absurdo das medidas tomadas por Sócrates, tese reforçada pelo julgamento no comentário

metadiscursivo: «Deve ser uma estranha hierarquia de valores!». Efetivamente, o orador afirma no discurso a sua identidade política pela condenação dos valores ideológicos do Governo, no que respeita ao aborto, à toxicodependência e à «inserção social». Na peroração do seu discurso (111b), Paulo Portas sintetiza a sua posição de distanciamento relativamente às políticas e valores de Sócrates e intensifica o ataque, atribuindo ao adversário a qualificação de «perigoso», pese embora o uso do verbo modal de valor desiderativo⁷²⁵ na oração de polaridade negativa («não gostaria»), atenuador da força da asserção. De salientar a subtilidade do jogo semântico entre os adjetivos «feroz» e «perigoso», que evidencia um *ethos* de inteligência.

- (111) (a) O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — [...] É que, no «país de Sócrates», o Estado cobra dívidas de 4 € *mas atrasa-se, pelo menos, 4 meses, nos pagamentos às empresas*. No «país de Sócrates», aprova-se a responsabilidade penal das pessoas coletivas, *mas é só das pessoas coletivas privadas, porque, curiosamente, ficam livres de pecado, culpa ou responsabilidade as empresas públicas, as entidades públicas empresariais e as sociedades anónimas que o Estado cria*. [...] No «país de Sócrates», um professor com opiniões sobre o Primeiro-Ministro, o Professor Charrua, vai para a rua *mas, quando há erros nos exames, ninguém vai para a rua*. [...] No «país de Sócrates», a mulher que aborta livremente, *por seu pedido, tem direito a ficar um mês em casa com 100% do salário, uma grávida que tenha uma doença séria fica em casa com 65% do salário*. No «país de Sócrates», um toxicodependente tem direito a seringa, *de graça, mas um diabético paga a «tira» dos diabetes e, em parte, o seu tratamento*. No «país de Sócrates», a multa para quem é fumador pode ir até ao dobro da multa para quem consome cocaína. *Deve ser uma estranha hierarquia de valores!*. [...] no «país de Sócrates», um idoso com uma pensão de 87 contos paga IRS, *um jovem, na força da vida, recebe rendimento social de inserção, cada vez mais e cada vez maior*. [...]
- (b) Sr. Primeiro-Ministro, *distinguem-nos políticas e, muitas vezes, valores*. V. Ex.^a, um dia, definiu-se como um animal feroz. A mim, impressiona-me um pouco esse autorretrato e *não gostaria que o País passasse a considerar que o Primeiro-Ministro José Sócrates, para além de ser feroz, é perigoso*. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, pp. 58-59)

A legitimidade de Paulo Portas, enquanto deputado da oposição, parece construir-se através de uma capacidade de gerar e alimentar o conflito, registando-se uma preferência pela desqualificação no plano do *ethos*. Não só o discurso do adversário é posto em causa como a sua pessoa é alvo de sistemáticos ataques, inclusive, com recurso à violência verbal.

A adoção de uma postura polémica mobiliza ataques *ad personam* em todos os debates, sendo uma característica do seu discurso os enunciados agressivos. Os exemplos relativamente aos debates de 2010 (112) e 2001 (113) têm em comum o facto de mobilizarem *dismissals*⁷²⁶, um dos atos que configuram *the impoliteness* (Culpeper, 2011: 135), que compreendemos como uma subcategoria da agressão verbal.

⁷²⁵ A modalidade desiderativa veicula valores de vontade, desejo e esperança, por parte do enunciador (cf. Oliveira & Mendes, 2013: 634).

⁷²⁶ Culpeper (2011: 135) classifica estes atos ([Go][away]; [Get][lost/out]) como formas convencionais diretas de descortesia (*Conventional direct linguistic impoliteness*).

A situação de gravidade do país é designada pelos *topoi* metafóricos do «pântano» e do «atoleiro» (112), que criam uma representação de incompetência do Governo e, em particular, do Primeiro-Ministro. O ataque faz-se no plano pessoal (*ad personam*), pela alusão à falta de capacidades essenciais (credibilidade) do adversário para liderar o país (112b) – note-se a clarificação do argumento pelo recurso à expressão lexicalizada (112b) –, o que justifica o apelo à sua demissão («saia, Sr. Primeiro-Ministro!»). A provocação de Paulo Portas vai ao ponto de sugerir, inclusive, um Governo de coligação com o partido do Primeiro-Ministro (PS), mas sem a sua contribuição; note-se a asserção categórica de quem sabe qual a melhor solução para o país («Mas isso consigo, Sr. Eng.º José Sócrates, não é simplesmente possível!»), que constrói um *ethos* de liderança. De evidenciar ainda a estratégia de apelar aos valores do adversário pela modalidade injuntiva («tenha um gesto de humildade», «perceba o mal que está a fazer a Portugal»), solicitando, de forma ofensiva, a sua permissão para «que o seu partido escolha outro primeiro-ministro» (112c). De referir com Perelman e Olbrechts-Tyteca que a modalidade injuntiva «não tem força persuasiva: todo o seu poder vem do ascendente da pessoa que ordena sobre a que executa: é uma relação de forças que não implica nenhuma adesão» (2006: 176), pelo que neste caso constrói um *ethos* de arrogância pela posição de superioridade em que o orador se coloca.

- (112) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Primeiro-Ministro, ponha a mão na consciência, perceba o mal que está a fazer a Portugal e tenha um gesto de humildade: *saia, Sr. Primeiro-Ministro!* [...]
 (b) Permita que o seu partido escolha outro primeiro-ministro, que escolha *alguém moderado, credível e com os pés assentes na terra*. [...]
 (c) E se quer saber, em minha opinião, o que o País, neste caso e só neste, deveria ter era uma coligação entre o PS, o PSD e o CDS... [...] para três anos, com o objetivo de tirar Portugal deste *atoleiro* ou deste *pântano*, se preferir [...]. *Mas isso consigo, Sr. Eng.º José Sócrates, não é simplesmente possível!* (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 60)

Em (113), Paulo Portas mobiliza como «figura de escolha» a metáfora do «pesadelo» para designar a governação de António Guterres, que é diretamente qualificado de incompetente; note-se a estratégia de identificação com os portugueses pela enunciação na primeira pessoa do plural («nós-instância cidadã», cf. Manole, 2020). O procedimento da dissociação (113b) agrava de sobremaneira a crítica ao Primeiro-Ministro pela seleção do nome axiológico negativo «podridão», que remete para valores morais. De salientar a configuração opositiva do «esquema figural» (Bonhomme, 2014: 66) do enunciado (113b), suportada no paralelismo e na antítese, como mais um dos recursos valorizadores do *ethos* do orador, que constrói uma «figura de grandeza» (Charaudeau, 2014a: 138) pela asserção delocutiva. A estratégia de adesão a uma imagem de desqualificação do Primeiro-

Ministro convoca o procedimento polémico da designação (« é o Governo do 're'») e a amplificação do argumento pela «reativação de uma referência ostensiva» (Bonhomme, 2014: 112). O argumento de ilustração mobiliza as figuras da presença – paralelismo anafórico (113c) e anáfora retórica (113d) –, que Angenot (1982) inclui nas «figuras de asserção» e que conferem particular dinamismo ao discurso pelo efeito de martelamento, intensificado ainda pela aliteração (do prefixo 're'). O efeito de presença é também conseguido pela repetição da mesma ideia com recurso a vocábulos diferentes – metábole –, que aumentam o rendimento cognitivo dos enunciados, bem como «pela asserção transformada em diálogo minimal» (Bonhomme, 2014: 167). Note-se o aumento de tensão da subjeção (113d), pelo seu alcance ilocutório. A comunhão⁷²⁷ aumenta-se em (113e) pelo ataque *ad personam*, que consubstancia uma afronta e uma humilhação ao Primeiro-Ministro tanto pela injunção na parêmbola («diga comigo «33»!»), tanto pelo ato agressivo mobilizado na peroração («Saia! Vá-se embora, porque isso é melhor para Portugal!»). Pela figura da insolência, o orador marca a sua posição de domínio e constrói um carisma cesarista⁷²⁸.

- (113) (a) O Sr. Paulo Portas (CDS-PP):—[...] O Sr. Eng.º António Guterres está há 2000 no Governo de Portugal. [...] Se não cair amanhã, como pode cair, *não sei como vamos aguentar mais 700 dias deste pesadelo que é a sua incompetência para governar Portugal.* [...]
- (b) O senhor costuma afirmar que é o *garante da estabilidade*, e eu respondo-lhe, com toda a clareza, o seguinte: *a estabilidade da confiança é boa para o País, a estabilidade da podridão é péssima para Portugal!*
- (c) Sr. Primeiro-Ministro, eu diria até que o seu Governo está reduzido a um prefixo, que o seu é o Governo do «re». Isto porque o senhor já prometeu reformas, e nada! Já prometeu reorientar, e nada! Já prometeu retomar, e nada! Já prometeu remodelar, e nada! Nada funciona, Sr. Primeiro-Ministro!
- (d) [...] o senhor já prometeu «retomar» a confiança, já prometeu «renovar» o pessoal político, já prometeu «reorientar» o seu caminho, já prometeu «remodelar» o seu Governo, já prometeu «retificar» os seus orçamentos. Sr. Primeiro-Ministro, nada funcionou, ficou tudo na mesma! Sabe o que é que lhe falta prometer? Falta-lhe prometer: «Vou-me retirar do Governo»!

⁷²⁷ «A comunhão aumenta-se também por meio de todas as figuras com que o orador se esforça por fazer participar ativamente o auditório na sua exposição, atacando-o, solicitando a sua colaboração, assimilando-se a ele» (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2006: 198).

⁷²⁸ Trata-se de um carisma «fait d'autorité et de puissance, et le leader aura recours à la force si besoin est (appui militaire).» (Charaudeau, 2015: 9). Apresenta-se, geralmente, como uma figura poderosa, sem medo de nada, com um comportamento oratório «'fait de coups de gueule' (parfois même de 'coups de poing'), lançant des *formules chocs*, maniant l'*ironie* et la *provocation verbale*, comme Le Pen et Chávez. Car il faut rompre avec la langue de bois ('dire tout haut' ce que personne n'ose dire), et montrer qu'on ne se décourage jamais : c'est la figure du *battant* ». Acrescenta o autor que este tipo de carisma «a besoin de se doter d'un *ethos* de *guerrier*. Se faire le contestataire d'un ordre établi mauvais. [...] Se montrer rebelle, voir marginal, et surtout prendre l'attitude du *chef révolutionnaire*, du meneur d'hommes qui fascine et aimante les populations capables de le suivre jusqu'au sacrifice, comme Le Che et Fidel Castro. C'est ce que l'on a appelé le *charisme présentiel*. [...] Mais si le leader césarise se montre puissant, parfois même brutal, il faut qu'il se dise *représentant du peuple*. Le lien entre le chef et le peuple doit être plus sentimental qu'idéologique. Dans le face à face entre le leader et les masses, il doit y avoir fusion, ce qui lui donne une légitimité plébiscitaire» (*ibid.*: 9-10).

(e) Peco-lhe que aplique a si próprio, e com isto termino, a medida 33 — diga comigo «33»! — do programa do ainda Ministro Pina Moura, que diz o seguinte: «Extinguir, no prazo de 60 dias, os organismos inúteis.» «Organismo», será o seu Governo! «Inútil» é-o à face de toda a gente em Portugal! «Extinga-o», Sr. Primeiro-Ministro! *Saia! Vá-se embora, porque isso é melhor para Portugal!* (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, pp. 36-39)

As fórmulas de desclassificação do Governo empregues quer por António Guterres, em 1994 (114), quer por Durão Barroso, em 1999 (115) são parafraseadas no debate de 2010, configurando-se num dos célebres *soundbites* de Paulo Portas (116a). De evidenciar a força persuasiva no enunciado do deputado do CDS-PP concedida pela mobilização do argumento *ad populum*⁷²⁹, que delega a responsabilidade do conteúdo da asserção, utilizando, inclusivamente, o verbo de atitude proposicional («acham»), instituindo-se como porta-voz da instância cidadã. Paulo Portas alarga, pois, a sua perspetiva «aos portugueses», como se lhes dissesse o que pensar. A argumentação sustentada na opinião da *doxa* constrói um *ethos* de demagogia, em conformidade com uma imagem que lhe é geralmente atribuída (*ethos* pré-discursivo), imagem esta contrabalançada pela construção de um *ethos* dogmático, no segmento (116b). Na peroração do seu discurso, Paulo Portas convoca palavras do histórico do CDS-PP para reforçar a adesão do auditório à imagem degradada do Primeiro-Ministro, para a qual contribui também o valor estético do enunciado.

(114) O Sr. **António Guterres** (PS): — [...] Sr. Presidente, Srs. Deputados: *O Primeiro-Ministro, o PSD e o Governo já não são parte da solução. São apenas parte do problema.* (DAR, I Série – 88, 1994/07/07, p. 2855)

(115) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] Hoje, *este Governo não é fator de solução; é, cada vez mais, uma fonte de problemas.* [...] (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 27)

(116) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Primeiro-Ministro, o senhor é passado, já não recupera, os *portugueses não o veem como solução, vêem-no como problema, acham* que quem nos trouxe a esta crise não é capaz de nos tirar dela. [...]

(b) *Faço-lhe, é certo, um pedido difícil, mas ofereço, em contrapartida, uma solução que é duradoura: já não era, como diria o Professor Adriano Moreira, mau começo para o futuro, porque ao presente não vejo remédio.* (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 60)

O argumento *ad verecundiam* constrói o *ethos*, já o sabemos, e é convocado para confirmar a opinião que se quer defender. É de utilização recorrente como forma de confirmação dos dados, com recurso à autoridade dos especialistas. Já a argumentação com recurso a uma autoridade reconhecida ou de prestígio serve de caução (sobretudo ideológica), e Paulo Portas é dos deputados que mais recorre à citação de personalidades dos vários campos do saber (vd. Cap. 2), construindo um *ethos* de inteligência pela figura do «homem culto» (Charaudeau, 2015). Ora, uma das astúcias de Paulo

⁷²⁹ Lembre-se que o argumento *ad populum* é considerado um argumento falacioso, já que se considera algo aceitável porque é considerado aceitável por muitas pessoas.

Portas é precisamente a citação de nomes de prestígio afetos ao campo ideológico do adversário como forma contestar os seus argumentos⁷³⁰ (vd. [119]). Ao censurar a reforma fiscal feita por António Guterres, o deputado do CDS-PP procede a um ataque pessoal – dispensando, inclusive, o título na fórmula de tratamento («Foi isto que o senhor não entendeu») –, apoiando-se na citação de Helmut Schmid para impor a ideia de que não é aumentando nos salários que se investe no país (117a).

(117) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP):—[...] Vou citar-lhe uma frase de um grande social-democrata, estadista da Internacional a que o senhor preside, chamado Helmut Schmidt, que dizia: «O investimento de hoje é a riqueza de amanhã e o emprego de depois de amanhã». Foi isto que o senhor não entendeu. [...]

(b) Sr. Primeiro-Ministro, *vou citar alguém que eu e o Sr. Primeiro-Ministro conhecemos e admiramos: «A esperança é a inteligência do coração». O coração de Portugal já não bate por si, a inteligência de Portugal está contra si e consigo não há nenhuma esperança!* (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 39)

A citação estabelece, por outro lado, a conivência com o auditório, e o orador vai mais longe, diminuindo a distância com adversário pela referência ao conhecimento comum (117)-(119). O *ethos* de inteligência é construído também pela argúcia revelada no alcance ilocutório (persuasão) das figuras do discurso mobilizadas em (117): a anadiplose («... a inteligência do coração». O coração de Portugal...»), a epífora («...já não bate por si, a inteligência de Portugal está contra si»), a repetição dos três nomes utilizados na citação, a metonímia («coração»; «inteligência») e a sinédoque agregadora («Portugal»). Note-se como o tom categórico das asserções (e da definição) constrói igualmente um *ethos* de liderança.

Como referem Perelman e Olbrechts-Tyteca,

a organização dos dados com vista à argumentação consiste não somente na interpretação dos mesmos, na significação que lhes concedemos, mas também na apresentação de certos aspetos desses dados graças aos acordos subjacentes à linguagem de que nos servimos. Essa escolha manifesta-se «da maneira mais aparente» pelo uso do *epíteto*. (2006: 140-141)

Para além do aspeto figural do seu discurso, contribuem de sobremaneira para a construção do carisma de Paulo Portas os epítetos desvalorizadores e ofensivos atribuídos ao adversário (interlocutor e instância partidária), bem como as formas criativas de qualificação pejorativa através

⁷³⁰ Cazalbou observa a eficácia da apropriação das autoridades do adversário : «si x se réfère à a qui est une autorité pour y, ce dernier ne peut s'opposer, car il risque de discréditer l'autorité qui fonde son propre discours et donc se disqualifier lui-même. Dans ce cas de figure, peu importe, d'ailleurs, le contenu de la proposition invoquée, seul compte le piège tendu à l'interlocuteur (2012: 248).

da nomeação (118) e da denominação que categorizam os acontecimentos (vd. *infra*) – os *soundbites*, fenómeno no qual o orador é exímio.

- (118) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] aquilo a que costumo chamar uma «*clonagem de Sócratinhos*» [sic] [...] (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 58)

De evidenciar o epíteto que desqualifica o Governador do Banco de Portugal pela sua «inconstância», jogando-se com o antónimo do nome próprio (119).

- (119) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): —[...] Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a diz «não faço truques orçamentais», acusando sempre outros de os fazerem. Não há dúvida nenhuma! Ora, a transformação da Estradas de Portugal em sociedade anónima é exatamente o exemplo do que é um truque orçamental! [...] Aliás, não sou eu que o digo, Sr. Primeiro-Ministro. Quem o diz é o Prof. «*Vítor Inconstância*»! Só que, na altura do anterior governo, a Estradas de Portugal não podia sair do défice, segundo o «relatório Constância»; agora, não se sabe o que pensa o Dr. Vítor Constância sobre o facto de ser não apenas uma EPE como uma sociedade anónima. [...] (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 56)

De lembrar igualmente a fórmula que imprime uma imagem de arrogância ao Primeiro-Ministro – «picareta arrogante» (120a) –, sendo o ataque posteriormente retaliado pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares. Augusto Santos Silva não só atribui a Paulo Portas o epíteto do «rei dos trocadilhos» (121) como recupera o nome «estrela» do seu discurso (120b), associando-lhe um adjetivo pejorativo (de sonoridade semelhante ao que foi utilizado no ataque a José Sócrates): «estrela declinante» (121).

- (120) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] V. Ex.^a, um dia destes, fica conhecido como «*picareta arrogante*».
(b) [...] Diga-nos, Sr. Primeiro-Ministro, porque, se não, tenho de encontrar uma forma de conjugar o verbo «anunciar», segundo José Sócrates, do seguinte modo: eu anuncio — V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro. Tu acreditas — por exemplo, o Deputado Alberto Martins. Ele não faz — os seus Ministros. Nós esperamos — a oposição. Vós fazeis de conta — o Governo. Eles, o povo, a Nação portuguesa «*fica a ver estrelas*», porque não há qualquer comparação entre o que V. Ex.^a anuncia da tribuna e o que se passa na realidade! (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, pp. 56-57)
- (121) O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — O Sr. Deputado Paulo Portas tentou disputar o «campeonato» de quem faz melhor redações com trocadilhos, alguns mal-educados. Em relação a esse «campeonato», o Sr. Deputado Paulo Portas pode ficar descansado, pode ficar como o «*rei dos trocadilhos*». Usando os seus próprios termos, sabemos o que dói ao Sr. Deputado Paulo Portas. São duas coisas. Em primeiro lugar, é o Sr. Deputado perceber que é uma «*estrela declinante*». Fez comparações com duas palavras — um substantivo e um qualificativo —, mas sabe que a expressão que melhor se lhe adequa é «*estrela declinante*». (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 63)

Já num outro registo menos agressivo, de falsa cortesia («começaria por felicitá-lo»), Paulo Portas procede à valorização do seu *ethos* político, reivindicando para o seu partido a paternidade de algumas medidas tomadas pelo Governo (note-se a estratégia da metáfora da fatura e da amplificação pela repetição) e repara a imagem de demagogo atribuída pelo Primeiro-Ministro, representando-o, por sua vez, como oportunista. O deputado constrói, portanto, um *ethos* de

competência e também de solidariedade (122b), pela defesa dos mais desfavorecidos, obedecendo a uma estratégia identitária do partido. De referir como estratégia de persuasão (ou manipulação) a mobilização do argumento *ad populum* (122c)-(122d), que constrói uma imagem de demagogia.

- (122) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: Começaria por felicitá-lo e enviar-lhe uma modesta fatura de direitos de autor porque reparei que o Governo aderiu, tardia e timidamente, a ideias que antes negou e que são ideias que o CDS aqui apresentou. [...]
- (b) Hoje, o que Sr. Primeiro-Ministro aqui veio anunciar *é exatamente aquilo que lhe sugerimos há muito tempo, que era que apoiasse mais as IPSS em matéria de apoio aos idosos, apoio aos doentes, guarda de crianças, apoio aos que têm fome e não conseguem ter dinheiro para almoçar ou jantar*. Foi isso que, hoje, a três meses das eleições, o Sr. Primeiro-Ministro veio aqui anunciar, *mas foi a propósito disso que, há quase um ano, o Sr. Primeiro-Ministro me acusou de ser demagogo, quando eu lho propus. Bem-vindo mais uma vez, Sr. Primeiro-Ministro!*
- Aplausos do CDS-PP.*
- (c) Mas, deixe-me dizer-lhe, *os portugueses começam a achar que, na volta*, o melhor era haver eleições todos os anos porque só quando se aproximam as eleições é que o senhor retifica.
- (d) *E os portugueses também sabem uma coisa: quando o CDS propõe, normalmente, o senhor despreza ou ofende; uns tempos mais tarde, pega nas ideias, quando já estamos perto das eleições, quer tomá-las, já não há tempo de as tornar efetivas, elas são um mero anúncio e nem sequer reconhece que os direitos de autor eram do CDS. É por isso que tenho de lhe mandar a devida fatura!* (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, pp. 64-65)

A enunciação elocutiva em (123) constrói um *ethos* de liderança, mostrando o orador uma forte adesão ao seu discurso. De notar a modalidade deôntica («A minha obrigação»), que constrói uma imagem de credibilidade, apresentando-se o líder do CDS-PP como porta-voz de um partido com vocação governativa, evidenciando uma vontade em contribuir para a reversão do estado crítico do país, mostrando-se como um homem de ação. Paulo Portas assume-se, portanto, como uma alternativa ao Governo, procurando mostrar, através de medidas concretas, o que mudaria na governação e como um Governo do CDS-PP poderia fazer melhor. Constrói um *ethos* de competência pelas propostas de redução da despesa, com menção aos dados quantitativos, que evitariam uma subida de impostos. Para melhor persuadir, estabelece uma convivência com o auditório através do subentendido («e não estou a falar de ...»), que suscita a formação de uma ideia de descrédito do executivo, despesista e clientelista, contrária à imagem virtuosa de si e do seu partido que pretende transmitir. Contribui igualmente para a valorização do seu *ethos* a argumentação *ad consequentiam* (123b) que constrói um *ethos* pragmático.

- (123) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] *A minha obrigação, Sr. Primeiro-Ministro, é propor aqui um plano de redução de despesas* que podem ser reduzidas que torna dispensável esse segundo aumento de impostos. [...] *Proponho também que faça um programa de reestruturação e eliminação, se necessário, de institutos públicos — trata-se de 115 milhões de euros —, e não estou a falar nem de hospitais, nem de universidades, nem de politécnicos.* [...] *Proponho que reduza o número de membros dos conselhos de administração e dos conselhos de gerência das empresas do Estado, do Estado-empresa e do Estado-aparelho — 10 milhões de euros.* [...]

(b) Se o Sr. Primeiro-Ministro cortar nas empresas públicas, cortar nos institutos públicos, reduzir os consumos intermédios do Estado, não deixar crescer certas despesas administrativas, reduzir os conselhos de gerência e de administração das empresas, moralizar o rendimento mínimo e tiver equidade nas SCUT consegue poupar 1050 milhões de euros, ou seja, *consegue poupar mais do dobro do que quer arranjar como receita aumentando os impostos*. [...] Com uma diferença, Sr. Primeiro-Ministro, [...] se o senhor cortar na despesa do Estado que pode ser cortada, faz bem às finanças públicas e não faz mal nenhum à economia; se o senhor aumentar impostos para toda a sociedade portuguesa, em especial para a classe média, obviamente faz mal à economia e não é garantido que faça bem às finanças públicas, porque a atividade económica cai e a receita também. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 25-26)

Diferentemente da atitude agressiva e de permanente combate polémico do deputado Paulo Portas, o Ministro Paulo Portas mantém o *ethos* de convicção e assume uma postura de estadista, adotando um tom apaziguador⁷³¹ (nos segmentos em análise). O carisma constrói-se então através da figura empática que procura mobilizar os portugueses, tentando criar um sentimento de pertença à população desunida, pela figura do guia-pastor (Charaudeau, 2014a). O *ethos* de liderança é também construído através da figura do líder soberano, sustentando a sua argumentação nos valores da democracia, na soberania do povo e na identidade nacional, exercendo o orador um fascínio pelo seu talento oratório, que contribui para a adesão ao seu discurso. O carisma é também associado à ideia de manipulação, e são de ordem diversa os procedimentos argumentativos mobilizados com vista à adesão do seu ponto de vista.

Em (124), a definição contribui para a construção de um *ethos* democrata, persuadindo-se o auditório pela preferência ao valor da Nação. Com o intuito de reparar a imagem negativa do Governo (de coligação PSD/CDS-PP), em razão das medidas de austeridade implementadas, o orador mobiliza o argumento de autoridade dos especialistas, convocando instituições credíveis para reforçar a competência e credibilidade do executivo.

(124) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Portas): — [...] *Respeitando todas as diferenças ideológicas, que são o cimento da liberdade*, e até a necessidade de cada qual ter a sua identidade estratégica, que não está em causa, apelo a um módico de bom senso. Se todas as instituições internacionais — a União Europeia, também o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional, a OCDE, os países parceiros e amigos — elogiam Portugal como um país que está a fazer o caminho necessário, fará sentido, nós, portugueses, dizermos ou pensarmos, sobre a reputação internacional do nosso País, exatamente o oposto? [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 63)

De assinalar a capacidade de adaptação às circunstâncias políticas e o pragmatismo de Paulo Portas, como se revela na reparação da imagem prévia de inconsistência (pela reversão da sua intenção

⁷³¹ Principalmente nos discursos de encerramento dos debates, nos segmentos analisados. Enquanto Ministro, o orador refuta também de forma agressiva as acusações, mobilizando ataques pessoais (cf. 106).

«irrevogável» de abandonar a pasta dos Negócios Estrangeiros), através de um discurso de justificação que se apoia na hierarquia de valores⁷³² (*topoi*). O valor do preferível orienta o julgamento pelo qual o orador justifica a sua escolha com recurso à argumentação *ad verecundiam* e à argumentação pelo modelo. O orador convoca autoridade do político mais carismático do PSD (125a) bem como a prestigiada autoridade de Adriano Moreira (125b), que lhe serve de caução ideológica, subscrevendo o ponto de vista citado. Deste modo, Paulo Portas constrói um *ethos* de virtude e reforça a imagem do Governo como um instrumento ao serviço do país, e não mobilizado por ambições de poder.

(125) (a) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Portas): — [...] Sendo a maioria composta por dois partidos, auxiliou-nos o conselho de quem deixou um legado impressionante e de quem tem a constância de um ensinamento. Quando não era sequer militante do partido a que presido, *retive de um líder político absolutamente invulgar, Francisco Sá Carneiro, uma grelha de avaliação para superar questões dilemáticas: primeiro, Portugal; depois, o partido; por fim, a circunstância pessoal de cada um de nós*. Acrescentaria que, em caso de opção entre o interesse de Portugal e o do partido, deve prevalecer o de Portugal e, em caso de opção entre a razão de partido e a razão pessoal, deve prevalecer a razão de partido. [...] Foi com este espírito que a situação foi superada. [...] Foi-o, não com querelas de importância, mas avaliando, agora que estamos praticamente a meio do mandato, as necessidades do futuro, começando pelo enfoque económico, decisivamente tão importante como o financeiro, e garantindo melhor articulação e cooperação política entre os partidos da maioria.

(b) Porventura, *também nos ajudou a doutrina de outro homem de Estado invulgar: Adriano Moreira*. Se há um traço no seu pensamento que é permanente, chama-se institucionalismo. *O institucionalismo não obriga a ignorar a consciência dos homens, mas vincula-nos a separar bem a consciência dos homens face ao interesse das instituições, porque são as instituições que, em última análise, garantem o serviço dos povos e a continuidade dos Estados. Prefiro pagar um preço de reputação nas vossas intervenções, a não fazer o que posso e o que devo para um futuro melhor*. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 60)

Como nota Charaudeau, «L’art du discours politique est l’art de s’adresser au plus grand nombre pour le faire adhérer à des valeurs communes» (2014a: 187). Ora, procurando inspirar a audiência de modo a fazê-la aderir ao seu discurso, no encerramento do debate de 2013, o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros fundamenta-se precisamente nos valores comuns a todos os portugueses, através de uma argumentação que alia o *pathos* ao *ethos*.

De evidenciar a argumentação no plano do *pathos*, que constrói um *ethos* populista e demagógico. A Nação consubstancia-se no principal valor⁷³³ argumentativo, fazendo-se apelo aos valores da democracia e da independência, com recurso ao imaginário discursivo da soberania da Nação e da

⁷³² A hierarquias de valores tomam o nome de lugares. Os lugares (*topoi*) são premissas de ordem geral próprias de uma época e de uma dada coletividade. Se há um acordo sobre os mesmos valores, como, por exemplo, sobre a liberdade e a igualdade, há frequentemente uma divergência sobre a sua hierarquização, em função da importância que se dá a cada um deles.

⁷³³ «S’accorder sur une valeur [...], c’est s’accorder sur le fait qu’elle doit être une référence pour le jugement ou un guide pour l’action» (Buffon, 2002: 138).

falta de liberdade – como sugerido também pela seleção do termo «protetorado» (126a), de intuito manipulador. O orador apela às paixões do auditório, mencionando a perda «de independência plena» do país (126c) que urge recuperar – note-se a argumentação pela causa, como forma de justificar as medidas de austeridade (126d) –, procurando suscitar um sentimento de humilhação (126c) pela situação de «protetorado» em que Portugal se encontra. A tónica do discurso centra-se na ideia forte de «recuperar a liberdade nacional», pelo que o orador, de forma estratégica, apela ao orgulho dos portugueses, procurando uma identificação com o auditório através da identidade nacional («*mais antigo Estado-Nação da Europa com fronteiras estáveis*»). Neste sentido, mobiliza o argumento do desperdício (126e), como forma de persuadir à manutenção do executivo em funções, sob pena de o esforço de os portugueses ser em vão ou alterar «para pior, a dependência externa», como veiculado no argumento do risco – de salientar, em (126a), a força argumentativa da metáfora, pelo efeito de concretização, e da sinédoque, que ajuda ao sentimento identitário («quando *Portugal já atravessou dois terços da ponte* que nos conduzirá ao fim do protetorado»). Note-se a argumentação pela hierarquia de valores, que incita à ação, estabelecendo o argumento *a comparatione* (126f) o lugar do preferível: primeiro, a soberania da Nação; depois, as disputas internas do poder.

- (126) (a) O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Portas): —[...] Este debate sobre o estado da Nação acontece quando a Legislatura ainda não chegou a meio, quando *Portugal já atravessou dois terços da ponte que nos conduzirá ao fim do protetorado*, na sequência de problemas não negligenciáveis que afetaram o Governo em dois ministérios de Estado e que *a maioria superou com visão, profundidade e rapidez*.
- (b) [...] Este debate tem, portanto, as suas circunstâncias. *Sabendo que o País tem inquietações sobre o presente, devemos procurar tranquilizá-lo. Sabendo que o País tem interrogações sobre o futuro, devemos procurar elucidá-lo*. Todas as situações políticas complexas podem ter solução desde que cada qual faça a sua parte. *A maioria fará a sua parte*. [...].
- (c) *Os factos de 2011 fizeram Portugal perder a sua independência plena e introduziram o protetorado no mais antigo Estado-Nação da Europa com fronteiras estáveis*. Como inúmeras vezes referi, *nenhum português vive essa perda de independência plena sem um sentimento pessoal e coletivo de humilhação*. (d) Quando a falta de dinheiro e de rigor na administração do dinheiro que há leva o Estado a colocar-se na dependência extrema de quem nos empresta, financia e condiciona — e foi nada menos do que isso o que aconteceu —, *a primeira prioridade é reaver a plenitude da independência e concluir em tempo e sem demora o período de assistência externa*. Poderemos ter, nesta Câmara, todas as diferenças naturais sobre o modo de o fazer, tendo em conta que não decidimos sozinhos. *Mas se algo nos devia unir nesta Câmara é precisamente o princípio democrático*. Assim como um país que não consegue financiar-se autonomamente é um país sem soberania plena, um Governo e um Parlamento de um país sob assistência externa deverão fazer tudo o que está ao seu alcance para recuperar a *liberdade nacional, que é o pressuposto das nações soberanas*. Só controlamos inteiramente o que depende essencialmente de nós.
- (e) *Ora, os portugueses já fizeram um caminho repleto de sacrifícios para voltar a ser cidadãos de um País, de um Portugal que controle essencialmente as suas decisões*. Por isso, *a precipitação de eleições quando a Legislatura ainda não chegou a meio, mas o Programa de Assistência já está mais perto da casa de chegada do que da casa de partida, seria um erro que abundaria em prejuízos e não alteraria, provavelmente senão para pior, a dependência externa*.
- (f) [...] *É mais importante concentrarmo-nos todos na reconquista da independência do que perdermo-nos todos na disputa sobre quem gere a dependência*.

(g) [...] *Ninguém pode ignorar que o caminho feito tem um preço económico e social elevadíssimo. Bem sei que há muitos críticos daquela regra de ouro que aconselha o equilíbrio orçamental, mas parece-me que os portugueses, como nunca antes sucedera, tiveram consciência do preço de uma regra de chumbo. Excesso de défice e excesso de dívida pagam-se duramente com excesso de desemprego e excesso de impostos. [...] É urgente manter a credibilidade externa de Portugal e é essencial criar condições para uma confiança económica maior, porque o valor da confiança gera investimento, o investimento gera crescimento e o crescimento torna viável a criação de emprego. [...] Se a recente previsão da Universidade Católica estiver certa, Portugal, ao fim de 10 trimestres em recessão, ao cabo de 900 dias em recessão, poderá ter tido finalmente um primeiro sinal de mudança.*

(h) [...] desde o primeiro dia, defendi [...] que a excecionalidade da situação de Portugal reclamava de *todos menos espírito de facção e mais atitude de uma só nação. Acredito profundamente nesse valor.* Como acontece no resto da Europa, *a cultura de compromisso não apouca ninguém*, engrandece, aos olhos do País, quem o governa, porque revela a humildade de não confundir autoridade com arrogância, e também engrandece quem deseja um dia governá-lo, porque revela a responsabilidade de perceber que, depois de sermos um País intervencionado, Portugal não poderá voltar a ser governado como era anteriormente, pelas lições que aprendemos, pelos compromissos externos que temos e pelo problema, não ignorável, da sustentabilidade da nossa dívida pública. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 58-60)

De evidenciar o aspeto figural do argumento comparativo (126f) pela sua força persuasiva (note-se como a dimensão patémica se alia à função estética das figuras). Como refere Meyer (2008), as figuras de construção parecem impor uma resposta numa situação problemática, tal é o caso do enunciado estruturado em jeito de antimetábole, em que antítese joga com a figura da derivação – refira-se a predileção de Paulo Portas pelos jogos de palavras (cf. Cap. 1) –, mostrando-se um *ethos* pragmático. A enunciação delocutiva cria a figura do soberano, portador de uma «verdade estabelecida» (cf. Charaudeau, 2014a: 138). O orador procura criar a imagem de um líder mobilizador, capaz de juntar os portugueses em torno de um objetivo comum. Note-se, pois, a utilização do plural agregador, na seleção da primeira pessoa do plural⁷³⁴ – referente a «nós» – o país (cf. Manole, 2020: 249-251) – associada ao associado ao pronome indefinido «todos», que interage com os eleitores criando-se um *ethos* de proximidade. O ministro refere também o argumento do sacrifício (126g), procurando impor a visão de que só a austeridade poderá levar à confiança económica –note-se o apelo *ad populum* («os portugueses [...] tiveram consciência do preço de uma regra de chumbo»). De assinalar, sobretudo, o rendimento argumentativo das figuras no discurso de Paulo Portas pelos efeitos perlocutórios de persuasão que suscitam, designadamente na seleção dos termos metafóricos dispostos em contraste: o «equilíbrio orçamental» (pela aplicação das medidas de austeridade) visto como «regra de ouro» oposto à «regra de chumbo», cujo «peso» é apresentado pelo argumento do efeito («Excesso de défice e excesso de dívida *pagam-se duramente com excesso de desemprego e excesso de impostos*») (126g). De destacar, como procedimento retórico, a

⁷³⁴ Sobre os valores referenciais do «nós» vide M. A. Marques (2000) e Manole (2020).

concatenação no argumento que visa legitimar a continuidade das políticas, que conduzirão à inversão da situação de crise, criando-se um sentimento de crença pela menção às previsões otimistas. O Ministro apela então ao consenso (126h), invocando a necessidade da união dos portugueses em torno de um objetivo comum – note-se a força ilocutória da antítese associada à paronomásia («reclamava de todos menos espírito de *fação* e mais atitude de uma só *nação*»), construindo um *ethos* de liderança, pela convicção («Acredito nesse valor») e pela posição de autoridade em que se coloca na argumentação subsequente. No plano do *ethos*, o orador recorre a uma argumentação valorativa da ação do Governo com fins de autolegitimação através argumento do mérito (126a), que constrói um *ethos* de competência. Evidencia a sua determinação e coragem perante a adversidade, mostrando uma atitude de compromisso com os portugueses («A maioria fará a sua parte») (126b), que constrói um *ethos* de agente bem como uma imagem de credibilidade, procurando que o público se identifique com a maioria que detém o poder. O orador inspira segurança e procura tranquilizar os Portugueses (126b), construindo uma imagem de liderança pela figura do guia supremo. O ministro apela, portanto, a uma postura de compromisso (palavra-chave do seu discurso) entre as várias fações políticas e procura convencer o auditório que só a maioria governativa (coligação PSD/CDS-PP) garante a estabilidade e o futuro de Portugal – concebendo-se a maioria como «providencial», através da promessa de libertação do país e do anúncio de um futuro. A dramatização do discurso, que pretende conquistar o afeto do público para o predispor à aceitação das políticas (de austeridade) defendidas pelo executivo, constrói uma imagem que se assemelha ao carisma do tipo messiânico⁷³⁵ (ainda que com atenuantes⁷³⁶) de acordo com os critérios definidos por Charaudeau:

Le leader exalte alors des valeurs identitaires, il renforce l'imaginaire des conditions utopiques du bien-être : l'identité nationale, la nation, comme fondement de la communauté. [...] Le leader peut aussi se faire prophète de malheur, annonceur de catastrophes potentielles. [...] Annoncer les menaces qui pèsent sur les épaules de tout un chacun, en prédisant le temps de l'anarchie et du désordre, et sataniser les coupables sont une façon d'entretenir la topique de l'angoisse. [...] sera stigmatisé l'ennemi [...]. (2015: 7-8)

⁷³⁵ O *carisma messiânico* «exige un *ethos* d'inspiré, d'habité par un message qui est promesse épiphanique ou annonce apocalyptique», ou pode ser encarnado na figura que anuncia um cenário devastador, estigmatizando quer o inimigo interior (as diversas formas de representação política e mediática, os adversários coletivos doutrinários ou os *lobbies*), quer o inimigo exterior, como a imigração ou o imperialismo, como no caso de Hugo Chávez (de mencionar também o carisma do líder populista que, invocando as forças do mal, revela uma figura de «imprécauteur»). Pode, por outro lado, encarnar a figura do «homem providencial», atribuindo-se um valor de guia» e exaltando os valores identitários da nação. (Charaudeau, 2015: 7-9)

⁷³⁶ De advertir não se verifica no discurso a estigmatização do inimigo ou a «satanização dos culpados» (não se imputa diretamente a responsabilidade pelo estado da Nação ao anterior executivo), que seria prejudicial ao apelo de união do país e à imagem de liderança conciliadora que se pretende transmitir. De notar até o plural inclusivo («Portugal não poderá voltar a ser governado como era anteriormente, pelas lições que *aprendemos*») (126h).

3.3 A construção identitária

Na última secção do nosso estudo, debruçamo-nos sobre a construção do *ethos* a nível dos grupos parlamentares/partidos políticos. Verificamos quais são os tipos de argumentos e procedimentos retórico-argumentativos que constroem um *ethos* coletivo e de que modo a identidade do partido é reforçada ou legitimada pela argumentação.

Considerando com Mayaffre que a identidade política é, antes de mais, uma representação de si mesmo – representação⁷³⁷ essa construída pelo discurso –, importa sublinhar que «[l]e discours politique est toujours affaire d'identité ou de stratégie identitaire» (2003: 2). Como advoga o autor,

L'enjeu suprême du discours politique n'est pas, comme on pourrait le croire, de véhiculer un message, de propager une idéologie, d'inciter à l'action, mais d'affirmer l'identité d'un orateur pour favoriser l'identification d'un auditoire: affirmer l'identité d'un locuteur individuel (un homme) ou collectif (un parti, une classe, un groupe parlementaire, un syndicat) pour favoriser l'identification d'un public (les militants, le peuple, les électeurs). (2003: 2)

Trata-se, portanto, de construir pelo discurso político um espaço linguístico no qual o partido se possa constituir, reconhecer e existir (Mayaffre, 2003: 2).

Abordando a noção de *ethos* político do ponto de vista discursivo, Charaudeau lembra que os políticos devem construir uma dupla identidade pelo discurso: a identidade referente ao posicionamento ideológico do sujeito no discurso e, em segundo lugar, a identidade que constrói a posição do sujeito no processo comunicativo (2014a: 61). Deste modo, o que caracteriza a identidade discursiva é um *eu-nós*, ou seja, uma identidade do *singular-coletivo*. Se atendermos à noção de *ethos* num cruzamento entre quatro componentes, como proposta por Raus (2009) – componente consciente, componente inconsciente, pessoa, e pertença ao grupo – o *ethos* constitui-se então pelas estratégias enunciativas de apresentação de si (*ethos* individual e *ethos* comunitário), que se relacionam com a exibição dos seus próprios valores, utilizados de forma consciente; mas também através de elementos identitários inconscientes⁷³⁸ tanto coletivos (*ethos* coletivo) como individuais (*ethos* singular).

⁷³⁷ «L'identité politique c'est une construction, une représentation que les individus ou les forces sociales se font d'eux-mêmes, et comme souvent dans les choses humaines, cette représentation est médiatisée par du langage, passe par des mots *symboles* (ex: "Liberté", "égalité", "fraternité"), des slogans *emblèmes* et rassembleurs [...], des textes fondateurs [...].» (Mayaffre, 2003: 2).

⁷³⁸ Elementos subtis, como imaginários, mitos, estereótipos, entre outros (Raus, 2009: 254). Elementos estes que podem ser objeto de uma análise estilística.

Na situação de comunicação de debate parlamentar, os membros do Parlamento não só projetam uma imagem de si como também do partido a que pertencem, obedecendo a uma estratégia partidária:

l'ethos projeté est lié aux choix d'identité qu'effectue le locuteur en se rattachant à un groupe précis. [...] Il est aussi lié à la capacité de créer ou renforcer un collectif. Il peut ainsi contribuer à la constitution et à la reconnaissance d'un groupe qui n'est pas reconnu comme tel dans l'espace social, dont l'autonomie est contestée, ou dont la cohésion est incertaine. [...] L'ethos collectif est à la fois action (il construit une réalité sociale) et persuasion: il cherche à mobiliser l'auditoire en l'amenant à adhérer à une certaine image de la collectivité. (Amossy, 2015: 158)

Os atores políticos surgem de antagonismos que os distinguem uns dos outros, e a identidade é formulada no confronto dos seus projetos e das suas práticas das instituições (Lamizet, 2011: 89).

Como observa Ilie,

Group identification is based on perceptions of salient differences in the interpretation of socio-political events and phenomena. The stronger the perceived difference, the greater will be the tendency to form in-group and out-group identifications. (2004b: 61)

Para Meyer, a identidade do grupo, isto é, dos indivíduos, é constituída pelos valores comuns a cada um⁷³⁹. Os valores, como sublinha o autor, servem para gerir a distância entre os indivíduos⁷⁴⁰ (2008: 202). A identidade é, à vez, lugar do individual e do coletivo (do partido).

Ce sont les valeurs qui confèrent un *ethos* à l'orateur, une aura qui vient du collectif, de sa valorisation, ce qui réunit, mais qui peut aussi bien séparer et rejeter, notamment ceux qui ne participent pas de l'identité proposée et de ses critères. Mais par elle-même l'identité, donc l'accord, l'identité envisagée selon le point de vue formel, est une valeur. On se retrouve dans celui qui la défend, parce que précisément, on est dans la même position que lui à l'égard de certains êtres que nous valorisons. (Meyer, 2008: 208)

Charaudeau fala de «imaginaires de vérité» do discurso político (2014a: 147) – «Le discours politique se veut, dans son propos, un discours de vérité qui dit quel est le système de valeurs au nom duquel doit s'établir le lien social qui rassemble cette diversité» – englobando na designação de imaginários sociodiscursivos (vd. nota 239) os sistemas de saber (saberes de conhecimento e saberes de crença⁷⁴¹), que incluem teorias, doutrinas ou ideologias.

⁷³⁹ «Les valeurs qui unissent sont celles qui nient la distance, comme la générosité [...] ou la compassion» (Meyer, 2008: 225).

⁷⁴⁰ Negociar a distância «c'est faire valoir sa différence, et défendre la légitimité de ce que l'on est, donc la distance sociale qu'on incarne souvent a priori» (id. *ibid.*: 228).

⁷⁴¹ Enquanto «les savoirs de connaissance visent à établir une vérité sur les phénomènes du monde», os «savoirs de croyance visent à porter un jugement sur le monde. Ils ne concernent donc pas la connaissance du monde mais les valeurs qu'on lui attribue» (id. *ibid.*: 153).

Ora, o sistema de valores é o que divide os campos opostos e, apesar de as clivagens ideológicas se terem esbatido, certo é que a ideologia⁷⁴² «continua a marcar claramente a distinção entre o eixo esquerda-direita, que ainda define o espectro partidário nacional e que se afigura estável e durável no tempo» (Mateus & Ramalho, 2013: 8). São, pois, os valores evidenciados por cada grupo parlamentar que permitem traçar a sua identidade política e reconhecer determinadas categorias de *ethos*.

Partido Comunista Português (PCP)

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — [...] «Vós que lá do vosso império/prometeis um mundo novo/cuidado que pode o povo/querer um mundo novo a sério». (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6721)

O Partido Comunista Português (PCP)⁷⁴³, de raízes históricas, é um partido de massas⁷⁴⁴, de ideologia marxista-leninista⁷⁴⁵, que representa os interesses do proletariado, da classe operária e dos trabalhadores⁷⁴⁶. Entendendo ser a expressão política de uma identidade social, apresenta um discurso identitário reivindicativo, na sua luta contra «a exploração e opressão capitalista⁷⁴⁷» e

⁷⁴² Segundo Guedes (e na linha de Vincent [1995] e Heywood [2003], citados pelo autor), as *ideologias* são apercebidas como «um conjunto de ideias, crenças e valores que enquadram uma certa visão do mundo que tende a descrever de uma determinada forma os comportamentos humanos, mas também a orientar ou enquadrar as soluções propostas para os problemas sociais, políticos ou económicos. No fundo, uma divisão de perspetivas sobre o que é e o que deve ser a sociedade» (2016:99) «que para alguns tendem a estar muito dependentes da classe social que condiciona a experiência pessoal e a socialização do indivíduo» (2012: 14).

⁷⁴³ O Partido Comunista Português foi fundado em 1921, tendo apenas saído da clandestinidade após o 25 de abril de 1974. Situa-se no espectro político e ideológico da extrema-esquerda (cf. Freire, Lisi & Lima, 2015) (sobre a diferença entre extrema esquerda e esquerda radical, vd. March, 2012). É, consoante as designações, referido como um partido de «comunistas conservadores» ou «comunistas ortodoxos». Desde 1987 concorre à Assembleia da República coligado com o Partido «Os Verdes», CDU-Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV).

⁷⁴⁴ Um «partido de [integração] de massas» é um partido «com uma elevada estabilidade ideológica», fiel «aos interesses do seu grupo social de apoio», isto é, «com um forte enraizamento na camada social que [visa] defender» (Jalali, 2017:37).

⁷⁴⁵ Conforme estipulado no seu programa e estatutos (2013), o Partido Comunista Português «tem como objetivos supremos a construção do socialismo e do comunismo – de uma sociedade nova liberta da exploração do homem pelo homem, da opressão, desigualdades, injustiças e flagelos sociais, sociedade em que o desenvolvimento das forças produtivas, o progresso científico e tecnológico e o aprofundamento da democracia económica, social, política e cultural assegurarão aos trabalhadores e ao povo liberdade, igualdade, elevadas condições de vida, cultura, um ambiente ecologicamente equilibrado e respeito pelo ser humano.».

⁷⁴⁶ O PCP proclama-se como o baluarte dos valores da esquerda, agindo como a vanguarda dos trabalhadores e da classe operária. O seu eleitorado tradicional está concentrado nos distritos de Lisboa, Setúbal, Évora e Beja, não tendo nenhuma expressividade no interior Centro e Norte (cf. Freire, 2012), e é constituído, na sua maioria, por operários, pequenos e médios agricultores (sobretudo, no Alentejo, por razões históricas que datam do tempo da Reforma Agrária).

⁷⁴⁷ Após 1976, o PCP manteve a luta anticapitalista e a luta contra os monopólios, defendendo a nacionalização dos setores estratégicos (transportes, energia, banca, indústria, etc.) e o poder estatal, mas inflexionou o seu objetivo revolucionário, definindo como objetivo não «a revolução democrática e nacional mas simplesmente lutar por uma democracia avançada» (Lisi, 2011: 52).

contra a «exploração do povo», pugnando pela defesa de uma sociedade igualitária e justa. A sua identidade partidária confunde-se com a das classes populares («o povo») (1), e o seu discurso projeta, essencialmente, um *ethos* de luta (1)-(2)-(3)-(4).

- (1) O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É neste País real que existe um *povo* que não se esquece de que *lutou*, e vai continuar a *lutar*, para derrotar este Governo e a política de direita e vai *castigar* quem afundou o País nos últimos 38 anos. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 33)
- (2) Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — *Lutaremos para que os portugueses tenham uma vida melhor e mais digna. O povo português* saberá fazer o julgamento devido, tendo em conta o estado das suas vidas, tendo em conta o estado da Nação. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 20)
- (3) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): —[...] Mas os golpes que já foram feitos aos interesses dos portugueses e aquilo que foi anunciado colocam na ordem do dia *uma resistência para a qual convidamos todas as forças de esquerda. Connosco pode contar, essa resistência tê-la-á todos os dias!* (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1217)

Constitui uma marca identitária do PCP a enunciação na primeira pessoal do plural – «Nós: o partido»⁷⁴⁸ (M. A. Marques, 2000: 185) – que constrói um *ethos* coletivo coeso. Lembra Mayaffre que a esquerda (que se posiciona no polo extremo do espectro partidário) «utilise le « nous » car elle entend célébrer le groupe (énonciation collective voire collectiviste, totalisante, voire totalitaire), car son premier souci est de se constituer en temps que groupe» (2003: 6).

Refere M. A. Marques que o «Nós₁» (o partido - voz institucional) apresenta uma função estruturante, permitindo «prever e explicar a sua ocorrência em contextos de defesa de princípios, de afirmação de posições políticas e sociais fundamentais» (2004:191). Em (4), o pronome «nós» surge explicitamente realizado, revelando o elevado grau de adesão do locutor ao seu discurso. O Secretário-Geral do PCP assume a voz do partido e afirma a sua identidade política na construção em permanência de um *ethos* coletivo combativo. Como estratégia de persuasão para a sua tese, Carlos Carvalhas recorre à citação, que estabelece uma conviência com o auditório e lembra a possibilidade de um Governo alternativo com o Partido Comunista.

- (4) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): [...] Sr. Primeiro-Ministro, contra os factos e a realidade o senhor pode continuar a procurar pintar a situação com as melhores cores, mas, como nos diz o barman do cartoon de Luís Afonso, à pergunta "o que acha que aconteceria se o Estado funcionasse como uma empresa?" a sua resposta é clara: "o mais certo era fechar e abrir com nova gerência". De facto, o País cada vez mais precisa de uma nova gerência com nova política e não desta política de retrocesso social, que levará Portugal para a continuação da recessão e não para a vencer. Por isso, *nós continuaremos a luta por Portugal e pelos portugueses.* (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5921)

⁷⁴⁸ Menciona M. A. Marques que o uso de «Nós: o partido» (voz institucional) «pretende fazer emergir do discurso uma voz única, que deixa ao porta-voz apenas a função de responsável físico pela enunciação» (2000: 189).

De acordo com a noção de tipos de «imaginários sociodiscursivos» (Charaudeau, 2014a), o discurso do PCP é atravessado pelo imaginário de verdade da «soberania popular», referente

à un monde actuel ou en construction, où règne le peuple en tant qu'il est comptable de son bien-être. Ici, point de transcendance divine, point d'origine [sauf lorsqu'il s'agit de rappeler un passé fondateur, moment de recours à l'imaginaire de la tradition pour consolider celui de la souveraineté populaire], mais une transcendance quand même, celle qui met l'idéalité du jugement social en lieu et place d'un tiers mythique qui gouvernerait la destinée des hommes. C'est le mythe de la démocratie. (2014: 176)

São princípios da soberania popular o «igualitarismo»⁷⁴⁹ (5)-(6) e a solidariedade (7), devendo o Estado assegurar o Estado social e de providência e promover políticas protecionista aos grupos mais desfavorecidos e fragilizados (8). O *ethos* de solidariedade, a par de um *ethos* reivindicativo, constitui a essência do discurso do PCP, revelando uma preocupação pela erradicação da pobreza. Uma das suas bandeiras políticas (comum aos restantes partidos do espectro da esquerda) é o subsídio do rendimento mínimo (que foi alterando de designação ao longo dos tempos), de forma a assegurar a dignidade dos cidadãos.

- (5) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — [...] *Continuam por resolver importantes questões para a vida das pessoas com deficiência. E se a crise instalada causa, em geral, graves problemas sociais, é preciso não esquecer que as dificuldades atingem sempre a duplicar as pessoas com deficiência. E é grave que, mesmo com os magníficos resultados dos atletas deficientes, como ainda recentemente aconteceu nos campeonatos europeus de atletismo, continuem a faltar apoios dignos*[...]. (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5921)
- (6) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): [...] *Esta política de retrocesso social atinge em cheio as mulheres, nos salários, no desemprego, na precariedade, o que vem sendo acompanhado de um discurso bafiento, visando a perpetuação da divisão dos papéis sociais. Também nesta área é necessário derrotar a política do Governo e intensificar a luta em defesa dos direitos das mulheres, da garantia da sua participação em igualdade e assegurar os seus direitos sexuais e reprodutivos.* [...] (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5921)
- (7) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — [...] *Esqueceu-se também das bolsas de pobreza e da inexistência de um rendimento mínimo de subsistência* [...]. (DAR; VI Legislatura, n.º 88, 06/07/ 1994, p.2840)
- (8) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — [...] *também na área da toxicodependência, com 15 meses de governo PSD/CDS-PP, as respostas aos problemas regrediram. O Governo levou quase um ano para concretizar a operação de fusão que deu origem aos Instituto das Drogas e da Toxicodependência, com uma conceção mais centralista e partidarizada dirigido não por uma equipa técnica, mas por um núcleo de comissários políticos e mergulhou a área da toxicodependência na desorientação, na paralisia e numa profunda instabilidade.* [...] (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5921)

Constituem lugares de argumentação do PCP a defesa da Escola pública (9)-(10) bem como a reivindicação do papel do Estado na saúde, procedendo-se, invariavelmente, à crítica da

⁷⁴⁹ O *igualitarismo* proclama uma sociedade fundada sobre a justiça absoluta, igualdade relativamente ao poder económico, que asseguraria a dignidade humana (de forma a que nenhum indivíduo vivesse em estado de miséria); e a possibilidade de cada indivíduo poder satisfazer a maior parte das suas necessidade de bens de consumo; a manutenção da proteção social; a garantia de um trabalho (a primeira dignidade do homem) pela educação e pela formação. Igualdade relativamente à identidade cidadã, que apela ao princípio da não-discriminação, havendo, portanto, igualdade de tratamento entre todos os indivíduos, independentemente da sua pertence a uma raça, etnia, género, religião, idade, etc. (Charaudeau, 2014a: 180-181).

«mercantilização da saúde» (11)-(12)-(13)-(14), suportada em argumentos de autoridade pela apresentação dos números (13)-(14). Em consonância com a sua ideologia política anticapitalista, reivindica-se o papel determinante do Estado na economia⁷⁵⁰ e em todos os setores da vida social e cultural. A condenação das políticas liberais seleciona atos de designação que impõem uma interpretação negativa das medidas do executivo («contrarreforma fiscal»; «contrarrevolução da segurança social»), registando-se também como estratégia argumentativa a exploração causal de pressuposição (11).

- (9) Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): – [...] Mas é indissfarçável, Sr. Primeiro-Ministro, que o que verdadeiramente caracteriza a política educativa deste Governo é a *desvalorização da escola pública* — e não basta falar do ensino pré-escolar, *que está a ser privatizado* —, com a acentuação da *elitização social do acesso à educação e ao ensino e a imposição de um mercado da educação regido pelas leis do lucro e do mais forte*. [...] (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 39)
- (10) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): –[...] Na educação, vivemos um tempo marcado *pela mais vasta ofensiva contra a escola pública, pelo mais forte ataque aos direitos dos professores e estudantes e, mais recentemente, atinge-se também o ensino superior e a sua autonomia*. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 54)
- (11) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): – [...] a *contrarreforma fiscal* foi para dar satisfação aos banqueiros e aos especuladores; a *contrarrevolução da segurança social* foi para dar satisfação às seguradoras privadas; e *joga-se com a saúde dos portugueses para fazer negócio*. É isto que está em causa, concretizando-se a política defendida no passado por um Deputado do PSD: «quem quer saúde que a pague!». [...] (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1217)
- (12) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): – [...] um Primeiro-Ministro que introduziu, através do Sr. Ministro da Saúde, a *mercantilização na saúde*, criando um *Serviço Nacional de Saúde caritativo para os pobres*. Mas para aqueles que têm dinheiro há saúde! *Segundo a velha máxima do PSD, «quem quer saúde que a pague, quem quer ensino que o pague, e se não queres pagar impostos, torna-te rico»!*(DAR; VI Legislatura, n.º 91, 22/06/1995, p.3098)
- (13) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): –Entretanto, aumentam as taxas moderadoras, pela calada do Verão, tornando os cuidados de saúde cada vez mais tendencialmente pagos; aumentam duas vezes e meia os cuidados de saúde até aqui isentos (passam a ser taxados 355 atos contra os atuais 143) e, em média, em mais de 30% as consultas e as urgências. (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5921)
- (14) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): –[...] *Ninguém foi tão longe no ataque às funções sociais do Estado, nomeadamente aos direitos à saúde [...]. Os portugueses têm hoje mais dificuldades na acessibilidade aos serviços de saúde, com a política de encerramentos e de aumento dos custos para as famílias. São custos que já hoje atingem mais de 30%, enquanto se subalterniza o Serviço Nacional de Saúde para abrir espaço ao negócio da saúde sob o comando dos grandes grupos económicos.* [...] (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 54)

Para além da denúncia das políticas que servem os interesses particulares (lesando os interesses do Estado) e da denúncia do aparelho do Estado (com os seus *apparatchiks*) (8)-(15), de salientar, no discurso comunista, a veemente condenação das privatizações e da entrega de sectores estratégicos do Estado aos privados (14)-(15)-(16) – note-se o emprego do verbo «oferecer», como forma de clarificação (15) –, bem como a censura da subserviência do Estado ao grande capital, aos interesses

⁷⁵⁰ Os sistemas partidários estão relacionados com as «clivagens sociais», identificadas por Lipset e Rokkan ([1967], citados por Jalali, 2017:27): clivagem centro-periferia, clivagem Estado-Igreja, clivagem rural-urbano, clivagem patrões-trabalhadores. Em termos da clivagem patrões-trabalhadores, esta está relacionada com uma maior ou menor intervenção do Estado na economia, sendo que a defesa dos interesses dos trabalhadores passa «em larga medida por regulação estatal».

económicos e financeiros, argumentando-se, sobretudo, pela causa (11)-(14)-(vd. [18]). E, como não podia deixar de ser, a condenação dos desvios de verbas para o sistema bancário, com grave prejuízo para os portugueses (vd. [30]).

- (15) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Disseram que iam pôr fim à partidarização da Administração Pública, mas, afinal, inundaram as chefias e cargos dirigentes do Estado de comissários do PSD e do CDS. [...] Ofereceram as empresas públicas e os setores que interessavam — e que fazem tanta falta ao País — aos grandes grupos económicos. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 19)
- (16) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — [...] com o sobre-endividamento, vamos correr o risco de muitos ativos de empresas importantes caírem nas mãos do estrangeiro, de um dia para o outro, o que aliás está já a acontecer também com a política irresponsável e antinacional das privatizações. (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1217)

Evidenciam-se, naturalmente, no discurso comunista os direitos dos trabalhadores, incluindo o direito ao emprego (18) e o direito à greve, e apela-se ao valor da democracia e aos valores de Abril (17). A denúncia da «exploração do povo» constitui um dos seus *topoi* argumentativos. Obedecendo ao princípio da igualdade, a justiça permanece com um valor caro ao PCP (20). De referir também o julgamento negativo da atuação incongruente dos Governos em relação à ideologia política a que pertencem, particularmente, no que se refere aos valores de esquerda que deveriam ser defendidos pelo Partido Socialista (19b).

- (17) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Hoje mesmo, as confederações patronais resolveram reunir e tomar uma posição profundamente grave: *querem rasgar a Constituição, querem que seja permitido novamente, neste país de Abril, que os despedimentos se façam por razões políticas ou ideológicas, querem liquidar a contratação, querem liquidar o direito de negociação e o direito à greve. Isto arrepiá, Sr. Primeiro-Ministro, porque eles são estimulados precisamente por esta política que o Governo está a realizar.* [...] Um outro aspeto. Falou-se aqui das questões da democracia e da liberdade. *Ontem, a administração da empresa Metropolitano de Lisboa resolveu levantar 60 processos disciplinares a trabalhadores porque fizeram greve. Não acha que isto são sinais a mais? Não acha que este sentido de prepotência, de autoritarismo, bole diretamente com a própria democracia?* (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, pp. 22-23)
- (18) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Ouvimos aqui o Sr. Primeiro-Ministro a falar de diálogo e de concertação, mas o que se propõe é *a guerra aberta a direitos fundamentais dos trabalhadores em sede de Código do Trabalho. Propostas que visam facilitar os despedimentos, liberalizar os horários de trabalho, permitir a redução dos salários, atacar o direito a férias, fragilizar a contratação coletiva, os sindicatos e a organização dos trabalhadores em geral, com o claro objetivo de desregulamentar e de tornar ainda mais precárias as relações de trabalho.* São estas as soluções de uma política que estende o «tapete vermelho» das facilidades aos grandes interesses económicos e financeiros. *O «tapete vermelho» por onde passam os seus escandalosos lucros e os impostos pagos a taxas reduzidas, enquanto o País que trabalha vive pior e se lhes reserva uma vida de crescentes sacrifícios.* (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 54)
- (19) (a) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] o País e os portugueses continuaram a marcar passo e, nalguns casos, a andar para trás, *batendo novos recordes de regressão social. Novo recorde de desemprego com a elevadíssima taxa de 8,4%. [...] Novo recorde de desemprego de longa duração, que não pára de crescer e que atinge, hoje, mais de 50% dos desempregados, enquanto os jovens com menos de 25 anos são já quase 100 000 os que não conseguem um emprego. A emigração é agora novamente a saída para milhares de portugueses — só não é feito «a salto», como antes de Abril, mas muitos fazem-no e trabalham em condições deploráveis.* [...]

(b) É esta a verdadeira natureza de *uma esquerda que se diz moderna, mas que põe a andar para trás a roda da história dos direitos civilizacionais*. Esquerda que se apresenta como paladina da modernidade, mas que inevitavelmente alimenta o sonho da direita dos negócios, que aspira o regresso ao originário capitalismo do poder absoluto do dinheiro e de um mundo do trabalho sem direitos sociais e laborais, cujo exemplo acabado é a proposta «ultramontana» das confederações patronais, que já propõe que se rasgue a Constituição laboral. (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, pp. 54-55)

- (20) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): –[...] Portugal precisa de uma política que assuma a valorização do *trabalho* e dos *trabalhadores* como eixo essencial de uma política alternativa e que assuma, sem rodeios, os objetivos de valorizar os salários e os seus direitos. *Pode um povo receber o salário mínimo de 530 € por mês e um administrador receber 3 milhões de euros por ano? Não pode! Não deve!* [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 45)

Observa Mayaffre que «Rechercher et construire son identité politique, affirmer cette identité, la légitimer, l'imposer à l'auditoire tels sont les enjeux du discours politique. Ceci se constate, d'abord, d'un point de vue lexical» (2003: 3). Inscrevendo-se numa lógica reivindicativa, em consonância com os interesses da classe que representa, o léxico⁷⁵¹ do Partido Comunista apresenta uma tonalidade revolucionária («luta») (vd. [1]) («resistência») (vd. [3]) e é ideologicamente marcado, sendo a sua singularidade lexical uma forma de delimitar um «território simbólico» (Wodak, 1989): «povo» (20); «trabalho» (20); «trabalhadores» (20); «confederações patronais» (19); «direitos sociais e laborais» (19); «capitalismo» (19). De mencionar também, como «figura de escolha» a metáfora: «estende o *tapete vermelho*» das facilidades aos grandes interesses económicos e financeiros» (18).

Evidencia-se no discurso comunista a evocação do imaginário do sistema feudal medieval (que se pretende erradicar), pela referência aos «vassalos» e «suseranos» (21), bem como os termos «donos» (21), «senhores do dinheiro» (22), e «País submisso» (21), que revelam a posição antieuropeísta (22) ou eurocética do PCP, argumentando-se pelos valores da soberania nacional.

- (21) (a) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Os *donos da União Europeia*, União Europeia que é cada vez mais dos grupos monopolistas, antidemocrática, antissocial e de *opressão nacional*, não admitem, nem aceitam qualquer desvio aos ditames que servem os interesses que representam [...] O que pretendem assegurar é a *manutenção de um País submisso, sem vontade própria*, governado pelos *correligionários que trilham a mesma estrada mapeada pela vulgata neoliberal*, numa União Europeia que querem que *seja de suseranos e vassalos*.
- (b) Por isso, o estado da Nação é hoje também o de *um País que vê ainda mais ameaçado o indeclinável direito a decidir sobre o seu próprio futuro*; um País que precisa de fazer grandes e urgentes opções para assegurar os interesses do povo português, o seu desenvolvimento, a soberania e a independência nacionais; o da opção entre *continuar a arrastar os pés no caminho dos últimos anos* que nos tem conduzido ao empobrecimento ou de encetar um novo rumo com outra política, em rutura com a política de direita e com a submissão à União Europeia e ao euro. [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 44-46)

⁷⁵¹ O léxico permite ao locutor apresentar a realidade sobre um determinado ponto de vista, pela diferença com outros pontos de vista diferentes (Krieg-Planque 2017: 90).

- (22) O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — [...] Mas isto não se consegue com malabarismos verbais ou astúcias politiqueras nem com a continuação das políticas de Maastricht ou de concentração da riqueza. [...] De facto, não é com uma política «neoliberal de fachada socialista» que se resolvem os problemas. É necessário fazer prevalecer os interesses dos trabalhadores sobre os do capital financeiro. Quem faz a escolha dos *grandes senhores do dinheiro*, das atividades especulativas e do fundamentalismo dos mercados, leia-se da Banca e da Bolsa, poderá ter o aplauso destes, mas não terá seguramente o de todos aqueles que apostaram numa mudança verdadeira. (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 38)

A seleção de termos axiológicos negativos (23)-(24)-(25)-(26) – note-se o *leitmotiv* do «ataque», da «exploração» e do «roubo», «saque» – modela a argumentação com apelo ao *pathos* que visa mostrar os efeitos nefastos das políticas de austeridade (implementadas durante o Governo liderado por Pedro Passos Coelho). Para além do procedimento de listagem (25), que cria um efeito de profusão; da utilização da anáfora e do paralelismo (24), com efeito de presença; recorre-se à hipérbole (23)-(24)-(25)-(26), que tipifica uma das formas de dramatização do discurso comunista. Note-se, em (23), o valor ilocutório da figura («um processo de *escravização* de médicos e de enfermeiro»), que constrói também um *ethos* de solidariedade. O discurso de um partido compreende-se melhor pelo contraste com o discurso do adversário; neste caso, a indignação expressa uma forma divergente do Governo de apreensão do estado do Serviço Nacional de Saúde.

- (23) O Sr. **João Oliveira** (PCP): — [...] No momento em que o Governo tem curso um processo de *escravização* de médicos e de enfermeiros, destruindo-lhes as carreiras e impondo-lhes o trabalho «*a troco de um prato de lentilhas*», o Sr. Primeiro-Ministro tem o descaramento de vir falar de proteção da sustentabilidade do SNS. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 26)
- (24) O Sr. **João Oliveira** (PCP): — [...]uma das formas utilizadas pelo seu Governo para executar *esse roubo é destruir* os serviços públicos que servem o povo, nomeadamente na saúde e na educação, fazendo, aliás, o mesmo que já anteriores governos fizeram: *atacando* os profissionais *para destruir os serviços públicos!* *Atacam os professores para destruir a escola pública; atacam médicos e enfermeiros para destruir o Serviço Nacional de Saúde.* (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 25)
- (25) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] O saldo das políticas de austeridade e de concentração de riqueza é *avassalador* : desemprego *brutal*, recessão agravada, *destruição* de milhares de empresas, uma dívida *esmagadora*, aumento da *exploração do trabalho*, aumento dos impostos, corte dos salários, reformas e prestações sociais, *degradação* dos serviços públicos. [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p.47)
- (26) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): —[...] Os portugueses sabem [...] que a sua vida está feita *num inferno* pelos modelos económicos pseudocientíficos, construídos para servir os grandes interesses e onde não cabem pessoas que pensam, trabalham e lutam. [...] Temos um País com um *Governo em confronto com a Constituição da República* e um Presidente que quer *perpetuar o massacre do povo*. [...] Temos um País onde é hoje absolutamente claro que não há nenhuma outra saída, digna e democrática, para a *pantanosos degradação* que vivemos que não seja a da demissão do Governo, a da dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições. (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, p. 48)

A retórica comunista recorre ainda à metáfora («correligionários que *trilham a mesma estrada mapeada* pela vulgata neoliberal») (21a) (26), e persuade pela constante utilização de expressões lexicalizadas («continuar a *arrastar os pés* no caminho dos últimos anos» [21b]; «A ferro e fogo» [vd.

[29]) e fórmulas metafóricas («a troca de um prato de lentilhas») (23), que, pelo seu carácter coloquial (27b), facilitam a rápida compreensão dos argumentos e contribuem para a identificação com o eleitorado. Os termos metafóricos são, aliás, de emprego intensivo por parte do PCP, como se tem observado ao longo da análise. Para além dos axiológicos do âmbito metafórico do «massacre» (26), de referir a semântica do «pântano», frequentemente através da qualificação («pantanosidade») (26) ou da designação («lodaçal de especulação») (27b). Bastante produtivas são as metáforas conceptuais (cf. Cap.1) que organizam a nossa experiência elementar e que, por outro lado, apresentam um papel persuasivo na condução do discurso, como ilustra a metáfora do domínio da condução empregue pelo Secretário-Geral do PCP (27); de lembrar também os *topoi* metafóricos do «rumo» e do «caminho» (28), de emprego exaustivo.

(27) (a) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Debater o estado da Nação pressupõe a análise da realidade concreta, saber onde estamos e para onde vamos, *mas não é aceitável esta estratégia do PSD e do CDS de tentar pôr o conta-quilómetros a zero a partir de outubro do ano passado.* [...]

(b) *Mas tentar varrer da nossa memória coletiva o que significou a aplicação do pacto de agressão e particularmente a sua execução implacável pelo Governo PSD/CDS, arrasando direitos, rendimentos e serviços públicos, arrasando vidas às pessoas que perderam o seu emprego, as suas casas, a sua pequena empresa, [...] atirando para a pobreza centenas de milhares de portugueses e outros tantos para a emigração, enquanto o sistema financeiro se afundava num lodaçal de especulação e de escândalos a serem pagos pelos portugueses.* [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 26)

(28) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] E o que é dramático *nesta caminhada para o desastre do retrocesso social e declínio nacional* é o facto de o Governo persistir, persistir e persistir neste rumo, a pensar onde é que pode impor mais sacrifícios aos mais sacrificados, com espírito de cruzada, não para resolver os problemas nacionais mas para acelerar a transferência de património e verbas colossais para os intocáveis, para o grande capital financeiro, para os grupos económicos. [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 17)

Note-se também em (28) a denúncia do argumento do sacrifício invocado pelo executivo nos anos da troika, selecionando-se como recursos persuasivos a derivação e a expressão «espírito de cruzada». Para além da argumentação pela causa (28), constante no discurso comunista, de relembrar um outro procedimento argumentativo do PCP: o julgamento de eufemização (Krieg-Planque, 2004), que constrói um *ethos* combativo e de carácter (29). Impõe-se igualmente um destaque para a clarificação do argumento pelo recurso à analogia, em (29b).

(29) (a) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] O que querem dizer com «política de reformas estruturais» é cortes na segurança social e nas reformas, é liquidação dos direitos laborais, é congelamento e redução dos salários em nome da competitividade, é alta dos impostos para pessoas e alívio de impostos para o grande capital. [...]

(b) *Entre o progresso social e as reformas estruturais que pretendem está a diferença entre a salsa e a cicuta.* [...] (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 49)

De capital importância na argumentação dos deputados comunistas, regista-se a avaliação axiológica, isto é, a exploração dos argumentos ditos apreciativos, que revelam julgamentos de valor, através de atos de denominação ou por nominação⁷⁵²:

À défaut de pouvoir nommer l'objet « en lui-même et pour lui-même », je le nomme tel qu'il m'apparaît et me concerne, tel que je le perçois, que je l'utilise et qu'à partir de là je peux le concevoir. Aussi quand je crois nommer l'objet lui-même, c'est mon rapport à lui qu'en réalité je nomme. (Siblot, 2001: 203)

Por conseguinte, denominar o Memorando de Entendimento com a troika (que impõe severas medidas de austeridade a fim estabilizar a dívida pública) de «pacto de agressão» (27b)-(30), ou designar o pagamento da dívida por «extorsão» ou «saque» (31), atesta as diferentes tomadas de posição, reveladoras de compromissos ideológicos diferentes⁷⁵³ (31)-(32).

- (30) O Sr. **João Oliveira** (PCP): — [...] E esse desgaste não acontece por acaso, acontece porque o senhor e o seu Governo decidiram executar o *pacto de agressão da tróica*, cuja única estratégia é *roubar o povo* para entregar aos especuladores e à banca! [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 25)
- (31) O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — [...] Não aceitamos como legítima uma dívida que se agravou com a canalização de dinheiro público ao serviço do grande capital para tapar buracos como o BPN ou o BPP [...]. Não aceitamos como legítima uma dívida que resulta do *sistema de extorsão* montado pelo BCE, com um empréstimo, sim, um empréstimo de dinheiro a 1% aos bancos para estes o emprestem a 7% ou 8% ao Estado português. Sim, esta dívida é ilegítima. Por que não emprestaram diretamente? *Por que recorreram a este saque, a esta montagem de extorsão?* Renegociação da dívida também nos prazos e nos juros, *não aceitando a extorsão que representam*. [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 50)
- (32) O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — *A situação do País é chocante*, mas o Governo quer ainda mais. A realidade do rumo *da continuação da política de direita* e da dedicação nacional é a da degradação económica, social e política, *que afunda Portugal e compromete o seu futuro por muitas décadas!* É uma opção pela *exploração*, pelo *empobrecimento* e pelo definhamento do País, pelo favorecimento da especulação, pelo domínio dos grandes grupos económicos e financeiros, com os escândalos e a corrupção que lhes estão associados! *A ferro e fogo, custe o que custar para o povo e o País*, a opção deste Governo e desta política é pela dependência e pela *submissão à dívida, ao tratado orçamental, à lógica trituradora do euro e da União Europeia*. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 31)

A polarização ideológica intensifica-se com a crise económica, e o Partido Comunista reforça sua identidade partidária através do *slogan* (que foi também o slogan da sua campanha de 2015) «política patriótica e de esquerda»⁷⁵⁴ (33)-(34), que pontua também os discursos parlamentares na persuasão de que seria possível construir uma política alternativa com o Partido Comunista «para assegurar um Portugal com futuro» (recuperando as palavras do manifesto de 2015 do PCP). O slogan constrói

⁷⁵² As noções de 'denominação', 'designação' e 'nominação' apresentam frequentemente definições convergentes, pelo que entendermos com Siblot a 'nominação' como um ato discursivo realizado por um enunciador (2001 :195), e a 'denominação' como o seu produto na língua: «on parlera métaphoriquement de programmes de sens pour désigner les traits constitutifs des catégorisations et capitalisés dans les dénominations» (*id. ibid.*: 197-198). Desta forma, a nominação pertence ao campo do discurso e a denominação ao da língua.

⁷⁵³ Os partidos do espectro da esquerda radical defendem veementemente a reestruturação da dívida, que consideram injusta.

⁷⁵⁴ Que foi também o slogan da sua campanha de 2015.

um *ethos* patriota: a identidade partidária e identidade social estende-se, portanto, à identidade patriótica. Note-se, em (33b), a apologia dos valores de Abril (sendo Abril o símbolo da liberdade) que surge exclusivamente no discurso do PCP, como marca identitária.

- (33) (a) O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — *É necessária e urgente a adoção de uma política patriótica e de esquerda que liberte o País dos interesses do grande capital e abra caminho para o desenvolvimento, a melhoria das condições de vida, o aprofundamento da democracia e a afirmação da soberania nacional.*
- (b) [...] O estado da Nação portuguesa neste tempo em que vivemos exige a rutura e aponta o caminho: *contra a política antipatriótica e de direita, uma política patriótica e de esquerda*; [...] *contra o retrocesso social e civilizacional, os valores de abril, no futuro de Portugal.* (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 50-51)
- (34) O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — [...] o estado da Nação evidencia a urgência da interrupção do caminho de ruína nacional que está em curso e coloca, com cada vez mais força, a necessidade da *alternativa patriótica e de esquerda* que o PCP propõe, que incomoda o Governo, mas que é cada vez mais necessária ao País para garantir o seu futuro. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 30)

Já nos debates de 2016 e 2017, em razão do seu apoio ao Governo do PS de António Costa, o ataque do PCP é dirigido ao antecessor executivo (35), sendo a polarização efetuada entre a direita e a esquerda. Contudo, o Secretário-Geral do PCP salienta a exigência de o Governo não faltar aos seus compromissos com a esquerda (36). Também nestes discursos se vinca a identidade do Partido Comunista pela apologia do valor da soberania nacional (37). De referir que a coerência do discurso comunista na defesa dos seus valores ideológicos ao longo das várias legislaturas valeu-lhe a inclusive a qualificação pejorativa de «cassete» por parte das outras forças políticas (com exceção do BE), sendo a essa designação um procedimento recorrente de refutação por parte do Governo⁷⁵⁵.

- (35) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Realizamos o presente debate sobre o estado da Nação num novo quadro político que permitiu, com a alteração da composição desta Assembleia, abrir uma nova fase da vida política nacional e com ela a possibilidade de dar os primeiros passos *na superação das graves consequências do pacto de agressão, de regressão económica e social e de afundamento do País, que marcaram dramaticamente a vida nacional nos últimos anos.* [...] *Bem podem aqueles que levaram o País pelo caminho da ruína e do desespero social que afundou milhares de vidas, o PSD e o CDS, montar a farsa que proclama que não há viragem na política que promoveram, que querem de volta, e que os trabalhadores e o povo também consideram como necessário.* [...] a ameaça de sanções, que hoje teve mais um folhetim a que o País assistiu, o rol de intrigas, as profecias catastrofistas, as sistemáticas pressões promovidas para condicionar as decisões das legítimas instituições da República Portuguesa, têm esse objetivo político: criar dificuldades adicionais à recuperação do País, *reverter as medidas positivas tomadas e impedir qualquer solução política que não tenha sido por si avalizada.* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 44-45)
- (36) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sabemos bem que as consequências de décadas dessa política não se apagam de um dia para o outro, mas também sabemos que demorarão tanto mais a ultrapassar quanto mais demorar a rutura com as opções dessa política de direita. *Essa recusa em romper com a política de direita, patente em muitas matérias na ação do Governo e do PS, tem como resultado o avolumar de problemas sem resposta, a frustração de legítimas expectativas dos trabalhadores na reposição dos seus direitos e no avanço das suas condições de vida e, num outro plano, deixa o País fragilizado e exposto a vulnerabilidades externas que motivam a nossa preocupação.*

⁷⁵⁵ «De facto, a “cassete” de que o Partido Socialista, apenas por ter políticas diferentes das do Partido Comunista, é um partido com políticas de direita não traduz qualquer contribuição para uma novidade neste debate.» (Primeiro-Ministro José Sócrates, DAR, I Série – 99, 2009/07/03, pp. 30-31).

Sendo estes os elementos centrais na avaliação do estado da Nação, a questão que se impõe é a de saber qual será o rumo para o futuro do País, se o *Governo está ou não disposto a fazer a opção de romper com a política de direita* para enfrentar essas dificuldades e responder aos problemas estruturais do País. [...] (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 23)

- (37) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] reverter os tratados, suspender e revogar o tratado orçamental é uma questão de grande urgência e atualidade. Portugal precisa de abrir um novo caminho, *precisa de uma política patriótica e de esquerda...* [...]. Portugal precisa de libertar-se das amarras que impedem o seu desenvolvimento. Não é o tempo de sonante fraseologia; não travamos nem transformamos este combate e esta luta numa demanda para morrer de pé. *Propomos e lutamos para viver de pé numa Nação que queremos soberana, com um povo que tem o direito inalienável de determinar o seu próprio futuro.* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 45-46)

Para além do *ethos* coletivo e comunitário (vd. *supra*), os oradores constroem um *ethos* individual (pela componente consciente do discurso) e singular (pela componente inconsciente) (cf. Raus, 2009). Não obstante a dramatização do discurso com recurso às figuras da hipérbole, da metáfora, da enumeração, da repetição (nas suas variantes) e da anáfora, entre outros procedimentos polémicos que constituem uma parte da componente consciente do discurso comunista, – como a designação («50 medidas draconianas») (38a) –, Carlos Carvalhas recorre a estratégias enunciativas e argumentativas de representação de si que fazem prova de um *ethos* (singular e individual) de inteligência pela figura da argúcia e sagacidade, sobretudo através da ironia e de figuras de enunciação e de dialética (preterição, correção, interrogação, entre outras) (cf. secção 3.2.). A sua argumentação coloca frequentemente em causa o *ethos* do adversário, sendo mobilizados argumentos *ad hominem*, na sua postura de vigilante da ação governativa, como se observa em (38a). Note-se como a estratégia da anteocupação expressa pela figura da interrogação (38b) previne o contradiscurso e reforça o seu ponto de vista pessimista.

- (38) (a) O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): —[...] Sr. Primeiro-Ministro, disse que recusa a lógica da catástrofe, a onda do pessimismo. Então, diga-me *como é que explica as 50 medidas draconianas de corte de despesas. Como é que explica* que o Sr. Ministro das Finanças se reúna com ex-ministros das finanças para debater grandes problemas da economia e das finanças? *Como é que explica* a apresentação do Orçamento retificativo, *quando ainda há pouco tempo dizia que não era necessário — aliás, uma ministra até disse que poria a cabeça no cadafalso se esse Orçamento retificativo fosse apresentado à Assembleia da República?*
(b) *É a situação internacional? Mas, então, a situação internacional explica isto e não explica o que se passa noutros países?* [...] (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 17)

Já o seu sucessor, Jerónimo de Sousa, se distingue por um discurso de identificação com o seu eleitorado. O Secretário-Geral do PCP apresenta um *ethos* popular e de autenticidade, para além do *ethos* prévio de seriedade, reconhecido pelos parlamentares (vd. Cap. 2). Antigo operário metalúrgico, torna-se, a partir de 2004, Secretário-Geral do PCP, criando uma maior empatia e

identificação com o seu eleitorado pelas suas origens, profissão⁷⁵⁶ e pelo seu discurso de proximidade.

São característicos do discurso de Jerónimo de Sousa as expressões lexicalizadas (39), bem como certos termos não pertencentes à norma culta que tornam a comunicação eficaz, como é o caso do adjetivo «eleiçoeiro» (40), cujo sufixo *lhe* confere um cariz popular; da fórmula «homens da ciência» (39) e da expressão popular proferida em aparte (41). De mencionar ainda as expressões de sabedoria popular (42) e os provérbios (também de seleção recorrente por parte de Carlos Carvalhas), que criam uma comunhão com as classes populares.

- (39) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] *Não «limpe as mãos à parede»!* Foi o PSD, naturalmente, com o PS e com ou sem o CDS que nos levaram a esta situação. [...] Na opção e nas políticas do «quanto pior, melhor», quanto pior para os trabalhadores, para a juventude, para os *homens da ciência, das artes, da cultura*, para os reformados e pensionistas, para os pequenos agricultores e empresários, para os elementos das forças de segurança, dos militares, melhor para os grandes grupos económicos e para os *senhores do dinheiro* [...]. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 17)
- (40) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] As previsões do prolongamento da crise para além do presente ano, particularmente a perspectiva avançada de um brutal e continuado agravamento do desemprego por parte de insuspeitas instituições internacionais, não só desmentem o *otimismo «eleiçoeiro»* de um Governo que não tem respostas para a crise como confirmam que a grave situação económica e social a que chegámos tem causas internas e não apenas externas e que os seus responsáveis podem ser encontrados aqui no País. (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 62)
- (41) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — [...] É por isso que a política facilitista e populista que o Governo combate e que o Partido Comunista Português defende é uma política errada que não será prosseguida por nós e que, julgo, não tem a adesão dos portugueses.
O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — *Tem de ser a mata-cavalos!* (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 21)
- (42) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] O que o *pacto de agressão* era suposto resolver e tanto serviu para o justificar, o défice e a dívida, permanecem para continuar a fundamentar novas investidas contra o povo e o País. Esta política, além de injusta, no plano social, *tem pés de barro*. Afundaram o mercado interno e com ele arruinaram a vida de milhares de pequenos e médios empresários e agricultores [...], *em nome do porta-aviões das exportações que não levanta ferro* [...]. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 47)

De salientar as analogias e as comparações (43a), assim como as metáforas (42), que ilustram os argumentos e permitem passar melhor a mensagem. Confere também uma singularidade ao seu discurso o emprego frequente de figuras de palavras como o poliptoto e a derivação (vd. [28]) e a antanáclase, que dá uma aceção diferente aos termos empregues pelo adversário. Note-se, em (43b), também a construção de um *ethos* coletivo de competência pela menção aos projetos apresentados, que contribui para a legitimação do PCP.

⁷⁵⁶ Contrariamente ao seu antecessor, Carlos Carvalhas, economista, e cujo discurso denotava um maior capital cultural.

- (43) (a) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Uma questão que também considero importante tem a ver com o processo de deslocalizações que hoje existe em Portugal e que está a provocar o aumento significativo do desemprego. Hoje, somos confrontados com uma espécie de novos «vampiros» do século XXI, que chegam a um país, instalam-se, são apoiados e financiados, exploram, mas assim que sentem «sangue fresco», seja por fundos comunitários, seja explorando mão-de-obra mais barata noutro país, aí vão eles, levantam a tenda e deixam atrás de si um rasto de miséria [...].
 (b) Nós consideramos que é possível travar isto! Apresentámos um projeto de resolução, uma iniciativa, aqui, na Assembleia da República, com medidas nacionais, com medidas que, naturalmente, têm de ser discutidas no quadro comunitário. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1704)

Em (44), Jerónimo de Sousa constrói um *ethos* de moderação pela figura da concessão e estabelece uma convivência com o auditório pela alusão à lenda de Egas Moniz. A diminuição da distância com o interlocutor faz-se também em (45a), argumentando-se pelo valor universal da justiça, que constrói um *ethos* solidário para além do *ethos* justo. Note-se ainda o argumento do espantalho com apelo ao absurdo (45b) na operação de descrédito lançada ao executivo.

- (44) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, não se exigiria, com certeza, que viesse aqui, revisitando aquele episódio histórico de Egas Moniz, com a corda ao pescoço, ou, nos tempos modernos, pedir desculpa aos portugueses e aos Deputados. É admissível que sobrevalorize esta ou aquela medida pontual positiva, mas já não se entende, Sr. Primeiro-Ministro que, num quadro de debate do estado da Nação, tenha feito um discurso que, de facto, não corresponde à realidade que o País vive. [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 35-36)
- (45) (a) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, a primeira ideia com a qual gostaria de o confrontar é no sentido de saber se é justo que puguem tanto os culpados como aqueles que não tiveram culpa nenhuma. O problema é que quem paga mais é precisamente quem não contribuiu para a crise — no IRS, no aumento do IVA, nos cortes aos subsídios de desemprego, nos cortes aos apoios sociais, que não poupam desempregados, crianças, doentes acamados, pessoas com deficiência, idosos e os mais fragilizados.
 (b) [...] Diga-nos, Sr. Primeiro-Ministro, qual é a ideia, a estratégia dizendo que, se agora estamos pior, em 2013 estaremos melhor. Já sabemos que o Sr. Ministro de Estado e das Finanças tem a resposta: confiemos nos astros, confiemos nas estrelas. Mas isso é perigosíssimo, porque também o seu discurso de hoje demonstrou que continua a olhar para as estrelas em vez de pôr os pés na terra [...]. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 36)

A afirmação da disponibilidade para constituir um Governo alternativo (46), norteador pelos valores da justiça e da igualdade, faz-se em todos os debates. O PCP constrói uma imagem de coerência, correspondente aos seus valores identitários e permite uma clara identificação com o seu eleitorado. Prova disso mesmo é a citação (46), na qual Jerónimo de Sousa se distingue dos seus congêneres, construindo um *ethos* de humildade pela ironia («E talvez inspirado nas permanentes e eruditas citações de poesia nesta Câmara»), pelo facto de ter optado por recorrer à autoridade de um conhecido poeta popular, mais ao seu gosto e do povo, e não menos válida.

- (46) O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — [...] É nossa profunda convicção de que o País não está condenado ao pensamento único, à alternativa dos partidos do Bloco Central, que tem conduzido o País ao atraso e ao aprofundamento das desigualdades económicas e sociais. No verdadeiro interesse dos portugueses é possível realizar uma outra política alternativa. E talvez inspirado nas permanentes e eruditas citações de poesia nesta Câmara, lembramos aos poderosos e aos mandantes um verso singelo de António Aleixo: «Vós que lá do vosso império/prometeis um mundo novo/cuidado que pode o povo/querer um mundo novo a sério». (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, pp. 6720-6721)

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes) — [...] Só na área da agricultura, por ano, em taxa de recursos hídricos, vão pagar-se 45 milhões de euros. A EDP — «coitadinha»... —, em 44 anos, vai pagar 55 milhões de euros...! [...] (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 47)

Coligado com o Partido Comunista, o Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)⁷⁵⁷ tem a ecologia como conceção política⁷⁵⁸, e, consequentemente, tem em vista a promoção do ecodesenvolvimento assente no princípio da solidariedade, opondo-se veementemente aos modelos liberais e neoliberais.⁷⁵⁹

A identidade do PEV é mostrada (martelada) praticamente em todas as intervenções (vd. *infra*) pela referência explícita ao adjetivo de cor utilizado como nome na designação do partido, que remete automaticamente para a sua ação política ecológica. Associada também ao deítico «nós» e à enunciação na primeira pessoa do plural («nós consideramos») (47b) a designação «Os Verdes» apresenta uma função metadiscursiva ou retórica (cf. Mayaffre, 2003), a de precisar a identidade do enunciador e a de forçar a identificação do auditório à identidade da oradora e às propostas da oradora, tanto mais que importa marcar a sua diferenciação com o partido ao qual está coligado.

(47) (a) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] Mas *Os Verdes* não esperaram pela tragédia de Pedrógão Grande, como o Sr. Primeiro-Ministro bem sabe. Na Posição Conjunta do Partido Socialista e do Partido Ecologista «Os Verdes» sobre solução política, determinámos, de imediato, a necessidade de uma reforma florestal, a necessidade de acabar com a monocultura do eucalipto, a necessidade de valorizar espécies autóctones na nossa floresta, a necessidade de tornar a nossa floresta mais resiliente ao drama dos fogos florestais, que nos assola ano após ano. E é esse trabalho que temos de terminar, não, da parte de Os Verdes, com uma pressa absoluta, mas com uma eficácia absoluta. Essa é que é a verdadeira razão do trabalho que temos desenvolvido nesta matéria, designadamente de pressão junto do Governo. [...]

(b) É suficiente o que está feito? Claro que não! *Os Verdes* gostariam que o Governo acelerasse o ritmo relativamente a algumas matérias? É óbvio que sim, porque *nós consideramos* que isso traria resultados positivos mais depressa.

(c) [...] Mas, Sr. Primeiro-Ministro, *há algumas questões às quais lhe vou pedir que dê mesmo algumas respostas mais concretas*. Sobre a matéria das assimetrias regionais e do combate ao despovoamento e à desertificação do interior do País, o Sr. Primeiro-Ministro tem de ser mais concreto. [...] *Dê o exemplo de duas ou três medidas que o Governo considera fundamentais para que esse combate se faça*. Nós dizemos: por exemplo, no âmbito da mobilidade e dos transportes para alavancar pessoas para o interior, mas também empresas, é necessário canalizar mais investimento para o interior para lhe dar outra dinâmica. [...] (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, pp. 25-26)

⁷⁵⁷ Grupo parlamentar constituído por dois deputados. Fundado em 1982, o PEV tem concorrido em coligação com o PCP, primeiro na Aliança Povo Unido (APU), posteriormente (desde 1987) na CDU (Coligação Democrática Unitária – PCP-PEV).

⁷⁵⁸ <http://www.osverdes.pt/pages/partido---programa/introducao-alternativa-ecologista.php>

⁷⁵⁹ Rivaliza com o PEV na prioridade ao ambiente o PAN, Partido Pessoas-Animais-Natureza (que elegeu um deputado na XIII Legislatura), que se apresenta como um partido de causas, não como um partido ideológico.

Para além da vigilância da ação política, papel que os seus deputados cumprem com zelo, a estratégia de legitimação do partido passa pela construção de um *ethos* de competência, não só pela antecipação e apresentação de propostas e medidas concretas, como se ilustra em (47a-c), como também pela tentativa de contribuir para a implementação das políticas ambientais na agenda governamental, aquando do XXI Governo Constitucional⁷⁶⁰ («do trabalho que temos desenvolvido [...] *de pressão junto do Governo*») (47a). Os seus deputados apresentam invariavelmente uma postura de reivindicativa, que constrói um *ethos* combativo. O *ethos* autoritário parece também fazer parte de uma estratégia identitária. Veja-se o exemplo (47) que ilustra segmentos discursivos impositivos, com recurso à modalização deôntica, pelo predicador adjetival, («*é necessário* canalizar mais investimento para o interior»), e a atos diretivos, que se revelam gradativamente ameaçadores da face do adversário («há algumas questões às quais *lhe vou pedir que dê* mesmo algumas respostas mais concretas»; «*Dê o exemplo* de duas ou três medidas que o Governo considera fundamentais para que esse combate se faça») (47c).

Conquanto o grupo parlamentar seja constituído por dois deputados, é sobretudo a imagem de Heloísa Apolónia que identifica o partido. A deputada apresenta um *ethos* singular pelo seu estilo polémico e agressivo, sendo uma característica do seu discurso a utilização explícita de atos diretivos ameaçadores da face negativa do adversário («*conte lá*»; «*descreva lá*») (49), como já foi referido em (47). Aliás, como estratégia identitária, «Os Verdes» adotam uma atitude antagonista, marcadamente polémica, que se caracteriza por uma oposição veemente em todas as intervenções no *debate sobre o estado da Nação*. Mobilizam-se, por conseguinte, múltiplas estratégias de ataque ao Governo, sendo de utilização sistemática as perguntas múltiplas ou a pergunta de pressuposição (48), a questão provocatória e a pergunta de controvérsia (49b), que visam irritar e desencadear uma reação no adversário. Também a designada pergunta fictícia, que visa apresentar o tema (subjeção) é uma das suas estratégias (47b)-(49b).

- (48) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] Quarta nota (o Sr. Primeiro-Ministro não está aqui, mas provavelmente os Srs. Ministros farão o favor de *lhe* transmitir): ficámos na mesma sem saber onde é que a tróica vai facilitar e melhorar. E Os Verdes gostavam de *perguntar diretamente o seguinte: será que este facilitar e este melhorar implicarão receitas extraordinárias para «maquilhar» o défice que continua a galopar?* [...] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 54)

⁷⁶⁰ Solução governativa apoiada pelo PEV.

(49) (a) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): —A Sr.^a Ministra do Ambiente disse, e muito bem, numa entrevista, que o estado do ambiente é uma desgraça comparado com os níveis europeus. *Então, e face a esta situação e a esta caracterização do estado do ambiente em Portugal, o Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção, não diz uma única palavra sobre a política de ambiente em Portugal? Como é que pode falar numa visão estratégica sem pensar uma única vez sobre a política de ambiente?* Gostaria de deixar aqui registado que o Partido Ecologista «Os Verdes» encara como algo de grave o facto de o Sr. Primeiro-Ministro não ter referido uma única vez a política de ambiente em Portugal.

(b) *Conte lá, Sr. Primeiro-Ministro, se foi para poder pintar de rosa o estado da Nação que não falou de ambiente? Porque isso iria, decerto, escurecer muito o quadro pintado! Ou foi por reconhecer que não existe qualquer política integrada, global, consequente para o ambiente em Portugal?* [...] Sr. Primeiro-Ministro, descreva lá o estado do ambiente em Portugal. (DAR, I Série – 95, 1996/07/12, p. 19)

Para além dos atos de censura e de crítica veiculados pela ironia e pelo sarcasmo (vd. Cap. 1), configuram-se característicos do discurso de Heloísa Apolónia os enunciados de modalidade apreciativa, que exprimem um juízo valorativo negativo (50), e os comentários avaliativos, que interrompem o fio do discurso (51), contribuindo significativamente para a construção da sua identidade política. De referir também, em (50), a citação das palavras do Ministro da Economia, que se configura numa estratégia para exigir respostas claras. Repare-se ainda no subentendido com recurso à *doxa* (50), procedimento polémico que visa desacreditizar o Governo, sugerido que não se pode confiar na palavra dos ministros. Igualmente, em (51), a convocação das palavras do Ministro, desta vez, do Ambiente (Jorge Moreira da Silva) serve de pretexto para uma crítica ao Governo, designadamente para a sua falta de «transversalidade». Vocábulo este retomado pela oradora para introduzir um ataque à Ministra das Finanças, através do comentário metadiscursivo («— *justiça lhe seja feita!* —»), que configura um ato de falso elogio, como se observa pela conclusão introduzida pelo conector argumentativo «mas», que inverte a orientação argumentativa do enunciado. A argumentação pela causa denuncia a atitude calculista do Governo, justificando-se assim as emoções ditas através da asserção final de modalidade apreciativa.

(50) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes) — [...] Gostava de lhe colocar aqui uma questão sobre um projeto *perfeitamente absurdo*, que tem vindo a ser construído e de que temos ouvido falar nos últimos tempos, que tem a ver com a hipotética construção de uma central nuclear em Portugal. Sobre esta questão o Sr. Ministro da Economia disse: «O tema da energia nuclear tem grande atualidade. Deve ser discutida a possibilidade de Portugal avançar neste domínio. A eventual introdução de energia nuclear em Portugal deve ser pensada e discutida com profundidade.» É certo que o Sr. Primeiro-Ministro, depois, num debate televisivo, veio referir que devemos afastar essa hipótese. No entanto, *como nos temos de habituar muito bem a ouvir os Srs. Ministros*, queria saber se o Sr. Primeiro-Ministro assume, perante o Parlamento, *que este Governo nem sequer vai perder tempo a pensar nesta matéria do nuclear*. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1718)

- (51) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes) — [...] Este Ministério do Ambiente não teve força para a *transversalidade* necessária que se impõe à política de ambiente. [...] Nesta Legislatura, quando confrontado com a importância que o setor dos transportes tem para o ambiente e, designadamente, sobre o combate às alterações climáticas, ouvi o Sr. Ministro do Ambiente dizer: «*Eu não sou Ministro dos Transportes!*». Não é, de facto, mas não teve capacidade para influenciar em coisas que são fundamentais. Se houvesse dúvidas para tanto, bastaria olhar para a designada «reforma de fiscalidade ambiental», que não tocou rigorosamente em nenhuma questão que é fundamental nesta área, como é o caso da matéria dos transportes. [...] Bem, *transversalidade* conseguiu a Sr.^a Ministra das Finanças — *justiça lhe seja feita!* —, mas com muito má consequência para o povo português. É que a fiscalidade ambiental foi feita e laborada única e exclusivamente porque o Governo precisava de 150 milhões de euros. *É uma vergonha e uma frustração*, Sr. Ministro do Ambiente! (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 60)

O *ethos* vigilante, de denúncia, quer da inação (52) quer das manobras (53) do Governo constrói-se, frequentemente, pela espetacularização do discurso, de modalidade polémica, como já foi referido. A expressão violenta das emoções (*pathos*), sobretudo da ordem da indignação, é uma das suas armas políticas⁷⁶¹, e está diretamente relacionada com a avaliação negativa que faz de determinada situação, neste caso, da política ambiental do Governo (52)-(53). São característicos da argumentação da indignação os enunciados de modalidade avaliativa numa construção impessoal (e, frequentemente, de clivagem, como no ato de deplorar), inclusive com emprego do advérbio reforçador da asserção: «Isto é que é verdadeiramente lamentável!» (52), «é absolutamente inadmissível» (53). De forma a tornar presente o objeto do discurso, a oradora recorre, por norma, a procedimentos de amplificação. Note-se o reforço da crítica ao Governo pelas figuras da anáfora e da repetição (52). Igualmente, em (53), a denúncia de Heloísa Apolónia recorre à repetição para evidenciar o que considera uma «chantagem» do Governo; procedendo, em seguida, numa enunciação alocutiva, a um ataque *ad personam*, pela acusação de má-fé da Ministra. Os atos de *impoliteness* – os ataques intencionais à face do outro (Culpeper, 2013: 5) – que dão forma ao discurso da deputada fazem prova de um poder legitimado pelo assento parlamentar. Nesta perspetiva, os atos de descortesia são uma forma de exercício de um poder de expor imposturas e dissimulações, de colocar em causa, de questionar, de denunciar e de desestabilizar (Oprea, 2012: 122).

- (52) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sabe qual é uma das nossas grandes preocupações em matéria de energia, Sr. Primeiro-Ministro? Tem a ver, justamente, com um dito Programa Nacional de Eficiência Energética, *que está enfiado na gaveta, sem qualquer resultado prático*, e das medidas novas apresentadas por esse Programa, *nem uma, repito, nem uma, se encontra aplicada*. Isto é que é verdadeiramente lamentável! Como é lamentável que o Governo tenha tomado uma decisão relativamente à microgeração, designadamente em relação aos painéis solares, mas, quando procede à aplicação da medida concreta, verificamos que a sua intenção não é a generalização desta forma de energia, é, antes, *dar um certo luxo a meia dúzia de empresas para obterem o negócio, afastando micro, pequenas e médias empresas que estão no sector*, porque não cabem nos critérios definidos pelo Governo. [...] Isto é que é verdadeiramente lamentável! É fazer de todas estas áreas um negócio e, quando não encontram negócio, arredam! Isto é que é verdadeiramente lamentável. (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 73)

⁷⁶¹ Vd. também «A “ofensiva verde” no debate sobre o estado da Nação» (Viola, 2016).

- (53) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): —[...] *é absolutamente inadmissível*, Sr.^a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território — já agora, gostava de me dirigir diretamente a V. Ex.^a — *a chantagem (chantagem, com todas as letras) que o Governo anda a fazer para trocar dívida dos sistemas de abastecimento de água e saneamento por privatização da água. Sr.^a Ministra, isto não se faz, a chantagem é uma coisa muito feia! Impor assim a privatização da água para desgraçar mais os consumidores e os próprios sistemas é absolutamente inacreditável.* (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 54)

Como referem Fuentes Rodríguez e Álvarez-Benito,

Although parliamentary discourse is a type of discourse that involves formality, emotion is used by MPs to emphasize the speaker's argumentation, to attack the opponent, express proximity and create a distinctive identity. (2016: 217)

Para além do «discurso verde», o PEV afirma o seu posicionamento ideológico inscrevendo-se no espectro político mais à esquerda, pela condenação dos modelos económicos neoliberais, pela reprovação das políticas de direita conduzidas pelo Governo – concretamente, em (54), pelo antecessor executivo –, pelo regozijo na reversão das privatizações, defendendo uma política «para servir as pessoas» (54), que constrói um *ethos* pragmático. A construção de um *ethos* coletivo de competência é feita pela referência às medidas que têm um efeito na melhoria da «vida concreta das pessoas» (chavão utilizado nos discursos do PEV), mostrando-se simultaneamente um *ethos* de solidariedade. De mencionar também o valor da justiça como um dos lugares da argumentação do partido (vd. Cap. 2). O PEV afirma também a sua identidade na referência às questões fraturantes, pela sua posição favorável no que se refere à adoção por casais homossexuais e à despenalização da interrupção voluntária da gravidez (repare-se no juízo avaliativo: «*ridícula* lei do aborto») (54b).

- (54) A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — [...] quando a política se vira para servir as pessoas nunca é de uma regressão que estamos a falar, mas sempre de um avanço. [...] Sr. Primeiro-Ministro, se pensarmos no percurso que fizemos para a devolução de rendimentos, de pensões, de salários, da sobretaxa do IRS e se pensarmos que tudo isso era negado pelo PSD e pelo CDS, percebemos como servimos as pessoas. Se pensarmos em como permitimos mais um passo no combate à pobreza quando intercedemos sobre determinados apoios e abonos sociais, tais como o complemento solidário para idosos, como o abono de família [...]. Quando devolvemos o IVA na restauração e permitimos as 35 horas na função pública [...] quando determinámos a gratuidade dos manuais escolares para o 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico, tudo isto são questões importantes e relevantíssimas para a vida concreta das pessoas [...]. Quando pensamos na reversão da entrega aos privados dos transportes de Lisboa e Porto, na garantia de que a Caixa Geral de Depósitos será um banco público, na diminuição das taxas moderadoras, a adoção por casais homossexuais, na alteração da ridícula lei do aborto que aqueles senhores do PSD e do CDS tinham feito e que nós revertemos [...] Toda esta listagem, e muito mais poderia aqui dizer, Sr. Primeiro-Ministro, são questões concretas da vida das pessoas. E quando a política se volta para a vida concreta das pessoas e deixa os números pelos números, vamos, de facto, no caminho certo. [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 27-28)

Bloco de Esquerda (BE)

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] *A supervisão pode estar a 10 cm de «bater na montanha» e nada vê, nada!...* Dias Loureiro (*boa pessoa...*) só ontem percebeu o que era o negócio de Porto Rico — *e nada via, nada!...* [...] (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 40)

Rivalizando com os partidos da esquerda tradicional⁷⁶², o Bloco de Esquerda (BE) pertence a uma esquerda revolucionária⁷⁶³ e apresenta-se como um partido antissistema⁷⁶⁴, não sendo seu objetivo a obtenção do poder para formar governo, mas sim para se constituir como oposição, conquanto se tenha transformado num partido com responsabilidades governativas em 2016. Tanto nas suas manifestações e atividades de protesto⁷⁶⁵ como no Parlamento, a sua ação política pauta-se pela irreverência e pela contestação. Tido como um partido de causas fraturantes⁷⁶⁶, o seu eleitorado é, sobretudo, urbano, cosmopolita, escolarizado e oriundo das camadas jovens⁷⁶⁷. Visto ser um partido sem história e com pouca representatividade parlamentar (como lembra constantemente a direita), o Bloco legitima o seu papel político através de um discurso contestatário, certo e contundente nas críticas ao Governo, em consonância com o seu *ethos* prévio de irreverência e combatividade.

⁷⁶² Ainda que partilhe o mesmo campo ideológico, o BE distingue-se do PCP pelas suas origens e desenvolvimento do partido, pelas suas bases eleitorais e pela sua organização e funcionamento interno (cf. March & Freire, 2012).

⁷⁶³ A sua fundação data de 1999 (proveniente da fusão de três forças políticas: União Democrática Popular [UDP], Partido Socialista Revolucionário [PSR] e política XXI), e apresentava-se como um movimento anticapitalista, democrático e de ideologia marxista. Tem assento parlamentar desde 2002. Freire, Lisi e Viegas (2015) situam o Bloco de Esquerda na área da esquerda radical, como «socialistas democráticos», «socialistas de esquerda», ou «partido movimento» (de esquerda), consoante as designações.

⁷⁶⁴ De forma resumida, o BE defende como visão estratégica a abolição do sistema capitalista e a construção de uma nova sociedade, socialista, tendo como princípio uma democracia responsável. De particular relevância na sua ideologia é a defesa por um Estado social.

⁷⁶⁵ As manifestações e atividades de protesto nas ruas e no Parlamento dão corpo a um imaginário sociodiscursivo (Charaudeau, 2014a: 160) que exhibe os valores do Bloco e constroem a sua identidade política.

⁷⁶⁶ Interrupção voluntária da gravidez (1998 e 2007), legalização do casamento por casais do mesmo sexo (2010), direito ao aborto, legalização da canábis, luta contra a violência conjugal, legalização do casamento entre homossexuais e o seu direito à adoção. Referem Freire, Lisi e Lima que «os partidos ‘socialistas democráticos’ dão uma considerável importância às questões da chamada ‘nova política’ (i.e., às questões relacionadas com a qualidade de vida, as identidades, a autoridade, a participação da cidadania nos processos de tomada de decisão, em suma, as chamadas questões da agenda pós-materialista ou libertária)» (2015: 388). Por seu turno, menciona Jalali que sucesso do Bloco de Esquerda no eleitorado jovem e urbano tem sido interpretado como resultado de uma certa postura pós-materialista (2003: 561).

⁷⁶⁷ Conta, entre os seus apoiantes, intelectuais e artistas que não se reveem na esquerda tradicional, mas também camadas profissionais específicas como os professores e grupos ditos minoritários.

Prova disso mesmo são as técnicas argumentativas utilizadas pelos deputados que procuram destabilizar o adversário, como se ilustra através de um dos *soundbites* do BE (55), estabelecendo-se uma convivência com o auditório pelo implícito.

- (55) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): —O Bloco de Esquerda sempre defendeu que era necessária a reestruturação da dívida pública. O FMI vem agora reconhecer que seria necessário ter pensado, logo em 2011, se a reestruturação era mesmo necessária. Sr. Primeiro-Ministro, o que Portugal precisava agora era de um Governo que estivesse a lutar por essa reestruturação. *Infelizmente, quando olhamos para si sabemos que este Governo o que é capaz de fazer é ficar no camarote de Angela Merkel a bater palmas aos golos marcados na própria baliza.* (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 22)

Revelam de igual modo uma postura permanente de combate pela provocação, visando o embaraço do interlocutor, as perguntas incisivas, culpabilizadoras e de condenação, que contêm a afirmação pressuposta (56). A denúncia dos interesses instalados e dos «compadrios» é uma constante do discurso do Bloco de Esquerda. Em (57), Ana Drago mostra-se incisiva na corresponsabilização do PSD pelo estado da Nação, como mostra a pergunta capciosa que contempla o argumento do falso dilema – tipologia de questões de emprego frequente também por parte de Catarina Martins (cf. Cap.1).

- (56) A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — [...] Sr. Presidente, termino, perguntando ao Sr. Ministro da Economia o seguinte: o Governo insiste na dicotomia entre cortes inconstitucionais dos salários ou o aumento dos impostos. O Sr. Ministro já disse que o aumento de impostos é mau para a economia, pelo que pergunto *até onde é que vai a disciplina do Ministro da Economia que trabalha sempre para as finanças.* (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 53)
- (57) (a) A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — [...] a) [...] São relativamente claras as intenções do PSD. O PSD quer as privatizações, quer que, em sectores onde não há concorrência, seja transferida para a mão dos privados uma renda certa. E aquilo que é o contributo para pagar o défice agora vai sair dos impostos dos portugueses. Há um acordo entre Pedro Passos Coelho e José Sócrates, que nós não esquecemos! *Portanto, é uma injustiça este debate. Fazem-se perguntas ao Governo e tão poucas perguntas ao PSD, quando o estado da Nação que hoje discutimos, o desespero das pessoas, o desemprego, o corte nas prestações sociais são também obra e responsabilidade do PSD.*
- (b) Tenho uma única pergunta para o Sr. Deputado Miguel Macedo: *foi por modéstia ou por inteligência que o PSD não pediu um lugar na bancada do Governo para discutir, hoje, o estado da Nação?* (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 51)

De particular eficácia comunicativa, registam-se as acusações que selecionam a metáfora como «figura de escolha» (58), bem como a comparação e a analogia, nos argumentos de ilustração (vd. *infra*), e, claro, o procedimento polémico da designação («sociais-liberais», vd. *infra*), que emprega geralmente termos técnicos do âmbito da economia quando utilizado por Francisco Louçã (especialista na área) (59)-(60); em (59), para denunciar os conluíus entre os partidos que constituem o arco da Governação. De referir igualmente a mobilização do argumento *ad populum* em (59b), que contribui para a adesão ao discurso e reforça a autoridade do orador.

- (58) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] Na PT, mais uma das empresas destruídas na voracidade das privatizações, a Altice prepara o despedimento de milhares de trabalhadores, fintando todas as regras e gabando-se disso mesmo até no Parlamento. Enquanto o Governo adia a reversão da *selva laboral* instalada pelo anterior Governo e pela troica, já os *abutres* experimentam novos abusos. Anos de preconceito ideológico contra os direitos de quem trabalha transformaram a legislação num *queijo suíço cheio de buracos* para as empresas fugirem às suas responsabilidades. Lucro fácil para os acionistas são custos altos demais para quem trabalha e para a economia e o emprego do País. A nossa responsabilidade, a responsabilidade do Governo é travar estes processos. [...] (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 45)
- (59) (a) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Por outro lado, nas parcerias público-privadas nas grandes obras, *há um acordo de consórcio, da sociedade anónima PS/PSD*, pois estão de acordo que elas sejam pagas a juro beneficiando às grandes empresas privadas. [...]
- (b) Aliás, *os portugueses já sabem* que estas obras têm sempre uma conta secreta, que é a da derrapagem, e que vamos pagar derrapagens como as de 97 milhões na Casa da Música, de 235 milhões no aeroporto do Porto, de 31 milhões no túnel do Rossio. [...] (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 38)
- (60) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, com o seu Governo, o maior investimento público que se fez em Portugal, no século XXI, foi no Banco Português de Negócios! O maior investimento público! Criou emprego? Não criou emprego! Ajudou a economia? Não ajudou a economia! Mas estas empresas têm uma *golden share* sobre o Estado! (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 31)

De observar, em (60), alguns dos procedimentos característicos da argumentação de Francisco Louçã que constroem um *ethos* de carácter pela rejeição do atual estado de coisas: a indignação, mostrada através da repetição, das asserções categóricas exclamativas e da figura da subjeção, duplamente mobilizada, configurando-se a ironia como o principal procedimento de descrédito. Note-se o efeito persuasivo concedido também pelo ritmo da sequência originado pela brevidade dos enunciados.

- (61) (a) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): - [...] Mas veja bem, Sr. Primeiro-Ministro, este paradoxo: nestas empresas há sempre uma placa de mármore que assinala que o "Ministro Ex.mo" - *quem inaugura é sempre "Ex.mo"* - esteve lá a inaugurar a empresa. Mas, sete anos depois, quando a Lear se vai embora, não devolve ao ex-Ministro Pina Moura a placa que lá ficou! [...]
- (b) E se fossem devolvidas as placas de todas as inaugurações feitas pelo Prof. Cavaco Silva ele até poderia forrar o teto da vivenda Mariani com a quantidade de mármore que lhe seria entregue por estas empresas que foram embora [...]. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, pp. 1714-1715)

Os discursos dos deputados do Bloco de Esquerda revelam uma ironia militante que configura atos de crítica geralmente agressivos (vd. Cap. 1) – sendo a ironia *per si* uma forma de argumentação (Eggs, 2009). Em (61), os enunciados são, sobretudo, de pendor humorístico; em (61b), pela alusão à conhecida moradia do Presidente Cavaco Silva no Algarve, que configura uma forma de estabelecer uma proximidade com o auditório.

Observe-se também em (62) a imagem de incompetência e conformismo de José Sócrates veiculada pelos atos de ironia (assim como pelo argumento de causalidade) – de mencionar novamente a

mobilização da subjeção, procedimento característico da argumentação bloquista. Note-se como o líder do grupo parlamentar constrói um *ethos* culto pela alusão à obra de Samuel Beckett, conhecida, sobretudo, nos meios intelectuais, o que é demonstrativo do capital cultural dos deputados do BE e distintivo do partido. De assinalar a diferença das figuras que estabelecem uma convivência com seu o eleitorado relativamente ao outro partido com quem rivaliza na posição extrema do espectro partidário (PCP).

- (62) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — [...] Como o Sr. Primeiro-Ministro, todos os dias, *ao levantar-se, deve ir ver cotação do petróleo* e como não são animadores os sinais da conjuntura económica internacional, nem de qualquer retoma anunciada, o senhor fica *À Espera de Godot. Porquê? Porque adotou a agenda dos governos que o antecederam.* [...] (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1722)

Para além da ironia, é da essência da argumentação do BE a invalidação do discurso do Governo, pela argumentação *ad ridiculum* (cf. Cap.2), fazendo-se também uso da *reductio ad absurdum* (63), com mobilização da gradação, em (64).

- (63) A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro, apesar das *aparições, dos vários milagres*, os dados mostram uma economia bem mais frágil do que aquela que aqui apresenta. *Aliás, quem não conhecer os dados pensa que Portugal é uma economia em expansão, a par do Brasil, da Índia e de outros grandes gigantes económicos.* (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 53)
- (64) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] [O] Governo [...] só nos apresenta como desculpa pelas dificuldades o exterior: a Europa, o Banco Central, os juros, as dificuldades, toda a conspiração mundial que impõe sacrifícios aos portugueses. (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 67)

O contradiscurso do Bloco de Esquerda recorre ainda à refutação pela integração parcial do discurso do oponente através do procedimento da dissociação (cf. Cap.2) e do *distinguo*, sendo também recorrentes as técnicas de inversão da orientação argumentativa pela diáfora e pela antanáclase (cf. Cap.1), que desorientam o discurso. Em (65), a Coordenadora do BE reverte a orientação do argumento do Governo, o que lhe permite construir um *ethos* de solidariedade, através do argumento pela ilustração (note-se a autoridade pelo testemunho, através da figura da escuta), reforçando a identidade do partido, pela denúncia da precariedade no emprego evidenciada pela gradação.

- (65) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, a política deste Governo tem sido a política do abandono e a economia da desistência. E a marca são as alterações laborais. *A marca é terem dito sempre que o problema era a rigidez no trabalho.* E veja bem a rigidez: ontem mesmo, o Bloco de Esquerda esteve junto dos trabalhadores da Lunik — de entre 100 trabalhadores aumentaram o trabalho a 80 para despedir 20. Essa é a marca de um país onde alguns são forçados a tantas horas de trabalho por tão magro salário e para tantos outros ficarem sem emprego. *Não há nenhuma rigidez, o que existe sim é uma luta da direita contra a dignidade do trabalho. Os trabalhadores passaram a ser colaboradores, precários, claro, e agora de precários passam a estagiários.* [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 21)

Observe-se igualmente em (66) a preocupação pelo desemprego na argumentação de Luís Fazenda, que utiliza o julgamento de eufemização para reforçar a sua tese de que Governo não é social-democrata, pelas políticas liberais que implementa. Repare-se como orador estabelece uma comunhão com o auditório pela alusão às personagens das narrativas utilizadas na anterior legislatura por Durão Barroso e pelo CDS, servindo-se estrategicamente do interdiscurso para concretizar os problemas do desemprego, cooperando, de forma irónica, com os autores dessas narrativas.

(66) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — [...] O PSD, quando estava na oposição, falava nas pessoas. O Sr. Primeiro-Ministro até tinha uns diálogos habituais com o «Zé» !

O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues** (PS): — E a «Maria» !

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — O «Zé» falava dos sentimentos populares e até dava ideias políticas! O CDS-Partido Popular irrompia aqui, na oposição, falando na vida do «Manuel» e da «Maria» ! Pois são os «Manuéis» e as «Marias», hoje, que dizem que estão a ser maltratados porque o Governo deixou alastrar o desemprego e não teve reação ao desemprego; porque o *Governo eufemisticamente trata esse desemprego galopante como um processo de ajustamento*, e depois não quer que se chame ao seu Governo um governo liberal. (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5921)

Contribuem para a construção e afirmação da identidade do Bloco de Esquerda a defesa de políticas sociais de desenvolvimento, do pleno emprego e a reivindicação de um Estado social, como revelado pela argumentação dos seus deputados, que condena as políticas que vão no sentido oposto (67). Se as diferenças ideológicas são evidenciadas no contradiscurso relativamente ao executivo de direita (65)-(66), já no que respeita ao Governo socialista a argumentação foca a incoerência do executivo pela traição aos valores da esquerda (67)-(68), designadamente no que respeita à proteção do Estado social. De notar, em (68), a metáfora («*emagrece* o Estado social») e a ilustração do argumento pela analogia, que contribuem para a eficácia do discurso.

(67) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, permita-lhe dizer, *com a franqueza de sempre*, que não há debate do estado da Nação a não ser que seja um debate sobre as *condições económicas e sociais do atraso, ou seja, do desemprego e da pobreza em Portugal*. Isto não está nas suas preocupações e, pior ainda, não está na sua política. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1717)

(68) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, o Partido Socialista, no Governo, baqueia em relação àquilo que deveria ser a sua agenda do Estado, *emagrece o Estado social*, para se poder conter nos limites da diminuição do seu financiamento. Ora, o que temos de discutir é o financiamento do Estado social. *Não se trata de «diminuir as sardinhas», para dizer que «paga as sardinhas», não! Trata-se de aumentar o cabaz!* (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1723)

Acérrimo defensor do valor da democracia, como fazem questão de evidenciar os seus deputados (cf. capítulos precedentes), o Bloco de Esquerda advoga que o reforço do serviço público nos setores da saúde, da educação e da segurança social é uma questão essencial de um estado democrata, batendo-se em sua defesa e construindo, por conseguinte, um *ethos* combativo.

Ora, recuperando uma das metáforas utilizadas pelo PSD (Marques Mendes) no ataque ao Governo, Luís Fazenda acrescenta mais uma (69a), valorizando assim o seu *ethos* político. O orador procede à reparação da imagem do seu partido ao refutar as críticas de António Vitorino⁷⁶⁸ pela denegação (69b) e constrói um *ethos* de carácter; acusa, por outro lado, o Governo socialista de ser liberal, atribuindo-lhe (indiretamente) a designação de «sociais-liberais» pelo facto de ceder às pressões políticas, no que se refere ao Estado social. Por sua vez, o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social é descredibilizado através de um ataque *ad hominem* (69c), que visa mostrar a sua incoerência. Repare-se como o deputado utiliza estrategicamente a enunciação na primeira pessoa do plural («gostaríamos de perceber»), fazendo o auditório partilhar da sua pretensa dúvida.

- (69) (a) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — [...] Se o Sr. Deputado Marques Mendes *faz o epitáfio da segurança social público*, também é generoso dizer que o Sr. Deputado António Vitorino *acrescenta o Te Deum das exéquias*!
- (b) [...] De facto, o problema não é o de um mirífico e hipotético anarquista latino-americano que é contra as reformas. Não! O problema é o de *sociais-liberais reais e concretos* que se sentam nesta Sala e que, a cada pressão para baixar o patamar dos direitos sociais, só têm uma lógica e um discurso: «Nós cedemos!» [...] Esta é a vossa lógica, esse é que é o adversário real e concreto.
- (c) [...] depois de ouvir o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, gostaríamos de perceber qual dos dois Vieiras da Silva temos perante nós: será o Vieira da Silva, ex-secretário de Estado que fez um acordo social em que se previa que a nova forma de cálculo da segurança social, incidente sobre toda a carreira contributiva, entrava em vigor em 2017, ou o Vieira da Silva deste Governo que fez um acordo apenas com parte dos sindicatos, defendendo o contrário do que tinha defendido no anterior acordo social? [...] (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6729)

O argumento *ad hominem* consubstancia, pois, um dos procedimentos de ataque ao Governo, como se ilustra também em (70), num discurso que tem como *leitmotiv* o desemprego. O líder do BE contrapõe as promessas do Governo aos resultados, mobilizando como recursos retóricos a anáfora e a subjeção.

- (70) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Há um ano atrás, o Sr. Primeiro-Ministro [...] anunciou medidas: *apoio à qualificação/emprego, apoio aos desempregados com mais de 45 anos, apoio aos desempregados licenciados, apoio aos desempregados que querem criar empresa, apoio ao subsídio social de desemprego. O que é que fez, entretanto, enquanto a crise se foi desenvolvendo? Retirou o apoio à qualificação/emprego, retirou o apoio aos desempregados com mais de 45 anos, retirou o apoio aos desempregados licenciados, retirou o apoio aos desempregados que querem criar empresa, reduziu o subsídio social de desemprego.* [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 30)

Para além do combate ao desemprego que constrói um *ethos* de solidariedade, a consciência social do partido é também evidenciada na argumentação de Luís Fazenda (71), que constrói um *ethos* de

⁷⁶⁸ O Sr. **António Vitorino** (PS): [...] o desafio mais exigente é o de proceder ao ajustamento das finanças públicas em simultâneo com a reformulação do padrão de especialização produtiva da economia nacional [...]. *Os imobilistas* [...] [p]referem normalmente adotar aquela célebre frase dos anarquistas latino-americanos segundo a qual «hay gobierno, soy contra!», entrincheirando-se numa postura assim resumida: «há reforma, sou contra». (DAR; X Legislatura, n.º 146, 12/07/ 2006, pp. 6727-6728)

humanidade. Note-se a preocupação do orador em mostrar a comunhão de valores humanitários, inclusive, com a Igreja Católica, como forma de reforçar a importância do tema que trouxe para o debate, construindo um *ethos* positivo de convergência. De mencionar também a postura combativa do orador pela questão fechada que requer uma resposta concreta.

- (71) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — [...] Para terminar, o Sr. Primeiro-Ministro também nos falou da lei de imigração como uma reforma. Esta lei «empurra» para uma política de expulsões dezenas de milhar de imigrantes. O «espectro» do lado esquerdo do Parlamento contesta essa expulsão de imigrantes, a Igreja católica também. O Sr. Ministro da Administração Interna tem-nos dito coisas contraditórias. Sr. Primeiro-Ministro, vai expulsar imigrantes ou vai encontrar uma forma de regularização extraordinária dessa imigração? (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1228)

A argumentação faz-se também pela hierarquia de valores. As críticas às opções políticas do executivo consubstanciam um dos principais argumentos de descrédito e incompetência dos Governos (por parte de todos os partidos da oposição) – conforme a *doxa*: «o Estado gasta mal o nosso dinheiro». A intervenção de Fernando Rosas salienta, pela antítese, o menosprezo a que foi votado o setor da saúde, designadamente o serviço público. Observe-se ainda a denúncia das «mordomias clientelares» (72) – *topoi* discursivo de acusação ao Governo (e elemento lexical identificador do BE) a par da denúncia dos negócios pouco transparentes e corruptos –, também feita por Francisco Louçã, com recurso à metábole que toma a forma de anáfora retórica (73).

- (72) O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — [...] O Estado, que é gastador em armas, em TGV, em estádios de futebol e *em mordomias clientelares*, surge restritivo em despesas sociais, designadamente na saúde, onde se abdica de uma nova política de medicamentos, de promover os genéricos, de separar o público do privado, de contratualizar e de introduzir responsabilidade nos orçamentos. (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 44)
- (73) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] O Governo não toca, nunca, naquilo que são *privilégios*, naquilo que são *vantagens* e naquilo que são *mordomias*, numa diferenciação que tem destruído a nossa economia e acentuado a *claustrofobia social* que estamos a viver. Sr. Primeiro-Ministro, em nome do Bloco de Esquerda, digo-lhe o que os portugueses já sabem: o Governo falhou estrondosamente, *não é capaz de responder às dificuldades das pessoas e, por isso, era altura de se ir embora*. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 16-17)

O valor da justiça em geral, e da justiça fiscal, em particular, é um tópico argumentativo do BE, batendo-se os seus deputados pela defesa de uma reforma fiscal que taxe a grandes fortunas (74a) e fazendo, por outro lado, a apologia de um severo combate contra a corrupção. Pela apresentação de propostas concretas neste âmbito, o líder parlamentar constrói uma imagem de competência do partido (74a) – observe-se a clara menção ao partido «o *Bloco de Esquerda* apresentou algumas propostas» –, contrariamente à representação negativa que o Governo faz da oposição. Note-se a ironia veiculada pelo advérbio de frase «Curiosamente», que visa salientar, na segunda utilização, a incompetência do Governo. Já a desclassificação do seu líder e da sua execução orçamental (imposta

pela troika⁷⁶⁹) é feita na sequência subsequente (74b), através da retoma de uma expressão popular usada por Passos Coelho no debate, construindo o orador um *ethos* de arrogância, não tanto pelo ato diretivo, mas pela ironia («pela elegância da forma») que implica a censura ao uso do termo.

(74) (a) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — [...] diz-nos o Sr. Primeiro-Ministro: «Bem, quem quiser, faça favor, apresente umas propostas, como é que pode haver uns cortes, como é que se vão arrecadar meios orçamentais importantes, extraordinários, para fazer face àquilo que é a derrapagem orçamental». *Curiosamente, o Bloco de Esquerda apresentou algumas propostas, que o Sr. Primeiro-Ministro até conhecia, de corte de juros, porque os juros são abusivos, de um imposto sobre o património de luxo, de cortes significativos nas parcerias público-privadas e nos rendimentos que elas representam para privados, rendimentos de favor e de privilégio, enfim, apresentámos algumas propostas. Curiosamente, quem não apresentou proposta nenhuma, neste debate, foi o Primeiro-Ministro, que desafiou os outros a apresentarem propostas e veio aqui dizer-nos que não vai dizer nada.*

(b) Ó Sr. Primeiro-Ministro, vou usar até os seus termos, *pela ironia e pela elegância da forma. Ouça, o problema da «porcaria na ventoinha» está mesmo no acordo com a troika e no Orçamento que executa. Aí é que está a porcaria na ventoinha!* É com essa que assusta o povo português, e difunde-a por toda a parte! (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, p. 52)

Como já foi referido no capítulo precedente, uma outra forma de proceder à construção de um *ethos* coletivo de competência é pela reivindicação de medidas apresentadas pelo Governo, ou pela menção aos projetos previamente apresentados (lembremos que os partidos que não têm oportunidade de constituir Governo não podem apresentar obra feita). De igual forma, o *ethos* de virtude é construindo pela fidelidade aos projetos políticos; em (75), explicitada através da afirmação convicta da diferença com o executivo, que não assume os seus compromissos eleitorais.

(75) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, chamou-me a atenção para essa eventual "falta à chamada" por não ter referido a proposta sobre a Lei da Nacionalidade. Devo dizer-lhe que, nessa matéria, o Sr. Primeiro-Ministro tem falta de material, *porque já há um projeto de lei do Bloco de Esquerda sobre a Lei da Nacionalidade há muito tempo!* O Governo é que só vai aprovar amanhã o seu diploma sobre essa matéria! *Nós já cá estamos, já apresentámos propostas, batemo-nos por elas.* Disse-o na campanha eleitoral - *e fique sabendo que o que dizemos na campanha eleitoral é o que continuamos a defender aqui. Há esta diferença entre nós!!* [...]. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1717)

A apresentação de medidas contribui de sobremaneira para a legitimidade do Bloco de Esquerda, principalmente quando aprovadas pelo Governo (76), valorizando a sua imagem como partido que consegue ver realizadas as suas promessas, atenuando-se a ideia de uma organização política cuja existência se baseia num discurso ideológico (portanto, não testável) e em ações de protesto.

⁷⁶⁹ «A célere escalada de custos dos empréstimos e a incapacidade de pagar a dívida, forçam Portugal a negociar um acordo de resgate com a União Europeia (Comissão Europeia e Banco Central Europeu) e o FMI em março de 2011 (a comumente designada *Troika*), assinado ainda pelo governo socialista de José Sócrates (a que sucederá, a partir de junho de 2011, o governo de coligação PSD/CDS-PP liderado por Passos Coelho). Este acordo impôs severas medidas de austeridade, tendo espoletado uma espiral recessiva, com o aumento do desemprego, a quebra de receitas, entre outros, que por sua vez alimentaram e intensificaram a recessão.» (Belchior, 2015).

- (76) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] O Bloco de Esquerda, ao longo deste ano, propôs e conseguiu, raras vezes, a aprovação de algumas medidas neste Parlamento: a integração dos trabalhadores precários da Novas Oportunidades; o subsídio de maternidade para as professoras contratadas; a Carta dos Direitos da Saúde, que estabelece um tempo máximo de espera; o acompanhamento dos doentes nas urgências; a responsabilidade das concessionárias das autoestradas para provarem a sua intervenção no que determina acidentes rodoviários; e, agora — anuncia-nos o Governo —, irá aceitar algumas das medidas que o Bloco de Esquerda propôs para desburocratizar o acesso ao complemento solidário para idosos. *Em todas estas medidas, apresentámos a nossa alternativa e dela os portugueses podem avaliar, neste ano de tantas dificuldades, se responderam ou não às grandes questões da justiça social.* (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, pp. 66-67)

Para além do dinamismo e competência revelados na sua prática profissional (nas comissões de inquérito, por exemplo), isto é, na sua função de vigilância à ação governativa, o *ethos* individual de competência constrói-se através de argumentação pragmática, orientada em função de uma ideologia que critica o modelo capitalista de crescimento económico, o que contribui para a construção identitária do partido. Opondo-se à ideia do Estado mínimo; logo, marcando a sua posição ideológica em defesa do Estado social (77), o líder do Bloco de Esquerda procura demonstrar a razão pela qual a transferência das empresas do Estado para os privados contribuem para a destruição do mesmo.

- (77) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] *temos uma opção fundamental na política económica, Sr. Primeiro-Ministro, e entendemos que ter esta opção, não concordará com o Bloco de Esquerda, mas é o nosso ponto de vista, é defender o Estado social: não ter Estado a menos! Estado a menos é o senhor vender os CTT, Estado a menos é vender a Galp, Estado a menos é vender o monopólio da REN,... [...] Estado a menos é vender os aeroportos, Estado a menos é vender a EDP — isto é Estado a menos! E é obstinação! Estado a menos! Destruir o Estado, porque os portugueses vão pagar impostos para cobrir os dividendos que não se recebem de empresas que são monopólios.* (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 30-32)

«De chaque discours politique transpire donc, toujours, une identité lexicale qui est à la fois reflet et agent d'une identité politique établie ou en construction» (Mayaffre, 2003: 6), e no discurso do BE os termos «justiça social» e «Estado social» constroem a sua identidade. Constituem *topoi* de acusação do BE (comuns ao Partido Comunista) o facto de a política económica ser conduzida em função dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, condenando-se veementemente a entrega de sectores estratégicos do país a grupos privados (77). Como forma de persuasão para a sua perspetiva, os deputados do Bloco argumentam com apelo ao *pathos* com o intuito de suscitar indignação pela situação que avaliam como «escandalosa». Por conseguinte, mobilizam, como recursos de presença, o paralelismo e a anáfora retórica (e também a antítese, que reforça a denúncia do enriquecimento dos grupos económicos em detrimento dos interesses do Estado) (78), e seleccionam léxico axiológico negativo do campo semântico do «roubo», do «engano»

(«enganou»; «saque privatizador»; «máfia financeira») e da «fraude» (84), que constrói um *ethos* combativo e de contestação, em consonância com a identidade política que desejam afirmar de partido de contrapoder.

- (78) (a) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] O Primeiro-Ministro não pode continuar a dizer que antes não havia diálogo— e não havia ! —, tem de explicar, hoje, porque é que enganou os trabalhadores da função pública nas negociações e porque é que enganou os portugueses no aumento de combustíveis. [...]
 (b) O Governo *desmantela* as empresas públicas nos sectores estratégicos, nas comunicações, na energia, nos transportes. O Ministro Jaime Gama propôs acrescentar a RTP ao *saque privatizador* e outros vão, aqui e acolá, sugerindo a Caixa Geral de Depósitos. *Nunca se privatizou tanto ! Nunca se privatizou tão mal ! Nunca se soube tão pouco de negócios ! Nunca se fizeram negócios tão chorudos ! Nunca tão poucos beneficiaram com eles !* (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3362)
- (79) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] *E estamos inseguros* porque se há uma *máfia financeira* que pôde fazer o que fez é porque *há um País que não aplica a lei*. E por isso há uma segunda razão para estarmos descontentes com este Governo: *é a falta de rigor*. Onde o Governo acha que é mais forte, é onde ele é mais fraco — *falta de rigor!* [...] (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 40)
- (80) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] A Deputada Leonor Coutinho, do Partido Socialista, apresentou-nos as contas do que beneficiaram os bancos *pela decisão errada do Governo: 230 milhões de euros por mês! Repito: por mês!* Pode-se, então, dizer que nada há a fazer neste contexto? O Bloco de Esquerda não concordará. *Pelo contrário, impomos e defendemos uma política de justiça e de transparência que responsabilize as escolhas que são fundamentais.* [...] (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 67)

Do Governo cria-se uma profunda imagem de descrédito e de incompetência – reforçada, em (79), pelo termo «inseguros», e, em (80), pela representação das palavras da deputada do partido do Governo –, que constrói, inversamente uma imagem valorizadora do Bloco de Esquerda pela exigência da transparência, do rigor e da responsabilidade. De registar a posição de autoridade conferida pelos procedimentos enunciativos («impomos»; «defendemos»), em (80), assumindo-se plenamente o papel de vigilância da ação governativa. Poder-se-á dizer que o BE apresenta uma certa superioridade moral que constrói um *ethos* de arrogância. Observe-se a postura de liderança de Francisco Louçã, pela mostra de autoridade, colocando-se numa posição «au-dessus de la mêlée» (Charaudeau, 2014a: 121) ao censurar a postura dos adversários (81).

- (81) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — [...] até agora assistimos a um *espetáculo lamentável*, em que a direita, que, tendo prometido fazer o contrário, aumentou o IVA em dois pontos percentuais, critica o Governo por fazer o mesmo, e em que o Governo, que aumentou o IVA em dois pontos percentuais, tendo também dito o contrário ao eleitorado, critica a direita por antes ter feito exatamente o mesmo.[...] *Não há ninguém, no Governo ou na oposição de direita, que perceba que esta discussão provoca irritação profunda aos portugueses, porque só evidencia irresponsabilidade? O que é preciso é dizer: "comprometo-me com um programa económico, corro o risco desse programa, bato-me por ele e, em nome dele, não se aumentam os impostos."* [...] (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1714)

Note-se também em (82) o juízo de valor no comentário de Luís Fazenda, que implica a *doxa* de que o Governo, por norma, oculta o verdadeiro estado da Nação no debate anual de balanço da governação, censurando-se indiretamente a sua falta de honestidade.

(82) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — [...] Porque o Sr. Primeiro-Ministro falou hoje quatro vezes de honestidade, *uma expressão interessante para um debate do estado da Nação...* [...] (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6729)

Tanto em (80) como em (83) se ilustra a forte contestação ao sistema bancário vigente⁷⁷⁰ – sendo o combate à especulação bancária uma das principais bandeiras do BE –, com apelo à justiça (um dos imaginários de verdade). A deputada do Bloco mobiliza um ataque *ad hominem*, imprimindo uma função de *pathos* ao seu discurso pela estrutura cumulativa da anáfora retórica que enforma um juízo de valor e salienta de forma ostensiva os seus argumentos («Que enorme fraude, Sr. Primeiro-Ministro!») (83). De referir também o paralelismo e a epífora, como contributos retóricos para o reforço da dimensão emocional do discurso, assim como os termos lexicais («custe o que custar, as vidas que custar, o sangue que custar»), que ajudam à construção de um *ethos* solidário (note-se também a referência «à criança»). Igualmente em (84) se evidenciam os valores humanitários através dos quais o partido reforça a sua identidade.

(83) A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, ainda se lembra, quando prometeu àquela criança que não ia cortar o subsídio de férias aos seus pais?! *Que enorme fraude, Sr. Primeiro-Ministro! Que enorme fraude! Ainda se lembra como jurou o fim das negociatas e dos interesses?! Olhe agora para o relatório do Tribunal de Contas sobre a privatização da EDP e da REN — conflitos de interesses vários com consultoras próximas do Estado, total ausência de cautela com o interesse público, uma venda abaixo do preço, e o Sr. Primeiro-Ministro vem dizer-nos que quem comprou a EDP até nos fez um favor, por ficar com uma empresa que dá de dividendos 1200 milhões ao ano. Que enorme fraude, Sr. Primeiro-Ministro! Que enorme fraude nos apresenta aqui hoje! Ainda se lembra, quando prometeu que o BES não ia ter qualquer custo para os contribuintes?! [...] Que enorme fraude, Sr. Primeiro-Ministro! Bem sabemos que o Dr. Marques Mendes ainda não veio anunciar a venda do Novo Banco, mas também sabemos mais coisas. Sabemos que o valor está abaixo do dinheiro injetado e sabemos — imagine-se! — que o Governo aceitou reestruturar a dívida da banca por 20 anos. O Governo, credor, aceitou reestruturar a dívida da banca por 20 anos! Já viu a brutalidade desta evidência?! Um Governo que exige ao povo grego pagar a dívida agora, custe o que custar, as vidas que custar, o sangue que custar, dá uma borla de 20 anos aos bancos, pelo empréstimo que lhes fez! [...] Que enorme fraude, Sr. Primeiro-Ministro! Como vai agora explicar aos cidadãos que ficaram sem subsídio de desemprego, sem abono, sem salário, porque não havia «envelope financeiro», que, afinal, havia dinheiro para salvar mais um banco e até nem faz mal rebentar com as metas do défice por causa disso?! Que enorme fraude, Sr. Primeiro-Ministro! A promessa de estabilidade que nos trouxe aqui hoje não vale nada, porque está assente numa fraude! Sr. Primeiro-Ministro, não se pode enganar toda a gente o tempo todo e o seu tempo acabou.* (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, pp. 33-34)

⁷⁷⁰ O BE defende a intervenção do Estado na economia como forma de garantir que os bancos não são absorvidos por fundos especulativos ou pelos grandes bancos europeus, menciona Mariana Mortágua, para além de ser uma medida anticapitalista. (<https://www.esquerda.net/artigo/debate-entre-mariana-mortagua-e-joao-galamba-sobre-o-rumo-da-europa/43741>)

- (84) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] No momento em que a Europa se defronta com a maior crise humanitária de sempre, sendo incapaz de responder aos refugiados e migrantes que fogem da guerra, do terror, da fome, em que a xenofobia cresce e há governos europeus que erguem muros entre Estados-membros, [...] o que faz a União Europeia? [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 38)

No que se refere às políticas europeias, o Bloco defende a União Europeia⁷⁷¹, mas rejeita as suas modalidades (85d). No contexto de crise económica a sua posição torna-se mais crítica, sendo acérrimo defensor da reestruturação da dívida, convergindo, neste aspeto, com os outros partidos do espectro político da extrema esquerda. A contestação das políticas de austeridade conduzidas por Passos Coelho faz-se de forma veemente⁷⁷², não só pelo argumento da ineficácia e efeito perverso das medidas implementadas (85a) como pela antecipação (85b) e denúncia das desigualdades dos sacrifícios impostos (85c). Em (85c), Luís Fazenda constrói um *ethos* solidário. Mostra-se indignado pela injustiça social, fazendo apelo ao *pathos* pelo princípio (de relevância emocional) do número. Repare-se na asserção polémica de modalidade epistémica que mostra o elevado grau de responsabilidade sobre o dito: a certeza de que as clientelas partidárias não serão prejudicadas. A condenação do Tratado Orçamental (85d) faz-se de forma persuasiva com mobilização da metáfora conceptual do domínio da morte e da doença, vaticinando-se a destruição do Estado social.

- (85) (a) O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — [...] As avaliações da troica constituem, agora, o argumento de autoridade para o debate do estado da Nação. [...] Esse argumento de autoridade vem, afinal, desembocar num lugar comum: *o País está pior!* [...] *O País está pior, continua a piorar e, de avaliação em avaliação, estará pior!* A questão mais grave, e esta já não é um lugar comum, é que *o País está sem saída. Esta receita não tem saída e é inacreditável que o Primeiro-Ministro venha a um debate do estado da Nação e não fale do buraco orçamental, não fale da derrapagem orçamental. Tudo foi feito em nome deste «santo»! Ora, «o santo caiu do andor»!*
- (b) [...] Na prática, aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro hoje, aqui, indiciou foi apenas que vai aumentar impostos, mas *sobre a parte mais fraca da nossa sociedade e não sobre aqueles que, efetivamente, poderiam pagar*. Portanto, esse é um segredo de Polichinelo, Sr. Primeiro-Ministro! Vai daqui com um aumento de impostos prometido e *já sabemos sobre quem vai cair*.
- (c) Sr. Primeiro-Ministro, este foi o ano do agravamento extraordinário do desemprego. É preciso um topete extraordinário para chegarem aqui, à Assembleia da República, o Governo e os Deputados da maioria, e dizerem-nos que este Governo não deixa ninguém para trás. *Perante 1 milhão de desempregados, metade deles sem apoio, quem é que ficou para trás e quem é que não ficou para trás?! Seguramente, os boys que distribuíram pelas empresas, estes, não ficaram para trás!*
- (d) [...] Este foi o ano [...] em que este Governo se comprometeu com um Tratado Orçamental na Europa, um tratado *ad latere* em relação ao Tratado da União Europeia, *que mata o Estado social*. [...] esse Tratado Orçamental é *a política do garrote sobre Portugal, é a política europeia que não pretendemos, é a política europeia onde não temos qualquer lugar*. Foi esse Tratado que o Governo aqui fez aprovar, na Assembleia da República, e que aguarda ratificação, mas esse *Tratado é o símbolo da Europa que não pretendemos* e de uma política orçamental e social que estão condenadas por este Governo e por todos aqueles que lhe queiram seguir os passos. (DAR, I Série – 132, 2012/07/12, pp. 52-53)

⁷⁷¹ Relativamente à integração europeia, o BE apresenta uma postura crítica, sobretudo, no que respeita à sua agenda de políticas sociais, reconhecendo-lhe um défice democrático (Freire, 2005).

⁷⁷² O BE defende a tese de que o objetivo das políticas de austeridade é a recuperação económica pela desvalorização salarial.

O argumento pela causa consubstancia-se uma das formas de ataque dos partidos da esquerda radical ao executivo de Pedro Passos Coelho, impondo-se uma imagem negativa do Governo, motivado por interesses «duvidosos». Em (86), a coordenadora do BE procede a uma amálgama, atribuindo uma causa dupla às medidas de austeridade implementadas pelo Governo. De notar a metáfora hiperbólica como forma de dramatização do discurso, bem como as exclamações e antítese, que marcam a indignação. Observe-se como em (87) o aspeto figural contribui para a adesão ao discurso, apresentando um valor que ultrapassa o da simples ornamentação. Regista-se a preferência da oradora pelas figuras de palavras: pela diáfora («*escolha* do povo»; «não existirá *escolha*»), que impõe uma imagem de um Presidente antidemocrata; pela aliteração («*podre* alternância de protagonistas»), que reforça a ideia que é preciso mudar de protagonistas para se implementar outro modelo de governação (argumento este de uso frequente também por Jerónimo de Sousa); pela antanáclase («*entendam-se* do Presidente»; «este *entendam-se*»), que inverte a orientação do argumento de Cavaco Silva, atribuindo-lhe outra razão para o «entendimento»: a continuação das políticas neoliberais de destruição do Estado social.

(86) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] E perguntamo-nos: em nome de quê há esta sangria do País? A austeridade é feita em nome da dívida e é feita em benefício dos mercados, e essa é a opção e a escolha do Governo. Quem trabalha e vive em Portugal nunca pagou tanto para ter tão pouco do Estado! [...] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, p. 22)

(87) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] Cavaco Silva só aceita a *escolha* do povo quando tiver garantias de que não existirá *escolha*, quando todos oferecerem o mesmo programa — o da troica, o da austeridade permanente — e a escolha do povo não seja mais do que a *podre alternância de protagonistas*. No desespero que se vive em Portugal, o «entendam-se» do Presidente pode até soar atrativo a alguns ouvidos. *Mas entendamo-nos: este «entendam-se» é uma forma de garantir que se cortará mais nos salários e pensões, de que se continuará a fragilizar mais os direitos do trabalho, a privatizar mais e a garantir mais rendas a privados, a cortar mais no Estado social e a continuar a financiar os bancos com o dinheiro dos cidadãos.* [...] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13, pp. 50-51)

A denúncia e imputação da responsabilidade do Governo pelas políticas lesivas ao interesse do Estado e do País constrói um *ethos* permanente de contestação. Contudo, o partido de protesto torna-se um partido com responsabilidades governativas, convergindo com os outros partidos da esquerda no seu apoio parlamentar ao Governo do PS, liderado por António Costa, na XIII Legislatura. O BE procura então legitimar a sua posição enquanto partido que age no sentido de resolver o problema das pessoas (88), construindo um *ethos* pragmático, sempre suportado nos valores de justiça social – note-se o apelo ao *pathos* pela amplificação em (89) –, mostrando uma postura firme e de determinação ao exigir o cumprimento das promessas do executivo, em (89a). Por outro lado, o discurso de compromisso da Coordenadora do Bloco (89b) constrói um *ethos* de

competência, pela capacidade de conseguir influenciar a agenda política; de seriedade, pela garantia das promessas assumidas de reversão da «injustiça social»; e de liderança, pela capacidade de ação política e compromisso que aparecem no seu discurso como incontestáveis, como se evidencia pelas formas verbais no futuro do indicativo («a *garantia* de que em janeiro de 2018 o salário mínimo nacional *será* de 580 €»). De evidenciar também a construção da identidade do BE através do argumento a *comparatione*, que mostra a postura crítica do BE relativamente à União Europeia, persuasivamente referida pela metonímia no enunciado final (89b).

(88) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] A política que conta é a que responde pelas pessoas [...] (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 43)

(89) (a) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] quando é que *quem começou a trabalhar criança* e já fez 60 anos se vai reformar sem penalizações? O Ministro Vieira da Silva prometeu uma solução ainda no ano passado. Num debate quinzenal, nesta Casa, o Sr. Primeiro-Ministro garantia-me que era este mês de julho que a solução existiria para *quem começou a trabalhar aos 14 anos*. Quando é que é cumprida a promessa? [...] Quando é que acaba o fator de sustentabilidade que penaliza duplamente *quem trabalhou toda uma vida e já é vítima de injustiça*? [...]

(b) A esta pergunta acrescento as três garantias, que não são mais do que garantias do cumprimento do que foi acordado. Em primeiro lugar, *a garantia de que em janeiro de 2018 o salário mínimo nacional será de 580 €, tal como consta no programa do Governo. Num País em que há quem empobreça a trabalhar* e onde mais de meio milhão de trabalhadores ganha o salário mínimo, o aumento é um imperativo: 580 € em janeiro de 2018, 600 € em janeiro de 2019. [...] Em segundo lugar, *a garantia da reversão das alterações laborais impostas nos tempos da troika e que baixaram o salário, precarizaram o emprego, desregularam horários, facilitaram despedimentos. Não se para o empobrecimento do País sem reconstruir os direitos e os rendimentos do trabalho*. [...] Começar a repor a progressividade dos impostos com mais escalões de IRS no próximo Orçamento do Estado não só recupera rendimentos de salários e pensões como *repõe justiça*. Sr. Primeiro-Ministro, tenho consciência de que estas garantias que lhe peço não são simples mas são essenciais. *É que as escolhas que fizemos, pelo País, têm de ser mais fortes do que os elogios recebidos nos corredores de Bruxelas*. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, pp. 16-17)

Se o léxico e o tipo de argumentos mobilizados contribuem para a identificação com o partido, as técnicas argumentativas, em particular, constroem a singularidade discursiva dos oradores. Como técnica persuasiva, Catarina Martins destaca a elevada quantia (referidas pelo *topos* numérico dos «milhões») «desviada» pelo Governo que está em falta em setores prementes.

(90) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] Quando se tornou evidente que o GES estava a arrastar o BES, o Governo foi dizendo que o problema era dos privados, que os privados iam resolver, que não havia dinheiro em causa, que os privados que se entendessem e que o Governo lavava as mãos. Ora, chegou a conta para os contribuintes e *essa conta não é nada bonita*, Sr. Primeiro-Ministro: *2000 milhões de euros que davam para garantir o apoio no desemprego, que é negado a centenas de milhares de portugueses*. [...] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 24)

Já no debate de 2017 sublinha o investimento que poderia ter sido feito, apoiando-se igualmente nos números, ao invés de valorizar as políticas do Governo (91). De salientar a força ilocutória das figuras da anáfora e da repetição na estruturação do discurso⁷⁷³, que contribui para a valorização do

⁷⁷³ Note-se, curiosamente, no primeiro enunciado, a semelhança com a estrutura do poema «Retrato de uma princesa

ethos discursivo de Catarina Martins. A Coordenadora do BE procura marcar uma posição política, sublinhando «a nova exigência», tanto mais que importa marcar a diferença entre os partidos de esquerda que assumem a governação. Constrói um *ethos* de liderança pelo enunciado de valor injuntivo («Não *podemos perder* nenhuma das oportunidades de recuperar o País da devastação da austeridade. [...]»), assumindo-se como parte responsável pelas novas políticas e, portanto, com direito a influenciar a agenda política. O alvo de ataque passou a ser a direita, pelo que a oradora mobiliza um *distinguo* (91b) para sublinhar a diferença relativamente ao precedente modelo de governação.

- (91) (a) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] *Para que o Ministro Mário Centeno fosse elogiado por Wolfgang Schäuble, houve 1600 milhões de euros a menos de investimento onde era urgente fazê-lo. Teria sido possível investir os 800 milhões de euros em novos investimentos e substituição de material obsoleto no Serviço Nacional de Saúde [...]. Teria sido possível fazer as obras urgentes em todas as escolas degradadas, pois 300 milhões de euros de investimento evitariam que mais um ano letivo começasse, para tantos, em más condições. Teria sido possível contratar os auxiliares que faltavam. Foram 30 milhões de euros que faltaram nas escolas e não tinham de ter faltado. Teria sido possível investir 400 milhões de euros na requalificação da ferrovia [...]. Teria sido possível duplicar as equipas de sapadores florestais, pois 20 milhões de euros fariam toda a diferença para um País mais seguro. Teria sido possível um outro investimento em áreas onde sobram proclamações e falta orçamento, da cultura à ciência, e que são essenciais ao desenvolvimento. Cada uma destas poupanças forçadas e escusadas é uma oportunidade perdida.*
 (b) *Foram 1600 milhões de oportunidades perdidas, não foram cortes — isso foi o que a direita fez e o País lembra-se bem da diferença — , nem foi quebra da confiança nos orçamentos aprovados. Todos se lembram também de como cada orçamento rectificativo da direita vinha com um novo corte nos rendimentos de quem menos tinha. Esse tempo passou. Do que falamos hoje, sim, é de uma nova exigência. Não podemos perder nenhuma das oportunidades de recuperar o País da devastação da austeridade. [...]* (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 44)

A partir de 2016, de forma inédita (dado o seu apoio ao Governo de António Costa), as críticas dos partidos da esquerda radical não se concentraram tanto no Governo (socialista), como foi referido, e sim no PSD e CDS, referidos através do seu posicionamento no espectro partidário pela metonímia (92). Uma das estratégias que estabelecem a tensão argumentativa entre Governo e seus apoiantes e a oposição é a personificação da direita, frequente nas intervenções de Catarina Martins (93).

- (92) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): —[...] Temos, finalmente, os casos, *mas a direita, que sempre viveu na porta giratória entre interesse público e negócios privados*, não tem nada a acrescentar à justa expectativa cidadã de uma nova exigência, e essa é uma exigência de que o Bloco não desiste. [...] (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 16)
- (93) A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — [...] *A falta de credibilidade está, pois, hoje, na direita*. Não tem resposta para o País, para as pessoas, para a economia. Foi afastada do Governo pela vontade popular e ficou *rancorosa*. [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 38)

desconhecida» (2004), de Sophia de Mello Breyner: Para que ela tivesse um pescoço tão fino/Para que os seus pulsos tivessem um quebrar de caule/Para que os seus olhos fossem tão frontais e limpos/Para que a sua espinha fosse tão direita/E ela usasse a cabeça tão erguida/Com uma tão simples claridade sobre a testa/Foram necessárias sucessivas gerações de escravos/De corpo dobrado e grossas mãos pacientes/Servindo sucessivas gerações de príncipes/Ainda um pouco toscos e grosseiros/ Ávidos cruéis e fraudulentos//Foi um imenso desperdiçar de gente/ Para que ela fosse aquela perfeição/ Solitária exilada sem destino.

A polarização entre direita (eles/ os outros) e esquerda (nós) evidencia-se no discurso do BE, sendo a direita o negativo (o inimigo) e a esquerda o positivo, como se observa no léxico valorizador da enumeração em final de sequência (94), que impõe uma identidade de esquerda.

- (94) O Sr. **Francisco Louçã** (BE): - [...] Hoje é um momento difícil e o que lhe digo, Sr. Primeiro-Ministro, é que o PS e o seu Governo *estão a "faltar à chamada" da esquerda* se quiser privatizar estes sectores estratégicos. [...] Ora, *nós precisamos de uma política de esquerda que não queira dizer à direita que está a fazer o que a direita gostaria que fizesse*, porque, assim, estamos certos que a política do Governo é errada naquilo em que era preciso *grandiosidade, sentido estratégico, orientação de alternativa e política de esquerda*. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, pp. 1714-1715)

Partido Socialista (PS)

O Sr. **Francisco de Assis** (PS): [...] Nós queremos modernizar o Estado social, não queremos matar o Estado social! [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 22)

No espectro político da esquerda⁷⁷⁴ moderada⁷⁷⁵, o Partido Socialista⁷⁷⁶, assume-se como defensor de um socialismo democrático⁷⁷⁷, defendendo uma economia de mercado fundada «na livre iniciativa e na pluralidade de iniciativas (privadas, públicas e sociais)»⁷⁷⁸ (95), distinta, portanto, das conceções coletivistas da organização económica e social dos partidos de esquerda radical⁷⁷⁹.

⁷⁷⁴ Lembre-se que a tradicional divisão ideológica entre direita e esquerda data dos tempos da Revolução Francesa e tem a sua origem na disposição dos lugares no Parlamento, como os Jacobinos à esquerda da mesa e os moderados à direita.

⁷⁷⁵ O PS situa-se ao centro, no espectro político-ideológico, principalmente a nível económico, revelando mesmo uma posição próxima da direita, e apresenta uma posição mais próxima da esquerda, no que respeita aos costumes (Guedes, 2016).

⁷⁷⁶ O Partido Socialista Português foi fundado em 1973. É considerado um partido *catch-all* – «partidos menos enraizados socialmente, menos sólidos organizativamente e mais flexíveis ideologicamente», relativamente aos partidos de massas (Jalali, 2017: 42) – tal como o PSD (Belchior, 2015; Guedes, 2016; Jalali, 2017). São partidos «com fracas bases sociais e ideologias pragmáticas ou flexíveis» (Guedes, 2016: 112), que procuram «apelar a um eleitorado que [transcende] o seu grupo social de apoio tradicional» (Jalali, 2017: 42).

⁷⁷⁷ Como consta na Declaração de Princípios do partido (outubro de 2010), «o socialismo democrático, a social-democracia e o trabalhismo designam uma mesma grande área política, da esquerda democrática», perspectiva em que o Partido Socialista se reconhece. No seu entendimento do socialismo democrático, o partido concede uma grande importância à defesa dos interesses do mundo do trabalho, encarando-o como um direito, no seu sentido mais pleno. Advogando uma democracia pluralista, para o PS, «existe uma ligação fundamental entre a construção do Estado de direito democrático, a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa».

⁷⁷⁸ O PS considera que «a economia de uma democracia moderna e desenvolvida requer a combinação equilibrada entre o mercado, como instrumento principal de coordenação e organização dos fatores produtivos, o Estado, como representação e organização política e institucional da sociedade, e a iniciativa cooperativa dos cidadãos livre e voluntariamente associados em múltiplas formas de ação, para promoção de interesses comuns», segundo a sua *Declaração de Princípios* (2010: 10).

⁷⁷⁹ Na perspectiva do PS, a intervenção do Estado deve operar-se, sobretudo, no domínio da regulação institucional, «na promoção do interesse público e das condições estratégicas de desenvolvimento e competitividade da economia nacional» e «proteção dos direitos dos trabalhadores e consumidores», com particular atenção para as «desigualdades geradas pela dinâmica do mercado». O PS recusa, portanto, uma sociedade de mercado, isto é, «a ilegítima hegemonização de toda a organização social pela lógica do mercado», como consta na *Declaração de Princípios do PS* (2010: 10).

- (95) O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças** (Teixeira dos Santos): — [...] O PCP e o Bloco, em coerência com a sua ideologia comunista, não escondem que são inimigos da iniciativa privada. [...] Estes partidos, não nos iludamos, defendem um modelo político e económico em que o Estado tudo tutela e em que o Estado tudo resolve, tudo providencia. Um Estado onnipotente e asfixiante em que um pretoso igualitarismo não dá espaço à responsabilização individual [...] ... *não gera incentivos ao esforço de cada um, nem dá lugar ao reconhecimento do mérito e do sucesso individual*. [...] (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 76)

Constitui um dos seus princípios fundamentais a defesa do Estado social e a valorização das políticas e dos serviços públicos, sendo um tema de refutação do contradiscurso dos partidos do espectro mais à esquerda o facto de o Estado social não ser um elemento periférico nas políticas do Governo (96), reivindicando-se o PS como um partido de esquerda. Aliás, a identidade de esquerda encontra-se sempre inscrita no discurso, como se verifica em (96a) («há uma esquerda muito plural, não pensamos da mesma forma»), assumindo-se o orador como porta-voz do seu partido. O Primeiro-Ministro constrói um *ethos* de autoridade, legitimado pelo poder que lhe foi conferido pela maioria que o elegeu (96a), justificando assim as suas opções políticas, que espelham visões diferentes do Estado social relativamente aos restantes partidos da esquerda. Já em (96b), a enunciação elocutiva na primeira pessoa do singular («Para mim, pelo menos, que acredito») apresenta o ponto de vista pessoal (convergente com o do partido) e revela a modalidade de convicção, construindo o orador um *ethos* de liderança (guia supremo). Ao mostrar, na sequência seguinte, o seu ponto de vista pela enunciação delocutiva, o orador imprime-lhe um valor de evidência, e reforça a sua posição de líder, pela defesa convicta de um projeto político em consonância com os valores do Partido Socialista.

- (96) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Porque o povo português quis ter um Governo com maioria absoluta para conduzir uma política com o programa do Partido Socialista! Não com o seu programa,...
- O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Lá chegará!
- (b) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): —... não com o programa do Partido Comunista, nem com o programa da direita. Aqui diferimos: há uma esquerda muito plural, não pensamos da mesma forma. [...] Para mim, pelo menos, que *acredito na função social do Estado, é inconcebível ver a perspectiva imobilista com que o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda olham para a atual situação do Estado, como se não houvesse uma operação de renovação e de modernização a fazer no Estado social em Portugal. Mas há a fazer! O Estado social, em Portugal, tem uma agenda!* (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1717)

Os discursos do PS revelam a preocupação de modernização do Estado social (96)-(97)-(98), perspetivando-o de maneira diferente do BE e do PCP, como se ilustra também na intervenção de Francisco Assis (98), que recorre persuasivamente ao argumento do *distinguo*: «Nós *queremos modernizar o Estado social, não queremos matar o Estado social!*».

- (97) O Sr. **Francisco de Assis** (PS): — [...] *não desistimos nem de modernizar a nossa economia nem de manter o nosso Estado social*. É isso que nos diferencia dos partidos que estão situados à nossa direita. [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 53)

- (98) O Sr. **Francisco de Assis** (PS): [...] Terceiro aspeto da maior importância: a defesa do Estado social. Nós queremos modernizar o Estado social, e isso afasta-nos daqueles que, em nome do imobilismo sectário, contribuem diariamente para pôr em causa a sustentabilidade do Estado social a prazo. [...] *Nós queremos modernizar o Estado social, não queremos matar o Estado social!* Não queremos pôr em causa alguns avanços civilizacionais que o Estado social consagra, como a universalidade dos serviços de saúde, o primado da escola pública, o primado da dimensão pública na segurança social, a participação ativa do Estado na promoção da cultura. Estas são, para nós, questões absolutamente essenciais e que hoje nos distinguem de forma muito clara de uma direita encabeçada pelo Partido Social Democrata, que, renegando as suas origens históricas sociais-democratas, tem como grande projeto para Portugal um projeto ultra liberal, que visa pôr em causa aspetos fundamentais do Estado social. [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 22)

O foco da argumentação na defesa do Estado social é de extrema relevância como fator identitário, permitindo, por outro lado, contruir uma identidade distinta do outro partido do centro do espectro político que partilha alternadamente as responsabilidades governativas com o PS, o PSD (98), e diferenciar-se da direita (PSD e CDS-PP), genericamente (99). Importa, portanto, ao Governo do PS demarcar-se das políticas neoliberais e mostrar a sua matriz ideológica de esquerda. Note-se em (100b) o imaginário da «luta» como fator de identificação com o seu eleitorado.

- (99) O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — [...] Nós sabemos bem quais eram as respostas alternativas àquela que preferimos. À direita, as propostas eram, e são, o aumento imediato da idade da reforma para todo o regime geral da segurança social e o corte drástico nos benefícios e prestações sociais assegurados pelos serviços públicos. À esquerda, a sugestão é não mexer em nada, salvando a situação dos membros ativos das gerações atuais à custa de todos os outros. *Ora, ao PS tanto repugnam o ataque neoliberal ao Estado social como a celebração imobilista do status quo e a rendição às reações dos grupos que dele agora beneficiam.* (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1746)
- (100) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Aqui chegados, o que realmente está em causa neste debate é a posição, clara e dissonante, entre o PSD e o Governo, e diz respeito às funções do Estado. [...] refiro-me à expressão «Estado imprescindível», à ideia do PSD de que «só queremos que o Estado, em Portugal, preste as funções imprescindíveis». Sei bem o que isso quer dizer, significa Estado mínimo, significa um recuo do Estado social. [...] E não têm coragem para dizer o que defendem: não têm coragem para dizer que defendem a privatização parcial e obrigatória da segurança social; não têm coragem para dizer, como já foi dito, que defendem que a classe média pague duas vezes os serviços do Serviço Nacional de Saúde; não têm coragem para dizer que não querem aumentar o salário mínimo,... [...]... porque acham que fazê-lo seria prestar um péssimo serviço à economia portuguesa. É isto que nos separa, a questão social.
- (b) É por isso que o debate começa a ficar claro entre os que querem um Estado social que apoie quem precisa, mas que, ao mesmo tempo, puxe também pela economia, ajude o País a vencer esta crise e que sirva para dar orientações e para fazer um esforço de modernização e aqueles que acham que qualquer intervenção do Estado é contrária à sua ideologia, aqueles que acham, por ideologia, que tudo o que o Estado faz é mau, que não deve haver nenhuma intervenção do Estado. [...] É por isso que este debate está agora claro entre os que defendem o Estado social, lutam por ele, lutam pela igualdade e lutam por serviços públicos de qualidade e aqueles outros que apenas querem um Estado cada vez mais liberal, reduzido à sua dimensão mínima e não existente em nenhuma das áreas sociais que promovem a igualdade de oportunidades no nosso país. (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, pp. 24-25)

A reivindicação dos valores de esquerda é uma preocupação constante na afirmação da identidade do Partido Socialista, sendo um *topos* discursivo a denegação das políticas de direita, frequentemente referidas através da hipérbole (101), bem como a refutação das acusações com recurso ao argumento pela ilustração (102).

- (101) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): —[...] O nosso caminho não é [...] o caminho da direita. Não queremos nem despedir funcionários públicos, nem fazer cortes cegos, nem queremos diminuir as prestações sociais em Portugal. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1702)
- (102) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sei que se usa por aí, de forma recorrente, no combate político, a afirmação de que o PS pratica uma política de direita, mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, foi com o Governo do PS que se aprovou a *Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez*, a já referida *Lei da Nacionalidade*, a *Lei da Imigração*, o reconhecimento civil do matrimónio contraído religiosamente pelas confissões religiosas reconhecidas e o histórico acordo sobre o salário mínimo nacional. Se isto é ser de direita. O que vale por dizer (acrescendo estes factos às medidas de política social já referidas) que se enredam em enganos os que confundem a prática política responsável e de rigor com a demagogia e os «cantos de sereia» do populismo mais serôdio. [...] (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 69)

O Partido Socialista apresenta-se como o partido da solidariedade democrática⁷⁸⁰, pela luta contra a exclusão social, pelo combate à pobreza (103)-(104) e pela defesa do trabalho, defendendo a igualdade de oportunidades. Neste sentido, o seu discurso reivindica a importância da educação e da formação (105)-(106), sendo uma das bandeiras do Primeiro-Ministro António Guterres, cujos discursos incidiam igualmente na questão do emprego e noutras questões pragmáticas relacionadas com a área social (vd. Cap. 2) – imaginário da solidariedade⁷⁸¹ (Charaudeau, 2014a: 183-184). Repare-se, por exemplo, como António Guterres constrói simultaneamente um *ethos* competente (103) e solidário, ao demonstrar a sua preocupação pela erradicação da pobreza, na afirmação do sucesso das suas políticas («A intensidade da pobreza, em Portugal, reduziu-se a metade com este Governo»).

- (103) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): — [...] O nosso objetivo não é gastar cada vez mais dinheiro com a pobreza, é eliminá-la, e é isso o que está a acontecer. A intensidade da pobreza, em Portugal, reduziu-se a metade com este Governo e é por isso natural que o rendimento mínimo garantido tenda hoje a decrescer. Assim, não têm qualquer sentido as afirmações daqueles que dizem que, agora, devíamos aumentar a despesa pública, porque pode haver mais desempregados ou mais pobres. Não, o que se verifica é que estamos a conseguir pagar menos em prestações sociais, o que decorre do facto de o pleno emprego estar a manter-se nos seus traços essenciais e de a pobreza estar a reduzir-se, em Portugal. (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 22)
- (104) O Sr. **Ministro do Trabalho e da Solidariedade** (Ferro Rodrigues): —[...] Nunca, como nos últimos cinco anos, se fez um esforço tão grande e tão conseguido no combate à pobreza ! Mas os senhores continuam a ver nos pobres e nas dificuldades que por vezes há no controlo das prestações aos pobres o grande problema social, o grande problema financeiro existente em Portugal. Tivessem, o CDS-PP e o Dr. Paulo Portas, a mesma capacidade de reagir em relação à fuga ao fisco por parte dos grandes contribuintes, das grandes fortunas e das grandes empresas como têm em relação aos beneficiários do rendimento mínimo [...] ...e estaríamos, certamente, muito melhor em Portugal ! (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3360)

⁷⁸⁰ A solidariedade democrática é contrária a uma lógica assistencialista, que, na sua perspetiva, perpetua a pobreza e a exclusão: «a solidariedade não tem a ver com favores, protecionismos ou cuidados paternalistas; tem a ver com os direitos e a responsabilidade pública na sua defesa e promoção.» (*Declaração de Princípios do PS*, 2010: 12).

⁷⁸¹ «Il est une autre forme de solidarité, plus politique celle-là, concernant la gestion des affaires sociales et économiques, qui consiste à promouvoir la rencontre des acteurs sociaux pour que, ensemble, ils établissent des accords» (Charaudeau, 2014a: 184).

- (105) O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças** (Teixeira dos Santos): [...] À nossa direita defende-se o Estado mínimo, defende-se — e cito — «rasgar e romper com todas as soluções que têm estado a ser adotadas em termos de política económica e social». Sublinho, todas! Rasgar unidades de saúde familiar, rasgar cuidados continuados de saúde, *rasgar centros escolares, rasgar o aumento das bolsas*, rasgar o aumento do abono de família, rasgar o complemento social para idosos, *rasgar os programas INOV, rasgar o apoio a milhares de bolseiros em ciência e tecnologia, rasgar o novo regime de governação e gestão das instituições de ensino superior*, rasgar as medidas de combate ao trabalho precário... (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 76)

Refere Magone que «Ideology is no longer shaping the reality, but the challenges of the future are shaping the ideological choices of the Socialist party» (2007: 138), como revelado nos discursos.

- (106) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, o que lhe digo é que a resposta às dificuldades dá-se mantendo uma linha de rumo responsável [...] Uma linha de rumo responsável significa que *devemos continuar a apostar na educação, nas reformas da educação [...] que devemos continuar a apostar na qualificação dos portugueses e que devemos utilizar o Estado social para apoiar quem mais precisa*. É isto que é importante!
- (b) Por isso, Sr. Deputado, o que nos separa verdadeiramente é *uma visão modernizadora para o País*. O que separa o Partido Socialista do Partido Comunista é o seguinte: *nós temos uma visão moderna, de uma esquerda que quer progredir, de uma esquerda que quer um país solidário, que quer um País com um Estado social próprio do seu tempo, bem inserido no modelo social europeu, mas quer também uma economia competitiva, quer portugueses com mais oportunidades [...] quer um país bem integrado na economia global, quer um país desenvolvido, quer um país à altura do seu tempo* e não um país preso aos dogmas do passado, a uma esquerda fixista que nada tem para oferecer aos portugueses, *que querem olhar para o futuro com mais confiança, com energia e com mais otimismo [...]*. (DAR, I Série – 105, 2008/07/11, p. 34)

Perpassa, pois, no discurso socialista um outro imaginário, o da modernidade e «technologisme», que reflete uma representação social que encara o mundo da tecnologia do ponto de vista do seu valor (Charaudeau, 2014a: 172). Com o Primeiro-Ministro José Sócrates, o Partido Socialista reclama-se da conquista da modernidade (106)-(107) como fator de progresso e constrói a sua identidade pela atenção dada à inovação e tecnologia, tendo sido, em 2005, o plano tecnológico a grande bandeira socialista.

- (107) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Também não o ouvi dizer nada, neste debate, sobre o plano de investimentos que apresentámos. [...] O Sr. Deputado também poderia ter dito uma palavra sobre aquilo que é a componente desse plano de investimentos *naquilo que há de mais moderno nas infraestruturas: o projeto de banda larga, a desmaterialização dos mecanismos processuais nos tribunais, a simplificação judiciária*. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1718)

A legitimação do partido faz-se pela construção de uma imagem de competência com recurso ao argumento de ilustração (107), como já foi referido. Em (108), emprega-se o procedimento da listagem referente ao programa Simplex⁷⁸², implementado na legislatura de José Sócrates, a fim de reverter uma imagem negativa contruída pela oposição.

⁷⁸² Programa de simplificação administrativa e legislativa que pretende tornar mais fácil a vida dos cidadãos e das empresas na

- (108) O Sr. **Afonso Candal** (PS): — [...] *O documento único automóvel, os registos e as certidões, o cartão do utente, o fim da burocracia, ninguém, hoje, diz que como estava é que estava bem e que este Governo não fez nada, que tudo devia voltar a ser como era. Não diz! Porquê? Porque não estava bem e o que este Governo fez foi bem feito e ninguém tem o descaramento de dizer que estava melhor do que está hoje.* (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 59)

Um aspeto de registo apontado pelos investigadores (que constrói um *ethos* de pragmatismo) é o que se poderia designar pela quantificação da ação política («numérisation du politique»⁷⁸³, Ogien, 2010: 16). Segundo o autor, trata-se de um novo registo de legitimação⁷⁸⁴ que surge nas democracias avançadas: «au gouverner résultat» (2010: 23), entendendo-se a noção de resultado no sentido específico de medição do desempenho da ação do Estado em função do grau de realização dos objetivos quantificados aplicados às políticas públicas, pese embora a ambiguidade do que se entende por resultado⁷⁸⁵. Importa, pois, sublinhar os dados quantitativos (109)-(100) que permitem avaliar a eficácia do Governo.

- (109) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Guterres): —[...] *A plena escolaridade atinge-se quando, com raras exceções – e é o caso –, todos aqueles que têm 15 anos frequentam a escola, e é esse o caso. Quando chegámos ao Governo, isso não acontecia sequer aos 12 anos! Neste momento, com raras exceções pontuais, estatisticamente não significativas, temos plena escolaridade aos 15 anos e 85% aos 17 anos. Aliás, relativamente ao trabalho infantil, que é uma preocupação essencial deste Governo, gostaria de dizer- lhe, para ver a evolução que o trabalho infantil está a ter, precisamente pela insistência que temos tido na escolarização e pelo êxito dessa insistência, o seguinte: em 1999, efetuaram-se 4736 inspeções relâmpago, que detetaram 233 menores em trabalho infantil; em 2000, com mais inspeções, 5620, detetaram-se apenas 128 menores. E se alguma coisa tem acontecido é um elogio internacional à forma como Portugal está a combater o trabalho infantil.* (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 22)

A construção da identidade dos partidos com vocação de Governo⁷⁸⁶ (PS e PSD) faz-se pela desvalorização sistemática da anterior legislatura (já que, geralmente, alternam o poder) e, inversamente, pela valorização da sua ação governativa. Trata-se, fundamentalmente, de

sua relação com a Administração e, simultaneamente, contribuir para aumentar a eficiência interna dos serviços públicos.

⁷⁸³ Segundo Ogien, é uma forma de governar, «de conduire les affaires publiques d'action publique en assujettissant le plus étroitement possible la décision à une information statistique produite à partir de données intégrées et qui, parce qu'elles sont homogénéisées et stockées dans des bases rendues compatibles, peuvent être traitées de façon particulière selon les requêtes et les circonstances, sans limite dans le temps» (2010: 36). Como adverte o autor, a emergência desta forma de governar vem acentuar a tensão que opõe tradicionalmente o valor substancial ao valor social do número. O valor social do número é um objeto público que se manifesta nas disputas e conflitos causados pelos avanços da quantificação política.

⁷⁸⁴ Lembre-se com Max Weber (1965) que qualquer discurso de exercício do poder político é acompanhado por um discurso de legitimação, de acordo com o momento histórico que se vive: o registo de legitimação pode focar-se na tradição, na igualdade, na justiça, na soberania, na segregação, na religião, na guerra, na nação, no crescimento económico, entre outros.

⁷⁸⁵ A noção de «resultado» no léxico político é referente, por um lado, ao compromisso de tornar as contas transparentes com o intuito de reconquistar a confiança dos cidadãos, que se habituaram a não ver as promessas eleitorais concretizadas. Em segundo lugar, diz respeito à exigência dos resultados dos serviços (colocando em prática um dispositivo que permite medi-los de maneira precisa). A terceira noção tem que ver com a «cultura do resultado», isto é, procura-se incutir o «espírito de empresa», de rentabilidade e de competição nos serviços públicos, que estariam encostados à rotina e à segurança no emprego (Ogien, 2010).

⁷⁸⁶ Podemos considerar tanto o PS tanto o PSD como partidos pragmáticos, visto que a sua vocação é ganhar eleições. Magone (2007) inclui o PS nos designados partidos de cartel.

demonstrar quem é mais competente a governar o país. António Costa evidencia a eficácia do seu modelo desenvolvimento, designadamente no que se refere à política de rendimentos, por contraste com o antecessor (note-se a repetição do advérbio de predicado «hoje» como recurso de presença). De salientar, em (110b), a afirmação da identidade de esquerda, atribuindo-se à direita valores opostos aos dos interesses dos portugueses pelo argumento *ad populum*.

- (110) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (António Costa): — [...] a política de rendimentos e a previsibilidade da redução da carga fiscal foram essenciais para devolver confiança. [...] E a política de rendimentos não é uma abstração. A política de rendimentos significa que, com a eliminação da sobretaxa do IRS [...], para o ano o conjunto dos portugueses vai poupar 800 milhões de euros de imposto que pagam atualmente ao Estado. [...] Significa que os funcionários públicos *hoje* recuperaram 700 milhões de euros, *que a direita lhes tinha tirado*. [...] Significa que os pensionistas recuperaram as pensões *que tinham perdido*, viram uma atualização de 3% [...]. Significa que, *hoje*, há 730 000 trabalhadores que beneficiaram de 10% em dois aumentos sucessivos do salário mínimo nacional. Isto significa que, efetivamente, há uma nova política de rendimentos, mas, mais importante do que isto, *significa que o modelo de desenvolvimento que a direita tinha para o País e com o qual nos queria convencer que, para podermos ser competitivos e aumentar as exportações, era necessário cortar salários e destruir direitos, não era verdadeiro*.
(b) É isto que os portugueses podem esperar e, mais, é isto que os portugueses desejam, porque nenhum português deseja o regresso ao Portugal pobrezinho e sem direitos que a direita lhes quis apresentar para o seu futuro. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, pp. 14-15)

Partido Social Democrata (PPD/PSD)

O Sr. **Durão Barroso** (PDS): — [...] Para nós, a sociedade tem primazia sobre o Estado. O que importa são as pessoas e não os sistemas públicos caducos. [...] (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3345)

Situando-se no espectro ideológico do centro direita, o Partido Social Democrata⁷⁸⁷ (PPD/PSD) privilegia «a social-democracia reformista, enfatizando os valores da liberdade individual, da igualdade de oportunidades, da solidariedade e da justiça social». É considerado um partido liberal⁷⁸⁸, e distingue-se do Partido Socialista, fundamentalmente, pela defesa de uma menor intervenção do Estado⁷⁸⁹ na sociedade. De referir que a proximidade ideológica entre os dois partidos do centro (PSD, do centro-direita, e PS, do centro-esquerda) tem sido apontada por

⁷⁸⁷ Fundado em 1974 por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota sob o nome Partido Popular Democrático (PPD), o Partido Social Democrata (PSD) foi legalizado em 1975.

⁷⁸⁸ O PSD defende uma sociedade que estimula a iniciativa privada e a criatividade individual em todas as áreas da vida social, económica, cultural, científica e tecnológica, defendendo um menor papel do Estado (que deverá ter um papel de promotor, protetor e regulador da concorrência).

⁷⁸⁹ Nas palavras de um dos seus fundadores: «O fim principal do poder político é o serviço da pessoa. O Estado está ao serviço da pessoa» (Francisco Sá Carneiro, *Princípios de Orientação Estratégica-Autárquicas* 2017, disponível em). https://issuu.com/jsddistritalcastelobranco/docs/principios_de_orientac_a_o_estrat.

diversos autores (C. P. Teixeira, 2009; Belchior, 2012; Guedes, 2012, 2016; Freire & Belchior, 2013), que referem, inclusive, as políticas públicas semelhantes conduzidas por PS e PSD⁷⁹⁰, enquanto partidos do Governo. As diferenças apontadas entre os dois partidos situar-se-ão, sobretudo, na área dos costumes (Guedes, 2016: 103).

A diferença de valores relativamente à esquerda é visível na argumentação de Marques Mendes (111), que argumenta pelo critério da justiça, deixando pressuposta a sua posição relativamente à interrupção voluntária da gravidez; e de Durão Barroso, que coloca em evidência o valor «família» (112), aproximando-se os oradores do outro partido do extremo da direita do espectro político.

- (111) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Mas pior ainda do que estes factos é o critério de injustiça que se adota neste domínio [da saúde]. E vou dar-lhe este exemplo, Sr. Primeiro-Ministro: uma pessoa que parte uma perna e tem de ser internada ou tem de fazer uma operação paga uma taxa moderadora — é obrigada a pagar. Uma pessoa que vai fazer uma interrupção voluntária da gravidez, ou seja, voluntária, está isenta do pagamento de taxa. [...] Deixe-me dizer-lhe que acho que isto *não tem lógica, não tem critério, não tem sensibilidade social, mesmo para aquelas pessoas que são a favor da interrupção voluntária da gravidez!* (DAR, I Série – 109, 2007/07/21, p. 14)
- (112) O Sr. **Durão Barroso** (PDS): — [...] mas não contem connosco para viabilizar uma pretensa reforma da segurança social *que mais do que não é uma cedência ao Partido Comunista*, como aquelas que se preparam para fazer também em matéria de reforma fiscal. [...] Essa é que é a verdade daquilo que se está a passar hoje nesta Assembleia, *com o Governo definitivamente a virar à esquerda.* [...] *Para nós, a sociedade tem primazia sobre o Estado. O que importa são as pessoas e não os sistemas públicos caducos. O que importa é a iniciativa e a capacidade de assumir riscos. O que importa é o reconhecimento da autonomia das instituições da sociedade, muito em especial da família.* (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3345)

O fortalecimento carácter ideológico do PSD é visível no discurso de Durão Barroso, líder da oposição aquando do Governo de António Guterres (PS), que se demarca claramente das políticas de esquerda (112). De mencionar a utilização do pronome «connosco» (referente ao partido) e do pronome «nós agonal» («Para nós»), «que se define essencialmente pela oposição aos outros» (Manole, 2020: 254). A enunciação delocutiva imprime convicção ao discurso, procurando-se a adesão para a sua verdade; com este propósito o orador mobiliza a anáfora («O que importa»), que cria persuasão juntamente com o ritmo conferido pela brevidade dos enunciados.

De referir também em (113) a defesa de uma política liberal por Durão Barroso como forma de crescimento económico – note-se o recurso a procedimentos retóricos que facilitam a adesão à sua

⁷⁹⁰ De acordo com C.P. Teixeira (2009), «os partidos tendem a confundir-se cada vez mais uns com os outros»: por um lado, não são representativos de forças sociais distintas (esbatidas que estão as diferenças ideológicas entre PS e PSD); por outro lado, as políticas públicas que promovem estão condicionadas pelos técnicos e pela globalização da economia. Acrescenta a autora que a mobilização social e partidária do PS e PSD está sobretudo relacionada com a competição pelo eleitorado, isto é, enquanto «máquinas eleitorais para alcançar o poder».

tese, como é exemplo a metáfora cognitiva – e a importância dada aos mercados, como se ilustra na condenação da legislação laboral vigente, tida como impeditiva da competitividade do país (114a). De mencionar que a refutação aos ataques do PCP é feita normalmente com base no carácter ideológico do partido adversário (114b).

- (113) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — [...] Mas também é necessária uma reforma fiscal. Nesta matéria, a primeira medida a tomar é a de revogar todas aquelas medidas que foram tomadas recentemente em matéria de tributação das mais-valias, *que colocaram o mercado de capitais à beira da agonia* e que levaram a que o nosso país seja cada vez menos atraente em termos de investimento. (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 27)
- (114) (a) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso):— A reforma da legislação laboral é essencial. Portugal tem as leis laborais mais rígidas de toda a União Europeia [...]. Essa rigidez não promove nem o investimento nem a criação de emprego, nem a competitividade da economia. Mais: esta rigidez é contra o próprio interesse dos trabalhadores portugueses. [...]
- (b) Srs. Deputados do Partido Comunista, *os trabalhadores portugueses não comem ideologia, os trabalhadores portugueses precisam de ter um sistema mais competitivo, mais flexível para, assim, garantirem a produtividade das empresas, porque eles são os primeiros interessados na produtividade e na competitividade da nossa economia.* (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1207)

A redução do papel do Estado é um dos principais tópicos argumentativos de Durão Barroso, enquanto futuro candidato ao poder. De salientar no seu discurso a convicção (já referida), expressa pelos procedimentos enunciativos nas asserções categóricas de modalidade deôntica (115a), que constrói um *ethos* de liderança. Note-se a amplificação pela repetição e pela derivação («Governo»; «governança»), apresentando-se o verbo «mudar» como *leitmotiv*; a argumentação pelo efeito (115b) procura persuadir à necessidade urgente da mudança. O *ethos* de liderança é reforçado em (115c) pela enunciação elocutiva («*Proponho* que o Estado deixe de se meter onde não é chamado») e pelos enunciados delocutivos de modalidade epistémica que afirmam a identidade ideológica do partido, através da perspetiva do seu líder. De mencionar a personificação do Estado como um dos elementos que comprovam a capacidade de comunicação do orador. Repare-se também como a seleção da metáfora contribui para clarificar as distintas perspetivas políticas: «O Partido Socialista vê a sociedade com os «óculos» do Estado; eu vejo o País a partir da sociedade e não a partir do Estado».

- (115) (a) O Sr. **Durão Barroso** (PDS): — [...] Portugal *tem de mudar* de vida e não se trata apenas *de mudar de Governo. É preciso mudar de Governo*, mas também *é preciso mudar de modelo de governação*. Trata-se de ter a coragem de mudar a relação entre o Estado e a sociedade. Em Portugal, o Estado é, normalmente, o problema e não a solução. E o Estado ainda é mais o problema quando à sua frente se encontra um Governo que agrava os problemas estruturais.
- (b) O atual Primeiro-Ministro parte do modelo de um Estado interventor, um Estado prestador, um Estado que promove o alastramento de toda a espécie de serviços públicos, mesmo que estes representem um custo adicional para os cidadãos, que, depois, têm de pagar com os seus impostos a sua ineficiência. *Proponho que o Estado deixe de se meter onde não é chamado*, que o Estado se concentre nas suas funções tradicionais de soberania,

entre as quais está, para além da defesa e da política externa, a defesa da língua e da cultura portuguesas. [...] Há aqui uma diferença fundamental de perspetiva. *O Partido Socialista vê a sociedade com os «óculos» do Estado; eu vejo o País a partir da sociedade e não a partir do Estado. Quem cria riqueza são as pessoas, as empresas e o mercado, não é o Estado, o partido ou a clientela política!* (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, pp. 25-26)

Luís Marques Mendes, por seu turno, procura a adesão para um projeto político alternativo ao do PS que consiga resolver o problema do défice público, apresentando como razões para aliviar o Estado das suas funções o peso económico que acarreta para o país (116). Note-se a argumentação com apelo ao *pathos* (116c), que revela a indignação pelo atual estado de coisas e constrói um *ethos* de carácter. Para além das provas pelos dados quantitativos que justificam o estado emocional do orador, líder social-democrata argumenta pelo princípio do utilizador pagador e mobiliza a metáfora («sorvedouro de dinheiros públicos») (116e), com o propósito de conseguir a adesão para a sua tese.

- (116) (a) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — [...] Mas há uma alternativa para esta estratégia errada [o aumento de impostos]. Os portugueses não estão condenados a pagarem sempre mais para um estado que vive acima das suas possibilidades e que consome quase metade da riqueza nacional. Mas, para ser possível inverter este ciclo, *há que ter a coragem de ir ao fundo das questões. E ir ao fundo das questões é ter a coragem*, esta sim, de diminuir o peso, a dimensão e as atuais funções do Estado, ...
- (b) O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — ... *é ter menos Estado e mais sociedade*.
- (c) O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — [...] Os portugueses têm direito a conhecer a verdade. E a verdade é que, *só em 4 anos*, de 2001 a 2004, a Carris, a Transtejo, o Metropolitano de Lisboa, a REFER e os STCP, no Porto, só estas empresas, deram origem a um resultado negativo acumulado de cerca de 2700 milhões de euros. *Em quatro anos apenas*. [...] Este prejuízo é equivalente a 2% do produto interno bruto! Além disso, Srs. Deputados, o endividamento acumulado destas empresas do estado, *só em quatro anos*, é cerca de 9000 milhões de euros, o que corresponde a cerca de 6% da nossa riqueza nacional. Ou seja, *só em 4 anos*, estes prejuízos custaram a cada português que paga impostos 700€ e para pagar a dívida acumulada nestes quatro anos cada português vai ter de desembolsar mais de 2400€. *Este descalabro financeiro é insuportável! Os portugueses estão a pagar, com os seus impostos, uma situação absolutamente intolerável, e quem a conhecer não pode deixar de a considerar intolerável. E é uma situação intolerável para todos os portugueses que pagam impostos, mas especialmente para milhares de portugueses que nem sequer usam aqueles meios de transporte*.
- (d) [...] Acresce que nada justifica que caiba nas funções do Estado ser dono e gestor da maior parte destas empresas de transportes, a não ser preconceitos ideológicos que estão obsoletos e ultrapassados, preconceitos que os portugueses pagam, e bem, com os seus impostos.
- (e) *A proposta que faço é no sentido da privatização...[...] ...ou, pelo menos, da concessão da gestão à iniciativa privada daquelas empresas, em articulação com as autarquias envolvidas, por forma a terminar com este sorvedouro de dinheiros públicos, sem perda de qualidade para os utentes e com a garantia das exigências de serviço público que estão em causa, porque serviço público não é sinónimo de empresa pública.* [...] (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, pp. 6712-6713)

A importância dada às pessoas, e não ao Estado (116b), configura-se num dos principais *topoi* argumentativos do PSD, como se ilustra também nas propostas de Durão Barroso relativamente ao setor da saúde, nas quais defende a inclusão do setor do privado e de outras instituições complementares ao Estado em razão da sua eficiência (117)-(118).

- (117) O Sr. **Durão Barroso** (PSD): — O mais importante na saúde não é o sistema, são os utentes dos serviços de saúde. Já é tempo de se falar menos do sistema e de se falar mais dos doentes e das formas mais eficazes e socialmente mais justas de os tratar. [...] aprovarei um programa especial de combate às listas de espera para consultas e operações, *com recurso ao sector privado*, às misericórdias e outras instituições de solidariedade social. É possível, no prazo de dois anos, terminar com as listas de espera. (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 28)
- (118) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — [...] O regime jurídico das *parcerias público/privadas* na saúde é um instrumento decisivo para dotar o País de uma rede de unidades hospitalares *capazes de atender à satisfação das necessidades dos doentes*. [...] (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1207)

A linha de política liberal é seguida por Pedro Passos Coelho, que defende a privatização de setores estratégicos (Lisi, 2011: 50); logo, um menor peso do Estado quer na economia quer nas áreas sociais, sendo apologista da iniciativa privada (119). De evidenciar, em (120), a construção de um *ethos* de competência por Pedro Passos Coelho com recurso ao argumento do mérito, referindo-se ao difícil período em que liderou Portugal, submetido ao plano da troika.

- (119) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): —[...] Só as pessoas que pensam que é o Estado, através do investimento público, que consegue pôr a economia a mexer é que consideram que, se o Estado não tiver muitos meios para gastar, isso é um desastre para a economia. [...] *a economia tem mais qualquer coisa, ... [...] e nós queremos que esse mais qualquer coisa seja cada vez mais a iniciativa dos cidadãos e das empresas, e não do Estado*. (DAR, I Série – 102, 2014/07/03, pp. 24-25)
- (120) (a) O Sr. **Pedro Passos Coelho** (PSD): — [...] De facto, *conseguimos fazer uma correção das contas públicas que, julgo, é notável. Conseguimos recuperar economicamente a situação do País*, que estava, pelo segundo ano consecutivo, a crescer e, sobretudo, a crescer de uma forma saudável, na medida em que, apesar de ter uma dinamização do consumo, estava a exibir níveis de investimento e, portanto, de criação de emprego que eram importantes para a recuperação de desequilíbrios acumulados. [...] *E lançou-se um conjunto de reformas estruturais importantes para que o País ganhasse competitividade e pudesse sustentar o crescimento para futuro*. [...]
- (b) *Devíamos aprofundar as reformas estruturais de maneira a ter uma economia ainda mais aberta, mais competitiva, com certeza, baseada no conhecimento, na investigação, na inovação*, sempre aspetos que, estruturalmente, exigem mais paciência, para citar o Sr. Ministro das Finanças, mas que são essenciais se queremos, realmente, mudar alguma coisa para futuro. [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, pp. 7-8)

Em 2016, a reversão das políticas implementadas pela coligação PSD/CDS-PP justifica a veemente condenação das políticas sociais conduzidas pelo Governo do PS (apoiado pelo PCP, BE e PEV), cuja influência «nefasta» dos partidos de esquerda radical – de notar os termos «esquerda radical» como forma de lembrar ao eleitorado de esquerda moderada a acentuada viragem à esquerda do Governo – se faz sentir na «estatização da economia e dos serviços públicos» (121).

- (121) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): —[...] *O complexo ideológico da esquerda radical está, de facto, muito vivo e muito atuante*. Na educação, na saúde, no apoio social e no trabalho das instituições particulares de solidariedade social, *o caminho do Governo tem um sentido único*. [...] *Mais e mais estatização, mais e mais desconfiança sobre a capacidade e o contributo das instituições da sociedade*. Os sinais dados à sociedade e à economia são claros: *está de volta o dirigismo e a estatização da economia e dos serviços públicos*. Este é o Governo mais estatizante do pós-PREC, porque o Bloco de Esquerda e o PCP exigem... [...] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 58)

De reforçar que a valorização do partido se faz, principalmente, pelo contraste com os Governos antecessores, seja pela construção de um *ethos* de competência, de virtude e de seriedade, ou até de carácter, como procura mostrar Durão Barroso (122), ao explicitar no seu discurso a coragem evidenciada nas opções políticas tomadas relativamente às questões europeias. O orador valoriza, assim, o seu *ethos* político, demarcando-se da forma de fazer política do anterior executivo (avaliada negativamente pela expressão lexicalizada). Já Guilherme Silva recorre ao poder de persuasão da anáfora retórica (123), de forma a imprimir nos espíritos uma imagem de virtude, coragem e dinamismo do Governo do PSD. oposta, naturalmente, à do PS.

- (122) O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso) : — [...] resolvemos votar contra, sendo o único país que votou contra a reforma da PAC [Política Agrícola Comum],... [...]...o que mostra que não temos medo de tomar posições, que *não estamos, mais uma vez, na política de «Maria vai com as outras»*, que foi, infelizmente, durante muitos anos, a política prevalente em Portugal, quando se tratava de questões europeias. (DAR, I Série – 141, 2003/07/04, p. 5906)
- (123) O Sr. **Guilherme Silva** (PSD) : [...] Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo e Sr.^{as} e Srs. Deputados, *o País, felizmente, tem agora o que lhe faltou durante demasiado tempo : um Governo que não hesita em enfrentar os lobbies e os interesses instalados, um Governo com coragem, um Governo que não adia, um Governo que reforma, um Governo que decide, um Governo que governa.* (DAR, I Série – 30, 2002/07/10, p. 1239)

Em (124), o argumento *ad verecundiam* configura-se na estratégia do líder do Grupo Parlamentar do PSD para construir uma imagem coletiva de seriedade e de virtude, manifestando igualmente um *ethos* de orgulho.

- (124) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Para os Deputados do PSD, para os 108 Deputados do PSD, deixo uma última palavra. Um dia, um deputado amigo e apoiante de Churchill ter-lhe-á dito o seguinte: «Não há posição mais difícil do que estar na bancada a apoiar um governo. É muito difícil encontrar um meio-termo entre a independência e a lealdade. O mais importante é impressionar a Câmara com a nossa seriedade». *Foi com essa seriedade, com independência e lealdade, com convicção que aqui estivemos estes quatro anos, e podemos dizer que tivemos muito orgulho nisso.* (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 51)

De modo diferente dos partidos mais ao extremo do espectro político, que apresentam uma identidade marcada e um discurso coerente com os seus valores ideológicos, os partidos do poder, que podem apresentar obra feita, constroem a sua identidade através da comparação valorativa com o anterior executivo, como já foi referido. Evidentemente, O PSD, tal como o PS, apresenta provas da sua competência (refira-se, da coligação PSD/CDS-PP) com recurso a dados numéricos (125), fazendo uso do que se poderia designar pelo discurso da gestão:

Ce discours de l'administration perpétuelle, mobilisant des arguments perpétuels, devient peu à peu celui de la quasi-totalité de la classe politique étant donné qu'il ne relèverait pas d'une idéologie politique particulière. (Gobin, 2011: parágrafo 47)

A comparação dos resultados da maioria de direita relativamente aos resultados da governação socialista configura a forma mais recorrente de legitimação do partido.

- (125) O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — [...] Vou deter-me naquilo que é a realidade portuguesa de 2015, que é uma realidade bem diferente da que tínhamos em Portugal em 2011. E é bem diferente porque, como o Sr. Primeiro-Ministro disse, *tivemos um Governo e uma maioria com firmeza estratégica e com sentido de responsabilidade*. Senão, vejamos, Sr. Primeiro-Ministro. Em 2011 tínhamos a troica em Portugal, em 2015 não temos a troica em Portugal; em 2011 estávamos a entrar em recessão económica; em 2015 vamos no segundo ano com crescimento da nossa economia; em 2011 tínhamos tido seis anos seguidos de aumento do desemprego, felizmente, em 2015 estamos há mais de dois anos com um desemprego alto, mas a baixar de forma consistente; quando chegámos ao Governo, em 2011, *tínhamos um défice público superior a 10% e quando entrarmos em 2016 vamos ter um défice público inferior a 3%*, o mais baixo desde o 25 de Abril. (DAR, I Série – 108, 2015/07/09, p. 13)

Centro Democrático Social/ Partido Popular (CDS-PP)

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] Quem verá as suas deduções afetadas são aqueles que ultrapassam o teto e que, naturalmente, são os que têm rendimentos mais elevados.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — *São os que mais trabalham!* (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 30)

No cenário parlamentar português, o partido situado mais à direita é o Centro Democrático Social/Partido Popular⁷⁹¹ (CDS-PP), partido de orientação conservadora⁷⁹² que representa os valores democrático-cristãos⁷⁹³ e concebe «a família tradicional como um ‘bem público’, célula base da sociedade»⁷⁹⁴, sendo igualmente um dos seus principais valores a soberania e a cultura nacional.

⁷⁹¹ Segundo a tipologia de partidos políticos de Duverger (1970), o CDS pode ser considerado um partido de quadros. Os partidos de quadros ou de notáveis, elitistas, foram criados no início do século XIX, a partir de redes de pessoas influentes.

⁷⁹² O conservadorismo repousa numa conceção do mundo segundo a qual a ordem do mundo é legítima, admitindo-se a ideia que por detrás da realidade há uma ordem estruturadora, que assegura a sua estabilidade a sua organização harmoniosa. São quatro as ideias mestras do conservadorismo: i) o respeito pela tradição (aos quais se associam os valores do mundo rural, do campo e da terra), ii) a hierarquia social, iii) o moralismo (forte preocupação moral), iv) a coesão social (a preservação da ordem mundial deve implicar a implementação de medidas para contrariar que qualquer coisa perturbe a ordem pública ou mine a manutenção harmoniosa da sociedade). De salientar o valor da família bem como o valor do trabalho. Os valores conservadores opõem-se aos valores progressistas, não só no que respeita à igualdade de género, como também no que respeita à gestão do pluralismo e diversidade cultural e ainda a questões ligadas com a sexualidade, pelo que se estabelecem grandes afinidades entre as visões do mundo do conservadorismo e as visões da Igreja. De destacar a importância do mérito, em função do qual se repartem de maneira hierárquica os diferentes estatutos conferidos a cada uma das identidades sociais. Importa ainda referir como estratégia de conservadorismo um poder político forte que seja capaz de impor a sua autoridade entre a sociedade e os seus membros, de forma a manter a ordem social (Parenteau & Parenteau, 2008).

⁷⁹³ Os ideais democráticos estão, portanto, associados a uma conceção do Cristianismo. De referir que no *corpus* não há referências explícitas aos valores cristãos por parte do CDS-PP.

⁷⁹⁴ Como consta da *Declaração de Princípios do CDS*, o partido respeita «a vida humana desde o momento da sua conceção até à morte natural» (<https://www.temcds.org/temcds/declaracao-de-principios/>). Defende a responsabilidade do Estado pelos «membros mais vulneráveis da sociedade», atribuindo-lhe, contudo, uma função subsidiária, já que reconhece o «papel

A importância da família pauta, por conseguinte, os discursos do CDS-PP, como se verifica nos exemplos abaixo referidos, com uma considerável distância temporal (126)-(127), censurando-se em (127) a sua desvalorização (note-se o argumento pelo exemplo), face a outras estruturas de organização familiar. A menção às propostas (126a) e projetos (127b) que constroem um *ethos* de competência configura-se como um fator de consolidação identidade política do partido. Da mesma forma, o valor da Nação («porque o nosso caminho é Portugal») (126b), porque universal (comum a todos os portugueses), se consubstancia como um forte fator de identificação, construindo-se, por conseguinte, um *ethos* coletivo de determinação e perseverança, afirmando-se o CDS-PP como um partido de vocação governativa. De mencionar ainda no discurso de Telmo Correia a «figura de comunhão», que é aqui utilizada como forma de provocação ao Governo das esquerdas, a alusão à célebre canção «Os Vampiros», de Zeca Afonso, pela paráfrase do seu refrão⁷⁹⁵.

- (126) (a) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Termino mesmo, Sr. Presidente, dizendo que nós, no CDS, vamos continuar a ser oposição construtiva, como fomos, *a propósito da demografia, com as propostas sobre a natalidade*, que os senhores chumbaram, *como fomos nas questões da família* e como fomos, ontem, com *as propostas em relação à segurança social*. [...]
- (b) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Vamos continuar a ser oposição construtiva. O problema é que os senhores — *e lembro Zeca, para ficarem contentes — chumbam tudo, chumbam tudo e não deixam passar nada*. Mas nós não desistimos, *porque o nosso caminho é Portugal e somos um partido de alternativa*. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 49)
- (127) (a) A Sr.^a **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — [...] Em França, em Inglaterra, nos Estados Unidos e no Canadá toda a gente percebeu, incluindo os governantes de esquerda, que a família não é uma questão de direita nem esquerda e que não pode ser assim colocada. Porquê? *Pelo claro reconhecimento da sua imprescindibilidade nas sociedades modernas*. Ora, em Portugal deu-se o contrário: *com vários complexos de esquerda, os senhores fizeram uma política de mera subsídio aos pais, que ainda acaba por ser às mães, sem qualquer estratégia natalista num país que envelhece de ano para ano e sem qualquer preocupação em salvaguardar o lugar da mulher no mercado de trabalho*.
- (b) *Ao nosso projeto de lei de bases da família o Governo, na altura virado mais para a esquerda, respondeu com um projeto de uniões de facto*. [...] (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 43)

Os valores do CDS-PP estão bem presentes na argumentação de Maria José Nogueira Pinto⁷⁹⁶ (128), que evidencia não só clivagens ideológicas (127)-(128) como denuncia a falta de identidade do Partido Socialista, em funções governativas, em razão da sua dependência «dos índices de popularidade» (128a). À indecisão crónica do Primeiro-Ministro António Guterres (crítica recorrente da direita) – referida através do eufemismo «timidez de decisão» (128a) –, acresce a

insubstituível das instituições básicas e intermédias, como as famílias, escolas, religiões, universidades, associações voluntárias, etc.»

⁷⁹⁵ «Eles comem tudo, eles comem tudo/ Eles comem tudo e não deixam nada». A canção «Os Vampiros» (1963, *Baladas de Coimbra*), de José Afonso, é um dos temas fundadores da canção de intervenção e é um símbolo da resistência contra o fascismo.

⁷⁹⁶ Maria José Nogueira Pinto viria a perder a disputa pela liderança do CDS em 1998.

censura à postura «dúbia» do executivo (128b), fazendo-se uso da analogia, cujo sentido é reforçado pela estrutura paralelística («Portugal se transformou numa grande “Loja do Cidadão”, que o Governo se transformou num conjunto de balconistas e que o Sr. Primeiro-Ministro se transformou uma espécie de encarregado geral.»). A falta de consistência ideológica do executivo («ou não fossem V. Ex.^{as} os representantes de um partido que em tudo se assemelha a uma Arca de Noé») é ilustrada pelo contraste entre os valores de direita e de esquerda, sendo os primeiros apresentados de forma valorativa face aos segundos (128c). Observe-se, pois, como, na enumeração das orações disjuntivas, o primeiro termo tem sentido positivo, pelo apelo a valores («ou se vende a vida ou se vende o aborto»; «ou se vende a família ou se vendem uniões de facto»); pelo emprego de vocábulos de sentido positivo («ou se vendem as parcerias com a sociedade civil ou um Estado intervencionista»; «ou se vende o empenhado combate à toxicodependência ou a liberalização da droga») ou pelos vocábulos de sentido pejorativo no segundo termo («ou se vendem reformas ou se vende o “deixa andar”»). Repare-se igualmente na crítica à falta de visão do Governo no que se refere à economia, seja pela ironia no primeiro termo, seja no adjetivo axiológico negativo no segundo termo: «“El Dorado europeísta e iberista” ou um nacionalismo económico bacoco»).

(128) (a) A Sr.^a **Maria José Nogueira Pinto** (CDS-PP): — [...] Ficou já hoje aqui expressa a preocupação generalizada relativamente à timidez de decisão por parte do Governo, à falta de coragem do Governo para tomar posições, à grande dependência do Governo dos índices de popularidade ou à sua incapacidade de agir. *Ainda não me conformei, mas já me habituei.*

(b) Gostaria também de deixar aqui um outro reparo, bem mais fundo e do meu ponto de vista bem mais grave. Aquilo que hoje me preocupa, como portuguesa, é a postura muito dúbia do Primeiro-Ministro e do Governo, uma postura revestida de uma linguagem simplista e errónea, que foi, erradamente, elevada à categoria de um estilo político louvável. Ora eu diria que, graças a esse estilo, *Portugal se transformou numa grande “Loja do Cidadão”, que o Governo se transformou num conjunto de balconistas e que o Sr. Primeiro-Ministro se transformou uma espécie de encarregado geral.* [...]

(c) Mas o pior é que, *conforme o cliente* — leia-se o português que vai a essa loja — *assim a receita é mais aviada à direita ou mais aviada à esquerda; ou se vende a vida ou se vende o aborto; ou se vende a família ou se vendem uniões de facto; ou se vende o mercado ou se vende o protecionismo; ou se vendem as parcerias com a sociedade civil ou um Estado intervencionista; ou se vende o empenhado combate à toxicodependência ou a liberalização da droga; ou se vende o “El Dorado europeísta e iberista” ou um nacionalismo económico bacoco; ou se vendem reformas ou se vende o “deixa andar”.* [...] Tudo isto à vontade do freguês, *ou não fossem V. Ex.^{as} os representantes de um partido que em tudo se assemelha a uma Arca de Noé, onde fingem coabitar reformistas, sociais-democratas, socialistas, até neoliberais e, para tranquilizar toda a gente, alguns democratas-cristãos.*

(d) [...] Mas vamos agora ao que interessa, muito rapidamente. E o que interessa realmente não foi feito. E eu começava pela Segurança Social, para dizer que foi meritória a instituição do rendimento mínimo garantido — ninguém o nega! —, *mas que eu achava mais respeitável, sobretudo para os pobres, que não nos quisessem também “tapar o sol com a peneira”.* Isto porque, na realidade, *a equação do rendimento mínimo garantido pode muito bem ser “mais subsídios e menos reinserção”.* E, quando o Sr. Primeiro-Ministro fala em 400 000 pessoas, *eu quero saber se são 400 000 pessoas a quem o senhor dá esmolas ou se são 400 000 pessoas a quem o senhor garante a reinserção, porque este é que é o ponto essencial.* (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, p. 42)

Ora, uma questão polémica que provocou clivagens entre a esquerda e a direita, inclusive entre a direita moderada, e não apenas nos primeiros tempos da sua implementação (vd. [130]), foi o «rendimento mínimo garantido», sendo frequentemente questionada a sua eficácia: observe-se, pois, em (128d), a oração modalizadora «pode muito bem ser “mais subsídios e menos reinserção”» e a interpretação do subsídio como «esmolas». Se o mérito da medida se apresenta como inquestionável («— ninguém o nega!») (128d), a posição do CDS é de crítica, apercebendo-se a medida com uma forma de «tapar o sol com a peneira» (repare-se ainda no vocábulo ideologicamente marcado «pobres», que não surge nos debates das décadas posteriores). Note-se como Maria José Nogueira Pinto constrói uma identidade política através de um discurso de identificação (128c) e, por outro lado, marca a sua singularidade pelo estilo discursivo. Através do enunciado elocutivo, que apresenta um homeoptoto valorizador do conteúdo proposicional («Ainda não me conformei, mas já me habituei.») (128a), a oradora assume o seu ponto de vista pessoal e constrói um *ethos* de carácter e de liderança, visível também através da asserção que recorre ao verbo volitivo («eu quero saber») (128d), cumprindo assim ativamente o seu papel de vigilância ao Governo.

De facto, a contestação da medida instituída pelo PS, pelo menos nos moldes em que vigora – destaque-se a aceitação da medida apenas com carácter «transitório» (129), promovendo-se a responsabilidade, coerentemente com os valores da direita –, faz-se de forma sistemática nos discursos do CDS-PP (129), o que não obsta à construção de um *ethos* sensível, para o qual contribui a modalidade epistémica («Se for para ajudar ... *com certeza*»), em consonância com os valores cristãos da direita, que defende a responsabilidade do Estado pelos «membros mais vulneráveis da sociedade». De notar, em (130), o eufemismo como forma de evitar eventuais protestos.

(129) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Terceiro exemplo: o rendimento mínimo garantido. Eu disse muitas vezes, Sr. Primeiro-Ministro: «*Se for para ajudar, transitoriamente, uma família que esteja em dificuldades, com certeza! Se for, como é tantas vezes, para subsidiar a preguiça e subsidiar o ócio, não com certeza, Sr. Primeiro-Ministro!*» (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, pp. 38-39)

(130) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Proponho que *moralize o rendimento mínimo* e use metade para melhorar pensões e a outra metade para fazer consolidação orçamental – tem aqui 72 milhões de euros. [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 26)

Aliás, a identidade do CDS-PP afirma-se pela construção de um *ethos* de solidariedade, lembrando constantemente o seu líder que as preocupações sociais não são um monopólio da esquerda (vd. secção 3.2.), como se ilustra em (131), sem dramatização do discurso; e, em (132), pela reivindicação

das propostas anunciadas pelo Governo, com mobilização de um argumento *ad hominem*, que pretende reparar uma imagem prévia de demagogia.

- (131) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de lhe dizer, mais uma vez, que em relação à questão da *taxa de pobreza, que é obviamente uma questão relevante para quem seja socialista ou para quem seja democrata-cristão* [...] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 26)
- (132) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Hoje, o que Sr. Primeiro-Ministro aqui veio anunciar é exatamente aquilo que lhe sugerimos há muito tempo, que era que apoiasse mais as IPSS em matéria de apoio aos idosos, apoio aos doentes, guarda de crianças, apoio aos que têm fome e não conseguem ter dinheiro para almoçar ou jantar. Foi isso que, hoje, a três meses das eleições, o Sr. Primeiro-Ministro veio aqui anunciar, mas foi a propósito disso que, há quase um ano, o Sr. Primeiro-Ministro me acusou de ser demagogo, quando eu lho propus. Bem-vindo mais uma vez, Sr. Primeiro-Ministro! (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.65)

A construção de um *ethos* (coletivo) de competência realiza-se pelas afirmações que evidenciam a capacidade de influenciar e reverter as ações do Governo, sublinhando-se, pela enumeração de termos quase sinónimos o dinamismo e a determinação do partido (133a); pela anáfora retórica («O CDS tinha razão»), o conhecimento dos domínios da ação política e a eficácia do partido enquanto «instância adversária». De notar também o paralelismo sintático com seleção da epífora («O CDS fez a denúncia, o Provedor fez a denúncia») pelo seu valor pragmático, e o paralelismo como marcador da oposição nós/demagogia vs Governo/ progressismo (133c), de forma a salientar, pelo contrário, o saber-fazer do CDS, que se antecipa ao executivo na avaliação do que faz falta ao país e nas soluções adiantadas para resolver os problemas do portugueses.

- (133) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] E sabe, Sr. Primeiro-Ministro: vale a pena dizer-lhe, hoje, que esta lista de retificações do Governo *por proposta, por posição, por iniciativa e por persistência* do CDS, é muito longa. Sr. Primeiro-Ministro, vou dar-lhe alguns exemplos.
- (b) *Primeiro, fanatismo fiscal.* O senhor subiu todos os impostos e até queria cobrar impostos, apesar da lei ou contra a lei. *O CDS fez a denúncia, o Provedor fez a denúncia. O CDS tinha razão, Sr. Primeiro-Ministro!* [...] Segundo, dívidas do Estado e incumprimento sistemático da administração central, regional e local das empresas públicas ou das sociedades anónimas de capitais públicos. *O CDS colocou o problema da equidade das dívidas do Estado às empresas face às dívidas dos contribuintes ao Estado, pressionou para que as coisas mudassem e os senhores acabaram por recuar.* [...]
- (c) Terceiro, a antecipação do reembolso do IRS. *Quando o propusemos, éramos demagogos; quando os senhores o decidiram, já eram progressistas. O CDS tinha razão, Sr. Primeiro-Ministro!* [...] (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p.65)

Por outro lado, como já foi referido, os partidos que não têm obra para apresentar (porque não são Governo) procuram legitimar-se pela referência às propostas feitas. Observe-se, pois, a construção de um *ethos* de competência, procurando a adesão para uma imagem de um partido responsável, capaz de por em ordem as contas públicas, no qual os portugueses poderiam depositar a sua confiança. Pela mobilização da expressão do campo jurídico «aos costumes disse nada», Paulo Portas

reforça a crítica ao Primeiro-Ministro José Sócrates, que não se pronunciou sobre as medidas propostas pelo CDS-PP.

- (134) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Ainda hoje, perante uma proposta estruturada do CDS para reduzir não a despesa social mas a despesa do Estado administração, do Estado empresa, do Estado aparelho, em mais de 1000 milhões de euros, o Sr. Primeiro-Ministro, aos costumes, disse nada. Fica bem à vista que o aumento do IRS é uma escolha do Governo, não é uma inevitabilidade para Portugal. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 58)

Verifica-se nos discursos a contante menção ao despesismo do Estado (134), e as referências a propostas de medidas eventualmente impopulares, designadamente de cortes na despesa, são feitas através de processos atenuadores, como o eufemismo, de emprego usual pelo CDS-PP, de modo a não comprometer o eleitorado. Repare-se, em (136), na preocupação em distinguir «gasto social» de «gasto inútil», fazendo-se referência à identidade partidária («e que um democrata-cristão» sempre defenderá») como forma de sublinhar os seus valores.

- (135) O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — [...] o CDS está de acordo com algumas das medidas que este Governo tem implementado *no sentido de moralizar e equiparar as regras na área da segurança social*, no sentido de controlar a despesa corrente, por exemplo, [...]. (DAR, I Série – 39, 2005/07/08, p. 1721)
- (136) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Sr. Primeiro-Ministro, como prova o plano do ainda seu Ministro das Finanças, o senhor não soube distinguir entre gasto social, que é útil e necessário, *e que um democrata-cristão sempre defenderá, e gasto inútil, que é desperdício, ineficiência e má gestão!* E está há 2000 dias no Governo!... (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 37)

Lembremos com Le Bart que o trabalho identitário se cumpre, em primeiro lugar, pelo uso intensivo do «nós», que, vindo do líder de um partido (ou de um chefe de Governo), exprime o ideal de uma comunidade perfeitamente consolidada (1998: 87). Paulo Portas constrói, portanto, um *ethos* de carácter coletivo ou mesmo de potência («Nós não nos calámos») pela afirmação da atividade do partido em todas as frentes, mostrando-se uma determinação no agir face à incompetência da instância política, designadamente na vigilância do sector bancário (137a).

A construção do *ethos* de competência procede pelo contraste com a incompetência do Governo, criando-se uma imagem degradada do Ministro da Agricultura, pela hipérbole (137b). De notar os valores identitários no discurso, através da defesa dos interesses dos agricultores (valor da tradição, do mundo rural), assim como pela apologia da iniciativa privada na saúde (137c) e noutros setores da sociedade, em consonância com uma doutrina económica liberal defendida pela direita. Com a finalidade de aumentar a adesão para a sua perspetiva ideológica, a argumentação do líder do CDS-

PP recorre à hierarquia de valores pelo lugar da pessoa («*Não se pode sacrificar os doentes à ideologia*») (137c), fazendo prova de pragmatismo, o que constrói um *ethos* positivo.

- (137) (a) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Quarto, os falhanços sucessivos da supervisão: no BCP, no BPP, no BPN. Nós não nos calámos, Sr. Primeiro-Ministro. Fizemos aquilo que era o nosso dever. O CDS tinha razão, Sr. Primeiro-Ministro! [...]
 (b) Quinto, a *incompetência exponencial, meteórica*, do Sr. Ministro da Agricultura, com as dívidas aos agricultores, com os atrasos nos pagamentos, com a paralisia do PRODER. Foi preciso chegarem os documentos oficiais e os discursos do Presidente da República e, finalmente, percebeu-se. O CDS tinha razão, Sr. Primeiro-Ministro!
 (c) [...] A iniciativa de conseguir a contratualização das cirurgias às cataratas dos idosos estavam num ponto absolutamente inaceitável. Andavam os presidentes de câmaras a enviar os idosos para Cuba e os senhores a manterem a rigidez de que o Estado é que tinha de fazer tudo. Escolheram uma *iniciativa privada*, podiam ter escolhido o sector social. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, o CDS tinha toda a razão: *as capacidades instaladas têm de ser todas usadas. Não se pode sacrificar os doentes à ideologia*. (DAR, I Série – 99, 2009/07/03, p. 66)

Os valores identificados com uma ideologia de direita atravessam o discurso do CDS-PP, numa permanente afirmação identitária, para a qual contribui também a ostentação da sigla do partido, bem como personificação do mesmo, por parte de Paulo Portas («O CDS tinha razão»), que parece concretizar a essência do partido e trazer à memória a sua coesão. De salientar, em (138), a referência explícita do líder do CDS-PP ao seu posicionamento no espectro ideológico-partidário pela metonímia, encarnando o próprio os valores da direita, confirmando-se, assim, a crescente importância conferida aos líderes partidários, como observado pelos especialistas (Delwit, 2015), que sublinham o fenómeno de personificação dos partidos políticos nas últimas duas décadas, em particular.

- (138) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Ora, Sr. Primeiro-Ministro, *a direita, nesta Casa, sou eu !* [...] (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 19)

Os deputados do CDS afirmam com orgulho uma identidade de direita, evidenciando-se uma agenda ideológica com base na submissão da política à economia e à lei do mercado. De acordo com a sua *Declaração de Princípios*, o CDS é apologista do princípio do mérito — pelo que a construção de um *ethos* meritocrata é igualmente evidenciada nos discursos (139) — e recusa «a exclusividade do Estado como motor do desenvolvimento económico»⁷⁹⁷, atribuindo-lhe um papel de regulação. Neste sentido, o seu discurso apresenta uma orientação liberal, como se verifica na crítica de Pedro Mota Soares ao «Estado a mais» nas políticas do Governo (140).

⁷⁹⁷ Rejeita, portanto, as políticas socialistas ou estatizantes, que, no seu entender, não são compatíveis com uma sociedade democrática e competitiva.

- (139) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Permita que lhe diga, Sr. Primeiro-Ministro, que está muito enganado se pensa que a direita defende o congelamento dos salários. [...] Sr. Primeiro-Ministro, o que a direita quer é flexibilizar a Administração Pública, *para que quem produz mais ganhe mais, quem se esforça mais ganhe mais e quem toma a opção de trabalhar menos tenha a consequência de receber menos!* É isto que é justo, ao contrário do congelamento, que vai atingir todos pela mesma medida: quem trabalha e quem não trabalha, quem produz e quem não produz, quem é eficiente e quem não o é, quem cumpre o serviço e quem não o cumpre! (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 38)
- (140) O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, começou o seu discurso dizendo que havia um conjunto de partidos de direita que admiravam o mercado. Quero dizer-lhe que *faço parte de um partido de direita que admira o mercado*, mas parece que, nesta matéria, o senhor faz parte de um partido de esquerda que admira a direita. Temos um Primeiro-Ministro que gosta muito de se apresentar como grande defensor do mercado, como defensor da livre escolha, da liberdade individual, *mas a verdade é que com as políticas deste governo se cria Estado, mais Estado, cada vez mais Estado e cada vez menos liberdade individual*. (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, pp. 6707-6708)

Para a identificação do partido, contribui igualmente a defesa de algumas das suas causas (principalmente sob a liderança de Paulo Portas): a baixa de impostos e o valor das contribuições, bem como as medidas de combate à evasão fiscal. Em (141), o orador constrói um *ethos* coletivo de seriedade («fizemo-lo de boa fé») e um *ethos* de competência (141a), em oposição à imagem que se constrói do Governo. Repare-se na identificação do orador com o eleitorado do CDS-PP, pela menção «à propriedade e à poupança» (141a), «ao investimento e criação de riqueza», à «extinção dos impostos» no que concerne também à «tributação do património».

- (141) (a) O Sr. **Luís Queiró** (CDS-PP): —[...] O Governo discutiu e acertou com o CDS-PP, nos Orçamentos do Estado para 1996 e 1997, um conjunto de mudanças de fundo na área fiscal, que são de todos conhecidas. [...] *Fizemo-lo de boa fé*, a pensar nos trabalhadores por conta de outrem, nas famílias e nas empresas, *na perspectiva de uma mais justa e equitativa tributação, no reforço das garantias dos contribuintes e na diminuição da pressão fiscal sobre estes, bem como no respeito devido à propriedade e à poupança*. [...]
- (b) Por que é que não foi concluída a integral informatização dos serviços fiscais, *instrumento decisivo de combate à fraude fiscal*? Por que é que não se apostou decisivamente *na reforma da tributação dos rendimentos das pequenas e médias empresas*, no alargamento da progressividade das taxas do imposto sobre o rendimento, bem como na diminuição destas, *medidas fundamentais para a libertação de poupanças destinadas ao investimento e à criação de riqueza*? Concretamente, *no que toca à tributação do património, aquilo que tínhamos em mente era, além da extinção dos impostos de sisa e imposto sobre as sucessões e doações, o alargamento da base tributável em sede de contribuição autárquica, de modo a que mais contribuintes pagassem para que todos pudessem pagar menos. Que sentido faz os portugueses adquirirem a sua casa, tantas vezes para se libertarem do pagamento das rendas aos senhorios e, afinal, continuarem a pagá-las ao Estado sob a forma de elevados montantes de contribuição autárquica?* [...] (DAR, I Série – 97, 1999/06/24, pp. 33-34)

De registar o procedimento de construção identitária no que diz respeito ao plano de redução dos impostos por parte do líder centrista: «*com a autenticidade que o CDS tem na questão fiscal*», que constrói um *ethos* de competência, reforçamos, pelas suas propostas na redução da despesa. Para além apologia pela redução do papel do Estado, de salientar a constante censura implícita aos gastos com os *apparatchik*.

- (142) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] *com a autenticidade que o CDS tem na questão fiscal*, não posso deixar de referir o seguinte, Sr. Primeiro-Ministro: o senhor prepara-se para fazer o segundo aumento do IRS no espaço de seis meses. *Esse aumento vai incidir sobre as deduções com saúde e educação, que, para nós, são despesas essenciais*. Esse aumento, de acordo com o Banco de Portugal — pós-Constâncio, naturalmente —, tem um efeito recessivo sobre a economia. O senhor pretende obter 440 milhões de euros de receita e a boa pergunta, que eu tenho obrigação de lhe fazer aqui, é a seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro considera que esse aumento de impostos é inevitável, como tem sempre dito? É uma fatalidade, como tem sempre dito? Ou considera que há alternativas a esse segundo aumento de impostos, que fará mal à economia? A minha obrigação, Sr. Primeiro-Ministro, é propor aqui um plano de redução de despesas que podem ser reduzidas que torna dispensável esse segundo aumento de impostos. [...] Proponho também que faça um programa de reestruturação e eliminação, se necessário, de institutos públicos — trata-se de 115 milhões de euros —, e não estou a falar nem de hospitais, nem de universidades, nem de politécnicos. [...] Proponho que reduza o número de membros dos conselhos de administração e dos conselhos de gerência das empresas do Estado, do Estado-empresa e do Estado-aparelho — 10 milhões de euros. [...] Proponho que impeça um crescimento não explicado da despesa administrativa, ou seja, que nada tem a ver com prestações sociais, da segurança social — 16 milhões de euros. (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, pp. 24-25)

A construção e a afirmação de uma identidade política é sempre feita em relação a outra (cf. Mayaffre, 2003: 8), e a polarização direita e esquerda atravessa os discursos dos deputados do CDS-PP. De notar como o aparte de Paulo Portas (143) reflete um dos conflitos ideológicos (a clivagem social patrões-trabalhadores ou proprietários-trabalhadores), posicionando-se o orador no espectro ideológico da direita, o que permite uma identificação com o seu eleitorado. Em (144), mobiliza os argumentos do excesso e do falso dilema, de forma a invalidar o ponto de vista do adversário.

- (143) O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — [...] dois terços dos portugueses não verão afetadas as suas deduções fiscais em sede de IRS. Quem verá as suas deduções afetadas são aqueles que ultrapassam o teto e que, naturalmente, são os que têm rendimentos mais elevados.
O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — *São os que mais trabalham!* (DAR, I Série – 81, 2010/07/16, p. 30)
- (144) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Primeiro-Ministro, *com o socialismo é sempre a mesma coisa*. Sabe quais foram as consequências dessa sua reforma fiscal? Foram estas que lhe enunciei! A moral da história, com o socialismo, *é sempre a mesma: os ricos fogem, os pobres pagam!* Convosco, *a moral da história é sempre a mesma!* (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 38)

Pela qualificação, atribui-se um sentido aos factos, uma interpretação das coisas e dos acontecimentos (Meyer, 2018), e a direita não interpreta os factos da mesma forma que a esquerda. O vocabulário tecnocrata da economia é também mobilizado numa ótica ideológica, que acentua a clivagem direita-esquerda (145). O permanente conflito com a esquerda é particularmente visível nas designações e nomeações de intuito polémico (146)-(147).

- (145) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — O maior erro que cometeu foi, em primeiro lugar, o da reforma da segurança social, que foi o primeiro *leasing* económico que fez ao Partido Comunista, e depois, em conclusão, o da reforma fiscal, o da chamada «reforma fiscal». (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 38)
- (146) O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — [...] O seu problema, Sr. Primeiro-Ministro, é que a ilusão está a acabar. O truque foi descoberto e já toda a gente percebeu qual é [...]. O truque chama-se cativações — *austeridade encapotada* — e só mesmo os seus *partenaires* do PCP e do Bloco continuam a fingir-se maravilhados com esse truque. (DAR, I Série – 108, 2017/07/13, p. 48)

- (147) A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — No sétimo cartaz pode ver-se a austeridade à *la esquerda*, em que há um aumento de impostos, a arrecadação da receita fiscal cresceu 3%, e isto à custa, nomeadamente, da taxa sobre os combustíveis. Portanto, é a austeridade à *la esquerda*. (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 22)

Em consonância com a sua ideologia, os políticos de direita fazem valer que a proteção do meio ambiente não deve comprometer o objetivo do crescimento económico. Observe-se, por conseguinte, a insensibilidade e desprezo no tratamento dado às questões ambientais por parte de Pires de Lima (138), designadamente na sua crítica às emissões de dióxido de carbono negociadas para Portugal, impeditivas do crescimento económico, numa época em que as preocupações ambientalistas ainda não faziam parte da agenda de todos os partidos (2006): « *mas confesso que me dá igual os «arrepios» e a «pele de galinha» da esquerda!* ». O orador recorre ao argumento por comparação e fundamenta-se na regra da justiça, utilizando, inclusive, um léxico menos formal («respirar a porcaria»), de forma a melhor persuadir o auditório para o seu ponto de vista. Note-se, por outro lado, a indignação da deputada do PEV, face à diferença de valores evidenciados.

- (148) O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — [...] Uma terceira questão tem que ver com aquilo que o CDS-PP acredita ser, nos dias que correm, um bloqueio sério ao desenvolvimento económico em Portugal! *É um tema que «arrepia» a esquerda— mas confesso que me dá igual os «arrepios» e a «pele de galinha» da esquerda!* —, que é o das emissões de dióxido de carbono. [...] Uma ministra portuguesa [...] negociou para Portugal, no protocolo de Quioto, um máximo de 7 t de emissão de dióxido de carbono por habitante. *Nesse mesmo Protocolo ficou claro que os espanhóis podiam emitir 8,4 t por habitante — mais 20% do que os portugueses; ...*

A Sr. **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): *Está a ver, Sr. Primeiro-Ministro? Assim não dá!*

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — ... que os gregos, que têm um nível de desenvolvimento similar ao dos portugueses, podiam emitir 12 t por habitante —quase mais 70% do que os portugueses; que os alemães e os franceses, que são já países muito desenvolvidos, podiam emitir 11t por habitante! A média da União Europeia é de 10 t por habitante! Esta foi a brilhante negociação que a ministra do ambiente de então, suportada por um secretário de Estado que se chamava José Sócrates, fez em 1996 e que, nos dias que correm, está a submeter a economia portuguesa a um problema sério! [...] *É evidente que a esquerda acha que nós, portugueses, temos a seguinte vocação: respirar a porcaria que os espanhóis, os franceses, os alemães e os gregos produzem e submetermo-nos a um desenvolvimento económico mais baixo do que o dos outros países, porque temos de cumprir metas a que não obrigamos os outros.* [...] (DAR, I Série – 146, 2006/07/13, p. 6710)

A argumentação da direita é baseada na responsabilidade individual tanto no plano social como económico, como já foi referido. A ênfase dos discursos é colocada na iniciativa privada e na criatividade individual, fazendo-se a apologia de uma menor intervenção do Estado nas áreas económicas e sociais.

- (149) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Lembro-me que, quando discutimos a reforma da segurança social, o senhor dizia «os senhores estão com as seguradoras..., os senhores querem enriquecer as seguradoras...», *só porque nós defendíamos a liberdade de os mais novos programarem a sua velhice como entendessem, no público, no privado ou em lugar nenhum.* [...] (DAR, I Série – 103, 2001/06/29, p. 38)

Contudo, se há um âmbito onde a direita exige «mais Estado» é precisamente na manutenção da ordem e da segurança, como ilustra o discurso de Paulo Portas (150). O líder do CDS-PP argumenta persuasivamente com base na dupla hierarquia de valores⁷⁹⁸, mobilizando para tal a figura do quiasmo. Note-se também no discurso a função retórica do pronome pessoal na primeira pessoa do plural («nós polémico»), que não só contribui para a construção da identidade do CDS-PP pelos valores, como, por outro lado, marca a polarização esquerda-direita, condenando os valores da esquerda.

- (150) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — [...] Os senhores passaram meses a debater a polícia e perderam meses no combate ao crime! Mais: *deixaram-se levar pelo complexo de esquerda em relação ao problema da segurança e, durante meses, Sr. Primeiro-Ministro, o que pareceu foi que o adversário era o polícia e não o ladrão, mas para nós o adversário é o ladrão, não o polícia!* (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3336)

Por fim, de mencionar a construção de *ethè* singulares que, identificam, por outro lado, a postura do partido enquanto instância adversária. Referimo-nos, em particular, às semelhantes técnicas de posicionamento dos dois últimos líderes do CDS-PP, no que concerne à encenação, pela provocação e derisão, do contradiscurso aos governos socialistas, e, designadamente, no que respeita à mobilização de argumentos *ad hominem* e ataques à pessoa do líder do Governo (cf. capítulos anteriores), procurando tirar protagonismo ao PSD, pela sua oposição vencida. As estratégias valorizadoras do seu *ethos* político recorrem à ironia e ao implícito no exórdio dos seus discursos.

- (151) O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, de tudo o que o Sr. Eng.º António Guterres fez nos últimos meses *eu só ficava com o cachecol!*
Risos do CDS-PP.
Quanto à sua intervenção, devo dizer que esperava ouvi-lo falar sobre a reforma da segurança social, *mas não disse mais do que banalidades*. No entanto, ouvir-me-á, na intervenção, comentar a reforma que, ontem à noite, praticamente chegou ao fim. Ouvi-o falar da reforma fiscal necessária em Portugal e na minha intervenção ouvir-me-á apresentar o projeto fiscal do CDS-PP, *já que fizemos o trabalho de casa!* (DAR, I Série – 85, 2000/07/01, p. 3336)
- (152) A Sr.ª **Assunção Cristas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer que, hoje, creio que o estado da Nação é de felicidade, é genericamente de felicidade. *Mas essa felicidade, da qual partilho, não tem nada a ver com a sua política, tem a ver simplesmente com a enorme alegria que, ontem, a Seleção Nacional nos deu.*
Aplausos do CDS-PP.
O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Essa foi na trave!
A Sr.ª **Assunção Cristas** (CDS-PP): — *Dito isto, acabaram as boas notícias, em matéria de estado da Nação.* (DAR, I Série – 88, 2016/07/08, p. 20)

⁷⁹⁸ Trata-se de um argumento fundado na estrutura do real, que «consiste em estabelecer uma escala de valores entre termos, vinculando cada um deles aos de uma escala de valores já admitida» (Reboul, 2004:178-179). «Naturalmente, argumentação só funciona se o auditório estiver de acordo com a primeira hierarquia» (*id. ibid.*:180).

3.4 Conclusões parciais

Face aos ataques de que são alvo, os líderes do Governo veem-se obrigados a recorrer a estratégias de reparação da sua imagem. Não obstante a personalidade dos oradores, as técnicas de contra-ataque variam em função da gravidade dos ataques e do estatuto dos atacantes, bem como do momento e das circunstâncias políticas. Na gestão do *ethos* político, os oradores procuram descredibilizar o adversário pela sua incoerência e pelas suas contradições (*ad hominem*), ou pelo seu oportunismo político (*ad personam*), denunciando as suas estratégias e manobras argumentativas. Procuram, por outro lado, persuadir o auditório para a sua pessoa e para as suas razões, intensificando esforços no sentido de mostrar que se é um político credível.

Quando alvo de ataques *ad hominem* e *ad personam*, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva opta pela falsa cortesia e retorque pelo ataque *ad personam*. O humor, que não se evidencia nos discursos inaugurais do Primeiro-Ministro, é construindo e negociado durante a debate, convertendo-se numa estratégia recorrente de contra-ataque que cumpre a função retórica de *delectare*. Numa tentativa de ridicularização, o líder do Governo faz também referência ao estado emocional dos oponentes, procurando destabilizá-los, e, colocando-se numa posição de domínio, constrói um *ethos* de arrogância. Imagem esta também revelada pela mobilização das figuras da apodioxé (na recusa em argumentar com o PCP pelas naturais divergências ideológicas) e da correção, que humilham e descredibilizam os adversários, respetivamente. De evidenciar, como *topos* de contra-ataque, a referência à falta de capacidades intelectuais ou falta de conhecimentos dos oponentes (ou falta de rigor), preventivamente acompanhados de procedimentos atenuadores da ofensa. Constrói ainda um *ethos* de autoridade e arrogância a postura de condescendência revelada nas respostas a alguns deputados que denegriram a sua imagem. De referir também o padrão de refutação dos discursos do PCP, pela mobilização do argumento de culpabilidade por associação, não obstante a contestação dos números suportada em argumentos *ad verecundiam* e a explicação tecnocrata que constrói um *ethos* de competência. A refutação dos ataques visa normalmente o *ethos* do adversário, criando-se uma representação de políticos irresponsáveis, inexperientes, desonestos, oportunistas e sem alternativas válidas à governação, construindo-se por outro lado um *ethos* de autoridade e de liderança. A reparação de uma imagem negativa é ainda feita pela construção de um *ethos* de virtude, pela defesa dos interesses do país.

Na sua resposta ao primeiro ataque do líder da oposição, o Primeiro-Ministro António Guterres demonstra espírito de astúcia ao mobilizar o procedimento da retorsão (técnica a que recorre frequentemente), transformando posteriormente o argumento *ad hominem* que lhe é dirigido em argumento *ad personam*, criando uma imagem de descrédito do adversário pela lição que lhe é dada na sua área de formação (direito), bem como pela acusação de má-fé no ataque. É, aliás, uma forma característica de gerir o seu *ethos* a denúncia da utilização do argumento do espantalho. De referir também denegação das acusações de oportunismo político através de um registo emotivo, deplorando o Primeiro-Ministro certas formas de proceder ao combate político, construindo um *ethos* de humanidade. O ato de deplorar é recorrente como forma de denunciar as estratégias discursivas do PSD e as manobras de diversão do CDS-PP, reparando-se uma imagem negativa pela permanente construção de um *ethos* de seriedade, mantendo-se o Primeiro-Ministro num registo institucional, não se deixando perturbar pela provocação, o que constrói um *ethos* de carácter pela figura da força tranquila. De referir também o humor na refutação dos ataques, como forma de valorização do seu *ethos* político. É ainda um padrão de refutação do contradiscurso do PSD o argumento *tu quoque*, já que é o único partido com experiência no poder. Uma das técnicas argumentativas de António Guterres são as contra-questões que forçam o adversário clarificar a sua posição perante o auditório (no caso do primeiro debate com Marques Mendes) ou que o procuram desorientar, no caso do PCP, levando-se o interlocutor a mostrar pelo discurso a incompatibilidade dos seus princípios ideológicos com a causa defendida, o que constrói um *ethos* de inteligência pela figura da astúcia. Às acusações do PCP sobre políticas «antissociais», António Guterres responde com o argumento de ilustração, que constrói um *ethos* de competência, sendo um dos seus argumentos de ataque ao Partido Comunista o *topos* argumentativo do «mesmo discurso», independentemente das políticas conduzidas. De mencionar também em reação aos ataques do PCP o argumento de culpabilidade por associação. Como forma de inverter uma imagem negativa contruída pela oposição, o Primeiro-Ministro António Guterres mostra-se consciente da realidade, apresenta um *ethos* de moderação e constrói um *ethos* voluntarioso.

O argumento da responsabilidade configura-se na principal estratégia de refutação do Primeiro-Ministro Durão Barroso, que constrói um *ethos* de carácter pela indignação mostrada. De salientar o *pathos* nos seus discursos, revelado pela repetição, pela ênfase e pela sucessão de interrogações, que denegam a responsabilidade por um estado de coisas negativo, imputando-a ao PS, revelando-

se um *ethos* de potência pela veemência demonstrada. Para além da incompetência, o Primeiro-Ministro cria uma imagem de descrédito do Partido Socialista, sendo, por norma, mobilizados contra os seus deputados ataques *ad personam* e *ad hominem*, o que atesta o profundo conflito entre os dois partidos que rivalizam o poder. É também recorrente a denúncia dos expedientes do partido adversário no debate, centrando-se a contra-argumentação na pessoa do adversário e não nos seus argumentos, bem como a avaliação negativa da sua prestação no debate através da modalidade delocutiva, que constrói um *ethos* de autoridade. Tal como os seus predecessores, mobiliza o argumento de culpabilidade de associação no contra-ataque ao PCP, numa estratégia de envenenamento do poço, e procede também ao contraquestionamento, demarcando-se claramente da ideologia comunista. Já face à recente formação política do BE, Durão Barroso não contesta as acusações, preferindo atacar o *ethos* do líder do partido e ridicularizar as suas pretensões, através de uma postura de condescendência, que constrói um *ethos* de autoridade e de arrogância. O BE é apresentado como um partido irrelevante, com pouca representatividade, que não pode ser levado a sério, tanto pela inexperiência quanto pela sua ideologia radical de esquerda. Como forma de reparação da sua imagem ao longo dos debates, o Primeiro-Ministro mostra-se consciente dos problemas e apresenta uma postura de compromisso, construindo um *ethos* de agente e de competência, pelo argumento do mérito, sendo particularmente importante na gestão do seu *ethos* o discurso de justificação com recurso ao argumento do peso das circunstâncias. Pela denegação das acusações de arrogância e de falta de consideração pelas instituições democráticas, o Primeiro-Ministro constrói um *ethos* de potência, mobilizando o *distinguo* e mostra, pelo contrário, uma postura de firmeza e combate aos interesses instalados, construindo um *ethos* de virtude e de liderança, pela figura do líder soberano.

A dimensão de confronto é intensificada pela coconstrução da agressividade na interação nos debates com o Primeiro-Ministro José Sócrates, que se mostra particularmente reativo aos ataques da oposição bem como às suas constantes provocações (inclusive em interrupções não autorizadas). Revela um *ethos* fortemente emocional, com emoções da ordem da irritação, que favorecem a mobilização de ataques *ad personam*, apresentando o insulto (realizado, por norma, pelo procedimento da transferência de atribuição) e as interjeições um carácter refutativo. De salientar como *topos* discursivo a mobilização da apóstrofe que revela a personalização do conflito. Relativamente ao contradiscurso do PSD, o argumento *ad hominem*, na variedade *tu quoque*, e o

procedimento da retorsão revelam-se as principais estratégias de refutação, bem como o julgamento negativo do contradiscurso dos seus deputados, pela denúncia dos estratagemas discursivos, sendo este um procedimento utilizado também na contestação da argumentação do CDS, construindo o orador um *ethos* de seriedade. Já os argumentos do excesso e do espantinho configuram o padrão refutativo do contradiscurso do PCP. Relativamente aos contundentes ataques do BE, a indignação configura-se como a principal estratégia de refutação, que visa reverter uma imagem de descrédito, procurando-se impor, ao contrário, um *ethos* de virtude, fazendo o orador mostrar de *ethos* de carácter e também de arrogância pelos atos diretivos mobilizados. A argumentação é caracterizada por um aumento de tensão emocional, com mobilização de ataques *ad personam*, sendo a antanáclase um dos recursos retóricos para os efetuar. É também usual o argumento de definição, como suporte dos ataques ao adversário, que constrói um *ethos* de autoridade. Procurando inverter uma imagem negativa, o Primeiro-Ministro mobiliza igualmente o *distinguo*, que constrói um *ethos* de liderança. A reparação de uma imagem de incompetência é feita, por norma, com recurso ao argumento de ilustração, que evidencia a obra feita (inclusive no âmbito social), suportando-se o orador na autoridade dos números, sendo também esta a principal forma de contestar as acusações da esquerda acerca das políticas contrárias aos valores socialistas.

Igualmente o argumento *ad hominem* se consubstancia na estratégia de contra-ataque de Pedro Passos Coelho ao PS, a par do argumento de responsabilidade. Sobretudo, reveste-se de uma particular importância no seu discurso o argumento da justificação consistente, que sublinha as condicionantes das condições exteriores adversas e justifica as medidas de austeridade. O orador constrói um *ethos* de moderação, pela forma como contesta a argumentação dos adversários, e constrói um *ethos* de carácter pela figura da força tranquila, ao deplorar as insinuações de má fé por parte dos partidos de esquerda radical. O argumento das consequências negativas configura-se num meio de persuasão para a prossecução das políticas de austeridade, e o recurso à ironia agressiva e ao absurdo estratégias de invalidar os ataques do PEV e do BE, sendo também uma forma de demarcação das políticas e propostas dos partidos mais à esquerda. Configura um outro meio de refutação a esses partidos a argumentação que faz apelo ao valor da democracia (pelo poder que detém através do sufrágio universal), como meio de legitimação de uma posição política, bem como o argumento *ad populum* como forma de envenenar o poço em virtude da sua ideologia radical. Como forma de inverter a imagem negativa que lhe é atribuída pela esquerda, o Primeiro-Ministro procura

construir um *ethos* de virtude e de seriedade, denegando as acusações que lhe são feitas, e constrói um *ethos* consciente, ao mostrar-se ciente dos problemas do país. A valorização de si é feita pela construção de um *ethos* de agente, na afirmação das políticas neoliberais que convictamente defende como serem a melhor forma de fazer prosperar o país, apresentando-se fiel aos seus princípios ideológicos. Pedro Passos Coelho mobiliza também como estratégias refutativas o *distinguo*, assim como o argumento do mérito, que visa construir um *ethos* de competência.

Ora, o argumento do mérito configura uma das formas da argumentação de António Costa, assim como o argumento comparativo que valoriza o seu executivo face ao antecessor, apoiado na autoridade das estatísticas oficiais. A refutação do contradiscurso do argumento do PSD convoca o argumento da responsabilidade. Face aos ataques agressivos da direita, a estratégia do Primeiro-Ministro passa por manter um registo cortês ou humorístico, mostrando uma posição de domínio, que constrói um *ethos* de liderança e autoridade.

No que respeita à secção posterior, observámos os tipos de imagens de *ethè* que os oradores desejam projetar ou que projetam pelo discurso de descrédito. Relativamente ao *ethos* de credibilidade, verificámos a preocupação por parte dos partidos do Governo em reverter uma imagem negativa, pela construção de um *ethos* de seriedade e de virtude, afirmada, sobretudo pelo discurso, sendo um ponto de honra a imagem de seriedade advogada pelos parlamentares dos partidos mais à esquerda (sem responsabilidades governativas, relembre-se), que afirmam a sua recusa em participar em debates demagógicos. Já a construção de um *ethos* de competência se faz através de diferentes estratégias consoante se é do Governo ou da oposição, ou ainda de um partido sem vocação governativa, como é o caso dos parlamentares partidos da extrema esquerda, que constroem uma imagem de competência quer pela mostra de conhecimentos no tema em debate, convocando argumentos de causalidade e de sucessão, num plano *ad rem*, quer pela referência à antecipação dos problemas, quer pela menção a propostas concretas alternativas. Da parte dos partidos da oposição com responsabilidades governativas em anteriores executivos, a imagem de competência é inversamente proporcional à representação que é feita do Governo, com recurso a argumentos de ilustração, argumentos comparativos, evidenciando-se os resultados pelos números. Reveste-se também de extrema importância no debate os *ethè* de identificação, que, de forma mais subjetiva, permitem a identificação com o eleitorado. Relativamente ao *ethos* de inteligência, que

enforma *ethè* singulares, de mencionar a figura do homem de cultura pelas citações, que surgem, sobretudo, nas intervenções de fundo dos parlamentares, bem como a astúcia argumentativa de políticos de todas as bancadas parlamentares, designadamente pelo recurso ao humor e à ironia, bem como pelas técnicas argumentativas da retorsão e invalidação dos discursos adversários. De salientar ainda nos discursos o recurso às figuras de retórica que valorizam os *ethè* dos oradores, pela eloquência de que fazem prova. Contrariando a doxa, a construção de um *ethos* de solidariedade não é exclusiva dos partidos de esquerda (como parece ser o *ethos* de humanidade) consubstanciando igualmente argumentações do PSD e do CDS-PP, que, num apelo ao *pathos*, constroem uma representação de insensibilidade dos Governos do PS, evidenciando a traição aos seus valores. O *ethos* de potência surge associado a manobras de desestabilização, não sendo particularmente expressivo no *corpus*, contrariamente ao *ethos* de carácter, demonstrado na veemente refutação dos argumentos do adversário e denegação das acusações. O *ethos* de arrogância é visível em todos os debates. Mobiliza frequentemente atos diretivos e ataques diretos *ad personam*, ou pode, por outro lado, ser construído através de uma argumentação pautada pela falsa cortesia e pela condescendência, fazendo-se mostras de uma autoridade legitimada pelo poder. De salientar também a arrogância do lado do contrapoder, designadamente por parte do PEV e do BE, que apresentam uma pretensa superioridade moral na construção de uma imagem que visa denegrir o Governo pela sua falta de seriedade, apresentando-o ao serviço de interesses contrários aos dos portugueses. O *ethos* de denúncia é, pois, um dos tipos de *ethè* mais evidenciados nos debates, que constrói, contrariamente ao alvo do ataque, um *ethos* de seriedade e de virtude. Principalmente por parte do espectro político mais à esquerda, o *ethos* combativo, associado também a um *ethos* de rutura, atravessa toda a cronologia, fazendo-se a apologia de uma forma alternativa de governar, rejeitando-se um atual estado de coisas. Denota, sobretudo, motivações ideológicas. Já o *ethos* polémico, que evidencia igualmente as naturais clivagens entre os partidos, mais acentuados nos polos do espectro partidário, mas que denota também razões instrumentais, é mostrado de forma permanente nos debates, recorrendo-se à dramatização dos discursos num registo patémico, que mobiliza variados recursos retóricos, bem como enunciados agressivos. A sua variante de provocação revela, sobretudo, estratégias de posicionamento pela encenação de uma postura contra que mobiliza enunciados geralmente ofensivos, com o intuito de fazer o adversário perder a face. O procedimento é representativo da imagem de determinados oradores das várias bancadas parlamentares, à exceção, talvez, da bancada comunista, salientando-se a eficácia (e a agressividade)

do procedimento por parte do deputado Paulo Portas e por parte dos deputados do BE. A convocação de uma argumentação periférica constrói também um *ethos* demagógico e populista, de desígnio manipulatório, que diaboliza o adversário, denotando-se uma clara estratégia de posicionamento. Se o *ethos* patriota é afirmado de forma explícita no discurso por parte dos parlamentares do PCP e conforma uma estratégia identitária, a sua construção por parte da coligação PCD/CDS obedece a uma razão instrumental, como forma de persuadir à continuação das políticas de austeridade pelo apelo à nossa identidade coletiva. Já a democracia se consubstancia num valor transversal a todas as bancadas parlamentares, sendo objeto da argumentação dos parlamentares da esquerda que deploram e acusam a traição aos seus valores por parte da direita. Por seu turno, os deputados da direita constroem um *ethos* democrata pela afirmação da defesa da pluralidade de visões partidárias e ideológicas, bem como pela asseveração do respeito pelas instituições democráticas e defesa da Constituição. Procurando legitimar a sua pretensão ao poder, os líderes da oposição constroem um *ethos* de liderança (e de rutura com o atual modelo de governação), procurando destacar as qualidades que subtraem aos atuais líderes do Governo, fazendo uso de procedimentos agressivos e recorrendo a uma enunciação elocutiva, que pretende construir uma imagem de autoridade. Mais do que diferendos ideológicos, a construção do *ethos* de liderança faz-se sobretudo pelo ataque ao *ethos* do adversário. De referir, por fim, o que designamos por *ethos* carismático, tendo reconhecido a Paulo Portas um lugar proeminente nos debates não só pela capacidade comunicativa e de argumentação, revelada pelo tipo de argumentos que persuasivamente aliam o plano do *logos* ao *pathos* e ao *ethos* na conquista da adesão do auditório para o seu ponto de vista (não necessariamente para a verdade), como pela eloquência que mobiliza diversas figuras de retórica que contribuem à persuasão e à valorização do seu *ethos* político.

Relativamente aos aspetos identitários revelados pela argumentação de descrédito na última secção, observamos a sua forte presença e o seu reforço nos anos de crise económica. No que se refere aos partidos do espectro político da esquerda, que apresentam uma identidade marcadamente ideológica, de destacar os *ethè* de solidariedade, e também de virtude e de seriedade. Constrói um *ethos* de denúncia e de luta o Partido Comunista, através da dramatização discursiva, que mobiliza procedimentos de amplificação, para além da metáfora e da hipérbole, recursos retóricos de eleição. O partido «Os Verdes», que mostra ostensivamente a sua identidade pelo discurso de forma a marcar a sua autonomia relativamente ao PCP, apresenta um *ethos* vigilante e

combativo e gere a sua imagem através de uma ironia militante (comum também ao BE), utilizando um discurso polémico marcado pela agressividade e pela provocação, que parece obedecer a uma estratégia de singularização partidária. Por sua vez, o Bloco de Esquerda afirma-se discursivamente como um partido de contrapoder, através da assertividade dos seus ataques contundentes e impiedosos, sendo a figura da provocação, a ironia e o recurso ao absurdo estratégias características da sua contra-argumentação, que constroem não só um *ethos* combativo, pela figura da denúncia, como também uma imagem de irreverência e de arrogância. O CDS-PP constrói a sua identidade através de uma forte oposição ao Governo, caracterizada por uma veemente contra-argumentação, marcadamente polémica e provocadora, com apelo a valores ideológicos de direita no campo dos costumes (o valor da família, a condenação da interrupção voluntária da gravidez), vincando a sua orientação liberal no âmbito económico. Constrói um *ethos* de carácter e de competência pela apresentação das suas propostas em consonância com os valores que defende e pelos quais se bate (de salientar a bandeira da redução dos impostos), através de um discurso persuasivo para o qual contribuem os procedimentos retóricos que caracterizam os seus discursos e que denotam o capital cultural dos seus deputados. No que respeita aos partidos que alternam o poder, para além dos aspetos ideológicos que os diferenciam e que constroem a sua identidade, designadamente a defesa do Estado social, a modernização dos serviços públicos, a prioridade dada à educação e a valorização do trabalho, bem como a conquista da modernização, que atravessam os discursos de refutação do PS; ou os valores identitários da família e, por outro lado, a importância concedida às políticas liberais, advogando-se uma menor intervenção do Estado nas políticas sociais e económicas e uma maior atenção às pessoas, e não às instituições, por parte do PSD, a estratégia de legitimação dos dois partidos faz-se pela construção de *ethè* de credibilidade e competência, inversamente à representação negativa do adversário. Procura-se a afirmação de uma identidade pela vocação em ser Governo, não se abdicando, no entanto, dos valores identitários, pelo menos nos discursos (não nos referimos à efetiva ação política). Contrariando, por conseguinte, uma tese da diminuição do carácter ideológico dos discursos, a argumentação no *debate sobre o estado da Nação* mostra diversos imaginários sociodiscursivos e argumentários que afirmam e consolidam identidades e permitem reconhecer as diferentes forças partidárias.

Na argumentação agonal que caracteriza o debate político e o *debate sobre o estado da Nação*, em particular, o assunto em questão nem sempre é o objeto do conflito, o foco da argumentação é frequentemente transferido para o adversário, o alvo a abater. O estudo das estratégias argumentativas de persuasão e de descredibilização mobilizadas pelos oradores no contradiscurso e na sua refutação, no *corpus* de debates que selecionámos, permitiram mostrar a forma como os oradores gerem a sua imagem e qual o *ethos* político que constroem pelo seu discurso. Gostaríamos, por conseguinte, de proceder a algumas considerações sobre os resultados do nosso estudo, destacando os contributos da nossa análise para os estudos da argumentação e do discurso parlamentar, em particular, bem como mencionar perspectivas futuras para investigação.

Ao pretendermos estudar a gestão do *ethos* político através da análise do discurso de descrédito e de desqualificação considerámos, naturalmente, a dimensão interaccional do debate, já que cada orador se ajusta ao discurso prévio e às reações do outro, construindo uma imagem de si que revela uma permanente gestão coletiva. Por outro lado, os meios que a instância adversária emprega para conseguir uma representação desvalorizadora do executivo e os métodos de refutação utilizados pela instância política para destruir o adversário, procurando ser bem-sucedidos na gestão conjunta da imagem do grupo partidário que representam ou do Governo que integram, respetivamente, pertencem ao domínio da retórica, no seu sentido lato, «considerando-se para cada questão o que é adequado para persuadir» (Aristóteles, 1355b, I, cap. 2). A valorização da dimensão persuasiva do discurso, bem como a atenção concedida ao auditório (Perelman & Olbrechts-Tyteca, [1958]), conciliou os estudos da retórica com os estudos da argumentação, contemplando-se a argumentação como um raciocínio persuasivo, considerando-se os aspetos pragmático e comunicacional dos discursos.

Considerando que a finalidade persuasiva do discurso parlamentar não tem uma vocação consensual, como já foi referido; pelo contrário, os meios pelos quais o confronto fortemente ritualizado se estabelece visam aprofundar o dissenso, a retórica ocupa um lugar preponderante na dimensão polémica dos discursos. Neste sentido, e tomando a palavra agonal no contexto do *debate sobre o estado da Nação* na sua finalidade persuasiva – de impor uma visão, uma perspetiva, um ponto de vista, por um lado, e, por outro, de eliminar o adversário, procurando triunfar no debate – a argumentação no discurso, numa perspetiva de análise pragmático-retórica, no quadro da AD, afigurou-se-nos pertinente para o estudo das estratégias argumentativas de descrcredibilização e persuasão no *debate sobre o estado da Nação*, considerando-se a articulação entre os planos do *logos*, do *ethos* e do *pathos*.

Previamente à análise do discurso de descrédito, caracterizámos o género do *debate sobre o Estado da Nação*, referindo a situação de comunicação, descrevendo a sua estrutura convencional e os seus princípios organizadores, bem como apontámos as particularidades do género. Procedemos, seguidamente, à análise no nosso objeto de estudo, tendo privilegiado a parte oratória dos discursos, consagrando uma parte significativa da análise aos aspetos estilísticos e retóricos ausentes na generalidade das investigações sobre o discurso parlamentar português.

No primeiro capítulo da terceira parte da tese – *A palavra persuasiva* –, abordámos os tropos, as figuras de estilo e de retórica (e de dialética), tomando-as enquanto figuras do (contra)discurso, isto é, analisando a sua funcionalidade nos discursos de ataque e contra-ataque das instâncias adversária e política. Verificámos que a seleção das figuras que visam a adesão ao ponto de vista do orador excede as figuras tradicionalmente analisadas no âmbito do discurso político. Por conseguinte, identificámos nos discursos as figuras referenciadas nos tratados de retórica (em número aproximado de setenta) e procedemos à sua inventariação através de exemplos ilustrativos. Procurámos revelar o seu valor pragmático-retórico e mostrar quais as figuras que geraram maiores efeitos de sentido. Ainda que apresentem uma função estética e retórica (no sentido restrito da palavra), que atesta a eloquência dos oradores e se consubstanciam como um recurso de valorização de si, as figuras encontram-se, sobretudo, ao serviço da polémica contribuindo para o agravamento dos ataques e para a consequente desvalorização do adversário. De salientar a sua utilização

estratégica nos enunciados breves que se configuram em *soundbites*, com um claro intuito de visibilidade mediática, estando também ao serviço de uma estratégia de encenação política.

A análise demonstrou que, para além da sua função de ornamentação – não negligenciável, sublinhe-se, pela sua função sedutora –, algumas figuras desempenham um papel na estruturação dos discursos, destacando-se a antítese e o paralelismo enquanto marcadores de oposição. Apresentam em graus variáveis uma função argumentativa, ou conferem força aos argumentos, situando-se, portanto, entre os planos do *pathos* e do *logos*. Este aspeto foi observado nas figuras de palavras, designadamente de ritmo e de som, abundantemente utilizadas pela harmonia que conferem aos enunciados, cuja sedução da forma se alia a uma função argumentativa, em razão da sua força persuasiva, sendo inclusive suporte de argumentos de dissociação ou de reorientações argumentativas, como foi demonstrado pela utilização do poliptoto e da derivação. Em virtude do carácter de confronto das interações, destacaram-se na análise as figuras de oposição e contradição, do domínio do *logos*, que refutam e desorientam o discurso, tais como a diáfora, a antanáclase, bem como a paradiástole, o quiasmo e a antimetábole, o paradoxo e o oxímoro, como resultado de uma escolha planificada com vista a sustentar um ponto de vista antagónico e a triunfar face à perspectiva adversária.

No que concerne às figuras da escolha, que se encontram no *corpus* ao serviço da polémica, evidenciou-se o recurso à ironia como estratégia de ridicularização e de destruição do discurso do adversário, sobretudo com o propósito de atingir o seu *ethos*, configurando um dos *topoi* de ataque de alguns oradores e bancadas parlamentares, como sejam as do PEV e BE, cuja identidade discursiva se constrói também por uma ironia militante. A figura apresenta um forte valor argumentativo, em razão das evidências contextuais irrefutáveis nas quais se sustenta, configurando uma forma eficaz de invalidação do discurso do outro; é mobilizada em variados graus de agressividade, inclusive na sua forma sarcástica e de derisão, sendo utilizada não raras vezes numa redução ao absurdo. A atestar o seu valor perlocutório, registam-se os risos dos parlamentares na Assembleia da República. Ainda no que se refere às figuras da escolha, com uma função cognitiva, comprovámos o poder persuasivo e argumentativo da metáfora, figura de privilégio no discurso político e no *debate sobre o estado da Nação*, que reforça a perceção da mensagem transmitida e impõe um sentido (negativo) ou uma perspectiva frequentemente

ideológica ou partidária. Referenciámos, pois, os principais domínios cognitivos da metáfora que se prendem com o ataque ao Governo e com o resultado da sua ação política (deixando de lado as metáforas do discurso económico já amplamente analisadas no discurso político português), designadamente as metáforas religiosas, que estabelecem analogias com aspetos ideológicos dos partidos; as metáforas náuticas, que encaram o executivo ou o país como uma embarcação à deriva ou à beira de um naufrágio; as metáforas do domínio da condução, referentes às medidas governativas do âmbito da economia; as metáforas do domínio da doença e da morte, fazendo-se persuasivamente a analogia com um governo em situação crítica. Ainda que a análise não seja quantitativa, foi possível verificar a preferência dos oradores pelas metáforas do âmbito do jogo e das competições desportivas, principalmente do domínio do futebol (desporto de eleição do nosso país), o que testemunha um propósito de sedução do auditório (alargado) através de uma tentativa de identificação com os portugueses. A conviência com o auditório é igualmente feita pela clarificação dos conceitos e pela orientação de perspetivas através das abundantes expressões lexicalizadas de valor metafórico, utilizadas por todas as bancadas parlamentares e, em especial, pelos oradores do PCP, bem como pelo recurso ao implícito, que serve de base a variadas figuras de retórica para além da alusão, como sejam a antonomásia e a perífrase (também usadas num registo humorístico), e a ironia, já referida, numa dimensão polémica. Ainda com uma clara intenção polémica, de referir o uso da personificação, atribuindo-se características humanas negativas a entidades institucionais ou financeiras e também a Portugal, de utilização preferencial por parte do BE. Também a comparação e o símile, que apresentam frequentemente um valor ilustrativo e, inclusive, uma função lúdica, se afiguraram como recursos reforçadores da polémica pela tensão que estabelecem; no *corpus* expressam, sobretudo, uma avaliação acerca da atitude dos partidos ou do Governo.

Observámos que uma das estratégias frequentes do contradiscurso recorre a atos de denúncia, num registo de indignação que mobiliza figuras de amplificação e acumulação, tais como a metábole, a enumeração (que sustenta frequentemente o argumento por ilustração) e a gradação, que aumentam a força expressiva dos enunciados. O aspeto figural do debate está subordinado, em grande parte, não apenas à polémica, mas a uma dimensão polémica *ad passiones*, sendo os sentimentos veementemente manifestados através dos procedimentos retóricos. De sublinhar, por conseguinte, no plano do *pathos*, o uso intensivo da hipérbole cuja força argumentativa contribui

para reforçar as crenças, integrando a dramatização dos discursos, designadamente por parte dos grupos parlamentares do PCP e PEV, sendo a sua utilização particularmente expressiva na atualização da ironia. O efeito patémico dos discursos é igualmente conferido pela anáfora, que evidencia um tema através de um poderoso efeito rítmico e apresenta, frequentemente, uma função arquitetural ao reforçar a coesão formal do texto; é uma das figuras que mais contribui para a retorização dos discursos, pela facilidade com que é utilizada por parte de todas as bancadas parlamentares. Concluímos acerca da importância das figuras que mostram as emoções dos oradores e que visam suscitar a indignação no auditório, designadamente a exclamação, a interrogação e as figuras da repetição, assaz representativas no *corpus*; não só tornam presentes à consciência o objeto do discurso como apresentam uma orientação persuasiva do assunto em questão, revelando uma função de focalização e substituindo-se, por vezes, à apresentação de outros argumentos. Do mesmo modo, se verifica o recurso à indignação por parte da instância política e seus apoiantes, sobretudo, nos discursos de refutação e de denegação da responsabilidade por um estado de coisas negativo, sendo de uso frequente a ênfase, numa construção de clivagem.

Revelaram-se igualmente pertinentes na gestão do *ethos* dos oradores a utilização da lítotes e do eufemismo, assim como as figuras de enunciação e dialética, pela sua função no trabalho de figuração, ao serviço da proteção das faces ou da atenuação de potenciais atos ameaçadores das faces, perfazendo um modo de negociar a distância entre o orador e o interlocutor/auditório. Aliás, estas figuras de pensamento revelaram-se de um interesse acrescido na análise pelas intenções mais ou menos manipuladoras que lhes subjazem, comprovando o carácter de astúcia do discurso antagonista. Referimo-nos especialmente às figuras de retórica argumentativa, de uso diferenciado por parte dos partidos políticos, tais como a interrogação retórica, que implica o outro através da sua orientação alocutiva, apresentando, portanto, uma força interativa ao evidenciar um argumento sob a forma interrogativa; a preterição, que, de forma dissimulada, insiste na evidência do que se apresenta; a precaução oratória, que, no *corpus*, evidencia, sobretudo, uma preocupação em construir um *ethos* democrata; a prolepse, que refuta antecipadamente o discurso e é sobretudo utilizada pelos partidos da extrema esquerda; a concessão, mobilizada recorrentemente pela direita e que, no *corpus*, intensifica a crítica, sob uma capa de moderação; a correção, que se alia frequentemente à ironia para desclassificar o oponente; a apodioxé, figura do contradiscurso, que consubstancia um ataque explícito ao adversário, recusando os seus argumentos em virtude da sua

impertinência; a aposiopese, cuja força argumentativa advém do que não é dito e que se implica; o dialogismo, que ilustra persuasivamente o argumento; a subjeção, que imprimindo um dinamismo ao discurso tanto apresenta uma função de tematização como desarma o adversário; a parêmbola, que, como demonstrou Ilie (2010a), cumpre uma importante função na construção da identidade política, sendo os comentários avaliativos dos planos do *pathos* os mais expressivos no nosso *corpus*.

Concluimos que a seleção das figuras, que confere um determinado tom ao discurso, sendo um elemento manifesto do estilo do orador, está relacionada com o tipo de persuasão visada (envolvida) e condicionada quer pelo papel e estatuto dos oradores quer pela situação de comunicação. Contudo, porque dão forma às ideias e às ideologias, as figuras não contribuem apenas para a singularidade discursiva dos oradores, elas revelam o estilo do próprio grupo partidário e permitem uma distinção da identidade política à semelhança do léxico utilizado e da escolha do tipo de argumentos.

Através da nossa análise da *Palavra persuasiva*, juntamo-nos aos especialistas que consideram que o aspeto figural do discurso não se prende apenas com a ornamentação, sendo antes consubstancial à própria enunciação, podendo as figuras de retórica surgir, de forma consciente ou inconsciente, no momento da produção dos discursos. Consideramos, pois, com Bonhomme ([2005]) que as figuras do discurso são indissociáveis da argumentação dialética, apresentando-se persuasivas na sua essência. A sua utilização configura igualmente um meio de gestão do *ethos* político, acrescentamos.

Para tentar fazer admitir um discurso, os parlamentares recorrem a (boas) razões, que não se limitam ao domínio do *logos*, fazendo também apelo ao *pathos*. Obedecendo a uma lógica de destruição da posição adversária, a argumentação visa, fundamentalmente, o *ethos* do outro. No segundo capítulo – *A retórica do conflito* – recenseámos os esquemas argumentativos que atualizam o desacordo e configuram o descrédito do adversário, conferindo um especial destaque aos argumentos do discurso político.

Se bem que certas tipologias de argumentos se configurem em *topoi* discursivos de determinados partidos, revelando-se constantes ao longo da cronologia, como é o caso da argumentação pelo efeito, dos argumentos pela causa e pela ilustração, utilizados pelo PCP; ou da argumentação *ad absurdum*, do argumento pragmático e do argumento causal, utilizados pelo BE; da argumentação *a*

pari, de acentuado pendor ideológico característico do BE, PEV e PCP (sendo utilizada também pelo partido do polo oposto, CDS-PP); do argumento do envenenamento do poço mobilizado recorrentemente pelo PSD e CDS-PP; ou dos argumentos de culpabilidade por associação utilizados, sobretudo, por estes dois partidos, relativamente ao Partido Comunista; certo é que os diferentes esquemas e estratégias argumentativas são mobilizados pelos partidos com vocação governativa em consonância com o seu papel no debate (Governo ou oposição), sendo igualmente condicionadas pela alianças governativas, pelo período legislativo (proximidade ou não de eleições) e pelo momentos e circunstâncias políticas. Neste sentido, os partidos no poder (PS e PSD ou PSD/CDS-PP) recorrem, por norma, ao argumento do mérito, apoiado no argumento de ilustração, refutam as acusações pelo argumento da responsabilidade, justificam as opções políticas pelos argumentos de justificação consistente e peso das circunstâncias e objetam pelo argumento de dissociação ou recorrem ao *distinguo*. Já enquanto oposição recorrem ao argumento da sorte, ao argumento pragmático, à argumentação pelo efeito, e também ao argumento pela ilustração, que é igualmente mobilizado pelo executivo em funções, conjuntamente com os argumentos pelo exemplo e *ad comparatione*. De referir também o argumento do terceiro excluído, no apelo a uma alteração de Governo, diabolizando-se o executivo e ignorando-se os outros partidos com assento parlamentar.

Na retórica política os argumentos de causalidade tomam um lugar de privilégio, sejam eles referentes às causas ou aos efeitos, tendo sido este mesmo aspeto confirmado através da análise. De salientar os subtipos de argumentos pelas consequências negativas mobilizados pelo executivo como forma de persuasão à continuação das políticas de austeridade de modo a cumprir o Memorando da troika: o argumento do perigo iminente, o argumento do efeito nefasto, o argumento do risco. Regista-se igualmente a seleção de argumentos de sucessão, designadamente o argumento de direção e o argumento do desperdício, bem como o argumento do exemplo e o apelo *at metum*. Do lado dos partidos do espectro político mais à esquerda, de referir os argumentos do efeito perverso, o argumento pelo efeito, a argumentação pela causa, assim como o apelo *ad populum* (de uso constante também pelo CDS) e apelo *ad misericordiam*, que constrói um *ethos* solidário e visa criar uma representação de insensibilidade do Governo. Igualmente da ordem do *pathos*, com um claro intuito de descredibilização do executivo, se regista o argumento *ad nauseam* que se limita a martelar o mesmo argumento através de procedimentos de amplificação, apresentando um

poderoso efeito de presença. Revelou-se ainda expressivo no *corpus* o argumento da incompatibilidade, *topoi* de ataque ao PS, tanto por parte da direita como da esquerda, de modo a mostrar-se inconsistência das políticas socialistas com os valores de defesa do Estado social. Curiosamente, na XIII Legislatura, sob a liderança de António Costa, o argumento consubstanciou-se como umas das formas de eleição de ataque do PSD e CDS-PP aos partidos da esquerda em virtude do seu apoio parlamentar ao executivo socialista. De referir que o argumento de incompatibilidade não é mobilizado pela esquerda, sendo, pelo contrário, um dos *topoi* de ataque à direita a subordinação das suas decisões políticas ao cânon ideológico do neoliberalismo.

A análise revelou também a recorrência dos argumentos de autoridade, não tanto pelas citações de autor, que constroem um *ethos* culto, mas pela convocação das palavras de entidades ou personalidades de prestígio com ligações ao adversário, de forma a invalidar qualquer contestação adversária. Contudo, o argumento *ad verecundiam* com recurso aos números estatísticos tanto do insucesso (no contradiscurso) como do sucesso (na refutação do contradiscurso), sustentado na autoridade de instância credíveis, é prevalecente face a todos os outros, em conformidade com a época atual de quantificação da ação política. Confirma-se, assim, o postulado por Marchand (2010), o número é utilizado como modalização discursiva. Opor-se ao adversário não significa apenas apresentar alternativas, os números negam a pertinência do que é apresentado pela parte oponente, e colocam em evidência a realidade. Podemos até afirmar que a argumentação retórica se reduz relativamente à linguagem tecnocrata de dominante económica. Este aspeto é especialmente visível nos partidos do arco da governação, cujo discurso pragmático da eficácia se substitui ao ideológico, parecendo configurara a principal estratégia de legitimação. Por outro lado, a argumentação nos polos do espectro partidário permanece de pendor fortemente ideológico, apelando-se à memória partidária, sacralizando-se os valores e designando-se os alvos de ataque. Naturalmente, a seleção de argumentos revela também a eloquência dos oradores, sendo distintiva de um estilo discursivo, como sejam a definição oratória e o argumento *a simili*, um dos procedimentos mais acutilantes no debate.

Se a divisão de valores mobiliza diferentes tipos de argumentos, registando-se uma clivagem ideológica entre os partidos de direita e da extrema esquerda, esta acentuou-se nos anos de crise económica e social, como observado no *corpus* de análise, através de uma argumentação *ad*

passiones, mobilizada pelo PEV, PCP e BE, em particular, cuja expressão das emoções revelam a avaliação de um juízo de valor, bem como fortes convicções, transformando-se o adversário no inimigo. Ainda que os diferendos ideológico-partidários sejam objeto da contra-argumentação dos partidos do centro que disputam diretamente o poder entre si (PS e PSD), designadamente na defesa de uma maior ou menor intervenção do Estado nas áreas económicas e sociais, o confronto ultrapassa o conflito de interesses ideológicos e prende-se preferencialmente com o *ethos* do outro. Neste sentido, a argumentação desloca-se do assunto em questão, isto é, da argumentação do adversário, para se concentrar no próprio adversário. O argumento *ad hominem* é uma constante no ataque recíproco entre os dois partidos, destacando-se as variedades *tu quoque* e o argumento *culpabilidade por associação*, como procedimentos de refutação. Se salientar ainda o «golpe brilhante» da retorsão, que atesta a habilidade argumentativa dos oradores. Omnipresentes no *corpus* e mobilizados pela generalidade dos parlamentares, regista-se a variedade *ad hominem* do tartufo (e, menos recorrente, a girouette), bem como o argumento do espantalho, que deforma o discurso do adversário, facilitando a sua contestação.

Chegados ao último capítulo – *A gestão do ethos* – observámos como é negociada a distância com o outro, ou seja, procurámos demonstrar as quais as estratégias que instância política e instância adversária adotam de modo a conseguir a adesão do auditório (alargado) ao seu ponto de vista e de que forma os procedimentos retórico-discursivos mobilizados constroem o *ethos* do orador.

Na secção 3.1 – *As imagens de si e do outro* – a análise revelou que as estratégias adotadas pelos líderes do Governo para refutar os ataques do adversário pretendem reverter uma imagem de incompetência e de descrédito, pela recorrência às mesmas tipologias de argumentos, não só no que respeita à valorização de si e do seu Governo, mas também nos esquemas argumentativos utilizados no contradiscurso relativamente a alguns partidos, ainda que se tenham verificado técnicas argumentativas identificativas de um estilo próprio, como foi assinalado. Configuram, pois, *topoi* de contra-ataque ao Partido Comunista o argumento do excesso, descredibilizando-o pelo seu discurso expectável e reduzindo-o o seu discurso a um «slogan» ideológico, e os argumentos de culpabilidade por associação e do espantalho, bem como a técnica de envenenar o poço, procurando-se criar uma imagem de radicalismo contrária às aspirações da maioria dos portugueses. Técnica esta usada também relativamente ao Bloco de Esquerda, cujos ataques contundentes e crispados provocam

uma refutação radical, realizada, por norma, num tom agressivo, sendo o principal argumento refutativo o do sufrágio universal, que lembra a pouca representatividade do partido. Na refutação dos ataques do maior partido da oposição destacou-se o argumento *ad hominem*, sendo também expressivos os argumentos de culpabilidade por associação e o procedimento da retorsão, bem como o argumento da responsabilidade, de utilização constante nas IX e XII Legislaturas. O elogio do adversário pela habilidade discursiva (utilizado, sobretudo, por Cavaco Siva e por José Sócrates) configura outra das estratégias, que visa mostrar os discursos sem substância ou os seus intuitos instrumentais, deplorando-se os argumentos periféricos (método recorrente em António Guterres e em José Sócrates). Este procedimento é visível na refutação tanto ao PS como ao PSD e, sobretudo, nas réplicas ao líder do CDS (Paulo Portas). O ataque no plano do *ethos* faz-se também através da cortesia agressiva ou falsa cortesia (em especial na VII e IX Legislaturas, de Governos do PSD), utilizando-se, inclusive, um registo de pseudocondescendência que cria uma imagem desvalorizadora do oponente e constrói um *ethos* de arrogância. A encenação de um contrário, pela mobilização de enunciados irónicos e sarcásticos, configura um dos meios privilegiados de avaliação axiológica e de invalidação dos discursos dos adversários (não sendo o procedimento tão visível na contestação, que se faz de forma direta, ao PCP). Consubstancia-se num dos principais recursos de valorização do *ethos* o humor, que pretende captar a benevolência do auditório, e é uma forma recorrente de contornar o ataque e de inverter uma imagem degradante, de uso habitual em Cavaco Silva e também em António Costa. Ainda que não seja estratégia usual por parte de todos os líderes (é recorrente, sobretudo, nos debates das duas últimas legislaturas), o registo cortês é outra das estratégias que visa valorizar o *ethos*, em contraste com a agressividade do oponente. Por outro lado, o registo emocional, com mostras de agressividade, configura uma das estratégias usadas por determinados chefes do Governo em reação aos ataques mais agressivos, sendo também as emoções objeto de argumentação. A argumentação com recurso ao *pathos* destaca-se na IX Legislatura, com Durão Barroso, sendo a expressão da indignação um dos principais meios de refutação dos ataques, que mobilizam o argumento da responsabilidade; evidenciando-se, nas X e XI Legislaturas, o *ethos* emotivo e agressivo de José Sócrates, que mobiliza ataques *ad personam* e constrói um *ethos* de arrogância. Diferencia-se radicalmente deste registo, mostrando um autocontrole face às críticas, a argumentação mais assertiva de Pedro Passos Coelho, na legislatura seguinte, cuja contestação às acusações se faz mormente num plano *ad rem*. Confirmando o que foi referido no capítulo precedente, destacou-se no argumentário de refutação dos líderes do Governo

o argumento da responsabilidade e da justificação consistente, bem como os argumentos do mérito sustentados numa argumentação *ad verecundiam*, com indicação dos números que visam inverter uma imagem de incompetência. Reveste-se, pois, de capital importância na gestão do *ethos* político o discurso de justificação como forma de construir uma imagem de competência (já que há uma tendência para a personificação dos fracassos), a par de uma imagem de seriedade, pela construção de um *ethos* virtuoso, com vista à reconquista da credibilidade. Para além do *ethos* de agente, de salientar a afirmação da autoridade, em razão da legitimidade conferida pelos portugueses ao executivo vigente para a continuação das políticas adotadas. Pese embora a retórica do denegrir que caracteriza todos os debates, sem exceção, de salientar nas últimas duas legislaturas uma maior assertividade dos contra-ataques através de um registo menos ofensivo, ou, pelo menos, menos agressivo, do que tem sido habitual por parte dos líderes de Governo nos debates anteriores.

Na secção 3.2 – *A lógica argumentativa – ideologia vs razão instrumental* – identificámos de forma ilustrativa as diferentes figuras de *ethos*, de identificação ou credibilidade, construídas pelo discurso. Verificámos a construção de *ethos* singulares, distintivos pela retorização dos discursos, numa lógica mais instrumental, e marcados pela polémica e pela figura da provocação, por outro lado. Observámos ainda que a lógica argumentativa é mais ideológica nos partidos da extrema esquerda e mais instrumental nos partidos da direita, sendo os ataques mais explícitos por parte dos deputados da extrema esquerda. No que respeita às tipologias de *ethè*, distinguiu-se pela sua eloquência e pela capacidade retórica revelada não só pela seleção de argumentos que aliam as três provas retóricas como pela mobilização de figuras de retórica que contribuem para a persuasão dos seus discursos, Paulo Portas, a quem reconhecemos um *ethos* de carisma.

A afirmação de uma identidade política é crucial para a identificação com o eleitorado, e os partidos com representação na Assembleia da República mobilizam estratégias de afirmação identitária que revelam não só o seu posicionamento ideológico como também a sua posição no processo comunicativo, pelos aspetos conscientes e inconscientes na interação, que permitem construir determinadas categorias de *ethè*. Na secção 3.3 – *A Construção identitária* – identificámos, na argumentação que visa a descredibilização do adversário, imaginários sociodiscursivos que traçam identidades partidárias, bem como os *ethè* coletivos que apresentam. Observámos uma clivagem entre os diversos partidos que se agudiza, naturalmente, nos partidos mais à esquerda e no CDS-PP,

partido mais à direita. Verificámos que a divisão de valores utiliza diferentes tipos de argumentos e mobiliza diferentes procedimentos retóricos, para além de selecionar um léxico particular, porque a direita e a esquerda possuem formas distintas de pensar, de argumentar e de raciocinar. Se a identidade política é mais marcada nos polos do espectro político-partidário, observando-se uma coerência na argumentação em consonância com os valores defendidos; contudo, os partidos do centro (PSD e PS) mostram igualmente, através de uma argumentação antagónica, estratégias identitárias diferenciadas que os distinguem dos outros partidos, designadamente no âmbito económico, com o PSD a defender uma menor intervenção do Estado na economia, contrariamente ao PS, que sustenta a sua argumentação precisamente no papel do Estado, nas políticas sociais e na economia. De salientar, no entanto, que, contrariamente à identidade ideológica ostentada pelo PCP, PEV e BE, tanto a nível dos costumes como no âmbito económico (como observado na análise), a construção identitária dos dois partidos que alternam o poder se faz, sobretudo, de forma inversa à representação negativa do outro, pela construção de um *ethos* de credibilidade e competência com fins de legitimação. Pretende-se, pois, convencer o eleitorado que o seu partido apresenta as melhores soluções para o país e que é o mais apto e o mais capacitado para o governar.

Lembremos ainda que a argumentação não visa, no debate, convencer o adversário/ interlocutor das suas boas razões, mas conquistar a adesão do auditório, dos eleitores para uma representação negativa do oponente e sair vitorioso no combate político. O discurso através do qual os oradores manifestam uma postura, legitimam a sua tomada de autoridade e justificam a sua credibilidade revela a encenação de uma imagem, e a arte retórica reveste-se de um valoroso contributo para a persuasão, aliando o significado político à sua dimensão estética.

A análise revelou que os argumentos utilizados, mais do que a expressão do dissenso, revelam uma dicotomização e uma forte polarização entre Governo e oposição, com um intuito explícito de aniquilar o adversário. Torna-se, pois, o principal objetivo dos oradores apontar as fraquezas do oponente, minar a sua credibilidade e sublinhar a sua incompetência. A natureza do conflito altera-se para o campo dos valores que reúnem consenso entre as partes e que são indiscutíveis, denunciando-se a desonestidade, a corrupção, o clientelismo, os interesses pessoais e partidários. A argumentação periférica ganha então terreno no debate e substitui-se frequentemente ao debate das ideias políticas, sendo a agressividade (mais marcada na oposição) um meio de colocar em causa

a autoridade do adversário, mas também uma forma de marcar uma posição e de dominar a interação. Ressalte-se que a dimensão polémica nos debates analisados mobiliza atos agressivos e ofensivos (ataques *ad personam*), mas não se verifica propriamente um registo de violência verbal, salvo alguns episódios pontuais, nem houve registo de insultos sexistas ou discriminatórios. Acrescente-se ainda que análise não revelou distinções de género na argumentação violenta de descrédito.

Conquanto seja um momento de grande importância na vida política, não há grandes questões políticas, talvez pelas oportunidades de vigilância ao governo em debates quinzenais, configurando os episódios de desqualificação sobretudo manobras de posicionamento (principalmente nos partidos com vocação governativa), com narração de querelas partidárias, sendo mais ideológica nos extremos do espectro partidário, como já foi referido. Relativamente aos registos linguísticos utilizados, de mencionar o registo corrente e não propriamente elevado, havendo também registos de língua popular, designadamente expressões idiomáticas e populares numa identificação com o eleitorado, mas também pontualmente, que adensam a polémica e estabelecem uma convivência com o auditório. Verifica-se, ao longo da cronologia, uma aproximação do nível de língua com o eleitorado, bem como uma simplificação do discurso através de um léxico que qualificaríamos de pragmático. Acrescem, por outro lado, os enunciados breves que visam um impacto mediático, parecendo ser o principal objeto de investimento retórico dos oradores; não é, pois, prevaemente a figura do *ethos tribuno no debate sobre o estado da Nação*.

O estudo que realizámos reveste-se de um contributo que cremos válido para os estudos da argumentação em geral e para os estudos do género discursivo debate parlamentar, em particular, em razão da perspetiva pragmático-retórica adotada, e poderá ser completado com abordagens comparativas não só com outros géneros do discurso parlamentar como também com outros tipos de discurso político, designadamente mediático e digital. Seria igualmente interessante o desenvolvimento de investigações comparativas do género *debate sobre o estado da Nação* no espaço ibérico, colocando a retórica no centro da análise argumentativa. Afinal, como lembra Meyer (2018), a retórica nasce sempre que as ideologias se desmoronam, e a nossa época vive também a hora da retórica.

BIBLIOGRAFIA

Referências

- Adam, J.M. (1999). Images de soi et schématisation de l'orateur: Pétain et de Gaulle en juin 1940. In R. Amossy (Éd.), *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos* (pp. 101-126). Delachaux et Niestlé.
- Agha, A. (1997). Tropic aggression in the Clinton-Dole presidential debate. *Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA)*, 7(4), 461-497.
- Albert, L., & Nicolas, L. (2010). *Polémique et rhétorique de l'Antiquité à nos jours* (D. Denis, Préf.). De Boeck.
- Ambrosio, R. (2015). Vícios e virtudes, virtù e fortuna em Maquiavel. *Revista Hypnos*, (34), 123-131. <https://hypnos.org.br/index.php/hypnos/article/view/81>
- Amorim, F. (2016). *O sound bite na retórica política: O caso das eleições legislativas portuguesas de 2015* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto].
- Amossy, R. (Éd.) (1999). L'ethos au carrefour des disciplines. Rhétorique, pragmatique, sociologie des champs. In *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos* (pp. 125-154). Delachaux et Niestlé.
- Amossy, R. (2002). *Ethos*. Stéréotype. In P. Charaudeau & D. Maingueneau (Éds.), *Dictionnaire d'Analyse du Discours* (pp.238-240; 544-547). Seuil.
- Amossy, R. (2003). L'argument *Ad hominem* dans l'échange polémique. In G. de Clercq, M. Murat, & J. Dangel (Éds.), *La parole polémique* (pp. 409-423). Honoré Champion.
- Amossy, R. (Éd.) (1999/2005a). Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In *Imagens de si no discurso: a construção do ethos* (pp-9-28). Contexto.
- Amossy, R. (2005b). The argumentative dimension of discourse. In F. van Eemeren, & P. Houtlosser (Eds.), *Practices of Argumentation* (pp. 87-98). John Benjamins.
- Amossy, R. (2008). Argumentation et Analyse du discours: perspectives théoriques et découpages disciplinaires. *Argumentation et Analyse du Discours*, (1). <https://doi.org/10.4000/aad.200>
- Amossy, R. (2010). The functions of polemical discourse in the public sphere. In M. Smith & B. Warnick (Eds.), *The responsibilities of rhetoric* (pp. 52-61). Waveland Press.
- Amossy, R. (2012). La coexistence dans le dissensus. La polémique dans les forums de discussion. *Semen. Revue de sémio-linguistique des textes et discours*, (31), 25-42. <https://doi.org/10.4000/semen.9051>
- Amossy, R. (2014). *Apologie de la polémique*. Presses universitaires de France.

- Amossy R. (2010/ 2015). *La présentation de soi. « Ethos » et identité verbale*. Presses universitaires de France.
- Amossy, R. (2000/ 2016). *L'argumentation dans le discours*. Armand Colin.
- Amossy, R. (2016/2017). Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica (A. M. S. Corrêa, Trad.). *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, (13), 227-244. <https://doi.org/10.17648/eidea-13-1526>
- Amossy, R. (2000/ 2018). *A argumentação no discurso*. Contexto.
- Amossy, R., & Burger, R. (2011). Introduction: la polémique médiatisée. *Polémiques médiatiques et journalistiques. Semen. Revue de sémio-linguistique des textes et discours*, (31), 7-24. <https://doi.org/10.4000/semen.9072>
- Amossy, R., & Koren, R. (2009). Rhétorique et argumentation: approches croisées. *Argumentation et Analyse du Discours*, (2). <https://doi.org/10.4000/aad.561>
- Amossy, R., & Koren, R. (2010). Argumentation et discours politique. *Mots. Les langages du politique*, (94), 13-21. <https://doi.org/10.4000/mots.19843>
- Amossy, R., & Zavaglia, A. (2007). O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. *Filologia e linguística portuguesa*, (9), 121-146. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i9p121-146>
- Angenot, M. (1982). *La parole pamphlétaire: contribution à la typologie des discours modernes* (Vol. 17). Payot.
- Angenot, M. (2008). *Dialogues de sourds. Traité de rhétorique antilogique*. Mille et une nuits.
- Angenot, M. (2012). La notion d'arsenal argumentatif: l'inventivité rhétorique dans l'histoire. In B. Frydman & M. Meyer (Dir), *Chaim Perelman: De la nouvelle rhétorique à la logique juridique* (pp. 39-68). Presses universitaires de France.
- Angenot, M. (2017). Analyse du discours et théorie du discours social. Problématiques, programmes, méthodes. *Revista Conexão Letras*, 12(18). <https://doi.org/10.22456/2594-8962.79455>
- Ankersmit, F. R. (2002). *Political Representation*. Stanford University press.
- [Anónimo] ([s/d] 2005). *Retórica a Herênio* (A. P. Faria & A. Seabra, Trad.). Hedra.
- Anscombre, J. C. (1994). Proverbes et formes proverbiales: valeur évidentielle et argumentative. *Langue française*, (102), 95-107. <https://doi.org/10.3406/lfr.1994.5717>
- Anscombre, J. C. (Éd.) (1995). *Théorie des topoi*. Kimé.

- Anscombre, J-C., & Ducrot, O. (1976). L'Argumentation dans la Langue. *Langages*, (42), 5-27. <https://doi.org/10.3406/lgge.1976.2306>
- Anscombre, J-C., & Ducrot, O. (1983). *L'Argumentation dans la Langue*. Mardaga.
- Aquien, M. (1993). *Dictionnaire de poétique*. Librairie générale française.
- Aristóteles, R. (1998). *Retórica* (M.A. Júnior, P.F. Alberto, & A.N. Pena, Trad.). Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Aristóteles (2003). *Retórica das Paixões*. Martins Fontes.
- Arroyo, J. L. B. (2013). Constraint factors in the formulation of questions in conflictual discourse. *Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA)*, 23(2), 187-213.
- Auchlin, A. (2000). Éthos et expérience du discours: quelques remarques. In M. Wauthion & A.C. Simon (Dir.), *Politesse et idéologie. Rencontres de pragmatique et de rhétorique conversationnelle* (pp. 7-95). Peeters.
- Auger, N., Fracchiolla, B., Moïse, C., & Schultz-Romain, C. (2008). De la violence verbale pour une sociolinguistique des discours et des interactions. In J. Durand, B. Hebert, B. Laks (Éds.), *Congrès Mondial de Linguistique Française* (pp. 631-643). Paris, Institut de Linguistique Française. EDP Sciences. <http://dx.doi.org/10.1051/cmlf08140>
- Auger, N., Fracchiolla, B., Moïse, C., & Schultz-Romain, C. (2010). Interpellation et violence verbale: essai de typologisation. *Corela. Cognition, représentation, langage*, (HS-8). <https://doi.org/10.4000/corela.1023>
- Austin, J.L. (1962). *How to do things with Words*. Oxford university press.
- Bacot, P., Marques, M. A., & Monte, M. (2013). Un discours politique européen. *Mots. Les langages du politique*, (1), 5-11. <https://doi.org/10.4000/mots.21093>
- Bacry, P. (1992/ 2017). *Les figures de style*. Belin.
- Bakhtine, M. ([1929]/ 1977). *Le marxisme et la philosophie de langage* (M. Yagello, Trad.). Minuit.
- Bakhtine, M. (1975/ 1978). *Esthétique et théorie du roman*. Gallimard.
- Barbeau, G. B. (2014). Le dossier Maclean's et le Québec bashing. Analyse sociodiscursive d'une affaire médiatique controversée [Thèse de doctorat, Université Laval].
- Bardin, L. (1996). *L'analyse de Contenu*. Presses universitaires de France
- Barthes, R. (1970). L'ancienne rhétorique. Aide-mémoire. *Communications*, (16), 172-223. <https://doi.org/10.3406/comm.1970.1236>

- Bayley, P. (Ed.). (2004). *Cross-cultural perspectives on parliamentary discourse* (Vol. 10). John Benjamins Publishing.
- Bayley, P. (2005). Analysing language and politics. *Mediazioni: Online Journal of Interdisciplinary Studies of Language and Cultures*.
- Bayter, H. (2014). Pour une approche phraséologique du discours politique, le cas du discours de l'ex-président colombien Alvaro Uribe Velez. In D. Banks (Org.), *Aspects linguistiques du texte politique* (pp. 251-271). L' Harmattan.
- Brack, N., & Weinblum, S. (2011). Pour une approche renouvelée de l'opposition politique. *Revue internationale de politique comparée*, 2(2), 13-27. <https://doi.org/10.3917/ripc.182.0013>
- Beard, A. (2000). *The language of politics*. Routledge.
- Belchior, A. M. (2010). *Democracia e representação partidária. A elite parlamentar e os cidadãos*. Imprensa de ciências sociais.
- Belchior, A. M. (2012). Explaining MPs' perceptions of voters' positions in a party-mediated representation system: evidence from the Portuguese case. *Party Politics*, 20(3), 403-415.
- Belchior, A. M. (2015). Crise económica e perceções sobre a ideologia dos partidos políticos em Portugal (2008-2012). *Análise Social*, 217, (4), 734-760.
- Bentham, J. (1840). 1. *Traité de législation civile et pénale. Tactique des assemblées politiques délibérantes. Traité des sophismes politiques* 2. *Théorie des peines et des récompenses. Traité des preuves judiciaires* 3. *De l'organisation judiciaire et de la codification* (Vol. 1). Société belge de librairie.
- Bentham, J. ([1824]/1843). The Book of Political Fallacies: from Unfinished Papers of Jeremy Bentham, Edited by a Friend (1st publication 1824). *The Works of Jeremy Bentham*, 2, 377-487.
- Bentham, J. ([1824] / 2015). *The book of fallacies* (Éd. Philip Schofield). Collected Works of Jeremy Bent. Clarendon Press.
- Benveniste, E. (1966, 1974). *Problèmes de linguistique générale* (T.I et II). Gallimard.
- Berrendonner, A. (1981). *Éléments de pragmatique linguistique*. Minuit.
- Bertrand, D., Dézé, A., & Missika, J.L. (2007). *Parler pour gagner. Sémiotique des discours de la campagne présidentielle de 2007*. Presses de la Fondation Nationale de Sciences politiques.
- Besnard, P., & Hunter, A. (2008). *Elements of argumentation* (Vol. 47). MIT Press.
- Bobbio, N. ([1984]/1986). *Il futuro della democrazia. Una difesa delle regole del gioco* [O futuro da democracia(uma defesa das regras do jogo) (M. A. Nogueira, Trad.). Paz e Terra.

- Bonhomme, M. (1998). *Les Figures clés du discours*. Seuil.
- Bonhomme, M. (2008). Les figures pathiques dans le pamphlet: l'exemple du *Discours sur le colonialisme* de Césaire. In M. Rinn (Éd.), *Émotions et discours* (pp. 165-175). Presses universitaires de Rennes.
- Bonhomme, M. (2009). De l'argumentativité des figures de rhétorique. *Argumentation et analyse du discours*, (2). <https://doi.org/10.4000/aad.495>
- Bonhomme, M. (2010). La rhétorique des figures: entre formalisme et énonciation. *Protée*, 38 (1), 65-74. <https://doi.org/10.7202/039703ar>
- Bonhomme, M. (2005/ 2014). *Pragmatique des figures du discours*. Honoré Champion.
- Bonhomme, M. (2015). L'interaction entre figuralité et registres discursifs. *Pratiques*, 165-166. <http://10.4000/pratiques.2391>
- Bonhomme, M., & Rossari, C. (2013). Introduction. *Argumentation et Analyse du Discours*, (10). <https://doi.org/10.4000/aad.1500>
- Bonnafous, S. (2003). "Femme politique": une question de genre ?. *Réseaux*, (120), 121- 145. <https://doi.org/10.3917/res.120.0119>
- Bonnafous, S., Chiron, P., Ducard, D., & Levy, C. (Éds.) (2003). *Argumentation et discours politique: Antiquité grecque et latine, Révolution française, monde contemporain*. Presses universitaires de Rennes. <https://doi.org/10.4000/books.pur.24821>
- Bouchet, T., & Vigreux, J. (2010). Violences parlementaires en perspective (1850-1900-1950-2000). *Parlement[s], Revue d'histoire politique*, 14(2), 18-34. <https://doi.org/10.3917/parl.014.0018>
- Bourdieu, P. (2001). *Langage et pouvoir symbolique*. Seuil.
- Bousfield, D. (2008a). *Impoliteness in interaction* (Vol. 167). Benjamins.
- Bousfield, D. (2008b). impoliteness in the struggle for power. In D. Bousfield & M.A. Locher (Eds.), *Impoliteness in Language. Studies on Its Interplay with Power in Theory and Practice* (Vol. 21) (pp-127-153). Mouton de Gruyter.
- Bousfield, D., & Locher, M. A. (Eds.). (2008). *Impoliteness in language: Studies on its interplay with power in theory and practice* (Vol. 21). Walter de Gruyter.
- Boyer, A., & Vignaux, G. (1995). Présentation. Les champs de l'argumentation. *Hermès, La Revue*, 15(1), 19-21. <https://doi.org/10.4267/2042/15152>
- Braga, D., & Marques, M. A. (2004). The pragmatics of prosodic features in the political debate. *Speech Prosody 2004, International Conference*.

- Braz, A. C. (2017). L'ironie dans le discours parlementaire portugais: degrés d'implication, indices linguistiques et stratégies discursives [Thèse de doctorat, Université Paris 8].
- Braz, A. C. (2018). A ironia no discurso parlamentar português: graus de implicação, índices linguísticos e estratégias discursivas. *Palimpsesto – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ* 17(28), 611-618. <https://doi.org/10.12957/palimpsesto.2018.36930>
- Braz, A. C. (2019). Ironie et implicite dans le débat parlementaire portugais. In I. Seara & I. Marques (Orgs.), *L'implicite dans les langues romaines: Langues, Textes et Discours*, (pp. 166-173). Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/8699>
- Breton, P. (1996/2003). *L'argumentation dans la communication*. Éditions La Découverte.
- Bronckart, J. P. (1997). *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*. Delachaux et Niestlé.
- Bronckart, J. P. (2000). Activité langagière, textes et discours – Pour un interactionisme socio-discursif. *Pratiques*, 105(1), 234-247.
- Bronckart, J. P. (2008). Genres de textes, types de discours, et «degrés» de langue. *Texte! Textes et cultures*, 13(1).
- Brown, P., & Levinson, S. C. (1978). Universals in language usage: Politeness phenomena. *Questions and politeness: Strategies in social interaction* (pp. 56-311). Cambridge university press.
- Brown, P., & Levinson, S. C. (1987). *Politeness: Some universals in language usage* (Vol.4). Cambridge university press.
- Buffon, B. (2002). *La parole persuasive*. Presses universitaires de France.
- Bull, P., & Fetzer, A. (2006). Who are we and who are you? The strategic use of forms of address in political interviews short title: strategic use of forms of address. *Text and Talk*, 26(1), 1-35.
- Burger, M. (2011). Une caractérisation praxéologique du désaccord polémique: ce qu'informer dans les médias veut dire. *Semen. Revue de sémio-linguistique des textes et discours*, (31), 61-80. <https://doi.org/10.4000/semen.9183>
- Burger, M., Jacquin, J., & Micheli, R. (Éds.) (2011). *La Parole Politique en confrontation dans les médias*. De Boeck.
- Cabasino, F. (2009). La construction de l'éthos présidentiel dans le débat télévisé français. *Mots. Les langages du politique*, (89), 11-23. <https://doi.org/10.4000/mots.18743>
- Calas, F., Fromilhague, C., Garagnon, A. M., & Susini, L. (2012). *Les figures à l'épreuve du discours: dialogisme et polyphonie*. PUPS.

- Carbó, T. (1992). Towards an interpretation of interruptions in Mexican parliamentary discourse (1920-60). *Discourse & Society*, 3(1), 25-45. <https://doi.org/10.1177/0957926592003001002>
- Carlier, P. (2003). Avant-propos. In Bonnafeux S., Chiron P., Ducard D., & Levy C. (Éds.) (2003), *Argumentation et discours politique: Antiquité grecque et latine, Révolution française, monde contemporain*. Presses universitaires de Rennes. <https://doi.org/10.4000/books.pur.24826>
- Carreira, M. H. (2019). Configurações temporais e pragmático-enunciativas de Linguagens de Poder (pp. 11-24). In M. A. Marques & S. Sousa (Orgs.), *Linguagens de Poder*. CEHUM/ Húmus.
- Cazalbou, R. (2012). De la citation à l'autorité: liberté et contrainte dans le discours argumentatif. In J. Anscombre, A. Rodríguez Somolinos, & S. Gómez-Jordana Ferary, (Éds.), *Voix et marqueurs du discours: des connecteurs à l'argument d'autorité*. ENS Éditions. <https://doi.org/10.4000/books.enseditions.4574>
- Ceia, C. (Coord.) (s.d.). *E-dicionário de termos literários (EDTL)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <https://edtl.fcsh.unl.pt/>
- Charaudeau, P. (1992). *Grammaire du sens et de l'expression*. Hachette.
- Charaudeau, P. (1997). *Le discours d'information médiatique, La construction du miroir social*. Nathan.
- Charaudeau, P. (2000). Une problématisation discursive de l'émotion. A propos des effets de pathémisation à la télévision. In C. Plantin, M. Doury, & V. Traverso (Éds.), *Les Émotions dans les Interactions* (pp. 125-155). Presses universitaires de Lyon.
- Charaudeau, P. (2002). Contrat de communication. In P. Charaudeau & D. Maingueneau (Éds.), *Dictionnaire d'Analyse du Discours* (pp.140-141). Seuil.
- Charaudeau, P. (2005). Quand l'argumentation n'est que visée persuasive. L'exemple du discours politique. In M. Burger & G. Martel (Éds.), *Argumentation et communication dans les medias* (pp. 29-49). Nota Bene.
- Charaudeau, P. (2007). Pathos e discurso político. In I. L. Machado, W. Menezes, & E. Mendes (Org.), *As emoções no discurso*, 1 (pp.240-251). Lucerna.
- Charaudeau, P. (2008a). L'argumentation dans une problématique d'influence. *Argumentation et analyse du discours*, 1. <https://doi.org/10.4000/aad.193>
- Charaudeau, P. (2008b). *Entre populisme et peopolisme: comment Sarkozy a gagné!*. Vuibert. [estava a, vai ficar b ?]
- Charaudeau, P. (2011). Réflexions pour l'analyse du discours populiste. *Mots. Les langages du politique*, (3), 101-116. <https://doi.org/10.4000/mots.20534>

- Charaudeau, P. (2013). *La conquête du pouvoir: Opinion, persuasion, valeur. Les discours d'une nouvelle donne politique*. L'Harmattan.
- Charaudeau, P. (2005/ 2014a). *Le discours politique: les masques du pouvoir*. Lambert-Lucas.
- Charaudeau, P. (2014b). La situation de communication comme fondatrice d'un genre: la controverse. In M. Monte & G. Philippe (Éds.), *Genres et textes. Déterminations, évolutions, confrontations* (pp. 49-57). Presses universitaires de Lyon.
- Charaudeau, P. (2015). Le charisme comme condition du leadership politique. *Revue française des sciences de l'information et de la communication*, (7). <https://doi.org/10.4000/rfsic.1597>
- Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (Éds.) (2002). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Seuil.
- Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (2008). *Análise de textos de comunicação*. Cortez.
- Chilton, P., & Schäffner, C. (2000). Discurso y política. In TA. Van Dijk (Ed.), *El discurso como interacción social: estudios del discurso, introducción multidisciplinaria* (pp. 297-330). Gedisa.
- Chilton, P. (2003). Introduction. *Journal of Language and Politics*, 2(1), 1 – 3. <https://doi.org/10.1075/jlp.2.1.02chi>
- Chilton, P. (2004). *Analysing political discourse: Theory and practice*. Routledge.
- Chilton, P. (2008). Political terminology. In R. Wodak & V. Koller (Eds.), *Handbook of communication in the public sphere* (Vol. 4). Walter de Gruyter.
- Christie, C. (2002). Politeness and the linguistic construction of gender in parliament: An analysis of transgressions and apology behaviour. *Sheffield Hallam Working Papers: Linguistic Politeness and Context*. <http://extra.shu.ac.uk/wpw/politeness/christie.htm>
- Coulomb-Gully, M., & Rennes, J. (2010). Genre, politique et analyse du discours. Une tradition épistémologique française gender blind. *Mots. Les langages du politique*, (94), 175-182. <https://doi.org/10.4000/mots.19883>
- Culioli A. (1990). *Pour une linguistique de l'énonciation* (Tomes 1 et 2). Ophrys.
- Culioli A. (1999). *Pour une linguistique de l'énonciation* (Tome 3). Ophrys.
- Culpeper, J. (1996). Towards an anatomy of impoliteness. *Journal of Pragmatics*, 25 (3), 349-367. [http://dx.doi.org/10.1016/0378-2166\(95\)00014-3](http://dx.doi.org/10.1016/0378-2166(95)00014-3)
- Culpeper, J. (2008). Reflections on impoliteness, relational work and power. In D. Bousfield & M. A. Locher (Eds.), *Impoliteness in language: Studies on its interplay with power in theory and practice* (pp. 17-44). Walter de Gruyter.
- Culpeper, J. (2011). *Impoliteness: Using Language to Cause Offence*. Cambridge university press.

- Culpeper, J. (2013). Impoliteness : Questions and Answers. In D. Jamet & M. Jobert (Eds.), *Aspects of Linguistic Impoliteness* (pp. 2-5). Cambridge Scholars Publishing.
- Culpeper, J., Bousfield, D., & Wichmann, A. (2003). Impoliteness revisited: With special reference to dynamic and prosodic aspects. *Journal of Pragmatics*, 35(10-11), 1545-1579.
- Culpeper, J., Haugh, M., & Kádár, D. Z. (Eds.) (2017). *The Palgrave handbook of linguistic (im) politeness*. Palgrave Macmillan.
- Dahl, R.A. ([1971]/1997). *Poliarquia: participação e oposição* (F. Limongi, Pref; C. Paciornik, Trad.). Editora da Universidade de São Paulo.
- Damásio, A. R. (1994). *Erro de Descartes – Emoção, Razão e Cérebro Humano*. Publicações Europa-América.
- Dascal, M. (1998). The study of controversies and the theory and history of science. *Science in Context*, 11(2), 147-154. <https://doi.org/10.1017/S0269889700002957>
- De Giorgi, E. (2011). L'opposition parlementaire en Italie et au Royaume-Uni: une opposition systémique ou axée sur les enjeux?. *Revue Internationale de Politique Comparée*, 18(2), 93-113. <https://doi.org/10.3917/ripc.182.0093>
- Delporte, C (2009). *Une histoire de la langue de bois – De Lénine à Sarkozy*. Flammarion.
- Delwit, P. (2015). Adieu au modèle organisationnel social-démocrate. *La Revue socialiste*. <http://hdl.handle.net/2013/ULB-DIPOT:oai:dipot.ulb.ac.be:2013/222023>
- Détrie, C. (1999). Cette guerre si semblable à l'autre. *L'Information Grammaticale*, 80 (1), 26-29. <https://doi.org/10.3406/igram.1999.2832>
- Doury, M. (2003). L'évaluation des arguments dans les discours ordinaires. Le cas de l'accusation d'amalgame. *Language et société*, 105(3), 9-37. <https://doi.org/10.3917/lis.105.0009>
- Doury, M. (2016). *Argumentation: analyser textes et discours*. Armand Colin.
- Doury, M., & Kerbrat-Orecchioni, C. (2011). La place de l'accord dans l'argumentation polémique: le cas du débat Sarkozy/Royal (2007). *A contrario*, 16(2), 63-87. <https://doi.org/10.3917/aco.112.0063>
- Doury, M., & Plantin, C. (2015). Une approche langagière et interactionnelle de l'argumentation. *Argumentation et Analyse du Discours*, (15). <https://doi.org/10.4000/aad.2006>
- Ducard, D. (2003). Une discussion biaisée : la question rhétorique dans le débat parlementaire. In S. Bonnaïfous, P. Chiron, D. Ducard, & C. Lévy (Éds), *Argumentation et discours politique* (pp. 191-200). Presses universitaires de Rennes.
- Ducrot, O. ([1972]/ 1980). *Dire et ne pas dire: principes de sémantique linguistique*. Hermann.

- Ducrot, O. (1984). Esquisse d'une théorie polyphonique de l'énonciation. In *Le dire et le dit* (pp. 171-233). Minuit.
- Ducrot, O. (1989). *Logique, structure, énonciation*. Minuit.
- Ducrot, O. (1994). Topoï et formes topiques. In J.-C. Anscombre (Éd.), *La théorie des topoï*, (pp.85-99). Kimé.
- Dumarsais, C. ([1730]/1977). *Traité des tropes*. Le nouveau commerce.
- Dupriez, B. (1977). Où sont les arguments?. *Études françaises*, 13(1-2), 35-52. <https://doi.org/10.7202/036643ar>
- Dupriez, B. (1984). *Gradus: dictionnaire des procédés littéraires*. Union générale d'Éditions.
- Duverger, M. (1970). *Os Partidos Políticos*. Zahar.
- Eckert, P., & McConnell-Ginet, S. (1992). Think practically and look locally: Language and gender as community-based practice. *Annual review of anthropology*, 21(1), 461-488. <https://doi.org/10.1146/annurev.an.21.100192.002333>
- Eggs, E. (1999). Ethos aristotélicien, conviction et pragmatique moderne. In R. Amossy (Éd.), *Images de soi dans le discours* (pp. 31-59). Delachaux et Niestlé.
- Eggs, E. (2000). Logos, ethos, pathos: l'actualité de la rhétorique des passions chez Aristote. In C. Plantin, M. Doury, & V. Traverso. (éds.), *Les émotions dans les interactions* (pp. 15-31). Presses universitaires de Lyon.
- Eggs, E. (2009). Rhétorique et argumentation : de l'ironie. *Argumentation et Analyse du Discours*, (2), 1-15. <https://doi.org/10.4000/aad.219>
- Engel, M. (1980). *With Good Reason. An Introduction to Informal Fallacies*. St Martin's Press.
- Espírito Santo, P. (2006). A mensagem política na campanha das eleições presidenciais. Análise de conteúdo dos slogans entre 1976 e 2006. *Comunicação & Cultura*, (2), 83-101. Quimera, Universidade Católica Portuguesa.
- Espírito Santo, P. (2007). Comunicação e política nos discursos presidenciais de tomada de posse, 1976-2006. *Revista de estudos em comunicação*, (2), 185-215.
- Fairclough, N. (1989). *Language and Power*. Longman.
- Fairclough, N. (1992). *Discourse and Social Change*. Polity Press.
- Fairclough, N. (2000). Discourse, social theory, and social research: The discourse of welfare reform. *Journal of sociolinguistics*, 4(2), 163-195.

- Fairclough, N. (2013). Critical discourse analysis. In Gee, J. P., & Handford, M. (Eds.), *The Routledge handbook of discourse analysis*. Routledge.
- Fairclough, I., & Fairclough, N. (2013). *Political discourse analysis: A method for advanced students*. Routledge.
- Fairclough, N. & Wodak, R. (1997). Critical Discourse Analysis. In T.A. van Dijk (Ed.), *Discourse as Social Interaction* (pp. 258-284). Sage.
- Fernandes, J. (2015). *O parlamento português*. Fundação Francisco Manuel dos Santos (FMMS).
- Fernández Lagunilla, M. (1999/ 2009). *La lengua en la comunicación política I: El discurso del poder*. Arco/Libros.
- Fernández Lagunilla, M. (1999/2014). *La lengua en la comunicación política II: La palabra del poder*. Arco/Libros.
- Filipe, A. (2002). *As oposições parlamentares em Portugal: práticas e intervenções, 1976-2000*. Vega.
- Fontanier, P. ([1821-1827]/ 1977). *Manuel classique pour l'étude des tropes* [1821]. *Des figures du discours autres que les tropes* [1827]. (reéd. 1968) *Les figures du discours* (G. Genette, Introd.). Flammarion «Champs classiques».
- Fracchiolla, B. (2008). L'attaque courtoise: de l'usage de la politesse comme stratégie d'agression dans le débat Royal-Sarkozy du 2 mai 2007. In S. Heiden & B. Pincemin (Éds.), *Actes des 9^{es} Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles*, 1 (pp. 495-508). Lyon, 12-14 mars 2008. Presses universitaires de Lyon.
- Franken, N., & Dominicy, M. (2001). Épidictique et discours expressifs. In M. Dominicy & M. Frédéric (Éds.), *La mise en scène des valeurs* (pp. 79-106). Delachaux et Niestlé.
- Fraser, B. (1980). Conversational mitigation. *Journal of pragmatics*, 4 (4), 341- 350. [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(80\)90029-6](https://doi.org/10.1016/0378-2166(80)90029-6)
- Fraser, B., & Nolen, W. (1981). The association of deference with linguistic form. *International journal of the Sociology of Language*, (27), 93-110. <https://doi.org/10.1515/ijsl.1981.27.93>
- Freire, A. (Org.) (2001). *Recrutamento Parlamentar: Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*. STAPE.
- Freire, A. (2005). As eleições europeias em Portugal. *Relações Internacionais*, 6, 119-125.
- Freire, A. (2006). *Esquerda e direita na política europeia. Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada*. Imprensa de ciências sociais.
- Freire, A. (2012). A esquerda radical em Portugal. In March, L. & Freire, A. (Orgs.), *A Esquerda Radical em Portugal e na Europa – Marxismo, Mainstream ou Marginalidade?* (pp. 105-243). QuidNovi.

- Freire, A., & Belchior, A. M. (2013). Ideological representation in Portugal: MPs-electors linkages in terms of left-right placement and substantive meaning. *Journal of Legislative Studies*, 19(1), 1-21. <https://doi.org/10.1080/13572334.2013.736784>
- Freire, A., Lobo, M. C., & Magalhães, P. (Eds.) (2007). *Eleições e cultura política. Portugal no contexto europeu*. Imprensa de ciências sociais.
- Freire, A, Lisi, M, & Viegas, M. L. (Eds.) (2015). *Crise económica, políticas de austeridade e representação política*. Assembleia da República.
- Freire, A, Lisi, M., & Lima, I. (2015). Crise económica, política de austeridade e o potencial de coligação da 'esquerda radical' portuguesa. In Freire, A, Lisi, M, & Viegas, M. L. (Eds.), *Crise económica, políticas de austeridade e representação política* (pp. 385-410). Assembleia da República.
- Freire, A., & Magalhães, P. (2002). *A abstenção eleitoral em Portugal*. Imprensa de ciências sociais.
- Fromilhague, C. (1995/2013). *Les figures de style*. Armand Colin.
- Fuentes-Rodríguez, C., & Álvarez-Benito, G. (2016). *A Gender-based Approach to Parliamentary Discourse: The Andalusian Parliament*. John Benjamins.
- Garand, D. (1998). Propositions méthodologiques pour l'étude du polémique. In A. Hayward & G. Dominique (Éds.), *États du polémique* (pp. 211-268). Nota Bene.
- Gardes-Tamine, J. (1996). *La rhétorique*. Armand Colin.
- Gardes-Tamine, J. (2011). *Pour une nouvelle théorie des figures*. Presses universitaires de France.
- Gauthier, G. (1990). L'argumentation stratégique dans la communication politique : le débat télévisé L'Allier-Bertrand. *Revue québécoise de science politique*, 17, 113-114. <https://doi.org/10.7202/040650ar>
- Gauthier, G. (1995). L'argumentation périphérique dans la communication politique : le cas de l'argument *ad hominem*. *Hermès, La Revue* 16(2), 167-185. <https://doi.org/10.4267/2042/15190>
- Gauthier, G. (1998). L'argument *ad hominem* politique est-il moral? Le cas des débats télévisés. *Communication. Information Médias Théories*, 18(2), 70-87. <https://doi.org/10.3406/comin.1998.1828>
- Gauthier, G. (2015). L'effet de l'argument de comparaison dans le débat public. *Myriades* (1). <http://cchum.ilch.uminho.pt/myriades#courant>
- Gauthier, G., & Gosselin, A. (1997). Les arguments de causalité et de conséquence dans les débats politiques télévisés: le cas canadien. *Revue française de science politique*, 47(6), 741-761. <https://doi.org/10.3406/rfsp.1997.395217>

- Genette, G. (1970). La rhétorique restreinte. *Communications*, 16(1), 158-171; <https://doi.org/10.3406/comm.1970.1234>
- Giulj, S. (1981). Confrontation or Conciliation: the Status of the Opposition in Europe. *Government and Opposition*, (16)4, 476-494.
- Gobin, C. (2011). Des principales caractéristiques du discours politique contemporain. *Semen. Revue de sémio-linguistique des textes et discours*, (30), 169-186. <https://doi.org/10.4000/semen.9018>
- Goffman, E. (1967). *Interaction ritual: Essays on face-to-face behaviour*. Doubleday.
- Goffman, E. (1973, 1974) La mise en scène de la vie quotidienne (2 vol.) 1. *La présentation de soi*. 2: *les relations en public* (A. Kihm, Trad.). Minuit.
- Goffman, E. (1981). *Forms of talk*. University of Pennsylvania press.
- Grácio, R. A. (2010). *Para uma teoria geral da argumentação: questões teóricas e aplicações didáticas*. [Tese de doutoramento, Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais].
- Graham, S. L., & Hardaker, C. (2017). (Im)politeness in digital communication. In Culpeper J., Haugh M. & Kádár D. (Eds.), *The Palgrave Handbook of Linguistic (Im)politeness* (pp. 785-814). Palgrave Macmillan.
- Grice, H. P. (1975). Logic and conversation. In P. Cole & J.L. Morgan (Eds.), *Syntax and Semantics* (Vol. 3) *Speech Acts* (pp. 41-58). Academic Press.
- Grize, J. B. (1971). *Logique de l'argumentation et discours argumentatif* (7). Université de Neuchâtel.
- Grize, J. B. (1974). Argumentation, schématisation et logique naturelle. *Revue européenne des sciences sociales*, 12(32), 183-200.
- Grize, G. (1982). *De La Logique à l'Argumentation*. Librairie Droz.
- Grize, J. B. (1990). *Logique et langage*. Ophrys.
- Grupo μ (1970). *Rhétorique générale*. Le Seuil.
- Guedes, N. M. L. (2012), *Convergência Ideológica e de Políticas Públicas? PS e PSD numa Comparação*. [Tese de doutoramento, ISCTE-IUL].
- Guedes, N. (2016). Esquerda-direita: análise das posições ideológicas do PS e do PSD (1990-2010), *Sociologia, Problemas e Práticas*, (80), 95-116.
- Guilbert, T. (2008). *Le discours idéologique ou La force de l'évidence*. L'Harmattan.

- Gumperz, J. J., & Hymes, D. (1972). Models of the interaction of language and social life. *Directions in sociolinguistics: The ethnography of communication*, 1-25.
- Hamblin, C. L (1970). *Fallacies*. Methuen, London.
- Harris, S. (2001). Being politically impolite: extending politeness theory to adversarial political discourse. *Discourse & society*, 12(4), 451-472.
<https://doi.org/10.1177/0957926501012004003>
- Haugh, M., & Culpeper, J. (2018). Integrative pragmatics and (im)politeness theory. In *Pragmatics and its interfaces* (pp.213-239). John Benjamins.
- Helms, L. (2008). Studying parliamentary opposition in old and new democracies: Issues and perspectives. *The Journal of Legislative Studies*, 14(1-2), 6-19. <https://doi.org/10.1080/13572330801920788>
- Henkemans, F. S. (2009). La prétérition comme outil de stratégie rhétorique. *Argumentation et analyse du discours*, (2). <https://doi.org/10.4000/aad.217>
- Herman, T. (2008). *Au fil du discours. La rhétorique de Charles de Gaulle*. Lambert- Lucas.
- Herman, T. (2011). De l'exemple à l'exemplum: réflexions sur leur efficacité rhétorique, *Dice*, 8(2), 96-119.
- Herman, T. (2014). L'argument d'autorité: de sa structure à ses effets. In T. Herman & S. Oswald (Eds.), *Rhetoric and Cognition: Theoretical Perspective and Persuasive Strategies* (pp. 153-183). Peter Lang.
- Herman, T., & Oswald, S. (2014). *Rhétorique et cognition. Perspectives théoriques et stratégies persuasives*. Peter Lang.
- Hermogène (1997). *L'art rhétorique* (M. Patillon, Trad., introd. et notes). L'Âge d'Homme.
- Hirschman, A. O. (1988). *Two hundred years of reactionary rhetoric: the case of the perverse effect. The Tanner Lectures on Human Values*. University of Michigan.
- Hirschman, A. O. (1991). *The rhetoric of reaction: perversity, futility, jeopardy*. Harvard university press.
- Hirschman, A. O. (1992). *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. Companhia das Letras.
- Huang, Y. (2007). *Pragmatics*. Oxford university press.
- Humblin, C. L. (1970) *Fallacies*. Vale Press.
- Huston, N. (1980). *Dire et interdire, éléments de jurologie*. Payot.

- Ihalainen, P., Ilie, C., & Palonen, K. (Eds.). (2016). *Parliament and Parliamentarism: A Comparative History of a European Concept*. Berghahn Books.
- Ilie, C. (1994). *What else can I tell you? A pragmatic study of English rhetorical questions as discursive and argumentative acts*. Almqvist & Wiksell International.
- Ilie, C. (2000). Cliché-based metadiscursive argumentation in the Houses of Parliament. *International Journal of Applied Linguistics*, 10 (1), 65–84. <https://doi.org/10.1111/j.1473-4192.2000.tb00140.x>
- Ilie, C. (2001). Unparliamentary language: Insults as cognitive forms of ideological confrontation. In R. Dirven, R. Frank, & C. Ilie (Eds.) *Language and ideology* (Vol. II): *Descriptive cognitive approaches* (pp. 235–263). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/cilt.205.14ili>
- Ilie, C. (2003a). Discourse and metadiscourse in parliamentary debates. *Journal of Language and Politics* 2(1), 71–92. <https://doi.org/10.1075/jlp.2.1.05ili>
- Ilie, C. (2003b). Histrionic and agonistic features of parliamentary discourse. *Studies in Communication Sciences* 3(1), 25–53.
- Ilie, C. (2003c). Parenthetically speaking: Parliamentary parentheticals as rhetorical strategies. In M. Bondi & S. Stati (Eds.), *Dialogue Analysis 2000: Selected Papers from the 10th IADA Anniversary Conference, Bologna 2000* (pp. 253-264).
- Ilie, C. (2004a) Unparliamentary language: Insults as cognitive forms of confrontation. In R. Dirven, R. Frank, & C. Ilie (Eds.), *Language and ideology* (Vol. II): *Descriptive cognitive approaches* (pp. 235-263). John Benjamins.
- Ilie, C. (2004b). Insulting as (un)parliamentary practice in the British and Swedish Parliaments: A rhetorical approach. In P. Bayley (Ed.), *Cross-Cultural Perspectives on Parliamentary Discourse* (pp.45-86). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/dapsac.10.02ili>
- Ilie, C. (2005a). Politeness in Sweden: Parliamentary forms of address. In L. Hickey & M. Stewart (Eds.), *Politeness in Europe* (pp. 174-188). Multilingual Matters.
- Ilie, C. (2005b). Interruption patterns in British parliamentary debates and drama dialogue. In A. Betten & M. Dannerer (Eds.), *Dialogue Analysis IX: Dialogue in literature and the media. Selected Papers from the 9th IADA Conference, Salzburg 2003* (pp. 215-430).
- Ilie, C. (2006). *Parliamentary Discourses*. In K. Brown (Ed.), *Encyclopedia of Language and Linguistics* (2nd ed.) (Vol. 9) (pp. 188-197). Elsevier.
- Ilie, C. (2007). Argument refutation through definitions and re-definitions. In F. H. van Eemeren, J. A. Blair, C. A. Willard, & B. Garssen (Eds.), *Proceedings of the sixth conference of the International Society for the Study of Argumentation* (pp. 667–674). Sic Sat.

- Ilie, C. (2009). Strategies of refutation by definition: A pragma-rhetorical approach to refutations in a public speech. In *Pondering on Problems of Argumentation* (pp. 35-51). Springer.
- Ilie, C. (Ed.) (2010a). *European parliaments under scrutiny: Discourse strategies and interaction practices*. John Benjamins.
- Ilie, C. (Ed.) (2010b). Pragmatic Perspectives on Parliamentary Discourse. Special Issue of *Journal of Pragmatics*, 42(4), 879-1172.
- Ilie, C. (2010c). Strategic uses of parliamentary forms of address: The case of the UK Parliament and the Swedish Riksdag. *Journal of Pragmatics*, 42(4), 885-911. <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2009.08.017>
- Ilie, C. (2011). The gender divide in election campaign interviews: Questioning Barack Obama and calling into question Hillary Clinton. *Redescriptions: Yearbook of Political Thought, Conceptual History and Feminist Theory*, 15, 125-148.
- Ilie, C. (2012). Representing gender in parliamentary dialogue: Are there any cross-cultural stereotypes?. In F. Cooren & A. Létourneau (Eds.), *(Re) presentations and Dialogue*, 16, (pp. 59-83). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/ds.16.04ili>
- Ilie, C. (2013). Gendering confrontational rhetoric: discursive disorder in the British and Swedish parliaments. *Democratization*, 20(3), 501-521. <https://doi.org/10.1080/13510347.2013.786547>
- Ilie, C. (2015a). Parliamentary Discourse. In John Wiley & Sons, Inc. (Ed.), *The International Encyclopedia of Language and Social Interaction* (pp. 1-15). <https://doi.org/10.1080/13510347.2013.786547>
- Ilie, C. (2015b). Follow-ups as multifunctional questioning and answering strategies in Prime Minister's Questions. In A. Fetzer, E. Weizman, & L. Berlin (Eds.), *The Dynamics of Political Discourse: Forms and functions of follow-ups*, 259 (pp. 195-218). John Benjamins.
- Ilie, C. (2016a). Parliamentary discourse and deliberative rhetoric. In P. Ihalainen & C. Ilie (Eds.), *Parliaments and parliamentarism: A comparative history of disputes about a European concept* (pp. 133-145). Berghahn Books.
- Ilie, C. (2016b). Metadiscursive Strategies in Dialogue: Legitimising Confrontational Rhetoric. In *Interdisciplinary Studies in Pragmatics, Culture and Society* (pp. 601-613). Springer.
- Ilie, C., & Ștefănescu, A. (2016). Interdiscursive strategies of metaphor-driven rhetoric in Romanian discourses on a political crisis. *Zeitschrift für Slawistik*, 61(1), 139-160.
- Ionescu, G., & De Madariaga, I. (1968). *Opposition: Past and Present of a Political Institution*. The New Thinker Library.

- Ionescu-Ruxăndoiu, L. (2009). Discursive perspective and argumentation in the romanian parliamentary discourse. A case study. *L'Analisi Linguistica e Letteraria* 2008-1, 16, 435-441.
- Ionescu-Ruxăndoiu, L. (2010). The Romanian Parliamentary Discourse: Tradition and Modernity. A Pragma-Rhetorical Approach. *Revue roumaine de linguistique*, 55(4).
- Ionescu-Ruxăndoiu, L., Roibu, M., & M.-V. Constatinescu (Eds.) (2012). *Parliamentary Discourses Across Cultures: Interdisciplinary Approaches*. Cambridge Scholars Publishing.
- Jacquin, J. (2011). Le/La polémique: une catégorie opératoire pour une analyse discursive et interactionnelle des débats publics?. *Semen. Revue de sémio- linguistique des textes et discours*, (31), 43-60. <https://doi.org/10.4000/semen.9085>
- Jalali, C. (2003). A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras. *Análise Social*, 38(167), 545-572.
- Jalali, C. (2007). *Partidos e democracia em Portugal: 1974-2005: Da Revolução Ao Bipartidarismo*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Jalali, C. (2017). *Partidos e sistemas partidários*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Jankélévitch, V. ([1936] / 1964). *L'ironie*. Flammarion «Champs».
- Jaworski, A., & Galasiński, D. (2000). Vocative address forms and ideological legitimization in political debates. *Discourse studies*, 2(1), 35-53.
- Johnson, R.H., & Blair, J. A. (Eds.) (1980). The Recent Development of Informal Logic. *Informal Logic, The First International Symposium*, 3-28. Edgepress.
- Johnson, R. H., & Blair, J. A. (1983). *Logical Self-Defense*. McGraw-Hill Ryerson.
- Johnson, R. H., & Blair, J. A. (1996). Informal Logic and Critical Thinking. In van Eemeren, F.H., Grootendorst, R., Henkemans, F.S., Blair, J. A., Johnson, R. H., Krabbe, E. C. W., Plantin, C., Walton, D. N., Willard, C. A., Woods, J., & Zaresfsky (Eds.), *Fundamentals of Argumentation Theory: A Handbook of Backgrounds and Contemporary Developments* (pp. 163-188). Lawrence Erlbaum Associates.
- Kahane, H. (1971/1988). *Logic and Contemporary Rhetoric. The Use of Reason in Everyday Life*. Wadsworth.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). La polémique et ses définitions. In N. Gelas & C. Kerbrat-Orecchioni (Éds.), *La parole polémique* (pp. 3-40). Presses universitaires de Lyon.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1992). *Les interactions verbales* (Tome 2). Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1994). Rhétorique et pragmatique: les figures revisitées. *Langue française*, (101), 57-71. <https://doi.org/10.3406/lfr.1994.5843>

- Kerbrat-Orecchioni, C. (1996). *La conversation*. Seuil.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1986/1998). *L'implicite*. Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2000). Quelle place pour les émotions dans la linguistique du XXe siècle? Remarques et aperçus. In C. Plantin & V. Traverso (Dir.), *Les émotions dans les interactions* (pp. 33-74). Presses universitaires Lyon.
- Kerbrat-Orecchioni C. (2002). Rhétorique et interaction. In R. Koren & R. Amossy (Éds.), *Après Perelman: quelles nouvelles politiques pour les nouvelles rhétoriques?* (pp. 173-196). L'Harmattan.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2005). *Le discours in interaction*. Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1990/ 2010a). *Les interactions verbales* (Tome I). Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2010b). L'impolitesse en interaction : aperçus théoriques et étude de cas. *Lexis. Journal in English Lexicology*, (HS 2), 35-60. <https://doi.org/10.4000/lexis.79>
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2011). Politesse, impolitesse, 'non-politesse', 'polirudenesse': aperçus théoriques et application aux débats politiques télévisuels. In G. Held & U. Helfrieche (Eds.), *Cortesia-politesse-cortesía. La cortesia verbale nella prospettiva romanistica. / La politesse verbale dans une perspective romaniste. / La cortesía verbal desde la perspectiva romanística* (pp. 93-116). Lang.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2001/ 2014a). *Les actes de langage dans le discours*. Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. ([1980]/ 2014b). *L'énonciation*. Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2014c). (Im) politesse et gestion des faces dans deux types de situations communicatives: petits commerces et débats électoraux:(Des) cortesía y gestión de la imagen en dos tipos de situaciones comunicativas: comercios locales y debates electorales. *Pragmatica sociocultural/sociocultural Pragmatics*, 2(2), 293-326.
- Kleiber G. (1984). Dénomination et relations dénominatives. *Langages*, (76), 77-94. <https://doi.org/10.3406/lgge.1984.1496>
- Kleiber, G. (1993). Faut-il banaliser la métaphore?. *Verbum (Nancy)*, (1-3), 197-210.
- Koren, R. (2012). Langage et justification implicite de la violence : le cas de l'"amalgame". In L. Aubry, Laurence & B. Turpin (Éds), *Victor Klemperer. Repenser le langage totalitaire* (pp. 93-105). CNRS Éditions.
- Koren, R. (2013). La critique du discours des « anciens » médias « mise au Net » : un nouveau type d'argumentation politique?. *Argumentation et Analyse du Discours*, (10). <https://doi.org/10.4000/aad.1463>

- Krieg-Planque, A. (2004). Souligner l'euphémisme: opération savante ou acte d'engagement ? Analyse du « jugement d'euphémisation » dans le discours politique. *Semen. Revue de sémiolinguistique des textes et discours*, (17). <https://doi.org/10.4000/semen.2351>
- Krieg-Planque, A. (2011). Les « petites phrases » : un objet pour l'analyse des discours politiques et médiatiques. *Communication & langages*, 2(2), 23-41. <https://doi.org/10.4074/S0336150011012038>
- Krieg-Planque, A. (2012/ 2017). *Analyser les discours institutionnels*. Armand Colin.
- Krieg-Planque, A. (2019). L'ethos de rupture en politique: «Un ouvrier, c'est là pour fermer sa gueule!», Philippe Poutou. *Argumentation et Analyse du Discours*, (23). <https://doi.org/10.4000/aad.3773>
- Krieg-Planque, A., & Oger, C. (2010). Discours institutionnels. Perspectives pour les sciences de la communication. *Mots. Les langages du politique*, (94), 91-96. <https://doi.org/10.4000/mots.19870>
- Lamizet, B. (2002). *Politique et identité*. Presses universitaires de Lyon.
- Lamizet, B. (2011). *Le langage politique: discours, images, pratiques*. Éditions Ellipses.
- Lanham, R. A. (1968/ 1991). *A Handlist of Rhetorical Terms*. University of California Press.
- Lakoff, G., & Johnson, M. (1980). *Metaphors we live by*. University of Chicago Press.
- Lausberg, H. ([1966] / 1993). *Elemente Der Literarischen Rhetorik [Elementos de retórica literária]*(R. M. R. Fernandes, Trad., pref. e aditamentos). Gulbenkian.
- Le Bart, C. (1998). *Le discours politique*. Presses universitaires de France.
- Le Bart, C. (2010). Parler en politique. *Mots. Les langages du politique*, (94), 77-84. <https://doi.org/10.4000/mots.19867>
- Lecolle, M. (2001). Métonymie dans la presse écrite: entre discours et langue (Metonymies in the Press: Between Discourse and Language). *Travaux Neuchatelois de Linguistique (Tranel)*, 34(35), 153-70.
- Leech, G. N. (1983). *Principles of Pragmatics*. Longman.
- Lisi, M. (2011). *Os Partidos Políticos em Portugal: Continuidade e Transformação*. Almedina.
- Lisi, M. (Org.) (2015). Quarenta anos de eleições legislativas em Portugal: balanço e perspectivas futuras. In *As eleições legislativas no Portugal democrático (1975-2015)* (pp. 17-44). Assembleia da República.

- Locke, J. ([1690]/1742). Essai philosophique concernant l'entendement humain [An essay concerning human understanding] (Coste, Trad.) Chez Pierre Mortier.
- Longhi, J., & Sarfati, G. E. (2011). *Dictionnaire de pragmatique*. Armand Colin.
- Lopes, A. C. (2018). *Pragmática – Uma Introdução*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Lopes, F. F. (2004). *Os partidos políticos. Modelos e realidades na Europa Ocidental e em Portugal*. Celta Editora.
- López Eire, A. (2005). La naturaleza retórica del lenguaje (número monográfico). *Logo. Revista de Retórica y teoría de la comunicación*, 5(8-9), 5-254.
- López Eire, A., & de Santiago Guervós, J. (2000). *Retórica y comunicación política*. Cátedra.
- Macé, S. (2002). Les énoncés interrogatifs dans *Le Carême du Louvre*. *Littératures classiques*, 46(1), 141-151. <https://doi.org/10.3406/licla.2002.1882>
- Magri-Mourgues, V. (2015). L'anaphore rhétorique dans le discours politique. L'exemple de N. Sarkozy. *Semen. Revue de sémio-linguistique des textes et discours*, (38), 75-94. <https://doi.org/10.4000/semen.10319>
- Magone, J. (2007). Conquering electoral hegemony: a new beginning for Portuguese socialism?. *Pôle Sud*, 27(2), 121-142. <https://doi.org/10.3917/psud.027.0121>
- Maingueneau, D. (1984). *Genèses du discours* (Vol. 2). Editions Mardaga.
- Maingueneau, D. (1991). *L'analyse du discours*. Hachette.
- Maingueneau D. (1993). *Le contexte de l'œuvre littéraire. Énonciation, écrivain, société*. Dunod.
- Maingueneau D. (1990/ 1996). *Pragmática para o discurso literário*. Martins Fontes.
- Maingueneau, D. (1999). Ethos, scénographie, incorporation. In R. Amossy (Éd.), *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos* (pp. 75-100). Delachaux et Niestlé.
- Maingueneau, D. (2000). Lecture, incorporation et monde éthique. *Études de linguistique appliquée*, 119, 265-276. Didier Érudition.
- Maingueneau D. (2002a). Analyse du discours. Scène d'énonciation. In P. Charaudeau & D. Maingueneau (Éds.), *Dictionnaire d'analyse du discours*. Éditions du Seuil.
- Maingueneau, D. (2002b). Problèmes d'ethos. *Pratiques*, 113(1), 55-67. <https://doi.org/10.3406/prati.2002.1945>
- Maingueneau, D. (2005). L'analyse du discours et ses frontières. *Marges linguistiques*, 9, 64-75.

- Maingueneau, D. (2008a). Les trois dimensions du polémique. In L. Gaudin-Bordes & G. Salvan (Éds), *Les Registres* (pp. 109-120). Bruylant/Academia.
- Maingueneau, D. (2008b). A propósito do *ethos* (L. Salgado, Trad.). In A. R. Motta & L. Salgado (Orgs.), *Ethos Discursivo* (pp. 11-29). Contexto.
- Maingueneau, D. (2010). Le discours politique et son «environnement». *Mots. Les langages du politique*, (94), 85-90. <https://doi.org/10.4000/mots.19868>
- Maingueneau, D. (1994/ 2011). Argumentação e análise do discurso: reflexões a partir da segunda Provincial (E. L. Piris, E. L. & M. O. Ferreira, Trad.). In R. L. Baronas & V. Miotello (Orgs.), *Análise de Discurso: teorizações e métodos* (pp. 69-86). Pedro & João Editores.
- Maingueneau, D. (2013). L'éthos : un articulateur. *CONTEXTES. Revue de sociologie de la littérature*, (13). <https://doi.org/10.4000/contextes.5772>
- Maingueneau, D. (2014). Retour critique sur l'éthos. *Langage et société*, 149(3), 31-48. <https://doi.org/10.3917/lis.149.0031>
- Maingueneau, D. (1998/ 2016). *Analyser des textes de communication*. Armand Colin.
- Maingueneau, D., Dhondt, R. & Martens D. (2012). «Un réseau de concepts». Entretien avec Dominique Maingueneau au sujet de l'analyse du discours littéraire. In *Interférences littéraires/Littéraire interférenties*, (8), 203-221. <http://www.interferenceslitteraires.be/en/node/162>.
- Manole, V. (2012a). Formas pronominais de tratamento: uma análise comparativa português/romeno. *Studia Universitas Babeş-Bolyai Philologia*, 57(1), 237- 248.
- Manole, V. (2012b). Le discours parlementaire portugais et roumain entre l'oral et l'écrit le cas des formes d'adresse. In M. H. A. Carreira & A. Teletin (Dir.) *Les rapports entre l'oral et l'écrit dans les langues romanes*. Travaux et Documents, (54), 255-271. Université Paris 8.
- Manole, V. (2014a). De l'oral à l'écrit: quelques remarques sur les transcriptions des séances parlementaires. In Liana Pop et al. (Éds.), *Studia Universitatis Babeş-Bolyai Philologia*, 59(4), 127-141.
- Manole, V. (2014b). Os pronomes você e dumneata no discurso parlamentar português e romeno. In I. Roboredo Seara (Org.), *Cortesia: olhares e (re)invenções* (pp. 191-210). Chiado Editora.
- Manole, V. (2015) L'expression de la modalité factuelle dans le discours parlementaire brésilien, portugais et roumain: entre polémique et politesse. In M. H. A. Carreira & A. Teletin (Dir.), *Travaux et Documents*, (60), 173-192. Université Paris 8.
- Manole, V. (2020). O debate parlamentar em português (Portugal, Brasil) e romeno: abordagem pragmático-discursiva [Thèse de doctorat, Université Paris 8]. Casa Cărții de Știință.

- March, L. (2012). Os partidos europeus da esquerda radical após a crise: Marxismo, mainstream ou marginalidade?. In March, L., & Freire, A. (Orgs.), *A esquerda radical em Portugal e na Europa: marxismo, mainstream ou marginalidade?* (pp. 25-104). Quid Novi.
- March, L., & Freire, A. (2012). *A esquerda radical em Portugal e na Europa: marxismo, mainstream ou marginalidade?*. Quid Novi.
- Marchand, P. (2010). De l'affrontement partisan à la violence symbolique: la déclaration de politique générale dans la Ve République. *Parlement[s], Revue d'histoire politique*, 14(2), 49-66. <https://doi.org/10.3917/parl.014.0049>
- Marques, M. A. (2000). *Funcionamento do discurso político parlamentar: a organização enunciativa no debate de interpelação ao governo* [Tese de doutoramento publicada]. CEHUM/ Universidade do Minho.
- Marques, M. A. (2001). Construção da relação de interlocução no debate político parlamentar. In L. Abreu & A. Miranda (Eds.), *O Discurso em Análise – Atas do 7º Encontro de estudos Portugueses* (pp.55-63). Universidade de Aveiro.
- Marques, M. A. (2005a). Discurso Político Parlamentar: esferas pública e privada na construção do locutor. In M. Gonçalves, A.S. Silva, J. Coutinho, & J. C. Oliveira Martins (Orgs.), *Gramática e Humanismo – Atas do colóquio de homenagem ao Professor Amadeu Torres* (Vol. 1) (pp. 487-497). Publicações da Fac. Filosofia da U. Católica Portuguesa.
- Marques, M. A. (2005b). Os apartes no discurso político parlamentar: vozes off. In M. A. Marques, E. Koller, J. Teixeira, A. S. Lemos (Orgs.), *Ciências da Linguagem. 30 anos de investigação e ensino* (pp. 193-216). Universidade do Minho – CEHUM/ILCH.
- Marques, M. A. (2006). Debate político e discurso relatado – dimensões de uma ficção. *Actas do VII Congrès de Linguística General*. Universidade de Barcelona.
- Marques, M. A. (2007a). Comentário jornalístico político: interpretação de outros discursos e argumentação. *Revista Diacrítica* 21.1 (série Ciências da Linguagem), 127-142. Centro de Estudos Humanísticos/ Universidade do Minho.
- Marques, M. A. (2007b). O ‘povo português’ nos discursos políticos parlamentares: um papel comunicativo complexo. In P. Cano López (Coord.) *Actas del VI Congreso de Linguística General, Santiago de Compostela*, 3-7 de Mayo de 2004, Tomo 3 (pp. 3121-3132).
- Marques, M. A. (2007c). Discordar no Parlamento: estratégias de argumentação. *Revista Galega de Filoloxía*, (8), 99-124. Universidade da Corunha.
- Marques, M. A. (2008a). Quando a cortesia é agressiva. Expressão de cortesia e imagem do outro. In F. Oliveira & I. M. Duarte (Eds.), *O fascínio da linguagem*, Actas do Colóquio de Homenagem a Fernanda Irene Fonseca (pp. 277-296). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Marques, A. (2008b). Arrogância e construção do *ethos* no discurso político português. *III Simpósio Internacional Sobre análise do discurso*, Brasil, Belo Horizonte (pp. 1-10). UFMG.
- Marques, M. A. (2010a). Circulation et fonction de la médisance en campagne électorale. *Cédille, revista de estudios franceses*, (1), 65-79.
- Marques, M. A. (2010b). A voz dos Outros no Parlamento. In Actas do XXXIX Congreso de la Sociedad Española de Lingüística [CD-Rom] (pp. 1-12). Santiago de Compostela.
- Marques, M. A. (2010c). The public and private sphere in parliamentary debate: The construction of the addresser in the Portuguese Parliament. In C. Ilie (Ed.), *European Parliaments under Scrutiny. Discourse strategies and interaction practices* (pp. 79-108) John Benjamins.
- Marques, M. A. (2011a). La reprise dissensuelle dans le discours politique parlementaire—du dialogal au dialogique. *Cahiers de praxématique*, (57), 133-146. [https://doi.org/ 10.4000/praxematique.1763](https://doi.org/10.4000/praxematique.1763)
- Marques, M. A. (2011b). Expressions idiomatiques et valeurs argumentatives dans le discours parlementaire portugais. In M. H. Araújo Carreira & A. Teletin (Org.) *Travaux et Documents*, (48), 263-272. Université Paris 8.
- Marques, M. A. (2012). Emotions and Argumentation in the Portuguese Parliament. In Liliana Ionescu-Ruxandoiu (Ed.) in collaboration with M. Roibu and M.-V. Constantinescu, *Parliamentary Discourses across Cultures: Interdisciplinary Approaches* (pp. 117-132). Cambridge Scholars Publishing.
- Marques, M. A. (2013). Politique, humour et campagne électorale. Les enjeux d'une politique-spectacle. *Mots. Les langages du Politique* 101, 61-75. <https://doi.org/10.4000/mots.21146>
- Marques, M. A. (2014). Palavra de Presidente: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril. *Forma breve*, (11), 297-311. <https://doi.org/10.34624/fb.v0i11.5416>
- Marques, M. A. (2015). Argumentar em tempos de crise no Parlamento português. *Revista portuguesa de humanidades*, 19(1), 99-120. <http://hdl.handle.net/1822/53315>
- Marques, M. A. (2016). Discours présidentiels au Portugal. Um regard pluridisciplinaire. *Mots. Les Langages du politique*, (112), 125-132. <https://doi.org/10.4000/mots.22534>
- Marques, M. A. (2017a). Debate eleitoral português: presidencialização e estratégias de atenuação linguística em situação de confronto político. *Linha D'Água*, 30(1), 9-33. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v30i1p9-33>
- Marques, M. A. (2017b). Approximation, force argumentative et déixis personnelle dans les discours politiques de commémoration. In Carreira, M. H. & Teletin, A. (Éds.), *La déixis et son expression dans les langues romanes*, *Travaux et documents*, (62), 67-80. Université Paris 8.

- Marques, M. A. (2018). Enunciação e referenciação. Os discursos de celebração de Abril Enunciation and referencing. The speeches celebrating April. *Redis: Revista de Estudos do discurso*, 7, 120-141. doi 10.21747/21833958/red7a5
- Marques, M. A. (2019a). Discursos políticos presidenciais de Ano Novo: gerir a incerteza. *Gragoatá. Revista Científica dos Programas de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem e Estudos de Literatura*, 24(50), 717-736. <https://doi.org/10.22409/gragoata.v24i50.34193>
- Marques, M. A. (2019b). Référentiation et conflit. À propos de la signification du terme “geringonça”. In I. Roboredo Seara, & I. Marques, I. (Orgs.), *L'implicite dans les langues romanes: Langues, Textes et Discours* (pp. 55-65). Universidade Aberta.
- Marques, M. E. R. (1988). *A complementação verbal. Estudo sociolinguístico* [Tese de Doutoramento, Universidade Nova, Lisboa].
- Marques, M. E. R. (1995). *Sociolinguística*. Universidade Aberta.
- Martel, G. (1998). *Pour une rhétorique du quotidien*. CIRAL/Université Laval.
- Martel, G. (Org.) (2000). *Autouusr de l'argumentation. Rationaliser l'expérience quotidienne*. Nota Bene.
- Martins, A. M., & Costa, J. (2016). Ordem dos constituintes frásicos: sujeitos invertidos; sujeitos antepostos. A. M. Martins & E. Carrilho (Eds.) *Manual de Linguística Portuguesa* (pp. 371-400). De Gruyter.
- Mateus, J., & Ramalho, T. (2013). O Sistema de Partidos em Portugal. *CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia*, 1-20.
- Matos, M. V. (1997). Metonímia. Epanalepse. In J. Prado Coelho (Dir.), *Dicionário de Literatura* (2 Vol.). Figueirinhas.
- Matoso, A. (2003). Clenasmo. Paronomásia. Paronomásia. Trocadilho. *Dicionário da gramática da língua portuguesa*. Quarteto.
- Mayaffre, D. (2003). Dire son identité politique. *Cahiers de la Méditerranée*, (66), 247-264. <https://doi.org/10.4000/cdlm.119>
- Mazière F. (2005/ 2015). *L'analyse de discours. Histoire et pratiques*. Presses universitaires de France.
- McMurtry, J. (1986). The argumentum ad adversarium. *Informal Logic*, 8(1): 27-36. <https://doi.org/10.22329/il.v8i1.2678>
- Mercier-Leca, F. (2003). *L'ironie*. Hachette.
- Meyer, M. (Dir.) (1999). *Histoire de la rhétorique. Des Grecs à nos jours*. Le livre de poche.

- Meyer, M. (2000). Aristóteles ou a retórica das paixões. In ARISTÓTELES. *retórica das paixões* (I. B. Fonseca, Trad.). Martins Fontes.
- Meyer, M. (2008). *Principia Rhetorica: une théorie générale de l'argumentation*. Fayard.
- Meyer, M. (2009). Comment repenser le rapport de la rhétorique et de l'argumentation ?, *Argumentation et Analyse du Discours*, (2). <https://doi.org/10.4000/aad.211>
- Meyer, M. (1998/ 2018). *Questões de retórica, linguagem, Razão e sedução*. Edições 70.
- Micheli, R. (2008). La construction argumentative des émotions: pitié et indignation dans le débat parlementaire de 1908 sur l'abolition de la peine de mort. In M. Rinn (Éd.) *Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue* (pp. 127-141). Presses universitaires de Rennes. <https://doi.org/10.4000/books.pur.30430>
- Micheli, R. (2010a). *L'émotion argumentée. L'abolition de la peine de mort dans le débat parlementaire français*. Cerf.
- Micheli, R. (2010b). Emotions as objects of argumentative constructions. *Argumentation*, 24(1), 1-17. <https://doi.org/10.1007/s10503-008-9120-0>
- Micheli, R. (2013). Esquisse d'une typologie des différents modes de sémiotisation verbale de l'émotion. *Semen. Revue de sémio-linguistique des textes et discours*, (35). <https://doi.org/10.4000/semen.9795>
- Micheli, R. (2014). *Les émotions dans les discours: modèle d'analyse et perspectives empiriques*. De Boeck.
- Moeschler, J. (1980). La réfutation parmi les fonctions interactives marquant l'accord et le désaccord. *Cahiers de linguistique française*, (1), 54-78.
- Moeschler, J. (1985). *Argumentation et conversation. Éléments pour une analyse pragmatique du discours*. Hatier/Didier.
- Moeschler, J., & Auchlin, A. (2009). *Introduction à la linguistique contemporaine*. Armand Colin.
- Moïse, C. (2006). Analyse de la violence verbale : quelques principes méthodologiques. *Actes des XXVIe journées d'études sur la parole*, 12-16 juin, Dinard (pp. 103-114). http://jep2006.irisa.fr/JEP06_ACTES.PDF
- Moïse, C. (2012). Argumentation, confrontation et violence verbale fulgurante. *Argumentation et analyse du discours*, (8). <https://doi.org/10.4000/aad.1260>
- Moïse, C., Auger, N., Fracchiolla, B., & Schultz-Romain, C. (2008). *La violence verbale* (2 Tomes). L'Harmattan.
- Molinié, G. (1992). *Dictionnaire de rhétorique*. Librairie Générale Française.

- Monte, M. (2013). Les discours d'investiture des Premiers ministres portugais (2002-2011). Comparaison gauche/droite. *Mots. Les langages du politique*, (101), 13-30. <https://doi.org/10.4000/mots.21096>
- Montero, A. S. (2009). Emociones y exclamación: la mostración de la subjetividad en el discurso político. *Lenguaje*, 37(2), 337-363. <https://doi.org/10.25100/lenguaje.v37i2.4895>
- Morier, H. ([1961]/1981). *Dictionnaire de poétique et de rhétorique*. Presses Universitaires de France.
- Murphy, J. (2014). (Im)politeness during Prime Minister's Questions in the UK Parliament. *Pragmatics and Society*, 5(1), 76-104. <https://doi.org/10.1075/ps.5.1.04mur>
- Oger, C. (2006). Dialectique de la parole et du silence. Émergence et fonction de l'injure sexiste en politique. *Communication*, 25(1), 11-45. <https://doi.org/10.4000/communication.1360n>
- Ogien, A. (2010). La valeur sociale du chiffre. La quantification de l'action publique entre performance et démocratie. *Revue française de socio-économie* 5, 19-40. <https://doi.org/10.3917/rfse.005.0019>
- Oléron, P. (1993). *L'argumentation*. Presses universitaires de France.
- Oléron, P. (1995). Sur l'argumentation polémique. *Hermès, La Revue*, 16(2), 15-27. <https://doi.org/10.4267/2042/15179>
- Oliveira, F. & Mendes, A. (2013). Modalidade. In E.P. Raposo, M.F.B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, A. Mendes, G. Vicente, & R. Veloso (Eds.), *Gramática do Português*, (Vol. 1) (pp-625-672). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Oprea, A. G. (2012). *Le système de la politesse confronté aux défis du talk-show: Politesse, impolitesse et a-politesse à l'épreuve du spectacle et de la violence dans "On n'est pas couché" et "Tout le monde en parle"* [Thèse de doctorat, Lyon 2].
- Orkibi, E. (2008). Ethos collectif et Rhétorique de polarisation: le discours des étudiants en France pendant la guerre d'Algérie. *Argumentation et Analyse du Discours*, (1). <https://doi.org/10.4000/aad.438>
- Ortega, A. (1994/ 2006). *El discurso político: retórica-parlamento-dialéctica*. Diego Marín.
- Palonen, K. (2004). Parliamentarism: A Politics of Temporal and Rhetorical Distances. *Österreichische Zeitschrift für Geschichtswissenschaften*, 15(3), 111-125. <https://doi.org/10.25365/oezg-2004-15-3-7>
- Palonen, K. (2007). Speaking pro et contra: the rhetorical intelligibility of parliamentary politics and the political intelligibility of parliamentary rhetoric. In S. Soininen & T. turkka (Eds.), *The Parliamentary Style of Politics* (pp. 82-105). The Finnish Political Science Association.
- Pêcheux, M. (1969). *Analyse automatique du discours*. Dunod.

- Peñafiel, R. (2011). L'image du peuple. Construction de l'ethos plébéen de Hugo Chavez dans l'émission *Aló Presidente*. *Mots* (96), 29-44. <https://doi.org/10.4000/mots.20204>
- Perelman, C. ([1977] / 1993). *O império retórico. Retórica e argumentação* (F. Trindade & R. A. Grácio, Trad.). Asa.
- Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. ([1958] / 2006). *Tratado de argumentação* (J. Duarte, Trad.). Instituto Piaget.
- Parenteau, D., & Parenteau, I. (2008). *Les idéologies politiques: le clivage gauche-droite*. PUQ.
- Perrin, L. (1996). *L'ironie mise en trope. Du sens des énoncés hyperboliques et ironiques*. Kimé.
- Petit, G. (2002). Dénomination. In P. Charaudeau & D. Maingueneau, *Dictionnaire d'Analyse du Discours* (pp. 163-164). Seuil.
- Plantin, C. (1990). *Essais sur l'argumentation. Introduction linguistique à l'étude de la parole argumentative*. Kimé.
- Plantin, C. (1995a). *Recherches sur l'interaction argumentative* [Synthèse pour l'habilitation]. Lyon, Université de Lyon-2.
- Plantin, C. (1995b). L'argument du paralogisme. *Hermès, La Revue*, 15(1), 245-262. <https://doi.org/10.4267/2042/15170>
- Plantin, C. (1998). Les raisons des émotions. In M. Bondi (Éd.), *Forms of Argumentative Discourse. Per un'analisi linguistica dell'argomentare* (pp. 3-50). CLUEB.
- Plantin, C. (1999). La construction rhétorique des émotions. In E. Rigotti, & S. Cigada (Éds.), *Rhetoric and argumentation* (pp. 203-219). Niemeyer.
- Plantin, C. (2002). Rhétorique. In P. Charaudeau & D. Maingueneau (Éds.), *Dictionnaire d'Analyse du Discours* (pp. 505-508). Seuil.
- Plantin, C. (2003a). Structures verbales de l'émotion parlée et de la parole émue. In J.- M. Colletta & A. Tcherkassof (Dirs.), *Les émotions. Cognition, langage et développement* (pp. 97-130). Mardaga.
- Plantin, C. (2003b). Des polémistes aux polémiqueurs. In G. Declercq, M. Murat, & J. Dangel, *La parole polémique* (pp. 377-408). Honoré Champion.
- Plantin, C. (2005). *L'argumentation : Histoire, théories, perspectives*. Presses Universitaires de France.
- Plantin, C. (2009). Un lieu pour les figures dans la théorie de l'argumentation. *Argumentation et analyse du discours*, (2). <https://doi.org/10.4000/aad.215>
- Plantin, C. ([1996] / 2010a). *A argumentação* (R. Grácio, R. & M. Matozzi, Trad.). Grácio Editor.

- Plantin, C. (2010b). Argumentation-rhétorique. Les eaux mêlées. *Mots. Les langages du politique*, (94), 23-30. <https://doi.org/10.4000/mots.19856>
- Plantin, C. (2011a). *Les bonnes raisons des émotions. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Peter Lang.
- Plantin, C. (2011b). Analogie et métaphore argumentatives. *A contrario*, 16(2), 110-130. <https://doi.org/10.3917/aco.112.0110>
- Plantin, C. (2016). *Dictionnaire de l'argumentation. Une introduction notionnelle aux études d'argumentation*. ENS Éditions.
- Pineira, C., & Tournier, M. (2009). Ségolène Royal entre François Bayrou et Nicolas Sarkozy. Approche lexicométrique. *Mots. Les langages du politique*, (89), 83-104. <https://doi.org/10.4000/mots.18813>
- Pinto, R. (2005). Le *pathos* dans les affiches politiques portugaises – Stratégie rhétorico-politique-discursive ?. In *Actes du XXVe Colloque d'Albi* (pp. 319-330). Université Toulouse-Le Mirail.
- Pinto, R. (2013). Les élections législatives portugaises de 2002 et 2009 à partir des affiches politiques. Un « regard » multimodal. *Mots. Les langages du politique*, (101), 47-60. <https://doi.org/10.4000/mots.21130>
- Pita, S. (2016). *Ethos textual em intervenções políticas: estudo contrastivo de mensagens de final de ano portuguesas e brasileiras* [Tese de doutoramento não publicada, Universidade Nova, Lisboa].
- Pita, S., & Pinto, R. (2017). *Ethos na prática política: uma análise comparativa em contextos luso-brasileiros*. *Ráido*, 11(25), 271-279. <https://doi.org/10.30612/raido.v11i25.5070>
- Prak-Derrington, E. (2015). Anaphores, épiphore & Co. *Pratiques. Linguistique, littérature, didactique*, 165-166. <https://doi.org/10.4000/pratiques.2554>
- Proudhon, P. J. ([1848]/1868). Solution du problème social. In *Œuvres complètes de P.-J. Proudhon*, t. 6. Lacroix.
- Quintilien (1978). *Institution oratoire* (Vol. 5). Les Belles Lettres.
- Quintiliano (2011). *Institutio Oratoria* (livros I e II) (A. L. Marques & R. Marques, Trad.). Traduvárius.
- [Anónimo] (2005). *Retórica a Herênio* (A. P. Faria, & A. Seabra, Trad.). Hedra.
- Rabatel, A. (2004). *Argumenter en racontant*. De Boek
- Rabatel, A. (2008). Figures et points de vue en confrontation. *Langue française*, 160(4), 3-17. <https://doi.org/10.3917/lf.160.0003>

- Raus, R. (2009). L'éthos entre discours théoriques et typologies empiriques en politique. *Studi e Ricerche*, 4, 251-263.
- Reboul, O. ([1980]/ 1986). *Lenguaje e ideología* (M. Prósper, Trad.). Fondo de Cultura Económica.
- Reboul, O. (1989). *Rhétorique à Herennius*. Les Belles Lettres.
- Reboul, O. (1991/2004)]. *Introdução à retórica* (2ª ed.), (I. Castilho Benedetti, Trad.). Martim Fontes.
- Reis & Nunes (1993). [Recensão a] Albert O. Hirschman – The Rhetoric of Reaction – Perversity, Futility, Jeopardy. *Notas económicas*, (1), 101-113.
- Ribeiro, M. R. (2010). A palavra dita e a palavra escrita no discurso parlamentar. In M.D. C. Fonseca, M.J. Marçalo, M.J., Lima-Fernandes, E. Esteves, O. Gonçalves, O., A.L . Vilela, & A.A. Silva (Eds.), *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. SIMELP 2009, Universidade de Évora.
- Ricalens-Pourchot, N. (1998/ 2016). *Lexique des figures de style*. Armand Colin.
- Robrieux, J.-J. (2005/2015). *Rhétorique et Argumentation*. Armand Colin.
- Rodrigues, S. V. (2005). Contributos para o estudo da polémica em Camilo Castelo Branco: a diversidade de formatos discursivos. In G. Rio-Torto, O. Figueiredo, & F. Silva (Eds.), *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela* (pp. 849-866). Faculdade de Letras do Porto. http://web.letras.up.pt/srodrigues/pdfs/ad_vilela.pdf
- Rodrigues, S.V. (2011). *Estrutura e funcionamento da interação verbal polémica: contributo para o estudo da polemicidade em Camilo Castelo Branco* [Tese de doutoramento publicada]. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Romero C. (2005). L'expression de l'intensité par la conséquence ou la cause. *Corela*, 3(2). <https://doi.org/10.4000/corela.542>
- Rosier, L., & Ernotte, P. (2000). *Le lexique clandestin. La dynamique sociale des insultes et appellatifs à Bruxelles*. Duculot.
- Sacks, H., Schegloff, E. A., & Jefferson, G. (1978). A simplest systematics for the organization of turn taking for conversation. In *Studies in the organization of conversational interaction* (pp. 7-55). Academic Press.
- Saianda, M. H. (1998). Estudo contrastivo de associações lexicais no discurso comum e no discurso parlamentar [Tese de doutoramento, Universidade de Évora]. <http://hdl.handle.net/10174/11273>
- Saianda, M. H. (2003). Estudo contrastivo de associações lexicais no discurso comum e no discurso parlamentar. In *Terminologia e indústrias da língua: actas do VII Simpósio Ibero-Americano de Terminologia* (pp. 901-909). Instituto de Linguística Teórica e Computacional.

- Saianda, M. H., & Gonçalves, O. M. (2014). Vossa Excelência é um trambiqueiro!. In I. Roboredo Seara (Org.), *Cortesia: olhares e (re)invenções* (211-226). Chiado Editora.
- Sălăvăstru, C. (2004). *Rhétorique et politique*. L'Harmattan.
- Salgado, S. (2010). *Os candidatos presidenciais. Construção de imagens e discursos nos media* (2006). Minerva.
- Safire, W. (1988, novembro 13). Sound Bite; Define Yourself! *The New York Times*, p. 27. <https://www.nytimes.com/1988/11/13/magazine/on-language-sound-bite-define-yourself.html>
- Sans, B. (2011). L'histoire par l'exemple et l'exemple de l'histoire: les exemples historiques chez Polybe. In V. Ferry, B. Sans, & A. Toma (Éds.), *Études sur l'exemple. Diversité et identité culturelle en Europe* (pp.138-159). Editura Muzeul Literaturii Române.
- Schiffrin, D. (1994). *Approaches to discourse*. Blackwell.
- Schnurr, S., Marra, M., & Holmes, J. (2008). Impoliteness as a means of contesting power relations in the workplace. In D. Bousfield & M. A. Locher (Eds.), *Impoliteness in language: Studies on its interplay with power in theory and practice* (pp. 211-230). Mouton de Gruyter.
- Schopenhauer, A. ([1864]/ 2009). L'art d'avoir toujours raison ou Dialectique éristique (die Kunst, Recht zu behalten) (H. Plard, Trad.). Circé.
- Seara, I. R. (Ed.). (2014). *Cortesia: olhares e (re) invenções*. Chiado Editora.
- Seara, I. R. (2019). O presidente é o fusível de segurança do sistema. Discurso de comemoração de mandato presidencial e diálogo subsequente. Construção do *ethos* de proximidade e de autoridade. In M.A. Marques & S. Sousa (Orgs.), *Linguagens de Poder* (pp. 97-117). CEHUM/Húmus.
- Seara, I. R. (2020). Violência verbal nos discursos político e mediático contemporâneos: da dicotomização ao insulto/ Verbal violence in contemporary political and media discourses: from dichotomization to insult. *Revista de estudos da Linguagem*, 28(4), 1507-1518.
- Seara, I. R., & Manole, V. (2016). Insult and the Construction of Others Identity: Remarks on Portuguese Political Discourse. *Revue Roumaine De Linguistique-Romanian Review Of Linguistics*, 61(3), 301-318.
- Seara, I. R., & dos Santos, L. S. W. (2019). Linguagem e poder nas mídias brasileira e portuguesa. *Diacrítica*, 33(3), 122-137.
- Seara, I. R. & Viola, A. I. (2019). L'indignation au féminin dans le débat parlementaire portugais. In M. Trédez-Lopez & H. Bayter, *Le renouveau parlementaire: entre discours et action* (pp. 275-272). L' Harmattan.

- Searle, J. (1969). *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge university press.
- Siblot, P. (2001). De la dénomination à la nomination. Les dynamiques de la signifiante nominale et le propre du nom. *Cahiers de praxématique*, (36), 189-214. <https://doi.org/10.4000/praxématique.368>
- Silva, A. S. (1997). A linguística cognitiva uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista portuguesa de humanidades*, 1(1), 59-101.
- Silva, A. S. (2006). *O mundo dos sentidos*. Almedina.
- Silva, A. S. (2009). O que sabemos sobre a crise económica, pela metáfora. Conceptualizações metafóricas da crise na imprensa portuguesa. In Anexo dos Congressos 6º SOPCOM/ 8º LUSOCOM (pp. 291-311). Braga, Universidade Católica Portuguesa.
- Silva, A. S. (2015). Metáfora conceptual e ideologia: o caso do discurso das políticas de austeridade na imprensa portuguesa. *Revista Investigações*, 28(2).
- Snoeck Henkemans, F. (2009). La prétérition comme outil de stratégie rhétorique. *Argumentation et Analyse du Discours*, (2). <https://doi.org/10.4000/aad.217>
- Sperber, D. & Wilson, D. (1978). Les ironies comme mentions. *Poétique*, (36), 399-412.
- Steuckardt, A. (2015). Histoire de quelques correctifs formés sur *dire*. *Langue française*, 186(2), 13-30. <https://doi.org/10.3917/lf.186.0013>
- Suhamy, H. (1981/ 2016). *Les figures de style*. Presses universitaires de France.
- Surel, Y. (2004). Le chef de l'opposition. *Pouvoirs*, (1), 63-80.
- Teixeira, C. P. (2009). *O Povo Semi-Soberano. Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar em Portugal (1990-2003)*. Edições Almedina.
- Teixeira, C. P. (2018). *Qualidade de democracia em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Teletin, A. (2013). Les vœux présidentiels au Portugal, en France et en Roumanie, et la crise internationale. Les enjeux des formes d'adresse et des procédés d'atténuation/intensification. *Mots. Les langages du politique*, (101), 31-46. <https://doi.org/10.4000/mots.21108>
- Terkourafi, M. (2008). Toward a unified theory of politeness, impoliteness, and rudeness. In Bousfield, D., & Locher, M. A. (Eds.), *Impoliteness in language: Studies on its interplay with power in theory and practice* (Vol. 21) (pp. 45-76). Walter de Gruyter.
- Terkourafi, M., & Kádár, D. Z. (2017). Convention and ritual (im) politeness. In *The Palgrave handbook of linguistic (im) politeness* (pp. 171-195). Palgrave Macmillan.

- Tindale, C. (2004). *Rhetorical Argumentation. Principles of Theory and Practice*. Sage.
- Tindale, C. (2007). *Fallacies and Argument Appraisal*. Cambridge University press.
- Toma, A. (2011). La relation textuelle d'exemplification et l'exemple mathématique. In V. Ferry, B. Sans, & A. Toma (Éds.), *Études sur l'exemple. Diversité et identité culturelle en Europe (DICE)* (pp. 49-82). Editura Muzeul Literaturii Române.
- Toulmin, S. ([1958]/ 2016). *The Uses of Argument*. Cambridge University press.
- Toulmin, S., Riecke, R., & Janik, A. (1978). *An Introduction to Reasoning*. Macmillan & Collier.
- Tracy, K., Ilie, C., & Sandel, T. (Eds.) (2015). *The International Encyclopedia of Language and Social Interaction*, (Vol. 1). John Wiley & Sons
- Trognon, A., & Larrue, J. (1994). *Pragmatique du discours politique*. Armand Colin.
- Truan, N. (2016). Convoquer autrui dans le discours politique. Ethos et adresse indirecte dans les débats parlementaires allemands et britanniques contemporains sur l'Europe (1998-2015). *Trajectoires. Travaux des jeunes chercheurs du CIERA*, (Hors série n° 1). <https://doi.org/10.4000/trajectoires.1905>
- Ungerer, F. (1997). Emotions and emotional language in English and German new stories. In Niemeyer, S. & Dirven, R. (Org.), *Colloque The Language of Emotions*, 307-328.
- van Dijk, T.A. (1996). De la grammaire de textes à l'analyse socio-politique du discours. In Moirand, S. (éd.), *Le discours: enjeux et perspectives, Recherches et applications*, 16- 29.
- van Dijk, T.A. (1997). Discourse as Social Interaction. *Discourse Studies*, (2). Sage Publishing.
- van Dijk, Teun (2000). Parliamentary discourse. In R. Wodak and T. A. Van Dijk (Eds.), *Racism at the top: Parliamentary discourses on ethnic issues in six European states* (pp. 45–78). Drava Verlag.
- Van Dijk, T. (2001). Discurso y racismo. *Persona y sociedad*, 16(3), 191-205.
- van Dijk, T. A. (2002). Political discourse and political cognition. In P. Chilton & C. Schäffner (Eds.), *Politics as text and talk: Analytic approaches to political discourse* (pp. 203-237). Jonh Benjamins.
- van Dijk, T. A. (2003). *Ideología y discurso: una introducción multidisciplinaria*. Grupo Planeta (GBS).
- van Dijk, T. A. (2005). Politics, ideology and discourse. In *Encyclopedia of Language and Linguistics*. R. Wodak (Ed.), Vol. *Politics and Language* (pp. 728-740). Elsevier.
- van Dijk, T. A. (2007). *Racismo y discurso en América Latina*. Editorial Gedisa.
- van Dijk, T. A. (2008). *Discourse and power*. Palgrave Macmillan.

- van Dijk, T. A., & Bixio, A. (2009). *Discurso y poder contribuciones a los estudios críticos del discurso*. Editorial Gedisa.
- van Dijk, T. A. (2010). Political identities in parliamentary debates. In Ilie, C. (ed.), *European Parliaments under Scrutiny. Discourse strategies and interaction practices* (pp. 29-56). John Benjamins.
- van Eemeren, F. H. (Ed.). (2001). *Crucial concepts in argumentation theory*. Amsterdam university press.
- van Eemeren, F.H., & Grootendorst, R. (1984). *Speech Acts in Argumentative Discussions*. Foris.
- van Eemeren, F.H., & Grootendorst, R. (1992). *Argumentation, communication, fallacies. A pragma-dialectical perspective*. Lawrence Erlbaum Associates.
- van Eemeren, F.H., & Grootendorst, R. (2004). *A Systematic Theory of Argumentation. The Pragma-dialectical approach*. Cambridge university press.
- van Eemeren, F.H., Grootendorst, R, Henkemans, F.S., Blair, J. A., Johnson, R. H., Krabbe, E. C. W., Plantin, C., Walton, D. N., Willard, C. A., Woods, J., & Zaresfsky (1996). *Fundamentals of Argumentation Theory: A Handbook of Backgrounds and Contemporary Developments*. Lawrence Erlbaum Associates.
- van Eemeren, F. H., & Houtlosser, P. (2002). Strategic maneuvering. In *dialectic and rhetoric* (pp. 131-159). Springer, Dordrecht.
- Vassy, S. (2005). *Ethos de femmes ministres. Recherche d'indices quantifiables. Mots. Les langages du politique*, (78), 105-114. <https://doi.org/10.4000/mots.422>
- Vieira, M. (2018). *A construção da democracia em Portugal: análise dos discursos presidenciais de Ramalho Eanes e Mário Soares* [Tese de doutoramento não publicada, Universidade Lusófona, Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10437/8977>
- Vignaux, G. (1988). *Le discours acteur du monde*. Ophrys.
- Viola, I. G. (2019). A «ofensiva verde» no debate sobre o estado da Nação. In M. A. Marques, & S. Sousa (Orgs.), *Linguagens de Poder* (pp. 160-183). CEHUM/ Húmus.
- Viola, I. G. (2020). Das razões da indignação – o insulto como estratégia política no debate parlamentar. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, (7), 385-398. <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln7ano2020a23>
- Vion, R. (1992/ 2000). *La communication verbale. Analyse des interactions*. Hachette.
- Walton, D. (1982). *Argument: The logic of fallacies*. McGraw-Hill Reerson.
- Walton, D. (1992a). *The place of emotion in Argument*. The Pennsylvania State University.

- Walton, D. (1992b). *Slippery Slope Argument*. Clarendon Press.
- Walton, D. (1996). *Argumentation Schemes for Presumptive Reasoning*. Lawrence Erlbaum.
- Walton, D. (1997). *Appeal to Expert Opinion: Arguments from Authority*. Pennsylvania State University Park.
- Walton, D. (1998). *Ad hominem arguments*. University of Alabama Press.
- Walton, D. (1999). *Appeal to popular opinion*. Pennsylvania State University.
- Walton, D., Reed, C., & Macagno, F. (2008). *Argumentation schemes*. Cambridge university press.
- Weber, M (1965). *Économie et société*. Plon.
- Weston, A. (1996). *A arte de argumentar* (D. Murcho, Trad., J. Branquinho, Rev.). Gradiva.
- Wiesner, C. (2014). The European Parliament as special parliament and political actor: Dissensus, debate and deliberation as tools. *The politics of dissensus: Parliament in debate*, (2), 101-126.
- Willard, C. A. (1989). *A Theory of Argumentation*. The University of Alabama Press.
- Wodak, R. (Ed.). (1989). Introduction. In *Language, power and ideology: Studies in political discourse* (pp. i-ix). Benjamins.
- Wodak, R., & van Dijk, T. A. (Eds.) (2000). Racism at the top. In *Parliamentary Discourses on Ethnic issues in Six European States*. Drava Verlag.
- Woods, J., & Walton, D. (1982). *Argument: The Logic of the Fallacies*. McGraw-Hill Ryerson.
- Woods, J., & Walton, D. (1992). *Critique de l'argumentation. Logiques des sophismes ordinaires*. Kimé.

Obras literárias citadas

- Andrade, E. de (1980). *Poesia e prosa (1940-1979): Primeiros poemas. As mãos e os frutos. Os amantes sem dinheiro. As palavras interditas. Até amanhã. Coração do dia. Mar de setembro. Ostinato rigore. Escrita da terra. Epitáfios* (Vol. 1). Impr. Nacional-Casa da Moeda.
- Andrade, M. (2013). *Poesias completas*. Nova Fronteira.
- Andrade, C. D. D. (1930). *Poesia*, 62.
- Andresen, S. D. M. B. (1962). *Contos exemplares*. Livraria Moraes.
- Andresen, S. D. M. B. (2004). Retrato de uma princesa desconhecida. In *Dual*. Caminho.

- Assis, M. de. (1997). *A parasita azul*. In *Histórias da meia noite*. Globo.
- Assis, M. de (1994a). *Machado de Assis – Obra completa* (4 vol.). Nova Aguilar.
- Assis, M. de (1994b). *Esau e Jacó*. Nova Aguilar.
- Bilac, Olavo (1978). *Alma Inquieta – Poesias*. Tecnoprint.
- Bessa-Luís, A. (1970). *A Sibila* (4.^a ed.). Guimarães.
- Camões, L. de (1994). *Rimas* (A. J. da Costa Pimpão, ed.). Almedina.
- Camões, L. de (2003). *Os Lusíadas*. Porto Editora.
- Castro, E. de (1890/1900). Um sonho. Um amor verdadeiro. In *Oaristos*. França Amado.
- Ferreira, V. (1965). *Alegria breve*. Portugália.
- Garrett, A. (1993). *Frei Luiz de Sousa*. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Guerra, J. (s.d.). *A velhice do Padre Eterno*. Lello & Irmão.
- Lobo Antunes, A. (2009). *Que Cavalos são Aqueles que fazem Sombra no Mar?*. Dom Quixote.
- Lobo Antunes, A. (2012). *Não entres tão depressa nessa noite escura*. Dom Quixote.
- Morais, V. de (1987). *Antologia poética por Vinicus de Moraes*. José Olympio.
- Nemésio, V. (1980). *Mau tempo no canal*. Bertrand.
- Nobre, A. (1983). *Enterro de Ofélia*. In Só. Civilização.
- Pascal, B. (2005). *Pensamentos* (L. Lafuma, Ed., apres. e notas; M. Laranjeira, Trad.). Martim Fontes.
- Pessanha, C. (1969). *Clepsidra: e outros poemas*. Ática.
- Pessoa, F. (1946/1993). O Guardador de rebanhos. In *Poemas de Alberto Caeiro* (J. G. Simões & L. Montalvor, Nota expl. e notas). Ática.
- Pessoa, F. (1944/ 1993). Tabacaria. In *Poesias de Álvaro de Campos*. Ática.
- Pessoa, F. (2019). *Mensagem*. Via Leitura.
- Queirós, E. (1973). *A cidade e as serras* (17.^a ed.). Livros do Brasil.
- Queirós, E. (1988). *Os Maias*. Livros do Brasil.
- Queirós, E. (1993). *O primo Basílio*. Livros do Brasil.

Queirós, E. (1999). *Contos*. Livros do Brasil.

Régio, J. (1957). *As encruzilhadas de Deus* (3.ª ed.). Portugal.

Régio, J. (1978). *Poemas de Deus e do Diabo*. Brasília.

Régio, J. (2000). *Páginas do diário íntimo* (E. Lisboa, Intr., J. A. Reis Pereira, Notas) (2.ª ed.). Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Rodrigues-Moura, E., Castro, I., & Leal de Barros, A. (2017). *A Fénix Renascida ou Obras Poéticas dos melhores Engenheiros Portugueses*. Fundação Calouste Gulbenkian

Sá-Carneiro, M. (2010). *Verso e prosa*. Assírio & Alvim.

Sá-Carneiro, M. (2017). *Dispersão*. Litres.

Saramago, J. (1982). *Memorial do convento* (17.ª ed.). Caminho.

Saramago, J. (2006). *As Pequenas Memórias*. Caminho.

Saramago, J. (2016). *O Conto da ilha desconhecida*. Companhia das letras.

Sena, Jorge de (1977). *Pedra Filosofal*. In *Poesia-I* (2.º ed.). Moraes Editores.

Torga, M. (1941/2010). *Bucólica. Lamento*. In *Diário* (Vols 1 a 4). Publicações D. Quixote.

Verde, C. (2005). *O sentimento de um ocidental* (R. M. Martelo & A. Alves, ed.). Campo das Letras.

Vieira, A. (1951-1954). *Obras Escolhidas* (12 vol.), A. Sérgio & H. Cidade, pref. e notas. X-XII. Sermões (1954). Sá da Costa.

Sites

Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/637190/details/normal?l=1>

Base terminológica da Assembleia da República

<http://terminologia.parlamento.pt/pls/ter/terwinter.home>

Portal do Parlamento

www.parlamento.pt

Dicionários

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2005). Instituto António Houaiss de Lexicografia – Portugal. Temas e Debates.

Dicionário de Português licenciado para Oxford university press (2005).

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. <https://dicionario.priberam.org>

Corpus de análise

1º Debate sobre o estado da Nação (1993/07/01) (DAR, I Série – 91, 1993/07/02)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/06/02/091/1993-07-01>

2º Debate sobre o estado da Nação (1994/07/06) (DAR, I Série – 88, 1994/07/07)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/06/03/088/1994-07-06>

3º Debate sobre o estado da Nação (1995/06/22) (DAR, I Série – 91, 1995/06/23)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/06/04/091/1995-06-22>

4º Debate sobre o estado da Nação [1996/07/11] (DAR, I Série – 95, 1996/07/12)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/01/095/1996-07-11>

5º Debate sobre o estado da Nação [1998/06/30] (DAR, I Série – 87, 1998/07/01)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/03/087/1998-06-30>

6º Debate sobre o estado da Nação [1999/06/23] (DAR, I Série – 97, 1999/06/24)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/097/1999-06-23>

7º Debate sobre o estado da Nação [2000/06/30] (DAR, I Série – 85, 2000/07/01)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/08/01/085/2000-06-30>

8º Debate sobre o estado da Nação [2001/06/28] (DAR, I Série – 103, 2001/06/29)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/08/02/103/2001-06-28>

9º Debate sobre o estado da Nação [2002/07/09] (DAR, I Série – 30, 2002/07/10)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/09/01/030/2002-07-09>

10º Debate sobre o estado da Nação [2003/07/03] (DAR, I Série – 141, 2003/07/04)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/09/01/141/2003-07-03>

11º Debate sobre o estado da Nação [2005/07/07] (DAR, I Série – 39, 2005/07/08)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/10/01/039/2005-07-07>

12º Debate sobre o estado da Nação [2006/07/12] (DAR, I Série – 146, 2006/07/13)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/10/01/146/2006-07-12>

13º Debate sobre o estado da Nação [2007/07/20] (DAR, I Série – 109, 2007/07/21)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/10/02/109/2007-07-20>

14º Debate sobre o estado da Nação [2008/07/10] (DAR, I Série – 105, 2008/07/11)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/10/03/105/2008-07-10>

15º Debate sobre o estado da Nação [2009/07/02] (DAR, I Série – 99, 2009/07/03)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/10/04/099/2009-07-02>

16º Debate sobre o estado da Nação [2010/07/15] (DAR, I Série – 81, 2010/07/16)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/11/01/081/2010-07-15>

17º Debate sobre o estado da Nação [2012/07/11] (DAR, I Série – 132, 2012/07/12)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/12/01/132/2012-07-11>

18º Debate sobre o estado da Nação [2013/07/12] (DAR, I Série – 113, 2013/07/13)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/12/02/113/2013-07-12>

19º Debate sobre o estado da Nação [2014/07/02] (DAR, I Série – 102, 2014/07/03)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/12/03/102/2014-07-02>

20º Debate sobre o estado da Nação [2015/07/08] (DAR, I Série – 108, 2015/07/09)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/12/04/108/2015-07-08>

21º Debate sobre o estado da Nação [2016/07/07] (DAR, I Série – 88, 2016/07/08)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/13/01/088/2016-07-07>

22º Debate sobre o estado da Nação [2017/07/12] (DAR, I Série – 108, 2017/07/13)
<https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/13/02/108/2017-07-12>

Apêndice A – Quadro de figuras do discurso

Figuras de palavras		
Figuras de som e de semelhança	Definição	Exemplos
Aliteração	Repetição insistente do mesmo som consonântico em palavras sucessivas ou próximas.	«Leva-lhe o vento a voz que ao vento deita.» (Luís de Camões, <i>Rimas</i>)
Assonância	Repetição vocálica intencional em sílabas tônicas de palavras sucessivas ou próximas.	«E as cantilenas de serenos sons amenos / Fogem fluidas, fluindo À fina flor dos fenos.....» (Eugénio de Castro, «Um Sonho», in <i>Oaristos</i>)
Homeoteleuto	Coemergência de uma sonoridade idêntica no final de dois ou mais termos num enunciado.	«Que querem ao lago aziago, minhas ânsias, brisas fortuitas?» (Fernando Pessoa, <i>Obra Poética</i>)
Homeoptoto	Semelhança produzida pelas terminações das formas verbais que se sucedem num enunciado.	«Vim, vi, venci.» (Júlio César) «Se você gritasse, / se você gemesse, /Se você tocasse...» (Carlos Drummond de Andrade, «José», in <i>Poesias</i>)
Paronomásia (agnominação)	Emprego de vocábulos que apresentam semelhança fónica, mas sentidos diferentes (palavras parónimas) no mesmo segmento ou num espaço discursivo próximo.	«Tremer? Temer.» (Padre António Vieira, Sermões, XII) Quem faz um <i>cesto</i> faz um <i>cento</i> .
Figuras de jogos lexicais	Definição	Exemplos
Neologismo	Criação (consciente) ou emprego de uma palavra nova que não se encontra dicionarizada (a) (por derivação) e (b) (por decalque de um empréstimo), ou atribuição de uma nova aceção a uma palavra já existente (c) (neologismo semântico).	(a) <i>Futebolês</i> [o sufixo tem um valor significante inédito] (b) <i>Emponderamento</i> [decalque do inglês <i>empowerment</i>] (c) <i>navegar</i> [consultar a internet]
Amálgama	Forma popular de neologismo que consiste na criação de novas unidades lexicais a partir da fusão de duas ou mais palavras truncadas.	<i>Portunhol</i> [português + espanhol]
Poliptoto	Emprego de uma palavra em diferentes flexões (uso de formas verbais em diferentes pessoas, modos e tempos; flexão de género e número no caso dos nomes).	«O Miralmomini só não <i>fugiu</i> , / Porque, antes de <i>fugir</i> , <i>lhe fuge</i> a vida.» (Luís de Camões, <i>Os Lusíadas</i> , III, 82)
Derivação	Associação de uma palavra a outra que possui o mesmo radical.	«Tristezas que não <i>cansam</i> de <i>cansar-me</i> » (Luís de Camões, <i>Rimas</i> , LXVII)
Trocadilho (calembur)	Jogo de palavras, a partir de um equívoco fonético ou semântico, que permite explorar o duplo sentido de algumas palavras.	«apanhado em flagrante <i>de litro</i> » [= apanhado a beber vinho] (Fernando Pessoa, citado por Matoso, 2003: 279-280)
Diáfora	Emprego da mesma palavra sob duas aceções diferentes no mesmo enunciado.	«Os vossos, mores cousas atentando, / Novos mundos ao <i>mundo</i> irão mostrando» (Luís de Camões, <i>Os Lusíadas</i> , II, 45) «Perdigão [...] / Perde a <i>pena</i> do voar, / Ganha a <i>pena</i> do tormento. / [...]» (Luís de Camões, <i>Rimas</i>)
Antanáclase	Retoma de uma palavra empregada por um adversário à qual se dá uma aceção diferente. É uma figura de palavras, mas também de dialética (difere da diáfora por implicar dois falantes).	«(Jorge) No seio da vossa <i>família</i> ... / (Romeiro) A minha <i>família</i> ... Já não tenho <i>família</i> » (Almeida Garrett, <i>Frei Luís de Sousa</i> , II, XIV)
Paradiástole (ou distinção)	Estabelece-se uma distinção entre dois termos da mesma raiz ou família ou de significado semelhante, pela contraposição do seu significado (rejeita-se a conciliação entre termos distintos).	«Desconfiar por temor, é cobardia, mas desconfiar por cautela é prudência» (Padre António Vieira, <i>Sermão a São Roque</i> , VII)

Figuras de sentido		
Comparação e tropos do polo metafórico	Definição	Exemplos
Comparação	Aproximação de dois termos (o tema e o foro), que se assemelham no todo ou em parte, por meio de ligações explícitas.	«Quando abriu a porta da cozinha, viu, sentado à mesa dos pobres, um homem de rosto jovem e cansado. <i>Era igual à gente de Varzim.</i> » (Sophia de Mello Breyner Andersen, «O Jantar do Bispo», in <i>Contos Exemplares</i>)
Símile	Estabelecimento de uma relação de analogia entre dois elementos distintos e de natureza diferente, mas com aspetos similares, por meio de ligações explícitas. Trata-se de uma comparação em termos heterogéneos.	«São como um cristal, / As palavras [...]» (Eugénio de Andrade, «As palavras», in <i>Até amanhã</i>) «Meu pai a erguer uma videira/ como uma mãe que faz a trança à filha» (Miguel Torga, «Bucólica», <i>Diário I</i>)
Metáfora	Transposição para outra do significado de uma palavra ou expressão, quer através de uma comparação implícita, quer pelo estabelecimento implícito de uma relação de identidade.	«[...] o mundo é ele uma nora e são os homens que, andando em cima dele, o puxam e fazem andar.» (José Saramago, <i>Memorial do Convento</i>) «Ah, meu povo traído, / mansa Colmeia / A que ninguém colhe o mel [...]» (Miguel Torga, «Lamento», <i>Diário XII</i>)
Tropos do polo metonímico	Definição	Exemplos
Metonímia	Tropo pelo qual uma palavra ou expressão remete para um referente diverso daquele que designa normalmente, em virtude de uma relação de dependência, coexistência ou contiguidade entre ambos: (a) continente/ conteúdo; (b) espaço / instituição; (c) autor/ obra; (d) instituição/dirigentes; (e) objeto próprio/pessoa ou entidade coletiva; etc.	(a) Já bebeste a garrafa? [=o conteúdo da garrafa] (b) Está instalado o pânico em <i>Wall Street</i> . [= na Bolsa de valores de Nova Iorque] (c) Estou a ler a Agustina [= um livro de Agustina Bessa-Luís] (d) A <i>Universidade Aberta</i> abriu um novo curso de Doutoramento. [=os responsáveis] (e) Os capacetes azuis já chegaram ao local do conflito" [= os soldados da ONU]
Sinédoque	Transferência de significado entre duas palavras que têm alguma dependência semântica (relação de englobamento, parte/ todo [meronímia/ holonímia], e vice-versa, ou inclusão [hiperonímia/ hiponímia]); ou singular pelo plural e vice-versa. Mais concretamente, a sinédoque toma o menos pelo mais e o mais pelo menos: (a) todo/ parte e vice versa; (b) matéria/ objeto; (c) género/ espécie e vice-versa; (d) singular/ plural e vice-versa; (e) valor numérico concreto / número indeterminado	(a) A fábrica está em greve [= os trabalhadores da fábrica] «Pelas ruas passam fatos de ganga» (Vergílio Ferreira, <i>Alegria Breve</i>) [= pessoas vestidas com fatos de ganga] (b) Ela vestia um vison. [= um casaco de pele de vison] (c) Conseguiu iludir a vigilância. [= os vigilantes] O povo não tem pão. [=alimento] (d) O Português gosta de boa mesa. [= os portugueses] (e) Já te disse mil vezes... [= muitas vezes]
Metalepse (transposição)	Tropo da ordem da metonímia em que ocorre a transposição de um termo para outro, mediante um termo de contiguidade. Pelos antecedentes dão-se a conhecer os consequentes, e vice-versa.	Nós o choramos. [=Ele morreu] «Os balidos [as ovelhas] esgueiravam-se pelas quebradas da serra.» (Eça de Queirós) Ganharás o pão com o suor do teu rosto. [= pelo teu esforço]
Antonomásia	Emprego de um nome próprio (a) por um nome comum, devido a generalização de características comuns, ou, inversamente, utiliza-se um nome comum (b) para designar um nome próprio. É uma utilização particular da sinédoque e surge frequentemente sob a forma de perífrase.	(a) Este rapaz é um Romeu. [apaixonado, à semelhança da personagem Romeu] Tartufo [= hipócrita] (b) «Cessem do sábio Grego [Ulisses] e do Troiano [Eneias] / As navegações grandes que fizeram;» (Luís de Camões, <i>Os Lusíadas</i> , I, 3) O Salvador [= Jesus Cristo]

Figuras de sentido		
Figuras de substituição	Definição	Exemplos
Perífrase	Designação descritiva que substitui uma palavra (não se nomeia a realidade, ela é designada por uma ou várias das suas características). Por natureza, pode tomar várias formas: metáfora, metonímia, antonomásia, alusão, entre outras.	«Partimo-nos assim do santo templo/ [...] / Que o nome da Terra tem, para exemplo, / Donde Deus foi em carne ao mundo dado» [=Belém] (Camões, <i>Os Lusíadas</i> , IV, 87) «Nisto Febo nas águas encerrou / Co carro de cristal o claro dia [...]» [= pôr-do-sol] (Camões, <i>Os Lusíadas</i> , I, 56)
Pronominação	Variedade de perífrase em que se dá a substituição de um nome (uma única palavra) por um epíteto; geralmente, com o intuito de destacar um carácter particular (essencial) do objeto (a). Um grande número de pronominações tornaram-se clichés (b).	(a) «Sintra do Alentejo» [=vila de Castelo de Vide, conhecida pela sua frescura no verão] (b) Cidade das Luzes. [= Paris] País do sol nascente [= Japão]

Figuras de construção		
Figuras de repetição	Definição	Exemplos
Epizeuxe (reduplicação)	Repetição imediata da mesma palavra ou expressão.	«Horas, horas sem fim / Pesadas, fundas, esperarei por ti» (Eugénio de Andrade, «Espera», in <i>As mãos e os frutos</i>)
Diácope	Emprego repetido da mesma palavra com outra(s) de permeio.	«É bonita, realmente é bonita, pensou o homem, que desta vez não estava a referir-se à caravela.» (José Saramago, <i>O conto da ilha desconhecida</i>)
Epanalepse	Repetição, seguida ou próxima, da mesma palavra ou expressão em vários momentos de um texto.	«Em cima da minha mesa, /Da minha mesa de estudo, /Mesa da minha tristeza» (José Régio, «Colegial», in <i>Páginas do diário íntimo</i>)
Anadiplose (epanástrofe)	Repetição da última palavra de um sintagma, frase ou verso, no início do seguinte sintagma, frase ou verso (— B/ B —).	«A vida na minha terra é que é inefável. / Inefável é o que não pode ser dito» (Jorge de Sena, «Os paraísos artificiais», in <i>Pedra Filosofal</i>)
Epanadiplose	Justaposição de duas proposições, separadas por vírgula ou ponto e vírgula (A — / — A), ou repetição da mesma palavra no início e no fim de uma frase, período ou verso (A — A). Figura simétrica da anadiplose.	«- Apagaste a candeia? apagaste? - Meu amor, apaguei. - E fechaste o postigo? fechaste? - Meu amor... sim, fechei. (José Régio, <i>As encruzilhadas de Deus</i>)
Concatenação	Figura de encadeamento na qual se dá a retoma, no início de um grupo sintático, de uma palavra ou grupo de palavras, que, no grupo precedente, se encontra no final, segundo uma orientação de gradação. Trata-se de uma sucessão de anadiploses (— A/ A — B/ B — C/ C — D, ...).	«Por uma omissão perde-se uma <i>inspiração</i> ; por uma <i>inspiração</i> , perde-se um <i>auxílio</i> ; por um <i>auxílio</i> , uma <i>contrição</i> ; por uma <i>contrição</i> , uma <i>alma</i> » (Vieira, «Sermão da Primeira Domingo do Advento»)
Anáfora retórica (epanáfora)	Repetição intencional de uma palavra ou grupo de palavras no início de vários enunciados ou sintagmas consecutivos (A — / A —).	«É urgente o amor. / É urgente um barco no mar.» (Eugénio de Andrade, <i>Até Amanhã</i>)
Epífora (epístrofe)	Repetição do mesmo elemento no final de várias unidades sintáticas. É a figura simétrica da epanáfora (— B / — B).	«Jeová, por alcunha antiga – o Padre Eterno, / Deus muitíssimo padre e muito pouco eterno, [...]» (Guerra Junqueiro, <i>A velhice do Padre Eterno</i>)

Figuras de construção		
Figuras de repetição	Definição	Exemplos
Simplexe (Complexão)	Emprego simultâneo da anáfora e da epífora (A — B / A — B).	« <i>Cavalgada</i> alada de mim por cima <i>de todas as coisas</i> , / <i>cavalgada</i> estalada de mim por baixo <i>de todas as coisas</i> , / <i>cavalgada</i> alada e estalada de mim por causa <i>de todas as coisas</i> » (Fernando Pessoa, <i>Poesias Completas</i>)
Paralelismo (isócolo/palilogia)	Repetição simétrica de palavras, estruturas sintático-rítmicas ou de conteúdo semântico. O paralelismo pode ser lexical (uso das mesmas palavras), fónico, semântico (insistência na mesma ideia), anafórico ou sintático (repetição da estrutura frásica). A designação de <i>palilogia</i> é referente à repetição de uma oração.	«Um pouco mais de sol – eu era brasa, / Um pouco mais de azul – eu era além» (Mário de Sá Carneiro, «Quási», in <i>Dispersão</i>) «Ondeia-lhe os cabelos, alisa-lhe a testa; rasga-lhe os olhos, afila-lhe o nariz, abre-lhe a boca, avulta-lhe as faces, torneia-lhe o pescoço, estende-lhe os braços [...]» (Vieira, «Sermão do Espírito Santo»)
Epânodo (regressão/recapitulação)	Explicitação, um a um, de termos que anteriormente se tinham apenas enumerado.	«A prudência é filha do <i>tempo</i> e da <i>razão</i> : da <i>razão</i> pelo discurso, do <i>tempo</i> pela experiência.» (Vieira, II, XIV, 243)
Figuras de acumulação ou amplificação	Definição	Exemplo
Pleonasma	Emprego de palavras e expressões repetitivas e redundantes, com o propósito de vincar a sua intencionalidade. Quando a figura não apresenta um sentido estilístico, trata-se de uma <i>redundância</i> .	«Só com vossas lembranças/ me acho seguro e forte/ contra o rosto <i>feroz</i> da <i>fera</i> morte» (Camões, <i>Lírica Completa</i> III) «Vi, <i>claramente</i> , <i>visto</i> o lume vivo/Que a marítima gente tem por santo.» (Luís de Camões, <i>Os Lusíadas</i> , V, 18)
Enumeração	Apresentação sucessiva e acumulativa de vários elementos (pertencentes, geralmente, à mesma classe gramatical) que mantêm entre si uma correlação lógica ou semântica.	«Ocorrem-me em revista exposições, países: <i>Madrid, Paris, Berlim, S. Petersburgo, o mundo!</i> » (Cesário Verde, «O Sentimento de um Ocidental»)
Gradação	Ordenação das ideias em escala ascendente (<i>clímax</i>) ou descendente (<i>anticlímax</i>) pela sucessão de palavras ou de grupos de palavras com o propósito de amplificar ou diminuir o seu significado.	«O trigo... nasceu, cresceu, espigou, amadureceu, colheu-se, mediu-se [...]» (Vieira, «Sermão da Sexagésima») «Muito é que Jacob e Esaú não coubessem em uma casa; mais é que Lot e Abraão não coubessem em uma cidade; muito mais é que Saul e David não coubessem em um reino; mas o que excede toda a admiração é que Caim e Abel não coubessem em todo o Mundo.» (Vieira, «Sermão da Primeira Domingo do Advento», III)
Metábole (acumulação)	Acumulação numa frase de vários termos (adjetivos, verbos, proposições complementares) de significação correlativa, normalmente, com um efeito de gradação semântica.	«Quando os bens <i>voltam as costas</i> , quando <i>fogem</i> , quando <i>se vão</i> , quando <i>nos deixam</i> , quando finalmente <i>passarem</i> e se <i>perderem</i> , então se <i>conhecem</i> » (Vieira, <i>Sermões</i> , X, II)
Amplificação	Alargamento de uma ideia ou proposição, pelo desenvolvimento das suas particularidades, por meio de procedimentos retóricos como o <i>símile</i> , a <i>metáfora</i> , a <i>adjetivação</i> , a <i>gradação</i> , a <i>prosopopeia</i> , a <i>repetição</i> .	«Ouvi: que não vereis com vãs façanhas, /Fantásticas, fingidas, mentirosas» (Os Lusíadas, Luís de Camões, I, 11) «Trouxera [Sofia] ao colo um pombinho, manso e quieto, e sai-lhe um gavião, – um gavião adunco e faminto» (Machado de Assis, <i>Memórias póstumas de Brás Cubas</i> , XXXIX)

Figuras de construção		
Figuras de acumulação ou amplificação	Definição	Exemplo
Conglobação	Multiplicação de argumentos ou traços descritivos de uma situação para uma mesma conclusão. Trata-se de uma acumulação persuasiva.	«Soluços, lágrimas, casa armada, veludo preto nos portais, um homem que veio vestir o cadáver, outro que tomou a medida do caixão, caixão, essa, tocheiros, convites, convidados que entravam, lentamente, a passo surdo, e apertavam a mão à família, alguns tristes, todos sérios e calados, padre e sacristão, rezas, aspersões d'água benta, o fechar do caixão, a prego e martelo, seis pessoas que o tomam da essa, e o levantam, e o descem a custo pela escada, não obstante os gritos, soluços e novas lágrimas da família, e vão até o coche fúnebre, e o colocam em cima e traspassam e apertam as correias, o rodar do coche, o rodar dos carros, um a um... Isto que parece um simples inventário, eram notas que eu havia tomado para um capítulo triste e vulgar que não escrevo.» (Machado de Assis, <i>Memórias póstumas de Brás Cubas</i>)
Ênfase	Figura de amplificação que concede força à argumentação e que se manifesta por múltiplos meios, de entre os quais, a denominação, a gradação, a epanortose, a antítese, a hipérbole e o paralelismo.	«A vida na minha terra é que é inefável. / Inefável é o que não pode ser dito» (Jorge de Sena, «Os paraísos artificiais», in <i>Pedra Filosofal</i>)
Figuras de simetria	Definição	Exemplo
Quiasmo	Cruzamento de grupos sintáticos paralelos, de forma que um vocábulo do primeiro se repete no segundo, em posição inversa (AB X BA). O nome da figura significa disposto em cruz, do grego <i>khiasmós</i> ; termo que deriva da letra grega X (<i>qui</i>).	«Gostar é provavelmente a melhor maneira de ter, ter deve ser a pior maneira de gostar.» (José Saramago, <i>O conto da ilha desconhecida</i>)
Antimetábole	Oposição de proposições, expressa através da permutação dos termos da proposição anterior (A – B / B – A).	«De certos homens, dizia Sócrates, que não comiam para viver, mas só viviam para comer.» (Padre António Vieira, «Sermão de Nossa Senhora da Graça») «Antigamente estavam os ministros às portas das cidades; agora estão as cidades às portas dos ministros» (Padre António Vieira, «Sermão da Quinta Dominga da Quaresma», IX)
Figuras de inversão	Definição	Exemplo
Anástrofe (inversão)	Figura que, em grego, significa «mudança de posição». Inversão da ordem natural das palavras, pela anteposição do determinante ao determinado.	«À espada em tuas mãos achada/ Teu olhar desce» (Fernando Pessoa, «O Conde D. Henrique», in <i>Mensagem</i>)
hipérbato	Separação de constituintes que estão em relação sintática e, que, por isso, deviam estar contíguos. Enquanto na anástrofe se dá uma inversão da ordem das palavras, no hipérbato a inversão da ordem dá-se na oração.	«Casos que Adamastor contou futuros» [= casos futuros] (Luís de Camões, <i>Os Lusíadas</i> , V, 60)

Figuras de construção		
Figuras de inversão	Definição	Exemplo
Anacoluto	Rutura abrupta da continuidade lógico-sintática do discurso frequentemente intencional, para manifestar um pensamento ou captar e representar o estado de alma de uma personagem.	«a regular as conversas, a desaprovar modos, a obrigar a passar melhor a carne e a temperar melhor a salada, a comandar o pessoal com o sobrolho sem réplica, a minha mãe viajava de cara em cara a tentar compreender e encontrava narizes obedientes sepultados nos pratos, o meu pai domesticado sem protestar com nada.» (António Lobo Antunes, <i>Não entres tão depressa nessa noite escura</i>) «Eu parece-me (...) que nós estamos aqui a enrodilhar-nos num equívoco» (Eça de Queirós, <i>Os Maias</i>)
Figuras de subtração	Definição	Exemplo
Elipse	Supressão de uma ou várias palavras que facilmente se subentendem pelo contexto linguístico ou pela situação.	Muito riso, pouco riso. [= Onde há muito riso, há pouco riso] O Douro desagua no Porto. [=o rio Douro; a cidade do Porto]
Zeugma	Forma de elipse caracterizada pela omissão de um termo já expresso numa oração do mesmo período, que se subentende pelo contexto.	«[...] Foi o nosso amigo acometido de uma lesão cardíaca – e [acometido] de uma ideia.» (Machado de Assis, «Sales», in <i>Obra Completa</i>)
Assíndeto	Omissão de estruturas de ligação (conjunções coordenativas) entre palavras ou frases.	«[...] tendes estradas,/ Tendes jardins, tendes canteiros, / Tendes pátrias, tendes tetos» (José Régio, «Cântico Negro», in <i>Poemas de Deus e do Diabo</i>)
Figuras de deslocamento	Definição	Exemplo
Hipálage	Deslocação do adjetivo, que logicamente não qualifica um nome, para outro nome com o qual não se relaciona semanticamente.	«Nos silenciosos corredores, onde me era doce fumar antes do almoço <i>um pensativo cigarro</i> , circulavam agora, desde madrugada, ranchos de operários [...]» (Eça de Queirós, <i>A Cidade e as Serras</i>)
Enálage	Emprego de uma palavra num modo, tempo ou género que não corresponde ao que exigiria normalmente a sua posição sintática.	Este Natal compre <i>local</i> [= faça as compras no comércio de bairro]
Figura de oposição	Definição	Exemplo
Antítese	Aproximação de termos contrários, para os realçar. É uma contradição entre dois campos distintos, mas não incompatíveis (A // não-A). Quando a antítese se prolonga, toma o nome de <i>contraste</i> .	«[...] o berço de um era <i>magnífico e de marfim entre brocados</i> ; o berço do outro, <i>pobre e de verga</i> .» (Eça de Queirós, <i>Contos</i>) «E que do céu à terra enfim desceu / Por subir os mortais da terra ao céu» (Luís de Camões, <i>Os Lusíadas</i> , I, 65)

Figuras de pensamento		
Figuras de oposição	Definição	Exemplos
Oxímoro	O oxímoro precisa um termo (geralmente um nome) através de uma propriedade contraditória (A não-A). Contrariamente ao paradoxo (que abrange uma parte da frase ou toda ela), o oxímoro abrange apenas uma expressão.	«Era esta a pequena Germa que as duas mulheres da casa da Vessada receberam com <i>hostilidade afável</i> , contemplando, cheias de cética ironia, os seus sapatinhos de verniz e as polainas de lã branca que se prendiam com elásticos sobre os joelhos.» (Agustina Bessa-Luís, <i>A Sibila</i>)
Paradoxo	Atribuição de efeitos contraditórios à mesma realidade, entrando, assim, no domínio do absurdo.	«Ando sem me mover, falo calado» (Barbosa Bacelar, «A uma ausência», <i>Fénix Renascida</i> , II) «Mas quanto mais procuro não te ver, / Quanto mais <i>fecho os olhos</i> , mais <i>te vejo</i> » (Eugénio de Castro, «Amor verdadeiro», <i>Oaristos</i>) «Ele era um camponês / Que andava preso em liberdade pela cidade» (Alberto Caeiro, «O Guardador de Rebanhos», III, <i>Poemas de Alberto Caeiro</i>)
Figuras de ironia	Definição	Exemplos
Ironia	Enunciado cujo significado literal é o contrário do significado intencional, dando-se, porém, a entendê-lo (dissimulação). Exige cooperação, cumplicidade e sagacidade do recetor, sem as quais se perde o sentido pretendido.	«Moça linda, bem tratada, três séculos de família, burra como uma porta: <i>um amor!</i> » (Mário de Andrade, <i>Poesias Completas</i>) «Soares olhava para Camilo com a mesma ternura com que um gavião espreita uma pomba» (Machado de Assis, «A parasita azul», in <i>Histórias da meia-noite</i>)
Antífrase	Expressão de uma realidade através do seu contrário (inversão semântica), devido a uma intenção eufemística, supersticiosa ou irónica, ou tomando uma palavra (geralmente agradável) em sentido inverso do que realmente encerra.	Se continuas a estudar <i>com todo esse afínco</i> , terás uma <i>excelente</i> nota no exame. [= má nota] A festa foi um <i>divertimento enorme!</i> [= foi um aborrecimento]
Sarcasmo	Ironia insultante, que contém uma agressividade e uma intencionalidade disfórica e corrosiva (desdenhar, escarnecer, magoar) em relação ao destinatário (pessoas ou instituições) que a ironia não possui.	«Esteja quieto!» Ainda a frase mal tinha terminado e já o pai vencedor lhe assentava duas bofetadas na cara que o atiraram de roldão no cimento da varanda. Por ter faltado ao respeito a uma pessoa crescida, claro está. Um e outro, pai e vizinho, ambos agentes da polícia e honestos zeladores da ordem pública, não perceberam nunca que haviam, entre eles, faltado ao respeito a uma pessoa que ainda teria de crescer muito para poder, finalmente, contar a triste história. A sua e a deles.» (José Saramago, <i>As Pequenas Memórias</i>)
Cleuasma	Figura pela qual o orador finge depreciar-se para ganhar a confiança e simpatia do auditório.	«Não sou nada. / Nunca serei nada. Não posso querer ser nada. / (...) / Que sei eu do que serei, eu que não sei o que sou? / (...) / Vivi, estudei, amei e até cri, / E hoje não há mendigo que eu não inveje só por não ser eu.» (Álvaro de Campos, «Tabacaria»)
Contrafissão	Exclamação irónica em forma de conselho (dissimulação), dirigido ao interlocutor. O orador crê que o caminho escolhido por quem o ouve, contra o conselho do que fala, não conduzirá ao verdadeiro bem.	«Ide embora, peregrino pretendente, caminhaís subindo montes e descendo vales; chegai cansado à terra, onde vos leva vosso destino, que lá pretendereis» (Padre António Vieira, «Sermão da Terceira Dominga do Advento», I)

Figuras de pensamento		
Figuras de subentendido	Definição	Exemplos
Alusão	Referência implícita, que pode ser de variadas ordens (intertextual, mitológica, histórica, literária, artística, moral, entre outras), que pode visar uma realidade conhecida do auditório, devendo este identificar a referência.	«Era uma proprietária madurona, alambicada de fidalguia [...]. Não se pode dizer que seja <i>uma donzela Teodora</i> , não [...]»[Teodora= figura lendária da literatura popular, pessoa sábia, grata, generosa, honrada] (Agustina Bessa-Luís, <i>A Sibila</i>)
Figuras de intensidade	Definição	Exemplo
Hipérbole	Aumento ou dimensão excessiva da força semântico pragmática de um enunciado (quer no sentido negativo quer no sentido positivo), com finalidades encomiásticas ou satíricas em relação aos referentes em causa.	«Rios te correrão dos olhos, se chorares.» (Olavo Bilac, «A alvorada do amor») «Não há homem <i>tão pigmeu</i> ou <i>tão formiga</i> , que não aspire a ser gigante» (Vieira, <i>Sermões</i> , II)
Lítotes	Atenuação ou mitigação do significado que se afirma, com o propósito de o reforçar ou fazer sobressair, recorrendo, por norma, à negação do seu contrário.	O bolo <i>não está mau!</i> [= está bom] Matéria <i>nada fácil</i> . [= é difícil]
Eufemismo	Uso de palavras ou expressões agradáveis com o propósito de atenuar o grau de violência, o carácter triste ou desagradável de uma ideia. Recorre ao uso da alusão, da metáfora, da perífrase e da lítotes.	«Tirar Inês ao mundo determina» (Luís de Camões, <i>Os Lusíadas</i> , III, 123) «Não era mau homem, mas bebia demasiado e <i>tinha dificuldade em distinguir o seu do alheio.</i> » (José Saramago, <i>As Pequenas Memórias</i>)
Disfemismo	Intensificação do carácter negativo de uma realidade ou de uma ideia, através de termos grosseiros.	«- <i>Estourava</i> amanhã. Estava nas últimas... Deixa em paz a criatura. Está <i>começando a apodrecer</i> , não a perturbemos.» (Eça de Queirós, <i>O Primo Basílio</i>). «- Ah, meu amo! Se não fosse aqui o senhor Robertinho e a Bidinha, <i>esticava o pernil</i> ... Foi uma obra de caridade...» (Vitorino Nemésio, <i>Mau Tempo no Canal</i>)
Figuras de enunciação e de dialética	Definição	Exemplo
Apóstrofe	Invocação de alguém ou de alguma coisa (pessoas ausentes ou mortas, entes reais ou imaginários, coisas imaginadas), normalmente sob a forma exclamativa.	«Bem puderas, ó Sol, da vista destes / teus raios apartar naquele dia [...]» (Luís de Camões, <i>Os Lusíadas</i> , III, 133) «Ó mar salgado, quanto do teu sal/ São lágrimas de Portugal!» (Fernando Pessoa, <i>Mensagem</i>)
Personificação	Atribuição de propriedades humanas a ideias, instituições, qualidades abstratas, animais, objetos inanimados, etc..	«O doce Pôr-do-sol <i>que era doido por ela</i> , / Que <i>a perseguia</i> sempre, em palácio e na rua, / Vede-o, <i>coitado!</i> [...]» (António Nobre, «Enterro de Ofélia, in <i>Só</i>)
Licença (parrésia)	Expressão franca de um pensamento que vai ofender o outro. Normalmente, a figura é acompanhada pelo ato de pedir desculpa.	«Dai-me licença, Virgem Santíssima do Rosário, para que destas estátuas sem ser vos forme, e levante uma» (Padre António Vieira, <i>Sermão de Nossa Senhora do Rosário</i> , VIII)
Precaução oratória (premonição)	Figura de retórica argumentativa que faz uso de procedimentos de forma a justificar com força uma tomada de posição ou, pelo contrário, a diminuir o seu carácter chocante ou ofensivo.	<i>Correndo o risco de vos desagradar...</i>

Figuras de pensamento		
Figuras de enunciação e de dialética	Definição	Exemplo
Prolepse oratória (ou argumentativa)	Resposta antecipada a uma previsível objeção do adversário.	«Dir-me-eis que não há com que premiar a tantos. <i>Por essa escusa esperava. Primeiramente eles dizem que há para quem quereis, e não há para quem não quereis. Eu não digo isso [...]</i> » (Padre António Vieira, <i>Sermões</i> , I)
Concessão (epítrope)	Consiste na admissão de algo considerado por si mesmo refutável, para tornar mais evidente o que se quer provar.	«Ó fermosura indigna de aspereza, / pois desta vida te concedo a palma, / espera um corpo de quem levas a alma!» (Luís de Camões, <i>Os Lusíadas</i> , IX, 76)
Preterição (paralipse)	Figura pela qual se anuncia que não se vai falar do que se acaba por falar, de forma a chamar a atenção para esse assunto. Esta figura utiliza frequentemente uma negação que incide sobre verbos introdutórios do discurso («não vou dizer»).	«[...] o cabelo já meio defunto aliás, ia dizer poeirento mas não digo, ia dizer não nascido no interior da pele, colado a ela mas não digo, não digo dos olhos quase cegos [...]» (António Lobo Antunes, <i>Que Cavalos são Aqueles que fazem Sombra no Mar?</i>) «Deixo, deuses, atrás a fama antiga / Que co a gente de Rómulo alcançaram» (Luís de Camões, <i>Os Lusíadas</i> , I, 26)
Correção (epanortose)	Retificação do que se acaba de dizer, aparentemente com a intenção de corrigir o dito, de modo a precisar, intensificar, ou atenuar o sentido.	«Não contava com o pai de Flora, que à fina força lhe quis mostrar, àquela hora, uma <i>novidade, aliás uma velharia</i> , um documento de valor diplomático.» (Machado de Assis, <i>Esaú e Jacó</i>)
Antorismo	Correção que é feita de forma agressiva ou réplica que retoma de modo áspero as falas de um adversário, havendo o reforço da noção de uma palavra anterior pela inserção de um sinónimo mais preciso ou mais enfático (contra-definição).	A grande, a <i>enorme</i> impopularidade do presidente.
Apodioxé	Rejeição, sem que se recorra à discussão, do argumento do adversário, por ser absurdo ou impertinente.	Quem é o senhor para me dar lições?
Aposiopese (reticência)	Interrupção brusca do discurso, deixando o orador uma declaração inacabada pelo seu estado emotivo ou para causar um determinado efeito: ou porque o orador pensa ter dito o suficiente para ser compreendido, ou porque se dá conta de que vai dizer mais do que deseja; ou porque percebe que vai adiantar um raciocínio. A figura é representada graficamente pelas reticências.	«Eu vos...» [ameaça de Éolo aos ventos] (Virgílio, <i>Eneida</i>) «Esse homem era... esse homem era... esse homem tinha sido...» (Almeida Garrett, <i>Frei Luís de Sousa</i>). « Mas mouro enfim nas mãos das brutas gentes, Que pois eu fui...E nisto de mimosa O rosto banha em lágrimas ardentes.» (Luís de Camões, <i>Os Lusíadas</i> , II, 41).
Parêmbolé (parêntese)	Espécie de parêntese que se faz na frase principal e se intercala uma outra, cujo sentido tem relação direta com o assunto da frase principal.	«Ó tu, que tens de humano o gesto e o peito/ (Se de humano é matar uma donzela/ Fraca e sem força, só por ter sujeito /O coração a quem soube vencê-la) / A estas criancinhas tem respeito [...]» (Luís de Camões, <i>Os Lusíadas</i> , III, 127)

Figuras de pensamento		
Figuras de enunciação e de dialética	Definição	Exemplo
Dialogismo	Figura que introduz a falar consigo próprio qualquer interlocutor. Inserção, no meio de um discurso, de elementos no discurso direto (diálogo ou monólogo...).	«[palavras de Baco]: Está do Fado já determinado / que tamanhas vitórias, tão famosas, / hajam os Portugueses alcançado / das Indianas gentes belicosas. / E eu só, filho do Padre Sublimado, / com tantas qualidades generosas, / hei de sofrer que o Fado favoreça / outrem, por quem meu nome se escureça?» (Luís de Camões, <i>Os Lusíadas</i> , I, 74-76)
Subjeção	Apresentação de uma afirmação na forma de uma pergunta-resposta, simulando-se um diálogo minimal.	«Quem são os ricos deste mundo? <i>Os que têm muito? Não</i> ; porque quem tem muito deseja mais; e quem deseja mais, falta-lhe o que deseja, e essa falta o faz pobre» (Padre António Vieira, <i>Sermões</i> , VIII)
Interrogação retórica	Enunciado formulado como uma interrogação que consiste numa afirmação.	«Cristão, onde está a tua fé? Homem, onde está o teu entendimento?» (Padre António Vieira)
Exclamação	A exclamação é considerada uma figura de retórica quando tem como objetivo dar ênfase e intensificar a emoção.	«Castelos doidos! Tão cedo caístes!» (Camilo Pessanha, <i>Clepsidra</i>) «Ó glória de mandar! Ó vã cobiça/ Desta vaidade a quem chamamos Fama!» (Luís de camões, <i>Os Lusíadas</i> , IV, 95)

Fonte: elaboração própria.

Apêndice B – Quadro de tipos de argumentos

Argumentação sobre a pessoa		
Designação dos argumentos	Definição	Exemplos
Argumento <i>ad hominem</i>	Invalidação do discurso do adversário, colocando-o em contradição com as suas crenças e/ou valores, seja pelas suas palavras [cf. argumento da <i>girouette</i>], pela contradição das palavras e das crenças, pela contradição das palavras e dos atos (a) [cf. argumento do tartufo], ou pela contradição das prescrições e das práticas (b).	(a) – Dizes que não se devem matar os animais, mas tu comes carne. (b) – Não és um bom conselheiro matrimonial, tu próprio estás sempre a discutir com a tua mulher.
Argumento da <i>girouette</i>	Subtipo de argumento <i>ad hominem</i> . Mostra-se que o adversário muda constantemente de ideias, ponto de vista ou de ação.	– A duração do mandato presidencial, atualmente de sete anos, deve ser reduzido para cinco anos? – Sou por uma redução para cinco anos. – Mas numa declaração anterior, quando o senhor era o Presidente, sustentou que a duração de sete anos era essencial para a solidez das nossas instituições
Argumento do tartufo	Subtipo de argumento <i>ad hominem</i> . O argumento do impostor evidencia a contradição entre o que se diz e o que se faz.	(a) – Condenas a corrupção, mas deste uma palavrinha ao teu amigo que trabalha na função pública para apressar o teu processo. (b) – Na oposição, o senhor disse que não aumentaria os impostos, assim que chegou ao Governo, foi a primeira medida que tomou.
Argumento de culpabilidade por associação	Procura-se desacreditar o adversário, tornando-o, de alguma maneira, responsável por uma ação supostamente repreensível cometida por uma pessoa ou por um grupo ao qual o oponente se encontra ligado (a). Normalmente, associa-se um político a uma doutrina ou a uma formação impopulares (b).	(a) – Foi precisamente no seu Governo que esta taxa foi implementada. (b) – O senhor também quer instituir em Portugal o sistema <i>democrático</i> como na Coreia do Norte?
Argumento do envenenamento do poço	Caso especial do argumento <i>ad hominem</i> . Desqualificação antecipada dos argumentos do oponente, através de uma linguagem tendenciosa, de forma a ridicularizar ou descredibilizar as intervenções que essa pessoa venha a fazer.	(a) As pessoas favoráveis ao desarmamento civil são um bando de fascistas que querem entregar ao estado o total controlo das nossas vidas. (b) Ninguém que seja sensato propõe uma medida dessas.
Argumento <i>tu quoque</i>	Subtipo de argumento <i>ad hominem</i> . Destaca-se a ilegitimidade do oponente em criticar algo, acusando-o de já o ter feito ou de o fazer.	– Tu dizes que eu não permaneço muito tempo no mesmo emprego, mas tu também não consegues trabalhar mais de seis meses na mesma empresa.
Argumento do dever	Acusação ao oponente de não ter adotado, em determinadas circunstâncias, a conduta apropriada.	– O Sr. Diretor fechou os olhos aos furtos que foram acontecendo na loja e agora estamos todos sob suspeita.
Ataque <i>ad personam</i>	Depreciação do carácter do adversário (a), colocando-se em causa a sua honestidade, a sua competência, denunciando-se o seu carácter ou a sua ideologia. Trata-se de uma variante injuriosa do <i>ad hominem</i> . O ataque <i>ad personam</i> é também mobilizado para mostrar que o adversário é movido por interesses pessoais (ou partidário) / é parte interessada no assunto em questão (b).	(a) – És um crápula, o que tu dizes não tem valor nenhum. (b) – Não crês que um estudo de impacto ambiental seja necessário porque tens terrenos na zona e queres valorizá-los.

Argumentação sobre a pessoa		
Designação dos argumentos	Definição	Exemplos
Argumento do espantalho	Atribui-se uma posição ao adversário mais fácil de atacar do que a sua efetiva posição, pela deturpação do seu dizer ou pela caricatura da sua posição.	- Não devemos comer carne de animais cujo processo de industrialização os tenha sujeitado a condições de vida e morte cruéis. - Tu queres apenas que nós comamos alface.

Argumentos de causalidade e de sucessão		
Argumentação causal		
Designação dos argumentos	Definição	Exemplos
Argumento de mérito	Atribuição a si próprio dos créditos de um estado de coisas positivo.	- Foi devido à nossa coragem e determinação que conseguimos inverter a situação negativa em que vivíamos.
Argumento de justificação consistente	Atribuição ao contexto ou a fatores próximos um estado de coisas negativo que poderiam ser associadas tanto às ações como às decisões do próprio orador.	- Infelizmente, surgiu uma pandemia que colocou em causa o crescimento que prevíamos.
Argumento de responsabilidade	Imputação da responsabilidade ao adversário por um estado de coisas negativo.	- Foram vossas medidas políticas que causaram o descalabro financeiro.
Argumento de sorte	Recusa da atribuição do mérito ao adversário por um estado de coisas positivo, pretendendo que ele teria apenas beneficiado de circunstâncias favoráveis.	- Foi graças à conjuntura económica favorável que os senhores [o Governo] conseguiram equilibrar as contas públicas.
Argumentação que explora uma relação causal		
Designação dos argumentos	Definição	Exemplos
Argumentação pela causa	Argumento preditivo que explora uma relação causal pressuposta pela argumentação.	- Os senhores não querem eleições antecipadas para poderem permanecer no poder.
Argumentação pelo peso das coisas	Semelhante ao argumento das circunstâncias, argumenta-se pelos constrangimentos exteriores para justificar uma decisão.	- Impõe-se um aumento de impostos porque não sabíamos que o défice era tão elevado quando chegamos ao Governo.
Argumentação pelo efeito	A partir da constatação do efeito chega-se a uma causa.	- O número absurdo de desempregados é resultado das políticas públicas que tem vindo a ser implementadas.
Argumento <i>ad consequentiam</i> (pragmático)	Defesa de uma ação em função das suas consequências positivas (a) ou negativas (b).	- Devemos legalizar a droga? (a) - Sim. A legalização da droga permitirá reduzir as máfias ligadas à droga. (b) - Não. A legalização da droga aumentará a adição à droga.

Argumentos de causalidade e de sucessão		
Argumentação que explora uma relação causal		
Designação dos argumentos	Definição	Exemplos
Argumento do perigo iminente	Subtipo de argumento <i>ad consequentiam</i> . Face a um perigo iminente argumenta-se pela necessidade de uma ação enérgica.	- Temos de tomar medidas urgentes de prevenção porque vem aí um furacão.
Argumento do efeito nefasto	Trata-se simplesmente do argumento das consequências negativas. Afirma-se que a iniciativa do oponente é inadequada, porque resultará em consequências negativas.	- Se o seu partido subir os impostos, vai haver uma recessão no país.
Argumento do efeito perverso <i>(Perverity thesis)</i>	Argumento que estipula que as iniciativas que visam melhor a ordem social, política ou económica existente produzem efeitos não desejados ou contrários ao esperado.	As políticas implementadas para resolver a crise económica resultam no seu agravamento.
Argumento do risco (ou da ameaça) <i>(Jeopardy thesis)</i>	Argumento que estipula que a aplicação de reformas ou medidas coloca em perigo as liberdades, vantagem e direitos adquiridos existentes (a mudança coloca em causa os avanços já feitos).	Se aumentarmos os salários, teremos de despedir pessoas.
Argumento da inanidade <i>(Futility thesis)</i>	Argumento que estipula que as reformas ou projetos de transformação da ordem instituída são vãos, inoperantes e não produzem qualquer efeito (não se pode modificar o que não pode ser modificado).	Os recursos sociais não estão ao serviço dos mais desfavorecidos, é a classe média que está a usufruir deles, porque domina os mecanismos legais para atribuir a seu favor a ajuda destinada aos mais pobres.
Argumentos de sucessão		
Designação dos argumentos	Definição	Exemplos
Argumento do declive escorregadio (de direção)	Argumenta-se que, se dermos um passo numa determinada direção, não conseguiremos evitar ser conduzidos a um passo muito mais substancial na mesma direção.	Se aprovarmos as leis a favor da videovigilância nas escolas, não demorará muito até aprovarmos leis a favor da videovigilância em todos os espaços públicos e então começaremos a restringir os nossos direitos. Acabaremos por viver num estado totalitário sob permanente vigilância.
Argumento do desperdício	Argumento que incita a prosseguir numa dada direção sob pena de desperdiçar os sacrifícios já efetuados nesse sentido.	Já trabalhaste tantos meses no projeto, não vais agora desistir.
Argumento da superação	Argumento que insiste na possibilidade de se ir sempre mais longe num certo sentido, sem que haja um limite, havendo um acréscimo contínuo de valor.	Mais do que limitar as emissões de gases, que contribuem para o efeito de estufa, aceleremos a investigação no domínio climático para encontrar um antídoto para o aquecimento do planeta.

Argumentos por indução e analogia		
Argumentação causal		
Designação dos argumentos	Definição	Exemplos
Argumento pelo exemplo	Parte-se de um caso concreto (ou de casos concretos) que pretende exemplificar algo que possa ser generalizado e, assim, equivaler a um facto.	O caminho do sucesso nem sempre é fácil até para os bons escritores. José Saramago só alcançou a notoriedade aos 60 anos.
Argumento pela ilustração	O exemplo ilustra o que se pretende mostrar como uma evidência.	As escadas têm de ser arranjadas. Já viste a quantidade de gente que já caiu naqueles degraus?
Argumento do modelo	O modelo (a) é um exemplo dado como digno de imitação, servindo de norma.	O pai: - Na tua idade Napoleão era o primeiro da classe. O filho: - Na tua ele era imperador. (Reboul, 2004: 182).
Argumento do antimitelo	Pelo argumento antimitelo procura-se a dissuasão, ou seja, procura-se mostrar o que não se deve fazer, suscitando-se a aversão a uma situação descrita.	O pai: - Tens de continuar a estudar, ou queres ser como o teu tio, que abandonou os estudos e agora não consegue arranjar um bom emprego por falta de qualificações?
Argumento <i>a simili</i> (por analogia)	Apresenta-se um facto e procede-se a uma analogia (comparação) entre o facto e o que se pretende defender (a). Já a analogia proporcional estabelece uma semelhança entre duas relações (proporcional), segundo a fórmula: A está para B o que C está para D. ($A/B = C/D$) (b). A metáfora é uma analogia condensada (Perelman & Olbrechts-Tyteca, [1958]: 196) que expressa certos elementos do tema ou do foro, omitindo outros (c).	(a) O presidente americano George Bush argumentou uma vez que o papel do vice-presidente é o de apoiar as políticas do presidente, concordando ou não com elas, porque «ninguém quer meter golos na própria baliza». (Weston, 1996: 23) (b) Hierarquia é como prateleira: quanto mais em cima, menos utilidade (Reboul, 2004:185) (c) A velhice é a noite da vida [analogia condensada] (Reboul, 2004: 187). [A velhice está para a vida tal como a noite está para o dia]
Argumento <i>a pari</i> (regra da justiça)	Fundamenta-se no tratamento idêntico a seres e situações que se integram numa mesma categoria. Fundamenta-se na importância de um precedente.	Se pagaste a carta de condução a um filho, também deves pagar aos outros dois.
Argumento pelo precedente	Argumento fundado na regra da justiça. Supõe-se que, em duas situações idênticas na história, a segunda deve ser tratada como na primeira.	Deve haver um perdão da dívida pública dado o contexto de crise severa em que nos encontramos. O mesmo já aconteceu com outros países em situações de crise semelhantes.

Argumentação com apelo à autoridade		
Designação dos argumentos	Definição	Exemplos
Argumento de autoridade (<i>ad verecundiam</i>)	Apoia-se uma ideia com base numa autoridade na área em questão.	(a) As organizações ambientais dizem que a construção do novo aeroporto tem um impacto negativo no património natural. Logo, essa construção coloca em perigo as espécies nativas e o habitat natural. (b) De acordo com um estudo publicado no <i>The New England Journal of Medicine</i> , as pessoas que consomem frutos oleaginosos têm tendência para viver mais tempo. Logo, as pessoas que comem nozes, avelãs, amêndoas ou amendoins têm tendência para viver mais tempo.
Apelo <i>ad populum</i>	Justifica-se uma razão com base na opinião da maioria ou apela-se às emoções da população.	- Pai, não percebo porque não me deixa ir à festa. Toda a gente vai.
Argumento <i>ad numerum</i>	Variante de apelo <i>ad populum</i> que sustenta a veracidade de uma afirmação com base no elevando número de pessoas que acreditam nela.	60% dos eleitores vai votar no candidato X. Por conseguinte, o candidato x é o melhor. Este número tão elevado de eleitores não pode estar enganado.

Argumentos por definição e associação		
Designação dos argumentos	Definição	Exemplos
Argumento pela definição	Pela definição impõe-se um sentido em detrimento dos outros. Na definição oratória, o que define e o que é definido não é permutável.	«Um conservador é uma pessoa que tem uma opinião realista dos limites humanos» (Weston, 1996: 69)
Tautologia aparente	Repetição de uma mesma palavra ou expressão que desenvolve uma ideia citada, sem aclarar ou aprofundar sua compreensão, conformando, no entanto, uma identidade apenas aparente.	Uma mulher é uma mulher.
Argumento pela essência	Considera-se a natureza de algo a partir das suas manifestações ou as manifestações como índice de um padrão.	«A forma como se apresenta na empresa mostra que ele é um excêntrico».
Argumento <i>a comparatione</i>	Estabelece-se um paralelo entre o tema (o que se fala) e o foro (outro objeto ou situação) com base numa relação de semelhança entre os dois.	- Ele é tão vegetariano como eu sou especialista em renda de Bilros. Persil lava mais branco.
Argumento do sacrifício	Compara-se uma coisa e o sacrifício feito por ela. Fixa o valor de uma coisa, de uma causa ou de uma ação pelos sacrifícios que se fazem ou farão por ela.	- Passei um mês no escritório, sem fazer mais nada, para preparar este projeto. Não vou desistir agora.

Argumentação por incompatibilidade e por dissociação		
Designação dos argumentos	Definição	Exemplos
Argumentação pela incompatibilidade	Afirma-se uma regra (uma tese sustentada ou uma atitude adotada) que acarreta, num determinado caso (sem que se queira), um conflito, seja com uma tese ou regra afirmada anteriormente, seja como uma tese admitida e à qual, como qualquer membro do grupo, é suposto aderirmos.	O instrutor que ensina às crianças que se deve obedecer aos pais e que não se deve mentir. Mas que fazer quando o pai manda mentir ou quando o pai e a mãe dão ordens inconciliáveis (Perelman, 1993: 74).
Argumentação <i>ad absurdum</i> (e <i>reductio ad absurdum</i>)	Ridiculariza-se e satirizar o argumento do adversário com vista a destruí-lo, apresentando-o de forma a que pareça absurdo (a). Os argumentos por <i>reductio</i> estabelecem as respectivas conclusões, mostrando que a negação da conclusão conduz ao absurdo (b).	(a) Acreditar que vamos ganhar o campeonato é como acreditar no Pai Natal. (b) No inverno, com temperaturas baixas. - Não levo casaco, não está frio. - Se fosse a ti, sairia até só de fato de banho; de facto, está um calor que não se aguenta.
Dissociação	Técnica argumentativa que consiste na cisão de uma noção elementar (sendo um dos termos valorizado) a fim de escapar a uma contradição.	- Os informáticos não têm muitas capacidades sociais. - Mas o Miguel é informático e é até bastante sociável. - Sim, mas ele não é um verdadeiro informático.
<i>distingo</i>	Referência explícita a vários significados de uma palavra, de forma a eliminar ambiguidades.	«Uma política equilibrada não significa equidistante [...]. Uma política imparcial não é uma política indiferente» (M. Jospin, citado por Bouffon, 2002: 215)
<i>Retorsio argumenti</i>	Retoma-se o argumento do adversário, mostrando que este é aplicável contra ele mesmo.	«Aos positivistas que afirma que toda a proposição verdadeira é analítica ou de natureza experimental, perguntaremos se o que eles acabam de dizer é ma proposição analítica ou experimental» (citado por Reboul, 2004: 169)
Argumento do falso dilema (terceiro excluído)	Reduzem-se as opções possíveis a apenas duas, quando, de facto, há mais.	(a) Ou estás comigo ou estás contra mim. (b) Ou és de direita ou de esquerda.

Outras técnicas argumentativas		
Designação dos argumentos	Definição	Exemplos
Argumento do excesso	Exagera-se com força uma ideia (normalmente, com recurso a figuras de intensidade) de forma a levá-la à aceitação.	- É <i>sempre</i> a mesma coisa! Dizes que vais mudar e <i>nunca</i> cumpres!
Argumento <i>ad nauseam</i>	Repete-se até à exaustão uma afirmação (ou reformulam-se esquemas discursivos) de forma a impor a sua aceitação. (Corresponde também à crença que uma mentira repetida várias vezes se torna verdade, se acordo com a conhecida frase de Goebbels, ministro de propaganda da Alemanha Nazi.)	- Uma mudança de Governo impõe-se. Este Governo é incapaz de resolver os problemas do país. O país precisa de uma mudança. É preciso votar no partido x para alterar o modelo de governação. Com o partido x, garante-se a mudança das políticas.

Outras técnicas argumentativas		
Designação dos argumentos	Definição	Exemplos
Argumento <i>ad misericordiam</i>	Apela-se à piedade ou compaixão do auditório para fazer valer um ponto de vista ou obter um tratamento especial.	- Sei que faltei muitas vezes ao trabalho, mas se me despedir os meus filhos vão passar fome, porque sou o único sustento da família.
Argumento <i>ad metum</i>	Falácia que se baseia em gerar (de forma exagerada, prejudicial ou injustificada) medo e receio no auditório. Leva-se alguém a aceitar determinada tese em função das consequências menos boas da sua aceitação.	- Se a lei não for aprovada, vai haver mais despedimentos. - Se fosse a si compraria este alarme. Tem havido muitos assaltos aqui no bairro.
Argumento <i>ad baculum</i>	Substitui-se o argumento por substituído por ameaças ou punições.	Se não te portas bem, não vais à festa logo à noite. Pode continuar a manifestar o seu desagrado publicamente, mas vai ter de procurar outro emprego.
Argumento <i>ad lapidem</i>	Desqualifica-se uma afirmação como absurda (sem provas).	- Como é que ousa acusar-me de ter desviado o dinheiro? Essa acusação é um disparate!
Argumento <i>ad ignorantiam</i>	Argumenta-se que uma afirmação é verdadeira só porque não se mostrou ser falsa (a). Mostra-se que todos os casos possíveis devem ser excluídos, salvo um, que é justamente a tese por provar, cuja admissão se pede por falta de coisa melhor (b).	(a) Até agora ninguém provou que existem extraterrestres. Portanto, eu não acredito que existam. (b) Mostra-se que todos os candidatos a um posto são inaceitáveis, salvo um (o próprio), ao qual se concederá então o benefício da dúvida. (Reboul, 2004: 172).
Questões múltiplas (pergunta complexa)	Tratam-se como uma proposição dois tópicos sem relação, ou de relação duvidosa que surgem conjugados. Faz-se uma pergunta ou introduz-se um assunto de tal forma que uma pessoa não possa concordar ou discordar sem se comprometer com uma outra posição que o autor da pergunta quer promover.	Já deixaste de fazer vendas ilegais? [São duas questões: já cometeste ilegalidades? Já te deixaste disso?] Apoias a liberdade e o direito de andar armado?
Petição de princípio	Assume-se como premissa a conclusão a provar. Ou a premissa e a conclusão dizem a mesma coisa por palavras diferentes (a) ou a premissa precisa de provas tanto quanto a conclusão (b).	(a) Não há verdades absolutas, pois são todas relativas. (b) Ele não me convidou porque não gosta de mim. A prova que ele não gosta de mim é o facto de não me ter convidado.

Fonte: elaboração própria.

Apêndice C – Quadro-síntese dos partidos políticos

Partidos políticos			
Sigla / Acrónimo	Denominação	Espectro político	Orientação político-ideológica
 CDS-PP	Centro Democrático Social – Partido Popular	Direita	Democracia-cristã (Conservador e liberal)
 PPD/ PSD	Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata	Centro direita	Social democracia
 PS	Partido Socialista	Centro esquerda	Socialismo
 BE	Bloco de Esquerda	Esquerda radical	Socialismo democrático
 PCP	Partido Comunista português	Extrema esquerda	Comunismo (conservador)
 PEV	Partido Ecologista “Os Verdes”	Esquerda	Ecossocialismo; política verde
 PAN	Pessoas-Animais-Natureza	Sincrético	Partido de causas: defensor dos direitos dos humanos, dos animais e da natureza
 PSN	Partido da Solidariedade Nacional	Centro	Humanismo

Fonte: elaboração própria.